REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

BRASILEIRO

Fundado no Rio de Janeiro em 1838

TOMO LXXVIII

(1915)

PARTE II

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos,
Et possint sera posteritate frui.

DIRECTOR

Dr. B. F. Ramiz Galvão

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1916

DOCUMENTOS

SOBRE

A VIDA E A OBRA DE NICOLAU ANTONIO TAUNAY
(1755-1830)
UM DOS FUNDADORES DA ESCHOLA NACIONAL DE BELLAS ARTES

PELO

DR. AFFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY
(SOCIO CORRESPONDENTE DO INSTITUTO)

AO ERUDITO AMIGO

SR. L. SOULLIÉ

Documentos sobre a vida de Nicolau Antonio Taunay (1755-1830), um dos fundadores da Eschola Nacional de Bellas Artes

---

BREVE NOTICIA BIOGRAPHICA ACERCA DE NICOLAU ANTONIO TAUNAY

Oriundo de antiga familia do Poitou (1) que se convertera ao calvinismo no seculo XVI e muito soffrera, sob todos os sentidos, por esse motivo, sobretudo com o exilio, após a revogação do Edito de Nantes e o subsequente regresso ao solo patrio, nasceu Nicolau Antonio Taunay em Pariz, a 10 de Fevereiro de 1755.

Foi seu pae Pedro Antonio Henrique Taunay (1728-1787), durante longos annos chimico e perito da Manufactura real de porcellanas de Sèvres; habil artista, inventor de diversos esmaltes e matizes, concedera-lhe Luiz XV o qualificativo então muito honroso de *pensionista do rei*.

Desde os primeiros annos da meninice revelou Nicolau Antonio irresistivel pendor para o desenho. Aos doze annos entrou para o *atelier* de Lepicié, passando depois ao de Brenet e afinal para o de Casanova, que então tinha immensa reputação. Retirando-se de Casanova para a Russia, resolveu Taunay tomar como unico mestre a natureza; muito affeiçoado a paizagistas célebres como Demarne, Bruandet, Swebach, começou por estudar as florestas dos arredores de Paris, detidamente, e depois partiu em companhia de Demarne e outros amigos para uma longa excursão pelo Delphinado, Saboia e Suissa.

---

(1) V. *Annuaire de la Noblesse de France*, anno de 1894, tomo XXI, artigo « Taunay ».

Pela primeira vez exhibiu-se em publico, no anno de 1777, na *Exposição da Mocidade*, sendo então muito notadas as suas paizagens e guaches; disse a critica da época que essas obras eram « o alvorecer do talento de um novo Berghem ». Em 1779 concorreu pela segunda vez á *Exposição da Mocidade*, obtendo novos triumphos. Em 1782 reappareceu no *Salon de la Correspondence*; já tinha então uma reputação feita de artista de merito.

Em 1784 foi acceito *agréé* á Academia Real de Bellas Artes, merecendo-lhe esta distincção um quadro inspirado por um assumpto do Ariosto.

Muito querido de Fragonard e de Hubert Robert relacionou-se por intermedio destes com o conde de Angevilliers, Superintendente dos Edificios Reaes e de Bellas Artes, sob Luiz XVI; offereceu-lhe d'Angevilliers um logar de pensionista da Academia de França em Roma; acceitou-o Taunay, que na Italia esteve tres annos, até o fim de 1787, estudando sob a direcção de Lagrenée e Menageot, observando e viajando muito.

Voltando á França, casou-se em principios de 1788 com Josephina Rondel, de quem teve cinco filhos, Felix, barão de Taunay (1795-1881), por longos annos director da Academia de Bellas Artes do Rio de Janeiro; Hippolyto, litterato e professor; Adriano, pintor e naturalista e litterato, morto afogado no rio Guaporé (1803-1828); Carlos, militar e litterato; Theodoro, consul de França no Rio de Janeiro.

Em 1787, ainda na Italia, expoz pela primeira vez no *salon* official, concorrendo mais tarde ás exposições de 1789, 1791 e 1793. Os numerosos quadros apresentados angariaram-lhe, desde logo, grande reputação de consummado paizagista.

Os acontecimentos terriveis da Revolução fizeram-no retirar-se e até occultar-se em Montmorency, numa propriedade outr'ora pertencente a J. J. Rousseau. Em 1795 foi chamado para fazer parte do Instituto de França, classe de Bellas Artes, secção de pintura, fundado nesse anno.

Expoz nos *salons* de 1796, 1798, 1801, 1802 quadros que lhe accresceram ainda a reputação. Em 1801 obteve uma grande

medalha e premio de animação instituido pelo govêrno e tomou parte no concurso para a execução da *Batalha de Nazareth*, encommendada pelo Govêrno Francez.

Intimo da imperatriz Josephina, foi-lhe o Imperio muito favoravel.

Teve muitas e valiosas encommendas do Estado, de grandes quadros sôbre assumptos militares, telas essas expostas, com muitas outras, nos *salons* de 1804, 1806, 1808, 1810, 1812 e 1814; em 1804 obteve um grande premio.

A queda do Imperio e graves revezes financeiros que quasi o haviam arruinado decidiram-no a acceitar o offerecimento do govêrno portúguez, a regencia de uma cadeira na Academia de Bellas Artes projectada no Rio de Janeiro por d. João VI e o conde da Barca. Chegou a esta cidade a 26 de Março de 1816, em companhia de diversos outros artistas como seu ermão Augusto Taunay, esculptor, Debret, Lebreton, Grandjean de Montigny e Pradier.

A morte do conde da Barca em Junho de 1817 fez com que nada se executasse do que fôra projectado. Passou Taunay quasi cinco annos no Brasil, aproveitando o tempo para fixar em numerosas telas trechos da paizagem fluminense. Em 1819 fallecia Lebreton, chefe da colonia artistica franceza; a nomeação de um ultra-mediocre pintor portuguez, Henrique José da Silva, para o substituir, melindrou o artista, que resolveu retirar-se para França em principios de 1821.

Trabalhador infatigavel, recomeçou aos 65 annos a sua labuta continua; do Brasil concorrera ao *salon* de 1819; reappareceu o seu nome nos de 1822, 1824, 1827 e 1831, sendo no ultimo uma exposição posthuma. Achando-se no Brasil ainda dera-lhe Luiz XVIII a cruz da Legião de Honra.

Indifferente á lucta do romantismo contra o classicismo, como quasi indifferente se mantivera sempre ao combate dado pelos classistas á antiga eschola do seculo XVIII não divergiu Taunay na velhice da orientação escolhida na mocidade.

Entristeceram-lhe os ultimos annos de vida grandes desgostos: em Maio de 1824 fallecia no Rio o unico ermão, Augusto, que

considerava como seu primogenito; em Janeiro de 1828 brutal catastrophe roubava a existencia ao mais joven dos filhos, Adriano, moço possuidor dos maiores dotes artisticos. Recorreu ao trabalho intenso como a um grande consolador e, póde dizer-se, morreu com os pinceis na mão, produzindo sempre, sem que a edade viesse trazer-lhe o enfraquecimento ao talento. Falleceu a 20 de Março de 1830; os collegas do Instituto de França, de quem era o decano, e o mundo artistico em geral fizeram-lhe muito sentidas exequias. Sôbre o seu tumulo pronunciou Gros commovidas palavras, lembrando quanto aquelle artista illustre fôra um homem de bem na extensão da palavra.

Taunay representa com Demarne a eschola de paizagistas de transição do seculo XVIII ao seculo XIX. Os contemporaneos chamavam-lhe o *Poussin dos quadros pequenos* e o *La Fontaine da pintura*.

Os traços caracteristicos de sua obra são a firmeza do toque, a habilidade e elegancia da composição e a notavel belleza de architectura. Pertencente á eschola historica, Taunay possue-lhe as qualidades sem que lhe revele os defeitos: «toque espirituoso e largo, colorido natural e vivo, figuras bem desenhadas e ingenuas». Charles Blanc, um de seus ferventes admiradores, notando-lhe a tendencia philosophica dos quadros, appellidou-o *David dos pequenos quadros*.

«Pela ductilidade do talento tanto póde Taunay ser considerado paizagista, cultor da pintura anecdotica e animalista, como pintor de historia.» E' sobretudo como paizagista e animalista que mais o apreciam os criticos e conhecedores modernos; neste particular, entende Quatremère de Quincy, procede directamente dos grandes mestres hollandezes, de Woúwermans e Berghem.

A OBRA DE NICOLAU ANTONIO TAUNAY

Apaixonado de sua arte, para a qual quasi exclusivamente vivia, e trabalhador infatigavel, methodico, desses que á risca seguem o preceito do mestre dos mestres da antiga pintura: o *nulla dies sine linea*, deixou Nicolau Antonio Taunay copiosissima

obra : centenas de quadros a oleo, de guaches e aquarellas, desenhos e esboços de toda especie.

Pintou e desenhou durante mais de sessenta annos, e graças a esse labor formidavel, diuturno e continuo, póde dar execução aos innumeros planos que a fertil imaginação lhe suggeria. Trabalhava, pintava, constantemente, em viagem como no *atelier*. Diz Charles Blanc que a arte o absorvia de modo tal que lhe succedeu uma vez, na juventude, não perceber a apparição de um ratoneiro que, saltando o muro do quintal, chegara certa noite até á porta envidraçada do *atelier*, em que o pintor costumava trabalhar até alta madrugada. Só no dia seguinte póde verificar a presença do suspeito e intruso graças aos vestigios dos grosseiros sapatos sôbre a neve.

Já sexagenario, apenas chegado ao Rio de Janeiro, viram-no de modo tal empolgado pela belleza dos panoramas fluminenses, pintar dias e semanas a fio, fazendo enormes caminhadas atravez da floresta que coroava as montanhas da Tijuca para descobrir novos pontos de vista e paizagens, que lhe fixassem a attenção.

Não é exagerado suppôr que haja produzido mais de septecentos quadros; muitos delles, verdade é, de restrictas dimensões como diversos apontados no presente ensaio de catalogação, miniaturas etc. .

Guaches tambem deixou numerosas, hoje altamente cotadas, pois segundo Edmundo de Goncourt supportam o confronto com as melhores de Lancret e Pater. Infelizmente só lhe conhecemos uma meia duzia. Uma dellas *La Parade*, hoje no Louvre graças ao legado da collecção *Audeoud*, attingiu em leilão em Paris a somma elevada de dezoito mil e cem francos no anno de 1907.

Dos desenhos de Taunay só temos noticia de duas collecções organizadas, uma no museu do Louvre e outra no de Versailles.

Por occasião do leilão de seu espolio artistico innumeros foram vendidos, provavelmente hoje dispersos; dos mais importantes alguns por vezes têm reapparecido no Hotel Drouot, alcançando sempre elevados preços.

Trabalhosa foi a confecção do catalogo de quadros de Taunay que se segue a estas linhas, pelo grande numero de fontes estu-

dadas e numerosas consultas aos museus da Europa, sobretudo aos da França.

As maiores contribuições para a lista nos foram fornecidas pelos catalogos das exposições officiaes dos *salons* de 1787, 1789, 1791, 1793, 1796, 1798, 1801, 1802, 1804, 1806, 1808, 1810, 1812, 1814, 1819, 1822, 1824, 1827 e 1831, a que concorreu o pintor, pelos dos dous leilões do seu *atelier*, após sua morte, em 1831 e 1835, por diversas obras como o *Trésor de la curiosité*, de Charles Blanc, o *Guide de l'Amateur*, de Th. Lejeune, etc.

Além desses elementos tivemos os que nos deram os catalogos de numerosos leilões de quadros em Paris e diversas outras cidades, sendo nessa tarefa auxiliados poderosamente pelo erudito em materia de historia de arte o sr. L. Soullié, que com verdadeira amizade nos ajudou.

Devemos ainda excellentes apontamentos á gentileza do sr. dr. Luiz Gastão d'Escragnolle Doria, que teve a amabilidade de pôr á nossa disposição as notas por elle colligidas sobre a obra de nosso antepassado commum.

Aos srs. dr. Goffredo d'Escragnolle Taunay e Victor A. Taunay tambem devemos o mais valioso auxilio, prestando-nos estes caros e bons parentes o concurso de seu conhecimento da historia de arte franceza e das tradições da familia.

Muito ha ainda que averbar no inventario artistico de Nicolau Antonio Taunay: as indicações a este respeito, porém, só poderão avultar como producto de constantes e longas pesquisas.

E' possivel e mesmo provavel que alguns dos quadros aqui mencionados sejam as mesmas telas designadas por nomes diversos, falhando-nos até agora, acêrca de muitas, o conhecimento dos characteristicos que as podem precisar exactamente, como as dimensões, a natureza dos objectos pintados, a descripção dos assumptos, etc. (1).

---

(1) V. *A Missão Artistica de 1816*, pelo auctor do presente ensaio na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo LXXIV, parte 1ª (1911) e em separata Rio de Janeiro, 1912, Rodrigues e Cia., 209 pags in-8.º

PINTURAS A OLEO

I

Paizagens e scenas brasileiras

SCENA MARITIMA NO RIO DE JANEIRO

Tela: altura 0m,450; comprimento 0m,550

Pertence este quadro ao Victoria and Albert Museum (South Kensington) de Londres, em virtude de um legado do collecionador Townshend) em 1869, e é notavel pela pureza e admiravel belleza dos ceus, representação exacta do firmamento brasileiro. No fundo vê-se a fortaleza de Sancta Cruz e as montanhas que formam o sacco da Jurujuba. A' extrema direita a ponta correspondente á fortaleza de S. João. Dous veleiros estão ancorados na bahia, a seu lado vogam escaleres. Uma falua com as velas enfunadas, onde se lê a assignatura do pintor, dirige-se para a praia, onde está uma esquadrilha de botes tripulados por brancos e negros. De uma das embarcações descarregam fardos de mercadorias; num desses fardos lê-se — *Mr. Saint*. Esta tela é uma das melhores vistas da bahia do Rio de Janeiro, uma das mais lindas paizagens de Taunay.

VISTA DA BAHIA DO RIO DE JANEIRO TOMADA DAS MONTANHAS DA TIJUCA

Tela: altura 0m,52; comprimento 0m,64

Este quadro pertenceu á collecção de Etienne Arago, dispersa em Maio de 1892, e hoje pertence (1914) ao dr. Raimundo de Castro Maya; a vista parece ter sido tirada da Estrada Velha da Tijuca,

nas vizinhanças da Boa Vista. No fundo vê-se a cidade do Rio de Janeiro, a bahia, uma ilha e as praias da margem opposta.

A' direita, montanha cheia de matto. No segundo plano á esquerda está um coqueiro em cuja vizinhança pastam bois. No primeiro plano, á direita, um grupo formado de uma senhora de pé, com uma umbella na mão, tres moças sentadas e um homem só, interpellado por um cavalleiro. Atraz do grupo vê-se um negro carregando um fardo á cabeça.

VISTA DO RIO JANEIRO, TOMADA DO JARDIM DO CONVENTO DE S. FRANCISCO

Tela: altura 0m,45; comprimento 0m,57

No jardim estão tres religiosos, um dos quaes, o mestre do imperador d. Pedro I, aos pés dos companheiros.

No fundo vêm-se a bahia do Rio de Janeiro, montanhas. Diversas figuras animam a paizagem.

VISTA DA BAHIA E DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, TIRADA DO TERRAÇO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO

Tela: altura 0m,45; comprimento 0m,57

Quadro exposto no leilão Taunay de 1831. No terraço varios religiosos observam o panorama; serve-se um delles de um oculo de alcance.

O CORPO DA GUARDA VELHA VISTO DO MORRO DE SANCTO ANTONIO, EM 1816

Tela; altura 0m,46; comprimento 0m,57

Quadro pertencente á Pinacotheca Nacional do Rio de Janeiro. (V. o numero da *Renascença*, de Julho de 1907, em que o quadro foi reproduzido em trichromia.) No primeiro plano á esquerda conversam tres frades de Sancto Antonio, um sentado no chão e dous de pé. No segundo plano o casario da cidade que se prolonga até o porto, onde se veem fundeados numerosos veleiros. Á direita um morro com uma casinha no cimo.

Na base desse morro uma rua, em que se vêem diversos transeuntes e uma boiada que caminha meio esparsa. Sob um alpendre, numa pequena praça, uma sentinella e diversos soldados.

VISTA DAS MONTANHAS DA GAVEA E DE BOTAFOGO, TOMADA DA BAHIA DE BOTAFOGO

Tela: altura $0^m,32$; comprimento $0^m,40$

Effeito de occaso. Este quadro figurou nas *ventes* Taunay de 1831 e 1835. A paizagem é observada de uma das barcas que se acham nas aguas da bahia. O Corcovado tem um aspecto azulado de crepusculo, enquanto a Gavea ainda está coberta de sol.

VISTA DA BAHIA DE BOTAFOGO TOMADA DE UMA EMINENCIA PROXIMA, DE ONDE SE AVISTAM AS MONTANHAS DA GAVEA E CORCOVADO

Tela: altura $0^m,40$; comprimento $0^m,45$

Quadro que figurou nas *ventes* Taunay de 1831 e 1835.

Numa ladeira sobem algumas negras, uma montada num burro e outras a carregar embrulhos e pacotes.

VISTA DA BAHIA DE BOTAFOGO

Tela: altura $0^m,315$; comprimento $0^m,455$

Quadro pertencente á Pinacotheca Nacional do Rio de Janeiro.

FURACÃO NO RIO DE JANEIRO

Tela: altura $0^m,62$; comprimento $0^m,81$

Cai o raio na vizinhança do magnifico aqueducto que emmoldura as elegantes fabricas da cidade. Apezar da tempestade infelizes negros continuam sem descanço a trabalhar numa mina, que estão obrigados a perfurar. Nos ares numerosas gaivotas. *Ventes* Taunay de 1831 e 1835.

CASCATA A DOZE LEGUAS DO RIO DE JANEIRO

Tela: comprimento 1m,566; altura 2m,100

Quadro que figura na *vente* Taunay em 1835, e que a Manufactura de Sèvres mandou copiar para o reproduzir em porcellana. O pintor se representou copiando a natureza no momento em que um indio vem trazer-lhe o producto de sua caçada.

VISTA DOS ARREDORES DO RIO DE JANEIRO

Tela: altura 0m,47; comprimento 0m,58

Tela assignada á esquerda. Leilão de 26 de Maio de 1888, em Pariz por Haro e Bloche.

VISTA DA EGREJA DA GLORIA, NO RIO DE JANEIRO, TIRADA DO PALACIO DO MARQUEZ DE BELLAS

Quadro exposto no *salon* de 1824 sob o numero 1.668.

VISTA DO BAIRRO DO RIO DE JANEIRO CHAMADO MATA-CAVALLOS

Quadro exposto no *salon* de 1822 sob o numero 1.234.

NATUREZA BRAZILEIRA

Grande quadro existente no gabinete do conservador do Museu de Zoologia do Jardim das Plantas de Pariz.

Representa o auctor a pintar no meio da natureza virgem, tendo perto de si dous de seus filhos. Um caçador indigena, no fundo do quadro, traz uma fieira de passaros.

VISTA DA CASA DO PINTOR A UMAS CINCO LEGUAS DO RIO DE JANEIRO

Quadro exposto no *salon* de 1822 sob o numero 1.237.

VISTA DO PALACIO DE SÃO CHRISTOVAM

Ap. Debret, *Voyage pittoresque au Brésil.*

VISTA DO RIO DE JANEIRO TIRADA DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO

Pequeno quadro pertencente ao sr. Victor A. Taunay, de Pariz.

CASCATA NO BRASIL PERTENCENTE AO AUCTOR

Quadro exposto no *salon* de 1822 sob o numero 1.238.

PAIZAGEM DO BRASIL

Quadro exposto no *salon* de 1819 sob o numero 1.062.

LÔGAR DO BRASIL NA SERRA DOS ORGÃOS

Quadro exposto no *salon* de 1822 sob o numero 1.233.

No primeiro plano vêem-se muitas plantas characteristicas da flora tropical e um indio que volta da caça carregando grande numero de aves mortas.

VISTA DA GLORIA, EGREJA DO RIO DE JANEIRO

Tela: altura $0^m,32$; comprimento $0^m,40$

Paizagem tirada da eminencia, em que se acha situada a egreja.

O mar nos primeiros planos. Barca á vela e chalupas. Individuos banhando-se; tratadores a banhar cavallos. No fundo as montanhas do Pão de Assucar. Leilão Taunay, 1831.

VISTA DE UMA HABITAÇÃO RUSTICA NO BRASIL

Quadro vendido em leilão de 5 de Fevereiro de 1834 pelo perito Morize.

VISTA DA BARRA DO RIO DE JANEIRO, TOMADA DO CONVENTO DE SANCTO ANTONIO

Quadro exposto no *salon* de 1822 sob o numero 1.235.

VISTA DE UM DOS BAIRROS DO RIO DE JANEIRO, TOMADA DO CONVENTO DE SANCTO ANTONIO

Quadro exposto no *salon* de 1822 sob o numero 1.236.

PAIZAGEM BRASILEIRA

No primeiro plano um rebanho de vaccas pasta numa collina, em que ha diversas arvores tropicaes e onde se vêem diversas figuras. No fundo do quadro uma cidade á beira mar, atrás da qual ha montanhas. Quadro pertencente á collecção Saint vendida a 4 de Maio de 1846 em Paris.

A VOLTA DOS PRADOS

Tela: altura 0m,45; comprimento 0m,64

Paizagem brasileira. Por entre arvores e mattas pastores conduzem gado. No fundo o Pão de Assucar illuminado pelo sol. *Vente* Taunay, 1831.

VISTA DO GRANDE AQUEDUCTO DO RIO DE JANEIRO

Pequeno quadro, que o auctor deste catalogo viu em Paris em casa de um amador. Entre os arcos passam diversas pessoas, brancos e pretos, uma sege, um carro de bois, uma tropa de burros de cangalhas. A um canto do quadro nota-se um grupo de escravos a carregar grande fardo.

O BANHO

Tela: altura 0m,37; comprimento 0m,32

Paizagem pittoresca do Brasil. Altos rochedos, entre os quaes correm as aguas limpidas de uma torrente. A' sombra de grandes arvores varias mulheres moças tomam banho. Ao lado das que se banham, observa-as outra vestida e resguardada por uma umbella. Mais longe uma escrava sentada está alerta para que ninguem venha perturbar o prazer de suas amas. O logar é um dos aspectos da cascata da Boa Vista (cascatinha Taunay). Leilão Taunay de 1831.

D. MARIA II NA SUA INFANCIA

A futura rainha de Portugal d. Maria II está nos braços de uma preta e tem ao lado a sua aia. No ultimo plano vê-se o principe d. Pedro, o futuro primeiro imperador do Brasil, a cavallo e dirigindo-se ao encontro da filha. Ap. *vente* Taunay, 1835.

II

Quadros inspirados por episodios das campanhas republicanas e imperiaes, pela historia napoleonica e a vida commum na epocha revolucionaria

ATAQUE DO CASTELLO DE COSSARIA

Tela: altura 2m,36; largura 1m,66. *Salon* de 1812

Augereau ordena que se desaloje o general austriaco Provera das ruinas do antigo castello da montanha de Cossaria perto de Millesimo, o que é levado a effeito a 13 de Abril de 1796 pelos granadeiros do general Baunel.

Este quadro encommendado pelo governo francez figura no museu de Versailles, e está assignado no meio da tela sôbre um rochedo. Foi gravado por Schroeder (Frederico) para as Galerias Historicas de Versailles. Na collecção Hennin, na Bibliotheca Nacional de Pariz, ha um esboço a tinta do quadro. A tela representa a subida da infantaria franceza pela montanha e o combate que dá aos austriacos, que guarnecem as vizinhanças das ruinas.

O GENERAL BONAPARTE RECEBE PRISIONEIROS NO CAMPO DE BATALHA, 1797

Tela: altura 1m,61; comprimento 2m,57

Quadro exposto no *salon* de 1801, adquirido como premio de animação ao artista nesta data e incorporado ás collecções do Louvre, de onde foi transferido para o Museu de Versailles. Nos ultimos planos vê-se uma cidade incendiada, de onde saem grandes rolos de fumaça que ennublam a atmosphera. No centro do quadro o general, montado em soberbo corcel, recebe a espada de um official inimigo, carregado numa maca á testa do seu regimento desarmado. No primeiro plano um cadaver despojado da roupa e vigiado por um cão, um granadeiro carregando um feixe de armas e de bandeiras inimigas; á direita um moribundo

aperta nervoso um retrato de mulher; á esquerda do quadro varios grupos de mortos e feridos, de cirurgiões occupados com as suas funcções. Montões de cadaveres e feridos.

ATAQUE AO FORTE DE BARD

Quadro feito em collaboração com Bidault e exposto no *salon* do anno IX (1801), sob o numero 335.

O general Bonaparte, adormecido sôbre uma padiola á beira do caminho que abriu o exercito francez, é contemplado com o maior carinho pelos soldados que desfilam deante delle em silencio.

EPISODIO DAS CAMPANHAS DE NAPOLEÃO NA ITALIA

Bonaparte rodeado dos seus generaes mostra a planta de um monumento. No fundo uma porta de cidade e algumas construcções italianas. Este quadro figurou na exposição do Ministerio da Guerra em 1889 (secção 5ª, numero 72 do catalogo) e pertenceu á collecção Moreau Chaslon, vendida no Hotel Drouot a 23 de Março de 1891.

O EXERCITO FRANCEZ AO DESCER O MONTE SÃO BERNARDO

Tela: altura 1m,68; comprimento 1m,86

Quadro exposto no *salon* de 1801 e adquirido pelo Estado francez para o Museu Napoleão. Pertence hoje ao Museu de Versailles; foi gravado por Aubert pae para a collecção das Galerias de Versailles. Representa uma columna do exercito francez descendo os Alpes para o lado do Piemonte, debaixo de uma nevada abundante, que dá ao quadro um effeito muito characteristico e delle faz uma bella composição.

A TRAVESSIA DO MONTE SÃO BERNARDO

Tela: altura 0m,39; comprimento 0m,30

Quadro da collecção Jourde, provavelmente reducção do que existe com o mesmo titulo no Museu de Versailles.

PASSAGEM DOS ALPES PELO GENERAL BONAPARTE

Quadro exposto no *salon* do anno IX (1801), sob o numero 33.

Representa Bonaparte a cavallo animando com o olhar um artilheiro, que sustenta uma das rodas do seu canhão e enxuga o suor da fronte.

HOMENAGEM A VIRGILIO

Quadro exposto, sob o numero 757, no *salon* do anno de 1810. O assumpto da tela é o seguinte: passando por Petiole, perto de Mantua e patria de Virgilio, Napoleão examina o plano e desenho da columna que ordenara erigissem no local da casa, onde Virgilio viera ao mundo, plano esse que as auctoridades do logarejo lhe apresentam.

BONAPARTE MOSTRANDO AO CONSELHO MUNICIPAL DE MILÃO O PROJECTO DE COLUMNA A EDIFICAR-SE PARA COMMEMORAR A FUNDAÇÃO DA REPUBLICA CISALPINA

Quadro pertencente á collecção do marquez de Houdan, dispersa em Angers, a 17 de Agosto de 1888.

ASSUMPTO INSPIRADO NUM EPISODIO DA VIDA DE NAPOLEÃO

Painel que decorava um dos salões da Malmaison e encommendado directamente pela imperatriz Josephina (V. *Memorias de Fontaine*, *Revue de Paris*, 15 de Março de 1911).

ASSUMPTO INSPIRADO NUM EPISODIO DA VIDA DE NAPOLEÃO

Painel symmetrico do precedente, num dos salões da Malmaison (V. fonte citada acima).

ENTRADA DE NAPOLEÃO EM MUNICH A 24 DE OUTUBRO DE 1805

Tela: altura 1m,90; comprimento 2m,78

Este quadro foi exposto no *salon* de 1808, pertenceu ao Museu Napoleão e hoje faz parte das Galerias de Versailles. Está reproduzido numa grande gravura por Schrœder.

No fundo grande casario da cidade de Munich, de onde emerge uma serie de torres e campanarios. Muita tropa formada, infantaria e cavallaria, occupa o meio do quadro e uma longa rua que vae ter a uma porta da cidade; muito povo rodeia a soldadesca.

No primeiro plano Napoleão, de cabeça descoberta, cercado de grande estado maior, recebe a deputação da municipalidade, que lhe offerece as chaves da cidade. A' esquerda, numeroso concurso de pessoas, homens e mulheres, bem e mal vestidos. Numa grande arvore garotos trepados, assim como sôbre um muro.

A ENTREVISTA DE NAPOLEÃO COM O PAPA PIO VII EM FONTAINEBLEAU

Madeira: altura 0m,14; comprimento 0m,17

Quadro pertencente á collecção do barão Denon, dispersa em maio de 1826.

A VIAJAR, A IMPERATRIZ RECEBE ESTAFETAS QUE TRAZEM NOTICIAS DE UMA VICTORIA

Tela: altura 0m,54; comprimento 0m,68

Quadro exposto sob o numero 575, no *salon* de 1808. A imperatriz no balcão de um palacio da cidade de Milão lê um boletim imperial annunciando uma victoria do seu sequito. Numa das mãos segura um ramo de loureiro. Grande numero de populares está a correr para o palacio.

A ENTRADA EM NAPOLES DO EXERCITO DE CHAMPIONNET, 1804

Quadro pertencente á galeria do conde de Narbonne dispersa em leilão a 5 de Abril de 1842.

ENTRADA DA GUARDA IMPERIAL EM PARIZ DEPOIS DA CAMPANHA DA PRUSSIA, A 25 DE NOVEMBRO DE 1807

Tela: altura 1m,82; comprimento 2m,21

A guarda imperial, tendo á testa o marechal Bessieres, é recebida pela camara municipal de Pariz, presidida pelo prefeito do Sena, Frochot, sob um arco de triumpho que a cidade mandara construir além da barreira de La Villette. Este quadro, exposto no

salon de 1810, gravado por Schrœder, foi adquirido em 1835 pelo Estado á viuva do pintor; faz parte hoje da galeria de Versailles. Figurou na exposição retrospectiva da arte franceza, por occasião da Exposição Universal de Paris em 1900.

Accompanhando a tropa vê-se grande multidão, dentre a qual sobresae numerosa garotada. Ao lado do arco de triumpho está uma especie de coreto ou estrado de madeira, sôbre o qual sobem diversos individuos, ao passo que outros já alli estão installados.

O EXERCITO FRANCEZ ATRAVESSA OS DESFILADEIROS DA SIERRA GUADARRAMA

Tela: altura 2m,30; comprimento 2m,21

Este quadro esteve exposto no *salon* de 1812; foi adquirido pelo Estado, pertenceu ao Museu Napoleão e hoje figura na Galeria de Versailles. Gravado por Huot e por Gelée, lithographia de Engelmann. Deste quadro existe um esbôço, que faz parte da collecção Hennin, na Bibliotheca Nacional de Paris. Sob um ceu nevoso o exercito francez atravessa os altos platós da Sierra Guadarrama. No fundo do quadro vêm-se duas construcções de tamanho regular parecendo ser mosteiros. Entre ellas passa a estrada pela qual transita penosamente a infantaria. No primeiro plano vêem-se soldados ajudando o esfôrço dos cavallos que puxam boccas de fogo. Notam-se alguns cavalleiros, officiaes talvez, e uma carroça cujo toldo está sendo sacudido pelo vento. A figura mais em evidencia do quadro é, no primeiro plano, a de um soldado que se senta no chão, descalça-se e examina o pé ferido.

PASSAGEM DA SIERRA GUADARRAMA

Reducção do quadro do mesmo titulo pertencente ao Museu de Versailles e vendido num leilão em Paris a 24 de Junho de 1903 pelo perito Bloche.

A IMPERATRIZ JOSEPHINA E SEU SEQUITO VISITANDO A ESTATUA DE S. CARLOS BORROMEU, PERTO DO LAGO MAIOR

Tela: altura 0m,63; comprimento 0m,80

Quadro que figurou na *vente* Taunay em 1835 e na *vente* Rondel em 1869. No centro de uma grande avenida se ergue a estatua

colossal, illuminada pelos raios de um bello sol. Um cardeal recebe a imperatriz rodeada de seus cortezãos; um frade distribue esmolas entre os pobres, cuja attitude exprime a gratidão que dedicam á generosa soberana. Uma moça, a certa distancia de Josephina, occupa-se em desenhar e tem diversos observadores em tôrno de si.

A IMPERATRIZ JOSEPHINA RECOLHENDO AS OBRAS DOS ARTISTAS MODERNOS

Tela: altura 0m,8; comprimento 0m,25

Quadro exposto no *salon* de 1808 sob o numero 574. No balcão de uma casa opulenta estão a imperatriz e as damas do seu sequito. Uma destas apresenta á soberana um retrato; ao seu lado um padre atira dinheiro aos populares que estão na rua: peregrinos, mendigos, desvalidos, homens, mulheres e creanças. Dous homens semi-nús carregam num andor uma estatua de Apollo. No fundo, bellas fabricas cheias de gente. Este quadro foi vendido por 1.321 frs. no leilão da collecção Vigneron a 3 de Março de 1828 com a nota de que fôra encommendado pela imperatriz Josephina, embora o catalogo lhe attribua assumpto diverso.

A BATALHA DA PONTE DE LODI

Pertenceu á galeria de Berthier, principe de Wagram e Neufchatel, por quem foi encommendado, e esteve exposto no *salon* de 1810. Berthier ordena á cavallaria que transponha o rio a nado. Na ponte vê-se grande movimento de tropas de infantaria, que a atravessam. O marechal está rodeado de seu estado maior, a quem dá ordens.

Gravado por...

A BATALHA DA PONTE DE LODI

O pintor fez outro quadro, reproducção exacta do primeiro, de menores dimensões e pertencente em 1911 ao sr. Victor A. Taunay, de Pariz.

COMBATE DE NAZARETH, ABRIL DE 1799

Tela: altura 0m,92; comprimento 1m,30

Quadro destinado a commemorar o memoravel feito d'armas em que Junot, á testa de quinhentos homens, destroçou um corpo de exercito turco de cinco mil homens, e cujo esbôço esteve presente ao concurso aberto para o fim alludido em 1801, em que uma tela de Gros obteve o premio. Foi adquirido pelo Estado francez em 1835 da viuva do artista e figura nas collecções do Museu de Versailles. É um dos quadros mais animados de Taunay e tem um colorido quente e harmonioso. No primeiro plano um cavallo a estorcer-se com as patas para o ar, sôbre um turco mal ferido, cadaveres de musulmanos, feridos arrastando-se, um ottomano a derrear-se, mortalmente attingido, sobre a anca do cavallo que empina. Destaca-se a figura do general, de espada desembainhada, montado em bello cavallo branco, a commandar a carga. No fundo terrivel entrevero de cavallaria e infantaria. Nos ultimos planos, á direita e á esquerda, rochedos escalvados. Gravado por Aubert.

A BATALHA DE NAZARETH

Reducção do quadro pertencente ao Museu de Versailles, outr'ora parte da galeria de Ducos, recebedor geral do Thesouro, e vendido em leilão a 18 de Dezembro de 1837 sob o titulo de *Combate da campanha do Egypto*.

EPISODIO DAS GUERRAS DE HISPANHA

Tela: altura 0m,81; comprimento 0m,60

Quadro pertencente á collecção Petit de Meurville, dispersa no Hotel Drouot a 26 de Maio de 1908. Representa um comboio militar dirigindo-se para uma cidade por uma porta de aspecto mourisco. Soldados de cavallaria e infantaria marcham debandados; camponios hispanhoes os accompanham. No primeiro plano á direita uma mulher conversa com um cavalleiro. A' extrema direita um soldado sentado num rochedo. Assignado á direita, sôbre um rochedo.

TROPAS NA FONTAINE D'ESPAGNE, EM 1808

Quadro vendido em leilão no Hotel Drouot a 9 de Junho de 1909, em Paris.

O INCENDIO DE MOSCOU

Tela: altura $0^m,24$; comprimento $0^m,39$

Esboço de um assumpto encommendado por Napoleão pouco antes de sua queda. Figurou nas *ventes* Taunay, 1831 e 1835. A cidade em chammas occupa o fundo do quadro. Os habitantes espavoridos fogem carregando o que possuem de melhor.

A BATALHA DE EBERSBERG

Tela: altura $2^m,20$; largura $2^m,03$. *Salon* de 1810

A divisão do general Claparède occupa a ponte do Traum, perto de Ebersberg e apodera-se da cidade. Este quadro pertence ao Museu de Versailles e representa a batalha na ponte, que os Austriacos evacuaram. A' margem do rio baterias bombardeiam os inimigos. No fundo do quadro a cidade em chammas.

A CHEGADA DE PIO VII A FONTAINEBLEAU

Esbôço vendido no leilão da Galeria de Ducos, recebedor geral do Thesouro, a 18 de Dezembro de 1837.

A LIBERDADE, A EGUALDADE E A FRATERNIDADE ACCLAMADAS PELO POVO E PELO EXERCITO

Tela: altura $0^m,32$; comprimento $0^m,49$

Quadro vendido em leilão no Hotel Drouot a 14 de Março de 1908.

A MARSELHEZA

Quadro exposto na Exposição Retrospectiva da cidade de Pariz por occasião da Exposição Universal de 1900, e pertencente á collecção Jorge Lehman.

EPISODIO DA REVOLUÇÃO DE 1793, EM BESANÇON

Diversos presos das cadeias de Besançon, tendo pedido e obtido a permissão de combater, voltam victoriosos á prisão, debaixo das acclamações do povo da cidade. *Vente* Taunay, 1835.

A FEDERAÇÃO

Tela: altura 0m,38; comprimento 0m,54

Numa praça publica, e nas ruas adjacentes, vêm-se grandes mesas em tôrno das quaes cidadãos de todas as classes e dos dous sexos celebram, em commum, alegremente, a commemoração do dia da Federação franceza. Quadro pertencente á collecção Fossard, dispersa em Pariz a 22 de Abril de 1835; perito Henry.

O « VENGEUR »

Tela: altura 1m,27; largura 1m,13

Quadro vendido no leilão Felix Gérard, a 28 de Março de 1907, e representando o episodio do naufragio do célebre navio de guerra francez.

FESTA DA FRATERNIDADE

Tela: altura 0m,45; comprimento 0m,64

Quadro vendido em 1859 no leilão da collecção A. Leroux. Ap. Th. Lejeune: *Guia do amador de quadros*.

BANQUETE CIVICO CELEBRANDO A PAZ

Uma certa porção de individuos banqueteia-se alegremente. No chão, a um canto, um gato e um cão comem no mesmo prato. Ap. Charles Blanc: biographia de Taunay na *Historia dos pintores de todas as escolas*.

UMA TARDE NO PALAIS ROYAL

Assignado á extrema direita. Quadro que pertenceu ao grande pintor russo Weretschaguine e figurou na exposição de quadros antigos feita em Petersburgo em 1908. (V. *Les Arts et les Ar-*

listes de Março de 1909.) No primeiro plano á esquerda sôbre um estrado canta uma mulher, para quem se inclina um individuo com ar apaixonado. Numerosa orchestra de rabequistas, guitarristas, flautistas, violoncellistas, uns quinze artistas, acompanha a cantora. Junto desta se acham uma menina e um menino, provavelmente seus filhos. A' extrema esquerda um grupo de crianças olha com curiosidade para um caderno de musica collocado sôbre uma estante. No primeiro plano um outro livro de musica aberto, no chão, e onde lê um joven tocador de ferrinhos. No fundo do quadro a columnata do *Palais Royal* e o grande repuxo do jardim. Grande concurso de povo se ajuncta para ouvir a musica, homens e mulheres, os elegantes da época. No meio da multidão se destaca um mameluco com o turbante. Assignado á extrema direita. Este quadro foi vendido em 1910 em Paris por 12.000 francos.

O JARDIM DAS TULHERIAS NO COMEÇO DO SECULO XIX

Tela: altura 0m,90; comprimento 1m,20

Quadro muito interessante, que fazia parte da collecção de Mme. Bruant, vendida no Hotel Drouot a 8 de Maio de 1897. Vê-se no jardim uma multidão de passeantes, entre os quaes numerosas celebridades da época, como Talleyrand, Chateaubriand, Madame Récamier, etc.

O MENSAGEIRO DE PAZ

Tela: altura 0m,41; comprimento 0m,61

Quadro pertencente á Pinacotheca Nacional do Rio de Janeiro. A uma aldeia de França chega um estafeta trazendo a nova de que acaba de ser concluida a paz, um dos multiplos tractados napoleonicos. Desmaia uma mulher ao saber que lhe morreu um filho. Em tôrno do cavalleiro vê-se numeroso grupo de aldeões.

O CORREIO DE AMIENS

Ap. uma referencia da *Historia da Escola Brazileira* do dr. Fernando Paes Barreto, que cita esse quadro como existente no Brasil.

III

Quadros anecdoticos inspirados por assumptos historicos

HENRIQUE IV VOLTANDO DA CAÇA

O rei rodeado de cortezãos saúda Gabriella d'Estrées, que cercadade creados está num balcão « Diga-me, beldade, por onde pode se entrar neste castello? — Pela porta da egreja, Real Senhor! ».

Quadro pertencente em 1826 á galeria Lejean, exposto nesse anno na galeria Lebrun numa exposição organizada em proveito dos gregos.

HENRIQUE IV — OS ADEUSES

Tela: altura 0m,22; comprimento 0m,21

Quadro pertencente á collecção do duque des Cars que figurou na exposição realizada no Louvre em 1889, em beneficio das orphãs da Alsacia-Lorena.

HENRIQUE IV E O CAMPONIO

Tela: altura 0m,31; comprimento 0m,39

Estudo para o quadro do *salon* de 1804, vendido no leilão da collecção Gasquet a 9 de Março de 1888.

HENRIQUE IV E MICHAUX

Tela: altura 0m,23; comprimento 0m,32

Composição muito espirituosa, cheia de finura, diz o catalogo de leilão da collecção Lacroix, realizado a 2 de Abril de 1886.

HENRIQUE IV CHEGANDO Á PRESENÇA DE SUA CÔRTE COM O LENHADOR Á GARUPA DO CAVALLO

Tela: altura 0m,26; comprimento 0m,24

Quadro que figurou na *vente* Taunay em 1835; miniatura talvez do quadro exposto no *salon* de 1804. Damas e fidalgos vão ao encontro do rei, que é o unico que se não descobre.

BATALHA SÔB HENRIQUE IV

Collecção do barão de Holbach dispersa em 1861. Ap. Theodoro Lejeune: *Guia do amador de quadros*.

GABRIELLA D'ESTRÉES CONTEMPLANDO O RETRATO DE HENRIQUE IV

Esbôço a oleo que figurou na *vente* Rondel em 1869.

ENCONTRO DE HENRIQUE IV E DE SULLY DEPOIS DA BATALHA DE IVRY

Tela: altura 0m,77; comprimento 0m,99; figuras de 0m,13

Quadro pertencente ao museu de Nantes, a que foi doado, em 1854, pelo sr. Urvoy de Saint Bédan. A' sombra de uma arvore está Sully sôbre uma padiola, a quem o rei, adornado do famoso pennacho branco, abraça. A' direita quatro couraceiros a cavallo. Em tôrno do rei e do ministro um porta-estandarte e quatro outros cavalleiros, diversos pagens, um dos quaes segura o cavallo do rei e outro traz na corrente alguns cães de caça; soldados a pé, apoiados sôbre os mosquetes. No segundo plano, cavalleiros que parecem estar de sentinella. A' esquerda, no segundo plano, um casal de fidalgos a cavallo precedidos por um pagem, tambem a cavallo, e um falcoeiro, que carrega diversos falcões, dirigem-se para o grupo principal. No fundo do quadro a planicie a perder de vista onde se destacam cavalleiros galopando acompanhados por cães de caça.

ENCONTRO DE HENRIQUE IV E DE SULLY DEPOIS DA BATALHA DE IVRY

Tela: altura, 1m,99; comprimento 2m,80; figuras de 0m,40

Quadro encommendado a Nicolau Taunay pelo rei Luiz XVIII em 1821, adquirido por 2.000 francos; esteve exposto no *salon* de 1822. Pertenceu ao museu do Louvre e hoje está no de E'vreux. No segundo plano Sully ferido e carregado numa padiola e rodeado por numeroso cortejo levanta-se deante do rei, que lhe

aperta a mão. No primeiro plano está um pagem, visto de costas, envolvido num manto vermelho e segurando uma lança e dous cavalleiros couraceiros.

ENCONTRO DE HENRIQUE IV E DE SULLY DEPOIS DA BATALHA DE IVRY

Tela; altura, 1m,242; comprimento 1.200

Foi este quadro exposto no *salon* de 1789, sob o numero 184, e serviu de ponto de partida para os dous outros citados aqui, os dos museus de Nantes e de Évreux.

HENRIQUE IV E O CAMPONEZ

Quadro exposto no *salon* de 1804, sob o numero 450. Mesmo assumpto que o acima referido. Henrique IV, tendo se perdido na floresta, encontra um camponio a quem pede que o guie; sobe o rustico á garupa do cavallo e pergunta-lhe como ha de conhecer o rei. Diz-lhe Henrique que este terá a cabeça coberta enquanto os demais se hão de manter de chapéo na mão. Ao chegarem ao logar desejado, onde estavam seus cortezãos, pergunta Henrique IV ao camponio: onde estará o rei? E' boa! o rei sou eu ou tu, pois somos os unicos que estamos de cabeça coberta.

PEDRO O EREMITA PRÉGANDO A CRUZADA

Tela: altura 0m,42; comprimento 0m,54: figuras de 0m,08

Quadro que em 1846, por occasião da dispersão da galeria do sr. Saint, foi adquirido para a collecção de Luiz Philippe. Pertence ao museu do Louvre; á direita Pedro o Eremita, num rochedo, vestido de burel, longa barba, fala a um certo numero de auditores, que lhe estão em frente e sob uma grande arvore, entre elles um guerreiro a cavallo, um soldado de pé, revestido de armadura. No meio um grupo de homens e mulheres ajoelhados, que ouvem a prégação da guerra sancta. No primeiro plano á direita um cão perto de uma poça. No fundo montanhas cobertas de matto. Assignado á esquerda.

FRANCESCO FRANCIA DESMAIANDO AO VER UM QUADRO DE RAFAEL

Madeira; altura 0m,10; comprimento 0m,16; figuras de 0m,04

Quadro pertencente ao auctor do presente ensaio. No *atelier* de Francia acaba de ser desencaixotado o quadro de Rafael, Sancta Cecilia, que dous homens põem em pé. O pintor cai desmaiado e é sustido na queda por um grupo de discipulos. Do fundo do quarto, onde se vê uma columnata, acode um dos discipulos de braços abertos. Outro, ajoelhado sôbre a tampa do caixão, olha surpreso para o velho mestre. A' esquerda uma janella; á direita, na parede, quadros, uma estatua de amazona. Um banquinho em que se vê uma palheta sôbre uma capa. No chão uma torquez, diversos pregos, a tampa do caixão.

FRANCESCO FRANCIA DESMAIANDO AO VER UM QUADRO DE RAFAEL

Tela: altura 0m,80; comprimento 0m,64

A *vente* Taunay de 1835 menciona um quadro de assumpto identico, de que provavelmente o anterior é a reproducção em dimensões menores.

FRANCESCO FRANCIA DESMAIANDO AO AVISTAR O QUADRO DE RAFAEL — SANTA CECILIA

Tela: altura 0m,32; comprimento 0m,40

Este quadro, cujo assumpto é identico ao dos que atraz estão mencionados, figurou na *vente* Taunay, 1835.

CICERO E FULVIA

Quadro da collecção Larché, de Dijon, vendido nesta cidade em leilão a 16 de Maio de 1856.

HORACIO E LESBIA

Quadro da collecção Larché, de Dijon, vendido em leilão a 16 de Maio de 1856.

O LEÃO DE ANDROCLES

Tela que figurou durante muitos annos no palacio imperial de São Christovão (V. Dussieux: *Os artistas francezes no extrangeiro.*)

ANDROCLES

Tela: altura $0^{m},32$; comprimento $0^{m},40$

Paizagem selvatica, rochedo cheio de urzes, onde se vê um ninho de serpentes. O quadro representa Androcles no momento em que acaba de tirar o espinho do pé do leão. Leilão Taunay, 1831.

ANDROCLES

Esbôço para o penultimo quadro. Leilão Taunay, 1831.

VISITA AO PALACIO DE NERO

Leilão de 8 de Abril de 1890, no Hotel Drouot, pelo perito Bloche.

JOÃO O BOM NA BATALHA DE POITIERS

Madeira: altura $0^{m},48$; comprimento $0^{m},96$

O rei ferido, derrubado sôbre a garupa do cavallo, está ameaçado pela lança de um infante e em via de ser aprisionado.

Este quadro figurou nas *ventes* Taunay e na *vente* Rondel.

Tem enorme vida e representa um combate encarniçadissimo entre cavalleiros e infantes.

FRANCISCO I NA BATALHA DE PAVIA

Quadro de dimensões regulares, que o auctor deste ensaio viu em Pariz numa collecção particular. O rei cercado pelos inimigos está na imminencia de render-se.

A MORTE DE BAYARD

Madeira: altura $0^{m},16$; comprimento $0^{m},26$

Quadro da galeria do conde de Perregaux vendida a 8 de Dezembro de 1841.

ASSUMPTO INSPIRADO PELA VIDA DE BAYARD

Esbôço a oleo que figurou na *vente* Rondel, 1869.

EPISODIO DA BATALHA DE FONTENOY

Tela; altura 0m,14; comprimento 0m,18

Quadro pertencente á antiga collecção do Palais Royal, dos duques de Orléans e gravado na obra: Galerie du Palais Royal por J. Vatout, 4 volumes. 1823-1826. Representa um combate de infantes e cavalleiros: no fundo um grupo de infantes defende a bandeira do regimento; no primeiro plano cavalleiros acutilam os adversarios que se defendem a baioneta; um cavallo ferido estorce-se de dôr com as quatro pernas para o ar.

Perdeu-se esta tela, segundo parece, no grande incendio do Palais Royal em 1848.

A FAMILIA DO GENERAL LAFAYETTE NA AMERICA

Quadro vendido no Hotel Drouot a 22 de Junho de 1878 pelos peritos Feral e Pillet:

ACCLAMAÇÃO DE DOM AFFONSO HENRIQUES REI DE PORTUGAL

Quadro que fez parte por muito tempo da collecção imperial do Palacio de São Christovão e hoje pertence aos condes d'Eu, achando-se no castello d'Eu.

No primeiro plano, á direita, varios personagens elevam o novo rei sôbre um escudo. D. Affonso Henriques, apoiado numa lança faz um gesto com a mão esquerda á multidão que o acclama. A' sua frente cornetas e tambores o saúdam. No primeiro plano, á esquerda, um pagem que lhe mantem o palafrem, uma mulher levando um filho no collo e chamando outro; um popular sauda o acclamado agitando o chapéo. No segundo plano vêm-se cavalleiros com os estandartes de d. Affonso Henriques. No fundo enorme concurso de povo, levantando os braços e os chapeus, e á extrema direita um castello forte.

ACCLAMAÇÃO DE DOM JOÃO V

Ap. Debret: *Voyage Pittoresque au Brésil.*

CIMABUE E GIOTTO

Quadro exposto no *salon* de 1808, sob o numero 570; representa o encontro do grande pintor primitivo italiano do seculo XIII com Giotto, então pastorinho, no momento em que este desenha sôbre um rochedo uma de suas vaccas que aliás não figura no quadro. Atraz de Cimabue vê-se um velho. As figuras são de grandes dimensões. V. *Journal de l'Empire. Salon* de 1808.

IV

Quadros anecdoticos inspirados por assumptos litterarios

ASSUMPTO DA JERUSALÉM LIBERTA

Quadro exposto no *salon* de 1806. Vafrino escudeiro de Tancredo, disfarçado em arabe, penetra no exercito egypcio, que o sultão junctara para fazer levantar o cerco de Jerusalém. Chegado no momento em que Emiren passa revista ás suas tropas, é reconhecido por Herminia, amante de Tancredo, rainha de Antiochia, que lhe dá logo as informações que lhe haviam motivado a viagem (Catalogo do *salon* de 1806).

O sultão numa eminencia assiste ao desfilar do exercito. Brilhante cavallaria; profusão de armamento reluzente rico; destacam-se dous elephantes trazendo á costa torres cheias de soldados. (Ap. artigo do *Journal de l'Empire*, 1806).

VAFRINO, ESCUDEIRO DE TANCREDO

Quadro exposto sob o numero 870 no *salon* de 1814. Vafrino disfarçado em arabe penetra no acampamento musulmano no momento em que Emiren passa em revista o exercito levantado pelo

sultão do Egypto para soccorrer Jerusalém. Vafrino nesse interim consegue falar com Herminia. Assumpto identico ao do quadro exposto no *salon* de 1806.

HERMINIA ENTRE OS PASTORES

Tela: altura $0^m,22$; comprimento $0^m,27$

A guerreira tranquilliza os pastores que se mostram assustados com a sua presença. Está a cavallo e levanta a viseira para acalmar os receios dos zagaes, que se occupam em fazer cestos de vime. *Ventes* Taunay, 1831 e 1835.

HERMINIA E OS PASTORES

Tela: altura $1^m,75$; comprimento $1^m,34$

Quadro pertencente á Pinacotheca Nacional do Rio de Janeiro.

CLORINDA, GUIADA PELA SUA AMA, VISITA O TUMULO DA MÃE

Quadro vendido em Paris num leilão de 17 de Fevereiro de 1849 pelo perito Simonet.

CLORINDA ENTRE OS PASTORES

Ap. um artigo da *Revue Universelle des Arts*, de Outubro de 1861.

ASSUMPTO INSPIRADO POR ARIOSTO

Quadro apresentado á Academia Real de Pintura quando o auctor pleiteou a sua entrada para essa sociedade e graças ao qual foi acceito *agréé*.

ROGERIO NA ILHA DE ALCINA

Este quadro, cujo assumpto é um episodio do *Orlando Furioso*, figurou no leilão do *Chevalier de J...* a 10 de março de 1828.

DON QUICHOTTE ATACANDO OS CARNEIROS

Os pastores levantam-se do logar onde estão, sob umas arvores frondosas, para conter o cavalleiro, deante do qual fogem

os carneiros em desordem. Sancho, segurando as redeas do burro, ri a bandeiras despregadas. Leilão no Hotel Drouot a 5 de Dezembro de 1838.

O APRENDIZ CARPINTEIRO DE ROBINSON

Ap. uma gravura de Alix (1762-1817). Robinson sentado sôbre a sua canoa apoia-se num machado. Traz-lhe um cachorrinho um martello, na bocca. Ao lado, no para-sol de colmo, empoleira-se o papagaio do naufrago. No fundo arvores.

ROBINSON, O HISPANHOL, SEXTA-FEIRA E O PAE

Ap. outra estampa de Alix. Numa praia rodeada de altos e sombrios rochedos está encalhado um bote. Sexta-feira carregando o pae ás costas dirige-se para a terra. Já esta quasi em secco. Á praia vê-se Robinson de pé, com duas carabinas ao hombro e o Hispanhol sentado na areia.

SAINT PREUX NO TUMULO DE JULIA

Tela: altura 0m,15; largura 0m,10

Saint Preux sentado ao lado de um mausoleo, em que se lê a inscripção *Julie,* contempla ou antes tem em mãos o retrato da amada. Arvores no fundo. Este quadro figurou na *vente* Forgeron, 1º de Dezembro de 1909.

ASSUMPTO INSPIRADO PELA HISTORIA DE PAULO E VIRGINIA

Quadro que figurou no leilão da collecção Des Horties, dispersa em 1852, e no da do barão Rodier, 28 de Janeiro de 1833. Ap. Th. Lejeune: *Guide de l'Amateur de tableaux.* Paulo e Virginia perdidos na matta são descobertos pelo negro Domingo.

ASSUMPTO INSPIRADO PELA HISTORIA DE PAULO E VIRGINIA

Quadro que pertencia á collecção Des Horties, dispersa em 1852 e á do barão Rodier. Servia de *pendant* ao precedente.

Ap. Théodore Lejeune : *Guide l'Amateur de tableaux*. Representa a descoberta do cadaver de Virginia, na praia, por Paulo e Domingo.

OS GANSOS DE FREI PHILIPPE

Tela: altura $0^m,22$; comprimento $0^m,165$

Pequena pintura pertencente ao auctor deste ensaio. No fundo do quadro um rio atravessado por uma ponte, e tendo á direita diversos edificios, de cujo conjunto se destaca um zimborio e um campanario. No primeiro plano um eremita vestido de burel, apoiado num bastão e precedido por um pequeno cão, dissuade um rapaz de prestar attenção a tres mulheres que lhe fazem signaes. Por traz dos personagens um renque de quatro grandes arvores.

OS GANSOS DE FREI PHILIPPE

Tela: altura $0^m,32$; comprimento $0^m,45$

Quadro que figurou nas *ventes* Taunay em 1831 e 1835. O mesmo assumpto que o precedente, que é talvez uma miniatura deste quadro.

OS GANSOS DE FREI PHILIPPE

Quadro de grandes dimensões, que se achava outr'ora no salão do throno do Paço da Cidade no Rio de Janeiro. (V. Dussieux : *Os artistas francezes no extrangeiro*. Assumpto identico ao dos dous quadros anteriores com maiores dimensões.

O MOLEIRO, O FILHO E O ASNO

Quadro inspirado pela fabula de La Fontaine, vendido em eilão de 24 de Março de 1840 pelo perito Simonet.

A FORTUNA E A CRIANÇA

Quadro exposto no *salon* de 1822, sob o numero 1.240, e inspirado numa fabula de La Fontaine.

O VELHO E SEUS FILHOS

Traducção de uma fabula de La Fontaine, exposta no *salon* de 1822, sob o numero 1246.

O VELHO E OS TRES RAPAZES

Quadro inspirado pela fabula de La Fontaine, vendido em leilão de 28 de Março de 1840 pelo perito Simonet.

V

Scenas biblicas e sacras

ABRAHÃO E OS TREZ ANJOS

Tela: altura 0m,32; comprimento 0m,43

Quadro exposto no *salon* de 1793 sob o numero 141.

AGAR NO DESERTO PROCURA REANIMAR O FILHO COM A AGUA DA FONTE, QUE UM MILAGRE LHE ACABA DE REVELAR

Tela: altura 0m,32; largura 0m,40

Este quadro figurou nas *ventes* Taunay (1835) e Rondel (1868). A elle se refere *o Trésor de la Curiosité*, de Charles Blanc. « Numa paizagem mysteriosa, natureza virgem, que parece nunca ter sido desvendada por pessoa alguma, perto de altas arvores e de rochedos entre os quaes correm limpidas aguas, Agar de joelhos procura reanimar Ismael. O anjo que acaba de guia-la a esta fonte bemfazeja já levantou o vôo; não tardará a desapparecer ».

BOOZ E RUTH

Tela: altura 0m,32; comprimento 0m,43

Quadro exposto, sob o numero 88, no *salon* do anno de 1793.

JOSÉ, CRIANÇA, EXPLICA OS SEUS SONHOS AOS ERMÃOS

Tela: altura 0m,32; comprimento 0m,40

Paizagem grandiosa contrastando com a simplicidade das figuras, diz o catalogo da *vente* Taunay. José, tendo ao lado os

ermãos e á sombra de copadas arvores, dirige-lhes a palavra. Em formosos campos, animaes a pastar.

JACOB

Quadro exposto no *salon* de 1814 sob o numero 871. A tela representa o encontro do patriarcha com Rachel, que, no meio de suas aias, se entrega a trabalhos domesticos.

ELIEZER

Quadro que sob o numero 1.605 figurou no *salon* de 1824 e que representa o enviado de Abrahão estacando ante a belleza e elegancia de Rebecca.

ELIEZER E REBECCA

Quadro exposto sob o numero 981 no *salon* de 1827.

ELIEZER E REBECCA

Quadro que figurou na *vente* Taunay em 1835.

MOISÉS SALVO DAS AGUAS PELA FILHA DO PHARAÓ

Tela: altura $0^m,64$; comprimento $0^m,81$

Thermutis, filha do Pharaó, acaba de avistar, entre juncos e caniços, o pequeno Moisés, cujo berço fluctua no Nilo, e ordena a quatro de suas aias que tirem a creança dalli. Em diversos planos destacam-se arvores, bosques, uma ponte; no fundo uma cidade. Na outra margem do canal tres mulheres enchem bilhas. Ap. *vente* Taunay 1831. O quadro reappareceu na venda da collecção Deneyer em Bruxellas, 1908.

MOISÉS SALVO DAS AGUAS PELA FILHA DO PHARAÓ

Pintura que o catalogo da *vente* Taunay (1835) classifica de esplendido esbôço para o quadro do mesmo nome acima mencionado, de que só differe, quanto a pormenores.

MOISÉS SALVO DAS AGUAS

Quadro exposto sob o numero 979 no *salon* de 1827.

A VARADA NO ROCHEDO

Tela: altura 0m,64; comprimento 0m,81

O quadro representa Moisés no momento em que do rochedo de Oreb faz jorrar uma fonte, « pinta o contraste entre a soffreguidão de parte dos israelitas sedentos e o estupor daquelles a quem o milagre pasma » Numerosos grupos: um pae a carregar o filho, desmaiado, uma filha a sustentar a mãe exanime, dous moços carregando um velho, individuos precipitando-se com vasos e outros utensilios para recolher agua, um camello a caminhar para a fonte. Moisés, sôbre o rochedo, domina toda a composição, á sombra de uma arvore immensa. Ap. catalogo da *vente* Taunay, 1831

MOISÉS FERINDO O ROCHEDO

Quadro exposto sob o numero 1.606 no *salon* de 1824.

A VARADA NO ROCHEDO

Tela: altura 0m,29; comprimento 0m,38

Museu de Quimper. Quadro pertencente á collecção Silguy e catalogado sob o numero 825.

A VARADA NO ROCHEDO

Variante do penultimo quadro, que figurou na *vente* Taunay de 1831.

SUZANNA

Tela: altura 0m,29; comprimento 0m,24

Surprehendida pelos velhos, Suzanna salta sôbre a roupa que havia deixado á margem do regato em que se banhava, á sombra da espessa folhagem de um carvalho.

« Os dous seductores esforçam-se por acalmar-lhe o temor fazendo-lhe os protestos de um amor criminoso. » *Vente* Taunay, 1831. Reducção do quadro do *salon* de 1824.

SUZANNA SURPREHENDIDA NO BANHO PELOS VELHOS

Quadro exposto no *salon* de 1824 sob o numero 2.254.

A VOLTA DE TOBIAS E DO ANJO

Tela: altura 1m,70 ; comprimento 2m,45

Tobias, sua mãe e o anjo estão no primeiro plano do quadro; no fundo uma paizagem ornada de grandes fabricas. (Ap. a descripção do catalogo do *salon* de 1787)

SANSÃO

Quadro exposto no *salon* de 1814 sob o numero 872. Passando por Thamnata o juiz israelita encontra um bando de moças. Uma dellas attrae-lhe a attenção e faz-lhe uma proposta de casamento.

PAIZAGEM E ASSUMPTO BIBLICO

Pequeno quadro pertencente á collecção Audoin, vendida no Hotel Drouot de 16 a 18 de Novembro de 1891.

A ADULTERA AOS PÉS DE JESUS

Tela: altura 0m,34 ; comprimento 0m,45 ; figuras de 0m,06

Este quadro foi comprado pela cidade de Grenoble em 1836 por 3.000 frs. Christo está rodeado de homens e mulheres; a seus pés está uma mulher que lhe beija a fimbria do vestido. No primeiro plano foge um homem precipitadamente. O Redemptor esboça largo gesto de accolhimento e protecção.

A ADULTERA AOS PÉS DE CHRISTO

Tela: altura 0m,375 ; comprimento 0m,370

Quadro de menores dimensões e composição identica ao que já foi mencionado; hoje no Museu de Grenoble. Vendido no leilão da Galeria Fossard a 22 de Abril de 1837 pelo perito Henry.

MULHER CURADA AO TOCAR AS VESTES DE JESUS

Quadro que sob o numero 432 figurou no *salon* de 1796.

A PARTIDA DO FILHO PRODIGO

Gravado por DESCOURTES — Madeira : altura 0m,29, comprimento 0m,43

IMPRENSA NACIONAL

JESUS NO MEIO DOS DOUTORES DA LEI ANTIGA

Altura: 0m,32; comprimento 0m,43

Quadro exposto sob o numero 42 no *salon* do anno de 1793.

A CANANÉA

Quadro exposto no *salon* de 1791 sob o numero 79 com a designação: pequena tela.

A PARTIDA DO FILHO PRODIGO

Madeira: altura 0m,29; comprimento 0m,43

Exposto no *salon* de 1806, gravado por Descourtis, na serie das quatro estampas do *Filho Prodigo*, a cores. Assignado á direita, em baixo.

A' porta da casa despede-se o Filho Prodigo da familia: do pae, mãe, ermã e ermão. As mulheres estão chorosas, o pae austero, o ermão inteiramente indifferente. A' janella uma creada, que estava a fiar, debruça-se muito commovida. O Filho Prodigo prepara-se para montar num cavallo, cujos arreios revista um creado agachado. No primeiro plano um cachorrinho. Nos ultimos diversas construcções typicas do estylo de Taunay e montanhas; em baixo de uma arvore, perto de um aqueducto, está sentado um servo que vigia dous cargueiros, um cavallo e uma mula.

Pertencia o quadro á bella galeria do Exm. Sr. dr. Augusto Carlos da Silva Telles, que delle fez presente ao auctor deste ensaio.

A ORGIA DO FILHO PRODIGO

Madeira: altura 0m,29; comprimento 0m,43

Ap. a estampa de Descourtis na serie do *Filho Prodigo*. No primeiro plano, sob frondosa arvore e em tôrno de uma mesa de marmore estão sentados o Filho Prodigo e duas mulheres, uma das quaes é uma guitarrista. Coroado de louros e voltado para uma terceira mulher, que de pé lhe põe uma flor nos cabellos, o libertino tem numa das mãos uma maçã e extende a outra, que sustem uma

taça, a uma escrava negra de pé a despejar-lhe vinho. Com o pé direito o perdulario inclina uma amphora com o fito de despejar o vinho que ella contem. A' extrema esquerda uma estatua de Cupido sentado. Juncto á mesa, um cão a passar; no segundo plano á direita duas lavadeiras e um menino, que estão no rio que occupa o fundo do quadro. Atraz desse rio, uma casa alta de tres andares e uma columnata occupam todo o comprimento do quadro.

O FILHO PRODIGO GUARDANDO PORCOS

Ap. a estampa de Descourtis na serie chamada do *Filho Prodigo*.

No primeiro plano, sentado numa pedra, semi nú, ar infelicissimo, cabelleira inculta, está o Filho Prodigo, tendo um cajado na mão e aos pés um porco deitado. Um pouco atraz vê-se uma mulher que o aponta a dous meninos. Ao infeliz cercam dous porcos e um cão. No fundo do quadro grandes edificios, arcos, columnas, zimborio, a architectura characteristica do artista. Um rebanho de bois e carneiros encaminha-se para a direita, guiado por uma mulher montada num burro. Entre os animaes se acha um, carregando grande fardo. Á esquerda um regato, a cuja margem estão pinheiros e palmeiras.

A VOLTA DO FILHO PRODIGO

A' porta de casa o Filho Prodigo ajoelha-se aos pés do pae, que o manda levantar-se. Atraz deste a mãe e a ermã do joven perdulario approximam-se delle, o ermão levanta os olhos ao céu, a creada acode ás pressas tendo na mão um fuso; e um escravo se adeanta com o novilho, que deve ser immolado em sacrificio. No fundo do quadro um ribeirão, á margem do qual está um homem a puxar um camello pela redea, edificios á esquerda; ao fundo palmeiras, vegetação. Ap. a gravura de Descourtis na serie do *Filho Prodigo*.

O BOM SAMARITANO

Ap. o Lexicon de Nagler.

A ORGIA DO FILHO PRODIGO (GRAVADO POR DESCOURTES)

Madeira: altura 29 cms. comprimento 42 cms.

IMPRENSA NACIONAL

SÃO MATHEUS

Tela: altura 0m,84; comprimento 0m,81

Num logar calmo e solitario, sob grandes arvores, escreve o Evangelista sentado numa pedra o que lhe dicta um anjo. Esta tela figurou nas *ventes* Taunay (1835) e Rondel (1869).

SÃO MATHEUS

Tela: altura 0m,21; comprimento 0m,16

Reducção do quadro acima descripto e pertencente á Pinacotheca Nacional do Rio de Janeiro.

SÃO MARCOS

Tela: altura 0m,64; comprimento 0m,81

Uma fonte corre aos pés do Evangelista, que medita profundamente sôbre o que acaba de escrever; o leão está ao lado do sancto. Este quadro figurou na *vente* Taunay (1835).

SÃO MARCOS

Tela: altura 0m,21; comprimento 0m,16

Reducção do quadro acima mencionado, pertencente á Pinacotheca Nacional do Rio de Janeiro.

SÃO LUCAS

Tela: altura 0m,64; comprimento 0m,81

Ao lado do Evangelista está deitado o boi, que lhe é attributivo. Este quadro, assim como os tres precedentes, figurou na *vente* Taunay (1835). No fundo do quadro vasta e espessa floresta.

SÃO LUCAS

Tela: altura 0m,21; comprimento 0m,16

Reducção do quadro acima mencionado, pertencente á Pinacotheca Nacional do Rio de Janeiro. Figurou na *vente* Taunay (1835).

SÃO JOÃO EVANGELISTA

Tela: altura 0m,64; comprimento 0m,81

O Evangelista acha-se á sombra de um rochedo, sôbre o qual está pousada a aguia attributiva, que nas garras esmaga uma serpente. Este quadro figurou na *vente* Taunay (1835). No fundo do quadro, após espesso bosque, destacam-se edificios de uma cidade construida em amphitheatro.

SÃO JOÃO EVANGELISTA

Tela: altura 0m,21; comprimento 0m,16

Reducção do quadro acima mencionado pertencente á Pinacotheca Nacional do Rio de Janeiro.

SACRA FAMILIA

Tela: altura 0m,21; comprimento 0m,16

Tela pintada no gosto da eschola italiana; figurou na *vente* Taunay de 1835.

SÃO JERONYMO

Tela: altura 0m,64; comprimento 0m,81

Sentado perto de enormes rochedos coroados de urzes e de arbustos selvagens, São Jeronymo parece inspirado pela leitura do que acaba de escrever. Um leão de pé no primeiro plano, companheiro do sancto, é o unico ser que anima esse deserto. Este quadro figurou na *vente* Rondel (1869).

A PRÉGAÇÃO DE SÃO JOÃO BAPTISTA

Tela: altura 0m,95; comprimento 1m,47; figuras de 0m,14

No segundo plano, á direita e perto de um lago, São João, de pé sôbre um monticulo ensombrado por uma grande arvore, tem em mãos uma cruz e prega a um auditorio numeroso. Entre os assistentes destacam-se, no primeiro plano, á direita, dous guerreiros sentados no chão, uma mulher sustentando uma creança sôbre um burro, no meio um cavalleiro inclinado para traz; no fundo, á es-

querda, camellos, uma caravana e ruinas sôbre uma montanha cheia de matto. Assignado sôbre um rochedo: Taunay, Rio de Janeiro 1818. Este quadro pertenceu á collecção de Luiz XVIII; foi exposto no salão de 1819 e adquirido em 1820 pelo Estado por tres mil francos. A paizagem é um logar do Brasil. Pertence ao museu de Louvre e foi por este emprestado ao de Nice (1911).

A PRÉGAÇÃO DE SÃO JOÃO BAPTISTA

Reducção do quadro existente no museu de Nice e vendido em Pariz num leilão a 27 de Março de 1871.

VI

Scenas mythologicas

NIOBE

Quadro vendido num leilão do Hotel Drouot a 12 de Março de 1856. A' direita vê-se a entrada de um palacio antigo com columnatas, a que se sobrepõem estatuas. Nas vizinhanças vê-se Niobe implorando a clemencia de Apollo cujas flechas lhe attingem inflexivelmente os filhos.

ORPHEU E EURYDICE

Tela: altura 0m,33; comprimento 0m,41

Quadro pertencente á collecção J. L., dispersa no Hotel Drouot, a 14 de Dezembro de 1908, e vendido por 1.000 francos pelo perito Feral.

ORPHEU

Tela: diametro 0m,10 (Circular)

Quadrinho pertencente á exma. sra. da. Adelaide de E. Taunay Doria.

NYMPHAS A PROCURAR PROSERPINA

Quadro da collecção Rollin de Lyon, dispersa em Pariz a 1º de Abril de 1873. Numa paizagem cheia de grandes arvores diversas nymphas munidas de archotes exploram a matta.

NYMPHA E AURORA

Tela: altura 0m,33; comprimento 0m,41

Quadro pertencente á collecção J. L., dispersa no Hotel Drouot a 14 de Dezembro de 1908; vendido por mil francos pelo perito Féral.

NYMPHAS E CRIANÇAS EM TORNO DE UM POÇO

Quadro da collecção Falbe, de Londres, dispersa em leilão a 19 de Março de 1900.

HYLAS E UMA NYMPHA

Tela: comprimento 45 1/2 pollegadas

Quadro da collecção Christie, dispersa em Londres, em 1911, a 28 de Janeiro.

UMA COLUMNATA, NYMPHA E CUPIDO

Quadro da collecção Falbe, vendido em leilão em Londres, a 19 de Maio de 1900.

SUPPLICA DO AMOR

Quadro vendido em Paris num leilão dirigido pelo perito Lefèvre a 20 de Março de 1867. Assignado á direita e em baixo.

SACRIFICIO A UMA DIVINDADE

Painel: altura 0m,23; comprimento 0m,375

A' esquerda um sarcophago monumental; á direita um grupo de amores que offerecem um sacrificio aos manes do defunto. Um deixa que uma pomba vôe; traz outro um bode; no fundo uma paizagem montanhosa. Leilão da galeria do sr. Alphonse Wattel. Bayart em Roubaix a 17 de Dezembro de 1906.

A BACCHANTE

Madeira: altura 0m,26; comprimento 0m,23

« Uma gruta em frente á qual se dá uma bacchanal. A' esquerda satyros e nymphas dansam. A' direita grupos enlaçados. No centro

do quadro a bacchante seminua adeanta-se e dansa, agitando um pandeiro. Céus muito claros.— Composição cheia de vida e mocidade e toque aprimorado — Assignado á esquerda N. Taunay.» Leilão da collecção F. Bohler a 23 de Fevereiro de 1906.

FAUNOS E BACCHANTES

Tela: altura 1m,12; comprimento, 0m,90

Quadro que figura na *vente* Delassue no Hotel Drouot a 22 de Dezembro de 1908.

VII

Scenas antigas

DESAFIO ENTRE PASTORES QUE DISPUTAM O PREMIO DA FLAUTA DE PAN NA ARCADIA

Quadro de grandes dimensões e comprehendendo muitas figuras, que outr'ora ornava a sala do throno do palacio de São Christovam. Dussieux: *Les artistes français à l'étranger*.

OS PASTORES DA ARCADIA

Tela: altura 0m,29; comprimento 0m,45

Quadro pertencente ás collecções do Museu de Cherbourg.

PASTORES DE THEOCRITO E VIRGILIO RECOLHENDO OS SEUS REBANHOS

Quadro exposto no *salon* de 1822, sob o numero 1.239.

TOMADA DE UMA CIDADE

Tela: altura 0m,81; comprimento 1m,00; figuras de 0m,10

Quadro adquirido pela administração imperial em 1800; fez parte do museu do Louvre, que o cedeu ao de Nice. A' direita numerosos habitantes de uma cidade, presa das chammas, são levados como reféns, atravessando uma ponte situada á beira de um rio atravessado por uma ponte. No primeiro plano, á esquerda, dous cavalleiros marcham á frente dos prisioneiros, que outros soldados a cavallo vigiam: A' direita varios pinheiros de Italia.

TOMADA DE UMA CIDADE

Tela: altura 1m,02; comprimento 1m,54

Assumpto identico tractado em maior escala, num quadro exposto sob o numero 14, no *salon* de 1793.

PAIZAGEM

Numa paizagem destaca-se um grupo de moças romanas acompanhadas de escravas. A um canto um pastor indica-lhes o caminho. Collecção do calligrapho Bertrand, dispersa no leilão de 13 de Novembro de 1855, no Hotel Drouot.

PARTIDA PARA UMA CAÇADA COM FALCÕES

Quadro vendido em Bruxellas, a 6 de Novembro de 1878, pelo piutor E. Tenaerts.

GUERREIROS DA MEDIA EDADE JOGANDO CARTAS

Tela: altura 0m,32; comprimento 0m,37

Quadro que figurou na *vente* Taunay, em 1835. Jogam os guerreiros, inteiramente indifferentes em relação á sorte dos companheiros feridos que, atraz delles, são transportados do campo de batalha para o hospital.

GUERREIRO CARREGADO SOBRE UM PAVEZ

Quadro exposto no *salon* de 1804, sob o numero 448.

COMBOIO DE PRISIONEIROS GUIADO POR CAVALLEIROS MEDIEVAES

Ap. um artigo da *Revue Universelle des Arts*, de Outubro de 1861.

GUERREIROS CONDUZINDO PRISIONEIROS

Leilão dirigido pelo perito Bloche a 17 de Junho de 1899.

VIII

Scenas orientaes

O BAZAR

Tela: altura 0m,32; comprimento 0m,40

Num bazar negociantes de chales, joias, quadros, etc, offerecem suas mercadorias. O grupo principal é constituido por um individuo que comprou um chale branco a duas mulheres, uma das quaes sentada num cesto. Mais longe, um homem examina com uma lente um collar que uma mulher lhe mostra; amadores examinam attentamente quadros; aqui e acolá, escravos occupados em transportar fardos, a abri-los; no fundo alguns a arranjar quadros. Atravez de uma grande porta avista-se uma casa rodeada de arvores. Leilão Taunay, 1831.

BAZAR TURCO ESTABELECIDO EM RUINAS DA GRECIA ANTIGA

Tela: altura 0m,65; comprimento 0m,81

Numerosos mercadores ambulantes offerecem as suas mercadorias a uma turba de compradores, servindo de quadro á scena ruinas de estylo hellenico, perto de um obelisco. A tela pretende reproduzir scenas da vida asiatica e figurou nos leilões Taunay (1831 e 1835).

No primeiro plano um Turco ricamente vestido offerecendo uma bolsa a um homem sentado num fardo. Aos diversos personagens rodeiam escravos e negociantes. A' esquerda do quadro, outro Turco, montado num cavallo baio escuro faz esmola a uma mulher que segura uma creança. Escravos carregam e arrumam fardos, mascates offerecem mercadorias a mulheres; vê-se no meio da multidão um grande elephante.

BAZAR TURCO ESTABELECIDO EM RUINAS DA ANTIGA GRECIA

Tela: comprimento 0m,41; altura 0m,32

Reducção do quadro precedente, que se acha mencionado nas *ventes* Taunay (1831 e 1835).

O PAGODE

Tela: altura 0m,73; comprimento 0m,59

Quadro da collecção Otlet de Bruxellas, vendido em leilão nesta cidade a 20 de Dezembro de 1912.

PRÉGAÇÃO NOS DESERTOS DA ARABIA

Esbôço a oleo que figurou no leilão Taunay, em 1835.

O CONDUCTOR DE CAMELLOS

Madeira: altura 0m,10; comprimento 0m,14

Um camelleiro guiando um camello está parado á porta de uma cabana. Leilão da collecção Laloge de Dijon, a 4 de Abril de 1872.

A DESFILADA DE UM EXERCITO ORIENTAL

Madeira: altura 0m,46; comprimento 0m,63

Quadro vendido no Hotel Drouot a 3 de Dezembro de 1910 por 5.600 francos. Figurara no leilão Miallet em 1901. No centro, sôbre uma eminencia, está um chefe, coberto de turbante, de pé, accompanhado de pagens e guerreiros, a extender o braço para uma planicie, onde desfilam innumeraveis tropas. A' direita tres elephantes carregados de guerreiros. No primeiro plano numerosas personagens, cavalleiros, soldados, homens de côr e uma mulher vestida de roupas luxuosas.

IX

Scenas militares

A FOLGA NO ACAMPAMENTO

Madeira: altura 0m,42; comprimento 0m,67

Quadro pertencente á collecção imperial da Ermitage em São Petersburgo. No primeiro plano, sentado ao lado de uma barrica e tendo um papel em mãos, está um soldado, em mangas de camisa, a quem um camarada dá um copo de vinho. Em tôrno vêem-se diversos soldados conversando, um tambor, faxineiros tra-

balhar; no fundo diversas barracas e uma grande arvore, tudo isso á direita. A' esquerda, no primeiro plano, uma vivandeira ou mulher de soldado a carregar dous barriletes, um homem a cavallo bebendo numa bilha. No plano do fundo, á direita, desfilam diversos infantes. Este quadro foi adquirido pela imperatriz da Russia, Maria Feodorowna, do ourives da côrte russa Duval, no anno de 1805, com o fito de com elle presentear o imperador Alexandre I no seu dia onomastico.

PAIZAGEM E ACAMPAMENTO

No primeiro plano vê-se a passagem de uma bateria de artilheiros. No fundo as barracas de um acampamento. Quadro que figurou numa exposição de Fevereiro de 1830, no Museu Colbert, á rua Vivienne em Paris.

VISTA DE UM ACAMPAMENTO

Quadro exposto no *salon* do anno de 1791 sob o numero 754, e a indicação de que se tracta de uma tela pequena.

EXTERIOR DE UM HOSPITAL MILITAR

Tela: altura 1m,14; comprimento 1m,62; figuras de 0m,20

Este quadro foi exposto no *salon* do anno VI (1798) e adquirido então pelo Estado. No primeiro plano, á direita, doentes deitados na grama; perto de uma arvore um soldado em sentinella deante de uma barraca. No segundo plano, á esquerda, outros doentes passeiam apoiados em muletas. No meio, ao pé de uma escada, que leva a um grande edificio á direita, e sôbre a porta do qual está escripto «Hospicio militar», acha-se parada uma carreta cheia de feridos. Homens diversos tomam-nos nos braços e os transportam para o interior do monumento. Este quadro está hoje no palacio de Compiègne.

EXTERIOR DE UM HOSPITAL MILITAR

Tela: altura 0m,48; comprimento 0m,65

Reducção do quadro do *salon* de 1798, exposta sob o numero 449 do *salon* do anno XII (1804), com pequenas modificações, se-

gundo os criticos da época. Vendido por 3.625 frs. no leilão da collecção de Mrs. Milbank, em Londres, a 7 de Julho de 1900.

CURATIVOS FEITOS NUM FERIDO NO INTERIOR DE UM HOSPITAL

Tela: altura 0m,24; comprimento 0m,32

Quadro que figurou nas *ventes* Taunay em 1831 e 1835. No primeiro plano um ferido sôbre uma padiola, a quem um cirurgião, que lhe faz uma sangria no pé, applica uma ligadura; uma ermã de caridade ajuda a operação, enquanto um dos padioleiros sustenta o paciente. No fundo da sala convalescentes junto ao leito e perto de um terraço interior.

UM HOSPITAL MILITAR

Quadro que pertenceu á collecção do marechal Marmont, duque de Ragusa, dispersa após a morte da duqueza, em 1859. Ap. Th. Lejeune: *Guia do amador de quadros*. A scena se passa na Italia. No primeiro plano, sob uma grande arvore, vê-se um official superior fardado de gala, tendo em tôrno de si alguns soldados, cansados ou doentes, uns deitados, outros sentados. O grupo principal do quadro é o que cerca uma grande carreta puxada por dous cavallos a transportar um certo numero de feridos. Numa grande escada vêem-se homens carregando doentes; a enfermeira extende roupa sôbre o corrimão.

ERMITAS DANDO HOSPITALIDADE A MILITARES FRANCEZES

Quadro exposto no *salon* de 1812 sob o numero 882 e reproduzido no Museu de Landon; gravado por Le Normand. Paizagem arida e montuosa, em que se vêem pinheiros e carvalhos. No fundo grandes edificios, que parecem os de uma Cartuxa situada sôbre penhascos. No primeiro plano á esquerda na estrada vêem-se cinco soldados sentados no chão e um cavalleiro a puxar um cavallo. Quatro monges descem de uma vereda, trazendo viveres para os militares.

OFFICIAL DE CAVALLARIA E SEU ORDENANÇA

Um official de cavallaria, montado num corcel branco, atravessa um bosque, a conversar com um hussardo que cavalga a seu lado. No fundo passa um esquadrão de cavallaria.

Esbóço a oleo para um quadro. *Vente* Rondel, 1869.

COMBOIO MILITAR DE GADO EM MARCHA

Tela: altura $0^m,19$; comprimento $0^m,21$

No segundo plano destaca-se um grupo imitando o de Loth e suas filhas a fugir, segundo Rafael. Catalogo da *vente* Taunay de 1835.

COMBOIO MILITAR DIRIGINDO-SE PARA A PORTA DE UMA CIDADE

Tela: altura $0^m,65$; comprimento $0^m,81$

Quadro no gosto de Wouvermans, que figurou no leilão Taunay de 1835.

PARADA DE UM COMBOIO MILITAR

Quadro exposto no *salon* de 1810 sob o numero 758.

PARADA DE UM COMBOIO MILITAR

Quadro exposto no *salon* de 1814 sob o numero 868.

PARADA DE VOLUNTARIOS

Quadro exposto no *salon* de 1793 sob o numero 592.

EXERCITO MARCHANDO

Tela: altura $0^m,37$; comprimento $0^m,36$

Quadro da collecção do Conde de C..., vendido em leilão em Paris, pelo perito Bloche, a 12 de Junho de 1903.

EXERCITO ATRAVESSANDO UM DESFILADEIRO

Quadro da collecção Dumond (do Instituto de França), vendida no Hotel Drouot, a 13 de Fevereiro de 1854.

MARCHA DE TROPAS FRANCEZAS

Quadro exposto sob o numero 759, no *salon* de 1796.

MARCHA DE TROPAS NUM DESFILADEIRO

Cavalleiros atravessam um ribeiro; duas mulheres marcham-lhe á frente. No segundo plano animaes e comboio accompanham a margem do rio; no fundo do quadro destacam-se altas montanhas, onde se vêem algumas fabricas. Este quadro foi exposto no *salon* de 1787.

TROPAS DESCANÇANDO

Tela: altura 0m,64; comprimento 0m,81

Militares formando a cauda de numeroso comboio, cuja vanguarda se vê no primeiro plano, pararam para tomar algum repouso. Um carrega um cavallo com diversos objectos, outro arranja o calçado, enquanto um cavalleiro escuta o que uma vivandeira lhe conta. Um pouco mais longe uma carreta com feridos junto á qual estão soldados e vivandeiras. Dous officiaes parecem inspeccionar a marcha desses retardatarios. No fundo do quadro se vê uma grande e alta montanha. Leilão Taunay, 1831.

TROPAS MARCHANDO

Quadro pertencente ao sr. Victor A. Taunay, de Pariz.

TROPAS DESCANÇANDO

Tela: altura 0m,32; comprimento 0m,405

Repetição do penultimo quadro, sob menores dimensões. Apenas o céu tem menos nuvens. Leilão Taunay, 1831.

PARADA DE TROPAS EM MARCHA, Á MARGEM DE UM RIBEIRO

Tela: altura 0m,34; comprimento 0m,64

Quadro que figurou na *vente* Taunay de 1835. A' margem de um pequeno rio está estacado um contingente de soldados que se desalteram nas frescas aguas da corrente. Em posição de destaque a bandeira do regimento.

SOLDADOS DE INFANTARIA DESCANÇANDO DA MARCHA

Pequeno quadro, exposto fóra do catalogo, pouco antes do fechamento do *salon* de 1801, segundo se lê num artigo do *Examen des ouvrages du salon de 1801, par une société d'artistes*, collecção Deloynes, t. XXVI.

O PORTA ESTANDARTE

Tela: altura 0m,54; comprimento 0m,64

Numeroso contingente de infantaria caminha por uma ladeira acima no segundo plano; no primeiro vê-se um grande numero de soldados retardatarios, escoltando uma carreta com feridos e parados á margem de um regato, onde varios se desalteram, um delles carrega um ermão d'armas. No mesmo logar, entre diversos grupos, destaca-se um granadeiro de pé, abraçando a bandeira tricolor, cuja altura domina a scena. O quadro representa um episodio das campanhas da Italia. *Vente* Taunay, 1831.

CAVALLEIROS DESCANÇANDO

Pequeno quadro que figurou no leilão Martin, a 4 de abril de 1892 no Hotel Drouot.

COMBATE DE HUSSARDOS

Leilão de 20 de março de 1861 pelo perito Laneuville. O quadro é attribuido a Taunay.

UM COMBATE

Tela: altura 0m,18; comprimento 0m,20

Quadro assignado, que pertenceu á collecção do rei Luiz Philippe e foi vendido no leilão Dumesnil em Pariz a 10 de Maio de 1900 por 1.780 francos.

SUCCESSOS CONTRADICTORIOS ACONTECIDOS APÓS UMA BATALHA

Quadro exposto no *salon* de 1796, sob o numero 452. Os planos do fundo são occupados por tropas que combatem ainda.

No primeiro vêem-se guerreiros a despojar cadaveres, a amontoa-los e outros a transportar feridos. (V. Décadaire, *salon* de 1796).

O DIA SEGUINTE AO DE UMA BATALHA

Tela: altura 0m,32; comprimento 0m,40

Ap. Quatremère de Quincy: *Elogio funebre de Taunay*. Vêem-se soldados de pé, sentados e deitados na relva, alguns a jogar cartas. A' direita, perto de uma barraca improvisada, uma mulher carregando viveres; do outro lado, juncto a um massiço de arvores verdes, soldados a carregar feridos, fardos e um carro puxado por varios cavallos. Mais longe, atravez do bosque, um batalhão de infantaria a marchar escoltado de officiaes. *Vente* Taunay, 1831.

A CARRETA DOS FERIDOS

Quadro pertencente á galeria do barão Pérignon, dispersa no Hotel Drouot a 16 de Novembro de 1896.

RETIRADA DOS FERIDOS APÓS A BATALHA

Quadro exposto no *salon* de 1793, sob o numero 566.

SOLDADO MORTO NO CAMPO DE HONRA

Quadro vendido pelo perito Fabre, em leilão de 17 de Março de 1873.

OS FRANCEZES

Scena militar mencionada no *Diccionario dos Pintores*, de Theodoro Guedy, como tendo figurado num leilão de quadros em 1881.

REGIMENTO DE ARTILHARIA ENTRANDO NUMA PRAÇA FORTE

Tela: altura 0m,50; comprimento 0m,60

Quadro vendido no Hotel Drouot, a 14 de Dezembro de 1908, na *vente* J. L. pela somma de 1.760 frs. Perito Féral.

O JOGO DE BOLAS

Quadro do Museu Fabre de Montpellier, representando uma scena italiana. Madeira.
Altura 0m,12. Comprimento 0m,21.

COMPANHIA DE ARTILHEIROS

No primeiro plano de uma paizagem vê-se passar uma companhia de um regimento de artilharia. No fundo do quadro um acampamento. Tela que figurou numa exposição do Museu Colbert, em Fevereiro de 1830.

X

Scenas italianas

BENÇÃO DOS REBANHOS EM ROMA

Quadro exposto sob o n. 209 no *salon* do anno de 1787. Um religioso abençoa, sob uma arvore em cujo tronco se vê uma Madona, os rebanhos guiados por uns pastores.

Varios monges com cirios accesos cercam-no.

Vê-se uma mulher de pé offerecendo um cordeiro e zagaes ajoelhados. Fabricas, um rio com uma grande ponte de pedra, montanhas longinquas occupam o resto do quadro. Entre os pastores acham-se mulheres; o religioso é um monge branco. Este quadro pertenceu á collecção do Marechal Marmont, duque de Ragusa, dispersa a 14 de Dezembro de 1857 após a morte de sua viuva.

UMA PRAÇA PUBLICA NUMA CIDADE ITALIANA

Numa praça cercada de edificios de estylo italiano realiza-se animada feira. Quadro da collecção do calligrapho Bertrand dispersa ao Hotel Drouot em leilão de 13 de Novembro de 1855.

O JOGO DE BOLAS

Madeira : altura 0m,12 ; comprimento 0m,21

Quadro pertencente ao museu Fabre de Montpellier. Quatorze figuras principaes no plano dos que jogam o *giuocco di bocci*; no fundo uma cidade italiana, onde se vê uma ponte sôbre um rio.

Á direita arcadas e construcções.

LEILÃO DE QUADROS AO AR LIVRE

Tela : altura 0m,28 ; comprimento 0m,38

Quadro exposto no *salon* de 1796 sob o numero 452 com quatro outros do mesmo auctor.

Scena italiana ; um leiloeiro trepado num estrado sustentado por barricas, em frente á porta de uma casa, grita com todas as forças as qualidades do quadro que mostra ao público. A seus pés um escrivão regista os lances ; os amadores sentados em cadeiras trocam impressões e olhares para as bellas, que o pregão promettedor de obras primas attrahe.

(V. o artigo de Philippe Burty na *Gazette des Beaux Arts*, 1859 (tomo II, pag. 307.)

MISSA CELEBRADA NUMA CAPELLA DE SÃO ROQUE PARA OBTER DO CEU A CESSAÇÃO DE UMA EPIDEMIA

Tela: altura 1m,30; comprimento 1m,95; figuras 0m,15

Este quadro pertenceu á collecção de Luiz XVIII. Foi exposto no *salon* de 1814 e adquirido pelo Estado por 2.400 francos. Pertenceu ao Museu do Louvre e hoje faz parte do de Douai.

A' esquerda duma pequena capella, em cujo frontespicio se lê S. Rocco, celebra-se uma missa. O padre, de braços abertos, volta-se para a assistencia composta de camponios de pé e ajoelhados. Doentes, um em macca outro deitado na relva, frades a rezar em breviarios, ermãos de uma confraria com o seu estandarte, etc. A' extrema esquerda, sob uma arvore, uma mulher a cozinhar e um aldeão ao lado de um burro. No fundo do quadro os edificios de uma cidade. A' direita um burro a espojar-se na relva, um cavalleiro que acode ao local e um camponio que se afasta levando um cacete ao hombro.

MISSA CELEBRADA NUMA CAPELLA DE SÃO ROQUE PARA OBTER DO CEU A CESSAÇÃO DE UMA EPIDEMIA

Tela: altura 0m,874; comprimento 1m,053

O mesmo assumpto que o precedente, que é a reproducção em ponto maior deste quadro, exposto sob o n. 183 no *salon* de 1789. Diz o catalogo que a tela era propriedade do sr. Souris.

A MISSÃO

Uma praça de aldeia, onde se vê um edificio bastante grande em frente a uma egreja. No fundo do quadro uma paizagem. A' porta da egreja um cruzeiro tosco de madeira; um missionario ajoelhado prega junto á cruz a numeroso auditorio de camponios. Quadro vendido em Pariz num leilão pelo perito Hue a 12 de Novembro de 1832.

DISTRIBUIÇÃO DE ESMOLAS FEITA POR MONGES NA ESCADARIA DE UM GRANDE EDIFICIO PERTO DO CONVENTO DE SÃO JOÃO DE LATRÃO

Leilão Taunay, 1831. Tela de pequenas dimensões.

DISTRIBUIÇÃO DE ESMOLAS FEITA POR MONGES

Tela: altura 0m,32; comprimento 0m,40

Quadro comprado em 1784 pelo joalheiro Langraff ao perito Paillet pela somma de 800 fras. Ap. Charles Blanc, biographia de Taunay.

DISTRIBUIÇÃO DE ESMOLAS POR CARTUXOS

Madeira: altura 0m,54; comprimento 0m,80

Ap. uma gravura de Leprince. A scena se passa na Italia.

No primeiro plano, á esquerda, uma galeria que dá sôbre uma escadaria. Sôbre esta se acha uma multidão de mendigos, maltrapidos, semi-nús, que de diversos monges recebem esmolas de viveres e roupas. Uma mulher levando pela mão uma criança dirige-se para o grupo. No primeiro degrau um mendigo sentado devora um prato de sopa, tendo ao lado um cachorrinho, que lhe pede sustento. No primeiro plano, á direita, vêem-se dous velhos miseraveis e rotos, que se apressam em caminhar para o grupo principal, seguidos de um cão. No fundo, á direita, edificios importantes. Uma columna supportando uma estatua.

DISTRIBUIÇÃO DE ESMOLAS POR FRADES CARTUXOS

Estudo a oleo para o quadro acima. *Vente* Rondel, 1869.

DISTRIBUIÇÃO DE ESMOLAS Á PORTA DE UM MOSTEIRO PERTO DA TORRE DE NERO

Tela: altura 0m,27; comprimento 0m,40

Assumpto analogo ao da distribuição de esmolas pelos Cartuxos. Perto da torre de Nero, no pateo de um claustro e sob as suas galerias, frades distribuem viveres a diversos mendigos. Entre outras cousas nota-se um donato soccorrendo uma familia infeliz e um moço que recommenda paciencia a dous homens, que parecem acabrunhados pela fome e pela fadiga. *Ventes* Taunay (1833) e Rondel.

DISTRIBUIÇÃO DE ESMOLAS Á PORTA DE UM MOSTEIRO PERTO DA TORRE DE NERO

Esboço do quadro acima mencionado com o mesmo titulo. *Vente* Taunay, 1831.

A SALTARELLA

Tela: altura 0m,64; comprimento 0m,81

Exposição posthuma no *salon* de 1831 sob o numero 1974. Um Napolitano e sua joven companheira executam uma dansa characteristica á vista de numerosa assembléa de camponezes. Entre os curiosos destaca-se um musico trepado sôbre taboas, mulheres sentadas e distrahidas na conversa, um cavalleiro envolto num manto; do outro lado camponezas, uma das quaes montada em um cavallo branco perto de rapazes sentados, de pé ou deitados na relva Toneis e outros objectos trazidos para baixo de uma barraca construida ás pressas, annunciam que a dansa será seguida de banquete. Coroa o quadro um bosque de arvores altas; a composição destaca-se sôbre um fundo ornado de fábricas e terminado por montanhas.

A TARANTELLA

Numa bella paizagem um tocador de rabeca e um guitarrista fazem dansar camponezes napolitanos. Além dos pittorescos per-

sonagens que os rodeiam, ainda se vêem, no segundo plano do quadro, muitos outros grupos que retratam uma serie de episodios interessantes. Ap. catalago da *vente* Rondel, 1869.

FANDANGO NAPOLITANO

Tela: altura 0m,32; comprimento 0m,40

Quadro que figurou na *vente* Taunay em 1835.

No primeiro plano dous pares de dansarinos bailam. A' direita assistem á dansa nove pessoas sentadas no chão, das quaes uns guitarristas e um camponio de pé: á esquerda um grupo de oito pessoas, das quaes um guitarrista e um rabequista. Completam a assembléa no fundo um individuo, que levanta no ar uma mulher, outro a tocar pandeiro, uma mulher a dansar e um individuo a chamar alguem. No ultimo plano arvores, um almocreve a tocar um burro, uma egreja muito alta e outros edificios. Gravado pelo aguafortista Réveil para o seu *Museu de Pintura e de Esculptura* (Pariz, 1872).

FESTA NAPOLITANA

Tela: altura 0m,34; comprimento 0m,42

Assignado á direita e datado: 1824. Este quadro pertenceu á collecção do barão Mourre e hoje faz parte da galeria do dr. Raimundo de Castro Maia (1915). No fundo, altos edificios, uma egreja; no segundo plano, á direita, um bosque de arvores esgalhadas e copa frondosa. No primeiro plano numerosa reunião de camponezes rodeia um casal, que dansa a tarantella. A' direita uma barraca, juncto á qual está um homem a cavallo e uma mulher sentada em outro cavallo. A' esquerda um grupo de individuos sentados ao lado de outro grupo, no centro, de homens de pé.

O ENTOADOR DE CANTICOS

Tela: altura 0m,32; comprimento 0m,40

Trepado num estrado está um cantor italiano a entoar hymnos religiosos e rodeado de numeroso auditorio, a quem indica com o arco da rabeca a imagem do sancto, cujos louvores celebra. No

fundo do quadro vêem-se em tôrno de uma mesa diversos individuos parecendo ridicularizar o mysticismo do cantor. No auditorio notam-se homens e mulheres em diversas attitudes, e um *lazzarone* a cavallo, benzendo-se. No primeiro plano uma mulher vestida de branco afasta-se do grupo cantando num livro, que acaba de comprar. Fábricas ao fundo. *Ventes* Taunay de 1831 e 1835.

O ENTOADOR DE CANTICOS

Primeiras ideas do quadro, que tem o mesmo titulo, acima descripto. *Vente* Taunay, 1831.

SCENA ITALIANA

Tela: altura 0m,64 ; comprimento 0m,80

Um grupo de raparigas camponezas volta da lavoura ; á direita numa ponte conversam uma mulher montada numa mula e um mendigo, á esquerda um camponez guarda um rebanho á sombra. Vaccas estão a beber numa poça. Assignado á direita e em baixo. Leilão da collecção Wattel Bayart, Roubaix, 17 de Dezembro de 1906.

A RAJADA

Tela: altura 0m,32 ; comprimento 0m,40

Numa estrada, nas vizinhanças da porta de uma cidade da Italia, cujos edificios occupam todo o fundo do quadro, está uma ponte collocada ao pé de uma grande arvore e illuminada pela luz que atravessa espessas moitas. Mulheres alli vêm buscar agua, uma dellas já encheu dous vasos e vai voltar. Perto um viajante e uma aldeã, montada a cavallo, dirigem-se para a cidade. No segundo plano vê-se um grande rebanho. As nuvens, o movimento das arvores, as roupas agitadas dos personagens mostram que ha vento. *Vente* Taunay, 1831.

OS MENDIGOS ROMANOS

Quadro que figurou no leilão de 19 de Novembro de 1875 no Hotel Drouot.

LAVADEIRAS ITALIANAS

Tela: altura $0^m,32$; comprimento $0^m,45$

Perto de grandes arvores e moitas espessas diversas mulheres, vestidas com os trajes das camponias italianas, lavam roupa nas aguas de um riacho encoberto por folhagens; uma dellas chega carregando um fardo na cabeça. Outra mulher sustenta uma criança, que está montada na anca de uma vacca. Outra vacca e um cão negro completam o grupo.

LAVADEIRAS Á BEIRA D'AGUA

Tela: altura $0^m,28$; comprimento $0^m,38$

No fundo vêem-se edificios, cujo estylo revela a architectura italiana. Leilão da collecção Jules Burat a 28 de Abril de 1869.

CAMPONEZAS ITALIANAS A LAVAR ROUPA NUM AÇUDE

Tela: altura $0^m,32$; comprimento $0^m,40$

Vêem-se varias lavadeiras occupadas a lavar roupa á margem de um pequeno açude. Na vizinhança pastam muitos animaes. *Vente* Taunay de 1831.

MOÇAS ROMANAS Á FONTE

Em tôrno de uma fonte, em logar umbroso, algumas jovens romanas brincam. No fundo os edificios de uma cidade antiga. Collecção do calligrapho Bertrand, vendida no Hotel Drouot a 16 de Novembro de 1855.

MULHERES ROMANAS Á MARGEM DE UM RIO

Quadro da collecção do calligrapho academico Bertrand, vendido em leilão do Hotel Drouot a 16 de Novembro de 1855.

A VOLTA DO MERCADO

Tela: altura $0^m,64$; comprimento $0^m,81$

Ap. Quatremère de Quincy: *Elogio funebre de Taunay*. Quatro mulheres moças, trajadas á italiana, voltam do mercado, a

conversar. Tres carregam diversos objectos, a quarta apenas uma bolsa e parece motejar das companheiras. Mais longe uma mulher montada num burro atravessa uma ponte a conversar com um camponio; do lado opposto vaccas guiadas por um pastor atravessando um valle. Planicie fertil e de aspecto ameno. *Vente* Taunay, 1831.

A VOLTA DO MERCADO

Tela: altura 0m,24; comprimento 0m,32

O mesmo assumpto do ante-penultimo quadro com uma ligeira modificação na paizagem: a ausencia de um grupo de arvores.

VINDIMADORES ITALIANOS DESCANÇANDO

Tela: altura 0m,32; comprimento 0m,49

Quadro que figurou na *Vente* Taunay em 1835 e representa uma scena de outomno.

A VINDIMA

Vindimadores trabalham enquanto outros descansam. Scena crepuscular. Quadro que figurou na *vente* Taunay de 1831.

O EXTERIOR DE UMA HERDADE NA ITALIA

Madeira: altura 0m,49; comprimento 0m,49

Num grande pateo vê-se um rebanho de vaccas, cabras e carneiros, guiado por uma mocinha a cavallo que se dirige em companhia de dous camponezes em direcção a um poço circundado por grande carvalho, perto do qual um burro se espoja. Por traz dos muros do pateo avistam-se os monumentos e a porta de uma cidade. Leilão da collecção Vigneron, a 3 de Março de 1828.

A SAIDA DOS REBANHOS

Madeira: altura 0m,22; comprimento 0m,30

Num logar montanhoso, onde se notam edificios de architectura italiana, uma mulher montada num burro e um pastor envolto no seu manto tangem um rebanho de vaccas e carneiros. A' esquerda, no segundo plano, uma vereda onde caminha uma rapariga carregando uma cesta. O sol surgindo no horizonte illumina o campo;

as arvores e as casas projectam sombras á esquerda. Leilão da collecção Jules Burat a 28 de Abril de 1889. Foi este quadro então vendido por 2.100 francos.

A VOLTA DOS REBANHOS

Tela: altura $0^m,32$; comprimento $0^m,40$

A porteira da herdade está escancarada; os pastores entram tocando seus rebanhos; no primeiro plano um burro espoja-se no solo, levantando poeira e perto de um cão que late; á direita uma grande arvore e um poço, onde um creado tira agua. Quadro de tom alourado e illuminado pela luz do Poente. Pertenceu á collecção Jules Burat e foi vendido a 28 de Abril de 1889, por 2.100 francos.

CAMPONIOS DOS ARREDORES DE GENOVA TIRANDO AGUA NUMA FONTE

Tela: altura $0^m,32$; comprimento $0^m,40$

Mulheres rodeando uma fonte situada a pouca distancia da estrada. Ap. *Le Trésor de la curiosité*, de Ch. Blanc.

XI

Scenas feiraes e aldeãs

DANSA DE CAMPONEZES

Tela: $0^m,555 \times 0^m,445$ (Oval)

Quadro pertencente á collecção imperial da Ermitage em São Petersburgo. No fundo ruinas, um rio atravessado por uma ponte em arcada, á direita; um bosque de grandes arvores á esquerda; no ultimo plano uma montanha nevada. No primeiro plano distingue-se um individuo debruçado sôbre um banco, tendo ao lado um musico que, de pé sôbre um barril, toca para que dous camponezes e tres camponezas dansem em roda. Á esquerda, no segundo plano, uma carroça puxada por dous bois. No primeiro, á direita conversam dous namorados sentados no chão. Adquirido, em 1903, por 500 rublos (2.000 francos) pela direcção dos Museus Imperiaes Russos ao sr. A. Bouniascowsky. Assignado.

FESTA ALDEÃ

Madeira: altura $0^m,185$; comprimento $0^m,17$

Uma praça pública, em que á direita e á esquerda se vêem lojas, negociantes e compradores; casas diversas e algumas arvores no fundo do quadro. No primeiro plano uma multidão versicolor cheia de alegria. Leilão da collecção F. Bohler a 23 de Fevereiro de 1906.

FESTA N'ALDEIA

Madeira: altura $0^m,285$; comprimento $0^m,53$

Quadro da collecção Decourcelle, vendido em leilão a 29 de Maio de 1911 por 6.500 francos.

DANSARINOS HISPANHÓES

Tela: altura $0^m,32$; comprimento $0^m,40$

Um homem está a tocar castanholas e uma mulher rufa um pandeiro; dansam rodeados de numerosa assembléa. No fundo do quadro as muralhas elevadas de um mosteiro. Leilão da galeria Tancé em Lille a 12 de Dezembro de 1881.

BAILE CAMPESTRE

Tela: altura $0^m,32$; comprimento $0^m,40$

Cêrca de trinta campônios italianos bailam ao som da musica de uma orchestra rustica. No fundo do quadro um mosteiro.

Leilão da collecção Gasquet a 9 de Março de 1888.

FESTA DE ALDEIA

Madeira: altura $0^m,12$; comprimento $0^m,21$

Camponezes estão a divertir-se; uns jogando bolas e outros cartas deante de uma grande columnata, atravez da qual se vê a praça de uma cidade da Italia. Quadro pertencente ao museu Fabre de Montpensier, a que foi legado pelo sr. Valedeau.

FESTA ALDEÃ

Quadro do Museu Fabre de Montpellier, representando uma scena italiana. Madeira.
Altura 0m,12. Comprimento 0m,21.

A ROSIÈRE

Festa aldeã. Grupo de dansarinas e de bebedores occupam os primeiros planos; no fundo do quadro montanhas cobertas de arvores. Quadro exposto em 1787, sob o numero 210 do catalogo, e pertencente então ao marechal de Noailles.

PROCISSÃO

Quadro exposto no *salon* de 1812 sob o numero 883.

INTERIOR DE TABERNA

Tela: altura 0m,11; comprimento 0m,19

Quadro, a que se refere o artigo de W. Burger, na *Gazette des Beaux Arts*, sôbre uma exposição de quadros da Eschola Franceza no B.dos Italianos. (tomo VIII, pag. 360, anno de 1860), artigo que é accompanhado por uma reproducção da tela, desenhada por Edmond Hédouin e gravada por Sotain. Trez camponios preparam-se para jogar cartas. Á esquerda, no fundo, uma chaminé, deante da qual conversam trez outros personagens.

BODAS DE ALDEIA

Ap. a celebre estampa de Carlos Melchior Descourtis (1753-1820) pertencente á serie da *Rixa*, do *Tamborileiro* e da *Feira de Aldeia*, reproduzida numa grande quantidade de edições. Os noivos dansam uma sarabanda em frente a um grande circulo de convidados, muitos dos quaes se acham sob uma tenda, sentados a uma mesa. Um tambor e um tocador de cornamusa formam a musica do bailado. No primeiro plano uma mulher sentada com uma criança ao collo e dous meninos que brigam por causa de um cão.

AS LIGAS DA NOIVA

Quadro exposto no *salon* de 1808 sob o numero 571, e na opinião do critico do *Journal de l'Empire* legitimo primor. Representa um banquete de casamento ao ar livre sob um panno sostido por galhos de arvores. Os noivos dão o signal da retirada; nesse

interim um dos convidados atira-se ás pernas da noiva para lhe desatar as ligas no meio de grandes gargalhadas e de palmas da assistencia. O noivo carrancudo puxa pelo braço da mulher, enquanto o cura finge assoar-se para não ver a scena. No ultimo plano uma mulher sentada com uma criança ao collo, um rapaz deitado no chão, outro sentado em feixes de capim e applaudindo. Ap. *Journal de l'Empire*; *salon* de 1808.

A NOIVA DA ALDEIA

Madeira: altura 0m,21; comprimento 0m,17

Enquanto numerosos aldeões dansam sob uma tenda armada em frente a uma casa rustica, vê-se no primeiro plano o noivo, que traz uma rosa na mão, deixar o baile, accompanhando-o a noiva. Um camponio a tocar rabeca e outro a tocar flauta fazem dansar a assistencia. Leilão de 22 de Fevereiro de 1872 no Hotel Drouot.

NOIVOS DE ALDEIA

Quadro outr'ora pertencente á galeria imperial de São Christovam, segundo Dussieux: *Les artistes français à l'étranger*.

PRESENTES DE NUPCIAS

Quadro exposto no *salon* de 1806. Os convivas de uma boda, depois de terem feito os seus presentes aos noivos, reconduzem-nos para a casa ao som de uma guitarra, de um tambor e de um pifano, carregando objectos familiares.

BODAS NO CAMPO

Um rapazito furta a liga da noiva; o cura presente á festa finge não vêr a acção maliciosa do rapaz, assoando-se. Ap. Charles Blanc: *Biographia de Taunay*.

O DIA SEGUINTE AO DE UMAS BODAS DE ALDEIA

Quadro exposto no *salon* de 1814 sob o numero 869. Os convidados accompanham os recem-casados á nova casa, carregando os presentes.

FEIRA DE ALDEIA

Ap. a celebre estampa de Descourtis da serie da *Rixa*, do *Tamborileiro* e da *Boda de Aldeia*. No primeiro plano, á direita, modesto estrado ao lado de uma barraca e de dous troncos de arvores. Nelle estão um palhaço e um *pierrot* a embasbacar uma roda de aldeões, homens e mulheres, na qual se acha tambem uma mulher vestida elegantemente, decotada e penteada com apuro, attrahida ao local pela curiosidade, ou talvez comparsa dos saltimbancos, pois parece segurar pela mão um menino vestido de palhaço.

Em frente ao estrado, e de costas, vê-se um tamborzinho a rufar o seu instrumento. A' direita e no fundo barracas de feira rodeadas de gente. Passam uma velha levando um menino e dous frades que olham curiosamente para os palhaços. No primeiro plano dous cães rosnam um para o outro.

UMA FEIRA

Tela: altura 0m,54; comprimento 0m,67

Quadro exposto conjunctamente com outro, sob o numero 188, no *salon* de 1789.

UMA FEIRA

Quadro exposto, sob o numero 885, no *salon* de 1812.

O ARRANCADOR DE DENTES

Madeira: altura 0m,37; comprimento 0m,27

Ap. Charles Blanc: Biographia de Taunay na sua *Vida dos pintores de todas as escholas*.

Um arrancador de dentes ambulante está sôbre um palco em frente a uma multidão, tendo ao lado o ajudante vestido como Scapin.

Este quadro e o seu *pendant*: *Bailarinos num palco* foram vendidos em 1813 no *salon* de Charles Godefroy por 760 francos e em 1834, na dispersão da collecção do famoso banqueiro Jacques Laffitte, cada qual por 2.500 francos.

CHARLATÃO ARRANCANDO UM DENTE

Quadro exposto, sob o numero 451, no *salon* de 1804. O paciente faz horriveis caretas de dôr. (V. *Journal des Débats*, *salon* de 1804.)

O THEATRO DE LA FOLIE

Tela : altura $0^m,64$; comprimento $0^m,81$

Numa praça publica e á sombra de uma grande arvore acha-se um theatro improvisado, deante do qual La Folie, montado num estrado, encara os espectadores e, sorrindo, escreve a vida dos homens illustres dictada por Arlequino. O sceptro do jogral collocado sôbre o globo terrestre indica que a folice preside a todas as » acções humanas ». Num dos lados do theatro lê-se : « Ha logar para todos ». Na assistencia vê-se gente velha e moça, pobre e rica, de todas as classes e tempo. Quadro philosophico, que figurou na *vente* Taunay de 1831.

O THEATRO DE LA FOLIE

Tela : altura $0^m,32$; comprimento $0^m,41$

Quadro pertencente á Pinacotheca Nacional do Rio de Janeiro ; é a reproducção do precedente.

BAILARINOS NUM PALCO

Madeira : altura $0^m,37$; comprimento $0^m,27$

Arlequino atira o seu piston sôbre uma velha ; um actor vestido de jogral tem debaixo do braço um volume da *Vida dos Homens Illustres*, de Plutarcho. Este quadro foi vendido em 1813, no leilão de Charles Godefroy, pela somma de 760 francos, conjunctamente com o seu *pendant* — *O arrancador de dentes*. Em 1834, quando se deu a dispersão da collecção do famoso banqueiro Jacques Laffite, attingiram ambos o preço de 2.500 francos.

OS COMICOS AMBULANTES

Quadro da collecção H. F. Broadwood, dispersa num leilão em Londres a 27 de Março de 1899 e vendido nessa occasião por £ 210 (5.250 francos).

LA FOLIE ESCREVENDO O QUE ARLEQUINO LHE DICTA

Tela: altura $0^m,32$; comprimento $0^m,40$

Quadro que figurou na *vente* Taunay em 1835. Espectaculo de pantomimeiros num dia de feira.

O MERCADO

Tela: altura $0^m,59$; comprimento $0^m,74$

A' entrada de uma cidade numerosos individuos estão reunidos; á direita saltimbancos fazem momices; á esquerda vê-se uma ponte sôbre um rio. Leilão no Hotel Drouot de 14 de Dezembro de 1908, collecção do sr. J. L.; vendeu-se este quadro por 1.700 francos; perito Féral.

MERCADORES AMBULANTES

Dous mascates, homem e mulher, carregados de embrulhos, fizeram parar uma cavalleira, que se extasia ante a belleza das fazendas que o mercador lhe apresenta. No fundo do quadro montanhas e construcções diversas, uma arvore. A' esquerda, no primeiro plano, um cão. Paizagem arida em que só se vê uma arvore. Gravada por Ponce.

TROPEIROS NEGOCIANDO UM CAVALLO

Madeira: altura $0^m,20$; comprimento $0^m,28$

Quadro pertencente á exma. sra. da. Adelaide E. Taunay Doria. Em tôrno de um bello animal normando sete individuos discutem-lhe as qualidades e defeitos. No segundo plano trez outros personagens.

O POÇO

Ap. uma lithographia de Engelmann. Em tôrno de um poço juncto a uma arcada vêem-se duas mulheres de pé, uma das quaes carrega uma bilha enquanto a outra tem na cabeça um fardo.

A' direita, outra mulher montada a cavallo, installada numa cangalha, a quem accompanha um individuo envolto em grande manto, dirige-lhes a palavra.

Sob a arcada passam um boi e cinco carneiros guiados por um cavalleiro.

O POÇO

Uma mulher e um homem tiram agua de um reservatorio. Leilão do Hotel Drouot a 9 de Maio de 1874.

A PARTIDA PARA A CIDADE

Madeira : altura 0m,10 ; comprimento 0m,14

Miniatura pertencente á galeria Laloye de Dijon, vendida em leilão a 4 de Abril de 1872.

OS ALDEÕES

Quadro exposto fóra do catalogo pouco antes de se fechar o *salon* de 1801. V. *Examen des ouvrages du salon de 1801*, collecção Deloynes 26.

LEITURA NUMA FAMILIA DE ALDEÕES

Quadro exposto sob o numero 591 no *salon* de 1793

NOTICIAS DA GUERRA

Tela: altura 0m,22 ; comprimento 0m,34

Em frente a um *chalet* de madeira coberto por uma vinha que invade todo o tecto, camponezes, sob alegres raios de sol, rodeiam um velho sentado numa pedra a ler-lhes um jornal. A' direita, uma moça salta de um escabello para um burro; no fundo trez rapazes armados de varapáus.

Quadro vendido por 1.100 francos no leilão da collecção Rothan em maio de 1890.

XII

Scenas campestres e pastoris

PASTORES A TOCAR FLAUTA ENQUANTO APASCENTAM OS REBANHOS

Tela : altura 0m,25 ; comprimento 0m,38

Quadro exposto no *salon* de 1810 sob o numero 765. A' sombra de grandes arvores um grupo de pastores ouve o concêrto de dous

zagaes flautistas. Bello effeito de luz solar coando atravez da folhagem copada. Numerosos bois e carneiros espalham-se pelo quadro, que figurou no leilão da galeria do perito Robert Lefèvre em 7 de Março de 1831.

PASTORES DISPUTANDO, NUM TORNEIO DE FLAUTA, A HONRA DE SEREM COROADOS POR UMA PASTORA

Quadro exposto sob o numero 447 no *salon* de 1804.

Segundo um artigo do *Journal des Petites Affiches* de Ducray Dumesnil sôbre o *salon* de 1804 tracta-se de uma grande tela, « cujas figuras estão distribuidas com perfeita elegancia em attitude muito interessante ».

O TORNEIO DE FLAUTA

Num sitio pittoresco dous pastores estão a tocar flauta perante numerosa assembléa. Este quadro foi vendido no Hotel Drouot a 18 de Novembro de 1892 pelo perito Féral.

O TORNEIO DE FLAUTA

Numa bella paizagem, numerosos bois e carneiros descansam á sombra de grandes arvores ou pastam. No primeiro plano diversos pastores estão a tocar flauta. Leilão em Pariz, de 17 de Dezembro de 1892, por Féral.

UM PASTOR PENSA AS FERIDAS DE SEU CÃO QUE ACABA DE DERRIBAR UM LOBO

Tela: altura $0^m,72$; comprimento $0^m,62$

Um pastor pensa as feridas de seu cão — que após terrivel combate acaba de matar um lobo — e para isso poz em tiras a camisa. O fundo do quadro é uma paizagem, em que se vêm alguns carneiros. Este quadro figurou nas *ventes* Taunay e Rondel. Diz o catalogo desta que foi o ultimo quadro, em que trabalhou o artista, deixando-o por acabar.

O PASTOR DESCONSOLADO

Esbôço attribuido a Taunay. Leilão de 8 de Fevereiro de 1908 por Sortais.

O LOBO HYDROPHOBO

Tela: altura 0m,23; comprimento 0m,19

No momento em que um homem e uma mulher saem de casa são assaltados por um lobo hydrophobo, que os derriba e os victimaria, si não fosse o soccorro ministrado por um homem corajoso, que com um forcado repelle o animal e sôbre si attrahe o furor do animal. Um creado armado de pau corre em defesa do homem, enquanto um menino se esconde atraz do batente da porta, espavorido.

PASTORA OFFERECENDO AS PRIMICIAS DO LEITE, QUE ACABA DE TIRAR, AO SANCTO ERMITÃO DO ROCHEDO

Quadro exposto no *salon* de 1822, sob o numero 1.242.

A PASTORA DOS ALPES

Quadro exposto no *salon* de 1824, sob o numero 1.607.

SCENA PASTORIL

Quadro exposto no *salon* de 1814, sob o numero 1875.

A COLHEITA

Num valle pittoresco, regado por um rio, varios camponios segam os trigos, enquanto outros descansam á sombra. Leilão no hotel Drouot a 16 de Março de 1872.

A COLHEITA DE NOZES

Quadro vendido em Pariz, num leilão, a 27 de Fevereiro de 1867, dirigido pelo perito Dhias.

O LENHADOR

Quadro exposto fóra do catalogo, no *salon* de 1802; representa um lenhador a cortar grosso ramo de arvore.

Ap. um anonymo *Revue du salon de l'an X*; collecção Deloynes, tomo XXVIII.

ABERTURA DE UMA ESTRADA NO CAMPO

Tela: altura 0,m32; comprimento 0,m25

Quadro exposto em 1782, no *Salon de la Correspondance* e então adquirido pelo conde de Cossé. Um operario transporta terra num carrinho de mão, ao lado de um carroceiro que enche com atêrro a sua carroça, e de uma mulher agachada. Diversos cavouqueiros trabalham de picareta. Num canto vê-se um individuo de calças caidas, a fazer as suas necessidades num regato.

Ap. o catalogo do leilão da collecção dos Goncourt.

UMA ESTRADA ATRAVEZ DE CAMPOS

Uma estrada corta uma campina, onde se vêm arvores, moutas que abrigam pastores e muitos animaes. Este quadro pertenceu á collecção de Arsène Houssaye vendida em leilão em Pariz a 27 de Novembro de 1907.

ANIMAES CAMINHANDO

Um rebanho atravessa aguas tranquillas; uma mulher o guia, levando um filho pela mão; no segundo plano distinguem-se algumas casas, e nos ultimos planos montanhas e um lago. Quadro exposto sob numero 211 no *salon* de 1787.

ANIMAES CAMINHANDO

Tela: altura 0m,16; comprimento 0m,24

Paizagem que lembra as do Languedoc. Um pastor accompanhado de duas camponias, uma montada num burro e outra num cavallo branco, conduz numeroso rebanho. Á esquerda, no se-

gundo plano, um pastor guia carneiros. Altas montanhas, em cujo sopé corre um rio. Grandes arvores, bosques. *Vente* Taunay, 1831.

ANIMAES CAMINHANDO

Tela: altura 0m,19; comprimento 0m,22

Grande rebanho guiado por pastores e suas mulheres. No fundo um comboio militar. No primeiro plano destaca-se um pastor sentado perto de seus carneiros a tirar um espinho do pé. *Vente* Taunay, 1831.

REBANHO CAMINHANDO

Quadro que figurou na *vente* da duqueza de Ragusa em 1857. Paizagem montanhosa, onde se vê uma fábrica e diversos animaes caminhando.

VOLTA DO REBANHO AO APRISCO

Quadro exposto no *salon* de 1814 sob o numero 873.

A MARCHA

Quadro exposto sob o numero 874 no *salon* de 1811, representando um rebanho a caminhar.

VOLTA Á HERDADE

Quadro pertencente á collecção da duqueza de Ragusa dispersa em 1857. Ap. Lejeune: *Guide de l'amateur de tableaux.*

Um homem montado num cavallo branco precede uma carreta puxada por dous cavallos e seguida por um rebanho de carneiros e vaccas.

PASTOR A COLHER CEREJAS

Um joven pastor está a colher cerejas de uma arvore á beira da estrada. Algumas vaccas estão em tôrno delle a pastar ou deitadas. Collecção Ch. de Belz, dispersa em leilão de 8 de Março de 1878 em Pariz.

PASTORES DESCANSANDO

Quadro do Museu Fabre, em Montpellier — Madeira: altura 0m,36, comprimento 0m,65

IMPRENSA NACIONAL

PASTORES E ANIMAES

Madeira : altura 0m,21 ; comprimento 0m,24

No primeiro plano um pastor. Uma vacca deitada, outra de pé e um carneiro. Em plano mais afastado um pastor, uma pastora e varios animaes. Quadro pertencente á collecção Saint, vendida a 4 de Maio de 1846 em Pariz.

Pertenceu á collecção Etienne Arago, cujo leilão se realizou a 8 de Fevereiro de 1872.

PASTORES E ANIMAES DESCANÇANDO

Quadrinhos formando um par que figurava no leilão Martin, 4 de Abril de 1892.

PASTORES DESCANÇANDO

Madeira : comprimento 0m,65

Quadro pertencente ao Museu Fabre de Montpelllier, a que foi legado pelo colleccionador Valedeau. Trez pastores e duas mulheres com os seus filhos e rodeados de rebanhos conversam sôbre uma eminencia.

PASTOR E BOI

Madeira : altura 0m,10 ; comprimento 0m,14

Miniatura vendida no leilão da collecção Laloye de Dijon a 4 de Abril de 1872.

PASTORES E ANIMAES

Tela : altura 0m,37 ; comprimento 0m,44

Num terreno muito accidentado alguns pastores tangem deante de si um grande rebanho de carneiros e vaccas. Leilão no Hotel Drouot em Paris, a 22 de Fevereiro de 1872.

PASTOR E REBANHO

Madeira : altura 0m,10 ; comprimento 0m,14

Leilão da galeria Laloye em Dijon a 4 de Abril de 1872.

O VAU

Ap. uma lithographia de Engelmann. Dous pastores, dos quaes um a cavallo, guiam em aguas pouco profundas um boi e treze carneiros, vigiados por um cão. Ambos estão de costas.

A' esquerda ruinas de uma torre. A' direita, uma margem baixa onde se acham uma arvore e graminea.

O VAU

Ap. uma estampa do *Musée* de Landon, tomo IV, estampa 55. Um rebanho de bois e carneiros, guiado por um pastor, passa um rio a vau. Gravado por Chancourtis.

A PASSAGEM DO VAU

Tela: altura 0m,65; comprimento 0m,57

Assignado e datado 1825. Quadro pertencente á collecção J. L. dispersa no Hotel Drouot a 14 de Dezembro de 1908.

CAVALLOS A BEBER NUM VAU

Tela: altura 0m,32; comprimento 0m,40

Num ribeirão, onde se acha um banhista, estão a beber, dentro d'agua, alguns cavallos conduzidos por tractadores; um dos animaes, no primeiro plano, mostra-se rebelde ao seu guia. A' direita vê-se pittoresca aldeia. Este quadro figurou nas *ventes* Taunay em 1831 e 1835.

O TOURO FURIOSO

Quadro que figurou na *vente* Fouquet em 1804.

O CAVALLO DISPARADO

Quadro exposto no *salon* do anno de 1802 sob o numero 274.

COCHEIRO ARREANDO CAVALLOS

Madeira: altura 0m,10; comprimento 0m,14

Quadro da collecção Laloye de Dijon, vendida em leilão a 4 de Abril de 1872.

XIII

Quadros anecdoticos inspirados pelas scenas da vida commum

O TAMBORILEIRO

Papelão: altura 0m,35; comprimento 0m,27

Ap. a famosa estampa da Descourtis, da serie da *Rixa*, da *Boda de Aldeia* e da *Feira de Aldeia*. Numa alameda de parque aos pés de uma estatua, que representa um personagem mythologico, sentado e tendo entre as pernas uma aguia, dous ciganos fazem trabalhar animaes amestrados. Um delles toca tambor e uma pequena trombeta, enquanto o outro faz dansar dous cães vestidos. A' direita uma numerosa assembléa de damas e fidalgos conversa, accompanhando com os olhos os exercicios. Num dos cães está montado um pequeno macaco.

Assignado á direita. Este quadro figurou no leilão do Hotel Drouot de 24 de Abril de 1907, *vente* da sra. X... e pertenceu á collecção da imperatriz Eugenia, dispersa em Março de 1881.

O TROVADOR

Numa villa, em frente a um repuxo, á sombra de grandes arvores, numerosa assembléa ouve os cantos de um trovador, que se accompanha num bandolim. Esbôço a oleo, que figurou na *vente* Rondel, 1869.

ESPECTACULO AO AR LIVRE

Madeira: altura 0m,31; comprimento 0m,40

Um clarim e um palhaço representam uma scena comica num parque, rodeados de muita gente, com homens, crianças e mulheres elegantemente vestidas.

Leilão no Hotel Drouot a 22 de Fevereiro de 1872.

SCENA DE CARNAVAL

Vente Richard W... «Esta *Scena de carnaval* filia-se ao primeiro estylo de Taunay, que se approxima de Greuze e é o melhor.

A scena é mais facil de pintar do que descrever: um *pierrot* endiabrado, tendo tido a carnavalesca idéa de cavalgar uma torneira da fonte, faz rir velhos e moços e escandaliza as senhoritas Dorine e Toinette, que cobrem o rosto com as mãos — que horror! — deixando contudo coar o olhar pelos dedos ». Artigo de Charles Blanc no *Courier de Paris*. Este quadro foi vendido então (1857) por 2.200 frs. e já figurara no leilão de Laffitte em 1834.

SCENA DE CARNAVAL

Um palhaço montado numa columna de chafariz procura molhar com o esguicho um bando carnavalesco; fogem da agua alguns camponios, que estão admirando os mascarados (*Journal des Débats, salon* de 1804).

A RIXA

Tela: altura 0m,32; comprimento 0m,23

Ap. a celebre estampa de Carlos Melchior Descourtis da serie do *Tamborileiro*, da *Boda de Aldeia* e da *Feira de Aldeia*. No fundo uma torre, em ruinas, ao lado da qual se vê uma casa e uma arcada. No primeiro plano, à esquerda, uma mesa em tôrno da qual estão sentados, a beber e a jogar, diversos homens. Dous militares de espadas desembainhadas preparam-se para o duello. Um delles sustem nos braços uma mulher desmaiada e está contida por dous dos companheiros de orgia, ao passo que ao contendor detem outra pessoa. A' mesa dous jogadores proseguem as paradas, indifferentes a tudo. Sob a arcada trez pessoas.

Esteve exposto este quadro em 1888, por occasião da Exposição Universal de Pariz, no Museu das Artes da Ornamentação e foi vendido em 1898 por 7.300 frs. no leilão da collecção Decloux.

UMA RIXA

Madeira: altura 0m,18; comprimento 0m,23

Leilão no Hotel Drouot a 1 de Junho de 1901. Arrastados pela cholera dous homens, armados de adagas, não se batem devido á intervenção de mulheres e crianças que se interpõem ao duello. Assignado á direita sôbre o terreno.

O RAPTO

Madeira: altura 0m,22; comprimento 0m,16

Quadro legado ao museu de Rennes pelo sr. de Trégoin. Dous bandídos pretendem arrebatar violentamente uma mulher que se debate, no auge do desespêro. Ao longe vê-se um cavalleiro medieval encouraçado em ferro, que a galope acode, attrahido pelos gritos da mulher. Os dous raptores ao avista-lo desembainham as espadas.

O RAPTO

Tela: altura 0m,69; comprimento 0m,88

Quadro que pertenceu ás galerias do capitão Stratford e de Gagnet.

ATAQUE DE BANDIDOS

Tela: altura 0m,46; comprimento 0m,55

Quadro pertencente ás collecções do museu de Quimper e que outr'ora fez parte da collecção Silguy.

O ERMITA

Tela: altura 1m,26; comprimento 1m,810

Um ermita, de pé sôbre um monticulo, prega ante uma multidão reunida em tôrno de si; destacam-se duas mulheres ajoelhadas e um guerreiro no meio de muitas outras figuras. No fundo vêem-se arvores, os suburbios de uma cidade e um vasto trato de terras. Ap. a descripção do catalogo do *salon* de 1787, em que o quadro esteve exposto.

A CARIDADE DO ERMITA

Tela: altura 0m,66; comprimento 0m,80

Um ermita, nas vizinhanças da sua gruta, dá de beber a uma mulher ajoelhada que traz uma criança ás costas, enquanto um homem, que accompanha as duas, bebe soffregamente, de pé, arrimado a um bastão, num pucaro. Um cachorrinho pede com insistencia que lhe dêm alguma cousa. A' porta da gruta está uma

cruz e um rosario do ermitão. No extremo plano vê-se um rebanho de bois, que sobe uma ladeira, guiado por um cavalleiro que se volta para vêr a scena. Esta tela pertencia em 1911 a Henri Rochefort e está assignada á esquerda.

VIAJANTE A DAR ESMOLA A UM ERMITA

Tela : altura $0^m,32$; comprimento $0^m,35$

Um cavalheiro dá um obolo ao companheiro de um ermitão sentado á margem de um rio.

No fundo um rebanho e massiços de verdura. Quadro que figurou na *vente* Taunay em 1835.

ERMITA ARRANCANDO O DISCIPULO ÁS SEDUCÇÕES DA CIDADE

No fundo do quadro, á margem de um rio, os edificios de uma cidade. Seis personagens ; o ermita, o discipulo ; trez cortezãs riem-se do velho e fazem signaes ao moço. Um homem a tomar banho á margem do rio, que occupa um dos planos do quadro. Esta tela foi exposta no *salon* de 1804. Ap. artigo do *Journal des Débats* sôbre a exposição.

ERMITA PRÉGANDO

Quadro exposto no *salon* de 1806. Sôbre um monticulo um ermita vestido de burel e tendo longa barba cinzenta, prega a uma grande multidão de homens, mulheres e crianças, o vento agita-lhe o vestuario e deixa ver-lhe as pernas nuas. Destacam-se na composição um velho deitado no chão, com a cabeça levantada, a olhar para o prégador, uma mulher acocorada de mãos postas, e outra mulher no primeiro plano com o rosto em terra. Nos ultimos planos vêm-se soldados a cavallo e mulheres a levantar crianças nos braços. (Ap. *Journal de l'Empire*, salon de l'an 1806).

Este assumpto foi tractado por Taunay em outros quadros, como em *Pedro o Eremita prégando a cruzada*, do Museu do Louvre.

O JARDIM DO ERMITA

Tela, altura 0m,41; comprimento 0m,33

Este quadro foi vendido em leilão do Hotel Drouot a 18 de Dezembro de 1908 pelo perito Lair Dubreuil.

CARTUXOS TRANSPORTANDO PARA O SEU MOSTEIRO UM FERIDO QUE ENCONTRARAM

Quadro exposto sob o numero 333 no *salon* de 1801. No fundo de uma alameda umbrosa avistam-se a porta e os altos muros da Cartuxa e por traz de tudo o zimborio de uma egreja. No primeiro plano do quadro, vêem-se dous religiosos carregando numa padiola o ferido que acabaram de encontrar. Caminham ao lado de um açude, num cotovello da avenida e pararam um minuto; o mais moço dos monges explica a aventura a um dos padres que vão ao seu encontro, enquanto o outro prodigaliza ao moribundo consolos da religião. V. *Journal des Débats, salon de l'an IX.*

O CAPUCHINHO MISSIONARIO

Diametro 0m,16

Pintura redonda. Um capuchinho prega perante uma assembléa de camponezes. Leilão de 13 de Março de 1907 por P. Roblin.

EPISODIO DE CAÇADA

Uma dama elegante, montada num cavallo branco, um fidalgo com chapéu e plumas e um escudeiro param para pedir informações a um camponio, que lhes mostra o caminho, de pé sôbre um velho tronco nodoso. Nos ultimos planos vêem-se um asno e alguns carneiros guiados por um camponio. (Leilão pelo fallecimento da duqueza de Ragusa, a cuja galeria pertencia este quadro).

ENCONTRO NUMA CAÇADA

Tela: altura 0m,34; comprimento 0m,32

Uma fidalga vestida de amarello, cuja cauda do vestido um pagem carrega, está perto da sua carruagem. Vêem-se ainda cavalleiros, lacaios, monteiros, cães. Quadro vendido pelo perito Féral a 26 de Abril de 1907.

A AMAZONA

Montada num cavallo branco vê-se uma moça de botas e esporas, tendo na mão direita um chicote, cujo cabo apoia sôbre a ilharga. Traz saia vermelha e corpinho verde e um chapéu de largas plumas brancas. Nos coldres da sella vêem-se pistolas. Accompanha-a um escudeiro negro. Galeria Tencé, vendida em leilão a 17 de Sepetembro de 1860, em Lille.

CAVALLEIRO CAÍDO NUMA TORRENTE

Quadro que appareceu no leilão da collecção Jorge Téral, a 27 de Fevereiro de 1882.

ENCONTRO Á MARGEM DA TORRENTE

Madeira: altura 0m,37; comprimento 0m,28

Leilão do Hotel Drouot, 24 de Abril de 1907. Collecção de Mme. X... No primeiro plano, á direita, sôbre uma nesga de terreno grammado, entre o rio e um rochedo a pique, um homem a cavallo, mãos e pés nús, encontra uma camponeza carregando um pote. Na margem opposta de um declive quasi abrupto, atravez de grandes rochedos, uma torrente se precipita no rio. Na curva da collina, muito vestida de vegetação, apparece um castello, por cima das arvores. Assignado á direita.

VOLTA DO MILITAR AO LAR PATERNO

Ap. uma estampa de Bocquet, gravador do principio do seculo XIX. Uma casinha á beira da estrada; ao lado uma grande arvore, a que está presa uma corda sustentando roupas; num plano do fundo seis pinheiros, grandes massas de vegetação. O joven militar, que regressa ao lar paterno, acaba de descavalgar e cai nos braços do velho pae, que o beija commovido. Juncto á parede da casita, está sentada uma avó octogenaria que, não podendo levantar-se, abre os braços e chama o neto. A mãe do moço, desperta

pelo ruido, acaba de acenar á porta da habitação, caminhando apressadamente para fóra. Os ermãos do moço tomaram conta do cavallo e já dous delles se encarrapitaram sôbre o animal.

ANNUNCIO DE FELIZ REGRESSO

Ap. uma gravura de Bocquet gravador do principio do seculo XIX. Sentado numa pedra em frente a uma casinha de madeira, lê um velho uma carta, que quatro camponios e trez camponezas ouvem com muita attenção. A certa distancia vê-se uma mulher, que está a manter um burro; mais longe trez pastores a conversar.

A VIAGEM DO MUSICO INTERROMPIDA

Quadro exposto no *salon* de 1802 sob o numero 272. Vê-se uma carruagem cheia de bagagens empacada. (V. tomo XXVIII, collecção Deloynes, *Revue du salon de l'an X.*

O EMBARQUE DE UMA FAMILIA

Quadro da collecção Briant, vendido em leilão de 27 de Março de 1871, em Pariz.

O CONTEMPLATIVO

Quadro exposto sob o numero 207 no *salon* de 1787. Paizagem agreste e solitaria; entre duas cadeias de montanhas acha-se um valle, onde se vêem um pastor e rebanho á margem de uma corrente. Montanhas limitam o horizonte; sôbre um cume elevado um homem de pé contempla a natureza. Pertencia a tela na época ao sr. Villers (Catalogo do *salon* de 1787).

UMA SALA DE BILHAR

Quadro exposto no *salon* de 1808 sob o numero 572 e muito louvado pelo critico do *Journal de l'Empire*. Um rapaz no centro da sala desafia parceiros para o jogo. Acima da porta da sala, que tem uma bonita decoração, vê se a figura da Victoria tendo na mão uma bolsa em logar da palma; um cachorrinho enrolado num manto brinca com o desafiador.

O CAFÉ DES ARTS

Tela: altura 0m,17; comprimento 0m,24

Ap. um artigo de W. Burger na *Gazette des Beaux Arts*, tomo VII, anno de 1860, pag. 356. Figurou este quadro na exposição do Boulevard dos Italianos em 1860 e na de 1874 no Palacio do Corpo Legislativo em proveito dos Alsacianos e Lorenos. Pertencia então á collecção Burat. Vê-se nesse quadro David envolto num manto vermelho, Girodet a jogar bilhar com a mão esquerda, Gros a offerecer uma bola a um sujeito visto de costas. Em 1889 foi este quadro vendido por 4.400 francos.

A PARTIDA DE BILHAR

Madeira: altura 0m,16; comprimento 0m,22

Quadro mencionado no *Diccionario dos pintores*, de Theodoro Guedy (Pariz, 1892) como tendo figurado na *vente* Perregaux.

A PARTIDA DE BILHAR

Quadro pertencente á collecção L. de Saint Vincent (gabinete Burat) dispersa em 1852. Ap. Th. Lejeune: *Guide de l'amateur de tableaux*.

O CONCERTO

Madeira: altura 0m,16; comprimento 0m,22

Quadro da galeria do conde de Perregaux, vendido em leilão a 8 de Dezembro de 1841.

UM CONCERTO

Quadro exposto no *salon* de 1810 sob o numero 761.

OS JOGADORES DE CARTAS

Quadro de pequenas dimensões, miniatura a que allude Charles Blanc na *Gazette des Beaux Arts*, pag. 319, 1859, com enormes gabos. Representa jogadores numa taberna rustica, destacando-se dentre as figuras a de um conductor de diligencias, que se mostra muito afflicto com a feição destavoravel do jogo.

A CLINICA DO DR. MOREAU, SOB A RESTAURAÇÃO

Quadro do Museu Carnavalet em Pariz, attribuido a Taunay e ainda por terminar.

O PIQUE-NIQUE

Paizagem. Num valle ensombrado damas e cavalheiros estão parados debaixo de grandes arvores, a cuja sombra se vêem os preparativos de um repasto campestre. Quadro da collecção Baudin, vendida em Pariz a 12 e 13 de Janeiro de 1843 pelo perito Paillet.

O PASSEIO NO PARQUE

Um bando de passeantes estaca ante um pedestal, cuja estatua tombou e quebrou-se; um gaiato trepando sôbre elle tomou o logar da figura. No fundo do quadro uma columnata com esculpturas rodeando um lago. Leilão da collecção Audoin, em Janeiro de 1892.

OS PASSEANTES

Num bello parque numerosos passeantes estão agrupados em tôrno de um lago. Leilão da collecção Martin a 4 de Abril de 1892.

OS TURISTAS

Leilão Jules Duclos a 20 e 21 de Novembro de 1878.

A CASA DE CAMPO

Tela: altura 0m,40; comprimento 0m,31

A direita um jardineiro visto de costas; no centro duas moças e um velho sob um alpendre, sôbre o qual se empolleiram e voam diversos pombos. Leilão da collecção Jules Burat em 28 de Abril de 1889.

O INCENDIO DE UMA CIDADE

Quadro da collecção Du Sommerard, dispersa em leilão a 11 de Dezembro de 1843, em Pariz.

O AMOR E A BORBOLETA

Tela: altura 0m,31 ; comprimento 0m,26

Quadro vendido em Pariz num leilão, a 11 de Janeiro de 1884, pelos peritos Haro e Bloche.

Assignado e datado : 1822.

AMOR E LOUCURA

Quadro da collecção Christie, vendido em leilão a 28 de Janeiro de 1911.

O PASSARINHO MORTO

Madeira: altura 0m,31 ; comprimento 0m,27

Uma mulher moça corre num parque, com a mão na testa e a outra a fazer um gesto de dôr. Está vestida de seda branca, sem collete, com a saia levantada pelo vento. Acaba de deixar o banco de pedra, onde se vê um passarinho morto e dirige-se para uma estatua de Cupido, que se destaca no meio de um roseiral. Envolto em ampla capa de panno pardo, um moço, ajoelhando no chão, abre os braços á joven desesperada. No fundo uma balaustrada rodeia um tanque ornado de esphynges e de um grupo esculptural. Quadro vendido por 2.100 frs. no leilão Henri Lacroix a 18 de Março de 1901. Assignado por extenso.

O SOLDADO GALANTEADOR

Um soldado está ajoelhado aos pés de uma moça, no primeiro plano, a lhe fazer declarações. No segundo plano vê-se uma rapariga a aconselhar o objecto do amor do ardente militar. Miniatura vendida a 28 de Fevereiro de 1899, em Pariz, pelo perito Bloche.

OBRA DE CARIDADE

Quadro exposto no *salon* de 1814, sob o numero 267.

O PROSCRIPTO

Quadro pertencente á collecção Saint, dispersa em 1845 e de que fazia parte a *Prégação de Pedro o Eremita*. Ap. *Guide de*

l'amateur de tableaux, por Theodoro Lejeune. Doze personagens estão a confabular juncto a uma choupana.

A SURPREZA

Um rapazola nú collocou-se em attitude de estatua sôbre um pedestal, resguardando-se contudo com a classica folha da parreira. Este quadro figurou na *vente* Taunay em 1835.

A VOLTA DA AMA

Tela: altura 0m.28; comprimento 0m.37

Uma camponeza, montada num cavallo cinzento, tem nos braços um menino nú que ella entrega a seus paes, de pé no limiar de uma casa. No primeiro plano vê-se um cão deitado, e no fundo do quadro um homem a descarregar um burro. Pertenceu este quadro á collecção Miallet dispersa no Hotel Drouot em Junho de 1902.

UMA AMA ENTREGA UMA CRIANÇA AOS PAES

Tela: altura 0m.46; comprimento 0m.50

Quadro exposto no *salon* de 1793 sob o numero 192.

UM AVÔ RODEADO PELOS NETOS

Ap. o Lexico de Nagler.

UM PAE A LER O JORNAL Á FAMILIA

Quadro exposto no *salon* de 1810 sob o numero 762.

O SACRIFICIO DO CORDEIRINHO QUERIDO

Quadro exposto no *salon* de 1824 sob o numero 1.610, lithographado pela sobrinha de C. Motte, director de uma typo-lithographia, segundo reza a estampa publicada por Giraldon Bonnet. Á esquerda uma moça corre desesperada, com as mãos no rosto para não vêr a morte do cordeirinho querido, que um magarefe amarra a uma argola fixa num muro; o animal lambe a mão do algoz, em que está o cutello. No fundo construcções diversas, um pastor fazendo entrar um rebanho de carneiros numa cocheira.

A URSA

Tela : altura 1m,37 ; comprimento 1m,15

Quadro exposto no *salon* de 1802 ; obteve um premio de animação, foi adquirido pelo Estado para o Museu Napoleão e depois cedido pelo Louvre ao Museu de Argel.

Representa uma moça, que, ao passeiar num logar solitario e penhascoso, encontra uma ursa a dormir ao lado dos dous cachorrinhos, que acaba de dar á luz. A moça espavorida deixa cair um ramalhete que trazia na mão e prepara-se para fugir.

O TUMULO

Esbôço da galeria do pintor Redouté, vendido em leilão a 23 de Julho de 1840.

O PARAVENTO

Quadro da collecção do Abbé Bourgat, vendido em leilão a 3 de Abril de 1900 por 7.000 francos. Pertencêra ao imperador Napoleão I.

XIV

Vistas de Italia

ARREDORES DE NAPOLES

No primeiro plano pastores e animaes, no segundo construcções italianas sôbre um grande rochedo, nos ultimos planos uma montanha, cujo cume está encoberto pelas nuvens. Assignado á esquerda. Quadro da collecção Meynier de Saint Fal, vendido no leilão Cotténet a 16 de Maio de 1881.

ARREDORES DE NAPOLES

No fundo do quadro edificios de Napoles. No primeiro plano camponios e pastores conduzindo rebanhos. Assignado. Quadro pertencente á collecção Meynier de Saint Fal dispersa no leilão de 10 de Abril de 1860 em Pariz.

VISTA DE NAPOLES

Figurou na *vente* Taunay em 1835.

VISTA DOS ARREDORES DE MESSINA

Pequeno esbôço original de um quadro maior. No primeiro plano, á direita, raparigas a dansar ao som da guitarra. Este quadro, vendido em leilão pelo perito Hue em 13 de Novembro de 1834, foi gravado.

ARREDORES DE MESSINA

Quadro da collecção Ch. de Belz dispersa a 24 de Março de 1878 pelo perito Horsin Déon. Desta tela existe uma reducção. Foi gravada.

VISTA DOS ARREDORES DE GENOVA

Tela: altura 0m,54; comprimento 0m,32

Marinheiros occupam-se em carregar mercadorias em chalupas. Na praia, entre outros grupos, destacam-se duas mulheres a conversar e um marinheiro dispondo-se a carregar um fardo. Mais longe vê-se uma barca com o panno ferrado. No fundo fábricas e altas montanhas. *Vente* Taunay em 1835.

VISTA DE ITALIA REPRESENTANDO MONTANHAS, CORTADAS DE VALLES E RIOS E COBERTAS DE FÁBRICAS E MONUMENTOS

Tela: altura 0m,59; comprimento 0m,45

No primeiro plano, em que ha muitas figuras, vêem-se trez mulheres dansando. Este quadro pertencia á collecção Grimod de la Reynière vendida em Março de 1797. Ap. Charles Blanc, biographia de Taunay.

VISTA DE ITALIA

Paizagem, cujas figuras foram pintadas por David e data da estada do pintor na Eschola de Roma. Vendida no leilão de 5 de Novembro de 1832 pelo perito Hue.

VISTA DE UM LOGAR DA ITALIA

Quadro exposto no *salon* do anno de 1791, sob o numero 385.

VISTA DE ITALIA

Quadro exposto no *salon* de 1791, sob o numero 60.

VISTA DE UMA PEQUENA CIDADE ITALIANA

Sôbre uma eminencia, ao sopé da qual passa um rio cujas aguas, represadas por alguns rochedos formam cascatas, á esquerda do quadro, vêem-se os edificios de uma pequena cidade italiana. Á margem do rio estão alguns animaes a pastar, guardados por uma pastora assentada num rochedo. Leilão de 14 de Novembro de 1843 pelo perito Simonet.

VISTA DO LAGO DE NEMI

Quadro exposto no *salon* do anno de 1791, sob o numero 221.

VISTA DA PONTE CHAMADA DE JULIO CESAR NA SICILIA

Tela: altura 0m,32; comprimento 0m,40

Num rio vêem-se varias barcas cheias de operarios e marinheiros, que estão a tirar pedras do fundo d'agua. Perto da ponte, á margem, pedreiros carregam pedras para uma carroça puxada por varios cavallos. Entre elles está um viajante montado num cavallo branco; os planos do fundo mostram altos rochedos e montanhas. *Vente* Taunay, 1831.

VISTA DA PONTE CHAMADA DE JULIO CESAR, NA SICILIA

Estudo para o quadro já mencionado; *vente* Taunay, 1831.

AS CASCATAS DE TIVOLI

Quadro vendido em leilão, em Paris, a 14 de Novembro de 1843 pelo perito Simonet.

VISTA DA CAMPANHA ROMANA

Quadro que figurou na *vente* Taunay em 1835.

FÁBRICAS DE ROMA ORNADAS DE FIGURAS

Tela : altura 0m,35 ; comprimento 0m,48

Quadro exposto conjunctamente com outro, sob o numero 186, no *salon* de 1789.

PAIZAGEM DA ITALIA

Madeira : altura 0m,23 ; comprimento 0m,29

Pastores, guiando um rebanho de vaccas e carneiros, descem uma collina. No fundo destacam-se diversas construcções italianas. Collecção do Barão de Beurnouville, dispersa em leilão a 9 de Maio de 1881.

PAIZAGEM DA ITALIA

Madeira : altura 0m,24 ; comprimento 0m,30

Um pastor envolto em grande manto e uma mulher montada num burro descem uma collina, sôbre a qual se vêem edificios de aspecto italiano, cercados de grandes arvores, a tangerem grande rebanho de carneiros e vaccas. Céo nebuloso. Leilão da collecção Ph. Sichel a 22 de Junho de 1896 ; pertencera ao barão de Beurnouville.

PAIZAGEM DA ITALIA

Madeira: altura 0m,17 ; comprimento 0m,20

A' margem de um rio encachoeirado, num local montanhoso estão diversos camponios.

Vendido em leilão no Hotel Drouot a 21 de Abril de 1910. Perito Féral.

PAIZAGEM MONTANHOSA DA ITALIA

Numa estrada, á margem de um rio, numerosos personagens, rebanhos, carros animam o quadro. Leilão no Hotel Drouot pelo perito Bloche, collecção B... 10 a 13 de Março de 1890.

PAIZAGEM DA ITALIA ORNADA DE FÁBRICAS E DE FIGURAS

Tela : altura 0m,54 ; comprimento 0m,70

Quadro exposto sob o numero 185 no *salon* de 1789.

XV

Paizagens e vistas da França e da Suissa

A TORRENTE

Tela : 0m,555 × 0m,445 (Oval)

Quadro pertencente á collecção imperial do Museu da Ermiage em S. Petersburgo. Paizagem que parece ser do Delphinado ou do Oberland bernez. Uma cascata no primeiro plano transposta por uma ponte de madeira. Montanhas cobertas de neve ao fundo. A' esquerda um tronco quasi morto de pinheiro; á direita uma mulher e um menino guiam um pequeno rebanho de bois e carneiros que se encaminha para a pontezinha. Mais ao fundo um cavalheiro parece estar chamando alguem. Foi adquirido em 1903 pela direcção dos Museus Imperiaes russos e pela quantia de 500 rublos (2.000 frs.) ao sr. A. Bouniascowscsy. Asisgnado.

PAIZAGEM MONTANHOSA

Uma cidade edificada sôbre rochedos; uma estrada e uma ponte que a ella levam; no fundo altas montanhas, cujos cumes se confundem com as nuvens; no rio vêm-se uma barca de pescadores e alguns banhistas: na estrada animaes guiados por um pastor, um cavalheiro que dá esmola a uma criança. Enfim á esquerda, sentado numa pedra e absorto pela leitura do livro que abriu sôbre os joelhos, está um ermita, cuja gruta se acha aberta no rochedo da direita.

Este quadro figurou na *vente* Rondel em 1869.

O CREPUSCULO NA MONTANHA

O sol deita-se atraz de montanhas, illuminando uma paizagem muito accidentada. No primeiro plano vaccas, carneiros e cavallos deitados ou a pastar.

Leilão da galeria Delamarche em Dijon, a 29 de Maio de 1860.

O CAMINHO RUSTICO

Quadro pertencente a Marmont, duque de Ragusa, e vendido em leilão em 1857, após o fallecimento da duqueza. Ap. Th.: Lejeune, *Guia do amador de quadros*.

O REGATO DO BOSQUE

Sob frondosa vegetação, um regato cujo leito está cheio de pedras; á margem do ribeiro diversas personagens. Quadro da primeira phase do artista, vendido pelo perito Hue num leilão em Pariz, a 7 de Novembro de 1832.

RIBEIRO ENTRE ROCHEDOS

Representa o quadro um ribeiro, em cujas margens se vêem altos rochedos coroados de pinheiros. Num canto está um pastor a guardar trez vaccas. Leilão da collecção Alph. Giroux a 16 de Dezembro de 1833, em Pariz.

PAIZAGEM

Tela: altura 0m,35; comprimento 0m,32

O centro do quadro é occupado por um rio, que vai ter a aqueductos e perde-se no fundo entre montanhas; de um lado perto de uma estrada vêem-se diversos grupos de figuras e animaes, fábricas e ruinas; do lado opposto collinas cobertas de arvores. Leilão da galeria do barão Denon, Maio de 1826.

PAIZAGEM

Ap. Charles Blanc, biographia de Taunay.
A' esquerda uma ponte, sôbre a qual se vê uma mulher montada a cavallo e tocando gado. Na montanha, á direita, um moinho de vento.

PAIZAGEM

Madeira: altura 0m,28; comprimento 0m,22

Quadro n. 168 do museu de Aix en Provence. Composição central um bosquete de arvores que coróa um monticulo. Num

caminho, á direita, trez personagens. No fundo uma cidade, um castello fortificado e casas; assignado á esquerda.

PAIZAGEM COM FIGURAS

Tela: altura 0m,32; comprimento 0m,40

No primeiro plano um frade sentado a ler. Mais longe um cavalheiro dá esmola a um pedinte, e um pastor guia um rebanho de vaccas. A' margem de um rio atravessado por uma ponte vêem-se pescadores num pequeno bote e varios homens que se banham. Além da ponte um rochedo, sôbre o qual constroem um mosteiro. Leilão da collecção E. Martinet a 27 de Fevereiro de 1896.

PASTAGEM AO SOPÉ DA MONTANHA

Quadro vendido no Hotel Drouot a 14 de Abril de 1910.

TEMPO TEMPESTUOSO

Paizagem; effeito de chuva torrencial. Collecção do visconde de Malezieux dispersa em Pariz a 22 de Novembro de 1892.

PAIZAGEM

Quadro exposto sob o numero 684 no *salon* do anno de 1791.

PAIZAGEM COM FIGURAS

Tela: altura 0m,67; comprimento 0m,83

Quadro exposto sob o numero 76 no *salon* do anno de 1793.

PAIZAGEM COM FIGURAS E ANIMAES

Madeira: altura 0m,26; comprimento 0m,37

Leilão judiciario effectuado em Pariz no Boulevard Maillot, n. 100, a 25 de Abril de 1887.

PAIZAZEM E ANIMAES

Tela: altura 0m,39; comprimento 0m,46

Quadro exposto conjunctamente com outro, sob o numero 186 no *salon* de 1789.

PAIZAGEM COM ANIMAES E FIGURAS

Quadro exposto conjunctamente com outro sob o numero 187, no *salon* de 1789.

PAIZAGEM

Quadro exposto no *salon* de 1791, sob o numero 694.

RUINAS Á MARGEM DA TORRENTE

Quadro vendido em leilão do hotel Drouot, a 20 de Outubro de 1886, pelo perito Gaudon.

A CASCATA

Madeira : altura 0m,32 ; comprimento 0m,22

Paizagem com figuras, que foi vendida no leilão de 8 de Maio de 1895 pelo perito Haro no Hotel Drouot.

CASCATA E ARCO-IRIS

Quadro que figurou na *vente* Taunay em 1835.

O LUAR

Paizagem da collecção Delaunay, dispersa em leilão de 28 de Janeiro de 1848, em Pariz.

VISTA DE UMA FONTE QUE SE ESCAPA DA BASE DE UMA COLUMNA CANNELLADA QUE SUPPORTA UMA ESTATUA

Tela oval que pertencia á collecção da duqueza de Ragusa dispersa em 1847. Em tôrno da fonte vêem-se lavadeiras a molhar roupa nas aguas do bebedouro, onde animaes guiados por uma pastora bebem ; o fundo é uma paizagem vaporosa no estylo de Karel Dujardin.

VISTA DA GRANDE CARTUXA DE GRENOBLE

No ultimo plano os edificios do grande mosteiro encostado ás fraldas de alcantilada montanha cheia de pinheiros. No primeiro plano notam-se diversos operarios a serrar madeira ; um grupo

de monges rodêa um burro ricamente ajaezado, cuja redea um menino tem em mãos; um desses monges está com uma bolsa de dinheiro e outro a concertar a cilha do animal. A' direita dous ermãos leigos carregam um tacho suspenso de uma vara, e um religioso lê attentamente o breviario. Este quadro está gravado e reproduzido no *Musée des Arts*, de Landon.

VISTA DO PALACIO DE VERSALHES, TOMADA DO LAGO DOS SUISSOS EM FRENTE Á ORANGERIE

Quadro pertencente á collecção D. de B. vendida no Hotel Drouot, a 10 de Fevereiro de 1891.

VISTA DE MONTMORENCY

Ap. uma referencia da obra de Gault de Saint Germain: *Les trois siècles de la peinture en France.*

PAIZAGENS COM ANIMAES E FIGURAS

Quadro exposto no *salon* do anno de 1787 sob o numero 187 com a indicação de que pertencia a um sr. Nodoue.

PAIZAGEM DO FRANCO CONDADO

Quadro exposto no *salon* de 1824 sob o numero 1612.

VIADUCTO EM RUINAS

Tela: altura 0m,22; comprimento 0m,39

Quadro vendido no hotel Drouot em Pariz, a 15 de Maio de 1902, por 1.600 francos.

XVI

Marinhas, scenas maritimas

VISTA DE UM PORTO

Madeira: altura 0m,24; comprimento 0,m33

No primeiro plano numerosos personagens conversam. Leilão da galeria de Mme. G. Gr. a 6 de Junho de 1899, pelo perito Sortais.

VISTA DE UM PORTO DO MEDITERRANEO

Quadro exposto sob o numero 273 no *salão* de 1808. Num caes rodeado de altos edificios vê-se grande numero de fardos de mercadorias de toda especie e muitas pessoas. Céu nebuloso. Leilão da collecção Odiot a 3 de Março de 1847.

VISTA DE UM PORTO DE MAR

Madeira: altura $0^m,40$: comprimento $0^m,64$

Panorama de um porto, em que se avistam grandes e pequenos navios. Este quadro faz parte da galeria dos duques de Leuchtenberg, que muito tempo existiu em Munich, sendo depois transportado para São Petersburgo. (V. catalogo de 1837).

UM PORTO DE MAR

Tela: altura $0^m,32$; comprimento $0^m,40$

Quadro exposto conjunctamente com outro sob o numero 188 no *salon* de 1789.

UM PORTO DE MAR

Tela: altura $0^m,68$: comprimento $0^m,55$

Quadro exposto no *salon* de 1789 sob o numero 188.

VISTA DE UM PORTO MARITIMO NUM DIA DE NEVOEIRO

Quadro exposto no *salon* do anno de 1796, sob o numero 452.

INCENDIO DE UMA CIDADE MARITIMA

Quadro exposto sob o numero 876, no *salon* de 1814.

PEQUENO PORTO DE MAR

Quadro exposto no *salon* de 1812, sob o numero 884.

MARINHA NUM DIA DE TEMPESTADE

Quadro vendido num leilão dirigido pelo perito George, em Pariz, a 17 de Dezembro de 1879.

MARINHA

Quadro exposto sob o numero 452 no *salon* de 1796.

MARINHA, EFFEITO DE LUAR

Tela: altura $0^m,3$; comprimento $0^m,40$

Quadro que figurou na *vente* Taunay em 1835.

NAVIOS CARREGANDO

A beira-mar vêm-se varios navios carregando. Sôbre elles e na praia numerosas figuras. Leilão da galeria da viscondessa de Choiseul, em Pariz, a 17 de Março de 1849.

NAUFRAGIO DE UMA CHALUPA

A embarcação vira numa cataracta. De pé sôbre um rochedo vê-se uma mulher desesperada. No fundo do quadro, collinas revestidas de matta, arvores e uma fabrica. (Catalogo do *salon* de 1787, em que esteve exposto o quadro.)

NAVIO EM PERIGO

Collecção Marcille vendida em leilão a 27 de Abril de 1857, em Pariz.

RASGO DE CORAGEM

Tela: altura $1^m,07$; comprimento $2^m,93$; figuras de $0^m,20$

Quadro exposto no *salon* de 1802; adquirido pelo Estado por indicação dos artistas expositores no *salon*, para o Museu Napoleão. Do Louvre passou para o museu da cidade de Saintes.

Representa a acção heroica de uma criança de doze annos, Toussaint Guillot, de Port Léon, na Bretanha, que estando a banhar um cavallo do ermão, vê duas crianças prestes a afogar-se nas ondas encapelladas, atira-se á agua e salva as duas victimas. O quadro traduz o momento, em que o rapazito volta á praia com a segunda das crianças. A primeira, desmaiada, já está nos braços da mãe e de uma outra mulher, que acudiram ao barulho do perigo. No primeiro plano vê-se um menino segurando nas redeas

do cavallo do joven Toussaint; perto, outra mulher parece querer levar as roupas dos banhistas, outras mulheres e velhos correm de diversos lados para assistir ao espectaculo. Nos ultimos planos, numa especie de caes, cheio de numerosos edificios, avista-se uma multidão de individuos occupados em diversos misteres; num canal barcaças carregadas de mercadorias, mais longe um navio que está sendo concertado, outro ancorado no porto e um terceiro que entra a todo o panno para evitar a tempestade, que ao longe se forma.

O SALVAMENTO

Madeira: altura $0^m,17$; comprimento $0^m,22$

No primeiro plano a multidão se comprime em tôrno de varias pessoas que acabam de ser arrebatadas ás vagas, num porto de mar. Um moço segura um cavallo pelas redeas. A' direita uma parte da cidade com suas torres, estaleiros, um edificio de arcadas. Este quadro é a primeira idéa de outro quadro de grandes dimensões: o *Rasgo de coragem* do *salon* de 1802, hoje no Museu de Saintes. Em 1878 esteve exposto no Museu das Artes da Decoração e em 1890 reappareceu com a dispersão da collecção Rothan.

OS NAUFRAGOS

Madeira: altura $0^m,17$; comprimento $0^m,23$

Quadro que figurou no leilão da collecção Haro (30 de Maio de 1892). Provavelmente *pendant* do precedente.

XVII

Retratos

AUTORETRATO

Tela: altura $0^m,15$; comprimento $0^m,11$

Quadro pertencente ao sr. Victor A. Taunay, de Pariz.

Representa o artista aos quarenta annos mais ou menos, em 1795, cabellos crescidos repartidos ao meio, visto quasi de frente; traz um collarinho e uma gravata de *incroyable*. Reproduzido em *A Missão Artistica de 1916*, obra da lavra do auctor deste catalogo.

AUTORETRATO

Tela: altura 0m,73; comprimento 0m,59

Quadro que figurou na *Exposição dos Retratos do Seculo* em 1883 e 1884, realizada em Pariz em proveito da Sociedade Philanthropica. Nessa occasião pertencia á collecção do sr. Boitelle.

A pintura reproduzida na obra do dr. Laudelino Freire: *Um seculo de pintura*, como o autoretrato de Nicolau Antonio Taunay, está evidentemente mal attribuida ao pintor, pois representa pessoa que em nada se parece com qualquer dos seus seis retratos authenticos. Houve manifesto e absoluto engano nessa procurada identificação.

JOSEPHINA TAUNAY, ESPOSA DO PINTOR

Diametro de 0m,07 (Circular).

Miniatura pertencente ao sr. Victor A. Taunay, de Pariz.

Representa uma moça de cabellos caidos sôbre os hombros, vestido meio decotado deixando ver bello collo. Traz ao pescoço uma corrente que sustenta um medalhão sôbre o peito.

MADAME TAUNAY E SEUS FILHOS

Marfim: diametro 0m,08 (Circular).

Miniatura pertencente em 1911 ao sr. Victor A. Taunay, de Pariz. Madame Taunay, esposa do artista, senhora de vinte e poucos annos tem nos braços Theodoro, seu quarto filho, criança de mezes. Rodeiam-no os outros tres filhos mais velhos: Carlos, de costas, a correr, Hippolyto a tocar pandeiro e Felix a tocar violino; á direita e á esquerda arvores.

CARLOS TAUNAY, FILHO DO PINTOR

Quadro em que o filho do pintor é representado fardado com o uniforme da *Grande Armée*, e pertencente á Pinacotheca Nacional do Rio de Janeiro.

CARLOS TAUNAY

Representa-o na primeira infancia.

HIPPOLYTO TAUNAY, FILHO DO PINTOR

Tela pertencente ao sr. Victor A. Taunay. Representa um adolescente, visto de trez quartos, vestido de farda, com um largo collarinho, cujas pontas caem sôbre a gola do uniforme.

HIPPOLYTO TAUNAY

Representa um adolescente. Pertencente a Madame Mezescases Taunay, de Alençon.

FELIX TAUNAY, FILHO DO PINTOR

Quadro pertencente á Pinacotheca Nacional do Rio de Janeiro. Representa um adolescente.

FELIX TAUNAY

Quadro pertencente á Pinacotheca Nacional do Rio de Janeiro. Representa uma criança.

THEODORO TAUNAY, FILHO DO PINTOR

Quadro pertencente á Pinacotheca Nacional do Rio de Janeiro.

THEODORO TAUNAY

Quadro pertencente á Pinacotheca Nacional do Rio de Janeiro.

ADRIANO TAUNAY, FILHO DO PINTOR

Quadro pertencente á Pinacotheca Nacional do Rio de Janeiro.

ADRIANO TAUNAY FILHO DO PINTOR

Retrato em criança do mais moço dos filhos do artista.

GERARDO VAN SPAENDONCK

Tela: altura 0,49; comprimento 0,40

Este quadro pertence ao Museu de Versalhes e fazia parte da collecção de Luiz Philippe, que o adquiriu em 1840. Representa o celebre pintor de flores em avançada edade, com longa cabelleir branca e visto de trez quartos.

HUBERT ROBERT E SUA FAMILIA

Retrato do pintor, sua mulher e quatro filhos, executado sôbre a tampa de uma grande tabaqueira.

V. a obra de C. Gabillot: *Hubert Robert et son temps.*

JEANNETON, CREADA GRAVE DA FAMILIA TAUNAY

Quadro pertencente á Pinacotheca Nacional do Rio de Janeiro.

DUCIS

Ap. uma referencia do Lexico de Nagler, biographia de Taunay.

O NOIVADO DO PINTOR

Papelão: diametro 0m,065 (Circular)

Miniatura pertencente ao sr. Victor A. Taunay, de Pariz. O artista acaba de ver o seu pedido de casamento acceito. Está a conversar com a futura sogra, quando entra a noiva. Mãe e filha abraçam-se ternamente. No fundo á direita um aparador, onde se notam uma garrafa de crystal e uns pratos. Ao lado uma cadeira; á esquerda uma grande janella, para qual dá Nicolau Taunay as costas.

XVIII

Diversos

O TEMPO

Painel decorativo de um grande relogio pertencente ao chefe de policia Clos, amigo de Voltaire, e em que havia pinturas de Joseph Vernet e a representação dos signos do zodiaco cinzelados por Sauvage.

ESTUDO DE GATO E MACACO

Ap. o catalogo da *vente* Taunay de 1835.

ESTUDO DE GATO E PAPAGAIO

Ap. o catalogo da *vente* Taunay em 1835.

NEGRO MOÇO

Tela que figurou na *vente* Taunay em 1835.

NEGRA MOÇA

Tela que figurou na *vente* Taunay em 1835.

Quadros de Nicolau Antonio Taunay pertencentes a Museus

FRANÇA

PARIZ (Museu do LOUVRE) — *Pedro, o Eremita, prégando a cruzada* — *A parada* (guache).

Museu Carnavalet — *A clinica do Dr. Moreau.*

Jardim das plantas, Museu de Zoologia — *Vista da cascata Taunay, na Tijuca.*

VERSALHES (Museu Nacional) — *Batalha d'Ebersberg* — *Entrada de Napoleão em Munich* — *Combate de Cossaria* — *Batalha de Nazareth* — *Bonaparte recebendo prisioneiros no campo de batalha* — *Entrada da Guarda Imperial em Pariz* — *A passagem do monte São Bernardo* — *A travessia da Serra Guadarrama* — Retrato de Gerardo van Spaendonck.

MONTPELLIER (Museu Fabre) — *O jogo de bolas* — *Festa de aldeia* — *Pastores descansando.*

NANTES (Museu de) — *Encontro de Henrique IV e Sully depois da batalha de Ivry.*

GRENOBLE (Museu de) — *A adultera aos pés de Christo.*

ÉVREUX (Museu de) — *Encontro de Sully ferido com Henrique IV.*

CHERBURGO (Museu de) — *Os pastores da Arcadia.*

SAINTES (Museu de) — *Rasgo de coragem de uma criança.*

DOUAI (Museu de) — *Missa campal numa capella de São Roque.*

RENNES (Museu de) — *O Rapto.*

AIX EN PROVENCE (Museu de) — *Paizagem.*

QUIMPER (Museu de) — *Moisés ferindo o rochedo — Ataque de bandidos.*

COMPIÈGNE (Palacio de) — *Exterior de um hospital militar provisorio.*

NICE, Prefeitura do Departamento dos Alpes Maritimos — *A prégação de São João Baptista — Tomada de uma cidade.*

ARGEL (Museu de) — *A ursa.*

DIVERSOS PAIZES

LONDRES (Victoria and Albert Museum) — *Scena maritima no Rio de Janeiro.*

MUNICH (Galeria dos duques de Leuchtenberg) — *Marinha.*

SÃO PETERSBURGO (Museu Imperial da Ermitage) — *A folga no acampamento — A torrente — Dansa de atleões.*

RIO DE JANEIRO (Pinacotheca Nacional) — *O theatro de La Folie — Herminia e os pastores — O mensageiro da paz — O Largo da Carioca visto de Sancto Antonio — Vista da bahia de Botafogo — Vista tirada do Convento de Sancto Antonio* — Dous retratos de Hippolyto Taunay — Dous retratos de Carlos Taunay — Dous retratos de Felix Taunay — Dous retratos de Theodoro Taunay — Retrato da creada grave Jeanneton — Dous retratos de Adriano Taunay — Quatro esboços: *Os evangelistas.*

Quadros existentes no Brasil e pertencentes a collecções particulares

RIO DE JANEIRO — *O vendedor de cavallos*, de da. Adelaide d'Escragnolle Taunay Doria — *Festa napolitana*, do dr. Raimundo de Castro Maia — *Vista tirada da Estrada da Tijuca*, do dr. Raimundo de Castro Maia — *Bazar oriental*, da baroneza de Ribeiro de Almeida — *Pastor a tocar flauta*, do dr. Joaquim Murtinho (attribuido ao pintor).

SÃO PAULO — *A partida do Filho Prodigo*, do dr. Augusto C. da Silva Telles — *Francesco Francia — Os gansos de frei Philippe*, de Affonso d'Escragnolle Taunay.

DESENHOS

Os desenhos de Nicolau Taunay são raramente encontrados e altamente cotados. A seu respeito emittiu Edmundo de Goncourt na *Maison d'un artiste* muito lisongeiros conceitos.

Museus que os possuam só conhecemos o Louvre e Versalhes, provenientes da acquisição feita pelo Estado francez aos herdeiros de Denon.

O celebre director do Museu Napoleão fizera executar uma grande serie de desenhos, aquarellas e guaches por diversos artistas, entre outros Bagetti, Bourgeois, Meynier, Zix, Taunay, etc, rememorando os episodios mais notaveis da campanha da Italia.

Por sua morte, porém, esses desenhos figuraram em inventario e durante longos decennios pertenceram aos seus herdeiros até que, ha alguns annos, indo a leilão, embargou o governo francez a praça e os adquiriu mediante accôrdo com os possuidores.

Entre elles havia quarenta e quatro devidos a Taunay; foram divididos entre os museus do Louvre e de Versalhes, ficando o primeiro com os esboços o segundo com as peças definitivas.

LOUVRE

Penna: altura 0m,237; comprimento 0m,339

Esbôço para o desenho: *Incendio de Bagnasco.*

Plombagina: altura 0m,177; comprimento 0m,254

Esbôço para o desenho: *O duque de Modena foge da cidade carregando os seus thesouros.*

No alto « Taunay » em baixo « Sahida do duque de Modena ».

Penna: altura 0m,105; comprimento 0m,339

Esbôço para o desenho: *Lannes entra em Pavia, que é entregue ao saque.*

No alto « Taunay » a lapis.

Plombagina: altura 0m,084; comprimento 0m,239

Cêrco de Mantua; entrada da ponte de São Jorge.

Plombagina: altura 0m,105; comprimento 0m,330

Esbôço para o desenho: *Batalha de Borghetto. O Mincio. Castello de Vareggio.*

Plombagina: altura 0m,105; comprimento 0m,330

Esbôço, sem indicações: *Duas folhas colladas.* Sem assignatura.

Plombagina: altura 0m,85; comprimento 0m,332

Esbôço para o desenho: *Cêrco de Mantua. O palacio do Tè.*

Plombagina: altura 0m,125; comprimento 0m,199

Esbôço para o desenho: *Petiole, patria de Virgilio.*

Penna: altura 0m,143; comprimento 0m,394

A praça principal de Lonato.

Plombagina: altura 0m,133; comprimento 0m,160

Esbôço para o desenho: *Tomada do castello de La Pietra.*

Penna e plombagina: altura 0m,092; comprimento 0m,328

Esbôço para o desenho: *Batalha de Rivoli.*

Plombagina: altura 0m,119; comprimento 0m,140

Esbôço para o desenho: *O exercito francez se apodera de Faenza.*

Nankim: altura 0m,229; comprimento 0m,320

Esbôço para o desenho: *Combate no desfiladeiro da Dura.*

Plombagina: altura 0m,110; comprimento 0m,162

Esbôço para o desenho: *Tomada do forte de Chiusa.*

VERSALHES

Nankim: altura 0m,155; comprimento 0m,225

O duque de Modena foge da cidade carregando os seus thesouros. Assignado.

Sepia e nankim: altura 0m,228; comprimento 0m,323

Incendio de Bagnasco, cujos habitantes haviam tomado armas contra os Francezes, a 24 de Maio de 1796. Assignado.

Nankim: altura 0m,221; comprimento 0m,356

Lannes em Pavia, que é entregue ao saque. Assignado.

Nankim: altura 0m,196; comprimento 0m,318

Batalha de Borghello. Os granadeiros do general Gardanne atravessam o Mincio, 28 de Maio de 1796. Assignado.

Nankim: altura 0m,123; comprimento 0m,245

Sitio de Mantua. Bonaparte occupa o bairro de São Jorge, 3 de Junho de 1796. Assignado.

Nankim: altura 0m,186; comprimento 0m,341

Cêrco de Mantua. Bonaparte faz mudar a direcção das baterias para poupar as pinturas de Julio Romano existentes no palacio do Tè, Junho de 1796. Assignado.

Nankim: altura 0m,182; comprimento 0m,283

Petiole, patria de Virgilio. Bonaparte ordena a elevação de um monumento em honra ao poeta, Junho de 1796. Perdoa aos habitantes a contribuição de guerra. Assignado.

Nankim: altura 0m,268; comprimento 0m,320

Combate em Salo entre Francezes e Austriacos, a 31 de Junho de 1796. Assignado.

Nankim: altura 0m,194; comprimento 0m,313

O exercito passa por San Michele, Março de 1797. Assignado.

Nankim : altura 0m,229 ; comprimento 0m,229

Combale no desfiladeiro da Dura. Assignado.

Nankim : altura 0m,239 ; comprimento 0m,576

A artilheria passa pela vereda de Albaredo a 23 de Março de 1800. Assignado.

Nankim: altura 0m,478; comprimento 0m,251

Bonaparte examina o forte de Bard, a 23 de Maio de 1800. Não assignado nem datado.

Pedra negra lavada com nankim sôbre papel branco : altura 0m,223 ; comprimento 0m,336

Arona. Estatua de São Carlos Borromeu.

Lapis preto lavado com nankim : altura 0m,192; comprimento 0m,289

Napoleão chegando a Sancto Ambrosio no dia de sua coroação como rei da Italia, 1805. Assignado.

Nankim : altura 0m,313 comprimento 0m,291

Tomada do forte de Chiusa, Março de 1797. Assignado.

Nankim : altura 0m,166 ; comprimento 0m,236

O exercito francez se apodera de Faenza a 6 de Fevereiro de 1797. Assignado.

Plombagina: altura 0m,207 ; comprimento 0m,225

Bonaparte entra em Imola, Fevereiro de 1797. Não datado nem assignado.

Nankim: altura 0m,219 ; comprimento 0m,640

Serrurier chamado por Bonaparte levanta o cêrco de Mantua, a 31 de Julho de 1796. Assignado.

Nankim: altura 0m,125 ; comprimento 0m,169

Monge, enviado por Bonaparte, é recebido pelo Conselho da Republica de São Marinho, Junho de 1796. Assignado.

Nankim: altura 0m,195; comprimento 0m,297

Bonaparte chega a Lonato; informam-no de que a guarnição foi intimada a que se rendesse, 4 de Agosto de 1794. Assignado.

Nankim: altura 0m,312; comprimento 0m,512

Madame Bonaparte indo para Legnano no Lago de Guarda, Agosto de 1796. Sem data nem nome de auctor; attribuido a Taunay.

Aquarella: altura 0m,216; comprimento 0m,302

A occupação de Brescia, 4 de Agosto de 1796. Não datado. Attribuido a Taunay e Montigny (?).

Nankim: altura 0m,197; comprimento 0m,280

Castiglione; os Austriacos entregando a cidade. Assignado.

Nankim: altura 0m,156; comprimento 0m,228

Combate de Mazetta. Massena ataca os Austriacos que recuam em direcção a San Marco. Assignado.

Nankim: altura 0m,179; comprimento 0m,265

Massena e Dammartin se apoderam do castello da Pietra. Assignado.

Nankim: altura 0m,179; comprimento 0m,265

Escaramuça no desfiladeiro de Lavio. Trez caçadores a cavallo e doze granadeiros contêm quatrocentos Austriacos e os obrigam a capitular; 5 de Septembro de 1796. Assignado.

Nankim: altura 0m,216; comprimento 0m,337

Massena entra em Bassano; 8 de Septembro de 1796. Assignado.

Nankim: altura 0m,252; comprimento 0m,649

O marechal Wurmser encerra-se em Mantua; 3 de Septembro de 1796. Assignado.

Nankim

Batalha de Rivoli. Chegada da divisão Rey ao nascer do sol; 14 de Janeiro de 1797. Assignado.

Nankim: altura $0^{m},20$; comprimento $0^{m},047$

Batalha de Favula. O general Provera entrega-se; 16 de Janeiro de 1797. Assignado.

* * *

As trez illustrações, que Taunay fez para a grande edição das obras de Racine, impressa por Didot em 1801, são peças de alta valia: duas pertenceram a E. de Goncourt, que dellas falla na *Maison d'un artiste*, e têem de altura onze centimetros, de comprimento oito, e foram vendidas por occasião do leilão de seu espolio, em Fevereiro de 1897, por 600 francos.

Representam um juiz accompanhado por dous individuos, que lhe illuminam o caminho com archotes; uma audiencia de Perrin Dandin, a tão comica scena dos cachorrinhos, e a scena em que um escrivão ajoelhado escreve sôbre a perna.

A primeira foi gravada por B. L. Prevost; a segunda por Le Villain e a terceira por Duval.

A Bibliotheca Nacional de Pariz possue dous bellos desenhos originaes de Taunay, na collecção Hennin, estudos para os grandes quadros: *A travessia da Sierra Guadarrama* e o *Ataque do castello de Cossaria*.

No primeiro, caminha o exercito francez debaixo de verdadeira tromba d'agua, idea que o pintor não manteve no quadro.

Dentre os desenhos grandes de Taunay conhecemos: *Pezar da familia real de Bourbon sôbre o tumulo de Luiz XVI*, gravado; arrhas que o artista entendeu dar á Restauração, de que não era seu inimigo; o *Recitativo*, gravado por Ponce, em que se vê um desfructavel trissotin a recitar ante um circulo de homens e mulheres mais que maduras.

O catalogo do leilão do *atelier* do pintor, em 1831, menciona com especial referencia um grande desenho a nankim sôbre papel branco, representando *José no meio dos ermãos*, numa bella paizagem animada por grandes rebanhos. « Tal desenho, o unico no genero deixado por Taunay, attrahirá certamente a attenção dos amadores », diz o livrinho.

O sr. Victor Taunay, de Pariz, neto do artista, possue uma certa quantidade de desenhos diversos do seu antepassado illustre, a nankim e sepia, muitos e valiosos estudos de cavallos, carneiros e bois, *croquis* de estudo para paizagens, vistas da Italia, diversos projectos e esboços de quadros, muitos dos quaes realmente apreciaveis como *Uma festa de aldeia*; *Camponezas a apanhar agua á fonte*; *Um bazar*; *Uma procissão na Italia*; *Rebanho de bois e carneiros*; *Lucta de S. Miguel e do dragão*; *Tropas a marchar*, etc. Os estudos sôbre animaes são realmente de nota.

Em 1889, por occasião da Exposição Universal de Pariz, fez-se uma exposição retrospectiva de quadros e desenhos abrangendo o periodo de 1789 a 1889.

A má fé ou a ignorancia dos organizadores fez com que o nosso pintor nella figurasse representado por uma tela mais que mediocre, uma de suas peiores obras: *O general Bonaparte recebendo prisioneiros no campo da batalha*, quadro do Museu de Versalhes, que é realmente pouco digno de admiração. Essa gravissima injustiça para com o artista levou um ou outro critico a lhe depreciar a reputação, estribando-se, para julgar a obra de quem produziu centenas de telas, no estudo de um unico exemplar de sua arte. Entre outros o sr. Arsène Alexandre, litterato cujo renome não vai muito além do circulo de suas amizades pessoaes, valha a verdade.

Na exposição de desenhos organizada pelo sr. Carlos Ephrussi o nosso pintor foi muito mais feliz, pois delle expuzeram duas lindas peças, a acreditarmos o que diz o artigo de critica do marquez de Chennevières na *Gazette des Beaux Arts*, pag. 127, 1889. Esses dous desenhos eram: o primeiro, plombagina e sepia: *Um cura a reprehender rapazes e raparigas, sobretudo uma mo-*

çoila que subira numa arvore e que um rapaz ajuda a descer. « Não é sinão um sopro, diz o articulista, amavel, delicado, fresco, porém »; na segunda peça, uma aquarella: *Festa campestre na Italia*, se vêem os reflexos doirados daquelle sol italiano, que convinham maravilhosamente á palheta daquelle que foi procurar o Astro Rei até no Brasil ».

De quando em quando apparecem no Hotel Drouot, em Pariz, desenhos e aquarellas de Taunay.

Nos ultimos annos temos conhecimento de alguns, bem poucos infelizmente:

O Jardim do Palais Royal, penna e aguada; collecção Deloyes dispersa em Junho de 1899; assignado e datado; representa uma multidão de elegantes e de *muscadins* a passear e a conversar;

O Pastor galanteador, vendido por 245 francos no Hotel Drouot no leilão de 27 de Novembro de 1909 pelo perito Delteil;

A caçada do veado, assignado e datado: 1783, desenho a penna e sepia pertencente á collecção Destailleur, pago por 260 francos no Hotel Drouot, em 1901;

O recreio, collecção do Marquez de Chennevières, vendido a 6 de Maio de 1898 no Hotel Drouot; altura 18 centimetros, comprimento 24 centimetros. É o desenho, a que se refere o artigo acerca de exposição retrospectiva de 1889. Alcançou então 695 francos.

GUACHES

O Louvre possue uma linda guache de Taunay proveniente do legado Audéoud: *La Parade,* onde se vê, sôbre um estrado, um palhaço e dous polichinellos representando perante um publico e aldeões em alguma feira. Essa obra do artista é soberba, de uma suavidade de colorido extraordinaria, harmoniosa e elegante quanto possivel. Uma gravura popularizou-a, desde algum tempo (1).

Os Goncourt contavam na sua esplendida collecção artistica diversas guaches de Taunay, entre outras: *Abertura de uma estrada no campo* ($0^m,32 \times 0^m,25$), em que se vê um certo numero de operarios trabalhar na terra, e vendida a 17 de Fevereiro de 1897 por 3.400 frs. A seu respeito exprime-se Edmond de Goncourt na *Maison d'un artiste*: « Um desenhador de que só se encontram habitualmente desenhos e illustrações da velhice sem os characteristicos accentuados do seculo XVIII e que, cousa de muitos ignorada, foi um dos mais espirituosos e elegantes guachistas do seculo XVIII, um guachista que sôbre a pelle apergaminhada fez reviver a clara e esfusiante pintura de Pater com os seus deliciosos toques claros e luminosidade dos suaves matizes, os côr de cinza esverdeados, os vermelhões e amarellos de enxofre . . . ».

Nota: Extensos apontamentos sôbre mais de oitenta quadros, numerosos desenhos, guaches, etc. da lavra de Nicolau A. Taunay possue-os ainda o auctor deste ensaio.

Delles, infelizmente, não poude utilizar-se pois que, desde Julho de 1914, se acham os seus manuscriptos, completos para orçamento, em mãos de um editor estabelecido na zona da França, invadida pelos exercitos allemães.

Devia uma edição franceza da presente memoria, profusamente illustrada, apparecer simultaneamente com a brasileira; vieram os acontecimentos da conflagração européa impedir a realização de um projecto summamente caro ou, pelo menos, por longo tempo adiado.

(1) Fôra esta guache vendida ao legatario pela somma de 18.100 francos.

As guaches de Taunay attingem preços muito elevados nos leilões de collecções artisticas em França. Citemos nos ultimos annos: *A entrevista*, da collecção do conde de Bryas dispersa a 4 de Abril de 1898 (altura 17, e comprimento 12 centimetros) e vendida pela somma de 840 frs.; *Uma boda de aldeia*, da collecção Pipard (Hotel Drouot, 3 de Março de 1900) vendida por 1.810 francos.

Obras de Taunay reproduzidas pela gravura; artistas que as gravaram

De todos os gravadores, que reproduziram obras de Nicolau Taunay, destaca-se na primeira plana Descourtis, cujas famosas estampas *Feira de Aldeia* e *Boda de Aldeia*, reproduzidas por varias tiragens francezas, inglezas e allemans, attingem a elevadissimos preços, quando da primeira edição.

Descourtis (Carlos Melchior), gravador em côres, no mesmo genero do que Jeanninet, seu mestre, nasceu em Pariz em 1753, e alli falleceu em 1820.

De Taunay gravou duas series de quatro assumptos. A primeira consta da: *Feira da aldeia*; *A Boda da aldeia*; *A Rixa*; *O Tamborileiro* e a segunda da collecção chamada do Filho Prodigo, a saber: *A Partida do Filho Prodigo*; *A Orgia do Filho Prodigo*; *o Filho Prodigo guardando porcos*, e *A Volta do Filho Prodigo*.

Das duas primeiras dizem o barão de Portalis e Beraldy na sua obra de grande auctoridade acêrca dos gravadores francezes do seculo XVIII: «Essas duas estampas de dous quadros finissimos de Taunay foram reproduzidas com um gosto encantador e numa escala de tons muito harmoniosa! e das quatro da ultima serie — Os assumptos da *Vida do Filho Prodigo* — são muito maus».

A Rixa e o *Tamborileiro* são hoje muito estimados, embora alcancem preços um pouco inferiores aos das duas primeiras.

Na *vente* Behague em 1877 alcançaram as quatro provas, da serie *avant toute lettre*, a cotação de 1.500 francos: as mesmas, em 1885, na *vente* Hocqaert attingiram 3.100 francos.

Descourtis gravou estas estampas em dous formatos, um de 310 sôbre 240 m/m e outro, reduzido para 32, de 95 sôbre 65 m/m.

Do grande formato ha trez estados: antes de qualquer lettreiro, com lettreiro e armas, armas apagadas e lettreiro substituido por

lettras inglezas como na *Rixa* e no *Tamborileiro*. Destas duas ha dous estados: antes do lettreiro e com lettreiro.

« As estampas de pequeno formato no original são negras, ás vezes apparecem coloridas, mas isso não é sinão uma pura phantasia de amador que as pinte e mal. Ha uma particularidade a assignalar: *A Boda* está gravada ao inverso, e *A Feira* no mesmo sentido que o exemplar maior. Ha tambem algumas pequenas divergencias entre o pequeno e o grande formato: *A Rixa* e o *Tamborileiro* não foram reduzidas. Toda a serie é muito procurada; as duas primeiras têm sobretudo grande cotação. Foram todas quatro reproduzidas pelo sr. Magner e muitas vezes imitadas. »

« O Marquez de Varennes possuiu uma dezena de provas originaes de ensaio da serie. A aquarella original da *Rixa* está actualmente em casa do sr. M. F. Vergués. A tela original, que pertenceu ao sr. Charles Pillet, figurou em 1878 na Exposição das Artes de Decoração (1).

Actualmente o preço corrente da serie é 3.000 frs. para os exemplares que têem grandes margens (2).

As quatro *Filho Prodigo* attingem quando muito a 300 frs., mas são muito raras. Em todas ha um certo numero de versos de auctor a nós desconhecido.

Alix (Pedro Miguel, 1762-1817), gravador de grande merito, gravou de Taunay duas estampas, in 4º, sôbre comprido, em cores, dizem Portalis e Béraldy, com 149 m/m de alto sôbre 226 m/m de comprido; seis estampas, segundo o *Manual do Amador de Estampa*, de Charles Blanc. As duas que conhecemos são: *Robison, o Hispanhol, Sexta-Feira e o Pae* e *O aprendiz carpinteiro de Robinson*.

Aubert (Pedro Eugenio) nascido em Pariz em 1780 e gravador das Galerias Historicas de Versalhes, foi quem reproduziu o

---

(1) Bourcard, Estampas do Seculo XVIII.

(2) No leilão F. Barrot, a 10 de Junho de 1907, as quatro estampas em questão antes da impressão das armas e dos retoques feitos mais tarde, com grandes margens, attingiram o preço fabuloso de 19.100 francos.

Combate de Nazareth e *A Passagem do São Bernardo*, que figuram nessa obra.

De Boquet (Pedro José), gravador de aguadas do começo do seculo XIX, conhecemos duas reproducções de Taunay in 4º, *Annuncio de feliz regresso* e a *Volta do militar ao lar paterno*.

De Nicolau Ponce (1746-1831), artista dos mais considerados entre os gravadores da época, conhecemos a reproducção de um pequeno e espirituoso desenho de Taunay, um cenaculo de *précieux* e *précieuses* a ouvirem um trissotin que recita.

A Gelée (Antonio) nascido em 1796 e discipulo de Pauquet — grande premio de Roma em 1824, habil burilador, mas muito adstricto ao losango, se deve a reproducção da *Passagem do Guadarrama*, nas Galerias Historicas de Versalhes.

Frederico Schrœder, originario de Hesse Cassel e morto em Pariz no anno de 1839, burilador, gravador de paizagens, de alguma habilidade, gravou: *Ataque do Castello de Cossaria* e a *Entrada de Napoleão em Munich*, para as Galerias Historicas de Versalhes. Do ultimo assumpto fez uma estampa de grandes dimensões.

Lacoste pae, gravador xylographo de nomeada, reproduziu de Taunay a *Batalha de Rivoli*.

De Sotain (Noel Eugenio) nascido talvez em 1816, gravador sôbre madeira para o *Magasin Pittoresque* e a *Vida dos Pintores*, conhecemos um *Interior de taberna*, segundo um desenho de Hédouin (V. *Gazette des Beaux Arts*, 7º, anno de 1860, pag. 350). Além desses artistas citemos: Huet, que gravou *A passagem da Sierra Guadarrama*; Chancourtis e C. Motte, a quem se deve a reproducção do *Vau* e do *Sacrificio do cordeirinho querido*; Leprince, nomeado pintor e gravador, que viveu longos annos na Russia e gravou a *Distribuição de esmolas por monges Cartuxos*. Num artigo de Charles Blanc, na *Gazette des Beaux Arts*, 2º periodo, tomo XI, 1875, pag. 204 refere-se elle a umas vibrantes aguas fortes de Edmundo Hédouin, celebre pintor aguafortista discipulo de Delaroche, *d'après* Watteau, e *d'après* Taunay.

Dos desenhos de Taunay conhecemos gravados, além da *Recitação*, *Os sentimentos da familia de Bourbon sôbre o tumulo de*

Luiz XVI, reproduzido por Girardet, os trez relativos aos *Plaideurs*, de Racine, da grande edição de luxo de F. Didot em 1801.

O do primeiro acto traz a indicação — B. L. Prevôt sculps.— ; o do segundo é devido a Duval, e o do terceiro a Le Villain, artistas cujos nomes são pouco conhecidos. De Godofredo Engelmann, um dos precursores da Lithographia, ha diversas reproducções de Taunay, hoje muito apreciadas. Nascido em Mulhouse, em 1788, estreou esse artista mandando aos *salons* de 1817 e 1819 quadros contendo, sob o titulo de «productos lithographicos», composições de Demarne, dos Vernet, Rœhn e Taunay.

Delle conhecemos : *A passagem da serra Guadarrama ; Um rebanho a attravessar um pantano onde ha uma torre arruinada, Umas mulheres a tirar agua de um poço nas vizinhanças de aqueducto em ruinas.*

Livros illustrados por Nicolau Antonio Taunay

Em sua primeira mocidade, aos 21 annos, o pintor illustrou um livrinho de frivolidades, fructo das lucubrações de um dos tão futeis quanto numerosos cenaculos litterarios do seculo XVIII: a *Ordem da Tavola Redonda*.

Intitula-se essa obra: *A Jornada de Amor* ou *Flores de Cythera*, e seus auctores são a condessa de Turpin, Boufflers, Gaillard, Favart e o abbade de Voisenon.

Dedicado ás mulheres e impresso numa edição muito restricta, que não foi exposta á venda, constitue hoje uma raridade bibliographica. Taunay concorrera com quatro figuras «das mais graciosas» e oito vinhetas gravadas por Macret, Michel e Pruneau.

Foi este o unico livro, ao que nos consta, illustrado exclusivamente por Nicolau Antonio Taunay; seu formato é in 8º, trazendo a seguinte e desfructavel indicação de proveniencia *Gnido, 1776*. Collaborou porém Taunay com outros e notaveis artistas em diversas edições como a esplendida tiragem feita, em 1801, por F. Didot das obras completas de Racine.

Esta soberba edição, primor de arte typographica, tem como illustradores, além de Taunay: Girodet, François Gérard, Moitte, Sérangeli, Chaudet, Peyrou. A cada artista coube fazer as illustrações para um certo numero de peças do grande tragico. Taunay teve os *Plaideurs* e fez os tres soberbos desenhos, um para cada acto, de que já fizemos menção.

Diz Nagler, no seu *Lexico*, que Taunay fez diversas illustrações para uma edição luxuosa de *Paulo e Virginia*.

Egualmente sabemos que a casa Didot lhe encommendara illustrações para uma grande edição de luxo do *Orlando Furioso*, dez assumptos, conforme se deprehende do recibo seguinte:

« O abaixo assignado declara haver recebido do cidadão Didot a somma de dez mil francos pelos septimo, oitavo, nono e decimo quadros da serie do Ariosto. Pariz, 30 thermidor, anno III da Republica (17 de Agosto de 1795).— *Taunay* » (V. *Revue de l'Art Français*, anno de 1884). Ainda trabalhou Nicolau Antonio, segundo parece, para uma edição do *Robinson Crusoé*, fazendo uma serie de seis assumptos, que Alix gravou. Essa edição, porém, não foi levada a cabo, quer nos parecer.

ICONOGRAPHIA

Dos retratos do mestre o mais conhecido é o de Boilly (Luiz Leopoldo), cujo original se acha no museu de Lille e o representa em companhia de Isabey. Este quadro foi gravado por A. Clément e Milius e reproduzido num dos numeros de *L'Art* em excellente estampa. Isabey como que reclinado sôbre uma balaustrada tem uma das mãos no bolso direito e é visto de trez quartos; Taunay está inteiramente de perfil, de pé, com uma das mãos para traz; longa cabelleira empoada emsombra-lhe o rosto e cai-lhe sôbre as orelhas. Traz os indefectiveis oculos, veste uma casaca parda e usa grande gravata branca.

Em outra tela collocou Boilly o retrato do amigo, quando em 1800 expoz a sua *Reunião de Artistas*, mais tarde gravada por A. Clément (1), em que se vêem as cabeças agrupadas de modo pittoresco de muitos artistas celebres, entre os quaes Percier, Fontaine, Talma, Girodet, Isabey, Bidault, Swebach-Fontaine, Mehul, Lethière, Charle-Vernet, Hoffmann (o auctor dos *Contos*) Chaudet, Demarne e o proprio auctor.

Pintou-o ahi como no quadro precedente, de cabello empoado e oculos, de perfil, com o pescoço esticado.

No museu de Lille ha diversos esboços ainda de Boilly para o quadro *O atelier de Isabey*; num delles vê-se Taunay de cabellos compridos e empoados com um aspecto a Luiz XVI, magnifico, diz L. Gonze no seu *Estudo sobre o Museu de Lille*; em outro esbôço reproduzido na bella obra de Mme. Basile Callimaki sôbre Isabey vê-se numeroso grupo de artistas examinando um quadro collocado sôbre um cavallete; entre elles tambem está Nicolau Antonio Taunay.

---

(1) Reproduzido na *Renascença* de Julho de 1907.

Em 1825, publicando Julio Boilly, filho de Luiz Leopoldo, uma collecção de *Retratos de todos os membros do Instituto de França*, nella appareceu o de Nicolau Taunay que então tinha septenta annos de edade, representado de trez quartos, grande, cabelleira branca, oculos espessos, larga gravata-*cachenez* a envolver-lhe o pescoço e cobrir-lhe o peito. Este retrato aproveitou-o Charles Blanc para a sua *Historia dos Pintores de todas as Escolas*. Retratou-se Taunay, a exemplo do que geralmente fazem os pintores. Representou-se quasi de frente com os cabellos ondeados, puxados para traz e repartidos ao meio, cobrindo-lhe o peito uma gravata de *incroyable*, o que faz crer que o quadro date de 1795, época em que o pintor tinha quarenta annos..

A tela pertence ao sr. Victor A. Taunay, de Paris, e foi reproduzida na *Missão Artistica* de 1816. Além desse retrato existe outro tambem da lavra do proprio artista, sôbre tela (0m33×0m59) que pertenceu á collecção do sr. Boitelle e figurou na Exposição dos Retratos do Seculo em 1884, Pariz (1).

No grande e notavel quadro de Heim, hoje no Louvre, *Carlos X distribuindo recompensas aos artistas, após o salon de 1824*, em que o auctor retrata todas as notabilidades contemporaneas, aggrupando-as num conjuncto realmente soberbo, vê-se o retrato de Taunay, na primeira fila, entre os membros do Instituto de França, muito em destaque, graças á grande cabelleira branca e os oculos, ao lado de Mme. Vigée Lebrun e de Horacio Vernet.

Bustos de Taunay sabemos da existencia de dous: um de Ramey filho, segundo a mascara que lhe foi modelada sôbre o rosto, logo após a sua morte, e outro em marmore, existente no Museu de Versalhes, obra do esculptor Roubaud, encommendado pelo ministro das Bellas Artes sob Napoleão III, o sr. de Nieuwekerke, inspirando-se o artista num dos quadros em que Taunay se retratara. Deste busto possue nossa Eschola Nacional de Bellas Artes uma reproducção.

---

(1) Sobre o autoretrato attribuido pelo dr. Laudelino Freire ao pintor vide observação á pag. 108.

Discurso da lavra de Castellan, lido á beira do Tumulo de Nicolau Antonio Taunay pelo barão Gros, o celebre pintor (1)

Senhores — E' proprio da natureza das sociedades que se perpetuam tudo ver acabar e renovar-se em tôrno de si.

Um unico d'entre nós, Senhores, assistira á fundação do Instituto, accompanhando-lhe as vicissitudes, e vira a Academia de Bellas Artes renovar-se por completo: triste apanagio o de sobreviver aos contemporaneos, aos amigos!

Sangrava-lhe com isto o coração e a idéa afflictiva de que vivia entre ruinas, desligado dos liames naturaes que o prendiam á vida, e esta idea, sempre presente ao pensamento, pode ter contribuido para o seu fim.

Com effeito, mal deixaramos o lucto do ultimo dos fundadores da eschola moderna de pintura, vemo-nos obrigados a toma-lo novamente pelo decano da Academia, que ao mesmo tempo era quasi o dos pintores da épocha actual e um dos que mantinham do melhor modo a tradição dos verdadeiros principios da Arte.

Taunay, que podemos indicar entre os regeneradores do bom gôsto em França, mais influencia exerceu pelo exemplo do que pelos conselhos. Não se tendo filiado a eschola alguma propriamente dicta conseguiu mais imitadores do que modelos tivera; e si acaso existe inimitavel originalidade é essa, que Taunay possue e cujo cunho impoz ás suas obras.

Não foi no entanto pela exquisitice que se mostrou original; nos seus quadros nada se afasta das leis da natureza: tudo nelles della lembra os traços characteristicos, combinados por um genio creador ou animador de um espirito jocoso ou melancholico, se-

(1) Castellan, pintor e escriptor, membro da classe de Bellas Artes do Instituto de França.

gundo as impressões experimentadas pelo artista, a que subordinava o assumpto de suas composições.

Assim é que cremos entrever numa de suas ultimas telas as preoccupações de um espirito impressionado com o desapparecimento successivo de artistas, amigos da mocidade; representa a estatua colossal do virtuoso Carlos Borromeu, isolada na eminencia de um promontorio do Lago Maior com a cabeça envolta em nuvens.

Tanto quanto este sancto personagem, pode o nosso amigo ter tido rivaes, inimigos nunca. Desarmavam a inveja a sua inalteravel doçura e modesta franqueza, assegurando-lhe perfeita paz a pureza de costumes, por assim dizer patriarchaes, e a ausencia absoluta de ambição.

Quando muito saia do seu retiro para assistir ás nossas sessões, certo de se ver rodeado do prestigio e do respeito que lhe eram devidos e, sobretudo, o que mais o commovia, da mais carinhosa affectuosidade.

Escoara-se-lhe a vida pacifica mas não sem glorias, como as aguas dessas fontes que, embora escondidas sob modestas folhagens, nem por isto deixam de reflectir os mais puros raios do astro do dia.

Apaixonado das bellezas da natureza, soube Taunay traduzi-las em todos os seus quadros: paizagens, marinhas, batalhas, scenas familiares ou historicas, tudo pintou tanto sem as forçar como sem affectação.

A França, a Suissa, a Italia forneceram-lhe assumptos. Ainda mais: chegou a ir ao Novo Mundo na ancia de descobrir novas inspirações e estudos numa natureza mais virgem.

Cheio de saudades da patria, onde bem sabia que o apreciavam e onde deixara amigos que lhe choravam a ausencia, dentro em breve, fugindo penosamente ao abraço dos filhos que não mais devia ver, regressou á França, com a virtuosa consorte que o accompanhara sempre, quer nos dias de felicidade quer nos de tristezas.

Voltou pois, nada trazendo da viagem sinão a representação dos thesouros naturaes da America, thesouros que estavam bem longe de o haver enriquecido.

Poude ao menos encontrar corações fieis: um dos filhos, uma nova familia que o adorava; os mais carinhosos tratos lhe foram então dispensados; tudo teve, tudo quanto os entes que declinam e se enfraquecem necessitam de amor e dedicação para se sustentar e brilhar, ainda que por lampejos, antes da extincção total.

Foi pois assim que, no meio de doces illusões e consoladoras realidades, chegou por insensivel declive á penosa transição desta vida á eterna existencia.

Elogio funebre de Nicolau Antonio Taunay pronunciado no Instituto de França pelo secretario perpetuo Quatremère de Quincy

NOTICIA HISTORICA SOBRE A VIDA E AS OBRAS DO SR. TAUNAY, NASCIDO EM PARIZ EM 1755 E AHI FALLECIDO EM 1830

Nasceu Nicolau Antonio Taunay em Pariz, em 1755. O pae era um chimico de valor, a quem a pintura deve algumas descobertas uteis, inspiradas por forte pendor pelas producções desta arte. Muito naturalmente pois, pôde o filho encontrar na casa paterna um incentivo, de onde nasceu, e mais tarde augmentou, uma inclinação, que em breve se converteu no preludio de uma vocação franca.

Foram-lhe naturalmente os albuns do pae os primeiros brinquedos da infancia. Dentro em breve se lhe convertiam elles em habitual motivo de occupação e, afinal, em materia exclusiva de apaixonado estudo, que lhe absorvia as faculdades do estudo. Entendeu o amor paterno dever oppor algumas diversões a este zêlo, cuja violencia, em edade ainda tão tenra, poderia prejudicar o desenvolvimento de uma constituição ainda fraca.

Vencendo a paixão a todos esses obstaculos, foi preciso obedecer-lhe, e o pequeno Taunay pôde enfim, livremente, entregar-se sem reservas aos estudos preliminares da pintura. Até então seus gostos e desejos se tinham resumido na práctica do desenho. Havia nos seus orgãos visuaes uma imperfeição assaz commum, que teria podido restringir-lhe o talento á parte linear da arte, si a sciencia dos opticos, por intermedio de seus vidros magicos, não houvesse dissipado o veu que lhe encobria o encanto das côres, com que a natureza pintou as suas obras.

Desvendou-se-lhe um novo mundo, revelando-se-lhe ao mesmo tempo que elle estava destinado a ser um colorista; de ora em

deante o pincel e a palheta lhe iam ser os instrumentos predilectos, e a paizagem com tudo o que a natureza campestre apresenta de variegado ao olhar e á alma passou a constituir o dominio privilegiado do seu talento.

Começara Taunay tendo como mestre de pintura, verdade é que em curto lapso, um pintor de historia, Brenet, que nessa época não deixava de ter certo talento e celebridade. Deixou-o, porém, para seguir a Casanova, pintor de batalhas e de animaes, que, em breve, se viu obrigado a sair de França, para se estabelecer na Russia.

Pode-se pois affirmar que pouco ficou Taunay a dever a esses dous mestres. Maior aprendizagem lhe teria sido util?

Não cremos. A continuação dos tempos demonstrou perfeitamente que nelle havia um germe de talento proprio, certa seiva de originalidade, que a direcção de uma cultura extranha poderia ter impedido que se desenvolvesse, a contento dos meios que a natureza lhe proporcionara.

Deveu pois a este feliz espirito de independencia o poder escolher livre e judiciosamente o genero, para o qual tinha maiores dotes. O apurado gôsto não o levava a medir-se com a natureza, nas altas espheras da imitação. Em vez de lançar-se para os generos de arte elevados, onde é tão commum que o olvido recompense a mediocridade, teve o bom senso de ouvir a propria vocação e, aquilatando a ambição pelas fôrças, creou segundo os dictames de seus recursos naturaes um genero de superioridade, que nenhum dos contemporaneos poderia disputar-lhe um dia.

E' um dom bem raro da natureza, esse de bem conhecer o que ella de nós espera, o que nos impõe, permitte ou recusa.

Della recebera Taunay atilado espirito, delicados sentimentos e uma imaginação capaz de apprehender, no mundo physico e na ordem moral, essas subtis harmonias, cuja graciosidade é causa de tanto encanto, essas filigranas que em certos generos ingenuos de litteratura, como os do conto, do idyllio ou do apologo, immortalizaram o nome de certo numero de poetas. Ora, o genio é tão raro nesse terreno como nos demais. Sem querer pois levar as

suas pretenções a mais alto ponto teve Taunay a sensatez de nivelar o seu talento e a sua ambição.

Esforçou-se por crear, pela reunião de duas especies de meritos, um na paizagem, outro nos assumptos chamados anecdoticos, um duplo meio de encantar e attrahir os olhos e o espirito de grande parte do público, esse que antes de tudo pede ás artes essas imagens suaves e ligeiras, cuja verosimilhança é tanto mais facilmente apreciavel porquanto se acha ao alcance de todos.

Decidido a entregar-se inteiramente ao instincto, que o levava á práctica da paizagem, ornada de figuras, foi na Suissa que Taunay entendeu procurar os elementos dessa feliz união, que tanto harmoniza a natureza agreste das localidades com a simplicidade dos costumes, os habitos campestres dos homens e o variegado dos trajos das camponezas.

Partiu com Demarne e alguns outros companheiros de viagem ou de estudos e, de accordo com elles, ao percorrerem aquelle paiz, verdadeiro museu de paizagem, não cessou um só dia de encher a carteira com os mais interessantes esboços, e ainda melhor, fixou-os na memoria, instrumento indispensavel ao paizagista que a elle sempre precisa recorrer, afim de resuscitar esses effeitos fugidios, dos quaes nenhum elemento pode, na realidade, reproduzir-se a contento das necessidades do artista.

Regressando a Pariz deu-se Taunay a conhecer por intermedio de um quadro de cavallete que representava uma festa de aldeia, graciosamente homogeneo no seu colorido exacto, e fina execução, prenunciando um desses talentos, cujo nascimento é um segredo que a natureza desvenda quando quer.

Este lindo quadro attrahiu, de modo muito especial, a attenção dos conhecedores. A Academia, illimitada então no numero de seus membros e na liberdade dos incitamentos de que podia lançar mão, ao felicitar o auctor pelo feliz preludio deu-lhe a entender que nova obra do seu pincel, mais vasta então e de estylo mais elevado lhe alcançaria honrosos e uteis suffragios. Taunay comprehendeu quanto havia de lisonjeiro e de promissor nesse prognostico.

Apressou-se em responder, com segundo quadro, cujo assumpto lhe foi inspirado pelo Ariosto.

As duas obras lhe valeram ser eleito, por unanimidade de votos, socio correspondente da Academia, e este novo successo lhe trouxe um premio ainda mais vantajoso: uma estada em Roma, a nomeação para a vaga aberta com a morte de um dos pensionistas, o joven Taraval, grande premio na edade de dezesete annos.

Partiu para Roma em 1784 no mesmo anno da sua eleição para a Academia.

A vista e o estudo da natureza na Italia, o aspecto e a influencia das grandes obras d'arte, não podiam deixar de communicar-lhe ao talento alguma cousa de mais nobre no estylo, na escolha dos assumptos e dos accessorios, na composição e execução.

Ha para cada categoria de assumptos, mesmo para os que se filiam a uma ordem inferior de ideas, certo numero de characteristicos que os recommenda, mais ou menos intensamente, aos olhares e gostos do amador, mais ou menos culto, e acêrca do qual deve ser estabelecido o seguinte preliminar: *nem todas as verdades se prestam a ser pintadas.*

Taunay tinha muita elegancia de character e espirito para que ella não lhe influenciasse as composições. O genero da copia servil e vulgar nunca poderia tê-lo attrahido. O aspecto de Roma e o estudo alli iam, porém, contribuir para o desenvolvimento dessa feliz tendencia do seu talento, como demonstraram varias das telas, que o seu pincel fecundo executou naquella cidade.

Entre ellas citam-se um bello quadro representando: *A benção dos rebanhos* e sobretudo uma grande paizagem de nobre estylo, adornada de figuras, maiores do que geralmente se usa, e cujo principal assumpto é o *Anjo Rafael em companhia de Tobias.* Com as mesmas dimensões ainda executou em Roma outro quadro representando: *Um ermita a pregar*, tela muito notada pela grande variedade dos grupos de figuras, pela diversidade de trajos e pelo encanto do colorido.

De volta a Pariz, após trez annos de estudos na Italia, vê-se Taunay multiplicar as suas composições, sempre variadas, em que a

verdade do colorido e a facilidade do pincel se unem para a representação de imaginosos assumptos e espirituosas concepções que, sem pretenções a attingir á nobreza do genero historico ou heroico, nem por isso se limitavam a ser — como em certas escholas aconteceu — simples reflexo de vulgar realismo.

E' impossivel deixar de reconhecer que em todas as producções do seu pincel vive inventivo espirito, realçado por não muito extensa erudição, por assim dizer, mas adequada ao grau de elevação com que tractava os differentes assumptos e pretendia fazê-los observar.

Refiro-me aos que ia buscar em todas as regiões da fabula e da historia, dos costumes antigos e contemporaneos, a todos os generos de acção fabulosa ou real, de allusões criticas ou espirituosas.

E' assim que na mais completa enumeração das suas obras, tomada ao acaso, vemos: *Moisés ferindo o rochedo* e a *Batalha de Nazareth*, o *Theatro de La Folie* e um *Bazar Turco*, *Moisés salvo das aguas* e o *Lobo damnado*, a *Volta do Mercado* e o *Dia immediato ao de uma batalha*, um *Hospital militar*, *José explicando sonhos aos ermãos* e um *Conto de La Fontaine*.

Poucas ha, porém, dessas numerosas composições, em que o pintor tenha deixado de frisar alguma verdade moral ou critica espirituosa, capaz de deleitar a razão.

Haverá quem sustente que essa propriedade de dar ás licções da moral um disfarce, que lhe attenue a severidade, seja o privilegio da poesia, com exclusão da pintura? Numerosos exemplos applicaveis a uma e outra arte nos apresentam o problema como de muito difficil resolução.

Contentemo-nos em dizer que, nesse particular, forneceria Taunay novos elementos de comparação que seriam favoraveis á arte do pintor, podendo-se invocar a seu respeito a opinião publica, que o baptisara: — « O La Fontaine da Pintura ».

Seja-nos dado apontar aqui, em attenção aos louvores que merece, relevando-se-nos essa indicação que deveria ser mais abstracta do que synthetizada, mais geral do que particularizada, seja-nos

dado apontar esse merito, cujas qualidades nosso discurso não pode pôr em pleno destaque.

Todas as artes têm os seus recursos proprios, que só podem ser apreciados pelos orgãos que a cada uma correspondem. Ora pretender traduzir em palavras as composições de Taunay, a que nos referimos, seria uma cincada egual á illusão do pintor que pretendesse tornar intelligiveis aos olhos fabulas como « O carvalho e o caniço » ou « A mosca e a formiga ».

Havia, como fizemos ver, dous talentos em Taunay e, digamos assim, dous pintores, tão identificados entre si, que sentimos ter sido obrigados a delles tractar separadamente.

Sim; sob o ponto de vista do paizagista soube crear um logar, que, collocando-o em destaque na numerosa cohorte dos habeis mestres que esse genero cultivaram, ainda no-lo mostra muito mais sujeito á inspiração propria do talento do que aos exemplos dos predecessores.

D'ahi lhe provêm a saborosa originalidade das obras, oriunda de uma faculdade instinctiva do artista muito mais do que do estudo. Em Taunay tudo, até a maneira com que encarava a natureza, era original.

Os seus estudos do natural não são absolutamente do genero desses em que vemos o pintor esforçar-se por surprehender ás pressas, para fixa-las pelo lapis e pelo pincel, imagens moveis e variaveis, effeitos de sombra e luz e os diversos accidentes transitorios do espectaculo, cuja fugitiva impressão deseja estampar.

Inspiravam-lhe essas impressões a disposição de espirito que o dominava, auxiliando-o poderosa memoria, que lhe reproduzia todas as minucias do conjuncto e das particularidades applicaveis aos assumptos que devia tractar.

Assim pintava pois, sem a realidade de modêlo algum, a scena que a imaginação lhe evocava, e as figuras que nella punha vestia-as sem o auxilio do manequim. Não trabalhava, não dispunha methodicamente as minucias de uma composição, improvisava: sem apalpadellas, sem hesitações nem arranjos previos.

Empolgado por um assumpto não tractava de coordenar, de

antemão, os primeiros planos com os ultimos, as massas do arvoredo com os grupos dos personagens.

Tudo isto já o executara o cerebro; nada mais tinha do que fazer a traducção em cores; era-lhe isto na sua arte, como um discurso pronunciado de improviso por orador, que conhece a fundo o seu assumpto e recebe de subitanea inspiração essa vivacidade de effeitos, que a lima do trabalho embotaria.

No dominio da imitação, que era o seu, creara Taunay uma como que universalidade de talentos pela reunião de quasi todos os generos de habilidade exigida pelos diversos ramos, um dos quaes basta para firmar a reputação do artista que o cultiva com superioridade. Não devemos pois exquecer de lembrar quanto sobresaía na representação dos animaes; aos entendidos na materia caberá fixar-lhe um logar entre Paulo Potter, Wouvermans e Berghem.

Tal reunião de capacidades e de talentos, como essa que esboçamos, deveria ter concedido a Taunay sinão os favores dessa fortuna *que vende o que se acredita que ella dê*, ou pelo menos a feliz abastança, de onde decorre a doce despreoccupação do futuro.

Durante algum tempo gozou desta ultima, que as primeiras borrascas revolucionarias não perturbaram, no seio de uma familia amavel, que com assiduos carinhos tractava de fazer com que exquecesse os perigos passados e arrostasse confiante os receios mais serios do futuro.

Após haver perdido, porém, graças ás consequencias sucessivas das perturbações politicas, o fructo das economias e o dote da mulher, em vão esperou do futuro a volta das circunstancias afortunadas, que lhe haviam aberto, ao talento, util e brilhante carreira.

O titulo de academico, que a formação do Instituto lhe havia conferido, não passava de equivalente nominal, inteiramente incapaz, na nova ordem de cousas, de lhe assegurar ao talento e á collocação dos quadros o successo e a reputação, elementos com que pudesse levantar novamente a compromettida fortuna.

Nestas circunstancias novas perspectivas vieram brilhar apontando á natureza especial do talento e ao mau estado da fortuna inesperados recursos. E, com effeito, indicavam-lhe um novo mundo

a explorar e conquistar em proveito da Arte e do artista. Agentes portuguezes, residindo em Pariz, pretendiam recrutar para o Brasil pequena colonia de habeis artistas, cujos talentos pudessem implantar naquella região virgem, si assim se pode dizer, galardoada pela natureza com as mais ricas dadivas, o gôsto pelas artes do desenho quer pelos ensinamentos quer pela virtude dos exemplos, mais fecundos e mais activos ainda que todas as licções. Gabavam á porfia a magnificencia de uma natureza *nova*, a rica vegetação das florestas, que o machado ainda não violara, os aspectos pittorescos das producções e das plantas desconhecidas totalmente na Europa.

O novo governo do Brasil alli desejava introduzir o gôsto de uma nova cultura, a das artes da imitação, e offerecia aos artistas parizienses o duplo chamariz da fortuna e das honrarias.

Taunay deixou-se levar por estas promessas fallazes e partiu para o Rio de Janeiro, com dous dos filhos e alguns amigos, attrahidos como elle pelas mesmas esperanças. Digamos que nem todas lhe foram enganosas, isto é para o talento e a reputação. Mais de uma grande tela, remettida á Academia durante esse voluntario exilio' si em nada contribuiu a uma reputação que nada mais tinha que conquistar, deu novos testimunhos da sua rara capacidade em se impregnar de todas as diversidades das fórmas e das physionomias da natureza.

No entanto, decorridos alguns annos, as saudades da patria não podiam deixar de nelle produzir o effeito de uma desillusão, a que se junctaram o pezar da perda de alguns companheiros do voluntario desterro, e sôbre tudo o lucto pela morte de um dos filhos, circunstancia que acabou de lançar um véu funebre sôbre a perspectiva de fortuna e de gloria que o seduzira.

Desde ahi nada mais desejou sinão respirar o ar da patria, onde o chamavam os votos dos amigos e a ennobrecedora distincção da cruz de honra, que parecia ter ido procura-lo no Brasil unicamente para lhe lembrar quanto se honrava a patria com os seus talentos.

Voltou pois, mais para gozar da reputação adquirida no meio dos amigos do que para entrar de novo em liça com a multidão dos

concurrentes, que os effeitos dos acontecimentos revolucionarios haviam suscitado.

Mais que septuagenario arranjou pacifico retiro, ao lado da mulher e o unico filho residente em França.

Alli, exempto de soffrimentos physicos, liberto de quaesquer preocupações e ambições, comprazia-se em fazer como que um retrospecto dos trabalhos que lhe haviam tomado a vida toda. Rodeado de grande numero de obras suas submettia-as a uma critica, cada vez mais severa, cujas sentenças acatava por meio de felizes retoques até que estes lhe satisfizessem plenamente o gôsto. Assim terminava suavemente a carreira no meio das lembranças de uma existencia honrada, de esperanças de duradoura gloria e das doçuras da vida domestica, gozando da estima e amizade de todos os confrades, confiante em que a sobriedade da vida e a solidez da constituição lhe haveriam de recuar o prazo fatal, ainda por alguns annos.

Vã esperança! subita fraqueza, funesto presagio da morte delle se apoderou.

Não era molestia da alçada da sciencia nem da arte dos medicos, e sim uma extincção.

No fim de quinze dias morria, aos septenta e cinco annos, a 20 de Março de 1830.

A «CIRCULAR» DE THEOPHILO OTTONI

REPRODUCÇÃO DO OPUSCULO EDITADO EM 1860 E 1861, NESTA CAPITAL, COM O TITULO «CIRCULAR DEDICADA AOS SRS. ELEITORES DE SENADORES PELA PROVINCIA DE MINAS-GERAES NO QUATRIENNIO ACTUAL E ESPECIALMENTE DIRIGIDAS AOS SRS. ELEITORES DE DEPUTADOS PELO 2º DISTRICTO ELEITORAL DA MESMA PROVINCIA PARA A PROXIMA LEGISLATURA PELO EX-DEPUTADO THEOPHILO BENEDICTO OTTONI» PRECEDIDA DE UMA SUMMARIA APRECIAÇÃO DA VIDA E FEITOS DO BENEMERITO PATRIOTA.

POR

BASILIO DE MAGALHÃES

SOCIO DO INSTITUTO

Ao Sr. professor Basilio de Magalhães, nosso consocio e auxiliar, pediramos um prefacio, destinado a justificar a inserção do precioso documento politico de Theophilo Ottoni nas paginas de nossa « Revista ».

Apenas nos foi entregue aquelle trabalho, leu-o o nosso venerando bibliothecario, o provecto dr. Vieira Fazenda, que sôbre elle traçou espontaneamente as linhas seguintes:

— « E' o estudo mais completo que conheço sôbre Theophilo Ottoni, inclusive tudo quanto do illustre Mineiro escreveu Joaquim Nabuco ».

Nada mais nos resta a accrescentar a esse honroso parecer, que subscrevemos sem discrepancia.

A Direcção.

A CIRCULAR DE THEOPHILO OTTONI

Em boa hora resolveu o Instituto Historico e Geographico Brasileiro estampar na sua « Revista », por ser hoje de extrema raridade, a melhor producção das postas em letra de fôrma pelo mais adeantado liberal do imperio.

Datada de 19 de Septembro de 1860, nesse mesmo anno saiu dos prélos do *Correio Mercantil*, de M. Barreto, Filhos & Octaviano, á rua da Quitanda n. 55, nesta capital, a — « Circular dedicada aos srs. eleitores de senadores pela provincia de Minas-Geraes no quatriennio actual e especialmente dirigida aos srs. eleitores de deputados pelo 2º districto eleitoral da mesma provincia para a proxima legislatura pelo ex-deputado Theophilo Benedicto Ottoni ».

As suas 161 paginas, em typo miúdo, evidenciam desde logo que tal obra fugia á vulgaridade, ou, melhor, á vacuidade que, como ainda agora, characterizava então as congeneres.

Assim como no longo periodo colonial, entre as innumeras florações poeticas aqui abrolhadas ás inspirações do cultismo ou da reacção classica, só duas houveram jus á immortalidade, — o « Uruguay » de José Basilio da Gama e as « Cartas chilenas », de Thomaz Antonio Gonzaga —, assim tambem do sem-numero de opusculos politicos, adubados pelas agitações em que nasceu e se consolidou a nossa soberania e proliferados pelo rotativismo dos grossos partidos monarchicos, apenas tres abriram sulco profundo e imperecivel na esteira dos patrios annaes: — o « Libello do povo » de Timandro (Francisco de Salles Torres Homem, depois visconde de Inhomirim), a admiravel synthese a que Justiniano José da Rocha deu o titulo de « Acção, reacção, transacção » e a « Circular » de Theophilo Benedicto Ottoni.

Não é só a absoluta escassez desta no mercado de livros o que determina a necessidade da sua reimpressão. Não fosse ella, como é, o inestimavel e fidedigno depoimento dos prin-

cipaes episodios da evolução brasileira na maior parte do regime imperial, prestado por quem os testimunhou em dilatada e brilhante carreira pública, e, sobretudo, não fosse ella, como é, efficiente doutrinamento de alto civismo, limpida licção de moral politica, — sem duvida merecêra dormir o somno do perpetuo olvido, como tantas outras que visaram a interesses de occasião e sôbre as quaes paira hoje o mais justificavel silencio.

A acção exclarecida e perseverante do grande liberal e aquella sua autobiographia constituem, em perfeito conjuncto, não só um luminoso capitulo da Historia nacional, como tambem um edificante exemplo aos homens, a quem ora incumbe a direcção dos supremos destinos da Patria.

Vamos, pois, bem que em pallido resumo, corroborar o que acabamos de dizer, demonstrando ao mesmo tempo o novo serviço meritorio, que o Instituto Historico e Geographico Brasileiro tão opportunamente presta ao paiz, com o fazer revibrar a voz do estrenuo trabalhador, o qual, além de pôr em práctica, com o completo sacrificio da sua fortuna e da sua saúde, a defesa e o desenvolvimento dos nossos mais elevados interesses economicos, foi sempre um impolluto e indefesso paladino das franquias democraticas, afinal conquistadas pela terra, que tanto deve ufanar-se de lhe ter sido berço.

Nasceu Theophilo Ottoni a 27 de Novembro de 1807, na então villa do Principe e hoje cidade do Serro, em Minas-Geraes. Argúe-lhe o cognome sangue italiano, pelo lado paterno (1). Era sobrinho de José Eloy Ottoni, um dos nossos mais inspirados lyricos da primeira metade do seculo XIX, e ermão de Christiano Benedicto Ottoni, erudito mathematico e proficiente engenheiro, a quem deve o Brasil assignalados serviços (2).

---

(1) Segundo informações que nos foram gentilmente fornecidas pelo sr. dr. Julio Benedicto Ottoni, Theophilo, que era filho de Jorge Benedicto Ottoni e d. Rosalia Ottoni e neto de Manuel Vieira Ottoni e d. Anna Felizarda Paes Leme, descendia de Manuel Ottoni, Genovez emigrado para Portugal e de lá para o Brasil nos fins do primeiro quartel do seculo XVIII, pois a sua carta de naturalização foi registada na camara da cidade de S. Paulo a 12 de Julho de 1727.

(2) O conselheiro Christiano Benedicto Ottoni foi vice-presidente e presidente da Companhia que executou os primeiros trabalhos de construcção da

Na terra natal, além de outras disciplinas, estudou cuidadosamente o latim; e aos quinze annos já rimava algumas estrophes patrioticas, incentivadas pela repercussão que tivera em nossas plagas o movimento constitucionalista portuguez de 1820.

Vindo para esta capital em 1826, aqui se matriculou na Academia de Marinha (primeira denominação que teve a Escola Naval), onde logo se fez notar a robustez do seu talento.

Ao concluir as provas do primeiro anno, teve ensejo de ouvir do presidente da banca examinadora, o chefe de esquadra José de Sousa Correia, as seguintes palavras de espontaneo elogio: — « Estudantes, como este, honram aos professores e á propria Academia ».

Durante o curso, realizado sempre com brilho, ainda o joven Mineiro teve tempo de fazer-se professor de Geometria, folgando de contar entre os seus discipulos a Evaristo da Veiga, de quem se tornou assiduo e sincero amigo.

Admira que ainda lhe sobrassem momentos de lazer para a intensidade jornalistica, a que tambem se entregou. Assim é que collaborou activamente na *Astréa* (não publicada em S. João del Rey, como equivocadamente affirma Nelson de Senna, *in* « Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras. », LXV, p. 2ª, 358, mas editada aqui, no Rio de Janeiro, sob a direcção de Antonio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto, tendo durado de 1826 a 1832), com o pseudonymo de « Joven Pernambucano », pois, sendo menor, teve de acceitar para seus escriptos a responsabilidade legal, que generosamente lhe emprestou um official do exercito, filho da provincia septen-

---

E. de F. Central do Brasil (antiga « D. Pedro II ») e depois dirigiu a importante arteria, com grande tino e efficiente competencia. Engenheiro diplomado pelos nossos institutos de guerra, nelles exerceu mais tarde o magisterio, como lente da Academia de Marinha e cathedratico da Eschola Militar, tendo escripto compendios de Mathematica elementar, que lhe grangeram a mais justa nomeada. A' similhança do seu digno ermão, começou cedo a carreira politica: — foi deputado provincial em 1835, e nas legislaturas de 1848, 1861 e 1864 representou Minas na Camara temporaria geral; eleito e escolhido senador pela provincia do Espirito-Sancto em 1879, encontrou-o a Republica na assembléa vitalicia, á qual, transformada pelo novo regime, voltou elle em 1892, pelos suffragios da sua terra natal. Falleceu aos 82 annos, tendo consagrado á Patria o melhor da sua longa e preciosa existencia.

trional; e daqui traçava frequentes correspondencias para o *Echo do Serro*, assim como para o *Astro de Minas*, de S. João del Rei.

Attrahia-o a Politica, e os seus primeiros actos denunciaram immediatamente o altivo e inflexivel defensor das liberdades patrias.

Nas eleições de 1829, acclamado escrutador da mesa parochial da freguezia do Sacramento, não lhe faltou coragem para propôr que fosse multado o general Joaquim de Oliveira Alvares, então ministro da Guerra.

Comprehende-se facilmente que se negasse ao audacioso estudante, — inscripto no «index» desde aquelle dia pelos que dispunham das disposições governamentaes —, o direito de concluir o curso de Mathematica na Academia Militar, porquanto já havia elle completado o da Academia de Marinha. Não se lhe permittiu, siquer, assistir, como ouvinte, ás licções de Mechanica professadas por Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaborahi, seu digno mestre e então illustre correligionario.

Ordens de embarque para a inhospita costa da Africa e para o remoto Amazonas, assim como irritantes inspecções de saúde, a que a disciplina militar o sujeitava, forçaram Theophilo Ottoni a pedir baixa do posto de guarda-marinha, tão galhardamente conquistado.

Revoltara-o já, — nem podia deixar de ser assim num espirito onde ardia em ara perenne o fogo sagrado da democracia —, o facto de assentarem aquella praça os «filhos dos grandes, ainda que idiotas», «antes mesmo de se matricularem na Academia»; e, para que se lhe dessem as duas estrellas, fôra mistér que elle dirigisse ao Govêrno um protesto energico a favor do «principio da egualdade consagrado na Constituição». Rebellando-se contra a escandalosa protecção que immerecidamente se fizera a condiscipulos seus, logrou o denodado moço ser o unico Brasileiro a quem, naquelle tempo, coube, independentemente de titulos paternos ou avitos, «assentar praça de aspirante graduado em guarda-marinha».

Quando ignobil perseguição politica lhe cortou a carreira profissional, iniciada sob tão fulgidos e risonhos auspi-

cios, já Theophilo Ottoni era secretario do celebre club dos «Amigos Unidos», de que proveio mais tarde o «Grande Oriente» do Passeio Publico. Tal associação, em que militavam muitos dos mais notaveis agitadores republicanos da epocha, entre os quaes Cypriano José Barata de Almeida, «teve mais influencia do que se pensa na revolução de 7 de Abril». O digno Mineiro deixa claramente entrever na «Circular» o nobre papel que coube á Maçonaria na ardua pugna de escafar as trincheiras do obscurantismo e de chantar a signa excelsa da democracia nos torreões do «orientalismo» e «moscovitismo» monarchicos.

Em 1830 retirava-se Theophilo Ottoni do Rio de Janeiro para o seu torrão natal, onde ia montar uma casa commercial e para onde transportava uma pequena typographia.

Calcule-se com que difficuldade, num tempo em que não havia ainda nenhuma ferrovia no territorio nacional, não arrastou elle para o longinquo sertão, desbravado outr'ora pelo «caçador das esmeraldas», o material de que ia saír o seu novo orgam de combate!

A *Sentinella do Serro*, offuscando os outros raros periodicos da provincia, foi a rútila almenara que de lá, das «alterosas montanhas», illuminou a aspera e ingreme senda, por onde se houvera de attingir á victoria dos ideaes democraticos.

A 3 de Abril de 1831 chegava á villa do Principe a noticia das luctuosas scenas das «garrafadas», prenuncio de inevitavel e maior explosão.

Theophilo, sem perda de um minuto, chamou ás armas os conterraneos, «para deitar por terra a tyrannia». Os cidadãos válidos congregaram-se todos sob a bandeira do joven chefe. Até as matronas mais venerandas concorreram com as suas valiosas offertas para a caixa militar. Comprou-se tudo quanto havia no commercio local de armas e munições.

Assim, desde o dia 4 de Abril, aquelle pintoresco e historico recanto de Minas se transmudara numa praça de guerra, sob a direcção do ex-guarda-marinha. Conservou-se ella sempre alerta, até que lá apparecesse um expresso, mandado de Ouro-Preto pelo pae de Theophilo, levando a boa

nova da abdicação. E só o prestigio da palavra do estimado cabo liberal pôde salvar de horrendo morticinio os Portuguezes domiciliados na povoação serrana.

Ante o mallôgro de sua ridente aspiração republicana, escreveu Theophilo Ottoni, com justa razão, que — «o 7 de Abril foi uma verdadeira *journée des dupes*».

Mas, desde que elle percebeu o perigo, que se antolhava á nação, de ve-la mergulhada na anarchia das casernas, na orgia militar apparelhada pela indisciplina das classes fardadas, sem o apoio das quaes, todavia, fôra impossivel conseguir-se a deposição de Pedro I, — não hesitou um só instante em collocar-se, para salvação da Patria, ao lado dos monarchistas, que arvoraram o gonfalão do liberalismo moderado.

Além do seu valente hebdomadario, fundou elle no Serro, em 1832, a «Sociedade Promotora do Bem Publico», a cujo excellente programma Evaristo da Veiga, pela *Aurora Fluminense*, chamou «Encyclica Promotora». Já então o previdente liberal mineiro se insurgia contra o conservatorismo do Senado e prégava francamente a reforma unilateral da Constituição.

Foi por causa de similhante attitude que o redactor da *Sentinella do Serro*, processado e perseguido, teve que suspender a publicação do seu periodico.

Na imprensa propugnou elle, habil e energicamente, pela modificação radical da carta outorgada pelo soberano deposto. E, embora não conseguisse que triumphassem todas as suas idéas, como, entre outras, a da abolição da vitaliciedade do Senado, rejeitada pela maioria de um só voto, viu, contudo, consagrada no Acto Addicional a victoria do seu alto plano politico: — a suppressão do Conselho de Estado vitalicio e a conversão dos conselhos geraes em assembléas legislativas, o unico meio de manter coheses as dezoito provincias do Imperio.

Houve, é certo, quem pensasse existir no Acto Addicional «o germe da anarchia e da ruina da unidade brasileira» (Justiniano José da Rocha, «Acção, reacção, transacção», pags. 55 da 2ª ed.). Mas é evidente que não daquella lei em si mesma, e sim dos abusos commettidos em nome della, da

inexperiencia então dominante e do estado de confusão que reinava em todos os espiritos, foi que resultaram dentro em pouco alguns graves males e graves apprehensões, a que se buscou prompto remedio com a interpretação de 1840.

Promulgada durante as exequias do ex-imperador, fallecido em Portugal a 24 de Septembro de 1834, aquella reforma constitucional foi tambem «um penhor de alliança, que aos liberaes mais adeantados offereciam os estadistas moderados, senhores da situação». E Theophilo, de quem é a phrase, acredita, num insophismavel julgamento *a posteriori*, que elles não teriam assentido á modificação do pacto de 25 de Março de 1824, «si soubessem mais a tempo que se podiam constituir vice-reis durante a menoridade, si vissem deante de si a perspectiva de serem, depois da menoridade, proclamados Cesares, e associados ao Imperio, mesmo sob o reinado do sr. d. Pedro II maior...»

O trespasse do principe que, «cedendo ás instancias dos Andradas», tinha concorrido poderosamente para a nossa independencia, alterou profundamente a situação politica do Brasil. Com effeito, perdera a razão de ser a facção dos *restauradores* ou *caramurús*, e com estes e com os dissidentes de todos os matizes foi que Bernardo de Vasconcellos,— «o Mirabeau do Brasil», no conceito de Armitage («Historia do Brasil», trad., ed. de 1837, pags. 229)— organizou o partido conservador, depois vulgarmente chamado *saquarema*, que triumphou nas eleições de 1836.

O Acto Addicional, como é sabido, estabelecêra a regencia una, para a qual fôra eleito em 1835 o energico padre, que tinha sido ministro da Justiça do segundo triunvirato. Feijó, character espartano, ao qual, como a Ottoni, a Paula Sousa e a raros outros, não faltara quem acoimasse de revolucionario e anarchista, Feijó, o inexoravel jugulador dos pronunciamentos quarteleiros e das bernardas civis immediatamente posteriores ao desthronamento de Pedro I, si conseguiu a pacificação do Pará por meio da acção efficaz do general Andréa, não logrou chamar á paz os «Farrapos», e, ante a formidavel opposição parlamentar, contra elle desencadeiada, ante a impossibilidade de cumprir lealmente a reforma constitucional de 1834, renunciou ao seu alto posto,

entregando o poder a um dos mais graduados guieiros das hostes adversarias, Pedro de Araujo Lima, depois marquez de Olinda, e « astro do imperialismo », como lhe chamaram mais tarde alguns follicularios « chimangos ».

Em 1835 Theophilo Ottoni, sem a menor solicitação de sua parte, fôra eleito deputado provincial, e a sua mira principal consistiu, como elle proprio o confessou, em defender na assembléa de sua terra natal o « famoso *palladium* », isto é, o Acto Addicional, que elle reputava a « tábua de salvação do Brasil ».

Mas não se adstringiu a isso: muito contribuiu tambem para o desenvolvimento do ensino público, especialmente do secundario, até então muito descurado, e tomou parte activa na elaboração e votação da lei de construcção e conservação das estradas de rodagem da provincia, interessando-se, com muito empenho, pela navegação dos rios que servem a Minas e ás circunscripções confinantes, — origem da sua futura empresa do Mucuri.

No pleito logo depois travado entre liberaes e conservadores para a quarta legislatura do Imperio, a sua intelligencia e os seus serviços fizeram-no conquistar facilmente uma cadeira na Camara temporaria.

Os horizontes politicos estavam medonhamente conturbados. A' guerra, francamente separatista, do Rio Grande do Sul, e que já se havia extendido a Sancta-Catharina, não tardou a sobrepôr-se a revolução de 1837-1838, conhecida por « Sabinada », na Bahia, e accrescida, no anno mesmo de sua extincção, pela longa lucta civil da « Balaiada », que ensanguentou o Maranhão até 1841.

Substituidos no poder os liberaes, desde a renúncia de Feijó, pelos conservadores, ia travar-se o renhido e memoravel duello parlamentar, cujo desfecho foi a maioridade, tambem *journée des dupes* para os seus defensores.

A provincia de Minas timbrara em escolher dentre seus filhos os que mais dignamente e scintillantemente a podiam representar na assembléa geral: — na legislatura de 1838 a 1841, Theophilo Ottoni teve como companheiros de bancada a vultos da estatura intellectual e moral de Bernardo Pereira

de Vasconcellos, Candido José de Araujo Vianna, Honorio Hermeto Carneiro Leão, Antonio Paulino Limpo de Abreu, José Joaquim Fernandes Torres, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha e padre José Antonio Marinho.

Succederam-se cinco ministerios conservadores desde 19 de Septembro de 1837 até 23 de Julho de 1840: — o de Bernardo de Vasconcellos (19 de Septembro de 1837 a 16 de Abril de 1839), o de Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque (16 de Abril a 1º de Septembro de 1839), o de Alves Branco (1º de Septembro de 1839 a 18 de Maio de 1840), o de Lopes Gama (18 de Maio a 22 de Julho de 1840), e, finalmente, o de Vasconcellos, que durou apenas poucas horas, a 22 de Julho de 1840.

Bateu-se Theophilo Ottoni, rutila e infatigavelmente, contra o que elle denominava de «oligarchia», e cuja feição retrógrada o irritava sobremaneira.

Ao restabelecimento do beija-mão (tambem estigmatizado em 1855 por Justiniano José da Rocha, *op. cit.*, pags. 56-57), devido ao ministerio de 19 de Septembro de 1837, deu elle o epitheto de «orientalismo», de «acto indigno do cidadão livre», apressando-se a impugna-lo, logo que se iniciou a sessão legislativa (discurso de 10 de Maio de 1838).

Não poude, todavia, obstar a que os rotineiros, que desde 1836 vinham cogitando de cercear as franquias do Acto Addicional, levassem a cabo a sua tentativa, concretizada afinal na interpretação, promulgada a 12 de Maio de 1840 e que, conforme o auctor da «Acção, reacção, transacção» (pags. 57), foi «o pomo de discordia lançado em meio dos partidos, e traçou a linha divisoria entre os reactores contra a organização democratica e os defensores della».

Parecia ao espirito de largo descortino do eximio liberal mineiro que «se devia antes alargar do que restringir as faculdades provinciaes»; e, apostolo de taes prerogativas, «tendo fé no govêrno do povo por si mesmo», exforçou-se em vão por impedir que se convertesse em realidade um dos mais «atrevidos lances de jogo» da oligarchia conservadora, isto é, «o maior dos erros da legislatura de 1838 a 1841», a lei interpretativa.

Theophilo Ottoni, cujas idéas, como se está vendo, denunciavam um perfeito republicano, foi, entretanto, um dos mais fervorosos campeões da maioridade.

Era preciso derribar a «oligarchia tenebrosa, apoiada no poder e no dinheiro dos traficantes da costa da Africa», e aos que o accusaram de associar-se a um movimento em que claramente se percebia a *fome do poder*, explicou, com a sua sinceridade, — que «adoptava a idéa da maioridade como uma especie de regresso, segundo a definição que dava a esta palavra o seu illustre auctor: *recurso contra os desatinos*; e queria fazer da maioridade uma égide em favor dos principios liberaes».

Da tribuna da Camara temporaria, em meio de sussurros de reprovação, teve elle a coragem de dizer que discordava de muitos dos seus companheiros de campanha maiorista, para os quaes os males da governação provinham de serem os regentes homens do povo, a quem faltava o prestigio de uma nobreza perdida em a noite dos seculos. Proclamava elle que o prestigio de d. Pedro II nascera aqui, em nosso paiz, no instante em que seu pae, «comprehendendo bem as necessidades do Brasil», adheriu á nossa independencia. E accrescentava, dilucidando melhor o seu pensamento: — «Si acaso succedesse que, em vez de ser o primeiro imperador do Brasil, descendente da casa de Bragança, quem se poz á frente deste movimento verdadeiramente nacional, que nos elevou á categoria de nação, fosse outro heróe, como João Fernandes Vieira, e a nação tivesse collocado a coroa sôbre a sua cabeça, o sr. d. Pedro II, descendente desse outro heróe, e não do filho dos reis, não teria menos prestigio».

Apreciando, a seu turno, essa inopinada mutação do nosso scenario politico, occorrida em meiados de 1840, e cujo estado confusional já assignalara em linhas anteriores, assim se exprimia Justiniano José da Rocha (*op. cit.*, 62): — «A acção democratica havia triumphado em 1831; que importam seus instrumentos, as paixões, os interesses que lhe deram o triumpho? A reacção monarchica triumphou em 1840; que importam seus instrumentos, as paixões e os calculos que lhe deram o triumpho? A grande lei do progresso achou-se cumprida; foi essa a segunda phase da lucta; era tão necessaria

como a primeira, tão necessaria como a terceira. Felicitemo-nos; que nessas jornadas escabrosas da nossa organização politica a Patria se conservou inteira, incolume; nos rochedos em que teve de abalroar, não deixou dispersos os pedaços do seu corpo gigantesco; nelles não verá o pensador politico os destroços de uma nacionalidade extincta ».

Taes palavras indicam nitidamente que a adhesão ao movimento maiorista, por parte dos mais sinceros e exclarecidos *condottieri* do liberalismo adeantado, foi determinada não só pelo receio da fragmentação do Brasil, sinão tambem pelo temor de ve-lo submergir-se na sangrenta anarchia do caudilhismo e do caciquismo.

Mas a victoria de 23 de Julho de 1840, — para a qual, consoante com o que refere pormenorizadamente o auctor da « Circular », tanto contribuiu o joven monarcha, que aos quinze annos incompletos já sabia tão solertemente manejar os cordéis da titeragem dos partidos em lucta, — não podia deixar de ser ephemera, no ponto de vista dos altos interesses da nação collimados pelos liberaes, e o triste ludibrio arrojou Theophilo Ottoni a novas refregas no parlamento, assim como a encabeçar a revolução de 1842 em Minas-Geraes.

Com effeito, a vontade do joven dynasta, desde cedo estereotypada na fórmula do « quero já », impoz ao seu primeiro ministerio o « pontifice da seita palaciana », Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, associando desse modo aos Andradas, aos hoplitas da Maioridade, o mesmo homem que já havia desterrado para a ilha de Paquetá e feito processar perante o jury ao « Washington brasileiro », ao patriarcha da Independencia.

O reinado de d. Pedro II, que começara pela mais clamorosa violação do pacto constitucional, assignalou-se bem depressa pela maior desorientação na « selva escura » da Politica.

Custa crer que tivesse podido sustentar-se no govêrno, durante oito mezes precisos, o gabinete de 23 de Julho de 1840, que, além de acolher o chefe do aulicismo, era o expoente de « uma Camara que apoiou sem tergiversar o ministerio parlamentar de 1837, o ministerio regencial de 1839 e o ministerio oligarchico de 1840 e que, em seguida, depois de

haver alternadamente condemnado e applaudido a Maioridade, accompanhou servilmente o ministerio maiorista e terminou a sua carreira obnoxia como rabadilha do ministerio palaciano de 23 de Março de 1841 ».

Custa crer que os liberaes, a quem a renúncia de Feijó derribara do poder, tivessem emprehendido tão longa e brilhante campanha para conquista-lo, e, uma vez triumphantes, houvessem revelado tão lamentavel subserviencia á imperial criança.

Subindo de novo ao govêrno e encontrando o docil apoio de tão propicia situação parlamentar, cuidou o partido conservador de recorrer a todos os meios possiveis, afim de perpetuar-se na suprema direcção do paiz.

Não lhe foi preciso o golpe de Estado, que planejara antes, de dar por nullo o Acto Addicional, « a pretexto de que na sua adopção não havia intervindo o Senado ».

A Camara famosa, — na qual como que se aleiloara a dotação civil do menino imperante, elevando-a a 800:000$000, quantia que assombrara ao honrado Martim Francisco e talvez ao proprio d. Pedro II, — não vacillou em approvar os projectos de reforma do Codigo do processo criminal e de restabelecimento do Conselho de Estado, isto nos ultimos dias da legislatura.

Em vão representaram os liberaes contra esse garroteamento das franquias, que a tanto custo haviam logrado inscrever em nosso primitivo pacto constitucional.

Só lhes restava, para romper aquellas gargalheiras, aquelles grilhões, com que os contrarios pretendiam suffoca-los e esmaga-los, a Camara que se ia reunir a 3 de Maio de 1842, e na qual contavam com grande maioria.

Pois bem: — essa esperança foi-lhes tambem tirada pelo singular decreto de 1º do referido mez e anno, que dissolveu uma assembléa, que nem siquer chegara a abrir-se legalmente !

Era tambem, — como salienta Teixeira de Mello em suas « Ephemerides nacionaes » (I, 275), — a primeira vez que se empregava essa violenta medida, depois da Constituinte.

As provincias de S. Paulo e Minas-Geraes recorreram então ás armas, o unico meio de que dispunham para fazer triumphar a vontade soberana da nação.

Ainda continuava accesa, no extremo Sul, a guerra dos «Farrapos», e é innegavel que Pernambuco teria adherido ao levante dos Mineiros e Paulistas, si não o houvessem a tempo desviado de tal proceder as manobras astuciosas de Aureliano Coutinho, o verdadeiro imperante, nos inglorios prodromos do segundo reinado.

Já era sabida a derrota dos revolucionarios da terra dos bandeirantes pelas tropas de Caxias, quando Theophilo Ottoni, que em 1842 era deputado á assembléa legislativa da sua provincia natal, mas estava então nesta cidade, daqui partiu para Minas, afim de ir pôr-se á frente do movimento estalado em Barbacena a 10 de Junho.

A attitude do denodado chefe liberal foi a mais digna, abnegada e coherente.

A fortuna, que sempre sorrira á longa e rutilante carreira de Luiz Alves de Lima e Silva, — o braço direito do segundo reinado —, permittiu-lhe triumphar dos rebeldes de Minas, a 20 de Agosto, no combate decisivo de Sancta-Luzia, onde tudo, entretanto, parecia indicar que iam emmurchecer os lauréis ganhos no Maranhão e em Sorocaba. Os vencidos tinham, contudo, meios sobejos de continuar a lucta. Mas a isso se oppoz Theophilo Ottoni. Evitou este, em primeiro logar, que se lançasse ás chammas o archivo da revolução, afim de não subtrahir ao julgamento dos tribunaes e da posteridade os elementos probantes essenciaes do como haviam procedido os Mineiros no seu appêllo ás armas. Obstou a que se derramasse inutilmente mais sangue dos seus compatricios e fez timbre em entregar-se prisioneiro ao vencedor, com todos os seus companheiros civis.

Fazia questão de que o poder judiciario decidisse si eram ou não inconstitucionaes as leis de 23 de Novembro e 3 de Dezembro de 1841, assim como o decreto de 1º de Maio de 1842, que dissolvera a Camara temporaria, antes de começar ella a funccionar.

Ao mesmo tempo, em que se justificava elle pelas columnas do *Itacolomy*, publicado em Ouro-Preto, muitos dos seus amigos e correligionarios tambem lhe acudiam em defesa, quer nas assembléas provinciaes, quer no parlamento nacional.

A exemplo do que se dera com outros cabeças da mallograda revolta, quando Theophilo Ottoni se apresentou á barra do jury de Mariana, todo o conselho de sentença, de que faziam parte muitos dos seus adversarios, se levantou para homenagea-lo, e a sua absolvição foi unanime, após quasi anno e meio de prisão. Guardava elle, como reliquia preciosa do seu glorioso passado, a penna com que haviam sido escriptas as respostas aos quesitos do juiz de direito.

A « seita palaciana », que constituira o gabinete de 23 de Março de 1841, fôra excluida do ministerio de 20 de Janeiro de 1843, pois os conservadores se consideravam sufficientemente assegurados pelas derrotas infligidas aos liberaes de S. Paulo e Minas-Geraes.

Era obvio, portanto, que os cortezãos se exforçassem por alijar do poder os seus amigos da vespera, e, como isto dependia apenas do alvedrio da imperial criança, a 2 de Fevereiro de 1844, mercê de simples capricho, subiam outra vez os liberaes á suprema governação do paiz.

Um dos primeiros actos da nova situação foi perdoar a todos os implicados nos movimentos de 1842, sendo a exposição de motivos, redigida por Alves Branco, uma justificação analoga á que se procedera perante os tribunaes populares, que haviam absolvido os rebeldes.

Governaram os liberaes até fins de 1848, com os seguintes gabinetes: — Almeida Torres (visconde de Macahé), de 2 de Fevereiro de 1844; visconde de Albuquerque, de 5 de Maio de 1846; Alves Branco (visconde de Caravellas), de 22 de Maio de 1847, com o qual se creou o cargo de presidente do conselho de ministros, regularizando-se assim o systema parlamentar do Imperio; Visconde de Macahé, de 8 de Março de 1848; e Paula Sousa, de 31 de Maio de 1848.

Amnistiados por decreto de 14 de Março de 1844, os principaes chefes dos vencidos de Sancta-Luzia vieram immediatamente para a assembléa geral. Assim, na sexta legislatura, de 1845 a 1847, tiveram assento alli, como representantes de Minas-Geraes, Theophilo Ottoni, José Pedro Dias de Carvalho, o padre José Antonio Marinho (que foi o brilhante historiador da revolução), José Feliciano Pinto Coelho

da Cunha (depois barão de Cocaes), Joaquim Antonio Fernandes Leão, ao lado de Antonio Paulino Limpo de Abreu (depois visconde de Abaeté), José Joaquim Fernandes Torres, Herculano Ferreira Penna, Paulo Barbosa da Silva, Francisco de Salles Torres Homem (depois visconde de Inhomirim), Manuel Odorico Mendes e outros. Theophilo Ottoni foi eleito, nessa occasião, vice-presidente da Camara dos deputados.

Convem assignalarmos aqui, consoante com as informações que nos fornece Christiano Ottoni (« Biographia de Theophilo Ottoni », pags. 27-28), que, tendo o vice-presidente da Camara temporaria comparecido, nesse character, em 1846, á ceremonia do baptizamento da princeza imperial d. Isabel, herdeira presumptiva da coroa, não foi entretanto condecorado, contra os habitos tradicionaes da realeza e os assentos da pragmatica. Assim se deu contudo, a pedido do proprio interessado, que entendia não deverem os membros do poder legislativo acceitar graças do executivo, e de certo por tambem não se coadunarem com os seus principios democraticos similhantes honorificencias. Foi ainda aquelle motivo o que elle allegou, em 1863, para recusar a carta de conselho, que lhe fôra expedida por decreto de 30 de Maio de 1862. Do Govêrno, portanto, nunca recebeu ou acceitou nomeação de especie alguma, não tendo sido presidente de provincia, nem ministro, nem titular, nem siquer conselheiro. Em taes condições, póde o evangelizador das idéas liberaes hombrear-se, nas paginas immortaes dos nossos fastos, com os estadistas que, para prestarem serviços á Patria, não precisaram das seducções de ouropéis, com que era costume da monarchia acenar-lhes. Bernardo de Vasconcellos, Evaristo da Veiga, Diogo Feijó e a trindade andradina tambem passaram á veneração dos posteros sem que aos peitos lhes luzissem venéras e penduricalhos, sem que os seus nomes abençoados e inexqueciveis se escondessem sob titulos quaesquer... O dr. Ferreira Vianna (o « Suetonio » do « Antigo regimen », pags. 113-116) conta como, em consequencia da revolução de 1842, Antonio Carlos e Martim Francisco foram despojados das funcções de gentis-homens da imperial camara, por decreto de 12 de Septembro daquelle anno, o qual provocou de

Antonio Carlos a resposta immediata de que assim ficara lavada a unica nodoa de sua vida pública.

Renovou-lhe a sua provincia o mandato em 1848, tendo sido a esse pleito applicada, pela primeira vez, a lei eleitoral de 19 de Agosto de 1846, na qual tanto elle cooperara e que considerava « talvez o unico padrão que a legislatura de 1845 a 1848 levantou ás idéas liberaes ».

Além da maior parte dos seus companheiros da sexta legislatura, contou elle tambem, como collega de bancada, o seu digno e illustrado ermão Christiano Benedicto Ottoni.

Afóra alguns trabalhos de commissões, a que se não furtara, remetteu-se o egregio liberal a completo mutismo, que « foi largamente commentado pelas folhas da opposição conservadora ».

Como é que se explica essa attitude de Theophilo Ottoni?

E' elle mesmo quem no-la justifica, por meio das seguintes palavras: — « A situação em que o 2 de Fevereiro collocava o partido liberal era a mesma que o 23 de Março de 1841 dera aos conservadores. Em 1841 eu os havia invectivado em pleno parlamento, por se haverem sujeitado á imposição palaciana. Não podia ser-me agradavel que o partido liberal se collocasse em identica situação: essencialmente Mineiro, eu tambem capricho em sustentar o pundonor da coherencia; e sabe o publico que o meu voto não prevaleceu nessa conjunctura. Achando-me em unidade, e não querendo embaraçar os chefes do partido liberal, que julgavam das trevas poder tirar a luz, eu me abstive systematicamente de toda discussão sôbre politica geral ».

Analysando aquelle quatriennio de dominio liberal, Justiniano José da Rocha (*op. cit.*, pags. 64-66) era muito mais explicito do que Theophilo Ottoni. Dizia elle: — « No periodo de 1844 a 1848, os ministerios que se succederam compuzeram-se dos seus mais notaveis estadistas, dos seus mais dedicados alliados; todas as posições de predominio e de influencia foram por elles occupadas; as camaras davam-lhes quasi unanime apoio; e entretanto a doutrina actualmente acceita do poder moderador, doutrina tão repugnante aos principios do regime parlamentar, foi por algum delles invocada, por todos sustentada e firmada no paiz; a grande

conquista do *veto* presidencial sôbre os actos das legislaturas das provincias á interpretação dos dous terços, foi por um desses ministerios estatuida. Explicaremos esses phenomenos, como nos dias de grande lucta o faziam os partidos? Apresenta-los-hemos como aviltamentos dos characteres politicos, como denúncia de falta de convicções e de pouca fé nas idéas que aprégoavam? Longe de nós similhante injustiça, que desairaria o character nacional; não; chamados ao poder, os homens dessas opiniões achavam-se tolhidos pela tendencia que encontravam; ainda não era o tempo das suas idéas, ainda a sociedade não sentia a justeza, a necessidade dellas, e os obrigava a recuar. Deveriam ter largado o poder? Mas o poder era-lhes uma dupla garantia: já porque os livrava, a elles e aos seus co-partidarios, da preponderancia de homens que a cegueira das paixões politicas lhes representava como fataes, já porque pensavam assim impedir que a tendencia, contra a qual luctavam, continuasse em novas e maiores conquistas ».

E' bem de ver que os conservadores, arrojados ao ostracismo em 1844 por inexplicavel arbitrio do monarcha, iam desde logo, sinão imitar os liberaes nas suas lévas de broquéis, ao menos combater por todos os meios e modos o « govêrno pessoal », cuja existencia eram forçados a admittir, em virtude de uma experimentação sobrevinda quando elles menos a esperavam.

Dirigiram essa campanha os seus dous mais scintillantes e habeis timoneiros, Bernardo Pereira de Vasconcellos e Honorio Hermeto Carneiro Leão. A'quelle se attribuiu um interessante e sensacional pamphleto, saído então a lume com o titulo « A dissolução do gabinete de 5 de Maio ou a facção aulica », que, entretanto, era lavra do outro. E o futuro marquez de Paraná, em 1846, como relata enthusiasticamente Theophilo Ottoni, quiz organizar uma « fusão dos brasileiros », afim de pôr termo ás « miserias do govêrno pessoal ».

Si, congruente com as suas idéas adeantadas e attendendo ás injuncções do seu nobre character, o preclaro Serrano evitava a tribuna parlamentar, nesse longo periodo de dominio do seu partido, para não se ver coherentemente coagido a profligar-lhe a deploravel submissão á caprichosa vontade

da coroa, — não fugia, entretanto, ao cumprimento de outros altos deveres, que lhe dictava o seu exclarecido e efficiente patriotismo.

Entaboladas, em 1844, com o então conde de Caxias, as negociações para a pacificação do Rio Grande do Sul, dirigiu David Canavarro a Theophilo Ottoni extensa carta, trazida por mensageiro idoneo, para que o illustre Mineiro defendesse perante o Govêrno o reconhecimento da Republica de Piratinim, mediante a federação com o Imperio.

Sabendo provavelmente do vergonhoso tractado, feito nesta capital a 24 de Março de 1843, pelo qual pediam recursos ás forças de Rosas (que felizmente, e para maior vilta nossa, não conveio á mal inspirada pretenção da politica imperial), afim de serem definitivamente esmagados os bravos republicanos fronteiriços; temendo o despedaçamento do territorio nacional e desejando ardentemente que os heroicos « Farrapos », retornados á actividade pacifica de outr'ora, engrossassem as fileiras dos legionarios do progresso da Patria, — o prestigioso chefe liberal respondeu de maneira tão precisa e tão convincente ao destemido caudilho, que o proprio David Canavarro foi o primeiro a confessar ter sido similhante carta « o pharol que levou ao desejado porto os Rio-grandenses livres ».

Com essa nitida visão dos interesses vitaes e dos supremos destinos do Brasil, Theophilo Ottoni, em mais de uma questão fundamental de principios, achava-se frequentemente em flagrante antagonismo com os seus proprios correligionarios.

Como, a exemplo dos conservadores, adoptassem em geral os liberaes a theoria de que a abdicação de Pedro I significava, pura e simplesmente, o comêço do segundo reinado, pela ordem natural de successão, o abalisado pensador, cujo espirito critico se escudava nas irrefragaveis licções da historia patria e da evolução do mundo culto, insurgia-se com razão contra aquelle estreito e erroneo ponto de vista, de que se faziam derivar tão importantes corollarios, e exclamava: — « Não querem comprehender que no dia 7 de Abril de 1831 o povo e a tropa, reunidos no campo da Honra, ao grito significativo de — *viva a federação!* — quando simultaneamente se faziam pronunciamentos identicos em Minas e

na Bahia, haviam consummado uma revolução como a de 1688 na Inglaterra. Não querem comprehender que a nação quebrou no dia 7 de Abril o que podia haver de aspiração tradicional no primeiro reinado, e marcou soberanamente as condições de existencia do segundo. Não querem comprehender que as instituições no dia 7 de Abril receberam nova tempera, e que nesse dia foi, por antecipação, inaugurada a reforma federativa ou acto addicional. Não querem comprehender que a abdicação, publicada no acto do embarque para a nau ingleza *Warspite*, foi uma inspiração feliz, mas não acto espontaneo, e que realmente nesse dia o Brasil tirou o throno ao principe portuguez e o devolveu regenerado ao principe brasileiro».

E, considerando que o «govêrno pessoal» constituia doença mais grave do que o dominio de camarilhas, favoritos ou validos, declarava alto e bom som que o culpado da aberração, a que haviamos chegado, não era d. Pedro II, mas tão sómente os seus ministros e conselheiros, liberaes, conservadores e palacianos, entre os quaes não surgira um só que dissesse ao imperador a verdade...

A 29 de Septembro de 1848 voltaram ao poder os conservadores, com o ministerio presidido pelo marquez de Olinda, e o primeiro que subiu á tribuna parlamentar, para um impetuoso discurso de opposição, foi Theophilo Ottoni.

Cessada a fermentação militaresca que nos viera do primeiro reinado, enchera todo o periodo regencial e se extendera bem após a Maioridade, parecia haver o paiz entrado em marcha normal e que não mais se dariam sublevações civis.

Entretanto, assim não aconteceu. Embora não contassem com apoio algum nas outras provincias, ao contrario do que occorrera em 1842, rebellaram-se os liberaes em Pernambuco, onde facil foi a victoria da legalidade, lamentando-se, todavia, mais que tudo, o estupido homicidio de Nunes Machado e o mysterioso desapparecimento da privilegiada intelligencia de Pedro Luiz.

Referindo-se á lucta «praieira», assim se expressa Nabuco, em seu substancioso trabalho «Um estadista do Imperio» (vol. I, pags. 93): — «Quando os liberaes foram dispensados do govêrno em 1841, fizeram as revoluções de

S. Paulo e Minas. Nesse tempo, os chimangos faziam politica sua, á parte do grupo liberal do Sul, que se ficou chamando *luzia* e apoiavam com todas as fôrças o ministerio, que abafou aquellas revoltas. Era agora a sua vez: tinha chegado a occasião de resgatarem perante o partido a sua culpa de 1842».

Cumpre ler tambem os incisivos periodos em que Justiniano José da Rocha (*op. cit.*, pags. 69-81) com tanta imparcialidade julgou os levantes provocados e dirigidos pelos liberaes. Diz elle: «... foi o êrro do partido liberal nessa quadra, êrro analogo ao que em quadra diversa haviam commettido os *caramurús*: desse êrro aproveitou-se a tendencia social a bem da auctoridade, como do pensamento da restauração se aproveitou a tendencia social a bem da democracia... O partido liberal não teve fé em si, nem confiança no futuro; quiz tudo apressar, e tudo comprometteu; quiz invocar as paixões da revolta, e teve de exaggerar as suas pretenções, afim de dar arrhas a essas paixões. Hoje hão de por certo os chefes desse partido, vendo o estado a que se acha reduzido o paiz, lamentar as fatalidades de 1842 e 1848!» E mais adeante: — «O observador, que, desprevenido, confrontar as epochas, verá em tudo e por tudo que os *caramurús* de 1831 a 1836 e os liberaes de 1841 a 1851 desempenharam o mesmo papel, commetteram os mesmos erros, fizeram os mesmos beneficios. O que arredava dos *caramurús* as sympathias da grande massa nacional, era a restauração; o que arredava dos liberaes as mesmas sympathias, era o constante appêllo para as armas: em um e outro caso, revolta, soffrimento, ruina da liberdade e da ordem, e a nação queria existir, e existir livre».

Antes de proseguirmos na exposição dos factos directamente vinculados á personalidade do grande democrata serrano, convem que deixemos bem exclarecido, pelo menos em suas linhas geraes, o momento historico singular, que characterizou o segundo reinado, em meiados do seculo XIX.

Si nos fosse permittido proceder a uma simples divisão didactica da quasi completa meia centuria do govêrno de d. Pedro II, — diriamos que a primeira decade se distinguiu pela jugulação das revoltas intestinas, assegurando a plena

tranquilidade da coroa; que as duas decades seguintes (1850-1870) se notabilizaram pelas nossas questões externas, sobretudo pelas nossas interferencias no Rio da Prata, dando ensejo á guerra contra Oribe e Rosas, á lucta pro-Flores e contra Aguirre, e á prolongada e ruinosa campanha contra Solano López; e, finalmente, que as ultimas decades (1870-1889) foram assignaladas pelo duplo movimento da abolição e da Republica, sendo a victoria do primeiro seguida, quasi sem solução de continuidade, pela victoria do segundo.

Justiniano José da Rocha estabelece (*op. cit.*, 18) uma synthese interessantissima da evolução politica da monarchia, a partir de 1822 e terminando em 1855, data em que saiu do prélo o seu substancioso opusculo. Assim, segundo elle, houve no Brasil: — «De 1822 a 1831, periodo de inexperiencia e de lucta dos elementos monarchico e democratico; de 1831 a 1836, triumpho democratico incontestado; de 1836 a 1840, lucta de reacção monarchica, acabando pela Maioridade; de 1840 até 1852, dominio do principio monarchico, reagindo contra a obra social do dominio democratico, que não sabe defender-se sinão pela violencia, e é esmagado; de 1852 até hoje (1855), arrefecimento das paixões, quietação no presente, anciedade do futuro, periodo de transacção».

Em 1849, realizado o pleito para constituição da Camara temporaria, dissolvida em 1848, foi Theophilo Ottoni escolhido mais uma vez para alli representar a sua provincia natal.

Não obstante isso, protestou elle contra a legalidade da eleição, não só por motivo das violencias de que haviam sido victimas os liberaes em várias freguezias, como principalmente por ter sido cumprida a ordem do Govêrno de se reger o processo eleitoral pela derradeira qualificação, quando a lei de 19 de Agosto de 1846, então vigorante, dispunha que no caso se obedecesse á qualificação do anno anterior.

Assim, quando foi chamado a tomar assento na assembléa geral, como supplente por Minas, não vacillou elle em resignar o logar de deputado, sobrepondo a coherencia e a dignidade a todos e quaesquer outros interesses.

Para que se possa fazer uma apreciação segura da inteireza de character de Theophilo Ottoni, cumpre ouvir áquelle

proposito as suas proprias palavras, relativas aos doze annos do seu ostracismo voluntario, comprehendidos entre 1848 e 1860. Eis como se explica elle: — « Desejo sómente tornar bem claro que em todo esse longo periodo guardei sempre o pundonor da coherencia, permanecendo fiel ao symbolo que articulei no jornalismo em 1831 e que professei imperterrito na tribuna da assembléa provincial da nossa provincia, na da Camara dos deputados e no banco de réu perante o jury de Mariana. Quando, em 1848, o arrefecimento das boas graças do palacio afastou os liberaes de toda a participação no poder, tomada a praça pelos contrarios, nenhum delles me disputou o direito de retirar-me, erguida em punho a bandeira que, ao entrar no parlamento em 1838, eu arvorara e fôra adoptada pela opposição liberal. E, em 1851, quando, com razão ou sem ella, me pareceu que os chefes liberaes, candidatos ás pastas de ministros, se mostravam na imprensa e no parlamento dispostos a fazer ao govêrno pessoal mais concessões do que aquellas que eu julgava admissiveis, retirei-me da politica, e deixei de estar em communhão com qualquer partido ».

Bem andou em assim proceder o digno Brasileiro, que, sem tardança, revelou em outra esphera de acção a energia da sua enfibratura.

Enquanto os conservadores jugulavam a revolta « praieira », derribavam Rosas (lançando no Prata os germes de futuras contendas), extinguiam o trafico de africanos (a que a Inglaterra, pela rigorosa execução do *bill Aberdeen*, coagira o Imperio) e apparelhavam reformas, num palpavel exforço de cimentarem o seu triumpho na opinião do paiz e a sua perpetuação nos conselhos da coroa, — trocava Theophilo Ottoni o campo de Agramante da Politica pelo da actividade commercial.

Desde 1845 montara elle nesta capital uma importante casa de negocio, e vinha de mais longa data a sua constante preoccupação com o franqueiamento de vias de communicações interiores, que ligassem entre si as provincias de Minas, Espirito-Sancto e Bahia, bem como a incessante cogitação de explorar as ubertosas terras do *hinterland* do seu berço natal.

Dispondo de largo credito e das melhores relações nos circulos financeiros, aventurou-se a realizar a sua antiga e patriotica aspiração.

E' de 1847 o seu opusculo intitulado « Condições para a incorporação de uma companhia de commercio e navegação do rio Mucury ».

A essa ardua e vasta empresa, cujo capital era de réis 1.200:000$, quantia enorme para aquella epocha, dedicou por muito tempo os seus melhores exforços, o seu afan pessoal, toda a sua actividade, toda a sua fortuna, enfim.

Sobejam documentos para o estudo integral dessa parte da existencia do eminente cidadão, de quem nos estamos occupando. Além dos relatorios annuaes da « Companhia Mucury », publicados desde 1852 até 1860, traçou elle o historico do seu audaz emprehendimento num folheto que, tambem com aquella epigraphe, deu aqui á estampa em 1856. Pouco depois dirigia a Joaquim Manuel de Macedo, o celebre romancista, então secretario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, extensa carta explicativa, com a denominação de « Noticia sobre a colonia e os selvagens do Mucury », inserta na « Rev. Trim. », t. XXI, pags. 191-238, e em 1858 tirada em separata, numa brochura de 48 paginas. No anno seguinte (1859) editava outro volumito sôbre o mesmo assumpto, « A colonização do Mucury », e em 1862, finalmente, para que não pairasse a menor dúvida no espirito dos accionistas e do público sôbre a lisura do seu proceder quanto áquella portentosa tentativa, infelizmente mallograda, ainda fez saír á luz uma « Breve resposta », que se enfeixava em cêrca de 100 paginas.

Antes de mais nada, cumpre-nos salientar quanto o bem formado coração do benemerito Brasileiro, guiando-lhe a intelligencia robustissima, se sublevou ante as montarias que se faziam contra os nossos desgraçados aborigenes e o compelliu a propor a unica solução convinhavel ao magno problema de os proteger e attrahir para o nosso convivio, integrando-os definitivamente na grande Patria, originariamente só delles, e na qual estavam apenas acampados. As idéas, que a esse respeito preconizava elle, eram as mesmas que outr'ora jorraram da alma do incomparavel estadista que foi

José Bonifacio, o Patriarcha, e que só ultimamente puderam ser transformadas em realidade pelo moderno apostolo das nossas selvas, o coronel Rondon, e sua abnegada pleiade de auxiliares.

Ouçamos, porém, o que Theophilo Ottoni (*vide* « Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras. », t. XXI, pags. 200), depois de referir os innumeros attentados commettidos pelos brancos contra os indios do Mucuri, racional e humanamente aprégoava: — « Eu tinha adquirido a convicção de que os selvagens, nas suas aggressões contra os christãos, eram quasi sempre incitados por violencias e provocações destes. Em consequencia, acreditava que um systema de generosidade, moderação e brandura, não podia deixar de captar-lhes a benevolencia. A principal difficuldade para a execução, ou ao menos ensaio deste systema, estava em chamar á práctica e convivencia os filhos das selvas, em convencê-los de que havia, com effeito, um novo processo de catechese, que não empregava polvora e bala, nem tinha por fim roubar-lhes os filhos ».

Nos escriptos acima citados, bem como em algumas poucas linhas da « Circular », deixava o inolvidavel Serrano transparecer o patriotico enthusiasmo, com que todo se votou á realização do seu grandioso projecto.

O sector comprehendido entre os rios Jequitinhonha e Doce, no seu angulo central, fôra o ultimo onde penetraram os descobridores de ouro, na zona convizinha do litoral. O nome de Minas-Novas ligou-se, por isso, ao unico arraial de exploração metallica alli despontado, quasi em meiados do seculo XVIII.

O resto daquella vastissima área ficara exclusivamente entregue aos seus primitivos donos, aos seus posseiros naturaes, os indigenas.

Um centennio depois, o bandeirante que alli ousou embrenhar-se, tão intrepido como os seus antepassados paulistas e levando na alma acendrada roseos sonhos e aspirações mirificas, foi Theophilo Ottoni.

O seu escopo não consistia apenas em desbravar aquelle sólo virgem e feraz, porém sim em estabelecer a navegação de todos os caudalosos cursos de agua, que iam do sertão em

demanda do Atlantico, e, pois, em abrir portos no oceano á insulada Minas.

Não é difficil imaginar a grande força de vontade que teve Ottoni de pôr em jogo, afim de fugir á emmaranhada têia das preoccupações partidarias que dominavam todos os espiritos, naquella phase por que passava a nossa collectividade social, e afim de chamar a attenção dos administradores publicos para a expansão da nossa capacidade economica.

Legatario dos methodos rotineiros de Portugal, que sempre oppoz o mais ferrenho monopolio ás aspirações universaes do livre-cambio; herdeiro do innominavel systema escravista, que a metropole aqui implantou e que existiu até 1888, impossibilitando tanto o nosso progresso moral como o nosso progresso material: — o Brasil, ainda em meiados do seculo XIX, poucos passos havia dado a beneficio da sua agricultura, da sua pecuaria, do seu commercio, da sua industria.

Basta dizer, — cumpre dizê-lo com tristeza —, que, quando Theophilo Ottoni emprehendia aproveitar os caminhos naturaes do interior para o intercambio de mérces, ainda nem siquer o Amazonas havia sido aberto aos navios de todas as nações do mundo, o que só foi feito pelos decretos de 7 de Dezembro de 1866 e 31 de Julho de 1867 !

Basta dizer que, quando o inspirado patriota arrostava os maiores incommodos e os maiores perigos para levar a civilização a uma extensa superficie do territorio nacional, ainda não havia no Brasil, apesar da lei de 31 de Outubro de 1835, emanada da regencia de Feijó, nenhuma estrada de ferro, pois a primeira, devida á iniciativa de Irineu Evangelista de Sousa (visconde de Mauá), só se inaugurou a 30 de Abril de 1854, numa extensão de 14 kilometros, e ainda nem se sonhava com a Central!

O projecto do genial Serrano mallogrou-se; mas, em não remoto porvir, quando enormes ferrovias ligarem o Nordéste mineiro ao litoral espirito-sanctense, — o seu melhor e mais facil escoadouro —, então o nome de Theophilo Ottoni será por certo relembrado e abençoado.

Desde 1841 que Theophilo Ottoni, quando se agitou no parlamento nacional a abertura de communicações entre a sua provincia natal e as confinantes maritimas, advogou a linha de Minas-Novas para Caravellas ou immediações.

No meiado do seculo XIX procurou-se corrigir a vetusta divisão administrativa do Imperio, herdada da metropole. Foram, porém, creadas duas circunscripções novas: a do Paraná, constituida pela antiga comarca de Curitiba, desmembrada de S. Paulo; e a do Amazonas, formada pela antiga comarca de S. José do Rio Negro, separada do Pará.

Pela mesma epocha, qual se vê de opusculo « Pinsonia » (pags. IX) de Candido Mendes de Almeida, tambem se tentou crear a provincia Oiapockia no territorio comprehendido entre os rios Nhamundá e Amazonas, o oceano Atlantico e os limites septentrionaes do Brasil.

Pois bem: — o grandioso projecto de Theophilo Ottoni, conta o seu digno ermão e biographo (*op. cit.*, pags. 29), « fez nascer e tornou practicavel uma idéa politica, acceita pelo marquez de Paraná, advogada por varios deputados, mui bem acolhida pelas populações a quem interessava, e, para resumir tudo em uma só palavra, medida de vantagem intuitiva. Tractava-se de crear uma nova provincia, contendo a comarca do Jequitinhonha e parte das do Serro e S. Francisco, em Minas, a de S. Matheus, no Espirito-Sancto, e as de Caravellas e Porto-Seguro, na Bahia. A nova provincia e sua rêde de estradas approximariam do oceano mais de 100.000 habitantes do Norte de Minas, facilitáriam o roteamento de extensissimas matas, e dariam um porto de mar a uma grande parte da provincia (de Minas), que não póde continuar, em toda a sua vasta extensão, dependente da alfandega do Rio de Janeiro ».

Obstaculos de toda sorte, especialmente por parte dos ministros da coroa, esbarrondaram a energica iniciativa do rijo sertanista.

Não foi só a fortuna que elle consumiu, foi tambem a saúde que se lhe comprometteu irremediavelmente.

Para que não morresse a empresa do Mucuri, abriu elle mão das indemnizações a que porventura tivesse direito, con-

tando que assim o Govêrno geral, que a encampara em 1860, a levasse auspiciosamente a bom termo.

Assim, porém, não aconteceu. Quando o dilecto filho da antiga villa do Principe expirou em 1869, restava apenas, da sua obra colossal, a povoação cujos alicerces lançara á margem do rio Todos-os-Sanctos, affluente do Mucuri, e a qual dera o bello nome de Philadelphia, hoje substituido pelo do seu fundador, — unica homenagem que em boa hora e até ao presente lhe prestou a suprema administração da sua terra natal.

Depois desse hiato de um decennio, todo consagrado á sua interpresa sertaneja, — ei-lo de novo na estacada, na vanguarda dos mais valentes pelejadores, o intrepido legionario da democracia.

Em 1853, pondo afinal em práctica um seu antigo plano, inaugurara o marquez de Paraná a chamada « politica de conciliação », formando com liberaes e conservadores o gabinete de 6 de Septembro daquelle anno. Essa nova orientação tivera no auctor do *Libello do povo* o seu grande paladino da imprensa e em Nabuco de Araujo, a cujo discurso de 6 de Julho se deve o bem posto nome de « ponte de ouro », o seu evangelizador parlamentar.

Fallecendo Honorio Hermeto Carneiro Leão, que deixou o nome inscripto em varios serviços prestados á Patria na quadra mais agitada do seu evoluir, Caxias, que o substituiu então na presidencia do conselho, a 3 de Septembro de 1856, continuou a mesma traça.

Mas, subindo ao poder em 4 de Maio de 1857 o ministerio chefiado pelo marquez de Olinda, começou-se a fazer de novo a separação dos dous partidos.

Foi então que Theophilo Ottoni, vendo já em trafego a estrada do Mucuri e adeantada a empresa ingente a que se abalançara, entendeu de retornar á actividade politica.

Durante a abstenção de luctas partidarias, tinha sido eleito presidente do Montepio Geral, que elle reformou convenientemente, elevando-o a alto grau de prosperidade.

A 7 de Outubro de 1856, elle e o seu illustre e digno ermão, Christiano Benedicto Ottoni, haviam dirigido aos Mineiros uma circular, aventando a idéa da reforma do Senado.

Certos de que — « Senado vitalicio, acostado a Conselho de Estado vitalicio, não póde trazer outro resultado sinão a mais detestavel das oligarchias », — recommendavam á massa suffragante da sua provincia natal só elegesse representantes que expressamente se compromettessem a pugnar « pela eleição dos senadores por circulo, pela renovação parcial do Senado em cada legislatura ».

Sem dar côr partidaria á sua candidatura, disputou o inexquecivel liberal uma curul da Camara alta, no pleito de 21 de Agosto de 1859, correspondendo assim á confiança com que o distinguiam os seus comprovincianos, que em 1857 espontaneamente lhe haviam suffragado o nome para aquelle cargo, pouco faltando o ser incluido na lista sextupla.

Veio em primeiro logar na lista triplice; mas, submettida esta ao poder moderador, foi escolhido o segundo votado, o conselheiro Luiz Antonio Barbosa, a cujos serviços e eximias qualidades fez justiça o proprio preterido.

Havendo outra vaga, tambem por Minas, na assembléa vitalicia, pelo fallecimento do venerando senador Vergueiro, novamente entrou na liça o benquisto patriota, a quem outra vez coube a honra do posto culminante na lista triplice de 11 de Fevereiro de 1860. Mas, quando esta foi sujeita á consideração do monarcha, entendeu d. Pedro II de escolher o terceiro dos eleitos, um sr. Manuel Teixeira de Sousa.

O procedimento da Coroa provocou amplas manifestações pela imprensa e pela tribuna parlamentar. A esse episodio se ligam tres pamphletos, então vindos a lume: — « Monarchia e democracia », « O poder moderador e o sr. Theophilo Benedicto Ottoni » (publicado em S. Paulo) e « Da natureza e limites do poder moderador » (anonymo, mas geralmente attribuido a Zacharias de Góes e Vasconcellos).

O probo liberal mineiro, por seu turno, não póde sopitar o profundo resentimento que lhe transbordava da consciencia justamente indignada, do seu grande e notorio merito ferido e menosprezado. Tendo sido officialmente publicada a 28 de Abril de 1860 a desastrosa escolha imperial, no dia seguinte inseria elle nos jornaes a declaração irrevogavel de que não disputaria a cadeira, que a morte do conselheiro Luiz Antonio Barbosa deixara vacante no Senado. E as expli-

cações de similhante absenteismo foram feitas em «linguagem rude».

Afim de melhor exprimir o seu pensamento, não só de gratidão para com os comprovincianos que lhe haviam reiteradamente attendido á pretenção de sentar-se na Camara alta, como ainda de pedir-lhes os suffragios para um logar na assembléa temporaria, traçou o inegualavel manifesto politico, a célebre «Circular», que, tanto pela qualidade como pela quantidade, ficou singular em nossa Historia.

Traz a data de 19 de Septembro de 1860. Ora, a lei de 18 de Agosto desse anno modificara o systema electivo geral, pois, embora conservasse os dous graus, estabelecera a eleição por circulo de trez deputados, o que obrigou as provincias a remodelarem as suas circunscripções eleitoraes.

Na famosa carta apresentou-se Theophilo Ottoni candidato á Camara baixa, pelo 2º districto de Minas-Geraes. As ultimas paginas daquelle documento notavel merecem meditadas ainda hoje. Nellas o genial Serrano, com a sua assombrosa clarividencia, referiu-se ao prodigioso influxo que a arteria ferroviaria central, então apenas iniciada, estava destinada a exercer no futuro engrandecimento da terra de Tiradentes. E, com o amplo descortino que lhe characterizava o espirito práctico, assignalou a urgente necessidade de montar-se no rio S. Francisco a navegação a vapor, afim de facilitar o commercio do Septentrião e do Nordéste mineiro «com as comarcas vizinhas e com a provincia da Bahia». Não se exquecera tambem de lembrar a installação de uma vasta rêde de estradas de ferro, que servisse aos valles do Parahiba, rio Doce, rio Grande (cabeceiras) e S. Francisco.

Quanto ao ponto de vista geral, o seu programma continuava a ser o de combate sem tréguas ao «govêrno pessoal» e o de levar a effeito, constitucionalmente, as reformas que o seu adeantado liberalismo desde muito prégava e reclamava, — abolir o «flagello da prisão arbitraria» e o recrutamento forçado, retirar aos agentes policiaes amoviveis as funcções judiciarias de que os investira a lei de 3 de Dezembro de 1841, e, finalmente, extinguir a vitaliciedade do Senado.

O disputadissimo pleito que se feriu nas urnas para a decima-primeira legislatura do Imperio, a qual devia extender-se de 1861 a 1864, comprovou á saciedade o inabalavel prestigio de que gosava em todo o paiz o ardoroso patriota.

Dirigiu elle, pessoalmente, o partido liberal nas eleições da então Côrte, e tanto o 2º districto de Minas como o 1º districto da provincia do Rio de Janeiro o honraram com o mandato para os representar na Camara dos deputados geraes. A 19 de Junho de 1861 optou elle pelo circulo da sua terra natal, tendo tido por substituto no fluminense o indeslembravel parlamentar Martinho Alvares da Silva Campos, de quem Affonso Celso Junior, no seu trabalho « Oito annos de parlamento » (pags. 41-50), traça com brilho o interessante perfil politico.

E' imprescindivel, agora, ouvirmos a opinião de Joaquim Nabuco (*op. cit.*, vol. II, pags. 74-76) sôbre aquelle memoravel pleito, de cujo triumphador fez elle ao mesmo tempo o mais elevado juizo no que respeita ao character, embora sobremodo injusto quanto á valia mental: — « Essa eleição de 1860 póde-se dizer que assignala uma epocha em nossa historia politica; com ella recomeça a encher a maré democratica, que desde a reacção monarchica de 1837 se tinha visto continuamente baixar e cuja vasante depois da Maioridade chegara a ser completa. No Rio de Janeiro a campanha foi ardente, enthusiastica, popular, como ainda não se vira outra; a mocidade tomou parte nella, o commercio subscreveu generosamente, o povo dirigia-se de uma para outra freguezia capitaneado por Theophilo Ottoni, cujo lenço branco figura constantemente nos epigrammas politicos da epocha. A chapa liberal triumphou toda: Theophilo Ottoni, Octaviano, Saldanha Marinho; e esse acontecimento tomou as proporções de uma revolução pacifica, que tivesse finalmente derribado a oligarchia encastellada no Senado. Tal victoria creava um partido; queria dizer, de facto, a resurreição do partido liberal com outro pessoal e outras idéas, mas com as mesmas tradições, o mesmo espirito, mais forte que os homens e que os principios. Nabuco tinha previsto bem: a situação era de Theophilo Ottoni. Si este não fosse então, em phrase de Disraeli, « um vulcão extincto », um homem acabado, de

outras éras, que não renovara desde 1831 o seu cabedal politico, um veterano novato, apparecendo, ao lado das gerações modernamente educadas como um anachronismo vivo, ter-se-ia apossado do govêrno, dominado a Camara e curvado o imperador deante da sua popularidade. A reputação immensa que o precedia impunha-lhe, porém, obrigações, que elle não podia satisfazer; exigia delle, perante um publico por natureza critico e iconoclasta, como o nosso já se estava tornando, um talento que fizesse sentir a superioridade do passado que elle representava, ou então uma mocidade de espirito que lhe permittisse partilhar os enthusiasmos de uma epocha profundamente diversa da sua. Theophilo Ottoni não tinha nem essas faculdades intellectuaes poderosas, nem essa plasticidade e volubilidade de espirito. Na tribuna, pertencia á ordem dos oradores espontaneos, porém diffusos e prolixos. Sua estréa, anciosamente esperada em 1861, é um contra-tempo; fala até ao escurecer, e, a uma observação do presidente, declara-se prompto a ir até meia-noite. A arenga toda é hoje illegivel; o tributo eleitoral que o povo seguia arrebatado sentia-se enjaulado no parlamento, onde, exclusivamente, se conquistava a primeira posição. Com sua generosidade e cavalheirismo, egualdade e affabilidade de tracto, elle é particularmente um homem estimado e querido de todos ».

E logo adeante: — « As eleições de 1860 tiveram immensa repercussão em todo o paiz. O effeito da eleição de Ottoni e seus companheiros de chapa foi além de tudo o que imaginava a opposição a Ferraz. A oligarchia fôra desarraigada, derribada por um verdadeiro furacão politico. Ferraz não esperou a reunião das camaras para demittir-se. Em 2 de Março de 1861 formava-se novo gabinete sob a presidencia de Caxias, cujo braço direito será Paranhos ».

Chegou-se a pensar, — accrescenta Nabuco, em nota, a pags. 77, — que « a formação do ministerio de 2 de Março de 1861, com o marechal Caxias e o chefe de esquadra Joaquim José Ignacio (Inhaúma), apresentando-se, além disso, incompleto », era « uma combinação militar do imperador, em resposta á eleição de Ottoni ».

Ainda em 1861, sem que elle houvesse cogitado de similhante candidatura, insistiu Minas em apresenta-lo no pri-

meiro logar á consideração do monarcha para uma curul do Senado. E no anno seguinte tambem Mato-Grosso o exalçou á sua lista triplice para a Camara vitalicia.

Excusado é dizer que a essas irrebativeis manifestações de valor politico corresponderam outras tantas preterições, que, todavia, não mais estomagaram o invencivel luctador, porque este, quando lançou a público a sua declaração de 29 de Abril de 1860, atrás mencionada, já as havia curialmente previsto, quando ponderava: — « O damno que a minha linguagem rude ha de acarretar-me é talyez irreparavel... ».

Pela mesma occasião, fazia elle saír do prélo um novo e vigoroso pamphleto politico, intitulado « A estatua equestre ». As idéas de Theophilo Ottoni a respeito do movimento nacional de 7 de Abril de 1831 já deixámos sufficientemente evidenciadas em linhas anteriores, citando-lhe as proprias palavras.

Ora, tendo sido elle escolhido por duas assembléas provinciaes, trinta e duas camaras municipaes e diversas associações scientificas, para as apresentar no acto de entregar-se á admiração do publico a « mentira de bronze », julgou imprescindivel expôr pela imprensa, na vespera, do dia em que a população carioca devia assistir á inauguração do monumento, que ora avulta majestoso em meio da Praça Tiradentes, os serios motivos que o compelliam a declinar daquella incumbencia.

Marcada para 25 de Março, data commemorativa da outorga da carta constitucional de 1824, foi, contudo, adiada para 30 do mesmo mez a pomposa solennidade, cujo alvo historico era zarguncho pela válida penna do intrepido Serrano. O folheto, hoje posto em olvido, teve no momento profunda repercussão em todo o paiz, dando aso a varias publicações, umas de applauso e outras de contradicta.

O anno de 1862 assignala-se por extranhos acontecimentos em nossa historia politica.

Um delles é a defecção de varios chefes conservadores, — o marquez de Olinda, José Thomaz Nabuco de Araujo, Zacharias de Góes e Vasconcellos, José Antonio Saraiva, — que, descontentes com o gabinete de 3 de Março de 1861,

presidido pelo marechal Caxias, se passaram com armas e bagagens para as fileiras contrarias.

Com o famoso discurso do « uti possidetis », pronunciado por Nabuco, torna-se triumphante a « Liga », e o resultado immediato de tal procedimento foi a ascenção dos liberaes ao poder, em que se conservaram até ao golpe de Estado de 16 de Julho de 1868.

O gabinete de 24 de Maio de 1862, presidido por Zacharias, foi chamado de « ministerio dos anjinhos », porque teve a curta existencia de sete dias, derribando-o pela imprensa a penna mascula de Torres Homem. Mas, a 30 de Maio, constituia Olinda o que foi denominado « ministerio dos velhos », por delle fazerem parte, além do ex-regente de 1837-1840, o marquez de Abrantes, os viscondes de Albuquerque e de Maranguape, Joaquim Rodrigues de Lamare, Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão (depois visconde de Sancta-Teresa) e João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú.

Deu-se no tempo deste o outro « extranho acontecimento » a que acima nos referimos, pois diversa qualificação não merece aquillo, a que em nossa Historia se conveio em chamar de « questão Christie ».

Este lobrego evento, que se originou do naufragio da barca ingleza *Prince of Wales* nas costas do Rio Grande do Sul, em Junho de 1861, e da prisão em fins de 1862, de officiaes da fragata *Fort*, pertencente á marinha de guerra britannica e então ancorada na bahia de Guanabara, evidenciou a inepcia dos estadistas que dirigiam naquelle momento a politica nacional, quer no ministerio, quer no Conselho de Estado. Com effeito, para evitar a violação da soberania brasileira, em consequencia das represalias ordenadas pelo representante diplomatico de Sua Graciosa Magestade, era sufficiente que o nosso Govêrno acceitasse o arbitramento para os dous casos em litigio, o que em nada podia diminuir ou lesar a dignidade da nossa Patria, porquanto, como bem observou um dos mais insuspeitos e cultos pensadores desta terra, R. Teixeira Mendes (« Benjamin Constant », vol. I, pags. 115-116), si procedesse a objecção de estar a Coroa convencida da sua justiça no concernente aos salvados da *Prince of Wales*, então, logicamente e dignamente, não de-

veria tambem ter acceitado o juizo arbitral para a questão dos officiaes da *Fort*.

E' sabido que o povo desta capital se exaltou leoninamente ante a injuria, que nos irrogara a esquadra do almirante Warren, nas nossas aguas territoriaes, ás barbas do monarcha brasileiro.

Coube a Theophilo Ottoni o prestar, nesse grave passo da nossa evolução, mais um dos relevantes serviços que lhe deve a nossa Patria. Conhecido e respeitado em toda a cidade, onde a sua fogosa intelligencia, liberalismo avançado e inatacavel probidade o haviam erigido a um dos idolos da população carioca, — só o prestigio de tão peregrinos predicados e a fascinação de sua palavra foram capazes de impedir excessos, que poderiam ter chegado ás mais funestas consequencias, quando a grande massa popular se agitou, cholerica e impetuosa, por toda parte, contra a audacia do plenipotenciario da Inglaterra e o insolito proceder da esquadra britannica.

Si a questão Christie deixou no espirito dos dirigentes da politica brasileira traços indeleveis, que incontestavelmente contribuiram para arrojar-nos em 1864 á intervenção nos negocios intimos do Uruguai, precipitando-nos na prolongada e sanguinolenta campanha contra o Paraguai, — verdadeiro crime (no sentir de João Ribeiro, um dos nossos mais competentes historiadores) da dynastia bragantina occupadora do unico throno americano —, não é menos certo que, no tocante á pessoa do digno filho da terra dos diamantes, serviu para riscar-lhe o nome do «livro negro», em que o inscrevera o soberano.

Em 1863 foi dissolvida a Camara, que, entretanto, applaudira com grande alarde a attitude do Govêrno imperial no deploravel incidente anglo-brasileiro.

Travado o pleito para a constituição da decima-segunda legislatura geral, que devia prolongar-se de 1864 a 1866, Theophilo Ottoni foi reeleito deputado por Minas, que tambem, como que porfiando em tributar-lhe similhante homenagem, o mandou na lista triplice para a Camara alta.

Escolhido, enfim, pelo monarcha, e tendo acceitado a curul senatorial foi substituido, na bancada mineira da as-

sembléa temporaria, por Manuel Ignacio de Carvalho Mendonça, a 23 de Junho de 1864.

Antes de proseguirmos, devemos accentuar que o nosso illustre patricio andava muito melhor, pondo em práctiva a coherencia, de cujo pondonor tanto se desvanecia e de que effectivamente dera arrhas por tanto tempo, — si fizesse o bello gesto de recusar a cadeira de senador, com que afinal o distinguira d. Pedro II.

Preconizando, e com sobeja razão, a necessidade de reformar-se a Camara alta, tornando-a temporaria, isto é, renovavel annualmente pelo terço; e carregando em sua fé-de-officio de impolluto democrata tantas preterições injustas, de que, para aquelle cargo electivo o fizera alvo o arbitrio imperial: — quanto mais acertado não teria sido que Theophilo Ottoni continuasse da tribuna da Camara dos deputados a sua campanha patriotica, aureolado então por novo estemma de desinteresse politico, por mais um exemplo raro de abnegação e de dignidade —, pela recusa de um posto na assembléa vitalicia !

Provavelmente, foi a situação especial em que se encontrava naquella epocha, situação de extrema responsabilidade na grei liberal, que o compelliu a entrar os humbraes do mesmo Senado vitalicio, por elle com tanta razão combatido como factor de oligarchia.

De facto, desde 1863, fôra arvorado o eminente parlamentar em um dos mentores da situação « progressista », que atravessou os gabinetes de Zacharias e de Furtado. Aquelle, formado a 15 de Janeiro de 1864, contava em seu seio dous Mineiros, José Pedro Dias de Carvalho, um dos chefes revolucionarios de 1842, e Domiciano Leite Ribeiro (depois visconde de Araxá), além do formosissimo talento de José Bonifacio, o moço. O de 31 de Agosto do mesmo anno, constituido, além de Francisco José Furtado, por José Liberato Barroso, Carlos Carneiro de Campos (visconde de Caravellas, substituido em 4 de Outubro por João Pedro Dias Vieira), Francisco Xavier Pinto Lima, Henrique de Beaurepaire Rohan (visconde de Beaurepaire, substituido no começo de 1865 pelo visconde de Camamú) e Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, foi o que, sem perda de tempo,

appellou para o voluntariado e recorreu á conscripção militar, chamando tambem ás armas a Guarda nacional, afim de termos exercito com que enfrentar a invasão paraguaia no territorio brasileiro de Mato-Grosso e em seguida no Rio Grande do Sul.

Em 1865, derrotado no parlamento esse ministerio, que foi substituido pelo de Olinda a 12 de Maio do mesmo anno, entrou em declinio a colligação « progressista », que se rompeu completamente em 1866, quando ao gabinete do ex-regente succedeu o de 3 de Agosto, presidido por Zacharias.

Foi contra este ministerio que Theophilo Ottoni, Christiano Ottoni, Sousa Franco, Furtado e outros liberaes da velha guarda lançaram a público, por occasião das eleições de 1867, « um manifesto acrimonioso » (*vide* Nabuco, *op. cit.*, vol. III, pags. 108), no qual, além de muitas outras duras apostrophes, vinha esta: — « Em vez de tocar a fibra nacional, appellando para o alistamento dos voluntarios... chegou ao ponto de atirar ao seio do exercito, como para salvar o pavilhão brasileiro, uma centena de galés de Fernando de Noronha ! »

Nesse pleito, entretanto, ainda foi esmagadora a maioria obtida pelos « progressistas ».

E' tambem da mesma epocha (1867) o livro de Tito Franco de Almeida, « O conselheiro Francisco José Furtado, biographia e estudo de historia politica contemporanea », do qual possue o Instituto Historico e Geographico Brasileiro o precioso exemplar que pertenceu a d. Pedro II e em cujas margens traçou o zeloso monarcha, de seu proprio punho, interessantissimas « notas », colligidas pelo operoso e competente snr. Max Fleiuss na « Revista », t. LXXVII, p. 1ª, pags. 245-289. E' documento indispensavel á apreciação integral e sincera daquella quadra de transição e de transacções. Basta dizer que as explicações do imperador levaram Tito Franco a entoar pouco mais tarde a palinodia do seu opusculo « Monarchia e monarchistas ».

Theophilo Ottoni, não obstante a culminancia em que estava naquella curiosa phase da nossa trajectoria politica, entendeu de não participar de nenhuma organização ministerial.

O incidente occorrido entre elle e Saraiva, quando se cogitava de formar o gabinete de 12 de Maio de 1865, afinal presidido pelo *sacerdos magnus* do imperialismo, Olinda, parece evidenciar-lhe a resolução de não ser conselheiro da coroa.

Como Tito Franco insinuasse, na sua obra de 1867, a existencia da má vontade imperial contra Theophilo Ottoni e Sousa Franco, declarou d. Pedro II, numa das referidas «notas», que não se oppuzera á entrada delles na combinação ministerial incumbida ao depois chamado «vice-imperador».

Ao character inteiriço de Theophilo Ottoni não podia deixar de ser displicente a adhesão interesseira e afortunada dos antigos conservadores, que, mal se tornaram transfugas, tiveram logo como premio os mais altos postos de commando nas novas phalanges.

Foi elle quem, nas luctas entre as duas facções do partido liberal, respectivamente constituidas pelos antigos e recentes elementos, dirigiu os chamados «historicos» até 16 de Julho de 1868, que foi quando galgaram outra vez os conservadores o galarim do poder, com o ministerio presidido pelo visconde de Itaborahi.

Exquecidas então muitas animosidades e corrido um véu espesso sôbre as funestas dissenções domesticas, unificaram-se «historicos» e «progressistas» para a opposição tenaz ao partido rival, que, todavia, logrou sustentar-se no govêrno durante todo um decennio.

A 25 de Julho de 1868 realizava-se na casa de Nabuco a primeira reunião «fusionista», para fundar-se o Centro Liberal. Christiano Ottoni, que nisso interpretava fielmente o sentir do ermão, propoz alli, como labaro do partido, «a extincção do poder moderador». Formaram o directorio inicial, que, aliás, pouco ou nada fez, Theophilo Ottoni, Nabuco, Francisco Octaviano, Zacharias e Silveira Lobo. Nabuco foi depois eleito o presidente definitivo. O «Manifesto do Centro Liberal» foi publicado em Março de 1869 (67 paginas), e o programma saiu a lume em Maio do mesmo anno. O *Manifesto*, que foi assignado por Nabuco, Theophilo Ottoni, Sousa Franco, Zacharias, Chichorro, Furtado, Octaviano, Dias de

Carvalho e Paranaguá, é um documento de alta e inestimavel valia para o estudo da politica do Imperio. Por um pouco mais, os seus eminentes signatarios, todos com grandes responsabilidades nos destinos do paiz, teriam chegado á franca apostolização da Republica. Limitaram-se, porém, ao grito de — *reforma ou revolução!*

Theophilo Ottoni pouco sobreviveu a essa nova proclamação das aspirações liberaes. Mas, antes de esvaecer-se-lhe de todo o excelso espirito, ainda proferiu no Senado, ao apagar das luzes da sessão legislativa, um dos seus mais profundos e mais brilhantes discursos, o seu «canto de cysne».

Expirou a 17 de Outubro de 1869 (3), pouco antes de ultimar-se a longa refrega, que o Imperio travara com Solano López e que o golpe de Estado de 1868 confiara á decisão dos conservadores.

E' sabido que farte quanto aquella derradeira campanha do Prata influenciou o novo norteamento dado á solução dos problemas quintessenciaes do Brasil: — foi realmente com a cessação da guerra do Paraguai que se organizaram de maneira bem definida os dous movimentos nacionaes da Abolição e da Republica.

Si Theophilo Ottoni vivesse mais uns quinze mezes, temos de certeza que assignaria o manifesto de 3 de Dezembro de 1870, porque o digno Mineiro foi incontestavelmente um precursor da conquista democratica de 15 de Novembro de 1889.

Como a gigantesca empreza do Mucuri e as continuas luctas politicas lhe tivessem consumido os bens de fortuna, havidos de herança ou ganhos no trabalho honrado, e lhe tivessem tambem minado a saúde, combalindo-lhe lethalmente o coração, morreu pobre e antes de attingir á accentuada edade da velhice.

---

(3) O seu unico filho, dr. Theophilo Carlos Benedicto Ottoni, que chegou a presidir a provincia de Minas e tambem se distinguiu como jornalista politico (foi, com Rangel Pestana, Cesario Alvim e Araujo Moreira, um dos redactores do vigoroso semanario «O Futuro», que se editou em S. Paulo por quasi todo o anno de 1870), falleceu ainda relativamente moço, tendo deixado apenas quatro filhas, de modo que com elle se extinguiu a descendencia masculina, directa do inclito liberal mineiro.

Quem quizer ver pormenorizadamente todo o sulco de intenso pesar, que o passamento do egregio Mineiro abriu no paiz, leia as paginas sentidas do preito de fraterna amizade que é a sua biographia, tão a primor traçada pela penna de Christiano Ottoni. Não eram sómente ermãos pelo sangue; eram-n-o tambem pela refulgente cultura do espirito, pela inteireza do character, pelo civismo exclarecido, pelas idéas adeantadas, pelos serviços que porfiavam em prestar á Patria estremecida.

Ao « patriarcha da democracia no Brasil do seculo XIX » (como bem lhe chamou Nelson de Senna) foram tributadas homenagens funebres, só a raros cidadãos concedidas. Das camaras municipaes, das assembléas provinciaes, do parlamento nacional, de gremios scientificos e de sociedades politicas, do jornalismo, das escholas superiores, das classes commerciaes, do clero, e, sobretudo, do povo desta capital, mereceram os seus despojos as honras, que aos dos salvadores e heróes da Patria preiteavam os antigos Romanos.

Embora não se possa acoimar de apaixonada a obra que o benemerito engenheiro consagrou á memoria do ermão (4), — recorramos, contudo, de preferencia, ao testimunho de extranhos, para avaliarmos devidamente do como então se julgou o grande Serrano.

Joaquim Manuel de Macedo, no seu « Anno biographico brasileiro» (vol. III, pags. 267-271), assim fala do inolvidavel vexillario do liberalismo radical: — « Até o ultimo dia da sua laboriosissima, fulgente e honrada vida, Theophilo Ottoni foi sempre denodado paladino das idéas liberaes; nutria aspirações republicanas; soube, porém, sujeita-las ao programma do partido liberal, a que pertencia e de que foi um dos mais prestigiosos chefes, sem que jamais vacillassem sua lealdade e sua constancia. Ardente e vigoroso nas discussões

(4) Conforme a justa observação de Martinho Campos, inserta no prefacio da « Biographia de Theophilo Ottoni » (Rio, 1870) por Christiano Ottoni, este só encarou no ermão o politico, reputando como « louvor em bocca propria » todo elogio que merecesse o consanguineo, tão indentificados pela amizade estavam ambos. Acham-se ainda biographias do grande liberal mineiro na « Galeria dos Brasileiros illustres » (« Diccionario », t. II, n. G., 23) e na « Revista contemporanea de Portugal e Brasil » (vol. IV, pags. 435-449), de 1862, por J. da C. F., todos esses escriptos acompanhados de retrato.

politicas, tribuno ás vezes exaltado, honesto e probo até o ponto de desanimar a propria calumnia, elle, principalmente nos ultimos dez annos de sua vida, foi o homem mais popular do Brasil. Rico de virtudes, alma candida e optimo coração, era por todos estimado, e entre os seus proprios adversarios politicos deixou numerosos e intimos amigos. A morte de Theophilo Benedicto Ottoni foi chorada em todo o Brasil, e o seu enterro espontaneamente acompanhado por alguns mil cidadãos ».

Póde-se affirmar que toda a imprensa carioca estampou necrologios sentidos por occasião do passamento de Theophilo Ottoni, e os periodicos das provincias tambem noticiaram com sincero sentimento a irreparavel perda soffrida pela democracia brasileira. Para não citarmos as expressões de pesar da « Reforma » e do « Diario do Rio », que tinham accentuada côr politica, limitemo-nos a transcrever as singellas, mas justas palavras, com que o « Jornal do Commercio » (n. 319), sempre imparcial e criterioso, commemorou no dia seguinte o trespasse do eminente cidadão: — « Foi o senador Ottoni um dos membros mais proeminentes do partido liberal, em cujas fileiras assentou praça ainda nos mais verdes annos. Estreou na imprensa as suas primeiras armas, e desde então tomou parte activa em todas as luctas politicas, associando o seu nome a alguns dos mais importantes acontecimentos do paiz. Deputado á assembléa geral em successivas legislaturas, assistiu e representou papel conspicuo em algumas das mais memoraveis sessões que recordam os annaes do nosso parlamento. O seu nome chegou a tornar-se um dos mais populares, e repetidas vezes incluido em listas triplices foi Theophilo Ottoni afinal escolhido senador pela provincia de Minas, onde nascera. De tracto ameno e maneiras francas e cavalheirescas, o finado, apesar de partidario estrenuo, contava muitos e bons amigos em todas as parcialidades politicas, que faziam justiça ás suas virtudes e inteireza do seu character. Disso ainda houtem tivemos duas provas: uma no cortejo que acompanhou o saimento, outra na assembléa provincial do Rio de Janeiro, onde uma proposta para se levantar a sessão em demonstra-

ção de pesar pelo passamento de um dos mais notaveis cidadãos do Imperio foi approvada unanimemente ».

Poucos dias depois da sua morte, a « Semana Illustrada », que se publicava nesta capital, inseria-lhe o retrato, devido ao lapis amestrado de Henrique Fleiuss, assim como um artigo da lavra de Machado de Assis, que synthetizava o seu pensamento nas seguintes palavras: — « Theophilo Ottoni era um filho querido do povo, um sacerdote da liberdade; não era possivel que a sua morte fosse indifferente áquelles por cujos direitos pugnara durante toda a sua vida de homem publico ».

Era natural que a musa patricia tambem vibrasse as cordas de suas lyras e tiorbas em altisonantes loas ao nome e aos feitos do campeão dos ideaes democraticos. Entre os que lhe descantaram a gloriosa memoria, destaca-se a sympathica figura do inspirado Bruno Seabra, que, logo após haver elle descido á sepultura, lhe consagrou as duas seguintes quadras, dignas de lhe servirem de epitaphio:

« O athleta liberal baixou ao tumulo,
Mas não lhe morre a gloria;
E', pelo patrio amor, honra e civismo,
Monumento na historia.

Ottoni, morto já, ainda é potente,
E exalta a heroicidade;
Que da cova, onde jaz, transpira em flammas
O amor da liberdade ! »

Não é intento nosso transcrever para aqui tudo quanto saiu a lume a proposito do passamento do inolvidavel patriota.

Da sua propria « Circular » vê-se que, um quarto de seculo antes do seu trespasse, já havia quem, da tribuna de uma assembléa de provincia que não era a sua, o comparasse ao Romano prototypo de todas as virtudes civicas.

Com effeito, na sessão de 22 de Abril de 1843 da Camara dos deputados da provincia do Rio de Janeiro, José Augusto Cesar de Menezes, referindo-se a Theophilo Ottoni e ao papel deste na revolução de 1842 em Minas, assim exclamava: — « ... esse moço por quem mais se deve encher de

orgulho o Serro do que pelas pedras preciosas que rolam pelos leitos dos seus rios, esse moço, no qual, todas as vezes que penso, digo: — Assim foi de certo Catão na sua edade, e esperanças do Brasil, si alguma commissão militar lhe não fizer saltar a cabeça, ou si alguma taça ministrada por algum fingido amigo lhe não corroer lentamente as entranhas! »

Já vimos, por esta succinta analyse de sua existencia, que elle foi exactamente o contrario daquelles ignobeis parasitas

« venuti al mondo sol per far letame »,

consoante com a justa objurgatoria do inspirado Ariosto; já vimos que a sua vida, desde a infancia até aos ultimos momentos, foi um exemplo edificante de trabalho fecundo e de devotamento ao bem collectivo.

Resta-nos, agora, encara-lo quanto ao aspecto da sua bagagem intellectual, que tambem não é pequena.

Do « Diccionario bibliographico brasileiro », de A. V. A. Sacramento Blake (vol. VII, *in. v.* « Theophilo Benedicto Ottoni ») extrahimos, coordenando-a melhor pelas datas, a seguinte relação dos escriptos enfeixados em volumes impressos e que constituem o acervo literario do digno filho da bem-fadada terra mineira:

I) « Condições para a incorporação de uma companhia de commercio e navegação do rio Mucury » (1847, 51 pags.).

II) « Noticia historica sobre a vida e poesias de José Eloy Ottoni » (1851, 28 pags.).

III) « Companhia Mucury » (relatorios annuaes, de 1852 a 1860).

IV) « Relatorio sobre o Montepio Geral » (1854-1857).

V) « Companhia Mucury » (historico da empresa, 1856, 47 pags.).

VI) « Noticia sobre a colonia e os selvagens do Mucury » (carta ao dr. Joaquim Manuel de Macedo, 1858, 48 pags.). — Saíra na « Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro », t. XXI, pags. 191-238.

VII) « A colonização do Mucury » (1859, 58 pags.).

VIII) «Circular dedicada aos srs. eleitores de senadores pela provincia de Minas-Geraes no quatriennio actual e especialmente dirigida aos srs. eleitores de deputados pelo 2º districto eleitoral da mesma provincia para a proxima legislatura» (1860, 161 pags.). — Fez-se 2ª edição em 1861, com 163 pags.

IX) «A estatua equestre» (1862, 12 pags.).

X) «Breve resposta» (a proposito da «Companhia Mucury», 1862, 96 pags.).

XI) «Parecer sobre bancos» (1862).

XII) «Discurso proferido na sessão de 7 de Julho de 1864 (9 pags.).

XIII) «Considerações sobre algumas vias de communicação, ferreas e fluviaes» (1865).

XIV) «Manifeso do Centro Liberal» (1869, 17 paginas) (5).

Dos annaes do parlamento nacional constam os seus discursos, que não foram poucos, e das collecções de jornaes do tempo os innumeros escriptos da sua phase de operoso jornalista.

O auctor de «Um estadista do imperio», — que, quando fala na *estréa* de Theophilo Ottoni em 1861, evidentemente se refere á da volta deste á Camara, após os doze annos de ostracismo voluntario, — envida deprimir a aureola do gladiador mineiro na curul das assembléas legislativas, enaltecendo-a, porém, na tribuna das conciões.

Ao juizo de Joaquim Nabuco, um dos Brasileiros a quem mais admiramos, preferimos, entretanto, o de quem conheceu

---

(5) O «Diccionario bibliographico portuguez» (de Innocencio Francisco da Silva, continuado por Brito Aranha) relaciona as obras de Theophilo Ottoni no vol. VII, pags. 310-312; e no vol. XIX (XII do supplemento), a paginas 251-252, menciona como delle um estudo critico sobre «Luiz Augusto Rebello da Silva» (16º grande de 69 pags., publicado no Rio de Janeiro em 1871). Não nos foi possivel achar este opuscilo nas livrarias e bibliothecas, nem em mãos dos parentes do illustre liberal, aqui domiciliados. As informações, porém, que amavelmente nos prestou o sr. dr. Julio Benedicto Ottoni, levam-nos a acreditar que o referido escripto seja da lavra do dr. Theophilo Carlos Benedicto Ottoni, e não do pae.

intimamente e mais de perto accompanhou a longa carreira pública do filho da villa do Principe.

Joaquim Manuel de Macedo, na sua citada obra, fez de Theophilo Ottoni uma apreciação enthusiastica, encarando-o como orador, sem elevar o tribuno da praça pública sôbre o polemista da Camara e do Senado. Contemporaneo e correligionario, o seu testimunho é fidedigno e não suspeito, porquanto o historiador põe desde logo em fôco a mais rude justiça, não lhe encomiando a gesticulação, que estava longe de adequar-se á elevação de sua linguagem e aos arroubos da sua imaginação. Eis o que delle assevera o auctor do «Anno biographico brasileiro» (*loc. cit.*): — «... impetuoso, inspirado, radiante de talento, corajoso, incapaz de recuar, estupendamente altivo, assoberbador das mais violentas tempestades parlamentares, vulcão arrojador de sarcasmos em lavas ardentes, elle era como o genio das bôrrascas, sabendo desenfreia-las e conte-las, com a fôrça de sua vontade e com o poder de sua popularidade. Não podia, nunca poude ser Cicero; mas foi Graccho, pela sua influencia sôbre o povo».

Como escriptor, a melhor parte da bagagem literaria de Theophilo Ottoni patenteia a sua accentuada disposição para o pamphletismo. Não era, entanto, a modo do de Courier, olympico, escurril e mordaz, mas antes sempre lhano, sempre egual, sempre circunspecto, envolvendo tanto as mais ferinas verdades quanto as idéas mais altanadas de uma serenidade inquebrantavel e de uma seriedade pertinaz, irreductivel.

Quem se der ao grato trabalho de pesquisar-lhe as lucubrações jornalisticas, verá que tambem ahi é essa a feição predominante, mesmo nos escriptos da mais tenra mocidade, quando tudo fazia crer que lhe borbotasse da alma o alegre devanear tão proprio da primavera da vida.

Si «o estylo é o character», — como hoje parece suffijcientemente demonstrado, — a personalidade moral de Theophilo Ottoni, vista através de suas producções literarias, é de honradez, elevação e austeridade innegaveis.

A excellente cultura mathematica, por elle haurida na antiga Academia de Marinha, influiu poderosamente em sua

mentalidade. Era tal a predisposição que o animava para os estudos das sciencias positivas, que um dos seus confessados pesares foi o não ter podido diplomar-se em Engenharia, pois acreditava que assim teria prestado melhores serviços ao paiz.

Os discursos, artigos de imprensa e varios folhetos, devidos ao preclaro Brasileiro, arguem todos a sua familiaridade com a disciplina tão á justa chamada de « base solida de todos os conhecimentos humanos ».

Não é só a logica, a maneira regular de entretecer os argumentos tirados da propria inspiração ou tomados ao adversario para prompto revide, o que lhe distingue as florações intellectuaes, mas, sobretudo, a clareza e a methodização dos assumptos versados, revelando a maneira especial de quem estava habituado a armar equações algebricas e a demonstrar theoremas de Geometria.

A « Circular » de 1860 constitue um exemplo frisante da ordem que reinava no cerebro de seu auctor e que esse sabia projectar em todos os seus escriptos.

Além disso, os fortes estudos de Latinidade que elle fizera na terra natal, — ninguem ignora quanto em Minas se prezava a lingua matriz da nossa, — possibilitaram-lhe um portuguez escorreito, ás vezes convizinho do vernaculo granitico em que Alexandre Herculano, espirito congenial pelo liberalismo adeantado e pela probidade indesmentivel, vasara os seus nobres pensamentos e as suas impereciveis investigações.

Embora pertencesse Theophilo Ottoni a epocha em que na literatura nacional preponderava a eschola romantica, que teve no « condoreirismo » e no « indianismo » as mais bellas, mais pujantes e mais populares manifestações da sua vitalidade, — o seu estylo, retratando-lhe fielmente a tempera moral, não se arreia nunca de flores de Rhetorica: é asseiado, bem composto e até elegante, mas sem tropos desnecessarios e sem galas frivolas.

* * *

A opportunidade da redivulgação da « Circular » justifica-se cabalmente por diversos motivos.

Documento precioso para o estudo da evolução constitucional do Brasil, não o é menos para a historia integral do rotativismo partidario do Imperio.

Posto que muitas das idéas alli contidas tenham sido realizadas pelo advento do novo regime, outras ha que ainda são de palpitante actualidade.

Haja vista o que diz Theophilo Ottoni quanto á feitura e applicação das leis annuas da monarchia. O que se tem passado agora, sob a Republica, é o mesmo que arrastou o Imperio ao abysmo dos *deficits* permanentes. Ataca elle, com zélo civico, o systema então adoptado de se não cumprir o orçamento, mas de crear-se um orçamento novo por parte do poder executivo, com o nome de «creditos supplementares». Haja vista, egualmente, ás ponderosas considerações por elle formuladas sobre a interindependencia dos poderes institucionaes da nação, especialmente quanto ás relações entre o legislativo e o judiciario.

Mas, pondo á margem toda e qualquer outra das licções que reçumam do raro e sobranceiro manifesto politico, bastaria a recommenda-lo á quadra hodierna, á geração brasileira actual, o alcandorado doutrinamento que jorra de um exemplo perfeito de acendrado e inflexivel patriotismo, de trabalho perseverante e energico em mais de uma esphera da actividade humana e de desinteressado devotamento á causa pública, qual foi a existencia de Theophilo Ottoni.

Completando o julgamento, que em synthese admiravel fez Joaquim Nabuco (*op. cit.*, vol. I, pags. 32) de alguns dos constructores e consolidadores da nossa nacionalidade, cremos não errar affirmando que, si a gloria de José Bonifacio é ter conquistado a nossa independencia, si a gloria de Feijó é ter firmado a supremacia do govêrno civil, si a gloria de Evaristo é ter salvado o principio monarchico, si a gloria de Vasconcellos é ter reconstruido a auctoridade, — a gloria de Theophilo Ottoni é ter sido o incansavel prégoeiro de principios adeantados, alguns dos quaes triumpharam ainda na vigencia da monarchia, é ter sido o clarividente precursor da idéa de liberdade integra e definitiva, realizada vinte annos depois de sua morte.

Assim, pelo seu adamantino character, pelos seus elevados sentimentos, pela sua primorosa intelligencia, e, mais que tudo isso, pelos serviços incontaveis que prestou á nossa terra, — Theophilo Ottoni é digno de figurar nos altares civicos, onde se rende culto de justiça e de reconhecimento aos grandes benemeritos da Patria.

DEDICATORIA

Aos Srs. eleitores especiaes para eleição de senadores na presente legislatura pela provincia de Minas

SENHORES !

O pequeno trabalho que vai sahir á luz é todo inspiração vossa.

A generosidade com que nestes ultimos tres annos, sem distincção de parcialidades, me haveis galardoado incitou-me a publicar uma exposição de minha modesta vida poltica e um juizo critico sobre os factos contemporaneos em que eu pudesse ter tido participação. Confesso que um dos fins a que mirava era provar que não sou indigno da vossa confiança. Quem sabe se errei o alvo? !

Em todo caso estou convencido que os meus nobres comprovincianos hão de acolher com bondade o meu escripto, poque a singeleza e sinceridade são dotes altamente apreciados nas montanhas de Minas-Geraes.

E os meus nobres comprovincianos sabem que, se ando desvairado, não é porque intencionalmente queira afastar-me do caminho direito.

Meus erros nascem do entendimento e não da vontade.

Vosso dedicado comprovinciano

THEOPHILO BENEDICTO OTTONI.

ADVERTENCIA

Quando forão para o prelo as primeiras folhas desta minha circular não estava ainda feita a divisão eleitoral da provincia de Minas-Geraes.

Sómente o ultimo capitulo foi escripto depois que, conhecida a divisão, me deliberei a solicitar especialmente o voto dos Srs. eleitores do 2º districto.

As freguezias que compoem o 2º districto creado pelo decreto n. 2.636 de 5 do corrente mez são as seguintes.

§ 1.º Tiradas do 2º districto creado pelo decreto n. 842 de 19 de setembro de 1855 (districto de Pitanguy): — Pitanguy, Patafufo, Bom Despacho, Sant'Anna de S. João Acima, S. Gonçalo do Pará, Matheus Leme, Santa Quiteria, Dores do Indaiá, Morada Nova, Taboleiro Grande e Sete Lagôas.

§ 2.º Tiradas do 3º districto (Sabará): — Sabará, Raposos, Congonhas do Sabará, Caethé, Lapa, Curral d'El-Rei, Capella Nova do Betim, Piedade da Paraopeba, Santa Luzia, Santissimo Sacramento da Barra do Jequitibá, Santo Antonio do Rio Acima, Lagôa Santa, Contagem, Mattosinhos, Roças Novas, S. João Baptista do Morro Grande e Trahiras.

§ 3.º Tiradas do 4º districto (Itabira): — Itabira, S. José da Lagôa, S. Gonçalo do Rio Abaixo, S. Miguel do Piracicaba, Santa Barbara, S. Domingos do Prata, Morro de Gaspar Soares, Sant'Anna de Cocaes, Cattas Altas de Matto Dentro, Sant'Anna dos Ferros, Antonio Dias Abaixo, Taquarussú, Sant'Anna do Alfié, Joanezia e Cuiethé.

§ 4.º Tiradas do 5º districto (Serro): — Conceição, Nossa Senhora do Porto e Tapera.

§ 5.º Tirada do 6º districto (Diamantina): — Freguezia do Curvello.

Srs. eleitores!

Mais uma vez ambiciono ser representante da nação.

Solicito uma cadeira na camara temporaria.

Ahi póde collocar-me a vontade dos eleitores, sem dependencia de referenda.

Se for efeito, tenciono empenhar-me na milicia activa da politica.

E não o poderei fazer com vantagem sem um mandato explicito e significativo.

Este deve basear-se na enunciação franca das minhas aspirações.

Relevar-me-heis, pois se vou fallar de mim mais amplamente do que é de estylo em taes occasiões.

Sigo a praxe dos antigos.

Não era sómente quando pleiteavão eleições populares que os romanos se explicavão para com a nação.

Não coravão de escrever para os contemporaneos a narrativa dos actos de sua vida, por mais modestos que fossem.

O escriptor tinha confiança nos costumes singelos de seus concidadãos.

E os cidadãos acoroçoavão essas manifestações, longe de condemna-las por immodestas.

Plerique suam ipsi vitam narrare, fiduciam potius morum quam arrogantiam arbitrati: nec id Rutilio et Scauro citra fidem aut obtrectationi fuit.

Firmado nestes exemplos, ousarei pôr diante dos vossos olhos o meu modesto passado.

Ao menos poderei provar-vos que desde os mais tenros annos tenho sido constante servidor da liberdade e do governo constitucional. «A educação, diz Capfigue, deixa em cada um de nós um sello indelevel — as mudanças ulteriores não penetrão além da epiderme; nascemos e morremos com a mesma idéa ou o mesmo sentimento».

I

O verdor dos annos

Eu contava apenas 13 annos de idade quando em 1821 écoou pelo Brasil o grito da liberdade.

Levantado no Porto em 24 de agosto de 1820, repercutiu successivamente no Pará, na Bahia, e chegou ao Rio de Janeiro a 26 de fevereiro de 1821.

Foi uma faisca electrica que, passando através do espirito patriotico de meu pai, o Sr. Jorge Benedicto Ottoni, abrasou-me tambem a joven imaginação.

E que ao adolescente analphabeto arvorou em cantor da idéa regeneradora.

Era o tempo das emoções patrioticas. Primeiro a liberdade, depois a independencia, forão o assumpto de meus ensaios poeticos, desses communs nos verdes annos e de que não restão vestigios nem na memoria dos autores.

Mas que obtinhão applausos nas reuniões enthusiasticas da época, e que assim encarecião a meus olhos o pequeno cabedal de intelligencia que concedeu-me a natureza, e enraizavão no meu espirito as idéas liberaes.

Foi desenrolando diante de mim os novos horizontes que ia abrir aos homens illustrados o estabelecimento de um governo livre que meu pai passou-me das lidas commerciaes, em que me estava iniciando, para o banco dos estudos intermedios.

Estimulado por tão nobre emulação, cedo aprendi o que no Serro-Frio se podia ensinar, e achei-me nesta Babylonia, procurando habilitar-me para servir o meu paiz.

Matriculado na academia de marinha, appliquei-me, como é proprio dos estudantes aguilhoados pelo amor da gloria e pela necessidade de conquistar posição,

A primeira praça na corporação scientifica da marinha é a de aspirante.

Outr'ora os filhos dos *grandes*, inda que idiotas, tinhão o direito de assentar praça de guardas marinhas, e os descendentes de quatro avós *nobres* á de aspirantes, isto antes mesmo de se matricularem na academia.

Os paisanos como eu, que não tinhão quatro avós *nobres*, só podião conquistar o direito á praça de aspirantes obtendo approvação plena em todas as materias do 1° anno.

Eu estudava o 1° anno em 1827.

Era ministro da marinha o fallecido Sr. marquez de Maceió, que, apezar daquellas regras estabelecidas nas disposições organicas da academia, no meio do anno lectivo, por puro favor, mandou que assentassem praça de aspirantes diversos condiscipulos meus paisanos como eu, e que, portanto, só podião obter as duas estrellas sendo no fim do anno approvados plenamente em todas as materias.

E, como o motivo do favor se dizia ser o aproveitamento dos agraciados, alleguei o meu direito, requerendo que se verificasse, mediante as informações academicas, se eu estava em circumstancias identicas, e reclamando no caso affirmativo igualdade de tratamento.

Como nunca procurei padrinhos, o meu requerimento ficou atirado na poeira da secretaria, e no entanto tive de fazer acto antes de obter o despacho.

O acto era presidido pelo meu prezado mestre o Sr. chefe de esquadra José de Souza Corrêa, o qual convidou os examinadores para não me arguirem sómente sobre o ponto sorteado, porém sim vagamente sobre as materias do 1° anno, accrescentando a respeito do examinando palavras de tanto obsequio que, se aqui as omitto, é porque assim o pede a modestia, e não porque não me ficassem indelevelmente gravadas na memoria agradecida.

Assistia aos exames como director da academia o fallecido chefe de esquadra Sr. Diogo Jorge de Brito. E por felicidade minha, poucos dias depois, o Sr. Diogo Jorge de Brito era encarregado do ministerio da marinha, em logar do Sr. marquez de Maceió e em solução a minha reclamação expedia a seguinte

PORTARIA

« Sua Magestade o Imperador, atendendo ao que lhe representou o alumno dessa academia Theophilo Benedicto Ottoni, e a constar da informação que Vm. dera a seu respeito em officio de 28 do mez proximo findo ter elle sobresahido entre todos os alumnos academicos como o melhor estudante, ha por bem conferir-lhe a praça de aspirante graduado em guarda-marinha, concedendo-lhe para esse effeito as dispensas necessarias. O que participo a Vm. para sua intelligencia e execução. Deus guarde a Vm. Paço, em 2 de dezembro de 1827. — *Diogo Jorge de Brito.* — Sr. José de Souza Corrêa. »

Assim, o 1° acto de minha vida civica era um protesto em nome do principio da igualdade consagrada na constituição, e obtinha em resultado uma distincção honorifica: — a praça de aspirante graduado em guarda-marinha. Nunca houve nem na armada portugueza nem na armada brasileira nobre ou plebeu que assentasse praça de aspirante graduado em guarda-marinha senão o estudante de que reza a portaria que acabo de transcrever.

E, se a esta singularidade se accrescentar a circumstancia dos honrosos fundamentos da promoção creio que se desculpará o meu pequeno amor proprio, se guardo cuidadosamente um tal pergaminho.

Os triumphos academicos não enchião minha ambição, e o aspirante graduado em guarda marinha, dominado pelas inspirações que o havião arrancado do telonio mercantil, não cessava de entreter o fogo sagrado do patriotismo.

Sobrava-lhe o tempo para ganhar o pão, explicando geometria, para estudar suas lições de astronomia ou calculo differencial, e ao mesmo tempo para occupar-se de politica.

Cedo foi admittido á sociedade de Evaristo e de Vasconcellos, que o acariciavão como que presagiando-lhe brilhantes destinos.

De Evaristo o aspirante graduado em guarda-marinha teve a distincta honra de ser explicador de geometria.

No celebre club dos Amigos Unidos, de que originariamente proveiu o Grande Oriente do Passeio Publico, foi secretario o aspirante graduado em guarda-marinha. Este club nasceu sob os auspicios (fallo só dos mortos) de Antonio José do Amaral, José Augusto Cesar de Menezes, João Mendes Vianna, João Pedro Mainart, Epiphanio José Pedroso, Dr. Joaquim José da Silva e Antonio Rodrigues Martins. Um dos presidentes honorarios do club era o Dr. Cypriano José Barata de Almeida.

Oh! fortes pejoraque passi
Mecum saepe viri.

O club dos Amigos Unidos teve mais influencia do que se pensa na revolução de 7 de abril.

O secretario dos Amigos Unidos se multiplicava escrevendo para a imprensa daqui e de Minas.

Na *Astréa* publica as cartas assignadas *Joven Pernambucano*, e, não estando ainda por falta de idade, no gozo dos direitos politicos, aceitava para seus escriptos a responsabilidade legal que nobremente lhe concedia um distincto official do nosso exercito, filho de Pernambuco, cujo nome as conveniencias mandão que se cale, e que ainda hoje conserva puras suas crenças do verdor dos annos.

No *Astro de Minas*, em S. João d'El-Rei, e no *Eco do Serro*, na Diamantina, fazia-se sentir a actividade do escrevinhador.

Relacionado com os patriotas de maior consideração, por elles fui levado em 1829 á mesa parochial da freguezia do Sacramento, presidida pelo respeitavel Sr. conselheiro Francisco Gomes de Campos, hoje procurador da corôa e soberania nacional.

Escrutador, eu fiz abstracção da minha farda de guarda-marinha, para sómente lembrar-me que era cidadão.

Discuti com calor uma questão de ordem que affectava a pessoa do então ministro da guerra, o Sr. general Joaquim de Oliveira Alvares, que propuz fosse multado.

Se já não estava no *livro negro*, fui inscripto nesse dia,

não só porque o meu discurso foi talvez inconveniente, como principalmente porque excitou os applausos do povo liberal.

Dahi começou para mim a perseguição politica que o primeiro reinado legou ao segundo, e que presentemente me atropella.

Tinha completado o curso da academia de marinha sem perder, apezar das distracções referidas, o logar de primeiro estudante.

E por isso foi cheio de confiança que requeri licença para continuar na academia militar os estudos mathematicos.

Será difficil cre-lo ! mas não obtive permissão para matricular-me.

Estudava, porém, como ouvinte por especial favor do lente de mecanica, o Sr. Joaquim José Rodrigues Torres, hoje visconde de Itaborahy, que me distinguia como estudante e como correligionario politico.

Ao sahir da academia eu me comprazia muitas vezes em acompanhar o meu digno mestre ao teloniò de Evaristo.

Não sei onde o Sr. Rodrigues Torres enlevava mais o seu discipulo, se na academia, iniciando-o nas formulas de Francœur e de Poisson, se nas palestras do livreiro patriota, explicando as bellas theorias de Jefferson, de que S. Ex. era caloroso encomiasta e eloquente expositor.

Um estudante que naquelle tempo tinha as boas graças de seu mestre, se esse mestre era o Sr. Joaquim José Rodrigues Torres, incorria por esse simples facto no desagrado do governo. Não era preciso que o estudante tivesse sido escrutador liberal em uma eleição parochial.

Foi, pois, uma questão de estado separar o discipulo do mestre, e na secretaria da marinha ha de existir, para vergonha daquella época, o registro das portarias expedidas ao commandante da companhia dos guardas-marinhas, para fazer um *guet apens* ao ouvinte do Sr. Rodrigues Torres.

Ordens de embarque para a Costa d'Africa e para o Baixo Amazonas, inspecções de saude, já pelo cirurgião dos guardas-marinhas, já pelo physico e cirurgião-mór da armada, tudo foi posto em pratica para que eu não ouvisse as lições do Sr. Joaquim José Rodrigues Torres.

Já se vê que o ministro não podia deixar de triumphar, e tive de considerar-me feliz aceitando baixa do posto de guarda-marinha, e consentindo, pesaroso, que se cortasse a minha carreira de engenheiro, em que talvez me teria habilitado para servir melhor o meu paiz.

Era isto em 1830. Separei-me do meu mestre, que cá ficou no Rio de Janeiro redigindo o *Independente*, emquanto eu transportava para Minas uma pequena typographia, e ia lá publicar a *Sentinella do Serro*.

II

O jornalismo e o programma do verdor dos annos

A *Sentinella do Serro* era o periodico a que durante a viagem do imperador pela provincia de Minas o *Republico* bradava daqui:

« Olá da *Sentinella do Serro*, alerta ! »

Alerta estava a *Sentinella* !

No dia 3 de abril de 1831 chegou-nos um expresso enviado pelo Sr. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, hoje barão de Cocaes.

Communicava-nos este honrado mineiro as lutuosas scenas das garrafadas nas noites de 13 e 14 de março no Rio de Janeiro, pedia conselho sobre a situação, e assegurava da sua parte e da de seus illustres irmãos que todos de bom grado sacrificarião vida e fortuna pela liberdade.

No dia 3 de abril eu fazia uma proclamação aos serranos, chamando-os ás armas, para deitar por terra a tyrannia.

No dia 6 mais de 500 pessoas, inclusive todas as autoridades populares, se reunirão no paço da camara municipal e subscrevêrão os seguintes artigos, que vou transcrever do n. 32 da *Sentinella do Serro*, publicado a 9 de abril do mesmo anno, e, portanto dous dias apenas depois da revolução de 7 de abril no Rio de Janeiro. Fizemos no Serro no dia 6 o mesmo que os bahianos havião feito no dia 4. Esta simultaneidade prova que moralmente a revolução já estava consummada por todo o Brasil, em razão dos desacertos do governo.

Era presidente dos confederados o fallecido Sr. João Innocencio de Azeredo Coitinho. Eu era o secretario.

Formou-se no acto da reunião uma caixa militar com 11:000$. Antecedentemente se havia comprado todo o chumbo, polvora, salitre e armamento que havia no commercio da

villa do Principe, como tudo consta do citado n. 32 da *Sentinella do Serro*.

São estes os artigos do compromisso jurado publicamente e com a maior solemnidade no dia 6 de abril de 1831:

«Os cidadãos abaixo assignados, querendo evitar a anarchia que ameaça todo o Brasil por causa das desordens que teem tido logar no Rio de Janeiro, se obrigão aos seguintes artigos, e cada um de per si consente em ser tratado como traidor e inimigo quando se não preste, pela maneira abaixo declarada, para a defesa da patria e da liberdade.

«Art. 1.º Pois que pelo codigo criminal se impõe aos brasileiros a obrigação de resistir ás ordens illegaes, e, visto que os absolutistas podem lançar mão de prisões arbitrarias para neutralisar os esforços aos liberaes, compromettem-se a repellir os abaixo assignados, força pela força, e a tirar da prisão qualquer cidadão que não esteja legalmente preso. Para este effeito logo que algum dos associados souber que está preso algum cidadão convidará a quantos encontrar, e, dirigindo-se ao logar da prisão, examinará se ha ordem para ella, e havendo-a, se é legal, e, logo que o não seja, tirar-se-ha o preso á força d'armas.

«Art. 2.º Logo que cheguem noticias que continuão as desordens no Rio de Janeiro os cidadãos abaixo assignados se reunirão neste mesmo logar para concorrerem com as quantias precisas para uma caixa militar, que servirá para sustentar os guardas nacionaes de fóra, que devem ser chamados, e para pagar soldo aos que tiverem de marchar contra os absolutistas e a favor dos patriotas.

«Art. 3.º Todos os associados assentaráõ praça na guarda nacional logo que a camara municipal a estabeleça, e promoveráõ a união entre os guardas nacionaes, e o enthusiasmo pela causa da liberdade, por todas as maneiras que estiverem ao seu alcance.

«Art. 4.º Se antes de chegarem noticias do Rio de Janeiro houver certeza que das Divisões, de Minas-Novas, ou de outra qualquer parte, marchão tropas para o Serro, ou que no Ouro-Preto rebentou tambem a láva revolucionaria, reunir-se-hão immediatamente todos os associados, aqui ou em outro logar, promoverão a reunião da camara municipal

o mais breve possivel, convocarão todos os cidadãos para concorrerem ao largo da Cavalhada e ahi se alistarem em differentes companhias, as quaes se organisarão em batalhões, na fórma da representação do conselho, afim de operar em defesa da patria e da liberdade.

«Art. 5.º Se a segurança individual e as garantias constitucionaes forem atacadas aqui com estrondo e escandalo, ou quando cheguem as noticias em que fallão os artigos antecedentes logo depois da reunião, e, se esta não for possivel, antes della, e logo que cheguem as noticias, se mandará tocar a rebate em todas as igrejas da villa, afim de se reunir o povo em defesa da patria.»

. . . . . .

Quando os cidadãos juravão electrisados os artigos acima foi o enthusiasmo levado ao delirio com a leitura do seguinte officio de algumas das principaes senhoras do paiz, que offerecião suas joias, seus serviços e uma quota para a caixa militar. A primeira assignatura é de uma das matronas mais veneraveis que tenho conhecido, já pelas suas virtudes domesticas e exemplar caridade, já pela sua elevada intelligencia e rectidão de espirito. Fallo da Exma. Sra. D. Maria Salomé Perpetua de Queiroga, mãi do Exm. Sr. Dr. Bernardino José de Queiroga, tronco illustre de uma illustre e estimavel descendencia.

Eis o officio:

«Senhores. — As abaixo assignadas, convencidas da utilidade que seguramente deve resultar da reunião patriotica de seus concidadãos em prol da liberdade, e tendo noticia das prestações voluntarias que os mesmos teem feito de suas pessoas e vidas, e de seus bens, lamentando a fraqueza do seu sexo, que as impede de empunhar as armas para a defesa commum, vêm offerecer espontaneamente para a caixa militar suas joias, seus serviços, quando sejão necessarios.

«Além das offertas acima declaradas, onze das abaixo assignadas offerecem mais para a mesma caixa 850$.

«Villa do Principe, 6 de abril de 1831.

«Maria Salomé Perpetua de Queiroga. . . . . 100$000
«Theodora L. de Azeredo Coutinho. . . . . 100$000

« Bernardina Flora de Queiroz. . . . . 100$000
« Anna Ermelinda de Queiroga. . . . . 100$000
« Marcelianna Emilia de Magalhães . . . . . 100$000
« Eufrosina Perpetua de Queiroz. . . . . 100$000
« Carlota Joaquina da Fonseca. . . . . 100$000
« Francisca Dorothéa de Padilha. . . . . 100$000
« Anna Bonifacia de Lima. . . . . 50$000
« Maria Nazareth de Queiroz.
« Maria Salomé de Queiroz.
« Maria de Nazareth de Queiroz.
« Maria Salomé Azeredo Coutinho.
« Maria Flora de Castro Lessa.
« Policena Alexandrina da Fonseca.
« Firmiana Henriqueta da Fonseca.
« Maria Carlota da Fonseca.
« Maria Nazareth de Lima.
« Eufrasia Augusta de Lima. »

Do dia 4 até o dia 22 de abril foi o Serro uma praça d'armas, de cuja revolta aberta contra o governo geral eu assumi com prazer a principal responsabilidade.

Na noite de 22, de 10 para 11 horas, um expresso que meu pai, o Sr. Jorge Benedicto Ottoni, me expedira do Ouro-Preto, trouxe-nos a noticia da revolução de 7 de abril e da abdicação do imperador.

Instantaneamente a cidade illuminou-se, bandas de musica acompanhavão a guarda civica e a população em massa, que até ao romper do dia percorrerão as ruas, cantando hymnos patrioticos, entre vivas á liberdade, á revolução de 7 de abril, ao redactor da *Sentinella do Serro*, etc., etc.

Nessa noite, sem a generosa e energica intervenção do redactor da *Sentinella do Serro*, os primeiros impetos do povo triumphante terião sido fataes a alguns poucos desafectos á nova ordem de cousas e mesmo a pessoas inoffensivas.

Entre os hymnos e os vivas repetia-se com furor o grito de guerra dos dias antecedentes: — Abaixo o tyranno! — Morrão os portuguezes! — Morra o Japiassú! como designavão o ouvidor da comarca, desembargador Antonio José Vicente da Fonseca, magistrado severo, e que por effeito de

suas convicções havia desapprovado o nosso movimento revolucionario.

A exacerbação dos espiritos prognosticava scenas horrorosas; mas minha influencia, graças a Deus! era immensa. A' porta do ouvidor, depois de uma scena tumultuosa, pude conseguir silencio e attenção. Arenguei o povo, prégando e exigindo moderação e generosidade, e pedindo que os — morras — sómente écoassem contra o tyranno, e que não manchassemos com excessos criminosos a bella victoria que nossos irmãos fluminenses acabavão de ganhar.

Minha palavra tinha autoridade, e coube-me a gloria de salvar um magistrado honrado e os portuguezes que residião na povoação, alguns dos quaes até fraternisavão com as nossas idéas. Não faltão ainda hoje na cidade do Serro testemunhas do facto.

Revolucionario da vespera, o redactor da *Sentinella do Serro* era o ordeiro typo no dia do triumpho.

Não significa este procedimento que eu houvesse de approvar a direcção que os moderados ião dar á revolução.

O 7 de abril foi um verdadeiro *journée des dupes*. Projectado por homens de idéas liberaes muito avançadas, jurado sobre o sangue dos Canecas e dos Ratecliffs, o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra.

Secretario do club dos Amigos Unidos, iniciado em outras sociedades secretas, que nos ultimos dous annos espreitavão sómente a occasião de dar com segurança o grande golpe, eu vi com pezar apoderarem-se os moderados do leme da revolução, elles que só na ultima hora tinhão appellado comnosco para o juizo de Deus!

O redactor da *Sentinella do Serro* acreditava, como o sabio Carnot, que a liberdade não é um devaneio, e menos que fosse mostrada ao homem só para que este se lastimasse de não poder goza-la.

O redactor da *Sentinella do Serro* não podia admittir que fosse mera illusão esse bem tão universalmente preferido a todos os bens, e sem o qual não tem a posse dos outros a menor valia.

Ao redactor da *Sentinella do Serro* dizia o coração que a liberdade é possivel, que o seu regimen é facil e mais estavel que o dos governos arbitrarios de qualquer denominação.

Mas ainda na agitação e devaneio da luta o redactor da *Sentinella do Serro* nunca sonhou senão democracia pacifica, a democracia da classe média, a democracia da gravata lavada, a democracia que com o mesmo asco repelle o despotismo das turbas ou a tyrannia de um só.

Ao passo que censurava os chefes do partido liberal moderado, porque desvirtuavão a revolução, de que se havião apoderado, a *Sentinella do Serro* com mais energia stygmatisava os excessos anarchicos applaudidos pelas folhas democraticas da côrte.

Dahi nasceu que a *Sentinella do Serro* mais de uma vez foi invocada como autoridade contra os desordeiros, transcripta na *Aurora* por Evaristo e no *Independente* pelo Sr. Joaquim José Rodrigues Torres, hoje visconde de Itaborahy.

Parece-me ainda hoje que eu era logico dentro do circulo das minhas convicções. Censurava, é verdade, alguns impetos do nosso Cavaignac de sotaina; mas era sómente em communhão com o Sr. Diogo Antonio Feijó e com as notabilidades parlamentares do ultimo quatriennio que eu admittia a possibilidade de obter-se uma reforma mais liberal em a nossa constituição.

A ordem de idéas que depois de 14 de julho predominou no governo de 7 de abril não me agradava por certo. E se a democracia creasse então uma opposição regular, eu me não chegaria provavelmente para os moderados. Porém a opposição começou a revolver na côrte e na Bahia os mais perigosos instinctos da nossa sociedade, chamou em seu apoio a espada de soldados indisciplinados, quando se tratava da solução das mais graves questões constitucionaes.

Orgão e defensor da democracia pacifica, o redactor da *Sentinella do Serro* em tal contingencia preferiu acostar-se ao principio monarchico, comtanto que a monarchia fizesse por meio de reformas legaes na constituição largas concessões ao principio democratico.

Ahi vai o programma e exposição de motivos que o redactor da *Sentinella do Serro* offereceu á consideração dos leitores no seu n. 43 de 25 de junho de 1831. Note-se bem que é o democrata pacifico que logo depois de 7 de abril propõe aos monarchistas liberaes a transacção de principios, mediante a qual se devem fundir as duas nuanças do partido liberal.

ARTIGO DA SENTINELLA DO SERRO

« Trezentos annos de escravidão não podem bem preparar um povo para entrar no gozo da mais perfeita liberdade. Um povo educado sob o despotismo, sem idéas algumas sobre a organisação do corpo social, de mais imbuido pelos seus tyrannos em principios erroneos, fautores do despotismo, precisa de optimos guias para se não desvairar e perder nas ignoradas veredas que devem conduzi-lo ao templo da divina liberdade. Máos guias, podem leva-lo aos horrores da anarchia, ou entrega-lo de novo ás garras do poder absoluto. Estes os dous medonhos cachopos que ameaçárão a náo do estado desde os primeiros ensaios que fizemos para a nossa regeneração politica. Ora a anarchia, ora o despotismo, parecia tragar-nos, apezar da nobre resistencia de alguns espiritos generosos; mas em 1824 definitivamente suppoz-se não haver mais antidoto contra o despotismo. Esta terrivel supposição e a fadiga produzida por uma luta infructuosa germinárão a apathica indifferença politica, que como epidemicamente grassou em todo o Brasil nos annos de 1825 e 1826 e mesmo em 1827.

« A causa da razão e da patria estava desesperada; o despotismo parecia infallivel, e a ignorancia persuadia a não poucos brasileiros que por não estarem em contacto directo com o governo podião esperar socego no cahos do absolutismo. As phalanges da tyrannia sensivelmente engrossavão; mas de outro lado os deputados, affoitando-se a defender na tribuna nacional os direitos inauferiveis do povo soberano, tinhão dado calor á imprensa para debellar a tyrannia. Desde então começou o rebate contra os traidores que nos opprimião; os clarins da liberdade conseguirão muito, acordárão o povo do lethargo, manifestárão-lhe as traições do

poder e a necessidade de abate-lo, fizerão-lhe apreciar as doçuras da liberdade, e assim o obrigárão a correr ás armas e lançar por terra o tyranno. Este resultado maravilhoso e quasi inesperado é devido á espantosa revolução que operou no espirito nacional a imprensa livre! Ha cinco annos (fallamos pelo que vimos na nossa provincia) erão apontados como temerarios e loucos os cidadãos que tinhão coragem para advogar a causa da liberdade, ou mesmo defender essa constituição illusoria com que o despota nos quiz embalar.

«O — que me importa? — politico estava generalisado; a maior parte dos cidadãos fugia a todos os actos publicos. Hoje os cidadãos teem conhecido que a sua felicidade ou desgraça depende essencialmente do andamento do corpo politico; que todos os sacrificios se devem fazer para evitar os horrores do despotismo; já ninguem ousa negar a soberania da nação, e o consequente direito que tem qualquer povo para alterar e modificar sua constituição; que ninguem póde ser punido senão em virtude das leis; em uma palavra, conhecemos nossos direitos e estamos na firme resolução de sustenta-los. Mas porventura está na mesma linha de perfeição o conhecimento de nossos deveres? O amor da verdade nos obriga a dizer que não.

«E nem a educação que tivemos nos habilitou para estarmos hoje ao nivel dos americanos do norte.

«Faltão-nos a instrucção e moralidade politica, que tanto distinguem estes nossos conterraneos. Mas desenganemo-nos; se tivermos juizo, baqueou para sempre o despotismo, qualquer tentativa de seus satellites servirá sómente para cobri-los (se é possivel) de maior opprobrio: é preciso, porém, reconhecermos que nas actuaes circumstancias a propria utilidade nos recommenda muita prudencia, circumspecção e inteira confiança na representação nacional, ou, para melhor dizer, na camara dos deputados, emquanto ella marchar, como até agora, dentro da orbita que lhe traçou a lei fundamental. A camara dos deputados é actualmente o unico centro de reunião que póde conservar ligadas as provincias, prestes a desgarrar-se; a camara dos deputados é o unico poder a quem não falta ainda o apoio da opinião publica, e por isso o unico capaz de oppôr diques á impetuosa torrente da anarchia,

fomentada por alguns ambiciosos, que querem ser melhor aquinhoados, e pelos absolutistas, que pretendem, anarchisando o Brasil, fazer ver ao mundo que não somos dignos da liberdade que conquistámos. A *Sentinella do Serro* nunca pertenceu ao partido das meias medidas; pelo contrario, emquanto existiu o tyranno appellou constantemente para os golpes nacionaes, consagrou em suas paginas o sagrado direito da insurreição; mas hoje, caros patricios, o despotismo cahiu, e, se nos afastamos da orbita da lei, nos arriscamos a perder o muito que temos ganho pelo pouco que nos resta a ganhar, e que o tempo póde trazer serenamente.

« E', pois, mister sacrificarmos alguma cousa de nossas opiniões; isto protesta fazer o redactor da *Sentinella do Serro*.

« Por exemplo, somos de opinião que, se aos dous candidatos da *Nova Luz*, os Srs. Braulio e Manoel de Carvalho Paes de Andrade, se juntasse o Sr. Vergueiro, teriamos uma optima regencia: mas, se a assembléa em sua sabedoria ou mesmo em sua moderação nos der outros quaesquer regentes (que comtudo não serão por certo Clementes Pereiras) nem por isso declararemos guerra á representação nacional, nem a essa regencia. Somos de opinião que se deve lentamente republicanisar *a constituição do Brasil, cerceando as fataes attribuições do poder moderador, organisando em assembléas provinciaes os conselhos geraes de provincia, abolindo a vitaliciedade do senado, e isto desde já*. Mas se, contra a nossa humilde opinião, a camara dos deputados se conservar estacionaria, nem por isso appellaremos para golpes da nação; mas, pelo contrario, continuaremos a reprovar altamente todos os meios violentos, que podem levar-nos á anarchia e depois ao despotismo militar, que opprime a quasi todas as chamadas republicas da America ex-hespanhola. Ainda assim, pois, recommendaremos obediencia aos decretos legaes da assembléa geral; esperaremos pela proxima legislatura, e, fazendo ver aos nossos patricios a necessidade de attenuar legalmente o demasiado vigor que a constituição dá ao sempre funesto elemento monarchico, apontaremos pelo nome os deputados amigos das reformas constitucionaes, para serem reeleitos, e os deputados estacionarios ou retrogrados, não

para os insultar, mas para que o povo os exclua da representação nacional.

«Estamos intimamente convencidos de que só assim poderemos marchar em segurança para o estado de perfeição e felicidade a que se elevou a patria dos Washington, dos Jefferson e dos Franklin. Estamos intimamente persuadidos de que, se Washington, Franklin e todos os outros patriarchas da liberdade americana tivessem nas actuaes circumstancias o leme dos negocios do Brasil, elles nos encaminharião assim.

«Podemos errar, mas é esta a nossa convicção; e, como escriptor liberal não queremos deixar de emittir o nosso voto em negocio de tanta ponderação.

«Quando nos chegou a noticia da abdicação do ex-imperador suppuzemos que a revolução iria mais avante, ficando todavia terminada antes que o brioso povo fluminense depuzesse as armas, e sahisse do campo da honra; felizmente, porém, o resentimento deixou logar á reflexão, e a revolução de 7 de abril tomou a direcção mais favoravel á liberdade americana. Nós a desfrutaremos, e legaremos a nossos filhos e netos essa venturosa liberdade, sem que para isso sejão precisas mais bernardas e rusgas; pelos meios legaes podemos tudo conseguir, e sahindo do circulo da constituição tudo perder.

«Alguem perguntará que cousa póde ter motivado este longo sermão?

«Ao que responderemos: «O Rio de Janeiro não está «em socego: pessoas respeitaveis nos escrevem, narrando «que os homens do cacete continuão em suas correrias; que «vai desapparecendo da côrte a segurança individual, cuja «conservação deve ser o objecto principal de todo o bom «governo; que os assassinios se teem multiplicado; e final-«mente que os ambiciosos, procurando justificar-se com a «nimia moderação (no que aliás alguma razão teem) da «camara dos deputados e regencia, que ainda não deitárão «para fóra do Brasil os guerreiros de fundo de garrafa, «querem tudo baralhar para, no meio da confusão geral, em-«polgarem o mundo».

« Todavia nós esperamos que o bom e honrado povo fluminense não deixará murchar os louros que ha colhido nos para sempre memoraveis dias de abril, os bravos do campo da honra servirão de guarda á assembléa geral, e não permittirão que alguem ouse querer dar lei á representação nacional. »

O artigo que acabo de reimprimir palavra por palavra, 29 annos depois de sua primeira publicação, não precisa de commentarios.

Em tempo de lutas eleitoraes os meus adversarios teem por vezes transcripto, truncadas, para melhor me guerrearem, algumas dessas palavras que escrevi no verdor dos annos e que, longe de renegar, ainda hoje repito com orgulho, considerando-as um dos brasões da minha fidalguia politica.

Ahi podem os Srs. eleitores ver o symbolo da fé, a cujo serviço, combatendo na imprensa e na tribuna, tenho consagrado toda a minha vida.

Quaes forão as reformas que o joven redactor da *Sentinella do Serro* exigiu em 25 de junho de 1831 que se fizessem na constituição (declarando que só as queria pelos meios legaes) como condição do seu apoio ao governo de 7 de abril?

Leião os Srs. eleitores o artigo mencionado, e verão que tres erão as modificações que eu propunha que se fizessem na constituição:

1.ª *Que os conselhos geraes de provincia fossem convertidos em assembléas provinciaes.*

2.ª *Que fossem cerceadas as attribuições, que chamei fataes, do poder moderador.*

3.ª *Que fosse abolida a vitaliciedade do senado.*

Poucos mezes depois o programma da *Sentinella do Serro* tinha sancção legal no projecto de lei approvado na camara dos Srs. deputados, no qual se ordenava aos eleitores da seguinte legislatura que dessem poderes á futura camara para reformar-se a constituição, admittidas as tres bases mencionadas.

E' sabido que no fim do anno de 1831 os homens do velho regimen havião tornado a si do atordoamento que lhes causára a inesperada e mal aproveitada revolução de 7 de

abril. Só o governo parecia não se aperceber deste movimento retrogrado, e persistia em só reconhecer perigos nas aspirações do partido liberal mais adiantado.

O senado se mostrava sobranceiro ás novas idéas, e os conservadores preparavão-se evidentemente para uma leva de broqueis.

Derribar com o governo a regencia em nome do Sr. D. Pedro II e substitui-la por outra em nome do Sr. D. Pedro I, tal era o progamma retrogrado, qual o futuro o patenteou.

As circumstancias erão difficeis. A revolução ia para a rua em nome dos conservadores.

Não póde admirar, portanto, que os liberaes recorressem ao direito natural da propria defesa.

Era o tempo das sociedades patrioticas de todas as nuanças. No Rio os conservadores conspiravão na sociedade Militar, e mesmo em um dos grandes orientes maçonicos convertido em alavanca politica. A sociedade Defensora era com as suas filiaes o instrumento de Evaristo e o *espirito-santo* do governo. A sociedade Federal, de que era presidente o Sr. Frei Custodio Alves Serrão, symbolisava o progresso pacifico.

Nas provicias via-se por toda a parte o reflexo da côrte.

A questão que mais excitava e animava as diversas tribunas politicas era o projecto de reforma da constituição, que acabei de mencionar, e que havia passado na camara dos deputados.

Era voz geral que havia infallivelmente de naufragar no senado.

Foi sob estas impressões que eu installei na cidade do Serro, então villa do Principe, uma associação politica com o titulo de sociedade Promotora do Bem Publico, que a *Aurora Fluminense* denominava a *Encyclica Promotora*.

A reforma da constituição como a tinha decretado a camara dos deputados era uma conquista de que o partido liberal já não podia prescindir, e que negada acarretaria funestos resultados á ordem publica.

A sociedade Protectora do Bem Publico, por propria inspiração, sem a menor insinuação estranha ao Serró-Frio, havia-se apresentado a peito descoberto, propondo um golpe

de estado eleitoral que salvasse o projecto de reformas approvado na camara dos deputados.

Da sociedade Promotora dá ampla noticia a *Sentinella do Serro* no seu numero 74 de 4 de fevereiro de 1832, no artigo que passo a transcrever textualmente e em outros:

ARTIGO DA « SENTINELLA DO SERRO »

« No dia 2 houve sessão da sociedade Promotora do Bem Publico, e por indicação de um dos socios (*) deliberou-se convidar as outras sociedades patrioticas e do imperio, bem como as municipalidades para que, não tendo pessado no senado o projecto da reforma constitucional ou havendo sido regeitado até o dia da convocação da assembléa, hajão de influir nos circulos eleitoraes do seu districto, para que os eleitores deem poderes constituintes aos futuros deputados para reformarem a constituição, como tudo se vê do officio circular que passamos a transcrever:

« A mesa que dirige interinamente os trabalhos da so-
« ciedade Promotora do Bem Publico, estabelecida na villa
« do Principe, comarca do Serro-Frio, leva ao conhecimento
« da sociedade Patriotica, estabelecida em Pouso-Alegre, que
« o Serro conta já em si uma associação semelhante áquellas
« de que tantos beneficios teem colhido muitos municipios.

« A sociedade Promotora do Bem Publico, anhelando
« com todos os bons cidadãos a prosperidade e gloria da patria,
« não podia deixar de lançar os olhos sobre a questão das
« reformas constitucionaes, que actualmente occupa, não só
« os amigos, como os adversarios da felicidade publica, os
« primeiros trabalhando por afastar os estorvos que inutilisão
« as mais bellas garantias que a constituição offerece e por
« extinguir as instituições européas, que se pretendem enraizar
« entre nós; os segundos, ora procurando evitar ou retardar
« estas indispensaveis reformas, ora querendo precipita-las
« em demasia, occasionando desordens que sirvão a seus fins.
« A sociedade tem meditado, não só sobre os elementos que
« se oppoem á reforma, como sobre os meios de os destruir:
« em resultado tem concluido existir no senado o primeiro

(*) T. B. Ottoni.

« escolho que devemos evitar, se queremos chegar ao porto « da liberdade, de que ha tanto tempo nos afastão pilotos impe- « ritos ou mal intencionados. Este corpo collectivo, esque- « cendo-se do cumprimento de seus mais sagrados deveres, « ou antes sendo consequente com a sua pessima organisação « e influencia que na sua eleição exercitou o despotismo, « esmera-se continuamente em excogitar tropeços ao anda- « mento das instituições que possuimos e ao estabelecimento « daquellas de que necessitamos. A' vista disto, julga a so- « ciedade Promotora do Bem Publico que os brasileiros devem « prevenir o caso de que o senado não annúa ao projecto das « reformas approvado na camara dos deputados; parecendo- « lhe mais que neste caso seria contradicção admittir os votos « dos actuaes senadores para as reformas que se houverem « de fazer; e, firmada nestas razões, deliberou convidar a « todas as municipalidades e sociedades patrioticas, não só « desta como das outras provincias para que, no caso de que « até o dia da convocação da futura assembléa legislativa « não tenha ainda passado ou tenha sido regeitado no senado « o projecto das reformas constitucionaes, se esforcem de « commum accordo para que nos respectivos circulos elei- « toraes se deem poderes constituintes aos futuros deputados « para reformarem a constituição, na fórma do projecto « approvado na camara dos deputados, fazendo-se a reforma « independentemente do senado, reunindo-se os futuros eleitos « o mais breve que possa ser, declarando terminada a legis- « latura actual com o senado, fazendo os deputados eleitos « as funcções de assembléa legislativa em tudo o mais; não « passando os seus poderes constituintes além do projecto « de reforma da camara dos deputados, actual, e continuando « depois as funcções que segundo a constituição reformada « competirem á camara dos deputados.

« A sociedade Promotora do Bem Publico espera que « a sua proposição será attendida pelos cidadãos que compoem « as associações a quem se dirige, e de cujas luzes, energia « e patriotismo depende a felicidade futura da nossa patria.

« Sala das sessões da sociedade, 2 de fevereiro de 1832. « — *Joaquim Pereira de Queiroz,* presidente. — *Bento José* « *Affonso,* secretario. — *João Innocencio de Azeredo Cou-*

« *tinho,* secretario. — *Joaquim José de Araujo Fonseca,* se-
« cretario. — *Theophilo Benedicto Ottoni,* secretario. »

Tão arrojada iniciativa da sociedade Promotora do Bem Publico devia causar grande abalo no paiz. Os moderados, que estavão no governo, não podião dar de subito a sua adhesão á ousada medida, planejada em uma villa do interior sem o seu beneplacito.

Demais, na occasião a regencia e o ministerio ainda se achavão na esperança de que os homens do velho regimen, — os homens que se dizião partidistas e enthusiastas do pai, — não serião contradictorios a ponto de quererem derribar por meios violentos o governo do filho.

Assim, os moderados suppunhão ter sómente inimigos do lado liberal um pouco mais avançado.

Por isso guerreárão quanto puderão a representação *encyclica,* o jornal que a sustentava e os homens que a apoiavão.

A representação foi fulminada pela imprensa do poder, que imaginava a patria em perigo e a anarchia levantando o collo, se desse ouvidos ao convite condicional da sociedade Promotora do Bem Publico.

A perseguição politica dos constituintes do Serro-Frio tomou vastas proporções.

A *Sentinella do Serro* cedeu, menos prudentemente, ás provocações das gazetas moderadas: foi processada, e viu-se na necessidade de suspender a sua publicação.

Mas tão desculpaveis erão os excessos a que a polemica levou a *Sentinella do Serro* que a folha achou apoio no juizo dos seus pares. Submettida a accusação ao jury especial da liberdade de imprensa, na fórma da lei então em vigor, o jury não achou materia para accusação.

Não obstante, os membros influentes da sociedade Promotora do Bem Publico não tiverão outro recurso senão o de deixar o campo aos seus adversarios, ceder-lhes a typographia e retirar-se completamente da scena.

III

Sedições conservadoras — Fusão dos liberaes. — O meu programma convertido em lei constitucional

Homem impossivel para o partido conservador, repudiado pelos moderados, que me perseguião, e sentindo a mais pronunciada repugnancia pelos anarchistas, democrata pacifico, recolhi-me a quarteis de inverno e passei a viver retirado, na mais perfeita abstenção.

No entanto a reacção imprudente dos moderados contra os reformistas animou por tal maneira os retrogrados que um mez depois do encerramento da sociedade Promotora do Bem Publico tinhão elles empunhado as armas no Rio de Janeiro contra o governo.

E o dia 17 de abril de 1832, a não ser a repugnancia que tiverão os liberaes exaltados de entrar em alliança com os retrogrados, seria o ultimo dia da regencia e do governo de 7 de abril. São factos que a historia explicará sem duvida.

Abandonados com a maior ingratidão pelos retrogrados, que até a vida lhes devião, os moderados novamente procurárão congraçar-se com os liberaes exaltados.

E, para captar o concurso delles, appellárão, por uma dessas contradicções usuaes na vida dos partidos, para o mesmo recurso que havião condemnado quando proposto pela sociedade Promotora do Bem publico e que havia dado em resultado o meu ostracismo.

Projectárão esmagar o senado e reformar a constituição de autoridade propria. Foi o golpe de estado parlamentar tratado entre regentes, ministros e maioria na noite de 29, e que a 30 de julho de 1832 frustrou-se pela habilidade e valor estrategico de um pequeno grupo de deputados, capitaneado pelo Sr. Honorio Hermeto Carneiro Leão, que nesse dia não acompanhou os seus amigos da vespera.

O parecer da commissão, que opinava para se arvorar a camara dos deputados em assembléa constituinte, e que foi rejeitado, é o seguinte:

« A commissão especial encarregada de dar o seu parecer a respeito da mensagem da regencia do imperio, em que dá a sua demissão do alto emprego para que fôra nomeada, passa a expôr a sua opinião acerca deste objecto.

« Ninguem de boa fé póde duvidar que as circumstancias em que nos achamos são extraordinarias, que a nação se acha á borda de um abismo, pelas divisões que infelizmente teem retalhado o nosso paiz, e principalmente pela existencia de um partido retrogrado, que, não contente com prégar abertamente pela imprensa a restauração do detestado governo de D. Pedro I, tem levado a audacia a ponto de empunhar as armas contra as autoridades legalmente constituidas, não duvidando derramar o sangue daquelles que não partilhão seus indignos sentimentos. E' igualmente manifesto que o governo não póde lutar com vantagem contra tal partido com os meios que tem á sua disposição, principalmente quando a maioria do senado e parte da magistratura pela sua conducta teem mostrado protege-lo abertamente; donde resultou, não só a demissão de todo o ministerio, que merecia a confiança da regencia e da nação, mas tambem a impossibilidade de organisar outro, porque os cidadãos mais illustrados e reconhecidos patriotas recusão collocar-se em tão difficil e arriscado posto.

« Vendo, pois, a commissão que das causas acima expendidas não podem deixar de resultar os maiores males; vendo imminente a guerra civil e a anarchia; e antolhando com horror as revoluções parciaes e desregradas que de certo hão de apparecer nas provincias, e de que podem resultar a desmembração e a ruina do imperio: julga que só as mais energicas medidas podem salvar a nação e o throno constitucional do Sr. D. Pedro II. E, como estas não cabem nas nossas attribuições, nem tão pouco aceitar a demissão da regencia permanente, é de parecer que esta augusta camara se converta em assembléa nacional, para então tomar as resoluções que requer a crise actual, e que isto mesmo se participe ao senado.

« Paço da camara dos deputados, em 30 de julho de 1832. — *Francisco de Paula Araujo e Almeida.* — *Gervasio Pires Ferreira.* — *Manoel Odorico Mendes.* — *Gabriel Mendes dos Santos.* — *Candido Baptista de Oliveira.* »

E' sabido que a nova constituição, em que se abolia o senado vitalicio e se tomavão outras medidas de igual importancia, estava redigida e ia ser votada por acclamação logo que a camara se convertesse em assembléa nacional.

A sociedade Promotora do Bem Publico estava justificada ! Triumphava logo depois de proscripta. Os moderados, cinco mezes depois de haverem condemnado a sociedade Promotora e a *Sentinella do Serro,* se apresentavão em campo com a mesma bandeira, proclamando os mesmos principios, visando ao mesmo fim.

Não podia haver melhor justificação para os constituintes do Serro-Frio.

Nós propunhamos simplesmente que, no caso de não passar no senado a lei da reforma constitucional, os eleitores fossem convidados a dar de autoridade propria poderes aos novos deputados para fazerem a reforma qual a tinha approvado a camara dos deputados. Appellavamos do senado para a soberania nacional.

Os moderados em 30 de julho querião ir além; — arvoravão-se, sem missão, em assembléa constituinte, e decretavão uma nova constituição.

O mallogro do 30 de julho deu em resultado o ministerio dos 40 dias, em que figuravão os Srs. Hollanda Cavalcanti, hoje visconde de Albuquerque, e Pedro de Araujo Lima, hoje marquez de Olinda.

O ministerio dos 40 dias deu alento ao partido conservador, que então mais do que nunca sonhava a restauração do Sr. D. Pedro I.

Aos estadistas do segundo reinado não podia sorrir tal idéa. Se o duque de Bragança voltasse ao Brasil o pessoal dos altos funccionarios estava de antemão designado, e devia naturalmente compor-se dos que tinhão ficado fieis ao ex-imperador no tempo da sua desgraça.

Mas um grupo bem conhecido, que se havia apoderado da situação em 7 de abril, e que a explorava em proveito

do seu dominio, temia que, dada uma tal eventualidade, os seus talentos não fossem devidamente aproveitados, e elles tivessem de voltar ao ingrato papel de opposicionistas, como tinhão sido de 1826 a 1831.

Ainda não tinha chegado o tempo de deporem a mascara e fundirem-se no partido conservador, acclamando-se seus exclusivos chefes e directores.

Por isso cahiu o ministerio dos 40 dias, e o partido moderado novamente se assenhoreou da situação, e tomou a bandeira da reforma constitucional.

Para obte-la fazião pressão sobre os conservadores mais timidos, encarecendo os perigos que corria a monarchia se o senado não condescendesse com a reforma constitucional. Para chegar a seus fins, mesmo nos debates, que podem ser estudados nos jornaes do tempo, desenhavão com as côres mais medonhas a *encyclica* Promotora, de que eu fôra secretario, bem como a muito fallada republica de S. Felix na Bahia, onde pela primeira vez entrou em scena o fallecido deputado por aquella provincia Aprigio José de Souza.

Os conservadores, que se ião reconhecendo e reforçando, á medida que D. Pedro se approximava do fim da nobre tarefa de que se encarregára em Portugal, não podião olhar para os livreiros e chapéos redondos, que governavão, senão como rebeldes que havião conspirado contra a monarchia, e usurpadores que se collocavão no logar do monarcha.

Ao passo que os retrogrados se afastavão dos moderados chegavão-se elles para os exaltados.

Por outro lado, o facto de mallograr-se o 30 de julho exagerava aos olhos do partido retrogrado suas forças e a fraqueza do governo.

Deliberárão, portanto, fazer uma nova leva de broqueis, e apparecêrão em armas no Ouro-Preto no dia 22 de março de 1833, depondo violentamente o presidente, o Sr. Manoel Ignacio de Mello e Souza (depois barão do Pontal), e o vice-presidente, o Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos, que prendêrão, bem como o deputado (depois senador) o Sr. conego José Bento Leite Ferreira de Mello, e os obrigárão a sahir do Ouro-Preto acompanhados por uma escolta de soldados, com ordem de deixarem a provincia.

Foi uma sedição militar sem a mais fraca raiz na população. Minas póde gloriar-se dos prodigios civicos que então praticou.

O povo de Queluz libertou o vice-presidente Vasconcellos, que foi installar o governo em S. João d'El-Rei, e, com o profundo tino que o distinguia, reuniu em torno de si a provincia inteira.

O governo nos mandou do Rio de Janeiro um general, o distincto e benemerito Sr. José Maria Pinto Peixoto.

O Sr. general Pinto Peixoto, que já em 1821 fôra o principal motor do estabelecimento do governo provisorio, que assignalou em Minas a época da regeneração, veiu em 1833 ganhar novos louros e conquistar a immorredoura gratidão dos mineiros.

Tratava-se de combater o principio retragrado, e por isso eu não podia ficar neutral. A' voz do grande cidadão, que havia assumido em S. João d'El-Rei a vice-presidencia, fiz-me o centro do movimento no Serro e marchei commandando uma companhia da guarda nacional da força expedicionaria, que dalli foi ao Caethé, e que não custou um vintem de despeza ao thesouro publico.

Os serranos não tiverão que bater-se, porque durante a sua marcha os sediciosos se havião rendido ás forças da legalidade.

Voltámos, pois, á cara patria, contentes por não termos molhado as espadas no sangue de nossos irmãos. Traziamos tambem a consciencia satisfeita, não só por termos cumprido o dever que nos chamou ás armas, como porque haviamos deixado honrada por onde passámos a severa disciplina, em que caprichava o nosso chefe, o Sr. coronel Faustino Francisco Branco, e a generosidade e cavalheirismo da briosa guarda nacional serrana. Em prova citarei um facto. Estavão compromettidos na sedição os meus amigos, os Srs. Dr. Jacintho Rodrigues Pereira Reis, coronel José de Sá Bittencourt, e seus illustres irmãos, os quaes, na certeza, que não foi illudida, de que no acampamento dos serranos livres serião tratados cavalheiramente, caminhárão muitas leguas ao nosso encontro, para nos honrarem entregando-nos de preferencia as suas espadas.

Terminada a expedição, voltei ao meu retiro, onde fui esperar tranquillamente o resultado da reunião da camara constituinte que tinha de reformar a constituição.

A sedição militar do Ouro-Preto apparecêra depois de terem sido feitas as eleições para a camara constituinte. E não tinha havido logar na deputação de Minas para o redactor da *Sentinella do Serro*, que havia sido na provincia o primeiro arauto da reforma!

Mas de ninguem podia eu dizer que me houvesse atraiçoado, porque nesse anno não troquei palavra acerca de eleições com potestade alguma.

O meu nome foi arredado das urnas sob o falso pretexto de falta de idade legal, e pelo motivo real de não ser eu maleavel á vontade dos chefes: fiquei entre os supplentes.

Nem por se me haver desviado do congresso constituinte deixei de applaudir as suas deliberações.

Ao contrario, foi com grande enthusiasmo que vi consignado no acto addicional, e conseguintemente fazendo parte da constituição do imperio, o programma que tres annos antes eu havia offerecido á consideração publica em o n. 43 da *Sentinella do Serro*, que já transcrevi nesta carta.

Das tres bases propostas por mim só não tinha vingado a abolição da vitalidade do senado, que aliás fôra regeitada pela maioria de um voto apenas em sessão promiscua da assembléa geral legislativa.

Os conselhos geraes de provincia estavão convertidos em assembléas legislativas com amplas faculdades.

A suppressão do conselho de estado vitalicio era tambem um grande triumpho da idéa liberal, pois que annullava em sua essencia o poder moderador, causa de tantas apprehensões durante o primeiro reinado.

IV

O poder moderador

Rehabilitado por uma lei inconstitucional, a do conselho de estado, o poder moderador resurgiu com pretenções que ninguem se atreveu a emprestar-lhe no primeiro reinado, quando era um poder constitucional.

Sophismando a constituição, pretende-se hoje que não ha responsabilidade para os actos do poder moderador, e que o poder moderador, filho do direito divino, não tem no exercicio de suas funcções outra sanção senão o foro interno, para não dizer o capricho da prestigiosa individualidade a quem é delegado.

Assim se tem ousado affirmar na imprensa e no parlamento.

Questão tão importante que vejo nella compromettido seriamente o systema constitucional.

Por isso desculpareis se, cortando o fio da narração que ia escrevendo, acerca da promulgação do acto addicional, eu me anticipo a explicar-vos o modo por que tenho encarado sempre o poder moderador e o exercicio de suas funcções.

Sonhárão alguns politicos em seus devaneios especulativos a creação de um quarto poder, que associassem á trindade orthodoxa do systema constitucional: — poder legislativo, executivo, judiciario.

Esse poder neutro foi introduzido em a nossa constituição com o nome de poder moderador.

Era uma variante de certa entidade que no seu projecto de constituição do 18 *brumaire* Syees inventára com o nome de — grande eleitor — e que Napoleão annullou com o ridiculo de uma palavra — « O vosso grande eleitor, disse Napoleão a Syees, é um — *grand cochon* ».

Morto em embrião pelo epigrammá do 1º consul, em vão Benjamin Constant com o seu talento esforçou-se por tirar o poder neutro dos dominios da ideologia.

Intercalado encapotadamente no art. 14 da carta de Luiz XVIII, succumbiu com a revolução de julho, de que foi pelo menos a causa occasional.

Admittido na constituição brasileira, talvez, na intenção de quem o iniciou, o poder moderador devesse ficar envolvido nos limbos da legitimidade, para ser opportunamente paraphraseado, como a parabola do art. 14 da charta franceza o foi com o commentario das ordenanças de julho.

Mas o bom genio que presidiu á redacção do nosso pacto fundamental traduziu a parabola em linguagem constitucional, definiu o poder que creava, e cortou os herpes á monomania absolutista. Estudemos na constituição o poder moderador (*).

Considerado sómente no art. 98, o poder moderador é tão nominal como o titulo de defensor perpetuo que o art. 100 dá ao imperador.

Com effeito, o art. 98 não encerra attribuições ou preceitos definidos, porém sim meras apreciações do que o poder moderador fica sendo, com as attribuições e faculdades que lhe são conferidas em outra parte.

Eis as palavras do art. 98:

« O poder moderador é a chave de toda a organisação politica e é delegado privativamente ao imperador, como chefe supremo da nação e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independencia, harmonia e equilibrio dos outros poderes politicos. »

A legislação constitucional, mais ainda do que a ordinaria, deve ser precisa em sua expressão e conter sómente regras e preceitos claramente definidos.

Apreciações abstractas como a do art. 98 são mal cabidas em uma lei qualquer, e com mais forte razão no pacto fundamental.

(*) Entre os signatarios da constituição erão representantes do principio liberal Mariano José Pereira da Fonseca (marquez de Maricá) e José Joaquim Carneiro de Campos (marquez de Caravellas). A emendas do marquez de Caravellas especialmente ouvi de contemporaneos que são devidas muitas das principaes garantias que a constituição consagrou.

Mas é evidente que, separadas das regras e prescripções segundo as quaes o poder moderador tem de manter a independencia, harmonia e equilibrio dos outros poderes, as palavras do art. 98 nada significão.

São, quando muito, como o *considerandum* de uma lei, ou os fins que teve em mira o legislador, os quaes, se não forão transportados para o texto da lei, não podem ser tomados em consideração pelo executor.

Se attendermos sómente ao art. 98, o imperador é a chave da organisação politica, do mesmo modo que pelo art. 100 é o defensor perpetuo do Brasil.

São titulos e apreciações que demonstrão a importancia de que o legislador constituinte quiz rodear o monarcha. Nada mais.

Só em tempos revolucionarios, e porque a victoria sanccionou o arrojo, póde o titulo de defensor perpetuo legitimar, por exemplo, a dissolução da constituinte.

Sómente em épocas e condições analogas poderá o poder moderador apoiar-se no art. 98 para praticar por sua conta e risco, a pretexto de ser a chave da organisação politica, qualquer acto que não esteja expressamente autorisado por outra disposição constitucional.

Moderador, defensor perpetuo, chave da organização politica, são palavras sesquipedaes, que as vezes teem prestimo nas circumstancias em que são inventadas, e que são nullas em tempos normaes.

O art. 98 é da mesma lavra que as intrucções eleitoraes de 1824.

«O eleitor, dizia um dos artigos, não deve ter a mais leve *sombra de suspeita* de inimizade á *causa* do Brasil.»

Sempre se entendeu que taes palavras erão simples advertencia aos votantes, para que attentassem na importancia do eleitorado.

As unicas condições legaes de idoneidade eleitoral considerou-se sempre que erão aquellas que estavão expressamente definidas na constituição.

O titulo de defensor perpetuo ficou sem duvida na região das palavras sesquipedaes, de que acabo de fallar, e só

merece nossos respeitos como uma designação de honra dada pela constituição ao chefe do estado.

Dahi não passaria o poder moderador se fosse contemplado sómente no art. 98 da constituição.

Mas, cumpre confessa-lo, o poder moderador passou da região das abstracções para a do positivismo.

No art. 101 e no capitulo relativo ao conselho de estado estão consagradas em termos precisos as suas attribuições e meios de acção.

No art. 101 vêm especificadas uma por uma as attribuições cujo complexo constitue o poder moderador, e que lhe dão os meios para ser a chave da nossa organisação politica. Fóra das faculdades que o art. 101 lhe concede, nada absolutamente póde o poder moderador.

O art. 101 seria uma excrescencia se o art. 98 desse quaesquer outros attributos ao monarcha, pois que, se os desse, pela generalidade em que é concebido, a concessão comprehenderia os attributos que estão no art. 101 e outros quaesquer.

Tudo quanto ao juizo do monarcha se tornasse necessario para restabelecer a independencia, harmonia e equilibrio dos outros poderes sempre que Sua Magestade julgasse estar perturbada essa independencia, harmonia e equilibrio estaria no art. 98.

Oh ! que se assim fosse nunca o poder moderador acharia lacunas no capitulo de suas attribuições, nunca reputaria manca a constituição, nem lhe chamaria, como Napoleão á do directorio: — *Tola constituição !*

Não o é a nossa, e ao contrario muito sabia, porque consagrou em todas as suas disposições a divisão e harmonia dos poderes politicos, conforme a bella these do art. 9.º

O art. 142 é a chave do art. 101. Estou suppondo existente o conselho de estado, supprimido pelo art. 32 do acto addicional.

A audiencia do conselho de estado, como ahi se vê, é obrigatoria, salvo para a nomeação dos ministros, em todos os casos em que tenha de ser exercida qualquer das funcções consagradas no art. 101.

E logo em seguida no art. 143 se declara que os conselheiros são responsaveis pelos conselhos que derem.

Logo, os conselheiros podem aconselhar o crime, e o crime aconselhado póde estar nos actos do poder moderador.

Castigo para o conselho e impunidade para o crime commettido por virtude do mesmo conselho são idéas que se repellem e contrarião todos os principios de justiça.

The king cannot do wrong, dir-se-me-ha.

Bem sei que esse é um dos dogmas da monarchia constitucional.

E não tenho a menor duvida que dahi se derive a irresponsabilidade da pessoa real. « Mas o principio *the king cannot do wrong*, sobre que se funda a irresponsabilidade, diz um escriptor, só é racional subentendidas estas palavras: — *Because he does nothing* ».

A ficção diz sómente que o rei não póde fazer mal, e que, portanto, é irresponsavel.

Não diz que o erro ou crime não possão estar nos actos promulgados em nome do rei.

Nem a constituição o poderia admittir, porque suppõe a possibilidade do crime no conselho.

E, se houve crime no conselho, não póde deixar de have-lo na execução do conselho criminoso.

E como, segundo a ficção, o rei não póde fazer mal, é preciso que ao lado da irresponsabilidade real esteja sempre a responsabilidade de um executor.

E' outro dogma, sem o qual a ficção constitucional fôra o maior dos escarneos ao bom senso.

Pelo mal, que póde estar nos actos do rei, é responsavel quem lhe deu o cunho da exequibilidade.

Não ha sophismas e filagranas que possão contrariar esta theoria.

A constituição suppo-la, porque é congenita com o systema, e consagrou no seu texto esta supposição.

Occasionalmente, quando decretou nos arts. 69 e 70 o formulario para a publicação das leis, menciona e declara indeclinavel a necessidade da referenda.

Mal cuidavão os legisladores constituintes que no Brasil

A constituição suppo-la, porque é congenita com o systema constitucional referenda sem responsabilidade.

E que rebaixassem os ministros de estado a notarios publicos, que na referenda dos actos do poder moderador nada fazem senão portar por fé que tal é a vontade de seu augusto amo.

Tal direito publico é o da Turquia: lá com effeito, por virtude da constituição, a referenda do ministro significa sómente que no serralho se decretou como está escripto no documento assignado.

Resta definir a parte que tem o conselho de estado nas funcções do poder moderador.

Quem se der ao trabalho de ler as discussões do acto addicional reconhecerá que a camara constituinte comprehendia perfeitamente a intima ligação que se dava entre o poder moderador e o conselho de estado, que ficou suppprimido pelo art. 32.

Demonstrada a responsabilidade dos ministros pelos actos do poder moderador, as funcções deste só differião, antes da abolição do velho conselho de estado, das funcções do poder executivo em um unico ponto, e vem a ser, que a audiencia do conselho de estado era obrigatoria sempre que funccionava o poder moderador, excepto no caso da nomeação dos ministros.

Dahi resulta que necessariamente a responsabilidade pelos actos do poder moderador tinha de repartir-se entre os ministros e os conselheiros de estado, emquanto o poder executivo propriamente dito ficava livre para obrar por si e só com a responsabilidade ministerial.

Não vejo na constituição outra distincção.

Mas a responsabilidade dividida entre os ministros e conselheiros de estado se enfraquece, e torna menos effectivas as garantias do paiz e os direitos individuaes.

Demais, o conselho de estado vitalicio, senhor das tradições do governo, conscio da importancia de sua posição, deve perennemente predominar sobre o ministerio.

Eu acredito e cuido que assim se pensava em 1834, que toda a vantagem está na idéa contraria. Parece-me que os

ministros devem ser especialmente feitura da camara temporaria, receber as inspirações bebidas na eleição popular.

O conselho de estado vitalicio, creatura e auxiliar nato do poder moderador, estará sempre em desconfiança contra os representantes immediatos do povo.

O senado vitalicio, que é essencialmente estacionario, fica reforçado em extremo com a existencia de um conselho de estado vitalicio. Apoiar-se-hão reciprocamente, e a communhão de interesses facilmente se estabelecerá entre as duas corporações.

Para isso não será preciso que os senadores accumulem as funcções de conselheiros de estado, como actualmente, que de dezesete membros do conselho de estado quinze são senadores.

Com as duas corporações assim organisadas todo o ministerio que não esteja filiado na confraria vitalicia é impossivel.

E todo o progresso igualmente.

Abolido o conselho de estado, os ministros, mais desassombrados em presença do senado, se inspirarião e se apoiarião na seiva de uma camara popular, renovada periodicamente, e assim poderião mais facilmente levar á legislação as reformas que houvessem amadurecido no seio da nação.

Abolido o conselho de estado, ficavão os ministros responsaveis unicos pelos actos do poder moderador. E, dependentes os seus actos da referenda ministerial, sem outro influxo estranho, estavão o poder moderador e as suas attribuições suave e naturalmente absorvidos pelo poder executivo.

Eis ahi as razões por que sempre entendi que o art. 32 do acto addicional fôra um magnifico triumpho da idéa liberal, e que annullava em sua essencia o poder moderador.

No entanto essa conquista nos foi confiscada pela lei inconstitucional que restaurou o conselho de estado. Posso, para assim qualificar a lei que restaurou o conselho de estado, apoiar-me na prestigiosa autoridade do Sr. Carneiro Leão, marquez de Paraná.

Na sessão de 19 de maio de 1840 S. Ex. fulminou, como se póde vêr no *Jornal do Commercio*, a creação de estado vi-

talicio, comparando a instituição com o conselho dos dez em Veneza, e provando a inconstitucionalidade de tal creação.

No entanto o conselho de estado foi restaurado vitalicio, sendo facultativa a sua audiencia, circumstancia que diminue as garantias e augmenta os perigos da instituição.

O conselho de estado vitalicio, convertido em conselho veneziano dos dez, como temia o Sr. Carneiro Leão, póde com a consulta facultativa prolongar indefinidamente o seu dominio sem a menor sombra de responsabilidade.

Fica atrás da cortina, e colloca no ministerio os seus instrumentos

---

V

Progresso e regresso. — Origem e fins da oligarchia

Em 1834 saudei a abolição do conselho de estado, bem como as outras disposições do acto addicional.

O acto addicional era no meu entender uma victoria memoravel da democracia pacifica.

Se fosse lealmente executado, eu pensava que o systema representativo se tornaria entre nós uma realidade, que devia por largos annos satisfazer as aspirações dos amigos da liberdade.

E que, acastellados em tão bello reducto, mais devião os liberaes confiar no progresso da razão publica do que nas lutas revolucionarias.

Uma só apprehensão me incommodava.

O acto addicional era um penhor de alliança que aos liberaes mais adiantados offerecião os estadistas moderados, senhores da situação.

No entanto a concessão tinha sido arrancada, não ás convicções, mas ao medo.

Effectivamente as reformas constitucionaes forão decretadas a 12 de agosto de 1834.

Promulgárão-se porque os estadistas que dominavão a situação temião o duque de Bragança.

Temião-o, porque elle, se fosse restaurado, havia de reinar e governar, e era provavel que chamasse para os seus conselhos, antes os que lhe tinhão dado provas de dedicação, do que aquelles que havião decretado o seu banimento.

O duque de Bragança falleceu a 24 de setembro de 1834.

Se este facto se tivesse dado quatro mezes antes não teria havido reforma constitucional.

Os estadistas senhores da situação, se mais cedo se vissem livres do pesadelo em que os trazia D. Pedro, se soubessem

mais a tempo que se podião constituir vice-reis durante a menoridade, se vissem diante de si a perspectiva de serem depois da menoridade proclamados Cesares, e associados ao imperio mesmo sob o reinado do Sr. D. Pedro II maior, — oh ! por sem duvida nada terião cedido ao principio liberal, e desde logo se terião constituido os mantenedores do principio da autoridade.

As reformas constitucionaes terião ficado á margem, como aspirações chimericas de senhoradores politicos, se não como projecto tenebroso de revolucionarios anarchistas.

Assim ficarião desde logo qualificados os Feijó, os Paula Souza, e alguns outros ursos, que não teem sabido comprehender quantas vantagens e gozos em uma monarchia como a do Brasil poderião ter colhido para si e para os seus, arvorando-se tambem em donatarios irresponsaveis.

Mas em fim o acto addicional foi proclamado durante as exequias do duque de Bragança.

Dessa circumstancia nasceu que simultaneamente se delineassem as feições dos partidos do segundo reinado.

Um grupo de ambiciosos formou desde então essa oligarchia famosa, que no ministerio ou fóra delle tem sido o primeiro poder no presente reinado, e que separando-se dos simplorios que querião ainda tomar ao serio a revolução de 7 de abril e as garantias dos cidadãos, avassallárão ministerios, regentes, regencias e a propria magestade.

Neste comenos, eleito deputado provincial sem a menor solicitação minha, fui defender na assembléa todas as virgulas desse famoso *palladium*, que ainda hoje póde ser a taboa da salvação do Brasil.

Conhecido na tribuna provincial ao menos pelo zelo com que procurava preencher os meus deveres, tendo deixado no livro da lei mineira vestigios de minha dedicação aos interesses da provincia, tendo-me cabido a gloria de haver lutado com athletas como Bernardo Pereira de Vasconcellos, permittir-se-me-ha a persuasão de que não foi sem titulos que em 1836 obtive uma cadeira na camara quatriennal da quarta legislatura.

Quando em 1838 appareci como deputado a situação era das mais difficeis.

Diogo Antonio Feijó, homem como os antigos de melhor tempera, havia desanimado na tarefa que aceitára de ensaiar lealmente a execução do acto addicional.

Fundidos na oligarchia alguns conservadores eminentes do primeiro reinado, a reacção corria á redea solta.

O que andava na berra era a seita do regresso, proclamada em impeto de desculpavel despeito por uma das maiores illustrações brasileiras.

Foi a bandeira a cuja sombra os oligarchas derrocárão os monumentos de civilisação e de progresso que os patriotas do primeiro reinado havião erigido na legislação do paiz. E o talisman com que conquistárão e teem explorado com privilegio exclusivo o segundo reinado.

Era ameaçadora á catadura da oligarchia em 1838!

Entre os cardeaes da seita tive o pezar de vir encontrar ministro da marinha o meu antigo mestre o Sr. Joaquim José Rodrigues Torres.

Quantum mutatus ab illo.

O ministerio de 19 de setembro apresentava-se diante das camaras brilhante de talentos, com a aureola que não se lhe podia contestar de haver conquistado parlamentarmente as pastas, reforçado pela sancção do corpo eleitoral, que acabava de elevar á regencia o ministro do imperio, rico de prestigio pelo facto de haver abafado na Bahia uma revolta perigosa, aliás insuflada por amigos do ministerio antes da conquista do poder, armado com a força que lhe dava a escola da autoridade, que, arredada oito annos da scena politica, nella entrava remoçada.

Um dos symbolos do novo credo era a reforma do acto addicional, que já havia sido proposta a titulo de interpretação.

Minhas convicções e meus antecedentes indicavão sufficientemente qual seria o meu logar no parlamento.

A verdade do acto addicional, — eis o meu programma: a defesa dos opprimidos, que os havia numerosos, e a economia na distribuição do suor dos contribuintes, — eis a missão que tomei sobre meus debeis hombros.

O combate travou-se no voto de graças.

Acerca do acto addicional ahi vai o que a commissão propoz e foi approvado que se dissesse ao throno.

Depois de estasiar-se pela victoria da Bahia e de applaudir o vigor da autoridade, cujas sanguinolentas demasias tinhão afeiado o triumpho da legalidade, dizia o projecto de resposta á falla do throno proposta pela commissão e approvada pela camara:

« A camara dos deputados está firmemente decidida a sustentar *na sua essencia* a lei constitucional de 12 de agosto de 1834, que reformou alguns artigos da constituição do imperio, como consequencia necessaria do principio de justiça, que exige se dê ás provincias todos os meios de recursos provinciaes que não podem deixar de existir dentro dellas: *reconhecendo todavia que a mesma lei tem suscitado duvidas graves e gerado conflictos perigosos á paz do imperio, pelos termos vagos, obscuros e inexactos com que forão redigidas algumas de suas disposições*, trabalhará por esclarecer o que ha de obscuro, precisar o que existe de vago, e por fazer desapparecer, pelas regras de uma sã hermeneutica, qualquer intelligencia que pareça estar em contradicção com o rigor dos nossos principios constitucionaes, afim de que esse acto, de vital esperança para o Brasil, possa produzir os salutares beneficios que teve em vista a sabedoria que o ditou. »

(*Jornal do Commercio* de 9 de maio de 1838)

Propuz a seguinte emenda, que copio do mesmo jornal:

« A camara, Senhor, confia que o progresso da razão publica, ajudado por uma administração, firme, liberal e prudente, severa com o crime e indulgente com o erro, acalmará a violencia das paixões e firmará a obediencia legal. E' principalmente da escolha de delegados esclarecidos e fieis que muito depende a ascendencia moral do governo nas provincias. O Brasil quer o desenvolvimento progressivo das instituições constitucionaes, quer ver respeitados todos os direitos e cumpridos com fidelidade todos os deveres. O Brasil, Senhor, ama a liberdade e a ordem. A camara dos deputados, fiel aos seus juramentos, está firmemente decidida a sustentar o *acto addicional*, hoje *parte integrante da constituição do estado*, e não se recusará, Senhor, a fixar a intelligencia de algum artigo delle, quando, depois de maduro exame, se convencer ser duvidoso o seu litteral sentido.

« O estado deploravel da fazenda publica e da circulação monetaria merecerá da camara o mais rigoroso exame, e as providencias que lhe parecerem adequadas ao seu tão indispensavel melhoramento. Nenhuma medida porém, Senhor, será proficua sem que os ministros de Vossa Magestade Imperial, unindo-se ao voto geral da nação, e convencidos da necessidade de uma severa e intelligente economia na gestão dos dinheiros nacionaes, limitem as despezas publicas ás rendas ordinarias, e tomem a iniciativa em todas as reducções possiveis, esmerando-se em fazer com que a arrecadação de modo algum seja negligenciada. »

Esta emenda, eu a justifiquei, conforme se vê do seguinte extracto, que vou transcrever do *Jornal do Commercio* de 29 de agosto do mesmo anno:

« O Sr. Ottoni — Passando a tratar da resposta ao quarto periodo da falla do throno, o orador diz que procurára saber pelo relatorio do Sr. ministro da justiça quaes erão as duvidas graves que se hão suscitado sobre a lei constitucional de 12 de agosto de 1834, mas que S. Ex. ahi nada esclareceu a respeito, o que o orador espera que S. Ex. faça nesta discussão.

« Não se satisfaz com o periodo da commissão, ainda com a suppressão da palavra — essencia —, a qual realmente lhe causou alguma sensação, e que podia ter uma significação summamente perigosa.

« Mostra que o art. 25 do acto addicional sómente autorisa o corpo legislativo para resolver quando occorra alguma duvida sobre um ou outro artigo: assim, emquanto documentos officiaes não apparecerem mostrando que se teem suscitado duvidas, não podem passar no corpo legislativo resoluções relativas á intelligencia do acto addicional. Observa que duas especies ha de interpretação, a grammatica ou logica, e a authentica. Guiado pelo art. 25 do acto addicional, é sua opinião que o poder constituinte não teve em vista outra cousa senão dar ao poder legislativo o direito de quando houvessem intelligencias differentes em diversas assembléas declarar qual seja a verdadeira, isto é, qual era o sentido logico e grammatical do artigo duvidoso; que, pois, não se póde dar a interpretação que se chama authentica, por meio

da qual se podem insinuar modificações na legislação anterior, collocando-se o que interpreta na posição do que legislou.

«Parece-lhe que a illustre commissão no seu periodo promette interpretar reformando. Tudo quanto tender a modificar os principios constitucionaes que são garantidos no acto addicional é uma reforma que está fóra da esphera do poder ordinario e não póde ser decretado senão por um poder constituinte competentemente autorisado. Se algumas das disposições do acto addicional prejudicão, entendidas no seu sentido logico e grammatical, ao que a commissão chama principios constitucionaes, então não compete ao corpo legislativo ordinario senão, referindo-se ao art. 174 da constituição, decretar que os eleitores da legislatura seguinte autorisem os deputados para esta reforma. O orador julga esta questão de summa transcendencia e expõe as funestas consequencias que podem resultar se se entender que, pela faculdade de interpretar explicando-se no sentido logico e grammatical, póde se estender o direito de interpretação.»

Durante a discussão do voto de graças a emenda em que eu consagrava como artigo de fé a fidelidade aos principios do acto addicional foi ridicularisada por uma maioria que se dizia brasileira; mas tive a gloria de vê-la elevada ás alturas de um programma politico — proclamada como symbolo e bandeira de opposição — adoptada e eloquentemente defendida pelos Montezuma, Limpo e Alvares Machado.

Se não me engano, foi o Exm. Sr. Montezuma, hoje visconde de Jequitinhonha, quem deu ao nosso symbolo o nome, que largos annos conservou, de — BANDEIRA DAS FRANQUEZAS PROVINCIAES.

Democrata constitucional, eu procurei combater com toda a energia da minha natureza o *orientalismo* da côrte, que, para dar arrhas do seu recente monarchismo, havião os oligarchas restaurado.

Um dos penhores que de sua conversão havião offerecido os novos ministros fôra o restabelecimento do beijamão, que estava em desuso durante a menoridade.

Censurando uma tal resurreição, eu qualifiquei o beijamão como um acto indigno do cidadão livre.

Este incidente de um dos meus discursos deu occasião a uma scena de que dou idéa na correspondencia que vou reproduzir, e que foi publicada no *Jornal do Commercio* de 6 de fevereiro de 1857:

OS MONARCHISTAS

« Na ausencia do Sr. Christiano Benedicto Ottoni, que actualmente viaja inspeccionando os trabalhos do alinhamento da estrada de ferro de Pedro II, não posso deixar passar desapercebida a publicação a pedido do *Jornal do Commercio* de hoje, na qual um Sr. *Monarchista puro exulta de prazer*, a pretexto de haver o Sr. C. B. Ottoni ultimamente beijado a mão a Sua Magestade o Imperador; e, attribuindo este *procedimento presente ao amadurecimento da idade*, commemora o Sr. *Monarchista puro a sabia politica* do fallecido marquez de Paraná.

« Começarei repellindo com desprezo a insinuação de que o procedimento do Sr. C. B. Ottoni em qualquer acto seu de deferencia para com o chefe da nação possa ter sido pautado pela *sabia politica* do fallecido marquez de Paraná.

« O Sr. C. B. Ottoni nunca teve outras relações com o illustre morto senão as de vice-presidente da directoria da estrada de ferro de D. Pedro II, como presidente do conselho de ministros, em duas entrevistas a respeito do fundo de reserva da companhia; tendo tido o Sr. C. B. Ottoni a felicidade de chamar o nobre marquez á sua opinião em favor da creação do fundo de reserva, sem affectar a garantia dos 7 %.

« Seria, pois, conveniente que o *Monarchista puro* explicasse como é que *a politica sabia* actuou sobre o Sr. C. B. Ottoni.

« Os que teem feito fortuna especulando com as discordias civis, e que desejão continuar nesse modo de vida, incommodar-se-hão acaso de ver o Sr. C. B. Ottoni retirado das lutas politicas, e prestando, com o auxilio dos seus honrados collegas da directoria da estrada de ferro de D. Pedro II, relevantissimos serviços ao paiz? Como quer que seja, informarei ao Sr. *Monarchista puro* que o Sr. C. B. Ottoni desde 1839 tem tido muitas vezes a honra de se achar perante

Sua Magestade o Imperador, e que o seu *procedimento presente* é pautado pelo seu procedimento anterior. Em 1848, por exemplo, o Sr. C. B. Ottoni foi convidado pelo fallecido visconde de Macahé, autorisado por Sua Magestade o Imperador, para aceitar a pasta da fazenda ou da marinha no ministerio de que S. Ex. era presidente. O convite foi dous dias discutido no terreno do programma ministerial.

«O Sr. C. B. Ottoni só entraria para o ministerio compromettendo-se os seus collegas a restituir ás assembléas provinciaes as faculdades de que forão ellas inconstitucionalmente esbulhadas, a pretexto de interpretação do acto addicional. Ousou propôr que fossem retirados do conselho de estado ordinario os mais proeminentes chefes do partido conservador, afim de que assim reconhecesse o paiz que a corôa depositava a necessaria confiança nos seus conselheiros responsaveis. As condições da aceitação da pasta da fazenda ou da marinha, sobre que não se pudera chegar a accordo, forão com toda a lealdade postas por escripto e entregues ao fallecido visconde, pelo qual foi o documento levado á augusta presença de Sua Magestade o Imperador. Resolvida constitucionalmente a não entrada do Sr. C. B. Ottoni para o ministerio, restava a S. S. o dever de ir apresentar a Sua Magestade o Imperador a homenagem de sua gratidão pela alta confiança com que Sua Magestade o Imperador o havia honrado, permittindo que fosse convidado para seu conselheiro official.

«Nessa audiencia, que obteve, o procedimento do Sr. C. B. Ottoni foi igual ao *procedimento presente*. E posso accrescentar, estimando muito que isso dê prazer ao *Monarchista puro*, que o Sr. C. B. Ottoni se retirou da presença imperial penhorado pelo gracioso acolhimento que teve, dignando-se Sua Magestade louva-lo pela escrupulosa sinceridade do seu procedimento.

«Parte do que tenho referido está no dominio publico, e por isso devo crer que o Sr. *Monarchista puro* nas suas historias de beija-mão pensou dirigir-se ao individuo que ora escreve este artigo, e que teve a infelicidade de censurar na camara dos deputados em 1838 o restabelecimento do beija-mão. Não será esta a primeira vez que, em razão da feliz

solidariedade que entre nós existe, tenha o Sr. C. B. Ottoni remido os meus peccados.

« Considerando-me, pois, chamado tambem a contas pelo Sr. *Monarchista puro,* vou ter a honra de explicar-me sobre este objecto.

« Na sessão de 10 de maio de 1838, impugnando as tendencias retrogradas do ministerio de 19 de setembro de 1837, citei, por exemplo, o restabelecimento do beija-mão, que estivera em desuso durante todo o tempo da menoridade, e que me parecia, como ainda hoje me parece, um uso oriental improprio do cidadão de um paiz livre.

« As poucas palavras que eu disse neste sentido forão abafadas pelos gritos de ordem e pelos insultos da policia ou do partido ministerial, que preponderava nas galerias. Repelli com energia tão indecorosa manifestação, e, offendido em meus brios e dignidade, julguei que devia dar prova da sinceridade das minhas opiniões não me sujeitando jámais ao uso que uma vez e tão solemnemente condemnára. Affirmo ao Sr. *Monarchista puro* que tenho sido fiel a este proposito. E, tendo tido a honra de comparecer perante Sua Magestade o Imperador, já como vice-presidente da camara dos deputados em 1847, já como orador da deputação que em nome da camara felicitou a Sua Magestade o Imperador pelo nascimento de Sua Alteza o principe imperial, e já como particular, tenho consciencia de que em minhas palavras e no meu procedimento tenho sabido conciliar a dignidade da minha posição com o acatamento devido a tão augusta pessoa, que, com os sentimentos elevados que lhe são conhecidos, não é possivel que tenha levado a mal vêr diante de si um homem em pé.

« Não seja, pois, o *Monarchista puro* mais realista do que o rei, e deixe-me em paz; mas, ainda que o não faça, não voltarei á imprensa acerca deste assumpto.

« Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1857.

« T. B. Ottoni. »

De reacção em reacção temos penetrado tão longe pelas regiões asiaticas que muitos espiritos reflectidos hão de achar pequenina esta questão de beija-mão.

Não o é em suas consequencias relativamente a mim, se é certo, como disse um jornal diario nesta côrte, que ainda este anno contribuiu para que se me fechassem as portas do senado.

Para avaliar com criterio um facto qualquer diz a boa hermeneutica que se devem considerar attentamente o tempo e as circumstancias sob os quaes occorreu.

> Judicis officium est, ut res, ita tempora rerum
> Quaerere; quaesito tempore tutus eris.

O restabelecimento do beija-mão em 1837 delineava as feições de uma politica nova no paiz, e que nunca foi minha.

Sobre este objecto diz o Sr. Dr. Justiniano José da Rocha, á pag. 32 de um interessante pamphleto publicado em 1856 com o titulo — *Acção, reacção, transacção*, verbis ibi:

«Appellamos para a recordação dos que então vivião e se achavão na capital do imperio: elles que digão que sensação immensa produziu na cidade, de exaltação em uns, de indignação em outros, de surpreza em todos, quando se soube que na festividade da Cruz, á porta da igreja, diante de numerosissimo concurso, havia-se o regente inclinado e beijado a mão do imperador!»

Na sessão de 1839 conservou-se a oligarchia fiel ao seu programma.

Destruir os monumentos levantados ao progresso no primeiro reinado e nos primeiros annos da menoridade — tal era o seu empenho.

Não escondião o nefando proposito de compôr um governo arbitrario, sob o qual, associados ao imperio, dominassem a geração presente.

A reforma inconstitucional do acto addicional, promulgada com o nome de interpretação, foi um dos seus mais atrevidos lanços de jogo.

Apostolo das franquezas provinciaes, tendo fé no governo do povo por si mesmo, eu procurei pôr toda a sorte de embargos a semelhante lei, que considero o maior dos erros da legislatura de 1838 a 1841.

Parecia-me que se devia antes alargar do que restringir as faculdades provinciaes.

Acho ridiculo que o ordenado de 150$ do carcereiro de uma aldêa da provincia do Amazonas ou de outra qualquer seja objecto de um decreto imperial; que as provincias não possão designar os seus vigarios e officiaes da guarda nacional; que um tabellião de aldêa ou escrivão dos orphãos só possa ser nomeado na côrte. E' um modo de escolher o peior e de augmentar os meios de corrupção que tem o governo geral para seduzir os representantes da nação.

No *Jornal do Commercio* de 11 de junho do anno de 1839 vem um dos discursos em que, protestando contra a intitulada interpretação do acto addicional, assim me exprimi.

Para melhor intelligencia do meu discurso o faço preceder do projecto depois lei de interpretação do acto addicional:

«A assembléa geral legislativa decreta:

«Art. 1.º A palavra municipal do art. 10 § 4º do acto addicional comprehende ambas as anteriores — policia e economia — e a ambas estas se refere a clausula final do mesmo artigo, precedendo proposta das camaras. A palavra — policia — comprehende a policia municipal administrativa sómente e não a policia judiciaria.

«Art. 2.º A faculdade de crear e supprimir empregos municipaes e provinciaes, concedida ás assembléas de provincia pelo § 7º do art. 10 do acto addicional, sómente diz respeito ao numero dos mesmos empregos, sem alteração da sua natureza e attribuições, quando forem estabelecidos por leis geraes, relativas a objectos sobre os quaes não podem legislar as referidas assembléas.

«Art. 3.º O § 11 do mesmo art. 10 sómente comprehende aquelles empregados provinciaes cujas funcções são relativas a objectos sobre os quaes podem legislar as assembléas legislativas de provincia, e por maneira alguma aquelles que são creados por leis geraes relativas a objectos da competencia do poder legislativo geral.

«Art. 4.º Na palavra — magistrado —, de que usa o art. 11 § 7º do acto addicional, não se comprehendem os membros das relações e tribunaes superiores.

«Art. 5.º Na decretação da suspensão ou demissão dos magistrados procedem as assembléas provinciaes como tri-

bunal de justiça. Sómente , podem, portanto, impôr taes penas em virtude de queixa por crime de responsabilidade, a que ellas estão impostas por leis criminaes anteriores, observando a forma de processo para taes casos anteriormente estabelecida.

« Art. 6.° O decreto de suspensão ou demissão deverá conter: 1°, o relatorio do facto; 2°, a citação da lei em que o magistrado está incurso; 3°, uma succinta exposição dos fundamentos capitaes da decisão tomada.

« Art. 7.° O art. 16 do acto addicional comprehende implicitamente o caso em que o presidente da provincia negue a sancção a um projecto por entender que offende a constituição do imperio.

« Art. 8.° As leis provinciaes que forem oppostas á interpretação dada nos artigos precedentes não se entendem revogadas pela promulgação desta lei sem que expressamente o sejão por acto do poder legislativo geral.

« Paço da camara dos deputados, em 26 de setembro de 1838. — *Paulino José Soares de Souza. — J. C. de Miranda Ribeiro. — José Clemente Pereira.* »

(*Jornal do Commercio* de 4 de junho de 1839.)

« O Sr. Ottoni — Sr. presidente, levanto-me para sustentar o requerimento do meu nobre collega o Sr. Alvares Machado, que denunciou conter o projecto incoherencias, contradicções e absurdos, por ser manifestamente contrario á constituição e por envolver uma verdadeira reforma do acto addicional, debaixo do mal fingido pretexto de interpretar alguns artigos.

« Antes, porém, de entrar nas provas em que baseio a minha opinião, seja-me licito responder a uma censura do nobre deputado pela Bahia, o illustre Sr. 3° secretario.

« Não é a supposição de que as luzes estejão só no lado da opposição o que nos obriga a abrir mais ampla discussão sobre este projecto.

« O anno passado a opposição impôz-se completo silencio, não teve parte no debate desta lei; por isso tem mais obrigação de justificar o motivo que determinou o seu procedimento nesta importante questão.

« Se isto é um dever imposto ao deputado em todos os casos, parece de mais forte razão neste, em que se propõe modificar a constituição do estado.

« E' de rigorosa obrigação para o deputado vencido justificar o seu voto perante a nação, perante a maioria da casa. A opposição acha para justificar-se a occasião ministrada pelo regimento: é esse, pois, o campo que escolho.

« Analysarei os differentes artigos do projecto que se discute. O 1º artigo diz (*lê*). Na primeira parte deste artigo concordo em que está a unica doutrina que se póde qualificar como interpretação: vejo que diz o artigo 10 § 4º, na ultima parte, *precedendo proposta das camaras*, sem que, nem a collocação grammatical, nem qualquer outra circumstancia, nos induza a crêr que esta condição não comprehende ambas as partes do 1º membro do paragrapho. Ora, se a ultima condição envolve tanto a policia como a economia, segue-se que a policia de que se trata é sómente a municipal, pois do contrario poderião as camaras fazer propostas sobre a policia geral da provincia. Vê-se, pois, a razão por que não impugno a primeira parte do art. 1º. Mas não sei por que fatalidade, e para não haver um só artigo neste projecto que não seja inconstitucional, foi-se inventar a distincção que se acha na segunda parte do artigo, classificando a policia municipal em judiciaria e administrativa, e declarando que as assembléas provinciaes não podem legislar sobre policia municipal judiciaria.

« O Sr. Presidente — O Sr. deputado está fallando fóra da ordem.

« O Sr. Ottoni — Perdoe V. Ex. Eu pretendo mostrar que o projecto é todo contrario á constituição, e por isso contradictorio, absurdo e incoherente. Proseguirei, portanto, consentindo V. Ex. Anteriormente ao acto addicional já as provincias gozavão das garantias de legislar, por meio de suas camaras e conselhos geraes, sobre a policia judiciaria municipal: vejo que o art. 169 da constituição diz que uma lei regulamentar marcará o modo da eleição das camaras e a formação de suas posturas policiaes: vejo que a assembléa geral, desenvolvendo este artigo constitucional na lei do 1º de outubro de 1828, determinou no art. 71 (*lê*) que as

posturas das camaras versarião tambem sobre a segurança publica, e, como que não satisfeita com esta declaração generica, decretou no art. 66 (*lê*) que as camaras municipaes podião fazer as posturas contra injurias e obscenidades.

« Ora, se isto não é o que se chama policia judiciaria municipal, não sei o que ser possa.

« Por conseguinte, na intelligencia do corpo legislativo, as camaras municipaes podião fazer essas posturas sobre a policia judiciaria, que os conselhos geraes approvavão para serem logo observadas. Os legisladores constituintes que tinham de dar destino a estas attribuições dos conselhos geraes nada mais fizerão senão traspassa-las para as assembléas provinciaes, sem terem intenção de tirar o que aos municipios já se havia conferido. Se, pois, é essa a intelligencia da assembléa geral, como, sem uma manifesta violação, não só do acto addicional, como do art. 169 da constituição, se ha de admittir semelhante interpretação?

« Sr. presidente, chegou o tempo da reacção, e não se contentão os nobres deputados em querer parar em 1834: quer-se regressar de 24 para trás. Porque nesse tempo não se achou tão perigoso dar ás provincias o que agora se lhes quer tirar? Quando tratou-se de reformar a constituição foi em consequencia de um clamor geral de todos os angulos do imperio, porque as provincias distantes oitocentas e mais leguas, com tantas necessidades, tanta difficuldade de communicações, não podião dispensar por mais tempo o desenvolvimento desse germen federativo, já consagrado na constituição do estado. Entretanto a reacção que appareceu ao tempo em que essa fatal idéa do regresso foi proclamada não se contentou em destruir o trabalho da camara constituinte de 1834, mas quer ir ainda muito para trás.

« Vamos ao art. 2.° Antes de entrar na analyse deste artigo, farei uma observação: parece que até ha receio de se dar ás assembléas legislativas provinciaes o titulo que lhes compete. O artigo já sómente as chama assembléas de provincia; daqui a pouco serão reduzidas a conselhos administrativos do governo. Outra observação que julgo dever fazer é relativa á invenção feita de empregados geraes provinciaes e empregados municipaes geraes. Não posso deixar de con-

fessar que é uma distincção galante, para não chamar absurda. Nos Estados-Unidos existem, ou empregados federaes, isto é, empregados da união, ou empregados dos estados; creio que não ha outra distincção. Tribunaes federaes e tribunaes dos estados. Neste projecto, porém, ha uma idéa inteiramente nova, e vem a ser empregados geraes municipaes e empregados geraes provinciaes; parece que era o mesmo que dizer nacionaes estrangeiros.

«Outra observação ainda. Dada a intelligencia que o art. 2º estabelece para o § 7º do art. 10, isto é, de que a attribuição ahi conferida ás assembléas legislativas provinciaes reduz-se a marcar o numero dos taes empregados provinciaes geraes e municipaes geraes, esse § 7º é a mais insignificante parte do acto addicional. E, com effeito, se recorremos á classe dos empregados judiciaes, os mais importantes comprehendidos neste § 7º são os juizes de direito; mas já pelo § 1º do mesmo art. 10, podendo as assembléas provinciaes legislar sobre a divisão judiciaria, isto é, podendo crear as comarcas que acharem conveniente, tinhão implicitamente o direito de marcar o numero dos juizes de direito. Portanto, na classe judiciaria nada trouxe o § 7º, ou quasi nada, que já não estivesse no § 1º. Na jerarchia ecclesiastica os empregados comprehendidos no § 7º são os parochos; ora, cabendo já pelo mesmo § 1º do artigo ás assembléas provinciaes legislar sobre a divisão ecclesiastica, implicitamente, e sem ser preciso vir essa idéa no § 7º, marcavão as assembléas provinciaes o numero dos parochos. Vê-se, pois, que a intelligencia dada pelo artigo 2º do projecto reduz o § 7º do artigo a uma redundancia, inutilidade ou insignificancia.

«Ora, eu desejo que se confronte imparcialmente esta redundancia, inutilidade ou insignifcancia, a que se pretende reduzir o § 7º, com o que disse ante-hontem o nobre ex-ministro da marinha. Revelou-nos S. Ex. que em uma conferencia de seus amigos politicos, os do tempo em que se reformou a constituição, S. Ex. se pronunciou altamente contra este § 7º do art. 10, por julga-lo inadaptado ás circumstancias do paiz; que igual opposição lhe fizerão outras personagens que afinal cedêrão; mas que emfim S. Ex., não tendo podido convir em tal posição, e tendo ella sido appro-

vada, taes escrupulos lhe trouxera que até veiu a votar contra a adopção do acto addicional. Se, pois, o nobre ex-ministro nas suas conferencias com seus amigos politicos de então julgou tão importante esta doutrina que não admittiu transigencia alguma, apezar de cederem outras personagens, não devo eu desta circumstancia concluir que na intelligencia dos deputados constituintes o § 7º era um dos mais importantes do acto addicional? Que o § 7º não era uma inutilidade, porém, sim disposição tão transcendente que a seu respeito não admittia transigencia alguma entre as personagens que aliás parecião estar até alli de intelligencia e accordo? Esta declaração, de que tomei nota, me parece summamente preciosa para demonstrar que a intelligencia que se quer dar não é a dos legisladores que o povo mandou a esta casa com a missão especial de crear um poder legislativo provincial e marcar-lhe attribuições.

« Entro agora na analyse do § 7º, como está concebido. Creio que quando a mesma lei a respeito dos mesmos objectos se exprime com os mesmos termos parece que hermeneuticamente não se póde concluir senão que ella quiz decretar a mesma, identica disposição. Vejo que a constituição no art. 15 § 16 determina. (*Lê*). Se, pois, a constituição, marcando nossas attribuições sobre a creação e suppressão de empregos, usa das mesmas palavras com que o acto addicional dá ás assembleáas provinciaes o mesmo direito, como se póde negar ás assembléas provinciaes fazer o mesmo que nós aqui, tendo ellas legislação identica pelos mesmos proprios termos? Creio que esta identidade de termos, tratando do mesmo objecto, significa a identidade de idéas que o legislador quiz exprimir. Sr. presidente, noto mais que ainda ha pouco tempo a assembléa geral se pronunciou em differente modo. Aqui se legislou que os officiaes da guarda nacional do municipio neutro fossem nomeados pelo governo. Ora, se a assembléa não se julgou autorisada para legislar sobre a guarda nacional senão no municipio neutro, é porque reconheceu que havião attribuições de outro poder, que são as assembléas provinciaes, a quem o negocio está commettido nas provincias. A este respeito, todas as provincias, ou a maioria dellas, teem dado a mesma intelligencia que a camara

e a assembléa geral teem dado. No Rio de Janeiro não se legislou sobre isto? Creio mesmo que essa lei foi sanccionada pelo nobre deputado o Sr. Paulino, ou pelo Sr. ex-ministro da marinha. Se o nobre deputado foi quem sanccionou uma tal lei, já por este facto reconheceu que no § 7º do art. 10 está comprehendida uma faculdade mais ampla do que a de marcar o numero dos empregados. Como é que o nobre deputado teve de arredar-se de um voto tão solemne? Nessa occasião devia ter examinado a natureza dessas attribuições provinciaes, e, com a vastidão de intelligencia que tem o nobre deputado, proceder na fórma da constituição. Eis a intelligencia da maioria das assembléas provinciaes, da geral e dos proprios autores e defensores deste projecto, e que todos estavão de accordo a dar a esse § 7º tal qual se acha nas suas palavras. Como, pois, eu hei de convercer-me sem que appareção razões que destruão tantas e tão respeitaveis convicções? Como acreditar que este artigo tem outra intelligencia? São mysterios que não posso penetrar! A commissão quando desenvolveu estas idéas estabeleceu varias hypotheses e diz (*Lê o parecer da commissão.*)

« Sr. presidente, quanto á primeira hypothese, não acho inconveniente; declaro-o com franqueza, apezar do que se possa dizer a este respeito. E, se o inconveniente é real, o meio de o remediar é outro. Se de um artigo da constituição resultão inconvenientes, estes remedeião-se reformando-o pelos meios constitucionaes, e não é de necessidade que seja este artigo por isso interpretado contra a litteral disposição das suas palavras. Se acaso a assembléa conhecesse que os codigos devião ser uniformes no imperio, e o acto addicional determinasse o contrario, resultaria a obrigação de pedir ao povo soberano a autoridade para reformar este artigo do acto addicional.

« Devia-se primeiramente provar que a intelligencia não era esta; podem haver inconvenientes, mas ha o remedio, que é autorisar a camara dos deputados para remove-los; faça-se isso pelos meios legaes e não (permitta-me-se dizer) revolucionariamente.

(O orador lê a 2ª 3ª e 4ª hypotheses do parecer da commissão; e, concordando com as conclusões a este respeito,

ainda insiste em fazer ver que os inconvenientes resultantes da primeira hypothese só podem ser removidos, se existem, reformando-se a constituição, e passa ao art. 3º do projecto.)

«Sr. presidente, estabelece este art. 3º a mesma distincção entre empregados provinciaes creados por leis geraes e empregados provinciaes creados por leis provinciaes, e diz que só a respeito destes podem as assembléas provinciaes legislar quanto á nomeação, etc. Eu já demonstrei que tal distincção não está no acto addicional; e assim creio poder concluir que tambem o art. 3º é offensivo da lei fundamental. Direi mais. O § 11 do art. 10 autorisou as assembléas provinciaes para legislarem sobre os casos e o modo de nomeação dos empregados provinciaes, sem excepção alguma. (*Lê.*) Ora, é sabido que mesmo antes da reforma constitucional havia graves descontentamentos nas provincias, por ser preciso vir mendigar de tão longe á côrte a nomeação de um juiz de direito, de um vigario, de um professor, de um escrivão, etc.; e em 1831 a assembléa geral compenetrou-se da importancia destes inconvenientes, e convenceu-se da necessidade de pôr nas provincias o remedio. Em consequencia, na lei da regencia se fez a primeira distincção entre empregados geraes e provinciaes, e se autorizou no art. 18 (lê) o que está hoje no § 7º e § 11 do art. 10 do acto addicional, os quaes não são mais do que uma cópia do que está na lei da regencia, com pequenas modificações. Como esta lei fosse interina, por vigorar sómente durante a menoridade do imperador, a assembléa geral quiz fazer desta disposição uma legislação permanente, e por isso é que vem o § 11 do art. 10. Mas os nobres deputados dizem e argumentárão que, se o § 11 concedesse aos presidentes a nomeação dos juizes de direito, por exemplo, ficaria reformado o art. 102 da constituição, que não foi julgado reformavel.

«Esta razão prova de mais. Porquanto, se o § 3º do art. 102 diz que a nomeação do magistrado compete ao imperador, o § 4º tambem dá ao imperador o provimento dos mais empregos; e, se tal razão prevalecesse para o § 3º, devia tambem prevalecer para o § 4º: entretanto, eu creio que os nobres deputados não quererão negar tambem ás provincias, *verbi gratia*, o direito de nomear os mestres de pri-

meiras letras. A coarctada, pois, de artigos da constituição reformaveis, ou não reformaveis, provando de mais, nenhum peso merece. A lei de 12 de outubro de 1832, ordenando aos eleitores que mandassem a esta casa deputados com faculdade para crear um poder legislativo provincial (taes são suas expressões), virtualmente exigiu que o poder constituinte tivesse a amplitude de investir o novo poder legislativo de tudo quanto podem ser attribuições legislativas. Citarei mais alguns exmplos que mostrão a debilidade da argumentação contraria. O art. 13 da constituição delega todo o poder legislativo ás duas camaras, com a sancção do imperador: o art. 13 não foi julgado reformavel, e seguir-se-ha dahi que não tenhão as assembléas provinciaes uma boa parte do poder legislativo!

«O art. 36 diz que a iniciativa sobre impostos é da exclusiva competencia da camara dos deputados; o art. 36 não foi julgado reformavel: e haverá quem negue ás assembléas, não só o direito de iniciar, como o de decretar impostos?

«Passarei agora ao art. 4º do projecto. Diz este artigo que na palavra magistrado não se comprehendem os membros da relação e tribunaes superiores. O acto addicional § 7º do art. 11 diz. (*Lê.*) Ora, á vista desta generalidade, só se não comprehenderão aqui os membros das relações e tribunaes superiores se elles não são magistrados; do contrario será tambem este artigo uma verdadeira reforma.

«Passemos ao art. 5º, que declara que as assembléas provinciaes procedem como tribunaes de justiça quando decretão a suspensão ou demissão do magistrado.

«Em primeiro logar observarei que nunca li ou ouvi applicar-se o verbo decretar para exprimir uma funcção de tribunal de justiça; e me parece que, se o acto addicional quizesse converter em corpos judiciarios as assembléas, diria, em vez de — compete ás assembléas provinciaes decretar a suspensão, etc., — julgar os magistrados, applicando-lhes a pena de suspensão, etc. A constituição, porém, escolheu a phrase legislativa ou administrativa, e sujeitou o termo judiciario. E' dos Estados-Unidos que se transplantou para o Brasil esta disposição. Nos Estados-Unidos (na constituição

federal, por exemplo) o senado é declarado tribunal de justiça para julgar todos os empregados publicos por causa politica (*empeachement*), impondo a pena de demissão e declarando a inhabilitação para outros empregos. Entretanto, a par desta disposição, que tambem reconhece a constituição particular do estado de New-York, vem ahi outra disposição do § 13 da secção IV. E' esta disposição que está copiada no acto addicional. Dá a constituição de New-York neste paragrapho ás duas camaras simultaneamente o direito de decretar a demissão dos magistrados, cujos titulos lhes dão o direito de continuar emquanto bem servirem.

«A segunda parte deste artigo diz que as assembléas provinciaes só poderão impôr a pena de suspensão ou demissão no caso de crimes a que estas penas estejão impostas por leis criminaes anteriores. Ora, permitta-me V. Ex. que eu combata esta parte do artigo com um principio geral consignado no parecer da commissão que propoz este projecto. (*Lê.*) Como, pois, com este principio quiz a commissão fazer dependentes das leis da união um acto das assembléas provinciaes? Não será isto tornar mancas e imperfeitas suas attribuições? Não póde, por exemplo, a assembléa geral por uma lei ordinaria inutilisar completamente este artigo constitucional, marcando para os crimes dos magistrados em todos os casos penas que não sejão a suspensão ou demissão? Vê-se, pois, que a conversão das assembléas provinciaes em tribunaes de justiça é mais uma inconstitucionalidade do projecto.

«O art. 6º declara que o decreto da suspensão deve ser formulado de uma maneira especial. Na verdade, se as assembléas provinciaes são tribunaes da união, póde esta marcar, não só as formulas do julgamento, como as das sentenças; mas uma difficuldade acho eu, e consiste em que pelo art. 11 (*lê*) compete ás assembléas provinciaes decretar seus regimentos com certas e determinadas excepções; accrescentar outras não é interpretar, é evidentemente reformar.

«Art. 7.º (*Lê.*) Dá aos presidentes o direito de suspender os actos legislativos que julgarem contrarios á constituição. Este artigo é o filho querido do regresso, cujo originario autor, o Sr. ex-ministro da justiça, já assim en-

tendeu o acto addicional, e assim o mandou executar pelos seus presidentes. Se elle governasse sempre, até bem podião dispensar este artigo os mesmos senhores apaixonados do regresso; mas, como podem vir, e eu o espero, administrações para quem a constituição não seja letra morta, conviria decretar-se a verdadeira intelligencia, se duvida pudesse haver a este respeito. Eu me explico.

« O acto addicional, declarando o modo por que serião submettidos á sancção os actos legislativos provinciaes, disse que os presidentes negarião a sancção quando entendessem que esses actos não convinhão ao bem da provincia. Talvez por uma especie de poder legislativo, não quiz a constituição declarar hypotheses em que as assembléas provinciaes fossem-lhe contrarias em seus actos. Quiz que a formula geral com que o presidente negasse a sancção fosse com o pretexto de que as leis não sanccionadas não convinhão aos interesses provinciaes: assim tambem na constituição, quando suppõe-se que o imperador não dê a sancção a uma lei geral (e note-se que póde em algum caso ser essa lei no juizo do imperador contraria á constituição) se diz que o fará pela formula cheia de cortezia:— O imperador quer meditar. — No art. 15 do acto addicional estão, pois, a regra e a formula geral para a não sancção, quando as leis são pela primeira vez enviadas ao presidente.

« O art. 16, porém, é já para o caso de querer a assembléa provincial por dous terços de votos fazer prevalecer sua opinião sobre a do presidente: o acto addicional dá esse correctivo ao veto presidencial, mas estabelece duas hypotheses, em que o presidente possa, a despeito do juizo da assembléa, suspender a execução da lei, e appellar para a decisão da assembléa geral. Diz o art. (*Lê.*) Conheceu o legislador que, se se desse ao presidente a faculdade de suspender todos os actos legislativos provinciaes em que pudessem achar pretextos de offensivos dos interesses de outras provincias, seria isto uma grande latitude dada ao executivo provincial: restringiu, pois, o legislador essa suspensão ao caso unico do § 8º do art. 10, isto é, quanto á lei relativa á navegação, estrada, ou outra obra publica, que possa trazer damno a outra provincia.

« Quanto á excepção relativa ás leis que possão offender os tratados, bem se vê em primeiro logar que ella se limita por sua natureza a poucas leis provinciaes, e em segundo logar que era um recurso indispensavel aos delegados do poder executivo geral, que tem o direito exclusivo de fazer a guerra e a paz, e de tratar com as nações estrangeiras. Se esta restricção não houvesse, poderia, *verbi gratia*, uma provincia maritima decretar taes medidas que trouxessem inevitavelmente a guerra com alguma potencia estrangeira. Mas se, além destas duas excepções, tão restrictas, tão limitadas, tão positivas, se vai ainda accrescentar uma, e tão ampla como a que se acha consignada no artigo, me dirá V. Ex. onde vão as attribuições das assembléas provinciaes, as suas garantias?

. . . . . .

« Finalmente ha o art. 8.º (*Lê.*) Já foi muito sufficientemente provado quanto elle é absurdo, quanto é contrario á constituição: desnecessario é ajuntar as minhas vozes ás dos oradores que tão de espaço sobre esta materia fallárão. Limitar-me-hei a dizer: « Aqui está o maior dos absurdos, a maior das extravagancias legislativas que tenhão apparecido. »

« Determinar que certos actos legislativos das assembléas provinciaes são contrarios á constituição, e na mesma lei determinar que ficão em vigor esses actos, isto não se poderá applicar senão, *verbi gratia*, como uma transacção com uma provincia importante. Quando ha factos que parecem justificar boatos creio que não estamos inhibidos nesta tribuna de apresentar esses boatos. No projecto original offerecido pela commissão não appareceu este artigo, com a declaração nova e muito curiosa: — *Ficão em vigor as disposições em contrario*. Creio mesmo que este artigo, proposto na 2ª discussão, foi rejeitado, declarando-se a maioria da camara contra tão cerebrina disposição; mas boatos corrêrão de que a representação de Pernambuco estava muito mal satisfeita com a interpretação do acto addicional, porque ia revogar leis que estão em vigor naquella provincia, que aquella representação suppõe que teem feito muito beneficio, e que revogando-se podião causar abalos: diz-se mesmo que o Sr. ex-ministro da guerra não era alheio a esta opinião; que em

consequencia uma transacção se fez, afim de que se respeitassem essas leis que se revogárão.

« Supponho que semelhante modo de proceder não é de maneira alguma airoso á camara dos deputados: ou a cousa convem ou não; mas legislar-se com receio de certas influencias, legislar-se por transacções a respeito do acto addicional, a respeito da constituição, não acho muito decoroso. Entretanto, como a minha razão não me subministra um só raciocinio em apoio desta disposição, que acho extravagante, eis porque dou algum credito ao boato de que ella foi feita por transacção; e, como em tudo e por tudo sou adverso a transacções, é uma razão de mais para que eu vote contra a disposição do art. 8º, manifestamente absurda.

« Tenho dado em geral as razões em que me fundo para julgar contradictorio, absurdo, incoherente e anti-constitucional o projecto em discussão. Voto, portanto, para que assim se julgue, e entrando elle em nova discussão se emendem esses absurdos, incoherencias, contradicções, que resultão de sua inconstitucionalidade provada. »

(*Jornal do Commercio* de 11 de junho de 1839.)

VI

A maioridade

No meio destas lutas, chegámos ao anno da maioridade do Sr. D. Pedro II. — 1840.

O principio de que o rei não póde fazer mal nunca esteve em mais proveitoso relevo do que durante a menoridade do Sr. D. Pedro II.

Em todo esse periodo os erros das camaras, das regencias, dos regentes e dos ministros prejudicavão sómente o elemento popular, de que erão filhas essas entidades.

As desordens do primeiro reinado estavão em 1840 como que apagadas da memoria dos contemporaneos.

A as demasias do governo pessoal, que havião acarretado a animadversão nacional contra o Sr. D. Pedro I, completamente esquecidas.

Apenas se estudava a historia do passado na devota palinodia que cantavão penitentes, e, batendo no peito, alguns coripheus (outr'ora) do liberalismo.

Os realistas do bom velho tempo, evocados complacentemente pelos novos conversos, batião palmas na esperança de verem reerguidos os altares da sua idolatria.

Acreditavão sinceramente que o prestigio da realeza havia de reparar, como por encanto, os estragos produzidos pelo governo da plebe.

Contavão que serião suffocadas para sempre nossas dissenções intestinas, e que teriamos de desfrutar a idade de ouro.

Applaudião antecipadamente as festas natalicias com as chuvas de graças e condecorações, que são o seu inseparavel cortejo.

E os oligarchas aproveitavão o tempo, procurando enraizar o seu ominoso dominio, estudando a maneira de se

fazerem homens necessarios e benemeritos do imperio, na sua qualidade de restauradores da monarchia e exclusivos devotos da boa causa.

Por sua parte, os liberaes bem sabião quanto terreno tinhão perdido nos ultimos annos.

E nos seus apertos e embaraços sonhavão encarnar-se na monarchia, e inicia-la no manejo honesto do governo.

Era o *desideratum* que havia falhado sob a regencia e regentes populares.

E por accordo universal appareceu a idéa de decretar-se um supprimento de idade para o joven imperador.

Oppunha-se a constituição, que é terminante no seu artigo 121: « *O imperador é menor até a idade de dezoito annos completos.* »

Por esse pequeno embaraço não se deixavão prender os oligarchas.

Ao contrario, o seu plano confessado era apparelhar a machina do governo forte, para entregal-a nominalmente ao imperador menino.

Em nome das sympathias que desafiava o orphão da nação, ião elles confiscando uma a uma as garantias consagradas no pacto fundamental.

Erão os preparativos do seu projecto de maioridade.

Mas, se a maioridade fosse iniciada em lei ordinaria pelos liberaes, era quasi certo que a lei seria combatida pelos conservadores em nome da constituição.

Da constituição! que elles acabavão de rasgar violentamente na interpretação do acto addicional!

A maioridade só poderia ter o cunho da constitucionalidade se fosse iniciada e decretada por essa oligarchia tenebrosa, que, apoiada no poder e no dinheiro dos traficantes da costa d'Africa, a cujas emprezas se associára, começava, segundo a phrase de um aproveitado neophito, *a plantar na côrte o seu futuro*.

É que, posta á margem a constituição, preparava ousadamente as machinas de guerra que devião assegurar-lhes, e de facto assegurárão, o dominio em nome do Sr. D. Pedro II.

O partido liberal havia reconhecido o gravissimo perigo da situação.

A verdade do systema constitucional estava ameaçada pelo trama oligarchico.

A lei da interpretação antes da annullação do acto addicional era a precursora da lei inconstitucional de 3 de dezembro de 1841, da restauração inconstitucional do conselho de estado, e das mais armadilhas legislativas que confiscárão as liberdades publicas em proveito da oligarchia.

E que fizerão a desgraça e sellárão o opprobrio do presente reinado.

A escola do liberalismo verdadeiro é a escola da legalidade e da ordem bem entendida.

Mas cumpre confessar que circumstancias se dão em que a letra da lei mata e o espirito vivifica.

« Para aproveitar-se uma occasião fugitiva de fazer o bem do paiz, diz Jefferson, é licito ir além da constituição. Nestes casos, os representantes da nação, se interpretão bem as necessidades publicas, devem prescindir de subtilezas metaphysicas, e, arriscando-se como fieis mandatarios, pedir depois á soberania nacional um *bill* de indemnidade. Se o facto praticado é verdadeiramente util e honesto, a nação não desapprovará o procedimento dos seus mandatarios, e o *bill* de indemnidade, tornando mais salientes os traços da separação da linha dos poderes, longe de enfraquecer, consolidará a constituição. »

De conformidade com a sã doutrina que acabo de citar, justificados se devem considerar os liberaes brasileiros se, na deploravel situação que está descripta, appellárão para um golpe de estado parlamentar, proclamando, apezar da constituição, a maioridade do imperador, e procurando identificar com a gloria do reinado a salvação das garantias constitucionaes.

Pensavão os liberaes que Sua Magestade o Imperador podia ser o instrumento providencial que fizesse resvalar o golpe liberticida e quebrar as taboas de proscripção decretadas pela oligarchia.

Offerecendo o seu apoio ao imperador menor, os liberaes erão sinceros e procuravão assim dirigir no sentido dos seus principios a politica do segundo reinado. Não tinhão pensamento reservado. Estava longe da idéa dos liberaes brasileiros

o exemplo dessa opposição famosa que, como diz H. Heine, durante a restauração protestou em França que se contentava com a carta, que depois da revolução de julho alardeava ter representado quinze annos uma farça que aliás continuava, fazendo-se, com visivel ironia e manifesta repugnancia, comparsa da realeza.

Erão unisonos. No dia 2 de dezembro de 1838, na cidade do Serro os conservadores fazião a festa do natalicio imperial, e a consideravão festa de partido, em que os liberaes nada tinhão que vêr.

E no meio dos seus cantares estourou entre elles a profecia da maioridade, por parte de um liberal, como symbolo e bandeira de todo o partido liberal do imperio.

Empunha o sceptro teu, oh! magestade!
Esmaga o nepotismo, a prepotencia,
O regresso, o terror, a iniquidade.

Que seja o «filho», oh! queira a Providencia!
O defensor, o heróe da liberdade,
Bem como o «pai» o foi da independencia (*)

Assim acabava um soneto recitado por meu fallecido irmão, o Sr. Honorio Benedicto Ottoni, no theatro levantado pelos conservadores, e onde elles julgavão estar sós.

Nesta disposição dos espiritos abriu-se a sessão legislativa em 1840.

Uma associação se formou com o compromisso confessado de se levar a effeito a maioridade.

Creio que o primeiro motor da idéa foi o senador Alencar, em cuja casa a associação celebrou todas as suas sessões.

Quatorze eramos os confederados, seis senadores e oito deputados.

Entre os senadores contavão-se Vergueiro, José Bento e Alencar; entre os deputados os dous Andradas e Marinho, além de um illustre veterano da independencia, que tivera a prioridade da idéa, propondo-a dous annos antes em casa de Alvares Machado. Além do meu humilde nome só me considero autorisado para declinar os daquelles que já pertencem á historia.

(*) Vêde «Jornal do Commercio» de 27 de julho de 1840.

Com os fins confessados a medida só podia attingir o seu alvo se obtivessemos préviamente o accordo e a benevolencia do imperador.

Neste presupposto, deliberou-se na primeira sessão, antes de tudo, sondar o animo de Sua Magestade.

Os Andradas ficarão encarregados de o fazer por intermedio de pessoas alto collocadas, e que tinhão accesso junto de Sua Magestade.

Deliberou-se mesmo a formula da missiva, que devia reduzir-se a estes restrictos termos:

« Os Andradas e seus amigos desejão fazer decretar pelo corpo legislativo a maioridade de Vossa Magestade Imperial; mas nada iniciarão sem o consentimento de Vossa Magestade Imperial. »

« QUERO E ESTIMO MUITO QUE ESSE NEGOCIO SEJA REALIZADO PELOS ANDRADAS E SEUS AMIGOS. »

Tal a resposta imperial que trouxe a Antonio Carlos um dos embaixadores. Era o gentil-homem Bento Antonio Vahia, que no dia 2 de dezembro desse mesmo anno, em remuneração do serviço que prestou ao club maiorista, foi despachado conde de Sarapuhy.

O gentil-homem Vahia teve por collega na delicada missão que se lhe confiou outro cavalheiro de igual jerarchia, e que tambem foi despachado titular no mesmo dia.

Além destes, um dos deputados confederados para a maioridade estava encarregado de visitar repetidas vezes o palacio de S. Christovão, para se assegurar das boas disposições do imperador.

Desde que tivemos o assentimento imperial mettêmos mãos á obra.

Discutiu-se na reunião um projecto de maioridade desde já acompanhado com diversas providencias, e entre ellas a creação de um conselho de estado.

Por pouco que esta medida era o pomo da discordia no club maiorista.

Já expliquei em outra parte a importancia que dou ao art. 32 do acto addicional. Foi no meu entender uma grande concessão ás idéas democraticas e annullou completamente o

poder moderador. O fallecido monsenhor Marinho tinha as mesmas idéas.

Era, pois, impossivel que nos sujeitassemos a advogar nas camaras um projecto que contrariava nossas mais queridas aspirações.

Marinho era um alliado prestimoso, de quem o club não podia prescindir.

Por consideração para com elle e bondade para comigo, o club deliberou destacar as duas idéas e apresenta-las em projectos separados. — maioridade e conselho de estado.

Assim trabalhavamos unanimemente para a maioridade, e nos separariamos segundo a convicção de cada um na lei do conselho de estado.

Os dous projectos geraes forão redigidos na reunião em o dia 12 de maio de 1840 e no dia seguinte forão submettidos á consideração do senado.

PROJECTO DE RESOLUÇÃO PARA DECLARAR Á MAIORIDADE

Sessão em 13 de maio de 1840.

« Artigo unico. O Sr. D. Pedro II, imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil, é declarado maior desde já.

« Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. — José Martiniano de Alencar. — Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. — José Bento Ferreira de Mello. — Antonio Pedro da Costa Ferreira. — Manoel Ignacio de Mello e Souza. »

Tinha-se deliberado no club solicitar para o projecto da maioridade a assignatura do marquez de Paranaguá, que se inculcava o monarchista por excellencia, mas que não commungava com a oligarchia. O marquez declarou que não assignava, mas comprometteu-se a advogar sua adopção na tribuna, como effectivamente o fez, apezar de não ter sido a doutrina impugnada.

Emquanto pendia de decisão do senado o projecto de maioridade, o deputado Carneiro Leão, para melhor fazer pressão sobre a camara vitalicia, motivou na camara tem-

poraria um projecto de reforma da constituição, autorisando os eleitores da seguinte legislatura a darem poderes constituintes aos novos deputados para reformarem o art. 121, que marca a época da maioridade do monarcha.

A discussão abriu-se; e, como tenho já exposto meus principios e modo de encarar a questão, está claro qual terá sido o meu precedimento nesta eventualidade.

Quando oradores distinctos trouxerão para o campo da argumentação subtilezas metaphysicas, e pretendêrão provar que a dispensa da idade imperial cabia nas faculdades ordinarias da legislatura, os principios puderão mais no meu espirito do que a consideração que eu tributava e tributo ainda ás illustrações que assim se enunciavão.

No *Jornal do Commercio* de 18 de julho de 1840 vem o discurso em que mais detalhadamente me expliquei a respeito.

Disse eu:

« Sr. presidente, eu estava resolvido a não tomar parte no presente debate, porque oradores muito abalisados já de antemão se havião empenhado, mesmo antes de começar a discussão do projecto, em analisa-lo, e havião annunciado a intenção em que estavão de faze-lo, como teem feito, com profundidade de conhecimentos e de illustração, que eu nem de longe poderei imitar.

« Entretanto, Sr. presidente, fui obrigado a pedir a palavra, provocado pelo nobre deputado 2º secretario, chamado a terreiro e interrogado sobre minhas opiniões antigas a este respeito; fui por consequencia forçado a pedir a palavra para tomar parte na presente discussão: entrarei, pois, nella, e serei o mais resumido que for possivel, dando a minha opinião a respeito do projecto, a respeito de alguns topicos que se teem aventado na casa, e algumas respostas ás observações que teem apparecido.

« Sr. presidente, eu voto contra o projecto que está em discussão porque é inteiramente inutil e não preenche os fins que se diz ter em vista com a sua apresentação. Quer o projecto que os eleitores que teem de nomear os deputados da legislatura que ha de começar em 1842 lhes confirão nas procurações especial faculdade para reformar a constituição

no artigo que diz respeito ao termo da menoridade do monarcha: entretanto, Sr. presidente, a legislatura de 1842, na fórma da constituição, está convocada desde o dia 3 de junho; e, na fórma da lei de 29 de julho de 1828 no § 1º do art. 1º, no prazo de seis mezes, contados da época em que o decreto da convocação chegar ás differentes provincias, as eleições devem estar ultimadas. E' verdade que S. Ex. o Sr. ministro da justiça já declarou no senado que havia recommendado aos presidentes das provincias que tivessem em consideração na execução da lei o projecto que se achava no senado, espaçando as eleições.

« Mas, Sr. presidente, nem a intenção do governo, segundo se expressou o Sr. ministro da justiça, era que se espaçasse contra a lei o prazo das eleições além dos seis mezes, nem as circumstancias actuaes são hoje aquellas sob as quaes fez esta declaração o Sr. ministro da justiça.

« Quasi dous mezes são passados da convocação; restão, portanto, apenas quatro mezes, dentro dos quaes se teem de ultimar as eleições nas provincias mais longinquas, como o Pará e Mato-Grosso. Por consequencia, será possivel que esta lei que discutimos chegue a estas provincias antes de se fazerem as eleições? Evidentemente é impossivel. O espaçamento das eleições acaba de ser rejeitado na camara vitalicia, tendo-se votado alli, não só contra o artigo que determina que as eleições se não fação senão no anno de 1841, como contra todas as outras providencias, á excepção de uma, que se achavão consignadas naquelle projecto. Por consequencia, já o senado interpoz a sua opinião a respeito do espaçamento da eleição; e, se o curto prazo marcado pela constituição e pela lei regulamentar respectiva não permitte que, ainda no caso de passar o projecto que se acha em discussão pelos tramites exigidos na constituição, chegue elle a tempo de poderem os eleitores conferir poderes especiaes aos deputados da seguinte legislatura, é evidente que o projecto é inteiramente ocioso, é inutil. Nem vejo razão para que nos occupemos de um projecto que não preenche os fins a que se destina.

« E' verdade que o nobre autor do projecto e os nobres deputados que o defendêrão advogárão na casa o espaçamento

das eleições; mas eu tenho de lamentar uma contradicção bem flagrante a este respeito, e é que os alliados dos nobres deputados defensores do projecto, que formão a maioria no senado, não fizessem passar alli o espaçamento das eleições! Os alliados do ministerio actual, os alliados do nobre deputado autor do projecto, já de antemão havião declarado no senado que não querião este projecto. Ora, á vista destes successos, eu bem podia capitular este projecto como uma allicantina parlamentar, tendente unicamente a fazer cahir na outra camara, como já se disse, outro projecto que se temia.

« Sr. presidente, os nobres defensores do projecto parece que hoje tomão o conselho que Felippe II dava aos estadistas: dizia este monarcha que o homem politico devia constantemente voltar os costas para o alvo a que pretendia chegar, e que devia proceder como os remadores, que, sentados nos seus bancos, voltão as costas para onde a força de seus braços impelle a embarcação. Sem duvida, á vista do successo occorrido na outra camara, de se rejeitar o espaçamento das eleições, á vista da impossibilidade em que estamos de que tenha logar, pela reforma exigida no projecto, a maioridade, é evidente que os defensores do projecto, conforme Felippe II aconselha aos estadistas que procedão, fazem como os remadores; voltão as costas para o alvo a que pretendem attingir; mas remão para elle. Os nobres defensores do projecto voltão prudentemente a cara para S. Christovão, mas remão para a rua dos Arcos. (*Risadas e apoiados.*)

« Sr. presidente, a isto poderia eu limitar-me pelo que diz respeito ao projecto; na casa tem-se já discutido sufficientemente qual o meio de fazer terminar o provisorio actual, qual o meio mais conveniente e constitucional para elevar-se ao throno o Sr. D. Pedro II; mas os defensores do projecto contradizem-se, porque alguns, como o nobre deputado pela provincia de Minas-Geraes, fazendo ver que a idade de 18 annos é a mais apropriada em geral para terminar a menoridade, entretanto votão pelo projecto.

« Se a idade de 18 annos é a mais apropriada para terminar a menoridade do monarcha, por que razão votão os nobres deputados por um projecto que tende a encurtar este

prazo, que os nobres deputados julgão tão razoavel? Mas, Sr. presidente, esta mesma contradicção dos nobres deputados revela as suas convicções, revela que os nobres deputados estão persuadidos á vista da marcha dos negocios publicos, que não é mais possivel que o mesmo braço que hoje dirige o leme do estado continue. (*Apoiados.*)

« Sr. presidente, eu entro com alguma difficuldade nesta questão porque tem alguma cousa de pessoal a respeito da vontade irresponsavel. Mas em primeiro logar eu vejo que a constituição só declara irresponsavel o regente, não o declara inviolavel, por consequencia, permitte que se discuta o seu comportamento: em segundo logar tenho os precedentes dos nobres deputados que hoje formão a maioria. (*Apoiados.*) Constantemente na legislatura passada se discutiu a maneira mais ou menos constitucional por que a vontade irresponsavel de então se dirigiu no exercicio do seu alto emprego . . . . . .

. . . . . .

« Ora, Sr. presidente, á vista destas considerações e de todas que resultão dos factos que expuz, factos não meus, não do lado a que pertenço, mas de outras pessoas que teem estado em contacto com o governo actual não resulta que estamos nas circumstancias as mais melindrosas e delicadas em que o paiz talvez se tenha achado, e que será preciso alguma medida que remova os males que nos estão imminentes? Creio que destas observações evidentemente se conclue a conveniencia de decretar-se a maioridade do monarcha, e que sómente pela maioridade do monarcha podem cessar os males publicos.

« Portanto, se a decretação desta medida não póde ter logar pelos meios que o projecto indica, e se, ainda que pudesse ter logar, não sei se nossos males admittem uma demora de dous annos...

« Os Srs. Quadro Aranha e Andrada: — Apoiado.

« O Sr. Ottoni — ... creio que nestas circumstancias deveria a camara, quando se apresentasse um projecto dispensando os annos que restão para completar-se a maioridade do monarcha, deveria sem duvida tomar sobre si a res-

ponsabilidade que desse seu acto pudesse provir e decretar a dispensa.

« Sr. presidente, eu não pretendo entrar na discussão da constitucionalidade do art. 121 da constituição. Entretanto, as minhas opiniões a este respeito estão consignadas em um discurso que o nobre deputado pela provincia de Minas-Geraes teve a bondade de trazar á casa; e a camara ha de permittir que eu leia duas linhas desse discurso, onde bem expressamente se dá a entender qual é minha opinião. Eu disse na assembléa legislativa provincial de Minas-Geraes, tratando de um artigo que está nas circumstancias do art 121 da constituição: « Se o artigo da constituição (o que exige a idade de 25 annos para o parente mais proximo do imperador poder assumir a regencia) não tem caracter de constitucional, então não ha na constituição alguma disposição que seja constitucional, e tudo está á discrição e mercê da assembléa geral legislativa. »

« Sr. presidente, a consideração que mais tem influido no meu espirito para emittir este voto, e que ainda hoje me obriga a sustentar esta minha opinião, apezar de argumentos tão luminosos que teem sido apresentados pelos senhores do meu lado, e apezar de ter sido discutida com tanto saber a questão da constitucionalidade do artigo; a consideração de conveniencia, digo, que me obrigou e me obriga a insistir nesta opinião que professo é o receio de que a assembléa geral abuse de um precedente desta natureza, e queira reformar outros artigos da constituição a pretexto de que não são constitucionaes. Foi sempre a minha opinião que era constitucional tudo que estava na constituição, mesmo apezar do disposto no art. 178. Se nós formos querer entender litteralmente o art. 178 da constituição, achar-nos-hemos a respeito de quasi todos os artigos nos mesmos embaraços em que se teem achado os oradores do lado opposto, para responder aos argumentos dos oradores do lado a que pertenço, que sustentão que o artigo não é constitucional.

« Quando se tratou da reforma do acto addicional e em outras occasiões tenho-me pronunciado contra a omnipotencia parlamentar; tenho declarado que devemos considerar constitucional tudo que existe na constituição, não obstante a letra

do art. 178, e que nunca deviamos admittir reforma de um artigo da constituição a pretexto de que não era disposição constitucional, pelos inconvenientes e abusos que daqui podem originar-se. Por consequencia, quando apparecer o projecto de maioridade de Sua Magestade o Imperador, eu votarei por elle, mas pela razão de conveniencia (*apoiados*), pondo de parte a questão de constitucionalidade; porque, segundo os meus principios, em certas circumstancias e occasiões, pode o executor das leis e da constituição tomar sob sua responsabilidade o não proceder inteiramente de accordo com a letra e mesmo espirito da lei, quando motivos muito ponderosos justificão este seu procedimento. Digo a minha opinião francamente, e quando apparecer em discussão na casa um projecto a este respeito tomarei francamente sobre mim a responsabilidade, e direi á nação: « A minha convicção me diz que este artigo é constitucional: eu tenho receio de que a assembléa geral entre na discussão de quaes são os artigos constitucionaes e de quaes o não são: entretanto o governo actual pela maneira por que procede abisma a nação: o meio constitucional que sympathisaria mais com meus principios, e que se acha consagrado na constituição, é inexequivel, por que não cabe no tempo; e, quando não seja inexequivel, trará em resultado tomar-se a medida daqui a dous annos, quando a nação precisa de remedio immediato, quando dous annos são bastantes talvez, ou antes quando dous annos são bastantes de certo para acabar-se de perder a nação. »

« Nestas circumstancias, eu, posto aqui por meus constituintes para velar na guarda da constituição e das leis, tomo sobre mim esta responsabilidade de emittir um voto, não no rigor dos meus principios, não muito de accordo com os meus principios, mas porque as circumstancias da nação o exigem.

« A' vista desta declaração franca e leal, os meus constituintes decidirão se obrei bem ou mal; elles, ou me darão o *bill* de idemnidade, ou, lançando-me fóra dos bancos desta casa, manifestarão que desapprovão e que censurão o meu procedimento.

« Sr. presidente, creio que, se a legislatura brasileira, chegada a época da maioridade, dissesse ao Brasil: « Eis

aqui a constituição com o art. 121 intacto; entendi que este artigo era constitucional e tive escrupulos (apezar de que o povo lhe podia responder: «Não tiveste tanto escrupulo quando trataste de reformar o acto addicional!...» Mas quero pôr isto de parte), tive escrupulos de tocar neste artigo, que julguei constitucional, entendido restrictamente; entrego-vos, portanto, a constituição nesta parte ao menos do art. 121 intacta.» Mas o Rio Grande perdeu-se, a conflagração continúa em todo o orbe brasileiro; a bancarota bate á porta; e entretanto não pudemos evitar isto, porque o regente, que tomou posse no anno de 1838, tinha direito adquirido, como nos disse um illustre jurisconsulto hontem, a governar o Brasil por quatro annos; e, como nos disse outro nobre deputado de Pernambuco hoje, porque a camara dos deputados, ou os deputados adquirirão o direito de ser deputados por quatro annos, e, se acaso a maioridade do monarcha tiver logar desde já, postergão-se os nossos direitos adquiridos, póde haver alguma dissolução, e nós perdemos o direito de ser deputados por quatro annos. (*Risadas.*)

«Creio, Sr. presidente, que o povo brasileiro em taes circumstancias não applaudiria certamente o nosso respeito pelo art. 121 da constituição; pelo contrario estou persuadido que o povo applaudiria aquelles que, posto não estivessem convencidos de que cabia nas attribuições da assembléa geral a medida de que fallo, comtudo tinhão-lhe dado seu voto, por julgarem que as circumstancias o exigião.

«Tem-se, Sr. presidente, argumentado muito com os defeitos das regencias, tem-se querido persuadir que todos os nossos males nascem da falta de prestigio que acompanha ordinariamente a estes governos.

«Sr. presidente, eu estou intimamente convencido de que os inconvenientes que teem sido apresentados nesta casa como proprios das menoridades e dos governos regenciaes teem logar especialmente nas monarchias absolutas; não entendo, portanto, que seja da construcção e da organisação do governo durante a menoridade que nasção nossos males; nascêrão, sim, do desacerto da escolha. Eu estou persuadido de que, se os votos dos cidadãos brasileiros tivessem collocado no alto posto de regente a um individuo que comprehendesse

bem o elevado daquella posição, a um individuo que tratasse de corresponder á espectativa de seus concidadãos, esses decantados inconvenientes da fraqueza das regencias não terião apparecido, embora, Sr. presidente, os votos dos cidadãos fossem procurar em uma fabrica de velas o filho do proprietario; se succedesse que esse homem, pelo voto de seus concidadãos, assim tirado da obscuridade, fosse um Franklin, não seria por falta de prestigio que elle deixaria de cumprir os elevados deveres de sua posição.

« Terei de dizer mais algumas verdades, bem que triviaes; entretanto eu julgo-me obrigado a dize-las.

« Eu confio muito em que o prestigio da realeza contribuirá alguma cousa para melhorar as difficuldades do governo; entretanto não entendo que o prestigio que cerca o throno do Sr. D. Pedro II venha de que seus antepassados, desde seculos muito remotos, occupassem thronos na Europa.

« Sr. presidente, o prestigio do Sr. D. Pedro II nasce do campo da Acclamação, onde seu pai foi acclamado imperador do Brasil, não porque descendesse de uma antiga linhagem de reis da Europa, mas porque, comprehendendo bem as necessidades do Brasil, pôz-se á frente da nossa independencia, e soltou nas margens do Ypiranga esse grito famoso:— Independencia ou morte ! Se acaso succedesse que, em vez de ser o primeiro imperador do Brasil, descendente da casa de Bragança, quem se pôz á frente deste movimento verdadeiramente nacional, que nos elevou á categoria de nação, fosse outro heróe, como João Fernandes Vieira, e a nação tivesse collocado a corôa sobre a sua cabeça, o Sr. D Pedro II, descendente desse outro heróe, e não do filho dos reis, não teria menos prestigio. (*Susurro de reprovação*). O prestigio do Sr. D. Pedro II nasce da constituição e da acclamação, pela qual o povo elevou o primeiro imperador ao throno que elle tinha erigido.

« Passarei agora a responder, ainda que mui levemente, a alguns dos topicos do discurso do nobre deputado que me precedeu.

« Muito sinto que o nobre deputado se tivesse retirado da casa; mas, como estou prompto para repetir quando S. Ex. estiver presente o que vou agora dizer á camara, não se to-

mará como falta de generosidade de minha parte fallar pela maneira por que o vou fazer; porque seria na verdade falta de generosidade da minha parte censurar no illustre deputado ausente uma contradicção flagrante se eu não estivesse resolvido a dizer o mesmo em qualquer occasião em que o nobre deputado possa defender-se.

«O nobre deputado começou o seu discurso declarando que não queria arriscar a inexperiencia dos primeiros annos do imperador.

«Ora, pergunto ao illustre deputado: «O imperador ficaria mais moço, ficaria mais inexperiente, de 25 de maio de 1837 para cá? Desejava que o nobre deputado me respondesse a isso, porque, segundo vejo no *Correio Official* do dia 26 de maio de 1837, o nobre deputado de Pernambuco, ex-ministro dos negocios estrangeiros, que acabou de fallar, foi um dos dez membros desta casa que apoiárão um projecto do Sr. deputado Vieira Souto propondo por uma lei ordinaria a maioridade de Sua Magestade o Imperador. (*Apoiados.*) Eis o que diz o *Correio Official* de 26 de maio de 1837. (*Lê.*)

«ALGUNS SRS. DEPUTADOS — Não ha a menor duvida.

«O SR. OTTONI: — Por consequencia, desejava que o nobre deputado attendesse bem para isto, e me dissesse se em 1840 o imperador era mais joven, mais inexperiente, do que em 1837. (*Apoiados e risadas.*)

«Mas, Sr. presidente, talvez em 1837 existisse com muito mais verdade o que o nobre deputado pela provincia de Minas-Geraes nos quer attribuir hoje. O nobre deputado dissenos que quer-se a maioridade porque se tem fome de poder. Em 1837, quando o joven monarcha não era joven, não era inexperiente, por que razão se davão estes votos? Porque se tinha fome de poder, segundo os principios do nobre deputado pela provincia de Minas-Geraes applicados á opposição actual.

«Eu não cito, senhores, os nomes dos dez deputados que votárão desta maneira, porque alguns se teem pronunciado coherentemente com suas opiniões de então e outros ainda se não enunciárão na casa; e não quero incorrer na mesma censura que fiz ao nobre deputado pela provincia de

Minas-Geraes, de querer achar contradicção antes de os deputados emittirem suas opiniões.

«O nobre deputado de Pernambuco, ex-ministro dos negocios estrangeiros, fez duas distincções entre mudanças de principios que se tinhão professado no verdor dos annos, quando liberaes, e quando o não erão. Quando os principios professados por alguem no verdor dos annos são liberaes esse nobre deputado justifica a mudança; mas disse que o nobre deputado pela provincia de S. Paulo, o Sr. Alvares Machado, incorre em grave censura, porque mudou os principios professados no verdór dos annos para principios menos liberaes actualmente. Entretanto a demonstração disto cifra-se na conducta do nobre deputado em 1837. De modo que agora é que sei que o meu nobre amigo em 1837 estava no verdor dos annos. (*Apoiados e risadas.*) Mas creio que o nobre deputado não estava nas circumstancias mencionadas; não mudou suas opiniões liberaes para opiniões menos liberaes; nem mudou de opiniões que erão menos liberaes para as opiniões que o nobre deputado em outras occasiões disse que são republicanas.

«Mas, Sr. presidente, o nobre deputado, que acha o meu nobre amigo de S. Paulo corcunda, achou uma cousa que ninguem sabia; e a reputação de que goza o Sr. Alvares Machado como patriota, como amigo das instituições, como amigo do progresso na ordem, é uma reputação bem estabelecida (*Apoiados.*) Primeiramente, não sei que agora de maneira alguma possa estar em contradicção com os principios que tão porfiadamente tem defendido por tão longos annos (*Apoiados*); em segundo logar, o nobre deputado, que censurou tanto esta incoherencia, é o mesmo que votou tambem nesta casa pela adopção do acto addicional, e vem nos dizer hoje que o acto addicional é illegal, que a camara constituida em 1834 não tinha poderes para reformar a constituição independentemente do senado.

«Eu não entrarei nesta questão, porque foi ventilada na casa com muita sabedoria; apresentárão-se argumentos tirados da letra e espirito da constituição e indole do systema representativo, principalmente em um paiz cujo dogma fundamental é a soberania nacional. Argumentou-se nesta casa

com considerações deduzidas deste principio, que o unico poder que estava competentemente autorisado para modificar o pacto social era a camara dos deputados, que tinha recebido do povo especial autoridade para fazer esta modificação. Não preciso entrar nesta questão, que foi muito bem decidida nesta casa, depois de uma discussão muito luminosa; mas entretanto o nobre deputado, que estava persuadido que era nullo o acto addicional, não sei como justificará o seu voto a favor da adopção do projecto...

« O Sr. Quadros Aranha: — Apoiado.

« O Sr. Ottoni: — ... quando podia ter outros argumentos para rejeitar o acto addicional, os quaes vou mencionar, porque podem offerecer outras provas da incoherencia do nobre deputado. O nobre deputado podia rejeitar o acto addicional por não terem passado muitas idéas suas e de pessoas com quem estava intimamente ligado, querendo que os presidentes não fossem nomeados pelo imperador, mas pelos eleitores das provincias, em listas triplices. (*Apoiados.*) Outros argumentos desta natureza poderia o nobre deputado apresentar como fundamento para rejeitar o acto addicional, mas desprezou todos esses argumentos, votou pela adopção do acto addicional, e agora nos vem dizer que o acto addicional é nullo, porque a camara dos deputados não o podia decretar sem o concurso do senado. Declarou-nos tambem o illustre deputado que a lei da regencia é constitucional, e que, sendo constitucional, não podia ser alterada por lei ordinaria; entretanto durante o tempo em que o Sr. deputado fez parte do seu ministerio pedirão-se modificações á lei da regencia, como autorisação para o governo dar amnistia. (*Apoiados.*) Entretanto o nobre deputado se esqueceu disto.

« Passo agora a responder ás observações de um nobre deputado que foi presidente de Minas-Geraes, e na mesma occasião responderei a outros argumentos que até aqui não tenho tomado em consideração.

« O nobre deputado pela provincia de Minas-Geraes, a quem me refiro, expressou, como é seu costume, mui francamente a sua opinião a este respeito. O nobre deputado disse: « Todos os males do Brasil nascem da opposição que se fez ao governo de D. Pedro I e das leis que forão filhas dessa

opposição »; e por consequencia o nobre deputado não quer levar o imperador ao throno emquanto não cahir por terra toda a legislação filha da opposição feita ao governo de D. Pedro I.

« O nobre deputado, quando raciocina desta maneira, quando estigmatisa a opposição desde 1824 até 1831, esquece-se de tudo o que occorreu naquellas épocas; esquece-se de tudo absolutamente. Pois porventura seria menos razoavel a opposição que se fez á dissolução da assembléa constituinte? Porventura seria menos razoavel a opposição que se fez quando o ministerio que cahiu em dezembro de 1829, com geral applauso da nação, tramava para o absolutismo? Quando esse ministerio mandava vir das provincias a um homem como Pinto Madeira, de quem as proprias autoridades do Ceará, que o apoiavão por ordem do governo de então, dizião: « Este homem é um tigre, cuja ferocidade se exercita contra os inimigos de Sua Magestade »; quando, digo, o ministerio mandava vir este homem, o cobria de commendas e lhe dava postos no exercito, e o encarregava do commando militar das villas do Jardim e do Crato, onde este homem foi immediatamente soltar o grito do absolutismo; seria menos patriotica a opposição feita a ministerios que apoiavão, galardoavão e premiavão homens desta natureza? O ministerio que creava commissões militares, que mandava degolar os cidadãos sem sentença, que mandava fazer assassinatos juridicos em virtude de sentenças de commissões militares; o ministerio que procedia desta maneira, o ministerio que compromettia por este modo o fundador do imperio, não terá porventura parte alguma na abdicação do ex-imperador? Não será responsavel por ella? E serão responsaveis por essa abdicação os cidadãos generosos, amigos da liberdade da sua patria, que tiverão coragem de oppor-se aos planos de absolutismo, que tiverão a coragem de oppôr-se aos planos da sociedade das Columnas, instituida em Pernambuco? E, se são responsaveis como causa originaria dessa abdicação os homens cujos erros comprometterão tão gravemente o monarcha, porque o nobre deputado lhes dá amnistia? Mas em verdade o nobre deputado está coherente com seus

principios porque o nobre deputado absolveu nesta casa a homens que tinhão creado commissões militares.

« O Sr. Miranda Ribeiro: — Eu dei as razões por que.

« O Sr. Ottoni: — Mas eu quizera que o nobre deputado não fizesse recahir sobre a opposição generosa e patriotica da primeira legislatura, que começou em 1826, os peccados que são propriamente peccados de seus alliados politicos; porque forão elles que compromettêrão o primeiro imperador do Brasil; porque forão elles que assustárão a nação, caminhando indevidamente por um caminho que não era constitucional. Mas o nobre deputado não quer sómente fazer esta opposição patriotica e generosa, solidaria e responsavel pelo que então succedeu, quer tambem que seus actos sejão todos responsaveis; quer tambem que se risquem das collecções das leis do Brasil todas as leis filhas desta opposição, e que se sacrifiquem em holocausto aos principios do ministerio de 1829 e das instituições das Columnas. Ora, eu julguei tanto mais necessario pronunciar-me contra uma proposição desta natureza, avançada pelo nobre deputado, quando o partido que domina no Brasil de 1837 para cá procura fazer uma especulação verdadeiramente immoral com os sentimentos de benevolencia que apparecem em favor de Sua Magestade o Imperador; aproveitando-se destes sentimentos, que todos os lados da camara, e em geral toda a nação, nutre pelo joven monarcha, vem arrancar leis que não estão de accôrdo com os principios do systema representativo. Sirva de exemplo a reforma do codigo que se propõe no senado, restabelecendo os commissarios de policia, e quando nesta casa se vem propôr uma lei mais barbara do que a ordenação do livro 5.º Refiro-me a uma proposta do ministerio de 19 de setembro, que diz: « No codigo criminal, artigo tal e tal, onde diz — aos cabeças — supprima-se a palavra aos cabeças. » O codigo criminal tinha reconhecido que nos crimes politicos as massas nunca são criminosas, mas são arrastadas por ambiciosos, que se prevalecem de sentimentos muitas vezes generosos de que estas massas se achão penetradas para arrasta-las a fins criminosos. Por consequencia o codigo quiz que nos crimes de conspiração, sedição e rebellião sómente os cabeças fossem punidos.

« Ora, Sr. presidente, este principio luminoso que se acha no codigo até certo ponto estava reconhecido na legislação antiga: a mesma ordenação do livro 5º não mandava condemnar, proscrever as massas, queimar as cidades e suffocar nos porões das embarcações as massas infelizes que pudessem ter entrado nas rebelliões. (*Apoiados.*) Mesmo antes da constituição o espirito philosophico do seculo passado tinha já feito proscrever alguma parte da barbaridade que se infiltrára na legislação antiga. (*Apoiados.*) Já antes da constituição não se quintavão batalhões quando elles tinhão entrado em algum motim; entretanto hoje, em 1840, depois de quasi 20 annos de systema representativo, vem-se pedir a esta casa a condemnação das massas; vem-se pedir que supprima-se no codigo a palavra — cabeças —; vem-se pedir emfim que todos aquelles que tiverem parte em algum movimento politico estejão sujeitos ás mesmas penas. E, quando se argumenta contra esta exigencia, os coripheus do partido nos respondem: « E' preciso dar força ao governo, porque o monarcha está para subir ao throno: se nós o estimamos, se o prezamos verdadeiramente, é preciso sacrificar esta legislação e votar neste sentido. »

« Ora, Sr. presidente, isto é, como eu já disse, uma especulação verdadeiramente immoral. (*Apoiados da opposição.*)

Toda a boa acção obtem de ordinario recompensa. A sinceridade com que exprimi na occasião minhas convicções valeu-me as felicitações do parlamentar mais distincto que então se sentava opposto ao meu lado na camara dos deputados.

« O Sr. Carneiro Leão, fallando logo depois de mim, disse o seguinte:

« Parece-me que os meus illustres adversarios não estão fortes: um só é que o está, porque foi sincero. (*Apoiados.*)

« Sr. presidente, eu sou como esse nobre deputado; eu o applaudo, Sr. presidente, porque a sua linguagem não é parecida com a de seus nobres alliados, alguns dos quaes teem desmentido todos os seus precedentes.

« Eu, Sr. presidente, muito applaudo que este nobre deputado pudesse sahir do meio de tanta poeira radiante e permanecendo nos seus principios. (*Apoiados.*) Aparte-se

tudo quanto diz respeito ao odio que tem contra a administração; aparte-se tudo quanto se não dirigiu a esse ponto: e o discurso do nobre deputado é filho da sinceridade. (*Apoiados.*) Eu muito applaudo que se pudesse libertar do jugo de partido, jugo na verdade pesado, para pronunciar suas opiniões livre e sinceramente...

« O Sr. Carneiro da Cunha: — Honra lhe seja feita !

« O Sr. Carneiro Leão: — ... permanecendo em seus principios e não desconhecendo a verdade. »

(*Jornal do Commercio* de 19 de julho de 1840.)

Vê-se tambem do meu discurso que eu estava assustado com a tendencia demasiadamente realista que a discussão discriminava.

Eu adoptava a idéa da maioridade como uma especie de regresso, segundo a definição que dava a esta palavra o seu illustre autor: — Recurso contra desatinos —; e queria fazer da maioridade uma egide em favor dos principios liberaes.

E os meus collaboradores, na melhor intenção, a sustentavão na tribuna, fomentando as mais extravagantes antigualhas.

No entender de muitos oradores maioristas o mal dos ultimos tempos provinha de que os regentes não tinhão o prestigio do nascimento e erão homens do povo.

O remedio que se esperava devia provir essencialmente, assim o proclamavão, do esplendor da realeza e do respeito á dynastia, cuja nobreza imaginavão perder-se na noite dos seculos.

Eu tinha a simplicidade de acreditar que a independencia era uma realidade, e que o Sr. D. Pedro I devia exclusivamente a corôa á ficção da unanimidade constitucional que os brasileiros consagrárão no seu pacto fundamental. Cuidava que a dynastia brasileira tinha nascido no dia 7 de setembro de 1822, e que o Sr. D. Pedro I fôra acclamado imperador, não porque fosse o neto dos reis, mas porque, cedendo ás instancias dos Andradas, então seus ministros, tinha aceitado a missão de protogonista no drama da independencia, renunciando a patria onde nascêra pela nova que adoptava, e renegando solemnemente como imperador constitucional do Brasil

a dynastia, de que, herdeiro presumptivo da corôa portugueza, era na occasião o mais moderno representante.

Assim me enunciei em 1840, e assim o entendo ainda hoje.

Como quer que fosse, o projecto de reforma do art. 121 produziu o fim que tinha em vista o seu illustre autor, contribuindo poderosamente para que fosse rejeitado na camara vitalicia o projecto de maioridade em lei ordinaria.

No mesmo dia em que se deu este facto reuniu-se de novo o club Alencar.

A agitação dos espiritos era excessiva, geral a adhesão com que a idéa era acolhida pelo povo, tropa e guarda nacional.

Da parte dos dous illustres generaes que então commandavão as armas e a guarda nacional se assegurou não haver probabilidade, apezar de qualquer requisição do governo, de ser a tropa, ou a guarda nacional, empregada contra as reuniões populares que porventura se formassem com o fim da proclamação da maioridade.

Nas camaras, a não se realizar o adiamento, em que já se fallava, o projecto do deputado Carneiro Leão, propondo a reforma do art. 121 da constituição, facilmente seria convertido em resolução de maioridade *desde logo*.

Tenho explicado francamente as aspirações com que o partido liberal iniciou a maioridade.

Outras não tinha que não fossem as de salvar do naufragio as conquistas que o espirito progressista havia pacificamente, durante os primeiros annos da menoridade e nos ultimos do reinado anterior, consagrado em leis constitucionaes e regulamentares: — obstar a torrente da reacção, em que os retrogrados ameaçavão tudo submergir, e finalmente contraminar o trama dos Cesares em projecto.

Parecia-nos que seria grande felicidade para o Brasil se, na honestidade da adolescencia, e logo no principio do seu governo, o imperador tivesse occasião de apreciar praticamente a alta moralidade, o acrysolado patriotismo e pureza de intenções dos Andradas, dos Feijós, dos Paula Souzas, dos Vergueiros, dos Alencares, dos Alvares Machados, além de outros illustres finados, não fallando, para não offen-

der-lhes a modestia, nos vivos, que ahi estão, e que airosamente se agrupavão em tão bella companhia.

Bem que fossem confessaveis de cabeça levantada tão patrioticos fins, está claro que fôra loucura insistir em sua realização se não estivessemos bem seguros das disposições de animo do mancebo imperial, se não contassemos com o seu beneplacito, e, para tudo dizer, com as suas boas graças.

Era preciso que fossemos habeis politicos e até certo ponto cortezãos.

Já tinhamos a palavra imperial dada por intermedio do conde de Sarapuhy e do seu illustre collega na embaixada. Já tinhamos certeza de que o imperador estava disposto a assumir as redeas do governo, e que se comprazia em recebe-las das mãos puras e venerandas dos anciãos da independencia.

Fazia-se em geral o mais vantajoso conceito, não só dos dotes moraes do imperador, como do seu desenvolvimento intellectual, e mais que tudo do profundo criterio e discreta reserva, em que se mostrava eminente.

No entanto, em tão verdes annos, era licito temer que as primeiras manifestações benevolas com que o imperador acolhêra a idéa da maioridade significassem sómente consideração pelos patriarchas da independencia que a propunhão, e velleidades de emancipação, naturaes em todos os moços, e a cuja lei creio que não haverá irreverencia em affirmar que não escapão nem mesmo os filhos do direito divino.

O caso era grave: os chefes do partido liberal temião arriscar os grandes interesses do progresso. Se não vencessem passarião por ambiciosos vulgares, que só tinhão tido em mira as vantagens do poder.

Nossa derrota teria de ser explorada, com a habilidade que os distingue, pelos Cesares em projecto, que sobre as ruinas do partido liberal garantirão o seu futuro no presente reinado. Só a sancção da victoria, a posse do poder e a realização do programma da opposição liberal nos ultimos tres annos podião justificar nossa participação em tal empreza.

Assim, era de indeclinavel necessidade que tivessemos segurança prévia de que o poder nos viria para as mãos se

nossa idéa triumphasse, aliás trabalhariamos estupidamente para reforçar a preponderancia dos retrogrados.

Nesta nossa conspiração, mais do que em qualquer outra, o segredo era uma das condições indispensaveis para o successo.

No momento em que se certificassem que o imperador queria devéras ser maior, nós temiamos, e com razão, que os oligarchas nos tomassem a dianteira, confiscassem a maioridade, em proveito do regresso, e pudessem applicar á nossa simplicidade o — *sic vos non vobis* — do poeta.

Nós já tinhamos provas irrecusaveis do fino tacto e discrição superior á sua idade que distinguião o imperador.

Na tarde do dia em que fôra rejeitado no senado o projecto da maioridade redigido em o nosso club o imperador entrava a respeito em expansões intimas com uma alta personagem que se havia declarado neutral na questão da maioridade. Durante o colloquio appareceu um dos mestres de Sua Magestade, senador, que havia votado contra a maioridade. E o imperador ordenou silencio ao seu interlocutor, e passou placidamente a entreter-se com o seu illustre mestre em objectos de litteratura.

Esta circumstancia, de que tivemos immediato conhecimento, provou-nos, não só que o imperador havia reflectidamente acolhido a idéa da maioridade, mas tambem que a queria decretada pelos Andradas e seus amigos. Sobravão-nos motivos de animação.

Mas como é que se havião de esconder á policia perspicaz do Sr. conselheiro Euzebio os fios directores da conspiração que transpirava por todos os poros da sociedade?

Como é que haviamos de occultar nossas relações com o imperial protogonista, junto do qual tinhão accesso franco e diario os homens da situação?

A alta policia do palacio, que necessariamente havia de funccionar por conta da regencia e dos oligarchas, como é que poderia ficar ignorando que os promotores da maioridade marchavão passo por passo de accordo e com autorisação do imperador?

O perigo de comprometter-se o segredo da augusta intimidade era, pois, um terrivel pesadelo.

Para obvia-lo tratou-se de precipitar os acontecimentos.

Um memorial foi escripto por uma de nossas illustrações, no qual se expunha a anciedade publica, o voto universal do paiz e os meios do triumpho.

Assegurava-se a Sua Magestade que as camaras em sua grande maioria entravão com enthusiasmo nas vistas dos Andradas e seus amigos, e que, no caso de adiamento, que os oligarchas projectavão, o povo, a tropa e a guarda nacional saudarião com unanimes acclamações o imperador maior, porém respeitosamente declarâmos ao mesmo tempo que nada se tentaria se a empreza não fosse do agrado imperial e sem expressa approvação do imperador. Terminava o memorial pedindo que esta approvação não fosse verbal, mas sim em despacho escripto.

O memorial nos foi devolvido com um — SIM — escripto pelo proprio punho do imperador.

A maioridade estava decretada, e decretada exclusivamente pelo partido liberal, com a sancção imperial anticipadamente concedida.

E o regente, o ministerio, em que figuravão os cardeaes da oligarchia, a policia do palacio, a policia do parlamento e a policia do Sr. Euzebio, gente toda de primeira plana, estavão mystificados.

Ninguem, senão os conjurados e o imperador, sabia das molas secretas que governavão o jogo da scena !

Não é que a espionagem do palacio fosse confiada sómente a agentes subalternos. Os mais illustres arautos da situação não se dedignavão de ir lá directamente sondar o terreno.

Em certa tarde, um dos deputados que estavão no segredo foi a S. Christovão fazer sua côrte ao imperador, que na occasião passeiava pela cidade, e que, chegando em seguida, disse estas palavras: « Vi hoje (tantos) deputados maioristas; a casa de F. estava fechada. » F.: « Vossa Magestade não o podia vêr, porque está aqui para ter a honra de apresentar seus respeitos a Vossa Magestade. »

Este exordio indica sufficientemente quanto seria gracioso o acolhimento feito ao deputado *maiorista*, que se achava

no palacio, e subito se apresentou para beijar a mão a Sua Magestade.

Estavão em conferencia, quando appareceu tambem o Sr. Honorio Hermeto Carneiro Leão. De prompto Sua Magestade deixou o visitante de intimidade com quem se entretinha, e tomou o braço de Honorio Hermeto Carneiro Leão, com quem passeiou largo tempo.

No dia seguinte o Sr. Carneiro Leão dizia triumphante a alguns deputados liberaes por Minas, cujo testemunho sendo preciso posso invocar, que os projectistas da maioridade os compromettião, levando-os a votar por uma idéa que, a triumphar, faria ministro a elle Carneiro Leão.

Justificou o seu dito com a anecdota que acabei de referir, e de que já tinhamos conhecimento.

E tão ufano estava com a sua supposta privança que não quiz mostrar-se communicativo sómente nos bancos da camara; subiu á tribuna para alardear o seu validismo.

O *Jornal do Commercio* do dia 19 de maio de 1840 reproduz esta parte do discurso do eximio parlamentar nestes termos. Ahi se lê na pag. 2ª, col. 2ª:

O Sr. Carneiro Leão: — ... Não hei de procurar, como tenho ouvido que se tem procurado, *homens rasteiros* para seduzir o animo do imperante... para perturbar os seus estudos, acendendo-lhe o desejo de governar... »

Vê-se que se nos lançava em rosto pretendermos seduzir o animo inexperto do joven monarcha, por intermedio da infima criadagem.

Parece que a *policia* ageitou um criado de galão branco que se fosse offerecer aos Andradas para medianeiro e portador de quaesquer confidencias, das quaes devia dar conhecimento ao governo. Algumas palavras calculadas para enredar os governadores forão confiados ao agente provocador, e ahi está tudo quanto a alta policia regencial, ministerial e oligarchica pôde descobrir de nossas relações com o palacio.

O que provão o discurso do Sr. Carneiro Leão e as confidencias que referi é que o imperador com 14 annos soube inutilisar a indiscreta curiosidade dos oligarchas, e habilmente mystificou o estadista mais sagaz dos que se teem sentado nos seus conselhos.

Os conjurados estavão senhores da situação: ou se votava o projecto Carneiro Leão com o additamento de um *desde já*, pois que tal era nos ultimos dias a tendencia da camara; ou, dado o adiamento, o povo, e a guarda nacional proclamavão a maioridade.

Quem fazia um triste papel em toda a comedia erão os ministros oligarchas que suppunhão ter força para supplantar os *anarchistas*, e estavão elles mesmos isolados no meio da população do Rio de Janeiro, sem que apparecesse ao menos uma alma caridosa que lhes abrisse os olhos e dissesse que o seu reinado estava findo, e que elles já não tinhão nem soldados, nem guarda nacional, nem força policial, nem deputados e nem imperador. E que tudo estava a nosso lado!

E tal era a confiança que tinhão em si que, se algum amigo lhes levasse estas noticias verdadeiras, passaria por visionario.

Na simplicidade do seu orgulho, o Sr. Rodrigues Torres na vespera da maioridade foi alta noite ao Macaco solicitar do fallecido senador o Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos que entrasse para o ministerio, afim de os auxiliar na empreitada que premeditava o governo para o dia seguinte.

E' um ponto historico digno de investigar-se a participação de Vasconcellos na tentativa de suppressão da maioridade.

Quando se dissolveu o ministerio de 19 de setembro, porque os ministros recusárão assignar a carta imperial de senador para o Sr. Lopes Gama, hoje visconde de Maranguape, que o regente desejava escolher, Vasconcellos retirou-se descontente com a vontade irresponsavel e com os collegas.

Parece que já então Vasconcellos começava a ser homem impossivel para os Cesares, como depois o foi para Augusto.

O certo é que no dia 20 de maio a oligarchia voltou para o poder, deixando á margem o chefe do ministerio de 19 de setembro, que á margem ficou até o fim da vida, salvas as nove horas de agonia da menoridade.

O certo é que o infeliz deputado Navarro, creatura de Vasconcellos e um dos primeiros atiradores que soltou o

brado da maioridade, era considerado como sentinella perdida, que o velho parlamentar arriscára no meio dos inimigos.

Parece mesmo que da parte de Vasconcellos alguma abertura se fez a alguns dos coripheus da maioridade, não tendo tido seguimento a idéa da coallisão que o facto suppunha.

Vasconcellos no dia 21 de julho estava em unidade. Com o tino politico que lhe era conhecido, eu creio que Vasconcellos bem sabia que a maioridade ia triumphar e tambem que os maioristas não tinhão condições de permanencia no poder. Presentira a nossa força do momento pelo facto de não termos dado ás suas aberturas o devido apreço. Para calcular o desmantelamento do castello que se ia levantar não era mister ser Vasconcellos.

Portanto, Vasconcellos, certo de que os oligarchas, que havião reentrado para o ministerio sem o seu beneplacito, ião cahir com o regente, associou-se calculadamente á quéda delles, para obriga-los a aceitar a sua direcção na hora da victoria que proxima se lhe affigurava, e que proxima estava com effeito.

Aceitou o convite do Sr. Rodrigues Torres, e veiu preencher o que chamava as nove horas mais gloriosas da sua vida, gloriosas sem duvida, porque nunca provou melhor ser forte em estrategia politica.

O decreto de adiamento e as scenas que se lhe seguirão constão dos jornaes da época.

Consta igualmente, e está o facto authenticado até na acta da assembléa geral, publicada no *Jornal do Commercio* de 25 de julho, que o regente, o Sr. Pedro de Araujo Lima, foi compromettido pelos ministros oligarchas, a ponto de ir a S. Christovão de manhã dar conta do adiamento das camaras, declarando que o seu fim *era unicamente preparar a solemnidade para se proclamar a 2 de dezembro a maioridade do imperador.*

Já expliquei quaes erão as solemnidades com que os oligarchas querião proclamar a maioridade.

Lei do conselho de estado, que lhes garantisse a associação no governo da presente geração.

Reforma do codigo, de sorte que a policia se tornasse omnipotente.

Nomeação dos postos da guarda nacional pelo governo central.

Nova lei de eleições, feita de modo que os agentes de policia tivessem larga influencia na designação dos votantes.

Taes erão os arcos triumphaes com que, no interesse do seu ominoso dominio, querião festejar a maioridade.

Nesses fogos de artificio queimavão sem consciencia a constituição.

Ou o imperador ouviu silencioso as communicações que o ministerio oligarchico lhe fazia por intermedio do regente, ou deu explicita approvação ás medidas que lhe ião annunciar.

Em todo o caso, o fim manifesto de Sua Magestade devia ser estudar até que ponto chegavão a imprevidencia e cegueira ou do ministerio ou dos conjurados.

Mal se leu no senado o decreto de adiamento, uma das maiores glorias da medicina no Brasil partiu para S. Christovão, encarregado de saber de Sua Magestade a sua ultima palavra acerca da maioridade, e de assegurar a Sua Magestade a vinda da deputação que o publico suppôz ser inspiração que acudira de momento aos deputados e senadores reunidos no paço do senado.

O distincto medico tinha tambem a missão de saber de Sua Magestade se Sua Magestade esperaria pela deputação, ainda que o governo nomeasse outro tutor, como se dizia, e este convidasse a Sua Magestade para ir temporariamente residir em Santa Cruz.

A resposta não foi demorada. Sua Magestade não iria em caso algum para Santa Cruz, e esperava a deputação.

Sabe-se que o desenlace do drama correspondeu á espectativa dos conjurados, deixando em relevo a alta sagacidade e discreta reserva de Sua Magestade o Imperador, que bem póde, como certo imperador romano, estimar estas qualidades como das mais eminentes que tem:

Nullam aeque ex virtutibus suis quam dissimulationem diligebat.

VII

Nascimento do governo pessoal. — Fusão dos conservadores e palacianos. — Reacção conservadora

Mal triumphava a maioridade, já sobravão razões ao partido liberal para se arrepender de have-la iniciado. Podia cobrir a cabeça mesmo no dia do triumpho.

Ainda resoavão os vivas da festa, e já o governo pessoal se inaugurava com a nomeação do chefe da facção aulica, o Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, para ministro dos negocios estrangeiros.

E os maioristas não tinhão que estranhar.

A deliberação do — *quero já* —, que havião solicitado e applaudido, era de muito mais importancia do que uma composição de gabinete.

A doutrina do governo pessoal decorria naturalmente do precedente estabelecido.

Instincto ou inspiração, o imperador *nomeou livremente* o seu primeiro ministerio.

Cinco ministros forão tirados do grupo parlamentar que proclamára a maioridade. Erão os Srs. Antonio Carlos e Martim Francisco, Hollanda e Paula Cavalcanti, e o Sr. Limpo de Abreu. O sexto era o ministro dos negocios estrangeiros.

Se considerarmos o monte-pio dos servidores do estado, a casa de correcção, a navegação a vapor, a companhia de omnibus, e outras fundações uteis a que está ligado honrosamente o seu nome, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho é um brasileiro benemerito, e já o era então.

Mas, arredado da scena politica por ciumes de preponderancia, este notavel estadista se afastára dos oligarchas, e se constituira o fundador e pontifice da seita palaciana.

Na grande batalha que se acabava de pelejar o Sr. Aureliano se havia conservado em estudada neutralidade, e os

seus antecedentes em relação aos collegas o collocavão em perfeito antagonismo para com cada um delles.

Mal se comprehendia, em vista da feliz solidariedade que se conservou inalterada entre os irmãos Andradas, que os dous superstites de bom grado se associassem no governo com o ministro que havia desterrado para a ilha de Paquetá e feito processar perante o jury o Andrada — primogenito, José Bonifacio — o Washington Brasileiro.

Menos cordiaes ainda devião ser as relações com o collega da justiça, que, na qualidade de presidente de Minas, recusando cumprir um decreto do poder moderador, havia apressado a quéda do ministerio anti-restaurador, em que era figura proeminente o Sr. Aureliano.

Donde vinha, pois, tão anomala organização de gabinete? Como fôra aceita?

Capricho infantil ou trama palaciano, o gabinete de 24 de julho tinha no ministro dos estrangeiros o principio dissolvente.

O que ia fazer o ministerio? Os seus dedicados amigos o ignoravão.

Pela minha parte vi com a mais dolorosa sorpreza que, tomado o castello, depois de assedio tão prolongado e assalto tão perigoso, os generaes não houvessem içado nos torreões a nossa bandeira victoriosa.

Como, porém, faze-lo se a organização ministerial não era o producto de uma combinação politica, nem exprimia, como se devêra esperar, o triumpho do programma que a opposição sustentava desde 1838?

Parecia que um dos corollarios immediatos do que occorrêra era a dissolução da camara dos deputados, e a convocação de outra que viesse reconsiderar o que pudesse haver de inconstitucional na legislação novissima e iniciar a politica do segundo reinado.

Assim era preciso, até para que a soberania nacional se pronunciasse quanto ao bill de indemnidade de que carecião os autores da maioridade.

A dissolução teria poupado á moralidade publica o vergonhoso espectaculo de uma camara que apoiou sem tergiversar o ministerio parlamentar de 1837, o ministerio regen-

cial de 1839 e o ministerio oligarchico de 1840, e que em seguida, depois de haver alternadamente condemnado e applaudido a maioridade, acompanhou servilmente o ministerio maiorista, e terminou a sua carreira obnoxia como rabadilha do ministerio palaciano de 23 de março de 1841.

Mas, em vez do decreto da dissolução e programma ministerial, o publico foi edificado com os despachos que tiverão os ministros, primeiros agraciados da maioridade.

Logo no dia seguinte ao da organisação do ministerio o pontifice da seita palaciana vestia com a libré de camarista os seus cinco collegas.

E os Andradas, sobre cujas cabeças venerandas resplandecia o astro do Ypiranga, conforme a bella e verdadeira phrase do meu amigo o Sr. Salles Torres-Homem, tiverão de enfileirar-se nas ceremonias da côrte com a criadagem imperial.

Mais cavalheiros do que estadistas, os ministros que havião incitado o imperador a trocar os seus estudos pelas redeas do governo se achavão por essa circumstancia obrigados a condescendencias que serião impossiveis em outra situação.

O tempo era excepcional, e a reacção absolutista, que os oligarchas havião suscitado para o fim de serem declarados benemeritos da monarchia, estava ainda no seu periodo ascendente.

Logo que as camaras reabrirão as sessões porfiavão os oradores em mostrar-se cada qual mais realista do que o seu vizinho.

A discussão do projecto que decretava a dotação do imperador é uma pagina digna de estudo. Liberaes e conservadores, opposicionistas e ministeriaes, disputárão entre si quem do pão do compadre havia de dar mais larga fatia ao augusto afilhado.

O Sr. Antonio Carlos cobriu o lanço dos outros licitantes propondo 800:000$, que forão votados de enthusiasmo. Ainda assim a imprensa dos oligarchas invectivou o ministerio por não ter aceitado a emenda excentrica do infeliz deputado Navarro, que concedia 1.000:000$ em quanto mais não permittisse a penuria do thesouro.

Quando se votava a dotação na camara dos deputados o veneravel Martim Francisco celebrava sua primeira conferencia e despacho com Sua Magestade o Imperador.

Ao chegar de S. Christovão fui eu quem lhe annunciou a votação dos 800:000$. «E' muito, me disse o honrado velho; o thesouro está pobre, e o imperador se contentava com menos. E' bom menino, tem patriotismo, e póde-se fazer delle alguma cousa.»

Em seguida me referiu que Sua Magestade exigira uma lista dos brasileiros que com os Andradas havião projectado a maioridade.

Se, como é provavel, a lista foi apresentada, é a primeira em que o meu humilde nome foi submettido á alta consideração de Sua Magestade o Imperador.

Approvada a dotação, tivemos scena igualmente desfructavel com a decretação da nova festa nacional de 24 de julho.

Cortezanice ou epigramma, o Sr. Henriques de Rezende propoz por emenda que dos dias de festa nacional se riscasse o 7 de abril.

No *Jornal do Commercio* de 26 de julho de 1840 vem o pequeno protesto que fiz contra a emenda do nobre representante por Pernambuco.

«O Sr. Ottoni: — Não posso deixar de protestar contra a emenda que se acha sobre a mesa, e admira-me que fosse ella proposta pelo digno representante de Pernambuco. Quando se leu esta emenda eu recordei-me de um facto occorrido no senado, depois do dia 7 de abril, a apresentação de um projecto pelo fallecido Sr. senador Gomide, riscando o dia 12 de outubro do catalogo dos dias de festa nacional. Esta coincidencia penalisa-me, e ainda mais por ver que a censura merecida pelo sobredito senador podia ser applicada a um cidadão tão distincto como o nobre deputado o Sr. Rezende. O dia 7 de abril ha de ser constantemente de festa nacional; o dia 7 de abril não está nas mãos de ninguem risca-lo da memoria do povo. (*Apoiados.*)»

Fallando assim eu quiz demonstrar que a torrente ainda não me tinha assoberbado, e que, soldado do progresso, me conservava com firmeza no meu modesto posto de honra.

Porém, conhecida a tendencia dos espiritos, recolhi-me ao silencio e á inercia, reducto em que mais de uma vez me tenho entrincheirado, ora por considerar-me inferior á situação, ora por falta de resolução para collocar-me em antagonismo com os meus amigos da vespera.

A posição dos ministros era melindrosa. O desgosto dos liberaes tão manifesto como o trabalho incessante do elemento palaciano, que pretendia depurar o gabinete.

Por sua parte os oligarchas não cessavão de inculcar-se como os unicos capazes de salvar a monarchia. Incutindo terrores no animo do monarcha, proclamavão-se homens necessarios, certos de que assim conquistarião a posição de Cesares associados ao imperio. Segundo tenho repetido e cuido que demonstrado, esta era a sua idéa fixa.

Como invejavão a excellente posição do Sr. Aureliano, querião tomar-lh'a, e foi contra elle que mais especialmente assentárão as suas baterias.

Consultem-se os annaes do parlamento na sessão de 1840, e muito se terá que aprender na discussão do orçamento para a repartição dos negocios estrangeiros.

Fóra do parlamento não se descuidavão os oligarchas de aviventar a fé dos traficantes da costa d'Africa, que erão os seus mais prestimosos alliados. Neste ponto o arrojo tocou a meta do delirio, e, para dar arrhas de sua adhesão ao trafico, um senador do imperio fez entrada triumphal em uma povoação importante da provincia do Rio, escoltando uma ponta de moleques de tanga e barrete vermelho, em um domingo, á hora em que o povo estava reunido para ouvir a missa conventual.

Declarárão ao Sr. Hollanda Cavalcanti, ministro da marinha, a guerra mais indecente, porque S. Ex. deu instrucções aos commandantes dos navios de guerra para apprehensão dos barcos suspeitos. O commandante de um lanchão que perturbou certo desembarque foi desembaraçadamente processado.

Em taes circumstancias, conscio, tanto das difficuldades com que lutavão os ministros, como da pureza de suas intenções, dei-lhes constantemente o meu voto, bem que silencioso; mas, estando posto inteiramente á margem o pro-

gramma das franquezas provinciaes, e o ministerio entregue á vida ingloria do expediente, recusei ser seu collaborador official.

E ao meu amigo o Sr. Limpo de Abreu, que por bondade sua me destinára um emprego eminente, tive a honra de ponderar que, estando proxima a elevação dos conservadores eu julgava melhor ficar de sentinella no aprisco liberal, onde, soldados da mesma idéa, breve estariamos reunidos para debellar o inimigo commum.

Encerradas as camaras, fui para a minha provincia absorver essa seiva vivificadora de que a alma fica saturada quando se respira o ar livre da provincia de Minas.

Quando voltei em 1841 as scenas tinhão mudado completamente. O elemento palaciano tinha predominado. E, autorisado o Sr. Aureliano para reorganisar o gabinete, os oligarchas se havião prestado a coadjuva-lo com a mais seraphica humildade.

Expiárão amplamente as injustiças que havião feito ao regente Feijó, exigindo um ministerio parlamentar e condemnando a intevenção das camarilhas nas organisações dos gabinetes.

Ninguem lhes perguntou quaes erão os chefes parlamentares que as camaras quererião elevar ao ministerio.

O elemento palaciano, que se havia achado mal na unidade em que estivera no ministerio da maioridade procurou reforçar-se, e chamou para o seu lado o Sr. Araujo Vianna, docil até a subserviencia e mestre do imperador; o Sr. José Clemente, que outra politica não tinha que não fosse o pagamento de uns celebres 800:000$ a Guilherme Young, e que na ultima hora havia desertado das bandeiras oligarchicas para apoiar a maioridade; e finalmente o Sr. marquez de Paranaguá, que fazia rancho á parte.

Aos oligarchas propriamente ditos concedeu-se sómente e como que por favor um logar no ministerio.

A oligarchia do sul nunca foi um partido politico, mas sim um grupo de homens que associárão a sua influencia e a sua intelligencia, para explorar em proprio proveito o segundo reinado.

Creando terrores imaginarios e imaginarios perigos para a monarchia, conseguirão acastellar-se em posições vitalicias rendosas, donde suscitão a seu bel prazer manifestações populares, abalos financeiros e verdadeiras sedições, que, na qualidade de mestres do officio, são chamados a comprimir. E' a sua faina mais lucrativa.

Que o digão a revolução de Minas em 1842 e a de Pernambuco em 1849. Formão uma especie de companhia dominica com o seu geral e capitulos, recrutando os talentos sem consciencia, que, certos da omnipotencia da ordem na distribuição dos dons do estado, são nas mãos do seus superiores *perinde ac cadaver*.

Governem liberaes ou palacianos, se um noviço da confraria é convocado para servir em qualquer posição eminente, ministerio ou presidencia, antes de ir, como é de regra, levar sua resposta a palacio, vai consultar a vontade do synhedrim e receber as devidas instrucções.

Por via de regra aceita.

Ministro não discute em conferencia com os seus collegas, ou mesmo em despacho com o imperador, assumpto que não tenha sido sufficientemente esclarecido nos capitulos da ordem, que assim imprime sua acção e direcção ao governo do estado. Esta explicação deve aclarar o que ha de obscuro, e ás vezes de incomprehensivel mesmo, no procedimento de certos ministerios, instrumentos involuntarios da associação mysteriosa.

Já em 1841 era assim.

E felizmente para a oligarchia, o neophito convidado para fazer parte do ministerio de 23 de março de 1841 era de primeira força.

O Sr. Paulino José Soares de Souza, depois senador, visconde de Uruguay, era o relator que propoz e o ministro que sanccionou a reforma do acto addicional.

Sob os auspicios do ministerio de 23 de março de 1841 desencadeou-se contra os ex-ministros o furor da oligarchia, que lhes não perdoava have-la defraudado do seu dominio oito longos mezes.

E eu, que apenas havia prestado ao ministerio maiorista um apoio silencioso na sessão de 1840, glorio-me de ter

occupado perennemente a tribuna em 1841, defendendo os ex-ministros e os altos funccionarios que havião sahido das fileiras da opposição liberal.

Tambem occupei numerosas vezes a tribuna por occasião de discutir-se a reclamação que fazia o subdito inglez Guilherme Young da somma de 800:000$, como indemnisação de perdas e damnos que allegava em consequencia de não haver o governo de 7 de abril recebido uma porção de armamento que lhe havia encommendado em 1829 o ministro da guerra, o Sr. Clemente Pereira.

Naquelle tempo ainda não se havia descoberto a california dos creditos supplementares, com que os ministros legalisão toda a casta de despezas a que os leva a sua phantasia, reduzindo, como effectivamente teem reduzido, a lei do orçamento á mais escandalosa das mystificações.

Naquelle tempo ainda não havia camaras que fossem feitura exclusiva da policia, e tinha-se a pretenção — hoje risivel — de que a lei da responsabilidade dos ministros de estado não fosse letra morta.

Assim, o governo de 7 de abril recusou receber a encommenda, por que o ministro a fizera sem ter para isso fundos decretados na lei do orçamento.

E a camara dos deputados decretou a accusação do ministro, que foi levado á barra do senado, convertido em tribunal de justiça.

O ministro defendeu-se produzindo um documento em que o negociante inglez declarava ter sido a encommenda condicional, ficando a recepção das armas e o pagamento dependentes de autorisação legislativa.

O ministro foi absolvido, e o negociante vendeu ao governo, por mais do que o preço do custo, uma parte das armas, e com as restantes especulou, remettendo-as para o Rio da Prata e para a Grecia, então em guerra com a Sublime Porta.

Passados annos, o vento começou a rondar para o quadrante do absolutismo, e, portanto, era preciso honrar e recompensar o ministro que havia armado no Ceará a Pinto Madeira, e que havia colmado de condecorações quantos se havião declarado em rebellião contra o systema constitucional.

Em consequencia, foi levada ás camaras, sob a protecção do ministro encommendante, a reclamação de perdas e damnos, na importancia de 800:000$, somma a que se fazia chegar, mediante uma conta de juros compostos, o preço originario da factura apresentada em 1831, sem ao menos, *propter decus*, abater-se a quota que na mesma occasião o governo de 7 de abril comprára e pagára.

Abriu-se largo debate sobre a questão, em que me empenhei com alguma tenacidade.

Vinha o pedido documentado com uma sentença, bem ou mal emanada, do poder judiciario, e que pelas trallhas e pelas malhas havia passado em julgado.

Pretendeu-se que uma sentença do poder judiciario condemnando a fazenda publica ao pagamento de uma somma de dinheiro obriga o corpo legislativo, sem mais exame, a decretar os fundos para a execução da sentença.

Fiz os maiores esforços para que não vingasse tão ruim principio.

Se os poderes politicos creados pela constituição são independentes, um não se póde subordinar, sem exame, ás deliberações do outro.

A votação annua dos impostos é uma das mais seguras garantias do systema constitucional.

Supponhamos que por falta de confiança no ministerio as camaras recusão os impostos e que o ministerio de autoridade propria levanta um emprestimo e o applica ao serviço publico.

No meu entender, voltando a situação ao estado normal, o ministerio subsequente não póde fazer a despeza do serviço desse emprestimo sem que as camaras a decretem.

Supponhamos que as camaras se recusem a amortizar esse emprestimo illegal.

Os possuidores dos titulos do emprestimo podem sem duvida ventilar o seu direito perante os tribunaes judiciarios e estes reconhecer-lh'o.

Mas a sentença judiciaria não é exequivel sem o *placet* do corpo legislativo, grande jury neste caso.

Desta theoria, que sustentei como pude, derivei o corollario de que, assim como as sentenças do poder judiciario

não podem coarctar a liberdade de exame ao poder legislativo quando importão novos onus aos contribuintes, assim tambem os actos do poder legislativo que possão prejudicar as attribuições e regalias que a constituição confere a qualquer dos outros poderes não são obrigatorios para estes.

E' uma alta questão constitucional que eu muito desejaria ver aprofundada pelos jurisconsultos abalisados que abundão entre nós.

Eu sustentei, por exemplo, que, se o corpo legislativo decretar uma lei inconstitucional, o poder judiciario póde, como os tribunaes da união, nos Estados-Unidos, não applicar essa lei aos casos occurrentes.

E do contrario os poderes não serião independentes.

Assim como dizemos estados independentes aquelles que são soberanos em relação uns aos outros, parece que dos poderes independentes podemos tambem dizer que são soberanos uns em relação aos outros, isto é, que a nenhum obrigão os actos dos outros quando não são traçados dentro da orbita de cada um.

Se o poder legislativo ordinario decretasse, por exemplo, a mudança da dynastia, sem duvida o poder executivo estaria no seu direito considerando como papel sujo um tal decreto, porque as camaras exorbitarião de suas attribuições se a promulgassem.

E o poder legislativo não póde dar ordens ao poder executivo, que é independente, ou por outra soberano dentro da orbita de suas faculdades.

Cuido que o mesmo se deve dar a respeito do poder judiciario.

Sou, porém, o primeiro a confessar que esta jurisprudencia, de cujo fundo de verdade estou compenetrado, é sobremodo singular no nosso paiz, onde o juiz municipal, o de direito, o tribunal do commercio, e não sei se até o da relação, consultão aos ministros do poder executivo acerca da intelligencia dos actos legislativos, e gastão o seu tempo estudando a jurisprudencia dos avisos e portarias.

Revoltava-me a condescendencia e a amabilidade com que os antigos chefes do partido parlamentar, que apeou Feijó da regencia, agora se curvavão perante o reposteiro.

No anno da graça de 1841 quem ousava fallar em facção aulica era, sem ceremonia, proclamado anarchista.

Estavão os oligarchas enfeitando os arcos festivos com que em 1840 querião festejar a maioridade.

A reforma do codigo do processo, abastardado o jury, generalisada a prisão arbitraria a titulo de averiguação, supprimida a inviolabilidade do asylo que a constituição tinha garantido á casa do cidadão, entregues aos espiões da policia as funcções judiciarias, preparou o dominio absoluto para o governo pessoal. Hoje o conhece e deplora talvez a propria oligarchia.

Mas em 1841, no interesse de associação, o conselho de estado deixou de ser conselho veneziano dos dez. Consagrado em lei, deixou de ser inconstitucional, porque fundava-se em proveito da oligarchia, e era o terrivel reducto em que ella ia acastellar-se, conquistando os oligarchas a posição de Cesares associados ao imperio.

Era preciso a todo o transe inutilisar a opposição liberal, que lhes fazia frente.

Para esse fim continuárão a trama revelada na tribuna quando se discutia a maioridade.

Nessa occasião o chefe mais habil e mais prestigioso dos oligarchas, mas ao mesmo tempo o mais franco e mais generoso, havia intimado ao partido liberal e ao paiz o seu *ultimatum*.

No *Jornal do Commercio* de 19 de julho de 1840 vêm as seguintes memoraveis palavras do Sr. Carneiro Leão:

« Eu o que receio, senhores, é que as cousas não se estejão preparando para fazer eleger uma camara opposicionista ao Sr. D. Pedro II. Se tal apparecer declaro desde já que o Brasil se declarará contra toda essa camara; se tal acontecer, quando o Sr. D. Pedro II governar com todos os poderes magestaticos que a constituição lhe concede, seus conselheiros não deixarão de representar-lhe que uma assembléa eleita debaixo das influencias perniciosas que actualmente dirigem os destinos do Brasil não póde ser apropriada para cooperar com o Sr. D. Pedro II. »

Vê-se, pois que antes da maioridade os oligarchas, senhores de todas as posições officiaes de alguma importancia,

com esses e outros meios de influencia que tinhão, contavão derrocar e substituir de prompto qualquer ministerio que o imperador organisasse, e de antemão nos intimavão a guerra de exterminio que nos estava preparada.

As palavras que o Sr. Carneiro Leão proferiu no parlamento em 1840 serião uma jactancia indiscreta se não ficasse transparente o fim que levavão em mira.

Era uma advertencia feita aos seus soldados da camara e de fóra para não se apressarem a fazer engajamentos com os commandantes interinos que ião ter, visto que os proprietarios não tardarião a empunhar o bastão, que lhes pertencia *et par droit de naissance et par droit de conquête*.

« Se decretardes a maioridade, dizia-nos o Sr. Carneiro Leão para aviventar a fidelidade dos seus satellites, se conseguirdes nomear uma camara de deputados das vossas idéas, desde já a proclamamos camara de *opposição ao imperador*, e protestamos que havemos de enxota-la do paço legislativo, porque não permittimos que ninguem seja monarchista senão os oligarchas. »

Quando ouvi aquellas palavras em 1840 confesso que lhes não dei todo o peso que devia dar, até porque o orador que as proferiu não costumava discorrer em vão.

Na sessão de 1841 o Sr. Carneiro Leão annunciou que a letra sacada da tribuna em 1840 havia de ser aceita e mesmo paga antes do vencimento.

Estudou-se na tribuna cynicamente o meio pelo qual a oligarchia se havia de descartar dos seus adversarios, que em grande maioria estavão eleitos para a seguinte legislatura.

Primeiramente se declarou que o governo bem podia dissolver a camara, que estava terminando o quatriennio, e que a dissolução desta importaria a da camara eleita.

Reconhecido o absurdo deste expediente, imaginárão e discutirão outro que o não era menos, a dissolução prévia e ao mesmo tempo um golpe de estado, por virtude do qual se desse por nullo o acto addicional, a pretexto de que na sua adopção não havia intervindo o senado.

Na discussão apparecérão em frente um do outro os dous principios que estão em luta eterna em todos os governos possiveis, o principio progressista e o conservador.

A grande tactica dos oligarchas consistiu em proclamarem-se os arautos exclusivos do principio conservador, que exagerárão a capricho.

Era um meio de ganhar terreno no espirito do joven monarcha, sendo o fim tanto mais facil de alcançar, porque os representantes progressistas defendião os principios sem estrategia e sem pensamento reservado.

Aproveitando-se de nossa sinceridade, exageravão as theorias oppostas, certos de que assim fazião a côrte e levavão a agua ao seu moinho.

De exageração em exageração, o Sr. Carneiro Leão chegou a formular como expressão resumida do seu symbolo politico este notavel theorema:

« O governo é sempre legitimo a cuja frente está o imperador. »

Para symbolisar a politica opposta, eu sustentei que, se o governo do Rio de Janeiro dissolvesse préviamente a camara dos deputados, e declarasse nullo o acto addicional, seria para mim um governo de facto tão legitimo como o de Piratinim.

E' facil de avaliar qual das duas theorias agradaria mais ao governo pessoal.

Mediante esta explicita profissão de fé que os oligarchas corroborárão annullando todas as garantias que a legislação anterior concedia ás liberdades publicas, ficou decidido que a situação lhes pertencia exclusivamente e que as suas condições estavão aceitas.

Pensavão que, entrincheirados como estavão no senado e apoderando-se do conselho de estado, que estavão decretando, erão homens necessarios, que podião dar a lei tanto ao povo como ao monarcha.

Cedo tiverão de verificar que com a machina executiva e judiciaria que havião montado não havia mais poder effectivo no Brasil senão o de quem nomeia os ministros.

Cedo tiverão de reconhecer que, fautores da iniquidade, não ficarião preservados contra os corollarios naturaes da sua theoria, e que, se quizessem continuar a desfructar as gordas pitanças que ageitassem ou tivessem ageitado, terião de passar humildemente pelas forcas caudinas do palacio.

Em 1841 estavamos em plena reacção e ninguem via as ultimas consequencias da situação.

Não pretendo escrever a historia dessa memoravel sessão, mas simplesmente explicar-vos, Srs. eleitores, que no fim da legislatura eu advogava os mesmos principios que tinha invocado no começo, e que era coherente comigo mesmo. E que tinha seguido o preceito: *Qualis ab incoepto processerit, et sibi constet.*

Para esse fim porei diante dos vossos olhos alguns periodos de um longo discurso que proferi na sessão de 12 de julho por occasião de discutir-se o orçamento do imperio e que foi publicado no *Jornal do Commercio* de 14 de julho de 1841.

Vereis tambem do meu discurso que já nessa época, isto é, ha quasi vinte annos, eu estudava sériamente a magna questão das communicações do centro e norte de nossa provincia com o litoral adjacente.

Entendia que não erão proveitosamente applicados os esforços para abrir estradas de Marianna e Ouro-Preto para a Victoria, mas já então indicava as estradas de Itapemirim, S. Fidelis e Mucury como as que tinhão mais actualidade. O tempo provou que eu estava bem informado: o povo, sem auxilio algum do governo, tem aberto estradas para S. Fidelis, Itabapoana e Itapemirim, no sul do Espirito Santo, e a companhia do Mucury as communicações desta côrte com o norte de Minas.

Entendia, como igualmente vereis do meu discurso, que era preciso proteger a companhia do Rio-Doce, que muito podia ter feito em prol do commercio e engrandecimento da Itabira e do Serro, se o governo a não deixasse morrer desprotegida e abandonada. Mal podia eu imaginar em 1841, quando intercedia em favor da companhia do Rio-Doce, que vinte annos depois eu seria director de uma companhia semelhante, e que lutaria com difficuldades analogas!

Na rede dos meios de communicação dos Abrolhos para o sul figurará no futuro o Rio-Doce, como dependencia que é, tanto como o Mucury, do porto de Caravellas.

«O Sr. Ottoni: — Sr. presidente, o discurso do nobre ministro do imperio tomou em consideração o que eu disse

sobre estradas de communicação entre a provincia de Minas e o vasto litoral comprehendido entre a barra do Parahyba e a barra do Jequitinhonha no Belmonte, ou a do Rio-Pardo em Cana-Vieiras.

« No meu discurso a este respeito mostrei quanto o relatorio havia sido laconico sobre taes objectos. Sr. presidente, sem duvida que uma das materias de mais transcendencia que estão commettidas especialmente ao ministerio do imperio é o melhoramento das vias de communicação. Lamento tanto laconismo da parte do nobre ministro no seu relatorio, tanto laconismo nesta discussão.

« A censura que fiz, especialmente acerca da companhia do Rio-Doce, o nobre ministro a justificou trazendo á casa informações que deverião estar consignadas no relatorio. Sr. presidente, ha dous ou tres mezes que se achão apodrecendo, no porto do Rio de Janeiro, uma ou mais embarcações da companhia, por causa das difficuldades suscitadas pelo governo ou pelos seus agentes. Eu estou bem certo que o governo não póde ter desejos de suscitar embaraços á companhia; mas entretanto era preciso que essas difficuldades tivessem já cessado. A companhia, com muita razão, se recusa a pagar a siza do valor de embarcações que lhe são proprias, e a respeito das quaes exige-se o pagamento, segundo informou o nobre ministro, pelo simples facto de mudarem a bandeira ingleza que trouxerão para a bandeira nacional.

« Supponho que com isto não ha transferencia de dominio, são os mesmos proprietarios, e sómente por esta mudança de bandeira não se devia exigir a siza; mas, quando a legislação fosse duvidosa a este respeito, o governo devia apressar-se em trazer ao conhecimento da camara estas difficuldades. Não sei mesmo qual é a deliberação do governo, desejava sabe-la em tempo de poder offerecer um remedio na lei do orçamento. Estou certo que a camara não recusaria, no caso do governo dever exigir da companhia o pagamento da siza; estou certo que a camara, em attenção á importancia e magnitude da empreza, não se recusaria a alliviar a companhia deste e de outros pagamentos iguaes; mas, para se offerecer uma emenda a este respeito, é preciso que o nobre

ministro me informe definitivamente qual é a intenção do governo.

« A respeito das communicações da provincia de Minas com o litoral, lamento que o nobre ministro nada respondesse. Eu tinha em vista, quando fiz algumas considerações em outra occasião, não só chamar a attenção do nobre ministro sobre este importante objecto, como excita-lo tambem para que os dinheiros publicos não fossem despendidos de uma maneira, ou improficua, ou menos vantajosa. Estando eu na provincia de Minas, recebi a cópia de uma interessante memoria, escripta sobre a estrada chamada do Rubim, que communica a provincia do Espirito-Santo com a provincia de Minas, pelos rios Guandú e Manhuassú ao termo de Marianna, nos districtos da Ponte-Nova e de Casca.

« Esta memoria foi escripta pelo muito digno ex-presidente da provincia do Espirito Santo, o Sr. José Joaquim Machado de Oliveira, que o governo apressou-se em demittir, e accrescentou á demissão dada a este benemerito servidor o menosprezo com que tratou aquella sua aliás importante producção. O nobre ex-presidente me communicára em uma carta que enviára á secretaria do imperio a sua memoria. Creio que ella deve existir na secretaria, mas não mereceu menção no relatorio do nobre ministro, quando o nobre ministro fallou a respeito das estradas de communicação do Espirito-Santo com Minas, que não podião ser senão as duas unicas actualmente em projecto, que são a estrada de Itapemirim, que vai ter á barra deste rio e villa do mesmo nome, e a estrada de Rubim, que vai ter á bahia da Victoria. Mas o nobre ministro nada disse a este respeito, e eu desejo que S. Ex. tome em consideração essa memoria, e que, entretanto, examine o que eu disse a respeito da maior utilidade de promover as communicações do municipio do Presidio com o de Campos, e o do municipio de Minas-Novas com as comarcas de Caravellas e Porto-Seguro.

« As duas estradas que se dirigem do Espirito-Santo para o centro da provincia de Minas, para a capital da provincia, teem a distancia de 60 a 70 leguas.

« Ora, sendo a distancia do Ouro-Preto ao Rio de Janeiro quasi a mesma pela estrada do Parahybuna ou pela

estrada do Mar de Hespanha; sendo estas duas estradas muito mais frequentadas; estando já consideravelmente melhoradas, a ponto de em muitas leguas poderem já actualmente rodar carruagens; accrescendo que o mercado do Rio de Janeiro não póde ter comparação alguma com o insignificante mercado da Victoria: é evidente que, nas actuaes circumstancias, seria talvez em pura perda a despeza que o governo fizesse mandando abrir aquellas estradas. Entretanto, os sacrificios que o governo parece inclinado a fazer por aquelle lado, se os fizer pelo lado do Presidio a Campos, ou pelo lado de Minas-Novas, communicando este municipio com Caravellas e Porto-Seguro, podem trazer extraordinaria vantagem, porquanto os municipios do Presidio e da Pomba, na parte que póde ter relação immediata com a cidade de Campos, cujo mercado é já alguma cousa consideravel, comprehende uma pequena distancia, talvez menos de metade da distancia que ha desse ponto para a capital do imperio.

«O Sr. P. Candido: — Metade precisamente.

«O Sr. Ottoni: — Metade precisamente, diz o nobre deputado. Já se vê, pois, que grandes vantagens se podem tirar de qualquer sacrificio que se faça para accelerar esta communicação. No momento em que o productor mineiro daquellas paragens puder levar a Campos os seus productos immediatamente deixa esta dispendiosa e muito mais longa estrada do Parahybuna e Mar de Hespanha, e, mesmo quando tenha de vir procurar o grande mercado da côrte fa-lo-ha com mais vantagem indo embarcar os seus productos na cidade de Campos.

«Ora, a respeito de Minas-Novas a vantagem é ainda mais consideravel.

«O municipio de Minas-Novas aproveita-se já do Jequitinhonha e de sua nascente e insignificante navegação para obter alguns generos de primeira necessidade da Bahia; muitos outros desses generos, ou se vão buscar em costas de bestas á cidade da Bahia, ou ao Rio de Janeiro, caminhando-se por terra a distancia de 150 para 200 leguas: entretanto, toda esta interessante comarca está em muita vizinhança com Porto-Seguro e Caravellas; a população tem affluido para aquelle lado, e, se se facilitarem as commu-

nicações, o algodão, interessante ramo de producção da industria agricola de Minas-Novas, e que hoje talvez não se produza em maior escala por causa das despezas extraordinarias do transporte, immediatamente terá um incremento consideravel, porque, em vez de se transportar este producto por 150 ou 200 leguas, poder-se-ha transportar por 20 ou 40 leguas. Creio que, á vista destas considerações, o nobre ministro procurará antes dar impulso á communicação da provincia de Minas por estas duas extremidades do que pelo centro com a provincia do Espirito-Santo.

. . . . . .

. . . . . .

«O nobre deputado (o Sr. Carneiro Leão) veiu de alguma maneira confirmar as minhas apprehensões acerca do acto addicional. Eu peço á camara que haja de pensar bem nas palavras do nobre deputado a este respeito. O nobre deputado, depois de fazer ver que só admitte os golpes de estado, não como jurisprudencia ordinaria, mas em casos excepcionaes, depois de haver declarado que o acto addicional havia peccado em sua origem, que tinha defeitos, e que o nobre deputado, apezar de receber os factos consummados, ainda não se tinha desviado de seus principios a respeito da origem desse acto, accrescentou que não devia haver receio algum na *actualidade*!

«O Sr. Carneiro Leão: — Porque não tenho a presumpção de prever o futuro; é o que isto prova unicamente.

«O Sr. Ottoni: — O nobre deputado passou a explicar mais este seu pensamento. Depois de dizer que na *actualidade* não podia ser conveniente de modo algum semelhante golpe de estado, passou a dar os motivos porque o governo não poderia da-lo, não porque não fosse justo que o governo lançasse mão deste recurso, mas sómente porque, estando actualmente empenhado em uma guerra para conservação da integridade do imperio, não devia chamar sobre si mais difficuldades.

«Quaes são os corollarios que daqui se podem tirar? O governo não deve dar por ora o golpe de estado para annullação do acto addicional, pelo receio de que deste golpe nasção reacções e se venhão a complicar as difficuldades.

Em ultimo resultado, a guerra do Rio-Grande do Sul, a rebellião do Rio-Grande do Sul, no entender do nobre deputado, é a unica difficuldade que póde haver para supplantar-se o acto addicional.

«O Sr. Carneiro Leão: — E' má logica.

«O Sr. Ottoni: — E' como a do nobre deputado, que, sendo muito forte em argumentar, não vejo que o fosse muito no discurso a que respondo.

«Attendendo-se, pois, a este motivo que deu o nobre deputado, póde-se dizer que a guerra do Rio-Grande do Sul é quem conserva o acto addicional. Veja-se o perigo que póde resultar das inducções que naturalmente nascem das palavras do nobre deputado.

«O Sr. Carneiro Leão: — Taes inducções com effeito são perigosas, e por isso é que as combato.

«O Sr. Ottoni: — Mas, se tal é o pensamento occulto do governo, e se espera unicamente achar-se com os braços livres pelo lado do Rio-Grande do Sul para dar esse golpe de estado, está o governo muito enganado: nem o exercito legalista que ha de pacificar o Rio-Grande servirá de instrumento para quaesquer machinações iniquas contra a constituição do estado. (*Apoiados.*)

«Eu tinha dito que, no caso do governo annullar as eleições da camara futura, contra todo o direito e contra a constituição, se continuasse a praticar medidas de semelhante natureza, torna-se-hia um governo de facto. O nobre deputado de S. Paulo sem duvida estranhou tambem uma parte de minha proposição, e não attendeu ao todo della. Eu não declarei que o acto da dissolução da camara era por si só motivo para declarar o governo do imperio o governo de facto. Lá está no *Jornal do Commercio* o meu discurso tal qual o proferi, e appello demais para a memoria da casa. Eu disse que, se o governo praticasse esse acto, que eu considerava contrario á constituição, e continuasse a praticar actos semelhantes, isto é, actos contrarios á constituição, entre os quaes estava sem duvida o que eu mencionei, de annullar o governo de autoridade propria o acto addicional, em taes circumstancias o governo tornar-se-hia um governo de facto, tão legitimo como o de Piratinim.

« O Sr. Carneiro Leão: — Isto é o que eu nego.

« O Sr. Ottoni: — Tão legitimo como o governo de Piratinim.

« O Sr. Carneiro Leão: — Essa proposição ha de ser refutada; mas quem se atreve a refutar seus discursos são iras e coleras.

« O Sr. Ottoni: — Da minha parte é que é ousadia muito grande refutar o nobre deputado; mas tenha paciencia.

« O Sr. Carneiro Leão: — Eu gosto que o senhor se occupe de mim.

« O Sr. Ottoni: — O nobre deputado disse que pouco falta para que esta doutrina seja semelhante á de algum convencionista incendiario, e que o governo é sempre legitimo a cuja testa está o poder moderador.

« (Lê a parte do discurso do Sr. Honorio.)

« Ora, Sr. presidente, em primeiro logar tomarei em consideração o que me diz respeito, e especialmente neste periodo do discurso do nobre deputado, em que elle qualifica a doutrina enunciada na proposição a que ha pouco me referi como anarchica, incendiaria, propria dos convencionistas, e sómente toleravel no club dos Sansculottes. Se a minha proposição é anarchica e incendiaria, não sei como possa qualificar a doutrina do nobre deputado, de que o governo do monarcha é sempre legitimo em todos os casos; não sei como possa qualificar a doutrina que annulla o direito de resistencia e de insurreição.

« O Sr. A. Machado: — Esta doutrina é propria para Argel e Constantinopla.

« O Sr. Ottoni: — Mesmo em Constantinopla sómente é propria para ser proferida pelos eunucos do sultão ás portas do serralho. (*Apoiados da opposição.*) Mesmo lá as revoluções protestão contra a doutrina. Mas examinemos a questão.

« O Sr. Carneiro Leão: — Ahi é que é o principal.

« O Sr. Ottoni: — O governo a cuja frente está o poder moderador é sempre legitimo, dada mesmo a hypothese de que seja destruida a constituição.

« O Sr. Carneiro Leão: — De violar.

«O Sr. Ottoni: — O nobre deputado admittiu até a hypothese de destruição da constituição; mas eu admitto que tivesse dito — violar —; é já um principio de retracção do nobre deputado. O nobre deputado modificou o seu discurso, mas lá deixou estas plavras: «O governo a cuja testa está...»

(*Ouvem-se numerosos apartes dos differentes lados da camara.*)

«O Sr. Ottoni (*Depois de uma pequena pausa*): — «O governo a cuja testa está o monarcha é sempre legitimo. O imperante é sempre chefe do governo legitimo; é sempre legitimo o governo a cuja testa está o imperador.» Ora, examinemos primeiramente esta questão com os factos da casa.

«Esta doutrina annulla evidentemente o direito de insurreição e resistencia; considera em todos os casos a resistencia criminosa, a insurreição illegitima.

«O Sr. Carneiro Leão dá um aparte que não ouvimos.

«O Sr. Ottoni: — O nobre deputado guarde para depois a resposta, afim de refutar os principios que seguiu em 1817; mas agora tenha a bondade de me ouvir.

«Na opinião do nobre deputado a resistencia póde deixar de ser sempre criminosa contra um governo que é sempre legitimo.

«Não quero mencionar as tentativas que o Brasil fez antes de 1821 para conquistar a sua liberdade e independencia: não commemorarei os esforços nobres desses illustres mineiros, que em 1790 procurárão sacudir o jugo de Portugal, o jugo do despotismo; não trarei á casa os motivos honrosos que impellirão os patriotas pernambucanos a iniciar este movimento grandioso em 1817. (*Apoiados.*)

«Começarei em 1821. Já não era então o Brasil colonia de Portugal, mas um dos tres reinos da monarchia portugueza; havião-se installado as côrtes da nação portugueza; o monarcha legitimo dos tres reinos, D. João VI, se achava em Portugal á testa do governo dos tres reinos; por consequencia, o governo de Portugal era em 1821 a respeito do Brasil o governo unico legitimo. Entretanto, o Brasil, depois de ter nomeado deputados ás côrtes geraes e extraordinarias da

nação portugueza, reconheceu que o governo de Portugal não correspondia a suas intenções e calcava aos pés, direitos que já tinha como reino que era e parte integrante da nação portugueza. Em taes circumstancias, qual foi o nosso comportamento? Corrêmos ás armas, procurámos decidir a questão como rebeldes, porque é o que eramos a principio.

« O Sr. Martim Francisco: — Muita gente ainda pensa que o somos e nos trata como taes.

« O Sr. Ottoni: — Emfim, a rebellião grassou desde o Pará até o Uruguay: as armas dos rebeldes ganhárão triumphos gloriosos, e humilhárão as quinas, vencedoras em outras épocas (*apoiados*); e entretanto a quem se fazia a guerra? Ao governo legitimo, a cuja testa estava o Sr. D. João VI. E' preciso, pois, que façamos *amende honorable* do nosso comportamento.

« O Sr. Carneiro Leão: — Ha uma confusão manifesta de idéas.

« O Sr. Ottoni: — Os rebeldes, que tomárão as armas para chamar o governo de Portugal ao cumprimento de seus deveres, entendêrão que, á vista da falta de fé com que aquelle governo nos pretendeu tratar (a nomeação dos deputados ás côrtes de Lisboa provou que os brasileiros estavão resolvidos a continuar a fazer parte da monarchia portugueza), era violado o pacto fundamental da monarchia pelas côrtes e pelo monarcha a respeito do Brasil; e, longe de considerarem como verdadeira a doutrina do nobre deputado, corrêrão ás armas, tendo á sua frente o Sr. D. Pedro I, rebelde a seu pai, a seu monarcha e á sua nação. Veja o nobre deputado se pretende que a memoria deste principe expie esse crime, visto que declarou-se contra um governo que, segundo os principios do nobre deputado, era o unico legitimo, só pelo facto de que o monarcha estava á testa desse governo.

« O Sr. Carneiro Leão: — Admira-me como se confundem assim todas as idéas.

« O Sr. Ottoni: — O nobre deputado não póde dar outra resposta senão generalidades desta natureza.

« O Sr. Carneiro Leão: — Eu lhe mostrarei se lhe respondo com generalidades.

«O Sr. Ottoni: — E tambem deste lado haverá quem replique.

«O Sr. Carneiro Leão: — Não me assusto com as respostas.

«O Sr. Ottoni: — E' certo que a coragem do nobre deputado é invencivel. (*Risadas.*) Mas pergunto se o governo de Portugal, havendo violado o pacto social a respeito do Brasil, quando nós lhe faziamos a guerra naquella occasião, era para o Brasil mais legitimo do que o governo de Piratinim? Creio que não: ambos erão illegaes e illegitimos; tanto o governo de D. João VI como o de Piratinim estão nas mesmas circumstancias; um, porque não quer submetter-se; e outro, porque não queria que subsistissemos como nação, quando já o eramos. Entretanto, o governo de D. João VI era, na opinião do nobre deputado, sempre legitimo, porque á sua testa estava o rei. O nobre deputado vai para diante com a sua argumentação. A respeito do aparte que dei, quando disse que na verdade o governo do imperador do Brasil era legitimo, mas emquanto existisse constituição, o nobre deputado declarou que não havia tal.

«O Sr. Carneiro Leão: — Eu não ouvi dessa maneira: bem sabe que quem está orando não póde ouvir bem os apartes. Pela resposta que dei bem se vê que não entendi dessa maneira.

«O Sr. Ottoni: — O nobre deputado disse: (*Lê parte do discurso do Sr. Carneiro Leão.*) Por consequencia, na opinião do nobre deputado, a legitimidade do imperador não vem da constituição.

«O Sr. Carneiro Leão: — Não vem só da constituição.

«O Sr. Ottoni: — Vou chamar os factos da historia da nossa independencia em meu apoio. O nobre deputado diz que a legitimidade do imperador não vem só da constituição, porque elle é imperador por unanime acclamação dos povos. Quando a constituição falla em unanime acclamação dos povos não menciona um facto, mas dá um titulo. E nem de outra sorte se podia considerar esse artigo da constituição, porque o Sr. D. Pedro I não foi acclamado unanimemente. Sabe-se que houve dissidencias, tanto de brasileiros, que pretendião outra fórma de governo, como do partido portuguez,

que pretendia recolonisar-nos. Por consequencia, não foi acclamado unanimemente, e não é da acclamação que vem o titulo, mas da constituição.

«Eu appello para os factos e para a historia da revolução que começou em 1821. O fim dessa revolução era a liberdade: é por isso que todo o Brasil, nomeando deputados para as côrtes de Lisboa e tendo ficado principe regente o Sr. D. Pedro I, em 2 de março se exigiu que se começassem a formar certas instituições tendentes ao estabelecimento do governo representativo. Tal foi o estabelecimento da liberdade da imprensa, que teve logar em 2 de março de 1821, abolindo-se a censura prévia, que então existia, tal foi o juramento das bases da constituição portugueza, que o povo reunido exigiu que fosse prestado pela familia real, e taes forão outros muitos factos que occorrêrão em 1821.

«Em 1822, quando apparecêrão as tentativas das côrtes de Lisboa, para roubar ao Brasil as prerogativas de que já gozava, o Brasil começou a agitar-se mais, trabalhando ao mesmo tempo para a liberdade e para a independencia, nunca perdendo de vista o fim a que primeiro se propoz, que era a liberdade.

«Em 16 de fevereiro de 1822 exigiu-se a reunião de procuradores geraes das provincias do Brasil, para virem tratar dos negocios do reino do Brasil. Em 23 de março houve um movimento do povo do Rio de Janeiro, talvez por alguma suspeita de tendencia contra o systema de governo que o Brasil queria estabelecer. Antes da acclamação do imperador existe o facto da convocação da assembléa geral constituinte. Reuniu-se a junta de procuradores geraes, e por sua resolução immediata, á qual se uniu o conselho de estado, logo depois foi convocada para o dia 3 de junho uma assembléa constituinte legislativa, em virtude de uma requisição da camara municipal e do povo, e o Sr. D. Pedro I tomou o titulo de constitucional logo depois, no dia 10 de junho. Finalmente, no dia 7 de setembro proclama o principe nas margens do Ypiranga a independencia do Brasil, e, tendo de antemão já reconhecido a constituição e o systema representativo, recebe o titulo de imperador constitucional em 12 de outubro de 1822.

« Ora, pergunto eu, não estarão em todos estes factos bem formuladas as condições com que o Brasil elevou ao throno o Sr. D. Pedro I? Sem duvida nenhuma. Se o nobre deputado, não achando bastantemente valiosas todas estas reclamações, todos estes actos que tiverão logar no decurso do anno de 1822, recorrer ás actas por que nas diversas camaras municipaes o imperador foi acclamado, achará condições muito expressas na maior parte dellas, pelo menos condições analogas ás palavras celebres do magistrado do Aragão quando entregava ao rei as insignias do poder. A nação brasileira, reconhecendo o seu poder, a força, o direito, que tinha recobrado tornando-se independente de Portugal, disse ao principe como os aragonezes de outro'ora: « Nós, que somos tanto como vós, e que podemos mais do que vós, nós vos fazemos imperador constitucional, com a condição de que respeitareis as instituições que a convenção ou assembléa constituinte, que já se acha convocada, houver de instituir. » E o imperador o jurou. Por consequencia, se por um juramento persistente o imperador se obrigou a respeitar em todos os casos a constituição, é falsissima a doutrina do nobre deputado, como os factos da historia do nosso paiz demonstrão, e a proposição que emitti não é das que são sómente dignas de ser proferidas por detrás de barricadas.

« A constituição me resguarda, me defende sufficientemente, para poder proferir proposições muito mais fortes na tribuna nacional. Resguarda-me mais do que quantas barricadas possão imaginar-se.

« O Sr. Carneiro Leão: — Resguarda a pessoa, mas não torna a doutrina verdadeira, nem a applicação.

« O Sr. Ottoni: — Já expliquei a historia e os factos succedidos no nosso paiz...

« O Sr. Carneiro Leão: — Fiquei na mesma.

« O Sr. Ottoni: — ... para comprovar que as doutrinas que expendi, longe de serem revolucionarias, não podem ter o mais leve resaibo de menos constitucionaes: vejamos o que dizem os publicistas os menos suspeitos a esse respeito. Eu citarei dous ou tres.

« Creio que não póde ser suspeito Vatel, cujo compendio, na conformidade das leis, serve á instrucção da mocidade nos

cursos juridicos. No cap 2º § do direito das gentes, diz elle: (*lendo*) « Vatel, § 50, pag. 84, vol. 1.º *Droit des Gens*: — Se « a autoridade do principe é limitada e regulada por leis « fundamentaes, o principe, sahindo dos limites que lhe estão « traçados, governa sem direito algum e mesmo sem titulo; « a nação, desobrigada da obediencia, póde resistir ás suas « tentativas injustas. Desde que ataca a constituição o prin- « cipe rompe o contrato que o ligava com o povo: o acto « do monarcha desobriga os subditos, que o podem consi- « derar como usurpador. Esta verdade é reconhecida por « todos os escriptores sensatos, cuja penna não está escra- « visada ao temor ou vendida ao interesse. »

« Outros publicistas, cuja autoridade creio que é tão pouco suspeita como Vatel, emittem proposições semelhantes, sem precisarem de barricadas, á face do mundo...

« O Sr. Carneiro Leão: — Não estavão na tribuna, de certo.

« O Sr. Ottoni: — ... onde havia constituição escripta, onde se sabia o que era governo de facto e governo legitimo. Diz Silvestre Pinheiro, por exemplo.

« O Sr. Carneiro Leão: — Não aceito a autoridade.

« O Sr. Ottoni: — Mas não é suspeito, e, se é suspeito, não o póde ser de certo de sans-culottismo.

« O Sr. Carneiro Leão: — Mas tem muitas doutrinas falsas.

« O Sr. Ottoni: — Silvestre Pinheiro diz no art. 3º: (*lendo*) « Silvestre Pinheiro, *Droit constitutionel du pouvoir « legislatif*, pag. 158: Deixai aos que se fazem *patanges do « absolutismo* a crença que fingem ter de que toda a resis- « tencia ao poder é uma rebellião e toda a insurreição contra « o arbitrio uma revolta. » e mais abaixo: « A insurreição « do homem livre póde tambem occasionar guerra, se o des- « potismo é tão cego que, *para execução de suas medidas « illegaes*, ousa recorrer á força. »

« Portanto, Silvestre Pinheiro reconhece tambem o direito de resistencia e de insurreição todas as vezes que é violado o contracto social, dizendo mui expressamente: « *Point de loi, point d'obéissance.* » Logo que cessa o imperio das leis, cessa o dever da obediencia. Não sei se o nobre deputado

aceitará a autoridade de Delolme, autor muito conhecido, que expõe as excellencias do governo inglez. Depois de desenvolver os differentes principios da magna carta...

« O Sr. Carneiro Leão: — A citação é mal feita para justificar a proposição.

« O Sr. Ottoni: — ...diz que todas estas instituições bem combinadas, como forão, sem o direito de resistencia serião inteiramente nullas: occupa-se longamente em desenvolver este principio, e diz (*lendo*): « Delolme, *Constitution d'Angleterre*, tom. 2º, cap. XIV: « Foi a resistencia que deu « nascimento á magna carta, fundamento e base da liberdade « ingleza, e os excessos de um poder estabelecido pela força « forão reprimidos pela força. »

« Já se vê, pois, que não é só por detrás das barricadas que se considerão governos illegitimos governos presididos pelos monarchas, e que pelo contrario autores que estão acima de toda a suspeita, como estes que citei, entendem que nos casos em que o governo se põe acima das leis elle se torna illegitimo. Como quer, pois, o nobre deputado que eu acredite que é o governo legitimo um governo que é illegitimo, illegal? Para mim, se o governo é legitimo, eu o considero legitimo, se é illegal, illegal, e no meu espirito não posso graduar a differença da illegalidade que ha entre um governo usurpador qualquer e o governo de Piratinim. Eu poderia citar ainda Chateaubriand, cuja autoridade sem duvida no caso presente não póde ser contestada, porque é um realista e até legitimista, como tal estimado de todos os realistas distinctos e de boa fé. Quando uma facção avida e interesseira, para seus fins particulares, para realizar seus projectos de ambição, procurou fazer derribar a constituição, ou uma parte della na França, é bem sabido que Chateaubriand e muitos outros legitimistas distinctos virão o perigo em que punhão o monarcha especuladores politicos presididos por M. Villele.

« O Sr. Carneiro Leão: — Não, por Polignac sim.

« O Sr. Ottoni: — Polignac estava então na Inglaterra.

« O Sr. Carneiro Leão: — Não em 1827.

« O Sr. Ottoni: — Em 1827 houve a coallisão de Chateaubriand, de Hyde de Neuville e outros realistas distinctos

com os patriotas mais decididos e contra o ministerio dos especuladores politicos, á frente dos quaes estava Mr. Villele, que compromettia a monarchia, para satisfazer suas ambições. Mr. Chateaubriand previu o que havia de succeder a Carlos X, e lhe gritou da tribuna que temia nas circumstancias da França muito mais as revoluções que vinhão do governo do que as que vinhão do povo.

« O Sr. Carneiro Leão: — Eu temo pelo contrario, por experiencia.

« O Sr. Ottoni: — Sem duvida o comportamento de Chateaubriand em toda a sua vida dá direito a pensar que os seus receios erão nascidos do interesse que votava mais especialmente ao throno; mas, infelizmente, Carlos X não tinha a força de razão que caracterisava o seu predecessor Luiz XVIII, e por isso acreditou mais nos especuladores politicos Villele e Polignac, nos sectarios das transacções, e o resultado foi comprometter o seu throno na revolução de julho. Eu não quero fazer confrontações historicas; estou certo de que o monarcha actual do Brasil ha de seguir de preferencia os passos esclarecidos de Luiz XVIII, e que não se ha de deixar arrastar pelos Villele e Polignac. (*Apoiados.*)

« O Sr. Marinho: — *Apoiado: bravo* !

« (*Bravos e apoiados nas galerias.*)

« Muitas vozes: — Ordem ! ordem !

« (Restabelece-se o silencio nas galerias.)

(*Jornal do Commercio* de 14 de julho de 1841.)

VII

Revolução de 10 de junho de 1842. — Pacificação de Minas

A fatalidade que em 10 de junho de 1842 sublevou a heroica cidade de Barbacena e toda a provincia de Minas, e bem assim a minha voluntaria comparticipação no movimento, são pontos historicos de que está cada um de vós cabalmente informado.

Creio sinceramente que mais teria ganho o systema constitucional se, apezar de rebellado o governo contra a constituição, se, apezar da promulgação das leis inconstitucionaes de 1841, apezar da dissolução prévia da camara dos deputados, apezar de tudo, a opposição mineira, em vez do recurso ás armas, de preferencia empregasse contra o governo os meios pacificos que ainda lhe restavão.

Infelizmente a opposição era de tal modo provocada e arrastada para o terreno fóra da lei que não havia meio de conte-la.

O facto era, portanto, indeclinavel.

A não ser esta consideração, eu poderia lamentar que a energia e a acerbidade das minhas invectivas na sessão de 1841 pudessem ter contribuido para o movimento de 10 de junho.

Em todo o caso, porém, posta a mão na consciencia, ainda acho lá o éco de minhas palavras, e assevero que erão estremes de odio e de ambição.

E posso recordar-me complacentemente que na noite de 15 para 16 de junho de 1842, arrostando perigos, e com o fim de partilhar a sorte de meus amigos, parti do Rio para Minas, quando aqui já se festejava a derrota da Venda Grande, a retirada da Ponte dos Pinheiros, e consequentemente a quéda da revolução de S. Paulo.

A' memoria do meu saudoso amigo monsenhor Marinho rendo graças, porque á pag. 207 do 1º vol. da sua *Historia da revolução de Minas* consignou esse acto de lealdade que pratiquei para com os meus amigos.

O generoso historiador omittiu systematicamente os seus proprios serviços e grandes sacrificios, mas não perdeu occasião de pôr em relevo a mais pequena circumstancia que podia ennobrecer o caracter de seus amigos.

Assim, á pag. 252 e seguintes e nos documentos que se leem no 2º vol. o historiador mineiro registrou:

1.º O proposito em que estava em 19 de agosto de aceitar a presidencia e a direcção do movimento depois da batalha que teve logar no dia 20.

2.º A resolução que, de accordo com outros amigos tomei no dia 20, de acabarmos com a revolução em Santa Luzia, e ahi ficarmos para sermos presos, em vez de nos retirarmos escoltados pelas forças respeitaveis de Galvão e Alvarenga, que até a noite occupárão a ponte da villa para protegerem a retirada dos insurgentes.

3.º O facto de se acharem na Lagôa Santa no dia 21, immediato ao da batalha de Santa Luzia, mais de 2.000 homens bem armados e municiados, e que debandárão por se ter dissolvido o governo insurgente.

4.º O importante documento assignado pelos coroneis Galvão e Alvarenga, perante o subdelegado de Mattosinhos, declarando que debandavão suas forças, recolhião-se ás suas casas, e não se opporião mais ás *leis em vigor, afim de pôr termo ao derramamento de sangue dos mineiros*. E' tambem datado de 21 de agosto de 1842.

Bem apreciados os dados expostos, claro está qual era a ordem das minhas idéas naquella crise.

Se o Sr. barão de Caxias fosse vencido, como tinhamos as melhores esperanças de que o fosse, a revolução estava terminada pelo triumpho, e estaria acabada a guerra civil. «*Dentro de tres dias*, dizia eu aos meus amigos, *estamos no palacio do Ouro Preto, dentro de quinze dias um ministerio liberal terá suspendido a lei inconstitucional de 3 de dezembro e a do conselho de estado, e terá annullado o decreto inconstitucional que dispersou os representantes da nação.*»

Nossa tarefa estaria finda, restabelecida a ordem, a ordem bem entendida, que é inseparavel da verdadeira liberdade.

Perdida a batalha de Santa Luizia, sobravão elementos ao partido liberal para continuar uma guerra de recursos, cujo resultado é difficil calcular qual teria sido.

Mas eu não comprehendo revolução senão quando o povo se levanta em massa para dizer aos seus oppressores: «*Basta.*»

Pensavamos, os mineiros, que em 1842 seria assim; e, como nem queriamos nem suppunhamos guerra civil, os que estavamos no Rio não enviámos para Minas nem uma espingarda nem uma libra de polvora.

Contavamos que a provincia de S. Paulo se levantaria como um só homem, e que aos mineiros não estava destinada outra tarefa senão a de uma manifestação popular até certo ponto pacifica.

Frustrada a revolução em S. Paulo, nada tinhamos que fazer.

Mas o pundonor dos guardas nacionaes mineiros, sua energia e enthusiasmo um momento persuadirão-nos que, desprevenidos como tinhamos entrado na luta, e mesmo tendo ficado a sós, podiamos dar leis ao imperio.

E pouco faltou para que esta esperança se realizasse no dia 20 de agosto de 1842.

Longe de mim duvidar da coragem pessoal e mais qualidades que concorrem, como universalmente se reconhece, e eu sou o primeiro a confessar, na pessoa do nobre general marquez de Caxias, illustre veterano da independencia.

Mas estou persuadido que os cordões, os bordados e as condecorações dadas a S. Ex. em razão da batalha de Santa Luzia mais racionalmente adornarião a estatua do Destino.

Acerca deste combate os chefes insurgentes podião dizer como Napoleão em Santa Helena, fallando de Waterloo: « Ney ! Grouchy ! Dia incomprehensivel, em que tudo se perdeu depois que tudo estava ganho! Houve traição ou foi uma dessas fatalidades com que o destino se apraz em zombar das mais bellas combinações do espirito humano?!...»

Como quer que fosse, perdida a batalha de Santa Luzia, pensava eu, ainda antes do facto, que, se era certo que po-

diamos continuar a revolução com chanças de successo, tambem era fóra de duvida que só conseguiriamos assolando os bellos campos de Minas e anarchisando a provincia. Diante de tamanha responsabilidade honro-me de haver recuado.

Julguei que em taes circumstancias mais ganhava o paiz se da sentença lavrada pelas baionetas do Sr. Caxias appellassemos para os tribunaes judiciarios.

E, como só podiamos discutir estando presos, ficámos em Santa Luzia, havendo-se retirado os chefes militares, a quem o juizo dos seus pares nos conselhos de guerra não podia inspirar a confiança que depositavamos no jury.

Já em frente do Ouro-Preto, vendo os animos dispostos a uma capitulação, e não querendo que para o fim de obterem os chefes condições menos duras se arriscasse uma gota de sangue mineiro, tinha eu feito a seguinte proposta, que tambem copio da historia de Marinho:

«§ 1.º Que o presidente interino proclamasse a todas as forças que em seu nome podião estar e de facto estavão em armas na provincia que, tendo sido feita a revolução de Minas unicamente como uma manifestação destinada a apoiar a de S. Paulo, pacificada aquella provincia, devião os mineiros depôr as armas, e a isso os convidava.

«§ 2.º Que esta proclamação fosse de prompto enviada ao barão de Caxias, declarando-se-lhe que, para evitar effusão do sangue, e pelo motivo na dita proclamação exarado, depunhão os mineiros as armas, depois de uma victoria brilhante, qual a de Queluz, e se entregavão á discrição da clemencia imperial.

«§ 3.º Que então todas as pessoas notaveis que se achavão no acampamento, tendo á sua frente o presidente interino, se fossem apresentar ao general em chefe.»

Esta minha proposta, que não foi possivel levar a effeito diante do Ouro-Preto nos ultimos dias de julho, realizou-se em Santa Luzia no dia 20 de agosto.

Os Srs. José Pedro Dias de Carvalho, vigario Joaquim Camillo de Brito, coronel João Gualberto Teixeira de Carvalho, capitão Pedro Teixeira de Carvalho, tenente Antonio Teixeira de Carvalho, padre Manoel Dias do Couto Guimarães e Francisco Ferreira Paes voluntariamente esperárão

comigo a entrada do exercito vencedor, para darmos testemunho de que alli tinhamos ficado até a ultima hora e que a revolução estava acabada.

Das reminiscencias da campanha de 1842, acreditai-me, Srs. eleitores mineiros, são estas ultimas as mais gratas ao meu coração.

IX

A revolução perante os tribunaes. — Ministerio parlamentar conservador

A revolução de Minas findou repentinamente e como que por encanto no dia 20 de agosto.

Findou, permitta-se-me que o repita com satisfação, porque eu não quiz assumir a vice-presidencia.

« *Se o ex-deputado Ottoni,* diz o historiador da revolução, *que tanto prestigio tinha no exercito e na provincia, não tivesse ficado em Santa Luzia o sucesso de 20 de agosto seria apenas um revés.* »

Dissolvido o governo insurgente, coube aos coroneis Antonio Nunes Galvão e Francisco José de Alvarenga a honra de authenticarem perante o subdelegado da Lagôa Santa a pacificação da provincia. Por toda a parte debandavão as forças rebeldes, e cada qual recolheu-se para os seus lares mansa e pacificamente. O conflicto dos liberaes com o governo ia entrar em nova phase perante os tribunaes.

Fui eu, como diz Marinho na *Historia da revolução,* quem conservou o archivo rebelde, material valiosissimo para os processos e para a historia.

Preservei-o das chammas a que o havião condemnado, mais feliz de que o bibliothecario de Alexandria, se é certo que com effeito o califa Omar queimou a bibliotheca daquella cidade, e se não procedem as objecções de Gibbon contra essa tradição historica.

O archivo rebelde era o auto de corpo de delicto universal dos revolucionarios.

Tinhão elles protestado em 10 de junho que a lei de 3 de dezembro de 1841 e a dissolução prévia erão actos inconstitucionaes.

Os tribunaes ião decidir se aquelle protesto tinha sido um crime ou uma resistencia legal.

Era da maior conveniencia pleitear a causa perante a opinião e discutir perante os jurados, não só a theoria constitucional e as causas longo tempo accumuladas, e as paixões exacerbadas que havião produzido e podião justificar o movimento de 10 de junho, mas tambem o modo por que os rebeldes havião procedido.

Glorio-me de haver conservado as peças justificativas necessarias aos libellos do promotor publico e aos numerosos advogados da defesa.

Para serem devidamente aproveitados estes materiaes era indispensavel um centro e curadoria geral dos accusados, que systematisasse a discussão, reunisse em um feixe os casos julgados que devião compor a jurisprudencia da questão, e que enfim, resumindo os debates, tornasse bem patente o julgamento definitivo do poder judiciario e da opinião publica acerca do movimento de 10 de junho.

Tal foi a missão do *Itacolomy*, publicado logo que se levantou o sequestro á typographia liberal do Ouro-Preto. Collaborárão activamente no *Itacolomy* alguns dos compromettidos que tinhão feito parar o carro revolucionario em Santa Luzia, e se havião rendido á discrição, certos de que era mesmo estando presos que poderião melhor defender sua causa e de seus amigos perante a opinião e perante os tribunaes.

Ainda as algemas nos roxeavão os pulsos, e já estavamos appellando para a imprensa, que tudo salvou.

Reparavamos assim o grande erro que haviamos commettido recorrendo ás armas, mas não cessavamos de estigmatisar os actos inconstitucionaes que tinhão dado causa ao movimento.

Tinhamos o maior empenho em que fosse a questão ventilada solemnemente perante os tribunaes.

E eramos tão sinceros nesta opinião que a nosso pedido a assembléa legislativa provincial, na qual o voto de nossos amigos preponderava, se absteve de representar ao poder moderador pedindo amnistia para os presos e compromettidos.

Não procedêmos assim porque pensassemos que houvesse o menor dezar em appellar em casos taes para o poder moderador.

Estavamos longe de uma opinião tão inconstitucional.

A amnistia deve ser concedida sempre que o aconselhar o bem do estado.

E' um direito e uma garantia do cidadão brasileiro, que póde invoca-la logo que julgue dar-se a hypothese da constituição, do mesmo modo que póde requerer um *habeas-corpus*.

Na assembléa provincial fluminense uma voz generosa suscitou a nobre idéa, e durante a discussão patenteou-se ao paiz quanta consideração merecião os proscriptos.

O fallecido Sr. José Augusto Cesar de Menezes, homem da tempera dos antigos, e que levou ao tumulo firme a sua reputação e inabalaveis suas crenças politicas, disse o seguinte:

« Vou agora, Sr. presidente, não fazer uma resenha, mas apresentar alguns individuos implicados no movimento de que fallamos, para vermos se merecem os convicios que lhes lançou o parecer da nobre commissão.

« Será *inimigo da ordem publica, ousado, turbulento, vilipendiador das leis*, aquelle varão probo (o Sr. Vergueiro) e prestante, que, comprehendendo bem o que é uma patria adoptiva, resistiu á tentação das doces emoções que faz nascer a vista do solo natal, para neste trabalhar por sua liberdade e independencia, cuja estada no poder era uma garantia de socego e ordem?

« Será *inimigo da ordem publica, ousado, turbulento, vilipendiador das leis*, aquelle estoico e desinteressado (o Sr. Feijó), que regeitou um bispado e resignou uma regencia, logar que mais de um especulador quereria, ainda dando 400 % sobre o seu orçamento? o qual, se commetteu algum excesso, ninguem deixará de confessar que foi por amor da ordem, excesso que teve talvez por causa principal a sua sinceridade, illudida pela falsa amizade, da qual fallou o Sr. Dias da Motta, quando ella lhe aconselhava que manejasse a *clava de Hercules?* que deixou o poder quando viu que a continuação da sua gestão podia occasionar a perturbação da paz publica?

« Merecerá aquelles epithetos esse moço, por que mais se deve encher de orgulho o Serro do que pelas pedras pre-

ciosas que rolão pelos leitos dos seus rios, esse moço no qual todas as vezes que penso digo: — Assim foi de certo Catão na sua idade e será esperança do Brasil, se alguma commissão militar lhe não fizer saltar a cabeça, ou se alguma taça ministrada por algum fingido amigo lhe não corroer lentamente as entranhas? »

(*Diario do Rio* de 27 de abril de 1843. Sessão de 22 do mesmo mez e anno.)

Na camara dos deputados, entre outros levantou-se em nossa defesa o honrado bahiano o Sr. João José da Cruz Rios.

Assim apoiados na tribuna legislativa, proseguiamos tenaz mas pacificamente na discussão do nosso direito.

O exercito podia desarmar os mineiros, inutilisar a sua resistencia, mas não decidir a questão constitucional.

A resistencia de 10 de junho, discutida de mil modos perante os tribunaes de Minas, ficou plenamente justificada como uma resistencia legal.

Qualquer que tenha continuado a ser a opinião dos poderes legislativo e executivo, os actos contra os quaes se erguêra o grito de Barbacena forão declarados inconstitucionaes pelo poder judiciario, que tambem é independente.

Todos os chefes de alguma importancia levados ao jury obtiverão absolvição e em muitos casos apotheose.

Era regra que quando entrava no jury algum dos muitos cabeças da revolução o tribunal em peso levantava-se apezar das reclamações de alguns juizes de direito. Este facto está registrado no *Jornal do Commercio* de outubro de 1843.

Era homenagem prestada á nossa boa fé e á honestidade dos motivos de nosso procedimento.

E cumpre observar que no maior numero de casos os jurados que absolvião os rebeldes e com elles fraternisavão nos tribunaes erão os legalistas da vespera.

Honra aos mineiros! Os mesmos que havião feito os maiores sacrificios para abafar a revolução, cujas consequencias temião, estavão longe de approvar o procedimento do governo, e não querião de modo algum sanccionar o precedente de poderem a assembléa geral e o governo decretar leis inconstitucionaes.

Honra ao jury de Marianna, do Ouro Preto, da Piranga e outros, que nos restituirão ao gozo de nossos direitos, completamente justificados, salvando o principio de resistencia a ordens illegaes, e com mais forte razão a leis inconstitucionaes.

Assustada com o verdict dos jurados a imprensa conservadora da provincia começou a aconselhar-nos a resispiscencia dos nossos actos. Já se contentavão que ao menos nos mostrassemos contrictos.

« Peção misericordia ! nos repetia a *Ordem* de S. João d'El-Rei.

« Peção misericordia ! repetiamos no *Itacolomy*. Misericordia devem pedir esses irmãos degenerados, que se teem locupletado com a rapina e engordado com o espolio do orphão e da viuva, que teem opprimido os seus concidadãos, que teem vendido a justiça e commettido toda a sorte de iniquidades, e muita contricção precisão elles para que Deus lhes perdoe por sua infinita misericoridia. Quanto aos cidadãos que por effeito de suas convicções tomárão parte nos movimentos politicos do anno passado, de que hão de pedir perdão ? Porque forão rebeldes? Mas esses rebeldes não estão em circumstancias de fazer acto de contricção. Coube-lhes a rara fortuna de que seus pares e juizes nos tribunaes judiciarios teem antecipado a purificação de sua conducta, emittindo acerca das revoluções de Barbacena e Sorocaba um juizo que a posteridade sem duvida confirmará ».

(Do *Itacolomy* de 28 de agosto de 1843.)

Effectivamente jurados mineiros unanimes e sem distincção de partidos decretavão por toda a parte que era justificavel o nosso procedimento, e que, portanto, criminosos erão os ministros que havião promulgado a lei de 3 de dezembro de 1841 e dispersado os representantes do povo com o mesmo direito com que Cromwell mandou fechar as portas do parlamento.

Eu fui um dos absolvidos por unanimidade no jury de Marianna, composto o conselho de liberaes e conservadores promiscuamente.

O presidente do conselho era o distincto mineiro e meu amigo o Sr. José Marianno Pinto Monteiro, hoje residente em Ubá e alli um dos prestigiosos chefes do partido liberal.

O Sr. Pinto Monteiro fez-me presente da penna com que havia lançado as respostas unanimes aos quesitos do juiz de direito. Essa penna é uma reliquia preciosa que conservo, e que inactiva depois de 18 annos, vai hoje servir-me para escrever neste papel, afim de que sejão transmittidos á imprensa acompanhados de bençãos sinceras e de meu agradecimento immorredouro, os nomes dos cidadãos cujo memoravel verdict me restituiu á minha familia puro de toda a criminalidade.

São os Srs.:

José Marianno Pinto Monteiro, presidente.
José de Souza Cunha, secretario.
Francisco Xavier Pereira.
Manoel Coelho Linhares.
Ignacio Alves da Rocha.
José Pedro Gonçalves.
Quintiliano de Abreu e Lima.
Antonio Gonçalves Machado.
Francisco José Ferreira.
Manoel Francisco Damasceno.
Manoel Moreira da Cruz.
José Bernardino dos Reis.

A sêde de perseguição fôra tão longe que no meu processo se investigou sobre discursos que proferi como deputado, sobre escriptos que dez annos antes dei ao prelo como jornalista, e finalmente sobre minhas opiniões em abstracto, quanto ás bases constitutivas do governo.

De minha defesa perante o jury, publicada no *Itacolomy* de 26 e 30 de setembro de 1843, ver-se-ha que vinguei os privilegios de deputado e a liberdade da imprensa, explicando ao juiz formador da culpa esses pontos do nosso direito constitucional. Quanto ao terceiro topico, é manifesto que a minha dignidade não podia permittir alli a menor explicação, visto que não havia autoridade para m'a exigirem. Limitei-me, pois, a protestar que na constituição havia logar

para todos, e forte com a minha consciencia repeti aos jurados os versos de Philinto:

> Não foi dado té aqui ao despotismo
> Algemar o alvedrio, que sob'rano
> Dentro do seu sacrario mofa e zomba
> De satellites vis, de escravas ordens.

Quando os jurados mineiros começárão a multiplicar desenganos ao espirito retrogrado, o governo e seus agentes delirárão.

O jury, mutilado pela lei de 3 de agosto, posto debaixo da tutela humilhante do juiz de direito, pela absurda faculdade da appellação que se lhe deixou, e pelo arbitrio no formular os quesitos, arbitrio que em grande numero de casos tira ao jury a apreciação moral do facto imputado e legitima a condemnação de accusados que o jury tem intenção de absolver, o jury assim mesmo estropiado não servia ás exigencias dos dominadores.

E o secretario do governo, deputado á assembléa provincial, propoz que se pedisse ao poder legislativo outra fórma de processo.

No *Itacolomy* de 5 de julho de 1843 vêm transcriptos a proposta e o parecer da commissão, cuja conclusão approvada era a seguinte:

«Que não se tome em consideração a indicação para se pedir aos poderes supremos a suppressão do jury. — Paço da assembléa provincial, em 30 de junho de 1843. — *João de Salomé Queiroga. — F. de A. L. Mendes Ribeiro. — J. Rodrigues Duarte.*»

Emquanto o jury de nossa provincia rehabilitava os compromettidos, ganhava terreno na côrte a reacção conservadora, e julgava-se o partido conservador com força para no dia 20 de janeiro de 1843 dissolver o ministerio palaciano de 23 de março de 1841.

Apezar de ser triumpho de retrogrados, o dia 20 de janeiro seria um bello dia para o systema representativo se o Sr. Paulino José Soares de Souza, autor principal da dissolução, viesse explica-la ao parlamento como filha da necessidade de fazer cessar o governo pessoal, supplan-

tando-se as camarilhas e restituindo á sua pureza as normas constitucionaes.

Nada disso. S. Ex. sahiu com outros seus collegas a 20 de janeiro, para tornar a entrar dias depois. E nas explicações que deu ás camaras, em vez de confessar a defeituosa organisação do gabinete dissolvido, referiu-se assim ao facto recente:

«O Sr. Paulino: — As causas que originárão a crise ministerial que produziu a dissolução do gabinete, da qual acabamos de ser testemunhas, não são de muito recente data. *Existião entre alguns membros do dito gabinete desconfianças reciprocas, relativas em pontos de lealdade de uns para com outros.* Dahi nascia uma desintelligencia sensivel e funesta, da qual devia necessariamente resentir-se o serviço publico, e que devia influir sobre o estado da camara e do paiz; e nunca as suas circumstancias requerêrão mais união, mais harmonia e mais fortaleza nos conselhos da corôa.»

(*Jornal do Commercio* de 24 de janeiro de 1843.)

O Sr. Soares de Souza guardou-se bem de deixar escapar uma só palavra que denunciasse a flagrante inconstitucionalidade da organisação e dissolução dos gabinetes sem interferencia do parlamento.

As reciprocas desconfianças em pontos de lealdade forão o pretexto infeliz com que se pretendeu acobertar a verdadeira causa do facto que acabava de occorrer.

Se se tratasse de restabelecer os bons principios, outras serião as palavras do illustrado Sr. Soares de Souza; mas a verdade produz odio e podia prejudicar na opinião de Augusto o interesse dos Cesares.

Nem uma palavra sobre governo pessoal — camarilha — poder aulico, e outros synonimos. S. Ex., em vez disso iniciou essa giria de mystificações que, *mutandis mutatis*, ora sob a fórma de cansaço, ora sob a de doença, tem regulado com força de pragmatica nas exequias ministeriaes.

Quaesquer, porém, que fossem as sinuosidades pelas quaes se chegou ao ministerio de 20 de janeiro, por mais errada que me pareça ter sido a sua politica de compressão,

a historia saudará o primeiro ministerio do Sr. Carneiro Leão como uma tentativa honrosa para o restabelecimento do governo representativo.

Demais, o ministerio de 20 de janeiro expiou nobremente no dia do passamento os peccados de sua vida.

Contempla-lo-hei sómente nesse transe, que vou tomar em consideração simultaneamente com o nascimento bastardo do ministerio de 2 de fevereiro de 1844.

X

O 2 de fevereiro de 1844. — Progressos do governo pessoal

Tenho feito estudo para não contrariar nesta minha carta a maxima fundamental de que o rei não póde fazer mal.

Quando me refiro a factos inconstitucionaes acobertados com o nome do imperador entenda-se sempre que longe está de minha intenção a mais leve sombra de censura que vá além dos ministros, que aceitão, ou conservão as pastas, quando taes factos se dão.

Dirijo-me exclusivamente aos agentes responsaveis quando moraliso sobre a entidade inviolavel.

Feita esta declaração franca e leal, vou entrar em algumas considerações acerca do 2 de fevereiro de 1844.

Primeiro façamos um ligeiro retrospecto.

A seita palaciana havia predominado desde a maioridade até o dia 20 de janeiro de 1843.

Os ministros da maioridade tiverão de resignar o poder, por não se sujeitaram ao conselho aulico do seu collega dos estrangeiros.

A condescendencia do partido conservador facilitou ao Sr. Aureliano a tarefa da reorganisação ministerial de 23 de março de 1841.

Quando na sessão desse anno eu denunciava na camara dos deputados as invasões do reposteiro, os Cesares estavão-lhe na cauda, e fazião côro com o pontifice palaciano.

Abstinhão-se cautelosamente da menor allusão que pudesse offender as susceptibilidades do palacio.

Foi sómente depois de vencido no campo da batalha em Minas e S. Paulo o partido liberal que elles se considerárão senhores da situação, e em 20 de janeiro de 1843 ousárão excluir do ministerio o elemento palaciano.

Manifestamente o ministerio de 20 de janeiro de 1843 foi organisado pelo energico e illustrado Sr. Carneiro Leão, na dupla intenção de regenerar o governo parlamentar e consagrar o dominio do partido conservador.

Rodeados de uma camara unanime, acastellados no conselho de estado e no senado, os Cesares imaginárão que o seu poder não tinha mais competidor possivel.

Por sua parte os palacianos bem sabião que, se estavão arredados das doçuras do governo, não era por terem cahido em desgraça, e sim por virtude das circumstancias.

Postos em disponibilidade, suspirárão pelas cebolas do Egypto, e espreitavão a occasião de vingar a injuria que em nome das desconfianças em ponto de lealdade fôra irrogada ao chefe da seita.

Repellidos pelos conservadores, era natural que os cortezãos se voltassem para o lado liberal, e com elle se entendessem para apoiar-se qualquer ministerio que não estivesse nos interesses do inimigo commum.

Esmagados sob a tyrannia ministerial, os liberaes não podião ser difficeis de chegar a accordo.

Foi em taes circumstancias que nasceu o ministerio de 2 de fevereiro de 1844.

Sua missão era demonstrar praticamente aos Cesares que elles não erão homens necessarios.

Aceito este mandato, o ministerio de 2 de fevereiro procurou apoiar-se simultaneamente nos palacianos e nos liberaes.

« O 2 de fevereiro (diz o meu amigo Sr. Salles Torres-Homem) não foi um triumpho da opinião liberal, não foi uma satisfação ás exigencias constitucionaes do Brasil, foi uma simples vindicta da côrte; e a duração da nova ordem politica que dahi resultava tinha de ser circumscripta pelo tempo que persistisse a causa sentimental e pessoal que a creára ».

E' exactamente o que disse no senado o Sr. Carneiro Leão quando explicou a dissolução do ministerio de 20 de janeiro, declarando que se retirára por não ter podido obter a demissão do inspector da alfandega, que tomava ares de valido e pelas gazetas desafiava o ministerio a que o demittisse se pudesse.

Não podendo conseguir a demissão do inspector da alfandega, o Sr. Carneiro Leão nobre e parlamentarmente dissolveu o ministerio que organisára, e veiu ás camaras tudo explicar.

O inspector, aliás homem de grande merito, era irmão do pontifice da seita palaciana, e solidario com seu irmão.

Demittido o ministerio, o pontifice foi de prompto encarregado da presidencia do provincia do Rio de Janeiro.

A decifração do enigma de 2 de fevereiro estava particularissimamente nessa nomeação.

A provincia do Rio de Janeiro, inaugurada em virtude do acto addicional, estivera perennemente sob o dominio pessoal da oligarchia.

Entrega-la ao pontifice palaciano, que um anno antes sahira do ministerio expulso pelos oligarchas, era por si só um facto altamente significativo.

E, para que não restasse a menor duvida, um ministro do 2 de fevereiro affixou perante as camaras como parte essencial do seu programma este notavel hexametro: « *Parcere subjectis et debellare superbos.* »

Dizia-se ao ouvido que, nomeando o novo presidente do Rio de Janeiro, o ministerio reagia contra a irreverencia com que o Sr. Cerneiro Leão havia indicado á corôa para seu successor o proprio inspector da alfandega, que era causa da dissolução do gabinete.

Seja como for, guerra mais formal não se podia declarar aos oligarchas.

Era insignificante o partido palaciano, e por isso mal estaria o ministerio sem o apoio liberal.

Para ganha-lo o Sr. Alves Branco, que na occasião não estava ligado a partido algum, mas cujas idéas erão essencialmente brasileiras e progressistas, e cujos talentos erão tão brilhantes, como vasta a sua illustração e pura a sua virtude, impoz como condição para entrar no ministerio a amnistia aos rebeldes de S. Paulo e Minas.

Na memoravel exposição de motivos que precedeu o decreto de amnistia em 14 de março justificou o Sr. Alves Branco, como o jury de Minas já tinha justificado, os movimentos que o seu futuro collega da marinha havia denominado

nobres e generosos. Serviço tão relevante devia necessariamente ganhar os liberaes em favor do ministerio de 2 de fevereiro.

Quebrava-lhes os ferros, libertava-os da policia arbitraria, rehabilitava-os emfim, e, portanto, havia de obter essas maiorias de amor e de ternura, como por escarneo forão qualificadas na época, mas que realmente symbolisavão o cavalheirismo do partido amnistiado em 14 de março de 1844.

O que é triste vem a ser que tudo isto nascesse de um simples capricho da côrte.

O ministerio de 20 de janeiro de 1843 dissolveu-se por negar-lhe a corôa a demissão do inspector da alfandega, que estava em antagonismo com os ministros. A corôa, porém, mostrou desejar continuar a mesma politica pelo facto de chamar primeiramente para a substituição dos ex-ministros pessoas que commungavão com os principios delles. Assim o declarou no senado o Sr. Carneiro Leão.

Eis o discurso do Sr. Carneiro Leão, qual se lê no *Jornal do Commercio* de 13 de maio de 1844:

« O Sr. Carneiro Leão: — A causa da retirada do ministerio foi uma questão pessoal: nenhuma havia na politica, quer interna, quer externa. Eu comprehendi que o pensamento da corôa era conservar a mesma politica, dadas as divergencias que se podem dar entre dous homens que participão dos mesmos principios. Pareceu-me que a corôa queria manter a mesma politica. Porém o ministerio entendeu que não podia continuar a servir um chefe de repartição de fazenda que era inteiramente opposto á sua politica e que por algum motivo occulto era inimigo pessoal da administração.

« Ora, que a administração que me succedeu, vendo que esse empregado a que me referi não estava em divergencia com o seu pensamento, o conservasse é cousa muito regular. Penso mesmo que a administração obrou com muito pouco criterio não chamando esse empregado para o ministerio; é uma verdade, não se póde duvidar da sua capacidade, do alto conceito em que a população do imperio, principalmente a do Rio de Janeiro, o tem tido sempre.

« Era de suppor que se reputasse revestido de uma *alta confiança*, e ninguem póde duvidar que esta *alta confiança*

é um dos elementos fortes para a administração. A administração do paiz deve ser forte; nem servem administrações fracas, vacillantes, que a todos os momentos estejão a cahir.

«A administração que entrava em taes circumstancias apresentar-se-hia com muito mais força representando a confiança do corôa se esse empregado fizesse parte della. Esse empregado, posto fóra do administração, necessariamente *seria um embaraço para ella*.

«A administração sabe muito bem *o que são os cortezãos, os aulicos*; a administração sabe muito bem o que são os homens interesseiros, que servem todas as administrações, levando em vista, não os interesses do paiz, o bem da nação, a prosperidade do governo imperial, mas seus interesses particulares.

«Portanto, devêra receiar-se a administração que, quando se apresentassem, por exemplo, em um logar dado a administração e esse empregado, todas as vistas fossem para *elle como sol nascente*. E que esse empregado tivesse uma influencia no paiz era regular, porque tinha um elemento para essa influencia.»

Todas as palavras do discurso do Sr. Carneiro Leão são solemnes e dignas do estudo dos homens que se interessão devéras pelo Brasil; mas merece mais acurado exame a declaração de que a corôa só admittiu outra politica quando não foi possivel organisar no aprisco oligarchico um gabinete condescendente.

Evidentemente o governo pessoal transigia com os liberaes, sem sympathias e sem convicções, sómente para punir os chefes conservadores das velleidades de independencia que havião recentemente despertado entre elles.

Para tamanha impiedade todo o castigo era brando.

O presidente pontifice tomou-os á sua conta.

Se recorrermos ás gazetas de então acharemos este interessante *memorandum*, que se dizia ter sido dirigido ao ministro do imperio pelo presidente do Rio de Janeiro:

«Póde V. Ex. tranquillisar a Sua Magestade quanto aos receios que hontem manifestou-me. Nenhum dos Lobatos (fallava em geral dos oligarchas) ha de sahir deputado por esta provincia.»

A presidencia do Rio de Janeiro em 1844, a vida intima do ministerio de 2 de fevereiro e a historia da organisação dos gabinetes de 1844 a 1848, podião sahir da minha penna tão minuciosas e não menos instructivas do que a da maioridade. Mas lembro-me que Sir Robert Peel recommendou que se não publicassem as memorias que deixou emquanto estivesse vivo um só dos actores nellas commemorados.

Seguindo tão salutar conselho, passo adiante.

A presidencia do Rio de Janeiro e o ministerio de 2 de fevereiro convertêrão aos bons principios os parlamentares da escola da autoridade.

Não creio em extravagantes projectos que então se lhes attribuirão, envolvendo o nome de Sua Alteza o Sr. conde d'Aquila. Foi provavelmente intriga palaciana.

Mas os conservadores tomárão constitucionalmente uma bella posição.

Se não appellárão para a theoria Thiers, de que rei reina e não governa, profligárão com coragem a intervenção inconstitucional da vontade irresponsavel nos actos do ministerio.

Não foi sómente na tribuna legislativa que o ex-ministro da fazenda censurou com severidade o modo inconstitucional da organisação e dissolução dos ministerios.

Dous annos depois, por occasião da dissolução do ministerio de 5 de maio de 1846, o Sr. Carneiro Leão veiu á imprensa condemnar com a sua logica inexoravel a usurpação dos direitos do parlamento, que cada dia se tornava mais flagrante.

Um pamphleto se publicou na occasião, intitulado *A dissolação do gabinete de 5 de maio ou a facção aulica*. Esse escripto foi attribuido pelos defensores da situação ao Sr. senador Bernardo Pereira de Vasconcellos. Assim o declara a resposta dada em nome do Sr. Alves Branco.

No entanto supponho poder asseverar, baseado em valiosos tesemunhos, os quaes sendo preciso invocarei, que o importante pamphleto é da lavra do Sr. Honorio Hermeto Carneiro Leão, depois marquez de Paraná.

Porei diante dos vossos olhos, Srs. eleitores, algumas poucas citações do folheto, e reconhecereis com quanta força

condemnava as demasias do governo pessoal o nosso illustrado comprovinciano e eminente estadista.

Disse o Sr. Carneiro Leão:

«O nome do primeiro chamado para a organisação de um ministerio não é seguro penhor de uma escolha de capacidades do partido a que elle pertence, porque muitos dos individuos *indicados* encontrão as intrigas da facção aulica, e *prevenções pessoaes*, que os arrastão das posições para as quaes os chamárão as necessidades do *parlamento*.» — (Pag. 7.)

«Desde 1840 se tem querido inculcar que a corôa perde de sua força e dignidade sempre que se conforma com a opinião das camaras, tanto na organisação como na dissolução dos ministerios... O direito de nomear e demittir ministros conferido pela constituição ao poder moderador não é absoluto, como nenhum outro.» — (Pag. 22.)

«A primeira corôa do mundo em solidez e brilho não se sente mareada pela certeza anticipada que tem o povo inglez dos nomes que hão de compôr o ministerio quando pelo fluxo regular da opinião tem de subir ao poder o partido a cuja frente se achão elles.» — (Pags. 23 e 24.)

«Para organisar novo gabinete é chamado o Sr. Alves Branco, e o primeiro a quem procura é o Sr. Saturnino de Souza e Oliveira. Quando seus amigos lhe exprobrão essa alliança com um adversario reconhecido, responde que esse candidato lhe *viera do paço*. Aos Srs. Urbano e Coelho, recommendados pelos praieiros, e ao Sr. Machado de Oliveira, lembrado pelos Vendas Grandes, faz constar que não lhe fôra possivel conseguir que *elles fossem aceitos*.» — (Pag. 45.)

As doutrinas do celebre pamphleto repercutirão gloriosamente na tribuna parlamentar.

Dellas se fez solidario no senado o Sr. senador Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Na legislatura de 1845 a 1847 a guerra ao governo pessoal foi a idéa fixa do Sr. Vasconcellos, que repetidas vezes protestou ser monarchista real, e não pessoal.

Procurando alliados, o adextrado parlamentar levantára a significativa bandeira da reforma da lei de 3 de dezembro,

que era uma questão de honra para os que contra essa lei tinhão empunhado as armas.

E' deploravel que o grande parlamentar não fosse comprehendido.

Não era possivel que homens da importancia dos Srs. senadores Carneiro Leão e Vasconcellos ficassem a sós. A outro mineiro distincto coube a honra de acompanhar aquelles illustres athletas.

Na camara dos deputados em 1847 o Sr. Luiz Antonio Barbosa fez-me a honra de se dirigir a mim, que então presidia a camara, e pediu-me permissão para repetir o que eu havia dito em 1841 contra a influencia palaciana.

Com a minha adhesão, de que aliás o illustre parlamentar não precisava, fez o Sr. Barbosa um dos mais violentos discursos que teem apparecido no parlamento brasileiro contra o poder aulico. E' para não alongar de mais este meu escripto que o não apadrinho com essa eloquente philippica.

Singular coincidencia! Os tres mais illustres conservadores de Minas, os Srs. Vasconcellos, Carneiro Leão e Luiz Antonio Barbosa, fazião côro comigo em tudo quanto contra a influencia deleteria da côrte eu havia sustentado em 1841.

Em assumpto de tal magnitude a uniformidade de vistas entre mim e estes meus illustres adversarios denuncia eloquentemente a existencia do mal e prova ao mesmo tempo que na provincia de Minas, de que eramos todos representantes, não ha tamanho antagonismo de idéas politicas como geralmente suppõe-se.

Orgão genuino dos liberaes de Minas, tanto como qualquer dos outros tres distinctos parlamentares, o era dos conservadores; neste ponto essencial estavamos de accordo.

E estou persuadido que, se fossem consultados um por um os nossos constituintes, entre elles verificar-se-hia a mesma homogeneidade de opinião.

Parece que em Minas é por demais verdadeiro o dito espirituoso do Sr. visconde de Albuquerque: « Não ha cousa mais parecida com um luzia do que um saquarema. »

Cada aldêa em Minas tem, é verdade, o seu lado direito e o seu lado esquerdo: a fidelidade á bandeira e o pundonor

da coherencia são qualidades a que os mineiros prestão culto religioso. O adversario politico em Minas sabe honrar-se, honrando a constancia e a sinceridade dos seus adversarios.

Cumpre tambem confessar que algumas vezes o antagonismo está nas rivalidades locaes.

Quaesquer, porém, que sejão os matizes sob os quaes a opinião se manifeste na provincia, achar-se-ha entre os mineiros acerca de certos principios constitutivos de todo o governo livre maravilhosa harmonia.

Garanta um ministerio qualquer a execução franca e leal da constituição, a liberdade e seriedade das eleições, a honestidade na administração, a economia na gestão dos dinheiros publicos, e eu asseguro que um tal ministerio terá o applauso universal dos mineiros, sem distincção de partidos.

Assim é hoje, assim era em 1845, 1846 e 1847.

A situação em que o 2 de fevereiro collocava o partido liberal era a mesma que o 23 de março de 1841 dera aos conservadores.

Em 1841 eu os havia invectivado em pleno parlamento por se haverem sujeitado á imposição palaciana.

Não podia ser-me agradavel que o partido liberal se collocasse em identica situação: essencialmente mineiro, eu tembem capricho em sustentar o pundonor da coherencia; e sabe o publico que o meu voto não prevaleceu nessa conjunctura.

Achando-me em unidade e não querendo embaraçar os chefes de partido liberal, que julgavão das trevas poder tirar a luz, eu me abstive systematicamente de toda a discussão sobre politica geral.

O meu silencio de então foi largamente commentado pelas folhas da opposição conservadora. Mas o que poderia eu fazer contra a torrente? A reacção da maioridade corria á redea solta, e não havia recurso senão curvar a cabeça e deixar passar a onda.

A justificação dos chefes do partido liberal que estiverão no ministerio durante o lamentavel quinquenio foi magistralmente escripta pela penna illustrada e não suspeita do Sr. Dr. Justiniano José da Rocha. Do folheto a que já me referi vou copiar algumas judiciosas apreciações.

A' pag. 38 diz o Sr. Rocha:

« No periodo de 1844 a 1848 os ministerios que succedêrão compuzerão-se dos seus (o autor falla do partido liberal) mais notaveis estadistas, dos seus mais dedicados alliados; todas as posições de predominio e de influencia forão por elles occupadas; as camaras davão-lhes quasi unanime apoio; e entretanto a doutrina actualmente aceita acerca do poder moderador, doutrina tão repugnante aos principios do regimen parlamentar, foi por alguns delles invocada, por todos sustentada e firmada no paiz: a grande conquista do veto presidencial sobre os actos das legislaturas das provincias, a interpretação dos dous terços, foi por um desses ministerios estatuida.

« Explicaremos esses phenomenos como nos dias da grande luta fazião os partidos? Apresenta-los-hemos como aviltamento dos caracteres politicos, como denuncias de falta de convicções e de pouca fé nas idéas que apregoavão? Longe de nós semelhante injustiça, que desairaria o caracter nacional; não; chamados ao poder os homens dessas opiniões, achavão-se tolhidos pela tendencia que encontravão; ainda não era o tempo das suas idéas, ainda a sociedade não sentia a justeza, a necessidade dellas, e os obrigava a recuar. Deverião ter largado o poder? Mas o poder era-lhes uma dupla garantia, já porque os livrava, a elles e aos seus co-partidarios, da preponderancia de homens que a cegueira das paixões politicas lhes representava como fataes; já porque pensavão assim impedir que a tendencia contra a qual lutavão continuasse em novas e maiores conquistas.

« Entretanto elles proprios a servião. Quando, na discussão do voto de graças, quiz o senado apresentar uma indicação de politica diversa da que pelo governo era annunciada, foi por este trazida a campo a vontade imperial, como devendo, pelo acatamento que infundia, cohibir essa indicação: quando um senador disse algumas verdades theoricas acerca da monarchia real e da pessoal, mil capitulos se erguerão, derão-se mil interpretações ás suas palavras, de modo a mover enredos absurdos no regimen representativo: quando se apresentárão aos eleitores pernambucanos as candidaturas dos Srs. Chichorro e Ferreira França, não duvidárão desculpar-

se desta ultima declarando-a imposta pelo imperador; e quando, emfim, forão apresentadas ao senado as cartas imperiaes desses dous senhores, quando o senado quiz discutir a validade da eleição pernambucana, afadigárão-se na lida insana de tornar odioso o senado, apregoando que queria desattender á corôa e cassar cartas imperiaes!

«Erão homens de opiniões liberaes! Crimina-los-hemos? Não, pois sabemos que o poder impõe necessidades, que ha tendencias sociaes imperiosas, que os partidos teem arrastamentos irresistiveis. Ora, a tendencia de todas as forças e de toda a opinião corria nesse sentido; a atmosphera que a todos nos rodeava, em que todos viviamos, era essa; estavamos em plena reacção.

«Firmou-se então a doutrina de que os actos do poder moderador não podem ser discutidos, pois são privativos da corôa, que é sagrada e irresponsavel. Estabeleceu-se que nesses actos o ministro referendador obrava como machina passiva, sem responsabilidade alguma, nem mesmo a que resulta das discussões perante o juizo da razão nacional. Embalde se dizia que a rubrica importava a responsabilidade, que devia o ministro, a bem do paiz, examinar o acto, e, se o achasse contrario aos publicos interesses, devia, por lealdade á constituição, e até por lealdade á corôa, negar-lhe essa rubrica; embalde se dizia.... «Calai-vos, respondião: o acto é da privativa attribuição do imperador, e o imperador é inviolavel e sagrado; calai-vos; pois nós ministros tambem nos calamos; referendamos, como simples officiaes de secretaria; a nossa referenda é uma formula vã. Calai-vos.»

No interesse geral dos partidos regulares achei tendencia e disposição para fazer-se uma lei de eleições.

Bem compenetrado de que era indispensavel subtrahir as eleições aos esbirros de policia, sob cuja tutela havião sido postas pelas instrucções do 1º de maio de 1842, empreguei-me com fervor na confecção da lei eleitoral.

Devo confessar que os conservadores não puzerão embaraço a esta lei, que ao contrario procurárão melhorar.

A experiencia lhes tinha feito sentir que havião dous gumes na espada eleitoral do decreto de 4 de maio de 1842.

Patere legem quam tu ipse tulisti, dizião os liberaes ar-

vorados em subdelegados e delegados de policia, excluindo legal, mansa e pacificamente das camaras os chefes conservadores, que havião fabricado as instrucções em vigor.

Quem estudar os debates do senado verificará que, sem o auxilio poderoso do Sr. Carneiro Leão, o governo teria ficado armado com as instrucções de 4 de maio de 1842 para despachar livremente os deputados.

O Sr. Carneiro Leão havia comprehendido que era indispensavel coarctar a omnipotencia do governo pessoal e rehabilitar o systema representativo.

A extrema consideração com que o illustrado senador no seu folheto intulado *Facção Aulica*, que já mencionei, tratou a deputação liberal de Minas liga-se a este procedimento no senado e á politica do seu ultimo ministerio.

Muito teria ganho o paiz se animosidades pessoaes não houvessem embaraçado em 1846 a fusão dos brasileiros, que conhecião as miserias do governo pessoal e desejavão pôr-lhes termo.

Que o Sr. Carneiro Leão fez tudo para que essa fusão se realizasse provão-o de sobejo os factos referidos.

Membro da commissão de poderes com os Srs. Antonio Carlos e Urbano, eu empreguei os maiores esforços para que se garantissem na lei a liberdade do voto e a verdade da eleição. Na proposta sobre as incompatibilidades, apresentada então, o meu humilde nome corre associado ao do illustre paulista o Sr. Gabriel José Rodrigues dos Santos.

Promulgada em 19 de agosto de 1846, é a lei eleitoral talvez o unico padrão que a legislatura de 1845 a 1848 levantou ás idéas liberaes: foi trabalho da sessão de 1845.

Se a lei de 3 de dezembro atravessou incolume este periodo, asseguro-vos que não foi por falta de diligencias da minha parte.

Guarda da constituição e das leis, não perdi occasião de condemnar as violencias praticadas contra os cidadãos.

A prisão arbitraria é uma das maiores chagas da actualidade.

E' risivel que aspiremos aos foros de povo livre e alardeemos as garantias consagradas na constituição emquanto, a pretexto de averiguações, o cidadão póde ser indefini-

damente conservado na prisão pela autoridade policial, emquanto o subdelegado, amovivel *ad nutum*, estiver revestido de attribuições mais amplas que as do magistrado vitalicio.

« A prisão arbitraria, diz ainda o erudito Sr. Dr. Rocha, com todos os escandalos das paixões mesquinhas de mil agentes prendedores, com todo o desdem pela sorte das victimas, pelo soffrimento dos cidadãos; a prisão arbitraria, contra a qual não ha senão um recurso, a carta de empenho, tal foi o principio de uma organisação policial irresponsavel, soberana, que só depende do governo, que só ao governo dá conta de si. »

Bem que retirado do campo das discussões politicas, os annaes da época conservão vestigios de que procurei sempre resguardar contra os horrores da prisão arbitraria as garantias individuaes do cidadão.

Apresentarei um exemplo no seguinte parecer da commissão de constituição, de que eu era membro com os Srs. Antonio Carlos e Urbano.

Eu dava o meu voto aos ministros do 2 de fevereiro nas questões de confiança, mas não hesitei em levantar a voz em defesa de um opprimido e infeliz amnistiado.

PARECER

« A' commissão de constituição e poderes foi presente o requerimento de Eduardo Francisco Nogueira Angelim, que pede ser restituido á sua liberdade e retirado do presidio de Fernando, em que se acha contra a lei. E, considerando a commissão:

« 1.º Que o supplicante, tendo sido implicado na rebellião do Pará, foi amnistiado pelo decreto de 22 de agosto de 1840, e obrigado, na fórma do art. 2º do dito decreto, a residir temporariamente onde a autoridade lhe indicasse;

« 2.º Que, sujeitando-se a esta condição, e assignando o termo competente de residir no Rio de Janeiro, e não poder voltar para o Pará senão no fim de dez annos, foi para aqui mandado pelo presidente daquella provincia, e apresentou-se á autoridade competente; mas que no fim de poucos dias foi preso, remettido para a fortaleza, e depois embarcado no dia 1º de agosto de 1841 para a ilha de Fernando;

« 3.º Que, tendo o supplicante cumprido a condição da amnistia, e sortindo ella por conseguinte o devido effeito, sem poder rescindir-se senão no caso de quebrar o supplicante o termo, facto pelo qual perderia o gozo da amnistia concedida, mas nunca poderia ser punido sem sentença;

« 4.º Que, lavando a amnistia todos os crimes politicos para que fôra concedida, e não havendo o supplicante praticado nenhum outro que o sujeitasse á acção das leis fôra o acto do ministro que o condemnára a um degredo um perfeito attentado contra a liberdade individual;

« 5.º Que assim o tem pensado o actual ministro da justiça, fazendo voltar para Goyaz ao Dr. Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, que ahi estava em consequencia do termo que assignára de residencia, do forte do Principe da Beira, na provincia de Mato-Grosso ,para onde o arremessára injusta e violenta arbitrariedade:

« E' de parecer que seja o requerimento do supplicante remettido ao ministro da justiça, para lhe deferir na fórma da constituição e das leis.

« Paço da camara, 14 de fevereiro de 1845. — *A. C. Ribeiro de A. M. e Silva. — T. B. Ottoni. — U. S. Pessoa de Mello.* »

Este parecer foi approvado em 22 de abril de 1845; e eu suppunha ter produzido os seus naturaes effeitos, quando annos depois soube que o Sr. Angelim era conservado com os condemnados no presidio da ilha de Fernando.

O Sr. Eduardo Angelim, sem outra sentença condemnatoria, lá esteve dez annos com sua familia, e lá enlouqueceu de desespero sua infeliz senhora.

E o infeliz, que fôra illegalmente para o inhospito porto do Principe da Beira, lá succumbiu !

Sem ser julgado e sem sentença condemnatoria, lá está tambem na ilha de Fernando ha mais de oito annos Vicente de Paula, que póde ser muito criminoso, mas que tem direito a ser considerado innocente emquanto outra cousa não disserem os tribunaes.

Oxalá que fossem raras as violencias desta ordem !

Só por escarneo ao bom senso se póde considerar livre um paiz em que taes attentados se praticão.

Segundo lord Palmerston disse no parlamento, em Napoles o mal consiste essencialmente em que o governo é a policia e a policia é o governo.

Srs. eleitores, vós bem o sabeis, no Brasil quem diz governo diz policia, e, o que é peior ainda, quem diz policia diz poder judiciario.

Pro honra da civilisação é preciso que entremos nas condições normaes do systema representativo.

Foi no anno de 1844 que me coube a grande felicidade de contribuir para um facto importantissimo que occorreu durante o ministerio de 2 de fevereiro.

Innegavelmente o serviço mais relevante que prestou ao paiz o ministerio de 2 de fevereiro foi a pacificação do Rio-Grande do Sul.

Com razão o Sr. Salles Torres-Homem se extasia diante de tão prospero acontecimento.

Diz elle:

«Em breve foi apagado o terrivel incendio que a tanto tempo devorava S. Pedro do Sul, e firmada a concordia nessa provincia, que o imperador pôde então viajar sobre caminhos juncados de flôres, naquelles mesmos logares onde apenas dous annos antes só encontraria os rastilhos da rebellião e os destroços sangrentos dos combates. Bastou a força moral de nossa moderação e de nossa lealdade; bastou a ascendencia de nossos principios de nacionalidade, de fraternidade e conciliação, para que cahissem as armas das mãos daquelles a quem um decennio de porfiadas lutas, tantos exercitos e riqueza destruidos não puderão domar.

Quos neque Tydides, nec Larissaeus Achilles,
Non annimi domuere decem, non mille carinæ.

(VIRGILIO.)

Entaboladas em 1844 com o Sr. conde de Caxias as negociações para a pacificação do Rio-Grande do Sul, o governo de Piratinim mandou um emissario ao Rio de Janeiro.

Este emissario, que hospedei em minha casa, foi portador de uma carta que me dirigia o bravo Sr. general David Canavarro e communicações do governo republicano.

Havião os rio-grandenses proposto ao governo imperial

o reconhecimento da republica de Piratinim mediante a federação com o imperio.

Dado que não chegasse a accordo com o governo imperial, eu era consultado sobre a possibilidade de fazer reapparecer a revolução na provincia de Minas, para o que se nos offerecião os melhores officiaes rio-grandenses para virem commandar os insurgentes de Minas.

Se eu tenho horror á guerra civil, mais me assusta ainda o aparcelamento do Brasil. Nunca fui separatista.

Com o direito das gentes do seculo actual a maior das desgraças para uma nação é ser pequena.

Por isso nutri sempre os mais sinceros desejos de que o Rio-Grande se não destacasse do gremio brasileiro.

Ambicionava ver os rio-grandenses livres, reforçando o partido liberal das outras provincias irmãs.

Já se vê, porém, que eu não podia comprehender pacificação sem que aos rio-grandenses livres se concedesse capitulação honrosa.

A opportunidade era magnifica, certo como eu estava das disposições conciliadoras do governo.

Eu temia que se a pacificação se adiasse viesse a ter logar sob o dominio dos Cesares, como a de Varsovia ou de Perusa.

Em consequencia, sem dizer palavra aos ministros acerca da federação proposta, annunciei a Canavarro que tal idéa seria por certo repellida.

Ao mesmo tempo fiz ao general rio-grandense uma exposição franca e leal acerca do estado da opinião em Minas e S. Paulo, informando com verdade que dalli os rio-grandenses não devião esperar a menor diversão.

Chamei a attenção de Canavarro para o facto de terem estado no poder chefes liberaes de Minas e S. Paulo, e terem feito aos rio-grandenses livres a mesma guerra que lhes fazião os conservadores.

E, demonstrando que os rio-grandenses estavão isolados, lhes declarei que só podião contar para a execução do seu intento com o valor e resignação de que a nove annos davão brilhantes exemplos.

Voltando ao Rio-Grande o emissario, teve logar a pacificação da provincia.

Em seguida o distincto Sr. general David Canavarro declarou-me que a minha carta foi o *pharol que levou ao desejado porto os rio-grandenses livres.*

Eis textualmente o que me escreveu o illustre rio-grandense:

« Illm. Sr. Theophilo Benedicto Ottoni — Se a mais tempo não tenho respondido á estimada carta que V. S. se dignou dirigir-me em 24 de setembro do anno findo, tem sido essa falta devida á escassez de um seguro meio pelo qual fizesse chegar ás mãos de V. S. a minha resposta. Agora, porém, contando com o favor do meu illustre amigo o Sr. José Simeão de Oliveira, por cuja intervenção espero que V. S. não deixe de honrar-me com suas letras, vou pagar uma divida em que estava para com V. S.

« Tomando em alta consideração as sabias reflexões de V. S., fiquei convencido da impossibilidade de levar a effeito a desejada federação desta provincia, pela qual fervorosos pugnárão mais de nove annos os rio-grandenses livres, tanto mais assegurando V. S. que só deviamos contar com os nossos irmãos d'armas, por isso que nenhuma coadjuvação nos proviria dos homens que em 1842 lutárão em S. Paulo e Minas a favor dos mesmos principios, e que finalmente os proprios chefes do partido progressista quando no poder fazem a mesma guerra que os regressistas. Apreciando, pois, a franqueza de V. S. e leal exposição que me fez do estado geral das cousas, me convenci a empregar os meus esforços e diminuta influencia na terminação da guerra que por tanto tempo devastou as bellas campinas deste continente, podendo assegurar a V. S. que a sua carta foi o pharol que conduziu os continentistas ao desejado porto.

« Oxalá que *esse tão relevante serviço por V. S. prestado em favor do bem geral e da liberdade fosse um dia lembrado pelo governo com o mesmo apreço com que o recordão os rio-grandenses livres.*

« Desnecessario seria relatar a V. S. as condições por que foi terminada essa importante questão, visto que dellas estará V. S. scientificado.

«Hoje me acho retirado á vida privada, e por isso sómente com as influencias de um particular; porém, mesmo assim me ufanarei se tiver occasião de executar as ordens de V. S. de quem com o mais alto apreço e consideração me firmo attento venerador e criado. — *David Canavarro.*

«Fazenda da Alegria, 30 de maio de 1845.»

Com a pacificação do Rio-Grande devia crer-se que o partido liberal sahisse da quarentena.

E que, tendo dado testemunho do seu afferro á constituição, ser-lhe-hia permittido lenta e progressivamente entrar no programma progressista com que havia iniciado a maioridade.

Vã esperança!

«De 1845 em diante, diz o meu amigo o Sr. Torres-Homem, foi o corpo legislativo tratado sem a minima consideração; gabinetes se compuzerão fóra de sua influencia, e até sem sciencia sua: o ministro incumbido de os organisar propunha em palacio os nomes daquelles com quem lhe convinha servir, de accordo com o voto parlamentar; esses nomes erão regeitados; lembrava outros, depois outros, até que finalmente, esgotada a longa lista dos ministros impossiveis, o governo pessoal compunha um amalgama de entidades heterogeneas, onde apenas um ou outro liberal era incluido, para que se não dissesse que o pensamento dominante no parlamento havia sido desattendido.

«Era isto guardar realmente as regras e observar as condições que prescreve o regimen representativo? O que devia-se esperar de gabinetes assim formados, retalhados entre si por diversidade de opiniões, debilitados e desacreditados logo ao nascer por esses germens de destruição que trazião no proprio seio? Por outro lado, o que podião as camaras fazer de util e de grande, tendo em frente de si ministerios em que seus principios não erão convenientemente representados, e que mal poderião dar impulso, direcção e systema a seus trabalhos, navegando elles proprios a ludibrio de todos os ventos?

«Por muito tempo a camara dos deputados devorou em silencio esta infracção clamorosa das normas da constituição, que esterilisava seus esforços e a inhibia de cumprir os graves

empenhos que havia contrahido para com a nação. Mas ella sabia que só tinha que optar entre a sujeição á influencia inconstitucional da corôa, ou então a guerra civil, o desmoronamento do paiz, effeitos inevitaveis da rehabilitação immediata dos apostolos do absolutismo, com quem já se tinha feito pazes e com quem se a ameaçava quotidianamente.

« Se o partido liberal ama e respeita os principios da organisação politica que abraçamos, tambem consagra iguaes sentimentos á ordem e paz publica; e não queria expo-las a medonhas contingencias, rompendo logo com o poder fatuo e desasisado, que não olharia as consequencias de sua vingança. Cumpria-lhe, no interesse do paiz, ter prudencia por si, e por quem a não tinha; cumpria-lhe de dous males preferir o menor, e dar tempo ao tempo, esperando da mesma circumspecção de sua conducta, da diuturnidade de sua paciencia e dos triumphos pacificos da razão publica que se chegasse a aceitar frequentemente o governo da constituição com todos os seus corollarios.

« Assim correu este periodo monotono da vida parlamentar até a abertura da sessão de 1848 em que perante a camara dos deputados um novo gabinete compareceu, mosaicamente composto como os anteriores, com a differença, porém, que uma de suas fracções, preponderando, pelo visivel apoio de alta personagem, ameaçava arrogantemente inverter a situação politica, que ella laboriosamente fundára e que tomava a peito conservar.

« Desta vez a resignação da camara devia ter limite; o que se atacava era a bandeira mesma de sua politica; o que corria perigo era a ordem de cousas que os acontecimentos havião justificado e legitimado, e em cuja manutenção estavão compromettidas sua fé e sua honra. Uma votação solemne e hostil ao presidente do conselho arrependido, e a impressão da nova assustadora da revolução de Paris, que naquelle mesmo tempo aqui chegára, determinárão o reposteiro irritado a demittir a seu pezar o ministerio, e a escolher outro menos desestimado, que provisoriamente tranquilisasse a opinião até o termo da sessão legislativa.

« A nomeação do gabinete Paula Souza não era com effeito mais do que um armisticio, um espaçamento da luta

que se ia travar com o partido constitucional. A côrte, vendo arder as barbas de Ugalegonte, recuava, porém não desistia de seu projecto, e antes cada vez mais suspirava pela volta de seus bons alliados, os sectarios da monarchia sem trambolho. Mas quantas decepções e perfidias não era mister empregar para reter o ministerio no seu posto até o encerramento da assembléa, e isto quando por outro lado o reduzião á mais miseravel nullidade!

«Antes de dous mezes já o véo da illusão estava roto para o primeiro ministro Paula Souza, contrariado em suas vistas, impossibilitado de obrar, e a quem só se pretendia deixar a responsabilidade do governo sem a realidade da acção.

«Tarde elle reconheceu o laço armado á sua boa fé; e, tendo debalde instado pela demissão, retirou-se a pretexto de molestia, e foi occultar em S. Domingos profundos desgostos, deixando seus collegas entregues á traição e aos desacatos de reposteiro. Aquillo de que não havia ainda exemplo nas monarchias modernas, a criadagem da casa do rei ultrajar impunemente os depositarios do governo da nação, estava reservado a esta triste época. Um dia era o camarista da semana que enxotava os ministros de palacio como a cães, e vedava-lhes brutalmente o accesso junto á pessoa do monarcha; outro dia era o medico de Sua Magestade que vinha vangloriar-se em pleno parlamento das humilhações que os vira soffrer, e cobri-los de improperios e de escarneo. E esse camarista não teve a minima admoestação, e esse medico foi promovido ao logar de director da escola de medicina, sem embargo da opposição dos ministros, a quem acabava de enxovalhar publicamente! A recompensa do insulto commettido foi a satisfação que se deu ás queixas dos membros de um dos poderes do estado! Faltava-nos mais este opprobrio!

«Entretanto o gabinete, manietado, e a quem calculadamente recusavão-se as medidas necessarias para o bom desempenho de suas funcções, conservava-se nessa posição anomala e vergonhosa, receiando, dizia-se, descobrir a corôa nas explicações que fosse porventura obrigado a dar ao corpo legislativo sobre as causas de sua demissão. Que falta de

comprehensão das verdadeiras regras da monarchia representativa !

« Sem duvida é obrigação dos ministros amparar a corôa com seu corpo, assumir a responsabilidade inteira dos actos do governo, ou sejão voluntariamente praticados, ou extorquidos á sua fraqueza e á sua deferencia para com a vontade da pessoa real. Mas, se essa entidade inviolavel, sahindo de sua esphera propria, e invadindo os poderes activos que a constituição confiou a ministros responsaveis, tornasse impossivel a tarefa destes, então o caso seria differente; então seria de seu dever abandonar sem demora o governo e expor sem rebuço ás camaras os motivos por que o fizerão. E' um mal que a corôa seja posta a descoberto; ninguem o nega; mas não é outro mal mil vezes maior que o systema constitucional seja falseado em um dos seus pontos mais vitaes, sem que o paiz o saiba, sem que a opinião publica possa fazer voltar o poder transviado ao limite em que se deve conter? »

Nos periodos que acabo de trancrever do *Livro do povo* o seu illustre autor desenhou com o pincel de Tacito ou de Gibbon as ultimas scenas do drama que começou em 2 de fevereiro de 1844.

Na citação que fiz algumas observações mais energicas são filhas das paixões do tempo; por isso não podem servir de argumento contra a natural amenidade de espirito do meu illustre amigo.

Desejei supprimi-las, por me parecer que sahião dos limites estudadamente guardados neste escripto.

Mas uma palavra que fosse omittida podia prejudicar o brilhante do colorido e o incisivo da critica, em que tanto se avantaja o *Livro do povo*.

No entanto, para provar que não creava entes de imaginação, eu estava obrigado a citar as autoridades contemporaneas dos factos a que alludia, e que delles podião dizer: — *Quorum pars magna fui* — Eis o motivo da citação textual.

Eu deveria, para vos inteirar cabalmente do meu modo de encarar a situação politica naquella época, addicionar a este capitulo um discurso que proferi na camara dos deputados condemnando a organisação do ministerio palaciano de 29 de setembro de 1848, e denunciando factos semelhantes

nas anteriores organisações ministeriaes. Mas o meu discurso seria apenas o pallido reflexo do que acabo de transcrever; e, se fez alguma sensação em 1848, é porque, ou bondade para comigo, ou para de minha franqueza tirarem partido em favor da politica a que estavão adstrictos, alguns illustres adversarios derão importancia ao meu pronunciamento.

Mal toquei nas fimbrias do governo pessoal o distincto Sr. Carvalho Moreira, hoje nosso ministro em Londres, exclamou: — *Jacta est alea* !

E o illustrado Sr. Wanderley, argumentando com o meu silencio anterior, quiz transformar em acontecimento politico as minhas modestas considerações, das quaes por pouco não concluiu que a patria estava em perigo.

Tocou alarma no seu acampamento, dizendo astuciosamente que Achilles havia sahido de sua tenda.

Coitado do Achilles do Sr. Wanderley ! Como a melhor vontade nestes casos é insufficiente, nada póde contra os Heitores que defendião a praça sitiada; viu os seus alliados levantarem o cerco, sem que estivessem de accordo com algum Sinon palaciano, e ao contrario deixando em poder dos Paris oligarchas e cortezãos a Helena que pretendião libertar, que era a constituição.

O Achilles do Sr. Wanderley teve de voltar ao Scyros da abstenção e do silencio, e oito annos não forão expiação bastante para applacar a colera dos deuses.

Tantæne animis cœlestibus iræ !

O discurso a que tenho alludido está no *Jornal do Commercio* de 3 de outubro de 1848.

XI

Ainda o governo pessoal

A' parte a ficção constitucional que acato como devo, nenhum brasileiro mais conscienciosamente faz honra ás rectas intenções e elevação de espirito que ennobrecem a augusta pessoa que de presente occupa o throno do Brasil.

Com consciencia de que nem os meus labios nem a minha penna se contaminárão jámais com as miserias da bajulação, espero que ninguem ponha em duvida a sinceridade do juizo que acabo de emittir.

Se as qualidades moraes dos monarchas por si sómente significassem bom governo, bem estaria a nossa patria.

Porém o mal que nesta carta tenho por vezes denunciado é independente das individualidades, porque é um vicio organico do systema.

Conforme a constituição art. 102 o imperador deve exercitar o poder executivo pelos seus ministros de estado.

Se, em vez de guiar-se pelo preceito constitucional, consentem os ministros em que sómente se lhes conceda a posição de meros copistas e amanuenses do palacio, bem se vê que a monarchia constitucional ficará transformada na monarchia pessoal, que debalde denunciou o distincto mineiro o Sr. senador Vasconcellos.

A palavra governo constitucional é synonimo de governo responsavel: se a entidade inviolavel e irresponsavel governa pessoalmente, de duas uma: ou se ha de annullar a inviolabilidade e a irresponsabilidade, ou se ha de admittir o absolutismo.

No senado, a 28 de maio de 1832, dizia o Sr. marquez de Barbacena:

« O poder moderador é uma innovação no systema constitucional e incompativel com a inviolabilidade do monarcha,

a qual só póde existir quando todos os actos são referendados por um ministro responsavel.»

O nobre marquez, por não admittir a responsabilidade ministerial para os actos do poder moderador, concluia logicamente que este poder é incompativel com a inviolabilidade do monarcha. E' uma demonstração por absurdo da responsabilidade ministerial em todo o caso.

Se disse que o absolutismo do poder moderador está no adverbio *privativamente*, que no art. 98 exprime o modo da delagação.

Ao adverbio *privativamente* do art. 98 responde do modo o mais conveniente o adverbio *livremente* do art. 101 § 6°. A nomeação e demissão dos ministros é a unica attribuição que o poder moderador exerce sem responsabilidade de ninguem. Que outra significação póde ser o *livremente* do art. 101 § 6.°?

Eu estou convencido de que no animo constitucional do Sr. D. Pedro II não se aninha a mais remota idéa de usurpação.

E' a subserviencia dos ministros e cortezãos, que proclamão unisonos a omnipotencia imperial, quem perverteu completamente a nossa fórma de governo.

Os Srs. marquez de Paraná e conselheiro Barbosa profligárão na imprensa e na tribuna os excessos da facção aulica, inculcando-a como dominadora, e a mim proprio talvez me escapassem expressões analogas.

Ha flagrante inexactidão e injustiça em uma tal imputação.

O imperador não é nem foi dominado pela facção aulica ou por favoritos e validos, que nunca teve, e que parece fazer estudo de ostentar que não tem.

O Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho foi sacrificado em 1843 e 1848 ás exigencias dos conservadores com um desapego que em nada se assemelhava a essas effusões do coração e grandes expansões de sensibilidade que em occasiões analogas a historia attribue a Luiz XVIII e Carlos X. Quando a reacção legitimista derribou do ministerio o duque de Decaze, Luiz XVIII, banhado em lagrimas,

se despediu do seu ministro predilecto despachando-o embaixador da Inglaterra e dando-lhe o titulo de duque.

« Ao menos aqui me fica o teu retrato, que não me deixará » disse Luiz XVIII a Decaze, apontando para o fundo do seu gabinete, onde mandára collocar o retrato do favorito apeado do ministerio.

Annos depois no gabinete de Carlos X dava-se uma scena igual com o conde de Portalis na occasião da demissão do ministerio Martignac.

O monarcha do Brasil não tem ministros validos, mas Sua Magestade o Imperador tem politica pessoal, e a politica dos monarchas constitucionaes outra não deve ser senão a do parlamento.

E, conforme as exigencias da sua politica, Sua Magestade, ora se apoia sobre a facção aulica, ora sobre o partido liberal, ora sobre o partido conservador.

Dá ou retira aos partidos e aos individuos o grão de preponderancia que julga conveniente em qualquer emergencia.

Parece mesmo que em cada partido a politica imperial tem sentinellas avançadas, que procurão modificar os vôos da opinião e obrigão os chefes a não tomar uma posição muito decisiva em relação ao paço.

Não estamos e nunca estivemos sob o dominio de camarilha, favoritos ou validos, mas padecemos de doença muito mais grave do que essas todas: é o governo pessoal.

E quem é o culpado desta situação? Será o imperador? Não por certo. Os culpados somos nós, e especialmente os ministros liberaes, conservadores e palacianos: *Nos consules, nos consules desumus*.

Se o Sr. D. Pedro II tivesse tido a fortuna de encontrar entre os seus ministros um conde de Cavour, seria talvez o Victor Emmanuel da America, e com uma politica generosa e americana quem sabe se os ducados do Rio da Prata hoje não terião constituido comnosco um estado mais poderoso do que o sonhado reino da Italia.

Oh ! que em tal caso ao menos não se reformaria inconstitucionalmente o art. 6° da nossa constituição, por assim te-lo ordenado a legação franceza.

Mas o certo é que os nossos homens de estado nunca dizem ao imperador a verdade. Não lh'a dizem porque lh'o prohibem a ambição do poder e o temor de que lhes faltem os graciosos sorrisos e boas graças.

Desde o verdor dos annos o espirito do monarcha tem estado perennemente exposto á acção corrosiva da lisonja.

Pelos escriptos da época actual publicados sob os auspicios do ministerio se podem bem avaliar quantos erros funestos, infiltrando-se por todos os póros officiaes, teem procurado inocular-se no animo imperial.

Vimos em 1860 em um folheto que sahiu dos prelos da folha official com o titulo — *Monarchia e democracia* — proclamar-se que era tradicional a monarchia brasileira, derivados do campo de Ourique os seus direitos e annulladas conseguintemente a nossa independencia e emancipação.

Na côrte é theoria banal que o dia 7 de abril significa pura e simplesmente o principio do segundo reinado pela ordem natural de successão.

Não querem comprehender que no dia 7 de abril de 1831 o povo e tropa reunidos no campo da Honra ao grito significativo de — viva a federação ! — quando simultaneamente se fazião pronunciamentos identicos em Minas e Bahia, havião consummado uma revolução como a de 1688 na Inglaterra.

Não querem comprehender que a nação quebrou no dia 7 de abril o que podia haver de aspiração tradicional no primeiro reinado, e marcou soberanamente as condições de existencia do segundo.

Não querem comprehender que as instituições no dia 7 de abril recebêrão nova tempera, e que nesse dia foi, por anticipação, inaugurada a reforma federativa ou acto addicional.

Não querem comprehender que a abdicação publicada no acto do embarque para a não ingleza Warspite foi uma inspiração feliz, mas não acto espontaneo, e que realmente nesse dia o Brasil tirou o throno ao principe portuguez e o devolveu regenerado ao principe brasileiro.

No entanto, em bem da monarchia, era este o cathecismo em que Sua Magestade o Imperador devêra ter sido educado.

Pelo contrario, parece que desde o berço os cortezãos lhe soletravão o direito divino e os devaneios da legitimidade.

E os ministros liberaes e conservadores em vez de rectificarem o que havia de fallaz no direito publico dos cortezãos, porfião, para dar arrhas de sua orthodoxia, em augmentar o elasterio ao principio da autoridade, annullando calculadamente tudo quanto de longe que seja póde parecer limitação da prerogativa imperial.

Para demonstrar a proposição que acabo de enunciar é bastante folhear os annaes do parlamento e repetir o que lá está escripto em nome dos ministros de primeira plana que acabavão de sahir dos conselhos da corôa.

Ainda me soão aos ouvidos as palavras proferidas pelo meu veneravel e saudoso amigo o Sr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva na discussão do orçamento dos estrangeiros em 1841.

A cordialidade com que Sua Magestade o Imperador havia aceitado a cooperação dos Andradas e de seus amigos, para levar-se a effeito a maioridade, havia subjugado aquella altiva e generosa natureza.

Dessa circumstancia resentirão-se muitos actos do ministerio de 24 de julho de 1840.

Com a sinceridade que lhe era congenita, Antonio Carlos explicou ás camaras a origem e progressos do governo pessoal.

Tratava-se de apurar entre o ministro dos negocios estrangeiros e os ex-ministros as causas da dissolução do gabinete, e souberão as camaras que o facto de não ser condecorado opportunamente o irmão do ministro palaciano fôra um dos principios dissolventes do ministerio de 24 de julho.

JORNAL DO COMMERCIO DE 23 DE JUNHO DE 1841

Sessão de 21 do mesmo mez

«O Sr. Andrada Machado:— Propondo-se esta remuneração, Sua Magestade disse que seria melhor que se esperasse pára quando se remunerassem os officiaes do Rio Grande, que devião ser contemplados, e mandou-me esperar; deixou-se, pois, de dar a condecoração ao Sr. Dr. Satur-

nino. Mas, depois e repentinamente, Sua Magestade quiz, e repare-se que Sua Magestade quiz por uma razão que podia ser particular, pois nesse tempo alguem mais havia que podia pretender o mesmo, por exemplo, o nobre general nosso collega: mas tudo se espaçava para comprehender a todos os que no Rio Grande tinhão prestado serviços: eis que Sua Magestade *repentinamente mandou que se lhe desse; e eu tive então de o fazer por condescendencia.* »

Nenhuma reclamação appareceu contra as palavras do ex-ministro do imperio.

E quem havia de reclamar?

A opposição? Essa conhecia por demais o patriarcha da independencia, e conhecia os nobres motivos do seu procedimento.

Os Cesares? Esses, além de fraternisarem na occasião com os palacianos, tinhão inaugurado o programma do *empereur quand même*... pela boca do seu chefe mais prestigioso.

Tinhão proclamado que onde está o rei está a lei, e não podião censurar os desmandos do governo pessoal, que acoroçoavão, na intenção de se lhe associar.

Se em todo o caso é legitimo o governo a cuja frente está o imperador, desapparece esse temor salutar que, recordando a punição de 1688, obriga os reis de Inglaterra a não governar senão como apraz ao parlamento.

Se a revolução de 7 de abril de 1831 tivesse entre nós o mesmo prestigio que a de 1688 na Inglaterra o systema constitucional teria lançado raizes mais profundas.

Quem compara, porém, as cortezias do nosso parlamento com a linguagem varonil empregada na tribuna ingleza tem de reconhecer que o machinismo do nosso governo é uma caricatura.

Em 1825 o duque de York, herdeiro presumptivo da corôa, com assento na camara dos lords, foi portador de um requerimento do deão e do capitulo da igreja collegial de Windsor contra a emancipação dos catholicos.

Ao mandar á mesa o requerimento Sua Alteza Real, depois de abundar em protestos de um zelo exclusivista e

intolerante em favor da igreja anglicana, exclamou com emoção, diz o *Annuario de Lesur*, pag. 526:

«... e em qualquer situação em que para o futuro eu venha a ser collocado, por maior que seja a censura a que esta declaração me exponha, hei de perseverar em minha opposição á emancipação dos catholicos. *Assim Deus me ajude.* »

Na noite seguinte Brougham, que então tinha assento na camara dos communs, depois de ter analysado o discurso do principe, declarando que as doutrinas prégadas por Sua Alteza Real atacavão a segurança do estado, e assentavão mal na boca de um principe cuja familia occupava o throno de Inglaterra, por virtude dos principios da revolução de 1688, accrescentou:

« Eu não odeio a perseverança, não condemno mesmo um zelo violento e a linguagem de uma honesta obstinação; mas lamento ver essas qualidades varonis obscurecidas pela ignorancia, exasperadas pelos prejuizos e cegas pela hypocrisia. Não receio dizer que nunca monarcha algum chegou ao throno destes reinos em um espirito de hostilidade tão directo, tão predeterminado, tão altamente declarado de antemão contra as opiniões e voto do seu povo. Quando tal acontecimento tiver logar o bill será impossivel, e mesmo agora sua approvação está cercada de duvidas e de perigos, desde que tal personagem lhe prepara semelhante opposição. O momento presente é critico, o tempo passa, e esta gloriosa occasião póde escapar. E no entanto chegará o reinado da hypocrisia e sorprender-vos-ha como um homem armado sorprende á noite homens adormecidos, e destruirá a paz da Irlanda, comprometterá a segurança da Inglaterra, e ameaçará a liberdade de todo o imperio... eu não me queixo de uma resistencia sincera e leal, a ninguem acuso de má fé nesta camara ou fóra della... mas é preciso confessar que muitas vezes homens honestos, á força de ignorancia, tornão se adversarios tão perversos que ninguem se deve intrometter a corrigi-los de seus erros. *Assim Deus os ajude.* »

A revolução memoravel que expelliu do throno a dynastia dos Stuarts a cada passo é commemorada pelos maiores homens de Inglaterra, como uma gloria nacional, sem que

ninguem se lembre de attribuir essas manifestações a affetação de patriotismo ou a despeito de estadista que perdeu as boas graças da côrte. Lord John Russell, primeiro ministro da rainha, ainda este anno na camara dos lords foi muito explicito sobre esta materia.

A opposição havia qualificado o invicto Garibaldi, heróe da Sicilia, de pirata e flibusteiro. Lord John Russell respondeu-lhe simplesmente:

«A historia é que ha de decidir se é pirata e flibusteiro, ou patriota e heróe. Em novembro de 1688 desembarcava nas costas da Inglaterra um pirata e flibusteiro, e a revolução que fez é uma das maiores glorias da nação.»

Lord John Russell, fallava assim a respeito do chefe da dynastia de Sua Magestade a rainha de Inglaterra, gloriando-se de compara-lo a Garibaldi, qualificado na camara de pirata e flibusteiro.

Se em o nosso parlamento um ministro se atrevesse a comparar com o de Garibaldi o procedimento do Sr. D. Pedro I, quando, em virtude das vivas instancias dos Andradas, poz sobre o braço a legenda da independencia, no dia seguinte não seria mais ministro.

Ainda na ultima sessão um deputado, tendo ousado fazer uma remota allusão á incuria com que se consente que os filhos da nossa estimada princeza a Sra. D. Januaria se estejão educando sob os auspicios de uma côrte beata e absolutista como a de Napoles, os ministros tiverão a sem ceremonia de impôr silencio ao orador, proclamando que tal objecto não podia estar na alçada do parlamento.

Pelo que, acerca da illustre princeza, o parlamento deve não ter outro direito senão o de votar annualmente 102:000$ de pensão para Sua Alteza e mais 6:000$ para cada principe napolitano que Sua Alteza dá á luz.

Na Inglaterra a rainha, acompanhando os sentimentos e sympathias do rei consorte, que tanto ou quanto é tambem austriaco, desejou, organisando o anno passado um ministerio liberal, dar a presidencia a lord de Gramville, liberal palaciano, mas recuou de tal pretenção, porque a vontade soberano do parlamento lhe impoz como primeiro ministro a lord John Russell.

E a rainha de Inglaterra não se julgou com isso desairada.

No Brasil o imperador escolhe a politica que ha de dominar e marca-lhe periodicamente o tempo de sua duração, e designa qual é o primeiro ministro que deve representar cada partido, quaes são os collegas que o primeiro ministro deve ter, e recusa ao ministerio a demissão de empregados de confiança.

E os cortezãos justificão o governo pessoal escrevendo, como se escreveu, que o imperador do Brasil com a vastidão dos seus conhecimentos não póde resignar-se ao papel passivo da rainha Victoria.

Esquecem que o papel dos reis constitucionaes é essencialmente passivo.

Durante os cem dias Napoleão dizia a Benjamin Constant: « Sinto-me velho, e por isso me parece que já sirvo para rei constitucional. »

Infelizmente pretende-se que no Brasil o exercicio da realeza corresponda ao serviço activo da milicia.

XII

Abstenção politica. — Mucury

Não entra nas minhas vistas escrever a historia destes ultimos doze annos, nem cabe ella nos limites desta carta.

Desejo sómente tornar bem claro que em todo esse longo periodo guardei sempre o pundonor da coherencia, permanecendo fiel ao symbolo que articulei no jornalismo em 1831, e que professei imperterrito na tribuna da assembléa provincial da nossa provincia, na da camara dos deputados e no banco de réo perante o jury de Marianna.

Quando em 1848 o arrefecimento das boas graças do palacio afastou os liberaes de toda a participação no poder, tomada a praça pelos contrarios, nenhum delles me disputou o direito de retirar-me erguida em punho a bandeira que, ao entrar no parlamento em 1838, eu arvirára e fôra adoptada pela opposição liberal.

E em 1851, quando, com razão ou sem ella, pareceu-me que os chefes liberaes, candidatos ás pastas de ministros se mostravão na imprensa e no parlamento dispostos a fazer ao governo pessoal mais concessões do que aquellas que eu julgava admissiveis, retirei-me da politica, e deixei de estar em communhão com qualquer partido.

Uma declaração que então fiz, e a que se associou o Sr. conselheiro C. B. Ottoni, publicada nas folhas diarias da côrte, valeu-nos a seguinte felicitação dos liberaes mais avançados do municipio de Itabira:

FELICITAÇÃO

« Cidadãos Ottonis !

« Sendo-nos presente o *Jornal do Commercio* de 22 de julho passado, nas poucas linhas que ahi estampastes encon-

trámos abundantes e irrecusaveis provas de vossas civicas virtudes, virtudes que ha muito temos a satisfação de ler em vossos corações verdadeiramente americanos; e, compartilhando os sentimentos por vós manifestados, comvosco nos congratulamos, e vos offerecemos nossos serviços como signal de consideração pela franqueza, lealdade e desinteresse com que procurais servir ao paiz que nos viu nascer.

« Temos o prazer de assignar-nos

« Vossos patricios dedicados e amigos certos

« João Baptista Vianna Drummond.
« Domingos Ignacio Capistrano de Oliveira.
« Custodio Martins da Costa.
« Francisco Felix Pereira.
« Raymundo Gomes da Silva.
« Thomaz d'Aquino e Oliveira.
« Joaquim Reitor Motta.
« Bento José Machado.
« João José Ventura.
« Manoel Moreira Figueiredo.
« Pedro Anacleto da Silva Lopes.
« Joaquim Fernandes Passos.
« Manoel Antonio de Freitas.
« Germano do Prado Ferreira.
« João da Silva Torres.
« Joaquim Pereira Novaes.
« José Rodrigues Lage.
« José de Souza Pereira Junior.
« Clemente dos Santos.
« Francisco de Paula Farias.
« Custodio Alves de Farias.
« Antonio Rodrigues Vieira.
« Sebastião Pio da Costa.
« Antonio Teixeira Godoy.
« Antonio Alves Moreira.
« Joaquim Zeferino de Magalhães.
« Joaquim José de Oliveira.
« Francisco Rodrigues Vieira.
« Joaquim José Rosa.
« Germano Mendes de Brito.

« Quintiliano Messias da Costa.
« Joaquim José dos Santos.
« Florencio José Pereira.
« João Prisco Alves de Araujo.
« Martiniano da Costa Torres.
« Bernardino de Souza Brandão.
« Paulo Procopio da Silva Monteiro.
« Manoel Lazaro da Assumpção.
« José Marcellino da Cruz.
« José Joaquim de Andrade.
« Manoel Jacintho da Fonseca.
« Antonio Pires da Silva Pontes.
« João Alves dos Santos.
« José Alves de Araujo.
« Joaquim Basilio dos Santos.
« Basilio José Vieira.
« Caetano Rodrigues Malta.
« Felicio José de Mendonça.
« Basilio José da Costa.
« Raymundo Ferreira da Silva.
« Joaquim de Souza Pereira Primo.

« Itabira de Matto-Dentro, 18 de agosto de 1851. »

Do *Itamontano*, que então se publicava no Ouro-Preto, e de que até essa data eu fui na côrte um dos correspondentes, vou copiar a resposta que dei aos meus amigos de Itabira:

RESPOSTA

« Concidadãos !

« Os jornaes teem dado noticia de um programma opposicionista, no qual pareceu-nos, não só pelo seu contexto, como por circumstancias que precedêrão a sua publicação, não estarem formulados sufficientes compromissos para com ás idéas politicas que em nossa curta e insignificante vida publica cuidamos ter servido com alguma constancia.

« E, como não desejemos contribuir de modo algum para que uma nuança qualquer da opinião liberal chegue ao poder sem intenções préviamente confessadas, que lhe deem a força moral indispensavel á realização das grandes reformas que são reclamadas pela nação, por esses motivos escrupulisámos

ficar comparticipantes do mencionado programma, e assim o declarámos pura e simplesmente em uma correspondencia transcripta no *Jornal do Commercio* de 22 de julho.

« Coube-nos a fortuna de que esta nossa declaração tão benevolamente fosse por vós interpretada que, qualificando-a como prova de lealdade para com o partido liberal e para com o paiz, tendes a bondade de galardoa-la com a honrosa congratulação da vossa carta de 18 de agosto passado.

« Altamente penhorados por tamanha distincção, procuraremos não desmentir a vossa confiança, persistindo com firmeza em o nosso modesto posto de honra, bem compenetrados da importancia dos deveres que nos impõe a lisongeira adhesão de nossos comprovincianos.

« E tanto mais grato nos é o brinde com que fomos saudados do pico de Itabira, porque em suas expressões encontramos provas do bom e patriotico espirito que anima a opposição mineira, convencida sem duvida que, embora se prolonguem um pouco mais os soffrimentos da actualidade, cumpre que olhemos para o futuro, não com a mira em victorias ephemeras e concessões precarias ou pouco sinceras, mas com a firme intenção de conquistar e consolidar as garantias de liberdade que nos faltão.

« Possuidos destes sentimentos, temos a satisfação em nos assignarmos

« Vossos patricios e agradecidos amigos

« Theophilo Benedicto Ottoni.
« Christiano Benedicto Ottoni.

« Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1851. »

Estava eu nessas disposições de espirito quando fui chamado a tomar assento na camara dos deputados como supplente por Minas.

Ainda nessa conjunctura foi o pudor da coherencia que determinou o meu procedimento.

Havia eu protestado contra a legalidade da eleição, não só em razão das violencias praticadas contra a opposição em muitas freguezias, como especialmente pelo vicio da origem.

A lei de 19 de agosto de 1846 dispõe terminantemente que, dado o caso de dissolução, a eleição da nova camara se faça pela qualificação do anno anterior; de ordem do governo, o processo eleitoral se fizera pela qualificação novissima.

Resignei, por isso, o logar de deputado.

Afastado da politica procurei outro terreno, em que pudesse ser util ao meu paiz.

Uma idéa grandiosa me havia assaltado o espirito.

Eu a segui com ardor proporcional á importancia do objecto que representava.

Quem ha ahi mineiro que ignore o que é a empreza do Mucury e os motivos patrioticos que a puzerão em scena?

Tratava-se de abrir facil sahida para o oceano a mais de 200.000 mineiros.

Tratava-se de lhes proporcionar terrenos fertilissimos e tão vastos que em poucos annos poderião vender ao estrangeiro tantos milhões de arrobas de café como o valle do Parahyba.

Tratava-se de absorver a princeza dos Abrolhos na patria de Tiradentes — crear um magnifico porto de mar para a briosa provincia de Minas.

E, se não devesse Minas continuar peça inteiriça, e nova estrella se houvesse de destacar da constellação mineira e da promogenita de Cabral, tratava-se de abrilhanta-la de modo que, ao apparecer entre as demais irmãs, não desmentisse a sua nobre linhagem.

Era arrojado o esforço, e bem se me podia dizer:

Magna petis, Phaeton, et quæ con viribus istis.

Mas o Rubicon estava passado.

Arrisquei um cento de vezes a minha vida, arruinei a minha saude e sacrifiquei os meus interesses.

Foi mister sujeitar-me ao agro viver das mais inhospitas brenhas. Era sómente cada anno, quando volvia ao Rio de Janeiro, que eu avaliava o insano da luta em que estava empenhado.

Então, comparando as doçuras do lar domestico com a vida agreste das selvas, confesso que me arrependia do passo temerario que havia dado.

Mas de volta ao Mucury, a imaginação predominava, e por entre os espinhos via sómente as flôres.

A' próa do meu gentil *Peruipe*, eu me enlevava ao ve-lo cortar desembaraçado as torrentes, naquelles mesmos logares onde tres annos antes a canôa rompia com difficuldade por entre o balseiro.

Se atravessava ao galope as florestas ainda ha pouco virgens de todo o contacto com o homem civilisado, se me afigurava, mesmo ao correr, estar reconhecendo frescas as pegadas do meu sapato ferrado, primeiro que alli tinha pisado.

Oh ! que emoções me assaltavão quando ao cruzar as veredas dos selvagens eu era detido aos gritos: — Pogirum ! Pogirum ! com que alegres me davão a boa vinda essas cabildas, que a historia aponta como as mais ferozes entre os anthropofagos.

E que effectivamente ainda dous ou tres annos antes erão o terror da minha propria bandeira.

E cujos horrorosas proezas ainda o mez passado se fizerão sentir no Rio-Doce.

Quando pelas estradas, que, engenheiro, administrador e operario, eu tinha improvisado, encontrava, aqui a barraca de uma tropa, alli um carro tirado por bestas, mais adiante outro de bois carregando fardos de fazendas, que ião chegar a Minas-Novas dous mezes mais cedo do que pelas velhas estradas, cheia estava a medida dos meus desejos.

Em 1857 foi talvez com sentimentos de vaidade que percorri no meu carrinho as 27 ½ leguas da estrada de Santa Clara, e no dia 23 de agosto entrei triumphante na minha Philadelphia.

Sob as impressões em que este complexo de circumstancias me embalava não havia arrependimento possivel, todos os sacrificios me parecião compensados.

Sentia-me mesmo com disposição de os fazer maiores, e me suppunha sufficientemente forte para, daquelle reducto que havia levantado, inutilisar quaesquer tramas que urdissem contra o emprezario e director da companhia do Mucury.

Parecia-me que, pisando o solo do Mucury, crescia o

meu alento na proporção da base larga e solida em que podia apoiar-me.

Ligado por laços multiplicados aos interesses daquella terra, que minha fôra, ainda que mineiro eu não fosse, me considerava na posição desse gigante invencivel emquanto se podia aquecer ao seio materno.

Mal pensava que a clava ministerial em mão de qualquer Hercules burlesco podia arredar do theatro dos seus serviços o director da companhia do Mucury, e então facilmente suffoca-lo.

E é o que succedeu.

Não referirei a historia das ultimas crises da companhia do Mucury; cumprometto-me, porém, a escreve-la mais de espaço e detalhadamente.

E' sabido que ha um anno interrompi os importantes trabalhos da estrada do Alto dos Bois, por não poder sujeitar-me ás duras condições que, contra toda a lei e todo o direito, pretendeu impôr á companhia do Mucury o ministro da fazenda, o Sr. Angelo Moniz da Silva Ferraz, o qual fez dependente de clausulas inaceitaveis a entrega do emprestimo feito por conta e ordem da companhia, e que indevidamente está retido no thesouro.

Para provar-vos que as minhas exigencias não erão desarrazoadas, bastará lembrar que o ministro do imperio, o Sr. João de Almeida Pereira Filho, estava em antagonismo com o seu collega da fazenda, e pretendeu debalde que justiça fosse feita á companhia.

Estabelecido o conflicto em razão da diversa intelligencia dada pelos dous ministros á lei de 8 de junho de 1859, fez-se appello para o corpo legislativo, que tinha de explicar o sentido controvertido.

De accordo comigo, a deputação mineira unanimemente comprehendeu os verdadeiros interesses da provincia, e propoz a pedida explicação, intercalando a respeito na lei de orçamento um artigo additivo.

Esta explicação, impugnada pelo ministro da fazenda, foi retirada pelos nobres deputados por Minas, que em tal collisão tiverão de abraçar o alvitre, insinuado pelo ministro,

de encampar-se o contrato com a companhia do Mucury, pagando-se aos seus accionistas o capital realizado.

Em vista do occorrido, reuni os accionistas da companhia, e fui por elles autorisado a aceitar as condições que o governo imperial nos impunha, tendo-me eu abstido de tomar parte nessa questão, e tendo tido os accionistas a generosidade de declarar que a sua acceitação subentendia que ficavão salvos os direitos que, na fórma do art. 22 dos estatutos, tem o emprezario a uma indemnisação. Pela minha parte communiquei esta deliberação ao governo imperial; mas, não querendo que meus interesses pecuniarios pudessem embaraçar uma solução que no estado actual das cousas os accionistas desejão, antecipadamente declarei ao governo imperial que essa indemnisação que me é devida não devia prejudicar nem retardar a solução da questão, porque acerca do meu direito eu me louvava no que deliberasse a a secção do conselho de estado dos negocios do imperio, protestando nada reclamar se me for contraria a sua decisão.

Assim, a encampação da companhia do Mucury deve suppor-se um negocio acabado, e eu aguardo sómente as ordens do governo imperial para saber a quem devo fazer entrega da administração.

No entanto a empreza do Mucury não morreu. D'ora em diante não é mais negocio em que quemquer que seja possa enxergar pretenções individuaes. E' uma empreza geral que interessa ás provincias do Espirito Santo, Bahia e mais especialmente á de Minas, cuja deputação se estiver unida na futura legislatura póde obter que justiça se faça neste e em outros pontos á nossa provincia, tão desconsiderada e mesmo ludibriada pelo ministerio actual.

Pelo que me diz respeito, applaudo-me considerando que a provincia de Minas-Geraes não está circumscripta ao Mucury, e que, se um voto parcial dalli me arrancou, mil votos imparciaes podem designar-me outro posto em que, debellando os Hercules do cortezanismo e da oligarchia, eu tenha a gloria de servir, não sómente aos interesses de Minas como aos do Brasil em geral.

XII

Candidatura senatoria

Em 1857, inaugurada a estrada do Mucury, comecei a perguntar a mim mesmo se não era tempo de saber o que se havia feito em politica durante a minha longa abstenção.

Havia no senado duas vagas por Minas. Apresentar-me candidato á senatoria, não tendo solicitado um logar na milicia activa da deputação, parecia-me pouco consentaneo com os meus antecedentes.

Quiz, porém, significar aos mineiros que me achava prompto para entrar em actividade politica se os meus serviços fossem reclamados.

O Sr. Carneiro Leão acabava de descer ao tumulo, com o seu recente titulo de marquez de Paraná, sem ter podido realizar o pensamento reformador que na opinião geral o acompanhára durante o seu ultimo ministerio.

Nove annos depois das revelações feitas ao senado por occasião da dissolução do gabinete de 20 de janeiro de 1843 havia o Sr. Carneiro Leão entrado novamente para um ministerio que organisára.

Não era já o corajoso orador da oligarchia, que em 1841 mais contribuira para as victorias e conquistas dos Cesares, e que sustentára com calor essa these famosa que tive a gloria de profligar: «O governo *é sempre legal, a cuja frente está Sua Magestade o Imperador.*»

O Sr. Carneiro Leão de 1853 era o pamphletista para quem não ha na constituição poder algum absoluto, nem mesmo o poder moderador quando nomeia os ministros.

Era o estadista que nas explicações dadas ao parlamento acerca da dissolução do outro gabinete a que prisidira se havia abalançado a denunciar os excessos do governo pessoal e sua interferencia indebita na organisação dos gabinetes.

Era o conservador que em 1845 e 1846 mais se havia empenhado no senado pelo triumpho da lei eleitoral que os liberaes havião proposto.

E que em 1848 auxiliára poderosamente o Sr. Paula Souza para traduzir em lei as incompatibilidades dos funccionarios publicos nas eleições populares.

Ou fosse desgosto contra o governo pessoal, em razão do que os Cesares soffrêrão no anno de 1844 e seguintes, ou nobre reconhecimento de passados erros, o certo é que nos ultimos annos de sua vida o Sr. Carneiro Leão pareceu desejar sinceramente a fusão dos dous grandes partidos politicos, para assim regenerar o systema representativo.

Nessa intelligencia os liberaes prestárão apoio ao seu ultimo ministerio, depois que elle, acudindo ao reclamo da patriotica manifestação de Vassouras, pareceu entrar francamente nos caminhos do progresso.

Bellas esperanças, que todas murchárão em flôr!

Mas que, amenisando a lousa do illustre morto, ainda por algum tempo embalárão docemente o paiz.

Foi sob as impressões desses factos que eu tive a honra de vos escrever a seguinte:

CIRCULAR

« *Srs. eleitores mineiros!* — Ha algum tempo que ouvis proclamar do alto das cadeiras ministeriaes a necessidade de reformas em nossa organisação politica.

« Parece que a voz do povo encontrou éco nas regiões do poder.

« As promessas de melhoramento, o programma da liberdade de voto e de reforma parlamentar, aconselhavão aos abaixo assignados que persistissem na inercia politica, em que se teem conservado estes ultimos annos.

« Cumpria não perturbar o trabalho regenerador se, como é de crer, nelle se empenhão os obreiros com sã consciencia e patriotica sinceridade.

« Se ao contrario alguma decepção amarga ameaçasse o paiz, desejarão os abaixo assignados esquivar-se á responsabilidade de figurar em tal profanação.

« Neste intuito se abstiverão de toda a interferencia nos preparativos para o festim eleitoral que vai ter logar no paiz; aliás resolvidos a aceitar o mandato espontaneo, que porventura os seus concidadãos lhes conferissem.

« Podendo, porém, este procedimento ter sido attribuido a reprehensivel indifferentismo, os abaixo assignados se julgão na obrigação de explicar-se perante o respeitavel corpo eleitoral de Minas, cujos suffragios os teem honrado mais de uma vez.

« E volveráõ novamente ao silencio da vida privada e ao cumprimento de outros deveres, em cujo desempenho (*) se lisongeão de prestar serviços á sua patria.

« No entanto, para que a abstenção politica dos abaixo assignados não seja interpretada como abandono dos principios a cuja defesa teem elles consagrado os melhores annos de sua vida, se aproveitão da opportunidade da eleição de dous senadores que vai ter logar na provincia, e chamão a attenção do corpo eleitoral para uma necessidade palpitante da actualidade.

« Foi encetada pelos poderes do estado a reforma eleitoral, mas combinadas de tal sorte as disposições novissimas que, podendo melhorar a representação temporaria do paiz, nenhuma influencia terão na escolha dos representantes vitalicios.

« Anomalia inconcebivel !

« Dir-se-hia que o pensamento reformista progrediu até ás portas do senado, e que ahi se lhe fechárão os reposteiros.

« E' assim que a eleição por circulos attenderá de ora em diante aos interesses legitimos de todas as localidades proscrevendo o falseamento das urnas por meio das chapas provinciaes; e todavia a dos senadores ainda se fará pelo velho systema, que a lei aboliu por vicioso.

« Reflecti, senhores, e só encontrareis a explicação logica desta anomalia no esteril principio da vitaliciedade.

« Velha instituição, que, imitando a medo as dos governos aristocraticos, possue todos os defeitos e nenhuma das vantagens do pariato hereditario.

(*) Empreza do Mucury. — Estrada de ferro de D. Pedro II.

« Srs. eleitores mineiros, se desejais o progresso reflectido e pacifico, a reforma sem lutas violentas, tentai inocular no senado o principio reformista.

« Purifiquem-se dos vicios reconhecidos as eleições da segunda camara.

« Sejão chamados os senadores ao juizo das urnas, como os deputados, embora em mais largo periodo.

« Invocando estes principios, os abaixo assignados não se dirigem exclusivamente a partido algum, porque a reforma do senado é pensamento gravado na consciencia de todos os brasileiros patriotas, sem distincção de crenças politicas.

« Srs. eleitores mineiros ! Em nome da paz, do progresso e da concordia politica vos pedem os abaixo assignados: — elegei deputados e senadores que expressamente se compromettão a pugnar por todos os meios legaes:

« *Pela eleição dos senadores por circulos.*

« *Pela renovação parcial do senado em cada legislatura.*

« *Theophilo Benedicto Ottoni.*

« *Christiano Benedicto Ottoni.*

« Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1856. »

Estive sempre persuadido que um senado vitalicio dá sómente garantia aos interesses individuaes dos senadores e de suas familias.

O senado temporario da Belgica tem sido alli o fiador da monarchia constitucional.

Senado vitalicio, acostado a conselho de estado vitalicio, não póde trazer outro resultado senão a mais detestavel das oligarchias.

No entanto no meu programma de 1838, apresentado á camara dos Srs. deputados, não vem uma só palavra acerca da reforma do senado.

Por tres legislaturas já tive a honra de occupar uma cadeira entre a deputação de Minas; subi repetidas vezes á tribuna, e nunca propuz nem advoguei a reforma do senado.

Seria por estarem modificadas minhas opiniões acerca da vitaliciedade do senado?

De nenhum modo. Tudo, porém, quer occasião opportuna.

Se reflectirdes no que escrevi á pag. 21, reconhecereis

que desde o verdor dos annos eu não admitto reformas constitucionaes senão dictadas pelo progresso da razão publica e amadurecidas mediante uma discussão diuturna.

Sómente o progresso lento e reflectido ha de trazer-nos uma reforma conveniente no senado.

E' preciso aproveitar-se a occasião propicia, e se a quizerem crear artificial o principio liberal póde perder, em vez de ganhar.

Eu me explico.

Se o governo pessoal se persuadir que é mais conforme com o direito divino que a escolha dos senadores se faça livremente e deixe de ser inquinada pelo filtro eleitoral, reformar o senado fôra desservir o principio progressista.

Com effeito, o elasterio dado ao adverbio livremente do art. 101 § 6ª da constituição e a omnipotencia ministerial e policial consagrada em nossa legislação habilitão quaesquer estafermos de posse das pastas para manipularem uma camara constituinte e decretarem que a composição do senado seja da privativa competencia do poder moderador.

Ora, a um senado exclusivamente palaciano eu prefiro o senado actual com todas as suas mazelas.

Quizera, porém, de preferencia o que estava decretado na constituição de 30 de julho de 1832, a qual tirava á corôa o direito de concorrer com os eleitores para a formação do senado.

E, escrevendo em 1857 acerca de eleição senatorial, era indispensavel que os Srs. eleitores soubessem minha opinião sobre esta importante questão.

E' claro que a minha circular não significava, como se pretendeu inculcar, que, entrando para o senado, eu iria propor uma tal reforma, que aliás sómente póde, na fórma da constituição, ter iniciativa na camara dos deputados.

A minha manifestação nada significava senão que eu tenho o pundonor da coherencia, e que conservava, como ainda conservo, aquella opinião, de nenhum modo heterodoxa.

Significava que, se eu fosse senador e da camara dos deputados fosse dirigida, em tempo que me parecesse opportuno, uma proposição, por virtude da qual os eleitores fossem autorisados a dar poderes constituintes aos deputados da

seguinte legislatura para reformarem a constituição em referencia ao senado, eu havia de votar para que aquella proposição da camara dos deputados fosse dirigida ao imperador, declarando-se, na fórma da constituição, que era util e vantajosa, e pedindo-se a sancção a Sua Magestade Imperial.

Fica tambem fóra de duvida que o tempo sómente me pareceria opportuno para a reforma se eu tivesse fundada esperança de que, em substituição á camara vitalicia, se decretaria um senado temporario e electivo, como a camara dos deputados, salva a differença razoavel nas condições de idoneidade e de duração das funcções.

Era, portanto, aquella circular um acto de franqueza e de lealdade de candidato honesto para com os seus constituintes.

Minhas palavras singelas desafiárão a vossa generosidade, Srs. eleitores mineiros, e, sem distincção de partidos, vossos votos espontaneos captivárão a gratidão do candidato que apenas indirectamente se apresentára.

Veiu depois a eleição de 21 de agosto de 1858.

Então eu me dirigi francamente aos meus illustres comprovincianos.

Todos vós, Srs. eleitores, tereis em lembrança a linguagem da minha solicitação.

Penhorado sobremodo pela circumstancia de ter sido na eleição anterior votado promiscua e espontaneamente por ambas as parcialidades em que a provincia está dividida, eu considerei que era de minha parte um dever de delicadeza não dar côr politica á minha candidatura.

Por isso, sem dizer uma palavra que estivesse em contradicção com o meu passado, eu me limitei em minha circular de 10 de junho de 1859 a declarar-me candidato sob os auspicios da vossa benevolencia.

E, dirigindo-me especialmente aos conservadores meus amigos, eu lhes dizia:

« As cadeiras do senado, na fórma da constituição, são destinadas para recompensar os serviços prestados ao estado. Se julgais que teem alguma importancia os beneficios que a empreza do Mucury já está prestando á nossa provincia, dai um voto ao emprezario, dai um voto ao mineiro que pri-

meiro levou um vapor do Rio de Janeiro á provincia de Minas. »

Primeiro na escala da votação, eu me considerei sobejamente galardoado com essa obsequiosa manifestação de meus comprovincianos.

E quando, submettida a lista triplice ao poder moderador, foi escolhido o segundo votado, o Sr. conselheiro Luiz Antonio Barbosa, não fui dos ultimos a reconhecer que justiça fôra feita.

Muitos dentre vós poderão verificar que esta linguagem está em perfeita harmonia com a minha correspondencia de então.

Justiça fôra feita.

O Sr. conselheiro Luiz Antonio Barbosa, politica a parte, era um mineiro que honrava a nossa provincia. Magistrado da maior integridade, administrador zeloso e orador illustrado, é deploravel que tão prematuramente fosse roubado ao senado, de que seria um dos mais bellos ornamentos. Antes da sentida morte do Sr. conselheiro Barbosa outra cadeira tinha vagado no senado.

Honrado como eu havia sido pelos meus comprovincianos, não me apresentar candidato na eleição de 11 de fevereiro deste anno fôra revelar um despeito tão pretencioso como ridiculo.

Novamente appareci solicitando a vossa benevolencia e a vossa generosidade.

Com o resultado da eleição de 11 de fevereiro deste anno fiquei confundido.

Com fundamento ou sem elle, se me afigurou que, apezar do merito real que os distinguia e das sympathias que os meus illustres competidores justamente desafiavão-se, havia na maioria dos collegios estudados expedientes para que o meu humilde nome fosse submettido com alguma distincção á consideração da corôa.

Segunda vez me couberão as honras do primeiro logar na lista triplice, avantajando-me em 174 votos sobre o segundo votado e em 294 sobre o terceiro.

E tão uniforme se manifestou a vontade da provincia que, se a eleição de senadores se fizesse por circulos, como a dos deputados, eu teria tido a gloria de ser apresentado

á corôa pelos 20 districtos eleitoraes de Minas, primeiro da lista triplice em treze, segundo em cinco, terceiro no decimo nono, e ficando empatado em terceiro logar no vigesimo.

Em 19 dos circulos eu teria sido apresentado á corôa pela maioria absoluta dos eleitores, só o sendo por maioria relativa em um circulo, onde aliás obtive 43 votos em 85 eleitores.

Pareceu-me que eu podia exclamar como Cicero, eleito consul, e, como acontecia a meu respeito, primeiro na escala da votação:

Me omnes ordines, me universa civitas, me cuncta Italia non prius tabella, quam voce, priorem consulem declaravit.

Os partidos sem discrepancia, a universalidade dos collegios, a provincia em massa, antes que as urnas fallassem, me designavão a uma voz para senador do imperio.

No entanto, submettida a lista triplice á illustrada consideração de Sua Magestade o Imperador, foi escolhido o Sr. Manoel Teixeira de Souza, terceiro votado.

A escolha foi publicada nos jornaes do dia 28 de abril do corrente anno, e no dia immediato sahiu á luz a minha circular da mesma data, declarando que eu não seria candidato na eleição senatoria a que tinha de proceder-se em consequencia do prematuro fallecimento do Sr. conselheiro Barbosa.

Se eu tivesse por costume antepor meus interesses individuaes á causa publica não teria escripto a circular de 28 de abril.

O damno que a minha linguagem rude ha de acarretar-me é talvez irreparavel; mas a tudo me resigno consolado, porque o meu procedimento, por excepcional que fosse, deu occasião a uma discussão larga e proveitosa sobre o mecanismo da nossa constituição nas suas mais transcendentes disposições. *A' quelque chose malheur est bon.*

Aferiu-se o poder moderador pelo padrão constitucional e reconheceu-se que nas medidas usadas havia manifesta falsificação.

A imprensa e a tribuna ecoárão o pro e o contra.

No trimestre immediato á escolha senatoria de Minas

multiplicárão-se acerca das attribuições do poder moderador as publicações jornalisticas e pamphletos.

Um intitulado — *Monarchia e democracia* — sahiu da penna do principal defensor official do ministerio nas columnas do *Jornal do Commercio*.

Publicou-se outro em S. Paulo, em que sobresahe a inconveniencia do titulo: — *Opoder moderador e o Sr. T. B. Ottoni*.

Um publicado nesta côrte em anonymo e com o titulo — *Da natureza e limites do poder moderador* — é o escripto mais importante dos que se teem levado aos prelos sobre o objecto; tem sido geralmente attribuido ao illustrado Sr. conselheiro Zacharias de Góes e Vasconcellos.

As conclusões seguintes, com que o Sr. conselheiro Zacharias encerra o seu folheto, dimanão, por uma deducção logica e rigorosa, dos principios mais sãos bebidos na letra de nossa constituição, e em muitas e valiosas autoridades, apropriadamente adduzidas pelo illustre pamphletista.

«Concluamos, diz S. Ex.:

«No exercicio do direito de graça, ou de qualquer outra funcção do poder moderador, assim como no das do poder executivo, a responsabilidade ministerial é, em nossa fórma de governo, uma consequencia necessaria, irrecusavel, da inviolabilidade do imperante.

«O actual imperador dos francezes não se apoia na responsabilidade de seus ministros; mas a razão disso está no art. 5º da constituição daquelle paiz, que declara o chefe do estado responsavel perante o povo francez.

«O chefe do estado da União Anglo-Americana não depende da responsabilidade ministerial; mas ahi esse chefe é directamente responsavel e sujeito a uma jurisdicção constituida.

«Não ha meio termo: em paiz livre, ou pelo menos não de todo escravo, ou o chefe do estado é responsavel, e neste caso decide e governa como entende, sem necessidade de firmar-se na responsabilidade de seus agentes; ou elle é irresponsavel, e então não ha funcção, não ha prerogativa que possa exercer sem o arrimo da responsabilidade ministerial,

responsabilidade que, ainda não estando expressamente estabelecida, não é menos incontestavel, visto que decorre da indole do systema politico consagrado na lei fundamental do paiz.

« E com effeito, para que os ministros não respondessem entre nós pelos actos do poder moderador, dous artigos, além de outros, fôra preciso cancellar da constituição do imperio, a saber:

« O art. 3°, cujo theor é: « O governo do Brasil é monarchico hereditario, *constitucional e representativo.* »

« E o art. 99, que diz: « A pessoa do imperador é inviolavel e sagrada. Elle não está sujeito a responsabilidade alguma. »

Em uma advertencia preliminar pulverisou o Sr. conlheiro Góes e Vasconcellos diversas proposições dos ministros do imperio e da fazenda quando este anno perante as camaras pretendêrão demonstrar que os ministros nada teem que ver nos actos do poder moderador, mas que não obstante nenhum se recusaria a tomar a responsabilidade desses mesmos actos.

Ao nobre ministro da fazenda fiquei devendo especial fineza pelo empenho que S. Ex. mostrou ter nessa occasião de discutir a preferencia dada ao Exm. Sr. Teixeira de Souza.

Cumpre confessar que é uma descoberta em direito publico constitucional esta singular theoria da responsabilidade ministerial voluntaria !

Os ministros são responsaveis emquanto quizerem ter a generosidade de o ser.

Não é por certo esta nova especie a responsabilidade dogma que o systema constitucional suppõe.

O systema constitucional impõe aos ministros a responsabilidade de autores nos actos do poder moderador.

A nova theoria colloca os ministros na posição dos testas de ferro, conhecidos da imprensa, que se responsabilisão pelo que outros escrevem.

No entanto os expositores da doutrina forão inspirados pela musa da historia.

Professárão a jurisprudencia dos precedentes, pois que é innegavel que, tanto no primeiro como no segundo reinado, os ministros teem sido no imperio do Brasil responsaveis sómente na qualidade de testas de ferro.

A imprensa fluminense fez justiça ao luminoso trabalho do Exm. Sr. conselheiro Góes e Vasconcellos. Eu a acompanho no juizo imparcial que emittiu. E na maior sinceridade reconheço que S. Ex. prestou ao paiz um serviço relevante.

Mas não posso deixar de deplorar que S. Ex., sem duvida porque em minha circular de 28 de abril eu me não exprimisse com a devida clareza, sem nomear-me, pareça emprestar-me opiniões que não professo nem alli estão consignadas, e supponha no meu modo de proceder motivos que me não guiárão.

Não me póde caber a imputação de que eu figurasse a corôa na nomeação dos senadores livre como o pensamento.

Se eu disse que a prerogativa não tinha limitação, motivei essa declaração pela circumstancia de ser o poder moderador o juiz da preferencia que a constituição manda dar ao mais digno, sem que de modo algum negasse a responsabilidade dos ministros pelos actos do poder moderador.

Tambem não disse que, deixando de recahir a escolha sobre um candidato apresentado seguidamente diversas vezes, isso trouxesse dezar á provincia que o apresentava. Menos queixei-me da preterição, considerando-me mais digno do que o nomeado.

Limitei-me a explicar os motivos da minha desistencia, que é tambem um direito, e tão sagrado pelo menos como o que tem o poder moderador de escolher entre os eleitos o individuo que lhe parecer mais digno.

Commemorei as diversas coincidencias segundo as quaes, talvez mal aconselhado pelo amor proprio, que sem duvida engana a muita gente, e me deve ter enganado muitas vezes, acreditei que os collegios eleitoraes, guardadas as conveniencias, havião revelado sufficientemente que ambicionavão a minha escolha.

A provincia podia assim interceder por um individuo que não fosse digno da mercê; mas, se o pediu, houve menospreço no indeferimento. E por isso eu disse:

«Essencialmente mineiro, se me faltão os predicados para ser escolhido senador do imperio, sobra-me patriotismo para zelar o nome e pundonor da minha provincia.» E por isso deixei de apresentar-me.

Se eu me equivocava acerca da aspiração dos dignos eleitores mineiros, cessavão sem duvida o menosprezo e o dezar, mas haveria nesse caso dobrada razão para que eu não solicitasse uma nova eleição.

Por ultimo, é muito expressa e sem restricção mental a declaração que fiz na circular de que sou o mais obscuro e talvez dentre os da lista triplice o que menos serviço tenha prestado ao paiz.

Não se pense, porém, que exagero a modestia ao ponto de admittir que uma cadeira de senador deva estar fóra do alcance de minhas aspirações.

O nome de Theophilo Benedicto Ottoni, se não é desconhecido na briosa provincia de Minas-Geraes, tambem não o póde ser perante a corôa.

T. B. Ottoni em 1845 foi o orador da deputação que em nome da camara dos deputados levou ao imperador as felicitações pelo feliz nascimento de Sua Alteza Imperial o fallecido Sr. principe D. Affonso.

T. B. Ottoni em 1846 foi o vice-presidente da camara dos deputados, que de ordem de Sua Magestade o Imperador teve de ser convidado pelo ministro do imperio para assistir ao baptisado de Sua Alteza Imperial a Serenissima Sra. princeza D. Izabel.

T. B. Ottoni, na qualidade de vice-presidente da camara dos deputados, e por designação especial de Sua Magestade o Imperador, foi um dos seis grandes do imperio que teve a honra de carregar uma das varas do pallio, sob o qual passou o berço de Sua Alteza Imperial do paço para a capella imperial.

T. B. Ottoni é o deputado que de 1845 a 1848 foi apontado pela imprensa opposicionista como chefe da patriotica

maioria da camara dos deputados, bem que seja elle o primeiro a reconhecer que tal qualificação não lhe podia caber em uma camara onde avultavão estadistas e oradores como os Andradas, Limpo de Abreu, S. Torres-Homem, Gabriel Saturnino, Urbano, Marinho e outros muitos.

No entanto:

T. B. Ottoni, insignificante deputado pela provincia de Minas-Geraes, merecia nesse tempo alguma consideração aos seus collegas e aos ministros da corôa, alguns dos quaes lhe fizerão a honra de o ouvir com obsequiosa complacencia mesmo sobre as organisações ministeriaes, como por certo não terá escapado á perspicacia de Sua Magestade o Imperador.

Dadas estas circumstancias felizes para mim, posso lisongear-me que do meu humilde nome subsistão alguns vestigios nas altas regiões da côrte.

Lá, onde se conhece dia por dia a vida dos brasileiros que estão na scena publica.

Lá, onde apparece em notas transparentes a tarifa das consciencias e suas applicações, se sabe perfeitamente que o deputado Ottoni nunca se curvou ou bajulou, e nunca especulou com a politica.

E, portanto, se acaso o ministerio de 10 de agosto, submettendo á consideração da corôa a ultima lista senatoria de Minas, commemorasse alguns dos serviços que tenho tido a fortuna de prestar ao paiz;

Se lembrasse, por exemplo, que o desinteresse e independencia são traços caracteristicos da minha biographia parlamentar;

Se soubesse e mencionasse a parte que tomei na pacificação do Rio-Grande;

Se tivesse um momento de remorsos para accusar-se da guerra ignobil que tem feito á patriotica empreza do Mucury, e penitente confessasse os serviços relevantes que, arriscando a minha vida, arruinando a minha saude e compromettendo a minha fortuna, glorio-me de haver alli prestado;

Não seria do espirito elevado do imperador que poderião nascer objecções pequeninas para que me não fosse expedida

a carta imperial, embora em minha rusticidade não pudesse eu allegar como o cortezão de Philinto:

> Cansados serviços; por vinte annos
> Atio ter cursado os venerandos
> Tijolos de palacio, e feito airosas
> No beija-mão as solitas mesuras.

XIV

Candidatura á camara temporaria

Comecei esta carta dizendo-vos francamente que ia escrever uma circular de candidato.

Nas circumstancias excepcionaes em que fui collocado, minha candidatura para a camara temporaria, que em outros tempos fôra talvez uma velleidade condemnavel, hoje é posição obrigada e um dever de honra.

Acolhidas tão benevolamente como forão minhas ultimas aspirações eleitoraes, censuravel seria não estar eu na lista dos pretendentes, agora que se trata de composição da camara, que é feitura exclusiva do corpo eleitoral.

Se eu não me apresentasse dir-se-hia, e com razão, que, ambicioso vulgar, sómente appetecia deitar-me nos colxões macios dos principes e dos Cesares.

E' por isso que mais empenho faço para obter uma cadeira de deputado.

Sou partidista da eleição do campanario, como foi decretada em 1855.

Quizera para aperfeiçoa-la, que a reforma abrangesse a eleição primaria.

Sem chegar á eleição directa, para ficar dentro da constituição, bem podia dividir-se cada freguezia em tantos quarteirões eleitoraes quantos eleitores houvesse de dar.

A cada quarteirão eleitoral corresponderia um eleitor.

Este processo pelo menos havia de matar um sem numero de fraudes.

E o corpo eleitoral, vera effigie da população, de que assim sahiria regularmente, havia de escolher o deputado que melhor conhecesse as necessidades do districto e melhor o representasse.

Na ultima reforma eleitoral os legisladores infelizmente abstrahirão dos vicios e defeitos da eleição primaria.

Alargárão os circulos e deixárão a designação dos deputados ao capricho irracional das maiorias relativas.

Eis a reforma.

A nova divisão eleitoral da provincia muito me preoccupava, porque do modo pelo qual fosse delineada dependia a minha candidatura.

Tinha-me eu lembrado do campanario, que tive a gloria de erguer no centro das matas do Mucury, onde fiz minha maior residencia estes ultimos annos.

Lembrava-me tambem do campanario do Serro, que abriga o meu berço natal.

E a pia onde bebi as aguas do baptismo.

E o jazigo em que repousão as cinzas de alguns dos meus maiores.

Parecia-me que a lei da contiguidade reuniria, para formar-se o novo districto, os de Minas-Novas e Serro com o da Diamantina, onde affinidades de opinião e de familia animavão minhas aspirações.

E esse era o districto eleitoral que eu ambicionava representar.

Lá mais do que em qualquer outra região de Minas, minha vida está ao alcance da investigação publica.

Lá se sabe que para mim forão sempre sagrados o patrimonio do orphão e da viuva.

Lá se sabe que não são para mim palavras vãs nem os deveres domesticos nem os da humanidade.

Lá os eleitores podem melhor avaliar se o emprezario da companhia do Mucury é um especulador ou um patriota.

E até onde vai a magnitude dos sacrificios a que se sujeitou para dar ao norte de Minas um porto de mar.

Lá, no Serro, em Minas Novas, na Conceição e na Diamantina, minha candidatura estava apadrinhada pelas recordações do campanario.

Mas o decreto n. 2.636, de 5 do corrente mez, se reuniu Minas-Novas e Serro com a Diamantina, mutilou estes dous ultimos districtos, separando sem razão sufficiente freguezias que, a julgar pela benevolencia com que me considerárão nas

ultimas eleições senatoriaes, era provavel que em sua maioria me conferissem o mandato para a camara quatriennal.

Enfraquecida minha candidatura com esta inesperada mutilação, outro recurso não me resta senão appellar para a generosidade dos bons vizinhos que formão o actual 2º districto eleitoral, a que forão adjudicados os eleitores sequestrados dos districtos do Serro e Diamantina.

Foi o 2º districto que me honrou com maior numero de votos nas ultimas duas eleições senatoriaes.

Ainda na eleição de 11 de fevereiro tive a gloria de ser o primeiro votado nos tres circulos em que então se dividia da Itabira, Sabará e Pitanguy.

Tanta benevolencia desculpa, se não justifica, minha apresentação já na ultima hora.

O meu programma está nos antecedentes da minha vida.

Deputado, meus principaes esforços serão para que o systema constitucional seja restituido á sua verdade.

Farei opposição aos ministros de qualquer partido que se subordinarem ao governo pessoal.

Hei de tambem esforçar-me para que cesse o flagello da prisão arbitraria, para que seja abolido o recrutamento forçado, e retiradas aos agentes policiaes amoviveis as funcções judiciarias, que pela constituição só podem caber aos magistrados.

E, dada a opportunidade, procurarei fazer com que sejão levadas a effeito constitucionalmente as reformas a que tenho alludido nesta carta.

Isto pelo que toca ao geral.

O 2º districto eleitoral de Minas tem necessidades especiaes.

Do lado do poente o rio de S. Francisco está reclamando a navegação a vapor, que facilite o commercio das comarcas de Pitanguy e Sabará com as comarcas contiguas e com a provincia da Bahia.

E' objecto de que ha mais de um anno me occupo, na intenção de mostrar-me grato á generosa provincia de Minas, cujo filho me ensoberbeço de ser.

Na Januaria poder-se-hão encontrar as provas desta minha asserção.

Na eleição de 21 de agosto de 1859 um só exemplo de unanimidade appareceu nos collegios eleitoraes da nossa provincia.

Foi no collegio da Januaria, composto de liberaes e conservadores, que todos sem discrepancia me honrárão com o seu voto.

Penhorado por tamanha distincção, despertou-se-me o desejo de ser util aos Januarenses.

Nesse intuito dirigi-me ao honrado negociante da Januaria o meu amigo Sr. Manoel Caetano de Souza e Silva, pedindo-lhe noticias circumstanciadas sobre a natureza e valor do commercio que se faz pelo rio S. Francisco, do Porto do Salgado com as confarcas limitrophes da provincia da Bahia, e sobre a lotação das embarcações empregadas naquello trafego.

As informações não se fizerão esperar e me vierão os dados estatisticos mais completos e satisfactorios sobre o commercio das canôas, e ajoujos usados no caudaloso São Francisco, sobre o numero approximado dos volumes transportados, preço dos fretes, etc.

Confrontadas estas informações com a interessante derrota do Sr. Halfeld, não hesitei em aconselhar o meu amigo Sr. Souza e Silva para pôr-se á frente da idéa da navegação a vapor no rio S. Francisco, do Joazeiro para cima, offerecendo-me para auxilia-lo com a experiencia que tão caro me tem custado no Mucury.

Em carta de 15 de julho ultimo o meu amigo me annuncia que aceitou com enthusiasmo a idéa da navegação a vapor no S. Francisco, que se tem entendido a respeito com os negociantes e capitalistas das villas ribeirinhas na provincia da Bahia, que todos estão adherindo á idéa com o mesmo enthusiasmo. O Sr. Souza e Silva vem ao Rio de Janeiro tratar desse importante objecto.

Resta que antes do apparecimento do meu amigo algum magno charlatão, desses que sabem o geito para conquistar as boas graças da côrte, não obtenha gorda pitança e larga subvenção, a pretexto de ter sido *o pai da idéa e o descobridor da navegação do rio S. Francisco*. São cousas que já se teem visto.

A praticabilidade da navegação a vapor no rio das Velhas é para mim duvidosa; mas na extensão de mais de 200 leguas, entre o municipio do Joazeiro e a cachoeira de Pirapora, acima da barra do rio das Velhas, o S. Francisco comporta vapores de maior lotação do que os do Ohio, nos Estados-Unidos.

E para pequenos vapores tambem, sem nenhuma obra hydraulica, parece que é adaptado o S. Francisco algumas dezenas de leguas, desde o Pirapora até a barra do rio do Pará, na comarca do Pitanguy.

E, hoje que a estrada de ferro de D. Pedro II passou do dominio das utopias para o dos factos, hoje que todos os espiritos positivos já admittem que o cavallo dynamico nestes proximos tres annos terá de desalterar-se nas aguas do Parahyba, é tempo de investigar que partido podemos tirar das incalculaveis riquezas do valle do rio S. Francisco.

Um ramal do braço do sul da estrada de ferro de D. Pedro II póde ir facilmente á villa de Lavras com menos de 30 leguas.

E a estrada de Lavras, aproveitadas algumas dezenas de leguas de navegação do Rio-Grande, franco para bons vapores nessa extensão, é a estrada de todo o valle do rio S. Francisco.

O 2° districto eleitoral de Minas, alongando-se na linha léste-oeste da cachoeira das Escadinhas, no Rio Doce, até as contravertentes do Parnahyba, tem de ser envolvido em doce amplexo pelos dous braços que a razão indica para a estrada de ferro de D. Pedro II.

Antes que o braço do sul se tenha estendido até Lavras o sibilar da locomotiva terá feito decuplicar a actividade e energia dos *yankees* mineiros, que em tão poucos annos improvisárão o rico municipio da Leopoldina.

Quando o braço do norte da estrada de ferro chegar á Leopoldina, o valle do Rio Doce começará a ser devidamente apreciado. Então se conhecerá que as terras que alli jazem incultas teem mais valor do que o ouro do Congo, de Cocaes e da Itabira.

A principal necessidade da população de léste do 2° dis-

tricto está em facilitar-se-lhe os meios de tirar partido das ferteis terras do Rio-Doce.

Decrete-se a rêde futura das nossas estradas de ferro ao menos em relação aos valles do Parahyba, Rio-Doce, Rio-Grande (cabeceiras) e S. Francisco.

Preparem-se caminhos ligeiros, na direcção dos ramaes que devem vir entroncar-se no ramal do norte, e essa vigorosa emigração, que deixa os municipios de Itabira e circumvizinhos para vir enriquecer Itabapoana, Campos e Itapemirim, achará perto onde empregue mais vantajosamente sua actividade e seus capitaes.

Escrevi estes ultimos periodos na intenção de demonstrar-vos que não estou alheio a algumas ao menos das principaes necessidades do 2º districto.

Se obtiver a vossa confiança, de antemão appello para as camaras municipaes, afim de que, na fórma da lei de sua creação, me auxiliem com as indicações convenientes, na certeza de que serão por mim tomadas na mais seria consideração.

Eu sou o primeiro a reconhecer que no 2º districto abundão intelligencias que não hão de deslustrar no parlamento a provincia de Minas.

Sei que aos veteranos da luta politica ahi residentes se associa uma brilhante pleiade de jovens lidadores, cujas aspirações applaudo sinceramente, e que, partidista como sou da eleição do campanario, não posso estranhar que me sejão antepostos.

Conheço mesmo que nestes casos ha impossibilidades moraes, que acato devidamente, porque venero a religião da palavra.

Resumamos, pois:

Expuz sem restricção mental minhas opiniões sobre questões da maior transcendencia.

Disse claramente o que quero e para onde vou.

Declarei estar em disponibilidade e mesmo desejoso de entrar no serviço activo da politica.

Lida esta minha carta, Srs. eleitores, ficareis sabendo quaes são as condições sob as quaes posso ter a honra de incumbir-me de um mandato legislativo por vossa parte.

Portanto, se entenderdes que com as idéas que expendi eu posso, na camara dos deputados, ser de alguma utilidade á nossa patria;

E, se em vosso espirito ainda não está fixado irrevogavelmente o voto que tendes de levar ás urnas:

Aceitarei agradecido um logar entre os mandatarios do 2º districto eleitoral de Minas-Geraes.

Vosso dedicado comprovinciano

O ex-deputado THEOPHILO BENEDICTO OTTONI.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1860.

ENTRE OS BORÔROS

(TRADUCÇÃO DO CAP. XVII DA OBRA « UNTER DEN NATURVÖLKERN ZENTRAL-BRASILIENS » DO DR. KARL VON DEN STEINEN)

PELO

PROFESSOR BASILIO DE MAGALHÃES
SÓCIO DO INSTITUTO

ENTRE OS BORÔROS

I. — PARTE HISTORICA — FUNDAÇÃO DAS COLONIAS (1)

Borôro da Campanha e do Cabaçal. Coroados-Borôros. Confusão na literatura. O pequeno Sebastião. Martius. Fim da lucta e catechese. Rapinagem nas colonias.

Distinguem-se em Mato-Grosso dous grupos de Borôros, os Borôros da Campanha ou da planice e os Borôros-Cabaçáes ou do rio Cabaçal. Os Borôros da Campanha vivem em pequenos aldeiamentos abaixo de Villa-Maria, á margem direita do Paraguai e Jaurú, para o lado da Bolivia; os Borôros do Cabaçal não longe daquelles, ao Norte, nas margens e nas

(1) O que se vai ler é o cap. XVII da obra «Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens» (Berlim, 1894) do dr. Karl von den Steinen. Acha-se alli de pags. 441 a 518, sob a epigraphe «Zu den Bororó». Tendo eu planejado um trabalho sôbre a interessante tribu matto-grossense, com tres representantes da qual um acaso feliz me puzera em contacto por 1909, não podia prescindir das curiosas e fidedignas informações, constantes do forte volume publicado pelo operoso explorador germanico. Mas os meus conhecimentos da lingua allemã não eram tão completos, que me possibilitassem evitar quaesquer enganos em termos technicos, de que não haviam cogitado os lexicographos. Assim, o receio de tornar-me «traditore», que não «traduttore», me levou a procurar o auxilio do erudito professor sr. Theodor Yahn, cujas venerandas cãs se contam como outros tantos serviços prestados ao ensino em Campinas. Devo affirmar, em homenagem ao meu bondoso amigo, que a traducção foi em grande parte feita por elle, cabendo-me principalmente a fórma definitiva, em que ella se vasou. Accrescentei uma ou outra nota e supprimi todas as remissões, que poderiam antes perturbar que facilitar a leitura. Das estampas, apenas se conservou o quadro de arcos e flechas, pois que sem elle se tornaria incomprehensivel o paragrapho relativo ás armas dos Borôros. Como o brilhante 1º Congresso de Historia Nacional approvou a lembrança de se verter para o nosso idioma, além dos escriptos de outros sabios teutões, a acima citada obra de von den Steinen, — julguei do meu dever offertar ao nosso benemerito Instituto o presente trabalho, que ovalá sirva de estimulo aos mais competentes do que eu. — **Basilio de Magalhães.**

cabeceiras do rio desse nome e do Jaurú, ambos os quaes desemboccam no lado direito do alto Paraguai, aquelle juncto a Villa-Maria e este um pouco mais ao Sul.

Estes Boróros não raras vezes foram visitados por viajantes: em 1827 entraram em contacto com a expedição Langsdorff; no mesmo anno, o naturalista austriaco Natterer obteve entre elles uma rica collecção, que hoje se acha no Museu Imperial de Vienna; o conde Castelnau e seu companheiro Weddell, que de 1845 a 1846, em sua celebre travessia pela America do Sul, estanciaram em Mato-Grosso, deixaram-nos um pequeno vocabulario; o engenheiro Rodolfo Waehneldt dá uma intuitiva descripção de taes indios na *Revista Trimensal do Instituto Historico*, t. 27, do anno de 1863; e, finalmente, o colleccionador Ricardo Rohde, que, por 1883-1884, em commissão ethnographica do Museu berlinense, viajou na parte meridional de Mato-Grosso, inseriu alguns dados no caderno n. 1 das «Communicações originaes da secção ethnologica dos reaes museus de Berlim» (1885).

Estes Boróros da Campanha e do Cabaçal são tidos como restos de uma tribu poderosa, que occupava a região entre o rio Paraguai e o rio Cuiabá, vivia em lucta acirrada com os colonos, sobretudo perturbando sensivelmente o commercio entre Cuiabá e Villa-Maria e Mato-Grosso, e se repartia em numerosas e hoje já destruidas sub-tribus.

Por João Pereira Leite, abastado fazendeiro das vizinhanças de Villa-Maria, o qual durante seis annos pelejou com elles, matando 450 e aprisionando 50, os Boróros da Campanha, no segundo decennio do nosso seculo, foram pela primeira vez pacificados e em parte baptizados (2). Os Boróros do Cabaçal, os ordinariamente mencionados, só em 1842 é que foram estabelecidos no Jaurú, «por suave persuasão e presentes», pelo vigario de Mato-Grosso, José da Santa Fraga; mostraram-se, porém, muito rebeldes aos trabalhos ruraes, plantaram só um pouco de arroz, batatas e bananas, e preferiram alimentar-se principalmente da caça, obtida por meio de arco e flecha. Hoje, á margem direita

(2) Como de costume, elle mesmo foi padrinho do cacique, o qual delle recebera o nome e, exhibindo a certidão de baptismo, soberbamente dizia a toda a gente: — «Eu me chamo João Pereira Leite!» (Nota do A.).

do Paraguai, são os Boròros uma decaída e miseravel communhão. Não puderam supportar a civilização por meio de syphilis e cachaça.

De outros Boròros nos fala a historia da colonização da provincia, já nas suas mais remotas epochas. Em 1742, Antonio Pires saíu com um bando de Paulistas e 500 Boròros alliados, para submetter os Caiapós na parte sul da provincia, fez tambem mais de 1.000 prisioneiros, estabeleceu alguns postos militares e deixou alli «uma guarnição de Boròros» (3).

Todos estes Boròros saíram originariamente da região do rio S. Lourenço; da sua parte baixa estes caçadores nomades extenderam-se pela zona sita entre elle e o seu affluente, o Cuiabá, como tambem pela margem direita do Paraguai, que fica defronte da sua foz; ao passo que, depois, tendo saído da parte alta do S. Lourenço, se estabeleceram a Este e Sudeste da provincia, nas cabeceiras do Araguaia, nas contravertentes do S. Lourenço, como vizinhos e inimigos dos não menos fortes Caiapós.

E' difficil comprehender por que razão, a respeito dos Boròros, existia a maior confusão de idéas, tanto entre os proprios Mato-grossenses, como na literatura. Diz-nos Castelnau que os Boròros do Cabaçal eram tambem chamados «Porrudos»; mas «o nome velho do rio S. Lourenço, que ainda hoje elle conserva na parte alta», como ensina o geographo Melgaço (*Rev. Tr.*, t. 47, pags. 459), é «rio dos Porrudos» (4).

Os indios do S. Lourenço são hoje chamados Coroados, — o que provoca confusões. Coroados poderiamos tambem chamar aos indios do Xingú; Coroados havia, antes de tudo, na bacia do Paraná, e ainda outros no rio Xipotó, na divisa

---

(3) Refere-se o A. a Antonio Pires de Campos. Não menciona, entretanto, os Boròros do Rio das Graças, os quaes foram pacificados em 1891 pelo benemerito Candido Mariano da Silva Rondon, hoje coronel, e que então servia sob as ordens de Gomes Carneiro, na construcção das linhas telegraphicas de Matto-Grosso. Os Boròros do S. Lourenço foram pacificados graças á intervenção de Rosa, a «Boròro», como se póde ver na «Revista Brasileira», vol. II, pags. 193-196. (Nota de B. de M.).

(4) O cartucho do penis, usado pelos Boròros, foi que deu logar áquelle nome. Como o habito desse enfeite, egual em todo o Brasil, não produzia por toda parte esse nome, é de suppor que os Paulistas, como dizia a gente, foram aqui provocados a fazer um trocadilho (Nota do A.).

das provincias de Minas-Geraes e Rio de Janeiro, tribus que são de todo differentes pela origem e linguagem, e diversas dos Coroados de Mato-Grosso.

Em Cuiabá, os Coroados, á nossa chegada, eram objecto de interesse geral. Depois de terem passado como os mais ferozes inimigos da povoação rural, em toda a região entre o rio Cuiabá e o S. Lourenço até ás fronteiras de Goiaz, foram finalmente pacificados e estabelecidos, em 1886, em duas colonias militares sitas á margem do S. Lourenço, graças aos exforços do presidente Galdino Pimentel (5).

Mas, nem todas as crueldades, que correm por conta dos Coroados, foram commettidas por elles. Têm sido elles, a tal proposito, confundidos com os Caiapós, que ao Nordeste de Cuiabá fizeram invasões de rapina. Tambem na capital ninguem sabia que os temidos Coroados não eram mais do que ermãos de tribu dos mesmos Borôros, os quaes desde muito tempo viviam em differentes aldeiamentos, ao lado direito do Paraguai, em relações pacificas, bem que em estado de accentuada decadencia. Antes do meiado do seculo XVIII, já eram alliados do fundador de Cuiabá, Antonio Pires, e foram empregados por elle como soldados de guarnição.

Eu fiquei bem admirado, quando Atahualpa, um dos Coroados que foram conduzidos para a capital afim de receber o baptismo, me informou de que elles se denominavam a si mesmos Borôros.

Deste modo, cheguei tambem a decifrar logo outro enigma, que me offereceu a conversação com Atahualpa. Eu tinha acabado de ler um relatorio sôbre alguns Coroados que, em 1859, foram levados presos para Cuiabá (duas raparigas e um rapaz), no livro de Joaquim Ferreira Moutinho, *Noticia da Provincia de Matto Grosso* (S. Paulo, 1869, pags. 425 e segs.), onde achei um vocabulario (pags. 192), que então tractei de comparar com os meus proprios apontamentos. Com grande admiração minha, não concordava nada, mas nada. O auctor tinha colhido as palavras de um rapaz Coroado de Cuiabá, com o nome de Sebastião e que lhe havia contado historias commoventes. « Vamos dar algumas

(5) A presidencia do Joaquim Galdino Pimentel extendeu-se de 5 de Novembro de 1885 a 9 de Dezembro de 1886 (Nota de B. de M.).

palavras que aprendemos delle », e seguem-se 52 palavras copiadas do glossario de Martius, pags. 195 e segs., e oriundas infelizmente dos Coroados do bem distante rio Xipotó, nas fronteiras do Rio de Janeiro, os quaes tão pouco com os Coroados do Paraná e os Coroados de Mato-Grosso nada mais têm de commum do que o infeliz nome portuguez ! Sem o nome, esta deploravel confissão não se tornara possivel (6). Ingenuamente, Moutinho não aproveitou a occasião de informar-se melhor, quando visitou a aldeia da sub-tribu do rio Cabaçal, chamada com razão Borôros, mas não Coroados. Nessa visita, que descreve a pags. 169 e segs., deveria elle ter observado que os indios falavam um dialecto da lingua do pequeno e piedoso Sebastião. Consultou outra vez o seu Martius, e alli, a pags. 14, achou os Borôros e copiou 40 palavras, que effectivamente pertencem aos Borôros do Cabaçal. Tambem aqui podemos descobrir o infortunio da sua fonte. Pois as palavras notadas pela expedição Castelnau não têm, infelizmente, o character portuguez, e sim o francez, em que os diphthongos têm uma pronuncia de todo diversa da dos portuguezes e concordam de um modo tal, como podem concordar duas notas differentes.

Um dos poucos que suppuzeram, com razão, como mais tarde verifiquei, a identidade dos Coroados com os Borôros, foi o barão de Melgaço (7), tão habil presidente (pela primeira vez, em 1851) (8), como geographo de Mato-Grosso. « Os Coroados vagueiam na região das cabeceiras do S. Lou-

---

(6) Conta Moutinho: — « Mostrámos um dia o céu ao pequeno Sebastião. Elle, levantando as mãos em signal de veneração, respondeu-nos humildemente: «tupang» ! (N. B. palavra tupi, que quer dizer « trovão », pelos missionarios explicada como « deus » e adoptada). Mostrámos-lhe o sol, — e elle disse: « obé » (palavra dos Coroados do rio Xipotó, egual a « sol »), inclinando a cabeça em signal de respeito ». Nenhum rapaz Coroado conheceu as palavras « tupang » e « obé », e ainda menos jamais um delles teve aquella devoção tão bellamente descripta por Moutinho. Mas similhantes anecdotas são tomadas pelo leitor incauto como moeda corrente e adquirem valor real. O proprio auctor, na sua ignorancia, não tem idéa da grandissima necedade, que com bom intuito offerece (Nota do A.).

(7) « Rev. Tr. », t. 47, pags. 396. O barão de Melgaço tinha o nome burguez de Augusto Leverger, de origem franceza (Nota do A.).

(8) Augusto Leverger, depois barão de Melgaço, presidiu por trez vezes a provincia de Mato-Grosso: de 11 de Fevereiro de 1851 a 28 de Fevereiro de 1858, de 13 de Fevereiro de 1866 a 2 de Fevereiro de 1867 e de 26 de Maio de 1869 a 12 de Outubro de 1870 (Nota de B. de M.).

renço; nada têm de commum com os da bacia do Paraná; supponho que sejam Borôros». Elle apenas os julgou extinctos.

Devido á confusão que reina no proprio paiz, não podemos extranhar que Martius tenha tido concepções erroneas a respeito dos Borôros. Tracta delles entre os Tupis centraes (9); duvida, porém, e com razão, que representem uma tribu tupi, mas torna-se então victima de idéas singulares que dominaram outróra sôbre a composição de tribus indias e que melhor se externam pela sua expressão predilecta «colluvies gentium». — «E' possivel que em Borôros se comprehendam geralmente indios inimigos, sem determinação certa de nome, e até talvez uma «colluvies gentium», que, sem nacionalidade characteristica e conservada, em lingua, costumes e apparencia physica, dividida em pequenos bandos e sem morada fixa, vagou roubando e matando. Taes hordas salteadoras talvez tenham tido por fundadores individuos de origem tupi. Mas, tendo-se alliado com elles outros indios, transformaram a sua lingua em uma giria de ladrões (!)». Cazal (*Chorographia Brasilica*, pags. 302) menciona duas tribus borôros: os Coroados e os Barbados. «Os primeiros não são navegadores, mas sim caçadores nomades, que, diz-se, vagam ao Sul e Sudoeste da cidade de Cuiabá, em ermos inaccessiveis, nas nascentes do rio S. Lourenço e do rio das Mortes, tributario do Araguaia». — Estas indicações de Cazal são completamente exactas, e tambem elle considerou os Coroados como Borôros. «Entre os Barbados, continúa Martius, deviam talvez estar comprehendidos os Guatos: elles atacaram de vez em quando as bandeiras que iam de Goiaz para Cuiabá e extenderam os seus assaltos até Diamantino. Mas os Guatós nunca chegaram a essas regiões, e vivem ainda hoje como nomades de agua, na região do alto Paraguai; aquelles Barbados provavelmente eram Caiapós ou talvez Borôros».

Naturalmente explica Martius o nome «Borôro» pela lingua geral, ou como «guerreiros inimigos», no entender dos vizinhos, ou como «donos da terra», na sua propria accepção.

---

(9) «Contribuições para a Ethnographia americana», pags. 209 e segs., e pags. 263. Lipsia, 1867 (Nota do A.).

Os Borôros, porém, não sabem nada da lingua geral, e elles mesmos chamam-se assim.

Abstrahindo agora do nome «Coroado», vou relatar alguma cousa sôbre a tal chamada catechese ou conversão dessa tribu borôro, — a qual foi durante longos annos desejada em vão, e que não pôde ser bem succedida, porque as tentativas foram feitas ineptamente. Como ponto de apoio, serviu uma colonia militar á margem do S. Lourenço, que foi estabelecida no fim do 7º decennio (1875-1880) pelo major J. Lopes da Costa Moreira.

Em 1878, o capitão Alexandre Bueno formou uma expedição de 70 indios Terenas, — tribu pertencente ao grupo dos Guanás, — «para expulsar os Borôros». Tinha elle, conforme me asseguraram, a incumbencia secreta de matar a tiro quantos pudesse, e o exito foi-lhe de tal modo favoravel, que pôde exhibir ao presidente um sacco cheio de orelhas. De vivos, apenas trouxe duas mulheres e duas creanças.

No dia 9 de Outubro de 1880, os Borôros atacaram a fazenda de José Martins de Figueiredo, no Bananal (rio Cuiabá), matando diversas pessoas. Apparelharam-se, por isso, ao mesmo tempo, várias expedições contra elles. Foi commandante de uma dellas o alferes Antonio José Duarte; accommetteu este, sem vantagem, uma aldeia, aprisionando cinco mulheres e 12 crianças. Mais não se alcançou. Dizem que nos annos de 1875-1880 os Borôros incendiaram 43 casas, mataram 204 pessoas (134 homens, 46 mulheres, 17 crianças, septe escravos) e feriram 27 pessoas (11 homens, seis mulheres, trez crianças, septe escravos). Quantos Borôros foram mortos, — não se conta. Não ha dúvida que a matança era reciproca. Notou-se geralmente que os indigenas mostraram grande tenacidade na satisfacção dos seus plânos de vingança. Um Brasileiro, que de modo cruel lhes matara duas crianças, foi systematicamente perseguido durante quatro annos, até que finalmente o aprisionaram e despedaçaram, como merecia. Nos seus ataques usavam de toda a previdencia, espionando durante dias e semanas, até offerecer-se a occasião de estarem poucas pessoas no sitio. Viajantes escoteiros, elles os deixavam escapar; acontecia, porém, si queriam estabelecer a sua pou-

sada, de noite, serem impedidos por gritos que saïam do mato: — « vá embora ! » Não viam ninguem: mas, caso não obedecessem, podiam esperar uma flechada. Em Fevereiro de 1881, foram mortos pelos Borôros, na Forquilha, a 10 leguas de Cuiabá, dous homens e septe crianças e penetraram aquelles indios até Urubú, perto da fábrica de polvora, a cinco leguas da capital.

O alferes Antonio José Duarte, que já mencionei, alcançou finalmente a feliz modificação desse estado insupportavel. Fez voltar com ricos presentes mulheres aprisionadas, e prometteu mais regalos, si os homens se approximassem; e desse modo se obteve feilzmente a conciliação. Em Janeiro de 1887 elle levou para Cuiabá cêrca de 400 Borôros. Havia de apresentar-se então um singular movimento nas ruas da cidade. O que mais agradou foram as crianças, que se mostraram muito selvagens e foram comparadas a pequenos jaguares, « sómente unha e dente »; as mulheres saltavam as cêrcas dos jardins e trepavam, conforme o seu costume, nas arvores para apanhar fructos.

A provincia exultou de contentamento. Avaliaram-se os indios, com a acostumada exaggeração, em 10.000 almas, e imaginaram-se estes 10.000 individuos como trabalhadores ruraes e de engenho. O Govêrno immediatamente poz á disposição da catechese 70 contos de réis, e a burguezia contribuiu voluntariamente com 3 contos de réis, o que tudo juncto, naquelle tempo, importava em 140.000 marcos.

As despesas, dentro em pouco, subiram a 118 contos de réis.

Os indios foram estabelecidos em duas colonias: uma, na confluencia do Prata com o S. Lourenço, foi chamada « Teresa-Christina », do nome da imperatriz; a outra, na foz do Piquiri com o S. Lourenço, foi chamada « Isabel », do nome da princeza imperial, esposa do conde d'Eu. O presidente tambem fundou um « Collegio de N. S. da Conceição », para educação dos filhos dos indios, — um collegio que nunca teve alumnos.

Toda aquella gente foi solennemente baptizada pelo bispo, sendo padrinhos o então presidente dr. Alvaro Mar-

condes (10) e sua esposa; o cacique Moguiocúri, de quem adeante falaremos, — magnifica figura indigena, com effeito, — com 1m,90 de altura, e, apesar de alguma brutalidade, um bondoso typo, — recebeu o nome de Alvaro. O seu christianismo, porém, limitou-se á lembrança desse nome por alguns dias.

« Moguiocúri, — assim se expressou o *Jornal do Commercio*, em uma carta de Cuiabá —, parece inteiramente identificado com a questão da civilização de sua tribu; frequenta assiduamente o palacio para visitar o presidente e offerecer-lhe presentes; mostra a maior sympathia para com elle, e o chama de *padrinho*, beijando-lhe a mão, sempre que o vê. Todas as vezes que encontra o presidente, manifesta a sua alegria com muitas risadas e repetidos abraços. »

Difficile est satiram non scribere. E' mesmo muito difficil. O bom do Moguiocúri certamente tinha a melhor intenção, conforme o seu raciocinio e enquanto não lhe faltaram presentes. O indio, o official, o fornecedor, cada qual quiz enriquecer á vontade, — eis o que foi a catechese. O govêrno fornecia os meios a mancheias, e o que se conseguiu foi unica e simplesmente que as inimizades, de que ambas as partes estavam egualmente animadas, cessassem. O christianismo, o habito de trabalhar, o ensino da juventude, — a minha penna recusa-se a escrever essas bonitas palavras. O dinheiro destinado aos indios serviu só, com certeza, para acabar com esta magnifica materia-prima humana. O alferes Duarte, director de Teresa-Christina, era effectivamente, como disseram os Cuiabanos, « o deus dos Coroados »; dava-lhes tudo o que pediam, e tornou-os mansos por meio desse methodo simples, que não lhe custava nada, e pelo qual deixava ganhar os negociantes, conforme os conhecidos systemas de calculo.

O numero dos indios, aos quaes o Estado paga por cabeça, é naturalmente indicado como muito grande, e a isso ajuncta-se o consideravel ganho que o official percebe do soldado raso, o qual é obrigado a comprar delle ou do fornecedor por

---

(10) O dr. Alvaro Rodovalho Marcondes dos Reis presidiu a provincia de Mato-Grosso de 9 de Dezembro de 1886 a 16 de Novembro de 1887 (Nota de B. de M.).

elle contractado. Não só os generos fornecidos pela cidade ou pelas fazendas ao longo do caminho para a colonia eram na colonia mais caros para o pobre soldado do que na cidade para o burguez; a farinha, o feijão, o toucinho custavam o dobro!

Tomei nota dos seguintes preços (1.000 réis egual a dous marcos):

	Cidade	Colonia
1 litro de farinha	$100	$200 !
1 litro de arroz	$160	$300 !
1 litro de feijão	$160	$300 !
1 kilo de toucinho	$800	1$500 !
1 litro de sal	$200	$500 !
1 maço de phosphoros	$320	$800 !
1 garrafa de aguardente	$400	2$000 !
1 calice de aguardente	$080	$250 !
1 kilo de carne verde	$200	$200
1 kilo de carne secca	$400	$500
1 arroba de carne secca (11)	3$000	8$000
1 kilo de matte	$400	1$000 !
1 rapadura	$120	$250 !

O soldado recebia 600 réis de etapa diaria, o que, devido áquelles preços, era pouco para elle e sua companheira. De soldo recebia mensalmente 5.000 réis, além de 5.000 réis de gratificação.

«Eu bem sei, — disse um dos presidentes, — que Duarte descobriu uma California». Mas tambem o presidente não podia modificar cousa alguma. Logo que adquire uma certa orientação, tem que deixar o seu posto, e, quanto mais queira oppor-se á administração ruim, tanto mais rapidamente vem a sua substituição, porque todos os que com isso ganham são seus inimigos. Não vale a pena entrar na questão principal, — si o soldado brasileiro, inclusive o bom e honesto, é capaz de resolver a certamente não facil tarefa de fazer que os indios sejam um elemento util da collectividade.

As paginas seguintes hão de mostrar-nos isso.

---

(11) Deve ser êrro typographico. O exacto será 6.000 réis, correspondente do preço de kilo immediatamente acima citado (Nota de B. de M.).

II. — QUADROS DA CATECHESE

Ao S. Lourenço (Primeiro encontro com os baptizados de Cuiabá. Viagem). Os habitantes (Clemente) e a situação da colonia. Vestuario á européa. Modo de cultivar o campo. As nossas impressões. Briga e lucta feminina (Maria). Distribuição de carne. Lamentações nocturnas. Oração da tarde. Escandalo com Arateha. Sexta-feira da Paixão. Lamentação pelos mortos. Sabbado da Alleluia (judas). «Caiapós». Ameaça de destruição da colonia. «Eschola». Os ermãos inimigos. Disciplina. Chegada de Duarte. «Voluntarios da Patria». Almoço e serenata.

Ao S. Lourenço. — Já em Julho de 1887 podiamos examinar os primeiros Borôros; Duarte havia trazido alguns, para que fossem baptizados. De outros tomâmos conhecimento no principio de Março de 1888. Estavam descalços, porém no mais vestidos á burgueza, e traziam ao pescoço um cordão com um papel verde do tamanho de um cartão de visita, que encerrava o seu novo nome: Atahualpa, Montezuma, José Domingos, etc. José Domingos tossia fortemente; disseram-me que se havia constipado no acto do baptismo. Debaixo do vestuario traziam todos o seu habitual cartucho de palha; logo que se achavam fóra dos muros da cidade, despojavam-se de tudo, embrulhavam as preciosidades, e ficavam sómente, por poucos dias, com o seu cartão verde ao pescoço, — como lembrança da conversão.

Eram rapazes altos e corpulentos, com testas salientes, sem sobrancelhas e pestanas. Mostraram grande contentamento pelas cousas bôas de Cuiabá, onde foram tractados com excessivo carinho, sendo sómente de notar que lhes deram bebidas alcoolicas, em logar de guloseimas doces. A sua principal alegria era o *chapéu-claque* de Guilherme; saudaram-no á maneira de urros de urso, com risadas de *hu, hu,* e batiam no hombro de Guilherme, em signal de applauso. Em nossa casa queriam sempre beber e comer mandioca ou *tapira* (que

significa carne de vacca e não tapir) (12), ou então dormir ou enfeitar-se. Em toda parte achavam amigos; e quando, juncto a nós, estavam á porta da rua, cada negra que passava dizia alegremente, acenando com a cabeça: — « Oh ! compadre ! Como vae, compadre? »

No dia 14 de Março de 1888 partimos para Teresa-Christina, pois não podiamos visitar Isabel. Duarte ainda tinha de demorar-se algum tempo em Cuiabá, e pretendia ir mais tarde. Fomos accompanhados pelo bakaeri Antonio e os dous camaradas Carlos e Pedro. As mulas estavam, como sempre, em tão bom estado, que nos serviram de animaes de sella. O nosso primeiro alvo, a velha colonia militar, está situada a 16º-32'-6'' de latitude Sul, e a 0º-59'-9'' a Leste de Cuiabá, sôbre a margem direita do S. Lourenço, quasi em direcção Sudeste para Cuiabá. Tivemos de passar alguns affluentes do rio Cuiabá, subimos a chapada e chegámos, a 18 de Março, ao meio do caminho, que é a fazenda « S. José », numa altura de 555 ms. sôbre o pateo da cathedral cuiabana. Ao Sudoeste della, estão situadas as fazendas do « Cupim » e « Palmeiras », que abastecem principalmente as colonias. Do outro lado de « S. José », a região não é habitada; o estabelecimento é uma pequena casa branca, cercada de muros, como si fosse uma fortaleza, e apparece na grande solidão occupando uma depressão do solo com declives cobertos de relva e nada mais. No riacho, cujas margens eram juncadas por muitas palmeiras buritis novas, havia uma unica, mas alta arvore. Era preciso ter coragem, para morar e trabalhar alli. Fóra dos muros de « S. José », quasi quasi nada, durante o trajecto, lembrava as pelejas contra os Borôros. Sómente de vez em quando chamavam a nossa attenção apertados e baixos caramanchões, que eram compostos de definhadas arvoresinhas do sertão; tinham sido feitos por soldados, afim de se abrigarem durante a noite. Passando campos horrivelmente desertos, chegámos, a 19 de Março, aos primeiros affluentes do S. Lourenço, que tinham poucos metros de largura. Deparou-se-nos no ribeirão Prata uma

(12) « Tapira » é uma das rarissimas palavras que os Borôros tomaram de emprestimo ao « abanheen »; mas, si na lingua geral a anta (« Tapir americanus ») é chamada « tapira », não o é entre os indios do S. Lourenço, que lhe dão o nome de « ki » (Nota de B. de M.).

aprazível paisagenzinha, que nos lembrou a floresta, o viçoso prado e a linha argentina do riachinho do nosso lar. Esta impressão foi apenas contrariada por algumas palmeiras novas e pelo thermometro, que obstinadamente marcava para a refrescante, «gelada agua», 22°,8. No dia 21 de Março descêmos do terraço do planalto, passando pinturescas rochas de renito, e pela tarde alcançámos os laranjaes da colonia militar, onde passa, com uma largura de 127 ms., o matagoso S. Lourenço. Fomos muito hospitaleiramente recebidos pelo commandante, capitão Serejo.

No dia seguinte chegámos a Teresa-Christina. Está situada para cima da margem direita, não pouco abaixo da barra do Prata; mas o S. Lourenço faz fortes curvas e a região florestal é tão pantanosa, que o viajante é forçado a dar uma grande volta.

Avistámos então: — uma extensa roça coberta de magro mato, no qual se distinguiam muitos cepos velhos e varios troncos de pau, uma porção de baixas e quadrilongas cabanas com tectos de sapé dispostos immediatamente por cima da porta, tudo monotono e triste, côr de palha e barro, cercado de matas e de um rio consideravel, além do qual apparece o perfil de uma floresta viçosa, deante de uma cadeia de collinas. — Eis o que era Teresa-Christina.

O representante de Duarte, que nos recebeu com muita cordialidade, era o cadete Elyseu Pinto d'Annunciação. Cadetes, no Brasil, são aspirantes a official (geralmente filhos de funccionarios publicos e de officiaes), que servem desde soldado raso e cuja promoção depende de protecção. Nosso Elyseu tinha o posto de sargento e disse que seria logo alferes, si eu no Rio me empenhasse por elle. Era um bom e consciencioso homem, que poderia ter sido util, si tivesse tido o direito de agir, consoante com a sua opinião. Um segundo cadete, — official subalterno, — chamava-se Caldas (13), moço de aptidão musical e, mediante uma gratificação, mestre dos rapazes boróros. Elle tambem tinha formado um

---

(13) José Augusto Caldas era alferes em 1899, anno em que publicou o seu «Vocabulario da lingua indigena dos Boróros-Coroados» (Cuiabá, typ. «d'O Mato-Grosso»), pequena brochura de 44 pags., dedicada á memoria do tenente-coronel Antonio José Duarte (Nota de B. de M.).

vocabulario, e era portanto, alli, o representante da arte e das sciencias. Ainda havia outro cadete, Joaquim, um boticario e o administrador Ildefonso. Mas para mim a personagem mais importante era Clemente, que tinha 28 annos, dos quaes passara trez em captiveiro entre os Borôros. Seu pae, Manuel Pedroso de Alvarenga, morava juncto a Peixe de Couro, affluente do Piquiri, que desembocca no rio S. Lourenço. Em Septembro de 1873 os Borôros assaltaram alli cinco crianças, que tomavam banho: duas foram mortas, uma escapou e duas foram aprisionadas, — Clemente e um ermão menor. Contou-nos elle que se lhe haviam amarrado as mãos deante dos olhos, e, assim, até chegar á aldeia dos indios, passou cinco dias sem parar. O ermão morreu logo. E elle em 1886 foi restituido pelos Borôros. A esse tempo, porém, já elle mesmo se havia tornado borôro: não só andava nesse trajo com arco e flecha, não só havia exquecido quasi totalmente o seu portuguez, mas tinha tambem, como pude em proveito proprio observar, soffrido no seu modo de pensar e de saber uma educação puramente india. Por outro lado, nesse interim, tinha bastante aproveitado da sua lingua materna, para poder servir-me de interprete prestimoso. Infelizmente deixou antes de nós Teresa-Christina, porque lá «não se aprendia nada». Até os officiaes não sabiam nada. No seu lar, dizia elle, havia um homem que era capaz de curar todos os doentes e de abrir qualquer fechadura.

Situação da colonia. — A casa principal da colonia tinha por plano um rectangulo comprido e muito estreito. Consistia em uma porção de compartimentos de terra chã, com paredes de pau a pique e tecto baixo de palha; as portas abriam todas do mesmo lado para o pateo. O mobiliario limitava-se a uma mesa, cadeiras e caixas. De um lado ficava o quarto de Duarte, com uma janella, sem porta para fóra; em seguida vinha o refeitorio, onde Caldas, ás vezes, dava aula de manhã, e que servia geralmente para as reuniões, com uma porta para o pateo e outra para o lado opposto; á esquerda estava a entrada para o quarto de Duarte, e á direita uma porta para a dispensa, que era tambem deposito de cachaça, e cuja chave, nas relações com os indios, representava um grande papel. Depois, viam-se outras portas para

o pateo, um pequeno cubiculo destinado aos soldados presos, o qual estava sempre occupado e cujos habitantes haviam de ficar na rede, mais um quarto para Elyseu e o administrador, e ainda armazens. O boticario possuia uma bem provida guarnição de venenos em uma casinha sita defronte, a poucos passos. Os soldados moravam em pequenos ranchos, dispostos parte em direcção ao rio e parte á beira da floresta. Em redor achavam-se as cabanas dos indios, feitas com tectos triangulares que chegavam até ao solo, de seis passos de largura e 10 a 13 de comprimento; estavam ao abrigo do sol e algum tanto contra a chuva. Eram muito simples, e cada uma servia para uma familia.

No meio da colonia havia um grande pateo. Ahi se elevava o tal chamado ranchão, o *baito* dos indios, de 10 passos de largo e 26 de comprido. Tambem este, apesar de feito com o auxilio dos soldados, não tinha arte; as paredes lateraes consistiam em paus roliços, negligentemente revestidos de folhas de palmeira, distanciados de modo que quasi em toda parte offereciam entrada. Os lados estreitos quasi sempre eram abertos.

Os moços solteiros trabalhavam e dormiam no *baito*. Este era tambem o centro das festividades, principalmente para entoar os cantos de caça, para as dansas e para as lamentações pelos mortos, bem como para as deliberações. Para as mulheres a entrada era livre, e, conforme havemos de ver, ellas ás vezes eram levadas para lá á fôrça.

As cabanas quasi todas avançavam até á bocca da mata. Estreitos atalhos conduziam para lá; logares para servir ás necessidades corporaes, mesmo da maneira mais primitiva, tão pouco existiam nas habitações como em Cuiabá, e, como na cidade para esse fim se procuravam os pomares, na colonia para isso servia o mato. Rio acima estava a olaria, donde tiravam o barro; ahi havia um forno, que nunca foi utilizado. O pouco de plantação achava-se numa clareira. De animaes só se viam poucos cachorros e gallinhas, pertencentes aos soldados, e algumas araras vermelhas dos indios. Tambem vagavam nas proximidades alguns urubús. As rezes a abater eram laçadas no campo pelos vaqueanos.

Tambem as mulas andavam soltas, sendo só procuradas para o serviço e para a verificação do seu numero.

Existiam na colonia mais ou menos 50 Brasileiros, ajuntando-se-lhes as suas companheiras; poucos eram mais claros que os Borôros e muitos eram mais escuros. Avaliei o numero dos Borôros presentes, inclusive mulheres e crianças, em cêrca de 200. Porém um bando tinha ido fazer uma excursão de caça e Duarte levara consigo uns 20 para Cuiabá. Avaliando alto, a somma total importava em 350, officialmente em 450. Diz-se que, no comêço, eram muito mais, — e Elyseu avaliou-os um dia em 1.000. Effectivamente, tambem Clemente contava que se haviam apresentado alli os Borôros de todas as aldeias. Assim, vemos que os «10.000», de que se falava em Cuiabá, eram imaginarios.

VESTUARIO Á EUROPÉA. — A primeira impressão que recebemos dos Borôros era essencialmente diversa da que tinhamos dos ordeiros e activos indios do Xingú. Não tanto a respeito da falta de vestuario. O cacique Moguiocúri, sim, andava quasi sempre só de camisa, raras vezes de calças; só o bruto cacique Arateba é que andava sempre de camisa e calças; de noite e em dias mais frios, gostavam de embrulhar-se nos seus cobertores; algumas mulheres, principalmente as que tinham relações intimas com os dirigentes da colonia, distinguiam-se pelo uso de camisas de côres e desenhos bizarros, paletós e saias; porém os mais ou menos vestidos de ambos os sexos constituiam excepção. Os homens traziam um cordão á cinta e o cartucho de palha, as mulheres um cordão ou cinta feita de casca (*Bastbind*) (14). Os dous sexos gostavam de enfeites para o pescoço e o peito. Mais tarde relatarei as particularidades. A Moguiocúri dei uma peça preciosa, que lhe agradou bastante: — uma camisola turca bem vermelha, bordada de arabescos e de mangas largas que um dia, em Dusseldorff, servira a um mascarado. O sempre risonho gigante offereceu, nesse elegante trajo, um aspecto muito engraçado.

«Que é que havemos de fazer?», queixava-se o ca-

---

(14) Ao cartucho, denominado «bá», e á cinta de casca, chamada «codobie», refere-se von den Steinen pormenorizadamente, mais adeante (Nota de B. de M.).

pitão Serejo, na colonia militar. Quando a grande turma embarcou para Cuiabá, tinham-se-lhe arranjado 430 vestuarios. A isso ainda em Cuiabá se junctaram muitos. E, quando os indios voltaram, de tudo isso não restava nada. Em primeiro logar, por terem os negociantes fornecido fazenda ruim, muito fina e mal fabricada, que lhes era impossivel vender; depois, porque os vestidos eram muito apertados e curtos, as camisas não fechavam sôbre o largo peito, e as calças rompiam-se; e, finalmente, porque os Borôros tractavam os presentes da civilização com o mais solenne pouco caso. Logo que se sentiam incommodados, arremessavam-n-os fóra; quando precisavam de um sacco para carregar carne ou peixe, utilizavam-se para isso de suas coberturas e camisas. Em redes, de que cortavam pedaços, e em toalhas de mesa, — um original presente brasileiro para indios nús, — envolviam os seus corpos untados. Elles mesmos não usam de redes, e dormem sobre esteiras. Nem por sonho pensavam na lavagem da roupa; as camisas ficaram da côr de barro, como os seus corpos, o chão e as cabanas.

Os bons Borôros eram em demasia tão carinhosamente tractados, que os nossos modestos artigos de troca eram mal vistos por elles. Já eram tão conhecedores, que só pediam machados norte-americanos. De maior apreço lhes foram as nossas contas (de vidro), mas tambem a respeito disso as mulheres eram bastante caprichosas, e, sem ceremonia, indicavam as que não lhes agradavam, com a tristissima expressão portugueza, que a catechese tinha geralmente vulgarizado, — « Porcaria ! » ou « Merda ! », a não se lembrarem do companheiro « Diabo ! ».

Agricultura. — Os Borôros devem roçar e plantar ! Practicamente, os officiaes ficavam satisfeitos, quando conseguiam salvar as plantações dos saldados contra os Borôros. Logo que os indigenas se apanhavam de posse dos machados, divertiam-se em abater os piquis, para não terem o trabalho de trepar nessas arvores e colher-lhes os fructos. Na colonia militar havia um bonito cannavial: era preciso pôr-lhe um guarda, para evitar a devastação. Os indios, porém, faziam excursões nocturnas e achavam meios de occulta-las e de illudir os seus protectores, pois, sem quebrar as plantas, dei-

tavam-se por terra e chupavam com satisfacção as cannas. A plantação de mandioca foi tambem completamente pilhada; as mulheres, acostumadas a desenterrar raizes no mato, arrancaram os arbustos novos, revolvendo applicadamente o solo á procura das raizes. A' tribu caçadora faltou toda a comprehensão de um plantio regular, mas sobremodo a paciencia de esperar pelo desenvolvimento da raiz.

O problema de impedir essas devastações não podia ser bem resolvido pelos soldados. Essa tarefa teria sido difficil mesmo para outros homens que não agissem sob commando e que não tivessem desejos egoisticos, mas sim que agissem espontaneamente, tendo por mira o fim humanitario e exemptos da propria cobiça. E os indios perceberam muito bem que — viver e deixar viver — era a unica parola dos seus educadores; que tudo, que se precisava, era fornecido por parte do govêrno; para elles, que deixaram com muito prazer o seu passado guerreiro, logo que este não tinha mais utilidade, e que temiam tanto os Brasileiros como estes a elles, — para elles a colonia importava em nada mais do que uma existencia commoda e alegre, com poucas obrigações, que consistiam em trabalhar um bocadinho e em fornecer concubinas aos capitães brasileiros. Um cego poderia ter visto que elles eram os verdadeiros donos da colonia, e não o alferes *Diuate*, cujo poder se limitava, pela dura necessidade, a tracta-los com excessivo carinho.

As nossas impressões. — Antes de dar systematicamente as nossas observações vou enunciar, conforme o meu diario, as scenas mais notaveis da vida e da actividade dos indios e de seus mestres, scenas que se desenrolaram á nossa vista.

24 de Março. — Comiamos no nosso refeitorio, juncto á porta. Durante a refeição, havia um continuo vaevem; o pequeno commodo, de vez em quando, regorgitava de visitas, apesar de nos acharmos alli bem apertados. A lingua usada era um extranho borôro-portuguez. O borôro predomina geralmente nos dictos jocosos, isto é, os substantivos necessarios, e de cujo numero os Brasileiros conheciam poucos, ligam-se, com estereotypica monotonia, a duas duzias de expressões pronominaes, adjectivas, adverbiaes e algumas

verbaes, e mesmo os indigenas, notadamente as mulheres, accommodam-se de boa vontade a esse « Pidgeon-Borôro ». Personagem principal é o cacique Arateba, em estado de bebedeira chronica; a este deixa-se um prato com restos. O eterno feminino tomava a deanteira; as amigas dos senhores recebem os seus pratos, e, quanto mais barulhentas e desembaraçadas se portam, tanto mais alegre se manifesta o enthusiasmo.

Hoje appareceu de repente, proferindo termos baixos, a mais moça das mulheres de Moguiocúri, personagem alta, espadaúda e que parece desprezar toda e qualquer vestimenta. Trazia na mão um feixe de mandioca, que atirou furiosa aos pés de Elyseu. De facto, hoje, no rancho dos homens, nós extranhámos o geral preparo de mandioca: a plantação outra vez havia sido pilhada, antes do desenvolvimento da raiz. A Xantippe de Moguiocúri parecia ser accusada injustamente do furto; outros lhe haviam dado a mandioca. A briga crescia cada vez mais e durou até á noite. Estavam frente á frente dous partidos inimigos. A maior bulha era feita por Maria, ermã de Arateba, a qual de ordinario representava entre as indias o papel mais importante. Maria tinha sido amasia de Duarte, e correu o boato de que ella havia recebido delle uma saia grande e um chapéu de plumas; em todo caso, agora, ella andava no seu trajo nacional. Era uma rapariga baixa, robusta, viva, de olhar scintillante, mas aos nossos olhos mediocremente bonita. Quando no interior da cabana tinha a contenda chegado ao auge, decidiram termina-la por uma lucta corporal. Precipitaram-se para o pateo; parecia que a Xantippe era o juiz. Com abundancia de palavras e gestos, poz ella as trez mulheres de um lado e em frente a Maria. Uma das trez avançou com um formidavel salto, e Maria contra ella. Abraçando-se, começaram um duello feroz. Mas, dentro de poucos minutos, formaram ellas o centro de um espesso grupo de curiosos e de combatentes, — grupo que se ennovelava ao longo das cabanas; era um espectaculo exquisito, os homens rindo, pulando e fóra de si de contentamento, e as mulheres berrando á porfia, enquanto as contendoras se pegavam pelos cabellos e se engalfinhavam. Finalmente,

separaram-n-as á força; mas, então, o berreiro adquiriu maior vehemencia, gritando muitas contra muitas. Era principalmente uma velha quem dominava tudo com a sua voz estridente. Caldas, que via com pesar que a sua companheira de tenda, tambem luctadora, tinha o peito rasgado, empurrou para lá o grande cacique Moguiocúri. Com immensa tranquillidade entrou no torvelinho, e, de subito, fez-se completo silencio. O seu poderoso e formidavel braço poz de uma vez para o lado as trez perigosas mulheres. Maria, que decididamente tinha perdido, não disse palavra; estava alli com olhos entristecidos, de braços cruzados sôbre o peito offegante, enquanto uma sua partidaria, lhe compunha o cabello desgrenhado. Descontentes procuravam ainda avivar a tempestade; mas as risadas de Corona dominavam. Separaram-se e, em corrida triumphal, foi levada por trez mulheres a ruidosa velha.

Sacudindo a cabeça, encaminhámo-nos para o nosso rancho, mas de lá tivemos que retroceder, por causa de um barulho infernal. Os soldados estavam dansando com as mulatas e indias ao bello luar, e faziam musica com sanfona, pratos e garfos, — expansão de alegria em toda parte!

Voltei ao rancho dos homens; dous delles faziam exercicios athleticos. Agarraram-se por debaixo dos braços e, fortemente encurvados para a frente, ficaram por muito tempo nessa posição; até que, de repente, um delles tentou, com a perna ou o calcanhar, fazer dobrar a perna do outro, afim de derriba-lo; foi, porém, suspenso pelo adversario, e perdeu. Pequenas fogueiras ardiam ao longo da casa. Os homens estavam deitados com a cabeça sôbre pedaços de pau, um ao lado do outro, em fileira, para dormirem alli fóra; proseavam e mascavam canna, atirando em curva os bagaços para trás. Divertiram-se muito, quando me sentei de cócoras junto á fogueira, notando as suas palavras. A um lado, não longe das fogueiras, tambem dormiam casaes; tambem crianças corriam e brincavam alegremente, até alta noite, no pateo.

Distribuição de carne, 26 de Março. — Uma administração provecta acharia no modo da distribuição dos viveres um meio excellente para acostumar os indios á ordem.

Mas ninguem pensa em uma justa proporção, nem a respeito das provisões, nem a respeito de outras cousas. Tudo corre arbitrariamente. A barbara scena da distribuição do *tapira* (15), isto é, do boi, é espectaculo repugnante. Geralmente são abatidas duas rezes, e em Mato-Grosso a carne de vacca é um genero immensamente barato. Não ha meio mais commodo para os Brasileiros. Os pedaços de carne e os ossos são amontoados sôbre um couro deante da casa; os indios, homens, mulheres e meninos, em parte munidos de cestas, ficam ao lado, á espera. Um dos cadetes dá o signal, — e todo o bando precipita-se sôbre a carne e os ossos, como uma alcatéa de lobos. Era um espectaculo tão nojento, que me tirou o bom humor, ao passo que muitos assistentes o apreciaram com grande alegria. O idiota Diapocúri, typo de cretino, foi quem mais prendeu a attenção geral: com selvageria animal, o idiota, representante do rancho dos homens, conquistou trez pedaços enormes, e, de olhos brilhantes, levou-os com um grunhir triumphal, enquanto a baba lhe escorria pelo mento. Si isto tivesse sido um gracejo, embora rude, vá lá; mas não: — este é o systema regular e habitual. O indio, com isso, fica rebaixado a um estado que já havia transposto na sua vida de caçador, desde tempos immemoriaes; pois um dos fins capitaes da instituição dos *báris*, isto é, homens-medicos (como veremos), era evitar a discordia na repartição das presas, bem que esse problema, em verdade, seja resolvido por ficarem elles com os melhores pedaços.

Lamentações nocturnas. — Noite a noite resoam, pelos menos de quatro ou cinco cabanas, as lamurias de algumas mulheres. São esposas de caçadores, cuja volta é esperada dentro de poucos dias. *Bábela bábela bá... bába eh* ! Os queixumes prolongaram-se até alta noite; é quasi impossivel dormir. Têm elles um fim determinado. Contam as mulheres que, quando deitadas, o sonho lhes revelará o regresso dos seus homens. Na manhã seguinte, porém, é que de facto o sabem. Presentemente ellas se occupam um tanto mais com esse

(15) «Tapira» é gado em geral e especialmente o vaccum. «Carne de vacca» é «tapira-côdo»; quando fresca ou verde, chama-se «tapira-eñ»; e quando secca, «tapira-coduki». «Boi» diz-se «tapira-medo»; e «vacca», «tapira-arêde» (Nota de B. de M.).

thema, por ter morrido a mulher de um dos ausentes, o indio Coqueiro. No rancho dos homens tinham posto o panno vermelho dos mortos, um vaso e as duas conchas de trabalho da finada; dous *báris* entoavam um longo canto lugubre, enquanto ao fundo se avistava uma porção de mulheres entristecidas.

Oração da tarde. — A's oito horas da noite realiza-se a « reza », a Ave-Maria dos soldados. Hontem observámos mais exactamente esta funcção, e, para aprecia-la collocámo-nos deante da porta do xadrez, quando o corneteiro deu o signal. Pouco a pouco, reuniram-se 32 homens, ao lado da sentinella permanente, na casa principal, e arranjaram-se á vontade em duas fileiras, grandes e pequenos mixturados, com fardas differentes, cada um munido do seu fuzil-Comblain. A lua cheia derramava a sua branda claridade sôbre os exquisitos rapazes. A' frente estavam dous cadetes: enquanto um delles lia os nomes á luz de uma vela, o outro picava tranquillamente uma canna, chupando os pedaços. Logo que era chamado um nome, o dono respondia com um « prompto ! », ora alto, ora baixo, conforme o temperamento. Com surpresa, ouvimos de repente o « prompto ! » tambem por traz de nós, com uma voz sepulcral, que saía do carcere; atravez de uma fresta da porta, viamos com prazer, pela sombra movediça, como o malfeitor se balançava na rede, dentro do xadrez bem allumiado. Após a chamada, a gente se descobriu, cantando, ou, melhor, berrando, sobresaindo uma voz clara:

— « *O' Virgem da Conceição, Maria Immaculada, vós sois a advogada dos peccadores, criaes todos cheia de graça, com o vossa feliz grandeza, vós sois dos céus princeza, do Espirito-Sancto esposa. Maria, mãe de graça, mãe de misericordia, rogae Jesus por nós, recebae* (!)*-nos na hora da morte ! Senhor Deus, pequei* (?), *Senhor, misericordia ! Por vossa mãe. Maria Sanctissima, misericordia* (16). »

Os indios, que, por acaso, passaram, não só gritaram tambem « prompto ! », como ainda tomaram activamente parte

(16) Versos burlescos:

« O' Virgem da Conceição,
Maria Immaculada,
Pagae o nosso soldo,
Deixae de caçoada ! » (Nota do A.).

na cantarola; lá dentro de casa, Caldas exercitava-se na rabeca. Finalmente, ajoelharam-se todos, inclusive a sentinella, e tambem o cadete com a canna. Os Borôros não faziam mais caso deste acto, que lhes era muito conhecido. Porém uma hora mais tarde appareceu deante da nossa porta uma duzia de rapazes, cantando (a melodia certa, as palavras, afóra o começo, incomprehensiveis e confusas): — « *Oh! Sancta Maria, mãe de graxa!* » — abraçando-se alegremente e pondo-se numa linha sem ordem.

Lá pelas nove horas, ainda Moguiocúri se apresentou perante os cadetes, exigindo cachaça. Para variar, este cacique, « totalmente identificado com a civilização da sua tribu », vestia uma camisa vermelha de mulher e um paletot de linho branco; insistiu porque fossem buscar a chave da despensa, e afinal recebeu a sua garrafa. Elle não era menos feliz, quando, de vez em vez, para o mesmo fim acordava os senhores, a horas avançadas da noite.

Escandalo com Arateba. — Este, como sempre totalmente bebado, ainda clama por mais pinga; desta vez, porém, a celebre chave foi-lhe recusada. Então, alarma elle com os seus berros e injurias a colonia inteira, corre para o rancho e volta com duas « espadas » ! Dando furiosas pranchadas no ar e cambaleando de um lado para outro, apenas ameaça. Arranca primeiro a camisa, depois as calças, e atira esses objectos aos pés do pobre Elyseu; depois, dirige-se aos soldados, que alli estavam vadiando, e cobre-os de injurias, bem como aos seus superiores. Quer ir-se embora, e isso comnosco, por lhe haverem negado a cachaça. Afinal, volta cambaleando para casa.

Sexta-Feira da Paixão, 30 de Março. — A sentinella traz a espingarda com o cano voltado para baixo. As carabinas dos outros soldados jazem extendidas no chão. As companheiras dos soldados dirigem-se para o cimiterio, em trajes domingueiros bem engommados, levando cruzes e velas. Abre-se a cadeia: saem dous presos, um dos quaes, um negro alto, tem ás costas um surrão, — sacco de couro que lhe serve de mochila, — e á mão o *coxó*, violino dos sertanejos, que alegremente repinica. Os caçadores voltaram com grande carga, trazendo em seus cestos uma porção de caça; Coqueiro,

o recem-viuvo, ainda permanece na colonia militar. Mas o cadaver de sua mulher já foi exhumado. Os ossos, já limpos, foram á noite trazidos do rancho dos homens, dentro de um cesto; ao lado está um novo cesto, para o qual elles devem ser removidos na occasião dos funeraes proprios, e tambem alli está um pote com agua. O local conserva-se no escuro, apenas mal allumiado por algumas brasas que ardem e que servem para os fumantes accender os cigarros. Muitos homens, mulheres e creanças estão commodamente extendidos no chão. Os cestos, porém, bem como o pote, estão rodeados, em semi-circulo, por vultos acocorados, com o *bári* no meio: entoam um monotono, mas alto canto de lamentação. O *bári* sacode incessantemente a matraca (17), uma cabaça cheia de pedaços de conchas; a sua voz, trémula e baixa, sobresae com forte *pathos* entre a de todos. Não cessa de cantar e de sacudir a matraca, até lhe faltarem a voz e a mão; então, emmudece, e, tremulamente, deixa a matraca ir parando; ha uma pequena pausa, durante a qual, no seu extase, elle ligeiramente leva um cigarro á bocca, chupando com força a fumaça e tragando-a. De novo canta e agita a matraca, e nesse entretanto continúa a fumar; até que, após uma pequena meia hora, está cumprido o dever. Deixam todos o ranchão, vagando por fóra, tagarellando e rindo, como quasi todas as noites. Ainda se ouve nas cabanas o barulho de socar milho, alli e acolá arde uma fogueirinha, allumiando um grupo pinturesco, canta-se, faz-se ruido, os rapazes agarram-se brincando, namorados vão e vêm, — enfim, festas por toda parte, sómente com a differença de abundar a quantidade de tendas, em que os selvagens devoram coelhos e adoram as estrellas.

Sabbado da Alleluia. — No dia seguinte á Sexta-feira da Paixão, celebra-se no Brasil o tal chamado Sabbado da Alleluia. Ao meio-dia, acaba o lucto geral e transforma-se num alegre desenfreiamento: em toda parte estalam tiros; o traidor Judas, pendurado a uma arvore, é injuriado e despedaçado.

---

(17) A esta matraca, correspondente ao «maracá» dos Tupis, davam os Borôros o nome de «bápo», e, quando menor, cheia de sementes de cuietê («amegtia»), chamavam-lhe «bápo-rôgo» (Nota de B. de M.).

Na colonia, o começo da Alleluia é annunciado ás oito horas da manhã, por terem, antes, de abater uma vacca e um porco. O rio subiu, não se póde pescar por causa da enchente, afim de se fazerem provisões para a Paschoa, e o transporte da carne cessou. O bom do Elyseu, com toda a seriedade, desculpa-se perante nós de ter sido forçado, pelas referidas circunstancia, a marcar o fim da Paixão; nós o tranquillizámos, mostrando-lhe a differença do tempo com Jerusalem. O Judas está pendurado numa arvore nova, a 1 ½ metro de altura do chão: fato de algodão branco, botas elegantes, mas apertadas, mascara de papel, faces pintadas de vermelho com urucú, barba e cabello feitos de cabellos de mulheres indias, com enchimento de cavacos «*Cabatá?*», («Que é isto?»), — perguntam os admirados Boròros. Judas tem na manga direita um sabre de pau; de uma algibeira sobresae o gargalo de uma garrafa de cerveja; um pedaço de papel mettido no paletot — é o testamento do traidor. A's oito horas, porém, os soldados, bem asseiados nos seus uniformes de linho branco, desfilam; olhos europeus haviam de extranhar os pés descalços. Elyseu está munido de uma faixa vermelha. O cozinheiro mette um cartucho na barriga de Judas: — ouve-se um estalo, sae fumaça, e Judas começa lentamente a queimar-se. O corneteiro entoa uma fanfarra; nesse interim, dão-se trez salvas, e, nos intevallos, ajunctam-se á musica as lamentações penetrantes que saem de uma das cabanas; os indios, que aqui se acham em turmas compactas, tapam os ouvidos, de certo pensando no tempo em que ouviam nas suas matas o estampido dos tiros. Moguiocúri e seu filho, que ainda o excedia em altura, apresentam-se para tambem atirar umas flechas nos destroços do Iscariote. Os soldados retiram-se; em toda parte dão tiros; até os nossos camaradas não podem resistir a essa tentação; do largo do pateo da cozinha, onde haviam abatido um porco, ouve-se barulho infernal; a alegria reina em toda parte: — Alleluia!

Caiapós! — As exequias pela mulher de Coqueiros, — ceremonia cujos pormenores ainda hei de dar, — caíram numa segunda-feira depois da Paschoa (1º de Abril); nós, hospedes, continuámos sempre a admirar estes curiosos contrastes, que cada dia da vida agitada da colonia apresentava aos

nossos olhos. Apenas haviam cessado as lamurias, apenas foi levado o cesto funeral, — deu-se nova agitação. Os Boróros suppuzeram ter percebido no mato dous Caiapós, que elles chamam de *Caiámo*. O inimigo figadal nas proximidades da colonia ! Deixar a colonia immediatamente, á noite, — parece incrivel, — era a senha geral dos indios. Os soldados ficaram alarmados; expediu-se uma ronda, que devia dar uma duzia de tiros no recanto suspeito da mata. Deste modo, tranquillizaram-se *si et in quantum*; mas o grande cacique Moguiocúri, o terror de Mato-Grosso, pousava, para maior segurança pessoal, não com as suas duas mulheres e crianças, e sim com Elyseu.

Tambem em a noite de 2 para 3 de Abril tudo ficou em vigilia. Os nossos amigos indios levaram-nos ao ranchão, convidando-nos a tomar parte numa sessão que tinha por fim animarem-se com musica, na esperança de uma victoria sôbre os malvados Caiapós. No começo lá estivemos de pé e dansámos, enquanto no meio havia um velho cacique, que cantava e sacudia fortemente a matraca; tapando a bocca com as mãos concavas, bradámos tambem um surdo *u, u*... dobrando os joelhos ao compasso. Reparando como com isso os Boróros ficaram consolados, continuámos por algum tempo nessa maneira. Os nossos homens trabalhavam no escuro; sómente de quando em quando deitavam palha ao fogo, e as sérias visagens ficavam por momentos vivamente allumiadas. A dansa durou meia hora. Depois nós nos sentámos, rodeando o velho matraqueiro, que tremia muito pelo excessivo exfôrço e bebia agua em fortes goles. Haviamos de levar-lhe o vaso á bocca, pois sem isto elle não podia conseguir o seu intento. Então, todos nós ficámos possuidos de nova coragem; o veneravel ancião explicava, em tom meio cantarolado, o objectivo da sessão, e o nosso grande côro respondia-lhe encantado: — « *uakina* ! », isto é, « muito bem ! », ou rindo grosseiramente « *hâhâhá* », ou resolutamente ameaçador « *uh*... », conforme o temperamento.

No dia 3 de Abril chegou ao auge o enthusiasmo patriotico contra o inimigo invisivel. Estavamos numa refeição, quando, de subito, vimos correndo impetuosamente 10 a 12

Borôros, em trajes selvagens. A frente delles achava-se Moguiocúri, bebado, com a cara afogueada, vestido com a minha camisola turca, armado, ou, por melhor dizer, carregado de arco, flechas, mão de pilão e pesado machado sem cabo; atraz delle, José Domingos, com o rosto e o corpo pintados de fuligem, sacudindo um bonito arco enfeitado com pennas de ema, tendo amarrado no pulso, para proteger-se contra o resaltar da corda, um cordão de cabellos pretos, e trazendo ligado ao corpo nú, com uma tira de couro, um oscillante sabre; o resto dos heróes, com identico apparato bellico, — e, *last not least*, o idiota Diapocúri. Este infeliz imbecil tambem se havia besuntado todo de fuligem, e sôbre o cranio pathologico trazia um cordão de cabellos pretos, á maneira de trança chineza. Pendia-lhe das costas comprido facão de cozinha, e com a dextra vibrava um porrete no ar; similhante a um possesso, articulando sons confusos, cabriolava, com gaudio de quantos se achavam á mesa. Os temiveis guerreiros saíram então á procura dos rastos dos Caiapós. Retornaram logo: como não tivessem encontrado vestigios dos inimigos, parece que então os bobos ganharam juizo, — e assim terminou o episodio.

No ranchão dos homens, desde o romper da manhã, tinham estado em muita actividade. Pela tarde, até ao escurecer, uns 12 Borôros divertiam-se em pintar festivamente para a noite o cabello, a cara e o corpo, com tinta muito vermelha; e lá fóra occorria, logo ao crepusculo, outra scena. Tinham levado para fóra da cabana uma criança de dous annos, que desde 24 horas estava agonizando, e cuja morte os *báris* tinham predicto. Estava ella ao collo da mãe, rodeada pelos «homens-medicos» e parentes, que soltavam lamentos. Por traz da mãe estava acocorado o pae, que por alguns momentos ficou sem mexer-se; depois, — justamente quando um dos espectadores fez luz, para accender o cachimbo, — levou um cordão á roda do pescoço da pobresinha, e assim a prophecia dos curadores rapidamente se cumpriu. Levantaram-se todos immediatamente, excepto a mãe; os *báris* foram buscar os seus enfeites de pennas e as suas matracas, e começaram a dansa funebre com o estridente cantico: — «*aroé...*, *aroé...*».

Mas a festa interna e a ceremonia funebre externa do ranchão foram de subito medonhamente interrompidas, quando se ouviram dous tiros do lado do mato. Atirava-se alli outra vez contra os Caiapós! Um homem, a quem a bebedeira fizera dormir, os tinha visto e ouvido gritar! Acordado, deu o grito de alarma, que teve como consequencia um enorme alvoroço. Elyseu chamou os soldados ás armas; em pouco tempo, o pateo ficou repleto de homens, carregados de arcos e flechas, de mulheres, que nos seus cestos haviam arrumado todos os seus haveres portateis, conduzindo ainda crianças e empurrando outras adeante de si, e de rapazotes, que geralmente estavam tambem armados. Sómente não saïu do seu logar a mulher com o pequeno cadaver ao collo; e alguns dansantes, tendo á cabeça uma grande roda, feita de vermelhas pennas de arara, batiam os pés, cantavam e matraqueavam sem cessar, ou, depois de ter tomado parte na celeuma geral, voltavam promptamente aos seus deveres.

A multidão, em grande alvoroço, rodeava a casa principal. Alli estavam os soldados em longa fileira; os cadetes e funccionarios mal e mal supportavam o apêrto, e ninguem podia ouvir bem a propria palavra. E era noite escura. Os exaltados exigiam que fossem removidos para a outra margem do rio, antes da chegada dos Caiapós; toda a multidão estava prompta para saïr. Felizmente, porém, não tinham animo de separar-se dos soldados. Era uma effervescencia tal, que não se sabia si os cinco sentidos funccionavam. Pouco a pouco a agitação foi arrefecendo. Mais alto resoava o solenne *aroé* dos dansantes, os moços e as raparigas, pintados de vermelho, procuravam as suas pousadas no mal allumiado ranchão, e a multidão, que se apinhava no pateo, dividia-se em pequenos aggrupamentos; alli e acolá lobrigavam-se na escuridão achas ardentes, e, ao clarão de uma fogueira, avistavam-se horrendos arcos e flechas, cestos, os enfeites de pennas dos cantores, e, acocoradas e deitadas, pessoas de todas as edades e sexos, sôbre cujos robustos corpos o contraste de luz e sombras, no momento em que eram allumiados, produzia effeitos singulares.

Na repartição principal da colonia, todos os aposentos estavam cheios: em casa de Elyseu, de Caldas e do admi-

nistrador, em toda parte havia mulheres e creanças, com todas as trouxas, em redor da mesa e sôbre ella e em todos os cantos, — similhando uma grande porção de immigrantes amontoados numa estação ferroviaria. Algumas das mulheres mais moças e bonitas davam na vista pela posse de travesseiros brancos. Os brasileiros zombavam dellas e consolavam-n-as; — «*Caiámo bakimo*», «os Caiapós não valem nada!» Os indios gabavam-se de que não tinham medo, entesando os arcos e baixando-se á maneira de espiões, para espreitarem o inimigo. E, nesse interim, esmolavam fumo e cachaça.

Mais uma vez deu-se grosso alarido: disseram que um Borôro tinha sido morto por um Caiapó, perto das ultimas casas! Trouxeram um homem com a testa machucada: a esposa, desesperada, precipitou-se sôbre elle para examinar a ferida. Nós fizemos o mesmo. Uns pares de gottas de sangue, uma pequena contusão; o ferido relatou que, no acto de espiar, fôra attingido por um pontudo osso de boi. Si foi má brincadeira de algum amigo frivolo, ou si o projectil era destinado a um Caiapó, — isso ficou segredo daquella noite sinistra.

Pelas 11 horas da noite, julgámos ser tempo de retirar-nos. Não havia mais novidade em espectativa. Os cadetes jogavam cartas, os caciques estavam muito embriagados. Lá fóra tambem se havia feito silencio. Os soldados haviam-se recolhido, e ao seu lado estavam as respectivas mulheres, deitadas sôbre pelles. O funebre pranteio continuava; no *baito*, completa escuridão.

ESCHOLA. — Observemos agora um quadro mais pacifico. Os meninos borôros tornaram-se meus amigos especiaes. Delles aprendi os melhores termos da lingua. Mostravam-se muito vivos, ousados, mais ou menos como pequenos *neger-boys*, e primando sôbre a juventude civilizada da Europa em subtileza physica e espiritual. Gostaram muito do seu papel de mestres meus e incitavam-me incessantemente a tomar apontamentos: — «*Poiedie papéra!*» (18) mais ou menos

(18) Conforme o que ouvi dos Borôros, o certo é «poghédje», que tanto significa «continue», como tambem «outra vez» ou «novamente». A palavra «papéra» é a adaptação phonetica do vocabulo portuguez «papel». (Nota de B. de M.).

« Continue no papel ! » A elles principalmente devo o conhecimento dos prefixos pronominaes para as partes do corpo, que variam para cada pessoa, e bem depressa se tornou o seu *sport* favorito o declamar na sua lingua — « meu nariz, teu nariz, nosso nariz, vosso nariz, seu nariz », em todas as variações. Nomeadamente revelava intelligencia o pequeno diabrete, que figura no meio da estampa n. 128. Tambem no nosso allemão elle sempre descobria borôro. Usámos da expressão « papageienmaessig »; immediatamente ouvimos a exclamação « *papagaima !* » (19) « vamos tomar banho ! » Quando, uma noite, Ehrenreich se dirigia á lua com as palavras do dr. Faust, recitando o verso « In deinem Thau gesund mich baden », o tratantinho accompanhou immediatamente « *itáu, akáu, áu* », isto é, « meu cabello, teu cabello, seu cabello ». Esta brincadeira era tanto mais original, quanto o cadete Caldas, seu *magister,* que tambem devia fazer um trabalho sôbre a lingua borôro, declarava que os prefixos pronominaes americanos, que eu procurava, eram mentiras e invenções dos rapazitos, conforme a linguagem das gallinhas.

Elle sustentava isso, por ser muito teimoso em suas opiniões. Expressava-se tambem desdenhosamente em relação ao nosso asserto de que a lingua latina era uma lingua morta, porque esse idioma era falado no Egypto... Mas, peior era quando elle affirmava que *Müller* (sabe Deus donde lhe veio o conhecimento dessa unica palavra allemã !) era palavra franceza, e insistia nisso, apesar do comico desespêro de Ehrenreich, que, como filho da Athenas do Spree, em face de um ataque tão inaudito ao « Guia de informações » de Berlim, offendia a base do seu pensar e sentir.

Si Caldas, que, pelo ensino aos rapazitos borôros, recebia uma gratificação, aprendia pouco dos seus discipulos, estes certamente ainda menos aprendiam delle. E' verdade que os marotos não gostavam de frequentar a aula: no comêço, nem appareceram lá; mais tarde, capitularam, quando alguns paes

---

(19) « Tomar banho » é « aima », cuja primeira pessoa plural do imperativo é « pagaima » (de « pâghi », nós). Em « papagaima » ha, evidentemente, o prefixo intensivo « pá », que é a syllaba inicial do pronome acima citado. (Nota de B. de M.).

curiosos tambem tomaram assento na eschola. Eram, enfim, muito desattentos. Eu pensava que as creanças deviam aprender em primeiro logar os nomes portuguezes das cousas mais conhecidas, — plantas de cultura, animaes, utensilios, — que haviam de contenta-los e que elles espontaneamente me perguntavam. Eu pensava mais si elles não haviam por fôrça de aprender a ler..., mas não vale a pena insistir no meu modo de pensar, é melhor restringir-me ao meu papel de relator.

Cada um dos rapazes tinha na mão uma folha de papel, manuscripta por Caldas. Liamos — *al, el, il, ol, ul, bal, bel, bil, bol, bul, dal, del, dil, dol, dul,* e assim por deante, pela pagina inteira. O mestre lia-lhes linha a linha, que os alumnos tinham de reproduzir. Durante horas assim se exercitaram elles, sacudindo alegremente o seu papel e dizendo: — *bal, bel, bil, bol, bul, dal, del, dil, dol, dul,* etc. Durante alguns mezes não passaram além disso. Caldas mesmo parecia perder a paciencia e perguntou-nos tres vezes quantas horas eram durante o pouco tempo em que assistimos ás suas licções. Dous paes borôros estavam sentados a um canto, murmurando de vez em quando, não sem alguma devoção: — *bal, bel, bil, bol bul.* Entre as minhas notas linguisticas acho o seguinte: — os Borôros me disseram «elle ensina a ler os rapazes»; a phrase é, em traducção litteral, conforme o verdadeiro objectivo, «elle ensina os meninos a olhar no papel». Caldas, porém, esperava obter logo melhores resultados; os rapazes, dizia elle, eram um bando malcreado, que, antes de tudo, devia aprender a obediencia. Elle, até então, os tinha castigado, batendo-lhes com a regua nos dedos, quando estavam desattentos. Agora, porém, possue um mais aperfeiçoado systema de *palmatoria,* que nos exhibiu em dous exemplares: tinham ellas a fórma de colhéres de pau, mas com uma peça terminal chata, circular, e esta, — nisto é que consistia o melhoramento, — era perfurada como uma peneira; dizia Caldas que o ar, penetrando pelos buracos, augmentaria a dôr. Esperava, pois, que as novas palmatorias vingassem bem e que os rapazitos chegassem pelo menos ao *xal, xel, xil, xol, xul.* Em nosso tempo, o resultado era sempre *dal, del, dil, dol, dul.*

Os ermãos inimigos. — No dia 9 de Abril, Arateba tornou a fazer, no estado de bebedeira, mais uma das suas proezas. Furioso, derribou a cabana de uma viuva, que lhe não quiz satisfazer aos desejos. Aquelle trabalho foi-lhe de facil execução, apesar do perigo de a cada arranco, cair de costas. Seu ermão e dous previdentes amigos carregaram-n-o aos hombros, levando-o para o seu rancho. Alli, durante um quarto de hora, foi tomado de um ataque de chôro; levanta-se, porém, depois de irrigado com agua fria, e apparece deante da casa do commandante. Como um leão que ruge na jaula, elle passeia alli de um lado para outro, desafiando o ermão para a lucta e injuriando-o muito perante o povo. O ermão avança para elle, e, acurvado, saltita algum tempo deante delle; em seguida, engalfinham-se furiosamente. Arateba, por quatro vezes, é derribado ao chão. Então Maria, sua ermã, intervem resolutamente e segura-o com tanto vigor, que elle não póde mexer-se. São levados os ermãos para direcções oppostas. Da choça de Arateba sai de novo uma gritaria selvagem e outra vez apparece o cambaleante bebado: — tem a physionomia de um verdadeiro criminoso, e, além disso, a cabeça rapada, — e penetra na cabana onde esconderam o ermão. Golpes retumbantes, gritos medonhos, briga geral. A excitada multidão, em cujo meio se destaca a figura de Moguiocúri, vem para fóra: alguns luctam corpo a corpo, Arateba é outra vez posto em terra, as mulheres precipitam-se então accesamente no torvelinho. Maria subjuga o bebado, este é arrastado para fóra, todos riem-se, voltam para o ranchão, e alguns dizem, não sem razão: — «*Piga pega!*», isto é, «*a pinga é coisa má!*» (20).

Disciplina. — Estando taes scenas na ordem do dia, não se podia evitar que ellas exercessem influencia nefasta nos soldados. Estes andavam irritados, por terem de fazer todos os trabalhos, ao passo que os indios vadiavam; por terem de pagar a garrafa de cachaça a 2$, isto é, cinco vezes

(20) «Piga» é simples corruptela do vocabulo portuguez «pinga». A' similhança do duplo significado dos termos tupicos «poxi» e «poranga» (aliás, em nossa propria lingua «bonito» é um derivado de «bom»), — «pêga», em boróro, serve para indicar as ideas de «mau» e de «feio», assim como «peméga» ou «pemegáre» tanto quer dizer «bom» quanto «bonito». (Nota do B. de M.).

mais do que o preço da cidade, ao passo que os indios a recebiam de graça, para beber á vontade; e, finalmente, porque tinham de frequentar o xadrez, em consequencia dos seus delictos, ao passo que os indios podiam impunemente gritar á cara dos officiaes um insultuoso — «*filho da... !*» No mais, o bom do Elyseu, que não podia modificar o systema, era innocente, — até era, por exemplo, tão indulgente, que perdoou a um homem que sôbre elle avançara de faca em punho. O soldo, naturalmente, era gasto no jôgo de cartas. Um tinha perdido 100.000 réis no «vinte-e-um» e no «trinta-e-um», quando chegou o dia do pagamento. Não tendo mais dinheiro, vendiam por uma bagatella todos os trastes da casa.

O odio contra o administrador concentrou-se em uma pequena rebellião, quando um dos camaradas foi preso por causa da calumnia de que o dicto administrador lhe havia feito á companheira propostas deshonestas, promettendo dar-lhe um vestido novo do seu armazem. Queriam os rebeldes assaltar o carcere e matar Ildefonso a tiros. Conseguiram acalma-los, fazendo-lhes vêr que Duarte ia regressar logo e então decidiria a contenda. Ildefonso, porém, está muito exaltado. Disse elle que tinha apenas dado «bons-dias» á rapariga; outróra, não o negava, tinha-lhe feito cousas como a de que era accusado; mas, agora, para elle, «a mulher era ideal».

Chegada de Duarte. — No dia 11 de Abril, mais ou menos ao meio-dia, muito celeuma e grande agitação: — *Diuâte ! Diuâte !* Chegavam do mato, — não ha opereta que represente cousa mais bonita, — 14 Borôros, um atraz do outro, descalços, em trajo branco-sujo, rodeado de bainha vermelha, com claros chapéus de palha de abas largas, debaixo dos quaes ondulava o opulento cabello preto, com grossas borlas vermelhas e fitas vermelhas soltas com o disticho «Colonia Teresa-Christina», sabres com talins e copos enfeitados, grandes e redondas botijas de cachaça, de vez em quando um guarda-sol aberto. E atrás Duarte a cavallo, e trez caciques montados em mulas, com o uniforme azul-marinho de galões vermelhos de u'a mão de largura, que contrastavam bastante com os pés nús, trazendo a espingarda na mão, e sôbre a manga uma brilhante rodella de latão com os dizeres «Vo-

luntarios da Patria». Viva da. Carmina, a presidenta (21) Pois nisso consiste a catechese da exma. sra.! Os robustos rapazes, é verdade, tinham um porte garboso, quando caminhavam aos raios do sol, e marchavam *recta via* para a casa principal; iam, com grande seriedade, sem siquer desviar a vista da linha recta, pois nem lançavam uma olhadela de lado para as suas ululantes mulheres e creanças, que pareciam loucas de alegria.

Ainda no refeitorio conservavam a mesma solenne attitude. Nós, os extrangeiros, estavamos sentados em bancos, postos ao redor da mesa e junto ás paredes, em grande contraste com os barulhentos e desnudos filhos da brasilea tribu. Havia notadamente quatro mulheres, que se lamentavam de modo a causar dó, relatando, com os rostos banhados de lagrimas, os acontecimentos desfiados desde a separação; a mais exaltada rasgava a pelle do peito, braços e pernas, torcendo em vastos queixumes o ensanguentado corpo côr de barro amarello aos pés do esposo, que, em seu trajo theatral, estava tesamente sentado no banco.

A 12 de Abril, accompanhando com atrazo de um dia o director da colonia, chegaram dous enormes carros carregados de generos, puxado cada um por duas duzias de bois. Para os soldados houve, então, uma mudança: — na ordem do dia da vespera publicara-se que de então em deante cessava a venda da cachaça, principalmente porque, no momento da entrada do tenente, foram encontrados muitos bebados.

Almoço e serenata. — Depois de regulados taes negocios, Duarte só no dia seguinte foi que verdadeiramente recebeu os cumprimentos de boas vindas dos seus subordi-

---

(21) O coronel Francisco Rafael de Mello Rego presidiu a provincia de Mato-Grosso desde 16 de Novembro de 1887 até 6 de Fevereiro de 1889. «Da. Carmina» era a expressão cariciativa com que era conhecida alli, pelo povo e pelos selvicolas reduzidos, a esposa do referido presidente, d. Maria do Carmo Mello Rego. Muito se interessaram ambos pelos fetichistas do S. Lourenço. A «Revista Brasileira» (vol. III, fasc. 13 e 14), inseriu um trabalho do então general Mello Rego sôbre os «Indios de Mato-Grosso: os Boróros-Coroados» e já antes estampara um excellente escripto de da. Maria do Carmo Mello Rego, intitulado «Rosa, a Boróro» (vol. II, 1895). No mesmo anno, dera ella á publicidade um pequeno opusculo, «Guido», consagrado á memoria de um menino boróro, que adoptara como filho, dando ahi curiosas informações sôbre os costumes daquella tribu singular. As suas monographias «Lembranças de Mato-Grosso» e «Artefactos indigenas de Mato-Grosso» são, respectivamente, de 1897 e 1899. (Nota de B. de M.).

nados. Em primeiro logar, houve ao almoço bom vinho do Porto. Este era em abundancia, apesar de o tomarem dous cadetes num copo só. Duarte era muito morigerado, por causa do seu figado. Ao vinho seguiu-se uma collecção de garrafas de clara cerveja extrangeira, cujo rótulo nos lembrou a patria distante: a *brasserie* era em Hanover. Seis brindes celebraram a Duarte como soldado do Paraguai, como pae de familia, etc., etc. Havia sempre novos motivos para elogios, a todos os quaes elle respondia com o seu amistoso — « obrigado ! ».

Esta sessão, porém, era apenas um preludio da serenata: Caldas com violino, Duarte com guitarra, Ildefonso com o coxó. Foi uma noite linda e alegre, que nos encheu do mais alto respeito pela fôrça para beber por parte dos Brasileiros; nunca eu poderia pensar que nos seus sertões houvesse dessas cousas. Duas grandes caixas de cerveja foram totalmente esvaziadas, antes de chegar a vez da cachaça. Ainda mais infinita era a correnteza dos discursos. Eu fiz o meu brinde ao fundador da catechese dos Borôros, o presidente Galdino Pimentel, de quem não foi a culpa de que mais tarde ella entrasse numa senda falsa, e assim evitei o dilemma de mentir ou de offender inutilmente. Duarte, então, tomou a palavra e falou muito bem. Estava descontente com o govêrno; era por conta do « govêrno ingrato » o que ainda faltava para o aperfeiçoamento da colonia. Considerava tambem um êrro que Elyseu ainda não estivesse promovido, porém elle mesmo tinha tido razões de dissuadir o govêrno de mandar o seu joven amigo para a colonia « Isabel », porque poderia acontecer que este, por uma unica falta, prejudicasse toda a sua carreira ! — De facto, era admiravel para um observador imparcial ver como os cadetes confiavam no paternal cuidado de Duarte, — cuidado que a elle mesmo aproveitava, — e como lhe pareciam ser inteiramente dedicados. Avaliei pouco mais ou menos em 30 ou 35 os brindes dessa noite, dos quaes pelo menos 20 consagrados ao bem estar de Duarte. Muito engraçado era o bom do Elyseu. Primeiro, incumbiu o palavroso Ildefonso de falar por elle; depois de algum tempo, porém, elle mesmo se levantou, começando resolutamente: — « Não tendo a devida intelligencia... ». De

então em deante, fez até corajosamente muitos brindes, começando sempre com a desculpa de que não possuia a necessaria capacidade intellectual, e pedindo, toda vez que terminava, a *coadjuvencia* dos presentes, para vivarem, « debaixo de todo o enthusiasmo », successivamente varios membros da familia de Duarte, a esposa em Cuiabá, o ermão e principalmente a filha mais velha. Quanto mais tomavam cerveja, tanto mais solennes e serios ficavam os discursos. O boticario era poeta, sabia muita cousa de flores de toda especie, e comparava o grotesco sargento Joaquim com um botão, e celebrava a mulher, a qual, — primeira parte, — devia ser considerada uma criança, mas, para elle, — segunda parte, — era uma divindade, que para nós, os homens, sempre seria um mysterio insondavel. Ao mavioso accompanhamento da guitarra, recitou Caldas umas inspiradas poesias; as bellas palavras succediam-se muitas vezes com uma incrivel presteza, e do mesmo modo as nossas impressões tinham de variar do delicado ao pathetico, do forte ao meigo. Apoderou-se de todos uma commoção profunda. Duarte foi abraçado como um pae, Elyseu ajoelhou-se deante delle, pedindo-lhe a benção, ao que, porém, o pae brandamente se recusou, com um — « isso não, meus amigos ! ».

Ainda não me referi aos Borôros. Estes, porém, não faltavam de modo algum, e estavam alli bem a geito. Vi, pela primeira vez, um soberbo cacique indio desarrolhar uma garrafa de cerveja allemã. A miude, serviam-se elles com prazer do succo da cevada e da canna, tomando muito mais do que podiam supportar. Frequentes vezes, entresachavam com a sua tagarellice os discursos sentimentaes, o que a ninguem incommodava, levantavam as suas garrafas ao tinir dos copos, tocando-as tambem, e não se cansavam de abraçar-se cordialmente. Moguiocúri tambem tomara assento alli, entoando uma canção ruidosa e tocando guitarra, cujas cordas elle arrancava como um tapir que empurra bambús. Faltavam á serenata sómente mulheres indias. Mas duas moças, já desde o comêço, tinham sido levadas por Moguiocúri para o quarto de Duarte, que ficava ao lado do refeitorio. Na manhã seguinte, alli chegaram á janella, para serem admiradas, com pentes de tartaruga nos cabellos, correntes de

plaquet ao pescoço, com pulseiras côr de rosa, e honestamente vestidas de compridas camisolas, que eram estampadas de enormes e variegadas figuras de ramos de palmeira.

Aqui talvez posso eu fechar o meu caleidoscopio: — havia de ser sómente uma repetição de quadros. Até á nossa saida, no dia 18 de Abril, não tivemos occasião de observar que as nossas desfavoraveis primeiras impressões fossem causadas pela ausencia do director da catechese. Pelo contrario. Duarte ia tomar banho, dava um passeio á olaria, ou fazia cousas similhantes; no resto do dia, deixava-se ficar no seu quarto, onde tambem sempre se viam muitos Borôros. Todos esmolavam. Uns ganhavam alguma cousa, outros nada. Bebados havia sempre entre elles. Para construcção do novo edificio, os soldados carregavam paus e folhas de palmeiras, que tinham tirado do mato. Certa vez até alguns Borôros os ajudaram um bocadinho, a trôco de cachaça.

Si preguiça e divertimentos por parte dos funccionarios e indios eram o objecto da colonia, — então esta poderia servir de brilhante modêlo.

III. — OBSERVAÇÕES

Observações anthropologicas. Habito externo (Cabello. Partes sexuaes. Ferimentos artificiaes. Pintura. Ornamentação). O «aróe». Caça e cultivo do campo. Armas. Trabalhos no ranchão e technica. Alimentação; «benzimentos» por meio dos «báris». Dansa e diversões. Instrumentos de musica; sonidores. Arte de desenho. Direito e casamento (Costumes da familia do ranchão). Nascimento; nomes. Festas dos mortos. Alma e vida de além-tumulo. Niguas celestes. Conjuração de meteoros.

OBSERVAÇÕES ANTHOPOLOGICAS. *Altura*:

20 homens: max. 191,2; min. 167,0; med. *173,6*.

6 mulheres: max. 168,2; min. 156,2; med. *160,5*.

Uma pasmosa differença da altura dos indios do Xingú! As mulheres borôros regulam pouco mais ou menos com os homens da tribu dos Bakaeris. A média dos 26 Borôros de ambos os sexos, que medi, é de 170,6, numero esse, porém, que, na desproporção de 20 homens para seis mulheres não tem valor algum. Tomando por base o eschema de Topinard, os Borôros são individuos de estatura alta, sendo de 170,0 o seu limite inferior. Na tabella communicada por Topinard (22) sobre a média da altura dos homens, occupariam os Borôros o 3º logar entre as 10 tribus de estatura alta. Só seriam superados pelos Teuelches da Patagonia (178,1) e pelos Polynesios (176,2), e quasi egualariam os Iroquezes (173,5).

Extensão dos braços abertos — Altura egual a 100.

20 homens: max. 113,2; min. 99,9; med. *104,7*.

6 mulheres: max. 102,4; min. 97,4; med. *100,3*.

O minimo dos homens — 0,2 tinha o maior Borôro medido, o qual, com 191,2 de altura, tinha 191,0 de extensão da braçada. Em duas das seis mulheres, a braçada era menos que a altura: — 0,2 para uma altura de 156,2 e — 4,2 para uma altura de 160,7.

---

(22) «Anthropologia» (traducção de R. Neubaus, de accôrdo com a 3ª edição franceza), 2ª edição, pag. 320. Lipsia, 1888 (Nota do A.).

Distancia inter-humeral — A) Altura egual a 100.

19 homens: max. 25,0; min. 21,6; med. *23,9*.

6 mulheres: max. 22,6; min. 20,4; med. *21,8*.

B) Absoluta.

19 homens: max. 45,3; min. 38,5; med. *41,6*.

6 mulheres: max. 38,0; min. 32,5; med. *34,6*.

O maximo da distancia absoluta pertence ao comprido filho do cacique Moguiocúri, que, com a altura de 191,2, teve para a distancia inter-humeral relativa 23,7. O numero mais approximativo para a distancia inter-humeral absoluta é de 43,5 para uma relativa de 23,6. Comparando com os indios do Kulisehú, a média absoluta dos Borôros é de 41,6, maior do que a maior média (41,4) dos Mehinakús, e a média relativa dos Borôros (23,9) é menor que a menor média (24,1) dos Nahuquás.

Circunferencia thoracica — A) Altura egual a 100.

19 homens: max. 58,4; min. 52,4; med. *55,1*.

6 mulheres: max. 55,5; min. 47,9; med. *51,3*.

B) Absoluta.

19 homens: max. 100,8; min. 90,0; med. *95,4*.

6 mulheres: max. 93,3; min. 76,6; med. *82,5*.

Comparando esta medida, como a anterior, com a dos indios do Kulisehú (pags. 166-167), achamos de novo a maior média absoluta dos Borôros (95,4) maior do que a maior média (95,1) dos Mehinakús, e a menor média relativa dos Borôros (55,1) egual á menor média dos Nahuquás (55,1).

Altura da cabeça — Altura do corpo egual a 100.

18 homens: max. 19,4; min. 12,8; med. *14,6*.

6 mulheres: max. 16,1; min. 13,0; med. *14,5*.

Dous homens têm numeros bem altos. Si compararmos média das seis mulheres.

proximo 16,8 (31,0 cm.), veremos que os 18 homens têm uma média de 0,4 com só 14,2, a qual é menor do que a média das seis mulheres.

Circunferencia da cabeça — Altura do corpo egual a 100.

20 homens: max. 34,4; min. 31,1; med. *32,9*.

6 mulheres: max. 36,6; min. 31,6; med. *33,4*.

O minimo que achámos nos homens medidos no Xingú,

por exemplo em um Trumaí, — foi de 32,4. A média dos Borôros, 32,9, é mais baixa que a média mais baixa das séries lá observadas, 37,7 dos Kamaiurás, e, bem entendido, a differença de 0,8 é justamente egual á differença entre a média mais baixa e a mais alta das tribus do Kulisehú (Kamaiurá, 33,7; Auetó, 34,5).

Indice craniano em relação á largura e ao comprimento.

20 homens: max. 85,6; min. 75,0; med. *80,8*.

6 mulheres: max. 79,8; min. 76,2; med. *77,7*.

10 homens abaixo da média: 75,0, 76,4, 77,0, 77,6, 77,8, 79,4, 79,6, 80,2, 80,3, 80,3 e

10 homens acima da média: 80,9, 81,5, 81,8, 82,3 82,5, 84,0, 84,4, 84,8, 85,5, 85,6.

3 mulheres abaixo da média: 76,2, 76,6, 77,6 e

3 mulheres acima da média: 77,9, 78,3, 79,8.

Tenho mencionado todos esses algarismos singelos, afim de demonstrar que as médias, neste caso, offerecem uma imagem fiel. Os homens têm a distancia entre a maxima e a minima tão colossal, que parece incrivel. A maxima das mulheres é mais baixa que a média dos homens, e a differença entre os dous sexos tem um aspecto muito diverso do que observámos no Kulisehú. Quanto á média, os algarismos referentes aos homens Borôros regulam com os mais altos do Kulisehú e são apenas excedidos pelo indice dos Trumaís, que é de 81,8.

Proporção do comprimento da cabeça para a altura da orelha — O maior comprimento da cabeça egual a 100.

20 homens: max. 75,4; min. 61,3; med. *67,9*.

6 mulheres: max. 69,4; min. 62,2; med. *66,2*.

Angulo maxillar — Limite do cabello — mento egual a 100.

19 homens: max. 65,9; min. 51,7; med. *58,3*.

6 mulheres: max. 67,3; min. 52,4; med. *58,4*.

Arco do osso malar — Limite do cabello — mento egual a 100.

19 homens: max. 85,2; min. 72,8; med. *78,7*.

6 mulheres: max. 84,6; min. 70,3; med. *78,5*.

Tuberosidade do osso malar — Limite do cabello — mento egual a 100.

19 homens: max. 57,6; min. 45,7; med. *49,0*.
6 mulheres: max. 49,1; min. 42,7; med. *46,6*.
Face média — Raiz nasal — mento egual a 100.
20 homens: max. 69,4; min. 53,8; med. *60,9*.
6 mulheres: max. 68,0; min. 58,0; med. *62,3*.
Altura do nariz — Comprimento do nariz egual a 100.
18 homens: max. 112,5; min. 92,0; med. *100,1*.
6 mulheres: max. 111,6; min. 102,3; med. *106,8*.
Largura do nariz — Comprimento do nariz egual a 100.
18 homens: max. 108,9; min. 77,8; med. *89,1*.
6 mulheres: max. 95,1; min. 73,3; med. *85,3*.
Altura das espaduas — Altura do corpo egual a 100.
20 homens: max. 89,9; min. 79,4; med. *84,2*.
6 mulheres: max. 85,3; min. 82,3; med. *83,9*.
Altura do umbigo — Altura do corpo egual a 100.
20 homens: max. 63,0; min. 57,4; med. *59,5*.
6 mulheres: max. 63,0; min. 58,9; med. *60,4*.
Altura da symphyse — Altura do corpo egual a 100.
19 homens: max. 53,3; min. 47,1; med. *50,9*.
6 mulheres: max. 53,3; min. 47,4; med. *49,8*.
Altura da crista iliaca — Altura do corpo egual a 100.
20 homens: max. 62,3; min. 55,8; med. *59,9*.
4 mulheres: max 61,7; min. 58,1; med. *60,1*.
Comprimento do braço — Altura do corpo egual a 100.
18 homens: max. 52,5 min. 43,6; med. *46,5*.
6 mulheres: max. 46,2; min. 42,9; med. *44,5*.
Comprimento da mão — A) Absoluto.
19 homens: max. 19,2; min. 16,1; med. *17,8*.
6 mulheres: max. 17,4; min. 16,0; med. *16,6*.
B) Altura do corpo egual a 100.
19 homens: max. 11,1; min. 9,5; med. *10,4*.
6 mulheres: max. 11,3; min. 9,8; med. *10,4*.
C) Comprimento do braço egual a 100.
20 homens: max. 24,2; min. 19,3; med. *22,1*.
6 mulheres: max. 24,3; min. 21,7; med. *23,2*.
Indice do comprimento e largura da mão — Comprimento da mão egual a 100.
18 homens: max. 50,3; min. 41,6; med. *45,1*.
5 mulheres: max. 46,9; min. 41,2; med. *44,3*.

Altura do trochanter — Altura do corpo egual a 100.
20 homens: max. 53,6; min. 48,4; med. *51,1*.
6 mulheres: max. 55,6; min. 49,4; med. *52,1*.

Comprimento do pé — A) Absoluto.
20 homens: max. 28,3; min. 24,0; med. *26,6*.
6 mulheres: max. 25,5; min. 23,1; med. *24,0*.
B) Altura do corpo egual a 100.
20 homens: max. 16,4; min. 14,1; med. *15,3*.
6 mulheres: max. 15,2; min. 14,6; med. *14,9*.

Indice do comprimento e largura do pé — Comprimento do pé egual a 100.
20 homens: max. 43,3; min. 30,8; med. *37,5*.
6 mulheres: max. 38,9; min. 36,1; med. *37,5*.

Altura do pé — Altura do trochanter egual a 100.
17 homens: max. 9,1; min. 7,1; med. *7,6*.
5 mulheres: max: 7,9; min. 6,8; med. *7,4*.

A pelle tinha a côr exacta de barro; havia, porém, todos os matizes de tons, desde o amarello-claro (nas faces) até ao violeta (no peito). Em geral, servia melhor *Radde* 33 m.; a testa um pouco mais vermelha, tambem com 33 n. e com 33 o. (bem como as faces).

Em alguns individuos notava-se já uma affecção de pelle, que mais pronunciada se via na mulher de Moguiocúri. Tinha ella só livre a cara, o hypogastrio para baixo do umbigo, onde a pelle estava coberta, e o dorso dos pés. No mais,a epiderme mostrava-se tapetada de uma erupção escamosa, que se desenvolvia em curvas concentricas, circulos e ellipses, similhante á face que apresenta uma pedra de agatha polida (23).

Cabello preto, e tão liso quanto ondulado, e mais raras vezes, — isto em dous para 20 homens, — crespo.

Barba, quando não arrancada, rara no queixo e no labio superior.

---

(23) A esta affecção epidermica, já estudada por alguns dos intelligentes medicos patricios que serviram na commissão Rondon, — drs. E. Roquette Pinto e M. de Souza Campos, — dão os Borôros a denominação de « birigóri », « pelle escamosa », ou ainda « biri-kigoriri », isto é, « a pelle tem comichão ». (Nota de B. de M.).

Cabeça geralmente alta, ordinariamente larga, ás vezes redonda. Saliencia do occipicio bem desenvolvida. Testa baixa, nos homens ás mais das vezes inclinada, nas mulheres commummente direita, mas algumas vezes alta e abobadada, frequentemente cabelluda. Fortes saliencias, principalmente nos homens, são signaes characteristicos. Cara geralmente alta e larga, raras vezes alta e estreita, na maioria dos casos oval, raras vezes redonda, sendo excepcional a quadrada. Ossos malares salientes.

Iris castanho-escura, de vez em quando castanho-clara. Distancia dos olhos, grande. Abertura das palpebras muito obliqua, mas na maioria dos casos horizontal, geralmente baixa, em fórma de amendoa, de vez em quando rasgada. Lobulos da orelha pequenos ou diminutos, ás mais das vezes indistinctos. Nariz: — raiz mais vezes larga do que estreita, mais vezes achatada do que saliente; dorso quasi sempre largo, geralmente direito ou levemente arqueado, ás vezes tambem em fórma de sellim; narinas, ás vezes em fórma de telhas, fortes nos homens, finas nas mulheres; ponta um pouco aguda; ventas dirigidas para deante, redondas. Labios grossos, arqueados para cima e muito salientes. Dentes regulares, solidos, opacos, geralmente amarellos, mas de vez em quando brancos, muitas vezes gastos até á metade. Prognathismo médio; queixo raras vezes reintrante.

Seio das mulheres que deram á luz — caïdos, com grandes circulos em roda do bico. Orgams genitaes dos homens — pequenos. O prepucio é artificialmente alongado pelas manipulações com o cartucho.

Mãos e pés proporcionalmente pequenos; indices curtos. Circunferencia da coxa, tomada em um homem de $1^{m},73$ de altura, egual a $0^{m},50$; da barriga da perna, $0^{m},35$. Artelhos mais compridos: em 17 homens, nove vezes II, sete vezes I, uma vez I egual a II; em cinco mulheres, trez vezes II, duas vezes I.

Habito externo. — Pestanas, sobrancelhas, barba e pellos são arrancados ou raspados. Agora começaram a deixar as pestanas de algumas creanças, o que lhes foi muito vantajoso em relação ao nosso gosto.

O cabello era tractado differentemente, mas tanto nos homens como nas mulheres do mesmo modo arbitrario. A tonsura, que se devia esperar conforme o nome de «Coroados», restringe-se a uma de 0m,01 de diametro, que se observa casualmente. Talvez aquelle nome se origine das grandes coroas de pennas. Viuvo e viuva trazem o cabello cortado rente. O modo mais commum e original dos dous sexos é pentearem o cabello para a testa, onde o cortam em linha recta, caindo atraz livremente. Ao lado das orelhas fazem ás vezes um córte ou deixam u'a madeixa atada em fórma de pincel, e ás vezes os homens trazem o cabello arranjado atraz em fórma de nó ou amarrado com uma tira de embira. As mulheres, que se inclinavam ás modas brasileiras, repartiam o cabello ao meio. Havia tambem homens que traziam o cabello solto, não cortado, e repartido ao meio. Geralmente era cortado com tesoura; pelo methodo velho, entre duas conchas. O pente era feito de dous pausinhos pontudos, afiados nas extremidades e ligados na parte média por fibras vegetaes; estas eram dispostas entre duas travessinhas, que iam além das extremidades.

Os homens traziam, quasi sem excepção, um cordão á cintura. Havia, porém, um ou outro sem elle. O cartucho, *inobá* (de *no*, palmeira uaussú, e *bá*, ovo ou *scrotum*) (24), chamado *gravata* pelos Brasileiros já foi descripto por mim (com bandeira festival). Póde-se construir facilmente um modêlo com uma tira de papel de mais ou menos 0,3 de largo por 0,14 de comprido, ligando as duas extremidades em fórma de annel, dobrando uma num angulo de 90°, e pondo-a por debaixo da outra. Quando applicavam um cartucho algo apertado, então o prepucio deante da glande era amarrado por um cordel e puxado para fóra; por esta manipulação e applicação do cartucho, o prepucio fica repuxado e alongado. A *bandeira festival* é uma tira de palha de 0,20 de comprimento, collocada ao lado. Tambem o apri-

---

(24) Ha aqui um engano de von den Steinen: — o cartucho penil chama-se «bá», conforme dissemos em a nota 14. «Inobá» quer dizer «o meu cartucho penil», pois «ino» é o adjectivo-pronome possessivo da primeira pessoa singular. A palavra baguassá ou uaussú chama-se «noldo» e não «no». (Nota de B. de M.).

sionado Clemente recebeu um cartucho e queixou-se de ter sentido, em consequencia da applicação delle, dores e inflammação. *A expedição Langsdorff* refere, a respeito dos Borôros da Campanha, no anno de 1827, que os homens costumavam amarrar o prepucio com uma embira, á maneira dos Guatós, e que a embira lhes servia de cinta; e que outros o cobrem com um cartucho de folhas (25). Já citei a observação de Waehneldt, o qual certifica que o cordão da cintura, sem cartucho, como no Kulisehú, era bastante. Rohde (26) expressa-se erroneamente, quando diz: — « Os homens andam completamente nús, cobrem sómente o penis com um cartucho de junco, amarrando o membro para cima do corpo ». Pois os cartuchos de junco, entregues por elle ao Museu Berlinense de Ethnographia, são exactamente os cartuchos já descriptos, que sómente cobrem o penis, porquanto a glande é uma parte delle, e o resto parece retrahido no escroto. A constricção do penis no cordão da cintura, — não a vimos no S. Lourenço. Dizem que ella é usada apenas por aquelles que não trazem cartucho. Disso resulta que o fim para que amarram o penis não é, como affirma Waehneldt, facilitar-lhes o correrem mais desimpedidos; mas sim, um intuito especial. O verdadeiro objectivo, a que se destinam o cordão da cintura e o cartucho, é o prolongamento do prepucio; differe sómente pelo methodo, mas tem sido observado na grande maioria das tribus brasilicas.

A respeito das mulheres dos Borôros, diz o relator da expedição Langsdorff: — « As mulheres têm um costume singular, não sei si para se cobrirem, caso esse em que ficam longe do seu louvavel intento. Em primeiro logar, quero dizer que, por uma razão qualquer, ellas apertam a cintura com um pedaço de casca de dez pollegadas de largura, e isso com tanta fôrça, que a carne, á altura do estomago, fórma um refego, o que contribue para as afeiar; mas, voltando ao costume singular, tenho de accrescentar que, deste cinto, adeante e atraz, prendem dous filamentos de duas a trez pollegadas de largura ». Conforme Waehneldt, as mulheres

(25) « Rev. Trim. », 38, II, pags. 252. (Nota do A.).

(26) Communicações originaes da « Abtheilungen », I, pags. 14. (Nota do A.).

usam um pedaço de couro de anta, de palmo e meio de largura, em volta do ventre: «delle sai uma imbira de meio palmo de largura, que cobre as suas partes genitaes». Rohde diz: — «As mulheres tambem andam nuas; o unico objecto com que pretendem cobrir-se é uma tira estreita de casca de cacto, que sómente lhes cobre a minima parte dos orgams genitaes».

Em relação ás nossas mulheres boróros, já referi que usavam no cordão da cintura uma faixa de embira de trez a quatro dedos de largura, côr de cinza, a qual, durante a menstruação, era substituida por uma de côr preta, e que tambem traziam, em logar do cordão da cintura, um pedaço de casca endurecida, do qual resaia, indo de cima para baixo até prender-se atraz, a liga *T*, ambos seguros por um cordão de embira torcida. Mulheres mais moças pareciam preferir o *espartilho* ao cordão de cintura; o ventre ficava vigorosamente apertado naquella dura couraça de casca.

A embira cinzenta tirava-se do pau-jangada, cuja madeira leve era usada para a construcção de jangadas, e que tambem é chamada *embira branca*, e cujo nome botanico é *Apeiba cymbalaria* (da familia das Tiliaceas). O mencionado cinto preto era feito de casca do jequitibá (*Lecythis*), bonito ornamento da mata virgem, com copa gigantesca. De troncos de tamanho médio tiravam um pedaço grosso de casca, collocando-o na agua durante uma semana. Finda esta operação, era-lhes facil tirar da parte interior uma camada molle e fina, que fornecia os cintos hygienicos. Estes, depois, eram coloridos de preto por meio de tijuco podre. As outras camadas duras e mais grossas davam material para cintos de uma largura até $0^{m},28$. Muitas vezes encontravam-se até crianças de tres a quatro annos trazendo taes cintos, — o que era engraçado de ver.

Conforme o que notámos, deve-se considerar o cinto de casca apenas como um substituto do cordão de cintura, cujo apêrto, enquanto a moda não se tornou exaggerada, talvez lhes causasse prazer.

Conforme, porém, a descripção de Langsdorff, apparece o cinto como o objecto principal, porquanto delle pendiam livremente filamentos e não havia liga que servisse para

segura-lo. O proprio observador não acreditava no destino da cobertura. As mulheres borôros eram indifferentes a esse respeito, e, no tocante ao seu pejo, este lhes era não só em parte como totalmente desconhecido, ou, para melhor dizer, revelavam nisso um verdadeiro impudor, que, mesmo não levando em conta a licenciosidade dos Brasileiros, tinham em grande abundancia. A' vista de tudo isso, não acho impossivel que o largo cinto de casca ou de couro de anta houvesse originalmente de servir para outro fim. As mulheres voltavam do mato com cestas tão carregadas de côcos de palmeira, que pareciam acabrunhadas sob o peso, não podendo quasi andar; nisso, a extremidade da cesta apoiava-se sôbre aquelle cinto duro, e este assim lhes protegia a pelle, do mesmo modo que os annéis de embira protegiam os hombros dos indios do Kulisehú no transporte das canoas. De facto, um pedaço de couro de anta havia, assim, de prestar excellente serviço. Com o andar dos tempos, disso nasceu aquella afamada couraça apertadora.

Os lobulos das orelhas de ambos os sexos eram perfurados, mas isto se fazia nos rapazes quando na edade de oito para 10 annos, isto é, quando começavam a exercitar-se para o mistér de caçadores. O operador era o pae, e das raparigas, como veremos adeante, era, em sentido bem differente, o futuro esposo.

O labio inferior perfurado era distinctivo da tribu para os homens. Já referi que o nosso Antonio, sendo reclamado por certa mulher como filho seu roubado, foi examinado a respeito daquelle signal. Conta Waehneldt, a proposito dos Borôros do Jaurú, que alguns tinham tambem uma especie de «palito» atravessando o septo nasal; no perfurado labio inferior de muitos achavam-se pedaços de pau como enfeites. Os nossos Borôros na vida quotidiana não carregavam cousa alguma no furo do labio inferior. Sómente quando rapazitos, é que costumavam empregar pequenos toletes, para impedirem o fechamento do furo: assim, observavam-se lascas de osso, por exemplo, de jacaré, ás vezes um prego ou preguinhos de resina, providos de um botãosinho na extremidade interior. Os adultos exhibiam no trajo festivo pregos da mesma qualidade ou uma corrente labial. Consistia tal corrente em

meia duzia de fragmentos alongados de concha, ligados inferiormente uns aos outros por meio de uma borla de fios do comprimento de $0^{m},12$.

O orificio labial era feito no recemnascido pelo «homem-medico» (*bári*). O instrumento, com que se practicava a operação, chama-se *baragara*: constava de um osso ponteagudo, tendo por extremidade uma vareta de pennas; tinha um aspecto imponente e era usado no cabello em occasiões festivas; a vareta, á qual o osso estava ligado com resina, era bem coberta de penninhas grudadas, ora vermelhas, ora côr de laranja, em meio das quaes tambem se viam, aqui e acolá, pennugens brancas e macias, e finalizava, na parte superior, por uma comprida penna azul de arara, de cuja base pendia um mólho de pennas listradas de gavião, de papagaio e de arara, medindo todo o instrumento, de ponta a ponta, mais ou menos um metro. O *bári* dansava, cantando, com a *baragara* na mão, deante do recemnascido, avançando e recuando, até que, num dado momento, lhe perfurava o labio.

A tatuagem era desconhecida; signaes de cicatrizes accidentaes não eram raros. Um instrumento similhante ao raspador de feridas dos indios do Kulisehú, — não o encontrámos aqui. Riscava-se a pelle, não para fins medicinaes, porém sim para coça-la, como todo mundo, quando tem comichão, e até tinham, para poderem faze-lo nas costas, um objecto especial, um osso de $0^{m},21$ de comprido, ornado com pennas de ema, o qual era muito usado, com grande proveito, pelos dansadores, quando suavam muito nas festas. As cicatrizes acima alludidas provinham das ceremonias pelos mortos.

A' pintura tinha pouca importancia, mas o enfeite de pennas representava notavel papel. Não sem razão fala Waehneldt das festas quotidianas dos Borôros. Esta observação tambem era completamente justa a respeito dos nossos indios. Com effeito, cada caçada era iniciada com dansas e cantos. Tambem a rapariga, levada á força para o ranchão, era pintada pelos seus amigos do modo mais meticuloso possivel. Finalmente, era um remedio diario o enfeitar-se com pennas. A' febre intermittente era frequente na colonia; as creanças a cada instante ficavam *doête*, isto é «doentes.» E deste modo, era-nos absolutamente impossivel perceber onde es-

tavam os limites entre a medicina e a arte do adôrno. Os logares do corpo que doiam eram friccionados com resina de almiscar e, depois, cobertos de pennugens. Viamos crianças que tinham mangas completas de branca pennugem de pato. A resina de pintura era preta (27). Para grudarem a cara com pennas, applicavam ao longo dos limites do cabello uma tira com grude, de um dedo de largura, e ligavam-se de vez em quando as extremidades ao lado das orelhas por uma tira travéssa, que passava entre o nariz e o labio, de modo que, quando a tira era larga e não grudada, similhava uma semi-mascara. O quadro de lacre, originalmente destinado ás pennas, tambem era usado sem ellas.

O quadro 27 mostra-nos um Boróro festivamente enfeitado de pennas. Os braços estão totalmente involtos em verdes pennugens de papagaio, como tambem a parte vizinha do peito; acima do umbigo acha-se uma pequena faixa de pennas, e nas costas, posso accrescentar, uma parte dos hombros e um espaço da largura da mão nas costas estão egualmente cobertos de pennugens. O quadro de lacre preto da cara já tem perdido muito da sua primitiva boniteza e plumagem, e de orelha a orelha extende-se, similhante a um formidavel bigode, aquella travéssa grudada de pennas totalmente brancas. O cabello, pintado de urucú, é na frente bem coberto de penninhas vermelhas de arara, e ao lado vêm-se madeixas coloridas de vermelho; a parte superior da cabeça, rodeando a tonsura, uma coroasinha vermelha de pennas de arara, circundada irregularmente de um punhado de penninhas negligentemente grudadas. Nas mulheres doentes reparavamos não raras vezes logares pequenos cobertos de pennas: Maria, certo dia em que se queixava de febre, appareceu mais carregada deste remedio, pois o tinha applicado no cabello, na cara e no peito. A esposa de um caçador que voltava após longa ausencia, para recebe-lo, tinha-se feito pintar a cara e o cabello á moda das raparigas do ranchão, tendo tambem transformado a pelle do busto, da cintura para cima, em um paletó de pennas, aberto na frente. Da ossada dos mortos

(27) Chama-se «kidogûro» (de «kido», «sêcco», e «gûro», «leite» e liquido») e é tirada da almecega ou do jatobá. (Nota de B. de M.).

tambem o cranio, antes do final enterro, é coberto de pennas, de modo similhante ao adôrno dos *báris*, ao passo que os outros ossos são apenas untados com o oleo de urucú. Não posso dizer si a esse enfeite ligam a muito vã esperança de um effeito medicinal.

Não havia o pintar diario com fuligem oleosa e urucú, como no Xingú. Tambem os materiaes de pintura não eram applicados em nenhum dos seus utensis, a não ser nas matracas; em logar delles, viam-se no S. Lourenço, por toda parte, as pennas, tanto no corpo como nos utensis. Tambem não faltava a praga dos mosquitos e dos micuins; de outros bichos, viamos, e ouviamos dizer na colonia, sómente innumeros grillos, que faziam barulho nos paióes de milho. O urucú, de que havia pouco, era mixturado com azeite de peixe. Applicavam-n-o muito economicamente; tambem a pintura a preto limitava-se ao quadro de lacre e a ennegrecer a cara e o corpo, quando marchavam contra os Caiapós. Com o urucú é que enfeitavam para a noite a rapariga do ranchão. Punham-n-a sentada sôbre uma coberta vermelha, tendo ao lado uma concha cheia de oleo de peixe e um pedaço de pasta de urucú. O cabello era grosseiramente untado, e ao busto davam tambem uma camada de tinta; mas a operação principal, que durava muito tempo, era a pintura da cara com uma palha ou uma estreita varinha de bambú. Deste modo, a risca transversal da testa não era feita de uma só vez, mas iam imprimindo alli, pouco a pouco, a varinha de bambú, molhada na tinta, até perfazerem aquella travéssa frontal. Pintavam tambem a palpebra superior até a borda dos cilios. Nas faces traçavam triangulos. Mais tarde, hei de referir-me á significação da travéssa e dos triangulos (cf. o que eu disser a respeito da arte do desenho, depois da descripção das matracas, que será a unica occasião que ainda tenho para falar de symbolos).

Trabalhos da arte de enfeitar com pennas, para me expressar assim, em contraste com a simples cobertura de pennas, — viam-se de um modo magnifico. Os principaes productos da arte venatoria estão reunidos no quadro I, com o cacique em gala. Uma formidavel roda raiada, de plumas azues da cauda da arara, amarellas no avesso, levanta-se in-

clinada para a frente e a testada: é o *pariko*. As pennas de arara, de 0m,45 de comprimento, são presas por um feixinho de palhas, que circunda a cabeça e é ligado por um cordão; o quarto inferior das compridas pennas é coberto de algumas filas de plumagens vermelhas e verdes de papagaio. Um pequeno diadema ficava depois inclinado para baixo. Na parte posterior da cabeça, tortamente inclinado para traz e mais arqueado do que o *pariko*, destaca-se um diadema, egual a elle em tamanho, de pennas listradas de gavião, ornato esse chamado *kurugúgua*. Das orelhas pendem sôbre o peito pedaços variegados, que são feitos de penninhas do peito do tucano, muito bem dispostas em listras atravessadas (tambem são usados os grandes bicos de tucano). Mólhos de pennas das azas de arara e papagaio e outros passaros de côr brilhante pendem dos braços, do mesmo modo que se observam nos arcos e nos perfuradores labiaes.

Ha, porém, ainda outros adornos de pennas. Merece menção principal a bonita *nabuleâga* (*nabûre*, arara) (28): pennas de arara, ondulantes pennas de ema e brancas borlas de penugem, ligadas em tôrno de uma vareta, que introduzem no furo do lobulo e têm 0m,56 de comprimento. Do mesmo modo, punha-se no cabello uma armação de varinhas com a fórma oval de uma cabeça de matraca, o *marobóro*; o esqueleto della era coberto de plumagem branca, tendo por cima, fixada, uma penna de cauda de arara. Finalmente, é preciso mencionar o *chignon* dos homens, enfeitado de pennas. O nó dos cabellos era rodeado por uma corôa de pennas, ou com pennas salientes em fórma de raios.

Dentes eram tambem empregados, principalmente para adôrno do peito: os mais preferidos eram os grandes do jaguar, geralmente dous pares reunidos, e pequenos dentes de macaco, que, enfiados e dispostos em filas atravessadas, formavam uma peça de 0m,30 de largura, cobrindo quasi

---

(28) Si vem de «nabûre, que, com um «u» quasi egual ao «u» francez, é o nome da arara vermelha («Macrocercus macao»), não póde o brinco de pennas ser «nabuleaga», porém sim «nabureâga» («âga quer dizer «cabello cumprido»). Von der Steinen emprega em varios vocabulos borôros o «l», que, entretanto, não existe na sonora lingua de taes selvicolas. (Nota de B. de M.).

totalmente o peito. Raras vezes acontecia que tambem mulheres recebessem desses adornos, e isso mesmo parece ser devido á modificação dos costumes, effectuada pela colonização; pois dos Boróros se relatava que sómente os homens se enfeitavam. Era characteristico que Clemente, que pensava de modo indio e falava portuguez, chamasse taes dentes enfiados de *rosarios*; os selvicolas ligavam a esse adôrno a idéa de que elle os fazia fortes e ageis. Elles tinham até arrancado dentes aos seus prisioneiros brasileiros, applicando-os no corpo, como enfeite; de egual modo, andavam com queixadas dos inimigos. Julgavam tambem ser protegidos pelo cabello dos mortos, cabello que usavam trançando-o em fios e reduzindo-o a cordões, — o que era difficil de realizar. Borlas de cabello com pennas pendiam dos braceletes.

Garras, pequenas de roedores e grandes de tatú gigantesco, — eram ligadas de duas em duas, formando assim uma meia-lua; do ponto central em que estavam ligadas e cobertas de resina, pendia um maço de fios; na resina embutiam-se pedaços de concha, de fórma annular. Egual composição de garras de tatú gigantesco tivemos ensejo de conhecer no Kulisehú, não como adôrno, porém sim como utensilio. Os Boróros imitavam o enfeite de garras, cortando da folha de latas de conserva brasileira pedaços da mesma fórma e tamanho. Este modo de uso é tanto mais interessante quanto os dous pedaços de lata não indicavam absolutamente que se originassem de duas garras, e, com gaudio nosso, ouvimos de um Cuiabano a opinião de que este uso era prova de que os Boróros adoravam a lua.

Era esta a maneira pela qual os indios trabalhavam em metal. Tambem os pregos labiaes eram cortados da folha de latas de conserva.

Garras de jaguar eram reunidas numa especie de corôa, — adôrno muito similhante ao collar do cacique Auetó, feito do mesmo material.

Havia correntes de perolas de conchas, côco, pedacinhos de osso e sementes perfuradas; tinham, porém, menos importancia do que as do Xingú. Estimavam-se mais as perolas feitas do casco de tatú. Tornarei a falar disso, quando chegar a descrever a actividade do ranchão dos homens.

Então, hei de tractar tambem dos cordões de adôrno, que estamos acostumados a chamar suspensorios, usados pelos dous sexos.

O ARÓE. — O centro da existencia borôro é o *baito*, o ranchão, e, ao lado da vida horrivelmente barulhenta que aqui ha dia e noite, as cabanas domesticas quasi não são mais do que a residencia das mulheres e crianças. A reunião dos homens chama-se *aróe*, e isto principalmente em consideração á caçada commum. Sem exaggeração, póde-se dizer que, nas cantarolas estridentes saídas dia e noite do *baito*, *aróe* não era a terceira, mas a segunda palavra; pois os cantos continham nomes de animaes e cousas que, uma vez proferidos, eram seguidos de *aróe*. Havia cantarola em todos os acontecimentos, que de qualquer modo excitassem sentimentos de tristeza ou de alegria, não só na vespera, si era possivel, como tambem depois de acabados. O cacique, de tarde, annuncia uma caçada para o dia seguinte: — a gente, em vez de procurar prudentemente conciliar o somno, até chegar a hora matinal da partida, reune-se no *aróe* para o canto da caçada, e os mais ardorosos cantarolam até ao romper da alva. A tribu dá a impressão de uma «sociedade masculina de canto», composta de caçadores, cujos membros se compromettem a não casar, enquanto não tiverem mais ou menos 40 annos, e moram em convivio no «Club». Os socios mais velhos, que têm familia, são os estimados dignitarios e podem, por esse motivo, pouco demorar em casa; tomam parte nas excursões venatorias ou trabalham no «Club», onde mantêm a ordem, dirigem os cantos e, nos dias de muita occupação, alli participam das refeições, mandadas pelas mulheres.

Clemente assegurava que os indios da colonia não viviam differentemente das suas aldeias, e que nestas, pelo contrario, a caçada commum era muito mais importante, porque só por meio della é que podiam obter o seu sustento. Assim, parece que a vida no Kulisehú differe essencialmente da da aldeia borôro. Alli, morava-se em bons ranchos de familia; aqui, possuia cada casal com filhos uma pequena e miseravel choupana; alli, os solteiros eram a excepção; aqui, a maioria; alli, os homens, que viviam em monogamia, tinham a sua

casa de musica, onde não entrava mulher alguma, e que servia para as assembléas e dansas, e onde, porém, sómente se trabalhava quando era preciso fabricar adornos festivaes; aqui, eram levadas á força para o ranchão dos homens as raparigas que caiam na posse de varios companheiros, e o trabalho regular de armas e utensis era feito no ranchão dos homens. Entre os Boróros, a vida familiar era manifestamente uma conquista exclusiva dos mais velhos e dos mais fortes. O sustento só podia ser obtido pelo exfôrço collectivo da maioria dos homens, que eram obrigados a afastar-se por longo tempo na caça, — o que era impossivel para o individuo isoladamente. Esse sustento era escasso, e os mais moços haviam de ficar contentes, quando podiam saciar a sua propria fome; tanto não podiam obter, para satisfazerem tambem a mulher e os filhos. Graças ao cultivo pacifico do campo, que entre as tribus do Kulissehu a mulher practicara ou aprendera, modificou-se completamente esse estado de coisas: a communhão dos homens, o *aróe*, perdeu a importancia e podia restringir-se á pesca e ás dansas festivaes. A entrada de viveres era agora tão abundante e regular, que cada qual recebia o sufficiente pelo menos para uma pequena familia, — o indio cuidava de conservar a familia, — e agora, que a actividade da mulher se tornara mais prestimosa, era, pelo contrario, mais vantajosa a reunião das mulheres para o trabalho commum: — vivia-se familiarmente em uma grande casa.

Caça e cultivo do campo. — Na estação chuvosa, elles passam «dias e dias, sem nada para comer», — assim relatava Clemente. Que, para se fortificarem, bebiam muita agua mixturada com barro, mas não comiam barro; plantavam sómente tabaco, algodão e cuias, e isto principalmente os Boróros que moravam á beira de riachos, nas cabeceiras do S. Lourenço, e que eram pescadores habeis. Trocavam aquelles productos vegetaes por flechas, vindas das aldeias collocadas mais abaixo.

Observa-se, portanto, que, neste caso, o cultivo não começou pelas plantas alimenticias! Os nossos Boróros, estabelecidos em Teresa-Christina, não podiam mesmo aprender a plantar cousa alguma. Effectivamente, aqui não havia ca-

baças, nem cuias compridas para guardar pennas, e cuias pequenas eram raras, sendo applicadas sobretudo á fabricação de matracas para o canto *aróe* ou para pequenos tubos de sôpro. Para a caça, não precisavam de vasilhas, ou se arranjavam com fructeiras feitas de bambú; as pennas, guardavam-n-as em grandes caixas de bambú, e, em casa, as mulheres fabricavam tijellas e potes. O bambú-gigante tambem não crescia nas proximidades da colonia, porém sim era buscado de mais longe; vimos caixotes de 50 a 60 centimetros de comprimento e 9 centimetros de grossura, em cujo lado se applicava uma tampa.

Já citei exemplos frisantes da crassa ignorancia, que tinham os Borôros a respeito do cultivo do campo pelos Brasileiros. Os homens afastavam-se dias e semanas para a caçada; de vez em quando, algumas mulheres os accompanhavam. A sua vida, portanto, não era puramente nomade, pois possuiam uma especie de domiciliação. Esta domiciliação era possibilitada pelo assar da caça e pela pesca.

Observâmos um bando de caçadores que regressavam: traziam em jacás uma porção de carne muito bem assada, preta, sêcca, principalmente de porco do mato, de aves e de tartarugas. E notâmos nella grandes pedaços de couro carbonizados, com pouca carne. Os Brasileiros apreciavam os Borôros como excellentes achadores de rasto: com o seu auxilio foram aprisionados soldados, que haviam desertado (29).

Pegados com flechas ou anzóes, estes fabricados pelo modêlo brasileiro, de ferro furtado ou do casco de tatú, eram os peixes, ou então apanhados em redes, formando-se um cêrco e impellindo-os para lá. Em rios largos, faziam cêrcas por meio de galhos e grama, deixando alguns buracos em fórma de funil como entrada, havendo do outro lado um tapume de varas de bambú. Em rios rasos, — contava Clemente, — os indios trabalhavam na agua durante a noite, á luz de tochas de palmeira. Não comprehendi a asseveração de que elles podiam permanecer longo tempo debaixo da agua.

---

(29) Para impedirem o descobrimento de uma aldeia pelos soldados enviados, os indigenas applicavam a astucia de fazer a ultima parte do seu caminho o mais possivel dentro do mato. (Nota do A.).

Elles mascavam as folhas amargas da arvore «Diorúbo» (30), antes de mergulharem, cuspindo-as depois. Debaixo da agua, agarravam peixes. Elle conhecia um indio que ficava no fundo da agua durante uma hora, voltando «com um braço cheio de pintados».

O certo é que os Borôros gostavam de estar na agua. Do alto da colonia viam-se, a um ou dous kilometros de distancia, apparecer no rio os caçadores que regressavam do mato: nadavam ou vadeavam o rio com agua até ao pescoço, em logar de virem pela estrada ou de atravessarem de uma vez o rio a nado. Já de longe lhes ouviamos o tagarellar e rir; vinham de dous em dous, com curtos intervallos, todos empinando os arcos, em cima dos quaes estavam amarrados os mólhos de flechas, conduzindo-os acima da cabeça, á similhança de cruzes alçadas, e carregando ao peito as presas. As mulheres voltavam do mesmo modo, carregadas com os pesados jacás, cheios de côcos e raizes ou grossos feixes de compridas folhas de palmeira, para servirem de telhado e paredes. Traziam ellas os jacás amarrados em travéssas de quatro a quatro, dirigindo-os em cordões como pelota. Conduziam ás costas os cestos, ligados com um laço de fibras, que lhes passava pela testa.

Os Borôros não possuiam canôas. Denominaram as dos Brasileiros *ica*, a mesma palavra que usavam para a designação de ramos e galhos (não troncos, que diziam *ipó* (31), do mesmo modo como estavam acostumados a amarra-los para conducção das cargas, em jangadas.

Cães, que suppunhamos, conforme o exemplo dos nossos antepassados, fossem indispensaveis aos primitivos caçadores, faltavam aos Borôros: quer no seu *habitat* original, quer agora, que elles podiam dispor de taes animaes em grande

---

(30) Do que pude pessoalmente colher e verificar, não me é licito inferir que «diorubo» seja nome de arvore entre os Borôros. «Djorúbo», conforme escrevo, é «doença» «djorúbo-céro» é «remedio»; e «djorúbo-péga» é «veneno». (Nota de B. de M.).

(31) Conforme ouvi dos Borôros, é «ipo» e não «ipó» o designativo de «pau» ou «madeira não preparada». A «madeira preparada» chamam elles «ipo-irá». A palavra «ica» tambem serve para designar uma buzina de madeira, que tocam nas ceremonias funebres assim como os intestinos. (Nota de B. de M.).

numero, não os utilizavam. Só mais tarde é que poderei dizer algo a respeito da distribuição da caça.

ARMAS. — Arcos e flechas denotavam o mais alto desenvolvimento da technica. Eram feitos com extraordinaria nitidez e perfeição. Aqui se podia ver, do modo mais claro possivel, que, si os aguilhoasse a necessidade, teriam chegado estes selvicolas a invenções posteriores. O arco era a unica arma de guerra, á excepção da maça. A respeito dos Borôros da campanha, relata-se que eram raras as lanças de pontas de ferro, osso ou pedra. A maça do S. Lourenço tinha o comprimento de 1 1|3 de metro: era um pedaço mais ou menos chato de pau de palmeira, com 3 a 4 centimetros de largura e terminando por um achatamento de 5 a 6 centimetros de largura.

O arco commum, *baiga* (mostra-no-lo a fig. 5 da est. I), tem de comprimento até $1^{m},9$, sendo circundado numa extensão de $0^{m},5$ por um cordão de fibras de palmeira, — corda de reserva que geralmente é a continuação da que entesa o arco. Os arcos, usados pelos caciques em occasiões festivas ou recebidos como presentes solennes, têm magnifico enfeite de pennas (esse enfeite é mostrado pela fig. 1). O pau é totalmente envolvido em pennugens variegadas de arara, ou vermelhas e amarellas, ou azues e amarellas, e, no entremeio, ás vezes de plumagem branca, e a ponta superior é coroada de um mólho de pennas similhantes. Um mólho variegado tambem ás vezes enfeita o arco commum de caça. O feliz caçador de um jaguar é, finalmente, distinguido com o arco da fig. 2; esse é exornado por uma duzia de tirinhas vermelhas de folha de uaussú (*Attalea spectabilis*). Os arcos têm o dorso mais ou menos chato, ao passo que a face inferior é convexa, ao contrario dos arcos dos Parecís.

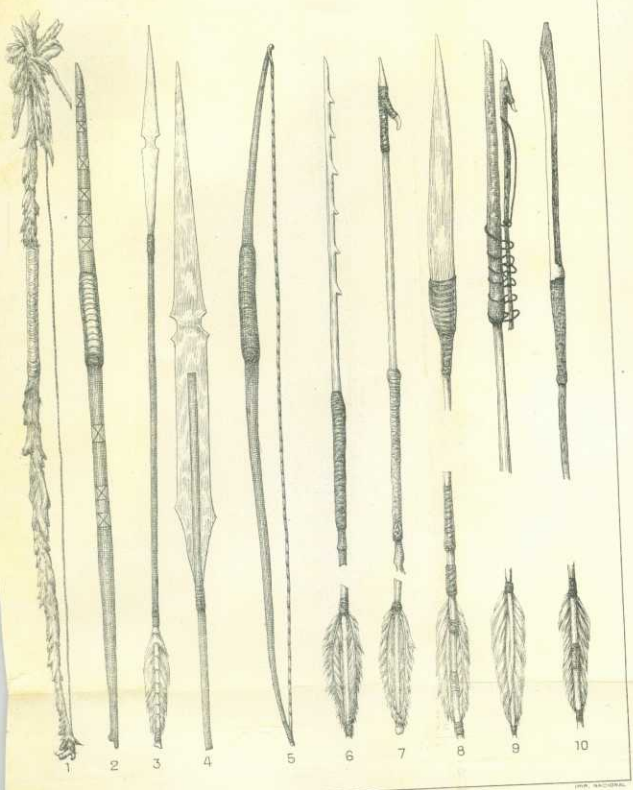
As hastes das flechas são feitas ou da canna de cambaiúva ou da elegante e preta palmeira seriba (*Avicennia*). Quando feitas de seriba, cujas varas são da grossura de um lapis fino, têm a ponta de taquara, em que se applicam pennas de cauda; são cuidadosamente aplainadas por meio de conchas perfuradas de *bulimus* e alisadas com as folhas asperas da lixa.

Todas as flechas têm de commum duas pennas de aza, amarradas em espiral e cujas terminações estão ligadas. amarradas em espiral e cujas terminações estão ligadas. encurvada. Entre ellas ha muitas vezes alguns anneis feitos de bonitas penninhas.

As flechas têm o comprimento de $1^m,50$ a $1^m,75$. O que geralmente serve para fazer as flechas de caça e pesca — são pedaços de madeira pontudos, entravados na canna de cambaiúva e encimados por um fragmento de osso afiado. A's vezes têm elles um osso que serve de farpa (*vide* a fig. 7), ou a madeira é talhada (*vide* a fig. 6). Os ossos são de macaco ou de anta. Para a caça de passaros, servem-se de flechas de ponta obtusa; essa ponta é uma especie de pião, com a face larga para cima e tendo no meio uma saliencia em fórma de botão. Em outras flechas observam-se pontas de pedaços afiados de bambú, prévíamente defumados por longo tempo, afim de seccarem bastante. A fig. 8 mostra a fórma mais simples, destinada á caça de porcos do mato: — a ponta chata de bambú, com 30 a 40 centimetros de comprimento e 2 1|2 centimetros de largura, é amarrada na haste. A fig. 3 representa a linda flecha de seriba para a caça do jaguar: a flecha inteira tem o comprimento de $1^m,75$, é enfeitada na ponta com pennas de $0^m,24$, e a ponta de bambú tem $0^m,60$ de comprimento e $0^m,3$ de largura; a vara de seriba está firmada num ôco da ponta chata de bambú, feito pelo formão de dente de capivara, e ligeiramente ligada com um pouco de fios e resina (*vide* fig. 4). A flecha de guerra (*vide* fig 10), tambem trabalhada de seriba, termina por um pedaço de bambú estreito (1 a 2 cms.) e redondo, mas aguçado em toda a extensão ($0^m,37$). As pontas de bambú quebram no corpo.

A flecha farpada é provida de arpão para a caça de jacarés e peixes grandes. O comprimento dessa flecha na fig. 9 importava em $1^m,78$, contando $0^m,31$ para a fisga, e ligada com um cordão; a haste era um grosso ubá, ainda enleiado na extensão de $0^m,50$.

A tensão do arco resalta da photographia instantanea da est. 138 e quadro 28. O atirador está de cocoras, empunhando o arco horizontalmente. O caçador, quando de pé,



ARCOS E FLECHAS DOS BORÓROS

1 – Arco do chefe. 2 – Arco do caçador de jaguar. 3 – Flecha para jaguar. 4 – ponta de bambú da flecha anterior. 5 – Arco commum. 6 e 7 – Flechas para caça e pesca. 8 – Flechas para porcos do mato. 9 – Flecha de arpão. 10 – Flecha de guerra.

segura o arco verticalmente. A mão esquerda segura, parallelamente ao arco, uma flecha de reserva. Neste caso, a flecha repousa sôbre o dedo indicador da mão esquerda, que segura o arco. Na sua terminação posterior, está presa entre o pollegar e o indice: o pollegar larga-a; o indice, distendido, firma-a e dirige-a de modo mais preciso; os trez outros dedos, principalmente o médio, enristam a corda. Este entesamento do arco é, pois, differente do usado no Kulisehú.

Na attitude do caçador de cocoras, em que a flecha fica encostada ao arco e é levemente comprimida pela ponta do indice da mão esquerda, a posição da mão direita é differente, porquanto a extremidade posterior da flecha fica segura entre o pollegar firme e o indice curvado.

TRABALHOS NO RANCHÃO E TECHNICA. — Cada qual tinha o seu logar determinado: um morava para o lado do rio, no canto mais proximo deste, e assim successivamente, conforme a posição do *baíto* e segundo o grau de parentesco. Aqui, onde os indios estavam entre si, reinava, abstrahindo das relações sexuaes, louvavel ordem, mesmo conforme as nossas idéas. Quando não tinham que fazer, sim, vadiavam a valer; mas quem se occupava com a feitura de armas, adornos e utensilios trabalhava sem parar, e tão nitida e cuidadosamente, que os senhores da catechese deveriam ficar satisfeitos com isso. Até o idiota do Diapocúri, que nesses entrementes, provocado ou não, fazia das suas graçolas, andava incessantemente occupado.

Nos dias em que tinham de preparar-se para a caçada, cêrca de 40 homens ficavam alegremente trabalhando no *baíto*. A esse tempo, as mulheres cozinhavam nas cabanas, e, de vez em quando, um dos homens sumia-se, para ir buscar a comida. Logo que, ao voltar, se tornava visivel, resoavam isoladas *hm, hm* de reconhecimento, e apenas do interior se avistava, sôbre a mão erguida do portador, a panella fumegante, irrompia de todo o bando um estridente *ah* ! Vinham grandes tigellas cheias de angú e mingáu de milho, sôbre o qual havia conchas, que lhes serviam de colhéres. Moguiocúri, então, fazia uma volta entre elles, punha a sua forte mão no grosso cranio de alguns moços e velhos, e os assim escolhidos punham-se de cocoras em redor da panella, ma-

nejando bem as conchas-colhéres. Quem comparasse essa scena patriarchal com a da repartição da carne á brasileira, havia de tomar-se de justa cholera por aquelle vergonhoso facto.

O idiota do Diapocúri assava a carne de vacca, obtida naquelle «forrageamento de animaes». Trouxera fogo de uma das cabanas. O fogo já não precisava de ser feito pelo attrito, pois a administração fornecia phosphoros suecos. O processo original dos Borôros era o mesmo que o do Kulisehú. A melhor madeira para esse fim era julgada a da canella brava (*Pseudocaryophyllus sericeus*). Naturalmente não havia mais indios com machados de pedra e dentes cortantes de peixe; existiam em abundancia machados e facas metallicos. Mas ainda havia a observar muita cousa dos velhos tempos. Assim, os Borôros, quando comiam, seguravam entre os dentes grandes pedaços de carne, cortando-os rente á bocca com lascas de bambú; usavam como raspadeira um dente de capivara até 0m,8 de comprimento, firmado numa vareta; amolavam esse dente com um dente de paca (*Coelogenys paca*), pequeno roedor; aplainavam, alisavam e perfuravam de modo bem indigena.

A sua plaina era um caramujo, *rúo*, de 0m,10 de comprido, perfurado por meio de um côco de ouaussú. Elles tambem alisavam madeira, por exemplo os sonidores, que serviam nos funeraes, esfregando-os durante um quarto de hora com uma pedra lisa e molhada, ou para isso usavam das folhas asperas do pau-lixa ou de embaúba. Sentavam-se com os tornozelos cruzados, e cortavam e aplainavam os objectos de quaesquer especies, firmando-os nos pés. No tornozelo exterior, que ficava encostado ao chão, observei-lhes muitas vezes callosidades e tambem pedaços cartilaginosos móveis. Ossos de macaco para adornos de correntes, elles os cortavam sôbre o pé, de modo que eu a cada instante temia pela sorte de tal orgam.

Practicavam o perfuramento por meio de um molinete. Firmavam um prego numa vareta de 0m,50 de comprimento, e esta era rodada entre as duas mãos, que ora subiam ora se abaixavam. Perfuravam desta maneira pedacinhos de casca para as suas correntes labiaes, que preparavam quebrando

uma concha e limando as bordas dos fragmentos sôbre uma pedra. Assim tambem perfuravam os dentes, e prendiam os que eram pequenos, para não escaparem, dentro de um côco de uaussú. Original era tambem o preparo das perolas do casco de taú: apresenta-se este como um escudo concavo, composto de innumeros pequenos polygonos; do lado de dentro de cada quadrangulosinho, ha um ponto fundo natural; nesse ponto assenta-se o perfurador de molinete, e, só depois de ser assim perfurado o escudo inteiro, como uma peneira, é que era quebrado nas differentes particulas, que amolavam até dar-lhes a fórma redonda, e enfiavam.

Trançavam cabazes, que serviam de deposito de ossos para os funeraes; abanadores de fogo, de fórma quadrangular, que tambem serviam de pratos, ou se ligavam como bandeirinhas numa haste, afim de servirem para tocar mosquitos; e grandes esteiras de folhas de uaussú ($2^{m},0$ de comprimento por $0^{m},90$ de largura).

Parece que os fundos jacás eram trançados pelas mulheres.

Os homens fiavam. Era o *baito* uma reunião de fiandeiras! Confesso que para mim foi uma scena singular, quando, pela primeira vez, vi um daquelles caçadores desembaraçar no seu arco guedelhas de algodão, pela vibração da corda. Fiavam algodão e o cabello de seus mortos, mas de maneira differente da das mulheres do Kulisehú. O castão do fuso, de 4 a 4 ½ centimetros de diametro, era uma roda de barro ou de concha e estava assentada no quarto superior da vareta, que a atravessava. Enquanto a mão esquerda segurava a guedelha espichada ou alguns cabellos dobrados, fixando-os na ponta curta da vareta, a mão direita rodava a maior parte da vareta abaixo do castão, em posição inclinada do fuso sôbre a parte superior da coxa direita; os fios formavam-se, pois, por cima do castão, na parte mais curta da vareta, e o fio preparado enrolava-se na parte comprida da vareta, debaixo do castão.

Os fios de cabello eram trançados em cordão, que se punha em redor da cabeça, ou no ventre, ou para proteger a munheca contra o attrito da corda do arco. O cordão de fibras de palmeira enrolava-se ao comprido, com a mão, sôbre

a parte superior da coxa. Utilizavam-se muitas vezes do dedo grande para a formação dos fios.

O «tecer propriamente dicto», isto é, o entrelaçar dos fios para formar rectangulos, era desconhecido. Os homens fabricavam, com fios de algodão, tiras estreitas, entrelaçadas com cerdas de porco-espinho, e que eram usadas á maneira de suspensorios ou como cordões de peito para ambos os sexos, e tambem como braceletes, graças a um entrelaçamento artistico do fio entre duas varetas delgadas.

Quão elegante e nitidamente os homens trabalhavam, — notava-se principalmente no arranjo das flechas. Havia ahi muitas habilidadesinhas, que parecia mais natural devessem ser confiadas ás delicadas mãos femininas. Por exemplo, o adôrno feito de miudinhas e variegadas pennugens, que eram postas uma a uma no chão e meticulosamente arranjadas. E mesmo em uma roda de fiandeiras não se podia mais tagarellar e rir do que ahi no *baito*! Certamente, era pouco feminino, quando, de repente, para variar, levantavam-se dous dos trabalhadores, offerecendo o espectaculo de uma regular lucta corporal, que os outros accompanhavam com o maior interesse. Erguiam-se, luctavam, derrubavam-se, e continuavam depois o seu trabalho, ou deitavam-se para o *dolce far niente*. Pois nunca faltavam preguiçosos e indolentes; muitas vezes encontravam-se tambem pares enamorados, — posto que as mulheres não apparecessem alli, — que se devertiam debaixo de um commum cobertor vermelho. Ninguem se incommodava com isso, excepto alguns amigos atormentados pelo ciume e que haviam de contentar-se com o poderem sentar-se ao lado do casal e palestrar com este.

De vez em quando, Diapocúri fazia uma das suas farças. No idiota, que mal sabia balbuciar, os seus companheiros de tribu não estavam longe de ver um ente superior. Elle gostava principalmente de imitar a briga das mulheres, fazendo os gestos mais furiosos e arremedando o reciproco arranhar e arrancar dos cabellos. Extremamente excitado ficava elle, quando algum soldado, tomando um pau aos hombros e manquejando com passos exaggerados, bolia com elle, figurando-lhe a saída em perseguição dos Caiapós: — o pobre diabo espumava de raiva, atirava os seus tições accesos contra o

motejador e, quando não tinha mais outro recurso, apanhava do chão alguns cavacos, assignalando com elles o logar do bigode, fazendo caretas, arreganhando os dentes e regougando articulações sem nexo. Após algum tempo socegava, e exercitava-se em sacudir duas matracas, grunhindo compassadamente o canto *aróe*.

Passámos assim, no ranchão, horas divertidas e instructivas. Mas uma cousa era intoleravel, — o continuo pedinchar de tabaco. Meu cachimbo andava de bocca em bocca. A gente dictava-me paginas inteiras de boróro, aproveitando para as phrases cada incidente que occorria, e m'as faziam repetir, rindo-se depois tão contentes como os Bakaeris. Quanto mais ficámos familiarizados com elles, tanto mais notámos a sua egualdade de temperamento e de character com os indios do Kulisehú. Executámos tambem medições anthropologicas, e elles, depois, tambem tomaram a minha altura num mourão do ranchão. Mastigaram um pedaço de carvão, amassaram-n-o com saliva e fizeram no mourão, em cima da minha cabeça, uma linha preta circular.

ALIMENTOS; «BENZIMENTOS». — Conforme Clemente nos narrou, apesar de todo o modo de caça, os alimentos vegetaes, preparados pelas mulheres, é que tinham a maior importancia, porque entravam mais regular e abundantemente. As mulheres desenterram raizes por meio de um pau pontudo, trepam com grande agilidade nas palmeiras, preferindo a uaussú e a akuri, colhem os côcos, cortam na copa o palmito, procuram fructos, como o jatobá, o piqui, etc. Os côcos são torrados ou socados no chão, e, depois, misturados com agua, para obter-se uma bebida grossa, — o refresco, que corresponde ao mingau ou caldo grosso do Kulisehú, que era offerecido ao hospede. O angú, que aprendemos a conhecer no ranchão, faltava nas aldêias, por não haver milho. As mulheres preparam os alimentos vegetaes. Fabricam tambem os potes, que, aliás, existiam em diminuta quantidade. Havia apenas duas qualidades: uma tigella aberta, *ruôbo*, na qual se cozinhava, e uma outra, *pôli* (32),

---

(32) Aliás, «póri». Conforme já dissemos atraz, a lingua boróro não possue o som correspondente ao nosso «!». (Nota de B. de M.).

com gargalo curto e assento estreito, quasi da fórma de um almofariz, e que tambem servia de vaso para guardar agua. Eram de feição grosseira, mal queimados e não envernizados. O pilão, toscamente talhado, de mais ou menos 0m,45 de altura, mas facilmente transportavel, tinha mais ou menos a fórma de um ovo a que se truncasse um polo, e, para ser utilizado, era preciso firmar-se no chão. Além dos côcos, tambem socavam nelle carne e ossos (33).

Quando as mulheres voltavam a Teresa-Christina, davam aos homens «carne de côco» e recebiam delles os restos da «carne de gado». Sal e toucinho eram desprezados, ao passo que a carne de porco do mato era o seu prato predilecto. Rejeitavam a carne do porco domestico, visto ser o animal creado por seu possuidor. Quando era servido aos officiaes um leitão, os indios saíam do refeitorio. Identica aversão, entretanto, não tinham elles para com os bichos que tiravam dos pés (observámos uma india que practicava essa pequena operação com um garfo tirado da mesa posta). Diziam que «os comiam, porque elles tambem comiam o seu sangue». Toda caça era assada em couro, e só se coziam as tripas; dobradinhas de bucho constituiam a especialidade culinaria de Diapocúri. Comiam tudo «o que havia na mata e no rio». Muito apreciados eram os jacarés, caçados com a flecha de arpão. Não matavam nem comiam veados campeiros.

Não se comem, nem se matam araras mansas. Elles apanhavam novas as aves de pennas brilhantes, creavam-n-as e arrancavam-lhes depois as pennas. Dizia Clemente que tambem entendiam de pintar de amarello as araras, esfregando com o succo de certa arvore os logares depennados. Este costume, conhecido por muitos indios, provavelmente foi achado pelo tractamento medicinal dos animaes, á fôrça privados das suas pennas. Mais tarde voltarei a tractar do como amavelmente poupavam o veado e a arara.

A etiqueta não impedia de modo algum que os Borôros comessem junctos, como os Bakaeris e Carajás; mas, em logar disso, tinham outros usos singulares, que mostram cla-

---

(33) Ao «pilão» chamam os Borôros «cáia ou cái», sendo esta ultima fórma a que se encontra em «cái-bóri», «mão de pilão». (Nota de B. de M.).

ramente que as tribus, cuja caçada era escassa, haviam de recorrer, de outro modo, a meios de evitar questões e brigas na repartição das presas. Para conseguirem isso, tinham, em primeiro logar, uma norma extraordinaria: — *ninguem assava a caça que havia apanhado, mas entregava-a a outrem para aquelle fim* ! A mesma sábia precaução é posta em prâctica a respeito das pelles preciosas e dentes. Caçado um jaguar, segue-se uma grande festa; a carne é comida. Mas, não é o seu caçador quem recebe nem a pelle nem os dentes, e, sim, — o que hei de descrever depois, — o parente mais proximo do indio ou india que morreu ultimamente. O caçador é honrado com o recebimento de presentes, por parte de todos, de pennas de araras, assim como do arco ornado de laços de uaussú. Porém a medida mais importante para evitar discordias acha-se ligada á funcção do « homem-medico », de quem vou tractar agora.

Os Borôros distinguem o *bári* e o *aroê-taurári*. As funcções de ambos não se excluem. Ambos são curandeiros, mas o *aroê-taurári*, em primeiro logar, é entoador e guiador de dansa durante o canto e dansa *aróe*, ao passo que o *bári* é, antes de tudo, o medico assistente. Os Brasileiros chamavam áquelle « *padre* », a este « *doutor* ». Limitemo-nos á expressão *bári* ou « homem-medico ». O seu aprendizado parece ser menos complicado do que o é geralmente; o que aqui vale mais é a vocação natural. No tempo de sêcca, — o nome não se entende propriamente com a sêde, — bebem muito vinho da palmeira akuri: furam-lhe o tronco e apanham o succo em uma vasilha ou almofariz, tomando-o em copos de bambú. O vinho é acidulado, mas abundante. Ambos os sexos embebedam-se a valer. Quem mais aguenta isso, chega a ser « homem-medico ». Quando deste se diz que é comprehendido pelos passaros do mato, que póde conversar com as arvores e os animaes de toda especie em sua lingua delles, espero que não se refira isso a um medico illuminado pelo vinho de palmeira, mas sim que se pense no estudo alcançado na solidão e no do canto de *aróe*, no qual são invocados os animaes. O *bári* tracta dos seus doentes pelo modo já conhecido: — geme, torce-se, fuma, e chupa a causa da doença, — aqui tal causa é geralmente um osso, — do corpo do paciente.

Nesse acto são observadas duas cousas: em primeiro logar, apenas mostra o osso, que não lhe sai da mão; e, depois, o «homem-medico» só cura de noite.

Cousa similhante relata Waehneldt a respeito dos Borôros do Jaurú. Alli, curava-se no meio de uma grande fumaceira, murmurando palavras incomprehensiveis e, «cousa capital», fazendo movimentos convulsivos; «eu assisti á cura, feita por um tal padre, a qual consistia no seguinte: chupava em diversas partes do corpo, fumando por intervallos no seu cachimbo e mastigando o boccal do canudo. Depois de cada chupadella, cuspia os pedaços mastigados do cachimbo, fazendo crer ao doente que aquillo era a causa do seu soffrimento». Mais ainda, — e assim tornamos a chegar á presa da caça, — uma capivara, antes de se poder toca-la ou come-la, havia de ser benzida no *sanctuarium* de um por um dos quatro a seis padres. Os *báris* cortavam os melhores pedaços, deixando o resto para os outros.

No S. Lourenço, do mesmo modo, os curandeiros viviam ainda na edade de ouro. Seria injusto pensar aqui em abuso ridiculo da primitiva hierarchia, pois o *bári* não era «padre» e sim «doutor», *ainda com a differença de que não sabia mais do que um «padre»*. O benzimento era effectuado exactamente do mesmo modo por que se procura *resuscitar um morto*. A logica é muito simples: em primeiro logar, os animaes a benzer são *exactamente os mesmos em que penetram os báris mortos*, e, depois, os *báris* transformam-se *post-mortem* nos animaes, que são reputados como a melhor caça. Aqui é preciso persuadir-se de que o animal apanhado não póde mais ser resuscitado, e nesta tentativa é que consiste o benzimento. Tinham pescado um grande jahú, que foi conduzido para o ranchão dos homens, — um exemplar de quasi 1m,50 de comprimento e que não podia ser assado de uma só vez. Um *bári*, que estava de cocoras perto delle, começou a tremer muito, fechou os olhos, tremeu horrivelmente com a mão direita que tapava a bocca, depois principiou a soprar e a gritar *vái, vái*, lançando bruscamente a cabeça para trás, e, tocando o peixe em todas as partes, molhou-o com saliva, em seguida abriu a bocca do animal, gritou e cuspiu para dentro della, fechou-a outra vez, — e prompto! Esse acto,

que foi executado profissionalmente ligeiro, durou, conforme o meu relogio, sómente trez minutos. Depois, pegou numa faca e cortou o peixe em pedaços, tomando para si o melhor, que eu tambem teria escolhido.

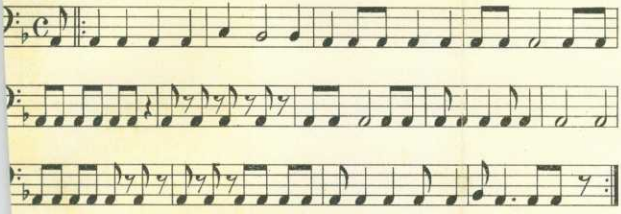
Os animaes, que incondicionalmente haviam de ser benzidos, eram os grandes peixes jahú, pintado e dourado, assim como a capivara, a anta e o jacaré. E' principalmente a cabeça da anta que precisa da ceremonia. Ninguem, excepto o *bári*, póde comer a tromba da anta, que contém a carne mais tenra, e o lombo do pescoço; tambem dos outros animaes a parte melhor pertence « ao *bári* e aos seus amigos », que a repartem entre si, depois de assada. O systema tem sido tambem extendido a algumas fructas, como o piqui e a mangaba, e até ao milho, — outra vez os mais saborosos. Quanto aos côcos da akuri, não era necessario esse processo; e, com relação ao milho, só era elle applicado desde que os Brasileiros forneciam regularmente aquelle grão á colonia. Até um *bári* devia estar presente, quando os animaes eram caçados! Quando um peixe, dos sujeitos á tal inspecção official da carne, cai na rede, sem que esteja presente um *bári*, tem de ser posto em liberdade, e Clemente dizia que, de facto, isto se dava, mas só excepcionalmente, porque havia sempre varios *báris* e estes sempre estariam presentes. Quem infringir taes usos, morre logo. Véde mais adeante « a transmigração das almas ».

Dansa e outras diversões. — Conforme o precedentemente narrado, o canto *aróe*, com que se abre cada acto de caça e pesca communs, perde todo o maravilhoso. O *bári*, que no fim reparte solennemente a presa, é tambem quem cuida do solenne preparo da empresa. A idéa das relações entre animal e homem é a base daquella apreciação; sem taes ceremonias, pareceria uma invenção de impostores; com ellas, justifica-se a sua origem; mas isto aqui não nos importa. O canto de caça é o mesmo que se entoa nos funeraes! Impressiona seriamente; de noite, porém, a impressão é medonha. Nos funeraes, homens e mulheres cantam junctos, mas as mulheres ficam de um lado ou ao fundo e muitas vezes fazem pausa, ao passo que os homens nunca a fazem. No preparo vespertino para a caçada, muitas vezes se ouviam as baixas

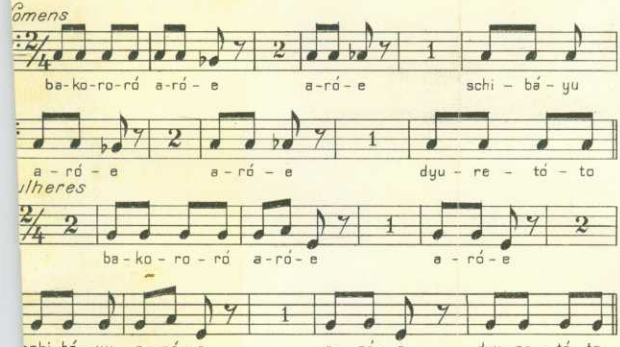
e resoantes vozes do côro dos homens. Ao cadete Caldas é que eu devo os respectivos dados. Elle distinguia um primeiro canto só para homens, e um segundo canto para homens e mulheres. O texto, por elle fornecido a respeito do primeiro, tornou-se infelizmente imprestavel. Tracta da gaivota, *schibaiú*, que tambem apparece no segundo, e não é uma simples enumeração de nomes, apesar das multiplas repetições. Esses nomes, seguidos de *aróe*, constituem o texto do segundo canto, formando tambem uma longa repetição: esse é o texto geralmente cantado, não menos pobre em variação do que a sua musica, a qual, apesar de não ser eu versado nessa arte, me parece a mais monotona possivel. Os seguintes «versos», traduzidos por Clemente, estão na devida ordem: — *bacororó aróe, okóge aróe, schibaiú aróe, kurugüge aróe, botoróe aróe, imaiaré aróe, diuretóto aróe, kaiatóto aróe, manotóto aróe*, palavras essas que (menos *aróe*) querem dizer: — *agua* (uma determinada? geralmente *póbe*), *dourado* (peixe), *gaivota, gavião, uma outra ave de rapina que come peixe, «seu peito», sucuri, pilão, herva do pantanal.* A scena, portanto, passa-se á beira da agua; mais não posso adeantar. Si o morto, juncto ao cesto onde está depositada a sua ossada, experimenta qualquer cousa; si desejam que os animaes, que tambem concorrem para a pesca, estejam no pilão, — o que era mais para acreditar, — isso não cheguei a saber. Alternando com esse canto, tambem faziam ouvir — «jaguar», «capivara», «pariko» (diadema de pennas), seguidos de *ehê*; isto, porém, não applicavam aos funeraes, e, sim, sómente em relação á caçada.

Rohde fala de uma dansa *fararú*, para a qual se enfeitavam com coroas de pennas, guisos e outros adornos. Um guiador de dansa, tendo em cada mão a matraca e nos pés guisos feitos do casco de veado, acha-se no meio de uma roda, formada pelos homens, a qual é circundada por uma roda maior, constituida pelas mulheres. Dansam com compasso, saltam e matraqueiam longo tempo, até que, finalmente, o guiador da dansa berra *hau*! e dá um feroz salto ultimo, que é imitado por toda a companhia. Waehneldt viu dansas imitativas de animaes e diz que acha sobremodo extravagante a dansa dos *mycetes* (macacos roncadores), a qual consiste

PRIMEIRO CANTO DOS HOMENS:



SEGUNDO CANTO DOS HOMENS E MULHERES:



em arremedar-lhes todas as vozes e movimentos. Na «dansa da pelle do jaguar» tomam parte homens e mulheres; estas nunca chegam a ver a pelle do jaguar, carregada ás costas por um homem, que finge mostra-la com os movimentos que faz a cada passo: o medo das mulheres é o *clou* da diversão. «A dansa, que consistia na imitação dos costumes dos antepassados (?), era algo rude e accompanhada de cantos numa lingua que é differente da de hoje. A dansa mais melancholica e triste era dedicada á *recordação dos mortos*: estes eram representados como presentes nella, conversando com os vivos e fazendo-lhes carinhos de toda especie».

A dansa, que servia para encoraja-los ao combate contra os inimigos Caiapós, e na qual tivemos de tomar parte, já a descrivi. Pormenores sôbre a dansa e o canto dos funeraes, eu os direi no relatorio especial sôbre as exequias da esposa de Coqueiro, e ahi descreverei tambem a dansa da vespera, quando foram incinerados os trastes da morta.

No dia 8 de Abril presenciámos uma dansa comica, chamada *páre*; quatro rapazes, adornados com o *paríko*, appareceram atraz do ranchão, guiados por Domingos, que em cada mão agitava uma matraca.

Elles deram compassadamente pequenos saltos com os dous pés junctos e assim dansaram em roda, dirigindo a frente alternativamente ora para dentro ora para fóra. Depois chegaram tres mocinhas, cada uma das quaes dansava atraz de um moço, pegando-o pelas ancas. Os espectadores estavam muito contentes, mas sua alegria redobrou, quando uma quarta personagem, com cinto de casca e liga de embira, corajosamente saltou no meio da roda, e, apesar de trazer a cabeça coberta com um panno, facilmente foi reconhecida como sendo um homem. Estava enfeitado com collares de perolas e tinha na mão uma esteirinha, com que, a compasso, abanava o chão. O divertimento durou mais ou menos um quarto de hora. As mulheres saíram da roda, a fingida em primeiro logar, os homens dansaram ainda uma vez a compasso apressado e depois lá se foram tomar banho.

Havia pacificas *luctas corporaes*, consoante com as regras que vou referir. Quem pretendia desafiar a alguem, pegava-lhe na munheca direita. Os dous enfrentam-se, e

cada qual põe as mãos debaixo dos hombros ou em redor das virilhas do outro; nesse abraço ficam os dous com os corpos inclinados verticalmente e com os pés bem abertos, de modo que um aviste as costas do outro. Rindo-se, permanecem assim durante algum tempo; de repente, porém, ficam muito sérios: o plano é um dar uma rasteira no outro, afim de derriba-lo. Um delles começa o ataque, procurando pôr o calcanhar na curva poplitea do outro, afim de dobra-la; mas o outro põe a perna tão bem esticada para trás, que aquelle não chega a applicar a fôrça. Essas tentativas são rapidamente feitas de ambos os lados, até que um dos luctadores cáia. Sempre se realiza a desforra. Em tal divertimento mostrou-se habilissimo no ranchão um rapaz pequeno, dextro, mais feio e caólho, que nós denominámos *clown*, bem que o seu nome de baptismo cuiabano fosse Camões, o qual derribou seguidamente a trez ou quatro dos seus mais altos companheiros de tribu. Os adversarios, que eram mais corpulentos e robustos, costumavam levanta-lo orgulhosamente, mas no mesmo instante sentiam o seu calcanhar na curva do joelho e caíam redondamente no chão.

Muitas vezes, no pateo livre, exercitavam-se no atirar com arco.

Velhos e moços gostavam muito da gangorra (*burika*), invenção dos soldados. Era um pau horizontal com cordas nas extremidades o qual gira no meio sôbre um mourão. O pau fa-lo girar rapidamente alguem, que por momentos fica perto do mourão, até que os individuos montados nas extremidades voem para os lados.

Na estampa vêem-se dous objectos de brinquedos de creanças: — *papá* (34), peteca feita de palha de milho, tendo na ponta uma penna de arara, e *tagóra*, um chicote munido de uma penna preta de urubú na ponta da tala; manejavam o chicote de modo que, com um prazer pouco commovente, a penna por um momento ficava posta perpendicularmente no sólo, quando o cabo, por um rude movimento da munheca,

(34) Dos Borôros ouvi «papáu» e não «papá». Nenhuma dessas fórmas foi registada pelos vocabularios dos Salesianos ou de Caldas. (Nota de B. de M.).

se dirigia para baixo. Um dia vi dous rapazes que faziam esvoaçar uma abelha e uma borboleta, presas a um fio.

INSTRUMENTOS DE MUSICA; SONIDORES. — No uso ordinario, sómente se applicavam grandes matracas de cabaça, de 0m,20 de comprimento, e uma pequena cuia para soprar, chamada *poári*. O *poári* servia de corneta para a caçada; era uma abobora da fórma e do tamanho de uma grande maçã, tendo na parte inferior uma abertura redonda e em cima um canudinho delgado, da extensão de um dedo, e ao lado do qual existia uma lingueta. Os *poáris*, munidos de madeixas de cabellos de mortos, difficilmente se poderiam adquirir dos Borôros. A unica flauta ou trombeta, que nós vimos, tinha 1m,21 de comprimento e era tocada na festa dos mortos, bem como quando voltavam para casa os cestos de ossada. Um tambor, que era usado no ranchão para a mesma ceremonia, não nos fez a impressão de ser original: consistia num pedaço de couro de boi esticado sôbre pilões de madeira; como baquetas, serviam umas varinhas de seribas.

Maior interesse offerecem os sonidores (35), não só pelo mysterio que se lhes ligou, como tambem por causa da pintura, pois são o unico instrumento pintado. Como usavam os sonidores, já o relatei. Mas, ao passo que no Kulisehú elles serviam sómente para as alegres dansas *masquées* ou ainda como brinquedo, no S. Lourenço eram usados apenas nas ceremonias funebres, primeiro quando se queimavam os trastes dos mortos, occasião em que queriam dizer aos mortos, suppostos presentes, por uma dansa pantomimica, que nada ficara do que lhes pertencera em vida, e que elles, os extinctos, portanto, nada mais tinham, para o futuro, que vir procurar no aldeiamento; e, depois, quando mais tarde o cesto da ossada era conduzido para fóra, deixando assim o morto o aldeiamento. *O conceito fundamental de todas essas solennidades consiste no medo de que o morto possa voltar para buscar os vivos*. Das ceremonias celebradas para impossibilitar-lhes isso, exclue-se cuidadosamente o sexo

(35) « Sonidor » foi o unico termo que o prof. Yahn póde achar em nossa lingua para traduzir o allemão « Schwirrholz. O vocabulo vulgar, porém, applicado desde muito pelos nossos patricios ao « aidje » dos Borôros, é « berra-boi » (Nota de B. de M.).

fraco. Durante ellas, as mulheres fogem para o mato ou escondem-se nas cabanas. O signal é dado pelo sonidor, cujo ruida raturalmente tem um character apavorante. Si ellas estivessem presentes, correriam o risco de morrer. Até ahi, tudo parece logico e natural. Mas, nessas usanças accrescentaram a crendice de que havia perigo para as mulheres no avistarem o sonidor. Diziam mesmo que ellas morreriam, si o *avistassem*.

E' esse um augmento certamente exaggerado, porém sem nenhuma incomprehensibilidade. Por parte das nossas mulheres ha identicas exaggerações, quanto ao medo de armas de fogo. Uma senhora, minha conhecida, tapava os ouvidos, quando eu lhe mostrava um revólver sem balas, e pedia-me, tão excitada que não queria ouvir-me nem vêr cousa alguma, instantemente que eu o guardasse, pois dizia ella, — eu cito bem historicamente, — que «acontecia muitas vezes que esses bichos disparavam frequentemente, mesmo sem que estivessem carregados». Quando o sonidor trôa entre os Borôrós, nas dictas occasiões, então isso corresponde ao revólver carregado; é um perigo para homens e mulheres, mas o cuidado por parte das ultimas é maior, porquanto os indios acreditam ser peculiar das mulheres o chorar e tremer, sempre que as ameaçam animaes, inimigos, até sómente quédas de agua, e que ellas precisam sempre de protecção. Si a mulher corre perigo avistando um sonidor, então isso em parte é ainda egual ao medo do revólver não carregado, e em parte já uma fórmula inane, adquirida pela práctica das gerações, e, sem criterio, anxiosamente applicada. Do mesmo modo, Wallace observou, na região do Amazonas, que as mulheres fogem, quando resoam as flautas da dansa dos demonios *jurupari*, e ouviu dizer que ellas morreriam, si as avistassem; tambem elle só pôde obter algumas dessas flautas mediante condições especiaes.

Com effeito, quando se lê que os Australianos contaram a um viajante, com as mesmas palavras com que me foram referidos estes factos a respeito dos Borôros, que «as mulheres morreriam, si avistassem o sonidor», sendo que o alludido sonidor, nas mais diversas tribus do velho mundo, representava um papel em ritos, de que eram excluidas as

mulheres, acha-se isto, á primeira vista, singular. Realmente é difficil comprehender que fosse essa a razão de pensar entre os elementos mais heterogeneos, cuja connexão mediata ou immediata carece totalmente de prova; pois não se deve considerar como uma grande conquista do espirito humano a invenção de uma tabua gyrada no ar por meio de cordas, e de que só uma vez apparecesse isso no curso da historia; e não se deveria tambem achar tão singular o medo de doença e morte, as tentativas de explicações desses phenomenos, as idéas da existencia de além-tumulo, a interpretação dos sonhos, etc., etc., e que um povo só de outro podia receber a sua *medicina*. Nesse caminho, como para uma longa série de invenções e costumes póde o mesmo ser provado, chega-se a um paraiso ethnographico da Humanidade, — caminho esse que para o sonidor certamente não existe mais, desde o brilhante artigo «The bullroarer» no *Custom and Myth* de Andrew Lang (Londres, 1885).

«As mais diversas tribus, diz Lang, têm os seus mysterios, necessitam de um signal para chamar as pessoas que nelles podem tomar parte e para avisar as que o não podem; occultando o instrumento ás mulheres, elles têm a dupla certeza de que o sexo curioso se espanta e afasta». Entre os Boróros, o caso é algo differente: tem-se cuidado das mulheres. Póde ser que em outras tribus se tracte de ameaçar as mulheres com a pena de morte, — e, assim, cada caso deve ser investigado particularmente, pois a singular concordancia será talvez apenas exterior, — como a india do Kulisehú se exporia a um perigo de corpo e alma, si entrasse na casa em que os homens tocam flauta. A expressão — «as mulheres morreriam» póde ter duas interpretações differentes.

Era-nos absolutamente impossivel obter sonidores dos Boróros. O medo do abuso, em razão do procedimento dos Brasileiros, era bem fundado. Pediam instantemente a Guilherme que não mostrasse ás mulheres sonidores por elle pintados. Quando nós lhes fizemos offertas de compra, os *aidies* foram escondidos. Parece que até os homens tinham um certo medo, quando nós falavamos desses objectos, como de arcos e flechas e quaesquer outros objectos de collecção; um virou timidamente a cara, quando eu lhe toquei no thema

aidic, e manifestou-me claramente que gostaria mais de não ouvir tractar de similhante assumpto: a cousa estava bem ligada com o medo da morte. Sómente lográmos a satisfacção dos nossos desejos por meio de trez rapazes mais velhos, que estavam no verdadeiro tempo da molecagem, e que tanto aspiravam ás nossas pequenas contas vermelhas quanto nós aos seus sonidores. Elles os entalharam e pintaram no mato. O primeiro appareceu mysteriosamente em nosso quarto pela calada da noite, exigindo que trancassemos porta e janellas. Depois, veio o segundo, batendo á porta, e, finalmente, assim, o terceiro. Cada um trazia um sonidor debaixo de um panno; segredaram-nos que deviamos occulta-los cuidadosamente, pois mulheres e creanças morreriam, si os avistassem, e insistiram tambem porque os homens, — o moleque Tobakiu tinha muito medo de seu pae Moguiocúri, — tambem não soubessem nada daquillo, para não ficarem «brabos» e não darem desapiedadamente nelles. Nós tomámos esse pedido em muita consideração, e, á vista delles, puzemos os trez perigosos paus no ponto mais fundo da nossa mala.

A fórma dos sonidores é comprido-oval, o tamanho é de 0m,40 a 0m,42, na extremidade da corda acha-se um talhe e, um pouco distante deste, na linha média da tabua, um orificio, para ficar segura a corda entre esse orificio e o talhe.

Arte de desenho. — Aqui posso continuar com os sonidores. No quadro acha-se um feito a lapis. Na figura vemos os lados algum tanto adelgaçados e pintados de preto, e assim tambem os lados dos sonidores; a face entre elles é pintada de urucú, e sôbre este fundo vermelho acha-se sobreposto o molde preto. Os moldes têm por motivos o que mais lhes interessa. No sonidor, que nos funeraes da mulher de Coqueiro foi trazido pelo *bâri*, estão pintados semicirculos cheios de pontos: representa isso a caixa craniana enfeitada com penninhas, tal como deve ir para o cesto da ossada. Em outros sonidores apparecem tambem pintadas partes do trajo feminino, ou o cinto de casca, em fórma de travéssas largas e pretas, ou faixas de embira em fórma de triangulos e com a presilha. Este ultimo motivo encontra-se no sonidor, que figura no quadro. Em cada lado está desenhada uma presilha com tres faixas de embira. Aqui, portanto, teriamos

o triangulo, por nós conhecido entre os Uluris do Kulisehú, tambem com a faixa de embira, e cuja respectiva imitação gostariamos de ter obtido dos Trumais. Em um exemplar de sonidor, que tambem mostra olhos de madreperola e por elles um semicirculo sem pontos, não só estão pintados trez cintos de casca em fórma de trez travéssas, como ainda, no interior, pequenos circulos, á direita e á esquerda dos quaes ha ao lado um quadrado. A significação disso não é clara; é provavel, porém, que os cestos de ossada sejam representados pelos quadrados e o cranio pelo circulo.

Pintavam a cara das raparigas do ranchão com as figuras do cinto de casca e da faixa de embira, do mesmo modo que parte dos sonidores: punham-lhes sôbre a testa e fontes a mesma travéssa, circundando os olhos e deixando livre a fronte, e os mesmos triangulos nas faces, um de cada lado. Sómente esta pintura era feita com o mais alegre urucú. A gente selvicola fez um dia a graça de distinguir-nos com uma ligeira pintura na cara, o que era um gaudio para as raparigas que encontrámos; disseram ellas em voz alta, o que para nós era enigmatico, «*aidie*!», isto é, «sonidores». Tirando com a ponta do dedo a tinta de um Boróro enfeitado, que estava perto, ellas ainda nos accrescentaram uns pares de triangulosinhos. — Finalmente, tambem eram pintadas de vermelho as bandeiras do cartucho penil festival.

Os *desenhos a lapis*, feitos pelos Borôros, já os descrevi junctamente com os dos indios do Kulisehú.

Os seus *desenhos na areia* tambem foram descriptos alli. Com predilecção especial, um indio, que estava caçando anta, foi representado com um gigantesco membro viril, no momento em que disparava a flecha. Notámos tambem um vaqueano que atirava o laço. O mais bonito, porém, era o desenho scintillante de um jaguar. Os desenhos de Guilherme sempre lhes causavam vivo interesse. De noite, era frequente recebermos visitantes, que os estudavam com a maior exactidão possivel e propunham novas tarefas: um desejava ver a figura de uma unha, outro apanhava uma traça para servir de modêlo, etc. Elles comprehendiam tambem uma paizagem e conheciam certa arvore perto de uma cabana, que Guilherme tinha desenhado em proporções maiores.

DIREITO E CASAMENTO. — O cacique manda na guerra e determina a caçada durante a paz. Como no Kulisehú, tambem dirigia a plantação. Quanto ao mais, a sua funcção, que é hereditaria, não tem importancia. Os Brasileiros procuravam affirmar-lhe o mais possivel da auctoridade, afim de terem uma pessoa com quem pudessem contar; porém uma auctoridade, qual a de que gosava Moguiocúri, era, conforme dizia Clemente, uma cousa artificialmente augmentada. Realmente, era muito melhor o posto de «homem-medico» (*bári*); pois, si aquelle, em primeira linha, recebia presentes dos Brasileiros, o *bári* estava na posição agradavel de obter sempre o melhor quinhão por meio dos seus benzimentos. Com effeito, era muito trabalhoso o matraquear, que fazia parte do seu officio (36).

Tanto quanto me foi possivel entender, dividia-se a tribu em duas grandes classes: a das cabanas de familias e a do ranchão. Aquella comprehendia os mais velhos paes de familia, que viviam em matrimonio regular; a outra, os solteiros, que arranjavam raparigas, possuidas em commum por pequenos grupos. O rapto de mulheres, que se dava de tribu a tribu, era feito dentro da propria tribu. Só uma parte dos companheiros de tribu estavam na posse permanente de mulheres. E' fóra de dúvida que estes factos singulares não eram certamente um producto casual da colonia. Referia Clemente que o mesmo occorria nas aldêias, e, — o que constitue maior prova, — os proprios costumes mostram que aqui se tracta de cousas habituaes. Parece que em «Teresa-Christina» afóra o cabo brasileiro Duarte com as suas duas mulheres, só Moguiocúri é que vivia em polygamia, e a maneira era interessante: tinha elle por esposas uma mulher velha e a filha do primeiro matrimonio desta; casara elle, portanto, com uma viuva que tinha uma filha, e, depois que a mãe se tornara feia e a filha bonita, «casou» tambem com esta... Nas aldêias, porém, era mais ampla a polygamia dos velhos. Parece que, devido ás pretenções dos

(36) Ao cacique dão os Borôros o appellativo de «midijêra». «Bêmidijêra» (de «bóe», «indios») é a denominação que cabe ao caudilho temporal da tribu, chamando-se «pághi-midijêra» (de «pághi», «nós») o chefiador da aldêia (Nota de B. de M.).

Brasileiros, existia na colonia, a esse respeito, um estado de excepção, pois faltavam mulheres, tanto para as cabanas, como para o ranchão.

Dos Borôros do Jaurú relata Waehneldt o seguinte: — «Nos seus casamentos não têm outra ceremonia sinão tomar tantas mulheres quantas possam sustentar, ou, melhor dicto, tantas quantas (de fóra) appareciam lá; quasi todos os homens casados tinham diversas mulheres, até seis, enquanto na aldeia dos Borôros perto de S. Mathias havia tão grande falta de mulheres, que se serviam de meninas de 8 a 10 annos». Alli não havia o ranchão; em logar deste, havia sómente um cercado de 4m,50 de diametro, no qual os «padres» faziam os benzimentos e onde não podiam entrar as mulheres e as creanças, — era o *sanctuarium*. Não se exigia para o casamento a permissão dos paes. Estes nem dão nem recebem nada. Oppondo-se elles, então ha briga, e a fôrça decide a questão. Quem é vencido, deixa a aldêia. Baseia-se tudo no direito da fôrça.

A nova esposa permanece com os filhos na casa dos paes. O novo esposo fica em casa durante a noite, e, de dia, quando não vai á caça, vive no ranchão. Têm os recemcasados um fogão proprio, um pouco ao lado do qual está assentada a avó com os netos. Assim se passa tudo até á morte dos avós. A avó dá de mammar, quando o casal se dirige ou á caça ou á procura de cócos no mato; «ellas, as avós, têm ainda leite, quando casam as filhas».

Os rapazes cuidam em tempo de achar mulher, e ahi ha, em relação ao gesto, dous costumes muito interessantes. *Os lobulos da orelha da rapariga são perfurados por seu futuro esposo* (37); si elle não casar com ella, então o filho delle a desposará.

Quem applica ao rapaz o cartucho penil, «acunhada-se» com elle em consequencia disso, e tem que desposar-lhe a ermã ou a tia.

Agora, os costumes do *ranchão*. — Os Brasileiros affirmavam ter acontecido que 30 a 40 homens, um após o outro, forçavam a mesma mulher, que era agarrada pelos braços e

(37) Os dos rapazes são perfurados pelo pae (Nota do A.)

pernas. Em parte, as raparigas eram procuradas de dia, publicamente, e, como já foi descripto, pintadas e enfeitadas em meio de muitos gracejos; em parte, eram capturadas ao caír da noite. Assim, nós observámos, certa noite, como os solteiros, deitados deante do ranchão, atacaram uma turma de mulheres que voltavam de uma assembléa de lamentação: duas foram seguras, depois de uma lucta silenciosa, ficando involtas em pannos, de modo que não era possivel conhecel-as, e levadas para o ranchão. Porém, uma das duas era, como vimos na manhã seguinte, a muito experta Maria, cuja opposição por certo não fôra muito séria. — « Então hontem tu não te querias casar? », perguntei-lhe. — « Agora já me casei », respondeu-me com bom humor. Estava ella, com toda a commodidade, deitada ao lado do seu homem favorito, debaixo de um cobertor vermelho, e quebravam cócos. Vimos um dia Maguiocúri animar os rapazes a enfeitarem a Maria, que na lucta corporal era tão selvagem, e, agora, estava tão submissa. Immediatamente seis delles se precipitaram sôbre ella e a pintaram.

As mulheres do ranchão eram presenteadas por seus amantes com grandes flechas de lascas de bambú. Cada um offerecia duas, que a rapariga, acocorada, recebia com indifferença. Contei, uma vez em que a isso estive presente, dezoito de taes settas de amor para uma só rapariga. Esses mimos eram entregues depois ao seu ermão ou ao ermão de sua mãe. As raparigas do ranchão não casavam mais com outrem: os filhos eventuaes têm por paes todos os homens do ranchão, com quem ella tivera relações. São estas, portanto, normas perfeitamente reguladas, que provêm da supremacia dos velhos: estes têm a posse, e, em pagamento, recebem pelas raparigas, cedidas ao ranchão, — e para o que têm de fazer accôrdo, como regular fonte de renda, — flechas ou tambem enfeites, como, por exemplo, cordas de suspensorios. Dizem que a pederastia não era desconhecida no ranchão, porém que só occorria quando alli era muito grande a falta de raparigas.

Quão regulados eram os direitos de propriedade, já o vimos pela circunstancia de que a presa da caça não fica em poder de quem a effectuou. A familia sente um grande

prejuizo, quando morre um membro della, pois tudo quanto possuia o morto é queimado e lançado ao rio, ou mettido no cesto — ossuario, para que o extincto não tenha mais motivo de voltar. A cabana fica então completamente desguarnecida. Os sobrevivos, porém, de novo recebem presentes, fabricam arcos e flechas para si, e, — assim o exige o costume, — quando é morto um jaguar, a pelle é dada «ao ermão da mulher ultimamente fallecida ou ao tio do homem que morreu ultimamente»; como protector official da mulher, encontramos sempre o seu ermão. As flexas são objecto de mais valor; ellas são dadas ao ermão da rapariga do ranchão ou ao matador do jaguar; são tambem os objectos de troca para o tabaco e o algodão.

Furtos occasionaes são investigados com muito barulho, mas sem resultado. Os caciques ou pessoas velhas corriam por toda parte no pateo livre e ouvia-se grande vozeria. Assim aconteceu, quando Ehrenreich deu por falta de uma faca. Ia-se de cabana a cabana, todos tinham que exhibir as suas facas, e, com surpresa, vimos que as havia em grande abundancia (em poder de certa mulher contámos 21). Porém, no fim de contas, dizia-se sempre que o objecto estava escondido no mato.

Nascimento; nomes. — A mulher dá á luz no mato, encostada ao *pae*, tenho eu tomado nota, mas não sei si antes não devera ter escripto «ao *pau*». Sopra-se fortemente nos olhos da creança; o pae corta o cordão umbilical com uma lasca de bambú e faz a ligadura com um fio. Durante dous dias, nem pae nem mãe comem cousa alguma; no terceiro dia é que podem tomar alguma agua morna. Si o homem comesse, a mulher e a creança ficariam doentes. A placenta é enterrada no mato. A mulher não póde tomar banho até á volta da menstruação; depois porém, como em geral, toma muitos banhos. Provocar abortos por meios internos, dizem que é frequentemente practicado, principalmente por parte das mulheres do ranchão. Si as mães não querem mais amammentar, expremem o peito e «fazem seccar o leite sôbre o fogo, com o que elle desapparece». Medicamentos para creanças adoecidas, feitos pelo boticario, foram tomadas pelos

paes. A respeito da *couvade*, vide pags. 334 (38). A questão secundaria — que o pae esteja na rêde — tem immediata solução entre os Boróros, pois elles não possuem rêdes de dormir e praticam, entretanto, a *couvade*.

Dá-se nome ao menino, logo após o nascimento, na occasião de ser-lhe perfurado o labio inferior, o que, na falta do *bári*, póde tambem ser practicado por outras pessoas. O operador pergunta, qualquer pessoa propõe, e o nome respectivo fica acceito. A menina tambem, logo depois do nascimento, recebe nome por parte dos parentes. Os nomes designavam animaes e plantas; disseram-me que *Moguiocúri* é animal parente da cotia.

Waehneldt accentua o grande amor dos paes para com os filhos. «Elles guardam-n-os (continúa elle) cuidadosamente dos salteadores; logo que cheguei lá, elles esconderam todas as creanças, as quaes só tornaram a apparecer depois de terem adquirido a convicção de que nada tinham a recear. Um dos indios pediu-me remedio para um filho doente, dizendo que, caso a creança morresse, elle havia de comer tanta terra, até ficar enterrado nella». O furo do labio inferior, destinado a marcar as creanças, tambem tem, portanto, entre os Boróros do Jaurú, a sua razão determinada. De egual modo podemos falar do amor para com os filhos: apesar da carga pesada, geralmente o bebê é levado ao mato e, de volta, vem sentado aos hombros da mãe, com a cabeça desta entre as pernas. O respeito para com os paes, ao contrario, era pouco manifestado: as creanças eram marotas, desaforadas, porém intelligentes, e antes obstinadas do que obedientes.

A applicação de cartuchos nos rapazes é feita festivamente. Devem passar o dia anterior no mato, sem que hajam recebido cousa alguma para comer. Os jovens guerreiros são pintados de ferrugem e hão de sujeitar-se a muitas malicias; a burla principal consiste em fazer o rapaz, posto entre dous partidos, ser jogado de um para outro através de uma fogueira.

---

(38) Alli, com referencia ás tribus das cabeceiras do Xingú, tracta o auctor detidamente (de pags. 334 a 339) do nascimento e da «couvade» entre aquelles indios. (Nota de D. de M.).

CEREMONIAS FUNEBRES. — Saibamos, antes do mais, o que diz Waehneldt a respeito dos Borôros do Jaurú:

— « As suas solennidades de lucto e de enterro realizam-se no meio de suas aldêias, mesmo no *sanctuarium* (o cercado referido a pags. 501). Mostraram-nos a ossada limpa do mais velho dos indios, sucumbido ha poucos mezes, o qual tinha sido exhumado depois de ter ficado sob a terra durante seis mezes; os ossos estavam limpos e não faltava nenhum.

« Alli dansavam e entoavam todas as tardes os seus cantos de lamentação, cobrindo cada osso com pennas multicôres e enfeitando ricamente o cranio com pennas de arara e de outros passaros.

« Essas ceremonias duram muitas semanas, sendo, finalmente, inhumados de novo os ossos, préviamente depositados numa urna. Essas honrarias, porém, não são eguaes para todos os mortos.

« O cadaver fica durante trez dias no seu leito, sem que ninguem toque nelle, até que a decomposição, já muito adeantada, produza um fetido nauseante; no terceiro dia, o defuncto é involto em pelles, esteiras e folhas verdes, depois do que é posto na cova, sendo esta recoberta com terra, folhas de palmeira e esteiras.

« As sepulturas acham-se no meio da aldeia e são conservadas muito limpas: tinham o aspecto de um cemeterio europeu ».

A respeito destes informes valiosos, deve ser exclarecido mais um ponto. Waehneldt vê nos Borôros de Mato-Grosso, entre os quaes teve uma curta parada, incolas immemoriaes da região, e acredita, porque assistiu á inhumação das urnas, que tambem estas, — existentes em grande abundancia nas antigas, mas hoje desprezadas habitações, cheias de ossadas na sua maior parte, — seriam oriundas dos antepassados dos Borôros. Os Borôros delle, porém, são os mesmos aqui domiciliados, depois de longas pelejas, pelo fazendeiro Leite; antigos cemeterios de urnas de similhante especie, ha muitos na vizinhança de Villa-Maria; elles nada têm de commum com os modernos Borôros, e ainda são objecto de investigações. Waehneldt mesmo diz que encontrou só « *poucos* vasos de

barro, fabricados por elles proprios, e, além disso, alguns vasos maiores, destinados á guarda de diversos objectos, os quaes, porém, eram *cousas herdadas* dos antepassados, *por não mais se fabricarem hoje*». Ou os Borôros tinham imitado taes urnas e substituido por ellas os seus cestos-ossuarios, — ainda um antecessor da urna, — ou, o que acho mais provavel, por causa da sua reconhecida pouca habilidade ceramica, que corresponde exactamente á dos nossos Borôros, e pela indicação de que tambem de outro modo foram usadas velhas urnas, — elles depunham os seus mortos nas velhas urnas, que encontravam em grande numero, em parte já vazias, nas antigas habitações, hoje abandonadas. O costume original dos Borôros é o mesmo que o dos Aturés de Humboldt, dos quaes este explorador sómente encontrou um resto em numero de seiscentos bem conservados cestos de cabos de folhas de palmeira, que continham, como arrumados num sacco quadrangular, esqueletos pintados de urucú, e de cuja lingua apenas um velho papagaio da missão proxima sabia articular ainda algumas palavras. Conforme a tradição, tambem os Aturés depositavam os seus cadaveres primeiramente na terra, durante algum tempo, deixando decompor-se a carne, limpando bem os esqueletos com pedras afiadas e depositando-os nos cestos. Uma porção de mortos tambem eram já inhumados em urnas de azas.

Assistimos no S. Lourenço a duas ceremonias funebres: a primeira celebrou-se justamente á nossa chegada; a segunda, que vou tentar descrever, observámo-la de principio a fim.

A primeira inhumação effectua-se no segundo ou terceiro dia, quando, pela decomposição, não ha mais dúvida da morte. O cadaver é enterrado no mato, perto de agua, e descarnado mais ou menos depois de quinze dias, celebrando-se então a ceremonia principal, cujo fim é enfeitar e arrumar o esqueleto. Nesse interim, mantêm-se relações com o morto, tanto durante o dia, como tambem, e sobretudo, durante a noite, no *baito*, por meio de cantos de lamentação, os quaes, em nosso caso, podiam ser restringidos a proporções menores, por se tractar de uma mulher, a esposa de Coqueiro.

A solennidade capital caiu no domingo da Paschoa. No dia anterior, sabbado da Alleluia, depois de liquidado o Judas,

os indios começaram activamente os preparativos, aplainando e pintando sonidores, concertando enfeites, enquanto um bári, adornado com as pennas do *pariko* e sentado negligentemente a um canto, matraqueava e cantarolava um pouco; o viuvo Coqueiro, na sua cabana, lanhava braços e pernas, que se cobriam de crostas de sangue coagulado, e só bem tarde foi realizada a solenne destruição dos objectos da morta, melhor dicto, dos trastes da familia particular, que com ella tinha morada na mesma cabana, — acontecimento esse ligado a uma interessante pantomina, que merece descripção circunstanciada.

Alguns Borôros mostravam-se de grande gala por detraz do ranchão, cabello e corpo pintados de urucú, testa circundada da lista de lacre preto, com o cartucho festivo encimando a bandeira pintada, tendo grudadas nos braços e no cabello pennas verdes de papagaio e trazendo á cabeça dous *parikos* e a *baragára*, achando-se as rodas de pennugem e o perfumador dos labios tambem adornados de pennas. Enquanto dous delles se sentavam numa esteira e chocalhavam a matraca, o proprio Coqueiro pegava em frescos e verdes mólhos de folhas e, tendo-os ligado num cabo em fôrma de pincel, amarrava-os aos hombros do moço melhormente enfeitado, onde tinha este manchas negras de pixe, assim como nos braços, joelhos e tornozelos. Este Borôro, com o adôrno verde de folhagem, representava o morto no estado actual, em que fôra inhumado sob um cobertor de folhas verdes. Approximaram-se quatro homens com um cabaz, do qual tiravam vestidos da mulher de Coqueiro, applicando-os ao homem « Verde », que alli estava gemendo e tremendo com os joelhos, — um quadro de desgraça, mas, consoante com as nossas idéas, « uma pobre alma », sobrecarregada, no seu singular aspecto, de pennas azues de arara, grinaldas verdes e cinco saias de chita multicôr. Os outros tambem se cobriram com vestidos de mulher, um com uma pelle de jaguar, e, entregando ao « Verde » um flautim enfeitado de penninhas brancas, arranjaram uma dansa. Um homem, com duas cabaças, começou a dansa de roda, tendo atraz de si o « Verde » e atraz deste quatro outros; todos seis cantarollavam em côro e dansavam ora para a direita, ora para a esquerda,

marchando em direcção ao *baito*; voltavam então e, pisando fortemente, marcavam um circulo no chão. De repente, porém, debandaram e correram atropeladamente para o mato, onde desappareceram.

Por meio do flautim de cucurbitacea, o joven representante da morta invocou dous velhos indios, que já ha muito jaziam debaixo da terra. Estes deviam estar presentes ao acto da entrega dos trastes, receber o novo companheiro e averiguar o que lhe pertencia, afim de que não viessem nada reclamar em posteriores visitas desagradaveis.

Depois de um quarto de hora, a turma saía do mato, correndo e berrando muito, carregando ás costas, — hurrah, os mortos cavalgam depressa! — dous vultos verdadeiramente horrendos, nús, sem adornos, e desde a cabeça até aos pés cobertos de barro do rio. Soltando gritos infernaes, aquellas assombrações de barro pulavam como animaes selvagens, similhando gigantescos zangams a zumbir, e, agitando vehementemente trez sonidores, — não era visivel nenhum ente feminino, e as cabanas, fechadas com esteiras, pareciam deshabitadas, — accenderam com muita ligeireza uma fogueira no meio do circulo anteriormente demarcado, conduzindo para alli uma infinidade de toda sorte de trastes caseiros, cestos, ventarolas, faixas de embira, cintos de casca, um cobertor vermelho, muitas paniculas de milho, cabaças e conchas; foram tambem quebrados arcos e flechas, e tudo reunido em um montão. Entrou logo uma certa ordem na interessante scena: os homens circuitavam o fogo e moviam-se ao redor delle, pulando devagarzinho com ambos os pés. O «Verde» foi agarrado e calcado em terra pelos dous vultos de barro, nos quaes mal e mal reconhecemos o bravo Moguiocúri e o *bári* principal (o atirador do quadro 28). As matracas chocalhavam, os sonidores zumbiam, e o fogo então ardia vivamente. O «Verde» foi posto em liberdade, e elle e outro companheiro, que se achava atraz delle vestido de *periko*, arremessavam ás chammas os trastes, dansando em roda e desviando-se ora para a esquerda, ora para a direita. Nesse entrementes, — e isto, no meu entender, era o mais notavel de toda esta scena, — os dous representantes dos mortos velhos curavam uma mulher doente, alli apparecida de repente não sei como:

sopravam nella a esperança consoladora de que tão cedo não seria buscada. Alguns correram ao rio proximo, arremessando nelle facas e machadinhas. Coqueiro atiçava o fogo, dansa e canto acabavam. Os enfeites de pennas estavam deitados juncto ao fogo, o « Verde » ajunctava as suas grinaldas, e os *báris*, que estavam acocorados em linha, um atraz do outro, eram aspergidos com agua. Pouco depois, grande celeuma: o cão de um soldado tinha mordido uma creança. Moguiocúri, ainda sujo de barro, dirige-se furibundo ao dono do cachorro, o qual, para sua propria segurança, marcha para o carcere; com isso se contentou o cacique, fechando com uma das mãos a bocca da mãe iracunda, que então se foi embora calada, mas arreganhando os dentes alegremente e pondo a lingua de fóra.

Na seguinte noite, canto ininterrupto de *aróe* do lado dos indios: ninguem nas cabanas e no ranchão; homens, mulheres e creanças, todos fóra. Musica incessante, dansas, risadas, tagarellices, do lado dos soldados. Esplendido luar. A primeira hora solenne da Paschoa viu assim maravilhosos contrastes nos grupos da inhumação e da resurreição.

De manhã entrou no ranchão, tendo á frente Moguiocúri, uma extensa fila de gente, todos com ramos verdes nas mãos, vindo no meio o ermão da morta, com o cesto quadrangular, que continha a ossada limpa do esqueleto, exhumado pela madrugada. Posto o cesto sôbre uma esteira, quatro homens tiraram delle o cranio e o maxilllar inferior, que brilhavam de brancura e polimento, como os mais lindos preparados, e começaram a enfeita-los de pennas, assim como a um cesto novo. Moguiocúri, ornado de grande gala e com os cabellos e epiderme pintados de vermelho, estava sentado sôbre uma pelle de jaguar, com uma cinta de folha de palmeira akuri, tendo colladas aos hombros pennas azul-negras de mutum, pendendo-lhe das orelhas tiras amarello-vermelhas de pennas de tucano, trazendo á cabeça o mais bonito *pariko* e no buraco do labio inferior a corrente de conchinhas. Ao lado delle, e tambem adornados de *parikos*, achavam-se quatro *báris*, os quaes, de olhos fechados, sacudiam as matracas e pulavam compassadamente, batendo com os pés. O ranchão estava literalmente cheio, principalmente de mulheres e cre-

anças, que accompanhavam o canto e batiam palmas rythmicamente. Algumas das mulheres approximaram-se do cesto-ossuario, pondo-lhe as mãos em cima; a mais velha, então, fez nos proprios braços, com estilhas de vidro, umas incisões rapidas e agudas, de modo que o sangue caia sobre as mãos das outras e salpicava de rubro a palha de palmeira do cesto.

Os moços, que estavam no meio, pintaram primeiro o maxillar inferior com urucú, envolvendo-o depois com pennugens brancas. Ao lado, tinham elles urucú num casco de tatú, um potesinho com oleo de peixe, uma concha com resina, uma esteira com penninhas brancas soltas e uma grande tigella de barro cheia de penninhas de côr purpurea. O cesto novo foi pintado por dentro e por fóra com urucú, e, enquanto uns grudavam pennas no cesto, os outros cuidavam do cranio, encaixando-lhe primeiro o maxillar e enfeitando-o depois meticulosamente com as alludidas penninhas de côr purpurea, a começar do occipital. Cada penninha era humidecida de resina por meio de uma vareta e collocada cada uma de per si.

Nesse interim, alli chegou tambem Coqueiro, conduzindo uma creança pela mão. Silenciosamente, sentou-se alli ao lado, soluçando e chorando. Afóra um cinto preto, que elle havia manufacturado dos cabellos de sua mulher, não trazia nenhum outro adôrno. As suas faces estavam banhadas de lagrimas, e elle apertava os olhos, como si o chorar lhe fosse muito doloroso.

Pouco a pouco, a caixa craniana se cobria como que de um velludo de vermelhas penninhas de arara. Quem tinha de limpar as mãos, fazia-o no proprio cesto. Alguns dos parentes bem depressa não deram mais importancia á ceremonia. As creanças saltitavam aqui e acolá, alguns homens roiam espigas de milho e trabalhavam, umas mulheres catavam-se piolhos reciprocamente, continuando, porém, devotamente a cantar. Por fim, o logar rareou de gente.

Ficava-se, afinal, tonto de tanto zunir e retumbar. Um tambor, que sobreviera, tinha os braços cobertos de uma pellica toda cheia de penninhas de papagaio. De novo se encheu o espaço. Septe mulheres approximaram-se do velho cesto-ossuario, lanhando-se e pondo-lhe os pés em cima, de modo que

o sangue dellas lhe tingia tambem a palha. As incisões distavam dous a tres centimetros uma da outra. Um enredado vermelho cobria-lhes pernas e braços, seios e ventre. As feições do rosto, porém, estavam tranquillas e demonstravam que ellas não sentiam dôr. Lanhavam-se com movimentos ligeirissimos. Todas embrulharam os seus estilhaços de vidro em uma folha e a entregaram a Coqueiro, sentando-se-lhe ao pé. Novos grupos chegavam para se lanhar, sempre só mulheres e moças, procedendo todas do mesmo modo; cada uma molhava o seu estilhaço na bocca, antes de dar o talho. Rosnando, roncando, duas flautas mixturaram-se com a musica das matracas chocalhantes, do tambor, do canto e do batuque. Os cantores dansavam com incrivel perseverança. Coqueiro tambem, acocorado junto ao cesto, se lanhava os braços, estando alli a seu lado uma mulher com uma creança ás costas.

Pelo meio-dia cranio e cesto estavam promptos. O gorro, como que feito de velludo vermelho, tinha sido terminado com uma linha travéssa lindamente amarellada. O cesto novo estava recoberto de penninhas alvinitentes, e em cada lado delle havia dispostas, similhantes a janellas, duas filas de quadrangulos vermelhos. Era de ver o mimoso e delicado desse trabalho daquelles rudes caçadores! Então, foi arranjada uma ceremonia especial, — o «benzimento» do cranio e do cesto novo. Construiram uma especie de capella, o *sanctuarium*, ficando em semicirculo cinco arcos e cobrindo-os com esteiras e pannos. Collocaram nesse nicho o cesto enfeitado, encostando ainda nelle trez sonidores não pintados, e deitando o cranio sôbre uma esteira juncada de um monte de pennas soltas; o mais activo dos *báris* tomou assento na entrada, que ficou assim fechada pelo seu corpo, e o tambor se lhe collocou atraz, agora sem o instrumento. Para entrete-los, foram tambem postos no nicho dous potes com agua barrosa do rio e trez charutos. Começando de vagar e em voz baixa, entoaram os dous o seu canto, sacudindo o *bári* um chocalho em cada mão. Os demais, alegremente sentados em roda, faziam pequenas troças, esmolavam tabaco e junctavam a sua voz rugidora ao compasso final. Pouco a pouco, o canto se tornou mais vivo: claras vozes femininas ajudavam-n-o fortemente, e os dous cantores do *sanctuarium* tra-

balhavam a plenos pulmões, de sorte que, depois de trez quartos de hora, estavam completamente exhaustos. Curvavam-se para o nicho, afim de beber, mas o corpo se lhes sacudia, como si estivessem febricitantes, de modo que se fazia mistér amparar-lhes o pote de agua; enxugavam então o suor e mal e mal podiam balbuciar uns sons inarticulados, a que o côro unisono respondia satisfeito, com murmurios de reconhecimento. Tremulos, fumavam os seus charutos.

Tiraram as cobertas do nicho. Seis homens, — entre elles agora tambem Coqueiro, — sacudiam os chocalhos, cantavam e dansavam, sempre de olhos fechados, completamente concentrados em si mesmos. Nós tambem dansámos e matraquéamos algum tempo, com grande satisfacção por parte dos indio. Sómente um ou outro pausava um pouco de vez em quando, fumando então apressadamente o seu charuto, e limpando o suor, que dos corpos dos seis corria como em rios. Numerosas mulheres accompanhavam o canto, passando o tempo a catar piolhos e sacudindo os seus abanos para refrescarem os dansadores, que estavam atraz dellas; os homens, em grande numero, estavam extendidos ao longo da parede e descansavam. Só uma vez fizeram uma pausa geral, ficando então a cantarola substituida pelos sons alegres de harmonica mal tocada, que vinham dos ranchos dos soldados; porém, logo depois de trez ou quatro minutos, a matraca de Moguiocúri zumbia, dando o signal de continuação. Todos os ossos, um por um, foram pintados de urucú, — primeiro o femur, depois o humero e os do braço inferior e os das pernas, a bacia repartida em duas partes, as costellas e os ossos da mão e do pé, até á ultima phalange. Tractando-se de uma creança, o trabalho é mais facil: o esqueleto fica arrumado *in totum*. Si os ossos pingavam oleo, posto em demasia, extendiam cobertores e esteiras por baixo delles, pois nada devia ser perdido. Limpavam as mãos nas folhas de palmeira préviamente trazidas. Eram cuidadosamente collocadas no cesto todas as partes do esqueleto, todas as phalanges das mãos e dos artelhos, embrulhadas em folhas especiaes, ajunctando-se-lhes a roupa, — trez calças (mme. Coqueiro !), um paletó de mulher, trez camisas, — e ainda as folhas de palmeira já servidas, tudo isso no cesto já cheio a arrebentar. Costuraram-n-o

na parte superior com agulhas de pau de um pé de comprimento; foi necessario o forte punho de Moguiocúri para serem approximadas as beiras, afim de poder o cesto ser fechado. As pontas das folhas de palmeira, que sobresaíram nos dous cantos, foram cortadas.

A's cinco e um quarto estava tudo prompto; cantaram ainda um boccadinho, o logar foi, finalmente, ficando quasi que de todo vazio, e a ceremonia acabou sem encerramento solenne: poz-se-lhe termo singellamente. Moguiocúri pediu o meu cachimbo e tagarellou gostosamente. A festa funebre já tinha sido exquecida. Uma velha tomou ás costas o cesto de ossada, e um moço se lhe poz na deanteira, soprando melancholicamente a flauta dos mortos. Ninguem lhes deu importancia. Ambos caminhavam ao caír do crepusculo, a mocidade e a velhice, — um encantador quadro vespertino, como de um conto de fadas. Com uns murmurios plangentes, entregaram o cesto a Coqueiro, que estava sentado á porta da cabana vazia, e voltaram apressadamente para juncto dos outros. E algumas horas mais tarde, nesse domingo da Paschoa, rebentou o barulho por causa dos Caiapós.

Coqueiro ficara sem nada. Os seus amigos fabricaram arcos e flechas, e com isso o presentearam. Na terceira manhã após a ceremonia funebre, conduziu elle o cesto de ossada, indo-lhe atraz uma mulher com carga identica. Pois é costume que o morto espere o proximo extincto, e assim os dous deixam junctos o aldeiamento. Parecia que ninguem se importava com elles, e poder-se-ia crer que levavam dous cestos com mandioca. Porém, logo se approximaram apressadamente quatro moços e accompanharam os dous conductores para o mato: o primeiro agitava um sonidor, o segundo e o terceiro soltavam gritos cheios de terror, e o quarto arrastava após si uma folha de palmeira, afim de apagar os rastos e difficultar aos mortos o regresso á aldeia. Não se via alli mulher alguma. Um delles carregava tambem uma enxada. Os cestos foram inhumados, parece que numa ilhota rio acima.

Alma e vida de além-tumulo. — Nos acordados ha uma especie de alcance á distancia, que lembra a nossa crença do tinir dos ouvidos. No Kulisehu, disse-me Tumaiaua, certa vez em que espirrei, — «que eu estava sendo chamado por

minha mulher, a qual estava triste, por eu não ter ainda voltado». Em occasião similhante, disseram-me os Borôros a mesma cousa: certa vez em que espirrei ao lado de uma india, esta logo perguntou pelos nomes dos meus parentes: — «Como se chama tua mãe?, teu ermão?, teu cunhado?»

A alma chama-se *búpe* (39). Durante o sonho, ella deixa o corpo. Punham bastante de manifesto o medo de accordar a adormecidos. Clemente tambem pensava que isso seria muito prejudicial. Mas, tem o seu lado util, como vimos um dia no ranchão. Guilherme devia tirar o retrato de um adormecido. Isto, porém, lhes pareceia ser o peior dos males, certamente porque o retrato poderia servir para bruxarías. Os Borôros geralmente se obstinavam contra os exforços de Guilherme em tal sentido; apesar disso, mais tarde, quando elle lhes mostrava retratos tirados a furto, muito se alegravam com isso. Em todo caso, parecia-lhes perigoso tirar o retrato do adormecido. Queriam acorda-lo, e, quando eu os impedia disso, censurando-lhes o modo de agir, procuravam realizar furtivamente (pelo cuspir e atirar pedacinhos de pau) o seu intento.

Não conheço o sentido exacto de *búpe*. Durante o sonho, a alma sai voando em fórma de ave. Ella, então, vê e ouve muita cousa. Acreditam firmemente no que o despertado relata. Assim, os Caiapós, effectivamente, tinham estado nas proximidades da colonia: ninguem duvida disso. Clemente confirmava, com a sua experiencia, a exactidão das suas previsões: — quando a mulher, deixada na aldêia, durante a ausencia do homem na caçada, ficava sósinha, por metade da noite sentada na cabana, queixando-se e lamentando-se algumas horas e deitando-se depois para dormir, a sua alma, então, ia com certeza achar o caçador; e, depois de acordadas, as mulheres sempre davam informações certas do ponto em que estavam os caçadores e quando haviam de regressar. A

(39) A palavra exata é «bôpe», não «búpe». Segundo o vocabulario dos Salesianos, equivale a «diabo». Parece-me que os padres acertaram bem com o significado, porque indagando eu dos Borôros como é que chamavam elles ao inimigo de Deus, immediatamente me forneceram a expressão «bóe-pêga», isto é, «cousa ruim». Não será «bôpe» uma contracção de «bóe-pêga»?» (Nota de B. de M.).

proximidade do inimigo era presenciada no sonho, de modo que, fugindo-se, o inimigo chegaria a uma aldêia abandonada.

O certo é que os *báris* prediziam com exactidão a morte de um doente em estado grave. Não só a creança, de que falei a pags. 460, foi morta, quando já era chegado o seu tempo, como tambem no caso da mulher de Coqueiro elles a haviam ajudado artificialmente. Ainda viva, foi conduzida para o ranchão com a cara coberta por um panno, e, debaixo deste panno, ficou suffocada. Era o quarto dia, quando ella devia morrer, conforme os *báris*, e de facto morreu. Eu creio que se póde comprehender facilmente essa intromissão no officio de Atropos por parte de uma tribu nomade de caçadores, mesmo si ella não puzesse tão seriamente, como os Boróros, homens e animaes em egual plano: — elles estavam acostumados a dar o golpe mortal nos animaes moribundos, e não podiam permanecer á vontade em certos logares. Que os *báris* souberam tirar proveito desse estado de necessidade, — era o seu negocio.

As idéas a respeito da morte e da vida *post-mortem* são nisso essencialmente diversas das dos indios do Kulisehú, por não morarem os curandeiros, causadores da morte, em uma aldêia vizinha, onde fizessem as suas bruxarias, mas, sim, estão incorporados em certos animaes, que, infeliz ou tolamente, se matam, e que então se vingam, buscando os vivos. Enquanto o «homem-medico» dos Bakaeris, só de passagem na narcose, se transforma em animaes, e, depois da morte, vai para o céu sob a fórma humana, — aqui, a morte não é nada mais do que uma transformação animal, um sonho cuja realidade é a todos visivel.

Crê-se geralmente que o Boróro, homem ou mulher, se transforma, depois da morte, em uma arara vermelha, portanto em ave, como a alma no sonho. Carne e pelle apodrecem; a ossada, solennemente adornada, é entregue do melhor modo por que o extincto a póde exigir; reune-se e queima-se o seu vestuario, os parentes sacrificam todos os utensis domesticos que elle occupava, dão-lhe até do seu sangue: — si elle, graças a tudo isso, puder retomar a sua figura antiga, então os sobreviventes de certo não lhe devem mais nada, e mais agora elle não póde pretender, não precisa de achar o caminho da

volta e deve contentar-se com a sua vida de arara. As araras vermelhas são Boróros, sim, os Boróros vão mais longe, como já o referi, e dizem: — « Nós somos araras ». Ou isso é um exaggero posterior, que de modo evidente mostra quão indifferentes são aos indios os escrupulos dos nossos zoologos, ou a alma-volatil é crida como sendo a arara. Não comem nunca a arara e nunca a matam. Lamentam quando morre alguma. Sómente são mortas as araras selvagens, por causa do adórno de pennas, e, pela mesma razão, tambem as mansas devem conformar-se com a sua systematica deplumação.

Os « extinctos de outras tribus » transformam-se em outras aves. Os negros viram urubús pretos. A escolha não é illogica: um malquerente bem póde ser incitado a tal escolha pela côr, pela catinga e pelos trejeitos, — e os Boróros não gostam dos negros... Perguntando a Maria o que é que eu seria depois de morto, deu-me ella, com toda a seriedade, a seguinte lisongeira resposta: — « uma garça branca ». A alma, já durante a vida, é um passaro, e isto não parece nada admiravel, por ella poder chegar, durante o sonho, a logares longinquos, com grande celeridade, e o ente, capaz de fazer isso, não póde deixar de ser ave para o caçador; é questão secundaria qual a especie de ave de uma ou de outra tribu. Não é difficil comprehender que uma tribu escolha para si mesma a ave mais bonita, que ao mesmo tempo fala e cuja plumagem dá ao vivo e ao morto um effeito magnifico. Os Boróros, porém, não são araras azues, e sim vermelhas, como os negros são ou serão aves pretas e os brancos aves brancas.

Não menos facil é comprehender a seguinte ampliação: — os *báris*, depois da sua morte, podem tambem transmudar-se em outros animaes, por exemplo, em peixes, bagre, jahú e especialmente dourado, peixes esses todos grandes e succulentos. Por isso é que o *bári* deve estar presente, quando se pescam aquellas especies e até benze-las. Um papel especial ainda cabe ao veado. Dizia Clemente: — « Não sei que sympathia os Boróros têm pelo veado; é verdade que alguns o comem, quando está bento. Tambem o *aróe-taurári* só o póde comer, depois de feito o benzimento; outros, si o comessem, morreriam; matam-n-o raras vezes, mesmo que esteja bem perto. *Não sei si é sancto delles* ».

Nem foi Borôro, porém sim um cachorro, que certo dia matou um veado: um homem provou da carne, adoeceu no mesmo dia e morreu dentro em pouco. Clemente sabia contar outro caso, — de um homem que tinha matado um enorme dourado e que morreu logo depois. « Vêde, — diziam os Borôros, depois de preparado o cesto de ossada — o dourado era *bári*, e este matou tambem o homem que o pescou ».

A base dessa hypothese, — como tambem aprendemos a conhecer entre os indios do Kulisehú, — é a viva e original superstição que os Borôros, no seu estado de caçadores, têm de que os homens e animaes não são mais do que diversas personagens. A morte de um dos seus é considerada como vingança do que foi morto. Um caçador adoece ou morre, — quem é o culpado desse mal? — Um animal-pessoa, que elle proprio matou e que então se vingou; como sempre existe a probabilidade dessa explicação, ha de formar-se a crença geral de que — *o morto busca o vivo*. Como é, porém, que o animal morto faz isso? — Ora..., um *bári* está encerrado nelle..., um que póde tudo, sem que a gente saiba como é que elle o faz.

Deste modo se completam as tentativas de explicação; aqui, onde se tracta de tantas tradições e de tantos affectos, não importa que tambem cheguem a sophismar. Seria, porém, difficultar a comprehensão, si se quizesse identificar a intuição dos Borôros sôbre a vida *post-mortem* com o schema da metempsychose. Uma especie de metempsychose, elles a experimentam todas as noites. Que animaes e homens sómente são diversas personagens, — é mais importante do que pôr-se, devido a circunstancias posteriores, em relações mais intimas com um ou outro animal-pessoa. De facto, eu comprehendo mais facilmente aquelle povo, quando considero a affirmação, que parece ser a mais moderna e confusa, que elles fazem, — « Nós somos aves », e que me parece ser a mais simples, não como « eu *serei* uma ave », e sim como, — peço que não tomem isso na accepção berlinense, — « *tenho* uma ave, *sou* uma ave, que agora volita de noite, porém que um dia, espero que mui tardiamente, não mais voltará á sua familia, si uma outra personagem, homem, ave ou mammifero, que offendi mortalmente, a impedir disso, e que

então ficará obrigada a guardar a sua figura nocturna, a qual, de tal momento em deante, como garça branca na laguna, apanhará peixes, e sériamente contará que os filhos e netos não a matem e comam, mas, sim, logo que fôr preciso, lhe arranquem as pennas».

NIGUAS CELESTES; CONJURAÇÃO DE METEOROS. — *Sol e lua* são pennas de arara. Não pude verificar que idéas existem sôbre os seus possuidores. Os Boròros, porém, riram-se de mim, quando lhes perguntei si sol e lua eram homens, e sustentaram que eram «pennas de arara», e não araras simplesmente, como si pudessem ser aves. «Nós moramos numa grande ilha, no meio de um rio que se chama *Barupáru*, — a reduplicação de *bàru*, céo. Lua e sol (isto é, os seus possuidores) estão de um lado e caminham pelo rio; quando chegam junctos, a lua passa e vem lua nova».

O *Cruzeiro do Sul* consiste nos dedos de uma grande ema, o *Centauro* representa uma perna da dicta ema, *Orion* é uma carapaça de jaboti e, na parte dirigida para *Sirius*, um jacaré, e as *Pleiades* são ramalhetes de flôres do angico (*Acacia*); os Boròros mostraram-me tudo isso com muito prazer, deixando ouvir um *ih*... de admiração, porém nem sempre eram concordes quanto á sua significação, de modo que se me tornou duplamente difficil obter informações delles. Em um ponctó, entretanto, estavam de completo accôrdo, e isto com razão me admirou sobejamente: — as estrellas em geral, afóra as constellações especiaes, semeadas no céo como pontos pequenos e grandes, e os meteóros, que se vêem correr no firmamento, — tudo isso eram *bichos de pé*; a *via-lactea*, na qual se acham mais densamente aggrupadas, era *cinza*, e *Venus* era *o grande bicho de pé* (40).

Como nos Bakaeris, a base daquella concepção é que os animaes celestes lá chegaram por encantamento e que, no seu aspecto, differem das creaturas terrestres; pois, logo que

(40) «Cuiédje», de facto, significa indifferentemente «estrella» e «bicho de pé». Venus é «cuiédje-curirèu» («curirèu» é «grande») e a via-lactea é «cuiédje urugúdo»; «urugúdo» é «cinza». Na relação das constellações, esqueceu-se von den Steinen da vulgarmente chamada «As tres Marias», a que os Boròros dão o nome de «Mátxe-uraréghe», isto é, patas de perni-longos». Caldas e os Salesianos não registaram esse vocabulo, que colhi directamente dos selvicolas. (Nota de B. de M.).

apparece um novo phenomeno, estão promptos com a sua explicação por meio do *bári*. Um *bári* é a grande cobra de agua, pintada, que nós chamamos *arco-iris* (41). Um magnifico meteóro, que caíu durante a nossa estada alli, era «a alma de um *bári*», que de repente appareceu, afim de communicar aos Boróros que elle tinha vontade de comer «carne de caçador» e havia de mandar a um delles a dysenteria. A scena, mediante a qual tentam evitar essa desgraça, merece descripção pormenorizada.

O meteóro scintillou no espaço a 14 de Abril, ás 8,35 da noite, para o lado do Sul, como uma bola de mais ou menos um quarto do tamanho da lua: passou por sôbre todo o pateo um brilho intenso. Caíu muito ligeiro, em 45°, na direcção de Léste, deixando atraz de si um rasto do tamanho de quatro bichos de pé celestes de primeira grandeza e dividido em duas partes, como um bastão, na extremidade com o brilho de estrellas e no disco fulgentemente azul. Durante quatro minutos, julguei vêr ainda aquelle rasto como uma fumaraça embranquiçada.

No mesmo instante em que appareceu o meteóro, resoou do lado dos indios, partida de cem vozes, uma gritaria alta e continua. De todos os pontos precipitaram-se para o ranchão, onde, durante algum tempo, borbulhavam para dentro e para fóra, como um formigueiro assustado. Em seguida dirigiram-se para a parte do pateo proxima da margem do rio. Accenderam alli algumas fogueirinhas, e logo se viram, assentados ao longo das cabanas, muitos pequenos grupos de homens, mulheres e creanças, phantasticamente allumiados. Como eu me houvesse ausentado por alguns minutos, voltei attrahido por um grande barulho. Dous *báris*, sobremodo pintados de urucú, estavam no meio da multidão e, andando em roda excitados, cuspinhavam para o céu, babando ainda um pouco de saliva, do mesmo modo por que os indios do Kulisehú conjuravam as nuvens de tempestade. Enfrentando então o ponto em que tinha apparecido o me-

(41) Os Boróros dão ao «arco-iris» o mesmo nome com que conhecem a «Sucuri» («Boa scytale»), isto é, «djúre» ou «djúre». Os Salesianos, que grapham «jûre», erradamente attribuem tal appellativo ao «kágado». (Nota de B. de M.).

teóro, ululavam com voz ameaçadora, pavida: — *vué*; *vué* !, tapando a bocca com o concavo da mão e extendendo para o céu o braço esquerdo, no qual cada um empunhava um feixe de cigarros de palha de milho do comprimento de um palmo. — « Aqui, olha bem, pareciam dizer, todo este tabaco sacrificamos, afim de afastar o mal. Ai de ti, si tu não nos deixas em paz ! »

Uma singular mixtura de medo e coragem, sendo que esta, infelizmente, tinha o seu tanto de artificial, como na conjuração do perigo dos Caiapós. O tremor augmentou-lhes, o corpo todo lhes vibrava, a cabeça inclinada para traz vacillava, e, com movimentos convulsivos, apalpavam e friccionavam peito e ventre, como que para fazer saír delles todo o mal. Depois de ter esta scena durado algum tempo, tiraram-lhes das mãos os feixes de cigarros e os accenderam ao fogo, enquanto os excitados « curadores » descansavam uns momentos, gemendo e tremendo de medo. Meia duzia de homens levantaram-se, deram para seu consôlo e fortificação umas chupadas e então entregaram os cigarros aos *báris*, que immediatamente recomeçaram o seu processo de cura. Os *báris* chuparam no feixe inteiro, berraram contra o céu ainda mais viva e increpadoramente do que antes, esfregaram ainda mais o ventre, coçaram fortemente a cabeça, sorveram outra vez fumaça do seu feixe, sugaram convulsivamente na parte anterior dos braços, como si quizessem fazer o sangue subir do interior, e gritaram sempre mais alto: — *vué*; *vuáu* !, *vuáu* ! Extremeceram e sopraram em direcção ás estrellas, os seus membros cambaleavam, os seus musculos contrahiam-se.

Afinal começaram, de subito, a pesquisar circunvagantemente a multidão, como procurando alguma cousa: falavam com os mais proximos, indigitaram um ou outro e depois entraram no grupo principal, onde sujeitaram a uma pequena cura um ancião alquebrado, o cacique Domingos, e a alguns dos mais distinctos, que, naquelle caso especial, pareciam suspeitos. Levantavam-lhes a cabeça, inspeccionando-os penetrantemente, e, dizendo — *pzu*, *pzu*; perdigotavam-lhes de cuspo a cara, tornando a gritar, por detraz do concavo da mão, o seu ameaçador *vóu !* ou um estridente

hahahó, e não se exquecendo de acabar de fumar o seu feixe de cigarros. O côro tinha-se em geral conduzido séria e quietamente; apenas uma ou outra vez rompeu em um unisono *huhá*, o que agora pelo fim repetiu triumphantemente, quando os dous «doutores» se retiraram batendo os dentes e murmurando com calafrios — *tédede, tédede*. Resoou a noite inteira o canto de *aroé*.

Tinham aqui applicado a fumaça de tabaco, do mesmo modo por que contra a tempestade haviam empregado o cuspinhar, e eu tive a impressão de que a fumarada do «medico» se parecia com o incensamento. Talvez isto seja importante para se comprehender o sentido primitivo do methodo de curar.

Domingos tinha tido, dous dias antes da conjuração do meteóro, um ataque de fraqueza. No terceiro dia, 17 de Abril, estava doente e parecia achar-se muito incommodado. Arrastava-se timidamente de um logar para outro, tendo as mãos envoltas em trapos e a cabeça e a cara embrulhadas, de maneira que não se podia reconhece-lo. Como deixámos a colonia no dia 18 de Abril, não pudemos infelizmente verificar si lhe fizera effeito o remedio empregado.

Tradições sobre os antepassados. — *Arigá-Borôro* é o fundador da tribu. Tinha uma mulher. *Arigá* é o nome do puma. Mais tarde, dous homens e duas mulheres vieram do rio *Barupáru* para *Léste sobre a terra* e estabeleceram-se no S. Lourenço. Mais não pude colher. Clemente, para isso, era totalmente imprestavel; elle proprio não sabia nada a tal proposito, e arranjava as suas indicações conforme os conhecimentos que possuia do Brasil, dizendo que os Borôros tinham vindo originariamente do Rio de Janeiro. Consoante com o que pude entender, os Borôros moravam, desde o tempo em que deixaram o céu, nas cabeceiras do S. Lourenço, e aquella chegada de Léste nada tem que ver com as migrações da tribu, mas, sim, é apenas outra vez o resultado da mui natural reflexão de que o sol estava de posse dos antepassados e que estes, portanto, haviam de ter morado lá donde nasce o sol.

Moguiocúri «é muito creança», — dizia Clemente, — pois não sabia nada, e isto ficou confirmado pelo facto de que

o cacique não tinha conhecido o avô, como elle me confessou. Um ancião longevo, que realmente sabia alguma cousa sôbre a creação do mundo, — *pois tinha ouvido do seu avô, que a ella estivera presente*, as circunstancias mais proximas, — uma tão preciosa testimunha infelizmente estava ausente, na caça.

Mesmo as informações sôbre outras tribus, com as quaes os Borôros tinham relações, eram muito escassas, restringindo-se a algumas indicações relativas aos Caiapós, — que tinham arcos lisos e curtos, mas muito duros e fortes, flechas de taquarinha um tanto pequenas, com pennas costuradas e dous ganchos de ferro, e tambem uma chata clava de palmeira seriba, em fórma de peixe, com 1m,0 de comprimento, e pendurada do pescoço por meio de uma corda.

Porém, afóra os Caiapós, ainda havia outros vizinhos exquisito, na tribu dos *Rarái*, tambem chamados *baredieragùdo*. Vêem-se elles só de noite, e dous a tres; usam de mantos de embira, e são empretecidos, nunca de côr clara. São *macacos*. Elles tinham, num ou noutro logar, arremessado os Borôros ao chão, fugindo em seguida. Clemente, — e o que elle dizia não era destituido de valor, porquanto repetia exactamente informações colhidas dos proprios indios, — jurava a pés firmes que os *Rarái* eram macacos, que não tinham flechas, mas tomavam do chão pedras e paus para atirar, e que tinham *garruchas*, « pistolas » como as que os camaradas brasileiros e, portanto, tambem os negros e escravos fugidos possuiam geralmente. — « São macacos e atiram com pistolas ? » — « Sim, são macacos, com pistolas de ferro ». O negro, portanto, tem a escolha agradavel de ser macaco ou urubú preto. Mas, deve-se sempre ter em vista que não ha limite entre homem e animal, e que a posse de objectos civilizados tambem não quer dizer nada. Si os macacos *têm* pistolas, então não se póde dizer que elles não *as* tenham.

Lingua. — O material linguistico, colleccionado entre os Borôros, e que talvez seja sufficiente para dar ao menos idéa dos mais importantes elementos grammaticaes, ainda não está preparado. Até agora, ainda não pude descobrir nenhum parentesco linguistico com outros idiomas conhe-

cidos. Em todo caso, os Borôros não pertencem ao grupo *tupi*, nem ao *gê*, nos quaes se poderia pensar. Tambem não seria nada de admirar, si todos estes exforços ficassem improficuos, porque a vizinhança do seu territorio, em grande parte, já desde a primeira colonização de Mato-Grosso, atravessou epochas de grande perturbação. Ao Norte extende-se a estrada que vai para Goiaz, que elles muitas vezes assaltaram; ao Sul appareceram as levas dos descobridores idos de S. Paulo; e aqui, como acolá, houve, durante longos annos, caçadas de escravos.

A lingua é harmoniosa e parece de facil aprendizagem. Das consoantes falta sómente o *f*, abstrahindo-se de *foto-gûro* (42), que significa «saliva»; consoantes duplas são raras; a desinencia é vocalica. O accento recai em geral na penultima syllaba. Não existe terminação plural para o substantivo. Os pronomes pessoaes independentes são: — 1) *imi*, eu; 2) *áki*, tu; 3) *ema, au*, elle; 4) *paghi*, nós; 5) *taghi*, vós; 6) *emaghi*, elles. Os correspondentes suffixos pronominaes para o substantivo e o verbo são:

1) *i*; 2) *a*; 3) —; 4) *pa*; 5) *te*; 6) *e*.

No seu uso apparecem diversas fórmas de mudança de phonema e influencias sôbre o radical inicial. A titulo provisorio, vou dar alguns exemplos:

	ouvido	nariz	cabeça	ir
1)	*i-wiia*	*ikeno*	*i-taura*	*i-tua*
2)	*a-wiia*	*a-keno*	*a-kaura*	*a-tua*
3)	*bîia*	*eno*	*kaura*	*tua*
4)	*pa-wiia*	*pa-gheno*	*pa-gaura*	*pa-dua*
5)	*te-wiia*	*te-gheno*	*te-taura*	*tedua*
6)	*e-wiia*	*e-keno*	*e-taura*	*e-tua*

Os numeros seguem o eschema dos Bakaeris: — 1, 2, 2..1, 2..2, 2..2..1, 2..2..2. *1* chama-se *mito*, *2 póbe*. Si

(42) Alem do «f» não possue a lingua borôro o «l», nem o «r» forte, achando-se, nesse ponto, plenamente de accôrdo com os idiomas das tribus tupicas. «Fatogûro» não passa de um equivoco auditivo de von den Steinen, pois os vocabulos com que os Borôros designam a «saliva» e o «escarro» são «codogûro» e «todogûro» ou «todocûro». Parece-me que «codogûro» se compõe de «códja», «garganta», e «cûro», «liquido». (« Nota de B. de M.).

esses, porém, apparecem nos termos seguintes, então tomam accrescimos, nos quaes podemos distinguir os pronomes da terceira pessoa, *ema* e *au* (este). No numero *3* ainda está contida a negação *bôcua, bocuáre*: *pobéma au metúia* (tambem *metia*) *bocuáre*, e isso parece significar: — aqui tenho dous, lá não mais do que um». *4* é *pobéma aúgure pobe*, isto é, «aqui dous e lá tambem dous»; *5 é pobéma aúgure pobéma áu metúya bocuáre*; *6* é *aúgure pobéma aúgure pobéma aúgüre póbe*. Com grãosinhos fizeram a formação de grupinhos de dous, exeactamente como os Bakaeris, e do mesmo modo foram consultados os dedos. O meu desejo de conhecer os numeraes foi interpretado, sempre e sem excepção, como si eu desejasse a enumeração dos parentes. O interrogado batia no peito, dizendo: — «eu», e contava mãe, pae, rapariga, rapaz, com ou sem adjudicação de *um* e *dous*, fazendo corresponder a cada dedo um membro da familia. Não pude descobrir si os dedos, como taes, têm nomes de parentes; julguei, a principio, que o pollegar fosse *mãe*, mas fiquei duvidoso a respeito disso, porquanto as indicações digitaes variaram por parte de outras pessoas, devido ás circunstancias especiaes da familia. Aqui, o seu interesse capital era evidentemente o enumerar. Acredito, portanto, que tambem aqui o seu proceder era o seguinte: citavam uma porção de pessoas, marcando-as pelos dedos, e empregando para isso demonstrativos ou pronominaes, o que, para o comêço, era a mesma cousa, e determinando o limite para dous não na mão, porém, sim nas cousas, quebrando uma em duas partes e solvendo o calculo por meio dos dedos.

MANUEL MARCONDES DE OLIVEIRA E MELLO

(PRIMEIRO BARÃO DE PINDAMONHANGABA)

NOTAS BIOGRAPHICAS

PELO

DR. JOÃO MARCONDES DE MOURA ROMEIRO

MANUEL MARCONDES DE OLIVEIRA E MELLO

(PRIMEIRO BARÃO DE PINDAMONHANGABA)

NOTAS BIOGRAPHICAS

Quando alguem se dispõe a traçar a biographia de quem quer que seja não póde deixar de ser sua principal preoccupação a feição moral daquelle que, por se haver salientado entre os seus contemporaneos, o induziu a faze-lo reviver.

Com referencia ao honrado conterraneo, de quem nos occupamos, não será facil esta tarefa.

Estudando a vida do coronel Manuel Marcondes de Oliveira e Mello, primeiro barão de Pindamonhangaba, não se sabe á primeira vista si se tracta de um cidadão naturalmente democrata ou de um genuino representante da velha e enfezada fidalguia portugueza, para quem se justificavam todas as oppressões exercidas pela realeza contra o povo.

A ouvi-lo fallar da familia imperial e notando-se a veneração e respeito, que consagrava a Pedro 1º e ás pessoas que entulhavam o Paço, parecia que não poderia haver ninguem que o excedesse em dedicação á monarchia. No entretanto na vida intima e tractando com particulares, era de uma burguezia exagerada e que talvez não condissesse com o logar, que occupava no meio social em que vivia. E o que é mais, nas poucas vezes que teve de intervir na politica do paiz foi sempre para defender a causa do povo.

O coronel Marcondes, primeiro barão de Pindamonhangaba, militou toda a vida no antigo partido liberal, accompanhando de coração a politica dos Andradas e de Feijó, dos quaes era admirador sincero.

Em 1842 adheriu de prompto á revolução chefiada pelo brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e prestou aos revoltosos de nossa cidade o apoio e protecção de que precisavam. Todos os seus aggregados e camaradas tomaram armas e para resistir aos «legaes» se prepararam.

Dir-se-ha que assim procedia por accompanhar seu ermão, monsenhor Marcondes, de quem era amigo extremosissimo, e que andava na mais estreita correspondencia com o brigadeiro Tobias. Mas não é exacto; embora se mostrasse cauteloso e prudente, e não quizesse assumir a responsabilidade de possiveis violencias, que eram de esperar dos mais exaltados, o que é certo é que pela causa dos revoltosos tinha real e sincera sympathia.

Como se sabe, foi nossa cidade um dos baluartes da revolução. Eram trez as localidades do Norte de S. Paulo dispostas a accompanhar Tobias até seus ultimos momentos: Pindamonhangaba, Lorena e Arêas. E não seria possivel que o espirito de revolução fosse tão bem acceito no nosso municipio, si monsenhor Marcondes, que era chefe de grande prestigio do partido liberal, e seu ermão o barão de Pindamonhangaba não tivessem esposado a causa sustentada pela inegualavel coragem de Tobias e pela reconhecida firmeza do dr. Gabriel Rodrigues dos Santos.

Foi só depois da derrota dos revoltosos e da tomada de Sorocaba pelo barão de Caxias, que os filhos da nossa terra depuzeram as armas e debandaram. Até então mantiveram-se todos no seu posto, não lhes causando medo nem receio a presença de Caxias em S. Paulo, nem a noticia de fôrças que vinham por terra, e já tinham saído vencedores de um combate em Arêas, travado com paisanos arregimentados pelo tenente Anacleto Ferreira Pinto.

Naquella epocha de abnegação e patriotismo ninguem se lembrava do interesse individual e todos se occupavam na cidade dos meios de defesa, no caso de invasão dos inimigos, e de promptidão se mantinham para cumprir sem demora as ordens, que pelos chefes lhes fossem transmittidas.

Comprehende-se que não se sustentaria tão difficil e perigosa situação, si a ella não prestassem braço forte os dous ermãos Marcondes, que eram sem contestação as pessoas de

mais influencia, mais ricas e de melhores relações e mais consideradas não só na terra do seu nascimento, como em todo o Norte de S. Paulo. Elles tinham o povo todo em suas mãos e podiam leva-lo onde quizessem. Ninguem com mais segurança podia dizer, como o chefe dos Tamoios:

« O céo é de Tupá, a terra é nossa ».

A pureza de seu viver, o seu entranhado amor pelo logar em que haviam nascido, o cuidado que tomavam pelo bem estar e harmonia das familias, entre as quaes viviam como verdadeiros patriotas, e ás quaes apresentavam proveitosas licções no exemplo de sua vida perfeitamente correcta e inatacavel — davam-lhes direito a essa posição que haviam alcançado, e que em parte tinham herdado de seu paé, o capitão-mór Ignacio Marcondes do Amaral.

Ninguem, pois, póde duvidar que a attitude altiva e nobre em que se manteve a nossa cidade, no periodo revolucionario de 1842, era obra principalmente do barão de Pindamonhangaba, que procedia, em relação aos acontecimentos, com prudencia, mas com firmeza e patriotismo.

No entretanto, e era cousa de admirar, a esse espirito tão liberal, e quando no paiz já tinham echoado as idéas republicanas — o governo de uma nação se afigurava inteiramente incompativel com outra fórma que não fosse a monarchia.

No modo de ver do 1° barão de Pindamonhangaba o direito de governar um povo e reger os seus destinos vinha de Deus. Para elle as familias reinantes constituiam uma casta separada com attributos especiaes que lhe davam capacidade e aptidão, que os outros homens não possuiam, para exercer os poderes magestaticos.

Si tivesse vivido nos tempos medievaes traria com certeza esta legenda em seu escudo: « Pela Patria e pelo Rei — Neste ponto era irreductivel. A' pessoa do monarcha votava respeito religioso.

Não se supponha, que se servisse de baixa adulação para se fazer credor da affeição da gente do Paço, ás quaes tractava com a maior consideração, é certo, mas tambem com dignidade e com muita nobreza.

O primeiro barão de Pindamonhangaba foi guarda-roupa do imperador Pedro I, e mais tarde foi nomeado

veador de s. m. a imperatriz d. Leopoldina, primeira mulher do imperador, de quem vivia nas melhores graças, ao que parece, por saber ella que o coronel Manuel Marcondes era dos poucos amigos de d. Pedro, que não applaudiam suas escandalosas rapaziadas.

Em sua viagem para S. Paulo, em 1822, e nas vesperas da proclamação da Independencia, d. Pedro, passando por esta localidade, hospedou-se com o barão, com quem passou um dia de descanço, mostrando-se sempre muito communicativo e satisfeito. E daqui seguiram junctos, depois de reunida a Guarda de Honra, sob o commando do coronel Manuel Marcondes, que teve a gloria de ser uma das principaes testimunhas do grande acontecimento passado nas margens do Ipiranga.

E com que prazer relatava o nosso illustre e honrado conterraneo as scenas, que alli se realizaram e que constituem facto unico, na vida das nações !

« No dia 7, sôbre a madrugada — contava o velho servidor da patria — deixámos Santos em regresso para S. Paulo. D. Pedro vinha montado em uma possante besta gateada, e não em cavallo mineiro, como inventaram os nossos novellistas. Em toda sua viagem mostrava-se agitado e apprehensivo, adivinhando todos que eram noticias de Portugal que o impacientavam.

Logo depois que subimos a serra do Cubatão, queixou-se o principe de ligeiras colicas intestinaes, vendo-se por isso obrigado a apear-se para attender ás exigencias da natureza. Pouco haviamos caminhado, e elle teve necessidade de novamente apear-se para o mesmo fim. Percebendo então que continuava o incommodo, deu ordem para que a Guarda seguisse adeante, caminhando elle mais á vontade e socegadamente com toda a comitiva, que o accompanhava desde o Rio. Assim fizemos; mas ao chegarmos ao Ipiranga, já muito perto de S. Paulo, e onde havia uma pequena casa de negocio, fiz a Guarda suspender a marcha, esperando por d. Pedro, que não podia entrar na cidade sem ser devidamente escoltado.

Pouco tempo alli estivemos em descanço, e sempre com os olhos voltados para a estrada, quando se nos apresenta um official, chegado do Rio, pedindo noticias de d. Pedro, a

quem precisava entregar, e com urgencia, papeis de summa importancia que lhe eram enviados por José Bonifacio. Comprehendemos, mais ao menos, que se tractava da posição de s. a. perante as Côrtes de Lisboa, que todos sabiam que eram contrarias ás idéas nacionaes do principe, a quem por isso procuravam afastar do Brasil. Esta supposição ainda mais robusteceu-se quando nos informou o mensageiro que, um dia antes de sua partida, havia ancorado no porto do Rio uma galéra procedente de Lisbôa. Contamos-lhe que d. Pedro não podia demorar-se, e elle partiu logo a seu encontro.

Dividimo-nos então em grupos, onde as conversas consistiam em conjecturas sôbre o assumpto daquella commissão; mas todos attentos e á espera do signal que nos devia transmittir a sentinella, que mandei postar em logar mais eminente, e donde se descobria longa extensão da estrada, por onde vinha o principe.

Teria decorrido um quarto de hora, quando nos foi annunciada a chegada de d. Pedro, e logo ouvimos o tropel da cavalgada que vinha pela estrada, galopando. Immediatamente procurámos nos pôr sôbre nossos animaes, e saímos a encontra-lo. Mas ainda a Guarda não pudera pôr-se em fórma e já d. Pedro era chegado, visivelmente agitado e satisfeito, com as faces radiantes e amarrotando na mão direita um grande maço de papel. Pudemos apenas formar um meio circulo, envolvendo sua pessoa.

Foi então que, descobrindo-se e com voz firme e timbrante, annunciou-nos a resolução que tomara no momento de declarar a nossa patria independente.

«— Amigos, disse d. Pedro, não é mais possivel vivermos sob o dominio de Portugal, que persiste em contrariar as mais justas aspirações do povo brasileiro! Somos livres e de ora em deante que seja a nossa divisa: — Independencia ou morte!» — E ergueu um viva ao Brasil independente.

Nem se póde imaginar o immenso enthusiasmo, que o extraordinario acontecimento nos causou. Levantámos repetidos vivas a d. Pedro, e ao Brasil, procurando ao mesmo tempo cada qual tomar logar no cortejo, que tinha de accompanhar o principe; pois d. Pedro proferiu aquellas palavras

e foi logo voltando o animal em direcção á cidade de S. Paulo, e a meio galope caminhando, como costumava viajar.

Quando chegámos á cidade, já estava conhecido o facto estupendo, que se passara no Ipiranga. Pelo menos ninguem se mostrou surprehendido com a noticia que levavamos. Parecia que a voz de d. Pedro echoara até S. Paulo, cuja população cruzava as ruas, mostrava-se extraordinariamente animada, como é facil de se imaginar.

De noite houve espectaculo de gala, com a presença de s. a. O theatro, que ficava no largo do Palacio e era muito acanhado, regorgitava de gente, tendo comparecido o alto funccionalismo de S. Paulo, e todos que puderam alli achar logares.

A' hora apropriada, e quando começavam a se impacientar os espectadores com a demora do principe, ei-lo que surge em seu camarote, accompanhado dos mais graduados representantes do govêrno. A' sua presença reboou por todo theatro uma prolongada salva de palmas, sendo em seguida levantados muitos vivas a d. Pedro e ao Brasil, os quaes eram delirantemente correspondidos pela multidão. Logo depois o padre Ildefonso Xavier Ferreira, que era dos mais exaltados, tendo-me consultado, e por que lhe respondi que me parecia agradavel a s. a. trata-lo como imperador, — ergueu-se em seu camarote, e voltando-se para d. Pedro disse com o maior enthusiasmo: — Viva d. Pedro imperador do Brasil ! O povo redobrou de enthusiasmo e animação, principalmente quando viu d. Pedro agradecer, fazendo, com a cabeça, um signal de assentimento.

De então em deante ninguem mais quiz saber do que se ia representar, transformando-se o theatro em uma completa assembléa, onde só se tractava e discutia o heroismo do principe e sua dedicação á causa do Brasil, de quem se havia feito verdadeiro libertador.

Passados estes factos, tractou d. Pedro de regressar com celeridade para o Rio, onde José Bonifacio o esperava para responder ao governo portuguez, e lhe communicar que o principe havia sido acclamado imperador do Brasil. Ao chegarmos a esta cidade, que era então simples villa, foi a guarda dispensada de accompanhar o imperador, que seguiu

viagem, caminhando dia e noite, para, de concêrto com seu ministro, providenciar sôbre os meios mais acertados de garantir a emancipação politica do paiz, que estava feita.

Eis ahi como se passaram os factos, de que fui testimunha, referentes á proclamação da Independencia, e nos quaes tive de tomar parte como commandante da Guarda de honra. E permitta-me dizer, d. Pedro foi um heroe!».

Assim fazia o barão de Pindamonhangaba a narrativa do que se passou nas margens do Ipiranga no dia 7 de Septembro de 1822.

Foi com esta exposição exacta que Pedro Americo, o grande pintor brasileiro, reviveu em uma de suas melhores têlas a scena grandiosa, originada dos mais decididos impulsos do patriotismo, e toda ella envolvida em uma atmosfera verdadeiramente cavalheiresca. Para execução do quadro historico teve o distincto artista de visitar nossa cidade, para colher elementos que levassem sua obra a approximar-se quanto possivel da realidade.

Foi aqui que o artista ficou conhecendo os capacetes, as espadas, as dragonas e os fardamentos, de que usavam os soldados e officiaes da Guarda de honra. Daqui levou tambem os retratos, que poude encontrar, dos guardas que foram testimunhas da acclamação de d. Pedro, nas margens do Ipiranga. Considerava o illustre pintor que devia preferir as pessoas que realmente faziam parte da Guarda de honra, para com ellas preencher os logares, onde deviam se achar os fieis companheiros de d. Pedro. O barão de Pindamonhangaba lá está; é aquelle que segue na frente, de espada em punho e galopando ao encontro do principe. A seu lado devem caminhar José Romeiro, Manuel Ribeiro do Amaral e Manuel de Godoy Moreira, tambem nossos conterraneos.

Aos que tiveram occasião de tractar com estes, depois de acabrunhados pelos annos, não será facil reconhece-los na têla de Pedro Americo que, para ser correcto, precisou lhes dar mocidade e enfeita-los de bigodes, de que só usavam quando em serviço e por exigencia de d. Pedro. Mas é certo que o illustre pintor teve em vista representa-los no seu quadro, onde se destaca o barão de Pindamonhangaba, cujo

perfil é conhecido, e deixa ver o desenvolvido orgão nasal, characteristico da familia.

Como se vê, foi o barão de Pindamonhangaba um deligente e honrado servidor da patria; e nos tempos que correm é bom consignar que nunca se aproveitou de sua importante posição para augmentar a sua fortuna; nunca em sua vida recebeu um real dos cofres publicos, por conta sua correndo sempre todas as despesas que lhe impunham os serviços da Guarda de honra. O mesmo se dava com todos que pertenciam a esta milicia, verdadeira guarda nobre, composta de moços das principaes familias das provincias do Rio de Janeiro, Minas è S. Paulo; não só não recebiam soldo, como se mantinham a expensas proprias, notando-se que bem avultadas deviam ser estas, attento o grande luxo e esplendor com que se apresentavam.

Verdadeira phantasia de d. Pedro, que por ventura deixou-se inspirar no pensamento que dictou a Napoleão a instituição da sua heroica e famosa «Garde Impériale». Tinha uma organização toda especial a chamada Guarda de honra. Os soldados gosavam de honras de alferes, e as outras patentes davam aos officiaes honras correspondentes ás de dous postos acima da sua graduação em outros corpos. E dahi decorria o direito, que tinha o coronel Marcondes ás honras de general.

A Guarda se compunha de dous batalhões, de um dos quaes era o nosso conterraneo commandante.

Depois da abdicação de d. Pedro, em 7 de Abril de 1831, o coronel Marcondes afastou-se inteiramente da vida publica, procurando exquecer de uma vez o que se passava no Paço imperial; e recolheu-se á sua terra natal, onde pretendia viver o resto da vida, certo de que juncto de sua illustre e extensa familia e no meio dos muitos amigos que contava, não lhe faltariam consideração, respeito e amizade, que era tudo o que então ambicionava.

Conta-se que, dias depois da abdicação, passou por esta cidade um official que seguia para S. Paulo, levando officios do Govêrno. Foi hospede do coronel, a quem relatou minuciosamente os successos do dia 7 e a retirada do imperador. Informado do desastre de d. Pedro, mostrou-se triste e pe-

saroso, observando ao mesmo tempo que era aquillo de esperar-se desde que havia afugentado de juncto de si os melhores amigos, para entregar-se cegamente aos adversarios do paiz. E accrescentou, que a d. Pedro, apezar de suas muitas qualidades de imperante, faltavam moderação e prudencia, predicados indispensaveis a quem se propõe a governar um povo.

No segundo imperio, o coronel Marcondes foi surprehendido com o titulo de barão de Pindamonhangaba (1856).

Por esta fórma procurou d. Pedro II dar testimunho de seu reconhecimento aos serviços que o nosso conterraneo, com a maior dedicação e lealdade, havia prestado a seu pae e ao paiz.

O barão de Pindamonhangaba possuia varias condecorações, entre as quaes as dignitarias da Ordem de Christo e da Rosa e o officialato do Cruzeiro, que se considerava distincção das mais honrosas.

Era filho de Ignacio Marcondes do Amaral, que foi durante sua longa vida capitão-mór da nossa villa, em que nascera; era neto de Antonio Marcondes do Amaral, o tronco da grande familia actualmente disseminada por todo o paiz. Este Antonio Marcondes, segundo informações colhidas pelo barão Homem de Mello, em assentos existentes no archivo da thesouraria de Porto Alegre, «era filho de Dionysio Marcondes e sua mulher d. Maria Vieira, moradores na ilha de S. Miguel, reino de Portugal, o qual tinha sido mandado ao Brasil, como mestre da sumaca S. Boaventura, trazendo casaes e soldos de Dragões, um conto de réis da Real Fazenda e 22 barris de gerebita; e por que soffresse naufragio nas praias do Bujurú, ficando salva a tripulação, depois de arrecadadas as mercadorias, internou-se pelo Brasil, e veio estabelecer-se afinal nesta localidade».

Nasceu o 1º barão de Pindamonhangaba em 1780.

Foi casado em primeiras nupcias com d. Maria Justina do Bomsuccesso, filha do capitão Custodio Varella Lessa (barão de Parahibuna) o mais rico fazendeiro do nosso municipio.

Enviuvando, casou-se mais tarde com d. Maria Angelica da Conceição, de importante familia de Jacarehi.

O ultimo quartel da vida passou na terra onde nascera, longe dos negocios publicos, mas sem nunca ter cedido das honras e prerogativas, a que lhe davam direito seus titulos nobiliarchicos.

Vendo em seus ascendentes provas de fidalguia e de nobreza, entendendo dever honra-los, cercando-se de verdadeiro fausto e de grandeza, como suppunha exigir a posição que pretendia occupar entre os seus concidadãos.

Senhor de grande fortuna, poude facilmente realizar esse ideal.

Effectivamente, desde sua mocidade vivia em sua villa, como verdadeiro fidalgo. Já nesse tempo possuia carro tirado por bellas parelhas só para conduzi-lo ás festividades e reuniões, que em sua terra se effectuavam e ás quaes se dignava honrar com seu comparecimento.

Os criados que então o accompanhavam, conforme a moda da Côrte, vestiam calções e usavam chapéo armado.

Em sua residencia teve a honra de, por varias vezes, hospedar com verdadeira sumptuosidade o imperador Pedro 1° e sua comitiva, e desempenhou esta tarefa sem precisar recorrer a extranhos. Quer dizer que tinha á mão todos os recursos para receber e obsequiar as pessoas, que por ventura o procurassem, mesmo que tivessem direito a hospedagem principesca.

De facto, o que havia de mais fino em linho e seda encontrava-se nos guarda-roupas de sua residencia. E porcellanas, crystaes e pratas para banquetes, ninguem possuia de mais gosto e mais riqueza. Sua nobre casa correspondia exactamente ao tractamento fidalgo de seus donos; guarnecida de finissimos moveis, nella não faltavam objectos de arte que a ornamentavam.

No meio deste fausto, que deveria ser difficil de manter-se, vivia o barão de Pindamonhangaba em companhia de seu ermão e amigo, monsenhor Marcondes. E muito satisfeito, porque todos o estimavam e respeitavam.

A's grandes solennidades religiosas comparecia sempre, e sempre rodeado de aparato, que bem se póde imaginar. Abotoado em sua casaca de veador, toda recamada de bor-

dados de ouro e cingindo longo espadim, occupava logar reservado juncto ao altar-mór.

Alguem, ignorando o que era a sociedade de então, poderá considerar extravagante e ridiculo esse modo de vida, que na actualidade nos parece muito fora de proposito.

Mas é preciso considerar que o povo desse tempo dava a maior importancia ás exterioridades, parecendo-lhe que os homens valiam mais por aquillo que ostentavam, do que por sua capacidade moral. Questão de tempo e de costumes.

Basta lembrar que pessoas de tractamento não saiam á rua sem ser de chapéo alto, e que vereadores da nossa Camara Municipal tinham por dever rigoroso comparecer ás sessões encasacados. E tudo assim é. Haveria nada de mais extravagante que o uso de cabelleiras empoadas e de rabicho, com que, enfiados em calções e sapatos de fivella, ainda no tempo da Independencia, se apresentavam em público os altos funccionarios?

O que é verdade é que todos achavam muito natural e ninguem deve poder suppo-lo um aristocrata intractavel e coronel Manuel Marcondes de Oliveira e Mello, primeiro barão de Pindamonhangaba, na terra de seu nascimento e no meio de amigos e parentes.

Mas é preciso notar que, vendo-o no meio desse fausto, ninguem deve poder suppo-lo um aristocrata intractavel e presumpçoso. Comprehendia muito bem que nenhuma incompatibilidade havia entre a verdadeira fidalguia e a urbanidade, e por isso tractava, a quem quer que fosse, com toda a consideração e cortezia.

O barão de Pindamonhangaba era um homem bom, na significação da palavra. Foi sempre inimigo de luctas pessoaes, e quando se contestavam seus direitos, referentes a interesses individuaes, não punha dúvida em ceder, para prevenir caprichos e paixões. Nunca em sua vida precisou recorrer ao poder publico para resolver uma pendencia, que lhe dissesse respeito. Era sobretudo respeitador da lei, a qual com a maior satisfacção se submettia.

Apezar da importancia que gosava, não consta que, em qualquer tempo, se aproveitasse de sua posição para exercer vinganças ou para melhorar a sua fortuna.

Em sua vida nunca negou o seu concurso para os melhoramentos, que podiam redundar em proveito do publico. Em seu testamento deixou importante legado para o estabelecimento de uma Casa de Misericordia nesta cidade. E a que ainda existe, e na qual são tractados os pobres da localidade, foi adquirida com o dinheiro que elle legou á pobreza.

Falleceu o coronel Manuel Marcondes de Oliveira e Mello, 1º barão de Pindamonhagaba, nesta cidade, a 6 de Agosto de 1863.

Como se vê, soube elle honrar a terra em que nasceu, destacando-se nobremente em importantes acontecimentos da nossa Historia. E isto que para a nossa cidade deve constituir um glorioso patrimonio não póde, não deve caïr em exquecimento. Si seus parentes não se descuidam de guardar com carinho e respeito estas lembranças, devem tambem seus conterraneos sentir prazer em recorda-las, pois as honras alcançadas por aquelles, a cujo lado nascemos, não deixam de reflectir sôbre nós todos, a quem muito póde aproveitar o exemplo suggestivo de uma vida honrada e nobre.

DAS ARTES PLASTICAS NO BRASIL EM GERAL E NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM PARTICULAR

(CURSO, EM CINCO LICÇÕES, PROFESSADO NO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO)

PELO

DR. ERNESTO DA CUNHA DE ARAUJO VIANA

SOCIO EFFECTIVO DO INSTITUTO, PROFESSOR CATHEDRATICO DA ESCHOLA NACIONAL DE BELLAS ARTES DO RIO DE JANEIRO E DA ACADEMIA DE ALTOS ESTUDOS

Das Artes plasticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular

I

GENERALIDADES RELATIVAS ÁS ARTES PLASTICAS NO BRASIL

Sr. presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Meos senhores.

Sinto-me abalado em falar no Instituto Historico, abalado e commovido por motivo de ordem tão intima, que, só fazendo violencia ao meu temperamento, impeço de correr o pranto de uma saudade, que, quanto mais os annos passam, mais profunda se torna em meu coração reconhecido.

Relevará esta expansão, sr. presidente, v ex. cujo aureo traço de character foi sempre de encantadora e extremosa dedicação filial...

Aos meus 63 Maios, cabe-me a honra de, pela primeira vez, tomar a palavra no seio do Instituto Historico, da egregia associação que teve durante largos annos como seu presidente Candido José de Araujo Viana (marquez de Sapucahi) meu avô paterno, meu segundo pae, porque do primeiro (*) fiquei orpham aos nove annos incompletos. No lar tranquillo de meus avós, os marquezes de Sapucahi, onde nasci e me eduquei, juncto dos incessantes desvelos de minha mãe, ouvi sempre carinhosas e justas referencias ao Instituto. Foi nesse ambiente de modestia e sabedoria que aprendi a respeitar e

(*) O douter em Medicina Ernesto Augusto de Araujo Viana.

venerar o Instituto Historico. Não poderia, portanto, deixar de acudir ao seu chamado para a tarefa do curso, que inicio.

Constará elle de cinco licções, occupando-me na de hoje apenas de generalidades sôbre as Artes plasticas no Brasil.

Tractarei do assumpto com mais desenvolvimento, quando, nas subsequentes licções, o particularizar na cidade do Rio de Janeiro.

Passo a cumprir uma ordem, que como tal devo considerar o convite do sr. presidente do Instituto.

Meus senhores.

As Bellas-Artes, segundo classificação moderna e acceitavel, abraçam em synthese duas categorias:

1.ª Artes estaticas ou plasticas;

2.ª Artes dynamicas ou de movimento.

As da primeira categoria são: a *Architectura*, a *Esculptura* e a *Pintura*, as respectivas derivadas, subordinadas e annexas. Pertencem á segunda categoria: a *Poesia*, a *Musica* e a *Eloquencia*.

A dança, que impressiona pela vista e pelo ouvido, houve quem a considerasse *Arte plastica animada*, a estatuaria viva e movimentada.

As Bellas-Artes da primeira categoria farão consequentemente o objecto do nosso curso.

A *Architectura*, ao mesmo tempo arte e sciencia, subordina a materia inorganica ás formas rigorosamente geometricas, e se rege pelas leis da estabilidade e da ornamentação. São suas annexas: a arte dos jardins, o mobiliario, as artes decorativas ou artes menores, e tambem a Esculptura, a Pintura; enfim todas as artes plasticas.

A Architectura é arte independente por excellencia; é uma arte de Estado.

A Esculptura imprime na materia lenhosa, na materia morta, na materia inorganica, as fórmas da vida. As mais importantes de suas subordinadas são: a *Glyptica* (gravura de medalhas), a *Numismatica*, a *Ourivesaria*, a *Ceramica*, a *Vidraria*, a *Panoplia* e a *Indumentaria*.

A Ceramica e a Crystalaria auxiliam tambem a Pintura.

A Pintura é a Bella-Arte, que, por meio de linhas, côres e matizes, simula, em uma mesma superficie plana, as trez

dimensões do espaço. Della se derivam: a *Agua-forte*, a *Tapeçaria*, o *Mosaico*, o *Esmalte*, a *Paleographia*, a *Calligraphia*, a *Diplomatica*, a *Miniatura* e a *Heraldica*.

Consideram hoje subordinadas á Pintura as artes menores: a *Lithographia*, a *Photographia*, o *papel de forrar muros* e os *tecidos de toda sorte*.

A Pintura tem generos, e estes podem se executar por diversos processos.

Está na consciencia dos que comprehendem o *sentir* quão elevada é a missão social das Bellas-Artes, que educam o homem, o tornam bom, despertam e fortalecem o patriotismo.

Os characteres das Artes distinguem epochas e escholas. A Historia, mas a Historia não hyperbolicamente admirativa ou esbabacante, a Historia, com documentos comparados, ensina quaes as fórmas do todo e das particularidades que cada povo, desde afastados tempos, collocado em condições determinadas, deu ás producções artisticas. E, isso como consequencia do temperamento ethnologico, do clima, dos recursos moraes, da respectiva civilização, das necessidades, especiaes, e, finalmente dos costumes.

O historiador de Artes plasticas deve conhecer e tomar por base de sua narração, simples ou philosophica, a *evolução do ornato*, estudado em suas fórmas geometrica e sentimental.

Os artistas, desde os primeiros ensaios, não o gravaram, não o esculpiram, não o pintaram, discrecionariamente. Com a crescente cultura intellectual, a serie decorativa se cingiu a linhas entrelaçadas a principio, ou não; a essas linhas se seguiu a imitação de accidentes do rosto humano, até á fólha ou á flôr, que indica estado adeantado de cultura.

Não se comprehende historiar Artes plasticas, sem aquella exigencia, para não se reduzir a Historia a enumerações, relações chronologicas ou descripções de monumentos, de estatuas ou de quadros, precedendo-as ou intercalando-as de commentarios encomiasticos...

A Arte plastica humana teve, no *ornato gravado*, a sua primitiva manifestação.

No Brasil os primeiros ensaios, as timidas e grosseiras tentativas de Arte occidental, não se fizeram em linhas de edificação, nem na Estatuaria, nem na Pintura, e sim na escul-

ptura de ornatos de altares e banquetas das tóscas capellas da cathechese, levantadas pelos virtuosos padres da Companhia de Jesus, os mestres de aborigenes que fôram os primeiros entalhadores. E' o que se deduz do estudo das chronicas.

Mostrarei, quando me occupar das phases artisticas da cidade do Rio de Janeiro, a influencia do ornato, resultando do temperamento ethnologico dos colonizadores, e da preferencia e acclimatação naturalmente dadas aos systemas architectonicos e decorrentes estylos decorativos em vóga na metropole.

Por transformações passaram os diversos modos de construcção e as várias maneiras de ornamentar, conforme as revoluções religiosas e politicas, as invasões e immigrações, que acarretam novas e imprevistas necessidades.

Pelo estudo da documentação artistica, atravez dos povos e das epochas se observa o facto que, dos diversos elementos mixturados com os systemas e estylos dominantes, surge sempre novo aspecto, embóra em nada original, desde que se proceda á analyse attenta dos characteristicos, mas que, por convenção, passa a constituir estylo, ganha supremacia, segue curso e acaba por attingir a derradeira phase.

Nada mais interessante do que historiar a Arte no Occidente até á epocha do descobrimento e colonização portugueza em nossas terras. Exige, porém, a materia desenvolvimento superior aos limites do nosso curso.

As Artes plasticas no Brasil abrangem dous grandes aspectos geraes: o prehistorico ou oriental, e o historico ou occidental.

O primeiro se acha por estudar profundamente, apesar das importantes investigações, constantes dos *Archivos do Museu Nacional*, e dos trabalhos de Ladislau Netto Capanema, Hartt, Herculano Penna, Couto de Magalhães, Charles Wiener e outros. Não faltam elementos para estudos dos objectos encontrados: nos sambaquis do nosso littoral, especialmente em Santa Catharina; na epigraphia hieroglyphica ou symbolica descoberta em rochedos de nosso territorio e nos escarpados dos valles dos nossos grandes rios, especialmente os que regam a região amazonica, e na estação funeraria de Marajó, da qual Ladislau Netto fez reconsti-

tuição graphica com a fórma do jaboti, animal sagrado entre aborigenes, cujas lendas Hartt narrou e foram publicadas nos citados archivos do Museu, assim como a theoria sôbre a grega ornamental lançada por esse naturalista.

Não deixarei tambem de alludir, de passagem, e apenas em attenção á memoria de André Rebouças, ás suas cogitações insertas na *Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro*, a respeito da hypothese polygenica de Edens, aliás inadmissivel, que o notavel engenheiro e sociologo imaginou, pittorescamente applicando-a á formação dos primeiros nucleos humanos no Brasil.

A estação funeraria de Marajó lembra monumentos de povos da America, extinctos e de origem ignorada, quaes os dos *mounds-bilders*, estudados por archeologos americanistas.

Os *mounds, conforme desenhos da obra de Cronal*, além de alguns apresentarem fórmas de solidos geometricos, outros as têm de animaes. E' celebre o *mound* da Serpente, em Ohio, nos Estados Unidos. A secção de Archeologia do Museu Nacional possue objectos gravados e pintados, nelles notando-se morphologia linear e humana. Nos traços e coloração revelam orientalismo.

Confirmarão egualmente a suspeita ethnographica alguns artefactos de aborigenes e a tatuagem, não exquecendo as conhecidas *cuias*, que para mim parecem um *charão* ingenuo e grosseiro.

O aspecto prehistorico, que reclama successivas e demoradas investigações, deve pertencer a uma Archeologia, infelizmente ainda não constituida, nem disciplinada...

No aspecto artistico occidental existiu a sabida phase hollandeza, no Norte do Brasil, aliás interessantissima, porém mais do dominio da Historia Geral politica ou de informações. Não se perpetuaram (pelo menos não conheço nenhum), sôbre o solo documentos de Artes plasticas, que influissem na civilização implantada no paiz. Relativamente a esta phase, puramente historica, ha escriptos luminosos dos srs. Oliveira Lima, Pereira da Costa e Souto Maior.

O nosso programma refere-se especialmente ás Artes plasticas no Brasil portuguez e no Brasil independente. Foi

a civilização da metropole a vencedora, continuada e cultivada até hoje, embora não tenham faltado attentados até contra as tradições da nossa vernaculidade portugueza...

Portugal, ou melhor ainda, toda a Peninsula Iberica recebeu e acclimou, como seus, os modos de construcção e os estylos decorativos, emigrados de Italia, depois da epocha brilhante do Renascimento, quando artistas celebres quasi deliravam em composições curvilineas, complicações ornamentaes, entrando a concha, a rocalha, o rustico, e perdendo a architectura exterior a feição harmonica de suas linhas com os tumultos ornamentaes dos interiores. Desenvolvi este ponto em conferencia, que a respeito das *Phases da Architectura no Brasil* fiz, em Dezembro ultimo (1), na Bibliotheca Nacional.

A colonização portugueza coincidiu com a epocha do enthusiasmo pelos modos e estylos do barroco.

A Arte estava ao serviço da Religião; consequentemente os templos foram os primeiros a receber aquelles influxos, que perduraram, e só muito mais tarde passaram á edificação civil. Appareceu então, progressivamente, a Sumptuaria nos interiores das casas, em seu mobiliario, na Indumentaria civil, nos vehiculos de transporte.

Nos interiores das casas: em seus tectos, na carpintaria e marcenaria das esquadrias dos batentes das portas e janellas; nos respectivos caxilhos envidraçados; nas claraboias; na serralheira das fechaduras das portas e bahús a rivalizarem com as das egrejas e conventos; no emprêgo do luxuoso damasco a substituir tapeçarias na forração de paredes dos salões nobres; nas lampadas, nos espivitadores, nos fogareiros defumadores, nos castiçaes, nas palmatorias, tudo de prata ou de casquinha simulando este metal; nos lustres de velas, dourados, com pingentes de crystal para a irização; nos *azulejos historiados* ou não, hollandezes ou portuguezes, a vestirem barras dos grandes saguões, corredores, e casas de jantar; nos *leitos* e suas colchas de seda oriental; nas *arcas*, nos *armarios*, nas *mesas* e *cadeiras* do nosso jacarandá e do mogno importado; nas *baixelas de prata*, com brasões ou

(1) Conferencia realizada a 26 de Dezembro de 1914.

iniciaes gravadas á guiza de monogrammas; finalmente na louça da India, e generalizaram-se jardins characteristicos nos grandes solares.

Resumindo direi que até 1817 o modo exclusivo de construir, quanto ás linhas systematicas e o estylo decorativo, quanto aos ornamentos, representam producto sincero e uniforme do sentimento nacional, reflexo artistico dos seculos XVII e XVIII da metropole. Longe estava a anarchia do seculo XIX !...

Para o demonstrar basta que se percorra o Brasil, começando da Bahia, e observar o que se executou desde as humildes capellas, com as incorrecções desculpaveis, até aos grandes templos definitivos da cidade de S. Salvador, os de Minas Geraes, S. Paulo, Parahiba do Norte, Pernambuco, Pará e os da cidade do Rio de Janeiro.

Si me fosse possivel destacar exemplos concretos, mostra-los, veriam que, constantemente, com pequenas differenças, por conveniencia economica; a architectura exterior em geral de alguns edificios religiosos tem infallivelmente as formas jesuiticas, e a de outros as linhas de rococó; e no interior a sumptuaria de Borromini na *talha mural*, nos *altares*, nas *balaustradas*; nas *molduras* de *quadros* e *espelhos*, nos *arcazes*, nas *mesas*, nos *bancos*, nos *pulpitos*, nas *banquetas dos altares*, na *ourivesaria* de *prata* em castiçaes, lampadas, lampadarios e em outros objectos do culto.

As velhas egrejas constituem verdadeiros museus de Archeologia artistica. Muitos trabalhos contemplados são da lavra, infelizmente, de artistas anonymos...

S. Francisco na cidade de S Salvador; *S. Francisco* em Ouro Preto; *S. Francisco* em S. João d'El-Rei; *S. Francisco* na Parahiba do Norte; algumas egrejas do Recife e Olinda; de Alagôas, do Maranhão e outros estados; *S. Bento, S. Francisco da Penitencia* e outras da cidade do Rio de Janeiro, possuem trabalhos inestimaveis: em *Esculptura* de *ornatos*, em *Estatuaria*, mesmo *em Pintura*, em *Ourivesaria*, em *miniaturas*, em *documentos paleographicos* e em *Archeologia campanaria*.

Em obras de relêvo sobresaem as dos precursores, discipulos e contemporaneos de Chagas (o Cabra) na Bahia; as

de Antonio Francisco Lisbôa (o Aleijadinho) e discipulos em Minas Geraes; e as de Valentim da Fonseca e Silva (mestre Valentim), seus discipulos e contemporaneos nesta cidade.

Do Aleijadinho, em Minas (cuja biographia publicou a Revista do Archivo Publico Mineiro em 1896), ha maravilhas em madeira e pedra. Esmerou-se o artista no concheado, nas folhas, nos curvilineos, nas volutas; é de admirar a estatuaria, extasia a massa decorativa, em synthese e nos pormenores, das egrejas de Ouro Preto e S. João d'El-Rei. Lisbôa (o Aleijadinho) fallecido a 18 de Novembro de 1814 e Valentim (mestre Valentim) fallecido em 1º de Março de 1813, ambos Mineiros e mixtiços, considero os maiores artistas do seculo XVIII no Brasil; o que penso ser hoje corrente, ou de facillima prova com documentação comparativa.

Nos tempos coloniaes cultivaram a Pintura, a principio, artistas quasi auto-didacticos, e, apesar das difficuldades do ambiente, muito se exforçaram: não lhes foi facil trabalhar. Mas á medida que augmentaram os recursos, redobraram em exforços, e alguns chegaram a attingir incriveis perfeições de colorido e perspectiva em quadros pintados nesta cidade.

Adstrictos a assumptos religiosos, escasseou, na maioria dos nossos pintores coloniaes, originalidade nas composições; poucos se entregaram ao genero do retrato e da paizagem, outros fizeram apenas decorações de claro-escuro.

E' vêzo formarem, a respeito de muitas das obras de arte coloniaes, juizos ou conceitos systematicamente admirativos, quanto á invenção e technica, e com a maior facilidade classificam de obras sublimes a méros ensaios ou tentativas, aliás resultados de louvaveis exforços, deante da relatividade do meio e dos meios...

Citam na Bahia José Joaquim da Rocha, fundador de uma eschola de Desenho, e seus discipulos; em Minas, José Joaquim Viegas, que cultivou o retrato e teve discipulos.

A evolução historica da Pintura colonial nesta cidade, conheço pelo estudo e observação deante dos originaes.

Auxiliava á Esculptura decorativa outro elemento lindo e precioso, a ceramica historiada nas barras de naves, capellas

móres e recinctos claustraes. Azulejos primorosos existem ainda em egrejas e mosteiros nos Estados e na cidade do Rio de Janeiro. Os do claustro de S. Francisco, em S. Salvador da Bahia, são dignos de menção (2).

A construcção dos edificios, enriquecidos posteriormente com obras de arte, teve a sua infancia; mas... curioso e logico, o que é natural, foi o encadeamento, conforme os recursos desde o *páo a pique* das *capellas choças*, desde o uso da taipa, dos adobes, da alvenaria de pedras seccas, de alvenarias de pedras argamassadas com cal, da cantaria, augmentando gradualmente a solidez, até ás paredes de excessiva espessura e secular resistencia. Typos dessa solidez espantosa exemplificam: os muros e abobadas de vetustas egrejas, conventos, fortificações e de algumas velhas pontes dormentes.

Na especialidade lenhosa das construcções se observou similhante encadeamento. O primeiro official, da respectiva profissão elementar, foi o carpinteiro que preparou a grande Cruz inicial e armou o altar da Primeira Missa, missa reconstituida na celebre téla de Victor Meirelles, na qual os contrastes da indumentaria do conquistador portuguez, do seu sequito, com o sitio agreste descoberto, e a multidão aborigene surprehendida, compõem um scenario de elevada emoção historica.

Os madeiramentos passaram por todos os systemas, a começar pelo emprêgo dos páos rusticos como vinham dos mattos. Os fôrros dos tectos de coberturas appareceram depois do muito uso da telha vã, á guisa do estylo latino da primitiva Architectura christã.

O facto do Descobrimento lembra immediatamente a carta de Pero Vaz Caminha, verdadeiro monumento da nossa Paleographia. Em estudos comparativos paleographicos, referidos em curso publico do Pedagogium em 1903, deante de projecções luminosas, mostrei o facto da escripta de 1500 se assimilhar com a castelhana, naturalissimo, mas contendo interessantes traços exclusivamente lusitanos. O livro his-

(2) Na cidade do Rio de Janeiro ha ainda para contemplar velhos azulejos nas egrejas da Gloria do Outeiro, de Sancta Cruz (antiga Fazenda Imperial) e da Penna de Jacarépaguá.

panhol que me serviu de guia e mestre nesse assumpto data de 1870, e tem por titulo: *Escola de lêr cursivos antigos e modernos desde a entrada dos Godos em Hespanha até nossos dias*, por André Merino de Jesu Christo, religioso professo das Escholas pias da provincia de Castella.

Bibliothecas, conventos, archivos de irmandades, ordens terceiras, archivos officiaes, guardam preciosidades paleographicas e calligraphicas, onde ha muito a estudar, a comparar e a decifrar. Algumas são miniaturas e illuminuras de valor artistico.

Vi, algures, no Convento do Carmo desta cidade, lindos exemplares de graphia attribuida a frades do Pará, de 1721 e 1730. Constavam de frontespicios e letras iniciaes dos canticos e hymnos com molduras, guarnições e demais ornamentos, bem desenhados, imitações bysantinas e gothicas, com as côres admiravelmente conservadas.

Quanto á Epigraphia, arte que se subordina á Pintura e é annexa á Gravura, possuimos bellissimas e characteristicas lapides tumulares nos cemeterios claustraes, e inscripções em cartelas de obras publicas, principalmente em chafarizes coloniaes, nesses edificios de feição calma e bondosa, os quaes na Archeologia das cidades brasileiras retratam a historia da formação da nossa sociedade civil e documentam serviços da administração.

Em uma aquarella, pintada na Bahia pelo fallecido artista Henrique Fleiuss, pae do digno secretario perpetuo do Instituto Historico, e que, no Rio de Janeiro, prestou valioso concurso technico ás artes graphicas, fiquei conhecendo, na paizagem de um pittoresco, inedito, a fórma de velho chafariz bahiano, no qual se destaca um golphinho na parte mais alta.

Os competentes consideram as inscripções christans classe importante da Epigraphia.

Os Romanos transmittiram aos povos occidentaes a epigraphia latina, gravada ou em relêvo, nas legendas honorificas, nos edificios, nos sóccos, nos pedestaes das estatuas ou monumentos, nos tumulos, nas medalhas, nos escudos, em divisas, cartelas, bandeiras e estandartes. No Brasil, onde o latim, durante muito tempo, se ensinou e se aprendeu com

seriedade, as inscripções e legendas latinas generalizaram-se, o que hoje se faz excepcionalmente.

Não conheço lingua mais synthetica e de maior utilidade decorativa do que a latina.

A Epigraphia muito auxiliou a Arte campanaria. Na Europa, ha alguns annos, os sinos figuravam, nos programmas dos estudos archeologicos e historicos, apenas como titulo do mobiliario ecclesiastico. Depois da publicação de Henri Jadart, em 1884, a respeito do celebre sino de Reims, foi que, entre os eruditos technicos, a materia despertou interesse historico e artistico. Fundou-se então a Archeologia campanaria, cujo melhor tractado é de Berthelé.

E' assumpto de apparencia simples, mas que entretanto elucida pontos de importancia historica.

Portugal importou sinos para quasi todas as nossas egrejas, poucos se fundiram no Brasil. Nelles se notam éras em relêvo, ornatos, armas e symbolos. Em templos desta cidade dobram sinos seculares, aos quaes attribuem chronicas, algumas somente por tradição oral transmittidas.

Os characteres no bronze dos sinos indicam que a Epigraphia campanaria accompanhou bem de perto o que os contemporaneos fizeram em cartelas e nas lapides tumulares.

* * *

Nas artes menores, ou artes applicadas, excluindo por completo os artefactos dos aborigenes, sobresaem pela originalidade; a arte chamada catharinense, a joalharia e os tectos rusticos de Minas Geraes, as indumentarias rio-grandense e bahiana, e finalmente o lindissimo tecido que vulgarmente nomeiam de: — *Rendas do Norte.*

A arte catharinense se poderá dividir em duas categorias: a mural e a applicada a objectos de mobiliario. A primeira consiste exclusivamente de mosaicos de conchas, escamas de peixe e de pennas, e a segunda de varios objectos, quaes pequeninos leitos decorativos e joias com caramujos.

O mestre em bonitas composições foi o illustre Catharinense Francisco Xavier Cardoso Caldeira (o Xavier dos Passaros) fallecido em 1810, o qual com Francisco dos Santos Xavier (o Xavier das Conchas) que segundo o sr. Henrique

Boiteux (3), aprendeu a especialidade em Sancta Catharina, auxiliou a mestre Valentim nas ornamentações dos pavilhões do Passeio Publico.

Na joalharia de Minas Geraes a originalidade está no emprêgo do côco estriado ou lapidado, como as antigas joias inglezas de carvão de pedra.

Os tectos rusticos, que observei em modestissimas habitações de arraiaes, em Minas Geraes, reduzem-se a esteiras compostas de varas de taquara caprichosamente trançadas, resultando um tecido forte. Os trançados géram figuras rectilineas, tangentes e seccantes, enfim uma especie de mosaico, tosco e grosseiro na verdade, mas em não poucos ha desenho espontaneo. Quem sabe qual será a evolução desses tectos nas habitações campestres?

Nas artes applicadas á indumentaria indigena são typicos: a sumptuaria do trajo completo do gaúcho e a do vestuario das mulheres bahianas de côr preta, nos dias de tafularia em sua terra natal. Estas duas indumentarias fornecem materia de Ethnographia comparada e themas pittorescos para quadros de costumes.

Não poderei exquecer as rêdes, evolução aborigene, que serviram e ainda servem em certas localidades de meio de transporte e até de feretros transitorios para cemeterios de povoações ruraes. Pertencem hoje mais ao mobiliario provinciano, como leito ou movel de descanso. Fabricam-se luxuosas, com malhas, crivos, franjas, listas coloridas e com varios enfeites ingenuos ou imitados.

Chanfrando cantos de varandas abertas das nossas habitações de campo, a rêde, além do confôrto, que proporcionará áquelles que a apreciam por esse lado, será nota decorativa complementar. Assim saibam escolher o typo e adopta-lo no ponto mais conveniente do compartimento...

As bellissimas rendas de bilro, tecidas especialmente nos Estados do Norte, constituem outra especialidade indigena de Arte applicada.

Na historia universal das rendas artisticas se dividem estas em rendas de *agulha* e *rendas de bilro*.

---

(3) O sr. Henrique Boiteux publicou artigo circumstanciado a respeito de Xavier dos Passaros, no «Jornal do Commercio», de 1º de Março de 1913.

O *crivo* (ou labyrintho) incluo naquella categoria, porque é com agulha que elle se completa.

No Brasil, do mesmo modo que na Belgica, na Italia ou na França, tecem outra especie, *a conjuncta* — isto é, parte feita a agulha e outra a bilro. Ha bonitas variedades desta especie, fabricadas em Alagôas, no Ceará e no Maranhão.

Fiz estudos demorados a respeito das rendas, estudos que em resumo publiquei no *Brasil Artistico* (4).

No Norte do Brasil usam das linhas de novello, de carretel, de meadas, de algodão, linho ou seda, e tambem do fio extrahido da fibra da palmeira tucum, fio comparavel, na finura e resistencia, ao do algodão de Alcantara no Maranhão ou ao do Egypto. Tecem tambem rendas com fios da bananeira.

A arte da renda é bella e feliz applicação do Desenho ao trajo e a accessorios do mobiliario. No seculo XVIII, em plena tyrannia da rocalha, tiveram culminancia as rendas de bilro. Inventaram-se desenhos originaes. Para o trajo feminino, vaporoso, de fazendas diaphanas e transparentes, se adoptou feitio apropriado ao emprêgo do novo ornamento; primorosas composições cobriram então de prestigio as rendas de bilro!

A renda de bilro, que começára modesta e timida, a principio estreitinha, a orlar somente roupas brancas, afinal se tornou na Europa tão preciosa como a da agulha.

As primeiras mestras em rendar, vindas de Portugal para o Brasil, aprenderam com rendeiras de Puy, em França.

Penso não soffrer duvida, estudando-se as phases do tecido, que o primitivo ensino, em Hispanha, Portugal e America, foi devido ás mestras ou discipulas de Puy. A industria artistica é peculiar ás localidades portuguezas ao longo da costa, facto que se observa tambem no Brasil.

A's rendas do Norte mais apreciadas chamam de rendas do *mar* ou *da praia*, isto é, as tecidas no littoral.

As artisticas rendas brasileiras, conforme a classificação das rendeiras do Norte se dividem: 1°, de *cordão*, quando ha um fio mais grosso a formar desenhos com os mais; 2° de

(4) Revista do Lyceo de Artes e Officios. N° «A Noticia», publiquei tambem folhetim sôbre o mesmo assumpto, firmado com as iniciaes A. V.

panno, quando os fios são todos eguaes, e dos desenhos resultam espaços quasi tapados.

Variam os desenhos, nem sempre originaes. Quanto á nomenclatura nortista, chamam de *bico* ou *ponta* as que no Rio de Janeiro chamamos *renda;* e o que denominamos de entremeio, intitulam de *renda*. Dizem: renda de *bico* ou *ponta*, e *renda de entremeio*. Ha tecidos que rivalizam com a melhor *guipure* franceza.

Antes de 1816 não existiu no Brasil ensino official de Bellas-Artes. Foi o notavel estadista conde da Barca (Antonio de Araujo de Azevedo) ministro de d. João VI (*rex fidelissimus, artium amantissimus*), quem suggeriu a este principe a resolução de fundar no Rio de Janeiro o ensino das Bellas-Artes: e o conseguiu naquelle anno, mandando o Governo contractar, em Pariz, por intermedio do respectivo agente diplomatico, illustres artistas francezes, de nomeada em seu paiz.

O decreto de 12 de Agosto de 1816, que está a completar o centenario, foi o primeiro acto do Governo regulando os deveres e ordenados dos professores contractados, dando outras providencias concernentes ao ensino.

E' facto conhecido da nossa Historia, e que se destaca no fecundo reinado de d. João VI.

As Bellas-Artes a elle se prendem pela phase de transição do advento da arte neoclassica, que succedeu á da adaptação creoula, resultando da instrucção official pela preferencia, até certo ponto opportuna, de exclusivos ensinamentos greco-romanos, ministrados pelos artistas francezes, artistas eminentes provindos da epocha napoleonica, que em França foi a das linhas, fórmas e maneiras do classico na Architectura, na Esculptura e na Pintura.

As Bellas-Artes na cidade do Rio de Janeiro, desde a fundação do ensino official e em determinados characteres geraes dos tempos anteriores, poder-se-hão considerar como as do paiz inteiro. A irradiação depois se accentuou, devido áquelle ensino com influencia generalizada.

Até então os artistas brasileiros representavam o ideal dos seus compatriotas, personificavam sinceramente o sentimento contemporaneo das Artes plasticas no paiz.

No Brasil dos vices-reis veremos na cidade do Rio de Janeiro documentos, que, sem solução de continuidade apreciavel, marcam graduações ponderadas, e outros evidenciam a imaginação creadora de alguns dos nossos patricios, os quaes isolados, longe da civilização da Europa, entregues á sua propria inspiração produziram obras suas, exclusivamente suas, na originalidade da traça e ornamentação.

Apesar das influencias do classico no Brasil do primeiro imperador, durante o reinado do sr. d. Pedro II, até hoje, ainda se nota no ornato a primitiva adaptação creoula pelo atavismo ethnographico dos colonizadores, adeptos dos estylos decorativos do seculo XVIII.

O reinado do sr. d. Pedro II foi para as Bellas-Artes no Brasil a phase brilhante da pintura de cavallete no genero historico, no qual jamais tiveram competidores Victor Meirelles e Pedro Americo, e no genero paizagem Agostinho da Motta, contemporaneamente áquelles artistas, o precursor de João Baptista da Costa.

Na epocha colonial no Rio de Janeiro, me apresso em citar, antecipadamente, na grande arte da Pintura mural, José de Oliveira que immortalizou seu nome na composição do tecto da nossa egreja da Penitencia, e, modernamente, João Zeferino da Costa, ha poucos dias arrebatado pela morte, na edade de 75 annos e depois de 40 de um magisterio exemplar.

Tradicionalista que sou por educação e convicção, dedicado ás Bellas-Artes, as quaes estudo, e cujos progressos accompanho ha muitos annos, me congratulo commigo mesmo, por ter merecido a confiança do sr. presidente do Instituto Historico, a quem procurarei, quanto em mim couber, corresponder no desempenho da incumbencia de historiar as Artes plasticas na cidade do Rio de Janeiro, occupando-me nas subsequentes licções da sua Architectura urbana e rural, religiosa e civil, da sua Esculptura de ornatos e estatuaria, da Pintura, de suas fontes e aqueductos, dos seus jardins antigos, da sua arte funeraria, da sua epigraphia religiosa e civil, da Gravura e das Artes graphicas ao serviço do jornalismo.

II

DAS ARTES PLASTICAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO — RIO DE JANEIRO COLONIAL — PERIODO DOS VICE-REIS

Sr. presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Meos senhores.

Ao principiar as licções particularizadas á cidade do Rio de Janeiro, um dever se impõe á minha consciencia: precede-las da referencia ao nome de um nosso compatriota, a quem de longa data conheço, desde que cursei o saudoso Collegio Pedro II, e a quem accompanho na sua vida de serviços a esta cidade, como seu chronista erudito e paciente investigador de seu passado.

A sua obra de historiographo e reconstructor da velha Topologia carioca não se póde medir, nem pesar, tal o seu valor...

Quero me referir, já todos podem prever, ao dr. José Vieira Fazenda. A preciosa collectanea de seus artigos semanaes, n'*A Noticia*, durante um decennio ou talvez mais um pouco, constitue um patrimonio inestimavel.

Alegra-me vê-lo aqui, desde o inicio do curso, animando-me com a sua presença.

Outro dever de consciencia é render preito á memoria d'aquelles, que por seus escriptos foram meus guias no começo dos estudos relativos ás Bellas-Artes no Brasil. De Manuel de Araujo Porto-Alegre (barão de Sancto Angelo) os trabalhos insertos no *Ostensor Brasileiro*, na *Guanabara*, na *Minerva Braziliense*, e na *Revista do Instituto Historico*, nas actas da Imperial Academia das Bellas Artes, na qual elle aprendeu, foi professor e director; de Moreira de Azevedo, meu mestre no antigo Collegio Pedro II; e de Joaquim Manuel de Macedo, os seus escriptos historicos, os discursos solennes do Instituto, os quaes, muitas vezes, tive a ventura de ouvir,

pronunciados com aquella voz canora, com que Macedo commovia o auditorio selecto, os seus romances, desde a *Moreninha* ás *Victimas Algozes*, e o seu theatro.

Finalmente não devo exquecer Joaquim Maximiano Mafra, o velho Mafra, sabedor como ninguem de toda a historia das Bellas-Artes no Brasil, secretario aposentado e professor jubilado da Academia e auctor do desenho fundamental da estatua equestre de d. Pedro I. Para todas as duvidas, todos os pontos, obscuros para mim, relativos aos artistas brasileiros e ás suas obras, encontrei promptos esclarecimentos em Mafra, que, recebia sempre o seu discipulo de Desenho da antiga Eschola Central, com prestimosa e benevolente solicitude.

Estudaremos as Artes plasticas na cidade do Rio de Janeiro com os governadores, com os vice-reis, com o rei, com o primeiro imperador, durante o periodo da Regencia, até á proclamação da Republica.

A Villa Velha, fundada por Estacio de Sá, foi naturalmente o inicio da Architectura carioca, constituida de choças com feitio mixto, aborigene e occidental, choças de toscos ramos e palmas sêccas algum tanto selvagens, algum tanto pittorescas, que, pouco a pouco, desappareceram com a mudança da séde da povoação para o morro do Castello.

Vencidos os Francezes que sonhavam com a Henriville e com a França Antarctica, retira-se Mem de Sá, o govêrno passa a Salvador Corrêa de Sá. Começaram as construcções e fortificações.

A egreja nova Sé, a principio de taipa, melhorou e chegou a cathedral. Posteriormente entrou em absoluto abandono, e as edificações se dilatavam pela planicie ou varzea.

Exhumado o corpo de Estacio de Sá, sepultado na capella da Villa Velha, os restos mortaes foram trasladados para a nova Sé. Ahi receberam tumulo com lapide lindamente epigraphada, a qual ainda se acha em carneiro da capella-mór mandada construir especialmente em 1863, pelo sr. d. Pedro II.

No cimo do morro ainda lá se acham, por felicidade historica, o tumulo na capella-mór da egreja de S. Sebastião, e o marco-padrão no cunhal deste templo.

O marco, padrão fundamental da cidade, é de marmore portuguez; a sua fórma geometrica affecta o de parallelipipedo alongado, de pequena espessura.

Em uma das faces estão em relêvo as quinas portuguezas e na outra a cruz que figurava nas caravellas e galeões dos conquistadores.

Sobresae na lapide tumular do fundador da cidade a epigraphia, cujos characteres modernamente procuram, com vantagem decorativa, reviver em legendas, distichos e titulos de textos.

Na Peninsula Iberica sempre predominaram os alphabetos grego e romano, ás vezes com variantes devidas a extranhos. No seculo XVI a cousa chegou a extravagancia sem nome. Não tardaram as inscripções a revestir fórma inintelligivel com abreviaturas.

Appareceu a filiação medieval dos characteres conjugados, uns dentro de outros, formando syllabas da palavra. Assim a syllaba *ca*, punham o *a* dentro do *c*; formavam a syllaba *ta*, traçando o *t* no proprio *a*...

A epigraphia da lapide tumular do fundador da cidade é um exemplo.

O morro do Castello, portanto, origem da nossa grande cidade, considero monumento historico para o Rio de Janeiro, do mesmo modo que o territorio bahiano para todo o Brasil.

Não tem faltado entretanto ambiciosos pretendentes ao arrazamento do morro, o que a realizar-se seria attentar contra a tradição, contra a historia e direi mesmo contra a esthetica urbana. Melhorem o morro abandonado, o tractem com carinho. Porque e para que arraza-lo? Realçam a nossa cidade a sua belleza e a singular descontinuidade plana. Não faltam os nucleos de população edificados em terrenos chatos.

Não ha typo mais commum do que o de cidades planas, nas quaes predomina a monotonia rectilinea, e onde o traçado geometral jamais poderá evitar a melancholica perspectiva da linha do horizonte, a perder de vista... O typo exclusivo da cidade plana adstricto, pela obcessão rectilinea, aos alinhamentos longos e exhastivos, é simplesmente banalissimo...

Alludi que a colonização portugueza coincidiu com a época do enthusiasmo pelos modos e estylos do barroco, e

que a Arte, achando-se ao serviço da Religião, consequentemente os templos foram os primeiros a receber aquelles influxos em Architectura, Esculptura, Pintura e nas artes applicadas. Considero os conventos e velhas egrejas do Rio de Janeiro, os nossos museus de Arte colonial. Quanto á vetustez architectonica urbana cito a egrejinha de Sancto Ignacio de Loyola, na ladeira da Misericordia, subida para o Castello, juncto ao actual Hospital de S. Zacharias, casarão historico e jesuitico.

A pobreza de linhas, simplicidade demasiada na construcção e proporções, indicam que não seria essa a egreja definitiva, e effectivamente não seria, porque ao lado se conservam ainda as paredes e ornatos corinthios do sumptuoso templo (começado pelos Jesuitas) cujas paredes e recinctos aproveitaram para o funccionamento do Observatorio Astronomico.

Temos alli naquelles trechos, por concluir, admiraveis lavores em pedra documentando a pericia dos esculptores, e a reclamarem memoria technica de Archeologia sôbre o typo de resistencia das alvenarias, sôbre o plano do templo, em construcção, sôbre a interpretação e execução dos ornatos.

Si fosse possivel destacar exemplos concretos, mostra-los, veriam constantemente que, com ligeiras differenças, decorrentes da respectiva conveniencia economica, a architectura exterior dos antigos edificios religiosos, affecta: em algumas egrejas, infallivelmente, as fórmas jesuiticas nas fachadas; e, em outras egrejas, as linhas do rococô.

Nos interiores, porém, é empregada a sumptuaria de Borromini, com mais ou menos riqueza, com mais ou menos profusão de ornatos.

Duas egrejas, no Rio de Janeiro, culminam na sumptuaria de Borromini: a do Mosteiro de S. Bento e a de S. Francisco da Ordem Terceira da Penitencia, no morro de Sancto Antonio.

A architectura jesuitica começada em Italia produziu bom effeito em França; Maria de Medicis confiou a Brosse a egreja de Saint-Gervais em Pariz.

Dahi para aquella architectura a divisão em dous typos ou escholas: a jesuitica italiana e a jesuitica franceza; a primeira de frontão triangular, e a segunda de frontão curvo.

No Rio de Janeiro o estylo jesuitico se adoptou nas mais antigas egrejas, e o rococó para as demais.

Os conventos de S. Bento, Sancto Antonio e Sancta Tereza; a Cathedral, a Cruz dos Militares, a Conceição e Bôa Morte, á rua do Rosario; e as egrejas do morro do Castello, por exemplo, são jesuiticas da eschola italiana. A da Misericordia, de frontão curvo, pertence a sua fachada, apesar da pobreza e das numerosas incorrecções, a um typo que classifico na eschola franceza. São do rococó as fachadas: da egreja do Carmo, á rua Primeiro de Março; da Candelaria, embóra com seu zimborio mais moderno do Renascimento; a de S. Francisco de Paula; a da Mãe dos Homens á rua da Alfandega; a de Sancta Iphigenia, do Bom Jesus do Calvario, de Sancta Luzia, S. José e outras.

Dous edificios religiosos antigos se destacam pela fórma singular das respectivas plantas.

A fórma commummente preferida, na planta das antigas egrejas do Rio de Janeiro, foi a rectangular para a nave; e rectangular ou polygonal ou curvilinea, para a capella-mór.

A fórma da cruz latina se accentúa apenas na Cathedral e na Candelaria. Em S. Bento a planta seria em cruz latina perfeita, si um dos braços da cruz não tivesse sido interrompido pela construcção do claustro.

Destacam-se pela fórma singular da planta: a egreja da Gloria do Outeiro, de projecção polygonal, e a de S. Pedro (5), á rua deste nome, de fórma curvilinea. Esta é a unica, cuja fórma da planta lembra o exclusivismo de curvas convexas e concavas, systema tão preconizado por Borromini.

A planta das primitivas egrejas no Brasil se derivou do cruzeiro plantado no aldeamento ou povoado. Construiram-se em seguida as capellinhas transformadas em templos de maiores dimensões, conforme o desenvolvimento do nucleo de população e exigencia do culto. Uniu-se ás capellinhas outro corpo maior, rectangular; fez-se um arco para communicar o novo corpo com a nova construcção, arco que ainda se chama arco cruzeiro, sem a planta ter a fórma de cruz, mas por analogia com as egrejas em cruz.

---

(5) Escrevi noticia illustrada, a respeito da egreja de S. Pedro, na revista «Renascença», n. 26, de Abril de 1906.

E assim se constituiu a fórma particular das nossas primeiras egrejas, das quaes se derivaram todas as outras. A prioridade desta explicação pertence a Manuel de Araujo Porto Alegre que primeiro a déra, em 1849, na revista *Guanabara*.

A egreja e mosteiro de S. Bento são, nesta cidade, ricos museus de Arte dos seculos XVII e XVIII (6).

Alli foi o berço da pintura a oleo no Rio de Janeiro; a Esculptura e a Estatuaria em madeira predominam na dourada e sumptuosa decoração mural do templo; a Ourivesaria se esmerou nos lampadarios e a Architectura na estereotomia dos arcos e abobadas; a Carpintaria legou magnificos batentes, fartamente almofadados, e os caixotões dos tectos do convento; e a Marcenaria nas várias peças do mobiliario; a Epigraphia se characterizou nas lapides tumulares do claustro; e, nos trabalhos com a nossa pedra feitos na fachada e mesmo no exterior apparecem obras esculpidas, algumas, com formas animaes.

Informações historicas sôbre a Ordem Benedictina no Rio de Janeiro encontram-se nos escriptos de Porto Alegre, Moreira de Azevedo, já fallecidos, e nos dos drs. Ramiz Galvão e Vieira Fazenda.

Naquelles recinctos seculares de S. Bento são para admirar; os primeiros aspectos da Pintura a oleo em nossa cidade; os modos da talha brasileira com originalidade de applicação e desenvolvimento floral; o espirito subtil e paciente do artista na delicada execução de curvaturas e minucias do mobiliario; o feliz resultado da martelagem em obras de prata, e, finalmente, um programma de solidez na grande fabrica architectonica que, no systema, não possuimos superior no Rio de Janeiro. O mosteiro de S. Bento já como construcção, já no ponto de vista ornamental, é um dos melhores padrões de Arte dos tempos coloniaes.

A frei Ricardo do Pilar, o primeiro mestre de Pintura a oleo no Rio de Janeiro, pertencem as pinturas da egreja. De frei Domingos da Silva, são muitos ornamentos e figuras

---

(6) Vide artigo illustrado «A Arte em S. Bento», publicado por mim na «Renascença», n. 20, de 1905.

esculpidas, sobresaindo o crucifixo, mais de duas vezes secular, que se vê no côro; e de Valentim da Fonseca (mestre Valentim) os lampadarios de prata da capella-mór. José da Conceição e Simão da Cunha trabalharam na talha decorativa das naves, e José de Oliveira pintou os paineis da capella de reliquias do convento.

Não se classifiquem de obras primas as producções de frei Ricardo do Pilar. Sente-se que elle, aproveitando natural aptidão, se prestou, na falta de outro, a ornar paineis do templo, tornou-se pintor: consequentemente deveria ter tido discipulos. A sua obra principal é o quadro da sacristia: *O Salvador.*

Observando-se os trabalhos de frei Ricardo, vê-se a principio o desenho fraco, colorido ora infantil, ora indeciso, em alguns paineis, melhorando consideravelmente no quadro d'*O Salvador.* Ahi se revela como, no Rio de Janeiro, até então ninguem o conseguira.

Na figura de Christo, o pintor benedictino procurou evidentemente inspirar-se na maneira de Fra Angelico. Não se conclua dahi que se possa estabelecer parallelismo artistico entre o benedictino e o dominicano, celebridade universal na Pintura sacra.

A Esculptura de ornatos, principal riqueza artistica da egreja de S. Bento, pode ser estudada por partes, e qualquer dellas daria margem para muito dizer: taes os resultados de espontaneidade fecunda e imaginação creadora, taes os effeitos da plastica contornada, figurada, symbolica, folheada, floreada e concheada, obedecendo a talha, ora a movimentos accelerados, ora uniformes, ora tudo dispondo-se em linhas discretas e tranquillas...

Espalharam bellezas na talha das naves, onde a originalidade se patenteia na preferencia de um ornamento dominante, o da *folha do acantho*, ora crespa, enroscada, ora espalmada, opulenta e cheia nos planos inferiores, adelgaçando-se, á guiza de rebentos, perto das cimalhas e dos arcos.

A Epigraphia, nas lapides do cemeterio claustral, exemplifica o estylo lapidar nos differentes aspectos dos characteres latinos e no modo de dispo-los, nas respectivas inscripções, conforme se usava nos seculos XVI, XVII e XVIII.

Em algumas pedras se notam bem tractados motivos heraldicos, monacaes e seculares. Muito ainda poderia dizer de S. Bento !... E' de esperar que os religiosos, que se acham de posse do mosteiro, conservem, com carinho, todo esse patrimonio de Arte nacional !...

A vetusta egreja da Ordem Terceira da Penitencia, no morro de Sancto Antonio, ostenta tambem primorosa talha, é monumento de Arte ornamental. Em sua phantasia decorativa se observam os caprichos das estylizações da concha, nos enroscamentos ou em simples contornos, rigorosamente geometricos, infalliveis no interior de toda egreja antiga do Rio de Janeiro.

A egreja da Penitencia é por assim dizer uma decoração construida, mais esculpturesca e pictural do que architectonica, modalidade extra-phantasista, onde as columnas, bases, architraves, cornijas, frisos, são cortados, interrompidos, atormentados, torsos, desnaturados; finalmente, sob uma invasão profusa e variada de ornatos, não existem elementos architectonicos com as suas verdadeiras linhas, fórma, character e funcção.

Culmina no tecto a grande composição do pintor José de Oliveira, maravilha de arte decorativa mural, magia de perspectiva no conceito de Porto Alegre. Discipulo incontestavelmente de frei Ricardo, José de Oliveira excedeu ao mestre.

No mobiliario do vizinho Convento de Sancto Antonio existe documento, obra prima de Marcenaria e talha no nosso jacarandá. Refiro-me ao *arcaz* da egreja: opulento em ornamentação admiravelmente combinada.

Possuiu o Convento rica ceramica de azulejos historiados.

Ainda ha trez dias por lá andei, os não vi mais; restando apenas alguns, simplesmente ornamentaes, em limitados trechos de barras. A fiada de cabecinhas de frades em relêvo por baixo do côro, que dizem representar martyres da Ordem; as contemplei de novo, na occasião em que enfeitavam, não sei porque, as severas columnas e ornamentos, com flores azues de papel e panno !...

Ninguem me deu mais informações do milagroso moringue de frei Fabiano, personagem historica do romance

Francezes no Rio de Janeiro, por Moreira de Azevedo, moringue que até ha poucos annos conservaram como reliquia venerada do monge querido e popularissimo em tempos passados.

A bengala real, presente attribuido a d. João VI, ainda figura ao lado do orago nas festividades.

O que commove toda vez que se passa, á noite, pelo largo da Carioca e se olha para o Convento, é vêr luzir, pobremente, a lampada do nicho exterior da egreja; é vê-la luzir, como foi de uso medieval, vulgarizado no Brasil, especialmente durante o seculo XVIII... Todos poderão ver a tradição transmittida e respeitada em pleno seculo XX, frente a frente com os lampeões de gaz e com a luz electrica !...

A Cathedral, outr'ora capella-real e depois imperial, é das poucas antigas egrejas, cuja planta affecta a cruz latina perfeita. A ornamentação da Sumptuaria borrominica reina em todo o templo. As figuras dos apostolos por José Leandro de Carvalho documentam uma phase da Pintura colonial. Alli tambem existiu a téla commemorando a Cêa, de Raimundo da Costa e Silva.

As principaes egrejas, cujas fachadas se traçaram no rócocó, quaes a do Carmo, S. Francisco de Paula e Sacramento, não se concluiram no seculo XVIII. A sinceridade dos architectos, que concluiram algumas no seculo seguinte, se evidencia na harmonia da passagem do modo decorativo, sem-chóque, sem notavel solução de continuidade ornamental. A do Carmo, á rua Primeiro de Março, que ostenta fachada de cantaria, com primorosos lavores de marmore do mestre Valentim, conseguiu ter suas torres levantadas no seculo XIX.

Mello Côrte-Real, mais conhecido como pintor, deu os desenhos para essas torres, exactamente executados. Compoz desenhos harmoniosos, com zimborios azulejados de paineis intermittentes, com originalidade, ora na collocação da concha, ora na collocação da folha de acantho (7).

Na de S. Francisco de Paula, Padua e Castro fez portico classico, e, na do Sacramento, Bethencourt da Silva harmo-

---

(7) Na «A Noticia», em folhetim, que firmei com as iniciaes A. V. reivindiquei para Mello Côrte-Real a auctoria do trabalho (Dezembro de 1903).

hizou a agulha medieval com o dorico abastardado da fachada. Modernamente profanam fachadas de algumas egrejas com revestimentos de cimento, depois de ter recebido, como a da Gloria do Outeiro, ultimamente, coloração descabida.

Si passarmos á edificação civil na Arte pública colonial, sobresaem os chafarizes (8).

O serviço de aguas de beber atravessou diversas phases com os vice-reis, com o rei, no imperio, tornando-se afinal realidade que honra a Engenharia brasileira. O Rio de Janeiro colonial não dispunha de recursos da technica moderna do Rio de Janeiro actual.

O antigo chafariz da Carioca, não o que existe, mas o colonial, exprimia nas linhas de sua construcção a arte dominante. Pelo solido aqueducto, hoje em parte viaducto dos carris de ferro de Sancta Tereza, pelo aqueducto vinha á fonte do largo a preciosa agua, que, na phrase de Macedo, — «tinha feitiço de formosura». Obra de arrôjo, e prova de que os nossos maiores não vacillavam deante de grandes commettimentos, desde que fossem em proveito da população. Os vice-reis, apesar de arbitrarios, despoticos e violentos, não se descuidavam do elemento vital. Evitar a falta d'agua foi em todos os tempos a preoccupação da administração pública. O espirito dos homens do seculo XVIII era outro que o do periodo seguinte. As fontes, no risco e na execução, traduziam innocentemente um sentimento uniforme; nellas nenhuma cousa superflua, nem accessorio inutil nem o banal pretencioso decorativo.

Citarei entre fontes coloniaes do Rio de Janeiro: o chafariz de granito e marmore do largo do Paço (praça Quinze de Novembro), o das Marrecas que em fórma de exedra existiu na rua Evaristo da Veiga, planos e execução de mestre Valentim; o da rua da Gloria; o que existiu na rua do Riachuelo; o do Lagarto, á rua Frei Caneca, abastecido pelo destruido aqueducto de Catumbi, e o que desappareceu da praia D. Manuel. As inscripções latinas ou em portuguez,

---

(8) Vide «Velhos Chafarizes», artigo illustrado, por mim firmado com as iniciaes A. V. publicado na «A Noticia» de 30 de Agosto de 1901.

gravadas em cartelas ornamentadas, são exemplos de bôa arte e accrescentarei mesmo de bôa litteratura em algumas.

As inscripções latinas do chafariz colonial da praça Quinze de Novembro, de Valentim, levantado no govêrno de Luiz de Vasconcellos, gravadas em largas e decorativas cartelas de marmore, são eloquentes, como tambem o era a inscripção de outro chafariz desapparecido da rua do Riachuelo, mandado construir em 1772 pelo marquez do Lavradio.

Cartelas com inscripções perderam-se muitas; bellissima a que havia, á rua da Assembléa, na parede do antigo Recolhimento do Parto; bellissima a existente no frontão quebrado do portico da actual Repartição dos Telegraphos, e não menos interessantes se notam duas no Aqueducto da Carioca.

Como sabemos, no seculo XVIII, o artista culminante fôra Valentim da Fonseca e Silva (mestre Valentim), cujo centenario da morte a Prefeitura do Districto commemorou, inaugurando, a 1º de Março de 1913, o busto do artista no Passeio Publico, obra que o mestre tanto amou.

Está hoje na consciencia de todos o que elle compoz e executou: a Cruz dos Militares, os marmores e talha da egreja do Carmo, esculpturas da Conceição e Bôa Morte, da capella-mór de S. Francisco de Paula, os dous melhores chafarizes, um que foi demolido, e o outro, o do largo do Paço, onde mestre Valentim deu cunho individual, a estatuaria demolida da fonte das Marrecas, a ourivesaria em Sancta Rita e em S. Bento, e o plano original do Passeio Publico, o primeiro jardim da cidade, o jardim querido e tradicional, que elle executou tão brasileiramente quanto lhe foi possivel imaginar.

A Architectura civil ficou a principio restringida á modalidade administrativa palaciana, da qual é exemplo o outr'ora palacio real e imperial, actualmente Repartição Geral dos Telegraphos. Embóra modificado o seu exterior, pela introducção da platibanda, substituindo os antigos beiraes corridos, conserva-se intacto o feitio colonial das sacadas e o vão da frente principal, de estylo rôcocó, com a artistica cartela epigraphada no quebrado do frontão, a que já alludi.

A cidade das trez portinhas, assumpto de que tractou Porto-Alegre na *Guanabara*, em 1849, evoluiu na propria

epocha colonial, e apesar de varios aspectos que apresentou e apresenta até hoje, não abandonou de todo os trez vãos tradicionaes.

As casas propriamente dictas urbanas, de sobrado ou não, se construiram com fachadas characteristicas: feitios portuguezes, com reminiscencias asiaticas na fórma das coberturas de beiraes em pontas recurvadas e mouriscas nas rotulas dos vãos das janellas, de portas e sacadas e nos caixilhos conjugados de janellas com ou sem postigos.

Pedreiros ensaiaram a principio ornatos de estuque, e nos interiores começaram a empregar as barras de azulejos nos saguões, e nas casas de jantar.

Nas moradas de abastados, fóra do limite urbano, adoptaram o typo de abarracados com avanço dos telhados, dando nascimento a varandas, sustentadas por pilares ou columnas de alvenaria rebocada.

A vasta habitação de Elias José Lopes, offerecida a d. João VI, residencia deste, dos dous imperadores e actualmente Museu Nacional, apresentava esse aspecto, o que se verifica em desenho de João Baptista Debret.

Esse typo de habitação patriarchal, de hygiene instinctiva, existe ainda em velhas casas de arrabaldes; generalizou-se nas nossas casas ruraes, não só no Rio de Janeiro, mas tambem nas fazendas, nos engenhos e nas estancias.

Ensaiaram depois ingenua architectura paizagista em pequenos jardins de quintaes urbanos; cultivavam-se canteirinhos de perpetuas, sempre-vivas, saudades e outras flores. Os ensaios precederam aos jardins extensos, accidentados, characteristicos das chacaras dos grandes solares.

* * *

A Pintura durante os governadores e vice-reis teve em frei Ricardo do Pilar o primeiro mestre, e em José de Oliveira, natural do Rio de Janeiro, discipulo e continuador.

Por muito tempo os artistas se limitaram exclusivamente a trabalhos nas egrejas, e só para os fins do seculo XVIII appareceu o retrato com Manuel da Cunha e Leandro Joaquim, e a paizagem com este. Decoradores foram todos os pintores da epocha colonial e ornamentistas sacros. Manuel da Cunha,

escravo da familia do conego Januario da Cunha Barbosa, aprendeu a arte em Lisbôa (9). Considero Manuel da Cunha o melhor retratista daquelles tempos; entre seus trabalhos sobresae o retrato de Gomes Freire de Andrade (conde de Bobadella) que se acha no Conselho Municipal.

Foi regular pintor de figura. Em seus contemporaneos houve apenas tentativas, aliás louvaveis, exceptuando-se José Leandro de Carvalho e Manuel Dias de Oliveira Brasiliense (o Romano), que estabeleceu na rua do Hospicio uma aula de modêlo-vivo.

Estes e Raimundo da Costa e Silva trabalharam tambem no tempo do rei; pintaram quadros decorativos para a varanda da coróação de d. João VI.

De Leandro Joaquim chronistas mencionam quadros que desappareceram de egrejas, onde foram pintados. São seus os dous paineis guardados na egreja do Parto, representando o incendio e reconstrucção do antigo Recolhimento, que existiu juncto daquella egreja.

De um delles e a muito custo, a meu pedido, o então alumno da Eschola Nacional de Bellas-Artes e hoje professor, sr. Lucilio de Albuquerque, conseguiu extrahir os traços physionomicos de mestre Valentim, retrato que em gravura saïu n'*A Noticia*, ha onze annos, e serviu ao esculptor para o busto inaugurado a 1º de Março de 1913, no Passeio Publico.

Leandro retratou Luiz de Vasconcellos, quadro este que pertence á mesma egreja.

No genero de retrato observa-se, nos originaes, gradações successivas de progresso da parte dos artistas. E' interessante a galeria dos benfeitores e provedores da Sancta Casa da Misericordia, e de outras casas de religião e caridade. Estuda-se, nesses originaes, o progresso no desenho, no colorido, e as variantes da Indumentaria accorde ao uso e á móda.

No genero paizagem, nos antigos pavilhões do Passeio, onde brilhou a arte catharinense de Xavier dos Passaros e Xavier das Conchas, pintou Leandro Joaquim elogiadas paizagens de engenhos de assucar, mandioca, de extracção de ouro, scenas maritimas e panoramas da cidade.

---

(9) Vide escriptos de Porto-Alegre e Moreira de Azevedo a respeito destes artistas.

Na arte applicada, João Manso Pereira, natural de Minas, conhecedor do hebraico, do grego e do latim, fabricou porcellana com argilla da ilha do Governador, imitou o charão e fez camafeus.

O dr. Moreira de Azevedo affirmou que Manso offereceu a d. João VI um apparelho de porcellana, e ao vice-rei Luiz de Vasconcellos, o Mecenas dos tempos coloniaes, uma mesa feita por elle, onde estavam representadas, em ouro, com diversas côres, a cidade do Rio de Janeiro e algumas villas.

Na pequena esculptura de figurinhas de presepio tornou-se conhecido o pintor Raimundo da Costa e Silva. Famosos foram os seus presepios do morro do Livramento.

Entre os trabalhos da pintura antiga colonial devemos mencionar o da bandeira-estandarte da Misericordia, o dos paineis que figuravam nas procissões, entre ellas a dos fogaréos, a respeito da qual, assim como de outras e de festas populares, tem-se ocupado magistralmente o nosso Vieira Fazenda.

Em arte applicada, especialmente festiva, vem a proposito recordar o que Moreira de Azevedo alludiu, e Vieira Fazenda descreveu algures n'*A Noticia*: os carros allegoricos do tenente Antonio Francisco Soares, o precursor de Fiusa e Marroig, carros mythologicos que se celebrizaram na festa de 1786, percorrendo as ruas da cidade, festa commemorativa do casamento de d. João depois rei, com a princeza Carlota (10).

Agora apenas como curiosidade:

Entre as artes applicadas menores e ephemeras esteve muito em vóga a *Sitoplastica*, cujas producções fizeram, por muito tempo, o regalo de muitos lares, nos dias de festa, ornando mesas de banquetes e bandejas de chá, levadas ás salas pela criadagem luxuosamente trajada... reminiscencias dos costumes portuguezes do tempo de d. João V...

Cultivaram-n'a tambem no nosso interior, especialmente nos estados do Norte.

---

(10) O Instituto Historico possue os desenhos em aquarella desses carros allegoricos, a cuja composição presidiu criterio artistico.

Do Pará nos vêm ainda as selvagens esculpturas animalistas de guaraná...

Os conventos de freiras do Rio de Janeiro, particularmente o ex-convento da Ajuda, conquistaram celebridade na doçaria que fabricavam.

Durante o seculo XVIII, e mesmo no seculo passado, a Sitoplastíca constituiu especialidade entre senhoras e mesmo entre homens; imaginavam themas, animaes reaes e phantasticos. A Sitoplastica carioca, ou nortista, cuidada com esméro elevou-se á altura da pequena Estatuaria; embóra ephemera e comestivel, nella se revelaram aptidões artisticas perdidas e não aproveitadas...

As fórmas, inventadas pela industria, acabaram com a esculptura confeiteira e com os pães e biscoutos figurados, modelados, e não fundidos.

A Confeitaria foi arte com escholas. O geito de decorar bôlos e lhes imprimir cunho artistico, occupou a não pouca gente. E naquillo que por machina se faz hoje, isto é, nos rendados de papel para os pratos e para cobrir bôlos, especializaram-se pessôas que disputavam desenhos ineditos.

III

AINDA AS ARTES COM OS VICE-REIS, COM O REI. — O RIO DE JANEIRO IMPERIAL, DURANTE O PRIMEIRO REINADO

Sr. presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Meus senhores.

A reconstituição paizagista da nossa cidade, com os vice-reis, seria assumpto interessantissimo para delle tractar um pintor historico. Si o thema apresenta difficuldades, como apresentam todos os problemas archeologicos, não faltarão elementos e subsidios para vence-las.

Seriam aspectos curiosissimos a reconstruir...

Vimos e repito que, em todo o Brasil, antes do advento da Familia Real Portugueza, muito antes, portanto, da vinda da missão artistica franceza e do rei fundar o ensino official de Bellas-Artes no Rio de Janeiro, já se cuidava, com esméro, das Artes plasticas, cujos exemplos perduram na Bahia, Minas Geraes, Parahiba do Norte, Pernambuco, em outros Estados e nesta cidade; exemplos de arte ornamental, não egualados até hoje, quanto mais excedidos, no talento da invenção, na interpretação decorativa executada, e na solidez das architecturas.

Para o bom senso não póde haver maior disparate do que os juizos escarninhos, comparativos, com a successão progressiva das cousas, que infelizmente, muitas vezes, menos ingenua e menos sincera, perturba de algum modo um encadeamento logico, quebrando élos resultantes de exforços dignos de perpetuo louvor.

Recentes escriptos, com referencias a antigos e modernos documentos brasileiros de arte, ou são de excessiva admiração, ou injustos a demonstrarem: maldade, absoluta falta

de comprehensão, ou escassez extraordinaria do sentimento do *saber-vêr*.

Magnificas obras coloniaes, ou antigas, de arte estão levianamente a considerar velharias insupportaveis, negando-se primor onde ha, não se querendo, ou não sabendo vêr o que está á vista. Os Brasileiros não poderão se desnacionalizar accompanhando a perversos escrivinhadores, que já não se contentam com a propaganda manhosa na palestra...

A audacia forasteira, tão bem hospedada, atira-se com axiomatica incompetencia a rabiscar, que nunca tivemos nem temos Arte nacional !... Não vale a pena dar-lhes importancia: o que falarem não se ouve, o que rabiscarem não se lê...

A reconstituição paizagista da cidade, por phases distinctas, mostraria transformações consoantes os respectivos recursos, sem as *precipitações economicas, sem os descuidos financeiros de hoje*.

A picareta do progresso material passou rasoura em quarteirões inteiros de casas de varias epochas, com os vãos characteristicos de janellas e portas, desde os rectangulares com portaes e vergas de madeira, até aos de cantaria da nossa pedra, ou do lioz importado.

A fórma do rectangulo predominou por muito tempo. A facilidade do desmonte das rochas gneissicas das nossas primeiras pedreiras exploradas concorreu para o emprêgo desse material. A verga em segmento circular, de madeira ou pedra, appareceu na edificação particular depois que o puzeram nas egrejas. Generalizou-se a fórma.

No seculo XVIII, e no principio do passado, revestiam muitos vãos de portas e janellas com o marmore portuguez, adoptando aquelle arco. Empregaram o arco semi-circular tardiamente, usado a principio sómente nas portas do primeiro pavimento.

Os vãos rectangulares modernamente estão a voltar na architectura commercial ou industrial. E' a fórma dictada pela utilidade. Em Architectura, a utilidade é a arte de apropriar o edificio ao seu destino e escolher orgams e fórmas, que melhor se prestem.

A evolução de terraplagens do antigo sólo urbano é nota a estudar para a reconstituição paizagista: saber-se quaes os aterros que substituiram as rusticas pontes de madeira, que ligavam ruas atravez de braços de pantanos de mar, abaulamentos posteriores, pavimentações de pedra melhorando as superficies para a rodagem... Tudo isso é interessantissimo.

Ainda até pouco tempo se encontravam, no centro da cidade, typos de edificação vetusta, casas terreas, casas de abastados, abarracadas, assobradadas ou de sobrado; typos assignalando epochas pela fórma dos vãos das sacadas, das coberturas, das claraboias, das alvenarias, dos rebocos e da natureza das caiações.

Nos interiores, então, as epochas se assignalam pelas alcovas, de largas portas envidraçadas, dando para as salas de visita e casas de jantar. N'*A Noticia* escrevi, em artigos semanaes (11), notas a respeito de todos esses pormenores, até á invasão do papel pintado de forrar paredes, o qual completamente branco, e adamascado, era o preferido para as salas nobres, illuminadas por lustres de velas, que pendiam do centro do tecto, o qual tinha fórma pyramidal truncada.

Encontram-se mais facilmente esses antigos typos nos sitios suburbanos ou ruraes, ou nos Estados, isto é, antigos typos intactos de habitações vastas, com as suas alpendradas de telha vã, sustentadas por pilares ou columnas de alvenaria rebocada.

As casas dos primitivos tempos coloniaes, e tambem os edificios religiosos, não deram aos respectivos arcabouços das coberturas outro aspecto que o de duas abas ou aguas, á guisa do que se vê em chóças, e ranchos de algumas tribus aborigenes. Alguns dos typos destas habitações aborigenes foram imitados pelos primeiros colonos portuguezes nos chamados ranchos, onde abrigavam as tropas de cargueiros.

O beiral corrido, sem calhas e sem conductores verticaes de exgôtto de aguas das chuvas, caídas sôbre o telhado das velhas casas, ainda se usou no meiado do seculo passado. Os

---

(11) Folhetins firmados com as minhas iniciaes A. V., a começar de 1901.

telhados, de duas ou de quatro aguas, resumem as fórmas posteriores das coberturas dos nossos edificios. Os telhados são amouriscados, de meia mourisca, cravados ou de canudos cintados e os de telha vã. A telha curva, chamada portugueza, mas de origem mourisca, é a classica na Archeologia brasileira.

Para reconstituição paizagista da cidade, além dos frontispicios de casas, devem ainda reapparecer accessorios de rua, quaes, os oratorios e os frades de pedra.

O ultimo oratorio demolido foi o da rua da Alfandega, esquina da rua do Regente (hoje Tobias Barreto), e os mais velhos frades de pedra (de lioz portuguez), coloniaes, por muito tempo existiram no passeio fronteiro ao real palacio da cidade, hoje Repartição Geral dos Telegraphos.

Dizem chronistas, que, até ao govêrno do vice-rei conde de Rezende, a cidade não tinha illuminação.

Na edade média da Historia usavam accender, á noite, candeias em lanternas, juncto das estatuas da Virgem e dos Sanctos, ás portas dos conventos. Em quasi todos os paizes catholicos ha reminiscencias desse costume medieval. Do pintor Luiz de Freitas possuo um quadrinho a representar construcção italiana, que lembra a dos nichos historicos ou oratorios, nos quaes ardiam lanternas. Na licção passada me referi á lanterna do nicho do nosso Convento de Sancto Antonio.

O unico oratorio de rua, que ainda perdura intacto, é o de N. S. do Cabo da Bôa Esperança, á rua do Carmo. Do Rio de Janeiro, antes que tivesse illuminação, escreveu o meu finado mestre dr. Moreira de Azevedo: «Deante dos nichos que ornavam as esquinas das ruas accendia-se á noite um candieiro de azeite ou uma vela de cêra, e essas luzes, collocadas em frente das imagens pela fé e devoção do povo, constituiam a unica illuminação da cidade. Naquelles tempos o povo se recolhia cêdo; ao anoitecer se fechavam quasi todas as casas, havia limitado numero de lojas de commercio, e sendo as ruas tortuosas, estreitas, sem calçamento nem illuminação, tornava-se perigoso o transito nocturno, especialmente nas ruas em que não havia luz nos nichos. Quem

tinha servos mandava algum com archotes aluniar o caminho» (11 a).

Nas ultimas décades do seculo passado vi ainda carregadores de castiçaes accesos, com mangas de vidro, ou com candelabros, accompanhando familias em algumas ruas de arrabaldes, á noite, por insufficiencia da illuminação pública.

O oratorio de pedra, da esquina da rua da Alfandega, permaneceu em seu sitio secular até 1906, quando demoliram a respectiva casa para em seu logar construirem outra. Não faltaram pretendentes ao oratorio; ignoro que rumo levou...

No conhecido romance de Manuel de Almeida — *Memorias de um sargento de milicias* — se lê descripção daquellas paragens na pavorosa epocha do Vidigal e seus camarões.

Um artista brasileiro, fallecido ainda moço, Antonio Firmino Monteiro, pintou um quadro a que denominou: — *O Vidigal*, exposto pela primeira vez, na Academia das Bellas-Artes, em 23 de Agosto de 1884.

O pintor escolheu scena, na qual o Vidigal exercia a sua temida auctoridade, na rua do Regente esquina da da Alfandega: vê-se na téla representado o oratorio de pedra. Neste quadro historico se acha o celebrizado major, chamando á falla um trovador de esquina, que se desculpa, atrapalhado, ante os camarões dos granadeiros. Pertenceu ao dr. Monteiro de Azevedo; consegui uma reproducção photographica, que me serviu em projecção luminosa na prelecção do curso publico do Pedagogium, em 1903 e 1904. A respectiva chapa deve estar guardada nesse instituto municipal.

Na collecção de vistas do Rio de Janeiro, desenhadas por Moreau, vê-se um dos antigos oratorios de esquina; e Vieira Fazenda em artigo d'*A Noticia*, de 1º de Julho de 1906, mencionou oratorios da cidade, a saber: da rua do Rosario esquina da da Quitanda e Septe de Septembro; Uruguaiana e Hospicio; da praça da Constituição; rua da Alfandega; no principio da rua da Carioca; Primeiro de Março e S. Pedro; no fim da de Treze de Maio; no largo da Batalha; na travessa de D. Manuel; ruas do Cotovello e Misericordia; e em

(11 a) Dr. Moreira de Azevedo — «O Rio de Janeiro».

frente ao Açougue Grande, o de N. S. dos Prazeres, cuja imagem é actualmente venerada na egreja de Sancto Antonio dos Pobres. Esses nichos construidos no exterior das casas davam effeito algum tanto ornamental. Na estatuaria religiosa respectiva, conforme referencias lidas algures, primavam imagens esculpidas e encarnadas na Bahia, que por muito tempo se especializou nesse mister artistico.

No estudo da historia das Artes plasticas, para uma reconstituição paizagista, taes informações escriptas ou desenhadas tornar-se-hão preciosos subsidios.

* * *

Os frades de pedra, ou postes de pedra, de rua, são assim denominados pela fórma da parte superior, que lembra a da cabeça raspada de um monge. O nome, com tal accepção figurada, provavelmente resultou de alguma capadoçagem, tomou fóros na cidade e entrou no vocabulario da lingua. Desappareceu de nossas praças e ruas grande quantidade de antigos frades de pedra, que ladeavam portões das chacaras dos grandes solares; portões characteristicos de alvenaria, com pilares por assim dizer cabeçudos, aos quaes, muitos annos depois, junctaram vasos, espheras de louça esmaltada, figuras de leões ou cães do mesmo material.

Na especialidade portões, construiram-se alguns artisticos: o do Passeio Publico, o antigo da Corôa na Quinta da Bôa Vista, de linhas originaes, e outros. Os frades de pedra indicavam (e ainda hoje indicam) prohibição de rodagem. São invenções greco-romanas: a sua historia seria longo recordar... Entre nós, e em Portugal, fincavam pedras nos cantos das ruas, alinhadas no sentido do comprimento das mesmas, preservando as casas do choque dos carros e garantindo o livre transito de peões, em trecho determinado das calçadas. Não foi moderado o uso dos frades de pedra na edade média, e desappareceram paulatinamente depois que se inventaram os passeios.

Considerados pedras protectoras e elementos de ornamentação juncto de monumentos, limitavam e fechavam decorativamente logradouros publicos. Nos tempos coloniaes fincaram frades de pedra sem correntes no Pelourinho do largo do Rocio (praça Tiradentes) e com correntes fazendo

de cêrca nesse mesmo largo, e no Rocio Pequeno, (praça Onze de Junho).

Davam-se, em geral, a taes pedras fradescas a fórma que se reproduziu em modernas, collocadas em novos trechos de rua ou vielas; outras pedras porém eram simplesmente cylindricas, sem terminações especiaes (12).

De pedra lioz plantaram-se poucos no Rio de Janeiro, só *excepcionalmente*, e por luxo, ou quando ainda não se trabalhava bem com as nossas rochas. Curiosa é a pertinacia do predominio da fórma invariavel na maioria dos casos, sem que algum canteiro, durante longa serie consecutiva de annos, se lembrasse de tentar ornamentos ou gravasse inscripção. Os modernos frades de pedra só differem dos seus predecessores, da epocha colonial, unicamente na qualidade da pedra e no lavrado da cantaria.

Animavam os ambientes urbanos, suburbanos ou ruraes do Rio de Janeiro, os primitivos vehiculos de transporte: rêdes, carros de bois, bangués, liteiras, cadeirinhas, séges, traquitanas e coches. Os tres primeiros vehiculos interessam ao exclusivamente pittoresco, ao passo que os outros (liteiras, cadeirinhas, séges e coches) interessarão a arte pelas fórmas, pelos relevos e ornamentos pintados, e pela libré da criadagem.

A nossa cidade assistiu a trez grandes solennidades politicas: a coroação e sagração de um rei, a coroação e sagração dos dous imperadores.

Si no tempo dos vice-reis já existia a arte sumptuaria em vehiculos de transporte terrestres (liteiras e cadeirinhas), ella augmentou com o rei, cuja nobreza trouxe para o Rio de Janeiro lindos exemplares, e se accentuou mais especialmente no imperio. Nessas solennidades se apresentaram variados vehiculos durante os cortejos.

Apesar do progresso de vehiculos de rodagem, da invenção de varios typos, ainda por algum tempo utilizavam-se de cadeirinhas, não mais das ricas de portinholas envidraçadas com relevos e pinturas originaes, ou a imitarem Lancret, Watteau e Fragonard, porém das cadeirinhas de simples

---

(12) Vide estampas antigas na Bibliotheca Nacional.

cortinados de um azul escuro com cercaduras de galões lavrados.

Daria materia para mais de uma licção só o tractar dos vehiculos usados no Rio de Janeiro em todos os tempos, não só quanto ás origens historicas, ao confôrto, mas tambem á evolução das fórmas e tracção, ao vestuario dos sótas e dos lacaios, e enfim ao aspecto completo do vehiculo a preencher a sua funcção. Tudo isso é pittoresco, tudo isso é Arte.

O pintor Debret em sua conhecida obra junctou estampas representando muitos vehiculos antigos de rodagem, e por ellas poder-se-ha imaginar a sége e a traquitana.

Os vice-reis já se utilizavam da sége, carro da predilecção de d. João VI, o qual foi representado, em gravura, dirigindo a sua sége.

* * *

Entre os artistas pintores, que aqui se distinguiram antes da vinda da Familia Real Portugueza, além de José de Oliveira, Manuel da Cunha, Leandro Joaquim, Raimundo da Costa, Manuel Dias de Oliveira Brasiliense (o Romano), já citados, não devemos exquecer os pintores João de Sousa, auctor da Virgem do Carmelo do Convento do Carmo, mestre de Manuel da Cunha e discipulo de José de Oliveira, Muzzi, scenographo da Casa da Opera, e frei Francisco Solano, pintor sacro e decorador, e tambem pintor scientista que se encarregou de desenhar plantas estudadas por frei Velloso em sua *Flora Fluminense*.

Frei Velloso dirigiu o celebre estabelecimento typographico do Arco do Cego. Algumas estampas existem na Bibliotheca Nacional.

Neste estabelecimento público, onde o consultante encontra a maior solicitude e bóa vontade da parte dos funccionarios de qualquer categoria ou classe, guardam-se provas de gravuras do padre Viegas, natural de Minas Geraes, datadas de 1807, em Ouro Preto. E' notavel a nitidez das letras e a originalidade, sempre variada, das cercaduras dos characteres romanos.

Frei Solano, além de artista, tinha a aptidão simultanea de pintor scientista. O pintor artista dá a fórma sentimental, e o pintor-scientista desenha a fórma circunstanciada.

O desenho scientista constitue uma especialidade. Ladislau Netto e Barbosa Rodrigues, ambos naturalistas e aquelle tambem archeologo, ambos ex-alumnos da Academia, hoje Eschola de Bellas-Artes, foram nos tempos modernos desenhadores scientistas em Botanica. O primeiro accompanhou Liais em sua excursão ao rio S. Francisco e pelo interior do Brasil, e o segundo desenhava muito bem o reino vegetal.

A respeito dos estudos graphicos do finado Ladislau Netto, sôbre plantas brasileiras, se referiu Duchartre em seu Tractado de Botanica, compendio por onde estudei a disciplina quando alumno da saudosa Eschola Central, hoje Polytechnica.

No tocante á Zoologia, á Zootechnia, á Floricultura, ha especialistas no desenho scientifico, do mesmo modo que os ha para o desenho de emoção.

Tem dado bôas provas, recentemente, no Rio de Janeiro, no desenho da Zootechnia de emoção, os jovens Carlos Oswald e Eurico Alves, professores do Lyceu de Artes e Officios.

Frei Francisco Solano sobresaiu, simultaneamente, como pintor artista e desenhador scientista.

Achavam-se a Architectura, a Esculptura e a Pintura, e suas dirivadas no estado descripto, quando aportou ao Rio de Janeiro a Familia Real Portugueza, tendo á sua frente o principe regente d. João.

O vice-rei conde dos Arcos mandou mobiliar e ornar o palacio, que passou a ser real. Ligaram-n'o ao convento do Carmo (hoje Instituto Commercial) por um passadiço. Os frades se retiraram, e a rainha interdicta, d. Maria I, e suas damas, passaram a residir na parte que fôra convento. A quinta de Elias Antonio Lopes (Quinta da Bôa Vista) foi escolhida pelo rei para a sua residencia, assim como posteriormente destinou o palacio da Fazenda de Sancta Cruz para habitação de recreio.

Mas quando chegou a Familia Real, as melhores e mais artisticas egrejas se achavam concluidas, e a cidade já tinha chafarizes, aqueductos, Passeio Publico; cultivavam-se a Architectura, a Esculptura, a Pintura e algumas das artes derivadas ou subordinadas.

E' ponto muito batido e sabido o dizer bem do reinado de d. João VI; adeantou-se a cidade, crearam-se uteis estabelecimentos e importantes instituições; indiscutivel foi o seu amôr ás Bellas-Artes, valendo-lhe por isso ser *rex fidelissimus, artium amantissimus*.

Notabilizou-se o periodo pelas festividades religiosas, celebradas com pompa e luxo, pelas continuadas solennidades da côrte, festas populares do Natal, Reis e do Espirito Sancto, procissões religiosas, fogos de artificio, etc.

O Senado da Camara projectou um monumento para commemorar a chegada da Familia Real. O rei não o acceitou.

A sua Coroação motivou artisticas obras commemorativas e festivas.

As ruas juncaram-se de folhas e as janellas ornaram-se de colchas; numerosos arcos de triumpho levantaram-se por toda a passagem do rei, um obelisco ostentava-se coberto completamente de inscripções em honra ao monarcha.

Na varanda da Coroação aproveitada depois com d. Pedro I, houve um painel pintado por Manuel Dias de Oliveira Brasiliense, o mesmo que compoz o quadro da Assumpção, onde se vê esboçado d. João VI, quadro pertencente á Pinacotheca da Eschola Nacional de Bellas-Artes.

O architecto da varanda valeu-se da collaboração de outro artista, Raimundo da Costa e Silva, que pintou diversos quadros, e tambem da de José Leandro de Carvalho, egualmente pintor notavel, reputado o melhor retratista do rei.

Póde-se affirmar que o govêrno de d. João VI se serviu, para as grandes festividades reaes, com vantagem, e quasi que exclusivamente, dos artistas brasileiros, que aqui cultivavam a Esculptura e a Pintura.

E a maior parte das decorações para a recepção do rei incumbiram a Manuel Dias de Oliveira Brasiliense, cognominado o Romano, por ter estudado pintura em Italia.

Manuel Dias pintou ainda mais: flôres, fructas e natureza morta.

Aos membros da missão franceza contractada por acto de 12 de Agosto de 1816, para fundar o ensino official de Bellas-Artes, commetteram-se posteriormente os trabalhos artisticos

de ornamentação, que se tornaram necessarios e agradaveis ao govêrno.

J. B. Debret, pintor, e Grandjean de Montigny, architecto, se distinguiram nessas incumbencias.

Durante o primeiro e segundo reinados couberam a Grandjean de Montigny varios encargos de architectura. Andaria mal o poder público si não o fizesse, tractando-se de incomparavel competencia.

Começou para o Brasil o periodo da arte neo-classica, devido aos ensinamentos e planos de Grandjean, no Rio de Janeiro.

Os planos do edificio da Academia das Bellas-Artes, hoje Ministerio da Fazenda, do primeiro Mercado e salão da Alfandega, lhe pertencem; tambem compoz os arcos para as festas do primeiro casamento de d. Pedro I com a princeza Leopoldina, e as decorações do largo do Paço, por occasião da chegada da imperatriz Amelia, segunda esposa de d. Pedro I, e vários chafarizes.

A Debret coube tarefa valiosa nas festas reaes; foi obra sua o scenario para o theatro S. Pedro. Pintou os quadros *Sagração de d. Pedro I*, a *Acclamação do mesmo imperador; Desembarque da imperatriz d. Leopoldina* e o retrato de d. João VI. Possuem as nossas galerias de Bellas-Artes algumas destas télas, e tambem algumas de Felix Taunay, outro membro da Missão Franceza, o terceiro director do ensino de Bellas-Artes, que succedeu a Henrique Silva, — o causador de séries desavenças no seio do corpo docente.

A vinda da Familia Real Portugueza acarretou grande multidão de nobres e fidalgos, que para aqui importaram quadros, tapeçarias, objectos artisticos, pertencentes ao rei, á sua côrte, á fidalguia, e muitos delles retirados de Mafra, por que receiavam o saque de Junot.

Algumas dessas télas, suspeitas cópias para alguns, mas originaes no meu fraco entender, fazem parte das nossas galerias.

De instrumentos de musica, harpas e cravos dourados; lampadas; candeias; candelabros; tocheiros; lustres; baixellas completas de prata; trastes; pannos de Arras; damascos legitimos; tonkins; ricas porcellanas, serviços de charão; tecidos

orientaes complicados; tamboretes esculpidos; canapés com tapeçarias ou não; espelhos; reposteiros heraldicos; esteiras indianas; thesouros de joalharia; velludos; sedas; rendas preciosas; bordados; leques com pinturas do seculo XVIII; pentes lavrados; bastões abengalados com ourivesaria; miniaturas chinezas em marfim; custosas caixinhas para o uso do rapé, e de tantas outras cousas mais, consistia a Sumptuaria importada por essa occasião no Rio de Janeiro; afóra a Indumentaria real e da côrte: as librés dos lacaios; as fardas; os ornamentos das ordens honorificas; os paramentos religiosos; as tógas da magistratura, e os elementos do vestuario de gala das auctoridades municipaes.

O archeologo portuguez Vilhena Barbosa em seu estudo sobre Tapeçarias, pags. 269 a 270, escreveu: « As pessôas que sobem pela primeira vez as escadarias do Palacio de Mafra, ficam absortas, contemplando aquella extensa galeria de salas vastissimas, com as suas altas paredes desataviadas de adornos, e contrastando, singularmente, com a grandiosidade do edificio, e com as galas architectonicas da vizinha basilica.

Pois todas essas paredes, agora núas, estiveram até fins de Novembro de 1807 esplendidamente vestidas de magnificos pannos de Arras, e de outras tapeçarias e *tambem de bellos paineis a oleo.*

E egualmente se viam cobertos os pavimentos das mesmas salas de ricas alcatifas da Persia e de França.

Porém de tudo isso foi despojado o palacio por occasião da partida da familia real para o Brasil.

As soberbas tapeçarias de Mafra, arrancadas apressadamente como as de Villa Viçosa, lá foram perder-se, armazenadas nas casas do pavimento terreo do paço do Rio de Janeiro, onde o calor e a humidade, de envolta com as baratas, em breve as destruiram inteiramente. »

Direi: nem tudo se estragou, e muita cousa pára em mãos incautas, que não sabem o que possuem.

* * *

Com a morte de pessôas da familia real e da familia imperial successora, a gala funebre, no Rio de Janeiro, para os feretros, tomou aspecto algum tanto artistico.

A arte monumental funeraria antiga se reduziu aos tumulos da primeira imperatriz, cujos restos mortaes foram recentemente trasladados do deposito do convento da Ajuda para o de Sancto Antonio, e outras urnas de marmore que se guardam neste convento.

A inhumação vulgar era feita em cóvas abertas no chão das egrejas ou em nichos muraes conhecidos com o nome de catacumbas.

As nossas catacumbas ou sepulturas muraes, ha longos annos interdictas, consistiam em nichos, abertos nas paredes dos pateos, corredores ou jardins das egrejas, e dispostos em fiadas parallelas. A fórma externa desses nichos era constante: rectilinea na parte inferior e na superior apresentava um revestimento sinuoso, accorde á preoccupação curvilinea que especialmente assignalou as ornamentações do estylo do seculo XVIII.

Levavam o corpo no caixão para o nicho, onde depois de collocado com cal, fechavam hermeticamente o vão com alvenaria de pedra ou tijolo.

Findo o praso do depósito na catacumba, retiravam os ossos, e os punham em urnas de madeira, das quaes conservavam as chaves pessoas da familia do morto. Os cofres funerarios ficavam sob a guarda perpétua da ordem religiosa, ou irmandade, a que pertencia o templo. Urnas houve, de jacarandá ou cedro, obras bem acabadas de Marcenaria...

Entre as mais celebres dessas necropoles muraes mencionarei as das egrejas do Carmo, S. Francisco da Penitencia e S. Francisco de Paula. O recincto da Penitencia está mais ou menos intacto, cuidadosamente respeitado.

Extendeu-se a quasi todos os templos o singular typo de construcção, provindo da Peninsula Iberica, a representar uma phase da arte dos tumulos. O vão de porta, que do pateo da egreja do Carmo se communicava com o recincto das catacumbas, hoje casa de banhos, embora fechado com alvenaria, conserva characteristicos a exprimir tristeza em seus relevos de vetusta pedra...

De todas as modalidades das artes é a funeraria a que se destaca na Historia da Architectura, por phases accentuadas nas linhas da construcção, na esculptura emblematica

e na estatuaria symbolica. Percorram-se todos os exemplos atravez dos seculos e dos povos; as pyramides pharaonicas, os teocalis da America; os sepulcros musulmanos, as mastabas e hypogeus egypcios ou hindús, as tumbas chaldaicas; as sepulturas reaes dos Medo-Persas; toda a Judéa; as camaras funerarias dos Phenicios, os monumentos da Lycia, os ataúdes chinezes, as estelas dos cemeterios gregos, os tumulos dos Etruscos, e as construcções sepulchraes dos Romanos que excederam em esplendor e luxo.

A nossa arte funeraria, depois das catacumbas, se resente e resentir-se-ha da influencia herdada do seculo XVIII, mesmo nos feretros e nos carros funebres, quanto á funcção emblematica do ornato e á estatuaria symbolica.

Nos seculos XVII e XVIII os edificios funebres não apresentavam a calma e elevação artistica dos seculos anteriores.

A decoração consistia em uma multiplicidade de attributos, ossos, esqueletos, caveiras, fachos de materiaes diversos, em opposição aos marmores brancos e pretos.

No seculo XVIII esse gôsto attingiu ao maximo de exclusivismo... entretanto nada mais expressivo na arte tumular, do que a simplicidade... As nossas catacumbas primavam pela simplicidade. Penso que no tumulo a simplicidade deve dominar no conjuncto e nos pormenores.

As Bellas-Artes encontraram, depois da Independencia politica, no primeiro imperador a mesma protecção que lhe dispensava tão dedicadamente seu augusto pae. Reformou o ensino, fundando definitivamente, em 1826, a Academia Imperial das Bellas-Artes que funccionou, desde logo, em edificio proprio, riscado por Grandjean de Montigny, primeiro professor official de Architectura.

D. Pedro I possuia natural e espontanea aptidão artistica. E' sabida a influencia directa que teve o primeiro imperador no arranjo da nossa primeira bandeira e das Armas Imperiaes, na sua indumentaria magestatica, aproveitando a plumagem amarella do tucano, a combinar symbolicamente com o verde do manto bordado a ouro. D. Pedro I teve a collaboração artistica de Debret.

O sceptro real era encimado por uma esphera armillar, mas o imperial pelo dragão da Casa de Bragança, animal fabuloso esse, que deu nome e allegoria á ordem honorifica do fundador do Imperio.

A côrte, damas e fidalgos, receberam trajo derivado dos em uso na côrte portugueza, modificado nas côres e nos bordados, sendo verdes os mantos, bordados a ouro, e bordados de prata os vestidos brancos, de seda, decotados, das damas que ostentavam bellas plumas brancas no respectivo penteado.

As fardas verdes bordadas a ouro vestiam a nobreza. O trajo de gala dos grandes do Imperio no primeiro reinado encontra-se fielmente representado no retrato do marquez de Inhambupe, téla pertencente á Eschola de Bellas-Artes.

Nas fardas, conforme a categoria da côrte, gentil-homem ou veador, variava o distinctivo. Chave de ouro distinguia o gentil-homem do imperador e o dragão era o distinctivo do veador da imperatriz.

A bellissima composição da ordem honorifica da Rosa foi inspiração e risco de d. Pedro I.

Lembro-me de que, em uma das viagens a Europa, sua magestade o imperador sr. d. Pedro II visitou Affonso Karr grande cultivador e amador de rosas.

Agraciou o romancista com o gráo de cavalleiro da Ordem da Rosa. Li, tempos depois, em um jornal *La Rose* que se publicava, não me recordo bem, si em França ou na Belgica, um artigo intitulado — Chevalier de la Rose, no qual Affonso Karr mostrava-se enthusiasmado pela ordem honorifica, e ao primeiro enxêrto deu o nome de *Chevalier de la Rose*.

A rosa é o emblema da Arte, e côr de rosa a sua côr symbolica!...

Publicou-se, ha alguns annos, succinta noticia illustrada sôbre as ordens honorificas brasileiras por Artidoro Xavier Pinheiro, digna de ser lida por quem desejar conhecer bem as condecorações, com as quaes se galardoavam serviços no regime imperial.

Durante os primeiros annos do reinado de d. Pedro I, dous pintores brasileiros mereceram pelo seu valor, a con-

fiança do soberano: José Leandro de Carvalho, já notavel com d. João VI, e seu discipulo Francisco Pedro do Amaral aquelle Fluminense e este Carioca.

Francisco Pedro do Amaral não assistiu ao acontecimento politico de 7 de abril de 1831, morreu seis mezes antes.

A principio estudou com um artista portuguez Manuel da Costa que, segundo um biographo, era de genio violento e dorminhoco, principalmente depois de jantar.

Aprendeu em seguida com José Leandro, Manuel Dias, e frequentava assiduamente as aulas de João B. Debret. Foi architecto, pintor decorador, scenographo e, entre os artistas nacionaes seus contemporaneos, se distinguiu na invenção e technica; era lettrado.

Contam que Amaral abandonou a aula de Manuel da Costa por uma brincadeira, resultando-lhe por isso muitas sympathias. Aproveitou fazer surpresa no momento em que Manuel da Costa depois do jantar dormia profundamente no sofá. Usava este chinelas, as deixou no soalho, ficando descalçados os pés. Amaral as escondeu, e tractou de pintar outras admiravelmente eguaes no mesmo logar.

Despertado, Manuel da Costa sentou-se e luctou para encaixar os pés nas chinelas, arrastando-os debalde no chão, tal era a similhança da pintura.

Francisco Pedro do Amaral decorou o interior do palacete da marqueza de Santos, amplo e correcto edificio em S. Christovão, hoje propriedade, me parece, do medico dr. Abel Parente. Pois bem, ao lado de trabalhos irreprehensiveis de pintura, ainda conservados, divertiu-se em pintar, fóra de proposito, uma mosca em ponto da casa, intencionalmente para illudjr.

Não tem faltado quem a enxote inutilmente: a mim me aconteceu quando alli residiu o visconde de Mauá...

D. Pedro I o nomeou para o cargo de pintor, chefe e director das decorações da Casa Imperial. Restaurou todos os trens do soberano, adaptando aos velhos coches e carruagens ornamentos do novo imperio.

O dr. Moreira de Azevedo refere que Amaral, em 1829, publicou um folheto intitulado: — *Explicação allegorica da*

decoração dos coches de Estado de S. M. o Senhor Dom Pedro I, descrevendo o seu trabalho de ornamentista.

Por mais que investigasse em bibliothecas, não consegui ainda encontrar o precioso folheto que tanto desejo lêr...

Ao passo que no ex-palacete da marqueza de Santos conservam-se as pinturas de F. P. do Amaral, não se dá o mesmo, e ha muitos annos, no antigo solar da familia do marquez de Inhambupe, predio actualmente do Derby-Club, á praça Tiradentes, muitas vezes transformado para peior desde que na casa se installou um famoso hotel de outros tempos, o chamado — Hotel dos Principes.

Alli Amaral, segundo disse Porto-Alegre, pintou entre outras scenas tradicionaes a de uma fogueira de S. João.

Decorou tambem a sala da velha casa, onde por largos annos esteve a Bibliotheca Nacional.

O pintor carioca era um interessado sincero por tudo quanto se relacionasse com a sua Arte; fundou, a 22 de Abril de 1827, a Sociedade de S. Lucas, composta de pintores, a qual, disse Moreira de Azevedo, durante septe annos effectuou reuniões em casa do socio Antonio da Cunha Pereira, á rua Princeza dos Cajueiros, hoje rua Barão de S. Felix.

* * *

D. Pedro I sentia a Arte, sabia vêr, amava a Musica e o Desenho. Deve-se a elle, ao seu ministro José Clemente Pereira, como já alludi no inicio deste curso, principalmente ao notavel pintor João Baptista Debret, auxiliado, por seu discipulo Manuel de Araujo Porto-Alegre, a realização, em 1829, da primeira exposição pública de Bellas-Artes, no Rio de Janeiro. Porto-Alegre contava apenas 23 annos de edade; morreu cincoenta annos depois, tendo nascido na antiga provincia, hoje Estado do Rio Grande do Sul, a 29 de Novembro de 1806.

O professor Debret não tinha nessa occasião menos de 61 annos, e morreu octogenario.

Não foi, sem difficuldade, que Debret conseguiu o que desejava, apesar da bôa vontade do ministro. Oppunha-se o director da Academia, Henrique Silva.

Debret insistiu, incumbindo ao seu discipulo Porto-Alegre de renovar o pedido juncto ao ministro.

O imperador soube do que occorria; a acção energica de d. Pedro I não se fez esperar.

A exposição se organizou, inaugurando-se a 5 de Novembro de 1829, perante numerosa e selecta assistencia. A essa exposição concorreram com trabalhos os mestres da Academia e seus discipulos.

Em 1830 se realizou outra exposição; ainda Debret recorreu ao seu discipulo Porto-Alegre.

Por mais de uma vez neste curso tenho pronunciado o nome de Manuel de Araujo Porto Alegre, o pintor architecto, poeta e escriptor, deante do seu grande quadro (por concluir)—*A Coroação do sr. d. Pedro II*, e que presentemente orna uma das paredes desta sala.

Em Agosto de 1907 descobriram, abandonada, a téla em aposentos da então séde da Sociedade de Geographia.

Ernesto Senna obteve que fosse exposta em uma das salas da Eschola Nacional de Bellas-Artes.

Por essa occasião o dr. Vicente Piragibe, que dirigia o *Correio da Manhã*, appellou para mim, pedindo algumas linhas a respeito da composição de Porto-Alegre, no que assenti. Foram publicadas, em fórma de folhetim na terceira pagina da edição desse orgam, de 2 de Septembro daquelle anno, firmadas com as iniciaes *A. V.*, usadas por mim de longa data nos escriptos que, sobre Arte, saem em jornaes diarios.

Direi, em extracto, deante do quadro, o que escrevi em 1907:

A composição commemorativa da imperial ceremonia é vasta, e, si tivesse sido concluida, contemplariamos a obra artistica de mais folego produzida por Porto-Alegre, não só pelas dimensões da superficie pintada, mas principalmente pelas complicações do scenario, e numeroso concurso de figuras.

Decorreram já muitos annos; rarissimos contemporaneos poderiam restar, testimunhas do facto historico. Estava viva então, em 1907, uma das testimunhas e unico collaborador de Porto-Alegre na pintura da téla.

Era o venerando artista, meu prezado mestre e amigo João Maximiano Mafra, de saudosa memoria.

Tornou-se indispensavel conferenciar com elle; sem as suas informações não descobriria na composição algumas personagens retratadas; escasseiam retratos da epocha para a comparação. E quem quizesse se regular pelo programma da ceremonia imperial, inserto no *Jornal do Commercio* e no *Diario do Rio de Janeiro* de Julho de 1841, só conseguiria descobrir alguns retratados por distinctivos que carregavam, mas outros absolutamente não. Membros da coroação quaes: Candido José de Araujo Viana (depois visconde e marquez de Sapucahi), José Clemente Pereira, e Miguel Calmon du Pin e Almeida (depois marquez de Abrantes) se acham representados: o primeiro, (ministro do Imperio) sem a Constituição, o segundo sem a espada (era o ministro da Guerra) e o terceiro (ministro da Fazenda) sem a corôa.

Pelo programma da solennidade, entretanto, a estes ministros competia conduzir aquellas insignias.

A composição representa o imperador, muito moço e imberbe, em pé, juncto do throno, já coroado e empunhando o sceptro. A figura de Miguel Calmon du Pin e Almeida, (marquez de Abrantes), por exemplo, incumbido da corôa, não poderia mais estar com ella. De José Clemente Pereira ha esculpturas para termo de comparação, e de Araujo Viana (marquez de Supucahi) dous retratos que o recordam com a physionomia que tinha nessa epocha, uma cópia photographica pertence a um dos seus netos, e o original fôra pintado, ha muitos annos no Maranhão, em homenagem á sua presidencia e deve ainda se achar na capital daquelle estado do Norte.

As informações do sr. professor Mafra foram valiosas, a mim ministradas pacientemente, em sua residencia, quando já doente, carregando mais de 80 annos, e quasi na imminencia de uma cegueira.

O velho e bom Mafra conservou até morrer sempre admiravel memoria. Deu-me as razões da interrupção da pintura do quadro, e consequentemente porque ficou a composição por concluir.

Ao Instituto pertence a photographia do esbôço fundamental do quadro; a Bibliotheca Nacional possue tambem outra cópia photographica.

Resolvida a encommenda do quadro, cederam por emprestimo ao pintor, para *atélier*, uma sala do antigo edificio da praça do Commercio, á rua Primeiro de Março.

O sr. Mafra traçou a quadricula e os primeiros delineamentos da perspectiva do quadro.

Os retratos foram pintados deante dos respectivos modelos vivos. Porto-Alegre conseguiu-o, indo pessoalmente á casa de cada um delles. O sr. Mafra pintou duas cabeças.

Depois do trabalho muito adeantado, a Associação Commercial precisou da sala. Enrolaram a téla e a removeram para o almoxarifado do Palacio Imperial da cidade. Nunca mais Porto-Alegre pôde proseguir, distrahido por outras occupações, algumas em paizes extrangeiros.

A tarefa, tão bem começada, ficou por terminar, e afinal exquecida e abandonada em um recanto de dependencias do Palacio, occupadas depois pela Sociedade de Geographia.

Na téla ha espaços com esboços de pintura, outros em branco, e naturalmente damnificados.

Felizmente o quadro tem agora pouso digno, em sala da associação que Porto-Alegre tanto prezava e a qual tanto illustrou com o seu talento.

Não falta o que vêr na pintura...

O facto historico da corôação do imperador sr. d. Pedro II é materia sabida. As noticias da apparatosa ceremonia, mencionando os nomes das altas personagens presentes, constam de jornaes de 1841, referidas e reproduzidas em outras publicações modernas.

O desenho da celebre varanda, projecto de Porto-Alegre, já tem sido egualmente reproduzido.

O quadro mostra o ambiente da sala do throno da varanda, no momento da proclamação pelo arcebispo da Bahia, d. Romualdo, mais tarde agraciado com o titulo de marquez de Sancta Cruz.

O throno e o docel estão por acabar. A figura do prelado apresenta a cabeça ligeiramente esboçada, e, como essa figura, se vê a que deve representar o condestavel, cujo papel coube

ao primeiro marquez de Paranaguá (Francisco Villela Barbosa) ministro da Marinha.

Distinguem-se todos os demais ministros, alguns membros da Côrte e do Clero.

Nota-se o predominio das figuras de perfil; a do joven imperador está de perfil.

Dos ministros pintados ao lado do throno se percebe facilmente o de Extrangeiros, Aureliano de Souza Oliveira Coutinho (visconde de Sepetiba), por que traz o globo, mencionado no programma official da ceremonia.

A figura de Miguel Calmon du Pin e Almeida (marquez de Abrantes) se acha perto. Do outro lado um pouco á frente, se destacam o alferes-mór conde de Lages (depois marquez) empunhando o estandarte imperial, e juncto delle o ministro da Justiça Paulino José Soares de Sousa (visconde do Uruguai).

No plano posterior, em frente a dous moços fidalgos, estão Candido José de Araujo Viana (marquez de Sapucahi) e José Clemente Pereira. O commandante das Armas se acha nesse grupo em figura characteristica.

Araujo Viana não usava da barba nesse tempo mais do que pequenas costelletas, e os cabellos se conservavam ainda todos pretos. E' um dos retratos que se póde considerar quasi acabado pelo artista. Em grande maioria as pessôas evidentes do quadro vestem casaca de Côrte e trazem o manto da Ordem honorifica de Christo.

O bispo do Rio de Janeiro de então, conde de Irajá, parece representado na téla, cingindo a mitra e empunhando o cajado episcopal. Dos retratados, além dos já referidos, devem estar os marquezes de Barbacena, de S. João Marcos, de S. João da Palma, de Itanhahem e outros titulares.

No primeiro plano, quasi no eixo vertical da composição, é interessante o grupo do mestre da capella, conego Moreira, e a do conselheiro Paulo Barbosa da Silva, mestre da sala. Porto-Alegre os pintou, um juncto do outro a concertarem ceremonias... Vultos das princezas d. Januaria e d. Francisca, ermãs do imperador, assistem de uma tribuna. Nos trechos em branco, o artista incluiria outras personagens...

A figura de Antonio Carlos de frente, lado opposto ao throno, basta para recommendar um pintor.

Felizmente está salvo o precioso documento de Arte nacional, sob a guarda vigilante do Instituto Historico e Geographico Brasileiro...

IV

CONTINUAÇÃO DAS ARTES NO PRIMEIRO REINADO — PERIODO DA REGENCIA — AS ARTES E ARTISTAS NO REINADO DO SR. D. PEDRO II

Sr. presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Meus senhores:

Em 1829 estava dado o primeiro passo para os subsequentes certamens de arte, com a inauguração, no Rio de Janeiro, da 1ª Exposição de Bellas Artes. Ficaram satisfeitos os justos desejos do professor João Baptista Debret.

A' Exposição seguinte, em 1830, quando ministro do imperio o conselheiro José Antonio da Silva Maia, concorreram mais expositores, e entre elles recordo apenas por curiosidade historica o nome do auctor dos *Suspiros Poeticos* e da *Confederação dos Tamoios*, Domingos José Gonçalves de Magalhães (mais tarde visconde de Araguaia), então alumno-amador da Academia.

O successor do illustre Lebreton na direcção do ensino das Bellas-Artes, Henrique da Silva, embaraçou, como vimos, o quanto lhe foi possivel, as exposições.

Henrique foi um pintor importado de Lisbôa para illustrar traducções de Targini (barão de S. Lourenço), o seu protector e que em má hora se lembrou de po-lo á testa do ensino. Era um artista de pouco valor.

A morte do conde da Barca se tornou calamidade para os artistas francezes, que se consideraram desamparados.

Simão Pradier retirou-se em 1818 para a Europa; Lebreton retrahiu-se, indo residir em uma casa, á praia do Flamengo, fallecendo em Maio de 1819.

Henrique da Silva desgostou os illustres artistas francezes, contractados por d. João VI, e peior não aconteceu

devido, segundo Porto-Alegre, á placida constancia de Debret, aos seus talentos e ás suas virtudes.

«Aquelle nosso compatriota, quando se matriculou em 1827 na Academia das Bellas-Artes, já a encontrou num cahos incomprehensivel de desordem e de odios reciprocos. Henrique da Silva, não podendo ferir os mestres, feria o ensino, entravava o seu andamento; muito protegido levou a Academia de rastros, até 1829, quando com a bôa vontade de José Clemente Pereira e energia do imperador d. Pedro I, cessaram as hostilidades, inaugurando-se a primeira exposição, com catalogo impresso á custa de Debret».

E' sina do estabelecimento até hoje: de vez em quando apparecem factos de uma analogia flagrante...

O mediocre successor de Lebreton procurou desgostar principalmente: a Nicolau Taunay, a Debret e a Grandjean de Montigny, artistas consagrados, e cujas biographias podem ser lidas nos melhores diccionarios encyclopedicos. Preteridos na direcção da Academia, que fundaram, difficilmente supportariam o novo estado de cousas. Nicolau Taunay, já membro do Instituto de França, retirou-se; Debret aqui ficou apenas para desenhar a sua *Viagem*, e Grandjean por ter gasto os haveres em uma propriedade, que não conseguiu vender como lhe convinha.

O acontecimento politico de 7 de Abril de1831 acarretou consequentemente natural perturbação em todos os serviços publicos: o das Bellas-Artes não deixou de ser attingido. Debret regressou para a Europa, pedindo mais tarde demissão, ao que o Governo annuiu e lhe concedeu uma pensão. Porto-Alegre accompanhou seu mestre.

De 1831 a 1834 o ensino das Bellas-Artes quasi não dava signal de si, a não serem referencias, nem sempre agradaveis, constantes de relatorios, de ministros do Imperio do periodo inicial da Regencia.

Em 1834 (29 de Outubro) morreu o director Henrique. Nomeado Grandjean de Montigny, não acceitou, recaindo a eleição no pintor e professor Felix Emilio Taunay, filho do eminente artista Nicolau Taunay.

A primeira referencia desagradavel de um ministro da Regencia foi a de José Lino Coutinho em seu relatorio de

1832. Disse elle: «a Academia de Bellas-Artes crêada para aproveitar a mocidade brasileira nas obras de imaginação e de gôsto, para as quaes tem grande quéda, estava, por assim dizer, em perfeita nullidade, sem estatutos nem plano de estudos theoricos e practicos; nem os mestres ensinavam, nem os discipulos aprendiam».

«Deu-se-lhe, portanto, um plano regular de estudos, marcaram-se as obrigações dos professores e seus empregados, e o Governo espera, que com taes medidas esta Academia dará para o futuro artistas instruidos e habeis em seus ramos.»

O ministro Nicolau Vergueiro, em 1833, não se manifestou muito favoravel á opportunidade do ensino de Bellas-Artes, porquanto dirigindo-se ao Corpo Legislativo escreveu: «A Academia das Bellas-Artes é um estabelecimento que não póde apresentar grande prosperidade em um paiz, *onde estão em atrazo as que são mais necessarias á vida*, contudo ella é frequentada por 24 alumnos matriculados e muitos amadores, entre os quaes alguns se notam com grande aproveitamento».

O ministro Chichorro da Gama, que succedeu a Vergueiro, pediu refórma, citou aulas, opinando que o ensino de Anatomia conviria ser simultaneo com o do Desenho figurado e de modelo-vivo, não constituindo cadeira independente.

Em 1835, Joaquim Vieira da Silva e Sousa foi o primeiro ministro do imperio que officialmente pediu auctorização para premios nas aulas de Desenho e modelo-vivo.

Já em 1836, pelo relatorio de José Ignacio Borges, vê-se que houve aproveitamento na mocidade da Academia, visto como muitos alumnos foram premiados em Esculptura, Pintura e Desenho. Limpo de Abreu (visconde de Abaeté), ministro do Imperio em 1837, pediu a creação de uma cadeira de Gravura de medalhas. Bernardo Pereira de Vasconcellos em 1838 julgou pequena a verba consignada para a Academia. Em 1839, Francisco de Paula Almeida e Albuquerque desapropriou os predios para a formação da praça semicircular em frente á Academia, e a abertura da rua Leopoldina, hoje Barbara de Alvarenga.

No periodo da Regencia foi que se pensou nos salões de Arte propriamente dictos, ou exposições geraes de Bellas-

Artes, concorrendo alumnos da Academia e artistas extranhos a ella.

O conselheiro Manuel Antonio Galvão, que conversára com Porto-Alegre em Londres e ouvira aqui Felix Taunay, expediu, a 31 de Março de 1840, o aviso, memoravel para a Arte nacional, determinando que a Exposição annual da Academia se tornasse *Exposição de Bellas-Artes* e que se conferissem premios aos expositores mais notaveis, quer fossem pertencentes ao estabelecimento, quer fossem extranhos. O conselheiro Manuel Antonio Galvão, ministro da Regencia, foi, por conseguinte, o fundador dos salões annuaes de Arte no Rio de Janeiro.

No relatorio de 14 de Maio de 1840, ainda no periodo da Regencia, apresentado pelo ministro do Imperio, Francisco Ramiro de Assis Coelho, ha providencias lembradas em materia de Bellas-Artes, dignas de apreço.

Assis Coelho lembrou a creação de academias filiaes nas capitaes das provincias, e na justificação perante o Corpo Legislativo terminou com as seguintes palavras: «si vos dignardes de prestar a esta idéa a vossa attenção, as paredes dos nossos edificios, hoje adornadas com tapeçarias e gravuras extrangeiras, em breve tempo, brilharão com quadros das nossas encantadoras paizagens e dos acontecimentos mais notaveis da Historia do Brasil».

O conselheiro Assis Coelho lembrou mais mandar pensionistas á Europa, escolhidos entre os alumnos mais distinctos, para se aperfeiçoarem nos melhores centros de cultura artistica. Foi além do seu antecessor relativamente á protecção ás Bellas-Artes; projectou regulamentação para as exposições geraes, com jury prévio e premios.

Do exposto se conclue que os governos do periodo da Regencia não se descuidaram; pelo contrario, ministros tornaram em realidade medidas proteccionistas ás Bellas-Artes, hoje tão repetidas como cousas novas, quando já as passadas gerações dirigentes as tinham lançado.

Não houve tempo para se inaugurar a primeira Exposição Geral de Bellas-Artes, no periodo da Regencia, de accôrdo com as suas mencionadas decisões. Inaugurou-se já no primeiro ministerio da Maioridade.

Deste *salão*, propriamente dicto, principiou a phase de movimento da Pintura, o qual precedeu ás phases brilhantes dessa Arte em todo o reinado do sr. d. Pedro II.

Nesse reinado de amôr e protecção ás Lettras, ás Sciencias e ás Artes, só houve durante a guerra contra o Paraguai uma epocha de paralysação artistica e isso sómente para a Architectura, que entretanto melhorou e progrediu logo após a terminação da campanha, a qual absorvia grande parte da renda pública.

Para se estudar a Pintura, a Esculptura e Gravura, no Brasil, desde a Regencia até 1889, bastava tomar como elemento inicial ou fundamental a effigie do imperador menino, adolescente, imberbe, com pouca barba, completamente barbado, e encanecido; o imperador, em todos os tempos, com todas as edades.

Estuda-se a Gravura, a Esculptura e a Pintura de diversas epochas, a Lithographia, a agua-forte, a Xylographia, a Photographia, enfim todas as artes do retrato inclusive a derivada da Gravura, a Numismatica.

O imperador foi representado com a indumentaria magestatica ou imperial, uniformizado de almirante ou generalissimo, de casaca preta ou de sobrecasaca; o sr. d. Pedro II de perfil ou não, em busto, em pé, sentado ou a cavallo. No Brasil não houve até hoje quem fosse mais retratado. Attingiu-o naturalmente a caricatura... Mas muitas vezes a caricatura, injustamente cheia de odio, desrespeitosa, desgraciosa, da lavra de extrangeiros ingratos, offensivos, abusando-se dest'arte dos sentimentos ultra-liberaes e generosos do monarcha patriota, condescendente, tolerante ao exaggêro, magnanimo e abnegado.

Percorra-se o Brasil inteiro, e não faltará quem mostre ou possua um retrato do segundo imperador.

Durante o seu longo reinado, o sr. d. Pedro II animou e protegeu as artes e artistas. E a munificencia do Governo Imperial, agraciando aos que mais se distinguiam, concorreu, pela emulação, para o desenvolvimento das Bellas-Artes no Brasil.

Araujo Viana (marquez de Sapucahi), ministro do segundo gabinete da Maioridade, em seu relatorio refere que

«a Academia de Bellas-Artes continuava a prosperar, e o Governo empenhava-se em animar as pessôas, que a ellas se dedicavam, concedendo medalhas; condecorações ás que por suas producções se tornaram mais distinctas; elle, porém, estava persuadido de que taes providencias não bastavam para se dar a este ramo todo o desenvolvimento que se desejasse». Entre as medidas, accentuou o ministro Araujo Viana, que poderia lembrar-vos, «se me offereceu como grandemente efficazes, a de mandar viajar na Europa alguns dos discipulos mais aproveitados, para se aperfeiçoarem nas escholas celebres e estudarem os primores das Artes, e a de abrir aos que a ellas se dedicam o caminho para um futuro, ao menos exempto das vexações da indigencia».

E Almeida Torres (visconde de Macahé), ministro no gabinete de 2 de Fevereiro de 1844, referindo-se aos bons resultados das distincções honorificas, accentuou que «a Munificencia imperial galardoando com distincções os auctores das principaes obras que figuravam nas exposições annuaes da Academia de Bellas-Artes, ia despertando entre os que as cultivavam, salutar rivalidade, e estimulando os alumnos a se exforçarem para merèce-las». O Governo dessa epocha ainda mais, como meio de auxilio, mandava admittir como addidos, para desenhar na Inspecção das Obras Publicas, alumnos distinctos da Academia.

Dos artistas francezes contractados, o que bons serviços prestou ao ensino de Bellas-Artes foi incontestavelmente J. B. Debret; aos seus exforços se deve a primeira exposição, pintou quadros e decorações já mencionadas, além de ter desenhado com indicações do primeiro imperador a primeira bandeira brasileira, as armas imperiaes, as ordens honorificas, a indumentaria imperial e tudo mais que reclamava a sua collaboração competente.

Entre seus discipulos citarei Simplicio Rodrigues da Silva, que pintou varios retratos de d. Pedro I, dos quaes um se vê nesta sala. Porto-Alegre, o architecto da varanda da coroação do sr. d. Pedro II, pintor de varios quadros, entre elles o painel representando d. Pedro I a entregar o decreto da reforma da Faculdade de Medicina ao Corpo docente; a *Ceia*, encommendada por José Clemente Pereira para a

capella do Hospital da Misericordia, onde se acha, aliás com retoques posteriores e grosseiros feitos por pessôa incompetentissima; decorou a sala do throno; preparou o paço imperial para o casamento do sr. d. Pedro II, e foi decorador dos festejos do baptisado dos principes d. Affonso e d. Pedro, filhos do segundo imperador.

Chamado a servir de vereador supplente da Camara Municipal mostrou-se architecto: acabou com as gotteiras dos beiraes dos telhados, fazendo com que as aguas se encaminhassem por tubos verticaes de descarga, insistiu pela substituição das velhas calçadas, projectou o aformoseamento do Campo de Sanct'Anna, hoje Praça da Republica, mais tarde ajardinado com as fórmas de parque por Glaziou; pintou ornamentações no antigo Palacio Municipal; foi professor de Pintura historica, jubilado em 1858, e director da Academia das Bellas-Artes, de 1854 a 1857.

Notaveis se tornaram os seus discursos nas sessões da Congregação, discursos cheios de patriotismo, e que constam dos livros das actas da Academia.

Pertencem á galeria da Eschola de Bellas-Artes duas paizagens por Porto-Alegre e um retrato de d. Pedro I.

Segue-se: José Corrêa de Lima, natural de Minas Geraes, outro discipulo de Debret, e um dos seus successores na cadeira de Pintura historica. Falleceu a 22 de Junho de 1857. Ensinou pintura a Victor Meirelles.

Quando depois da morte de Victor Meirelles se inaugurou na Eschola Nacional de Bellas-Artes uma exposição de trabalhos deste artista, procurou-se um retrato de seu mestre para ser alçado em logar distincto; não se encontrou. Resolveu-se então, em homenagem ao mestre, collocar-se um de seus quadros, existentes na Galeria, e assim se fez.

Corrêa de Lima viajou pela Europa depois de pintor e professor. Nos primeiros tempos de seus estudos escholares dedicou-se simultaneamente a trabalhos de Architectura; alguns figuraram em exposições de alumnos.

Na Pinacotheca da Eschola conservam-se trez quadros do mestre de Victor Meirelles: um de 1841 — *Magnanimidade de Vieira,* facto acontecido no dominio hollandez, em Pernambuco; o segundo datado de 1853, é o retrato do intrepido

marinheiro Simão, carvoeiro do vapor *Pernambucano*, que no dia 9 de Outubro de 1853, na costa do Sul da Laguna, em Sancta Catharina, salvou trez pessôas; o terceiro quadro é de 1856, excellente na scena e nos retratos; tracta-se da pintura de uma sala onde juncto de um piano se vê Francisco Manuel da Silva, o compositor do nosso Hymno Nacional, e suas duas enteadas.

As duas senhoras representadas pertenciam á nossa sociedade distincta: uma, a esposa do finado conselheiro Andrade Pertence, lente da Faculdade de Medicina, e a outra d. Henriqueta de Almeida Arêas, baroneza de Ourem, cuja voz alcançou real celebridade nos salões do Rio de Janeiro. A composição deste quadro honra ao pintor.

A sua obra não foi tão extensa, nem tão opulenta como a do discipulo illustre, mas tambem viveu muito menos do que este...

Zeferino Ferrez, o primeiro professor official de Gravura de medalhas, compoz, além de trabalhos restrictos de sua especialidade, baixos relevos da fachada do antigo palacio das Bellas-Artes, riscado por Grandjean, e hoje Ministerio da Fazenda. O baixo-relevo allegorico, do tympano do frontão, a representar Phebo em seu carro luminoso, é de sua lavra, e os dous genios alados que ladeiam a porta de ingresso. Em um delles o artista esculpiu fructas brasileiras a saírem de uma cornocopia.

Cabe a Zeferino Ferrez a prioridade da esculptura de nossas fructas, no que quasi contemporaneamente o imitaram em uma velha casa que acabam de demolir na rua d'Alfandega, esquina da da Conceição (Vasco da Gama). Muito mais tarde Bethencourt da Silva aproveitou o ornato nas cornucopias decorativas e symbolicas da abundancia, no frontispicio do edificio da Associação Commercial, á rua Primeiro de Março; e modernamente Oliveira Passos na fachada posterior do Theatro Municipal.

Obras primas de Zeferino Ferrez são: suas medalhas desde a da corôação de d. João VI até ás gravadas no segundo reinado, essas que o artista gravou com a effigie do segundo imperador do Brasil. Só como elle tem gravado, no

Brasil, Augusto Girardet que é entre os gravadores mundiaes um artista completo na especialidade.

A Eschola de Bellas-Artes guarda muitos gessos de medalhas, e medalhas de várias epochas. As collecções da Bibliotheca Nacional muito interessam; e entre amadores são opulentissimas as collecções do dr. Domingos de Góes e Vasconcellos, filho do notavel estadista do Imperio, Zacharias de Góes e Vasconcellos. A seu convite visitei as suas collecções. As salas são pequenos museus; alli se colleccionam mobiliario legitimo estylo d. João V, Luiz XV, cadeiras de Cordova, tamboretes, objectos de marfim antigo, floretes e armas do tempo do Imperio, todas as venéras completas das ordens honorificas imperiaes, documentos da sumptuaria do seculo XVIII, e da sumptuaria imperial. Interessaram-me as chaves distinctivos do reinado de d. João VI e de d. Pedro I, as quaes conheci apenas por desenho. As do reinado do segundo imperador eram muito minhas conhecidas...

O ornato tradicional, accentuado nas chaves dos gentishomens do rei, desapparece nas dos camaristas de d. Pedro I, com a influencia classica dos artistas da epocha, mas, por atavismo, reapparece, caprichoso, nas curvaturas do dragão nas chaves dos camaristas do segundo reinado. Parece de pouca importancia esta nota; entretanto será um elemento a junctar, confirmando conclusões antecipadas no inicio deste curso, isto é, relativas ao vigor, á preferencia ethnographica, á adoptação creoula de determinado estylo decorativo que os colonizadores importaram.

O dr. Domingos de Góes conta em suas collecções cêrca de 2.500 medalhas. Possue medalhas commemorativas do dominio hollandez, e na serie das medalhas brasileiras vi em seu museu a primeira medalha cunhada no Rio de Janeiro em 1820, gravura de Zeferino Ferrez; todas as de campanha; das exposições e premios de Bellas-Artes; religiosas; de premios collegiaes e clubs; da coróação de d. Pedro II (firmadas por Azevedo); da campanha de 1852; etc. O peso das medalhas de ouro attinge a quatro kilos. Interessantissimo o museu do dr. Domingos de Góes...

Joaquim José da Silva Guimarães, pensionista da Academia, Quintino de Faria, Silva Santos, Quirino Vieira,

Christovam Luster foram gravadores que concorreram a várias exposições.

Marc Ferrez, esculptor estatuario, succedeu a Augusto Taunay no magisterio de Esculptura na Academia. Formou dous grandes discipulos que lhe succederam na regencia da cadeira.

O primeiro Francisco Elydeo Pamphiro, artista de grande talento, carioca, nascido em 1823, pensionista do Governo em Roma, e em 1850 succedeu ao seu mestre. Falleceu em 1852. Delle guardam as galerias da Eschola: uma estatua de Achilles e Endymião, baixo-relêvo.

Esculpiu ornatos na sanca do salão nobre da então Eschola Militar, hoje Polytechnica. Morreu muito jovem, quando havia começado baixos-relevos de scenas do poema Caramurú, de Sancta Rita Durão.

O outro discipulo de Marc Ferrez, e successor de Pamphiro no ensino official da Esculptura, foi Francisco Manuel Chaves Pinheiro, mestre do esculptor contemporaneo, Rodolfo Bernardelli. Extensa se apresenta a obra de Chaves Pinheiro que, por longos annos, pontificou na Academia. No ensino e na composição artistica abraçou a maneira classica, doutrina da maioria dos professores francezes, especialmente Debret na Pintura, Zeferino Ferrez na Gravura e Grandjean na Architectura. Transmittiram naturalmente os modos de sentir a todos os seus discipulos. A epocha era a do classico no ornamento.

Outros discipulos deixou Marc Ferrez: Quirino Vieira e João Duarte Moraes. O trabalho mais cotado destes artistas é o baixo-relêvo da empena do edificio do Cassino, (hoje Club dos Diarios) no largo da Lapa. Representa o Genio do Brasil, presidindo ás Musas, grupadas dos dous lados, de modo a preencherem completamente a empena.

Fernando Pettrich, estatuario dinamarquez, que viveu e trabalhou no Rio de Janeiro por mais de 13 annos, com atelier em aposento do pavimento terreo do Palacio imperial da cidade, cedido bondosamente por Sua Magestade o Imperador. Formou o esculptor Severo Quaresma Vieira, que se conceituou num busto do conde de Irajá, bispo illustre da diocese do Rio de Janeiro.

Outro esculptor é preciso citar: Honorato Manuel de Lima, o ornamentista nos festejos urbanos por occasião, em 1843, da chegada da terceira imperatriz do Brasil, esposa virtuosa do sr. d. Pedro II, e auctor do plano da escadaria e rampas da frente do edificio da Eschola Polytechnica. Para alli projectou estatuas de marmore, não levadas a effeito.

Pettrich, o esculptor dinamarquez, deixou duas bôas estatuas dos dous imperadores e de José Clemente Pereira; esta deve se achar no Hospicio de Alienados. O modêlo em gesso está no Hospital Geral da Misericordia.

Pettrich offereceu á Bibliotheca do Lyceu de Artes e Officios estampas gravadas em aço, accompanhadas de texto explicativo, reproduzindo trabalhos do celebre estatuario Thorwaldsen.

A obra de Marc Ferrez não se attesta no Rio de Janeiro com muitos documentos. Sobresaem apenas bustos passados a bronze, especialmente os do primeiro imperador e as estatuas de Apollo e Minerva, modeladas para o frontispicio da Academia, e actualmente damnificadas. Soffreram mutilações quando dalli as retiraram para o novo edificio da Eschola de Bellas-Artes. A administração tracta de restaura-las, e dar-lhes sitio conveniente.

Chaves Pinheiro foi o esculptor brasileiro que mais produziu no seculo pessado. Conheci-o de perto. Tinha as qualidades e o modo de interpretação artistica de seu tempo. Resumindo direi: entre seus trabalhos se destacam a estatua equestre ainda em gêsso do sr. d. Pedro II, e a pedestre do actor João Caetano, passada a bronze, e situada no parque da Praça da Republica. A estatua de Buarque de Macedo no jardim da Secretaria da Viação e Obras Publicas, é da lavra de Chaves Pinheiro, e numerosas estatuas em gesso do segundo imperador, bustos de estadistas e personagens illustres, tympanos e alguns baixos-relevos de tectos, como o do salão nobre do Hospital Geral da Misericordia e o do salão do Palacio da Prefeitura.

Um esculptor de ornatos seu contemporaneo devo citar pelos trabalhos de madeira: Antonio de Padua e Castro, professor de Esculptura de ornatos da antiga Academia. O portico da egreja de S. Francisco de Paula e todo o seu

interior, menos a capella-mór, foram trabalhados por elle, auxiliado nas figuras e scenas esculpidas, por Chaves Pinheiro, e por Candido Caetano de Almeida Reis, auctor da estatua do poeta Antonio José, do grupo *A Miseria e o Genio*, exposto em 15 de Março de 1879, e da figura allegorica do *Progresso*, que se vê na estação inicial da Estrada de Ferro Central do Brasil.

A pintura de paizagem teve como professor, até jubilar-se em 1851, Felix Emilio Taunay, 3º Director do ensino, artista de muito valor. Não se poderá dizer que elle se dedicou exclusivamente á especialidade que ensinou na Academia.

Em toda a sua vida de artista primou pela sinceridade absoluta, revelada por mais de uma vez nos discursos pronunciados nas sessões da Congregação de professores, e transcriptos no respectivo livro das actas. Não se poderá dizer que Felix Taunay tivesse sido exclusivamente paizagista, porque era professor de paizagem. Das suas obras, constantes das nossas galerias nacionaes, só duas são paizagens propriamente dictas — *Vista da Mãe d'Agua* e a *Vista de matto em queimada*.

Nos quadros — *O Caçador e a Onça* e a *Descoberta das Aguas Thermaes de Piratininga* ha paizagem, mas accidentalmente. O seu quadro retratando d. Pedro II, em 1835, é delicadissimo e primoroso trabalho de pintura.

Passando á Architectura direi que os ensinamentos do neo-classico, devidos a Grandjean de Montigny, influiram nas principaes construcções; a começar o exemplo pela fachada da Academia. Continuou a obra do mestre seu discipulo José Maria Jacintho Rebello, auctor dos projectos do Hospital Geral da Misericordia, do corpo central do Hospicio de Alienados, do hemicyclo do antigo matadouro e de outras obras.

Lá estão os frontões, as infalliveis columnas ou pilastras...

Do discipulo de Grandjean, Job Justino Alcantara, seu successor no ensino official da disciplina, só ha noticia da architectura commemorativa e ephemera nos arranjos ornamentaes de praças e ruas, por occasião do desembarque da imperatriz sra. d. Tereza Christina. Do outro discipulo,

João José Alves, ha o edificio onde funccionou o Instituto Nacional de Musica, e finalmente de José Antonio Monteiro, a fachada e lados do edificio da Prefeitura, antes de ser prolongado. Depois de Jacintho Rebello, o discipulo exclusivista na adopção das linhas do neo-classico, segue-se Bethencourt da Silva, professor da Academia, que foi durante annos quasi um architecto de Estado; dahi o ter sido auctor de muitas obras de architectura escholar, palaciana, politica, commercial, commemorativa, de regosijo nacional ou de lucto, religiosa, funeraria, paizagista e domestica (13).

Extensa e fecunda é a obra de Architectura de Bethencourt da Silva.

Em 1849 apparece o pastel, em vasta escala, pela primeira vez em uma exposição que nesse anno se realizou. Até essa data predominava exclusivamente na pintura de quadros o processo do oleo.

O pintor francez João Baptista Borely introduziu o processo do pastel, com o retrato do dr. Joaquim Caetano da Silva, reitor do Collegio de Pedro II.

Não se conhece documento nenhum até agora anterior, que possa contrariar a affirmação da prioridade. No nosso meio de artistas viveu o francez Gensollen, que pintou alguma cousa pelo fragil processo. Nas galerias da nossa Eschola deve existir desse pintor um quadro, a pastel, de natureza morta. Houve mesmo, muito antes delle, outros que tentaram o processo, mas repito, a prioridade da introducção parece pertencer a Borely. Quem o denunciou primeiro foi Porto-Alegre na revista *Guanabara*, dando conta circumstanciada da referida Exposição.

Entre os quadros da nossa Pinacotheca ha um bom retrato, a pastel, do conselheiro dr. Thomaz Gomes dos Santos, 5° director da antiga Academia, pintado por Borely, e o Instituto Historico possue outro pastel do mesmo artista. Conheci João Baptista Borely, em 1876, residindo no arraial do Taboleiro do Pomba, em Minas Geraes, a pintar, não pelo processo do

(13) José Rodrigues Moreira, pensionista da Academia em Roma e discipulo de Canina, foi alumno de Grandjean. Deixou muitos projectos bem desenhados.

pastel, mas retratos a oleo, a torto e a direito, de toda a gente do arraial e adjacencias, e a todo preço...

Por esperto não firmava as télas que não prestavam. O preço estava tão ao alcance, que não houve por alli quem deixasse de se retratar pelo Borely... Entretanto, meus senhores, quando não se achava embriagado, aliás quasi seu estado habitual, pintava bons quadrinhos. Fallava-me sempre nos dous retratos pintados por elle no Rio, exaltando, com razão, o do conselheiro Thomaz Gomes dos Santos.

Minha filha contava apenas quatro mezes de edade; sujeitei á contemplação de Borely, que me pintou da prezada menina um retrato bem tractado, bem cuidado.

Borely era muito intelligente, e tinha estudos regulares de algum estabelecimento de instrucção secundaria e especial de Desenho em França.

Quando o conheci apparentava 40 e poucos annos de edade. Ignoro a data de seu nascimento, e em que localidade de Minas morreu. Soube que nunca mais deixou aquellas paragens, onde o hospedaram com carinho e o aturavam pacientemente nas bebedeiras mansas.

Disse, ha pouco, que o architecto Alcantara se encarregára, em 1843, das decorações commemorativas e festivas, por occasião da chegada da imperatriz a sra. da. Tereza Christina; é preciso ponderar que taes decorações soffreram da parte de Porto-Alegre severa critica em artigo da revista — *Minerva Brasiliense.*

E desde que ha opportunidade recordo o cáes construido especialmente para desembarque da imperatriz, na praça Municipal, antigo Vallongo, onde se collocaram dous interessantes golphinhos de bronze, esculpturas do nosso compatriota João Justino de Araujo, que os vendeu á Municipalidade por 745$200.

Com a demolição do cáes removeram, na administração do prefeito Passos, os referidos golphinhos para o chafariz de ferro do largo do Paço.

Na acta da sessão da Camara Municipal, de 21 de Julho de 1843, publicada no *Diario do Rio de Janeiro,* li parecer de louvôr dado pelo vereador, o distinctissimo homem de lettras, dr. Felix Martins, depois barão de S. Felix.

* * *

Em 1862, Victor Meirelles expõe o seu quadro *Primeira Missa no Brasil*, sendo agraciado com o grau de cavalleiro da Ordem da Rosa, recebendo das mãos do imperador, de presente, a respectiva venéra. Principiou d'ahi a phase brilhante da pintura de cavallete no Brasil, alcançando admiravel progresso na grande exposição geral de Bellas-Artes, inaugurada em 23 de Agosto de 1884, quando director da Academia o conselheiro Nicolau Tolentino e secretario o professor João Maximiano Mafra. As galerias estavam diariamente abertas e franqueadas ao publico. Victor Meirelles se tornou um artista muito conhecido.

Houve tempo em que o nosso compatriota era o pintor popular por excellencia: Carlos Gomes na Musica, e Victor Meirelles na Pintura, repetia-se de boca em bocca. Os *Panoramas* augmentaram a sua popularidade. Nasceu em Sancta Catharina a 18 de Agosto de 1832. Em 1852 seguiu para a Europa, na qualidade de pensionista da Academia.

Em Italia estudou com Minardi e em Pariz com Paulo Delaroche. Tendo fallecido, inaugurou-se em 1903 na Eschola Nacional de Bellas-Artes uma exposição de seus trabalhos, em homenagem á sua memoria. Victor Meirelles por seus trabalhos ficou nessa exposição em intimidade com o público. Observou-se a sua conducta de artista, que seguiu os dictames e exemplos dos grandes mestres.

Estavam, á vista, os estudos prévios dos pormenores dos seus grandes quadros e panoramas. Vi quadriculas reduzidas, delineamentos e esboços da *Primeira Missa* dos quadros *Batalha dos Guararapes, Batalha de Riachuelo,* e *Juramento da Princeza Imperial sra. d. Isabel, regente do Imperio na ausencia do imperador*.

Deixou numerosas pastas repletas de estudos, a lapis, e squarella e alguns a penna, que mostravam quanto demoradamente estudava deante da natureza, dado o modêlo até firmar a figura, o ambiente estudado com verdade, a paizagem necessaria ou minudencias da composição. Nesses momentos graphicos de observação, nessa intimidade artistica com os ambientes, o que distinguiu e distingue os mestres da Pintura, é onde o talento e probidade de Victor Meirelles se mani-

festou intensamente. Nessa exposição poder-se-hia accompanha-lo, desde os seus trabalhos de alumno, desde os esboços, até ás figuras definitivas em differentes posições, com a indumentaria, a ethnographia, ora por um, ora por outro processo. Vi manchas de nuvens, de outros accidentes naturaes, tomados em determinados instantes luminosos para céos a compôr, flora, e tantas outras minucias, em que o desenho preoccupava sobremaneira o artista.

Pintou quadros biblicos, mythologicos, historicos, de batalhas, marinhas, natureza morta.

No genero de retrato muito trabalhou Victor Meirelles. Aqui e em cidades importantes brasileiras ha retratos pintados admiravelmente por elle.

Da sua *Primeira Missa no Brasil* não se contam as reproducções reduzidas, espalhadas nos livros nacionaes e extrangeiros, em quadros parietaes pedagogicos, em oleographias, em xylographias e por todos os processos graphicos.

Victor Meirelles de Lima reflectiu em toda a sua obra opulentissima a maneira do tempo em que viveu, é individualidade culminante immorredoura na Pintura nacional. O imperador sr. d. Pedro II o agraciou por mais de uma vez, e o auxiliou quando pensionista da Academia.

Em nota do sr. d. Pedro II, de 23 de Abril de 1891, publicada nos jornaes pelo visconde de Taunay (Alfredo d'Escragnolle Taunay) escreveu sua Magestade, no exilio e banido: « Nunca me exqueci da Academia de Bellas-Artes, Pintura, Esculptura, Desenho e Gravura, e fiz o que pude pelo Lyceu de Artes e Officios ». Não faltam documentos de todas as epochas de seu longo reinado para provar o que elle saudoso relembrou naquellas linhas.

Pedro Americo (Pedro Americo de Figueiredo e Mello) outro pintor eminente, contemporaneo de Victor Meirelles. Pedro Americo nasceu na Parahiba do Norte, e morreu em Florença em 1905. Os restos mortaes foram trasladados para a sua terra natal.

Já, ha annos, escrevi sôbre este pintor. Disse um seu biographo que « Pedro Americo começou a estudar Bellas-Artes em 1856, depois de ter estudado humanidades no Collegio de Pedro II, e em 1859, por protecção exclusiva do

imperador, partiu para a França, de onde voltou em 1864 regressando a Europa tempos depois, para receber o grau de doutor em sciencias pela Universidade de Bruxellas (14).

Em Pariz estudou pintura com Léon Coguiet, frequentando ao mesmo tempo as aulas da Sorbona».

Na antiga Academia das Bellas-Artes professou Historia das Artes e Esthetica. Cultivou as lettras, mostrou aptidão notavel para estudos philosophicos; na these que defendeu perante a Universidade de Bruxellas escolheu para a dissertação o ponto: «Da Liberdade do methodo e do Espirito de systema no estudo da Natureza».

Em 1869 publicou o seu livro *La Science et les systèmes*. Do estudo da grande epocha da Arte, iniciada na Architectura por Brunellesco e na Pintura por Giotto, resultaram para Pedro Americo as seguintes cogitações philosophicas: — «a libertação da Arte preparou a da Sciencia; a actividade esthetica se transformou em actividade scientifica», theses estas que demonstrou.

Pensava elle em 1869, «que nas sociedades modernas o artista é uma imagem de Roma.» A verdade, penso eu, é que se não foi exclusivamente romana, o tem sido greco-romana.

Pedro Americo publicou, além de discursos sôbre Esthetica, o seu *Holocausto*.

Estudando-o como pintor, nota-se em seu estylo tendencia natural e espontanea para o genio decorativo das allegorias. Nos proprios quadros biblicos, e em alguns historicos, se patenteia esse modo com que elle na plastica interpretava os assumptos, salvo os seus quadros de batalhas.

O ultimo e momentoso quadro — *Pax*, é uma téla decorativa de composição allegorica.

Pedro Americo foi o nosso grande pintor de batalhas. O quadro *Batalha de Avahi* é, em pintura de cavallete, a maior composição que possuimos. Não conheço no Brasil quadro de cavallete, de maior folego do que esse. Não me refiro quanto ás dimensões da téla (de cinco metros de altura

(14) Em 1855, o imperador, visitando o Collegio de Pedro II, assistiu a uma aula da qual era alumno Pedro Americo, que tinha por companheiro de banco o dr. Ramiz Galvão. Pedro Americo contemplando a pessoa do imperador tirou-lhe o retrato a lapis, do que teve conhecimento o monarcha.

sobre 10 metros de comprimento), mas ás scenas de guerra, constantes dos differentes planos, scenas de movimentos variados, que exigiram da parte do artista muitos desenhos preliminares.

Nem todos imaginam a que estudos parciaes se entrega um pintor consciencioso até á interpretação definitiva do conjuncto. Tracta-se do genero Batalhas, onde ha numerosos vultos retratados, petrechos bellicos, paizagem, entra a cavallaria, como enorme e variado elemento de composição.

Ha muitas difficuldades a vencer. Pedro Americo é um dos maiores artistas brasileiros.

No quadro da *Batalha de Avahi* o artista pintou o seu retrato no soldado 33. Do mesmo pintor ha outra téla de guerra *O Episodio de Campo Grande.*

Além da *Batalha de Avahi,* pertencem a galerias nacionaes as seguintes télas: *A Carioca,* talvez uma das mais antigas e muito conhecida do publico; *Joanna d'Arc*; *Judith*; *A Noite, accompanhada pelo estudo e pelo amôr; Da. Catharina de Athayde*; o *Infante D. João IV*; o *Voto de Heloisa*; a *Rabequista arabe*; *Jacobed ao ir expor Moises, seu filho, nas margens do Nilo*; *David*; *Voltaire abençoando o filho de Franklin,* e os retratos do conselheiro Philippe Lopes Netto e de Porto-Alegre (barão de Sancto Angelo).

Outro contemporaneo de Victor Meirelles e Pedro Americo foi Agostinho da Motta, ex-pensionista e professor da Academia, o delicioso paizagista, o melhor que tivemos naquella epocha. Os finados Leoncio, e Estevam Silva, que se especializou depois em fructas, não passaram de imitadores e discipulos. Foi o precursor de João Baptista da Costa na interpretação brilhante da nossa luz, das nossas mattas, dos nossos rios, das nossas serras e das nossas aguas, enfim da nossa natureza. No que deixou se observa a revelação, não de uma habilidade commum, porém, de uma technica magistral, manejada por um grande talento.

Teve por discipulos os pintores contemporaneos, vivos, Henrique Bernardelli, Peres, Medeiros e outros.

Agostinho da Motta não gosava de geraes sympathias, apesar da consagração de paizagista emerito, e do respeito

que lhe tributavam os estudantes de Bellas-Artes. Era ironico, pilherico e mordaz.

Mereceu o apreço pessoal da imperatriz, que lhe encommendou diversas paizagens a oleo e aquarellas, representando parasitas das nossas florestas; quadros que Sua Magestade mandava para seus parentes na Italia. Ao museu de Napoles pertencem algumas paizagens do nosso patricio. O seu afamado quadro *Serra de Petropolis*, encommenda da imperatriz, vi reproduzido em lithographia, de Sisson, accompanhada de um artigo critico de Bethencourt da Silva, no *Brasil Illustrado* de 1856. A Eschola possue algumas télas de Agostinho da Motta, que raras vezes deixava de pintar paizagens. Pintou excepcionalmente um retrato de desconhecido e o offereceu á Academia. E' bom trabalho de figura.

Representa um sujeito qualquer, que, julgando-se talvez menos feio, recusou a téla. Motta pintou um barrete no retrato do sujeito e remetteu o quadro para a galeria.

O paizagista brasileiro morreu a 21 de Agosto de 1878, depois de uma vida de privações incalculaveis, e com as quaes nunca se pôde conformar.

* * *

Em 1861 e 1866 realizaram-se exposições de Industria nacional.

Na cidade ainda se celebravam festas de regosijo, e de gala, sumptuosas procissões catholicas e festividades religiosas que alvoroçavam a cidade inteira. O costume já vinha do tempo de d. João VI, brilharam com d. Pedro I e até aos meiados do segundo reinado. Nas exposições nacionaes, de 1861 e 1866, ao lado dos productos agricolas e industriaes do paiz, viam-se expostos: artefactos e objectos de artes applicadas, originalmente brasileiros.

O conde de Lahure, um erudito francez, aqui domiciliado e muito amigo do Brasil, escreveu curiosas informações, em fórma de cartas a Machado de Assis, pelo *Diario do Rio de Janeiro*, relidas por mim ha dias na Bibliotheca Nacional.

Havia chegado a epocha da tyrannia da saia a balão no vestuario das senhoras, trajo começado a usar em 1855 e

1856, dando ensejo no *Brasil Illustrado* (15) para ensaios interessantes da caricatura no genero — correcção de costumes. Refiro-me á caricatura ao serviço do jornalismo.

No theatro, nos entrudos e outras festividades populares, nos celeberrimos judas, nesse costume, regalo da garotagem, existiu a caricatura burlesca e algumas vezes aggressiva.

Nos bonecos de panno (vulgarmente, denominados *bruxas*) ella appareceu a copiar grotescamente costumes.

Não se deve exquecer tambem a brincadeira comica das formigas tanajuras sêccas de S. Paulo, vestidas, a imitarem typos, scenas domesticas e theatraes.

O illustrado dr. Pinto da Rocha em conferencia sôbre a Boneca, recentemente feita no Rio Grande do Sul, alludiu de modo brilhante á phase da esculptura grotesca das bruxas de panno.

A caricatura, e desenhos felizes, exaggerados, criticos, jocosos, escarninhos, humoristicos ao serviço do jornalismo, tiveram os seus primeiros ensaios em estampas do referido *Brasil Illustrado*, em 1855 e 1856.

Publicou engraçados desenhos, por exemplo: um a censurar os banhos de mar nas praias do Rio de Janeiro, quando não havia processo regular de exgottos, a mostrar sorprezas desagradaveis para o banhista; outros a criticar os exgottos de aguas das chuvas a saírem dos tubos sôbre o passeio da rua, obrigando os transeuntes a uma serie continua de pulos; outro, finalmente, a mostrar effeitos desastrosos comparativos dos meios de illuminação a azeite e a gaz: alli é um lampeão a azeite que caindo do supporte sôbre um individuo, achata o chapéo; acolá é o propheta que, com a escada e lampada de accender, pela differença de luz, offusca a vista do transeunte esborrachando-lhe as ventas.

A saia a balão, em uso nas senhoras, lembrou ao caricaturista um projecto de construcção especial de casas, onde as portas e janellas de sacadas deviam ter vãos, com formas de garrafão, para melhor servirem ás senhoras.

De 1860 data o primeiro cartaz publicado no Rio de Janeiro. Annunciava a *Semana Illustrada*, jornal de cari-

---

(15) Revista illustrada que se publicou no Rio de Janeiro.

catura e de humorismo, de propriedade e sob a direcção artistica de Henrique Fleiuss, pintor allemão, que aqui sempre viveu, contrahiu casamento com senhora brasileira e deixou descendentes, bons Brasileiros.

Nasceu na Prussia Rhenana, em 1824 e falleceu em 1882. Em 1858 emigrou para o Brasil, esteve em algumas provincias do Norte, onde pintou aquarellas, seu processo predilecto. Conheço uma de propriedade de seu filho, quadro feliz como technica e allegoria e como registo historico de aspectos, de outr'ora, da nossa cidade. A composição allegorica consiste em um grande arco deixando vêr o panorama da cidade, e nos cantos do rectangulo vistas parciaes de monumentos e sitios importantes, e a ornamentar todo esse conjuncto: armas imperiaes e episcopaes, os retratos dos imperantes, etc.

Henrique Fleiuss pintou outras aquarellas, e entre ellas citarei a que recorda a sessão solenne de encerramento do Parlamento, em 1859, quadro pertencente aos Instituto Historico. Fundou a *Illustração Brazileira*, a melhor publicação no genero, impressa no Brasil naquella epocha. Saiu das officinas de sua propriedade denominada — Imperial - Instituto Artistico. Conheci pessoalmente Henrique Fleiuss, com quem tractei, quando accompanhei, em 1876, em suas officinas a impressão de dous pequenos mappas de estradas de ferro, por mim organizados, de ordem do visconde de Bom Retiro, mappas esses annexos ao livro intitulado *O Imperio do Brasil na Exposição Universal de Philadelphia, em 1876*.

O primeiro cartaz do annuncio *Semana Illustrada* consistia na ampliação da capa do seu primeiro numero. A *Semana* distribuiu o seu primeiro numero em Dezembro de 1860.

A composição humoristica do titulo da *Semana Illustrada* com a Lanterna magica, onde se lia « *Ridendo castigat mores* », se conservou sempre a mesma até 1876, quando ella desappareceu do jornalismo hebdomadario.

Collaboraram no texto os mais notaveis talentos do tempo. Todos os desenhos são de Henrique Fleiuss, que creou o typo critico do cabeçudo Dr. Semana, do moleque e da negrinha, personagens que aproveitou para seus desenhos criticos e humoristicos de scenas, mas sem aggressões e

diatribes. Nunca se afastou do programma «*Ridendo catigat mores*». Durante o periodo da guerra contra o Paraguay tornou a *Semana Illustrada* um jornal de documentação graphica da campanha. Publicava retratos dos nossos heróes e illustrações relativas a combates e batalhas feridas no Sul.

A collecção da *Semana Illustrada* é preciosa pelo lado historico da caricatura, das phases politicas, pelos fieis retratos dos nossos homens e pela collaboração litteraria do texto.

A pagina da frente de seu primeiro numero póde se vêr reproduzida em *fac-simile* na *Revista do Instituto Historico*, tomo consagrado, em 1908, á Exposição do 1º Centenario da Imprensa periodica no Brasil.

O cartaz, que é a ampliação dessa pagina, era uma allegoria humoristica, em que a *Semana Illustrada*, personificada, começa a sua viagem pela America do Sul, dentro de um vehiculo puchado por genios alados, e accompanhado já pelo «moleque». Num estandarte desfraldado se lê: «*Sol lucet omnibus*». Nesse cartaz ha minudencias de fazer rir.

Henrique Fleiuss foi, portanto, no Rio de Janeiro, o precursor de Raul Pederneiras, de J. Carlos, de Calixto, e outros que, actualmente, collaboram nos nossos melhores hebdomadarios illustrados.

V

AS PARTES PLASTICAS ATÉ 1890 — NOVA ORGANIZAÇÃO DADA AO ENSINO ARTISTICO — AS BELLAS-ARTES E O INSTITUTO HISTORICO

Sr. presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Meus sonhores:

Sabido ficou, qual o interesse patriotico, que ministros da Regencia tomaram pelo ensino e divulgação das Bellas-Artes, e que a um delles, o conselheiro Manuel Antonio Galvão, se deve a fundação dos salões de arte ou exposições geraes de Bellas-Artes. Todos os governos do Imperio procuraram sempre melhorar o ensino, galardoando os servidores e cultores das artes, e animando, o mais possivel, aos que a ellas se dedicavam. Os documentos constam da Legislação e das referencias em relatorios officiaes dos ministros e dos directores da Academia.

Nas exposições, que se inauguraram durante o reinado do sr. d. Pedro II, augmentou cada anno o numero de expositores, notando-se em seus trabalhos gradual aperfeiçoamento da technica e felizes composições.

Na Exposição de 1864 Pedro Americo apresentou a sua conhecida *Carioca*; e Victor Meirelles, além de alguns retratos, expoz o esbôço de um quadro, que penso não desenvolveu, a representar o imperador fallando ao povo na tarde do dia 5 de Janeiro de 1863 (questão ingleza), e outro esbôço do acto solenne do Casamento da Princeza Imperial da. Isabel, condessa d'Eu.

Da Exposição de 1865 á de 1884 artistas de varias especialidades concorreram, além de pensionistas do Estado.

Os nossos maiores pintores da epocha, Victor Meirelles e Pedro Americo, assim como Agostinho da Motta, nunca

deixaram de expôr, dando bom exemplo e animando aos novos.

Foi em 1867 que João Zephyrino da Costa, então alumno da Academia, em concurso final na aula de Pintura, alcançou com brilhante resultado a grande medalha de ouro, revelando decidida aptidão no trabalho apresentado.

Em Zephyrino vislumbravam os seus mestres o que elle depois foi: um grande pintor. Thomaz Gomes dos Santos, director da Academia, em relatorio que dirigiu em 1867 ao Governo, e, annexo ao do ministro respectivo, apresentado á Assembléa Geral Legislativa, se exprimiu deste modo: « o zêlo e methodo dos professores e a applicação dos alumnos tiveram muito vantajoso resultado. Com effeito, no concurso para premios escholares, no fim do anno, o *Daniel no lago dos leões*, do alumno João Zephyrino da Costa, foi um trabalho quasi completo; nunca, que eu saiba, apresentou a Academia, em concursos escholares, quadro mais difficil e acabado ».

Em 1867 a princeza imperial sra. da. Isabel concorreu á Exposição com trabalhos feitos por suas proprias mãos, conforme affirmou o director da Academia.

Os quadros da princeza, em numero de trez, representavam: uma paizagem da Escossia, figuras de cães de caça, e o terceiro se denominava o *Acordar*. Os dous primeiros pertenciam ao imperador e o ultimo ao conde d'Eu.

No periodo de 1862, data da exposição da *Primeira Missa* de Victor Meirelles, até 1890, inclusive, trabalharam no difficil genero do retrato, além de Victor Meirelles, Pedro Americo e Agostinho da Motta, os pintores já fallecidos: Carlos Luiz do Nascimento, natural do Rio de Janeiro, discipulo de Debret, professor jubilado, eximio restaurador da Academia; Sousa Lobo, Julio Le Chevrel, Augusto Müller (é obra sua o retrato de Grandjean de Montigny), Francisco Antonio Nery (com o retrato de Minardi), Luiz Augusto Moreaux (Lagrange na opera Norma), Viriato de Freitas, Joaquim da Rocha Fragoso, Poluceno Manuel, Carvalho, Felix Perret, Alfredo Seelinger, Augusto Off e outros, Estevam Silva, na exposição de 1884, ao lado de 14 quadros de fructas, no que se tornou famoso, concorreu com muitos retratos por elle pintados. Ultimamente cultivaram o mesmo

genero Daniel Berard e no relêvo os esculptores: Chaves Pinheiro, Almeida Reis, e os gravadores Joaquim José da Silva Guimarães, Quirino Santos e Lüster.

No desenho a lapis e na lithographia trabalharam no retrato: Francisco da Cruz Antunes e Augusto Sisson, especialmente na *Galeria de Brasileiros Illustres*.

Em trabalhos de miniaturas em marfim, sobresaíram em varias exposições: Antonio José da Rocha, professor da Eschola de Marinha (hoje Naval) e José Thomaz da Costa Guimarães, da Casa Imperial.

Nas illuminuras heraldicas se especializou, no Rio de Janeiro, Aleixo Boulanger, que por isso exerceu cargo official, necessario á expedição de titulos de nobreza e brazões d'armas.

Em desenhos a bico de penna, ninguem aqui ainda excedeu a Mariano José de Almeida, professor das princezas e da Eschola de Marinha. O fallecido medico dr. Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, de natural aptidão e gôsto para esse processo de desenho, quando muito joven, aprendeu, por algum tempo, com Mariano José de Almeida, chegando a expôr duas cópias, muito bem feitas, no salão da Academia, em 1865, conforme consta do catalogo publicado. Conheci Mariano de Almeida; é para lamentar que muitos dos seus desenhos se extraviassem. Vi, de sua lavra, delicadissimos trabalhos em papel de arroz.

E uma particularidade intima: — ensinou humanidades elementares áquella que, ha 41 annos, faz a felicidade de meu lar...

Distinguiu-se em obras de Ourivesaria, e até de esmalte, Manuel Joaquim Valentim, com officina de ourives nesta cidade. Varios objectos por elle fabricados figuraram em exposições da Academia e tambem em Exposições da Industria Nacional.

A casa de José Maria dos Reis, ainda hoje existente, mas de outros donos, mantinha uma officina de instrumentos de Optica e conjunctamente de Ourivesaria. Obras de seus peritos officiaes foram exhibidas não só na Academia, sinão tambem em outras exposições.

Em obras de Ourivesaria, em prata, não tivemos, em flores, ninguem que egualasse ao finado Pedro Antonio da Costa, velho andador da egreja da Sancta Casa da Misericordia. Executava delicadissimas flores em prata fina e em prata de lei. Conheci-o e o vi muitas vezes a formar rosas, ramalhetes de cravos e violetas. Trabalhava em aposentos da velha egreja, e quando por lá eu apparecia, o velho Pedro perguntava-me sempre si queria vêr a Bandeira da Misericordia e os paineis da procissão dos Fogaréos. Accedia sempre.

Em certa occasião (eu era engenheiro da Misericordia) o Pedro me chamou a attenção para um pequeno escudo antiquissimo, da Sancta Casa, pintado em madeira, que jazia de mixtura com fragmentos de materiaes e refugos de construcção. Tractava-se de um bom trabalhinho contemporaneo das remotas edades da pia instituição, e seu legitimo escudo. Tirei-o do logar onde se achava, e pedi ao então muito joven pintor sr. Eduardo de Sá, filho de um amigo meu, o finado chefe da Secretaria da Sancta Casa, Francisco Augusto de Sá, para restaura-lo, o que elle executou cuidadosamente. Auctorizado pelo provedor, conselheiro Manuel de Oliveira Fausto, colloquei o escudo, onde permanece, á entrada da egreja, no fôrro do pavimento do côro.

Nas Exposições de Industria Nacional, realizadas de 1861 a 1875, figuraram muitos trabalhos dos nossos artistas em Pintura, Esculptura, Gravura e outras especialidades. Depois da necessaria selecção, o Governo os remetteu para as exposições universaes de Pariz, em 1867, de Vienna d'Austria, em 1873, e de Philadelphia, nos Estados Unidos, em 1876. Nos respectivos catalogos, de facil consulta na Bibliotheca Nacional, encontram-se indicações sôbre esses trabalhos, e tambem em noticias publicadas, em monographias e nos jornaes diarios.

Para as exposições da Industria nacional aproveitaram-se os edificios da Eschola Polytechnica, da Casa da Moeda e da Secretaria da Viação e Obras Publicas. Na primeira, que se inaugurou na Eschola Polytechnica, então Eschola Central, recebeu o edificio decoração original executada, gratuitamente,

sob plano e direcção de Henrique Fleiuss, com a collaboração de Linde, outro artista.

Nessa ornamentação se notava a originalidade de seis grandes flammulas symbolizando, pelas côres, as ordens honorificas do Imperio: Pedro I, Cruzeiro, Rosa, Christo, Aviz e S. Thiago.

Pelo catalogo das primeiras exposições industriaes, inauguradas nesta cidade, e referencias em outras publicações, se vê que foram expostas preciosas collecções de rendas do Norte e applicações originaes do bordado, e curiosos artefactos de tartaruga do Rio Grande do Norte, e egualmente obras de esculptura em madeira, sobresaindo Carlos Spangenberg, de Petropolis, com um adereço de pau de café e peroba, e copos de taquarussú com relevos de cortiça.

Tiveram fama, não ha muitos annos, as bengalas fabricadas por Spangenberg, que se esmerava nas esculpturas dos cabos, e em arabescos de cofres de joias que tambem fabricava com madeira nossa.

Vem a proposito lembrar uma festa silvestre, brasileiramente arranjada em 1861 pelo grande compatriota Mariano Procopio Ferreira Lage, em sua vasta propriedade de Juiz de Fóra, por occasião da visita do imperador e da imperatriz, e inauguração de 18 leguas da estrada União e Industria, essa alcatifa de pedra, honra da Engenharia, personificada em Halfeld e Oliveira Bulhões e presentemente votada ao completo abandono. A ceremonia se realizou em 23 de Junho de 1861. Assistiu a ella um correspondente especial do *Jornal do Commercio*, que escreveu circunstanciadas cartas, tiradas depois em volume separado.

O imperador acceitou o convite da hospedagem no castello de Mariano Procopio, com a condição imposta de servir-se sómente de objectos e utensilios brasileiros, feitos no paiz. Mariano Procopio particularizou mais: tudo era mineiro, os cobertores brancos do leito, em que o imperador dormiu, foram tecidos em Queluz por mãos brasileiras, com a lã de carneiros do paiz; um dos cobertores ostentava no centro as armas imperiaes, e as toalhas de mesa e de mãos foram executadas em tear mineiro com o algodão alli produzido.

As colchas de seda da cama de suas magestades serviram a d. Pedro I quando, indo a Minas, se hospedou na cidade de Barbacena em casa do pae de Mariano Procopio.

O almôço dado ao imperador no matto virgem, annexo á colonia que o illustre Mineiro fundára, extasiou a todos; e ao dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, deputado então pelo Rio Grande do Norte, o ambiente inspirou soneto allusivo ao sitio e ao monarcha, que o *Jornal do Commercio* publicou:

« No meio dessa selva magestosa,
Cada arvore parece uma princeza »,

disse o sonetista.

Escreveu o correspondente do *Jornal*: « No logar destinado ao almôço, e em curta distancia uma da outra, notavam-se duas mesas rusticas, construidas de páos roliços, ainda cobertos de casca, e cercadas de bancos da mesma especie, com os encostos tecidos de cipó. Por toalhas folhas de palmeiras, sôbre as quaes descansavam em alvos guardanapos, os assados e mais iguarias ! Os copos eram gomos de taquara, cortados de conveniente grandeza; as garrafas, grandes gomos de taquara ou taquarussú, entre dous nós, tendo ao lado na parte superior uma pequena abertura, d'onde saia a agua mais crystallina. (Foram os moringues). E tudo isso se passava no meio do matto virgem, tão limpo, que por toda a parte se podiam dirigir as pessôas desembaraçadamente ».

Ficaram satisfeitos os desejos nativistas do imperador: tudo brasileiro, agreste ou não.

Nas exposições nacionaes appareceram objectos de aspectos rusticos com fórmas sentidas.

A 30 de Março de 1862 solennemente inaugurou-se na cidade do Rio de Janeiro o mais importante monumento civil de esculptura e symbolismo do Brasil: a estatua equestre de d. Pedro I.

O monumento, lembrado em 1852, levaram a effeito por meio de uma subscripção popular, em virtude de deliberação da Camara Municipal, em sessão de 7 de Septembro de 1854, extraordinariamente convocada pelo seu presidente dr. Roberto Jorge Haddock Lobo.

Em 12 de Outubro de 1855 expirou o praso do concurso aberto para os projectos; e no dia 14 desse mez e anno, a commissão, da qual fazia parte Araujo Porto-Alegre, reunida no edificio da Academia das Bellas-Artes, tomou conhecimento dos 35 projectos apresentados e um modelo. Classificou em 1º logar o de n. 28; em 2º logar o de n. 3; e em 3º logar o de n. 12. O primeiro classificado foi o de João Maximiano Mafra, professor substituto de Pintura Historica. Em 6 de Maio de 1856 se contractou com o esculptor Luiz Rochet, (classificado em 3º logar) a execução, no bronze, do desenho de João Maximiano Mafra. Na execução Luiz Rochet modificou a composição na parte essencial da figura do primeiro imperador. Mafra desenhou d. Pedro I com o braço direito em gesto altivo, sustentando o chapéo na mão. Rochet cobriu o imperador com o chapéo armado, para occultar talvez o defeito da falta de similhança physionomica, aliás tão bem interpretada no busto de bronze, obra de Marc Ferrez, existente na bibliotheca da Eschola Nacional de Bellas-Artes. O estatuario Rochet, não sabendo que fazer da mão direita do imperador, poz-lhe um papel que diziam ser o manifesto ás nações, com a legenda: — Independencia ou Morte.

Os grupos symbolicos dos rios do pedestal constam do desenho de Mafra. Alteraram as columnas ou supportes da illuminação a gaz. No desenho de Mafra as columnas eram palmeiras, cujos fructos seriam os lampeões.

João Maximiano Mafra morreu velho, professor jubilado e secretario aposentado, depois de ter prestado os mais valiosos serviços ás Bellas-Artes.

Quem estudar as Bellas-Artes no Brasil, já o disse e repito, se certificará da influencia benefica e protectora de João Maximiano Mafra, que, como alumno da Academia, obteve os melhores premios, sendo um delles proposto por Grandjean de Montigny.

No balanço, a que o actual director da Eschola de Bellas-Artes, sr. João Baptista da Costa, mandou proceder em cousas que não se buliam, e jaziam no porão do edificio depois da mudança da Eschola, encontraram-se duas estampas, photographias valiosas, sôbre a estatua equestre de d. Pedro I; uma a representar o desenho de Mafra e a outra a repre-

sentar o esboceto de Rochet (*maquette* como por faceirice, ignorancia ou impostura franceza alguns dizem modernamente, parecendo não haver em nosso idioma vocabulos expressivos e apropriados).

Na photographia do esboceto de Rochet se verifica, comparando-se com a do desenho de Mafra, que o estatuario se cingiu, nem podia deixar de o fazer, a pormenores, inclusive os da anatomia movimentada do cavallo.

A estatua equestre de d. Pedro I é o melhor monumento civil de Esculptura no Brasil.

No reinado do sr. d. Pedro II não faltaram governos que procurassem animar e proteger as Bellas-Artes: agraciavam os artistas que mais se distinguiam; estabeleceram por lei premios com pensão para os alumnos se aperfeiçoarem nos centros de cultura artistica na Europa, pensão por seis annos para Pintura, Esculptura e Architectura, e por quatro annos para Gravura. Adquiriam obras de artistas, encommendando algumas. O visconde de Ouro Preto, quando ministro da Marinha, encommendou a Victor Meirelles os quadros: *Batalha de Riachuelo* e *Passagem de Humaitá*, e o conselheiro João Alfredo a *Batalha de Avahi* a Pedro Americo. O conselheiro Fernandes Torres, ministro do Imperio, comprou por dez contos de réis á viuva de Grandjean os desenhos deixados por este.

O imperador, á custa de sua bolsa particular, educou na Europa: Pedro Americo, Almeida Junior, Daniel Berard e Pedro Weingartner. Não regateou auxilios a Victor Meirelles e a outros artistas.

Quando João Zephyrino da Costa, então pensionista da Academia em Roma, obteve em 1870 o primeiro premio, por concurso na Academia de S. Lucas, o imperador lhe mandou de sua bolsa particular entregar mil francos; no anno seguinte Zephyrino da Costa em outro concurso obteve a mesma recompensa, o sr. d. Pedro II repetiu o donativo de mil francos; e no terceiro anno, apesar do nosso compatriota não haver concorrido, sua magestade tornou a fazer terceira remessa de mil francos.

Até então a pensão dos pensionistas da Academia na Europa não excedia de trezentos francos mensaes. O sr. conde

d'Eu, principe consorte, indo a Roma, esteve com Zephyrino da Costa, e este lhe pediu que intercedesse, juncto do imperador, a favor do augmento da pensão, allegando sua exiguidade para attender ás exigencias do necessario aperfeiçoamento do artista. Sua Alteza prometteu, e passado pouco tempo o Governo Imperial elevava a pensão dos alumnos a quinhentos francos mensaes.

Com relação a esse grande artista brasileiro poderei addicionar mais outro acto de fecunda protecção do imperador. Zephyrino da Costa mostrou desejos de ser o pintor decorador da egreja da Candelaria, onde elle depois immortalizou o seu nome, e, meus senhores, quem o indicou á respectiva administração foi sua magestade.

Em 1886 se deu um facto commigo, que o revelei em conferencia feita em Dezembro ultimo, na Bibliotheca Nacional e recordarei agora.

Durante uma phase progressista da Architectura, no Rio de Janeiro, me animei a publicar uma revista mensal — *Revista dos Constructores*, particularizada a Architectura civil. Luctei naturalmente com difficuldade para illustrar o texto, sendo obrigado a empregar xylographia e lithographia, por preços elevados.

Iniciei a propaganda com abundante collaboração patriotica. Publicaram-se trabalhos originaes. Pois bem, si consegui fazer saïr, de 1886 a 1889, a *Revista dos Constructores*, sem grande onus material para mim, foi devido ao auxilio todo espontaneo, que recebi do imperador. Sua Magestade mandava pela thesouraria particular de sua Imperial Casa, directamente á typographia, sem eu saber, os recursos para serem pagas as despesas da impressão. Do facto só me inteirava o sr. Augusto Mont'Alverne, proprietario do estabelecimento, depois de accusar o recebimento dos donativos.

O imperador, quando lhe apparecia para agradecer, se limitava a me acconselhar que «trabalhasse e não desanimasse». Sua Magestade, portanto, interessava-se tambem pela Architectura.

Na Academia das Bellas-Artes a distribuição dos premios aos alumnos celebrava-se sempre festiva e solenne.

O imperador, apesar dos affazeres de sua elevada funcção em todo o territorio nacional, assistia a essas ceremonias periodicas, dando assim exemplo de seu amôr ás artes e animação aos artistas.

O ministro d'Estado dos negocios do Imperio tambem comparecia ao acto.

* * *

A 23 de Novembro de 1856 fundou-se o Lyceu de Artes e Officios, por iniciativa e exforços do architecto Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, professor de Architectura da Academia.

Considero o Lyceu um monumento de instrucção popular e profissional, que honra a nossa cultura e os nossos sentimentos altruisticos.

Inaugurado, a principio, no consistorio da egreja do Sacramento, como complemento da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes e hoje funccionando em casa propria, tem tido uma existencia fecunda de derrame de instrucção ás classes operarias e ás profissões elementares, preparando artifices e artistas nas artes do desenho respectivo, dando a muitos facil accesso ao estudo superior das Bellas-Artes.

O Lyceu, debaixo do ponto de vista do ensino do Desenho, é de facto, e convem seja por lei expressa, uma eschola practica de preparação á matricula no curso geral da Eschola de Bellas-Artes.

Depois de iniciadas as primeiras aulas na egreja do Sacramento, passaram estas a funccionar na egreja de S. Joaquim, então interdicta ao culto, construida juncto do edificio do Externato do Collegio Pedro II, desapropriada e demolida na administração do prefeito Passos, para alargamento da rua estreita de S. Joaquim, a qual, com a antiga rua Larga de S. Joaquim, formou a actual rua Marechal Floriano Peixoto.

O Lyceu permaneceu na egreja de S. Joaquim até 3 de Septembro de 1870. Mudou-se depois para o actual edificio, que antes servira de Secretaria d'Estado dos negocios do Imperio, encasada hoje no proprio nacional da praça Tira-

dentes. Tracta o Lyceu de possuir, no mesmo sitio, edificio apropriado, cuja alvenaria modelar se acha em andamento.

Entre os nomes dos artistas, já fallecidos, que accederam nos primeiros tempos, ao convite de Bethencourt da Silva para o ensino gratuito, além de Victor Meirelles e Agostinho da Motta, citarei:

— Francisco Antonio Nery, pensionista da Academia de 1849 a 1851, auctor do quadro *O lavrador dos campos da Pharsalia admirado da multidão de ossos humanos que encontra ao lavrar a terra* (extrahido do 1° livro das *Georgicas* de Virgilio);

— Francisco Renato Moreaux, pintor historico, discipulo de Gros da eschola franceza;

— João José Alves, architecto, discipulo de Grandjean, de quem já me occupei;

— Mariano José de Oliveira, eximio desenhador a bicco de penna;

— Quirino Vieira, esculptor; Poluceno Manuel e Fragoso, pintores retratistas.

O progresso da instituição se accentuou de anno a anno, comprovado nas exposições annuaes dos alumnos, na elevada estatistica escholar que attingiu a mais de dous mil matriculados. Alli se prepararam alumnos que se destinaram á Eschola Nacional de Bellas-Artes, onde foram professores, e outros alcançaram os mais elevados premios do Governo naquelle estabelecimento. Artifices, que no Lyceu aprenderam, tornaram-se ornamentistas de nomeada.

Os poderes publicos, desde o antigo regime, dispensam valiosa e justa coadjuvação nos orçamentos e em leis do paiz. E no tempo do Imperio o Governo condecorou, com graus de ordens honorificas, aos professores do Lyceu, em attenção aos serviços gratuitos no ensino technico profissional.

A's festas das distribuições de premios aos alumnos que assim o mereciam, comparecia o imperador, e de suas mãos os laureados recebiam os premios.

E' opportuno ainda uma vez recordar a phrase de sua magestade banido e no exilio, e publicada pelo visconde de Taunay: «Não me exqueci da Academia das Bellas-Artes, e fiz o que pude pelo Lyceu de Artes e Officios».

Das primeiras phases do Lyceu se occupou *O Brazil Artistico*, publicando os discursos da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes. O que é hoje o Lyceu, e os serviços que tem prestado ás artes do Desenho, não se precisa demonstrar; não se demonstra o que está na consciencia de todos...

* * *

A Exposição Geral de Bellas-Artes, realizada em 1884, marcou epocha de espantoso progresso na pintura de cavallete. Jámais se repetiu, infelizmente, uma exhibição de trabalhos nacionaes, tão eloquente como aquella.

Dirigia a Academia o conselheiro Nicolau Tolentino que augmentou a collecção de esculpturas, enriquecendo-a de novos gêssos. Era secretario o professor João Maximiano Mafra.

Orgams da imprensa disseram que de ante mão se sabia que a exposição deveria ultrapassar, em vastidão e progresso, quantas a Academia tinha realizado desde a sua fundação. Marcou, portanto pela sua importancia, phase fulgurante da Arte nacional. Foi inaugurada perante numerosa assistencia, a 14 de Agosto, pelo imperador acompanhado da princeza imperial e seu esposo.

A Familia Imperial demorou-se duas horas na visita. A Exposição, noticiou o *Jornal do Commercio*, que « fôra uma das melhores sinão a melhor que entre nós se tinha realizado, com trabalhos de bastante merecimento ». A commissão julgadora, da qual faziam parte Victor Meirelles, Pedro Americo, Mafra e Bethencourt da Silva, em seu laudo folgou em reconhecer que os expositores, em numero de 75 com 399 trabalhos, foram dignos de louvor, porque não é sem grande exfôrço, sem sacrificio de tempo e de dinheiro, sem abnegações mesmo, que se trabalha para uma Exposição de Bellas-Artes, a que infelizmente não corresponde o apreço do publico ». Mas a estatistica deu o numero de 20.154 pessôas que pagaram o ingresso, não se exigindo por este sinão modica contribuição, cujo producto se destinava e se destinou á acquisição das obras expostas, que foram mais dignas desta distincção pelo seu merecimento e animação. Rendeu mais de 14:000$ liquidos.

Pergunto aos artistas de hoje: quando alguma exposição attingiu depois áquelle numero de visitantes e áquella renda? Nunca mais...

Na secção de Pintura figuraram trabalhos a oleo, a aquarella, guache; pinturas sôbre porcelana, desenhos a lapis, a penna, a fumaça, etc. Annexou-se á exposição a collecção de quadros nacionaes formando a «Eschola Brasileira».

De fallecidos pintores brasileiros, seguindo a ordem alphabetica do catalogo, distinguiram-se Antonio Araujo de Sousa Lobo, Antonio Firmino Monteiro, Augusto Rodrigues Duarte, Estevam Roberto da Silva, José Ferraz de Almeida Junior, Leoncio da Costa Faria e outros.

Muitos jovens artistas compareceram á celebre exposição, e entre elles alguns são hoje mestres notaveis.

Ao salão de 1884 concorreram Pedro Americo e Victor Meirelles. Este com a *Batalha de Riachuelo*, réplica do quadro deste nome, cujo esbôço pertence ao illustre sr. conde de Affonso Celso, esbôço que ha dias pela primeira vez tive o prazer de contemplar em casa de s. ex., e tambem o da *Passagem de Humaitá*.

Com franqueza, acho mais sentido o esbôço do quadro da Batalha do que a réplica da grande téla, pintada, de 1882 a 1883, afim de reparar a primeira, feita em 1872, e inutilizada na volta da Exposição de Philadelphia.

Firmino Monteiro, auctor das *Exequias de Comorim*, o pintor carioca por excellencia, fallecido em 1888, com 35 annos de edade, apresentou na memoravel exposição o quadro *O Vidigal* (já referido em licção passada, no topico relativo ao demolido oratorio de pedra da rua d'Alfandega); e mais outros quadros, quaes: *Um vendedor de balas e jornaes, phosphoros*! (scenas de costumes), o *Capitão João Homem*, algumas paizagens da bahia e duas télas historicas: *Camões no seu leito de morte* e um *Episodio da Retirada da Laguna*.

Entre os quadros interessantes de costumes chamou a attenção o da anecdotica historia entre o conde da Cunha e João Homem, celebre sujeito dos tempos coloniaes, o qual ligou seu nome á conhecida ladeira do bairro da Saude. O thema de Firmino Monteiro foi o facto acontecido entre o vice-rei e o preguiçoso capitão.

« Costumava o conde da Cunha assistir á chegada dos tijolos para a construcção da casa d'armas da fortaleza da Conceição, e, tendo visto por varias vezes o capitão João Homem divertindo-se em vez de trabalhar, enfesou-se com isso, fe-lo um dia vir á sua presença, vestido de chambre e touca de babados, como se achava, e o obrigou a carregar tijolos. »

Foi na Exposição de 1884 que o pintor brasileiro José Ferraz de Almeida Junior apresentou notaveis télas, que definitivamente o consagraram.

Almeida Junior, natural de S. Paulo, ex-alumno da Academia, estudou na Europa á custa do imperador.

Os trabalhos com que concorreu, pertencentes ás nossas galerias nacionaes, são: a *Fugida da Sacra Familia para o Egypto* (dadiva do imperador), o *Descanso do modelo*, o *Remorso de Judas*, o *Derrubador brasileiro*. A composição primacial de Almeida Junior, em sua obra de artista, é *A Partida da monção*.

Pintor brasileiro, brasileiro no sentir e no vibrar de todas as suas télas, de assumptos da patria paulista. O dr. Brasilio Machado, em eloquente discurso pronunciado no cemeterio em S. Paulo, se exprimiu melhor do que eu poderia dizer agora a respeito de Almeida Junior.

Eis as palavras e conceitos do dr. Brasilio Machado: « Não alludo ao apuro que põe no seu desenho, ao cuidado com que prima em decompôr o seu colorido, ao equilibrio em que dispõe os seus grupos, á precisão com que surprehende uma physionomia, á felicidade com que copia as fórmas, á arte na escolha de uma paizagem, á tenacidade em que gradua e illumina o conjuncto. Os seus estudos de physionomia são incomparaveis em cada uma das télas animadas pela presença do homem, do nosso caboclo, que se contenta com a natureza que o cerca contra as tentações da civilização que o provoca.

No *Violeiro*, no *Caipira pitando*, na *Amolação interrompida*, no *Caipira negaceando*, no *Caipira picando fumo*, e em alguns dos sertanejos mais em saliencia, na mais movimentada e grandiosa de suas creações, *A Partida da monção*, o typo do caboclo resalta num magistral relêvo de desenhos e côres, e, como que um arrepio de vida percorre naquellas figuras

tão sugestivas, tão variadas, mas tão nossas, com os musculos robustecidos pelo trabalho, a tez requeimada, o olhar apurado pelos perigos vencidos, a actividade accentuada nos gestos, a coragem adivinhada na attitude. »

João Zephyrino da Costa, pintor carioca, falleceu em 24 de Agosto ultimo na edade de 76 annos, depois de quarenta de um magisterio exemplar. Conheci-o muito de perto no lidar pedagogico e no convivio inteiro de amigo.

Circunspecto e competentissimo na Bella-Arte que abraçou. Foi o nosso grande pintor mural, ninguem o excedeu, ninguem o egualou. Mestre na verdadeira accepção do vocabulo, artista de raça, pintor por temperamento. Estudioso e observador até a quasi despercebidas minudencias.

Dotado de não pequena cultura, foi considerado com justiça um filho dilecto da velha Academia e que tanto a honrou. Na qualidade de pensionista do Estado na Europa, abundantes e primorosas eram as suas remessas de trabalhos a demonstrarem sempre optima applicação, incomparavel aproveitamento e successivos progressos nos estudos. Consultem-se os archivos escholares, os catalogos das Exposições annuaes, os relatorios dos ministros, e ter-se-ha a confirmação do que digo.

Depois dos donativos do imperador, enviados a Zephyrino da Costa pelos seus triumphos obtidos na Academia de São Lucas, em Roma, offerecendo-se occasião ao soberano de ir á capital italiana, procurou ver os trabalhos premiados. Em recente auto-declaração escripta de Zephyrino, em meu poder, elle affirma deste modo: « Quando sua magestade imperial esteve em Roma, em 1871, accompanhado de sua magestade a imperatriz e de seu sequito, e em minha companhia espontaneamente fez uma visita á Academia de São Lucas, com o fim especial (conforme elle a mim se externou) de ir ver os meus trabalhos premiados. » Qual a consequencia da visita do imperador?...

Um anno antes de terminar o praso da pensão por cinco annos para Zephyrino estudar em Roma, o Governo Imperial, considerando seu aproveitamento nos estudos, prorogou por mais trez annos a pensão: sendo dous annos para terminar com mais cuidado os ultimos trabalhos e um para uma excursão

pelas principaes cidades artisticas da Europa antes de regressar para a Patria.

Em 1877, o Governo o nomeou professor honorario da Academia, isto é, logo que regressou de seu pensionato em Roma. Tornou-o effectivo de Pintura historica, durante licença concedida a Victor Meirelles; em 1878 passou para paizagem, com a morte de Agostinho da Motta; regeu a cadeira de Desenho figurado, voltou á cadeira de Pintura historica, que leccionou até que teve de regressar a Europa. Na nova eschola de Bellas-Artes, desde 1890, professou sempre Desenho de modelo-vivo e nesse cargo morreu, deixando escripta uma *Guia para se aprender Desenho de modelo-vivo*, trabalho esse repleto de estampas.

E' livro excellente e utilissimo, para cuja impressão envidarão exforços, certamente, o director e a Congregação dos professores.

Nas galerias nacionaes existem bôas télas de Zephyrino da Costa, quaes: o *Obolo da Viuva*, *A Pompeiana*, *Moisés recebendo as tabuas da Lei* e *S. João Baptista*.

Mas a sua obra importante, na qual como já eu disse immortalizou o seu nome, foi a decoração da nossa egreja da Candelaria, pinturas muraes, á vista de todos que visitam o templo.

A composição em seu conjucto não tem rival no Rio de Janeiro, quanto á magnitude dos assumptos tractados com uma technica admiravel, quanto ás reconstituições archeologicas constantes dos paineis da nave, quanto ás difficuldades de perspectivas vencidas nas concavidades ou curvaturas dos tectos, naturalmente por estudos prévios em cartões, onde Zephyrino da Costa seguiu á risca as licções dos maiores mestres da Pintura historica.

Aquellas mãos, que tanto enriqueceram o interior da egreja da Candelaria, foram depois atacadas por uma paralysia que se tornou completa, privando-as de qualquer movimento. Zephyrino da Costa morreu paralytico.

Ha dous annos, pouco mais ou menos, foram requisitados os seus serviços em restauração, e ajudado por seu discipulo Sebastião Fernandes, elle as fez; a paralysia das mãos ainda não era completa; para trabalhar subia ás alturas da egreja

amarrado, e ascensores especiaes o conduziam a pontos em que a sua presença se fazia necessaria.

Na egreja da Candelaria tambem se distinguiu outro filho laureado da velha Academia, o architecto Heitor de Cordoville, que morreu já professor da nova Eschola. Heitor de Cordoville desenhou todas as ornamentações que se passaram a marmore. Compoz a decoração no classico do Renascimento italiano, conforme indicara o director das obras dr. Antonio de Paula Freitas, successor do engenheiro Evaristo Xavier da Veiga, o constructor do sumptuoso zimborio estereotomico. Evaristo a seu turno succedeu ao architecto Ferro Cardoso, auctor de desenhos daquella obra complementar.

Da conclusão da egreja da Candelaria, no seculo XIX, resultou um exemplar de aspecto syncretico, pela mixtura de estylos, aliás legitimos na Architectura religiosa da cidade.

A epocha original de aspectos na edificação civil e religiosa no Rio de Janeiro, nascida nos fins do seculo XVII, e florescente no seculo XVIII e que se expandia no seculo XIX, perturbou-se com o prestigio official do professor Grandjean de Montigny, cujos projectos não passavam de correctissimas composições archeologicas greco-romanas; a fachada do antigo edificio da Eschola Nacional de Bellas-Artes é documento incontestavel.

Grandjean era exclusivista, nada admittia fóra do neoclassico, producto da phase artistica contemporanea. Felix Taunay accentuou esse criterio do eminente architecto no necrologio que pronunciou em sessão plena da Congregação da Academia.

Não tardou no Rio de Janeiro, que os imitadores apparecessem, mas os imitadores sem estudos fundamentaes. As grammaticas architectonicas de Vignola e de Palladio ficaram entregues a incompetentes, arvorados em profissionaes. Começaram as cinco ordens a ser mal comprehendidas...

Constituiram-se fachadas abastardadas e insipidas: linhas classicas incorrectamente empregadas com os ornatos do seculo XVIII atrapalhados. A cada passo encontram-se os exemplos, porque não desappareceram de todo; ainda estão de pé typos intactos de construcção civil nestas condições.

Ninguem é mais admirador dos dous grammaticos, Vignala e Palladio, do que eu. As ordens classicas têm seu logar; a fachada de uma Bibliotheca, de um Congresso Legislativo, de um Palacio de Governo, typos de architectura politica enfim, devem ser classicos.

A grammatica de Vignola é tão necessaria ao artista, para o habito da proporção e correcção de linhas, como a grammatica de uma lingua é necessaria ao escriptor.

Habituado ao Vignola, o architecto jamais commetterá incorrecções, jamais deixará de ser logico em suas composições, qualquer que seja o systema constructivo e estylo ornamental.

Quando no meiado do seculo os constructores ensaiavam, menos incorrectamente, as applicações classicas, chegaram ao Rio de Janeiro, vindos de Viana de Castello, muitos estucadores portuguezes, alguns peritos no officio, chefiados por um Nogueira e por um Zephyrino. Nunca consegui saber os nomes completos destes estucadores. Os tympanos dos frontões, os frisos e os lisos das almofadas das paredes, principiaram logo a ser vestidas com ornamentações em relêvo de cal ou gesso, novo aspecto ornamental das fachadas, que offerece ao investigador muito interesse pela variedade, muitas vezes com falta de logica nas applicações. Numerosos eram os exemplares antes da remodelação da cidade. Aquillo que, em estuque, os pedreiros mais geitosos faziam somente em molduras, porque não sabiam modelar, os estucadores torneavam e iam pouco a pouco incutindo necessidade de serem aproveitados os seus serviços.

Estucavam baixos relevos nos tympanos com composições decorativas, entrando: chiméras, gryphos, dragões, outros animaes fabulosos, até um morcego androcephalo modelaram em um frontão de casa ainda existente á rua do Cattete, sereias, panoplias com golphinhos, attributos de Hermes ou Mercurio, o infallivel Pégaso alado, o caduceu, as cornucopias com flores, éras, iniciaes, grinaldas, ondas, meandros, festões, o tridente de Neptuno, a foice de Ceres e a sua figura, outras figuras divinas da Mythologia greco-romana, até em um tympano de casa da rua Frei Caneca (a revista *Renascença* reproduziu). Chaves Pinheiro esculpiu em estuque as trez Parcas sentadas,

cada uma em sua funcção, num ambiente estrellado (15). Os azulejos dos corredores accompanhavam o gôsto, parodia grosseira, do greco-romano; em um predio da rua do Lavradio, nas paredes do vão da escada, puzeram um painel com a representação de um cão acorrentado e o aviso em letras latinas *cave canem*. (16).

Grande é o interesse que desperta quem estuda os aspectos de extravagancias ornamentaes de estuque na edificação urbana. Até certo ponto os ornatos de estuque não tinham applicação, por não haver a menor correspondencia symbolica ou allegorica entre a decoração e o destino da casa; entretanto, é preciso ponderar que, no meio de todas essas faltas de logica, muitos trabalhos delicados compuzeram. Os ornatos executavam-se na propria parede, e não eram fundidos em fôrmas, e depois soldados, como actualmente.

No meio do seculo XIX generalizou-se o estuque nos tectos das salas de visitas, não faltou campo aos ornamentistas para as suas proezas floridas. Tectos decorados ainda permanecem em bom estado de conservação, com ornatos muito bem comprehendidos.

Durante a guerra contra o Paraguai o Governo não podia melhorar a architectura official. Terminada a guerra, o Estado mandou construir novos edificios e reconstruir outros melhorados quanto ás linhas artisticas.

A balburdia, as incorrecções, o falso gôsto ornamental imperam, até 1886, nas fachadas das particulares, construidas no alinhamento das ruas. Todos viam, ha muitos annos, o Palacio de São Christovam (outr'ora casarão de Elias A. Lopes) typico, acabado, cujas linhas, em reducção modesta, imitariam com vantagem decorativa, mas nada influiu. Afinal cessou o delirio.

O ornamentista, portuguez ou brasileiro, quando sem preoccupações, libertava-se de pensar no classico, no abastardado ou no caricato, desenhava, compunha, modelava es-

---

(15) Em folhetins que firmava com as iniciaes «A. V.» tractei desses assumptos n'«A Noticia», onde collaborei durante nove annos, a começar de 1901.

(16) Modificaram esta casa, e retiraram o painel azulejado, que me deu assumpto para um folhetim tambem n'«A Noticia».

pontaneamente nos estylos de seus antepassados do seculo XVIII.

O finado architecto José de Magalhães, natural de Pernambuco, tendo chegado de Paris, onde se diplomou, influiu salutarmente em novas casas construidas segundo planos pittorescos e correctos; concorreu para a phase progressista da Architectura civil no Rio de Janeiro, em 1886. Em 1890 houve benefica intervenção do architecto Henrique Bahiana, tambem já fallecido.

Dado o primeiro passo, começou a evolução, mas com vagar, accentuando-se intensamente na presidencia Rodrigues Alves e prefeitura Pereira Passos, nos concursos de projectos de architectura, na abertura da avenida Rio Branco, e nos novos arruamentos dados pela Municipalidade. Foi o periodo fecundo e productivo para a edificação civil urbana do Rio de Janeiro.

Mas apesar do cosmopolismo e ecclectismo na architectura, sente-se que, quanto ás decorações, o ornato atavico apparece insistentemente no peninsular portuguez, ou na adaptação creoula do luso-brasileiro.

O concheado está em toda parte: solitario, entremeiado ou com variações. E' rara a fachada que não apresenta a concha estylizada ou não, nas ornamentações mixtas ou simples. Ha a singularidade do emprêgo da concha solitaria no meio de vergas de janellas ou portas...

Dê-se a um artista peninsular ou brasileiro um problema ornamental qualquer, dê-se-lhe liberdade, elle espontaneamente, com o seu lapis, desenha um concheado simples ou acceleradamente composto. E' observação pessoal minha, mas penso que muita gente estará commigo (17). No mobiliario mais trivial dos tempos que correm os marcineiros, que não copiam modelos, e alguns nem os conhecem, mas os desenham

---

(17) Em predios de recente construcção, correctos, até naquelles onde phantasias, inspiradas em linhas medievaes, ornam fachadas, ha sempre um ponto da casa com o concheado de feição Luiz XV, aproveitado decorativamente, e quasi sempre no compartimento de mais luxo. No palacete, de aspecto castellão, propriedade do dr. Custodio de Almeida Magalhães, na Avenida Ligação, o salão de honra é ornamentado rica e brilhantemente naquelle estylo. E' um exemplo moderno, espontaneo, da influencia dos modos decorativos herdados dos colonizadores: a supremacia do barroco...

e os imaginam, empregam tambem indefectivelmente a concha, desta ou daquella maneira, a culminar ou acantonar o traste.

Nos jardins particulares dos quintaes a fórma primitiva nada tinha de prescripção architectonica paizagista; pareciam ensaios para cultivo de flores: canteirinhos onde não faltavam perpetuas, saudades e sempre-vivas. Macedo, em suas *Memorias da Rua do Ouvidor*, romantiza pittorescamente a cultura de perpetuas rôxas da Perpetua Mineira, estalajadeira que hospedava Tiradentes em casa daquella rua. Os canteiros nos terrenos exiguos se limitavam a rigoroso parallelismo rectilineo, sem outra intenção mais do que simples viveiros de flores. Nos terrenos de maior superficie, nas chacaras, o risco dos primitivos jardins particulares dependia da configuração do terreno. Si era em declive construiam taboleiros, terraplenados, ou em fórma de terraço. Os recinctos ajardinados eram ordinariamente fechados por muros, com ou sem baixo gradil, de ferro, e encimando pilares notavam-se vasos ou figuras de louça esmaltada portugueza (A Europa, Asia, Africa e America ou as estações do anno).

Não faltava o repuxo, ou pelo menos a pequena fonte com carrancas, a lançar agua em tanques rectangulares ou curvos.

Nas orlas baixas dos muros construiam sofás de alvenaria, revestidos de azulejos ou conchas; alguns sofás com espaldares enfeitados de relevos de cal e com applicações da arte catharinense, o que tambem usavam nas beiradas dos tanques dos repuxos.

Latadas floridas de jardineiros, caramanchões, arbustos topiaricos, canteiros floridos, pontes, balaustradas, exedras lembravam, embora vagamente, fragmentos de villas romanas. A *Renascença* (18) reproduziu alguns desses velhos jardins de grandes solares do Rio de Janeiro. Reinava a distribuição symetrica, mas os espaços, cada um com o seu character determinado.

Naquelles tempos não abundavam as estampas de consultas, não se dispunha das revistas illustradas de hoje, não eram tão frequentes nem rapidas as nossas communicações

(18) Revista já citada.

com a Europa, o artista ficava entregue a si proprio. Não se imitava pelo simples desejo de innovar, guiava o artista o bom senso, auxiliar poderoso de toda imaginação creadora.

Não se pensava ainda nas fórmas do parque; os gramados não figuravam nos jardins. O jardineiro recorria a outros elementos, e nenhum dispensava a agua. E na verdade como comprehender-se um recincto preparado, arvores, arbustos, e flores, sem a fonte ou a cascata, arroio ou pequeno regato? Nos jardins particulares das antigas casas de campo nunca faltou a agua. E no jardim do Passeio Publico deu exemplo o mestre Valentim construindo a cascata dos jacarés.

As grandes superficies, não ajardinadas, das grandes chacaras aproveitavam, dividindo-as em pomares, plantando extensas alas de arvores fructiferas — cambucaseiros, jabuticabeiras, jaqueiras, mangueiras, etc. —, entremeiadas de bancos de pedra, fontes nas encruzilhadas, ou juncto de caramanchões, parreiras, latadas de maracujá; e em clareiras: especies de exedras, ou plantas topiariamente cuidadas, a imitarem solidos geometricos ou cadeiras, mesas e sofás. Cheguei a vêr muitas dessas chacaras.

Em quasi todas as chacaras cêrcas de espinho fechavam o terreno, verdadeiros muros de verdura; em outras formavam divisões internas, espirradeiras, mimos de Venus e roseiras chamadas camponezas. Imagine-se o aspecto de tudo isso no tempo de floração ! !... Nada mais se fez que com esses accidentes pittorescos se pareça...

O dr. Julio Furtado procura, entretanto, em certos sitios ajardinados da cidade quebrar a monotonia, reconstituindo notas dos nossos antigos jardins.

No Jardim Botanico ainda se poderão observar alguns accidentes conservados a lembrarem os velhos recinctos das nossas grandes chacaras.

Na administração do dr. Carlos Glasl, naturalista nascido na Austria mas naturalizado Brasileiro, fallecido ha annos, que constituiu familia e descendencia aqui, prestou o relevante serviço de um respeito a tudo quanto encontrou, e foi quem iniciou o plantio de arvores, revestido de solennidade tocante. O director dr. Glasl convidava para assistir os meninos alumnos do Asylo Agricola, que funccionava juncto do Jardim

Botanico. E um facto precisa ter relevo, foi o que li narrado na *Revista do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, relativo á festa do plantio do arbusto da Independencia nos dias 7 de Septembro. A primeira se effectuou a 7 de Septembro de 1871.

* * *

Na sumptuaria imperial dos dias de gala, especialmente nos dias de abertura e encerramento das sessões da Assembléa Geral Legislativa (Senado e Camara dos Srs. Deputados) sobresaíam os coches, em particular aquelle que transportava o imperador em trajo magestatico, do palacio ao edificio do Senado. Completavam o brilhantismo do prestito solenne: as alas da Guarda de archeiros, que ladeavam o coche, desde que elle apparecia na praça Onze de Junho até á porta do Senado.

A Guarda de alabardeiros ou Guarda de archeiros é creação, segundo Castro e Sousa, que vem do rei d. João IV. D. João V ordenou o uso de fardas vermelhas com galões dourados. Os archeiros imperiaes vestiam uniformes verdes com galões dourados, chapéo armado e lança.

A rainha da. Maria I possuia ricos coches com paineis pintados. Quarenta e tantos dos antigos coches foram transportados para o Rio de Janeiro, quando a Familia Real se retirou de Portugal. Por morte de d. Pedro I vieram mais alguns para aqui. Os coches, quer os fabricados em Portugal, quer os vindos de fóra, ostentavam riqueza em vidraças da Bohemia, finissimas pinturas, bordados, estofos e varios ornamentos: folhas, flores, estatuas e outras figuras allegoricas, a guarnecerem, em bem combinados themas, os lados, trazeiros e jogos da frente. A fórma e decorações de uns filiou-se ao estylo Luiz XIV, e outros a Luiz XV ou á modalidade curvilinea conhecida pelo nome de estylo d. João V de Portugal.

As carruagens, usadas por d. João VI, foram aproveitadas no Imperio, com ornamentos imperiaes adaptados por Francisco Pedro do Amaral, e usados nos prestitos de gala, inclusive o coche envidraçado, estylo d. João V, aquelle que servia para transportar o imperador ao Senado nos dias de abertura e encerramento das Camaras. Apparatoso era o

prestito nesses dias solennes, em que os archeiros, cocheiros, lacaios, toma-larguras e mais creadagem, vestiam de gala e movimentavam os lados das carruagens.

* * *

As artes decorativas de duração ephemera tiveram muito emprêgo nas festas da coroação, com a varanda de Porto-Alegre, na chegada da imperatriz, na inauguração da estatua de d. Pedro I, nas ornamentações da cathedral, por occasião dos casamentos das princezas, e pela terminação da guerra, que armaram-se arcos de triumpho nas ruas principaes da cidade, e um pavilhão apalacetado, plano de Pedro Bosisio na praça da Acclamação (praça da Republica).

Nas festas populares de religiosidade, as grandes procissões exigiam elementos ornamentaes do culto, como paineis pintados; e a procissão, chamada de S. Jorge, mais ainda apparatosa, por ser principalmente a grande procissão de Corpus Christi, á qual o imperador accompanhava segurando em uma das varas do pallio, os ministros, a Camara Municipal com o seu estandarte, os gran-cruzes, commendadores e cavalleiros de Christo, Aviz, todo o clero, ordens terceiras e irmandades religiosas da cidade.

A parte que mais attrahia o povo era o sequito da estatua de S. Jorge, que saia, trajado como um cavalleiro da edade média, montada em soberbo cavallo.

Por tradição, ouvi de antepassados meus, que esta procissão ostentava mais apparato no primeiro reinado. Rara era a sacada de casa, de rua por onde tinha de passar a procissão, que não estivesse enfeitada com ricas colchas de seda da India.

Nas festas do Espirito Sancto do campo de Sanct'Anna alguns decoradores trabalharam.

O pintor brasileiro Reis Carvalho retratou a paizagem do sitio nos dias de festa, em uma aquarella, que reproduzi algures, na revista a *Renascença*, e pertence hoje á galeria da Eschola Nacional de Bellas-Artes.

A festa, porém, mais ruidosa, mais querida, mais prezada pelo povo carioca é o Carnaval. Houve um escriptor que o julgou «uma instituição do Rio de Janeiro». O carnaval em

sua phase mais brilhante, de 1870 a 1876, motivou felizes caricaturas, caricaturas pintadas, simplesmente traçadas, e em relevos.

Vieira Fazenda, em folhetim d'*A Noticia*, a proposito do «Zé Pereira», conta a historia do Carnaval do Rio de Janeiro. Os primeiros bailes carnavalescos realizaram-se em 1846; não havia desapparecido o entrudo. As primeiras sociedades carnavalescas (as *Summidades* e a *Venesiana*) datam de 1854.

Apreciei de 1870 a 1876 o Carnaval no seu auge de brilhantismo. A arte da caricatura, bem tractada, se espalhava pela cidade, nos escudos dos postes e nos pannos, á guisa de bandeiras, pendurados nos centros das ruas enfeitadas.

A excellente caricatura de politicos e jornalistas, nos mascarados prestitos carnavalescos, causava demorada hilaridade...E no meio de tudo isso se notava riqueza, e symbolismo apropriado, nos prestitos.

* * *

O ensino official de Bellas-Artes até 1890 se ministrava na Imperial Academia. O governo provisorio da Republica, sendo ministro o dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, decretou em 1890 a reforma radical do ensino, extinguiu a Academia, que passou a ser: Eschola Nacional de Bellas-Artes.

Jubilaram-se professores da Academia, foi nomeado novo director e tambem outro corpo docente. Em dez annos a experiencia demonstrou a necessidade inadiavel de outro regulamento para a Eschola: os resultados da primeira reforma não corresponderam á expectativa; deram as razões os proprios ministros d'Estado em seus relatorios ao presidente da Republica.

Na Presidencia Campos Salles, em 1901, sendo ministro do interior o dr. Epitacio Pessôa, o Governo promulgou novos estatutos que satisfaziam ás exigencias do ensino. Neste pé se achavam as cousas, quando no quatriennio presidencial proximo passado, o Governo em 1911 reformou estes estatutos, aproveitando disposições do Regulamento de 1890.

O ensino e o modo de administrar a Eschola reclamavam

urgentemente reforma do Regulamento de 1911. O Governo, auctorizado pelo Congresso, acaba de a fazer.

No actual regime politico, desde 1890, estabeleceram-se em lei taxativamente dous premios annuaes, um de cinco annos de pensionato no extrangeiro para alumnos, que em concursos especiaes se distinguirem, e de dous annos para o artista que por seus trabalhos o merecerem nas Exposições geraes de Bellas-Artes. E dotou a Eschola com um palacio para o seu funccionamento, de suas galerias e installação do museu de objectos artisticos.

A's Artes no Brasil se acham ligados nomes de presidentes e vice-presidentes do Instituto Historico e de alguns de seus socios.

O visconde de S. Leopoldo, primeiro presidente do Instituto, foi o ministro de d. Pedro I que em 1826 resolveu dar existencia real á Academia, inaugurando-a a 5 de Agosto desse anno, em edificio proprio, aquelle em que se acha actualmente o ministerio da Fazenda.

O segundo presidente do Instituto, Candido José de Araujo Viana (marquez de Sapucahi) ministro do imperio do segundo gabinete da Maioridade, lembrou sempre em relatorios ao Corpo Legislativo a conveniencia dos premios de viagem aos alumnos, com pensão nos centros de cultura artistica, e condecorou em 1842 com o habito de Christo a José Corrêa de Lima, o pintor da *Magnanimidade de Vieira*.

O terceiro presidente, visconde do Bom Retiro (Luiz Pedreira do Couto Ferraz), ministro do imperio em 1854, augmentou o edificio escholar, dotando-o de vasto e apropriado annexo para a Pinacotheca, e deu novos estatutos á Academia.

Outro presidente do Instituto, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, fez parte com Porto-Alegre, da commissão julgadora dos projectos apresentados em concurso para a estatua equestre de d. Pedro I.

O vice-presidente visconde de Ouro Preto (Affonso Celso de Assis Figueiredo), foi o ministro da Marinha que encommendou a Victor Meirelles os quadros da *Batalha de Riachuelo* e da *Passagem de Humaitá*.

Quanto aos oradores do Instituto, Porto-Alegre, Macedo e Taunay, e do socio Moreira de Azevedo basta citar seus nomes.

Outro presidente, o barão do Rio Branco, encommendou a Pedro Americo o seu quadro allegorico *Pax*, que deve estar na Secretaria do Exterior.

Quem desempenha presentemente o cargo de orador do Instituto, o dr. Ramiz Galvão (barão de Ramiz), o qual por commissões em que tem trabalhado, por seus eloquentes discursos e eruditos escriptos de varias epochas, pela creação, que realizou em 1876, da importantissima e preciosa Secção de Estampas na nossa Bibliotheca Nacional, — pela Biographia do paleographo fr. Camillo de Monserrate publicada nos «Annaes» da mesma Bibliotheca, é assás conhecido.

O bibliothecario dr. Vieira Fazenda, recommendam-n'o seus fecundos subsidios historicos da cidade do Rio de Janeiro.

O actual primeiro secretario perpetuo, filho de um artista que fundou uma eschola gratuita de Xylographia, onde se prepararam gravadores em madeira, este publicou artigos concernentes ás Bellas-Artes e, ainda não ha muitos annos, escreveu a respeito de Victor Meirelles e seus quadros.

O 1º vice-presidente dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, tem serviços ás Bellas-Artes como director da Bibliotheca Nacional, adquirindo para ornamentação do respectivo edificio obras dos nossos artistas, retratos, paineis decorativos e estatuas symbolicas.

* * *

De v. exa. o sr. conde de Affonso Celso, que bondosamente me incumbiu do curso que hoje termino, de v. exa. me despeço e do auditorio benevolente, não devendo me esquecer do illustre artista director da Eschola de Bellas-Artes, que, com a sua presença assidua, prestigiou de alguma sorte o velho professor; de todos me despeço, saudoso e grato, pelo convivio, tão confortador, que a fortuna me proporcionou nesta curta temporada. A v. exa., escriptor de raça, illustre e consagrado, a quem não falta amôr ás Bellas-Artes, a v. exa. que na tranquilidade de seu lar guarda com carinho, ao lado

de opulenta e vasta livraria, obras de Victor Meirelles, e mais um precioso fragmento do marmore da Acropole de Athenas, collecções de medalhas, marfins trabalhados, e numerosos productos de arte, a v. exa. muitos protestos de reconhecimento, pedindo relevar que, apenas tivesse eu esboçado aquillo, que outros melhor desenvolverão.

ACTAS DAS SESSÕES DE 1915

PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA EM 20 DE ABRIL DE 1915

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 20 e meia horas, na séde social abre-se a sessão com a presença dos seguintes socios:

Conde de Affonso Celso, desembargador Antonio Ferreira de Souza Pitanga, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, dr. Alfredo Valladão, dr. Homero Baptista, Basilio de Magalhães, general dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires, dr. José Americo dos Santos, Eduardo Marques Peixoto, major dr. Liberato Bittencourt, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, dr. Alfredo Rocha, dr. João Coelho Gomes Ribeiro e almirante Arthur Indio do Brasil.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) diz que, com a maior confiança, declara inaugurados os trabalhos das sessões do Instituto no corrente anno, certo de que esses trabalhos hão de continuar as egregias tradições da casa.

Entre as nórmas dignificadoras do procedimento do Instituto está a do culto por elle prestado á memoria dos Brasileiros benemeritos.

Nenhum se avantaja ao barão do Rio Branco, cujo abençoado 70° anniversario hoje se regista.

Propõe, e tão convicto se acha de que a proposta traduz o sentimento unanime da assembléa, que se julga dispensado de submette-la a debate e votação, — propõe que o primeiro acto da sessão seja levantarem-se todos os circunstantes, em effusivo movimento de veneração e saudade, como singelo e commovido preito á lembrança do inexquecivel presidente perpetuo do Instituto — barão do Rio Branco. (*Adhesão geral.*)

Cumprindo esse dever, communica ainda que no intervallo das sessões falleceram os seguintes consocios, sôbre os quaes

dirá com a proverbial eloquencia o benemerito orador do Instituto; na classe dos honorarios os srs. drs. d. Norberto Quirno Costa e Alfredo Eugenio de Almeida Maia; na dos effectivos o barão de Paranapiacaba; na dos correspondentes o dr. d. Gonçalo de Quesada. Na fórma dos Estatutos será lançado um voto de pezar por esse facto, que privou o Instituto de illustres companheiros.

O Sr. Fleiuss (*secretario perpetuo*) communica a generosa doação do illustre socio effectivo dr. Luiz Rodolfo Cavalcanti de Albuquerque, que offereceu ao Instituto toda a sua bibliotheca e archivo.

O mesmo Sr. Secretario propõe, e é approvado, que ao precioso acervo se dê o nome de « Collecção Luiz Rodolfo ».

O Sr. Presidente agradece, em nome do Instituto, a offerta do prestimoso consocio.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*2º secretario*) propõe, e é approvada, uma mensagem de congratulações ao sr. coronel Rondon, e o Sr. Presidente nomêa uma commissão para dar as bôas vindas a este illustre Brasileiro, commissão composta dos seguintes socios: dr. Roquette Pinto, general Thaumaturgo de Azevedo, commandante Radler de Aquino, major dr. Liberato Bittencourt e dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires.

O Sr. Dr. Souto Maior dá conta da sua missão ás bibliothecas da Hispanha, e pede ao Sr. Presidente para lêr o seu relatorio em uma ou mais conferencias.

O Sr. Presidente diz acceder com o mais grato empenho, combinando-se depois o dia para a conferencia do illustre consocio.

O Sr. Secretario Perpetuo communica que em breve tempo apparecerá o primeiro volume dos « Annaes do Primeiro Congresso de Historia Nacional ». Salienta o grande auxilio que lhe tem prestado no preparo de todos os trabalhos do Congresso o sr. Basilio de Magalhães e propõe um voto de reconhecimento ao sr. dr. Urbano Santos da Costa Araujo, honrado vice-presidente da Republica, que conseguiu a publicação de todos os « Annaes do Congresso de Historia » na Imprensa Nacional.

Essa moção é approvada unanimemente e por proposta do Sr. Presidente tornada extensiva ao sr. Basilio de Magalhães.

O Sr. 2° Secretario lê os seguintes officios:

« Buenos Aires, 27 de Enero de 1915. Al Señor Presidente del Instituto Histórico y Geográfico Brasilero. Distinguido Señor Presidente: Me es altamente honroso dirijirme a V. E., rogándole queira dignarse proponer a mis distinguidos colegas del Instituto Histórico e Geográfico Brasilero, como socio correspondiente de esa meritissima institución al Señor Doctor D. Luiz Maria Torres.

La incorporación que propongo, justificada por propios y notorios méritos, al par que primiaria la labor cientifica, constante y fecunda del Doctor Torres, estrecharia aun más si es posible las vinculaciones del Instituto con varias instituciones y corporaciones similares de esta República, dentro de las cuales él ocupa puestos importantes y ejerce acción transcendente. Omito enumerar los títulos y trabajos históricos y científicos del Doctor Torres porque los expresa con toda prodigalidad el Señor Gobernador de la Provincia de Córdoba, Doctor Don Ramón J. Cárcano, en la solicitud que acompaña a esta. Por este mismo correo remito para la biblioteca del Instituto las obras del Doctor Torres que me ha sido posible obtener y que servirán para apoyar con toda eficacia el ingreso que solicito. Saludo a V. E.., y por su intermedio a mis honorables colegas, con mui mayor consideración y respeto. — *Carlos Lix Klett.* »

« Buenos Aires, 9 de Octubre de 1914. Señor Presidente del Instituto Histórico y Geográfico Brasilero. Distinguido Señor Presidente: Tengo el alto honor de dirigirme por intermedio de V. E. a mis honorables colegas del Instituto Histórico y Geográfico Brasilero, proponiendo como miembro correspondiente de esa institución al Señor Doctor Don Luis Maria Torres.

Entre la nueva generación estudiosa de mi país el Doctor Torres se destaca con caracteres propios y definidos, habiendo alcanzado sus metódicos y originales trabajos sobre arqueología, etnografía y história argentina y americana, justo renombre no sólo en estos países, sinó también en los círculos

científicos de Europa. En mérito a estas condiciones la Junta de História y Numismática Americana de esta ciudad lo encorporó a la lista de sus miembros activos, y el Superior Gobierno le confirió los cargos de Jefe de Sección e profesor de etnografía en el Museo, profesor en la Sección de filosofía, história y letras de la Universidad de La Plata, director de publicaciones en la Facultad de Filosofía e Letras de la Universidad de Buenos Aires. Hasta el presente, a parte de los trabajos anónimos aparecidos en periódicos, revistas y otros impresos, el Doctor Torres ha publicado las obras siguientes: Prehistória y protohistória, Buenos Aires, 1901. Los cementerios indígenas del sur de Entre Rios y su relación con los del Uruguay, túmulos de Campaña y Santos (Brasil), Buenos Aires, 1903. El cementerio indígena de Mazaruca, Buenos Aires, 1903. El Instituto Histórico Geográfico Argentino, Buenos Aires, 1903. História, Revista, Buenos Aires, 1903. La ciencia prehistórica en los programas de estudios generales, preparatorios y superiores, Buenos Aires, 1903. La geografía física y esférica del Paraguay y Misiones guaranies, Buenos Aires, 1903. Les études géographiques et historiques de Felix de Azara, Buenos Aires, 1903. Clasificaciones y exposición de colecciones arqueológicas en museus argentinos, Buenos Aires, 1906. Arqueología de la Cuenca del Rio Paraná, Buenos Aires, 1907. Viajes inéditos de Azara, Buenos Aires, 1907. Informe sobre la exploración arqueológica al delta del Paraná y sur de Entre Rios, Buenos Aires, 1907. Estudios históricos, Buenos Aires, 1909. La geografía argentina, La Plata, 1909. La enseñanza de la história en la Universidad de La Plata, Buenos Aires, 1911. El totemismo, su origen, su significado, efectos y supervivencia, Buenos Aires, 1911. Los primitivos habitantes del delta del Paraná, Buenos Aires, 1913. Confiando en la aceptación de la propuesta que formulo, aprovecho la oportunidad para reiterar a V. E. y a mis distinguidos colegas del Instituto Histórico y Geográfico Brasilero, las seguridades de mi más alta consiración y respeto. — *J. R. Cárcano.* »

O Sr. Presidente diz que numa das proximas sessões será apresentada a proposta respectiva.

O Sr. Secretario Perpetuo lê o seguinte parecer da Commissão de Fundos e Orçamentos:

— « A Commissão de Fundos e Orçamento examinou com o devido cuidado o balanço geral do anno de 1914 e todas as contas que o instruiram. A severa exacção com que o honrado thesoureiro do Instituto, sr. commendador Arthur Ferreira Machado Guimarães, cumpre os seus deveres, impõe sempre á commissão o maior applauso, opinando por isso pela approvação das contas exemplarmente prestadas.

Não deixa a commissão de lembrar, com o maior acatamento, a necessidade de se restringir o mais possivel as despesas, propondo ao Instituto, por intermedio do egregio sr. presidente, o não preenchimento de qualquer cargo que vague na classe dos funccionarios, passando o serviço a ser feito, mediante pequeno addicional, por outro serventuario a juizo do sr. presidente.

Rio de Janeiro, 27 de Março de 1915. — *Clovis Bevilaqua*, relator. — *Alfredo Rocha*. — *Rodrigo Octavio*.

Annexo — Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. Directoria da Contabilidade. Rio, 18 de Janeiro de 1915. 2ª Secção. N. 249. Sr. presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro: Declaro-vos approvadas as contas que acompanharam o vosso officio de 2 do corrente, justificativa do emprego da subvenção de 25:000$, concedida a esse Instituto em virtude do aviso n. 1.196, de 2 de abril de 1914. — Saude e fraternidade. — *Carlos Maximiliano*. »

O Sr. Presidente diz que nos termos do art. 41 § 2º, e 59, dos Estatutos, esse parecer deve ser discutido e votado na presente sessão. Põe em discussão; ninguem pedindo a palavra dá por encerrada a discussão. Põe em votação, e é approvado por unanimidade.

O Sr. 1º Secretario lê o seguinte parecer da Commissão de Admissão de Socios — « Como relator designado da Commissão de Admissão de Socios para emittir parecer sobre as propostas que elevam a honorarios os socios effectivos, almirante Arthur Indio do Brasil, dr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, Arthur Ferreira Machado Guimarães, dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires, e correspondentes, drs. Domingos José Nogueira Jaguaribe e Martim Francisco

Ribeiro de Andrada, penso que a simples declinação de taes nomes constitue o melhor direito a essa distincção por parte do Instituto.

Todas ellas estão perfeitamente nos casos estabelecidos pelos Estatutos nas letras A e B, do art. 10, cumprindo salientar os serviços prestados pelo nosso thesoureiro, que ha dez annos exerce tal cargo com o maior realce.

A approvação das propostas impõe-se, pois, como um acto de justiça.

Rio de Janeiro, 9 de Março de 1915. — Dr. *B. F. Ramiz Galvão*, relator. — *Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho*. — *Gastão Ruch*.»

Procedendo-se á votação, o parecer é approvado, e acto continuo, o Sr. Presidente proclama os novos socios honorarios.

O mesmo Sr. Secretario Perpetuo lê depois o seguinte parecer tambem da Commissão de Admissão de Socios:

— «A proposta relativa ao marechal José Bernardino Bormann, cujos trabalhos já foram devidamente apreciados pela illustre Commissão de Historia, merece ser approvada, pois que está de accôrdo com as exigencias dos nossos Estatutos, tudo devendo o Instituto esperar da competencia do eminente proposto.

Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 10 de Abril de 1915. — *Manuel Cicero*, relator. — *Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho*. — *Gastão Ruch*.»

Sendo approvado por unanimidade, o Sr. Presidente proclama o novo socio effectivo.

O Sr. Secretario Perpetuo diz que ha ainda pareceres e propostas a lêr; pede, porém, a inversão da ordem dos trabalhos, pois que se acha na casa o socio effectivo sr. dr. João Ribeiro, que, tendo cumprido as exigencias do art. 20 dos Estatutos, vem tomar posse de sua cadeira.

O Instituto approva a inversão e o Sr. Presidente nomêa os srs. Fleiuss, Roquette Pinto, Radler de Aquino e major dr. Liberato Bittencourt para introduzirem no recinto o novo socio.

(*Dá entrada no recinto, presta o compromisso do § 2º do art. 20 dos Estatutos e toma posse o sr. dr. João Ribeiro.*)

O Sr. Presidente dá a palavra ao sr. dr. João Ribeiro, que profere o seguinte discurso:

«Exm. sr. presidente. Meus confrades.

Agradecendo a benevolencia vossa em me chamar ao vosso gremio, devo seguir o exemplo de um academico famoso, que em circunstancias identicas não quiz confessar a sua falta de merito. Pois que, confessa-lo (e em mim não seria falsa modestia), seria diminuir o espirito de justiça, a sabedoria e a ponderação que preside ás vossas escolhas.

Si me escolhestes, é que certamente eu o merecia.

Sempre tive as mesmas preoccupações que são as vossas; ha trinta annos, fallando, ou ensinando ou escrevendo, sempre cultivei os assumptos nacionaes que, todos, vos interessam. Eis a medida unica do meu merito.

Premiastes em mim o meu persistente e diuturno exfôrço. E a recompensa, eu a considero magnifica.

Consenti que eu aproveite a occasião para uma phantasia do espirito.

Os archæologos e historiadores que, como os geologos, sabem descobrir os horizontes antigos e sabem delles se orientar, podem desmentir todas as syntheses inhabeis dos que são apenas simples curiosos como eu sou.

Mas a propria Historia é uma continua substituição de idéas e de factos. Ao grado do presente, todo o passado se transforma.

Quando Mommsen escreveu a sua «Historia Romana», o imperialismo já do seu tempo lhe suggeriu a apologia de Cesar e o descredito de Cicero.

O presente é quem governa o passado e é quem fabrica e compõe nos archivos a genealogia que lhe convem. A verdade, corrente hoje, sabe buscar, onde os ha verosimeis, os seus phantasmas predilectos de antanho.

Hoje elevamos estatuas a Tiradentes, porque o nosso ideal de agora determinou esse culto. A fuga de d. João VI traduzia-se ha pouco pelo euphemismo da *transmigração*, como se lia nos compendios. Tambem em França os revolucionarios de 89 ergueram um culto aos Brutos vingadores de Lucrecia. E assim, o presente modéla e esculpe o seu passado, levanta dos tumulos os seus heróes e constróe com as

suas vaidades ou a sua philosophia a hypothese do mundo antigo.

A imparcialidade póde ser immoral: nós temos a obrigação de justificar o presente, de fundar a Ethica da actualidade.

O contrario seria o suicidio das nossas acquisições.

Os Romanos buscaram em Troia a sua falsa ascendencia. Os bandoleiros eram já então homens honrados.

Isto não é falsificar por vangloria nem deturpar por jactancia, nem mentir por amor da mentira. E' extender ao passado as mais nobres ambições do presente. E' resuscitar o que é digno de resurreição.

Com esta philosophia, ou antes, com este *pragmatismo*, é que tenho meditado sôbre a nossa Historia.

Por vezes, tenho procurado sorprehender o character ou a expressão mais geral de nossa vida.

O character de um povo, ou, o que é o mesmo, o facto mais assiduo e frequente da sua Historia, póde talvez esclarecer-nos a sua vocação ou o seu destino.

Resta evoca-lo, descobri-lo nas suas faces essenciaes; mas sob aspectos menores e secundarios, parece-me que um sentimento fundamental em nosso povo é o seu *conservatismo* exagerado, o seu espirito contemporizador, o seu senso profundo e demorado das opportunidades.

Entre nós, os problemas, as questões mesmas que tiveram rapida execução, foram precedidas de longa espectativa.

A lentidão no resolver o anachronismo dos recursos, o *misoneismo* cauto e seguro contra idéas recentes, parece ter sido a nossa bussola desde os primeiros passos.

A nossa Historia illustra perennemente essa vocação descançada de paiz *cunctator*. Todas as nossas experiencias politicas e sociaes atraiçoam o culto da tradição, o amor do passado e o temor do futuro.

Ao Brasil, antes que visse a luz, já a diplomacia lhe havia traçado contôrno. Nasceu sôbre medida. O meridiano de Tordesilhas marcava-lhe a extensão do berço.

Elle é assim, ao mesmo tempo, um facto de Prehistoria antes de o ser da sua propria Historia.

Da mesma sorte, a sua primeira organização foi outro anachronismo. Fôra desencavar na archeologia portugueza a obsoleta *Lei mental* de d. Duarte para justificar a creação das capitanias hereditarias.

E ainda hoje persistem vivedoiras as capitanias antigas. E ouço dizer até de algumas, que são ainda hereditarias. Como quer que sejam, ellas enchem toda a nossa Historia e deram-lhe a feição definitiva.

Sempre conservadores, sempre lentos, tardos e precavidos, construimos com elementos medievaes os fundamentos de uma nacionalidade, que desabrochou no renascimento.

Essa mesma lentidão de processos characteriza a immobilidade da nossa vida.

Lembremo-nos de que em toda a historia colonial combatemos contra todos os povos e luctámos por uma idéa retrogada, a do *mare clausum*. Com esse labaro anachronico e com essa insensibilidade pelo progresso, exasperámos Inglezes, Hollandezes e Francezes, a quem chamámos piratas.

A *escravidão* foi outra experiencia da mesma especie, longa, interminavel. A idéa abolicionista vencêra em todo o orbe. Nós outros resistimos e fomos o derradeiro povo a resolver o problema.

A *Republica*, outro facto essencial, esteve ás nossas portas desde o seculo XVIII, constantemente, sem descanço, sem quasi interrupção. Resistimos ainda, e como sempre, fomos os ultimos a adoptar essa expressão da politica continental.

A propria *Monarchia*, sem écho na America, precaria e ephemera no Mexico, aqui teve um longo asylo, uma hospedagem por trez gerações. E em verdade, que hospedes excellentes !

Não quero, porém, abusar da vossa attenção.

Lembrai-vos sem duvida, das interessantes « Memorias » (publicadas em vossa « Revista »), do major prussiano Von Versen, prisioneiro de Lopez, na guerra do Paraguai. Para Von Versen, que não era nada nosso amigo, entretanto a nossa maior inepcia, de que nos accusava, era a da lentidão dos nossos generaes, tarda, vagarosa, passeira e inexplicavel.

Perdoae-me ainda um desproposito: dizem que as nossas terras são o *habitat* unico de um curioso animal, — a preguiça —. Deram a esta pobre alimaria o nome de um vicio e até de um peccado mortal. Mas a natureza não tem vicios, e eu estou que — a preguiça — sabe muito bem por que é lenta e vagarosa. E as suas pausas devem encerrar um segredo divino.

E' bom entender ou pelo menos respeitar todos os mysterios.

Quando vejo o que nos falta, ou quando reflicto sôbre os nossos defeitos, eu cuido ver a alma incompleta e ainda infante do Brasil, que me diz em sua transparencia luminosa:

— Para que tanta pressa, si eu tenho por mim a eternidade!

Assim é, ou assim deve ser. Um paiz, quando tem as proporções do nosso, póde desafiar o tempo. E' o facto mesmo da grandeza material que nos faz lentos. As nossas energias andam dispersas por uma área quasi infinita, não é facil coordena-las ou move-las; não é de extranhar que sendo dispersas, umas contradictem a outras, ou que sejam entre si indifferentes. Todo o nosso trabalho é concentrar as poucas que concorrem, convergem, ajudam e formam o nosso turbilhão vital.

Perdemos, assim em grandeza, em multiplicidades inuteis a efficiencia da densidade aproveitavel. Por isso é que somos lentos, por uma ataxia fatal e inevitavel, e tudo, pois, esperamos da longevidade das cousas.

Mas, quantas vantagens nesse vagaroso movimento!

Quantos fructos!

Fomos pelo *mare clausum*, pelo *mar fechado* ao commercio dos povos, mas essa idéa anachronica creou os primeiros surtos da nossa autonomia, guardou-nos das competencias mundiaes, e sem ella seriamos dilacerados pela cobiça dos corsarios europeus, hollandezes, francezes e inglezes. Sem esse anachronismo preservador seriamos um retalho andrajoso, multicolor, perdido na Babel das raças.

Revivemos com as capitanias hereditarias o feudalismo, é bem verdade. Mas essa tradição archaica lançou os fundamentos de uma fórmula nova, a da federação. E assim por

um caminho antigo e exquecido chegámos á larga estrada do liberalismo de hoje. O feudo preparou o *self-government*.

Conservámos a *escravidão*, talvez mais do que deviamos. Tambem é certo; mas, soubemos lentamente transforma-la em uma chuva de flôres e de benções sem os tormentos formidaveis da Secessão e da guerra civil.

Este mesmo admiravel senso da opportunidade guiou-nos no problema politico. A monarchia, mau grado a impaciencia dos republicanos, gozou de longa e demorada hospitalidade; mas, até por isso, com ella evitámos um seculo de pronunciamentos e de revoluções que abrazaram e ainda crepitam na America Latina.

Vê-se, pois, que a celeridade ou a rapidez nem sempre é de vantagem. E antes é um perigo.

Nos proprios exemplos da natureza ha animaes celeres e ligeiros, que são debeis e fracos. Na mesma historia humana, neste momento assistimos a um temeroso espectaculo. A grande nação que se originou da pequena Prussia, celere, rapida e fulminante, acha-se agora embaraçada e detida deante das lentezas britannicas e do tardo tropel do valoroso Slavo.

Eu acredito, pois, que a nossa incoordenação de movimentos, que resulta da enormidade material da terra, é propicia á madureza das nossas resoluções.

Ainda na infancia, temos a certeza da vida longa.

Somos um povo de tradições e de costumes, e de tal arte arraigados, que podiamos dispensar a lei escripta. No tempo de d. João VI já tinhamos a independencia sem a lei e antes della; na Monarchia, já tinhamos a Republica pela democracia profunda da sociedade.

Parece que temos em alto grau o senso da espectativa e da opportunidade. Entre nós não ha soluções precipites ou antecipadas.

A nossa terra é uniforme, sem accidentes abruptos, sem tremores e cataclysmos, physica e moralmente.

Sôbre essa região tranquilla podemos assentar a tenda da nossa eternidade.

Quanto a nossa Historia, que parece vaga e tediosa como é a paz, e monotona como o trabalho quotidiano, cumpre mostrarmos como é ella fecunda, honesta e bella!

E este sabio collegio é a mais formosa contribuição que podemos prestar á definição dos nossos destinos. (*Applausos prolongados.*)

Logo depois o Sr. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão (*orador do Instituto*) responde do seguinte modo ao recipiendiario:

« Sr. presidente. Illustres consocios. Sr. dr. João Ribeiro — Ha muitos annos entraram para o quadro dos funccionarios da Bibliotheca Nacional, pela porta larga e luminosa do concurso, dous jovens Brasileiros de real talento e promettedores de brilhante futuro. Delles o mais antigo, Capistrano de Abreu, alli no meio de livros e de documentos preciosos, engolfado na leitura insaciavel, investigador e critico sagaz, adextrou-se para a conquista da cadeira de Historia do Brasil no Collegio Pedro II, para as eruditas annotações ao livro do visconde de Porto Seguro, para uma série copiosa de trabalhos historicos de grande valor.

O outro sois vós, sr. dr. João Ribeiro. Estudiosissimo cultor da lingua portugueza, desde os verdes annos, começastes alli a série de livros didacticos, que vos deram o justo renome de philologo, e vos preparastes tambem para a funcção de professor de Historia desse mesmo collegio, que já foi um instituto modelar de ensino, — fonte abundosa, donde brotaram notabilidades brasileiras da estatura de Perdigão Malheiros, barão de Ourém, Paulino de Sousa, Ferreira Vianna, José Carlos Rodrigues, Escragnolle Taunay, d. Antonio Benevides, Rodrigues Alves, Carlos de Laet, Vieira Fazenda, Gastão Ruch, Bulhões Carvalho, Lima Drummond e tantos mais, cujos nomes não preciso declinar, — uns que a morte já arrebatou na sua voragem, outros que ainda perlustram gloriosamente carreiras públicas, prestando reaes e valiosos serviços á Patria.

Como philologo, tendes vosso logar na Academia Brasileira, e poucos, bem poucos, alli vos disputarão a primazia.

Como historiador, confesso, sr. dr. João Ribeiro, que tardaveis aqui, neste Cenaculo, onde se congregam para estudar as cousas da Patria quantos por sua Historia, pela sua Geographia se desvelam. Tardaveis, repito, porque, si em vossos curiosos estudos linguisticos já tendes demonstrado o pendor

com que lucidamente inquiris o passado, e a sagacidade com que ides ás fontes beber ensinamento, em vossa «Historia do Brasil», si bem que elementar, revelastes orientação segura e moderna, critica perspicaz e judiciosa.

As vossas proprias palavras, que acabámos de ouvir com summo interesse, demonstram claramente quanto haveis meditado sôbre esta ordem de assumptos e o espirito philosophico com que tendes por habito encarar a nossa existencia como povo.

Este é o paiz *cunctator*, dizeis, e talvez com acêrto. O nosso movimento é vagaroso, quasi tardo; o gigante sul-americano demora os passos, deixando ao tempo amadurecer as resoluções graves, que podem decidir do seu futuro.

Enumerastes alguns fructos preciosos colhidos neste modo de agir. Não pretendo oppôr-vos contradicta e quasi me confesso de accôrdo. Fizemos a nossa independencia sem luctas sangrentas; assistimos ao golpe politico de 1831, e só podemos exaltar o patriotismo daquella pujante geração de estadistas, cujo bom senso salvou então a Patria das convulsões da anarchia; precipitámos a Maioridade, é certo, mas como a Providencia parece ter velado sempre pelos nossos destinos, tivemos a fortuna de passar o govêrno deste grande paiz ás mãos de um principe judicioso, radicalmente patriota, que de accôrdo com a nossa indole characteristica o foi conduzindo lentamente pelo caminho do progresso material e moral, sem surtos de genio, mas tambem sem o perigo de abalos profundos.

Ganhámos e saudámos com flôres a grande victoria da Emancipação, em 1888, mas preparada pelas reformas de 1871 e 1885, com que os benemeritos Rio Branco e Saraiva aplainaram o caminho da idéa civilizadora triumphante.

A Republica implantou-se em 1889 sem os horrores desencadeados em outras nações, quasi como uma transição natural do regime liberalissimo, que nos felicitara por cêrca de meio seculo.

Tudo isso é verdade e até certo ponto justifica os vossos assertos; só tenho dúvida sôbre a conveniencia de manter por tempo indefinido este regime de espectativa e de opportunidade.

A tactica do grande Fabio deteve por muito tempo as hostes do temeroso e arrojado Annibal, salvando a Republica romana de maiores desastres. Da mesma fórma o nosso illustre Caxias, com sua celebre marcha de flanco, paralysou a investida audaz do inimigo e deu tempo á convergencia de exforços para garantir o exito da campanha.

Mas, quando foi chegada a hora, não irrompeu inesperadamente em Sancto Antonio, não se arrojou valorosamente pela ponte de Itóroró, não deu a batalha campal de Avahi, não coroou em Lomas Valentinas a victoria das armas brasileiras, anniquillando as forças regulares de Lopez, que só se salvou fugindo caminho das Cordilheiras?

«A nossa terra, dizeis, é uniforme, sem accidentes abruptos, sem tremores e cataclysmos, physica e moralmente.» E' verdade. Mas um povo de tradições honrosas, e ambilenta da America, quasi de braços cruzados deante dos variacioso de luz e de progresso, manter-se-ha nesta região opudissimos problemas, que se agitam no presente para abrir-nos as portas do futuro?

Não será tempo de abandonar a prudente expectativa e enveredar com animo resoluto por um caminho, mais aspero talvez, porém mais curto para ganharmos a posição que o destino nos prepara?

Perdoae, collega illustre, perdoae-me tambem vós, senhores, si estas expressões, que traduzem o anhelo de minh'alma de Brasileiro enthusiasta de seu nobre paiz parecem estar em contradicção com os cabellos brancos que me circulam a fronte, denunciantes indiscretos de uma velhice, que já não deve ter sonhos nem outra esperança sinão a do repouso final.

Perdoae-me; mas este fogo sagrado do amor da Patria, com que sempre vivi desde os verdes annos, ainda se não apagou. Continúo a ter a mesma fé e a confiança de todos os tempos na grandeza do futuro brasileiro, e espero que as almas varonis da geração contemporanea sacudam o corpo deste gigante, que não tem licença de adormecer na calma da expectativa.

E' tempo de faze-lo erguer-se, forte e corajoso para a lucta. Todos nós temos o dever imperioso de correr á estacada,

cada qual na sua esphera de acção, para illuminarmos o povo, para defendermos a sua honra e o seu nome, para resolvermos os difficeis problemas administrativos que nos embaraçam a marcha.

Vós tambem, prezadissimo collega, que hoje aqui vos alistaes nesta cohorte de trabalhadores, vós que tendes predicados de mestre e um espirito de elevada cultura, vós sereis de certo um collaborador precioso na nossa grande obra nacional.

O Instituto Historico faz tambem a sua campanha; soldados da vossa estatura são garantias de victoria. Sêde benvindo!» (*Applausos prolongados.*)

O Sr. Presidente dá a palavra ao sr. Basilio de Magalhães para ler, como relator, o parecer da Commissão de Historia sôbre as obras que serviram de base á proposta que indica o sr. dr. Alberto Lamego para socio correspondente.

O Sr. Basilio de Magalhães lê o seguinte parecer:

«Applicando em boa hora o conceito feliz de Fustel de Coulanges, de que «o verdadeiro patriotismo não é sómente o amor á terra, mas o amor ao passado, o respeito pelas gerações que nos precederam» — vem o sr. Alberto Lamego apparecendo, desde algum tempo, nas revistas mais importantes da nossa terra, a firmar trabalhos de alta valia sôbre personalidades e episodios da nossa evolução colonial, revelando-se douto e paciente mourejador do campo vasto, e ainda tão mal explorado, dos primordios da vida do Brasil.

Vimos pela primeira vez o seu nome subscrevendo a publicação e commentarios de importantes e novos documentos relativos a Claudio Manuel da Costa, na «Revista da Academia Brasileira», desta Capital. Exclareceram-se, graças a taes achegas, que eram de todo ignoradas, varios pontos obscuros da existencia do inspirado poeta inconfidente: — o logar do seu nascimento, as suas relações literarias e o rol exacto das suas producções — assumptos de que tambem cogitara, com a erudição que o distingue, o sr. barão de Ramiz Galvão, pela «Revista Brasileira», de 15 de Abril de 1895.

Mais tarde, no tomo LXXV, parte II da «Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro», inseriram-se os «Papeis ineditos sôbre João Fernandes Vieira» — curioso

achado, que o sr. Alberto Lamego fizera nos archivos portuguezes e constante de cartas contendo graves denúncias contra o heróe luso da epopéa pernambucana, assim como do parecer do Conselho Ultramarino e da resolução do soberano sôbre o caso. As accusações anonymas, formuladas sem duvida por inimigos do Madeirense, não são de molde a despoja-lo da aureola com que perpetuamente lhe circundou a fronte a posteridade, reconhecida aos seus inolvidaveis serviços. Libellos de tal natureza surdem em todos os tempos, e o simples facto de não trazerem editor responsavel tira-lhes grandemente o valor probante, reduzindo-os á especie infima dos pasquins. Como quer que seja, porém, a monographia do sr. Alberto Lamego, enriquecida por um criterioso prefacio de Oliveira Lima, interessa consideravelmente aos que, estudando por menor os episodios maximos das priscas éras da nossa terra, querem vêr através de todos os prismas as personagens que culminaram no scenario da Historia patria.

Não foi, entretanto, com esses escriptos que o sr. Alberto Lamego se apresentou candidato a um logar no quadro social deste benemerito gremio.

Foi, sim, proposto socio correspondente do Instituto com uma obra de folego, ainda não acabada, e que se intitula « A terra goytacá á luz de documentos ineditos ».

E' este o primeiro de uma série de cinco volumes, em que o auctor pretende enfeixar, amontoando-os convenientemente, os preciosos papeis antigos, em numero superior a mil, que se lhe depararam nas bibliothecas e archivos, públicos e particulares, da Europa, sôbre a historia das capitanias de S. Thomé e de Parahyba do Sul, onde outr'ora, rodeados de varias tribus, dominaram os bravios Goitacazes.

Com Langlois et Seignobos, em sua « Introduction aux études historiques », pensa, e com razão, o sr. Alberto Lamego que — « rien ne supplée aux documents; pas de documents, pas d'histoire ».

A' medida que coordenava e deletreava os manuscriptos vetustos, que a sua porfia perseverante desenterrava do pó das livrarias, verificava o auctor da « Terra goytacá » quantas lendas os tradicionalistas faziam passar como factos reaes

no tocante á donataria de Pero de Góes, mais tarde adjudicada pela Corôa á posse dos Assecas.

Sôbre a mencionada região, além das referencias abundantes nos chronistas e historiographos, não faltam «memorias» especiaes, como os «Campos dos Goytacazes», de Teixeira de Mello, os «Apontamentos para a historia da capitania de S. Thomé», de Augusto de Carvalho, a «Historia do descobrimento e povoação da cidade de S. João da Barra e Campos dos Goytacazes», de J. J. Martins, e os «Subsidios para a historia de Campos dos Goytacazes», de Julio Feydit.

Resentiam-se, porém, todas essas monographias, não obstante o exfôrço proficuo de seus illustres auctores, da falta de elementos litteraes probantes, os quaes escasseavam quasi completamente no Brasil e abundavam nos archivos de além-mar.

Colligindo-os durante longos annos, habilitou-se o sr. Alberto Lamego a pôr hombros á sua alevantada e difficil empresa, iniciada com o volume ora entregue á nossa apreciação.

Abrange elle o periodo de 1500 a 1730 e divide-se em dous livros, o primeiro com cinco e o segundo com doze capitulos, fóra um appendice. Cumpre-nos, antes de mais nada, observar que se tracta de uma edição artistica, com photogravuras coloridas, mappas, brazão e documentos fac-similados, — tudo revelando o carinho e o enthusiasmo com que o auctor se consagrou ás suas patrioticas pesquizas.

Não é facil resumir o contingente de exclarecimentos que trazem á historia da capitania da Parahiba do Sul as peças authenticas, cêrca de trezentas, reunidas neste volume do sr. Alberto Lamego.

No livro I, onde vêm reproducções fac-similares dos mappas de Jodocus Hondius (de 1630) e do cosmographo João Teixeira (de 1645), tracta elle de Pero de Góes, desde a sua vinda para o Brasil, até que, mallogrados os exforços para povoar a sua donataria e depois de exercer o cargo de capitão-mór da costa no govêrno de Thomé de Sousa, regressou definitivamente para Portugal, indo fallecer na India, provavelmente em 1600. Refere-se ainda a Vasco Fernandes Coutinho e Martim Affonso de Sousa, aos indios da região,

aos sitios em que se fundaram as primeiras povoações e á renúncia do filho e successor de Pero de Góes, Gil de Góes da Silveira, dos direitos á capitania, por escriptura de 22 de Março de 1619. Menciona o «roteiro dos septe capitães» e discute-lhe a authenticidade, contestada pelo erudito Vieira Fazenda com certidões e com solidos argumentos.

Do capitulo III em deante avulta a personalidade de Salvador Correia de Sá e Benevides, tão mal estudada até agora e que tanto relêvo tem nas paginas dos nossos annaes, não só por haver governado trez vezes o Rio de Janeiro (cuja alçada jurisdicional se extendia então a S. Paulo e ao Espirito Sancto), como tambem pelas propriedades que adquiriu em nossa terra, dando origem a sangrentas luctas e prolongados pleitos, que tiveram por theatro as margens do Parahiba do Sul.

Os prepostos da metropole não se descuidavam dos seus proprios interesses materiaes. Disto é exemplo frisante o general Salvador, que para si obteve aforamento do terreno, onde se estabelecêra o primeiro trapiche que houve nesta Capital, assim como os privilegios da balança e da varanda para a venda de negros, verduras e fructos do paiz, e, mais tarde, ainda pediu ao rei 100 leguas de costa, de Sancta Catharina ao Rio da Prata.

Recenseiam-se tambem os serviços de Sá e Benevides na investigação das minas do sertão do Espirito Sancto e de S. Paulo, os motins occorridos no Rio de Janeiro em 1660-1661, e, finalmente, as primeiras tentativas de occupação dos campos dos Goitacazes.

Ahi, além de outros, eram proprietarios de sesmarias o general Salvador, os jesuitas e os frades benedictinos. A ambição de todos esses sesmeiros levou a desordem áquella região, de onde foram mandados expulsar os posseiros primitivos, que resistiram ao mandado e á força. Já então houve pensamento de crear-se em villa a povoação de S. Salvador. E entre os muitos documentos curiosos, que se enquadram no livro I, merecem lembrados os da informação que o administrador da Justiça Ecclesiastica do Rio de Janeiro, o prelado Antonio de Mariz, deu sôbre o procedimento do clero de todo o seu districto, em cumprimento de uma carta-régia. Porém,

os regulares de S. Bento, muito mais que os clerigos seculares, foram os que desempenharam papel capital nas questões, que ensanguentaram os campos goitacazes.

O livro II é a exposição minudenciosa da varia fortuna de terra goitacá sob o dominio dos Assecas. Com effeito, os Correias de Sá, filhos do general Salvador, obtêm, em 1674, a doação de uma extensa capitania ao Sul do Brasil, na região da antiga donataria de S. Thomé. Em vão lhes oppõem embargos os heréus e outros proprietarios dos campos. E são logo depois erectas em villas as povoações de S. Salvador e de S. João da Praia (hoje S. João da Barra), devendo-se ao paulista Bartholomeu Bueno Feio (isto é, o «Anhanguera») o baptismo de sangue da matriz daquella.

Como o 3° visconde de Asseca, Diogo Correia de Sá, vendesse ao prior Duarte Teixeira Chaves todos os seus bens sitos no Brasil, abre-se estirado e vigoroso litigio entre o adquirente e os herdeiros do vendedor.

Ahi apparece a figura singular de Luiz Vahia Monteiro, sobrinho do prior da collegiada de Chaves, e que, empossado em Maio de 1725 no govêrno do Rio de Janeiro, patrocinou francamente a causa do tio. Fez administração energica. Desterrou dous abbades de S. Bento. E quando o rei lhe escreveu uma carta censurando-lhe os excessos de poder, Vahia Monteiro deu ao soberano altiva resposta, confessando «os seus impetos e furias» e mostrando não só a necessidade de tal procedimento como as vantagens delle resultantes para a boa direcção dos povos.

Enquanto estavam *sub judice* as lides entre os Assecas e o prior de Chaves, entrando nellas uma terceira personagem, o infeliz Domingos Alvares Pessanha, — as villas ribeirinhas do Parahiba progrediam. Mas o descobrimento do ouro em nosso *hinterland* não tardou a determinar no Rio de Janeiro uma tremenda crise, que promptamente se reflectiu na terra goitacá. E' a épocha da carestia de viveres, do abandono dos engenhos de assucar e do exodo para as Minas.

Reponta a nova phase de contendas em 1727, quando Martim Correia de Sá, como procurador de seu pae, toma posse da capitania da Parahiba do Sul. Como si isto não bastasse, ainda naquelle mesmo anno, de triste recordação

para a terra goitacá, eram obrigadas as villas de S. Salvador e de S. João da Praia a pagar pesado donativo para o casamento dos principes de Portugal e Hispanha.

Vahia Monteiro consegue alijar a Martim Correia do govêrno da capitania da Parahiba do Sul. Nisto surde um novo motivo de dissidio: — a lei do contracto sôbre os «gados de vento». Neste periodo, destaca-se a figura varonil de Benta Pereira, cujos filhos João Alvares Barreto e Francisco Manhães Barreto tomam parte saliente nos successos então desenrolados alli.

Enquanto prosegue a lucta entre o governador e Martim Correia e se depõem capitães-móres nas villas do Parahiba, onde os partidos se extremam, apparelhando-se para mais graves eventos, Luiz Vahia Monteiro faz timbre em que se cumpra o contracto dos gados, e para isso confia a respectiva diligencia ao capitão Francisco Pereira Leal, com uma fôrça de trinta soldados. Esta expedição desempenha-se não só do encargo especial que levava, como tambem prende a criminosos e desertores, que infestavam aquella zona.

Continuava aberto o conflicto entre os moradores da capitania da Parahiba do Sul e os Assecas, contra cujo dominio o governador do Rio de Janeiro sustentava tenaz perseguição. Mas os Correias de Sá dispunham de valimento perante o monarcha. Isso impoz á terra goitacá a necessidade de preparar-se para uma revolta efficaz.

Eis ahi, em pallido resumo, o que se contém neste primeiro volume submettido á nossa consideração pelo sr. Alberto Lamego.

Cumpre-nos fazer algumas observações quanto ao criterio historico posto em prova pelo auctor e quanto ao seu processo de utilização dos documentos.

No tocante aos aborigenes do Brasil, não nos parece razoavel, em face das recentes conclusões da Ethnographia americana, dividi-los sómente em duas tribus — uma autochthone, a dos tapuias, e outra conquistadora, a dos tupis (pag. 15). Em vez de apegar-se nesse ponto a Rocha Pombo, o sr. Alberto Lamego melhor faria si adoptasse, quanto aos incolas do Novo-mundo, os postulados de Nott e Gliddon, em

seus «Types of mankind» e o eschema que dos nossos selvicolas traçaram Karl von Steinen e Paul Ehrenreich.

Custa-nos acreditar que um espirito positivo, que tão rectilineamente se norteia, em Historia, pelas provas documentaes, dê accolhida em sua obra á invencionice jesuitica da vinda de S. Thomé ás nossas plagas, — donde o admittir o auctor que os *tamoios* primitivamente se chamaram *tzoméos* (pag. 16), quando o certo é que aquelle nome tribal provém de *tamoio*, avô, por se julgarem os indios da Guanabara mais antigos que os seus ermãos do *nheengatú*.

Não devera tambem o sr. Lamego perfilhar (pag. 17) a origem dos *Botucudos* dada por Miliet de Saint Adolphe, sabido como é, que aquelle vocabulo não promana de *boto* e *côdea*, etymologia absurda, porém sim de *batoque*, ou por alliteração *botoque*, termo lusitano correspondente ao *tembetá* tupico.

Lamentamos tambem que o auctor houvesse dado guarida, em seu excellente trabalho, á existencia de tribus como a dos *ovaitagnasses* (pag. 17); *guiatacás* e *waitaquases* (pag. 22), como distinctas da dos *goitacás*, ou, com a dupla fórma sigmatica da aportuguezação, *goitacases*. E' bem de ver que aquellas trez primeiras denominações não passam de variantes da última, ordinariamente devidas a enxacocos ou a erros graphicos dos tractadistas antigos.

Os documentos colligidos na «Terra goytacá» não só clareiam muitos passos obscuros da historia da capitania da Parahiba do Sul, como sejam os actos essenciaes dos dous primeiros donatarios, Pero e Gil de Góes, fundadores de povoações, que aliás não vingaram, ás margens do Itabapoana e do Itapemerim, mas ainda jorram luz sôbre factos respeitantes á capitania do Espirito Sancto, isto é, aos seus limites com aquella outra e ao surto dos seus nucleos de povoamento. Servem tambem para exclarecer varios relanços da actividade das ordens religiosas no Brasil.

Notaremos que o documento de pags. 154-156 demonstra que já em 1676 era abbade do Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro fr. Francisco do Rosario, que na lista da extensa e erudita monographia do barão de Ramiz Galvão, á pag. 317 do tomo XXXV, parte II, da «Revista do Ins-

tituto Historico e Geographico Brasileiro », consta ter exercido aquelle cargo em 1677.

E' certo, contudo, que alguma das peças antigas, ora tão bem aproveitadas pelo sr. Alberto Lamego, deixam ainda margem a dúvidas, em razão das datas que lhes são attribuidas, quando em confronto com os episodios a que concernem.

Tomaremos um exemplo characteristico.

E' questão controversa a de ter Salvador Correia de Sá e Benevides, ou pessoalmente, ou representado por seu filho João Correia de Sá, feito penetração nos sertões do Espirito Sancto, á cata de esmeraldas.

Dos que têm modernamente versado esses assumptos, com profundeza e competencia, Calogeras, em seu vasto e optimo trabalho « As minas do Brasil e a sua legislação », vol. I, pag. 398, acredita ter occorrido aquella entrada, embora lhe dê como ignorados os fructos; e Orville Derby, no seu substancioso escripto sôbre « Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Geraes » *in* « Revista do Instituto Historico de S. Paulo », vol. V, pag. 260, duvida de que se haja realizado tal expedição naquella zona e naquella epocha, mas que não lhe faz a menor referencia o parecer de Salvador Correia de Sá e Benevides, de 3 de Maio de 1677, no Conselho Ultramarino (*in* « Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro », tomo LXIII, parte I) — que é uma ampla exposição de todos os seus serviços aqui no Brasil, prestados á Corôa portugueza.

Pois bem: o auctor da « Terra goytacá » admitte até a existencia de duas entradas no sertão do Espirito Sancto, ao tempo do segundo govêrno de Salvador Correia de Sá e Benevides, no Rio de Janeiro, uma pessoalmente dirigida por elle e outra por seu filho João Correia de Sá, ambas em procura das pedras coradas.

Na primeira, o governador « preparou quatro caravellas com mais de 100 homens e saíu em busca da mysteriosa serra. Por muito tempo esquadrilhou o interior das florestas, e o encantado thesouro não appareceu » (pags. 65-66).

Achamos inexplicavel que o general Salvador, — cuja posse foi a 18 de Abril de 1659, e que a 4 de Outubro desse

anno já lavrava, na Bahia, a patente de mestre de campo a seu filho João Correia de Sá para a segunda expedição, — não podendo, pois, ter cogitado de outra cousa que não do descobrimento das esmeraldas no sertão espirito-sanctense, deixasse de mencionar, no citado parecer do Conselho Ultramarino, — um verdadeiro depoimento pessoal — a jornada sob sua chefia, e á mesma não se referisse na patente de 4 de Outubro de 1659, passada a seu filho.

Este caso da patente, estreitamente vinculado á leva em que « partiu o capitão João Correia de Sá, com grande concurso de gente, em busca das encantadas minas, e a serra das Esmeraldas, ainda uma vez, não foi encontrada » — offerecenos tambem dúvidas sérias.

Diz o sr. Alberto Lamego que o governador pediu ao soberano a approvação do acto de 4 de Outubro de 1659; que o Conselho Ultramarino, em *1 de Maio de 1660*, se pronunciou desfavoravelmente; que o governador expoz novamente as vantagens da nomeação do filho para aquelle posto; que o Conselho, ouvido ainda a *14 de Abril*, não alterou o seu modo de pensar; e, em nota, informa (pag. 67), que as cartas régias, homologadoras dos pareceres do Conselho, têm as datas de *6 de Março de 1660* (a 1ª), e *16 de Abril do mesmo anno* (a 2ª).

Ora, isto não póde ter-se dado assim. Si o Conselho foi ouvido, a primeira vez, em *1 de Maio de 1660*, a segunda data, *14 de Abril*, será então do anno seguinte. Quanto ás datas das cartas régias, basta ponderar que o espaço de tempo comprehendido entre 6 de Março e 16 de Abril de 1660, mal dava então, e muito estrictamente, para que a resolução do monarcha viesse ter ás mãos de Salvador Correia. Imagine-se, agora, si este pedido, de facto, reconsideração do despacho real, quantos dias, ou melhor, quantos mezes não se fariam necessarios para que chegasse a Portugal o novo requerimento, fosse ouvido o Conselho Ultramarino e subisse afinal o parecer deste á deliberação do soberano.

Ha, portanto, em tudo isso, enganos palpaveis, que é mister dilucidar, a bem da prestabilidade dos documentos.

Que houve realmente tentativas de penetração nas terras do Espirito Sancto, em 1659 e 1660, á busca de esme-

raldas, — são accôrdes em affirma-lo várias provas historicas. A's mesmas allude Taques em sua «Informação sôbre as minas de S. Paulo» (*in* «Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro», tomo LXIV, parte I, pag. 20), citando peças officiaes existentes nos registos paulistanos: mas, logo adeante (pag. 27), assegura, sem se apoiar em prova alguma, que no descobrimento das appetecidas esmeraldas «tinha perecido o marechal de campo João Correia de Sá com a maior parte dos seus soldados exploradores, no anno de 1660». Entretanto, os documentos de pags. 118-119 e 129 e 130 da obra do sr. Alberto Lamego evidenciam que João Correia de Sá, que daqui partira para a India, obteve licença régia afim de retornar ao Brasil em 1669 e ainda vivia em 1676, não havendo dúvida alguma de que esse era o filho de Salvador Correia de Sá e Benevides, a quem este illegalmente dera, em 4 de Outubro de 1659 a patente de mestre de campo, não confirmada pelo soberano.

Eis ahi, no meio de poucas jaças, que um exame mais meticuloso dos papeis vetustos houvera seguramente desfeito em tempo, o subido valor da materia probante, accumulada pacientemente no trabalho do sr. Alberto Lamego. Ha figuras de grande destaque em nossos fastos, que, mercê das peças antigas ora saidas a lume na «Terra goytacá», têm de ser encaradas a outro aspecto. Uma dellas é a de Salvador Correia de Sá e Benevides, que, em seus trez periodos de govêrno, prestou alguns serviços á nossa terra, porém, cuja improba ganancia está agora demonstrada que farte. Outra é a de Luiz Vahia Monteiro, tarado para a demencia de que veio a fallecer, mas energico administrador, guiado embora, muitas vezes, por paixões pessoaes.

Os documentos da obra do sr. Alberto Lamego, reunidos aos materiaes que colligiu no Archivo Nacional o sr. Eduardo Marques Peixoto e enfeixou em sua «Memoria» offerecida ao Primeiro Congresso de Historia Nacional, cremos que exgottaram tudo quanto existe a respeito daquelle preposto da metropole, que governou o Rio de Janeiro de 1725 a 1733.

Quem sabe quanto custa descobrir nos repositorios públicos ou particulares esses poeirentos códices, quem sabe quanto custa le-los, ou, antes, decifra-los e, em summa, tirar

delles os exclarecimentos que proporcionam a um dado episodio e a uma epocha, — não deixará de sinceramente louvar o patriotico exfôrço do sr. Alberto Lamego, que por tantos annos vive nas terras de além-Atlantico a perquirir as arcas do passado em beneficio da Historia do Brasil.

Premio não pequeno merece quem faz obra de tanta valia.

Assim, a Commissão de Historia é de parecer que o sr. Alberto Lamego, — que em seus escriptos se tem revelado um erudito e perseverante cultor da Heuristica, no que ella offerece de mais interessante ao nosso passado colonial, — deve ser acceito socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. — Rio de Janeiro, 8 de Abril de 1915. — *Basilio de Magalhães*, relator. — *Clovis Bevilaqua*. — *Alfredo Valladão*.»

O parecer é approvado por unanimidade, e a proposta é remettida á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. dr. Ramiz Galvão.

O Sr. Presidente dá a palavra ao sr. dr. Alfredo Valladão, para, como relator, lêr os pareceres da Commissão de Historia, sôbre as obras que instruiram as propostas relativas aos srs. drs. Aurelino Leal e Antonio de Barros Ramalho Ortigão.

O Sr. Dr. Alfredo Valladão lê os segintes pareceres:

«Os conhecidos trabalhos do sr. dr. Aurelino Leal, como jurista e como publicista, já bastavam para que se lhe abrissem as portas do Instituto Historico.

Recommenda-o, porém, especialmente a producção de historiador, com que elle enriqueceu os «Annaes» do Primeiro Congresso de Historia Nacional, no relatorio de uma das theses da quarta secção.

A these era ampla: — *O Acto Addicional — Reacção Conservadora — Bernardo de Vasconcellos — A Lei de Interpretação — O Golpe de Estado da Maioridade — O Ministerio das Nove Horas*.

Apezar disto foi explanada na sua integra, e com grande proficiencia.

Salienta o auctor que a reforma da Constituição era idéa corrente, nos ultimos tempos do reinado de Pedro I. E o principe lhe deu character official com o exprobra-la, na famosa

proclamação que publicou, quando fez a sua desastrada viagem a Minas Geraes.

Tambem os *leaders* dos partidos nacionaes alludiam á reforma na representação, que dirigiram ao principe, combinada na Chacara da Floresta após os motins que se deram no mez de Março.

Estava assim officialmente posta a questão, antes mesmo do 7 de Abril.

Verificado o 7 de Abril, «não tardou em apparecer no parlamento o proposito de se cumprirem as idéas prégadas antes da abdicação». E o movimento inicial foi dado pelo deputado Cesario Ribeiro, na sessão da Camara, de 6 de Maio de 1831, com o projecto que apresentou.

O auctor estuda a reforma da Constituição desde este momento até que se promulgou o Acto Addicional.

E' um estudo minucioso e perfeito.

Foram pesquizados todos os detalhes da elaboração parlamentar, bem como as causas sociaes e politicas, que influiram nesta elaboração.

Em seguida, o auctor se occupa da Lei de Interpretação.

Salienta que o Acto Addicional se mostrou imprestavel para realizar os fins visados pelos seus auctores, que pretendiam harmonizar a contrasteação do poder central com a descentralização administrativa das provincias.

E isto, principalmente, por causa de uma disposição que a elle se encorporou, em virtude de emenda offerecida pelo deputado Paula Araujo, na discussão do respectivo projecto.

Indispensavel se tornou, assim, a Lei de Interpretação.

Da *Reacção, Conservadora* tracta o *auctor demoradamente.*

Estuda as formações partidarias desde o 7 de Abril, até que, desapparecendo o perigo da restauração de Pedro I, cessando dest'arte as preoccupações do nativismo, chegou o momento de uma grande e systematica organização conservadora, expressa na *Politica do Regresso,* cuja bandeira foi desfraldada por Bernardo de Vasconcellos.

Bernardo de Vasconcellos é a propria *Reacção Conservadora* !

A sua figura não tem par naquelle momento de nossa Historia politica.

E ainda se desmede sempre que Vasconcellos apparece collaborando na obra legislativa ou em qualquer dos ramos da administração.

Armitage foi o primeiro a pôr em destaque a figura de Vasconcellos.

O barão do Rio Branco chamou-o de — *mestre do nosso parlamentarismo*; e Joaquim Nabuco de — *gigante parlamentar*.

Euclides da Cunha, Xavier da Silveira e, moderadamente, Escragnolle Doria, manifestaram tambem o seu enthusiasmo pela figura do grande Brasileiro.

O dr. Aurelino Leal confessa, desde logo, a sua admiração por Vasconcellos, lastimando mesmo que a sua personalidade ainda não tenha sido convenientemente estudada.

E accompanha, com encomios, a acção que Vasconcellos desenvolveu.

O auctor discorre ainda com vantagem sôbre o *Golpe de Estado da Maioridade* e sôbre o *Ministerio das Nove Horas*, apresentando interessantes considerações a respeito destes acontecimentos.

O trabalho, que recommenda o sr. dr. Aurelino Leal, torna certo, como se vê, que elle poderá prestar reaes serviços á causa do Instituto Historico.

A Commissão de Historia é de parecer, pois, que seja approvada a proposta de seu nome para socio effectivo.

Sala das Commissões do Instituto Historico, aos 17 de Abril de 1915. — *Alfredo Valladão*, relator. — *Clovis Bevilaqua*. — *Basilio de Magalhães*.»

— «A Commissão de Historia examinou a proposta de admissão do sr. dr. Antonio de Barros Ramalho Ortigão como socio effectivo do Instituto.

O relatorio official sôbre uma das theses da secção de Historia economica, do Congresso de Historia, que se reuniu nesta Capital no anno proximo passado, é o trabalho com que elle se apresenta.

Intitula-se este trabalho *A Moeda circulante do Brasil* e mereceu franca approvação daquelle Congresso.

A Moeda circulante do Brasil é de facto mais uma reve-

lação da competencia, com que o sr. Ramalho Ortigão cultiva os assumptos economicos e financeiros.

Em seu prefacio occupa-se o auctor da natureza e funcções da moeda e se manifesta acaloradamente contra o inflaccionismo que, no momento de seu relatorio, se preparava «para celebrar a mais estrondosa victoria que tem conseguido, desde que se implantou no paiz».

Allude o auctor ao projecto de emissão de papel-moeda, que se converteu em lei no anno extincto.

E acconselha:

«Os homens públicos porém, que, governando e legislando, contrahem grandes responsabilidades perante a Nação e perante a Historia, deveriam pôr-se ao corrente do que tem sido, no mundo inteiro, o flagello do papel-moeda e do curso forçado, si não basta a lembrança dos dias tristes e sombrios de 1898, antes de em definitiva resolverem sôbre o augmento dessa especie de moeda: porque, não obstante os ouropeis e as lentejoulas de que costuma revistir-se esse factor de crises e desgraças, falla mais alto e transluz a verdade dos factos occorridos e comprovados em toda parte.»

Em seguida, desenvolve a historia de nosso meio circulante, desde a chegada de d. João VI, em 1808, até o anno de 1914, no momento em que a politica enveredava decisivamente para um grande inflacionismo.

Nada de interessante lhe escapou nas suas investigações sôbre aquelle assumpto.

E o facto historico é sempre apreciado com lucidez e pleno conhecimento da materia.

A Commissão de Historia entende, pois, que o sr. Antonio de Barros Ramalho Ortigão está em condições de prestar reaes serviços á causa do Instituto, pelo que deve ser inscripto entre os socios effectivos.

Sala das Commissões do Instituto Historico, aos 17 de Abril de 1915. — *Alfredo Valladão*, relator. — *Clovis Bevilaqua*. — *Basilio de Magalhães*.»

Os pareceres são approvados por unanimidade e as propostas enviadas á Commissão de Admissão de Socios,

sendo relatores: — da 1ª, o sr. dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho e da 2ª, o sr. dr. Antonio Olyntho.

O Sr. 2º Secretario lê depois os seguintes pareceres, tambem da Commissão de Historia:

« *A Politica brasileira no Prata até á guerra contra Rosas* é uma excellente contribuição para a Historia politico-internacional do nosso paiz, no periodo em que elle se procurava organizar e assentar as bases do seu destino ainda indeciso e obscuro. O auctor penetrou, com animo desprevenido, nesse labyrintho de marchas e contra marchas, em que o inconsciente da Historia ludibriou dos exforços mais habilmente combinados. Conhecedor do Direito internacional, que tem professado com applausos geraes, o dr. Pinto da Rocha pôde dar aos acontecimentos estudados a sua interpretação moral, historica e juridica. Andámos por seculos luctando, para incorporar ao organismo brasileiro a nesga de terra, onde hoje floresce a próspera Republica do Uruguai. Nas vicissitudes dessa empresa, herdada dos tempos coloniaes, a actividade militar do Brasil-imperio não teve fortes motivos para desvanecimentos. Mas a actividade diplomatica, tenaz, continua, intelligentemente dirigida, com surtos de extraordinaria clarividencia, poude dar relêvo á nossa politica intervencionista, que aliás era a dominante em toda parte; e, apezar de alguns deliquios funestos, influiu consideravelmente na consolidação das nacionalidades, que se formaram na bacia do Prata. Esta synthese resalta, nitida e luminosa, da erudita dissertação do dr. Pinto da Rocha, que accompanha pacientemente através de luctas e desasos, de movimentos generosos e arremettidas inuteis, a curva complicada dos acontecimentos da Politica, do conflicto das ambições, desde a fundação da Colonia do Sacramento até á queda do célebre caudilho platino, tão diversamente apreciado por escriptores do seu paiz e do extrangeiro.

Em alguns juizos parciaes sôbre pessoas e sôbre factos poderemos delle divergir, mas as linhas de conjuncto e a conclusão, que põe natural remate á obra, nos parecem traçadas com felicidade e seguro criterio.

Hoje, que já nos é permittido olhar para o desenrolar dos acontecimentos com exempção de espirito, que as rivali-

dades se diluiram e apagaram, afogadas na luz da comprehensão das proprias necessidades e dos destinos de cada um dos povos em contacto neste bello trecho da America, todos os Brasileiros devem ter uma grande satisfacção em reconhecer que, si a Cisplatina rompeu os laços da nossa obediencia, si o regime do cavalheresco protectorado foi antes causa de reciprocos dissabores do que de beneficios mutuos, esses contactos permittiram que um sedimento de sympathias consolidasse entre os dous povos uma forte amizade, que se traduziu nesses dous bellos gestos: a communhão das aguas da lagôa Mirim, com a rectificação das fronteiras pelo *thalweg* dos cursos d'agua; e a denominação *Rio Branco* dada a um navio da Marinha de guerra da Republica vizinha.

A Diplomacia brasileira, no Rio da Prata, não podia ter preparado e colhido mais bellos fructos.

A monographia do dr. Pinto da Rocha orna-se com duas virtudes de alto valor: tem o sentimento da Historia, isto é, traduz o sentimento geral, que as massas experimentam sem poder definir, e sobrenada, na poeira informe dos factos, como nebulosa esparsa, de onde surgirão mundos, — e indica a direcção, que a Politica imprimiu ou parece ter impresso ás energias sociaes, vencendo difficuldades creadas pela confusão de documentos, que ainda não soffreram o desbastamento depurador da Critica, nem foram siquer methodicamente classificados para o aproveitamento da Historia. E' portanto, um trabalho de grande merecimento, como apreciação geral, synthese historica e comprehensão da marcha e do rythmo dos acontecimentos.

Rio de Janeiro, 29 de Março de 1915. — *Clovis Bevilaqua*, relator.— *Viveiros de Castro.— Basilio de Magalhães.*»

— « E' a proposta do dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello para socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro accompanhada da monographia — *O Poder judiciario do Brasil* (1532 a 1871). Esse estudo contém uma synthese historica, ou, mais precisamente (tal é a concisão com que se expõe cada um dos periodos mais notaveis da evolução do nosso Poder judiciario), uma descripção quasi eschematica da judicatura no Brasil durante o longo espaço de tempo de quasi trez seculos e meio. Desde os primordios da nossa organização

judiciaria em 1534, epocha em que aos donatarios das capitanias foi concedida nos foraes de doação a alçada, sem appellação nem aggravo, em causas crimes, até morte natural para os peões, escravos e gentios, e até dez annos de degredo e cem cruzados de pena para as pessoas de *qualidade* e nas causas civeis, com appellação e aggravo, sómente quando excedessem cem mil réis; dando noticia em seguida da creação dos ouvidores e provedores em 1549, da Relação da Bahia com a denominação de Relação do Brasil, em 1606, e da do Rio de Janeiro, em 1751, das successivas creações dos juizes privativos do crime nesta cidade, juizes de fóra, ouvidores, corregedores e juizes ordinarios nas villas do interior, até ás grandes instituições judiciarias que promulgámos depois da Independencia do Brasil, o Codigo do Processo Criminal de 1632, que veio logo depois do Codigo Penal de 1830, a lei de 3 de Dezembro de 1841, que parece ter sido imposta pelas circunstancias do momento historico, e até á liberal reforma feita pelos conservadores por meio da lei de 20 de Septembro de 1871; o dr. Alfredo Pinto faz uma perfeita resenha do que tem sido a nossa organização judiciaria em todo esse vasto decurso de tempo. De incontestavel utilidade é essa synopse historica do Poder judiciario no Brasil para a instrucção dos que querem aprender, e para a recordação dos que já aprenderam. Não tivesse o dr. Alfredo Pinto revelado antes a acurada cultura do seu espirito e a sua vigorosa intelligencia nos cargos de deputado federal e chefe de policia desta cidade, e o seu excellente trabalho, de que tão rapidamente nos é dado occupar-nos neste instante, seria sufficiente para justificar a eleição do illustre compatriota para o logar de socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro, 6 de Janeiro de 1915. — *Pedro Lessa*, relator. — *Viveiros de Castro*. — *Alfredo Valladão*. »

— « Mestre na sciencia que professa, admirado e estimado em todo o paiz e no extrangeiro, eximio poeta, historiador consummado, apaixonado cultor da lingua portugueza, fino *causeur*, o professor dr. Antonio Fernandes Figueira é actualmente um dos mais auctorizados expoentes da intellectualidade brasileira.

Producto de seus proprios exforços, tem subido, confiando exclusivamente no seu real merecimento, e se afastando systematicamente dessas *egrejinhas* litterarias ou scientificas, que entre nós cream *celebridades* pelos mesmos processos com que as empresas de publicidade lançam no mercado um novo producto industrial.

Innumeros e irrecuzaveis são os testimunhos do seu alto valor como medico.

A sua obra sôbre medicina infantil (approvada unanimemente pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e premiada pelo Congresso Nacional) foi publicada em francez com um prefacio do professor Hutenel; foi traduzida para o italiano e adoptada na Italia, alta distincção ainda não conferida a nenhum outro medico brasileiro; e tem recebido os maiores elogios dos principaes especialistas da Europa e da America.

E' director da Polyclinica de Crianças (fundada pelo nosso eminente consocio honorario dr. José Carlos Rodrigues), tendo sido indicado para cargo de tanta responsabilidade pelo professor Hutenel, a quem o referido fundador da Polyclinica havia pedido a indicação de um especialista francez para dirigir o estabelecimento.

Já foi presidente da Academia Nacional de Medicina, em cujo cargo publicou o livro de Bibliographia medica brasileira, ao qual já tive occasião de me referir, no parecer sôbre outro medico illustre, o professor dr. Juliano Moreira.

E' pediatra do Hospital Nacional de Alienados e presidente perpetuo da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Tendo comparecido espontaneamente, sem a minima representação official, ao Congresso Internacional de Pediatria de Pariz (em 1912) presidiu a uma das sessões, honra que foi conferida sómente a 11 dentre os 280 especialistas do mundo inteiro alli reunidos.

O professor Meyer offereceu-lhe um banquete em Berlim, recebendo elle em Pariz identica gentileza, promovida pelos professores Hutenel, Nobecourt, Lesage e outros.

E' auctor de grande numero de monographias medicas, justamente apreciadas pelos competentes e avidamente pro-

curadas pelos que têm necessidade de estudar os respectivos assumptos.

Poeta muito estimado, sob os pseudonymos de *Alcides Flavio* e *Genuino Rocha*, o dr. Fernandes Figueira se afasta do lyrismo-erotico, que é a nota predominante na Poesia brasileira; o seu estro ora vibra indignado contra as desegualdades sociaes, ora se approxima do symbolismo, «lembra Ibsen» na phrase do nosso illustre consocio dr. Basilio de Magalhães, conceito que eu registo sem commentar, porque confesso que a minha alma fundamentalmente latina tem um instinctivo terror pelos *nevoeiros escandinavos*.

Para testimunhar o alto valor do dr. Fernandes Figueira como poeta bastará transcrever a seguinte joia litteraria — *A Virgem da Miseria*:

Dizem que o crime, o vicio, as impurezas cruas
Costumam perecer no catre do hospital...
Mentira! estás aqui, e as fórmas brancas, nuas,
Mostram á mocidade um corpo virginal.

E quantas dessas mil donzellas, que nas ruas
Ostentam do seu luxo o timbre oriental,
Valem menos que tu e que as virtudes tuas
Que affrontaram a fome, a enfermidade, o mal.

E enquanto que ellas vão do solio da riqueza
Atirando o desdém ás filhas da nobreza,
Não lhes vendo o fulgor da nobre consciencia,

Nua, deitada aqui a virgem da miseria,
Si não goza da tumba a placidez funerea,
Serve ao menos de fôrça ao braço da sciencia.

Como carta credencial para justificar a sua entrada neste Instituto, o professor dr. Fernandes Figueira apresenta a excellente «Memoria» «O Padre Antonio Vieira», com que enriqueceu os «Annaes» do Primeiro Congresso de Historia Nacional.

Não era tarefa pouco trabalhosa escrever sôbre o celebre jesuita, não sómente porque a sua individualidade enche largo periodo da nossa Historia colonial, como tambem porque sôbre Vieira havia escripto um historiador do valor de João Francisco Lisboa, considerado o melhor dos seus biographos.

Limitando o seu estudo a uma das phases da vida do padre Antonio Vieira — como superior das Missões Pará-

Maranhão — justamente para melhor aprofundar esse estudo, o dr. Fernandes Figueira deu cabal desempenho á tarefa que emprehendeu: pela linguagem castiça, riqueza da documentação, justiça dos juizos e elevação dos conceitos, a sua « Memoria » póde emular com o trabalho do notavel publicista maranhense.

Não seria possivel, no reduzido espaço de um parecer sôbre admissão de socio, analysar desenvolvidamente tão importante trabalho; percorrerei de relance as suas paginas:

Começa a « Memoria » accentuando que, quando o padre Antonio Vieira chegou ao Maranhão em Janeiro de 1653, já firmára a sua reputação como diplomata, theologo, orador e estadista; e trazia amadurecido o seu plano de defesa da liberdade dos indios, plano cujo inicio foi a provisão de 29 de Maio de 1649, dando salario obrigatorio ao serviço dos indios e concedendo-lhes a faculdade de se ausentarem das lavouras de canna e de tabaco.

Descreve o abandono em que ficaram as Missões, depois da catastrophe do Itapicurú; e a atmosphera hostil que havia na colonia contra a obra humanitaria do grande jesuita, animosidade que se exteriorizou no motim de 31 de Janeiro, apezar do espirito conciliador que elle manifestára, empenhando-se sinceramente em afastar motivos de controversias.

Uma questão de amor proprio (que faz lembrar o *hyssopo* que tão espantosa guerra suscitou na Sé de Elvas), indispoz contra os jesuitas o animo do capitão-mór Balthazar de Sousa: foi o caso que o padre Matheus Delgado, antes de iniciar um sermão, lhe não pediu a venia devida, persuadido que similhante honraria sómente fosse cabivel aos capitães-móres e governadores na vigencia do cargo de vice-reis !

A habilidade diplomatica de Vieira acalmou momentaneamente a tempestade; mas « o mar de leite occultava a calmaria. A exaltação cessou, foi celebrada a paz, e contudo nem tregua lhe poderiamos chamar. A lucta pequena, dissimulada, traduzida em picuinhas e traições, essa verdadeiramente não teve interrupção. Affrontou-a Vieira, e sómente obteve a derrota. Não lhe valeu a dedicação á causa da caridade, a tentativa de erguer um hospital, o que não po-

dendo levar a effeito a Irmandade da Misericordia, para elle entranhadamente concorreu o jesuita, até o seu leito offerecendo aos enfermos, em troca de uma esteira em que passou a dormir. Não lhe valeu prégar constantemente nas egrejas matriz e do collegio, dirigir procissões, ensinar as crianças e os indios, dispender nas Missões o cabedal das suas economias e dos honorarios de prégador d'el-rei. Foram inexoraveis os interesses subalternos dos colonos».

Com a elegante concisão de um mestre que conhece profundamente o assumpto sôbre o qual discorre, o dr. Fernandes Figueira narra todos os episodios desta lucta titanica, que o abnegado jesuita travou pela liberdade dos índios contra a sordida ganancia dos maioraes da colonia e contra a cobiça dos governadores, mais negociantes do que administradores, e tendo contra si a rivalidade das outras ordens religiosas, que lhe não perdoavam os seus triumphos oratorios, os quaes tanto augmentavam o prestigio da Companhia de Jesus.

Embora vencido na lucta, Vieira saïu engrandecido, revelou qualidades admiraveis de luctador, empregou todos os recursos do seu privilegiado talento, e impoz o seu nome á admiração dos que estudam a nossa Historia sem preoccupações sectarias, fazendo justiça aos indefessos propugnadores da civilização e do progresso no periodo colonial.

Si a caridade e a abnegação evangelica do padre Antonio Vieira não resaltassem de todos os seus actos como superior das Missões do Maranhão, bastaria para comprova-las essa admiravel excursão que elle, para apaziguar os Nhengaïbas e Tabajaras, emprehendeu á serra do Ibiapaba, «fazendo aquelle enorme percurso a pé, não raro descalço, pisando alagados, entanguido de frio pelas aguas das procellas».

Pagina admiravel, em tudo digna dos fastos da Egreja.

Enquanto os governadores, exquecidos da missão que el-rei lhes confiára, se entregavam inteiramente, salvo honrosas excepções, á avidez do lucro; e os colonos, certos da impunidade, sacrificavam os indios impiedosamente, o abnegado jesuita, o prégador de el-rei, o diplomata eminente,

o theologo consummado, trocava as commodidades da vida relativamente facil em uma capital colonial pelas agruras dos invios sertões, e descalço, como o mais obscuro peão, ia, pescador das almas, converter os selvagens, prestando ao mesmo tempo ao progresso do Brasil o relevante serviço de tornar franco e seguro o caminho do Maranhão ao Ceará.

Em synthese admiravel, assim resumiu o dr. Fernandes Figueira a vida tão cheia do padre Antonio Vieira:

«A poucas vidas se poderia applicar mais á justa do que á de Vieira o *tutto ei provó* da ode de Manzoni a Napoleão.

Quando no tumulto da restauração chega a Lisboa, um engano quasi lhe destróe a existencia.

Peregrinou em a Bahia por entre as devastações da febre amarella e tremeu entanguido nos calafrios ferozes da malaria do Amazonas.

A mão amistosa apertou a reis e a chancelleres e explicou o catechismo aos selvagens do Brasil.

Em Roma prégou em italiano no meio de applausos dos luminares da Egreja, e apodou-o o povo do Maranhão quando proferiu o sermão de Sancto Antonio.

Conheceu o poderio sob d. João IV, o quasi-olvido com a rainha-regente, o exilio e a prisão quando reinava Affonso VI.

Julgou-se o salvador de Portugal ao acconselhar a guerra defensiva na campanha a Castella, e os colonos do Maranhão o accusaram de traidor vendido á Hollanda.

Viu de perto a acclamação e a chufa, o vozerio que condemna e o grito que eleva; tentou edificar o Quinto Imperio em terras do Brasil, e lhe assacaram a pécha de encarecer o abandono de Pernambuco; dedicou a intelligencia á gloria da Fé, e a Inquisição intimou-o a retratar-se e não mais escrever ou prégar; a roupeta de jesuita illuminou-se á irradiação dos seus talentos, e a Companhia determinou expulsa-lo de seu gremio.

Abatido e exaltado, remontando e caindo, percorreu a linha ascensional de uma cordilheira; descer para subir de novo, até o ponto mais alto, o do grande repouso.»

Não menos admiravel é a synthese da sua apreciação

sôbre a catechese dos jesuitas, tão malsinada nestes tempos de officialização e laicalismo:

«O resultado maximo das Missões decorreu sempre do conhecimento perfeito, por parte dos padres, da lingua dos aborígenes.

Esse era o precioso segredo, ajudado em sua acção magica pela brandura da catechese e a ausencia de elementos civis conquistadores, para que os selvagens se conservassem por longo prazo ao lado da civilização.

Certo não a poderiam assimilar em curtas dezenas de annos, mas o trabalho lento se iria fatalmente processando.

Um historiador insuspeito como Oliveira Martins aponta as aldeias christianizadas como aquellas em que havia mais ordem e mais doçura. E alhures pondera, justificando os jesuitas de militarem pelo temporal das Missões: «As duas Missões eram inseparaveis; e nisto demonstravam os padres, como em tudo, um conhecimento da alma humana, nunca excedido, nem antes, nem depois. A prova é que as aldeias se despovoaram, que os indios regressaram á vida selvagem, fugindo de novo para o sertão, quando em 1768 os seus padres... foram expulsos do Brasil». De onde se conclue que, retirados os missionarios, ninguem mais os substituiu idoneamente.»

A «Memoria» do dr. Antonio Fernandes Figueira é obra de mestre, que por si só bastaria para lhe assegurar um logar neste Instituto, *par droit de conquête*, mesmo que se tractasse de auctor desconhecido, e não de tão egregio compatriota.

Admittindo-o nas nossas fileiras, faremos justiça ao seu merito e prestaremos assignalado serviço á Historia patria, porque é de esperar que no ambiente desta Casa, que eu já tive occasião de chamar «sacrario augusto das gloriosas tradições da nossa Historia», se torne ainda mais vivo o amor do dr. Fernandes Figueira pelos estudos historicos, prestando-nos a efficaz collaboração que temos o direito de esperar de um consocio tão operoso e competente.

Sala das Commissões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 12 de Abril de 1915. — *Viveiros de Castro*, relator. — *Clovis Bevilaqua*. — *Alfredo Valladão*.

Os pareceres são approvados unanimemente e as propostas enviadas á Commissão de Admissão de Socios, sendo relatores: da 1ª, o sr. dr. Manuel Cicero, da 2ª, o sr. dr. Antonio Olyntho, da 3ª, o sr. dr. Ramiz Galvão.

O Sr. Secretario Perpetuo lê a seguinte proposta, que é approvada unanimemente:

— « Completando a 17 de Fevereiro de 1916 o centenario do nascimento de Francisco Adolfo de Varnhagen, depois visconde de Porto Seguro, nome que pertence á nossa Historia por ser principalmente o de um de seus maiores cultores, propomos que o Instituto Historico Brasileiro celébre nesse dia uma sessão especial em homenagem a esta data, e que o Instituto convide o eminente consocio sr. dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa para escrever um trabalho sôbre a individualidade do egregio Brasileiro, trabalho esse que terá no todo ou em parte na referida sessão especial, sendo depois publicado na integra na « Revista » com um retrato do célebre historiador.

Sala das Sessões, 20 de Abril de 1915.— *Fleiuss.*— *Roquette Pinto.* »

E' lida pelo Sr. 2º Secretario a seguinte proposta: — « Temos a honra de propôr para socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o sr. professor José Cervans y Rodriguez, natural do Porto, socio da Academia de Sciencias de Portugal, socio correspondente da Sociedade de Geographia de Lisbôa, academico da Real Academia Galega-Coruña-España, socio honorario do Instituto de Coimbra, socio honorario do Real Instituto de Lisboa, membro do Consultorio dos Jogos Floraes Euskaros de San Sebastian, socio de merito e honra da Real Sociedade Economica de Granada, socio honorario da Societá Literaria Luigi Camone, socio honorario do Circolo Partenopeo Giambattista Vico, socio correspondente da Academia dei Lincei de Torino, honorario da Academia de Escriptores y Artistas de Madrid, honorario da Associação Artistico-Archeologica de Barcelona, honorario da Associação de Buenas Letras, de Barcelona, commendador das ordens: Militar de N. S. da Conceição de Villa Viçosa, Civil e Litteraria de Affonso XII; official das Ordens: do Merito Litterario e Scientifico de S. Tiago, da

Academia Franceza, da Ordem de Instrucção Publica, da Ordem de Carlos III; medalhas de ouro das: Cruz Vermelha Hispanhola, Cruz Vermelha de Portugal, Sociedade de Soccorros e Naufragos.

Servem de base a esta proposta as varias obras, que o auctor offereceu ao Instituto Historico.

Rio de Janeiro, 20 de Abril de 1914. — Dr. *Alfredo Nascimento.* — *Fleiuss.* — *Sebastião de Vasconcellos Galvão.*»

Vai á Commissão de Historia; relator o sr. dr. Clovis Bevilaqua.

O Sr. Presidente diz que, nada mais havendo a tractar, agradece o comparecimento de todos e levanta a sessão.

O sr. dr. Silvio Romero Filho representou o sr. dr. Lauro Müller, ministro das Relações Exteriores.

Encerra-se a sessão ás 22 1|2 horas.

Roquette Pinto,
2º secretario.

SEGUNDA SESSÃO ORDINARIA, EM 31 DE MAIO DE 1915

Presidencia do sr. dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva
(*1º vice-presidente*)

A's 20 e meia horas, na séde social, abre-se a sessão com a presença dos seguintes socios:

Dr. Manuel Cicero, desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, dr. Pedro Souto Maior, general dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, coronel Jesuino da Silva Mello e dr. João Coelho Gomes Ribeiro.

O Sr. Dr. Manuel Cicero (*1º vice-presidente, servindo de presidente*) diz que por motivo de fôrça maior não pôde comparecer o egregio presidente do Instituto, sr. conde de Affonso Celso.

O Sr. Fleiuss (*secretario perpetuo*) lê a acta da sessão anterior, a qual é approvada sem discussão. Communica depois o mesmo secretario que o sr. Roquette Pinto não compareceu á sessão por justo motivo.

O Sr. Presidente communica ao Instituto o fallecimento em Lisbôa do consocio dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araujo e declara que na acta da sessão será lançado, por esse motivo, um voto de profundo pezar.

O Sr. General Thaumaturgo de Azevedo pede tambem ao Instituto que seja lançado na acta da sessão outro voto de pezar pelo fallecimento do consocio dr. Luiz Rodolfo Cavalcanti de Albuquerque.

O Sr. Secretario Perpetuo diz que o Instituto se fez representar no enterro e nos suffragios mandados celebrar pela alma do digno consocio.

O Sr. General Thaumaturgo de Azevedo diz que a Commissão do Instituto incumbida de apresentar os cumprimentos ao sr. coronel Rondon em seu regresso ao Rio cumpriu o seu dever.

O Sr. Fleiuss (*secretario perpetuo*), communicando dever chegar proximamente a esta cidade de regresso de sua viagem ás Republicas do Uruguai, Argentina e Chile o illustre consocio honorario sr. dr. Lauro Müller, requer que, a exemplo dos precedentes, seja nomeada uma commissão que o saúde em nome do Instituto. Esta proposta é unanimemente approvada, nomeando em seguida o Sr. Presidente para a commissão requerida os srs. dr. general Thaumaturgo, coronel Jesuino de Mello, commandante Raul Tavares, dr. Pedro Souto Maior e Max Fleiuss.

O Sr. Secretario Perpetuo diz mais que todos os pareceres das commissões estão correndo os respectivos tramites.

Communica depois achar-se na casa o socio correspondente sr. dr. Nicoláo José Debbané, que, tendo cumprido o disposto no art. 20 dos Estatutos, vem tomar posse; requer por isso a nomeação de uma commissão para introduzi-lo no recinto.

O Sr. Presidente nomêa para esse fim os srs. Fleiuss, Souto Maior e João Coelho Gomes Ribeiro.

Dá entrada no recinto e presta o compromisso dos Estatutos o Sr. Dr. Nicoláo José Debbané, que em seguida profere o seguinte discurso:

« Exmo. Sr. presidente. Meus senhores — E' muito difficil para mim expôr-vos com precisão os sentimentos complexos que me movem neste instante: reconhecimento pela honrosa distincção que vos dignastes conferir-me, elegendo-me vosso socio correspondente, gratidão pelo alento que a vossa escolha dá aos meus exforços no extrangeiro em pról do nosso paiz e pelo auxilio que o facto de pertencer á vossa illustre sociedade prestar-me-ha no cumprimento da minha tarefa, sentimentos em mim junctos a esta commoção indescriptivel, que sacode o coração do desterrado ao vêr a patria; que agita a alma daquelle que viveu annos e annos em terras distantes, quando volta aos seus; todos estes diversos sentimentos, impregnados da indizivel impressão de socego e de quietação que experimentamos, quando estamos em nossa casa e no seio da nossa familia, após uma longa ausencia.

Para explicar-vos o que sinto, deverei analysar o raro phenomeno psychologico: o da dissociação da vida numa mesma pessôa, cujo ser material estava, pela fôrça das circunstancias, durante muitos annos exilado nas margens remotas do Nilo, ao mesmo tempo que o seu espirito e a sua alma viviam além-mar, na sua patria longinqua, accompanhando cada dia, apezar dos milhares de leguas de distancia, os acontecimentos que se davam nella; alegrando-se por seus jubilos, agoniando-se por suas dores, vibrando por suas commoções, amando-a tanto mais quanto della não podia gosar, — amando-a, não com esta delicia tranquilla e moderada dos felizes que gosam da saude ou da liberdade, mas com o amor exasperado e consumidor do doente pela saude e do captivo pela liberdade; amando-a tanto mais ainda quanto a distancia, em vez de diminuir, augmentava a sua formosura, e que tudo nella era animador e vivificador. A uma certa distancia da orchestra algumas notas erradas não se reparam: só fica a impressão de execução geral da peça musical; a certa distancia da paizagem, a desolação de algumas aldeias e a aridez de alguns sitios desapparecem: só permanece o aspecto encantador do panorama. Longe do campo da batalha, não se veem

a attitude frouxa de alguns soldados, nem os erros de algumas unidades de combate: só apparece a marcha vencedora das operações, que anima e acoroçôa o espectador.

Não conseguirei, pois, meus senhores, representar-vos convenientemente os meus sentimentos: melhor é deixar vossa propria intuição ve-los e comprehende-los.

A mim, compatriota desconhecido e quasi desterrado, vos dignastes chamar ao vosso gremio, que encerra as intellectualidades mais altas do nosso paiz, os maiores vultos da nossa terra, no dominio da sciencia, do pensamento e da acção, os grandes obreiros, de cuja sabedoria e de cuja actividade dependem os progressos do Brasil.

Si as escolhas dos socios da vossa Sociedade são apenas honrosos conhecimentos dos meritos dos eleitos, dir-vos-hei, confessando a minha falta de merecimentos, que a vossa benevolencia vos illudiu no que diz respeito á minha humilde personalidade.

Si são premios ou recompensas, essa mesma benevolencia avaliou demais os meus fracos exforços em pról do nosso Brasil, tanto mais que estes exforços, sendo simples cumprimentos de um dever categorico, não mereciam recompensa tão alta e tão magnifica.

Mas, meus senhores, outras razões vos dirigem nas vossas escolhas.

Vosso Instituto é, antes de tudo, uma alta reunião de obreiros em pról do Brasil: vossas eleições, antes de serem honrosas distincções, antes de serem recompensas valiosas, são verdadeiras incitações ao trabalho patriotico: eleger um socio quer dizer chamar um trabalhador de boa vontade para cooperar convosco na obra que proseguis, que é o bem do Brasil: unido a vós, aproveita elle a vossa sabedoria e encontra em vós o alento e o auxilio da parte que lhe incumbe nesta tarefa commum.

Assim, meus senhores, vos dignastes chamar-me, e eu ousei comparecer ao vosso banquete, apezar de não trajar a alva tunica dos merecimentos, mas apenas o simples vestuario da boa vontade.

Corri ao vosso convite tanto mais depressa quanto já soou a hora do trabalho ardente e intenso, em pról da nossa

patria, aqui, como no extrangeiro, e que, para saír das difficuldades que o enleiam, o Brasil já hasteou o signal de Nelson em Trafalgar, chamando cada um dos seus filhos a cumprir o seu dever.

Precisando eu, nesta emergencia, de novas energias e de novos alentos, em nenhuma parte poderia hauri-los mais copiosamente que no vosso seio.

Com effeito, meus senhores, qual é a characteristica e o escopo deste Instituto? Que quereis, que procuraes nas vossas reuniões?

Engana-se quem acreditar que este Instituto é apenas uma reunião de sabios sem outro fim que o deleite do proprio espirito, que a vã satisfacção da propria curiosidade ou o prazer egoïstico da propria cultura.

Erramos tambem, si vemos em vosso Instituto uma assembléa que tem por alma, apenas, estudos puramente especulativos.

Nem mesmo seria exacto dizer que o Instituto é um ponto de descanço, um refugio, onde o lidador fatigado vem repousar longe dos entrechoques do combate. Não, meus senhores; o Instituto não é a tenda de Achilles, é antes o centro da direcção da lucta, e o arsenal onde se fabricam as armas da acção pacifica, mas por isso não menos effectiva, em pról do progresso do Brasil: no frontão deste edificio vós podeis tambem mandar gravar esta divisa: « Aqui se aprende a defender a patria ».

Desde algum tempo tendes um rumo especial, que distingue a vossa sociedade de muitas outras associações; vossos estudos, vossos trabalhos se characterizam por um cunho práctico, de tal modo que todos os vossos exforços convergem para um alvo commum, o bem e o progresso do Brasil. Innumeras são as provas que manifestam esta orientação especial: basta-me lembrar os cursos que mandou organizar neste Instituto o vosso illustrissimo presidente, sôbre a Historia diplomatica, financeira, tributaria e economica do Brasil, cursos feitos pelas vossas maiores auctoridades nestas materias, com o fim de espalhar e vulgarizar o conhecimento dos assumptos que occupam ou devem occupar em breve a attenção das assembléas legislativas, do Govêrno e de cada um dos cidadãos deste paiz. Cada vez mais vos tornaes uma especie de congresso intel-

lectual permanente do paiz, uma especie de conselho de Estado technico, uma assembléa com um escopo utilitario, altruistico e generoso e, por isso mesmo, alto, nobre e glorioso.

Do meu exilio accompanhei a vossa evolução e o vosso desenvolvimento, pois que vós tambem vos desenvolvestes, conforme a grande regra da natureza que rege a herva do campo assim como a estrella, como vos lembrava, faz algum tempo, o illustre consocio sr. Felix Pacheco; vossa evolução foi, portanto, natural, isto é, providencial.

Ora, a Providencia é... previdente. Além de uma sociedade dedicada a estudos theoricos, precisava-se mais cada dia de um centro de acção intellectual práctica.

Um centro de trabalhadores em pról do Brasil, uma assembléa de intellectuaes que desempenhasse o papel pensante, organizador e vivificante, para este ser moral, que é o Brasil, era uma necessidade imprescindivel para o nosso paiz mais que para qualquer outro, mais nas circunstancias actuaes do que em qualquer epocha da nossa Historia. As proprias leis da natureza, creando ou transformando os orgãos conforme as necessidades de seres, deram esta feição nova ao vosso gremio.

Com effeito, o problema da civilização, ou, mais ainda, o da regeneração de um paiz encerra sempre uma parte psychologica e moral, e esta parte é talvez mais importante no Brasil que nos outros paizes.

Assim, o que se chama nossa crise actual é crise psychologica antes que material.

De facto, donde provém esta crise e qual é o seu cunho distinctivo?

Perdeu, porventura, o nosso subsolo os seus thesouros, o nosso solo a sua fertilidade, o nosso sol a sua virtude fecundante?

Perdeu o nosso povo os seus predicados de intelligencia e de resistencia?

Perdeu repentinamente a nossa nação as suas qualidades e os seus dons?

Houve um cataclysmo geral que abysmou a nossa terra e a nossa alma?

Não, senhores!

O nosso subsolo continúa rico, os nossos rios fluentes, a nossa terra uberrima e o nosso sol vivificador. Apezar das apparencias contrarias, tudo o que escreveu, faz agora quinze annos, o illustrissimo presidente deste Instituto, sôbre os motivos que temos de ser ufanos do nosso paiz e de nós mesmos, continúa rigorosamente exacto.

Então, que se deu?

Deu-se este facto humano, verdadeiramente humano.

A herdade que nos foi dada era immensa, e poucos eram os trabalhadores. A nossa tarefa era mais difficil, mas por isso mesmo mais gloriosa que aquella que incumbiu a outros paizes; vinte milhões de homens tiveram que explorar uma superficie egual á da Europa com os seus quatrocentos milhões de trabalhadores.

Illudimo-nos a respeito da importancia da nossa tarefa.

Acreditámos que precisavamos trabalhar quanto permittiam as nossas fôrças, quando era preciso trabalhar «*mais do que promettia a fôrça humana*». Incumbiu-nos a obrigação de ser, não homens, mas sobre-homens, mas heroes, pois que ás vezes o heroismo é dever simples.

Vendo que o fructo do nosso trabalho estava ainda longe, parámos cançados.

Parámos desanimados. Alguns abandonaram a lucta; outros, recuperando a energia depois de ter descançado, continuaram a trabalhar, mas por si só, e por sua parte, sem fazer caso dos outros. Não havendo direcção unica, não havendo ideal commum, não havendo mais concentração dos exforços, não havendo mais uma directriz geral, estes exforços esporadicos não prestaram para nada, porque, si a união faz a fôrça, a disseminação não póde produzir sinão fraqueza. A falta de solidariedade produziu o individualismo, o qual por sua vez gerou o egoïsmo feroz. O cansaço tirou o desejo de trabalhar, mas não apagou o appetite natural para gosar; o problema tornou-se, para alguns, achar o modo de gosar o mais, trabalhando o menos, ou mesmo de gosar sem trabalhar; outros não desejaram nem gosar nem trabalhar, ainda outros continuaram a gastar cégamente a sua energia, mas em cousas improficuas.

A consequencia foi o torpôr geral.

Podemos exforçar-nos, mas esmorecemos, vendo que ninguem harmoniza os nossos exforços, ninguem os regula, mas varios os estragam; ninguem os concentra, mas muitos os dissipam; ninguem nos alenta, mas todos nos acobardam.

Entretanto, ao fundo das cousas, a nossa alma e o nosso corpo nacional permanecem sãos; somos anemiados, mas não aleijados; narcotizados, mas não paralysados; soffremos de uma crise transitoria, mas não de uma enfermidade insanavel.

Os mananciaes da nossa energia não estão exhaustos; mas esta energia, em vez de fluir no canal que a leva ás grandes officinas do trabalho util, se desvia numa fenda deste canal, e se perde no abysmo do pessimismo e do desânimo.

Para este mal de ordem moral precisamos um remedio de ordem moral, e para administra-lo precisamos de um orgão que oriente a energia dos egoïstas e dos indolentes (simples variedade de egoïstas), para o trabalho util e altruistico, que anime os obreiros desalentados, e, mais do que tudo, que ensine o que se deve fazer para coordenar as diversas energias que ficam estereis só por serem dissociadas.

Qual será este orgão ?

A voz pública, a consciencia da nação? Devemos contar com a influencia reciproca de cada um dos nossos compatriotas sôbre o outro para regenerar a alma nacional, como o que se daria em casos analogos em muitos outros paizes?

Não, porque a nossa formação é inteiramente especial.

Ha paizes em que os diversos elementos da sociedade estão mais ou menos a um mesmo nivel, como em certas formações geologicas, nas quaes longa evolução levantou as partes baixas, tornando toda a região um planalto, onde os rios correm com diversos rumos, e onde nada impede as communicações nem a compenetração reciproca dos elementos. Em taes casos, a voz emittida em qualquer ponto é ouvida em toda a superficie da região, e a luz, accesa em qualquer parte, é vista de qualquer outro logar; assim nascerá uma opinião pública ou uma alma nacional.

Noutras regiões, porém, onde não se acabou esta evolução, as partes não chegaram ao mesmo nivel; ha camadas geologicas como sociaes, ha valles e montes, ha picos e abysmos. E' verdade que ha innumeras pontes para atravessar os

abysmos e degráos para subir aos montes; mas pontes e degráos, si vencem o abysmo, não o fazem desapparecer.

Nestas regiões, a voz sôlta ou a luz accesa numa fralda do monte não póde ser vista ou ouvida longe. Em taes regiões é difficil haver uma opinião verdadeiramente geral, uma alma universal para todo o paiz.

Em terreno tão accidentado, pois, para dar os signaes aos habitantes do valle, precisa-se escolher o ponto mais alto e mais visivel do territorio e alli edificar o pharol ou o campanario.

Qual será, porém, esse logar onde brilhe o fogo que dirije e illumine?

Caberá esta funcção educadora ao Govêrno? Não, meus senhores, porque esta acção se deve exercer pela influencia moral e não pela fôrça administrativa. O Estado tem outras funcções. O Poder Judiciario julga, o Legislativo delibera, o Executivo executa; mas precisa-se de um orgão para pensar, estudar, organizar, acconselhar, preparar, facilitar, animar, sustentar, corrigir.

Este papel é justamente o que o vosso Instituto está desempenhando.

Para preencher estas funcções, que se subdividem em innumeras especialidades, precisa-se da synthese e da cooperação de todas as fôrças intellectuaes do paiz em ramos muito diversos. E, precisamente, similhante synthese só se encontra no vosso Instituto.

Os vossos consocios pertencem a todas as classes, profissões e especialidades que cooperam no adeantamento do Brasil; nas classes pensadoras, nas classes dirigentes, e nas classes docentes. No vosso recinto, o ministro de Estado se encontra e coopera com o professor, o juiz com o almirante, o mathematico com o escriptor e o philologo com o deputado. São trabalhadores em diversos officios, reunidos para a construcção de um mesmo edificio.

Que proveito fruirá o Brasil da nova feição que ides adoptando, é facil ve-lo pelos resultados de uma experiencia que foi feita em materia identica, e que deu os mais brilhantes resultados.

Rarissimas são as experiencias no dominio da sciencia

social; mas neste assumpto encontramos uma, que é preciosissima, não sómente pelos seus resultados, mas tambem pelo valor do seu auctor, que não é outro sinão o grande Napoleão: quero fallar do Instituto do Egypto.

Numa conferencia que tive a honra de fazer aqui, ha algum tempo, salientei que quasi todas as idéas postas em execução por Napoleão imperador já existiam numa fórma embryonaria no espirito do general Bonaparte: grande verdade annunciava o poeta francez quando dizia: *Déjà Napoléon perçait sous Bonaparte*.

Pois bem, meus senhores: Napoleão, que mais tarde devia dar vida nova ao Instituto de França e esperar sobretudo desta corporação de sabios a regeneração da sua patria sacudida pela esteira da revolução, já achava que não sómente a *regeneração* de um paiz, paiz anemiado, mas tambem a *civilização* de um paiz primitivo só podiam ser feitas por meio de um centro de estudos e de influencia moral com fundações quasi identicas ás da nova feição, que vós agora ides tomando.

O general corso zarpou para o Egypto com o intuito, não de occupar militarmente esse paiz, mas de annexa-lo definitivamente ao dominio francez, de fazer das margens do Nilo um prolongamento da França além do Mediterraneo, de fundar alli uma *America Mediterranea* para dar á França uma compensação por colonias perdidas. Precisava-se, pois, não sómente conquistar, mas civilizar o Egypto, ou antes renova-lo.

Esse resultado não podia ser alcançado nem pela fôrça das armas nem por leis e decretos. O general Bonaparte o sabia, antes mesmo de saír da França; por isso, a frota que zarpou para o Egypto, no anno de 1798, levava não sómente canhões, armas, petrechos e soldados, mas tambem os sabios mais illustres da França dessa epocha, como Monge, Lepére, Arago, Dolomieu, Berthollet e muitos outros.

Dentro apenas de um anno após o seu desembarque, apezar da lucta continua e sem esperar mesmo a pacificação do Egypto, Napoleão organizava o Instituto Egypcio, pois era precisamente este Instituto, que devia tambem operar esta pacificação.

Ora, é interessante vêr o curioso papel que o general Bonaparte deu a esse Instituto. Não quiz fazer delle uma sociedade

de estudos especulativos, mas antes um centro vivo de acção, um gremio de trabalhadores intellectuaes com intuitos prácticos, uma especie de *conselho de Estado technico*: o Instituto devia ser o cerebro pensador e organizador da vida do paiz.

A funcção deste conselho era tanto mais effectiva quanto era officiosa.

Absorvidos pela parte administrativa de suas funcções, é humanamente impossivel aos membros do executivo se dedicarem a outra cousa. Quanto ao legislativo nunca uma questão de grande interesse para o paiz, atirada bruta e informe no seio das assembléas legislativas, podia ser estudada imparcialmente em meio das paixões politicas e dos interesses partidarios. Ao legislativo competia decidir, mas a questão devia antes ser estudada com vagar, examinada por especialistas, e apresentada tendo a seu pról a auctoridade de sabios competentes e imparciaes, *fóra e acima* das luctas politicas. O Instituto desempenhando este papel era assim o cerebro, o orgão pensante, iniciador e aperfeiçoador do Govêrno.

Não tendo nenhum character official gozava assim de maior liberdade.

Não havia nenhuma intromissão official do Govêrno no Instituto, nem do Instituto no Govêrno.

Era, porém, grande sua influencia moral e, em troca da fôrça moral, dizia Eduardo VII estar prompto a abrir mão de qualquer poder!

De que modo se exercia esta influencia, e como o Instituto desempenhava seu papel, isso variava segundo as circunstancias. A's vezes, o general Bonaparte adiava officialmente um assumpto para ser estudado, preparado e discutido no Instituto, afim de que o voto deste lhe servisse de exclarecimento, como quando se tractou de organizar os impostos e o ensino práctico no Egypto conquistado.

Outras vezes, o Instituto discutia e estudava espontaneamente os assumptos: o valor dos membros do Instituto era tão reconhecido, que o seu parecer era quasi sempre acatado no Govêrno.

Em outros casos, enfim, as communicações e os trabalhos do Instituto tinham por fim crear indirectamente o ambiente que era necessario para crear e preparar o estudo das questões,

que em breve deviam servir de assumpto de discussão ou regulamentação do Govêrno.

Assim, precisamente, vós mesmos fazeis agora, quando organizaes cursos sôbre a Historia financeira ou economica do paiz.

Nunca Napoleão pensou em sujeitar o Govêrno á opinião do Instituto, mas sempre o convidou a ouvi-la e pondera-la.

Si me demorei sôbre esta feição práctica e patriotica dos institutos de Napoleão, o Instituto de França e o Instituto do Egypto, é porque precisamente o pensamento napoleonico teve a sua repercussão sôbre d. Pedro II, o qual ficou grandemente impressionado pelo papel do Instituto do Egypto, cujas tradições e modo de trabalhar estudou longamente. Já relatei que estudos para o uso do Brasil d. Pedro mandou fazer no Instituto do Egypto, especialmente sôbre a cultura do algodão, da canna de assucar, do fumo e do café, sôbre a refinação do oleo do caroço do algodão e varios outros assumptos. Mas, o que era mais importante que tudo isso, era a feição napoleonica da *cooperação do Instituto no Govêrno*, plano que já concordava com as suas proprias idéas, que levou consigo e que não pouco influiu sôbre a importancia especial que dera ao vosso proprio Instituto.

Vós sois, pois, meus senhores, um dos factores mais importantes do desenvolvimento da vida do paiz.

Mas que é a vida, sinão como sabeis, o intercambio com o exterior?

Os seres apenas são viventes por terem um constante movimento de permuta com o ambiente externo: só os corpos inanimados, como os crystaes, se modificam por um movimento interno da sua propria substancia.

Os seres vivos, mas inferiores, como as plantas e as esponjas, ainda que se desenvolvam lentamente pela nutrição exterior, não vão buscar elles mesmos a sua propria alimentação: esperam, pegados á rocha, que o ar, a terra ou o mar lhes levem o que precisam. Tanto mais, porém, os seres são superiores quanto mais são activos; não esperam que os alimentos venham, elles vão procura-los, e a zona da sua actividade e de sua mobilidade é tanto mais extensa quanto estes seres são mais perfeitos.

Esta lei biologica é tambem lei social e economica.

Não communicar com o exterior é ser morto.

Não nos podemos desenvolver, a não ser pela permuta das nossas riquezas com o mundo exterior. *Antes que este intercambio se opere, os nossos productos, por valiosos que sejam, não são riquezas: são apenas «possibilidades» de riquezas*: não se transformarão em riqueza effectiva sinão depois da troca feita.

Mas, para este intercambio necessario á nossa vida, esperaremos aqui tranquillamente que os negociantes extrangeiros venham para vender-nos os seus productos e comprar-nos os nossos, impondo-nos os preços e condições que quizerem e não as que nós quizermos? Continuaremos a não importar e a não exportar nada, deixando sómente os extrangeiros importar o que precisamos e exportar o que precisam, *fazendo assim depender a nossa propria vida economica, não da nossa propria actividade, mas exclusivamente da actividade dos negociantes extrangeiros?*

Esperaremos, de braços cruzados, que o mar nos traga os alimentos de que precisamos?

Mas isso, meus senhores, seria exactamente *viver como vivem as ostras* e os *mexilhões, collados ao rochedo.*

Isso seria viver uma *vida inferior*, uma vida abaixo da nossa dignidade: isso não é viver!

A unica vida, que é condigna de nós mesmos, é a vida pela nossa acção no exterior, pela conquista de novos mercados para nossos productos, pelo aperfeiçoamento da collocação dos nossos generos nos antigos mercados, pela occupação effectiva do logar que nos cabe na sociedade das nações. Em resumo, precisamos viver como *seres superiores*, que vão aonde querem, que podem procurar elles mesmos o que precisam, que só dependem de si mesmos para ter os alimentos de que necessitam.

Para isso teem os seres superiores garras e braços, teem orgãos de tacto e de prehensão.

Para o paiz este orgão de tacto, de prehensão, de acção no ambiente externo, é a sua Diplomacia.

Qual seria o papel da Diplomacia, si não fosse o do braço que procura os alimentos necessarios á vida economica

da nação, que lhe revela o que é frio e o que é quente, o que é liso e o que é aspero no mundo exterior?

Posto deante dos olhos este axioma, *que um paiz se não póde desenvolver sinão fôr por sua acção no exterior*, apparece numa fulguração de evidencia esta outra verdade, que debalde trabalhar-se-ha, debalde desdobrará o paiz toda a sua energia, debalde cada um dos cidadãos, cada um dos outros orgãos officiaes, cada um dos outros serviços públicos gastará os seus exforços, si a Diplomacia não conseguir desempenhar activa e intelligentemente o papel que lhe cabe.

Ai de um paiz cuja Diplomacia é inferior á tarefa que lhe incumbe! Ai do homem robusto e vigoroso, mas de braços paralysados, ao qual é impossivel tomar os alimentos de que necessita! Que vida é a deste *hercules aleijado*, que por falta de braços não está em contacto com o mundo exterior, que não póde pegar por si mesmo naquillo que precisa e que só vive graças a alguns mercenarios, que lhe mettem parcimoniosamente os alimentos na bocca!

Preferivel é para um paiz ter imperfeições, erros e desacertos em todos ou outros ramos dos serviços públicos, que na sua Diplomacia, porque essas faltas prejudicam apenas um serviço unico, quando as da Diplomacia prejudicarão o conjuncto de todos os serviços, do mesmo modo qua a paralysia dos braços estorva a nutrição de todo o corpo.

Erros e desacertos nos serviços interiores do Estado são facilmente reparados e por isso curados; a indolencia e a inactividade do diplomata passam despercebidas, e os seus effeitos nocivos só se manifestam tarde demais.

Um funccionario público, de um serviço interior, que falta aos seus deveres, falta por assim dizer apenas na propria casa e deante dos olhos dos seus; o diplomata incapaz ou indolente não prejudica apenas o ramo do seu serviço, mas a propria consideração e boa opinião, o proprio credito moral e material do seu paiz, e isso deante dos olhos dos extrangeiros.

Exasperado pelas insolencias do ministro hollandez acreditado na França, o rei Luiz XIV fez guerra á Hollanda. Vencida, a Hollanda pediu a paz, apresentando desculpas. Feita a paz, o novo ministro hollandez reprochou amigavelmente a Luiz XIV de ter feito tanto caso dos actos e da inca-

pacidade do precedente representante hollandez, «o qual, disse o novo ministro, era apenas um imbecil ou um louco». «Nós tambem temos muitos imbecis e loucos na França», respondeu Luiz XIV, «mas... não os encarregamos de nos representar juncto ás nações extrangeiras»!

Um diplomata brasileiro, meus senhores, deve ser um *bandeirante da acção economica do Brasil*.

Bandeirante, não se deve contentar de executar as instrucções do seu estado-maior; incumbe-lhe mais, incumbe-lhe ter iniciativa, incumbe-lhe, tractando-se de regiões novas, de ir espontaneamente á descoberta e inteirar aos chefes do que ahi está.

A primeira qualidade que se exige deste bandeirante é ter enraizado no mais intimo da alma o sentimento do dever.

Este sentimento da obrigação deve ser ainda mais vivo e mais ardente no coração do diplomata que no do official de Marinha ou do Exercito, porque estes são animados pelos chefes e subordinados que os accompanham, mas o diplomata vive longe e vive sósinho. Na sua solidão em paizes remotos, este sentimento bastará para levar o diplomata a resistir á tentação de se abandonar ao descanço ocioso, para guiar o diplomata no que deve fazer em caso de falta de instrucções precisas, para anima-lo a observar, buscar e considerar espontaneamente o que póde ser util ao seu paiz sem que seja preciso empurra-lo continuamente por ordens ou instrucções.

Sem esta profunda comprehensão do dever, sem este zêlo abrazador, nada mais facil para um diplomata que tornar nullas as suas funcções, nada mais facil que transformar o seu cargo, em *ocio sem dignidade*, nada mais facil que não fazer nada, tanto mais que, si os erros são ás vezes censurados, a indolencia passa sempre impune, pois que nada é mais facil que dar ao público a illusão enganadora de um trabalho que se não faz, ainda que haja nisso mais estupidez que indolencia, si considerarmos que custa menos trabalhar effectivamente que simular exforços!

Quanto, pois, precisa um paiz comprehender a importancia do papel do diplomata para seu desenvolvimento e quanto precisa o diplomata avaliar a grandeza e a nobreza das funcções que lhe incumbem!

Encarei as obrigações do diplomata apenas no que diz respeito ao progresso economico do paiz que representa, porque estas são as principaes obrigações do diplomata brasileiro, digo, propositadamente do diplomata, e não sómente do consul, porque é ao diplomata ainda mais que ao consul que incumbe o dever de velar pelo desenvolvimento economico de seu paiz.

No meu humilde modo de ver, julgo que erra o diplomata que deixa o cuidado das questões economicas aos consules, como si estes assumptos estivessem abaixo da dignidade da Diplomacia.

Outras podem ser as funcções que incumbem a um diplomata francez, inglez, russo ou allemão, por exemplo; mas o diplomata brasileiro, representante de um paiz que não tem a propria ou impropriamente chamada *grande politica* exterior, que não tem politica colonial, militar ou naval, representante de um paiz que é apenas um paiz agricola, que não póde viver nem se desenvolver sinão pela collocação dos seus productos nos mercados extrangeiros, o diplomata brasileiro deve ser sobretudo o agente do desenvolvimento economico do seu paiz. Esse é o seu papel principal e ás vezes o seu unico papel. Si o não desempenhar, perguntar-se-lhe-ha, que então tem elle que fazer?

E este papel não é de pouca importancia.

Quão poderosa alavanca para o desenvolvimento economico de um paiz póde ser a sua Diplomacia, é uma verdade de que não fui inteirado pelo raciocinio nem pelos livros: vi-a com os proprios olhos, tacteei-a com os dedos, como si tivesse um corpo material.

Antes de receber a minha missão das auctoridades officiaes, recebi-a de uma auctoridade ainda mais poderosa: a das circunstancias. Não foi preciso para mim dirigir-me para o campo de uma lucta economica encarniçada: vim á luz da vida neste campo; não entrei nas fileiras da nossa acção, no exterior, nasci nellas. Filho e neto de Brasileiros, que estiveram no extrangeiro como representantes do Brasil, vi a luz precisamente no theatro da contenda economica mais animada de todos os povos do mundo. Já avançado em annos era meu pae, quando cheguei á edade adulta, de modo que era para

nim um simples dever a mais inteira cooperação, que eu lhe pudesse dar. Assim, os primeiros espectaculos que tive deante dos olhos eram os da lucta economica entre as diversas nações do mundo para se apoderarem dos ricos mercados do Leste Mediterraneo: assistia cada dia ás peripecias da lucta, vi manobrar os exercitos e tomar os espolios, vi nações graças á sua activa diplomacia economica lucrarem quantias avultadas, e outras, outr'ora soberanas, serem vergonhosmente expulsas do seu antigo predominio.

Assim, senhores, os meus primeiros cuidados de moço não eram outros sinão o do desenvolvimento da nossa acção no extrangeiro, e os meus primeiros desejos eram os de dar ao nosso paiz neste vasto campo de desenvolvimento economico o logar que lhe é destinado, e o meu constante soffrimento era ver o nosso paiz deixar perder a maior parte da rica mésse que lhe pertencia neste campo e que outros vinham segar.

Com effeito, milhões de libras esterlinas, a nós destinadas, representando o valor dos nossos proprios productos que o Oriente compra ou quer comprar, são colhidos por outros, e ao mesmo tempo que nos queixamos de não saber onde e como collocar os nossos productos, desleixamos e abandonamos mercados tão preciosos!

Ah! meus senhores, quanto differem as idéas daquelle que viu o exercito nas manobras e nas guerras, dos conceitos daquelle que só viu nos quarteis, nas revistas e nas formaturas de parada! Quanto caso fará o primeiro observador da efficiencia do tiro, do valor e da resistencia dos soldados e da sciencia e habilidade dos chefes, e quão pouca será a importancia que attribuirá ao brilho dos botões da farda, á fórma do pennacho e ao talento do solista da banda regimental!

Essa é a grande licção que recebe o que accompanha os campos da lucta oriental.

Nada mais que o clarão dos canhões e dos incendios da guerra economica revela, quão vã e ôca, quão lastimavel e triste, é a Diplomacia de parada, a Diplomacia dos salões, dos *bridgs*, dos *five-ó-clock-tea* e dos jantares. Nesta Diplomacia Talleyrand pensava quando disse que para ser diplomata bastava não ser nada, mas para ser diplomata perfeito precisava-se, além disso, ter um bom cozinheiro e um bom

estomago: mas Talleyrand disse isso por ter sido Talleyrand, e foi Talleyrand apenas por não ter sido nada, e por ter tido outra cousa, além de um bom cozinheiro e de um bom estomago.

Quanto acertou, pois, o vosso consocio titular da pasta do Exterior, o illustrissimo ministro Lauro Müller, orientando a nossa Diplomacia para o lado util, para o lado commercial e economico. Engenheiro, o que quer dizer mathematico, não podia deixar de ser positivo e práctico.

O nosso diplomata, pois, tem que fazer o que faz qualquer representante de uma grande casa commercial. Não ha neste papel, apparentemente modesto, nada que esteja abaixo da dignidade da nossa Diplomacia.

O senhor, do qual a Diplomacia brasileira é serva, não é um fidalgo ocioso, rebento debil de uma estirpe desvigorada, que, receioso de callejar as mãos delicadas, aperta apenas as mãosinhas macias das pallidas e franzinas donzellas da aristocracia; ao contrario é um varão robusto, filho de gaúchos varonis, de broncos vaqueiros e de vigorosos sertanejos, é da nobreza sã e viril conferida pelos exforços e pela lucta, é proprietario de engenhos de assucar, de seringaes, de plantações de café e de algodão. E' um fazendeiro que tem valiosos productos para collocar e quer colloca-los para augmentar os seus recursos. Bem é, pois, que frequente a sociedade, que lhe é practicamente util e que não despreze a companhia dos freguezes. Quer desenvolver aquelles recursos por ter numerosas cargas de familia. Quer ser rico: nascendo, foi baptisado pela fórmula sagrada «independencia ou morte» e quer se rico, porque pobreza é escravidão, quer ser rico para ser forte, e ser forte, porque assim o manda a dignidade humana, porque fraqueza é mais que um crime.

Prudente e práctico, este fazendeiro collocou ao redor do seu brazão de nobreza humildes amostras dos productos de sua terra, para que a Diplomacia que o serve, si quizer ás vezes voar, passada a região das nuvens, onde não se vê nada, e chegando ao céo das constellações, visse cercando as estrellas das nossas armas nacionaes, modestos ramos de café e de fumo, erguidos á altura sideral — o que é ao menos symbolico, si não fôr muito esthetico.

Meus senhores.

Do cabo S. Roque até ao Acre e do Amazonas até á lagôa Mirim, não ha um filho do paiz que não anhele que nossa patria torne a desenvolver a sua vida economica, tanto no interior como no exterior, o que quer dizer que não anhele a nossa transformação e regeneração.

Mas esta regeneração se não póde realizar apenas com uma boa vontade *affectiva*, precisa-a *effectiva*.

Mas, a quem incumbe agir?

Só ao Govêrno?

O maior êrro de uma nação, que procura a sua regeneração, é contar só com o Govêrno, e não tambem e antes consigo mesmo, e de se queixar só do Govêrno e não de si mesmo.

Emanação de nós mesmos, o Govêrno não é sinão o que somos. Producto natural do povo, para salva-lo e regenera-lo, os Govêrnos não têm outros predicados sinão os mesmos que já tem o proprio povo para ser salvo.

A nação é um medico adoecido, que só elle conhece o remedio da molestia de que soffre: o Govêrno é um enfermeiro carinhoso e habil, que póde grandemente auxiliar a cura; mas só o doente póde se medicar a si mesmo.

A acção do Govêrno, para se realizar, precisa ser levada, por assim dizer, pelo conjuncto das energias atomicas, que constituem a alma da nação.

Para produzir effeitos precisa achar o terreno já preparado.

Ora, é a vós, meus senhores, que cabe a formação, e é de vós que depende a manifestação destas energias atomicas salvadoras.

E' a vossa influencia moral, são os vossos estudos e o vosso ensino, são os vossos conselhos e a vossa acção patriotica directa ou indirecta, que produzirão no paiz o ambiente propicio para que o progresso continue e ande de passo ainda mais accelerado que outr'ora.

Muito acertastes adoptando a vossa nova feição e o vosso novo espirito, que originará um novo Brasil.

E assim, meus senhores, justificais hoje o vosso titulo de Instituto Historico e Geographico: Geographico, não porque

vos abysmeis em vãs minucias da sciencia de nossa terra, mas porque ensinaes o modo de aproveitar, para o nosso desenvolvimento, as riquezas do nosso paiz e nos animaes a grangea-las; Historico, não tanto porque conservaes e relataes a nossa Historia, mas antes, porque sois vós que estaes fazendo e creando a Historia do Brasil.» (*Calorosos applausos.*)

O Sr. Dr. Ramiz Galvão (*orador*) profere o seguinte discurso em resposta ao sr. dr. Nicoláo José Débbané:

« Sr. presidente, dignissimos collegas, sr. Nicoláo Débbané, prezado consocio — As bellas palavras que acabamos de ouvir confirmam o acêrto com que esta companhia vos chamou para o seu gremio.

Ereis conhecido de todos nós pela noticia dos relevantes serviços que prestaveis á Patria, longe della, em paiz remoto. Já ereis aqui prezado em virtude dessa interessantissima Conferencia, que fizestes no Instituto Egypcio, da cidade do Cairo, sôbre a personalidade de d. Pedro II, o querido e sempre lembrado protector do Instituto Historico Brasileiro. Os justissimos conceitos, que alli exarastes sôbre o grande patriota que dirigiu os destinos deste paiz por espaço de meio seculo, preparando-o com o auxilio de prestimosos estadistas para o papel que elle deve representar no mundo, — esses conceitos desapaixonados e sinceros echoaram naturalmente do modo mais sympathico sôbre os nossos corações e deram de vosso culto espirito uma idéa alevantada, que hoje se consolida.

O nosso segundo imperador foi de certo o mais activo e prestigioso diplomata, que tivemos no seculo passado juncto ás nações extrangeiras, que visitou em suas viagens memoraveis de 1871 e 1876 ao Velho Mundo e á grande Republica da America do Norte. Não fez então convenções nem tractados, não tomou parte em Congressos, não conferenciou com ministros, — mas deu do Brasil, sua patria querida, tão alta idéa, representou tão galhardamente a nossa cultura, a nossa avidez de saber e de progresso, os nossos sentimentos de confraternização internacional, que, bem se póde dizer, abriu uma nova éra para o historia desta gloriosa terra, de que todos nos ufanamos. Dos grandes e notaveis serviços que prestou ao seu berço o neto de Marco Aurelio, como o chamava Victor Hugo, este não foi um dos menores certamente.

A vossa homenagem, sr. Debbané, foi, portanto, um acto de grande justiça, a que o Instituto Historico se confessa reconhecido.

Discorrestes, illustre consocio, com largueza de vistas, sôbre o papel que cabe a esta aggremiação de eruditos Brasileiros, mórmente depois que, em obediencia á orientação nova, ella não se limita a prescrutar o passado, — missão importante que aliás não descura. Alludindo aos nossos cursos recentemente organizados, tivestes a gentileza de qualificar o Instituto — « centro de direcção da lucta, e arsenal onde se fabricam as armas da acção pacifica e effectiva em pról do progresso do Brasil; especie de congresso intellectual permanente do paiz, assembléa com escopo utilitario, altruista e generoso, e por isso mesmo alto, nobre e glorioso ».

Gentilissimas expressões, illustre consocio, e que traduzem até certo ponto os nossos patrioticos intuitos.

Não é que tenhamos a pretenção de dar normas a govêrnos nem intervir descabidamente em negocios públicos, entregues, como elles devem ser, a mãos competentes e experimentadas.

Mas a Historia, como a entendemos, abrange todos os ramos da actividade humana. Estudando-a, esmerilhando-a á luz do mais acendrado patriotismo, preparamos tambem caminho para a acção administrativa efficaz, illuminamos a estrada do porvir em que serão batalhadores nossos filhos, semeamos idéas que hão de fructificar no correr do tempo para lustre e gloria da Patria.

Na phase perturbada que atravessamos, já por equivoco nosso, já por effeito dessa tremenda convulsão que agita o mundo e cujas consequencias ainda não é licito medir com precisão, nesta phase, mais do que nunca, o Brasil republicano carece da luz de todos os seus filhos, da cooperação de todas as fôrças vivas do paiz, desinteressada e patriotica, sem a paixão dos corrilhos politicos, sem a animosidade de velhas desaffeições, sem a lucta esteril de interesses offendidos.

Parece que chegámos a uma daquellas situações criticas, em que o maximo de coragem e de abnegação se faz indispensavel para atravessar uma ponte d'Arcole symbolica e perigosa. « Suivez votre général » exclamou o genial Bonaparte naquelle

passo difficil da campanha de Italia. E os soldados francezes electrizados correram á victoria.

Assim convém egualmente que sigamos unidos, compactos, o pendão auri-verde dos que nos apontam a estrada do dever deante dos temerosos embaraços, que o Brasil encontra na sua marcha.

E ahi está porque nos rejubilamos, nós os do Instituto Historico, com a entrada de mais um soldado prestante e valoroso para fortalecer as nossas fileiras.

Sêde bem vindo, sr. Débbané.

(*Applausos prolongados.*)

Nada mais havendo a tractar, levanta-se a sessão ás 22 horas.

DR. PEDRO SOUTO MAIOR,
Servindo de 2° secretario.

ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINARIA, EM 28 DE JUNHO DE 1915

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's vinte horas e trinta minutos, na séde social, sob a presidencia do sr. conde de Affonso Celso, presentes os seguintes socios srs.: conde de Affonso Celso, Max Fleiuss, dr. Edgard Roquette Pinto, dr. Pedro Souto Maior, dr. Nicoláo José Debbané, dr. Alfredo Valladão, dr. Alfredo Rocha, dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, dr. João Coelho Gomes Ribeiro, general dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, dr. José Americo dos Santos, capitão de corveta Raul Tavares, dr. Augusto Tavares de Lyra, capitão de corveta Francisco Radler de Aquino e dr. João Luiz Alves, abre-se a sessão.

O SR. DR. ROQUETTE PINTO (*2° secretario*) lê a acta da sessão anterior, que é sem debate approvada.

O SR. FLEIUSS (*secretario perpetuo*) lê os seguintes pareceres da Commissão de Admissão de Socios:

— «O sr. dr. Antonio Fernandes Figueira é um nome sobejamente conhecido por seu valor intellectual e moral.

A Commissão, pois, recommenda com empenho a approvação da proposta que o indica para socio effectivo.

Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1915. — Dr. *Benjamin Franklin Ramiz Galvão,* relator. — *Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho.* — *Manuel Cicero Peregrino da Silva.* — *Antonio Olyntho dos Santos Pires.* »

— « O illustre homem de lettras, sr. dr. Arthur Pinto da Rocha, é um nome de todos conhecido pelas várias obras de que é auctor, e com as quaes muitos applausos ha grangeado. Não fôra isso, e ainda teriamos no sr. Pinto da Rocha um character elevado e um trabalhador incansavel, digno em tudo de fazer parte deste gremio.

A Commissão de Admissão de Socios, pois, não só apoia a proposta que o indicou para socio effectivo, como recommenda a sua approvação com o maior empenho.

Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1915. — *Manuel Cicero Peregrino da Silva,* relator. — *Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho.* — Dr. *Benjamin Franklin Ramiz Galvão.* — *Antonio Olyntho dos Santos Pires.* »

— « A Commissão de Admissão de Socios acha que a proposta que indicou o sr. dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello para socio effectivo merece a sancção do Instituto, tractando-se, como se tracta, de um homem de alto valor, digno em tudo da consideração que todos lhe tributam.

Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1915. — *Antonio Olyntho dos Santos Pires,* relator. — *Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho.* — Dr. *Benjamin Franklin Ramiz Galvão.* — *Manuel Cicero Peregrino da Silva.* »

— « O sr. dr. Aurelino Leal, pelos trabalhos de que é auctor, bem como pelas suas nobres qualidades intellectuaes e moraes, digno por isso da admiração que todos lhe rendem, está perfeitamente nos casos de merecer deste Instituto a approvação da proposta que indica o seu nome para socio effectivo.

A Commissão de Admissão de Socios julga, pois, que deve ser approvada a mesma proposta.

Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1915. — *Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho,* relator. — *Manuel Cicero Peregrino da*

Silva. — Dr. *Benjamin Franklin Ramiz Galvão.* — *Antonio Olyntho dos Santos Pires.* »

— « A Commissão de Admissão de Socios nada tem a oppôr á proposta que indicou o nome do sr. dr. Antonio de Barros Ramalho Ortigão para socio effectivo do Instituto, antes, felicita-se pela nova acquisição de um estudioso de valor, pois reconhece no illustre proposto todas as qualidades necessarias para muito auxiliar a nossa aggremiação.

Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1915. — *Antonio Olyntho dos Santos Pires,* relator. — Dr. *Benjamin Franklin Ramiz Galvão.* — *Manuel Cicero Peregrino da Silva.* »

— « A Commissão de Admissão de Socios nada tem a oppôr á proposta que apresentou para socio correspondente do Instituto o dr. Alberto Lamego, reconhecendo-lhe todas as qualidades que o eminente consocio sr. dr. Oliveira Lima, seu primeiro patrono, a seu respeito externou e cuja opinião merece o maior acatamento do Instituto.

Pensa, pois, que póde ser approvada a mesma proposta.

Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1915. — Dr. *Benjamin Franklin Ramiz Galvão,* relator. — *Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho.* — *Antonio Olyntho dos Santos Pires.* »

Corridos os escrutinios são approvados — por unanimidade — os pareceres relativos aos srs. drs. Antonio Fernandes Figueira, Arthur Pinto da Rocha, Alfredo Pinto Vieira de Mello, Aurelino Leal e Antonio de Barros Ramalho Ortigão, e — por maioria de votos — o relativo ao sr. dr. Alberto Lamego.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) faz as proclamações.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) lê a seguinte proposta, que vae á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão:

— « Considerando que o dr. Urbano Santos da Costa Araujo é um Brasileiro notavel, a varios aspectos, tendo deixado na magistratura, na alta administração, na imprensa, no fôro, na tribuna parlamentar, irrecusaveis documentos de capacidade intellectual, operosidade e character;

Considerando que o Brasil inteiro o tem distinguido com justificadas demonstrações de acatamento;

Considerando que, de longa data, mostra elle particular estima ao Instituto Historico, ao qual tem prestado preciosos serviços:

Propomos que seja elle incluido, de accôrdo com os Estatutos, na lista dos nossos socios honorarios.

Rio de Janeiro, 28 de Junho de 1915. — *Conde de Affonso Celso.* — *M. Fleiuss.* — *Clovis Bevilaqua.* — *Arthur Guimarães.* — *Manuel Cicero.* — *Alfredo Rocha.* — *Roquette Pinto.* — *Radler de Aquino.* — *Tavares de Lyra.* — *Pedro Souto Maior.* — *João Luiz Alves.*»

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) lê depois uma carta pertencente ao archivo do conselheiro Saraiva e devida ao conselheiro Francisco Octaviano de Almeida Rosa, datada de Buenos Aires, a 20 de Junho de 1865, tractando da batalha do Riachuelo.

Esta carta desperta a mais agradavel impressão no auditorio.

Passando-se á segunda parte da ordem dos trabalhos, o sr. dr. Pedro Souto Maior lê a conclusão do seu relatorio sobre os archivos hispanhoes em desempenho da commissão do Instituto, sendo ao terminar muito applaudido.

Levanta-se a sessão ás 22 horas.

Roquette Pinto,
2º secretario.

ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINARIA, EM 31 DE JULHO DE 1915

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 20 e meia horas da noite, na séde social com a presença dos seguintes socios: srs. drs. conde de Affonso Celso, Manuel Cicero Peregrino da Silva, barão Homem de Mello, desembargador Antonio Ferreira de Souza Pitanga, Max Fleiuss, drs. Edgard Roquette Pinto, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Augusto Tavares de Lyra, Homero Baptista, general dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, dr. João Coelho Gomes Ribeiro, Manuel Alvaro de Sousa Sá Vianna, commandantes Fran-

cisco Radler de Aquino e Raul Tavares, major dr. Liberato Bittencourt, drs. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, José Americo dos Santos, Alfredo Valladão e Eduardo Marques Peixoto, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) communica ao Instituto que a idéa do Congresso Internacional de Historia da America para commemorar o Primeiro Centenario da Independencia do Brasil tem tido a maior repercussão nos Estados Unidos, havendo, neste sentido, o illustre Embaixador, sr. Morgan, prestado o seu valioso apoio.

Em seguida communica a offerta, pelo auctor, da *maquette* do busto do saudoso consocio desembargador Lima Drummond, trabalho devido ao esperançoso artista patricio, sr. Pitanga, filho do nosso illustrado 3º vice-presidente.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) diz que o Instituto muito agradece a offerta.

O Sr. Fleiuss usa de novo da palavra para communicar ao Instituto que se acha na casa o sr. dr. Arthur Pinto da Rocha, socio effectivo eleito, que vem tomar posse da sua cadeira.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) designa para em commissão, accompanharem o novo socio ao recinto os srs. drs. José Americo dos Santos, Roquette Pinto e Fleiuss.

Dá entrada no recinto, presta o compromisso dos Estatutos e toma posse o sr. dr. Arthur Pinto da Rocha.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) dá a palavra ao novo socio.

O Sr. Dr. Arthur Pinto da Rocha lê o seguinte discurso:

«Egregio presidente — Illustres confrades:

Voltaire, a summa potestade do seu tempo, cantando a propria vida, escreveu:

«Appollan présidoit ou pour qui m'a vu naître;
«au sortir du berceau j'ai bégayé des vers.»

Perdoae, que, remembrando agora a vaidade justificada do genio soberano ao hombrear com a magestade de Frede-

rico, si não a excedeu, a pequenez do meu espirito vá de rastros, até beijar a sandalia divina do poeta.

Talqualmente se orgulhara o historiador do seculo de Luiz XIV pelo haver Apollo presidido ao dia do seu apparecimento no mundo, á distancia de centuria e meia eu me envaideço de entrar neste cenaculo de varões assignalados e de espiritos insignes, presidindo vós, sr. conde, á hora da minha investidura.

Si ao saïr do berço o grande genio, que devia ser depois o epico da Henriqueida, um dos sabios da Encyclopedia e precursor maximo da revolução — *bégayait des vers,* — não será de espantar, nem, muito menos, para censurar que, prestes a saïr da vida, a quasi extincta energia do meu espirito claudique e a ronceira actividade da minha palavra tartamudeie, no instante de vos dizer, senhores meus e meus illustres confrades, que só por mui generosa benquerença, haveis consentido em trazer ao vosso gremio a quem não sendo eloquente ou fecundo, nem diserto, não é tambem sabedor nem erudito.

Oxalá vos não sintaes futuramente repesos de haverdes confiado em demasia nos impulsos do vosso coração, que, á minha parte, vos affirmo eu, tudo empenharei: alma, vida, entendimento e braço por amor de bem servir a causa da sciencia que, ha 77 annos, no seio deste venerando sodalicio por onde passou e fulgiu o vulto austero e saudoso do sabio, honrado e magnanimo amigo da Liberdade e da Patria, que foi o imperador Pedro II, tem sido carinhosamente defendida, junctamente com as tradições e com as glorias brasileiras, por «tantas mentes ás musas dadas e muitos braços ás armas feitos».

Nem só de pão vive o homem: que si o trigo alimenta o corpo, a sciencia alimenta o espirito e ambos, trigo e sciencia, são filhos da mesma origem: da terra, mãe commum, da natureza, conjuncto ainda mysterioso de todas as grandezas.

E ao entender do immenso tribuno da Iberia,

«*la naturaleza seria como un templo sin sacerdotes, ó como un geroglifico sin decifradores ó interpretes, si no la comprendiera el pensamiento y no la iluminara la poesia*».

Nesta atmosphera serena e austerissima, em cujo ambiente se cultua a Historia como num templo cheio de sacerdotes, a natureza tem, concomitantemente, decifradores e interpretes para os seus hieroglyphos, porque teve sempre o pensamento que a comprehendesse e a poesia que a illuminasse.

Nem a Historia poderia viver sem o pensamento, quando ella desce ás camadas geologicas ou penetra os meandros do cerebro, para subir depois á vastidão etherea, onde os mundos se cruzam no labyrintho maravilhoso da Polynesia sideral: nessas peregrinações, como a lampada eterna da legenda oriental, vae accompanhada sempre pelo espirito humano, ou elle baixe com Cuvier e os seus precursores ás profundidades do Planeta a sorprehender nos despojos siluricos dos fosseis a vida dos foraminiferos e nos agglomerados coralianos do jurassico os movimentos rudimentares dos espongiarios; ou elle se alevante ás reigões, onde paira a fonte da vida universal, com o engenho de Copernico, a luneta de Gallileu e o genio do padre Sechi.

E no seio da Historia, como em um precioso relicario, egualmente aquecidas pelo mesmo affecto, guardadas pelo mesmo carinho, o pensamento encontra a majestade viva e eloquente do Direito e a majestade morta, mas evocativa das ruinas, illuminadas ambas pelo fulgor da Poesia, companheira inseparavel da Justiça que nasce do Direito, como a còr emerge da luz e como o sussurro doce e mesto dos despojos da vida que murmura nas ruinas, á similhança do marulho eterno das vagas, na concavidade dos buzios.

Repetem as almas frias, inaccessiveis aos encantos da arte, que a austeridade da sciencia e a precisão das suas leis repellem, por perigoso, o contacto da Poesia, em virtude da subtileza leve e vaga das suas imagens e pela volubilidade do seu rythmo: para essas almas, uma é a realidade severa e forte, a outra é a phantasia alada, garrula e flebil...

Entretanto, o genio de Vico, o verdadeiro fundador da Historia, o creador dessa « sciencia nova, relativa á natureza commum das nações, por meio da qual se descobrem novos principios de direito natural das gentes », Vico levanta o seu espirito ao estudo da sabedoria poetica e á descoberta do verdadeiro Homero.

Foi na leitura de Platão, escabichando imagens poeticas, foi na leitura de Tacito, estudando o estylo purissimo do historiador romano, que o sabio Vico bebeu inspiração e encontrou os fundamentos da sua audaciosa theoria.

Foi estudando os despojos das velhas civilizações, as ruinas dos imperios mortos, donde se evola, ininterrupto, como a espira azulada do incenso, o fumo da tradição e das lendas mythicas, que o precursor da Philosophia da Historia pôde negar, um seculo antes de Wolf, a existencia de Homero poeta, para affirmar apenas a belleza legendaria da poesia grega, para affirmar que o genio do cego cantor da « Iliade » e da « Odysséa » não é mais que o genio da raça hellenica, cantando-se a si mesma nas lyras dos seus rhapsodos e celebrando a pequenez exigua do seu berço, mas a grandeza prodigiosa da sua civilização.

Com a Poesia se confunde a historia da existencia primeva dos povos: é cantando que a alma humana grava no tempo e na memoria das gerações as façanhas dos seus heróes e a marcha da sua evolução inconsciente.

E, ás vezes, nem sempre, inseparavelmente ligado a ambos, soffrendo as mesmas vicissitudes, erguendo-se nos mesmos arroubos, tombando nas mesmas quedas, salvando-se dos mesmos cataclysmos, o Direito sobrevive com ellas, atravessando o seculo, ao aniquillamento dos imperios e prende-se a ambas como a hera ás ruinas.

Das dynastias dos Icsos, dos Lagidas e dos Pharaós ficou sôbre o solo do Egypto a maravilhosa grandeza dos destroços de palacios, de templos e de sepulcros; do Direito, nenhum monumento se salvou, mas nas ruinas dos obeliscos, nos hieroglyphos dos templos, nos papyros dos sepulcros, nos sarcophagos das mumias, os egyptologos modernos e os velhos historiadores, como Herodoto e Diodoro, assignalam a existencia dos oito livros de Thot, que representaram, na vida daquellas monarchias barbaras do Nilo o papel, que as leis das XII taboas desempenharam entre os Romanos.

Mas, si com as gigantescas proporções da arte egypcia, que Theophilo Gauthier tão severamente descreve na sua encantadora « Noite de Cleopatra » e que a longa jornada dos seculos, atravessando todos os temporaes e o desabamento das

civilizações, não conseguiu destruir, o Direito sossobrou, a Poesia perdura, canta nas aragens do deserto, quando passam pelas pyramides, pelas esphynges, pelos sepulcros; a Poesia vibra no mysticismo da Religião e da Philosophia; a Poesia rola e soluça nas aguas do Nilo, geme e reza na cidade dos mortos «no valle dos tumulos reaes, onde uma natureza exuberante proseguiu a sua obra de creação no meio da lucta selvagem dos elementos; onde, parece, na vastidão que se abrem as portas do mundo subterraneo», e onde Champollion foi surprehender, na frieza dos papyros e na immobilidade eterna das mumias, os segredos dos hieroglyphos, as abreviaturas symbolicas da escriptura hieratica e os characteres do alphabeto demotico.

Da Grecia antiga, que a humanidade civilizada nunca deixará de admirar e que, na phrase suggestiva de Letourneau, é o fermento da civilização oriental, a Historia surge com a Poesia aos primeiros albores da alma hellenica, aos primeiros vagidos da raça, aos primeiros passos do povo, e antes que Herodoto, Thucydides e Xenophonte houvessem fixado no marmore da prosa estylizada a gloria das Musas e as façanhas dos Lybicos, as victorias do Peloponeso e a Anabase, já o espirito hellenico vibrava na garganta e na lyra dos aédos e dos rhapsodos, já o mytho ou a realidade de Homero havia cantado na «Iliade» e na «Odysséa», já a «Iliade» apparecera como o pacto de alliança da nacionalidade hellenica, a maior obra da imaginação dos homens, a synthese magnifica de uma civilização, o modelo por excellencia da epopeia; já a «Odysséa», si bem que menos gigantesca, menos heroica, mais profunda porém, se havia feito o modêlo da belleza simples, e, unidas, sob a invocação do mesmo espirito creador, encerravam, como um escrinio opulento do Oriente, todas as joias de rara belleza artistica.

Ia bem alto, no zenith, a gloria lyrica de Therpandro, quando o archonte Dracon surgiu com o codigo das suas leis, em cujo cóntexto a pena capital dominava soberanamente como expressão da sua natureza feroz. E quando Solon, amenizando a crueldade draconiana com a moderação do seu Direito novo, deu a Pisistrato a honra immortal de restituir a Athenas o predominio da ordem e da justiça, havia mais

de meio seculo que o genio de Alceu fulgia no colorido das suas formosas imagens; Sapho augmentara para dez o numero das Musas com a melodia dos seus versos e a perfeição absoluta das suas estrophes; Erynna, morta entretanto aos dezoito annos, havia cantado 300 versos do seu poema com tal genio, que provocava a admiração de Antipater e o enthusiasmo de Asclepiades: e Tyrtheu, com o estro flammejante da sua inspiração heroica, talvez caldeada no sangue de Achilles, havia erguido a alma da Lacedemonia para lança-la em impetos indomaveis contra a ferocidade dos Messenios.

Quarenta annos fazia que durava a peregrinação do povo de Israel através do deserto da Arabia, quando Moisés lhe deu a legislação que recebera no Sinai: mas a esse tempo já a alma semitica, sonhadora e mystica, embalada pelo seu monotheismo simples e forte, confiante no Creador do céo e da terra, no Deus sublime que castiga o mal e dá premios ao bem, havia cantado com os patriarchas a belleza dos seus costumes ingenuos e pacificos, realçando a figura nobre de José na firmeza resignada e serena, aureolada por uma desventura tenaz e sempre envolta na legenda encantadora que lhe attribue a virtude de adivinhar os sonhos; já se fixara na tradição poetica a historia dos amores de Abrahão e de Agar; já se constituira na lenda rude e bella da retirada de Ismael para o deserto, dando origem ao povo arabe; já andava de bocca em bocca a rivalidade entre Esaú e Jacob, e aquella formosa novella de amor, em cuja tecitura delicada se enredam as almas doces de Rachel e de Lia, figuras feitas de luar e seda, tão distantes de nós e ainda tão puras no seculo XVI, que inspiravam o genio de Camões, o qual não soubera até então comprehender como bastara

«para tão grande amor tão curta vida»;

já havia caído sôbre a cabeça dos Israelitas a escravidão que lhes impuzera o Pharaó; já a alma das mães extremecera de pavor ouvindo a narrativa da asphyxia das crianças nas aguas do Nilo e a lenda emocionante da salvação de um berço que fluctuava entre os juncaes da margem, levando no seio, como gotta de orvalho na corolla de um nenuphar, o futuro guiador do povo e legislador da raça, tão grande que, ainda trez mil annos depois, immortalizou o cinzel de Buonarotti.

Mas a Historia, a Poesia, o Direito e a propria vida dos Israelitas se confundiam com a sua religião; nas paginas da sua historia vibra a alma hebréa, de um lyrismo delicioso, fulgem a rigidez da sua legislação e a austeridade da sua moral, flue a simplicidade patriarchal dos seus costumes, tudo isso envolto num véo de mysticismo, que se casa admiravelmente á paizagem longinqua da sua Mesopotamia pastoril.

As fórmas altas, grandiosas e tragicas da Poesia, a epopeia e o drama, que se inspiram directamente na magestade da Historia accidentada e forte, nas campanhas da conquista, nos arrebatamentos das paixões desencadeadas, nas furias guerreiras que geram o odio dos inimigos, nunca o povo hebreu as realizou. Por isso mesmo a historia da gente de Israel é diluida na fórma poetica mais simples e mais doce; ora psalmodica, soluçando com a harpa de David, ora didactica e philosophica sob as legendas de Job, com que se louvam e cultúam as obras da justiça de Deus, ora idyllica e humana, como no « Cantico dos Canticos », ora gnomica e proverbial, como nas sentenças de Salomão; e por isso mesmo o Direito e a legislação hebraicos atravessaram os seculos e ainda hoje ensinam a civilização moderna.

Os psalmos de David são verdadeiros primores; seriam gemmas preciosas de qualquer litteratura actual, si não fossem a expressão flagrante, original, characteristica e sublime da alma hebréa. Nunca o espirito humano, em qualquer momento da vida do planeta, subiu tão alto na sua aspiração para Deus, nunca a phantasia do homem creou imagens de tamanho fulgor, nunca as orações da crença tiveram tanto fervor e tanta uncção, nunca as lamentações da consciencia vibraram com tal sentimento, nunca os soluços da queixa arrancaram de tão fundo para voarem tão alto, e, a não ser a magestade olympica da « Divina Comedia », nada ha em toda a vastidão da terra que se compare a essa obra do genio semitico, sonhada, gemida, soluçada, cantada pela alma hebraica.

Weber, o historiador allemão, estudando as origens dos povos orientaes, tracta rudemente a China; a esse povo millenario a penna do escriptor germanico distingue com este juizo de uma crueldade innominavel: « Covarde e impotente, servil e humilde, sem vigor, sem dignidade, sem elevação

intellectual, penetrado entretanto de uma cega infatuação e do mais soberbo desprêzo pelos outros povos».

Todavia, ao ter de apreciar os livros de Confucio, nos quaes se acham reduzidas e coordenadas as antigas doutrinas, historias e tradições, Weber assevera que o terceiro livro, sob o titulo de «Schi-King», «encerra a collecção dos antigos canticos nacionaes, cheios de graça, de dignidade, de belleza».

Sem attender á contradicção flagrante em que incorre o sabio historiographo germanico, a respeito da psychologia do povo chinez, verifica-se, no entanto, que muito antes de apparecer a Historia que fixou e firmou a tradição oral, vaga e fluctuante, a alma chineza havia cantado a poesia cheia de graça, de dignidade e de belleza dos seus hymnos, as façanhas das suas edades primitivas, os encantos da sua paizagem illuminada e exhuberante, a simplicidade da sua vida agricola e a maravilhosa transparencia do seu firmamento e das suas aguas.

Ora, o livro dos versos de Confucio, como aliás todos os Thing, remonta ao septimo seculo antes de Christo, e a primeira parte desse livro era simplesmente uma collectanea das canções populares que a tradição e a musica haviam conservado de tempos immemoriaes.

Assim, pois, como observam Letourneau, d'Hervey, St. Denis e Bouillet, já á epocha da fundação de Roma os Chinezes haviam descoberto o «folk-lore», fazendo por elle o estudo da sua propria psychologia social; e as mais antigas das canções recolhidas remontam ao seculo XVIII antes de Christo, ao reinado quasi lendario, nebuloso, do imperador Chun, apagado na bruma da distancia.

Durante trinta seculos a alma mongolica vibrou e gemeu, cantou e sentiu, soluçou e sorriu, blasphemou e pediu no lyrismo inconfundivel da sua Poesia; durante trinta seculos a China teve poetas, inclusive entre os seus imperadores, como Wouti, soberano da dynastia dos Han, a cujo éstro se deve a formosa «Canção dos remos», salva pelo proprio Confucio do incendio que outro imperador, 212 annos antes de Christo, mandou atear aos livros com o fim de extinguir a tradição ancestral; trez mil annos antes de surgir a pri-

meira codificação das leis do IV livro de Confucio, a historia dos primeiros Chinezes, ao despontar a sua existencia nacional, palpitava na inspiração dos poetas e perpetuava-se nas canções populares.

O lyrismo desses poemetos é characteristicamente impessoal, apezar da sua antiguidade quasi fabulosa, e esse facto demonstra que já na éra, em que foram produzidos pelo genio dos poetas, a sociedade chineza devia contar uma existencia de seculos; com esses tempos que se perderam, perderam-se tambem a legislação e a chronica, mas salvou-se a Poesia, a qual deu a Confucio a materia prima para reconstituir o Direito e fixar a Historia do unico imperio antigo que resistiu á acção corrosiva dos seculos, á influencia demolidora dos cataclysmos e vive, ainda hoje, no isolamento das suas muralhas e na quasi immobilidade ascetica da sua religião; na China foi a Poesia popular o fio tenuissimo que conservou a unidade nacional e conseguiu salva-la do exquecimento.

O sabio Letourneau, estudando a evolução litteraria humana, dedica um brilhante e eloquente capitulo ao desenvolvimento do Mexico e do Perú, especialmente ás primeiras edades: são as origens recuadissimas de duas civilizações extinctas, que interessem á intelligencia do erudito e philosopho.

Essas civilizações elle as compara nestas linhas, que formam uma synthese do seu estudo:

«As duas civilizações são, entretanto, comparaveis: os dous imperios eram monarchias absolutas, obedeciam a senhores adorados como deuses; apenas o Perú nos apresenta o mais bello typo de socialismo monarchico e auctoritario, que ha existido; o Mexico, ao contrario, era uma monarchia absolucta, feudal, mas os dous Estados eram aristocraticos e theocraticos. Sob o ponto de vista da Esthetica litteraria, o Mexico e o Perú são analogos».

E referindo-se ao idioma fallado no Perú, Letourneau affirma que foi primitivamente o «quichua», e que «les poésies de l'ancien Pérou ont donc été toutes composées en «quichua», e quando estuda a representação graphica do idioma dos Aztecas, assevera que fôra ella uma escriptura

figurativa, simples aperfeiçoamento de um primitivo processo de expressão da pictographia usada pelos Pelles-Vermelhas.

E' tudo quanto o espirito humano conhece de mais remoto na tradição dessas regiões do continente americano.

Pois bem ! Graças a essa escriptura rudimentar, podemos hoje conhecer que já nesses tempos recuadissimos da vida dos Incas e dos Aztecas, quando a lingua fallada era o « quichua », antes da formação das suas monarchias theocratica e socialista, muitos seculos antes da conquista hispanhola, já a alma barbara dessas paragens tinha as suas legendas de rara belleza e a sua poesia original e encantadora, em cuja lettra se conservou e pôde chegar até o nosso seculo a historia desses povos perdidos na profundeza da noite das edades.

« E' impossivel a esperança de encontrar no Perú uma litteratura livre e em espontaneo desabrochar. A immensa massa de povo explorada, dominada e conduzida como um rebanho humano, vivia fóra da litteratura official dessas duas vetustas organizações barbaras. Tudo alli era convencional: sómente o Inca, a sua vida, a sua pessoa sagrada podiam ser assumptos dos hymnos, das chronicas, das orações. Poetas, trovadores, e *havanecas* tomavam para themas dos seus trabalhos, das suas canções e balladas, os acontecimentos mais brilhantes da existencia dos monarchas, de modo que dessa litteratura administrativa resalta, é certo, um corpo de poesia tradicional, mas cortezã.

Da mesma fórma, no Mexico, as tradições guerreiras são ensinadas sob a fórma de cantos e hymnos. »

E' o proprio Letourneau quem o affirma:

« A inspiração litteraria só é fecunda com a condição de ser livre ».

Não obstante a organização theocratica, absoluta das duas monarchias:

« à peine sorties de la sauvagerie, nous sommes plus heureux pour les textes, et diverses poésies ou fragments de poésie lyrique, œuvre des anciens bardes méxicains ou péruviens, sont parvenus jusqu'à nous. Il en existe même de différents genres et je puis citer ici des chants de guerre, des prophéties poétiques, une ode composée par un souverain et enfin des chansons d'amour. Les bardes de l'Amérique centrale, à la

fois poètes et musiciens, composaient les vers et les airs de leurs chants et chansons ».

Mas official ou não, espontanea ou administrativa, a poesia na origem primeva dos dous imperios foi a fórma pela qual se manifestaram as almas *inca* e *azteca*, foi na sua expressão lyrica, bem como no seu rythmo delicado que se salvaram a historia daquelles dous povos americanos e toda a infinita belleza das lendas dos selvicolas da nossa terra, synthetizadas pela phantasia romantica de Alencar nas paginas do « Guarany », tal qual se salvara da formidavel inundação a branca formosura de Ceci e a rudeza cobreada de Peri, rolando na corrente vertiginosa, sôbre o tronco derribado da palmeira.

Ninguem ignora que entre os Arabes primitivos e nomades, embora cantada numa toadilha monotona, de tristeza amarissima, de melancholia extrema, monotonia, tristeza e melancholia que parecem hauridas na extensão esteril do deserto, a poesia foi a expressão primeira de sua alma errante, e essa influencia tal e tão profunda que, apezar do tempo transcorrido, das modificações immensas que o povo experimentou atravez das suas peregrinações aventureiras, ainda hoje na peninsula iberica, sobretudo no Sul de Portugal, na provincia do Algarve e especialmente no Além-Tejo, onde os characteres physiologicos e a expressão physica se conservaram no povo lusitano, ainda hoje são entoadas, nas festas populares do Natal e de S. João, as velhas canções mosarabes, quasi litanias, de uma funda e magoada morbidez, de uma saudade doentia, inextinguivel, emergindo do fundo de uma tradição millenaria, que tem raizes, talvez, no poema de Antar.

A poesia arabe constitue um thesouro moral e intellectual preciosissimo da tribu; era na sua fórma sempre delicada e suggestiva que se perpetuavam a distincção das familias, a memoria das grandes acções, das nobres façanhas, a propria pureza da lingua e até mesmo os direitos das tribus e dos clans.

E os *versos de ouro*, essas joias que davam gloria ás tribus, que a voz das mulheres cantava nos grandes festins em honra dos poetas, vieram até nós, ora trazendo a historia,

ora transportando a lenda, ora perpetuando a crença, e o culto, e a lingua, como as custodias, tambem de ouro, que os genios de Cellini e de Gil Vicente cinzelaram para depositos pulcros das sagradas particulas.

Na India, o proprio Rig, o sacrario da historia, da religião e do direito primitivo, é composto na fórma de hymnario: é a poesia que perpetua todas essas manifestações da alma vedica; ha nesse monumento o trabalho de muitas centenas de poetas; tambem na construcção das pyramides de Gizeh collaboraram milhares de operarios, e o Rig é bem a pyramide das tradições vedicas.

A invasão arabe destruiu todos os livros que topou na Persia; salvou-se o Zend'Avesta. Entretanto, os antigos soldados de Alexandre ouviram dos Persas poesias amorosas de um grande e suavissimo encanto; tudo isso se perdeu, mas o que nos foi transmittido pelo Zend'Avesta, embora não seja sublime, é sufficiente para demonstrar que tambem a alma persa gravou na poesia toda a expressão do seu sentimento nativo, triumphando contra a asphyixa da conquista, o que nos dá a idéa de uma raça viril e sã, muito embora se haja eclipsado totalmente a velha poesia persa anterior á conquista arabe, ao estabelecimento da monarchia absoluta e da religião mazdeana.

E que doce suavidade a desse lyrismo primitivo! São do *Livros dos Reis*, relativamente recente, estas imagens que muitos poetas de agora assignariam contentes e felizes:

— « O sol ergueu-se como a alegria de uma mulher que arrebata corações.

— Rosas frescas e lindas como as faces das mulheres, que dissipam tristezas.

— Repentinamente espalhou-se a luz sôbre as montanhas, como si o sol houvesse derramado rubis pelo azul do céo. »

E, si alguma cousa chegou ao nosso conhecimento a respeito da evolução do Direito, tanto na recente origem dos Incas e dos Aztecas, como na profunda noite da remota antiguidade persa, foi pela poesia que se salvou, pouquissima em documentos escriptos que os temporaes da vida extinguiram, muita pelo prestigio mudo das ruinas sepultadas na crosta

do planeta ou perdidas nas solidões dos desertos, quasi tudo pela tradição que a poesia conservou e reproduziu ao perpassar das gerações, guardada avaramente pela alma e pelo sangue das raças, como a voz daquella deusa mysteriosa da propria lenda persa, que, não querendo fazer a ninguem a confidencia dos seus amores, depositou-a incautamente no seio de um busio, á beira do oceano; depois, quando este surprehendeu o segredo, não houve onda que o não soubesse, nem sereia que o não cantasse.

Foi tambem na Hellade. A Grecia é senhora de uma Historia, que encerra o mais opulento thesouro de lendas e documentos, mas além desses documentos que constituem verdadeiramente a Historia, ha no berço oriental da civilização, como em todos os povos, uma fonte abundante e inextinguivel, a tradição popular que precedeu a Historia, que foi oral antes de ser escripta.

Essa tradição, que a Historia depois incorporou ao seu dominio, nunca se desgarrou da alma da raça; a conquista turca foi impotente para estancar a fonte, porque, si esmagou as instituições, não conseguiu absorver o espirito que a liberdade nativa das montanhas conservou, que a nostalgia da primitiva felicidade guardou na memoria e na saudade, e que veio a reflorir mais tarde, quando as condições sociaes tornaram possivel o resurgimento politico do povo.

Mas o cofre, em que toda essa riqueza se conservou durante seculos, na temperatura macia de um amor que não se esvaiu, foi a poesia dos *aêdos*, dos rhapsodos; foi nesse ambiente de lar carinhoso que a alma da Hellade cantou a sua proto-historia, como demonstram as crianças de Samos indo de casa em casa, garganteando chóros em honra a Apollo, cujos versos de uma antiguidade immensa ficaram entre as bellezas, que constituem o espolio de Homero; além das *Anthemas*, as perfumosas canções das flores, além dos poemas de Harmodio e de Aristogiton, além de toda a poesia de Hesiodo e, sobretudo, aquellas barcarolas somnolentas e mornas que os marujos da Grecia ainda hoje cantam, ao rythmo cadenciado dos remos nas praias da Eubéa, de Corintho e de Egina, e que vivem na litteratura da Hellade como

fructos da inspiração de Aristophanes, mas que remontam á era mythologica da lenda de Prometheu, da revolta dos Titans e da phantasia de Pandora.

E, si na poesia de Hesiodo vibra a alma de um poeta e na de Homero canta a alma de um povo, em ambas fervilha o sangue da raça: a de Hesiodo vendo a natureza atravéz de um temperamento individual, a de Homero caldeada nos sentimentos collectivos é, por isso mesmo, genial, triumphante contra os embates do tempo e das transformações: uma é a fórma que varia, a outra é a essencia que não muda, a relatividade da materia e a eternidade da substancia aquella é a Mythologia que se foi, esta é a Grecia que ficou; por isso Homero ainda hoje é cantado pelas crianças e pelos marujos, e Hesiodo entrou no museu das antiguidades raras.

O seculo XIX foi, sem dúvida, um seculo profundamente egoista e mercantil; parece que o espirito humano, vencido pelas necessidades da vida, ergueu, como lemma da sua acção vertiginosa, o velho brocardo latino: *primo vivere, deinde philosophare*, deixando-se dominar pelo utilitarismo de Hobbes.

E, como expressões eloquentes dessa febre devoradora, além do progresso da Economia politica e da Estatistica, surgem a organização de quasi todos os Codigos commerciaes do mundo civilizado, o desenvolvimento assombroso das sociedades anonymas, o pleno dominio do luxo e do epicurismo, a lucta portentosa da producção industrial, a conquista armada dos grandes centros de consumo, a larga expansão das exposições internacionaes e nacionaes, e sobretudo o incremento incomparavel da navegação maritima mercante, devassando todos os recantos occultos nas costas dos cinco continentes, cruzando em todos os roteiros, por todos os mares do planeta, constantemente a carregar productos no intercambio commercial, sempre a seguir o conselho de Yago:

Putting money in the purse.

No entanto, em meio de toda essa materialidade utilitarista, não houve seculo, na historia humana, tão fertil em aventuras heroicas inspiradas e impulsionadas pela Poesia.

A França não podia vêr com bons olhos, como nação, a libertação e a unidade da Italia; seria a concurrencia forte de

uma nova entidade politica partilhando o dominio do Mediterraneo e a projectar futuramente a sua influencia historica sôbre a costa fronteira, no continente africano, mas

« se alzaban sombras tan augustas de sus campos y voces tan sublimes de sus sepulcros; se veian, derramadas por sus aires, cadencias tales en los Misereres de Palestrina y en las plegarias de Rossini; se veian en sus cielos de arreboles tantas figuras hermosas surgidas de inagotable palleta, y en sus piedras de marmoles tantos relieves trazados por creador cincel, que cada corazon sentia una emocion artistica a su recuerdo; y todas estas emociones se juntaron a suscitar la cruzada que abrió el sepulcro donde yacia enterrada la madre de todas nuestras naciones. »

Tambem á Inglaterra, como Estado, não convinha a independencia da Grecia; os seus interesses no Oriente lhe aconselhavam que abandonasse á sua sorte escrava o berço da civilização européa, e, no entanto, levou-lhe o seu poderoso auxilio

« por attender al coro de poetas que la pedia en sus versos, sacrificando asi, a una idéa esthetica mas que politica, la razon de Estado. »

E como era a alma dos poetas que soluçava; como era a tradição hellenica dos rhapsodos e aedos que palpitava na voz dos poetas, a Inglaterra não se limitou a auxiliar com a sua esquadra o berço da civilização, libertando-o da escravidão turca, por entre a fumarada de Navarino, revivendo a gloria de Salamina; a Inglaterra mandou-lhe, na inspiração de lord Byron, a alma sonhadora da sua raça e, com a lyra do poeta de Child-Harold e de Mazzeppa, evocando a inspiração primitiva de Athelstan e de Coedon, saudou em Missolonghi a gloria millenaria de Homero.

Mas foi tambem esse o seculo, em que a sagração da Poesia culminou no apogeu de todas as apotheoses, porque si é verdade que, em synthese, toda a magestade de Roma se funda em Virgilio; si toda a sublimidade da Italia se concretiza em Dante; si toda a gloria da Inglaterra se crystalliza em Shakespeare; si toda a heroicidade lusitana está reunida em Camões; si todo o triumpho germanico se juncta em Goethe; si toda a galhardia iberica hispanhola se con-

centra em Cervantes; si toda a vida luminosa da França irradia dos olhos de Victor Hugo; si todo o martyrio da Polonia vibra em Sienkevicz; si toda a alma forte da Hungria prague ja em Kossuth; si todo o soffrimento da Russia soluça em Tolstoi; si todo o mysterio lendario da Scandinavia se esbate na alma de Ibsen; não é menos exacto que, unida pela espada de Garibaldi no throno de Saboia, a Italia, pela terceira vez na Historia, personifica em Carducci a grandeza do seu genio; pela terceira vez a Inglaterra, unida em tôrno do throno dos Oranges, synthetiza em Rudyard Kippling a superioridade da sua fôrça; pela terceira vez Portugal, nas luctas da sua evolução politica, symboliza em Quental e Junqueiro a nobreza vetusta do seu genio; pela terceira vez a Hispanha, unida no throno dos Bourbons, espiritualiza a delicadeza da sua graça e a impetuosidade do seu sangue nas rimas de Campoamor e nos bronzes de Rueda; pela terceira vez a Germania, unida no throno dos Hohenzollern, personifica a nebulosidade das suas origens na intellectualidade de Sudermann; pela terceira vez a França, unida pela Marselheza, culmina com Rostand e Anatole a ascensão alpinista da raça na cordilheira magestosa da sua Historia.

Disse ». (*Calorosos applausos.*)

O Sr. Dr. Ramiz Galvão (*orador do Instituto*) responde nos seguintes termos:

« Sr. presidente e illustres collegas — Sr. dr. Pinto da Rocha — Abrem-se de par em par as portas deste templo sagrado para receber-vos, sr. dr. Pinto da Rocha. Vindes com as credenciaes honrosissimas do talento, do trabalho e da integridade moral, que são as grandes fôrças capazes de manter e dilatar o brilho do nosso Instituto, — sempre desvanecido de acolher em suas fileiras os distinctos Brasileiros, que honram a Patria.

Si pôde Voltaire dizer, com evidente pretenção aliás, que Apollo presidira ao dia do seu apparecimento no mundo, com grande justiça poderei affirmar que um bom genio preside á hora, em que temos a fortuna de abraçar-vos como illustre companheiro desta jornada, em que todos imos caminho do

futuro em busca da Verdade, sem a qual se não faz Historia digna deste nome.

Nem estaes no saír da vida, prezadissimo confrade, nem tendes extincta a energia do espirito, nem podemos muito menos acceitar o epitheto de ronceira que déstes á actividade de vossa palavra, a qual, ao contrario, sentimos inflammante, calorosa e vibrante deante de tudo quanto é bello e nobre.

A vossa brilhante oração foi mais uma prova do que asseguro. Dissertastes com facundia sôbre a alliança da Poesia com a Historia na existencia primeva dos povos, — e nesse particular estou contente de accompanhar-vos.

Peço entretanto licença para ponderar que, si na infancia dos povos é perfeitamente admissivel, para não dizer positiva, essa confusão, não podemos nem devemos acceita-la no dominio da Historia propriamente dicta, — aquella severa mestra da vida, que tem por pharol a Razão, por norma a Justiça e por fito a Verdade.

Filha primogenita da imaginação, a Poesia abandona a planura dos valles, onde se debate a Humanidade, e folga de subir a regiões superiores, onde a visão é mais ampla sim, mas onde se perdem os pormenores, — o ar é mais puro sim, porém mais rarefeito e menos adequado á respiração do commum dos mortaes.

Por seu lado, filha legitima da Verdade, a Historia analysa com frieza de naturalista os homens e os acontecimentos, apaga as ficções da lenda, disseca com o escalpello da critica as tradições, para lavrar o julgamento supremo e definitivo das acções humanas, dos povos, e de quantos tiveram no tempo decisiva influencia sôbre os destinos sociaes, porque a Historia é antes de tudo um tribunal augusto.

Não é vulgar, illustrado consocio, que essas duas faculdades, a Imaginação e a Razão, se associem efficazmente no espirito humano para dar-nos obras de soberano valor. Nem Pindaro, nem Theocrito, nem Sophocles, grandes engenhos da Hélade, fizeram a obra serena e grave de Thucydides, nem este comporia as comedias mordentes e causticas de Aristophanes. Virgilio e Seneca não levantariam o monumento immorredouro dos *Annaes* de Tacito, nem este dedilhou jámais a lyra sonorosa de Ovidio e Catullo.

E a explicação do facto está naquelle assáz conhecido asserto do velho Horacio, na sua famosa Epistola aos Pisões:

... Pictoribus atque poetis.
Quidlibet audenti semper fuit aequa potestas.
De ousar quanto lhe apraz justa licença
Teve sempre o pintor e sempre o vate.

Isto não quer dizer entretanto que poetas não possam ser ou não tenham sido eximios cultores da Historia. Para não ir mais longe, no proprio seio do nosso amado Instituto tivemos ensejo de admirar Joaquim Manuel de Macedo — o festejado poeta da *Nebulosa*, mimoso romancista da *Moreninha*, applaudido comediographo que nos deu o *Phantasma branco* e a *Torre em concurso*, e ao mesmo tempo respeitado professor de Historia. Joaquim Norberto escreveu formosas *Balladas* e uma excellente *Historia da Conjuração Mineira*. Taunay, o saudoso e brilhante escriptor da *Innocencia*, legou-nos a sua *Retirada da Laguna*, que é sem duvida superior á «Anabase» do illustre Xenophonte.

Permitti, egregio consocio, que em vossa propria obra, vasta e multiforme, se me depare um feliz exemplo desta mesma alliança. A vossa bella *Talitha* e outras muitas composições em verso, com que haveis enriquecido a litteratura nacional e honrado o nosso caro berço rio-grandense, são obras de verdadeiro poeta; mas ao lado dessas gemmas preciosas tendes *O Tractado do Condominio*, tendes *O Barão do Rio Branco*, tendes *A Politica brasileira no Prata até á guerra contra Rosas* e uma longa série de outros livros valiosos, em que se revela o vosso espirito superior de biographo, analysta e historiador.

O que daqui se conclue é que a vossa entrada neste gremio de estudiosos das cousas da Patria significa uma bellissima acquisição do Instituto Historico e um justo preito de homenagem ao vosso elevado merito.

Polygrapho eminente, antigo parlamentar, polemista distincto, jornalista vigoroso, jurista e professor, sois, meu muito digno collega e patricio, um dos ornamentos de que a Patria se desvanece, sois da estirpe rara desses trabalhadores apaixonados e illustres, em quem ella confia e de quem espera novos e relevantes serviços.

Não sei si abandonastes totalmente a arena da Politica, a qual, ou cega vos não comprehendeu, ou acinte fechou os olhos para se não deslumbrar com o vosso talento promissor e omnimodo. Si assim fôr, o Parlamento póde ter perdido um dos seus luminares, mas, como o amor da Patria vos estimula o cerebro, aqui tendes outro campo largo, e este tranquillo, em que a vossa actividade se póde traduzir em fructos opimos, — em que os dotes singulares do vosso espirito exclarecido pódem enriquecer-nos com outras joias de esmerado lavor.

O que devo assegurar é que entraes triumphante na nossa officina de trabalho; e estou certo de que, saudado com applausos geraes, não deporeis a penna brilhante, que tanto póde servir á nossa causa patriotica.

Vinde pois, laborioso e illustre collega, vinde sentar-vos ao nosso lado. Pertenceis tambem á familia daquelle grande sabio francez, Miguel Chevreul, que, ao se lhe festejar o glorioso centenario, declarou que era simplesmente o mais velho dos estudantes de França. Todos nós estudamos sempre por amor do nosso idolatrado Brasil. Vinde com o exemplo e com a palavra fortalecer-nos, ajudar-nos, vós que ainda estaes muito longe do centenario, mas já coberto de louros, que neste cenaculo só hão de avultar e reproduzir-se. » (*Applausos prolongados.*)

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*segundo secretario*) lê o seguinte parecer da Commissão de Admissão de Socios:

— « O sr. dr. Urbano dos Santos da Costa Araujo reune todos os predicados que justificam a distincção proposta.

Além do seu merito comprovado em altas posições como magistrado, administrador e politico, esse illustre Brasileiro é credor da gratidão do nosso Instituto por serviços de alta valia, que fôra grave injustiça exquecer.

O vivo interesse, que elle revelou pelos trabalhos do Congresso de Historia realizado em 1914, demonstra cabalmente quanto apreço lhe merecem estes estudos e tudo o que se relaciona com o progresso e o renome da Patria.

A commissão é, pois, de parecer que seja approvada a proposta do sr. dr. Urbano Santos da Costa Araujo para socio honorario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Sala das Sessões, 12 de Julho de 1915. — Dr. *B. F. Ramiz Galvão*, relator. — *Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho*. — *Antonio Olyntho dos Santos Pires*. »

Correndo-se o escrutinio, é o parecer approvado por unanimidade de suffragios e, acto continuo, o SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente*) proclama o sr. dr. Urbano Santos da Costa Araujo socio honorario do Instituto.

O SR. BARÃO HOMEM DE MELLO pede a palavra para offerecer ao Instituto um exemplar do — « *Projecto de Constituição para o Imperio do Brasil, organizado no Conselho de Estado, sobre as bases apresentadas por Sua Magestade Imperial o senhor d. Pedro I, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil. — Rio de Janeiro. Na Typographia Nacional, 1823.*

Sôbre essa offerta faz diversas considerações, assignalando que o referido projecto foi apresentado em 11 de Dezembro de 1823, com as assignaturas de *João Severiano Maciel da Costa. — Luiz José de Carvalho e Mello. — Clemente Ferreira França. — João Gomes da Silveira Mendonça. — Francisco Villela Barbosa. — Barão de S. Amaro. — Antonio Luiz Pereira da Cunha. — Manoel Jacintho da Gama. — José Joaquim Carneiro de Campos.* »

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente*) declara que o Instituto recebe com o maior agrado a offerta do seu illustrado 2° vice-presidente.

O SR. COMMANDANTE RAUL TAVARES pede a palavra e lê as seguintes palavras:

« Não poderia, sr. presidente, encontrar melhor occasião do que a de hoje, para lançar o meu protesto contra a ameaça insolita de intervenção extrangeira nos nossos mais intimos negocios, na nossa vida de nação independente, soberana e livre. Não poderia, sr. presidente, achar melhor momento do que este para, com todas as minhas energias, vêr gravado na acta desta sessão o protesto de sangue contra a ameaça que o senador francez sr. Pierre Baudin atirou á face enrubecida do Brasil inteiro. Protesto de sangue, sim, sr. presidente, porque irrompe das minhas veias, onde corre sangue brasileiro; promana do meu coração, onde se alimenta ardente amor da Patria; e emerge dos mais reconditos sentimentos

de dignidade e de patriotismo. O meu protesto, consequentemente, sr. presidente, feito aqui nesta casa, que se orgulha com justiça de ser a guarda zelosa e vigilante das tradições do renome brasileiro, tem tanto maior valor, é tanto mais opportuno, quanto é elle filho da necessidade imperiosa, dia a dia mais urgente, mais indispensavel, que sente o Brasil, neste momento de maxima gravidade politico-internacional, de assegurar ao mundo, por maneira inequivoca, de um modo positivo, formal e solenne, que havemos de saber repellir, sejam quaes forem as consequencias futuras, os arreganhos da fôrça e as ameaças, venham elles da Europa, da America, da Oceania, da Asia ou da Africa.

O Brasil ainda não perdeu a noção e o direito adquirido por quasi um seculo de historia, cheia de exemplos nobilitantes de patriotismo e altivez, de se considerar nação soberana e livre, capaz, si a tanto a obrigarem, de fazer valer os seus direitos, mantendo intangivel e immaculada a sua soberania, conquistada com o sangue precioso e bom dos nossos maiores. E' preciso, sr. presidente, que o extrangeiro se compenetre de que nós Brasileiros tambem trazemos no coração e no espirito as palavras com que Goethe synthetizou a alma germanica: *Resister en bravant toutes les puissances du monde et ne jamais courber la tête*. Tenho dicto».

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) diz que as vibrantes e patrioticas palavras do illustre consocio sr. commandante Raul Tavares encontram toda a sympathia no coração não só do Instituto como dos Brasileiros, que aliás estão certos de que os Poderes Publicos saberão salvaguardar em qualquer emergencia a dignidade nacional.

O Sr. Barão Homem de Mello pede depois a palavra para aprensentar a seguinte rectificação:

«O parecer da commissão especial nomeada pelo Instituto para dizer sôbre o projecto da Carta Geral da Republica, em resposta ao officio do Ministerio da Guerra, publicado na *Revista* de 1901, de pags. 170 a 183, foi todo redigido pelo orador, começando pelas palavras:

Pag. 170 — «A commissão nomeada pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro para dar parecer sôbre a Carta Geral da Republica, organizada pela terceira secção do

Estado-Maior do Exercito, em 9 de Abril de 1900, vem se desempenhar do encargo, que lhe foi commettido, submettendo á exclarecida attenção desse Instituto o resultado de seu exame. »

Termina pelas palavras:

Pag. 183 — « Esse exame virá concorrer com os resultados das novas operações no terreno para demonstrar uma das vantagens da organização da Carta do Brasil confiada por lei ao Estado-Maior do Exercito, qual a da concentração do trabalho cartographico, da qual decorre a uniformidade dos mappas geographicos dos differentes Estados da Republica. »

Essa commissão foi nomeada na sessão de 1 de Março do mesmo anno, composta dos seguintes membros:— marquez de Paranaguá, coronel Thaumaturgo de Azevedo, barão Homem de Mello, dr. José Americo e H. Raffard. Não foi nomeado relator porque, fazendo parte da mesma o 2º vice-presidente do Instituto, o marquez de Paranaguá, a este competia dirigir os respectivos trabalhos.

Effectivamente, este convocou logo a mesma commissão. Nesta o barão Homem de Mello fez verbalmente a exposição dos termos, em que devia ser dada a resposta do Instituto ao officio do Ministerio da Guerra. Tendo sido verbal esta exposição, o presidente da commissão, marquez de Paranaguá, convidou o membro da mesma commissão barão Homem de Mello a apresentar por escripto a exposição verbal, que acabava de fazer.

Em cumprimento dessa incumbencia, o mesmo apresentou o trabalho, que foi approvado pela commissão.

Na sessão de 12 de Abril, estando o auctor do parecer, barão Homem de Mello, impedido de proceder á leitura do mesmo, por estar então cego, só sendo operado da cataracta dous annos depois, foi esta leitura feita pelo membro da commissão dr. José Americo.

Terminada a leitura, o barão Homem de Mello obteve a palavra e declarou que em seu entender o Instituto não podia acceitar a parte escripta pelo mesmo membro da commissão dr. José Americo, começando pelas seguintes palavras:

« Aos applausos aqui tão sinceramente externados sôbre o conjuncto do projecto, sente a commissão não poder junctar

egual demonstração quanto a dous pontos do mesmo, embora tenha merecido grande favor tanto do exmo. sr. general subchefe do Estado-Maior, em seu parecer, como da terceira secção do mesmo Estado-Maior. »

E accrescentou, que o addendum apresentado pelo illustre membro da commissão se referia na sua primeira parte á questão administrativa de pertencer o Observatorio Astronomico ao Ministerio da Guerra ou ao Ministerio do Interior, e ser a segunda parte de character inteiramente technico da privativa competencia de institutos congeneres, como o Club de Engenharia ou o Instituto Polytechnico; e como tal aberrava inteiramente do fim social do Instituto, definido nos seus estatutos e dessa fórma só se occupando da Historia, Geographia e Ethnographia do Brasil.

Na publicação da acta foi supprimido o seu discurso, mas a verdade do que se passou transparece das palavras ahi transcriptas: « entendendo (o barão Homem de Mello) que o Instituto, propriamente, só se deve manifestar sôbre a parte historica e geographica do trabalho ».

O Instituto não acceitou a prejudicial suscitada pelo barão Homem de Mello, pelo que este ficou como vóto vencido, como declarou. »

Em seguida o dr. José Americo dos Santos pede a palavra e diz que « parecendo-lhe certo topico das palavras que que acaba de proferir o illustre consocio barão Homem de Mello conter uma insinuuação sôbre a lealdade do orador, assignando, como relator, o parecer que em tal character leu em sessão de 12 de Abril de 1901 e publicado na *Revista* do mesmo anno, não póde prescindir de, em breves palavras, produzir a sua defesa perante o mesmo selecto auditorio, que ouviu a accusação.

Tendo-lhe constado que similhante accusação seria apresentada nesta sessão, procedeu a uma pesquisa em seu archivo e teve a fortuna de encontrar o rascunho do parecer, que como relator por incumbencia do presidente da commissão, o finado marquez de Paranaguá, redigiu e, passado a limpo por empregado da Secretaria do Instituto, leu naquella sessão de 12 de Abril de 1901 e se acha archivado, assignado por toda a commissão, estando em seguida á assignatura do sr.

barão Homem de Mello a declaração de — com restricções quanto á parte technica final.

Está certo de que a maioria dos que o ouvem conhece bem com que sacrificio tem sabido manter a lealdade e independencia de character na orientação de sua vida.

Foi outro, não elle orador, quem assignou pelo sr. barão a pedido por se achar, conforme ha pouco declarou, no seu periodo de nebulose, isto é, soffrendo de cataracta.

O orador estava vendo bem claro e viu que leu o parecer, copiado de seu rascunho, que ora apresenta e póde ser examinado por quem conhecer sua calligraphia e que cotejou com o que se acha publicado, inserido na acta da dicta sessão na *Revista* de 1901, sendo reproducção *ipis vérbis* do que foi lido.

Foi elle, orador, incumbido pelo exmo. sr. marquez de Paranaguá, presidente da commissão, de redigir o parecer que assignou como relator sem protesto algum de qualquer dos membros da commissão ou do secretario que redigiu a acta da sessão ou da Directoria do Instituto, quando na sessão seguinte, á qual esteve presente o sr. barão, foi essa acta approvada.

E a mais flagrante prova do que affirma encontra-se na contradicção entre o topico da exposição do sr. barão, chamando a si a auctoria exclusiva do parecer, dando ao orador o simples papel de ledor, e o topico immediato, em que já admitte que do dicto parecer ha uma parte por este escripta e que em seu entender não devia ser acceita pelo Instituto.

Bem fizeram a maioria da Commissão e o Instituto approvando, como parte integrante do parecer, esse trecho, cuja rejeição o illustre consocio propunha, pois que sem elle, o parecer não teria cabalmente respondido á consulta tão honrosamente dirigida ao Instituto pelo Ministerio da Guerra.

Dirá, ainda, o orador que, a esse tempo, era tambem membro da commissão incumbida pelo Instituto Polytechnico Brasileiro de responder a egual consulta. »

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) diz que o Instituto ouviu as declarações do sr. barão Homem de Mello e as do sr. dr. José Americo dos Santos, o primeiro o decano dos socios actuaes e merecedor, por isso, além de

outros titulos, da maior veneração, e o segundo egualmente digno do maximo apreço.

Tracta-se de um facto occorrido ha mais de 14 annos, mas sempre é tempo de rectificar a verdade, por ventura alterada, ou mal comprehendida.

Nem as palavras do sr. barão Homem de Mello, nem a lealdade do sr. dr. José Americo dos Santos podem soffrer a menor sombra de duvida. O Instituto e o paiz inteiro bem os conhecem a ambos, considerando-os illustres Brasileiros cheios de serviços á Patria.

As referidas declarações serão consignadas na acta da sessão de hoje, ficando assim, de modo completo e definitivo, encerrado o incidente.

Nada mais havendo a tractar, o Sr. Presidente levanta a sessão ás 22 1|2 horas.

Roquette Pinto,
2° secretario.

ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINARIA, EM 23 DE AGOSTO DE 1915

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 20 ½ horas, na séde social, abre-se a sessão com a presença dos seguintes socios:

Srs. conde de Affonso Celso, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, dr. Edgard Roquette Pinto, dr. Augusto Tavares de Lyra, dr. Homero Baptista, general dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, dr. Pedro Lessa, dr. Souto Maior, conselheiro Salvador Pires de Carvalho Albuquerque, dr. Manuel Alvaro de Sousa Sá Vianna, dr. Lucas Ayarragaray, major dr. Liberato Bittencourt, coronel Jesuino da Silva Mello, dr. Arthur Pinto da Rocha, dr. Alfredo Valladão, Eduardo Marques Peixoto, dr. José Americo dos Santos, dr. Alfredo Rocha e dr. Nicolau José Debbané.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*2º secretario*) lê a acta da sessão anterior, que é approvada unanimemente.

Em seguida, o Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) communica as offertas, feitas ao Instituto pelo digno consocio dr. Eugenio Egas, de varios autographos do padre Diogo Antonio Feijó e de alguns impressos rarissimos.

Communica egualmente que o illustre consocio sr. dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida teve a bondade de trazer da Europa diversos retratos de figuras predominantes na politica do Velho Mundo e de militares, que se têm distinguido na actual guerra, sobrelevando o retrato, com dedicatoria autographa ao Instituto, do presidente Poincaré, devendo em breves dias trazer tambem um retrato do rei Alberto I, da Belgica, em identicas condições.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) agradece em nome do Instituto tão valiosas offertas.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) lê depois as seguintes propostas:

— « De conformidade com a indicação apresentada pelos eminentes consocios srs. dr. Ramón J. Cárcano e Carlos Lix Klett, temos a honra de propôr, para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, o sr. dr. d. Luiz Maria Torres, notavel scientista argentino, servindo de justificativa desta proposta as obras de sua lavra, offerecidas ao Instituto, cuja relação foi publicada na acta da primeira sessão do corrente anno.

Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 1915. — *M. Fleiuss.* — *Thaumaturgo de Azevedo.* — *Eduardo Marques Peixoto.* — *Roquette Pinto.* » — A' Commissão de Historia, sendo relator o sr. dr. Clovis Bevilaqua. »

— « Temos a honra de propôr, de accôrdo com o resolvido pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro, para seu socio correspondente, o senador federal sr. João de Lyra Tavares, professor de Chorographia e Historia do Brasil na Eschola Normal da Parahiba e de contabilidade do Lyceu do mesmo Estado, auctor de diversas obras, notadamente da memoria — *Economia e Finanças dos Estados* — apresentada ao Primeiro Congresso de Historia Nacional e offerecida ao Instituto.

Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 1915. — *M. Fleiuss.* — *Thaumaturgo de Azevedo.* — *Eduardo M. Peixoto.* — *Roquette Pinto* ». — A' Commissão de Historia, sendo relator o sr. dr. Viveiros de Castro. »

— « Temos a honra de propôr, de conformidade com o resolvido pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro, para seu socio effectivo, o sr. dr. José Luiz Baptista, engegenheiro e auctor da memoria — *Historia das Estradas: determinação das áreas que exploraram* — apresentada ao Primeiro Congresso de Historia Nacional.

Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 1915. — *M. Fleiuss.* — *Thaumaturgo de Azevedo.* — *Eduardo M. Peixoto.* — *Roquette Pinto* ». — A' Commissão de Geographia, sendo relator o sr. dr. Gastão Ruch. »

— « Temos a honra de propôr para socio effectivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o sr. dr. João Chrysostomo da Rocha Cabral, jurista de renome e auctor dos seguintes trabalhos publicados: *Evolução do Direito Internacional, Das fallencias e do respectivo processo, Catalago dos productos do Estado do Piauhy na Exposição Nacional de 1908, A nova reforma do ensino,* além de outros, os quaes servem de base a esta proposta.

Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 1915. — *M. Fleiuss.* — *Thaumaturgo de Azevedo.* — *Eduardo M. Peixoto.* — *Roquette Pinto.* »

Annexa á proposta acha-se a seguinte carta de candidatura do sr. dr. Rocha Cabral:

« Rio de Janeiro, 23 de Agosto de 1915. — Exmo. sr. conde de Affonso Celso, dignissimo presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Amando ardentemente as tradições gloriosas da nossa Patria, accompanho com a mais viva sympathia os exforços que, por conserva-las e aviventa-las, despende o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, com o desprendimento, firmeza e alto descortino que o tornam verdadeiramente digno da benemerencia pública. As minhas occupações profissionaes e poucas luzes não me permittem, entretanto, concorrer com um contingente ponderavel para essa obra scientifica e patriotica. Exemplo disso e, ao mesmo tempo, daquella bôa

vontade, são os parcos subsidios, que, nas publicações que esta accompanham, tenho a honra de apresentar a V. Ex. com o pedido, que ouso fazer, de um logar nessa conspicua corporação. Queira V. Ex. acceitar os protestos de subida estima e da mais alta consideração, com que sou — De V. Ex. Att. Admirador e leal patricio, *João C. da Rocha Cabral*. »

A proposta e os trabalhos são enviados á Commissão de Historia, sendo relator o sr. dr. Alfredo Valladão.

— « Temos a honra de propôr, de conformidade com o resolvido pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro, para seu socio effectivo, o sr. dr. João Martins de Carvalho Mourão, notavel jurisconsulto, professor de Direito, e auctor da memoria — *Os Municipios. Sua importancia politica no Brasil colonial e no Brasil-reino. Situação em que ficaram no Brasil-imperio pela Constituição de 1824 e pelo Acto Addicional* — apresentada ao Primeiro Congresso de Historia Nacional.

Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 1915. — *M. Fleiuss.* — *Thaumaturgo de Azevedo.* — *Eduardo M. Peixoto.* — *Roquette Pinto.* » — A' Commissão de Historia, sendo relator o sr. dr. Pedro Lessa. »

O mesmo Sr. 1º Secretario Perpetuo lê o seguinte parecer da Commissão de Historia:

— « Por seus estudos especiaes, a Geographia e a Historia do seu paiz, que algumas vezes se entrelaçam ás da America em geral, o illustre professor de Historia do *Collegio Nacional* de Buenos Aires, sr. José Juan Biedma, muito merece ser eleito socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Entre varios trabalhos, publicados pelo sr. Biedma, é digno de especial menção o *Atlas Historico de la Republica Argentina*, em que o auctor começa por um mappa (diseño) do globo em 1492, ao lado de um outro de 1515 a 1520, com breves explicações historicas do conceito que formaram os antigos acêrca da America. Em seguida, pelo mesmo processo, vem mostrando o que foi o mundo na epocha dos grandes descobrimentos, das *viagens maiores* (1499-1504), o resultado das *viagens menores* de Vicente Pinzon, de Ojeda, Juan de la Cosa, Americo Vespucio, Pedro Alvares Cabral, Juan Diaz

de Solis, Fernando de Magalhães, a viagem e conquista do Mexico por H. Cortez, a divisão politica da America do Sul nos seculos XVI e XVII, as conquistas e explorações do seculo XVI, as provincias austraes do vice-reinado do Perú no seculo XVII, o vice-reinado do Prata, a primeira e segunda invasão ingleza no Rio da Prata, a guerra da Independencia Argentina, a campanha do Brasil (1826-1828), a guerra do Paraguai (1865-1870) e finalmente as guerras civis e campanhas contra os indios.

Como trabalho didactico, não se lhe póde pôr em duvida a excellencia do methodo, a clareza, a concisão, o interesse das elucidações geographicas e historicas, ao lado do primor das cartas, dos desenhos, por meio dos quaes tão facil e nitidamente se grava na memoria o conjuncto das licções do mestre.

Mas, indefesso trabalhador, offerece-nos o sr. Biedma junctamente com esse muitos outros livros, em que dá prova do grande devotamento com que estuda e divulga a historia da sua patria, especialmente a biographia dos seus homens illustres. Pringles, o general Espinosa, Suarez e Olavania, Mitre, são paciente, cuidadosa e carinhosamente estudados em sua vida, seus feitos, seus escriptos. O entranhado patriotismo do auctor exulta, porque póde concluir a biographia de Mitre, reproduzindo estas phrases de um outro compatriota:

«Quando a posteridade formular seu juizo sobre o tenente-general Bartholomeu Mitre, com prévio estudo profundo de sua vida e com o criterio philosophico de Plutarcho ou Tacito, mui poucos serão os Americanos comparaveis ao illustre Argentino. Militar exclarecido, que realizou façanhas estrategicas como a passagem do Paraná, pelo exercito alliado, e a campanha de Quadrilatero na guerra com o Paraguai, elevou-se á altura dos generaes de genio; estadista não egualado em sua patria, realizou o que ninguem lográra — a união das provincias argentinas sob o regime federativo-nacional, e deu rumos superiores á politica interna e externa da Republica; historiador e publicista de reputação européa; cidadão de virtudes exemplares, que no apogêu do poder como no seio humilde do paiz tem inspirado sempre aos seus com-

patriotas um carinho intenso, de que só ha um exemplo no que Washington inspirou aos de sua nação; Mitre é um conjuncto de qualidades e feitos illustres, que a Historia imparcial collocará entre as primeiras grandezas do seculo XIX. »

Este exaltado patriotismo faz algumas vezes que o estudioso geographo e historiador argentino diminua, ou não veja bem, os homens e os feitos das outras nações, como acontece, por exemplo, em relação ao Brasil em mais de uma passagem da sua longa *Chronica historica del Rio Negro de Patagones*.

Não sabemos si é preferivel censurar taes sinões do illustre chronista, ou apresenta-los aos nossos patricios como um espelho em que devem mirar-se, para corrigir os defeitos oppostos de que padecem.

Seja como fôr, o que é innegavel é o grande e ininterrupto exfôrço do sr. José Juan Biedma por conhecer e vulgarizar a Geographia e a Historia do seu paiz. Que outro melhor titulo poderia elle exhibir á eleição do Instituto Historico e Geographico Brasileiro?

Rio de Janeiro, 4 de Dezembro de 1914. — *Pedro Lessa*, relator. — *Basilio de Magalhães*, com restricções quanto ao anti-brasileirismo de que ha sobejas manifestações nas obras de Biedma. — *Clovis Bevilaqua*. Subscrevendo o parecer do eminente confrade dr. Pedro Lessa, julgo opportuno lembrar que o sr. J. J. Biedma, saudando o nosso chanceller — o general dr. Lauro Müller, que um pensamento de paz e concordia levava a Buenos Aires e Santiago, depois de passar por Montevidéo, recordou a acção conjuncta do Brasil e da Argentina na erecção da Republica Oriental do Uruguai, considerando esse facto « evocador do começo de uma amizade internacional consolidada, no tempo, por grandes factos historicos e reciprocos interesses, a qual irradiará calor e luz na alma e na consciencia dos povos da America, que nos contemplam ».

O parecer é approvado e o processo é remettido á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. dr. Manuel Cicero.

Participa depois o Sr. M. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) que se acham presentes o socio effectivo dr. Aurelino

Leal e o socio correspondente dr. Eugenio Egas, que vêm tomar posse de suas cadeiras.

O Sr. Presidente nomêa a seguinte commissão para introduzi-los no recinto: M. Fleiuss, Roquette Pinto, Pedro Lessa, Alfredo Valladão e José Americo dos Santos.

Dão entrada no recincto e prestam o compromisso dos Estatutos os srs. drs. Aurelino Leal e Eugenio Egas.

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Dr. Aurelino Leal, que lê o seguinte discurso:

«Exmo. sr. presidente, meus senhores:

Si tivesse sido eu proprio juiz da proposta, que me acenou com a idéa seductora de ser recebido nesta casa, como companheiro dos que lhe exaltam a fama e lhe guardam nobremente as gloriosas tradições, certamente a consciencia ter-me-hia imposto uma recusa formal. Fostes mais generosos: eu não teria vacillado em declarar-me, sinão indigno, pelo menos sem condições culturaes para pertencer ao gremio illustre, a que servis com o brilhante nome que conquistaes no meio nacional; ao passo que vós, por consenso unanime, me conduzistes da nave do templo, onde já me habituara á simples condição de fiel, ao majestoso sanctuario, para participar da honra de formar ao lado dos sacerdotes do culto e com elles celebrar os magnificentes cerimoniaes do vosso rito.

Não leveis á conta de modestia convencional ou calculada o conceito, assim expresso, da minha inopia para figurar entre vós. O meu logar era e devia ser ainda por muito tempo entre discipulos desta casa.

Não córo de dizer-vos que é ao *Instituto Historico* que devo o ter-me instruido um pouco nas cousas da nossa vida e das nossas gentes.

Antes do *Congresso* de Septembro do anno passado e do meu curso de Outubro, eram bem escassos — e ainda agora são estreitissimos — os meus conhecimentos sôbre Historia patria. O tempo apagara grande parte dos meus deficientes estudos collegiaes, e a minha especialização na vida publica, atropelada de intercurrencias politicas, não raro dolorosas e amarissimas, não me permittiu, até ha pouco, tornar-me familiar com tão attrahentes investigações.

Ora, o *Congresso de Historia Nacional* e o meu curso são de hontem, apenas, e em tempo tão breve jamais ninguem se fez levita. Religionario era eu, decidido, da vossa fé; e agora, sem deslumbrar-me com a honra que não solicitei, hypotheco-vos, em mesquinha troca da vossa fidalga bondade, toda a energia, todo o exfôrço, toda a bôa vontade de que fôr capaz pela obra gloriosa e fecunda, que vindes construindo.

O logar de membro effectivo do *Instituto Historico* não é simples dignidade scientifica, que os vaidosos inscrevem no activo de triumphos faceis. E' positivamente um posto de responsabilidades sociaes e de exigencias que jogam com o civismo.

A grandeza e o exacto valor das cousas nem sempre se imaginam bem atravez de concepções abstractas. Vale muito senti-las de perto, toca-las com a mão e receber, nesse contacto com a mentalidade e a evidencia, a sensação real de sua importancia.

Quem quizer avaliar bem a obra do *Instituto Historico* deve transpor os seus umbraes. A primeira impressão que se tem é bem egual á do crente que visita uma cathedral vetusta, onde abundam reliquias. E' o contacto respeitoso com o passado, a commovedora visão de vultos e factos de eras priscas; adoração de grandes personagens, revistas em effigie, constructoras do que somos e expoentes do que valemos.

Santa emoção, senhores, essa que o passado nos desperta ! Nós a sentimos com a leitura ou com a imagem das cousas. A descripção dos factos, de que o paiz natal foi scenario, empolga os filhos da terra e enche-os de orgulho e de fé: orgulho pelos ascendentes de que emergiram, fé pelas energias de que foram herdeiros e que constituem os seus recursos de combate na continuada porfia, que aspira á grandeza nacional. A imagem não é menos suggestiva. A effigie de um pro-homem, que moldou no barro informe da terra joven a figura representativa das nossas conquistas; que fez de estatuario carinhoso e collaborou na obra gigantesca da nossa evolução cultural, contornando-nos uma cabeça, onde refulgem scentelhas de genio, abrindo-nos olhos onde fulguram estrellas, talhando-nos hombros cyclopicos capazes de supportar todo o pêso do progresso, desperta-nos um inven-

civel sentimento de adoração: nós o contemplamos como o fetichista ao idolo, revendo na sua fronte gloriosa e enrugada, na brancura dos seus cabellos, na viveza de seu olhar, na magnitude do seu porte, como que o proprio Brasil humanado.

Essa emoção sentem todos que entram nesta casa. Ou visitando a sua apreciavel bibliotheca, ou contemplando as curiosidades historicas de seu museu, ou attentando nos quadros que lhe adornam as paredes, quem quer que aqui venha sente a magestade do passado; e si, só por isso, não comprehende que ha em tudo um conjuncto de factos representativos de determinado valor sociologico; si não descobre o elo que os une a todos, percebe, pelo menos, a necessidade que o homem tem, como cidadão, de manter uma certa conducta para que as futuras gerações sintam o mesmo, recebam as mesmas impressões de orgulho, de satisfacção civica ou enlevo patriotico ao contemplarem, reduzidos á materialidade, os feitos das gerações que passaram.

Ha uma série de motivos que justificam essa paciente actividade, com que vos empenhaes em exclarecer o passado. Todos elles se movem dentro do circulo immenso da Moral: da Moral civica e da Moral social.

O proprio cuidado dos legisladores, contemplando o ensino da Historia no curso de humanidades, é indicativo de que se tornou victoriosa a necessidade de lançar-se na alma do adolescente o conhecimento dos tempos já vividos.

Nas paginas d'*O Ensino sob o ponto de vista nacional*, Fouillée bem o accentuou em abstracto. «O ser que não tem nenhuma noção de Historia é novo no mundo como uma criança ou mesmo como um orphão que jámais tivesse conhecido seus paes». (Op. cit., pag. 286.)

O conceito seria perfeitamente exacto, si fosse susceptivel de objectivação. A ausencia da noção de Historia implicaria a indifferença do homem por tudo que o cercasse. O passado é e será em todos os tempos um estimulante do presente e um provocador ás bôas imitações.

Na realidade, não existe um só homem sem o sentimento historico. O camponez dos nossos sertões não tem a menor idéa da esteira de luz, que a civilização tem deixado atravez

da sua trajectoria multisecular. Ignora, sem duvida, a historia de todos os povos do velho continente e a nossa; mas, no fundo da sua alma, bruxoleando como uma luz sagrada que os zêlos da saudade alimentam, illuminando-lhe os dias como uma estrella polar a indicar-lhe o futuro cheio de esperanças, vive a consciencia de seu meio pequenino, da sua aldeia branca e pobre, sôbre a qual derrama bençãos a torre humilde do campanario amigo. E' a consciencia historica do seu *habitat*, que elle aprendeu a amar atravéz das tradições ouvidas, na lareira, dos avós encanecidos; das lendas que os velhos lhe ensinaram; das superstições locaes que lhe espalharam no cerebro, tudo a lhe affirmar a sua posição de representante de outras gerações, que elle venera e imita.

E este sentimento existente em todo o homem é susceptivel de ser explorado em um sentido educativo e francamente utilitario.

A Historia, por isso mesmo que nos faz amar as gerações que já viveram, por isso mesmo que nos conta os feitos dos grandes homens e nos apresenta o formidavel balanço de cousas uteis que a humanidade construiu, representa uma grande e poderosa suggestão, que força o homem de hoje a seguir as pégadas do homem de hontem, imitando-lhe a conducta moral e civica.

O conhecimento do passado desenvolve-lhe « o sentimento da solidariedade humana e da solidariedade nacional ». (Fouillée, ibd, ibd.)

E essa é, sem dúvida, uma face brilhantissima da vossa missão: argamassar as bases dessa solidariedade, cimenta-la, torna-la o expoente de um grande povo e a pedra fundamental de um glorioso paiz.

Quem estuda a Historia brasileira recebe a impressão fascinadora de um passado cheio de bellezas...

Antes de tudo, é a terra formosa vista pela primeira vez das amuradas de navios veleiros — cysnes da descoberta nadando ao mar — cançados de uma longa travessia e subitamente esperançosos de uma enseada azul e bonançosa, quando as primeiras linhas do novo continente se desenharam no horizonte remoto... Logo depois vem a scena immortal da celebração da primeira missa...

Dir-se-hia que o Brasil foi um sonho, que se realizou e que recebeu as bençãos da Fé no alvorecer da sua vida de civilização... A Cruz distendeu os seus braços protectores, como

... a palmeira que domina ufana
Os altos cimos da floresta espessa...

E no carinhoso amplexo predisse que, como a palmeira dominadora, seria

... bem presto no mundo novo
O Brasil bem fadado.

A estrada que a terra joven percorreu apresenta perspectivas de contínuas variantes.

Por que todos comprehendessem que o Brasil era um centro de formidavel potencial, capaz, tempo adeante, de enriquecer as velhas nações européas, foi alvo de larga e natural cobiça. Nem têm outra explicação as arremetidas a que foi preciso resistir de «Francezes, Hispanhoes, Hollandezes e Inglezes, a disputarem a presa rica, que a sentença papal houvera doado e confirmado ás lusas quinas». (Borges dos Reis: *Historia do Brasil*, vol. I, pag. 53.)

Atravéz do nosso destino nem sempre foi facil a nossa marcha, passando pela organização das capitanias, pela repulsa dos Francezes, pelo jugo hollandez. A terra amada, cheia de florestas e prateada de areia á beira mar, não podia, enormissima na sua área, revelar-se de uma vez ao braço colonizador. Neste sentido, quaesquer que sejam as explicações moraes que lhe attribuam, o bandeirismo ha de constituir a historia das grandes audacias, ha de ser, na chronica brasiliense, uma pagina de coragem, ambiciosa embora, mas formidavel.

Ao patriota, porém, o que mais encanta na Historia do Brasil é perceber que, ainda ao refulgirem os primeiros raios de sol da nossa civilização, se esboçaram na alma do povo impressões iniciaes de um sentimento nacionalista, que se desenvolveu gloriosamente até á independencia. Affirma-lo assim de factos que tiveram manifestações precursoras em 1710,

com a proposta de Bernardo Vieira de Mello para proclamar-se um govêrno republicano á similhança do de Veneza, e em 1783, com a Inconfidencia Mineira, não é exaggerar relativamente a um paiz que fôra descoberto em 1500 e que, já em 1821, tinha inscripto o seu nome no mappa das nações como figura componente da *magna civitas*.

De facto, estando ainda no Brasil d. João VI, formulou-se em termos positivos o problema da constitucionalização do paiz.

O grito contra o regime absoluto viera de longe, e o proprio Portugal o repetira. Mas o desejo da submissão á vida legal não era sinão um passo para a emancipação definitiva.

Quando se medita sôbre os acontecimentos desdobrados naquelle tempo sente-se bem que houve homens de Estado que, occupando um meio termo entre os libertadores *à outrance* e os sustentadores do regime colonial absoluto, apoiados a extremos centralistas, defenderam uma politica temperada da autonomia brasileira, sem se quebrarem, todavia, os laços de dependencia com a metropole lusitana. Mas, si as velhas côrtes constituintes tivessem accordado em uma solução que contentasse á deputação brasileira, nem por isso ella seria duradoura.

Todos esses factos occorreram quando não existiam o vapor e o telegrapho, quando o velho mundo se isolava do novo durante mezes, quando a liberdade politica desfraldava bem alto o seu formoso pavilhão, impondo franquias em bem dos povos...

Ora, as nossas relações com Portugal, estremecidas aqui com as reacções nacionalistas, não podiam ser duradouras, atravéz de uma tão grande distancia. Uma providencia governamental gastaria pelo menos dous mezes para ser adoptada. Por outro lado era latino o nosso sangue, latina a nossa alma, o que nos emprestava um grau avantajado de impressionabilidade capaz de lances faceis nas manifestações de civismo.

O principe, que então presidia aos nossos destinos, foi vehiculo facil ás idéas que incendiavam o animo das multidões

do tempo, animando-as, a despeito dos protestos de submissão á distante auctoridade paterna.

Principalmente sob o ponto de vista passivo, pelo muito que poderia oppôr e não oppôz á idéa da emancipação politica, o imperador Pedro I foi-lhe precioso alliado. Infelizmente não quiz elle comprehender que a consciencia da nacionalidade não era apparente; que o sentimento da terra natal, e porque não dize-lo? o orgulho pela sua extensão, pela belleza surprehendente do seu physico, entraram em uma phase de franco desenvolvimento e intensa percepção de si mesmo. Dahi a lucta entre Portuguezes e Brasileiros, aquelles aspirando a um dominio no govêrno, que estes ciosamente não permittiam.

Si ha uma pagina historica, da qual se possa dizer que teria sido escripta de outra fórma, si não fosse o character do primeiro imperante, é essa do alvorecer da independencia.

D. Pedro era versatil. Cedia facilmente á lisonja. Deixava-se dominar pelo amor das mulheres, e quem mais grãos de incenso queimava em sua honra mais graças reaes recebia em troca. Por outro lado, era irritadiço e vaidoso. Quando se convencia do êrro, difficilmente o confessava e corrigia. D'ahi a apassivar-se ás mãos do gabinete secreto foi um passo, com a funesta consequencia de perder os seus melhores amigos.

O sentimento nacionalista poz-se de guarda, e não demorou em romper fogo cerrado contra a gente lusitana.

A jornada de 1831, no famoso 7 de Abril, é fundamentalmente uma victoria nacional. Com a abdicação ou com a simples mudança do ministerio, a sua explicação seria uma só: a do sentimento civico, a da consciencia popular fugindo ao jugo extranho para fazer, ella mesma, o govêrno da terra.

D'ahi, ainda, até á morte de d. Pedro I, com uma ligeira solução de continuidade, é sempre o sentimento nacional que domina. A volta do principe reviveria o absolutismo, o dominio da versatilidade, da intriga palaciana, do dissidio entre os filhos do paiz e os Portuguzes, que era o que aquelles mais temiam.

Quando desappareceu do scenario da vida o nosso primeiro imperador, o Brasil entrou na posse moral de si mesmo,

sem outra preoccupação que não fosse resolver entre os seus naturaes e adoptivos as pendencias da sua directriz.

Sem mais perigos da temida politica de restauração, desenvolveu-se a politica da moderação conservadora que, aliás, já vinha sendo practicada de par com a resistencia ao partido caramurú, desde o inesperado acontecimento de 7 de Abril.

D'ahi até á Republica a historia do paiz, no dominio politico e no dominio da administração, é, meus senhores, um grande repositorio de licções eloquentissimas.

A primeira vantagem que a abdicação nos trouxe foi a certeza de que possuimos homens de formidavel envergadura. Feijó revela-se no perfil de um puro e de um bravo. Um só dos seus actos definiu-lhe o valor: a licença da tropa, moralmente dissolvida pela exploração politiqueira. Evaristo faz de apostolo da paz, entre as labaredas do odio politico. O titulo que escolhera para o seu jornal — « Aurora Fluminense » — indica por si só que, a seu juizo, passara a noite cruel das dissenções e surgia, imponente e cheio de majestade, o sol de uma outra éra. Vasconcellos, com o cerebro cheio de saber e a vontade temperada de aço, imprime á politica do tempo o cunho do seu valor de gigante. Um firma a « supremacia do Govêrno civil », no dizer de Nabuco; o segundo salva o « principio monarchico »; o terceiro ganha fama de « ter reconstruido a auctoridade ». (*Um Estadista do Imperio*, vol. I, pag. 32).

Dos homens de então disse Nabuco que elles « revelavam um grau de virilidade e energia superior ». (Ibd., ibd., pag. 33.)

Na verdade, o periodo regencial está escripto em uma pagina de ouro da Historia brasileira. O patriotismo dos nossos antepassados ahi se destacou em alto grau. Houve, é certo, ambições desenfreadas, explosões de odios e intrigas partidarias. Mas é consolador encontrar uma « élite » gloriosa com a mão firme ao leme da náo, livrando-a do mar tempestuoso e procurando mante-la ao abrigo da enseada...

Nas agitações que antecederam o 7 de Abril e nas incandescencias que a elle se seguiram, foi a moderação que nos salvou. Foi ella que evitou o golpe de Estado de 1832; que venceu as impaciencias dos exaltados na reforma constitucional de 1834, até transformar-se, com a sua bandeira a tre-

mular na mão potente do grande Vasconcellos, no espirito conservador da interpretação e na propria Maioridade, que tendo sido uma obra de estrategia dos liberaes, não foi menos uma construcção conservadora para acabar com as incertezas do Regimen provisorio e cançado da Regencia.

No reinado do segundo imperador essa moderação conservadora foi ainda dominante. O poder pessoal de Pedro de Alcantara foi o maior freio que conteve a machina politica deste paiz, actuando sôbre a paixão dos homens de partido, dominando as suas ambições e diminuindo as demasias dos seus processos e prejuizos.

« Em politica, disse Nabuco do saudoso dynasta, de certo, nada do que os ministros propõem ou as Camaras votam ultrapassa a sua risca; é elle quem faz as sondagens de um lado e outro do canal, onde se navega. » (Op. cit., III pag. 560.)

E' facil imaginar a auctoridade do grande rei, que sempre, é ainda Nabuco quem diz, se reservou o direito de apear do poder os presidentes do Conselho, impedindo, facilitando recomposições e impondo condições. (Ibd., idb., 561.)

E não se submettessem elles ! O imperador tinha « a opposição anciosa, esperando um chamado » (ibd., ibd., ibd.); e essa expectativa, para os homens do poder, innumeras vezes serviu de calmante ás explosões do zêlo.

Quando a sua vontade começou a enfraquecer, quando não lhe foi possivel assistir ao drama da politica e do govêrno com a constancia dos outros tempos, a Republica sorprehendeu-nos. Mas ainda ahi, a despeito das exaltações da propaganda, a moderação conservadora guiou os nossos destinos. As primeiras providencias do novo regime foram unitaristas, justamente como convinha á mudança brusca que se operara.

Ao construir-se o edificio constitucional, o sentimento dos modernos interveio de novo: as demasias do federalismo não venceram. E ás idéas conservadoras então preferidas têm adherido varios estadistas de renome, que as patrocinaram na Constituinte. As proprias prédicas da revisão abundam de suggestões unitaristas, que enchem de razão aos que, em 1891, combateram a falsa soberania dos Estados.

Em synthese, a nossa historia politica é essa de que fiz ligeirissimo esbôço. Póde não ser brilhante, mas é consoladora.

O estudo psychologico da nossa trajectoria revelou-se por um vivo sentimento nacional, cuja primeira manifestação foi o anceio pela independencia, obra a que se dedicaram patriotas da témpera dos gloriosos Andradas. Realizada a grande aspiração, os Brasileiros mostraram-se avessos á tutela extrangeira dentro do proprio paiz. Estado que acabava de percorrer o não pequeno cyclo colonial, tinha uma grande população portugueza no seu seio, contrastando-lhe o govêrno, encampando-lhe a administração, o que suspeitava a independencia de ter sido um mytho e expunha os nacionaes a uma condição de incapacidade de dirigirem os proprios destinos. Vencida que foi esta gloriosa campanha, esboçou-se na nossa Historia a politica moderada, transigente com os liberaes exaltados, até desfraldar a bandeira conservadora sem propositos de emperramentos, que nos trouxe atravez da regencia, do segundo reinado e da Republica, até á situação em que nos encontramos.

Certamente, a licção não deflue da nossa Historia com pretenções á originalidade. Mas o simples facto de faltar-lhe cunho de universalidade é sufficiente para que bemdigamos a memoria dos que construiram este paiz, dos que fundaram esta patria, voltando as costas ás demasias e encontrando na tolerancia, nas transacções superiores, nas combinações bem orientadas o especifico contra os visionarios ou demagogos.

O estudo dos paizes da America, para não saírmos deste continente, revela esta verdade: onde a moderação politica e as prácticas conservadoras foram cultivadas com carinho e senso, a eurythmia politica não se comprometteu; onde, porém, a ambição tomou o logar ao interesse social, a paixão partidaria entrou em connubio com o egoïsmo desenfreado; a intriga dissolvente perturbou as sãs combinações sectarias, levando de vencida, em uma derrocada fatal, os exforços gloriosos dos que criam mais na therapeutica social dos balsamicos e dos tonicos do que nas applicações selvagens e inopportunas dos revulsivos inuteis; a collectividade está em confusão, em desordem, recuando ao envés de avançar, reve-

lando-se pobre de homens e ameaçada de absorpção pelos mais fortes.

No govêrno e na politica brasileira, resistir aos exaltados tem sido uma práctica repetida e feliz. Insistamos nella para endereçarmos ás gerações vindouras a historia dos tempos de hoje vasada nos moldes aproveitaveis da tolerancia, da moderação, do patriotismo e, ao mesmo tempo, da energia que nos legaram os nossos antepassados!» (*O orador é vivamente applaudido.*)

O Sr. Presidente dá em seguida a palavra ao sr. dr. Eugenio Egas, que lê este discurso:

«Meus senhores.

Não sei como possa significar-vos a minha profunda gratidão, o meu eterno reconhecimento pela honra insigne, que me foi conferida, de possuir uma cadeira nesta casa. Nesta casa, que é o sanctuario da patria; nesta casa, onde os grandes espiritos, que já se foram, deixaram o exemplo de suas virtudes civicas e do seu intenso amor á terra e ao povo brasileiro; nesta casa, onde os grandes espiritos, que actuam sôbre o nosso meio social, dão o exèmplo de seu patriotismo, do seu trabalho e da sua carinhosa dedicação ao Brasil; aqui, as virtudes civicas recebem novo alento para novos feitos e conquistas gloriosas; aqui, a descrença desapparece e a confiança como que renasce para entoar canticos altisonantes ao futuro fulgido, e não remoto, da nacionalidade, que nos é commum. O Instituto deu-me um titulo, que eu guardarei com esse nobre orgulho, que tão bem assenta nas almas simples e modestas, desejosas de aprender para melhor applaudir.

Confesso, meus senhores, e mui ingenuamente, que a honra de me achar ao vosso lado, e neste recincto, commove-me sobremaneira. Sinto-me melhor cidadão, reconheço-me mais brasileiro. Contemplando daqui a nossa sociedade, o nosso meio e a nossa terra, melhor admiro o seu passado, e mais enthusiasticamente confio no seu porvir.

Os trabalhos do Instituto, os seus annaes, os seus manuscriptos, a sua bibliotheca, as suas gravuras, os seus retratos, as suas variadas e opulentas collecções, o seu patrimonio, enfim, bem e bastante provam que somos uma na-

cionalidade, uma sociedade com traços firmemente accentuados, possuindo historia digna de ser conhecida e estudada. Como devemos lastimar que espiritos tão altos e tão gentis se deixem perturbar pela paixão do momento, para apregoarem que — «*a colonização iberica da America foi um insuccesso, foi uma desgraça para a civilização de nosso planeta. Não chegam a ser nações os agrupamentos, em que ganglios de populações mixtiças, oriundas de todas as inferioridades humanas, querem por força fingir de povos... O amalgama artificial chamado Brasil está desfeito, apezar de duas ou tres gerações terem chegado a viver e morrer na illusão do artificio, que agora vai findar*». Ha tambem outros talentos primorosos, justamente acatados e admirados, que doutrina não termos Historia, porque não temos sociedade. — «*O Brasil não tem Historia, porque não tem sociedade.*» Mas, que é a Historia sinão «*o conjuncto das biographias dos heróes?*» Sinão a narrativa dos grandes feitos e acontecimentos, que attestam a victoria do homem sôbre a Natureza com intuitos de progresso e bem-estar? Sinão o registo de factos practicados na defesa de direitos, honra e amor da patria?

Quem mais contribuiu para mudar a face do mundo foi aquelle grande principe solitario de Sagres, que, no seu isolamento, encerrado no *Promontorium Sacrum*, devassava com a agudeza do espirito, mais do que com a da vista, as distancias interminas dos mares desconhecidos: que, no seu retiro silencioso, naquella célebre torre debruçada sôbre o reino de Neptuno procurava descobrir, no rumor das ondas inquietas e ameaçadoras, o mysterio de uma linguagem que lhe trouxesse á intelligencia robusta a esperança e noticia de grandes descobrimentos.

Dado o primeiro passo, os discipulos de d. Henrique de Portugal descobriram Porto-Sancto, depois o Bojador, o cabo Branco, o cabo Verde... Arrebatado pela morte, justamente quando suas esperanças, seus sonhos, suas chimeras e phantasias, seus estudos se convertiam em realidades offuscantes, a eschola de Sagres proseguiu em sua obra immortal. O cavalheiro de Covilham e Bartholomeu Dias partem simultaneamente em demanda do caminho das Indias. Um segue a velha

trilha do Mediterraneo; outro accompanha o perfil da costa africana. Covilham vai ao Cairo, atravessa Suez, desce pela Arabia, embarca em Aden e chega á India. Bartholomeu Dias alçança o cabo das Tormentas e verifica que desse ponto em deante a costa africana toma rumo Norte. Mais um pouco de sorte, accrescenta Tourville, e os dous atrevidos Portuguezes encontrar-se-hiam no extremo sul africano.

Covilham jámais voltou a Portugal. Dias gosou a ventura de rever a patria, cuja gloria era tambem sua. Depois, vieram os feitos de Vasco da Gama, de Cabral... de tantos outros. E foi por gente portugueza que se descobriu, fundou e organizou este nosso paiz, esta nossa nacionalidade. Minha intelligencia é de curtos horizontes e o meu valor é nenhum. Mas quando, na calma dos meus estudos e na contemplação serena dos factos chronologicos da nossa terra, e das biographias dos nossos grandes homens, eu procuro conhecer a nossa Historia, convenço-me de que somos um povo, de que somos uma nacionalidade, de que no Brasil existe sociedade.

A formação geographica do nosso territorio é, sem duvida alguma, commettimento que põe á prova a energia e a audacia de um povo.

O descobrimento e exploração das minas demonstram a tenacidade de uma raça e sua capacidade organizadora e dirigente.

A lucta sem treguas, aspera, sangrenta e longa que os nossos antepassados sustentaram contra o culto povo hollandez, o aguerrido e audacioso povo hispanhol, e o temerario, intelligente e adeantado povo francez é prova irrecusavel de uma energia, que só egual se poderá encontrar; maior, não a conheço, dadas as circunstancias do tempo e do espaço. Poderão advertir-me de que estou relembrando cousas que não são nossas, isto é, não são brasileiras, mas sim portuguezas. Acceita embora a advertencia, seguirei na minha ordem de idéas, ponderando que o trabalho preparatorio da separação do Brasil de Portugal, e consequente independencia, é um episodio historico, tão brilhante, tão habilmente preparado e levado a effeito, que delle poderiam ter inveja e ciume os povos mais argutos, mais atilados e mais talentosos. De facto, estudando este passo historico, pelos documentos da

epocha, e mais especialmente pelas cartas do principe regente ao seu augusto pae, vê-se claramente como foi bem combinado, bem lançado e melhor dirigido o movimento politico que nos daria esta Patria, cuja vida, cheia de altos e baixos, é nosso dever assegurar, na grandeza de sua evolução e do seu futuro, com os exemplos grandiloquos de honra, probidade e civismo, que o passado nos legou com superabundancia. Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo foram o centro da agitação; e o inspirador magno desse genial trabalho tornou-se, com justiça, o homem representativo da Independencia. Depois, vieram dias tempestuosos, a guerra e perda da Cisplatina, a dissolução da Constituinte, tormentos sem conta, symptomas graves de desorganização social, tudo, até que a abdicação de Abril pareceu serenar a agitação geral, em que o paiz poderia ter sossobrado. O fundador do Imperio abandonára o paiz; mas outros patriotas, sinceros, politicos honrados, dirigentes probos tomaram o leme á náo do Estado, e ella pôde chegar salva ao ancoradouro seguro da Maioridade. Não foram bonançosos todos os ditas deste periodo, que vai de 31 a 40. Os deuses bons, porém, nos ajudaram. A espada de Lima e Silva na regencia trina; o pulso ferreo do padre regente; a penna fecunda e proficua de Evaristo fizeram a obra de calma e pacificação indispensavel. E, como demonstração de que os altos interesses da patria nunca foram olvidados, mesmo na mais forte das refregas politicas e sociaes, o legislativo votou a lei de estradas de ferro, ligando o Sul ao Norte do paiz, cujo objectivo, em parte, só ha poucos mezes foi alcançado, e fez a reforma constitucional. No grande episodio da Maioridade, o homem representativo é Antonio Carlos, que, naquella sua celebre phrase «Quem é patriota e Brasileiro, commigo para o Senado» — exprimiu e concretizou o pensamento de nossa nacionalidade.

Fechou-se o segundo periodo da vida nacional. Todos reconheceram que era tempo de restaurar o imperio da paz e da ordem para que o paiz progredisse melhor.

As ultimas agitações, já então afastadas e pouco rumorosas, haviam de cessar de todo com a acção segura e bondosa do soldado fidalgo, cuja espada brilhou, pela primeira vez, ao serviço da ordem no tempo da regencia trina. De

facto, o general, depois barão de Caxias, cumpriu com zêlo e dedicação inegualavel as ordens recebidas, firmou a paz em todo o territorio nacional, e consolidou a alliança e funda união, que deviam e devem ligar todos os Brasileiros na cohesão do mesmo pensamento. Sôbre os progressos moraes e intellectuaes do Brasil, sôbre o desenvolvimento de todas as nossas riquezas e fôrças, sôbre o credito e bom nome de nossa Patria, sôbre a ponctualidade absoluta com que se cumpriam os nossos encargos, sôbre a altivez e dignidade serena com que recebiamos as pretenções extrangeiras, sôbre o respeito, acatamento e admiração com que eramos tractados, sôbre a nossa honra intangivel, sôbre a nossa probidade invejada, no tempo que os nossos destinos estiveram confiados ao principe illustre, glorioso e venerando, cuja memoria o Instituto tem cumulado de respeito e de bençãos, que poderei eu dizer? Direi que o Brasil progrediu e se desenvolveu tanto, e por tal fórma, que as suas glorias desse largo periodo de meio seculo quasi perduram até hoje, e hão de perdurar eternamente. Em todos os ramos dos conhecimentos humanos, em todas as manifestações da fôrça moral e intellectual, da riqueza e das artes, conseguimos muito. Talvez pudessemos ter feito mais?...

Não sei. E' preciso, entretanto, não exquecer que as nações nunca terminam a sua obra de progresso e civilização.

Qual dellas já alcançou a perfeição definitiva, ideal que foge á medida que delle nos avizinhamos? O Brasil, durante o terceiro periodo de sua organização, viu suas armas triumphantes sob a direcção de chefes valorosos; viu sua fortuna e seu credito augmentados e consolidados; viu o renome dos seus intellectuaes, diplomatas e artistas ultrapassar as fronteiras americanas e os limites do oceano. Foi, portanto, forte, rico e culto. E não é difficil perceber, através da historia de nossa terra, a continuidade e sequencia do trabalho dos seus principaes agentes na obra do engrandecimento nacional.

A Grecia, depois de ter sido a principal nação do seu tempo, esmoreceu, definhou e desappareceu, para só viver na Historia, na sua linda e fulgurante historia. Roma, que foi senhora do mundo, que não conheceu limites nem obstaculos ao seu poderio, á sua ambição, tambem passou ! e hoje admiramos as suas glorias immortaes, estudando a Historia, que

archivou, em seus annaes, os monumentos deixados pelos seus architectos, jurisconsultos e poetas.

Cesar, o homem unico, o homem completo e perfeito, que organizou um imperio, mais producto inanimado da Arte do que creação da Natureza, no dizer de Mommsen, tambem passou, deixando á posteridade a solução desse difficil problema: — quem foi maior, Cesar ou o Imperio? Cesar é um producto de Roma, ou Roma é uma creação de Cesar? A Roma de Cesar caiu, para resurgir transformada, pelo liberalismo de então, no imperio tolerante de Constantino. A religião fez esse milagre, como seculos depois a unificação nacional realizou a terceira resurreição. Os povos desses trez periodos são os mesmos? O ambiente physico é o mesmo. A terra italiana e as estrellas que tão intensamente brilham naquelle céo, que cobre a gloriosa peninsula, são as mesmas. Da Roma antiga restam a terra e a historia. Tudo mais deixou de existir!

Os povos são outros e differentes!

Portugal, cujos navegantes percorreram todos os mares, cujos exploradores bateram todas as terras; Portugal, que foi opulento, poderoso, respeitado e admirado pelo mundo inteiro, vive, como a Grecia, das suas tradições gloriosas. Os grandes reis portuguezes foram-se, deixando entretanto para a humanidade terras, ilhas, continentes e thesouros, que o commercio e a industria ainda não tiveram tempo de explorar!

A Hispanha, que ao tempo de Carlos Quinto abrangia os dominios austriacos, a Italia, os Paizes Baixos e as incommensuraveis colonias do Novo Mundo, tambem perdeu aquelle inconcebivel brilho de opulencia, riqueza e poderio, que lhe deram o predominio mundial da epocha. A grande Hispanha, cheia de poder, de riqueza, de artes e de lettras, tambem foi para o dominio do passado e para a eternidade da Historia.

Mas quem ousará pretender que a Grecia, Portugal, Italia e Hispanha não sejam sociedades e não tenham historia?

Quem ousará dizer que o Portuguez de agora, como o de hontem; que o Hispanhol de agora, como o de outros tempos, não é o mesmo typo anthropologico e não pertence á mesma

raça forte, capaz de todos os nobres e audaciosos commettimentos?

O meu espirito, a minha intelligencia, confesso, não têm força de penetração sufficiente para explicar similhantes phenomenos. Em vão procuro, nos mestres de Philosophia da Historia, solução para tão pesados e rudes problemas, que a Politica e a Sociologia apresentam. A verdade, entretanto, parece ser que todos os povos, todas as sociedades, todas as nações se julgam superiores ás outras e só temem aquellas que lhes parecem fortes. Certo, seria absurdo pretender que todos os povos tenham a mesma capacidade moral e intellectual, os mesmos defeitos e virtudes.

Nas trez grandes nações européas, Inglaterra, França e Allemanha, estamos observando, neste extraordinario momento historico, a diversidade de sentimentos, de aptidões, de capacidade, de resistencia. Estamos vendo como fracassaram os ideaes de altruismo, as doutrinas pacifistas, o culto á Arte, o respeito aos monumentos e a veneração ao passado.

A febre de tudo destruir, de tudo anniquilar, de tudo arrazar, apoderou-se, dominou e empolgou os povos mais civilizados, mais adeantados, mais respeitados em seu saber e em sua cultura. A Historia volveu a ser a «*simples recordação de tyrannias e matanças, que, immortalizando os actos execraveis de uma edade, perpetua a ambição de se commetterem outros em todas as que se seguem*».

Ha alguma lei que determine a fatalidade de tão abominaveis acontecimentos? Por que os ideaes de paz universal, prégados desde tantos seculos, ainda não são realidade? Por que o *si vis pacem para bellum*, dos Romanos, ainda não se transformou no *si vis pacem para pacem*» do philosopho francez? Mysterios profundos, que os seculos reteem com usura e os pensadores não puderam desvendar. A Historia ainda não é uma sciencia positiva. E' sim registo de factos e acontecimentos, provocados ou dirigidos pelos super-homens, e serve para guiar no futuro, com a experiencia do passado, a acção dos que teem os encargos da direcção social.

E' a Historia que diz *como se deverão firmar as vantagens dos Govêrnos com a menor inconveniencia dos governados*.

Razão tem o philosopho quando ensina que, nas sociedades, os homens são tudo, as instituições, os codigos e as leis são quasi nada. As sociedades valem conforme os directores que presidem aos seus destinos. As leis, as instituições, os codigos são corpos inertes. Nada significam, si os homens não lhes derem impulso vivificador.

E os maleficios ou beneficios que delles resultam são uma consequencia das virtudes ou dos vicios, da capacidade ou da incapacidade de quem lhes dá o movimento. A nossa Historia, que é apenas de algumas dezenas de annos, está cheia de exemplos que confirmam o principio.

Meus senhores, peço-vos desculpa de vir aqui repetir o que já estaes fartos e cançados de saber. Mas eu era obrigado a esta digressão para declarar que não me conformo com a opinião de que não somos um povo nem temos sociedade. A existencia e a vida deste Instituto são a prova do contrario. E' bem solida a verdade de que os contemporaneos são os peiores juizes. Raros são os casos, em que a sentença final póde ser lavrada *in continenti*.

Erros e desvarios de contemporaneos compromettem o presente, retardam os fructos do futuro, mas não podem anniquilar a obra do passado, alicerce das construcções sociaes.

Ella ahi está para exemplo. E agora, que fiz a minha declaração de fé e de confiança nos destinos de nossa patria, e vos manifestei o meu reconhecimento, vou sentar-me naquella cadeira afastada, naquelle ultimo logar, que é o que me cabe. De lá, na minha lealdade de consocio obscuro, na minha profunda gratidão á vossa bondade (que me accolheu neste augusto e sagrado recincto), poderei encorajar-me com os vossos exemplos e aprender nas vossas sabias licções. Perdoae-me si vos cancei a attenção por mais tempo do que o permittido pela cortezia, em occasiões como esta.

Ex abundantia cordis os loquitur. (*Muitos applausos.*)

O Sr. Presidente concede depois a palavra ao orador do Instituto, Sr. Dr. Ramiz Galvão, que lê o seguinte discurso:

«Exmo. sr. presidente, meus dignos collegas, illustre sr. dr. Aurelino Leal — Haveis de permittir, distincto confrade, que entre os muitos e merecidos applausos conferidos

por esta assembléa á vossa brilhante oração inaugural discorde eu, em nome do Instituto Historico, de uma de vossas proposições.

Não é neophyto inexperto o auctor da Historia Constitucional do Brasil — série de lucidas conferencias aqui realizadas com intenso brilho; não é neophyto quem escreveu a bella monographia, com que honrastes o nosso recente Congresso de Historia Nacional.

Desde 1895 enriqueceis as lettras patrias com livros e publicações, que fazem grande honra ao vosso talento e ao vosso saber juridico.

Chamado a melindrosas funcções administrativas, que haveis exercido com fulgor e com o applauso de vossos concidadãos, não é de extranhar que vos tenha faltado espaço para investigar e elucidar pontos obscuros da nossa Historia; mas o alicerce do edificio estava sólidamente apparelhado e só carecieis de opportunidade e de estimulo para levantar uma construcção digna de alto apreço. Filho desse bello torrão brasileiro, onde se accendeu o pharol da nossa civilização, terra feraz e prestadia que assistiu aos primeiros beneficios da catechese e onde se assentou o primeiro Govêrno da colonia; filho dessa gloriosa Bahia, que é uma das estrellas mais fulgentes da nossa constellação politica, continuaes com muita honra, sr. dr. Aurelino Leal, a cadeia luminosa de talentos que alli têm ennobrecido o nome brasileiro perante a Historia.

Fonte de luz e de acendrado patriotismo essa lendaria Bahia, onde tiveram berço summidades litterarias, scientificas e politicas, que honraram e honram a nossa querida patria!

Estadistas illustres de estatura de Abrantes, Zacharias de Góes, visconde do Rio Branco e Cotegipe; scientistas do valor de Rodrigues Ferreira, Cairú e Nabuco; professores da envergadura de Manuel Victorino e de fr. José de Sancta Maria Amaral; poetas da ordem de Junqueira Freire e Castro Alves, prelados do valor de Macedo Costa, e outros muitos que me excuso de citar, constituem uma pleiade gloriosa, cujo brilho não é facil egualar. E claro é que não alludo sinão á geração que transpôz os umbraes da morte; dentre os vivos sabemos todos que um cortejo de primorosos

engenhos circunda o extraordinario vulto de Ruy Barbosa, esplendor da nossa raça. Fazeis parte, illustre collega, dessa cohorte de benemeritos trabalhadores que labutam no scenario nacional para solver gravissimas difficuldades e conduzir a Patria aos seus grandes destinos. Sôbre uns pesa a ingente tarefa legislativa, cheia de arduos problemas no presente; sôbre outros pesa a faina da administração em todos os seus ramos; a estes cabe a delicada missão do magisterio, áquelles a distribuição serena, mas difficil, da justiça; áquell'outros o preparo indispensavel dos defensores da honra e da integridade do paiz.

Aqui recolhemos nós amorosamente as tradições do passado e registamos, com a serenidade de operarios, sem paixão e sem preconceito de eschola ou de partido, as acções do presente, accumulando e polindo materiaes para a Historia do futuro.

Competencias como a vossa são, portanto, preciosissimas acquisições para esta obra patriotica. Nos lazeres de vossa vida dedicada ao bem publico trazei-nos, digno e illustre collega, trazei-nos a luz de vosso espirito, e bendiremos sempre o dia em que fomos buscar-vos no recesso de vossa modestia para abrilhantar e engrandecer as nossas fileiras.

Presado collega sr. dr. Eugenio Egas.

Resumbram vehemente patriotismo as vossas palavras.

Quem quer que seja esse escriptor, vesgo pela paixão ou pelo despeito, a cujos olhos «A colonização iberica da America foi um insuccesso e uma desgraça para a civilização de nosso planeta»; quem quer que seja esse desvairado, em cujo parecer «o amalgama artificial chamado Brasil está desfeito, não tem Historia nem sociedade»; quem quer que elle seja, ou nos desconhece ou consciente negou a luz do dia; digamo-lo bem alto.

«Agrupamento de populações mixtiças oriundas de *todas as inferioridades humanas* que quer á força fingir de povo» — esse é o labéo que nos atira o pseudo-sociologo em pleno seculo XX, deante do espectaculo que nos offerece a Europa, — solo e empório aliás da raça ariana, séde de velhas monarchias e de Estados, em que a civilização se diz chegada ao seu apogeu — fonte luminosa, donde partiram na edade moderna

para todos os cantos do globo e para nós proprios o primor das artes, as conquistas gloriosas da sciencia, os principios fecundos da Humanidade e da Justiça.

« *Agrupamento de populações mixtiças* ! » Mas esta população de sangue europeu, caldeado é certo muitas vezes com o sangue aborigene e com o africano, este povo ainda não rasgou tractados solennes pela louca ambição de conquistas, nem se gaba de matar mulheres a golpes de baioneta; este povo não torpedeia navios de commercio, condemnando á morte crianças innocentes e cidadãos inermes de um paiz amigo, nem esborôa universidades e cathedraes pelo simples prazer satanico de exterminio.

« *Agrupamento de populações mixtiças* ! » Mas elle nunca fez cousa que se parecesse com a matança de S. Bartholomeu, com a condemnação de um Carlos I ou de um Luiz XVI ao cadafalso, com as carnificinas de Suvaroff em Varsovia, com os barbaros morticinios auctorizados por Benedek, na Italia.

Quando o Brasil fez a sua independencia, chamou ao throno o principe cavalheiresco, que abraçara com ardor a sua causa; quando venceu em pugna leal o Paraguai, não sacrificou uma victima innocente, nem quiz do Estado vizinho, aliás exhausto e vencido, uma pollegada de territorio; quando decretou a libertação dos escravos fê-lo entre braçadas de flôres, palmas e hosannas; quando pôz termo ao regime da monarchia, respeitou as cans veneraveis do principe augusto, que havia sido por espaço de meio seculo o modelo da moderação, da prudencia e do patriotismo.

E é a este povo que se ousa qualificar de « amalgama artificial oriundo de todas as inferioridades humanas »! E é, quando taes predicados se revelam perante o mundo, que ousa alguem condemnar como « insuccesso » a colonização americana feita pelos filhos da Iberia!

Exceptue-se, senhores, exceptue-se a grande Republica do Norte, no corpo de cujos illustres cidadãos corre sangue generoso de Franklin e Washington, e não se encontra no universo uma nação moderna, que dispute primazia á brasileira, constituida pelo exfôrço lusitano, ou ás nossas ermãs platinas e transandinas, que devem o seu progresso e o seu genio ao exfôrço castelhano.

«*Insuccesso da colonização iberica*»! Mas um feixe de nações sul-americanas, oriundas de seu tronco latino, constitue o A-B-C, cuja intervenção diplomatica, feliz e luminosa, acaba de ser consagrada perante o mundo; são nobres nacionalidades que fecharam o cyclo de suas agitações internas para tomarem rumo da ordem, do progresso, da confraternização, á sombra do Direito e da Justiça; são povos dignos e laboriosos, que levantam nos Andes o symbolo augusto da paz internacional, ou assentam marcos bendictos para celebrar o condominio da Lagôa Mirim.

«*Amalgama artificial oriundo de todas as inferioridades humanas*»! Mas este amalgama de raças produziu até agora eminentes scientistas, poetas, parlamentares, jornalistas, prelados, guerreiros e artistas, que honram a patria e a humanidade — alvos da admiração e do respeito das sociedades que se proclamam mais cultas e pretendem a hegemonia no globo.

Não citarei nomes, senhores, porque são muitos e todos vós os conheceis á farta: uns estão na Historia aureolados, outros labutam comnosco no presente, produzindo, trabalhando pelo brilho das sciencias, das lettras, das armas, da religião e das artes — isto é, para a prosperidade e gloria da Terra de Sancta Cruz.

Bem haja, pois, o illustre confrade, que, além de tantos outros meritos como parlamentar, advogado e funccionario publico, não quiz assentar-se ao nosso lado sem demonstrar o seu alevantado patriotismo com o protesto solenne de Brasileiro, que ouvimos attentos e com calor applaudimos.

Desse nobilissimo sentimento patriotico participa o Instituto Historico, que recebe com palmas o novo luctador.» (*O discurso do sr. dr. Ramiz Galvão provoca repetidos applausos e dupla salva de palmas ao terminar.*)

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*2º secretario*) lê e justifica a seguinte proposta, que diz encerrar um verdadeiro programma de estudos para o Instituto:

«Propômos que o Instituto organize um Diccionario historico, geographico e ethnographico do Brasil, nas seguintes bases:

1.ª O sr. presidente do Instituto nomeará uma commissão redactora.

2.ª A commissão redactora poderá convidar a quem entender para tractar de determinados assumptos.

3.ª Serão recebidas as contribuições de todos quantos desejarem concorrer para essa obra com as notas que possuirem. A commissão redactora fará exame e selecção do material recebido.

4.ª A publicação da obra será feita em ordem alphabetica, em volumes successivos, illustrados sempre que fôr possivel.

5.ª A edição será feita pelo Instituto ou pelo editor que a quizer contractar nas melhores condições, a juizo do sr. presidente do Instituto.

Sala das Sessões, 28 de Agosto de 1915. — *Roquette Pinto.* — *M. Fleiuss.* »

O Sr. Presidente considera a proposta approvada, tão meritoria lhe parece. Envia-a, porém, á Commissão de Ethnographia, sendo relator o sr. desembargador Sousa Pitanga.

Levanta-se a sessão ás 22 horas.

Roquette Pinto,

2º secretario.

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINARIA, EM 15 DE SEPTEMBRO DE 1915

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 20 ½ horas abre-se a sessão extraordinaria, com a presença dos seguintes socios:

Srs. conde de Affonso Celso, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, dr. Edgard Roquette Pinto, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, barão Homem de Mello, dr. Augusto Tavares de Lyra, dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro, general dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, dr. Manuel Alvaro de Sousa Sá Vianna, dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, conselheiro Salvador Pires de Carvalho Albuquerque, major dr. Liberato Bittencourt, dr. José Americo dos Santos, dr. Alfredo Valladão, Eduardo Marques Peixoto, dr. João Coelho Gomes Ribeiro, dr. Al-

fredo Rocha, dr. d. Lucas Ayarragaray, dr. João Ribeiro, dr. Arthur Pinto da Rocha e dr. Nicoláo José Debbané.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*2º secretario*) lê a acta da sessão anterior, que é approvada sem debate.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) communica achar-se na casa o socio effectivo eleito, sr. dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, que vem tomar posse.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) nomêa uma commissão, composta dos srs. M. Flejuss, dr. Roquette Pinto, dr. Sá Vianna, general dr. Thaumaturgo de Azevedo e Eduardo Marques Peixoto, para introduzir no recincto o sr. dr. Miguel Calmon.

(*Dá entrada no recincto e presta o compromisso dos Estatutos o sr. dr. Miguel Calmon.*)

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) dá a palavra ao Sr. Dr. Miguel Calmon, que pronuncia o seguinte discurso:

«Exmo. sr. presidente do Instituto. Minhas senhoras. Meus senhores. Illustres confrades.

Foi, sem duvida, o desejo de conservar a tradição de um nome, que vos é caro, a razão de me terdes escolhido para vosso consocio neste antigo e afamado Instituto, que, ha quasi um seculo, reflecte com fidelidade o desenvolvimento da cultura scientifica e litteraria do Brasil.

O illustre homonymo, que mereceu depois, pelos seus relevantes serviços á Nação, o titulo de marquez de Abrantes, foi sempre dos mais devotados collaboradores desta casa, como já o havia sido da «Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional», a cuja iniciativa deve o Instituto a sua existencia.

Apresenta elle em sua longa vida um traço, que talvez lhe dê logar unico na nossa Historia politica. Homem de Estado, não era dos que confiavam cegamente na acção do Estado, antes dos que a temiam sem o freio da opinião pública e o impulso da iniciativa particular. Assim que alternava o exercicio de funcções governistas com os trabalhos de associações, de que fôra o promotor ou a que se ligara em communhão de exforços.

A sua actividade repartiu-se, sempre, por egual, entre os deveres da causa pública, como ministro ou conselheiro de

Estado, diplomata, deputado ou senador do Imperio, e os postos, que occupou, na « Sociedade de Agricultura da Provincia da Bahia », na « Sociedade de Instrucção Elementar », na « Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional », neste « Instituto », e, sobretudo, na « Sancta Casa da Misericordia » desta Capital, que ainda conserva traços vivos da sua generosa e provecta direcção.

Não é o momento de recordar a sua obra de estadista, desde o papel proeminente que desempenhou nas luctas da Independencia da Bahia até á defesa da nossa dignidade e soberania na questão Christie; nem a sua solicitude em pról da abolição do trafico africano e da escravidão; nem os seus serviços na reforma da nossa contabilidade pública; nem o tacto, com que soube evitar-nos uma guerra no Prata, mediante a participação de Estados europeus; nem a sua acção efficaz em beneficio do nosso desenvolvimento agricola e commercial, promovendo a introducção de culturas novas, a applicação de melhores methodos de trabalho, o estabelecimento do credito agricola e a colonização allemã no Sul do paiz; nem a sua visão prophetica, quando nos concitava, desde 1846, a imitar a Prussia na organização methodica e previdente.

Quem lêr os seus relatorios e memorias, publicados de 1823 a 1865, guardará impressão indelevel das suas qualidades complexas de estadista, que sabia conciliar as necessidades publicas com os interesses legitimos dos particulares. Não sei de homem de govêrnó, entre nós, que houvesse, tanto e tão bem quanto elle, dedicado ás nossas aspirações economicas o desvelo e attenção, que por mais de quarenta annos nunca se lhe arrefeceram.

Tinha, pois, o Instituto motivos ponderosos para procurar reviver um nome, que está indissoluvelmente ligado assim á Historia patria como á propria: e descobre-se, enfim, a verdadeira razão por que me fostes buscar, em dominio tão apartado de vós, para distinguir-me com honra, que me assoberba, e que acceito, profundamente reconhecido, como homenagem ao nome, do qual sou portador, e não á minha pessôa, sem merito nem valia, que a justifiquem.

Certo, podeis tambem pretender que, honrando-me de tal sorte, me punheis em brio de vos corresponder á summa confiança, e, talvez, grangeasseis assim mais um fervoroso crente nas virtudes da Historia. Excusaveis o appêllo, que, de muito, tenho a convicção de serem os paizes sem Historia como essas florestas plantadas de estacas, que deslumbram os olhos da multidão com a folhagem vistosa, enquanto a primeira borrasca não as desarvora e desfigura, patenteando-lhes a superficialidade e a inconsistencia.

O culto da Historia faz que os homens publicos refreiem as suas ambições e respeitem os interesses da Patria. Que mais bello exemplo da fôrça indeclinavel da Historia do que a resurreição da Italia e da Grecia?

Ao povo, que teve o dom de transformar em soberbo emporio de riqueza e civilização uma ilha — onde, segundo Cicero, « nada havia que fosse objecto de medo ou lucro, ou merecesse conquista, por não existir alli um grão de ouro e prata ou bôa presa » — attribuiu Carlyle o seguinte predicado: « Os Inglezes tiveram sempre o instincto invencivel de avançar impellidos pelo passado; de admittir o minimo de novo; de expandir, si possivel, alguns velhos habitos ou methodos, quando achavam isso de proveito para as suas novas necessidades. E' um instincto de grande apreço, verdadeiro alliado da fôrça e da sabedoria. O futuro, dest'arte, não fica dissociado do passado, e baseia-se continuamente nelle; cresce com todas as vitalidades do passado, e arraiga-se nos fundamentos de nós mesmos. Aos legisladores inglezes repugna, por completo, crer em *éras novas.* »

E' por isso que os Americanos do Norte tanto empenho fazem de manter e prestigiar as tradições nacionaes, e de importar antigualhas de outras partes, que possam fortalecer a fé no passado da civilização a que pertencem, e crear estimulos para o proprio futuro, confiantes no dicto do poeta:

As invejas da alheia e illustre historia
Fazem mil vezes feitos sublimados.

Nós, que, como elles, procedemos de raças diversas, cuja Historia nos deve ser, em parte, commum, podemos recolher-lhe as mais bellas flôres, para enfeitar o nosso passado ainda curto.

Até porque é aqui na America, carente de densas populações primitivas, que se hão de fundir todas as antigas civilizações do globo, e acabar as rivalidades que as separam, e que ainda agora produzem o espectaculo de barbaria e de destrôços, que todos deploramos.

Mas, para conseguirmos tão feliz resultado, importa zelar a nossa attitude de Americanos e Brasileiros, isto é, não transportar para aqui as desavenças dos outros povos, considerando, indistinctamente, os extrangeiros como amigos, sem preferencias, que nos levem a servir de écho ás paixões e interesses de cada qual. Não temos o direito de offender compatriotas, que prezam a estirpe dos seus antecedentes, com manifestações exaggeradas contra esses ou aquelles elementos extrangeiros.

Está claro que nos cumpre condemnar, sem tergiversações, os crimes de lesa-humanidade, practicados pelos belligerantes; e, sobretudo, a nós, Americanos, não deve ficar a pécha de pactuar com o que possa attentar contra o patrimonio de civilização, accumulado através de tantos exforços e sacrificios pelo conjuncto da Humanidade. E', em esphera mais limitada, o dever elementar que incumbe a todo o homem de bem, quando se practicam actos que ameaçam de dissolução a vida em sociedade.

Havemos, porém, de distinguir trez sortes de extrangeiros: os que se deixaram assimilar por nós; os que conservam a nacionalidade de origem, mas que nos trazem a contribuição da sua capacidade e saber, com desinteresse ou mediante legitimo interesse; e, por ultimo, os que apparentam não poder decidir-se por uma nem por outra patria, para melhor explora-las em beneficio proprio.

Os primeiros devem ser tractados como ermãos, sem restricção alguma, e antes com certo carinho, que é apanagio dos ermãos mais novos, e servirá de meio efficaz para os prender definitivamente a nós. Os segundos fazem jus á nossa sympathia e á nossa proverbial hospitalidade, assegurando-lhes, sem regatear, a egualdade de direitos, que a Constituição lhes confere. Mas aos terceiros reservaremos a mais franca repulsa, porque abusam das relações, que adquirem em nosso meio, e, fiados na condescendencia dos ami-

gos, exorbitam das prerogativas de subditos extrangeiros, toda vez que entram em jogo interesses inconfessaveis.

Foram desse jaez os extrangeiros que precipitaram a ruina do Egypto e do Mexico, e os que chegaram quasi a comprometter recentemente o bom nome da Belgica e da Italia. Lord Cromer, no seu livro celebre sôbre o Egypto, retrata-os com justeza: « Nos exforços, quando possivel, bem intencionados, porém certamente mal dirigidos, que Ismail Pachá fez para introduzir de prompto a civilização européa no Egypto, era obrigado necessariamente a recorrer á assistencia extrangeira. A unica probabilidade de introduzir o vinho novo das idéas européas nas antigas vazilhas do Oriente conservador, sem produzir perigosa fermentação, estava em proceder com cautela, e mórmente em escolher com excessivo zêlo os elementos europeus, por intermedio dos quaes as mudanças podiam ser gradualmente effectuadas. Infelizmente, não houve tal cuidado. Os Europeus, em cujas mãos caiu Ismail Pachá, pertenciam todos á casta que devia ser proscripta. Na maior parte, eram aventureiros do typo do « Nabab » de Alphonse Daudet, cujo unico objectivo consistia em se enriquecerem á custa do paiz. O elemento novo introduzido na administração, em vez de impedir, accelerou o advento da crise. »

Quem julga ser de grande beneficio para a civilização o papel de tutores, que certos povos se arrogam sôbre os mais fracos, labora em grande equivoco.

De que valeu á India ou a Java o dominio inglez ou hollandez sinão de conservar as populações daquelles paizes em perenne infancia moral? Comparem-se com o Japão, que, graças á pobreza do seu solo e dos seus habitantes, nunca foi cobiçado pelo extrangeiro; e conclua-se, do confronto, si a liberdade e a independencia são ou não os factores mais efficazes de progresso real! Mas, que acontece ás proprias arvores, si crescem arrimadas em tutor? As mais das vezes não chegam a supportar a carga dos fructos; que dirá, o choque de fôrças extranhas !?

A mesma Historia nos mostra como a influencia do dominio extrangeiro é nociva ás nações, ainda quando resulte

de direitos dynasticos, como foi o caso de Portugal, depois da morte de d. Sebastião. Apezar dos erros commettidos pelos dirigentes, a sorte das suas colonias teria sido mui diversa sem a politica desastrada do govêrno hispanhol. Além disso, a grande questão nacional passou a ser, para os melhores espiritos, a da independencia do paiz, e não a defesa das colonias, que ficaram á mercê dos caprichos de Madrid. Proclamada a Independencia, a maior parte dos territorios perdidos não póde ser rehavida, porque estava a nação exhausta e os inimigos cada vez mais fortes e opulentos. Ainda assim, conseguiu libertar-nos, com o concurso decisivo dos naturaes, do dominio hollandez.

Não ha negar a parte que cabe ao extrangeiro no nosso desenvolvimento, mas acho que não se fez ao elemento indigena bastante justiça, pois, quanto a mim, a elle devemos o intransigente espirito de independencia e de apêgo ao solo, que levou o Brasil a repellir as invasões successivas de outros povos e a manter intactas as fronteiras do seu dilatado territorio, bem como a resistencia physica, que nos permittiu affrontar e transformar uma natureza tropical, tão pouco clemente, de insito, com o homem europeu.

Quaes são as populações mais viris do Brasil? As que habitam S. Paulo e os sertões, que se extendem desde a Bahia até ao Ceará e ao Rio Grande do Norte. Foram ellas que crearam as duas maiores riquezas do Brasil: o café e a borracha.

Que houve nellas de characteristico? Diz-nos Theodoro Sampaio: « Em S. Paulo o predominio do tupi (referia-se á lingua, mas a extensão parece legitima) é quasi completo. »

« Na região das sêccas (foi a outra região assignalada) só o gentio adaptado ahi permanece, como que protegido pela propria inclemencia do clima! »

E accrescenta, citando o padre Antonio Vieira: « E' certo que as familias dos Portuguezes e indios de S. Paulo estão tão ligadas umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mystica e domesticamente, e a lingua, que nas dictas familias se falla, é a dos indios, e a portugueza a vão os meninos aprender á eschola ».

Assim, o que characteriza, ethnicamente, aquellas popu-

lações, de que nos ufanamos com justo orgulho, é o fundo de raça indigena, que subsiste nellas.

Não nos exqueça, pois, a lastimavel sorte dos nossos verdadeiros ermãos, até pouco tempo ainda espoliados, na quasi generalidade, da sua terra e das suas tabas, para nos prepararmos convenientemente a resistir, sem desfallecimento, aos desvarios e ás ambições de qualquer nação extrangeira.

Ha de advertir-se que o preparo do paiz para a guerra, quando bem concebido, traz até sérias e inconcussas vantagens á sua vida ordinaria, ao passo que a guerra, propriamente dicta, é sempre de effeitos problematicos, devendo evitar-se em absoluto, salvo quando se tracte de defesa da soberania nacional offendida, sem desaggravo possivel por solução arbitral.

Demais, é nessa phase prévia que ha legitimo interesse e maior merito, como tão bem salientou o notavel escriptor portuguez Agostinho de Campos, em palavras inimitaveis de fôrça e concisão: «Heroicos» são os que, em dezenas e dezenas de annos de paz, prepararam, afinaram e conseguiram manter a postos o instrumento de precisão, que tem de ser um verdadeiro exercito moderno. Esses luctaram dia a dia, e minuto a minuto, contra as fôrças miudas, teimosas e formidaveis que se oppõem á transformação de milhões de homens em uma machina unica e infallivel. Luctaram contra a sua propria fraqueza humana e venceram pela consciencia do dever. Luctaram contra a ligeireza incorrigivel do povo, que não vê a vantagem futura, mas apenas o sacrificio actual. Luctaram contra a infiltração dissolvente das doutrinas que se exhalam da paz podre e anniquilam o instincto de conservação collectiva. Luctaram contra o egoïsmo, a imprevidencia, a indisciplina, a impopularidade. E venceram a victoria longa e lenta, a mais ingloria e difficil, sôbre todas essas fôrças naturaes... »

Quem presencia um quadro como o da Belgica, que, desde a sua independencia, não tinha outra preoccupação sinão gosar dos beneficios de nação neutra e pacifica, invadida e assolada sem piedade, não póde deixar de affligir-se com as deficiencias de nossa defesa militar!

Ha idéas falsas que adquirem, ás vezes, tal poder de

persuasão, que muitos povos acabam victimas inconscientes da sua nefasta influencia.

Permitti que vos narre um caso, sem que se lhe deva emprestar significação exaggerada, pois o trago perante vós como exemplo do perigo que ha em certos contagios, quando os homens de Govêrno não possuem sufficiente fôrça de resistencia para os neutralizar.

Em uma viagem de estudos, que fiz a Java e a outros paizes do Oriente, conheci a bordo do paquete francez *Sydney*, que me transportou de Marselha a Singapura, o illustre escriptor castelhano Gomes Carrillo, que ia visitar o Japão para colher, a pedido de Argentinos e Hispanhoes, impressões daquelle paiz, cuja victoria contra a Russia acabava de espantar o mundo. Contou-me que varios amigos lhe tinham escripto de Buenos Aires, em resposta á pergunta que dirigira a elles sôbre o que queriam do Japão, pedindo explicações minuciosas de *como se fizera grande tão depressa.*

Li, depois, as suas impressões de lá, e nada transparecia nellas que fizesse notar a influencia da guerra no progresso verificado, pois este a precedera, não se devendo jámais confundir a manifestação, que torna conhecido um estado physico ou social, com a sua propria existencia, visto que aquella póde demorar seculos sem prejudicar esta, como acontece com a luz de certas estrellas, que tanto custa a chegar até nós.

Faz dous mezes que, de passagem pela Hispanha, vi annunciado um livro seu, recensaïdo a lume, com o titulo *Campos de batalla y campos de ruinas,* e, por curiosidade natural, comprei-o logo, e comecei a le-lo. Com sorpreza minha, encontrei no livro a seguinte dedicatoria, á maneira de prefacio, em honra ao dr. d. José Luiz Murature, ministro das Relações Exteriores da Republica Argentina:

« Permita-me usted, querido amigo, que ponga su nombre ilustre a la entrada de esta galeria de horrores.

« *Cuando estuvo en Buenos Aires, hace un año, me pareció que muchos Argentinos hablan de la guerra en general con un entusiasmo romántico — Lo que necessitamos para ser un gran pueblo — me dijo un escritor notable — és una gran guerra.*

«Aquel escritor tenia una noción caballeresca de las luchas entre pueblos. Y, si he de confesar la verdad, io también la tenia entonces, por non haberla visto sinó en los poemas y en los lienzos de los museos. Crear una leyenda nueva digna de ser perpetuada por un Rubén Dario, por un Leopoldo Lugónes, por un Mariano de Vedia, sin duda la tentación parecianos bella!...

— Tiene usted razón — le contesté.

«Y he aqui que esta simple frase pronunciada en un café, entre el humo de los cigarrillos y los vapores del champagne, me persigue desde hace meses a través de los campos de batalla con una persistencia de remordimiento y de obsesión. Porque la guerra vista de cerca, no es bella, no. Es horrible. Aunque uno se empeñe en engalanarla con festones de heroismo, la dura realidad aparece siempre en cifras de espanto que se dijeran grabadas por Callot en una plancha de acero.

«Por eso quiero gritar a la Argentina y a America con toda mi alma, con toda mi voz:

«Ved lo que es la guerra!... Ved que no ha en ella armaduras lucientes, ni clarines sonoros, ni bellos gestos heroicos, ni nobles generosidades, ni estandartes vistosos, sinó sangre, miseria, llama, crimenes, sollozos...

«Mi grito, a usted lo lanzo, querido amigo, porque para mi, como para muchos otros, usted és el representante más ilustre de la futura politica argentina. Oigalo usted con benevolencia, y creame siempre...»

O appêllo de Gomez Carrillo não ficou sem écho — as recentes demonstrações de solidariedade sul-americanas são um dos primeiros beneficios desta guerra, que tantos males desencadeou sôbre o mundo. E' fôrça convir que, antes disso, já se haviam estreitado os laços da nossa sympathia, mas nunca foram tão unanimes os protestos de verdadeira concordia, de parte a parte, como por occasião do trabalho do tractado dicto do A. B. C., celebrado ultimamente. Só devemos louvar os eminentes homens de Estado, que, com tacto pouco vulgar, souberam tirar de circunstancias tão criticas novos elementos de paz e de progresso.

Falla-se commummente no serio perigo que se tornaria para nós a victoria da Allemanha, como egual perigo não adviesse da hegemonia de outros povos sôbre o mundo. Não pretendo, com isso, advogar a causa da Allemanha, mas assignalar que, para respondermos a qualquer eventualidade, devemos fiar, em primeiro logar, de nós mesmos, dispondo-nos a combater sem treguas, como o fizemos no periodo colonial, contra as tentativas do extrangeiro de se implantar no nosso solo, e, em seguida, afim de illudir as differenças, que possam resultar de um equilibrio europeu mal condicionado, practicar lealmente a politica adoptada por nós desde algum tempo — a da approximação e da solidariedade, cada vez mais estreita, entre todos os povos da America. Tal politica exige, porém, de nós a observancia rigorosa de perfeita solidariedade nacional.

Os Americanos do Norte costumam dividir a sua historia em trez phases capitaes: a da independencia, a da liberdade e a da união. Tambem podemos pretender a mesma evolução, com termos a segunda phase subdividida em duas partes, correspondentes á liberdade civil e politica, desde que entremos sinceramente, como elles, na phase da união, relegando quantos motivos subsistam ainda — e não são poucos — de separação e conflicto.

A solidariedade deve ser hoje para nós sagrado evangelho, porque só ella confere ás nações a fôrça moral necessaria para arrostar as commoções internas e repellir os embates externos. Sem ella, a quasi totalidade dos problemas, cuja pesquisa nos obsedia e enerva, nunca serão resolvidos por nós definitivamente.

Sempre julguei que o melhor meio de servir ao bem público, mesmo sob os maus govêrnos, é o que attribuia Tacito a Agricola: « Póde-se achar, entre a resistencia que se perde e o servilismo que se deshonra, um caminho, ao mesmo tempo, exempto de baixeza e de perigos ». O desconhecimento dessa norma tem conduzido os politicos de muitos paizes a sacrificar a propria independencia nacional á satisfacção de suas ambições e de seus odios.

Quando um homem público adquire consciencia dos destinos da Patria faz como aquelle prestante Romano, que nunca

desesperou della, ainda nos peiores dias, ou como o Grego de agora, que resume em si as aspirações eternas de uma raça heroica, e que, por isso mesmo, não teme o sacrificio pessoal, quando lh'o exigem os interesses nacionaes. Venizelos é modêlo que redime a fama de irrequietos, que adquiriram os politicos dos paizes de civilização greco-latina, e fôrça é que honremos a quem tanto nos eleva, elevando a propria Patria, no conceito da Humanidade!

Felizmente, a despeito de exaltação natural, resolveram sempre os Brasileiros as questões capitaes da sua evolução politica e social sem precipitação nem violencia. A independencia, a abolição dos escravos e a proclamação da Republica foram fructos lentamente amadurecidos e colhidos em tempo proprio.

As tendencias manifestadas em periodos recentes, de soluções violentas, na politica féderal ou na dos Estados, reclamam da nossa parte a mais intransigente opposição, afim de não medrarem desassombradas e pompearem em toda a vida nacional. São pendores novos, que cumpre atalhar sem remissão.

Só assim lograremos vencer as difficuldades naturaes e artificiaes, que se oppõem ao nosso progresso material e moral.

Os preconceitos de clima e de insalubridade, justificados tanto que não dispunhamos de armas irresistiveis para affronta-los, obstaram, por muito tempo, ao racional aproveitamento dos nossos multiplos recursos, o que não fôra talvez grande mal, si não nos exquecesse a longa aprendizagem á custa de nós mesmos; pois o perigo principal, em paizes novos, está no açodamento peculiar da mocidade, o qual não deixa enraizar-se nada que vingue de vagar, posto alcance maior duração e melhor prestimo.

Ao lado dos progressos scientificos, que nos proporcionaram a solução do problema hygienico, outros têm concorrido e concorrem para supprir o desfalque do ouro das nossas minas e da producção das nossas terras, exhauridas por uma metropole carente de capitaes e ávida de riquezas.

Dous exemplos definirão, com propriedade, o meu asserto.

Durante muito tempo, as areias da costa do Sul da Bahia impressionavam pelo seu aspecto insolito e grande pêso, mas apenas serviam de lastro aos navios, que ninguem lhes dava valor. Chega o dia, porém, de descobrir Auer o principio dos véos incandescentes para a illuminação de gaz, a qual conseguiu, mercê de tal invenção, luctar com a de electricidade, que a principiava de desthronar; e as nossas areias tornaram-se, de subito, terras raras e preciosas. Que de sorprezas, como essa, não nos estarão ainda reservadas? E' verdade que a inepcia administrativa desvalorizou, quanto pôde, o bem inesperado que a sciencia nos grangeára.

Oxalá não succeda o mesmo á outra conquista, que tambem lhe devemos. Outr'ora, as aguas dos rios e dos corregos não tinham estimação sinão como *vias liquidas* ou para a irrigação das culturas agricolas. Hoje essas duas applicações se tornaram subsidiarias da principal, que é a producção de energia electrica, susceptivel de ser transportada aonde convenha utiliza-la, e de se transformar em outras fórmas de energia mais accessiveis aos usos communs. Com o seu auxilio havemos de restituir ás nossas terras o azoto, do qual uma exploração de rapinagem as desfalcara.

Agora, já o privilegio industrial dos paizes ricos em hulha negra cede o passo aos que possuem, como nós, fonte mais barata e mais abundante de energia, o que aconteceu sempre que um instrumento novo de trabalho ou acção dotou os povos com superioridade notoria sôbre os demais. A importancia fabril recente da Suecia, Noruega, Suissa e Italia desvanece quaesquer dúvidas a tal respeito.

Aliás, o estudo da *Geographia humana* havia muito tempo que nos fazia vêr, e prevêr, como o progresso das artes uteis e das communicações foram, e vão aos poucos, libertando os povos das contingencias locaes e abrindo-lhes horizontes vastissimos, que só demandam pertinacia e sã orientação, para serem descortinados de perto.

Explica-nos ella porque a superioridade commercial dos Phenicios passou successivamente aos Carthaginezes, aos Malaios, aos Arabes, aos Venezianos, aos Allemães, aos Portuguezes, aos Hispanhóes, aos Hollandezes e aos Inglezes; como o descobrimento dos diversos metaes e combustiveis

como a influencia dos meios naturaes e artificiaes de transporte, como os processos mais aperfeiçoados de industria e agricultura, como a organização do credito e dos methodos commerciaes deslocaram tantas vezes os fócos de civilização, no curso da Historia.

Não serão poucos os agradecimentos que se devem a Ratzel, com a creação feliz da *Anthropo-Geographia,* que projectou luz nova na interpretação dos phenomenos humanos, os quaes se resentiam de concepções ideaes, que não attendiam ás condições reaes do meio em que se davam, nem á complexidade dos factores que nelles influiam.

A Geographia humana veiu deslindar uma série de abusões historicas e, ao mesmo passo, auctorizar previsões que, dentro de certos limites, são dignas de acatamento, conferindo assim, com os dous principios da *actividade* e da *connexidade,* character scientifico a estudos que tinham algo da Alchimia em relação á Chimica, ou da Astrologia em relação á Astronomia.

Todos os sociologos attribuiam aos povos de climas tropicaes a propensão ao servilismo e a acceitar, sem reluctancia, o dominio mais ou menos disfarçado do extrangeiro; pois a facilidade (*sic*) da vida os deshabituara de luctar, tanto que não chegaram nos tempos modernos a constituir uma grande nação independente. Uma poesia hollandeza assignala bem esse sentimento, em relação aos Jáos: « *Vão e vêm as nuvens; vão e vêm os extrangeiros; só o filho de Java é sempre o mesmo; não consegue ser dono na propria terra.* »

Mas o que produz isso não é só o clima nem o meio. E' a segregação e o regime sob que vivem taes povos, sem que os inconvenientes daquelle possam ser corrigidos pela experiencia de uma actividade livre, nem pelas reacções naturaes, produzidas ao contacto de outras civilizações, visto que houve, em todos os tempos, paizes sob a mesma latitude com graus oppostos de desenvolvimento. Como não notar o contraste da Irlanda e da Inglaterra, e não applicar aos povos de outros hemispherios o conceito de Carlyle, que o exprime com a crueza habitual?: « *Kildare, quando alli penetrei, via-a de mal a peior — uma das aldeias mais miseraveis do mundo que já conheci, e invadida de mendigos desesperados — exotica no*

seu conjuncto, como uma aldeia de Dahomey, homens e creanças egualmente. »

« *Entretanto, a Irlanda é um paiz encantado. Tem um solo apto, como nenhum outro, a receber cultivo. Tem um povo capaz de cultiva-lo, de cobrir-lhe a superficie com lares prosperos e felizes, si fosse governada, como varias nações, segundo methodos que consultassem o seu temperamento nacional.* »

Eis porque Brunhes attribue á intelligencia e á vontade humana papel tão importante na vida dos povos, assignalando que « *todos os phenomenos humanos dependem de um meio, mas de um meio que evoluciona e evolucionará sempre* ».

Quanto a nós, mau grado o clima, ninguem póde lançar-nos em rosto falta de intelligencia nem tibieza de vontade em cultivar o espirito de liberdade e independencia. Já o « Publicista da Regencia » nos reivindicava essas qualidades:

Havemos, entre as nações,
Nossos destinos manter:
Corra embora o sangue em fios:
Independencia ou morrer.

Os Tapuias preferiram desapparecer a submetter-se ao extrangeiro mais forte e bem armado. Como que nos herdaram elles a vaccina contra o servilismo, para se vingarem assim do invasor abominado, que não podia mais repellir, qual faz a natureza, em sua providencia a favor da especie, quando inocula nos descendentes dos alcoolicos o horror do alcool.

O Brasil cresceu, durante cincoenta annos, são e robusto, realizando lenta, mas calmamente, a sua evolução infantil, e conquistando sem sobresaltos as liberdades, a que aspirava na adolescencia.

Mas, assim como ha doenças que são inoffensivas na infancia e que se tornam graves depois, assim, quando o Brasil, sentindo-se mal amanhado nas apertadas roupas que o vestiam, procurou rasga-las, a mudança favoreceu o surto dessas doenças, a que escapara até então, entregando-se durante cinco annos a desvarios, que podem bem ser levados á conta da edade, pouco propria daquellas.

Seguiram-se annos de restauração e crescimento rapido, que não permittiram creasse sufficiente resistencia aos maus contagios.

Antigamente, chamavam-se climaticas certas doenças que se attribuiam ao tempo. Parece que havia, na atmosphera do mundo, miasmas que as fizeram apparecer em varios povos da terra. Começaram pelo velho Portugal, propagando-se á Turquia e ao Mexico. Depois, a Inglaterra principiou a resentir-se do mesmo mal; o Japão, com ser tão joven na vida civilizada, demonstrava indicios de contaminação; a França não o estava menos, e a Allemanha via surgirem, pela primeira vez, no caso de Saverne, fermentos da peior especie.

Não podia o Brasil, ainda sem equilibrio material nem moral, escapar a contagio tão generalizado, e foram novos annos de delirio, que, desta feita, porém, o deixaram bastante alquebrado de fôrças, posto que ainda nos julguemos felizes de não ter ido tão longe, na furia morbida, como os velhos paizes do antigo continente, accommettidos do mesmo mal.

E' que a Divina Providencia véla sôbre nós, e a ella rendamos graças do restabelecimento da ordem civil e administrativa, que voltou a ter o nosso paiz, em meio da tormenta de violencia e soffrimento que se abateu sôbre o universo.

E, através das vicissitudes por que tem passado a nossa patria, vemos a cada passo a influencia da liberdade daquella comnosco, de que é tempo não abusarmos mais.

Macedo, cuja memoria tanto preza este Instituto, proclamava, ha cincoenta annos, sem rebuços: « Não haverá um só Brasileiro que não agradeça á Providencia Divina ter-nos conservado essa integridade, base fundamental da nossa futura grandeza. Hollandezes no Norte, Portuguezes ao centro, Francezes no Sul, seriamos fracos e desunidos; fallariamos trez linguas, teriamos talvez duas religiões: e o gigante dos tropicos... seria olhado com desprêzo, e nem siquer escutado nos conselhos da America. »

« A despeito dos erros gravissimos dos governantes, o paiz crescia e prosperava; entregues a nós mesmos, expulsámos do nosso solo o extrangeiro todas as vezes que nelle se quiz estabelecer. »

Uma raça — que, de tal arte, manteve a integridade nacional, resistindo durante seculos a todos os ataques do extrangeiro; que luctou victoriosamente contra um meio, ainda não bem confórme com o homem, e ao qual teve de adaptar a civilização européa, propria de outros climas; que fomentou riquezas, como os cafezaes em S. Paulo, os seringaes no extremo Norte, os cacauaes na Bahia e os hervaes nas regiões do Sul, sem estimulos e antes com embaraços por parte dos govêrnos; que é prolifica, e tem sêde de aperfeiçoamento; que creou uma litteratura rica, a qual nos colloca acima de todas as nações sul-americanas, — não póde temer-se de desmandos accidentaes, contra os quaes tem fôrças immanentes de reacção, tarda, mas efficaz.

Com esssa raça, virá o Brasil a ser uma grande nação, si timbrarmos em promover a utilização nacional das inexhauriveis fontes de energia physica, que existem disseminadas pela vasta superficie do solo patrio, e tivermos sempre em mente subtrahir-nos á involução que conduziu a India, tão similhante comnosco a mais de um respeito, á prostração e á decadencia moral, que lhe conhecemos.

Aqui, a terra é firme, as raizes estão já entranhadas, e a seiva circula abundante; e, com tal, ha de crescer a planta donosa, e carregar-se de fructos, si abalos repetidos não a resolverem em flores estereis.

Sim, correspondamos á bondade divina, ajudando-a nos seus nobres e insondaveis designios, que realizaremos o sonho acalentado pelo patriarcha da nossa Independencia:

Qual a palmeira que domina ufana
Os altos topos da floresta espessa,
Tal bem presto ha de ser no mundo novo
O Brasil bem fadado.

(*O discurso do sr. dr. Miguel Calmon é vivamente applaudido.*)

Em seguida o Sr. Presidente concede a palavra ao orador do Instituto, Sr. Dr. Ramiz Galvão, que lê este discurso:

« Exmo. sr. presidente — Illustres confrades — Prezado consocio sr. dr. Miguel Calmon — E' com grande jubilo que esta laboriosa companhia vos recebe em seu seio.

Portador de um nome muito illustre e muito caro á politica e á administração brasileira, e, o que é mais, filho de vossas proprias obras, recommendam-vos um passado já luminoso e uma reputação conquistada pelo talento, pelo estudo e pelo trabalho.

Ao vosso grande Estado e á nossa querida Patria haveis prestado notaveis serviços, já em altas funcções administrativas como secretario geral do Govêrno da Bahia e ministro da Viação e Industria durante a presidencia do saudoso e honrado Affonso Penna, já no exercicio do magisterio como professor da Eschola Polytechnica da Bahia, já como operoso parlamentar e auctor estimadissimo de livros que se recommendam ao alto apreço dos Brasileiros.

Não seria possivel entrar em pormenores sôbre a vossa carreira pública, tanto mais digna de encomios quanto é certo que em breves annos ganhastes todos esses laureis. São de hontem os vossos inapreciaveis serviços á nobre causa do paiz; dentre elles sobrelevam o melhoramento dos portos, o desenvolvimento da viação ferrea, a fundação auspiciosa de estações agronomicas, a catechese dos indios, a ligação telegraphica de Matto-Grosso ao Amazonas, confiada em bôa hora a esse intemerato patricio, coronel Rondon, benemerito entre os benemeritos.

No meio de vossas numerosas publicações, todas sôbre assumpto do maior interesse práctico para o desenvolvimento da industria e da riqueza nacional, permitti que eu destaque o vosso precioso livro «Factos economicos», fructo de uma longa viagem ao Oriente, onde soubestes colher ensinamentos do mais alto valor para o nosso progresso agricola e industrial, — livro que revela um observador intelligentissimo e competente, além de um ardoroso patriota.

A chave de ouro desse livro é o discurso que pronunciastes na Camara dos Deputados em Septembro de 1912 sôbre o «ensino como factor do progresso industrial»; e a chave adamantina desse discurso é a celebre phrase de Leibnitz, com que declarastes resumir o vosso pensamento.

«Quem é dono da educação é dono do mundo.»

Não ha verdade mais amplamente demonstrada na Historia. A Allemanha moderna fez-se poderosa e forte, culti-

vando com esmero esta planta magica; a Suissa constituiu-se o modêlo das republicas com a sábia e vasta disseminação do seu ensino publico; a opulenta Republica da America do Norte cimentou nas escholas o solido e invejavel edificio de sua prosperidade.

Ha mais de 48 annos, quando na Exposição Universal de Vienna me coube a honra de fazer parte do jury de Instrucção Publica, como delegado do Brasil, tive o feliz ensejo de examinar os dados statisticos de todos os paizes do mundo em materia de ensino, e já nessa epocha o cantão de Vaud, na Suissa, ganhava a palma da victoria, *não contando um só analphabeto*. Eis o segredo dos triumphos dessa democracia modelar, eis a razão de ser do vosso enthusiasmo pela educação bem orientada do nosso povo — enthusiasmo que vos faz a maior honra como estadista, sr. dr. Miguel Calmon, e que eu desejaria inflammasse a todos os directores da nossa vida nacional.

A vossa obra, illustre collega, como ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, foi tudo quanto em trinta mezes de govêrno um espirito superior poderia realizar, e bem mereceu aquellas palavras de consagração, com que o honrado decano da imprensa brasileira fez justiça aos vossos meritos.

« O paiz, disse elle, que possue um estadista de menos de 30 annos, capaz de conceber e realizar as grandes obras que o dr. Calmon ideou e levou ao cabo, é na verdade um paiz que póde confiar no seu futuro e dormir tranquillo dos seus destinos ».

Perdoae-me si para aqui trago, em vossa presença, estes testimunhos de alto apreço de vossos contemporaneos, mas enche de prazer a minha alma de Brasileiro esta justiça prestada ao distincto filho do meu velho companheiro de estudos gymnasiaes, o venerando e nobilissimo contra-almirante Calmon, que tambem foi estrella radiante na sua classe, e que ao meu lado iniciou, com grande brilho, a sua carreira tão prematuramente cortada pela morte. A vossa bellissima e conceituosa oração inaugural, prezado collega, foi mais um testimunho do quanto o Instituto Historico póde esperar do patriotismo e da lucidez de um espirito privilegiado.

A Patria carecerá sem duvida da vossa cooperação presti-

mosa em elevados postos de vária natureza; não tendes o direito de recusa-la, nem o fareis de certo. Mas, já agora, que temos a fortuna de contar-vos nas nossas fileiras, tambem o Instituto merecerá o carinho do illustre patricio, que tanto ama o seu berço. Aqui tendes mais um campo aberto para conquistar a gratidão do Brasil e as bençãos da posteridade.

Entre sabios conselhos nos convidastes a corresponder á bondade divina, ajudando-a nos seus nobres e insondaveis designios, para se realizar o sonho acalentado pelo patriarcha da nossa independencia. Sim. Tenhamos fé. Com patriotismo e exfôrço, guiados por homens da vossa tempera, seremos

Qual a palmeira que domina ufana
Os altos topos da floresta espessa.

Deixae só que eu prosiga a leitura da ode do grande José Bonifacio aos Bahianos:

Em vão de paixões vis cruzados ramos
Tentarão impedir do sol os raios:
A luz vae penetrando a copa opaca;
O chão brotará flôres.

Estas flôres estão, de facto, surgindo e continuarão a surgir de geração em geração, porque a Providencia não abandona a Terra de Sancta Cruz, e no coração dos Brasileiros não desfallece a confiança no futuro, muito embora nuvens sombrias toldem por vezes, como nesta hora critica, os nossos horizontes.

O vosso coração é um delles, e nesta operosa Companhia todos pulsam com o mesmo vigor pela felicidade e grandeza da Patria.

A' sombra das nossas gloriosas tradições, que guardamos com indefesso carinho, alimentando noite e dia o fogo vivo da nossa ara sacrosancta, levitas desta religião, ante cujos altares nos unimos em solidariedade inabalavel e promissora de farta messe, constituiremos, como até aqui, um tribunal sereno e augusto para exaltar a virtude dos grandes patriotas, assim como para condemnar os erros, as ambições indebitas, os interesses mesquinhos, as paixões monstruosas e os desvarios, que acaso pretendam desviar a rota e macular o nome do gigante sul-americano.

Para esta obra meritoria tambem o Instituto conta comvosco, sr. dr. Miguel Calmon, — preclaro batalhador dos bons combates! »

(*O discurso do sr. dr. Ramiz Galvão provoca grandes applausos.*)

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) diz que nada mais havendo a tractar nesta sessão extraordinaria, convocada especialmente para a recepção do sr. dr. Miguel Calmon, agradece o comparecimento do selecto auditorio e levanta a sessão ás 22 ½ horas.

Roquette Pinto,
2° secretario.

ACTA DA SEXTA SESSÃO ORDINARIA, EM 29 DE SEPTEMBRO DE DE 1915

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 20 ½ horas, na séde social, abre-se a sessão com a presença dos seguintes socios:

Srs. conde de Affonso Celso, Max Fleiuss, dr. Edgard Roquette Pinto, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Arthur Guimarães, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, barão Homem de Mello, desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, dr. Homero Baptista, dr. Antonio Olyntho dos Sanctos Pires, dr. José Americo dos Santos, dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro, dr. João Coelho Gomes Ribeiro, major dr. Liberato Bittencourt, commandante Raul Tavares, dr. Domingos Jaguaribe, Eduardo Marques Peixoto, dr. Arthur Pinto da Rocha, dr. Pedro Souto Maior, dr. d. Lucas Ayarragaray, dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida e dr. Nicoláo Debbané.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*2° secretario*) lê a acta da sessão anterior, que é approvada sem debate.

O Sr. Fleiuss (*1° secretario perpetuo*) lê o seguinte parecer:

Da Commissão de Fundos e Orçamento:

« A apresentação da proposta de orçamento do Instituto Historico e Geographico Brasileiro constitue simples formalidade, que é observada para que tenham inteiro cumprimento os Estatutos. Todos nós sabemos com que honestidade e escrupulo são despendidos os fundos do Instituto pelo egregio presidente e pelo digno 1º secretario perpetuo, confiadas todas as quantias á guarda zelosissima do honrado thesoureiro.

A Commissão de Fundos e Orçamento approva, portanto, a proposta elaborada pelo 1º secretario perpetuo, proposta que traduz completa realidade.

Não deixa, porém, a Commissão de propôr (o que já fez no anterior parecer) que o illustre presidente do Instituto fique plenamente auctorizado a realizar no orçamento as modificações, que as circunstancias e o alto interesse da associação determinarem.

Rio de Janeiro, 20 de Septembro de 1915.—*Clovis Bevilaqua*, relator. — *Alfredo Rocha.* — *Rodrigo Octavio.* — *Enêas Galvão.* »

ANNEXOS

« Rio de Janeiro, 16 de Setembro de 1915.

Illmo. e exmo. sr. dr. conde de Affonso Celso, m. d. presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro:

Cumprindo a determinação do § 2º do art. 43 dos Estatutos, tenho a subida honra de offerecer ao alto criterio de v. ex. a « Proposta do orçamento para o anno de 1916 ».

Como v. ex. sabe, com a mudança do Instituto para o novo edificio, augmentaram consideravelmente as despesas.

Devo propôr a v. ex. não sejam preenchidos dous logares de official da secretaria — desde que vaguem —, estabelecendo-se, quando houver necessidade, diaristas por tempo determinado.

Prevaleço-me do ensejo para apresentar a v. ex., mais uma vez, os protestos de meu profundo respeito. — O 1º secretario perpetuo, *Fleiuss* ».

— « Vai á Commissão de Fundos e Orçamento, sendo relator o sr. dr. Clovis Bevilaqua. — Rio, 17 de Septembro de 1915. — *Conde de Affonso Celso* ».

ORÇAMENTO PARA 1916

Receita

§ 1.° Subvenção do Congresso.....	25:000$000
§ 2.° Juros das apolices.....	6:400$000
§ 3.° Quotas beneficiarias das loterias (computado cada conto de réis em 200$, segundo o calculo do Thesouro Nacional	4:800$000
§ 4.° Receitas diversas.....	500$000
	36:700$000

ORÇAMENTO PARA 1916

Despesa

§ 1.° Pessoal (vide documento annexo).....	21:268$000
§ 2.° Compra de livros e encadernações.....	3:600$000
§ 3.° Impressão e re-impressão da *Revista*...	4:500$000
§ 4.° Material do expediente	3:000$000
§ 5.° Despesas miudas — comprehendendo o porteamento da correspondencia e dos livros, carretos, limpeza do edificio, pequenos concertos	2:400$000
§ 6.° Eventuaes	1:932$000
	36:700$000

Detalhe do pessoal

1 bibliothecario	300$000	3:600$000
1 director da *Revista*.....	300$000	3:600$000
3 officiaes	450$000	5:400$000
1 official-dactylographo	210$000	2:520$000
1 collaborador	60$000	720$000
1 porteiro	138$333	1:660$000
1 servente	120$000	1:440$000
1 conservador do edificio.....	15$000	180$000
3 empregados do Syllogeu.....	70$000	840$000
Addicionaes de um official, concedidos em Assembléa Geral.	59$000	708$000
Congresso Internacional de Historia da America.....	50$000	600$000
	1:772$333	21:268$000

Nota — Não se preencherá o cargo de auxiliar de bibliothecario.

Rio de Janeiro, 16 de Septembro de 1915.— *Fleiuss.*

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) declara em discussão o parecer da Commissão de Fundos e Orçamento, bem como a proposta de orçamento. Não houve discussão.

Postos em votação, são os mesmos approvados unanimemente.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) lê depois estes pareceres:

Da Commissão de Historia:

Approvada, como foi, pelo Primeiro Congresso de Historia Nacional, que unanimemente apoiou o justo e bem lançado parecer relatado pelo sr. dr. Arrojado Lisbôa e subscripto por todos os seus dignos companheiros de commissão, — pouco é o que nos resta dizer da monographia intitulada «As primeiras tentativas da independencia do Brasil», offe-

recida pelo sr. dr. A. Velloso Rebello áquelle douto cenaculo scientifico, e com a qual é o nosso illustre compatriota proposto agora para o quadro social deste benemerito gremio.

Traçando excellente plano do seu mencionado trabalho, o operoso conselheiro da embaixada brasileira juncto ao govêrno de Portugal, depois de evidenciar o papel importante representado pelo factor indigena em todas as luctas pela conquista da nossa soberania, analysou criteriosamente o influxo de idéas liberaes, que nos trouxeram no seculo XVII os invasores neerlandezes, assim como os principios prégados pelas escholas philosophicas da centuria excepcional de que resultou a revolução franceza de 1789, o mais proximo fundamento geral da nossa independencia.

Entrando a estudar os episodios, que considerou como precursores da nossa definitiva autonomia politica de 1822, não olvidou o tentamen de emancipação local dos Palmares, no tocante ao qual perfilhou o conceito de Quatrefages — de que « foi uma das maiores expressões de revolta da raça negra contra o jugo da raça branca », considerando-a tambem como um assignalado passo na civilização brasileira; recenseou os conflictos nativistas que ensanguentaram Pernambuco e Minas Geraes na primeira decade do seculo XVIII e que se fixaram em nossos fastos com os nomes de « guerra dos *mascates* » e guerra dos *emboabas* »; encarou a revolta de 1720, em Villa Rica, acaudilhada por Philippe dos Sanctos, como um preludio da Inconfidencia mineira; e, depois de summariar, com largo e nitido descortino, a mallograda conjuração de 1789, que immortalizou em nossa Historia a um obscuro alferes de milicias, o magnanimo Tiradentes, — deteve-se, afinal, a apreciar a sublevação pernambucana de 1817, predecessora immediata do grito do Ipiranga.

A clareza de linguagem, a fórma bem cuidada, o methodo de exposição, a despretenciosidade de erudição, revelada pelas raras datas citadas e pelas ainda mais raras remissões ás fontes historicas, — tudo isso se encontra no substancioso escripto do sr. dr. A. Velloso Rebello.

Cumpre-nos, contudo, registar que lhe escapou á amestrada penna um ou outro engano, de facil rectificação. Com effeito, affirmou elle, no capitulo III, que o conde de As-

sumar «governava a capitania de *S. Vicente*». Ora, no periodo administrativo de d. Pedro de Almeida, já não subsistia esta denominação, desde muito officialmente substituida.

O *hinterland* aurifero foi disjungido da subordinação jurisdiccional do Rio de Janeiro pela carta régia de 9 de Novembro de 1709 (doc. avulso, existente no Archivo Nacional), que creou a capitania de «S. Paulo e Minas de Ouro», a qual teve trez governadores: Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho (empossado a 18 de Junho de 1710), d. Braz Balthazar da Silveira (a 31 de Agosto de 1713) e d. Pedro de Almeida, conde de Assumar (a 4 de Septembro de 1717). E' de 2 de Dezembro de 1720 o alvará com que d. João V separou de S. Paulo a capitania de Minas Geraes.

Não disse o sr. dr. A. Velloso Rebello uma só palavra sôbre a revolta de Beckmann, occorrida no Maranhão pelo ultimo quartel do seculo XVII, o que quer dizer que elle a excluiu do ról dos factos considerados como tentativas de independencia da Patria. Bem andou em assim proceder, porque, realmente, a sublevação de 1684 foi antes movimento de natureza mercantil (contra o açambarcamento dos indios pelos Ignacianos e contra o monopolio da Companhia de Commercio) do que rebellião destinada a obter uma decisiva autonomia, regional ou nacional. Si a houvesse promovido por motivos politicos e com aquelle alto objectivo, Manuel Beckmann, graças á sua aprimorada cultura e inteireza de character, devêra ser alcandorado á categoria de Rienzi da nossa Historia.

Mas o sr. dr. A. Velloso Rebello não quiz aprofundar o que diz respeito ao tentame paulista de meiados do seculo XVII. Limitou-se a fazer-lhe passageira referencia nas primeiras linhas do capitulo IV de sua memoria. Antes de mais nada, notemos que a asserção ahi contida de que — «os rebeldes de Minas, os Paulistas, chegaram a pensar na acclamação de um rei proprio, que seria esse Amador Bueno, seu chefe até á derrota do Rio das Mortes», — não tem assento nas chronicas nem amparo nos documentos historicos. Destes, entretanto, ha alguns extremes de qualquer suspeita, que se

nos depararam no Archivo Nacional e que demonstram ter-se dado em 1641 a acclamação de Amador Bueno da Ribeira (do qual era bisneto Amador Bueno da Veiga, cabo dos Paulistas no final da guerra dos *emboabas*) como rei de S. Paulo, tendo elle rejeitado a corôa, que lhe fôra offerecida por seus conterraneos e por varios Hispanhoes alli domiciliados. Não póde, pois, ser posta em exquecimento tal iniciativa, que de facto visava á emancipação politica da colonia luso-americana, sendo ainda contemporanea de similhante episodio a expulsão dos Jesuitas, levada então violentamente a cabo pelos audazes bandeirantes.

As observações que ahi ficam em nada apoucam o elevado juizo, que fazemos do trabalho entregue á nossa apreciação. As qualidades de investigador das nossas tradições e os dotes de escriptor postos de manifesto pelo sr. dr. A. Velloso Rebello, em sua monographia «As primeiras tentativas da independencia do Brasil», hão de, por certo, assegurar-lhe um dia logar de destaque entre os cultores do nosso passado, si não descontinuar a sua labuta em tão vasta e opulenta seara.

Em taes condições, a Commissão abaixo assignada é de parecer que o Instituto Historico e Geographico Brasileiro muito terá a lucrar, abrindo as suas portas ao sr. dr. A. Velloso Rebello.

Rio de Janeiro, 25 de Septembro de 1915. — *Basilio de Magalhães*, relator. — *Clovis Bevilaqua*. — *Viveiros de Castro*».

O parecer é approvado e vai com a proposta á Commissão de Admissão de socios, sendo relator o sr. dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva.

— «São de Historia litteraria os livros do sr. J. Cervaens y Rodriguez, que nos foram apresentados, — *Literaturas mortas* e *Letras brasileiras*. No primeiro, mostra-se o escriptor um erudito, conhecedor das litteraturas gallega, euskara, italiana e catalã; no segundo, falla, como amigo, das cousas brasileiras e, em particular, dos nossos progressos de ordem intellectual.

Não nos propomos a fazer a crítica desses trabalhos, mas, apreciando-os no seu espirito, nas suas linhas geraes,

notando a curiosidade, que revelam por algumas litteraturas mais conhecidas e o desejo de chamar para ellas a attenção dos leitores, e achando que as litteraturas são phenomenos historicos, ao lado da Religião, da Politica e da Economia, que, estudados em sua evolução, constituem objecto das investigações a que nos consagramos, somos de parecer que o sr. Cervaens y Rodriguez será um bom elemento em nossa associação.

Rio de Janeiro, 29 de Septembro de 1915. — *Clovis Bevilaqua*, relator. — *Viveiros de Castro*. — *Basilio de Magalhães*».

O parecer é approvado e vai, com a proposta, á Commissão de Admissão de socios, sendo relator o sr. dr. Miguel de Carvalho.

— Da Commissão de Admissão de Socios:

«A Commissão de Admissão de socios nada têm a oppôr á admissão do illustre sr. dr. Juliano Moreira como socio effectivo neste Instituto.

Ao contrario: é mais um estudioso que virá concorrer com as luzes do seu saber e com a nobreza do seu character para mais elevar os creditos da associação, que o receberá.

Rio de Janeiro, 29 de Septembro de 1915. — *Miguel Joaquim de Carvalho*, relator. — *Antonio Olyntho*. — *Manuel Cicero*.»

Fica para ser votado na primeira sessão.

— «Proposto para socio correspondente deste Instituto o eminente escriptor argentino don Juan José Biedma, emittiu a respeito a Commissão de Historia bem elaborado parecer, que conclue pelo reconhecimento dos meritos do candidato e pela conveniencia da approvação da proposta.

Pensa do mesmo modo a Commissão de Admissão de Socios, que se honra em declarar que o proposto reune as condições necessarias para ser eleito socio correspondente, certa de que será proveitosa ao Instituto a collaboração do distincto homem de lettras, um dos propugnadores da concordia americana.

Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 15 de Septembro de 1915. — *Manuel Cicero*, relator. — *Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho*. — *Antonio Olyntho*. »

Fica para ser votado na primeira sessão.

O mesmo Sr. 1º Secretario Perpetuo lê esta proposta:

« Temos a honra de propôr para socio effectivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o sr. dr. Erico Marinho da Gama Coelho, professor cathedratico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, membro titular da Academia Nacional de Medicina, senador federal, auctor de varios trabalhos scientificos, entre os quaes a memoria — *A mulher e a guerra*, escripta especialmente para o Instituto Historico, ao qual é offerecida.

Instituto Historico, 29 de Septembro de 1915. — *Fleiuss*. — *Pinto da Rocha*. — *José Americo dos Sanctos*. — *dr. Souto Maior* ».

Vai á Commissão de Historia, sendo relator o sr. dr. Clovis Bevilaqua.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) communica que se acham presentes os socios effectivos eleitos, srs. drs. Antonio Fernandes Figueira, marechal José Bernardino Bormann e dr. Antonio de Barros Ramalho Ortigão, que vêm tomar posse.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) nomêa a seguinte commissão para introduzi-los no recincto: srs. Fleiuss, Roquette Pinto, Miguel de Carvalho, Souto Maior, Marques Peixoto e Gomes Ribeiro.

(*Dão entrada no recincto e prestam o compromisso do art. 20 § 2º dos Estatutos os socios effectivos dr. Antonio Fernandes Figueira, marechal José Bernardino Bormann e dr. Antonio de Barros Ramalho Ortigão*).

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) dá a palavra ao sr. dr. Antonio Fernandes Figueira, que lê o seguinte discurso:

« Exmo. sr. presidente, meus senhores — Invocando o direito de liberdade como justificativa da minha futura coparticipação em vossos trabalhos, vindes ao encontro, senhores membros do Instituto Historico, de uma profunda aspiração latente. Nos dias que correm um fremito de derrota leva os

homens de pensamento a desejar os recinctos quietos da meditação, onde cheguem filtrados pela inteireza do raciocinio os échos da commoção, que lá fóra estrondeia.

Recolhamo-los contando as vibrações de cada som, em um registo mathematico. Faze-los reboar dentro de nossa consciencia vencida seria o abdicar de principios aqui professados. A Historia foi Poesia, confundiu-se com os deuses, humilhou-se nas enumerações chronologicas: agora é Sciencia.

A origem da rememoração do passado, — doutrina Ed. Meyer — prende-se á origem dos mythos.

No desdobramento da alma para além do que a circunda, em procura de mais acolhedores themas, estou em dizer se encontra a finalidade dos estudos historicos. Mofinos appareciam os homens de sua epocha á imaginação de Hesiodo, e por isso que mofinos, o poeta declara que sómente cantará o parecido os heróes de uma raça forte e dignos do epitheto, que lhes outorgou, de semi-deuses.

Ahi se descobre a tendencia ao symbolo, á correcção das irregularidades e das asperezas do presente. Porque — permitti que vos affirme — a existencia do individuo e das sociedades humanas oscilla entre a construcção e a ruina de taes symbolos, a um tempo a nossa consolação e o nosso damno.

A criança inexperta, que desenha, não copia o objecto assim como elle ao olhar se destaca.

Tanto a figura eschematica a subjuga, que lhe não consente enxergar a unilateralidade de um perfil, ou o volume de uma arvore de conformidade com o plano em que pousa. Tambem no ambito do moral, nascem dentro de nós, superpondo-se á evidencia, os deuses do lar, e tão vasta, bem o sabeis, é a somma de dotes que accumulamos nos seres constelladores de nosso tecto, que o brilho das virtudes maternaes se transforma para todo homem no substracto do seu pundonor. No anceio da evasão da realidade, que constitue a Arte, acertaram os Gregos em alargar o angulo facial a suas estatuas e lhes imprimir desse geito mais vehemencia de expressão, e de sorte que pairassem acima da nossa especie. E, si então culminou por esse artificio a estatuaria hellenica, a elle não sómente deve o prestigio que a illumina até agora.

Falla-nos, como toda a producção esthetica do Christianismo, da espiritualização de noções idealistas; vem arrancar-nos á contingencia de dia a dia, que, representada com a technica perfeita de hoje, não nos transporta o entendimento: comparae o que desperta de sensações a vista de um quadro de scenas contemporaneas á de uma das telas milagrosas de Rafael... A fascinação da belleza, da intelligencia, da magnanimidade, da bravura, incorporadas em vultos, que admiramos, os vai despojando das nossas imperfeições, e os integra na Historia, na qualidade de symbolos... Ai de nós, que ahi está — repito — a nossa consolação e o nosso damno.

Do bronze fundido levanta o esculptor a exteriorização dos mais abstractos e empolgadores sentimentos. Uma, por exemplo, modelada nos estos da alma de moço a librar-se áquellas alturas melhores, porque invisiveis, cognominou — digamos — a illusão. Acercamo-nos da obra de arte e vamos contempla-la. Prompto nos adverte o auctor como é justo nos colloquemos para que a luz se reparta propicia e a cohesão do conjuncto nos domine as faculdades estheticas... E é, notae bem, o producto facticio da imaginação. E si as estatuas não devem ser vistas de qualquer lado, quanto mais os homens e quanto mais os povos, que são aggregados de homens, de matizes diversos e em varios tempos? !

Exquecemos, no entanto essas verdades intuitivas. Reviyemos a cada instante a theoria dos heróes, ou queremos organizar uma galeria de sanctos, e, distribuindo por aqui e alli os vicios e as virtudes, ousamos aquilatar do presente pelo estalão arbitrario dos symbolos. Tão longe caminha o pendor anthropomorphico, que pretendemos emprestar aos povos os predicados do individuo, e tal escriptor, que aprecia a marcha de um povo, affeiçôa o julgamento, ainda que o não perceba, aos contornos das proprias particularidades de sentir. Estes são barbaros, aquelles civilizados; uns, virtuosos, outros, egoïstas, como si houvesse algo de absoluto na evolução da nossa natureza. Mas com que precisos elementos se constróe padrão para essas pretenciosas demarcações, si a licção dos sociologos pleitêa pela relatividade da comprehensão tão apregoada de progresso?

Si attribuis a alguem o epitheto de espartano, evocais para logo, symbolicamente, as qualidades nobilitantes dos filhos de Esparta. E alli, si a legislação não cogitava do adulterio, o facto provinha do uso legal da polyandria, principalmente, ao que ensinam Platão e Aristoteles, para a consecução da maternidade. Da França, que em meio á sanha revolucionaria abriu maternalmente os braços adoptando as criancinhas espurias como filhos da Nação, partiu o applauso ao conquistador sinistro, que sepultou oito milhões de vidas. Sôbre columnas de porphyro eviterno assentou a Inglaterra o «habeas-corpus» e a instituição do jury, ao passo que mereceu de um de seus altos filhos, de Herbert Spencer, o anathema de sociophaga. A' frente do Socialismo a soberania de Virchow, a Allemanha moldou a sua vida interna pela cooperação das classes, enquanto obedecia ao programma de seu imperador ao subir ao throno: «Lembrar-me-hei sempre — exclamou o Kaiser — que o olhar dos meus antepassados me accompanha do alto do firmamento e a elles responderei pela honra e pela gloria do exercito».

Em que moderno paiz de completa civilização, um pensador escreveu que a virtude é um dever tão imprescriptivel, que si não houvesse Deus para o govêrno dos mundos,ella não deixaria de constituir a lei imperativa da vida? A proposição lá está no Ramayana, tantos seculos antes do Christianismo e tão remota das philosophias da nossa epocha!... Como essas pararíam assombradas em suas deducções de progresso feminista e perfeição do anarchismo, lendo em Herodoto a narrativa dos costumes de tribus africanas, em que ás virgens cabia a effectividade do serviço militar, ou conhecendo daquelles povos da Polynesia, que prescindem de todo o govêrno dentro do commercio da sua primitividade?

Si não decorre de instituições politicas, acaso dependerá do fastigio das artes a illação do progresso das nações? Artes não as tiveram os Phenicios, reis dos mares; os Arabes, não o olvidemos, excederam nesse ponto aos Romanos, e, enquanto a humanidade transpunha o abysmo da edade média, a arte gothica, num vôo de contida emoção, alçava para o azul e para a eternidade a sua ogiva triumphante.

Porventura o desenvolvimento litterario e o scientifico

fundamentarão o titulo de apogeu das raças? Cotejae bem as potencias do seculo XX, aquellas que acreditamos á frente da civilização, e ajuizae das cambiantes e das fundas differenças que nesse particular as extremam...

Tanto asseveramos a desconfiança dos paizes não christianizados e a sua proverbial insidia. E no seculo XVI a atrazada Mourama — ensina a Chronica do cardeal d. Henrique — aos fidalgos portuguezes facultava que sob palavra á patria regressassem, elles, os promotores da menos defensavel das guerras... Foi em Athenas ou foi agora, que uma cortezan formosissima, Aspasia, revolucionou o equilibrio social e a seu talante dispoz do pertinente á Republica? ! Quanto ha sido commentada, entre louvores ou sob condemnações, aquella providencia de um povo antigo, que sacrificava os recemnascidos disformes, assim cooperando para a melhoria da raça? ! E contudo os Mainas, lá no Amazonas — escreve o padre Francisco Figueirôa — a «sus hijos que nascen en alguna monstruosidad o defecto natural los arrojan ó enterran vivos !».

A estimação da moral das agremiações humanas pela craveira da Ethica individual baseia-se, quando muito, na concepção pessimista de S. Francisco de Salles. Para elle é da essencia da amizade o querermos ao amigo tanto, que a affeição não supplante a que a nós mesmos votamos. Desse jaez as nações que se entreolham amigas, e que elevam sôbre os da Humanidade os seus interesses. E qual o interesse das poderosas nações ?

Menos hypocritas as antigas, publicavam a pretenção de dilatar a fé e o imperio; querem as de agora libertar de selvajeria, mas sem procuração bastante, os territorios alheios. E tanto nos templos de Londres, de Pariz, de Berlim, os sacerdotes exoram a Deus para a manutenção do patrimonio de conquista, como á luz pujante dos céos da America os missionarios imprecavam o auxilio da Divindade para expulsar do Brasil outros que não os Portuguezes, donos da terra mediante a mais iniqua das campanhas... Luctas de independencia, mudanças de fórma de govêrno por toda a parte se architectam de conjurações, em que a lealdade fallece ao jugo do *salus populi* ou das condescendentes razões de Es-

tado... Rebeldia de filho contra a propria mãe, e, pelo menos, o seu degredo, conferiu gloria a d. Affonso Henriques, na unanimidade dos historiadores. «Nesse tempo — escreve Alexandre Herculano — a desordem dos costumes fazia com que similhante procedimento não estampasse um ferrete indelevel de ignominia na fronte dos principes, que assim calcavam aos pés o amor filial, até porque lhes serviam de desculpa — si taes factos podem em tempo nenhum merece-la — os erros ou crimes de seus progenitores e as conveniencias, bem ou mal entendidas, da patria». Mas hoje são familias reaes de parentes que ensanguentam o Velho Mundo, em nome do que chamam a felicidade ou a honra de seus paizes, e póde ser apenas a segurança dynastica. Por sua vez, á tyrannia de nivelamento democratico o prestigio bellico serve muito bem de estimulo para deslumbrar as multidões fascinadas.

E quando o delirio allucina as raças, não só os exercitos, sinão tambem os pensadores, pelo angulo turvo da parcialidade, aquilatam os acontecimentos. Quem de nós não possúe no limiar da consciencia uma condemnação para Domingos Calabar, que trahiu os Portuguezes em favor das hostes de Hollanda, e quem se lembra daquelle Sebastião de Souto, que trahia os de Hollanda como espião de Mathias de Albuquerque e delle recebeu o galardão maior?». Este, — pondera recente monographia, menos trahidor não foi entretanto que o vencido de Porto Calvo... Que affrontoso qualificativo reservarieis para a mulher que perfeitamente seduzisse um general, o embriagasse em seguida, e depois lhe decepasse a cabeça? Mas si considerarmos a cidade de Bethulia, um certo general Holophernes e uma viuva Judith, o feito voará entre nuvens de incenso das páginas dos livros sanctos ás magnificencias do pulpito christão.

Basta — parece-me de argumento; e a recordação seriaria dessas bases da eschola evolucionista apenas explica o designio de uma profissão de fé. Julguei-a indispensavel nesta occasião. Não me vivifica um animo subordinado ao preconceito dos symbolos, que ora desvaira a lucidez dos que nos cercam, e serenamente a Historia repudia. Menos ainda posso comprehender a phantasia de sujeição dos estudos historicos a methodos florescidos na segunda metade do seculo XIX.

O descortino, que então lograram as sciencias naturaes, accompanhou-as de alguns prejuizos innegaveis. Max Müller em Linguistica, Novicow em Sociologia, Taine em Critica litteraria exageraram as applicações possiveis de taes pesquisas. A concepção, o seu tanto forçada, de organismo conduziu a similes de que hoje poderemos sorrir, ao passo que um pseudo determinismo dos phenomenos classificou como resultantes morbidas as producções deste ou daquelle prosador ou poeta. Por mim, sem desconhecer quanto ha de solidariedade e mutuas subrogações entre várias sciencias, não exqueci o methodo que cabe a cada uma. Aqui venho em agradecimento de quem póde enxergar na Historia a «mestra da vida». Cicero não deve ser julgado sómente pela sua eloquencia e nem cáiam em commisso as fraquezas domesticas de Catão. Investigamos todas as faces, e não nos assoberbam os semideuses de Hesiodo, mas homens falliveis, eguaes á nossa desvalida contingencia, embora de veneravel relêvo sob um dado ponto de vista. Como tudo nos instrue para tolerarmos as falhas dos nossos Ciceros e dos nossos Catões, quando combatem os meritos os mais nobres para recompensarem os seus serviçaes e os seus asseclas?

Que vale aquella estonteadora fama das guerras, que cega os soberanos e estarrece os povos? Vêde nas capitaes da Europa os arcos de triumpho e as alamedas da victoria; vêde a admiração das armas collocando á frente do Reichstag a figura de Bismarck, enquanto sob a cupola do Pantheon o Pensador, de Rodin, ostenta num lance de ironia as fórmas athleticas... Deixae que a Moral dos povos consista na reviviscencia de prerogativas ethnicas, que a intriga politica com pureza ou malicia agita na alma infantil das massas, impellindo-as ao sacrificio da honra e ao sacrificio da vida. Tudo passará; nações dirigentes e nações dirigidas, inimigas da vespera, commungando na mesma lide, assim o jaguar e a cobra, no dizer de um dos nossos poetas, se approximam sem lucta na hora tremenda da floresta em chammas. A Moral das nações decide dos factos do momento; a intelligencia das nações governa os seculos. Esta nos proporciona as instituições romanas até hoje acceitas, a arte dos Gregos, o Direito dos povos modernos, a sciencia, que progride sempre. Roma

esboroou-se á pressão dos Barbaros, e a sua lingua, dividida em outras, falla e recorda os dias mortos na belleza plastica dos idiomas novo-latinos. Expulsaram do Brasil aos Francezes os nossos maiores, e não nos conquistaram todavia: a nossa cultura vive connexa em suzerania á iriada cultura franceza; e que exercitos poderosos extirparão da alma humana os extasis sagrados, quando ella escuta a musica sobrenatural de Beethoven? E' que assim como o espirito boiava sôbre as aguas, na phrase do Genesis, o do homem fluctuará sempre com um refluxo divino sôbre as suas proprias miserias.

Scintillações delle refulgem aqui e acolá em todos os povos, em todas as eras. Na China e na Persia e na India pensadores se batiam pelas maravilhas da paz; no «Ramaiana» decanta o poeta a immortalidade da virtude. Contudo não imaginamos possivel a universalidade de espiritos perfeitos, que tanto montara em acreditar que as areias do mundo estão palhetadas de ouro. Algumas sem dúvida o contêm, mas poucas. O metal precioso lá está occulto no amago da pedra e, raro e occulto, ha mister um longo trabalho para descobri-lo. Não se confunde, destaca-se. Ainda que disperso, não se mixtura. E si os ideaes acaso se congregassem no seio das sociedades, poderiam impregna-la apenas em sua passagem, como as correntes interoceanicas proseguem e perduram no inflexivel roteiro através a immensidão oscillante das aguas.

Não extranheis a fervida apologia da intelligencia, quando em declive rapido me adeanto. Lá no alto as irradiações solares povoaram de visões phantasticas a paizagem. De costas para a luz, na meia sombra, distinguimos bem as linhas delimitantes, e o raio visual não se conturba trémulo. Certo a estrada é mais triste, mas daquella tristeza salutar do gabinete do sabio ou do claustro de Mendel, de onde uma aurora emergiu para o mundo. Tambem a solidão apavora, ou é uma realidade, sómente para as almas vasias. No centro da selva amazonica o sabio Agassiz, ao encontrar a folha de uma Bauhinia, reconheceu nullo o seu isolamento, pois no disco verde e mudo se revelou o nome de um compatriota. Na investigação pura dos factos, em correctissima projecção

objectiva, podemos alheiar-nos, numa ascendencia superior, da farundulagem de glorias e incompetencias, que não attingem siquer á depuração critica, porquanto representam a desprezivel escoria dos tempos. Nesse labor invade-nos a despreoccupada sobranceria dos que sondaram o desdobrar dos seculos. Adoptamos com facilidade a suprema religião da renúncia. Ella deste recincto se eleva em preces reconditas. Aprendeu-a o membro do Instituto Historico, que, apeado de um throno, desceu, erecto ancião, os degráos do tumulo, porque confiava « da justiça de Deus na voz da Historia ».

Prosternaram-se perante o altar desse culto grandes Brasileiros, que partiram, e outros, que hoje solicitos abrem a porta á minha humildade. Pequeno o espaço que venha a ser occupado por um exfôrço já esvanescente, mas que seja bastante para que eu possa repetir como Euripides: Nem da esperança necessito agora: cheguei ao porto da tranquillidade. »

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) dá em seguida a palavra ao sr. marechal José Bernardino Bormann, que lê este discurso:

« Exmo. sr. presidente — Illustres senhores — Quando, devido á protecção de Gœthe, um dos maiores poetas da Allemanha, o auctor do drama « Os Salteadores », que tão perniciosamente influiu na mocidade daquelle paiz, esse poeta conseguiu a cadeira de professor de *Historia*, na Universidade de Iena, o discurso na abertura de seu professorado teve, pelo brilhantismo dos conceitos, um estrondoso successo.

Nesse discurso e depois nas prelecções, que se seguiram, em linguagem elevada estudou elle e analysou, salientando a verdade historica, os factos que influiram no destino da Humanidade, desde os tempos mais remotos até ao seculo seu contemporaneo.

Nessas prelecções mostrou elle que os philosophos, os politicos, os sabios, os grandes capitães encontraram na *Historia* modelos dignos de imitação.

O grande poeta, enfim, fez reviver em toda a Allemanha o gosto pelos estudos historicos e se erigiu em historiador, escrevendo e publicando a « Historia da Guerra de Trinta Annos ».

Desde logo appareceram innumeras memorias, biographias, annaes, monographias, chronicas, que prestaram serviços aos historiadores.

Estas especies de trabalho podem muitas vezes, como fonte de consulta, fornecer informações que, segundo um escriptor, dão a chave de certos enigmas, que se deparam na *Historia* muito obscuros.

E como taes trabalhos versam, em geral sôbre um ou mais individuos, uma ou mais collectividades, póde-se talvez dizer que a *Historia*, partindo de um ou mais individuos ou de uma ou mais collectividade, se distende até abranger a Humanidade; assim, ella parte do infinitamente pequeno — o homem — para o infinitamente grande — a Humanidade.

Renan considerava a Humanidade, em seu conjuncto, como um homem de mediana capacidade: egoïsta, interesseiro e muitas vezes ingrato.

Seja ou não verdade o que dizia Renan, não ha negar que a principal funcção da *Historia* é occupar-se da Humanidade.

Mas, seja-nos licito fazer uma pergunta.

Quando se deve escrever a *Historia*? Será em absoluto conveniente deixar correr o tempo sôbre os acontecimentos para, com imparcialidade, o historiador lavrar o seu juizo?

Dizia Napoleão aos seus bravos e fieis companheiros que partilharam de seu exilio:

«A verdade historica tantas vezes invocada e que cada um appella com solicitude não é muitas vezes sinão uma palavra. Ella não póde existir no momento dos acontecimentos, no calor das paixões contrárias umas ás outras; e, si, mais tarde, os escriptores estão de accôrdo entre si, é porque os interessados e contradictores não existem mais.»

Entretanto, o grande capitão julgou que devia dictar no exilio a *Historia* de seus actos públicos, isto é, a *Historia* de seus actos politicos e militares, quando os acontecimentos de sua prodigiosa carreira eram bem recentes, quando os reis e imperadores tinham ainda bem vivas recordações das derrotas, humilhações que soffreram pelo homem destinado a abater-lhes o orgulho: quando, enfim, tremiam ainda ao ouvir pronunciar seu nome, e a Europa não tinha cicatrizadas com-

pletamente as feridas de vinte annos de um combate incessante.

Dictando e explicando seus actos politicos e militares, elle queria deixar subsidios para a *Historia*, e dizia saber que as narrações seriam combatidas; mas perguntava: « qual o homem neste mundo que a parte contrária não ataque e contradiga? »

Porém, continuava o grande homem, « minha vida merecerá tanto conceito como a de qualquer outro aos olhos do homem sabio, imparcial, meditativo e razoavel, e eu não receio a sentença final. Existem hoje tantas luzes sôbre mim que, quando as paixões tiverem desapparecido, quando as nuvens se tiverem dissipado, eu confio no esplendor que ha de ficar. »

Não houve, perguntamos nós, de parte do immortal conquistador, receio de que, sem os subsidios que legou á « Historia », os seus actos fossem mal interpretados?

Imitando o imperador, os marechaes e generaes que serviram sob suas ordens, satellites do grande astro, escreveram e publicaram « Memorias ». Os civis, diplomatas e altos funccionarios, que representaram papel proeminente naquella epocha, tão fertil de acontecimentos extraordinarios, tambem publicaram em vida « Memorias » interessantes.

Baseado em taes documentos, o grande patriota Thiers escreveu a primorosa obra intitulada: « Historia do Consulado e do Imperio », continuação da sua « Historia da Revolução Franceza ».

Muitas outras obras appareceram sôbre esse periodo épico da grande nação franceza. Mais tarde, Guizot, Lamartine, Louis Blanc, publicaram obras acerca da revolução de 1848, que tão fatal foi a Luiz Philippe.

Estes homens eminentes haviam representado papel de grande destaque durante o govêrno daquelle rei. Assim, muitos homens notaveis na Politica, nas armas, na Diplomacia, publicaram em vida « Memorias »; obras, enfim, sôbre épochas da « Historia » de seus paizes, em que figuraram como eminentes personagens, e explicaram o motivo da conducta que tiveram.

Entregar os actos ao juizo dos posteros, sem concorrer

com os proprios subsidios para o julgamento, póde muitas vezes ser um êrro, que contribua para que sôbre a memoria de um homem illustre pesem injustiças. Guardar silencio para evitar discussões, contradictas e explicações penosas, porque as paixões ainda estão vivas, ardentes, póde ser commodo; mas, não deve assim proceder, especialmente, o homem público. Elle não deve exquecer que tem um nome a zelar e que lhe cumpre transmitti-lo ao paiz e aos descendentes sem a menor mácula.

Quantos homens notaveis, indifferentes ao juizo dos contemporaneos, confiam que, depois da morte, os descendentes saibam defende-los das injustiças de que foram victimas?

O tumulo é muitas vezes o exquecimento, e, quando o que alli repousa não está exquecido, nem sempre os descendentes, embora o queiram, podem rehabilitar-lhes a memoria por falta de elementos e, assim, não sabem explicar si certos actos, por exemplo, foram filhos do character ou das circunstancias em que se achou o individuo.

Esse inconveniente não existiria, si tivessem com sinceridade escripto as suas proprias « Memorias ».

Ellas são muitas vezes a fé d'officio do homem público. Mas, dirão: Será muito raro o auctor de suas proprias « Memorias » confessar nellas os erros. E' possivel, é natural que procure dar-lhes um aspecto favoravel na intenção de transforma-los em acções meritorias, e assim legará á *Historia* inverdades, ás vezes difficeis de serem reconhecidas.

Quando um homem eminente, mesmo ainda no calor das paixões e luctas, publica um livro a cêrca de sua conducta nos negocios publicos, si é conciencioso, cumpre-lhe dizer a verdade; si, porém, a procura escurecer, será em vão, porque a *Historia* tem os seus processos de investigação.

Ella é como o chimico que, no seu laboratorio, estuda, investiga as propriedades de um corpo e chega a determinar os seus elementos.

A *Historia* procede dessa fórma: chega á verdade. Ella dispõe do instrumento de analyse, denominado « Critica » e elle tem tal importancia, que a *Historia*, sem elle, não é *Historia*: será apenas uma « Chronica », é, como diz Cantú, um cego que toma outro por guia.

Entretanto, apezar desse poderoso subsidio, que é a « Critica », difficil deve ser a missão do historiador !

Factos de que fomos testimunhas oculares são narrados por outras pessoas de modo inteiramente diverso e até muitas vezes com circunstancias que absolutamente não se deram !

Imagine-se julgar factos que occorreram ha seculos ! Si o historiador não fôr senhor da arte da « Critica », terá de acceitar o juizo dos antecessores, nem sempre baseados na verdade, na moral e na justiça. Não fará juizo original: não fará obra sua.

Enquanto na Allemanha, nos fins do seculo XVIII, os trabalhos historicos tinham quasi cessado e só graças a Schiller, recuperaram a antiga actividade, em França não amortecêra o gôsto por esses trabalhos; assim é que esse paiz, sempre na vanguarda da civilização e na realização de idéas generosas, conta, em seus innumeros intellectuaes, historiadores de grande merito.

Em nosso paiz são raras as « Memorias » ou qualquer outro genero de trabalho, que sirva para auxilio do historiador. Os homens publicos ás vezes vão á imprensa explicar ou justificar os seus actos; mas o jornal tem uma existencia ephemera; o livro fica.

Parece que ha em nosso paiz certa aversão pela *Historia*, a mestra da vida, como a definiu um grande orador da antiguidade; entretanto, o seu cultivo especialmente por aquelles que dirigem ou aspiram dirigir os negocios públicos, é uma grande necessidade, porque em suas paginas elles encontrarão ensinamentos que evitarão erros e mesmo desastres. O homem público que lembrar-se de que a *Historia*, como disse Lamartine, é o Pantheon dos nomes illustres, mas tambem o pelourinho dos nomes infames, ha de pautar os actos pelos preceitos da moral e da justiça, para que a memoria não seja acorrentada ao pelourinho, a essa columna, emblema da ignominia, que a *Historia* ergue em suas paginas para o castigo dos maus.

Plutarcho, tratando de Solon, conta que esse legislador grego mandou pôr em vigor uma lei, que prohibia que se dissesse mal dos mortos, e accrescenta o illustre historiador das « Vidas dos Varões Illustres »: « Com effeito, é um dever

religioso e sancto o que nos faz considerar os mortos como sagrados; a justiça manda respeitar a memoria dos que já não existem; a Politica mesmo não quer que os odios sejam eternos».

Solon sem duvida exceptuava dessa lei o historiador, porque ao contrario a Grecia não teria *Historia*, ou, então, esta não passaria de um panegyrico reservado aos mortos, quer elles tivessem sido em vida verdugos do genero humano ou grandes benemeritos. Todos seriam equiparados. Sem duvida que o odio não deve ser immortal; seria melhor que não existisse no coração humano: mas como, infelizmente, é uma realidade, que não passe ao menos do individuo odiado; deve ser como a pena: não ir além do delinquente.

A *Historia* tem immunidades, prerogativas: cumpre-lhe dizer a verdade, louvar os benemeritos e estigmatizar os maus. A piedade póde perdoar os erros e mesmo os crimes dos homens que desappareceram do scenario do mundo; a *Historia* não. Ella é inexoravel; assim, si a piedade escreve na lousa do sepulchro de um mau uma prece, a *Historia*, si alli tivesse de escrever alguma cousa, seria um epitaphio de maldicções.

Exmo. sr. presidente; meus senhores — Feitas estas toscas e ligeiras considerações, é meu dever agradecer profundamente penhorado a minha admissão nesta illustre Companhia, que tanto se recommenda pelos seus trabalhos e patriotismo.

Si este Instituto não existisse, a *Historia* do nosso paiz teria innumeras paginas em branco, porque não são muitos os seus cultores, não obstante o grande numero de distinctos lettrados e scientistas que possuimos.

E' incansavel esta patriotica e benemerita corporação. Ella trabalha, trabalha sempre, mesmo presentemente no meio de tantas angustias, fazendo lembrar o camponez, referido pelo illustre conde de Affonso Calso em certa occasião, que, nas proximidades do campo de batalha de Waterloo lavrava calmamente as terras de sua herdade, indifferente ao troar dos canhões dos combatentes.

Entretanto, meus senhores, a batalha ia decidir da sorte de um imperio!

Como os bravos que nessa pugna se illustravam pela prática de actos heroicos, não menos glorioso era o camponio lavrando as terras de sua herdade, porque o homem extraordinario, que contemplava nesse campo de batalha a quéda de seu colossal poder, sempre acreditaria haver só dous campos dignos de gloria: um regado pelo sangue generoso do soldado; o outro pelo suor honesto do lavrador.»

O discurso do sr. marechal Bormann é muito applaudido.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) em seguida dá a palavra ao sr. dr. Antonio de Barros Ramalho Ortigão que lê o seguinte discurso:

«Egregio presidente, illustres confrades. Minhas senhoras, senhores — Quando, no decorrer do decimo sexto seculo, foi escripta e publicada a mais bella epopeia que existe em lingua portugueza, acabava tambem de descobrir-se o Brasil, incorporando-o aos vastos dominios do venturoso rei, cujo periodo, em plena Renascença, marca sem dúvida a phase mais brilhante da nação e do povo, da raça e da lingua, que começavam então a transplantar-se para as terras ainda apenas conhecidas do novo mundo.

O Brasil, a terra recentemente descoberta e na qual fôra logo alçada a Sancta Cruz, era o emblema da fôrça e da coragem dos antigos navegadores, era o attestado de vitalidade da raça dos descobridores.

Os «Lusiadas», o poema extraordinario que surgia, eram a alma dessa raça e dessa lingua, que se expandia a consagrar os grandes feitos, tendo por divisa ao mesmo tempo singela e grandiosa: — «*Cantando espalharei por toda a parte*».

O Brasil era a ultima palavra, era o resumo, era a essencia em que se concentrava a extensa série de descobertas e conquistas que, «*por mares nunca dantes navegados*», disseminavam no mundo inteiro a semente fecunda do trabalho, da perseverança e da actividade, representada nas tres grandes forças economicas — commercio, industria e navegação.

Os «Lusiadas» foram a consagração dessa corrente de factos e de idéas.

O Brasil era a terra, os «Lusiadas» eram a lingua, que se uniam para formar um grande povo, a Nação Brasileira.

« Enquanto a Humanidade não soube formular scientificamente as leis do seu destino, — diz o auctor d'*As Farpas* — o mundo precisou de ter uma epopeia assim como precisou de ter uma biblia. A Biblia era o pacto transcendente das relações do homem com o Céo e com Deus. O poema era o evangelho das relações do homem com o homem e com o mundo. A cada um dos cyclos das antigas civilizações corresponde um Messias novo, um novo poeta.

Quando a Grecia federal e democratica preponderava pela politica, pela religião e pelas artes como norma da associação humana, cabe a Homero a missão épica.

Quando a Grecia homerica decae e a Gallia, a Hispanha, a Africa e a Asia se submettem á centralização romana, o épico do mundo latino é Virgilio.

Quando a invasão dos Barbaros destróe a unidade do imperio dos Cesares e entrega ao feudalismo a Europa miudamente retalhada, a epopeia dispersa-se, como se dispersa a tradição, e fragmenta-se nas canções de Gesta.

Quando com a Renascença as relações humanas adquirem a fórma commercial, e quando para regular essas relações novas um novo poder apparece, affirmado entre as nações pelo regime industrial, o poeta dessa evolução é Camões. O livro com que se encerra na litteratura universal o periodo épico da Poesia é o dos « Lusiadas ».

Do confronto entre as idéas que se expressam nos dous factos a que me venho referindo — a descoberta do Brasil e o apparecimento dos « Lusiadas » — resulta a noção do encontro e da harmonia de duas fôrças, uma physica, outra moral, que a humanidade ao evoluir dos seus extensos e superiores destinos precisa cultivar. A primeira consiste no movimento, na energia, na acção, que levam aos grandes commetimentos e ás notaveis acquisições de ordem práctica; a segunda se resume em coordenar, descrever e registar esses actos e os auspiciosos resultados decorrentes, como por exemplo o incitamento ás gerações seguintes que perlustram o mesmo caminho, a cuja margem ficam, assim, os marcos indeleveis de outra gente e de outros tempos que passaram.

E' o culto do trabalho e da tradição que desse modo se expressa e se resume nestas duas palavras: — agir e recordar.

Agir é viver. Conjugam-se as faculdades, extremam-se os exforços do individuo para conseguir o melhor, e o mais que póde são manifestações de vida que se põem ao serviço da obra geral do progresso e da civilização.

Mas recordar é reviver. Relembram-se os detalhes desse concurso de fôrças physicas e moraes; restabelece-se na memoria o conjuncto de factos que cooperaram na obtenção do bom exito; reveem-se os que nelles tomaram parte; lamentam-se, não raramente, os bons dias do passado: é a saudade. Relatam-se e registam-se os incidentes assim rememorados e transmittem-se, dessa fórma, aos que vieram depois e ainda hão de vir: é o incitamento, é o

..... exemplo
De amor dos patrios feitos valorosos,
Em versos divulgado numerosos.

No perpassar dos annos e dos seculos, porém, o modo de agir e de recordar se foi a pouco e pouco systematizando e tomando outra fórma. A acção já não se exerce só nem principalmente pelas armas. A recordação e o registo dos factos já não inspiram epopeias.

As guerras de conquistas, os actos de intrepidez, foram cedendo o passo aos processos tranquillos e seguros da expansão economica dos povos. A navegação deixou de ser um acto de temeridade e tornou-se factor normal das relações internacionaes. O amor dos patrios feitos já se não demonstra, nas edades moderna e contemporanea, só nem principalmente pelas armas e passou a evidenciar-se tambem nos exforços tendentes a melhorar cada vez mais a sorte e a condição dos individuos, cujo conjuncto constitue a nação, sejam esses exforços de ordem moral ou material, classifiquem-se, embora, como scientificos e litterarios, ou como manifestações simples e correntes do espirito economico e financeiro, da iniciativa mercantil e industrial. O character da politica internacional é hoje muito menos militar do que economico e financeiro. Ao direito da fôrça sobrepoz-se a fôrça do direito, e a guerra já não se faz sinão depois que a Diplomacia tem dicto a última palavra.

A epopeia, por sua vez, cedeu o passo á Historia: e o que esta regista já não são só os feitos d'armas e os aconte-

cimentos politicos. As grandes e preciosas descobertas de character scientifico e industrial, que cada vez mais augmentam o cabedal de bem-estar e de conhecimentos dos povos; as diversas modalidades da evolução social, distribuidas nos differentes ramos de actividade e de progresso, são outras tantas secções em que se divide a missão do historiador.

Bem comprehendeis, portanto, a vossa esphera de interferencia no desenvolvimento e na vida do paiz, admittindo no vosso gremio os que estudam todas essas manifestações do crescimento das nações. Diviso, entre vós, os mais distinctos cultores dos variados ramos de conhecimentos com que, directa e indirectamente, se relaciona o objecto desta instituição. E' evidente, portanto, que si me abris hoje as portas do sanctuario, onde penetro sem ruido, daes assim provas de longanimidade muito maior do que a somma de attributos que eu pudesse reunir para explicar a razão de ser da elevada distincção que assim me conferis.

Occorre-me, ao dizer-vos estas palavras, a lenda bem conhecida e divulgada, que só refiro pela propriedade com que se ajusta ao meu caso.

Existia, em certa cidade da Persia, uma célebre academia cujo regulamento determinava que os seus membros pensassem muito, escrevessem pouco e fallassem o menos possivel. Por isso a denominaram Academia Silenciosa, e não havia sabio de merito, no paiz, que não nutrisse desejos de fazer parte della.

Um destes, tendo ouvido dizer na provincia, onde vivia retirado, que havia uma vaga nessa corporação, apressou-se a comparecer para a solicitar, mandando o seu cartão no qual o pedido era expresso em quatro palavras.

O logar, porém, já tinha sido preenchido. Para dar-lhe esta resposta, o director faz encher um copo de agua tão completamente, que uma gotta a mais o fizesse transbordar, e lh'o mostra com um gesto triste, sem proferir palavra.

O candidato comprehende que já não existe a vaga; mas, sem desanimar, toma uma petala de rosa e colloca-a de leve na superficie da agua, sem que uma só gotta se derramasse. Todo o mundo bate palmas a esta treplica intelligente, e o pretendente é acceito como supranumerario. Apresentam-lhe,

então, o registo da academia, no qual o recipiendario devia inscrever-se; e feito isso, só lhe restaria pronunciar algumas palavras de agradecimento. Elle, porém, prefere escrever; lança á margem da inscripção o numero regular dos seus novos confrades; colloca um zero á esquerda e escreve por baixo: — *não valerão nem mais nem menos*.

Como a petala de rosa no copo repleto de agua, a minha modesta e obscura individualidade não poderá, senhores, produzir entre vós a menor alteração; e si esperaveis benignamente que o meu debil concurso pudesse trazer ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro o menor accessorio á já existente cópia de illustração e saber, prefiro desilludir-vos desde já.

Accolhei, entretanto, nessa formula numerica, o meu agradecimento pela honra que quizestes conceder-me, e que eu recebo jubiloso ao evocar as tradições que esta casa representa em quasi oitenta annos de util, brilhante e gloriosa existencia.

« *Nel mezzo del cammin di nostra vita* , encontrei-me, por vezes, a contemplar o exterior deste templo; e pelas janellas largo abertas parecia-me que se coava uma luz mais clara, e que o ar deste recincto impregnado de ondulações suaves do passado devia repercutir os échos de uma phase, cujo rememorar acaricia o nosso amor á patria brasileira.

E' nesta calma atmosphera do estudo e dos livros que o velho e magnanimo imperador, cuja effigie ainda preside ás sessões, se comprazia em celebrar os factos e as tradições nacionaes no agradavel convivio com os mais devotados cultores da sciencia e das lettras.

Retrocedendo, mentalmente, aos primittivos tempos desta instituição, eu tinha illusão de ouvir vibrar as vozes de Araujo Vianna, depois marquez de Sapucahi, Silva Lisboa, que era o visconde de Cairú, José Clemente Pereira, Acaiaba de Montezuma, tambem visconde de Jequitinhonha, Oliveira Coutinho, que foi visconde de Sepetibà, e outros socios fundadores desta selecta corporação.

Mais de espaço evocava outros vultos, alguns que eu conheci pessoalmente, cuja elevada estatura intellectual os faz credores de respeitoso preito. Eram: Silva Paranhos (barão

do Rio Branco), o augmentador e delimitador do territorio brasileiro; Affonso Celso (visconde de Ouro Preto) estadista notavel e financeiro insigne; Joaquim Nabuco, cuja extraordinaria mentalidade dispensa outras referencias; Franklin Doria (barão de Loreto), poeta, parlamentar e professor; Varnhagen (visconde de Porto Seguro), a quem se deve uma das melhores historias do Brasil; Alfredo d'Escragnolle Taunay (visconde de Taunay) auctor da *Retirada da Laguna;* Joaquim Manuel de Macedo, auctor da *Moreninha;* Araujo Porto Alegre, Franklin Tavora, Teixeira de Mello e tantos outros, cujos nomes estão ligados a este Instituto e á vida intellectual do nosso paiz.

Com um aceno, então, convidastes-me a approximar-me e a vêr de perto o local, onde algumas gerações teem prestado ao paiz assignalados serviços. Entrei.

Mas o extase não passou. Entrecerrando os olhos eu via, agora, as longas e alvas barbas do monarcha, que por mais de meio seculo foi o guia do Brasil, através de longas e differentes crises, para o desabrochar sereno e grandioso no convivio das nações mais cultas, e o educador da mocidade que elle fazia cuidadosamente instruir, preparando os homens da geração seguinte.

O local, porém, já não era o mesmo. Via-o passar nos extensos corredores do velho edificio, onde funccionava o Externato que se honra com o seu nome, entrar em uma das aulas, sentar-se á mesa do lente e continuar a licção. Via-o sorrir bondoso a cada um dos rapazes que chamava pelos nomes ao consultar a lista de presença, e que depois não perdia mais de vista, no percurso e até ao fim da carreira.

Neste ponto a minha alma se confrange em immensa saudade, porque intervem outra memoria, para mim sacratissima. Foi quando o vi, assim de perto, a primeira vez.

Meu pae, grande e sincero amigo do Brasil, nascido em Portugal, mas Brasileiro de alma e coração, tinha-me dicto, prevendo que o encontro occorreria: — Não procures approximar-te; espera que as circunstancias te colloquem, de modo inteiramente natural, na presença do imperador. Si isto acontecer, beija-lhe a mão; é o maior dos Brasileiros e é o chefe da Nação, do teu paiz.

E as cousas se passaram exactamente como havia delineado o meu maior e mais querido amigo.

Como é bom recordar, reviver o passado!

Permitti, Senhores, que eu interponha aqui, sem pronunciar, uma palavra que nasce no coração e morre nos labios, de grande e profundo affecto á memoria desse que me legou um nome honrado, que elle soube illustrar e elevar.

Eu o quero relembrar neste momento, para mim tão feliz, associando-o á austera solennidade da minha investidura no honroso posto, que bondosamente me assignalastes.

Fallemos, agora, do paiz, da nossa patria commum, á qual devemos todo o carinho, todo o exforço, tudo quanto o nosso concurso possa dar, para arranca-la aos sobresaltos do momento actual, em que o desequilibrio financeiro resultante, por um lado, de excessivos encargos a solver, e, por outro, de uma consideravel depressão da renda, já nos levou a novo accôrdo com os credores extrangeiros e compelliu a reincidir na prática funesta das emissões inconversiveis e de curso forçado.

Esta situação, a nosso vêr, não nasceu com a guerra horrivel e cruenta, em que ha mais de anno na Europa se estraçalham paizes, que até ha pouco caminhavam na vanguarda das nações civilizadas. Vinha se desenhando, cada vez mais nitidamente, desde o insuccesso do emprestimo externo de 1913, quasi todo deixado na mão dos banqueiros pelos subscriptores que apenas consentiram em tomar uma parte insignificante; definiu-se na inviabilidade do outro emprestimo externo tentado em 1914, para o qual se nos impunha a condição do *contrôle* sôbre a arrecadação e o emprêgo da receita pública; e acabou na suspensão dos pagamentos em especie, com o novo regime de moratoria, cujo prazo expira em mais dous annos.

Não é difficil conjecturar, e o espirito público bem apprehende, que situação se nos póde deparar si, no decurso desse tempo, o paiz não se achar em condições de reassumir o pagamento, em dinheiro, dos juros da divida externa. As enormes despesas da guerra, consumindo as reservas de capital circulante que existiam nos paizes belligerantes, entre os quaes estão exactamente os que constituiam mais impor-

tantes nucleos das finanças e do credito, já os levam talvez a pensar em contrahir emprestimos externos.

Dentro em pouco as reservas mundiaes podem tornar-se escassas para acudir á exhaustão resultante desse abysmo insaciavel de vidas e de capitaes.

Quando chegarmos ao termo da moratoria, será tambem talvez o termo da guerra; e teremos deante dos olhos a Europa devastada, incendiada, em grande parte demolida, a precisar de reunir recursos, que ainda assim não serão bastantes, para a restauração de tudo quanto a ferocidade humana, livre das peias e dos liames de alguns seculos de compressora civilização, terá chegado a arrazar nesta nevrose lamentavel de anniquillamento.

Si, nesse dia, os credores extrangeiros pretendessem enxovalhar-nos a soberania nacional que, como a honra, é absoluta e intangivel, sentiriamos, no intimo do nosso ser, a revolta dos sentimentos mais nobres e mais dignos contra esse acto deprimente. Temos por certo que, em tal emergencia, haveriamos de vêr vibrar a alma brasileira e de assistir ao despertar do sangue de Mem de Sá, de Mathias de Albuquerque, de João Fernandes Vieira e de Vidal de Negreiros, de Philippe Camarão e de Henrique Dias, que ainda corre nas veias do nosso povo.

Não seria, porém, talvez, tão facil renovar a situação de direito, que se creou com o penhor da renda das alfandegas aos portadores dos titulos representativos do capital que empregamos em melhoramentos materiaes, ou simplesmente deixamos dissipar, como o foi extirpar as situações de facto, promovidas por Mauricio de Nassau, por Coligny, Villegaignon, Duguay-Trouin e outros que, em tempos idos, a cobiça movera á conquista do Brasil.

A reacção efficaz e digna, no nosso caso actual, deve operar-se pelo preventivo, evitando a emergencia de recorrer-se ao remedio. O tempo urge; mas, dada a capacidade recuperativa do organismo novo do nosso paiz, não nos cabe o direito de duvidar que, si houver coragem e persistencia para adoptar medidas systematicas de boa politica financeira, baseada na restricção da despesa e no alargamento da receita,

poderemos superar este obstaculo, como já superamos outros que se nos tem deparado na accidentada evolução até aqui percorrida.

As circunstancias economicas do paiz, apesar de tudo, são favoraveis. A estatistica do commercio exterior, no primeiro semestre do anno corrente, apresenta o valor da exportação muito approximado ao da de 1911 e superior ao verificado em 1910. Temos base, portanto, onde firmar a resistencia e a reconstituição financeira.

Só nos resta, nestes termos, comprehender que de nós mesmos, Brasileiros, depende conjurar o perigo imminente.

Tenhamos fé nos altos e gloriosos destinos da patria brasileira, mas saibamos apoia-los no nosso exforço, na nossa dedicação e no nosso trabalho.

Veneremos as tradições da nossa terra, da nossa raça e da nossa lingua. Os laços assim formados são tão fortes e tão indissoluveis, que resistem a todos os embates da fortuna adversa.

Para sermos realmente um povo grande e forte é preciso que nós mesmos tenhamos a consciencia do valor, do acerto e da opportunidade dos nossos actos.

Com estes predicados venceremos.

A Sancta Cruz, que os primitivos descobridores implantaram no sólo abençoado da nossa patria, defende-nos e preserva da influencia nefasta da inveja, da cobiça, do despeito, de quantos sentimentos máos póde gerar a alma humana quando se transvia do bem e do dever.

Tenhamos fé, Deus protege o Brasil.

E no sacrario dos nossos corações saibamos manter ardente o culto da nossa nacionalidade e dos nossos gloriosos antepassados, repetindo com Garret estas bellas palavras que elle poz nos labios expirantes do cantor dos «Lusiadas»:

Suberbo Tejo, nem padrão ao menos
Ficará de tua gloria? Nem herdeiro
De teu renome?... Sim: recebe-o, guarda-o,
Generoso Amazonas, o legado
De honra, de fama e brio; não se acabe
A lingua, o nome portuguez na terra.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) concede depois a palavra ao sr. dr. Ramiz Galvão, orador do Instituto, que lê o discurso que se segue:

Exmo. sr. presidente. Prezadissimos consocios. Minhas senhoras e senhores. Illustre sr. dr. Fernandes Figueira.

E' certo, certissimo, que ao entrardes nesta casa de trabalho e de velhas tradições chegais a um porto de tranquillidade, onde a quietação do estudo não é perturbada pelo vendaval das paixões que agitam o mundo, nem pelas luctas, ás vezes odientas e ferozes, da Politica.

Essa profunda aspiração latente, que confessais haver alimentado, será pois satisfeita, e, si o vosso jubilo é grande, o nosso não é menor.

A arvore symbolica do Instituto, que obedece, como todo ser vivo, ás leis da Natureza, perde todos os annos uma parte valiosa da sua rica folhagem, e reclama por isso mesmo rebentos novos, cheios de vida, abundantes de seiva, garantias de uma aspiração ampla, perfeita e reparadora.

Illustre collega, que hoje vos inscreveis no nosso quadro, fazendo desta sessão mais um dia festivo nos nossos annaes, vindes coberto de louros em ardua e nobre missão, e offereceis-nos como preciosas credenciaes trabalhos que honram a vossa penna e o vosso bello talento.

Não careço perscrutar o brilhante curso gymnasial e academico, por onde passastes festejado, nem a mim me cabe assignalar os triumphos que haveis obtido na sciencia de Hippocrates, exercendo esse sublime sacerdocio com a mais notoria competencia e vivo applauso de vossos pares.

Não appellando tão pouco para outro genero de trabalhos, em que o vosso merito se tenha revelado, cingir-me-hei exclusivamente á especialidade que faz objecto dos estudos desta Companhia, e com isso terei motivo bastante para saudar-vos com effusão e dar ao nosso Instituto cordiaes parabens pela solenne investidura, que hoje vos confere.

A excellente Memoria, que escrevestes para o Primeiro Congresso de Historia Nacional, teve por assumpto *O Padre Antonio Vieira*.

E' claro que da vida desse extraordinario luzeiro da Companhia de Jesus não podieis tomar sinão um capitulo. Diplomata, theologo, orador e estadista, como bem accentuastes, Vieira teve uma larga vida de excepcionaes serviços a Deus, á Humanidade e á Patria; muitos volumes seriam precisos para offerece-lo por todas as suas faces á admiração da posteridade e particularmente á admiração dos Brasileiros.

Escolhestes uma phase daquella preciosa existencia: o periodo das missões jesuiticas por elle dirigidas no Maranhão e no Pará, ou, o que vale o mesmo, o periodo das maiores luctas accesas entre a cupidez dos colonos e o anceio pela liberdade dos indios, — esta causa sagrada pela qual se bateram sempre os filhos de Loiola na magna questão da catechese americana, — esta causa sancta que teve no eximio padre Antonio Vieira um dos mais exforçados e gloriosos paladinos.

Vossa lucida Memoria, preclaro collega, é neste particular mais um documento valioso, que se juncta a tantos outros trazidos á luz em defesa da nobre Companhia de Jesus, a quem a civilização brasileira muito deve.

Entre os excellentes trabalhos que haveis produzido, sr. dr. Fernandes Figueira, ha outro que me falla até ao coração, e é ainda um attestado vivo dos altos predicados que vos exornam. Refiro-me aos *Traços biographicos do professor Torres Homem*, que antepuzestes ao *Formulario practico*.

Tive a fortuna de pertencer á cohorte dos discipulos daquelle glorioso e amado mestre, fui honrado com a sua estima, e coube-me tambem o prazer de sentar-me depois a seu lado no augusto cenaculo da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ha 47 annos que ouvi as suas licções brilhantes, e ainda conservo nitida a lembrança do enthusiasmo da mocidade de então ante a palavra eloquente e persuasiva do mestre, ante a segurança do seu diagnostico, ante a solicitude com que adextrava os neophytos na arte de curar.

Podereis agora comprehender quanta verdade encontrei nestas palavras do vosso escorço biographico, que eu peço licença para reproduzir como um echo saudoso das impressões de minha juventude.

« Modesto e despretencioso no traje, dizeis, Torres-Homem não nutria, honra lhe seja, a ambição de se destacar por estultas exterioridades. Mas a face banal, — de onde entanto resumbrava algo de compassiva bondade —, a figura commum se metamorphoseava, accesa de enthusiasmo, no ensino da Clinica medica. A' cabeceira dos doentes as suas phrases assumiam proporções de solennes e irrevogaveis sentenças. Orando, as descripções menos interessantes e as mais vulgares palpitavam exuberantemente de vida, e victoriosas levavam persuasão irrefragavel aos alumnos.

« Possuia um poder magico na voz extensa, ampla, cheia, que reboava sonoramente majestosa. Era uma voz que, sem tonalidades funebres, se mantinha sempre grave, e pela auctoridade de seu timbre impunha submissão aos que a escutavam.

« Ufania do clinico são o diagnostico extreme de hesitações e a therapeutica adequada e proveitosa, pontos esses mais entranhadamente collimados por Torres Homem na educação profissional dos seus alumnos. Com dextreza magistral executava os processos physicos de exame. No tocante á apalpação estava apercebido daquella *persönliche Fingerfertigkeit*, mais tarde assignalada por Boas. Percutia com invejavel perfeição, e podiam-se registar como dados inabalaveis as informações que revelava aquelle ouvido de helix adherente. Na auscultação apurou ao maximo os sentidos, tendo irresistivel pendor pelo estudo das affecções thoracicas, departamento da Pathologia, em que culminou como summidade.

« Encarada em seu todo a actividade do apreciado clinico, talvez levianamente se julgue que foi exigua. Pondere-se, entretanto, que neste paiz ninguem ainda a teve maior na sciencia medica, que Torres Homem. A sua radiante gloria póde cifrar-se no inolvidavel ensino medico, que ainda não foi excedido, mau grado os eminentes predicados de seus continuadores ».

E' o retrato fidelissimo do grande mestre, sr. dr. Figueira; ninguem diria melhor sôbre os altos predicados pedagogicos desse luminar da sciencia brasileira. Esta, sem dúvida progrediu, conquistou novos recursos therapeuticos, que ha

30 annos não eram conhecidos ou mal bruxoleavam no horizonte do saber humano. Mas, do seu tempo, Torres Homem foi effectivamente astro de primeira grandeza, e o vosso testimunho é mais uma confirmação do distincto criterio com que sabeis aquilatar, respeitar e amar o passado.

Com estas virtudes vindes prestar-nos um inapreciavel concurso.

Aqui vos aguardamos cheios de confiança: aqui, *inter toedia et labores* da vossa profissão encontrareis um azado remanso para prestar optimos serviços á Historia Patria e ás lettras brasileiras, em cujo nome vos saúdo.

Sr. marechal Bernardino Bormann:

Entraes nesta casa de estudiosos e patriotas com uma fé de officio brilhantissima.

Applaudido na guerra e na paz tivestes ensejo de escrever com a propria espada um dos mais gloriosos capitulos da nossa Historia, arriscando a vida preciosa nesses porfiados combates em que, defendendo os brios da nossa bandeira, levámos ao mesmo tempo a liberdade a um povo ermão e valente, que o capricho feroz de um despota suggestionara e quasi escravizara.

Laureado nos prelios da campanha do Paraguai, volvestes aos labores da paz, e ahi, ajudante de ordens do eminente Caxias durante o seu ultimo ministerio, depois subchefe e chefe do Grande Estado Maior do Exercito, e por fim ministro da Guerra e ministro do Supremo Tribunal Militar, occupastes com distincção altos postos de sacrificio, pelos quaes passou impolluto o vosso nome, e com os quaes grangeastes a estima e o respeito dos vossos conterraneos.

De accôrdo com o pensamento, que considero muito salutar e legitimo, pensamento que ha pouco externastes em vossa oração inaugural, não quizestes guardar em silencio feitos em que havieis tomado parte, de que fostes testimunha ocular e para cuja elucidação podieis concorrer com a garantia de vossa palavra honrada de general brasileiro. Escrevestes a *Historia da guerra do Paraguai*, em cujos lances se haviam passado os dias de vossa primeira mocidade.

Oxalá tivessem procedido egualmente tantos outros soldados gloriosos, que se illustraram naquella pugna vivaz e

mortifera. Teriamos depoimentos seguros e preciosos, como a bella *Retirada da Laguna*, em que foi parte o nosso saudoso e benemerito Alfredo Taunay; teriamos luz bastante para exclarecer dúvidas que sempre subsistiram na apreciação de homens, planos e acontecimentos, que decidiram por vezes desta ou daquella phase da longa e memoravel campanha.

Dizeis com grande acêrto que essas memorias escriptas pelos proprios actores do drama são da maior valia para o julgamento definitivo da Historia. E' quando ainda vivem os contemporaneos, é quando se não póde faltar á verdade sem o protesto caloroso dos que tambem assistiram ou tiveram parte nos successos, é então que a Justiça falla mais alto e a verdade se apura melhor.

Em outros livros, digno collega, haveis trabalhado egualmente para a elucidação de nossa Historia militar. Para o nosso recente Congresso de Historia Nacional contribuistes com material valioso.

Tendes finalmente um rico manancial nos documentos de vóssa longa vida pública de quasi meio seculo devotado ao serviço do paiz.

Trazei-nos, trazei-nos outras joias para o cimelio sagrado do Instituto, que vos accolhe jubiloso e ufano como a um benemerito propugnador das nossas glorias.

Sr. Antonio de Barros Ramalho Ortigão:

« A epopeia cedeu o passo á Historia » acabais de dizer, e eu sou convosco.

E' positivo que os grandes e preciosos descobrimentos de character scientifico e industrial, e « que cada vez mais augmentam o cabedal de bem estar e de conhecimentos dos povos; as diversas modalidades da evolução social, distribuidas nos differentes ramos de actividade e de progresso, são outras tantas secções em que se divide a missão do historiador ».

Eis exactamente o motivo do nosso desvanecimento, ao vermos que vos dignastes acudir ao reclamo do Instituto Historico, vindo abrilhantar o nosso quadro social para cooperar comnosco nesta provincia de estudos especiaes, que representa hoje boa parte do largo territorio da Historia patria.

Com singular modestia lembrastes o famoso conto da Academia persa. Permitti que não acceite o «simile», visto que não sois um simples petalo de rosa a fluctuar no copo repleto d'agua, nem tão pouco se possa acquiescer ao vosso qualificativo de zero á esquerda do numero, que lhe não altera a grandeza.

Sois, ao envez disto, de hoje em deante uma das mais fragrantes flores do nosso jardim social, si jardim me é licito denominar esta assembléa de Brasileiros graves ou encanecidos no serviço da Patria e das lettras.

Em vossa bella oração, prezado e distincto patricio, alludis ao assumpto de vossos estudos predilectos — a questão economica e financeira — de tão capital importancia para o bem estar da nação, assumpto que neste difficil momento mais deve preoccupar o espirito dos patriotas, porque delle depende a honorabilidade do nome brasileiro, que todos devemos zelar como um patrimonio sagrado.

Accentuais com sobeja razão a necessidade imperiosa de se prevenir a emergencia de um vexame nacional. Bom e avisado filho desta querida terra, dais o alarme contra o perigo, como o celebre mestre da frota portugueza que demandava a India:

Alerta, disse, estai, que o vento cresce
Daquella nuvem negra, que apparece.

Patriota ardoroso, não vos colhe todavia o desânimo; e esta situação d'alma deve merecer o nosso applauso sincero, porque já outro perigo superámos, e não é crivel que os filhos da terra de Sancta Cruz, exquecidos da licção de Murtinho e Campos Salles, deixem que se sacrifique por culposa inadvertencia o destino de um grande povo, sempre fiel aos seus compromissos, sempre fiel aos dictames da honra.

Si o momento é angustioso, a boa politica financeira, baseada, firme e inabalavelmente, na restricção da despesa e no alargamento da receita, poderá conjurar, conjurará de certo o escolho que nos ameaça e para onde nos conduziram a má politica e as facilidades da incompetencia.

Sim, faz-se mister uma grande coragem e um ardente sentimento patriotico. Mas eu repito convosco: «Tenhamos fé. Deus protege o Brasil».

O generoso Amazonas, obediente ao reclamo de Garret, guardará o legado de honra, de fama e de brio.

Senhores. Por singular e feliz coincidencia, honrou-se hoje o nosso Instituto com a posse de tres distinctos batalhadores que vieram abrilhantar as nossas fileiras, oriundos de campos diversos, mas unidos todos pelo laço precioso e indissoluvel do amor da Patria commum, e todos elles já laureados por serviços relevantes prestados em glorioso tirocinio profissional. Um symboliza a sciencia da vida; outro, a garantia e defesa da honra nacional; o terceiro, não menos illustre, propugna os salutares principios da Economia politica, que devem servir de norma á conquista da riqueza pública — fundamento da ordem e do progresso, lemma da nossa bandeira.

Aquelle estuda e preside ao solido preparo da geração, que tem de intervir amanhã nos destinos do paiz com a luz de seu espirito e a robustez de seu braço. Este, já experimentado nos campos de batalha em que se illustrou ao lado de grandes capitães, e já encanecido na faina da administração militar, traz-nos o fructo sazonado de seu saber e licções prácticas de civismo. Este outro, finalmente, financista emerito, investigador paciente e exclarecido, accende a luz que, descobrindo e revelando erros do passado, deve servir de pharol aos honrados timoneiros do presente e do futuro para que a nave do Estado transponha a salvamento as syrtes perigosas que a ameaçam nesta hora critica de sua derrota por mares agitados e duvidosos.

Bem hajam todos tres dignissimos Brasileiros, que encetram o cyclo de 1915 com tamanho brilho, robustecendo a nossa cohorte com fôrças vivas de notavel talento e trazendo-nos o precioso contingente do patriotismo, da experiencia e do saber.

O escalpello, a espada e a penna, aqui se enlaçam neste dia para gloria nossa e a bem da Historia da Patria. O escalpello dissecará as tradições e o depoimento dos archivos; a espada, á maneira de buril, insculpirá na lousa do passado as glorias nacionaes; a penna registará para a posteridade os feitos heroicos e brilhantes das gerações que se foram

e da que hoje labuta com intrepidez pela salvação e pela grandeza do nosso amado Brasil.

Salvete, batalhadores illustres ! »

O discurso do sr. dr. Ramiz Galvão recebe grandes e repetidos applausos.

Logo depois o Sr. Fleiuss (*secretario perpetuo*) pede a palavra e lê a seguinte allocução:

« Meus caros confrades — Seja-me licito, ao menos uma vez, prevalecer-me do facto de ter sido auctor de uma das tentativas que se traduziram em triumphos para o nosso Instituto.

Coube-me a honra de propôr a convocação do Primeiro Congresso de Historia Nacional, cujo exito excedeu de muito ás espectativas mais sympathicas e ainda mais se affirmará nos cinco volumes, em que apparecerão os trabalhos offerecidos, muitos dos quaes se impõem a grande louvor.

Pois bem: quero neste instante dirigir-vos a palavra como promotor e secretario geral que fui daquelle Congresso.

Pelo regulamento que approvámos cabe ao presidente do Instituto Historico e ao presidente do Congresso a medalha de ouro mandada cunhar em commemoração do brilhante emprehendimento.

E' um direito incontestavel, que assiste aos dous illustres personagens.

Nada impede, porém, ao Instituto accrescentar e esse direito uma homenagem de agradecimento aos serviços prestados pelas duas figuras que mais cooperaram para o patriotico successo da patriotica empresa, credores, em tudo, do respeito unanime desta Casa.

Acceitando a herança difficillima de Rio Branco, o actual presidente do Instituto mantém intacto o alto prestigio que tanto characterizou a administração do grande Brasileiro. Ninguem, com effeito, no momento reunia, nesta associação, como o sr. conde de Affonso Celso, melhores condições para a successão de Rio Branco.

Aos seus multiplos predicados intellectuaes, Affonso Celso contava — contará sempre —, os elementos representativos, que o tornaram desde cedo uma das personalidades mais justamente queridas e acatadas do nosso paiz. E não é pre-

ciso dizer dos seus attributos de coração, que esses não ha quem os deixe de proclamar.

Ramiz Galvão, o presidente effectivo do Congresso, teve tambem que assumir um posto, cujo desempenho no Instituto tem sido sempre uma eschola de eloquencia, em que luziram Porto Alegre, Macedo, Taunay, Nabuco, para só fallar nos mortos.

Coube-lhe, porém, substituir immediatamente a um orador de raça, dos mais apreciados, cujas manifestações da palavra fallada possuem todos os encantos.

E a tribuna continúa aqui com a mesma intensidade de brilho, vasadas as orações nos mais puros moldes da nossa lingua.

A Rio Branco — como presidente — Affonso Celso; a Affonso Celso — na oratoria — Ramiz Galvão, ambos

A receber de nós tributos grandes.

Assim, peço aos illustres confrades que me accompanhem nesta demonstração aos dous egregios consocios, entregando-lhes, entre applausos, as medalhas de ouro, cuja insignia — *Priora disquirendo patriam colimus* — elles teem sabido traduzir com altivez e talento, dando o bello exemplo de que para elles, sôbre os gosos da vida:

Ha mais alta missão, mais alta gloria: —
O combater, á grande luz da Historia.

Estas palavras do sr. Fleiuss provocam unanimes palmas do auditorio que, sempre applaudindo, assiste á entrega das medalhas.

Os Srs. Conde de Affonso Celso e Dr. Ramiz Galvão agradecem commovidos esta homenagem do Instituto, levantando-se em seguida a sessão, ás 22 horas.

Roquette Pinto,
2° secretario.

ACTA DA SEPTIMA SESSÃO ORDINARIA, EM 12 DE OUTUBRO DE 1915

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 20 ½ horas, na séde social, abre-se a sessão, com a presença dos seguintes socios:

Srs. conde de Affonso Celso, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, barão Homem de Mello, dr. Homero Baptista, dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, dr. Pedro Souto Maior, conselheiro Salvador Pires de Carvalho Albuquerque, dr. João Coelho Gomes Ribeiro, dr. Alfredo Rocha e dr. Antonio Fernandes Figueira.

Aberta a sessão, o sr. dr. Pedro Souto Maior, servindo de 2º secretario, procedeu á leitura da acta da sessão anterior, a qual foi approvada sem debate.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) communica ao Instituto que acaba de lhe chegar ás mãos um telegramma do illustre consocio, sr. dr. Helio Lobo, dignissimo secretario do sr. presidente da Republica, declarando que s. ex. receberá na proxima quinta-feira, 14, ás 14 h. e 45 minutos, a commissão do Instituto, que o irá convidar para a sessão magna, a realizar-se no dia 21, ás 21 horas.

O sr. presidente nomêa para esse fim a seguinte commissão: srs. drs. Ramiz Galvão, Fleiuss e Manuel Cicero.

O Sr. Fleiuss justifica a ausencia do 2º secretario, sr. dr. Roquette Pinto.

O mesmo sr. secretario perpetuo lê o seguinte parecer da Commissão de Historia:

— «Os varios e interessantissimos trabalhos que tem produzido o sr. Ernesto da Cunha de Araujo Vianna, distincto professor da Eschola de Bellas Artes, sôbre a evolução esthetica do Brasil, especialmente no que diz respeito á Pintura, Esculptura e Architectura, justificam á saciedade a proposta do seu illustre nome para a matricula no quadro de socios effectivos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Abrilhantado, desde os seus primeiros tempos, pela fina flôr da intellectualidade patricia, nunca este antigo e benemerito gremio se olvidou de desempenhar o culminante papel

de premiador de todos os exforços elevados e de solicito impulsor de todos os espiritos de escol, votados ao progresso da nossa vida cultural. Entre os que no seu seio representaram então, com imperecivel gloria, o departamento daquellas artes, conta-se o barão de Sancto Angelo, Manuel de Araujo Porto Alegre, poeta e pintor, a quem se pudera rigorosamente applicar, no sentido mais sympathico da expressão, o conceito do velho Horacio:

> Pictoribus atque poetis semper fuit aequa potestas
> Quidlibet audendi...

pois que visaram sempre a traduzir-se em obras primas, tanto nas rimas como nas côres, os seus livres e espontaneos ousios.

E' innegavel a relação das producções artisticas com o ramo da Dynamica social que particularmente cultuamos neste templo; tanto são fontes historicas os annaes, as chronicas, os livros de linhagens, como as télas e as estatuas, como os cenobios e as cathedraes. E como as manifestações estheticas constituem apanagio das civilizações depuradas no cadinho da multimillenaria trajectoria humana, complexa é a sua apreciação integral que demanda solidos conhecimentos practicos e fortes estudos de Sociologia, — donde a notoria escassez dos nossos criticos de arte, dignos de tal nome.

Ora, o sr. dr. Araujo Vianna, diplomado pela Eschola Polytechnica, consagrou a sua exclarecida mentalidade desde annos muito em flôr ao estudo e ensino das Bellas-artes e á analyse do que a tal aspecto se tem feito em nosso paiz. Em uma das melhores revistas illustradas que surgiram nesta terra, *A Renascença*, deu elle á estampa curtas, mas verdadeiras monographias (vejam-se, entre outros, os numeros de Março de 1905, Abril de 1906 e Julho de 1907 da citada publicação), nas quaes, além de pacientes estudos sôbre as vetustas egrejas desta Capital, aprofundou pesquisas sôbre a fulgurante pleiade franceza que, no primeiro quartel do seculo XIX, isto é, quando occorreu o que Silvio Romero tão adequadamente denominou de «inversão brasileira», veiu iniciar a nossa gente nos arcanos da perfeita elaboração artistica e adornar a nossa metropole com os primores esthe-

ticos vasados travez a inexcedivel concepção peculiar da alma latina.

Taes escriptos, onde se patenteia observador abalisado e onde superabundam dados historicos denunciativos de investigador consciencioso, bastariam a franquear uma curul deste sodalicio ao sr. dr. Araujo Vianna. Mas o nosso operoso compatriota houve por bem de aureolar-se de novo titulo áquelle galardão: — seu curso, quasi a terminar, sôbre as Artes plasticas no Brasil em geral e no Rio de Janeiro em particular, obra *sui generis*, completa e curiosa, que está suscitando unanime admiração, merecendo calorosos applausos por parte de quantos teem tido a ventura de ouvil-o, e que, uma vez incluido na «Revista», firmará ainda mais inabalavelmente a merecida nomeada do provecto cathedratico.

Assim, a commissão abaixo assignada é de parecer que o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, acceitando as credenciaes com que se lhe apresenta o sr. dr. Araujo Vianna, além de a este fazer justiça, muito lucrará com a collaboração de quem tem posto em prova tanta competencia especial em um esgalho tão difficil, e por isso mesmo tão pouco explorado, da evolução intellectual da nossa nacionalidade. O neto do marquez de Sapucahi, que por tanto tempo e tão superiormente presidiu a este cenaculo, onde á sua veneranda memoria é preiteada a mais profunda e inalteravel gratidão, longe de desluzir o rutilo estemma espiritual que herdou, virá antes augmentar-lhe o brilho e honrar-lhe as excelsas tradições.

Rio de Janeiro, 9 de Outubro de 1915. — *Basilio de Magalhães*, relator. — *Clovis Bevilacqua*. — *Viveiros de Castro*.»

O parecer é unanimemente approvado e com a proposta remettido á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. dr. Miguel de Carvalho.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) lê os seguintes pareceres da Commissão de Admissão de Socios:

— «A Commissão de Admissão de Socios applaude inteiramente a eleição para socio correspondente do illustre sr. dr. A. Velloso Rebello, cujos predicados de character são sobeja e vantajosamente conhecidos.

Rio, 11 de Outubro de 1915. — *Manuel Cicero*, relator. — *Miguel Joaquim de Carvalho.* — *Ramiz Galvão.* »

— « A Commissão de Admissão de Socios nada tem a oppor á eleição do sr. J. Cervaens y Rodriguez para socio correspondente.

Rio, 11 de Outubro de 1915. — *Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho*, relator. — *Manuel Cicero.* — *Ramiz Galvão.* »

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) declara que vae mandar correr o escrutinio para votação não só desses dous pareceres, como dos relativos aos srs. dr. Juliano Moreira e d. Juan José Biedma, lidos na sessão anterior.

Corrido o escrutinio, são approvados por unanimidade os pareceres relativos aos srs. drs. Juliano Moreira, A. Velloso Rebello, d. Juan José Biedma e approvado o relativo ao sr. J. Cervaens y Rodriguez.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) proclama socio effectivo do Instituto o sr. dr. Juliano Moreira e socios correspondentes os srs. dr. A. Velloso Rebello, d. Juan José Biedma e J. Cervaens y Rodriguez.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) justifica depois a seguinte proposta:

« Notorios são os serviços que ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro tem prestado o *Jornal do Commercio*; assim proponho que o Instituto confira ao mesmo jornal uma medalha de ouro do Primeiro Congresso de Historia Nacional, que tambem encontrou neste respeitado orgão de publicidade o maior apoio.

Approvando o Instituto esta proposta, o sr. presidente nomeará uma commissão para a entrega da medalha ao director e ao redactor-chefe do *Jornal*.

Sala das Sessões, 12 de Outubro de 1915 — *Fleiuss.* »

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) põe a votos esta proposta, e sendo unanimemente approvada, nomêa a seguinte commissão: Fleiuss, Manuel Cicero e Homero Baptista.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) diz que o Instituto soube, graças ao decisivo apoio do egregio sr. conde de Affonso Celso, dar plena execução á idéa do eminente consocio sr. dr. Manuel de Oliveira Lima, quanto á Eschola

de Altos Estudos. O proprio sr. dr. Oliveira Lima, em repetidas cartas ao orador, tem manifestado o seu grande applauso, reconhecendo que os brilhantissimos cursos realizados no Instituto pelos srs. Basilio de Magalhães, Aurelino Leal, Pinto da Rocha, Viveiros de Castro, Ramalho Ortigão e Araujo Vianna constituem a eschola que projectara.

Pensou o orador em dar uma systematização a esses cursos e nesta conformidade, sempre prestigiado pelo sr. presidente, pediu ao sr. Oliveira Lima que organizasse um programma dos trabalhos para o anno vindouro. Acaba de receber do illustre consocio um esbôço desse programma, accompanhado das seguintes linhas:

« Felicito-o mais uma vez pela brilhante iniciativa dos cursos do Instituto e mando-lhe incluso um resumo do programma da Eschola de Sciencias Politicas e Administrativas feito pelo Delgado de Carvalho, de um trabalho maior que elle elaborou. Penso ser optimo esse programma. Aproveita dos programmas da Eschola de Sciencias Politicas de Paris, da E'cole des Hautes Etudes Commerciales e da London School of Economic and Political Science a indispensavel parte technica, reduzindo-a a suas menores proporções. Adapta os referidos programmas ás necessidades da administração brasileira, facilitando aos nossos estudantes as funcções públicas, ao jornalismo e á vida politica. Além das trez secções mencionadas, poderia haver uma secção geral formada pelo proprio candidato, segundo suas necessidades, pela combinação dos tres programmas. Agrupando os cursos congeneres, poder-se-hia fazer com que ficasse entre as mãos de oito a 10 professores, não ficando qualquer delles com mais de duas prelecções por semana. Qualquer cousa que se faça é de simples justiça referir e publicar que quem elaborou o programma do curso foi o Delgado de Carvalho, que está prompto a dar todos os exclarecimentos a respeito. »

« Propõe, pois, o orador que o Instituto approve desde já a creação da Eschola, ficando o illustre sr. presidente auctorizado a dar-lhe execução, para o que nomeará uma commissão, incumbindo-a do estudo do projecto e do preparo do regulamento que será submettido á sancção do mesmo sr. presidente.

«Passa a lêr o projecto enviado pelo sr. Oliveira Lima:

—«*A Escola de Sciencias Politicas* é destinada a preparar funccionarios para os ministerios do Exterior, da Fazenda e da Agricultura, Industria e Commercio e para as administrações estadoaes.

Para a inscripção aos cursos da Eschola (com o fim de obter o diploma), são necessarios a edade de 16 annos e um attestado de exame, nacional ou extrangeiro, julgado sufficiente pelo director da Eschola.

Os estudos serão de *dous annos* e comprehenderão annualmente cursos de 20 a 25 prelecções sôbre as materias do pragramma.

A Eschola é formada de trez secções; diplomatica, financeira e economica. Cada secção abrange prelecções ou cursos:

a) *fundamentaes* (2 annos consecutivos);

b) *regulares* que são obrigatorios para o exame;

c) *facultivos*, isto é, cursos que podem ser substituidos, em cada secção, por cursos regulares de outras secções, com a approvação escripta do director da secção em que deseja o estudante ser diplomado.

As notas de exame, no fim de cada anno, serão dadas de 0 a 20, sendo necessaria, para approvação, a média geral de 10. A frequencia será levada em conta. — No ultimo anno, as *theses* (composições escriptas, de 50 paginas, em média) serão obrigatoriamente sôbre assumptos nacionaes. — Para o diploma não haverá *concurso*, mas unicamente uma *classificação* dos diplomados.

O diploma de cada secção, exigindo conhecimentos effectivos e practicos, constituirá, em consequencia, uma recommendação para a administração pública.

Além dos estudantes *matriculados*, serão admittidos *auditores* em conformidade com o regulamento. — Em cada anno lectivo a directoria convidará notabilidades nacionaes ou extrangeiras para séries de *cursos-extraordinarios* (no programma ou fóra delle) e admittirá *privat-docencia*.

I. Secção Diplomatica — *Primeiro e segundo anno* — Historia Diplomatica (2 annos, curso fundamental); Historia da America (curso regular); Direito Internacional Pu-

blico (curso regular); Direito Internacionel Americano (curso regular).

Direito Internacional Privado (2 annos, curso facultativo): Direito commercial (curso regular); Organização diplomatica (curso regular); Economia politica (curso facultativo); Economia nacional (curso facultativo); Geographia commercial (curso facultativo).

Serão especialmente estudados, nestes cursos, os assumptos seguintes:

Historia diplomatica de 1815-1915 — O Congresso de Vienna. — A Sancta Alliança. — As nacionalidades no seculo XIX. — As questões do Oriente e do Extremo-Oriente. — O equilibrio europeu, etc.

Historia da America — Descobrimento, conquista e independencia argentina depois de Mitre. — Chile e Balmaceda. — Mexico e Porfirio Dias. — Os Estados Unidos. — Constituições americanas comparadas.

Historia diplomatica do Brasil — A America portugueza, Tordesillas e Madrid. — Emancipação. — D. Pedro I, d. Pedro II, questão ingleza. — Relações com os paizes americanos. — Delimitação territorial.

Organização diplomatica e Protocollo — Serviço diplomatico e consular. — Missões. — A Secretaria. — Correspondencia diplomatica. — Officios, etc.

Direito Internacional Publico (programma classico).

Direito Internacional Americano — Relações inter-americanas. Bolivar, Monroe. — O Pan-americanismo e seus Congressos. — A questão venezuelana, Drago. — O Brasil em Haia. — Questões de nacionalidade no Direito americano. — Questões pendentes. — Tacna e Arica.

Direito Internacional Privado (programma classico).

Direito Commercial (idem).

Economia Politica (idem).

Geographia Commercial, especialmente do Brasil.

Economia Nacional — A éra colonial e o monopolio. — D. João VI e a abertura dos portos. — O Brasil independente e unitario. — Abolição. — O Brasil republicano e federativo. — Crises. — Colonização. — Valorização.

II. Secção Financeira — *Primeiro e segundo anno* — Finanças Publicas (2 annos, curso facultativo); Historia financeira do Brasil (curso regular); Moeda, Credito, Cambio (curso regular); Impostos (curso regular); Operações bancarias (curso regular).

Contabilidade e escripturação — (2 annos, curso facultativo): Economia Politica (curso regular); Direito Commercial (curso facultativo); Economia Nacional (curso facultativo); Geographia Commercial (curso facultativo).

Finanças Publicas — Theoria do Orçamento. — Periodo orçamentario. — Verbas. — Systemas comparados. — Despesas publicas. — Credito. — Divida publica. — Finanças Estadoaes e Municipaes. — Fiscalização.

Historia Financeira do Brasil — Finanças Coloniaes. — Primeiro Banco do Brasil. — Reformas de 1833 e 1846 — Lei de 1853 — Crises — Abolição e meio circulante. — Lei de 1890. — Emissões. — Ensilhamento. — O *Funding loan*. — Caixa de Conversão. — Estudo da Divida pública actual.

Moeda, Credito, Cambio — Funcções da moeda, metaes preciosos. — O Ouro. — Circulação fiduciaria. — Papel-moeda, curso forçado. — Cambio sôbre Londres. — Systemas monetarios. — Reformas na Russia. — Estados Unidos. — Indo-China.

Operações bancarias — Capitaes. — Depositos. — Desconto. — Bancos de emissão. — Contractos hypothecarios. — Operações da bolsa. — Especulação. — Bolsas do Rio e de S. Paulo. — Organização bancaria. — Bancos de Estado. — Banco do Brasil. — Arithmetica bancaria.

Impostos — Noções historicas e legislação tributaria. — Contribuições directas e indirectas. — Taxas. — O imposto territorial nos Estados. — Imposto de importação. — Tarifas, pauta, — razão, % ouro. — Imposto de consumo. — Estudo comparativo; Inglaterra, França e Estados Unidos.

Contabilidade e escripturação — Jornal. — Balanço. — Entradas duplas. — Verbas dos differentes ministerios. — Thesouro. — Collectorias. — Casa da Moeda. — Delegacia de Londres. — Alfandega, etc.

Economia Politica — (Vide acima, Secção Diplomatica).

Economia Nacional — (Vide acima, Secção Diplomatica).

Direito Commercial — (Vide acima, Secção Diplomatica).

Geographia Commercial — (Vide acima, Secção Diplomatica).

III. Secção Economica — *Primeiro e segundo anno* — Questões Agricolas e Industriaes (curso facultativo); Historia Economica (curso regular); Colonização comparada (curso regular); Economia Commercial (curso regular); Economia Nacional (curso regular).

Geographia do Brasil — (Curso facultativo): Economia Politica (curso facultativo); Direito Commercial (curso facultativo); Estudo das Mercadorias (curso regular); Geographia Commercial (curso facultativo); Questões Agricolas e Industriaes. — Occupação do Solo. — Culturas. — Matas. — Propriedade: Sesmarias, fazenda, sitio, lote. — A Agricultura, defesa agricola. — O café, o cacão, o trigo, etc. — Culturas industriaes. — A borracha e a concurrencia. — Industria nacional.

Economia Commercial — Pesos e medidas. — Preços, oscillações. — Mercados. — Os transportes e as tarifas. — Viação, navegação, estradas, vehiculos. — Methodos de compra e venda. — Mechanismo das valorizações. — Crises commerciaes. — Estudo especial do mercado do Rio.

Historia Economica — Era de navegação fluvial (Assyria, India). — Era de navegação maritima em mares estreitos. — Commercio medieval. — Era de navegação oceanica. — O mundo portuguez. — Era industrial. — A Revolução, as machinas. — A organização capitalista, a concentração.

Colonização Comparada — As migrações humanas livres e forçadas. — Regulamentos comparados. — Obras dos Inglezes na India, no Egypto. — Politica Americana. — Australia. — Nova Zelandia. — Indo-China. — Argelia. — Argentina. Leis federaes e estaduaes no Brasil. — Elementos europeus: restricções.

Geographia do Brasil — Climatologia detalhada. — Regiões naturaes. — Brasil meridional. — Geographia economica e social.

Estudos das Mercadorias e Organização da Secretaria da Agricultura — (Conhecimentos practicos).

Economia Nacional — (Vide acima).

Economia Politica — (Vide acima).

Direito Commercial — (Vide acima).

Geographia Commercial — (Vide acima).

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) põe a votos a proposta apresentada pelo Sr. 1º Secretario Perpetuo, quanto á creação da Eschola, e sendo esta unanimemente approvada, nomêa a seguinte commissão para estudar detidamente o projecto, propôr as alterações que se fizerem necessarias e elaborar o respectivo regulamento, composta dos Srs. Ramiz Galvão, Fleiuss, Epitacio Pessoa, Manuel Cicero, Viveiros de Castro, Augusto Tavares de Lyra, Gomes Ribeiro, Homero Baptista, Pinto da Rocha e Miguel Calmon.

O Sr. Dr. Gomes Ribeiro lê depois um trabalho de sua lavra sôbre o antigo rio do Brasil, prioridade do nome — Brasil — nos mappas do seculo XVI. — O mappa de Jeronymo Marini — do qual o sr. dr. Lauro Müller, digno ministro das Relações Exteriores, offereceu um exemplar em *fac-simile* ao Instituto. Pede o sr. dr. Gomes Ribeiro que uma Commissão do Instituto dê parecer sôbre esse mappa.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) designa a Commissão de Geographia, sendo relator o sr. Gastão Ruch.

Em seguida o sr. presidente refere-se á honrosa presença, no Instituto, de s. ex. revma. o sr. d. Armando Bahlmann, bispo prelado de Santarem, illustre ethnologo, cujos serviços em sua prelazia são de notavel valor para o nosso paiz.

O mesmo sr. presidente agradece a presença dos socios, convidando-os para a sessão magna a realizar-se no dia 21 ás 21 horas, e levanta a sessão ás 22 horas.

Dr. Souto Maior,
servindo de 2º secretario.

SESSÃO MAGNA COMMEMORATIVA DO SEPTUAGESIMO SEPTIMO ANNIVERSARIO, EM 21 DE OUTUBRO DE 1915

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 21 horas abre-se a sessão magna commemorativa do 77° anniversario da fundação, com a presença dos seguintes socios: srs. conde de Affonso Celso, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, barão Homem de Mello, desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro, almirante Arthur Indio do Brasil, general dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires, dr. Affonso Arinos de Mello Franco, conde de Leopoldina, dr. d. Lucas Ayrragaray, dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, dr. Alfredo Valladão, dr. Alberto de Carvalho, dr. Souto Maior, major dr. Liberato Bittencourt, capitão de corveta Francisco Radler de Aquino, dr. Aurelino Leal, dr. Arthur Pinto da Rocha, dr. Nicolau José Debbané, dr. Helio Lobo, dr. João Coelho Gomes Ribeiro, coronel Jesuino da Silva Mello, marechal José Bernardino Bormann, dr. Alfredo Rocha, dr. José Americo dos Santos, Eduardo Marques Peixoto e dr. Antonio de Barros Ramalho Ortigão.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*), pronuncia o seguinte discurso:

« Durante o anno decorrido, desde a nossa última sessão solenne até á actual, enquanto na parte do globo apregoada como depositaria do adeantamento, da opulencia e da cultura, os principaes Estados, os que viviam a increpar as perturbações politicas sul-americanas, acoimando-as de causa de atrazo, signal de inferioridade, motivo de desdem; enquanto taes nações policiadas empregavam os recursos da fôrça, os artificios da astucia, as energias do engenho em mutuamente se exterminar; enquanto a preoccupação do assalto e da defesa empolgou alli o pensamento geral; enquanto pristinos monumentos, construcções venerandas de aureas epochas, deleite, orgulho, refugio do espirito de gerações e gerações, ruiram esphacelados pela metralha; enquanto a sciencia e

a industria eram postas a serviço quasi exclusivo da destruição; enquanto aos olhos da Justiça impotente se conculcaram a tolerancia, a lealdade, a misericordia; enquanto nos nucleos solarengos das artes, estas emmudeceram ao estrondo das armas, e, soberana unica, se impoz a voz da artilharia, intervallada pelo chôro de gemidos e imprecações; enquanto prevaleceram o odio, o furor, o morticinio, o impeto de ferir, de mutilar, de matar, de fazer e espalhar o mal, com ferocissimo requinte; enquanto os instinctos brutaes, os appetites monstruosos, subrepujaram os impulsos nobres, as elações, os vôos que não fossem os de apparelhos aereos convertidos em armas de combate, a desafiarem nas nuvens os que, para melhor desfechar o golpe insidioso, atacam nas entranhas do solo, ou no recesso das ondas; enquanto o mundo guiador se transformou em formidavel acampamento, cujas trincheiras e instrumentos mortiferos mal dispensam espaço aos tumulos de milhões de sacrificados anonymos; enquanto o sangue correu mais copioso do que a tinta e as bibliothecas, salvas porventura do incendio, se mudaram em casernas ou hospitaes; enquanto os povos afastados do conflicto, mas tambem por elle victimados (que directa ou indirectamente o são todos) se debatem em acabrunhadores embaraços economicos, financeiros, sociaes; enquanto no Brasil, indemne, mercê de Deus, de tamanhas desgraças, o decrescimento da receita, a falta de credito, os graves compromissos, tantos temerosos problemas assoberbam os menos pessimistas; enquanto atravessamos uma hora sinistra, de que os instantes se escoam como gottas sanguejantes de uma clepsydra infernal, uma dessas horas pertencentes, no dizer do Redemptor, à *potestas tenebrarum*; enquanto todos luctam e soffrem, desanimados, apprehensivos, em colapso a esperança; — o nosso Instituto tambem combalido pelos funestos acontecimentos mundiaes; o nosso Instituto, a quem, como ao poeta classico, nada de humano póde ser alheio ou indifferente, o nosso Instituto, nos doze mezes passados, continuou sem um deslize, uma pausa, uma hesitação, a sua obra de estudo, de ensino, de modêlo, similhante a um pequeno templo de inconcussos alicerces, situado em placida collina, no flanco da qual estourem vagalhões do mar em

furia, mas não perturbem nem interrompam as prácticas do culto tradicional, da mesma fórma que as lufadas da borrasca, uivando embóra nas frinchas, não vingam apagar a lampada perenne, suspensa ante o sacrario, alimentada pela essencia maravilhosa da dedicação.

A sua vida, nesse periodo, resumem-n'a estas palavras: exerceu com consciencia todos os seus encargos.

Analogamente á augusta matrona romana, cujo supremo elogio consistia no *domum servavit, lanam fecit* — não practicou feitos extraordinarios.

Mas, hoje, na guerra, como na vida civil, raream façanhas excepcionaes: traduz tambem heroismo a continua firmeza no estricto cumprimento de pequenos deveres quotidianos.

E de pequenos deveres não é licito qualificar aquelles na observancia dos quaes muito importam o zêlo, o escrupulo, a abnegação, o civismo, a virtude em summa.

Bastaria a ennobrecer a nossa missão o empenho diuturno e permanente de avivar o culto pelas tradições patrias. Renegar, exquecer taes tradições significa aviltante decadencia. Exforçamo-nos aqui para impedi-la, para impossibilita-la no Brasil.

Um estabelecimento, formado por homens de variadas procedencias e, ás vezes, de antinomicas opiniões, que, em mais de trez quartos de seculo, se devota á victoria de alevantados ideaes; que criou e sustenta uma publicação, por si só inestimavel bibliotheca de dados valiosissimos sôbre cousas brasileiras; que traz á disposição do público um museu, um archivo, uma livraria magnifica, já opulenta de milhares de volumes e todo anno accrescida; que, quando mistér, aos governantes e aos interessados fornece informes e documentos, alhures inaccessiveis; que, entre muitos relevantes congressos, promoveu o primeiro de Historia nacional, gerador de investigações, monographias e debates de eminente alcance; que tomou a iniciativa de commemorar condignamente o proximo centenario da nossa separação da metropole, mediante outro grandioso congresso, eloquente expressão de solidariedade continental; que dá ensinamentos diarios de ordem, ponctualidade, exempção, methodo, disciplina, coragem, patrio-

tismo; que, pelas suas conferencias e seus cursos, é desde algum tempo uma eschola de altos estudos e está em via de organizar essa eschola, segundo os mais aperfeiçoados processos; um estabelecimento nessas condições, fóco, ao menos, de operosa boa vontade, com este passado, com estes estimulos, com estes intuitos, com estes titulos, com estes serviços, constitue sem duvida, uma fundação de egregia utilidade, uma preciosidade do patrimonio público, um brazão de ufania, de consólo, de lustre, de gloria para o Brasil.

Ponderou um pensador que a Patria é um composto de corpo e de alma. A alma são as recordações, os usos, as legendas, as desgraças, a esperança, os pezares communs; o corpo é o solo, a raça, a lingua, as montanhas, os rios, as producções characteristicas... Uma communhão de homens que, tendo realizado grandes cousas junctas, querem junctos realizar outras ainda.

E um commentador desta bella definição accrescentou: um povo só é grande na razão directa do sacrificio que tem feito á idéa de Patria, na razão directa da certeza que nutra da eternidade della. A razão da Patria tem razões, que a razão individual desconhece; esta acconselha o egoismo, prescreve que nos emancipemos da desgraça e do lucto públicos. O milagre da Patria consiste em fazer calar-se esse egoismo tacanho, em ministrar ao cidadão a visão do passado e a de um futuro radioso para os seus filhos. Eis por que o patriotismo permanece a primordial virtude do homem civilizado.

Os citados conceitos dos dous escriptores synthetizam e manifestam o programma adoptado pelo Instituto e ininterruptamente seguido desde o seu inicio, vai para dezeseis lustros, até agora.

Occupa-se elle carinhosamente, como sempre se ha occupado, com o corpo e a alma da Patria, com a sua situação no espaço e o seu desenvolvimento no tempo, lidando por infundir e intensar no coração do povo os mais significantes sentimentos, os mais puros objectivos.

O que, no ultimo anno, nesse sentido effectuámos vai minuciosamente relatar-vos o nosso prestantissimo secretario perpetuo; e, em seguida, o nosso preclaro orador aureolará,

com os clarões arrebatadores da sua eloquencia, a memoria dos companheiros caídos na jornada.

A mim, como o operario mais responsavel pelo regular funccionamento desta officina de labor, perseverança e animação, a mim, o mais favorecido pela magnanima confiança de meus pares, cabe apenas a honra e o jubilo de, agradecendo o comparecimento de tão fina assistencia, declarar encetados os trabalhos de hoje.» (*Grandes applausos.*)

Em seguida o Sr. Max Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) lê o seguinte relatorio:

Sr. presidente — Meus eminentes collegas:

Ao celebrar-se o septuagesimo anniversario desta benemerita companhia, disse, da cadeira da presidencia, o immortal Rio Branco:

«Podemos volver olhos satisfeitos para o caminho perlustrado pelo Instituto e, sem immodestia, ter certa ufania dos resultados até hoje obtidos, porque o foram principalmente pela iniciativa e pelo perseverante labor dos nossos illustre predecessores, que apenas procuramos imitar».

E' o sentimento que nos domina, pois o Instituto tem proseguido com imperturbavel firmeza em suas uteis e nobres tarefas, satisfazendo de modo integral aos fins que lhe dictaram a fundação.

O anno que hoje termina — o septuagesimo septimo — não destoou dos anteriores nos salutares exemplos do trabalho e de dedicação pela causa da Historia Nacional.

Felizmente, agora não ha quem não considere o Instituto a associação culminante de nossa Patria. Nenhuma outra, com effeito, conta maior acervo de serviços. Não tem sido em sua longa existencia um simples centro de agradaveis reuniões, mas uma officina activa, em que se investiga o nosso passado, cujas characteristicas foram, como observou Rio Branco — «valor e lealdade, e um povo que mostra em profusão na sua Historia exemplos de taes virtudes bem póde merecer confiança nos momentos difficeis de suas crises internas ou internacionaes».

E, buscando honrar esse passado, o Instituto não deixou nunca de trabalhar, dando cada vez mais uma feição efficiente aos seus exforços.

Examine-se, para corroborar o que fica dicto, o anno transcorrido de 21 de Outubro de 1914 ao dia de hoje.

Veremos os cursos realizados pelos drs. Aurelino Leal, sôbre «Historia Constitucional»; Pinto da Rocha, sôbre «Historia Diplomatica»; Viveiros de Castro, sôbre «Historia Tributaria»; Ramalho Ortigão, sôbre «Historia Financeira»; Araujo Vianna, sôbre «Artes plasticas no Brasil».

A simples enunciação dos nomes desses conferencistas exclue a necessidade de accrescentar terem sido taes cursos uma série notavel de notaveis licções, todas sanccionadas pelo applauso de quantos — e não foram poucos — puderam fruir o prazer de ouvi-las.

Além dessas prelecções, a conferencia do dr. José Vieira Fazenda sôbre o local em que foram lançados os primeiros fundamentos desta Capital, pagina de erudição e de verdade, em que se reflectem os primorosos predicados intellectuaes do prestantissimo e illustrado bibliothecario do Instituto; a do dr. Nicolau José Debbané, dando-nos aspectos novos de d. Pedro II em sua viagem ao Egypto e na qual mais uma vez a figura sem par do excelso principe surgiu, aos nossos olhos, com aquella grandeza patriotica que se impõe a unanimes homenagens; a do dr. Souto Maior, sôbre as fructuosas pesquisas que fez nos archivos da Hispanha.

Não nos exqueçamos da collocação do marco commemorativo da fundação da cidade do Rio de Janeiro, nem da entrega do archivo do general Osorio, feita pelo digno neto do valoroso Herval, dr. Joaquim Luiz Osorio, e confirmada pela veneranda filha do heróe. Em breve serão abertos os caixões que encerram os preciosos documentos, que, classificados e estudados, apparecerão na «Revista» do Instituto.

A nomeação da Commissão Geral Executiva do Congresso Internacional de Historia da America, idéa que levantámos no Primeiro Congresso de Historia Nacional e ratificada pelo Instituto Historico, foi um acto feliz do nosso presidente, o muito illustre prezado sr. conde de Affonso Celso. A Commissão Executiva tem praparadas as theses da secção de Historia Geral do Brasil, as quaes servirão de norma aos trabalhos congeneres em todos os Estados da America.

Cumpre assignalar o interesse que tem despertado a lembrança desse Congresso, que commemorará de modo verdadeiramente aproveitavel o primeiro centenario da nossa Independencia.

Não só obtivemos de prompto o apoio do Govêrno, não só as sessões preparatorias da Commissão Executiva se têm revestido de grande brilhantismo, como nos chegam dos Estados Unidos da America do Norte constantes applausos, considerada a tentativa como o mais feliz passo para a solidariedade americana, segundo as expressões do presidente da Universidade da Columbia.

— Passemos agora aos trabalhos das sessões, que foram em numero de oito — septe ordinarias e uma extraordinaria.

A primeira realizou-se a 20 de Abril. Della os factos mais importantes foram a homenagem prestada á memoria de Rio Branco, a designação de uma commissão para felicitar o glorioso coronel Rondon, o annúncio do proximo apparecimento do primeiro volume dos « Annaes do Congresso de Historia Nacional », o voto de reconhecimento ao illustre sr. dr. Urbano Santos e ao professor Basilio de Magalhães, pelo muito que fizeram em pról do tomo especial da « Revista », a offerta do saudoso consocio Luiz Rodolfo Cavalcanti de Albuquerque, que presenteou o Instituto com a sua bibliotheca, em que ha exemplares de subido valor, a proposta, nossa e do distincto companheiro sr. dr. Roquette Pinto, para que ao eminente consocio sr. dr. Pedro Lessa incumbisse o Instituto de escrever uma memoria sôbre a individualidade de Francisco Adolfo de Varnhagem (visconde de Porto Seguro), o nosso historiador magno, afim de ser condignamente celebrada em sessão especial a data centenaria do seu nascimento. Acceitando o convite do Instituto, o sr. dr. Pedro Lessa dedica-se áquelle elevado encargo com o maior empenho e, por certo, no dia 17 de Fevereiro de 1916, em que nos lerá o novo fructo do seu privilegiado saber, receberá o illustrado publicista todas as demonstrações de apreço.

Houve, além disso, na 1ª sessão, a posse do sr. dr. João Ribeiro como socio effectivo. O que foi o seu discurso,

disse-o, em admiravel synthese, o *Jornal do Commercio*, considerando-o um modèlo de erudição, ironia e senso critico.

A João Ribeiro nos prende estima de mais de vinte annos; iniciamo-la no inexquecivel periodo da *Semana*, cujas columnas recolheram bellissimos fructos do seu espirito.

Na phase actual, o commentador da carta de Pero Vaz de Caminha é, sem contestação, uma das figuras mais relevantes, entre as que mais o forem, das nossas lettras historicas.

Na segunda sessão, de 31 de Maio, tomou posse o socio correspondente sr. dr. Nicolau José Debbané, agente diplomatico do Brasil no Egypto.

Homem profundamente illustrado, conseguiu com o seu discurso de apresentação agradar a todos, principalmente pelas homenagens que com tanta justiça tributou a d. Pedro II.

Nessa mesma sessão tivemos ensejo de propôr que uma commissão do Instituto felicitasse o sr. dr. Lauro Müller, digno ministro das Relações Exteriores, pela viagem que com tanto exito fizera ao Uruguai, á Argentina e ao Chile.

Na sessão de 28 de Junho, a terceira, votou-se a admissão, como socios effectivos, dos drs. Antonio Fernandes Figueira, Arthur Pinto da Rocha, Alfredo Pinto Vieira de Mello, Aurelino de Araujo Leal e Antonio de Barros Ramalho Ortigão, e como correspondente a do dr. Alberto Lamego.

E' dispensavel encarecer o valor desses nomes tão acatados, mas o que nos cumpre salientar é a circunstancia de haverem sido admittidos — os cinco primeiros — em virtude de trabalhos especialmente escriptos para o Instituto. Assim, o dr. Fernandes Figueira elaborou a monographia sôbre o «Padre Antonio Vieira», inserta no primeiro volume dos «Annaes do Congresso de Historia»; o dr. Pinto da Rocha explanou a these sôbre a «Politica brasileira no Prata até á guerra contra Rosas»; o dr. Alfredo Pinto fez o «Estudo historico do Poder Judiciario»; o dr. Aurelino Leal occupou-se do «Acto Addicional, Reacção Conservadora, Bernardo de Vasconcellos, o Ministerio das Nove Horas»; o sr. Ramalho Ortigão apresentou a monographia sôbre a «Moeda circulante do Brasil».

Quanto ao dr. Alberto Lamego basta citar o seu trabalho: «A Terra Goytacá».

A quarta sessão realizou-se a 31 de Julho, com a posse do sr. dr. Arthur Pinto da Rocha, cujo discurso é uma bella pagina de historia litteraria, patenteando os vastos conhecimentos do seu auctor, indiscutivelmente um dos mais fortes espiritos da nossa epocha.

Nessa sessão demos conta da offerta feita por intermedio do nosso respeitado 3º vice-presidente, o sr. desembargador Sousa Pitanga, do esbôço, obra do seu digno filho, do busto do lembrado consocio Lima Drummond.

Votámos tambem a admissão, como socio honorario, do illustrado sr. dr. Urbano Santos da Costa Araujo, digno vice-presidente da Republica e que se tem salientado mais de uma vez pela dedicação a este gremio.

A quinta sessão foi a 28 de Agosto. Abrilhantaram-n'a a posse dos srs. drs. Aurelino Leal e Eugenio Egas, a offerta de alguns retratos das principaes figuras da Politica européa, trazidos pelo sr. dr. Miguel Calmon e a proposta do sr. dr. Roquette Pinto para que o sr. presidente do Instituto nomeasse uma commissão com o fim de tractar da elaboração de um Diccionario historico, geographico e ethnographico do Brasil, idéa magnifica que, com certeza, fructificará.

O discurso do sr. Aurelino Leal exprime nitidamente a nobreza do seu character e a elevação do seu espirito. O dr. Aurelino Leal é uma das personalidades que immediatamente se impõem pelo talento, pelo amôr ao estudo, pelo criterio. O Instituto muito deve delle esperar.

O discurso do sr. dr. Eugenio Egas teve tambem os applausos que merecia, tanto mais quanto se tractava de um delicado cultor das lettras historicas.

A 15 de Septembro realizou-se a sessão extraordinaria, tomando posse o sr. dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida. O nome de Miguel Calmon já era caro ao Instituto, pois que a elle pertencia desde 18 de Maio de 1839, quando foi eleito socio, o insigne Brasileiro mais tarde agraciado com o titulo de marquez de Abrantes.

A investidura, pois, do sr. dr. Miguel Calmon teve o character de uma rememoração, vendo todos nós reproduzidas no joven estadista as notaveis qualidades do seu inolvidavel antepassado. E o seu discurso não foi sómente uma peça de

apreciado valor litterario, mas verdadeiro programma nacional de largo descortino, digno de ser meditado.

O sr. Miguel Calmon é um trabalhador. O nosso eminente orador chamou-lhe com inteira propriedade — «preclaro batalhador dos bons combates».

A sexta sessão effectuou-se a 29 de Septembro com a posse dos srs. dr. Antonio Fernandes Figueira, marechal José Bernardino Bormann e Antonio de Barros Ramalho Ortigão.

Ainda se não apagou a impressão dos discursos que proferiram e aos quaes, com justiça, o Instituto não regateou applausos.

O sr. Ramiz Galvão, em sua feliz resposta, disse que — «o escalpello, a espada e a penna aqui se enlaçavam naquelle dia para gloria nossa e a bem da Historia da patria».

Ainda nessa sessão offerecemos, com applauso unanime da assembléa, as medalhas de ouro do Primeiro Congresso de Historia Nacional aos srs. conde de Affonso Celso e dr. Ramiz Galvão. Era um direito que lhes assistia, mas a que o Instituto entendeu accrescentar uma homenagem.

Estes dous nomes — Affonso Celso e Ramiz Galvão — synthetizam as duas primaciaes figuras da nossa companhia, merecendo de todos nós a maior admiração, o maior carinho, o mais devotado reconhecimento. Não ha, nesta casa, si exceptuarmos d. Pedro II, quem os haja excedido na benemerencia dos serviços.

A septima e ultima sessão celebrou-se ha dias, a 12 do corrente, votando-se á admissão — como socio effectivo — do sr. dr. Juliano Moreira e, como correspondentes, dos srs. dr. Annibal Velloso Rebello, d. Juan Biedma e Cervaens y Rodriguez. O dr. Gomes Ribeiro leu tambem um trabalho sôbre o mappa de Marini, adquirido pelo illustre dr. Lauro Müller, nosso emerito consocio.

Nessa mesma sessão propuzemos uma homenagem ao *Jornal do Commercio*, que tanto nos tem auxiliado com o seu apoio material e moral, e a creação da Eschola de Altos Estudos, corollario dos magnificos cursos com tão feliz exito realizados no Instituto.

Ninguem ousará negar que as prelecções de Alberto Rangel, Basilio de Magalhães, Aurelino Leal, Pinto da Rocha, Viveiros de Castro, Ramalho Ortigão e Araujo Vianna constituem benemeritos exforços em pról do estabelecimento dessa eschola, que virá a ser novo laurel para o Instituto.

E seja-nos licito fazer uma referencia ao curso do sr. dr. Araujo Vianna, unico dos preleccionistas que ainda não faz parte do nosso quadro social.

E', como o do sr. dr. Miguel Calmon, um nome que recorda um dos maiores benemeritos do Instituto — o marquez de Sapucahi — Candido José de Araujo Vianna, que presidiu effectivamente ao Instituto, de 12 de Agosto de 1847 a 23 de Janeiro de 1875, tendo antes, por vezes, exercido interinamente a presidencia.

Illustrado, meticuloso investigador, sentindo com alma de artista, o dr. Araujo Vianna será em nosso gremio o successor de Manuel de Araujo Porto Alegre.

— Examinemos agora outros pontos, de que se não póde eximir este relatorio.

A nossa « Revista », que regularmente apparece desde 1839, está em dia.

Dentro em pouco distribuiremos as duas partes do tomo 77, encerrando trabalhos de Tavares de Lyra, Basilio de Magalhães, Vieira Fazenda, Manuel Barata, Aurelino Leal, Sebastião Galvão, Figueira de Mello, Branner, visconde de Taunay, Pinto da Rocha, Araujo Jorge, J. Lucio de Azevedo, Affonso Taunay e Teschauer.

As reimpressões tambem estão adeantadas.

E fallando na « Revista » manda a justiça registar o extremado cavalheirismo do distincto director geral da Imprensa Nacional, dr. Castello Branco, que nos tem auxiliado efficazmente para a regularidade da publicação, agradecimento que se deve tornar extensivo aos dignos operarios daquelle estabelecimento.

A « Revista » do Instituto, tão superiormente dirigida pelo sr. Ramiz Galvão, tem tido a maior divulgação entre as bibliothecas nacionaes e extrangeiras, principalmente americanas. Correspondemo-nos assiduamente com quasi todos os centros bibliographicos da America.

Estamos agora organizando, com a excellente collaboração do estimado consocio dr. Pinto da Rocha, um novo indice da « Revista » até o tomo 77. Seria de grande alcance alterar a designação, que nada adeanta, de parte 1ª e 2ª, dando a cada volume um numero especial.

Essa medida consultaria de perto as necessidades das pesquisas.

— A nossa opulenta bibliotheca accrescida de acquisições que fizemos e de offertas valiosas como as do sempre lembrado consocio sr. Luiz Rodolfo, da veneranda viscondessa de Ouro Preto, do nosso egregio presidente, do digno consocio sr. André Wernek e do illustre sr. ministro argentino, nosso distincto consocio, teve maior frequencia do que nos annos anteriores, funccionando diariamente a sala pública de leitura, sob a direcção do sr. dr. José Vieira Fazenda, cujos serviços ao Instituto são excepcionalmente relevantes.

De facto, o sr. dr. Vieira Fazenda é considerado um patrimonio do Instituto, recebendo de todos o preito rigorosamente devido ao seu immenso saber e absoluta lealdade.

— Por enfermidade do provecto consocio sr. professor Basilio de Magalhães não pôde ter maior andamento a remodelação do nosso archivo. Restabelecido, porém, mercê de Deus, aquelle proficiente companheiro volverá ao nosso convivio, trazendo-nos o concurso da sua real competencia e notavel aptidão para trabalhos dessa natureza.

— Insistimos na idéa de fazer traduzir as mais importantes obras de Carlos Frederico Philippe von Martius e folgo em communicar que a tentativa parece estar em vesperas de realização.

A traducção dos trabalhos do grande Martius não é sómente uma necessidade para os estudiosos da Historia patria, será um acto de justiça nacional e que exige immediato cumprimento.

— A nossa vida economica desenvolve-se nos limites de acanhados recursos e da subvenção que, auctorizada pelo Congresso Nacional, nos concede o Govêrno, e da qual sempre nos primeiros dias de Janeiro de cada anno prestamos minuciosas contas ao Ministerio do Interior, accompanhando-as de todos os documentos.

Convém assignalar que a subvenção por parte do Congresso teve o seu inicio em 1839, quando regente Pedro de Araujo Lima, depois marquez de Olinda, e ministro do Imperio — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

E não se póde dizer sôbre este capitulo, deixando em olvido o nome do nosso prestimoso thesoureiro, o commendador Arthur Guimarães, digno em tudo da nossa estima e dos constantes elogios que lhe faz a Commissão de Fundos e Orçamento. Não deixaremos tambem de assignalar quanto, neste particular, devemos aos srs. drs. Homero Baptista, Antonio Carlos, Felix Pacheco, José Bonifacio, Tavares de Lyra e João Luiz Alves.

— Si no anno tivemos a ventura de receber novos collaboradores, que accolhemos com verdadeira alegria, peza-nos dizer que a morte nos arrebatou o barão de Paranapiacaba, d. Norberto Quirno Costa, d. Gonçalo de Quesada, Luiz Rodolfo Cavalcanti de Albuquerque, Alfredo Maia e Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araujo.

Sôbre estes ouviremos daqui a instantes a palavra magistral do nosso orador.

— Senhores. Ha dias um dos nossos maiores homens de lettras referiu-se ao desanimo que parece avassallar todas as almas.

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é disso uma triumphante excepção.

Aqui, nesta casa, ha 77 annos, Brasileiros de maior ou menor valor, mas todos ermanados pelo mesmo sentimento civico, trabalham, promovem o culto do nosso passado, buscam diffundir as exemplares licções que herdamos e que devemos imitar.

Rio Branco disse no recinto do Instituto:

« Somos da raça dos descobridores, não destruidores, dos que ensinaram os caminhos maritimos para as terras desconhecidas e não semearam nessas terras o odio á civilização européa, mal representada por ferozes conquistadores. De um povo corajoso e bom tudo se póde esperar em grandeza humana, contanto que se mantenha nelle a tradição do respeito aos nobres exemplos do seu passado, assim como a do culto do Direito e da disciplina civica ».

E' a missão do Instituto, missão que elle tem cumprido sem desfallecimentos e que saberá cumprir sempre com animo varonil.

Orgulhemo-nos do nosso Instituto, como nos devemos orgulhar do nosso paiz !

Temos concluido ». (*O relatorio do sr. secretario perpetuo é muito applaudido.*)

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) dá logo depois a palavra ao orador do Instituto, Sr. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, que pronuncia este dircurso:

« Sr. representante do exmo. Presidente da Republica — Sr. presidente e illustrados consocios — Minhas senhoras e senhores.

Como soldado fiel á disciplina e ás vozes de commando aqui estou, ainda uma vez nesta tribuna, que tantos patricios illustres honraram, e a cujo brilho tradicional já de certo não corresponde a palavra desataviada de um cansado trabalhador, que está perto de celebrar as suas bodas de ouro com o Instituto.

Para obedecer-vos, entretanto, buscarei inspirar-me nos grandes modelos, em Porto Alegre, Macedo, Taunay e Joaquim Nabuco, que por aqui passaram deixando uma esteira inapagavel de luz; pedirei tambem á Providencia que me fortaleça com o reflexo desse astro scintillante, talento de escól, coração adamantino, character purissimo e sem jaça, que ora preside aos nossos trabalhos, depois de haver sido por alguns annos o verbo eloquente da nossa companhia, o interprete ardoroso e facundo do pensar e do sentir do Instituto. (*Applausos.*)

Só assim poderei talvez corresponder, senhores, á maxima gentileza, com que ha dous annos vos dignastes repetir a honra suprema de um mandato, que o vosso obscuro collega estava longe de merecer. Ordenastes, porém, e elle aqui está na linha de batalha, emboccando o clarim da Fama e dos applausos da Posteridade para celebrar o nome dos ermãos e dignos companheiros, que a morte implacavel arrebatou ás nossas fileiras gloriosas. Elle aqui está, sem a voz potente dos mestres, mas inflammado desse ardor que os annos não extinguem, porque o coração do patriota, o coração do en-

thusiasta do Bem e do Bello resiste contumaz e heroico ao desfallecimento da fibra muscular, á calcificação das arterias, ás desillusões e tristezas do occaso da vida.

Macedo, meu saudoso mestre, aqui uma vez, com aquelle encanto da palavra, que lhe era peculiar e que lhe saïa dos labios doce, como o doce mel do Hymeto, Macedo disse aqui uma vez esta verdade:

«Ha sepulturas distinctas, sôbre cada uma das quaes se levanta frondosa uma arvore sempre coberta de flôres e sempre cheia de fructos. Essa arvore chama-se a memoria do bem; cada flôr é o emblema de uma acção generosa; cada fructo um exemplo de sabedoria ou de virtude deixado ao mundo. A' sombra dessa arvore descançam os que souberam ser benemeritos e os que foram bons».

Visitando-a hoje, illustres confrades, encontraremos muito accrescida a opulenta ramagem dessa arvore symbolica, e tambem multiplicadas as lousas que alvejam á sua sombra amiga e serena.

Decifremos alguns dos epitaphios recentes. E' obra de gratidão e de amor devida aos nossos companheiros, que deste mundo se partiram, chamados para aquella luz eterna da Posteridade, a cujo clarão teremos todos de prestar conta do trabalho que nos foi commettido pela Providencia nesta arena fugaz de luctas, illusões, anhelos, e esperanças.

E' obra de gratidão e de amor; de gratidão, porque todos na orbita de suas fôrças illustraram esta companhia; de amor, porque a nossa fraternidade não tem sombras. A' porta deste templo sagrado os sacerdotes da Historia depõem as dissenções politicas, as paixões e o odio para se alistarem, em um só corpo e em uma só phalange, á sombra de uma só bandeira: a Verdade, deusa soberana do nosso culto.

Cumpramos, pois, a ceremonia do rito, lembrando vidas preciosas que se dignificaram no estudo e no amor da Patria: uns — extrangeiros illustres, que na esphera de sua actividade bem mereceram das lettras americanas; outros — patricios queridos e inexqueciveis, que honraram o nome brasileiro e a brava legião do Instituto.

Pagámos este anno, como sempre, oneroso tributo á morte. Mas si esta, inexoravel e pertinaz, proseguiu na sua

faina de anniquillamento, contestemos-lhe ao menos o direito de apagar da nossa memoria os grandes obreiros do Bem. E' funcção soberana da Historia: rememorar e celebrar as glorias do passado, para estimulo do presente e licção do futuro.

— D. Gonçalo de Quesada, nascido em Cuba — essa bella joia americana que por tão largos annos viveu adstricta á condição subalterna de colonia hispanhola, foi, além de espirito cultissimo, um ardoroso patriota liberal.

E' dos nossos dias, é de hontem aquelle movimento de revolta que incendiou a alma dos Cubanos, anciosos pela sua independencia, e todos nos lembramos da feliz intervenção dos Estados Unidos em favor dessa idéa generosa, que logrou exito feliz e completo.

Quesada havia sido um dos eminentes propagandistas da autonomia da patria, e com formoso talento se batera por esse ideal, profligando com vehemencia, e ás vezes quiçá com dureza apaixonada, os vexames do dominio hispanhol.

Respiram esse patriotico sentimento seus bellos livros: « Mi primera ofrenda al patriotismo », « Ignacio Mira » e a « Historia de Cuba Livre », que foi publicada em inglez. Ha particularmente neste ultimo livro bellissimas paginas dedicadas ás notaveis personalidades de Maximo e Antonio Maceo, de Simpson e Dewey. Era um apostolo da liberdade, e no entranhado amor ao torrão natal póde ser posto em parallelo aos mais distinctos filhos do nosso continente.

Commissario de Cuba na Exposição de Paris, em 1900, depois encarregado de negocios de sua patria em Washington, e mais tarde delegado ao Congresso Pan Americano, que tivemos a fortuna de celebrar nesta Capital, Quesada deu sempre conta brilhante das missões, que o govêrno cubano confiara ao seu bello talento.

O nosso Instituto recebeu-o em seu gremio a 8 de Outubro de 1906. Em Fevereiro deste anno, nosso illustre consocio veio a fallecer em Berlim, deixando envolta em lucto a famosa perola das Antilhas.

— O dr. d. Norberto Quirno Costa, magistrado, politico e diplomata argentino, foi um dos vultos mais distinctos e proeminentes da gloriosa Republica platina, nossa ermã.

Em sua patria exerceu com intenso brilho os mais altos cargos administrativos e politicos, desde o mandato de deputado e senador até á vice-presidencia da Republica, passando com positivo relêvo pelos ministerios do Interior e das Relações Exteriores.

Seu nome acha-se intimamente ligado á nossa Historia por um facto singular de grande notoriedade.

Está na memoria dos contemporaneos aquella calorosa questão de limites, em que os herdeiros de Portugal e Hispanha disputavam com pertinacia a famosa nesga do territorio de Palmas, impropriamente chamado das Missões.

A fronteira delineada pelo celebre tractado de 1750 permanecia incerta e sem demarcação positiva, porque se não accordára jámais na exacta intelligencia do que eram realmente o — Sancto Antonio — e o — Pipiriguaçú —.

A herança ominosa das rivalidades das duas metropoles passara como triste legado ás jovens nações americanas, que haviam conquistado a sua autonomia. Tentativas infructiferas por parte dos dous govêrnos deixaram o problema insolvido e como uma dolorosa ameaça para o futuro, não obstante a communhão de idéas e de interesses, que na guerra do Paraguai havia posto lado a lado, em fraterna alliança, as bandeiras argentina e brasileira.

Urgia, entretanto, dissipar essa nuvem temerosa para ser um dia possivel, como de facto se tornou, a phrase adamantino do eminente e saudoso Saenz Peña: *Tudo nos une, nada nos separa.*

Eramos dous povos ermanados pela religião e pela origem latina, quasi ermanados pela lingua, adolescentes, avigorados ambos pelas auras balsamicas da pujante America, batalhadores ambos da liberdade, apostolos ambos da Justiça e do Direito, campeões um e outro da civilização de um continente novo, rico de esperanças, abundante de seiva, sedento de progresso, de paz e de gloria.

Como admittir-se que por alguns kilometros quadrados, minusculo trecho de territorio deante da grandeza de nossos dominios, permanecesse ameaçadora aquella dissensão secular a desunir ermãos fadados para grandes destinos no campo sagrado da Historia?

Este pensamento salutar inspirou os govêrnos do grande Brasileiro Pedro II e do benemerito presidente da Argentina, que assentiram na Convenção de 7 de Septembro de 1889, entregando ao arbitramento a solução do famoso litigio.

Mas a gloria dessa Convenção feliz não lhes cabe exclusiva.

Ao illustre e saudoso visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho no ultimo ministerio da monarchia, e ao não menos illustre dr. Quirno Costa, então ministro das Relações Exteriores da Republica Argentina, cabe não pequena parte dos louros da victoria incruenta.

E o nosso Instituto, sempre solicito em distinguir o merito, não se demorou na demonstração de seu affecto e do seu alto apreço: 10 dias depois era aqui proposto o dr. Quirno Costa para a classe dos membros honorarios da nossa companhia, distincção que com applauso unanime lhe foi logo após conferida.

O grande estadista argentino, companheiro de tantos outros vultos eminentes que nestas ultimas decades têm cooperado com intelligencia e amor patrio para o extraordinario e notorio desenvolvimento da querida Republica ermã, assistiu sem dúvida ao desenlace daquella questão internacional, em que o provado saber do excelso Rio Branco nos deu o decisivo triumpho.

Não creio que se houvesse elle magoado com a sentença arbitral, porque era um espirito superior, incapaz de obedecer ás suggestões do falso patriotismo e da vaidade.

Falleceu o dr. Quirno Costa a 2 de Março deste anno, deixando ao seu nobre paiz um copiosissimo legado de serviços relevantes, que a Historia regista e applaude.

— Luiz Rodolfo Cavalcanti de Albuquerque nasceu a 7 de Junho de 1847 na cidade de Belém, tendo por progenitores o honrado cirurgião do exercito Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e d. Carlota Trovão Cavalcanti de Albuquerque. Feitos os seus estudos preparatorios na provincia natal e em Pernambuco, enveredou pela carreira de empregado da Fazenda Nacional, em que se distinguiu pelo zêlo, pela probidade immaculada e por notavel competencia. Funcção administrativa sem brilho, mas de grande impor-

tancia social e moral, — essa do empregado de Fazenda, que acautela interesses valiosissimos do erario público, concorrendo com lucidez, ponctualidade e methodo para o jogo regular e efficaz da machina administrativa, de onde parte todo o movimento de progresso do paiz.

O nosso Govêrno encontrou sempre em Luiz Rodolfo um trabalhador habil e honesto, a quem se podiam delegar, com segurança de exito, commissões de alta responsabilidade. Foi o nosso illustre consocio inspector das Thesourarias e das Alfandegas de Belém, de Manáos, de S. Paulo e do Rio de Janeiro; foi por ultimo director das Rendas no Thesouro Nacional, — cargo em que se aposentou fatigado e já enfraquecido por muitos annos de indefesso labor.

Com a experiencia adquirida no tracto de tão elevadas funcções públicas travou da penna mais de uma vez, e neste sentido nos legou trabalhos de merito incontestavel.

São de sua lavra, entre outros, os dous livros: « Estudos economicos e financeiros » e « Navegação e Commercio da Amazonia », dos quaes o ultimo foi titulo bastante honroso para dar-lhe entrada na nossa companhia em 23 de Septembro de 1892.

Luiz Rodolfo falleceu a 26 de Abril do corrente anno, legando á Patria um nome honradissimo e a este Instituto, como signal de apreço que nos sensibilizou, a collecção de seus livros, — esses companheiros fieis e inseparaveis, em que se formou o seu espirito para bem servir ao Brasil.

— Outro filho dilecto da Patria, outro ermão distincto e operoso companheiro perdemos a 20 de Março na pessoa do dr. Alfredo Eugenio de Almeida Maia.

Nascido a 12 de Outubro de 1856 e dotado de notavel talento, concluiu em verdes annos com brilhantismo o curso da nossa Eschola Polytechnica e, partindo logo para a Belgica, alli conquistou em breve praso o diploma de engenheiro. Era aos 22 annos de edade graduado pelos dous reputados estabelecimentos de ensino.

De volta aos lares patrios iniciou a brilhante carreira, em que labutou toda a vida com exito singular e desempenhando-se galhardamente dos altos cargos confiados á sua competencia.

Chefe de secção da Estrada de Ferro D. Pedro II, hoje Central do Brasil, e depois director das respectivas officinas, fez alli um tirocinio práctico, que lhe grangeou distincto nome. Passou em 1886 a trabalhar como chefe de tracção na Estrada de Ferro S. Paulo e Rio, assumindo mais tarde a sua direcção por decreto de 11 de Novembro de 1890, quando se transferiu a Estrada para o dominio do Estado.

A suspensão dos trabalhos de alargamento da bitola, ordenada pelo ministro barão de Lucena, motivou a sua retirada do serviço público. Alfredo Maia preferiu então o exercicio particular de sua profissão em S. Paulo. Mas alli sua reputação estava já firmada, e o govêrno paulista entregou ao nosso digno consocio a direcção da Secretaria da Agricultura e Obras Públicas do Estado, em que se revelaram ainda uma vez os seus já provados dotes administrativos. Uma dissenção em materia de serviço afastou-o, pouco depois, do referido cargo.

Após alguns annos de interregno, o serviço público tornou, porém, a solicitar o concurso de seu talento. Em 1898 o engenheiro F. Pereira Passos deixou a direcção da Estrada de Ferro Central, e o Govêrno da Republica procurou em Alfredo Maia a competencia scientifica e moral, que se faz mistér em postos de tamanha responsabilidade. Era alli difficil e espinhosissima a tarefa; mas o illustre engenheiro nunca deixou de corresponder ao appêllo da Patria. Alfredo Maia acceitou a missão em epocha de sacrificio. O programma patriotico e salvador do grande presidente Campos Salles impunha severissima economia dos dinheiros públicos para salvaguardar o honrado nome brasileiro. Que desenvolvimento poderia dar o illustre director aos trabalhos necessarios e indispensaveis ao progresso da Central? Bem pouca margem se lhe abria para novos emprehendimentos. Ainda assim o que elle realizou foi notavel: a linha dupla se prolongou até Maxambomba, e a estrada seguiu de Septe Lagôas até á estação de Silva Xavier; e tudo isso com methodo, regularidade dos serviços e exemplar fiscalização de despesas.

Em 1900 os predicados de Alfredo Maia foram reclamados para mais elevado mistér; por espaço de dous annos, no cargo de ministro da Viação e Industria, teve elle de

superintender todos os serviços daquelle departamento, mas sem larguezas orçamentarias, peado conseguintemente pelas circunstancias, fe-lo com o maior escrupulo e com o maior tacto.

Depois que deixou o ministerio offereceu-se-lhe ainda occasião de prestar optimos serviços: primeiro, na direcção da Sorocabana, por solicitação do illustre presidente dr. Rodrigues Alves e do syndicato americano que arrendou a Estrada; depois, nas administrações da *Light and Power* do Rio de Janeiro e de S. Paulo, — logares em que a sua proficiencia e o seu patriotismo acharam novo campo de acção.

Foi, como vêdes, senhores, uma vida intensa e laboriosa. No paiz e fóra delle trabalhou sem tregua a bem do nosso progresso, mantendo em toda a parte a reputação immaculada e o brilho de um nome, que nunca se desmentiu nem empallideceu, desde os primeiros triumphos academicos.

Daquella luzida geração que com elle estudou e entrou nas luctas da vida — geração em que se apontam nomes como os de Getulio das Neves, Frontin, Gabriel Osorio, Ortiz Monteiro, Francisco Van Erven, Agostinho dos Reis, Carlos de Laet e outros, que prestaram ou ainda prestam grande renome á sua classe — dessa geração foi Alfredo Maia um dos mais apreciados ornamentos. O Brasil perdeu nelle um filho prestimoso e o Instituto um dos socios honorarios que mais abrilhantavam o nosso quadro social.

— O dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araujo, natural de Pernambuco, onde viu a luz do dia em 25 de Julho de 1857, formou-se em Direito na Faculdade do Recife. Tendo exercido a advocacia com brilho notorio por alguns annos, o cultor assiduo das lettras juridicas deu a lume trabalhos de valor que lhe valeram a estima dos doutos.

« Execução do sargento Silvino de Macedo », « Seitas protestantes em Pernambuco », « Notas sobre o Codigo Penal Brasileiro », « Os sodalicios religiosos e o poder dos bispos », « Successão de extrangeiros no Brasil », « Cemiterios do Recife », « Compra e venda mercantil », « Uma questão de direito internacional privado », são titulos de opusculos e memorias suas, em que fartamente se revelou o estudioso.

Tendo passado a residir em Lisbôa, onde tambem exerceu a profissão de advogado, foi nomeado vice-consul do Brasil e alli demonstrou sempre vivissimo interesse pelos negocios da Patria, que como filho amoroso não exquecia.

Membro de varias associações historicas e juridicas de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, S. Paulo e Lisbôa, pertenceu ao nosso Instituto como socio correspondente desde 3 de Junho de 1904, mas só por occasião de vir em 1913 a esta Capital tomou posse da cadeira, que tão legitimamente lhe fôra dada.

Foi na sessão de 9 de Junho que tivemos opportunidade de o ouvir, e ainda está gravado na memoria de todos nós o insistente e patriotico appêllo que dirigiu ao Instituto, convidando-o a examinar profundamente á luz de critica sadia e desapaixonada a chamada guerra dos *Mascates*, em que «a gente do Recife soffre até hoje a mais injusta condemnação», porque a luz da verdade historica ainda se não fez ampla e reparadora sôbre aquelle episodio dos tempos coloniaes.

Era o dr. Vicente Ferrer um espirito amadurecido por estudos sérios, que a morte infelizmente veio interromper em Maio deste anno, quando muito era licito ainda esperar do seu elevado criterio e do amor que votava ao patrio berço e ás cousas do nosso passado.

— João Cardoso de Meneses e Sousa, depois barão de Paranapiacaba, nasceu em Santos a 25 de Abril de 1827. Assistiu, portanto, aos ultimos dias do primeiro Imperio, aos agitados acontecimentos da Regencia, á declaração da Maioridade, a todo o largo periodo do govêrno do segundo imperador, á proclamação da Republica e ao desenvolvimento do novo regimen até o dia 2 de Fevereiro deste anno, em que exhalou o ultimo suspiro. Uma larga vida de 88 annos de estudo e de trabalho, porque aquelle privilegiado espirito só repousou, quando á Providencia divina aprouve decretar-lhe o termo da vida.

O talentoso Paulista, feitos com primor seus estudos preparatorios, matriculou-se na Faculdade Juridica da sua provincia em 1844, e em 1848 alli se graduou.

Entrando na vida práctica, iniciou-a pelo magisterio, conquistando em concurso a cadeira de Historia e Geographia do Lyceu de Taubaté, onde aliás não lhe foi larga a permanencia, porque sentia a necessidade de horizontes mais amplos para o exercicio de suas faculdades superiores.

Depois de breve passagem por Parati, veio ao Rio de Janeiro em 1853, e sentiu logo que a Capital do Imperio devia ser o theatro de sua promissora actividade. Para aqui transferiu residencia definitiva em Dezembro de 1855. S. Paulo estava naquella epocha bem longe de ser o fóco intellectual, o centro luminoso de progresso e de vida espiritual, em que se transformou nestes ultimos decennios: a Capital do Imperio attrahia então naturalmente os melhores talentos, ambiciosos de porvir e de renome.

Vindo ao Rio de Janeiro, João Cardoso julgou-se obrigado a procurar o imperador, que o conhecêra e applaudira em 1846 em S. Paulo, quando d. Pedro II, passando por aquella cidade, visitára a Faculdade de Direito.

O academico fizera então ao soberano, em nome de seus collegas, uma enthusiastica saudação em verso, e o imperador que nada exquecia acolheu-o depois com singular benignidade.

Desse dia datou o profundo sentimento de amizade agradecida e de respeitosa admiração, que nosso illustre confrade dedicou sem quebra á pessoa de d. Pedro II.

Até 1857 occupou seu tempo em trabalhos de advocacia e escriptos para a imprensa diaria. Entre outras folhas, para as quaes trabalhou, se destaca o *Jornal do Commercio*, que começou a publicar uma secção juridica de sua lavra.

Em Outubro de 1857 fez sua entrada triumphal no funccionalismo público, para o qual o chamou o notavel Sousa Franco, commettendo-lhe a funcção de ajudante do procurador fiscal do Thesouro. Dahi, á força de assiduo trabalho e notoria competencia, subiu a chefe da repartição e director geral do Contencioso, onde os seus grandes serviços mereceram sempre dos ministros rectos e desapaixonados os mais francos elogios.

Cordiaes relações com os proceres da Politica valeram-lhe a eleição de deputado geral pela provincia de Goiaz, — funcção que exerceu de 1873 a 1876.

Na qualidade de alto funccionario do Thesouro e merecedor da maior confiança, desempenhou-se de melindrosas commissões fiscaes, e em todas ellas foram proverbiaes o seu escrupulo e a sua hombridade.

Como premio de taes serviços, o govêrno imperial agraciou-o com o titulo de barão de Paranapiacaba, por decreto de 8 de Maio de 1883.

Estava escripto, porém, que não fosse só de flôres juncada a estrada do altivo e honesto funccionario público. A paixão politica desvaira. Os nobilissimos sentimentos emancipadores de Paranapiacaba, que ao lado de um bello talento possuia os maiores dotes de coração piedoso e bom, accenderam o despeito e a malquerença de um ministro da corôa, e essa malquerença chegou ao ponto de se fazer do afastamento do honrado servidor uma questão de gabinete. Ao dilemma do ministro «ou eu ou elle», em circunstancias de grave interesse público que se podia comprometter com a retirada do ministro, o imperador, contrafeito, cedeu, e o director geral do Contencioso foi aposentado em 1886 sem causa motivada, gosando da estima do chefe da Nação, não se lhe attribuindo outra culpa sinão a de dar por vezes informação favoravel a pretenções particulares contra os interesses do Thesouro.

Abençoada independencia de character, direi eu e dirão commigo todos os que prezam a soberania da Justiça e da Verdade.

Os interesses do Estado são sem dúvida muito respeitaveis e dignos de sacrificios; mas o espirito recto do funccionario público não está por isso adstricto a mentir á sua propria consciencia, negando aos particulares o que é do sagrado direito delles.

Urdir sophismas e subterfugios para recusar esse direito, muitas vezes claro, inconcusso, firmado na lei, isto é que se me afigura delictuoso e indigno dos representantes honrados do poder público.

Faltar á Justiça, jámais! O Estado se deslustra com essa ignominia, como o particular se deshonra quando nega a sua divida.

E Paranapiacaba curtiu a dôr amarga da aposentadoria forçada, sereno e imperturbavel sim, porque tinha a con-

sciencia pura do homem recto, mas altivo e nobre como se póde ver do artigo que então estampou no *Jornal do Commercio*:

« Conscio, disse elle, de que não mereci o estigma, com o qual me tentou desairar o sr. ministro da Fazenda, cujo conceito individual, por mais auctorizado que pareça, não é o da consciencia pública, é-me impossivel resignar-me á aposentação que me foi imposta como castigo.

« Demissão, é que s. ex. devia ter conseguido do imperador, uma vez que na concha da balança da justiça poz a auctoridade de sua palavra para affirmar como real e verdadeiro o motivo (não sabido por mim) da punição, que me infligiu.

« Os vencimentos, que me deixou como condecendencia á edade e ao longo exercicio do cargo, constituem uma esmola, « que não posso acceitar » sem offensa á dignidade.

« Destas faculdades, que ha dezenas de annos têm sido applicadas á causa pública, ainda resta vigor bastante para trabalho aturado, que me proporcione os meios de completar a educação de meus filhos, acostumados a venerar seu pae e a quem me vejo embaraçado de responder, quando me pedem explicação desta aposentadoria.

« Constrangido, aos 59 annos, a começar nova carreira, atirando-me ás incertezas da Advocacia, espero que me sobrarão algumas horas de lazer para dedicar-me ao estudo dos negocios desta minha patria, a quem tanto e com tão entranhavel amor hei servido, que não é responsavel pela injustiça e ingratidão de alguns de seus filhos. »

Por honra da nação e do imperante que a dirigia, aquella iniquidade, aquella inqualificavel vindicta não produziu largo effeito; passados poucos mezes, Paranapiacaba era reintegrado pelo Govêrno do benemerito e honrado conselheiro João Alfredo, continuando a bem servir o paiz, que tanto amava.

A sua aposentação definitiva foi dada a pedido, por decreto de 8 de Janeiro de 1890, já, portanto, em dias do regime republicano.

De então por deante, alliviado dos onus do serviço público, e não obstante o peso dos annos, entregou-se o digno

Brasileiro mais desassombrado ao cultivo das lettras, que aliás nunca abandonára, porque constituia para elle um ameno oasis no deserto arido das cifras e dos deveres burocraticos.

Até então havia publicado primorosas traducções de Lafontaine, Lamartine e Byron — livros que lhe fazem muita honra e que teve opportunidade de submetter á apreciação de juizes exclarecidos nas interessantes palestras litterarias presididas pelo proprio imperador no Externato do Collegio Pedro II. Alli o encontrei por vezes, e alli o ouvi discorrendo com maestria e elevado criterio a proposito de producções de vario genero.

Até então havia tambem saído a lume da publicidade a sua excellente memoria intitulada — « Theses sôbre colonização do Brasil » — que um critico competente já qualificou de « obra monumental ». Egualmente de sua lavra era já conhecido um « Relatorio sobre a discriminação das rendas geraes e provinciaes », que o visconde do Cruzeiro assim characterizou: « fructo de alta intelligencia, profundo estudo e achrysolado patriotismo ».

E nada direi de outros, porque esses bastam a firmar-lhe o renome de activo, zeloso e intelligentissimo funccionario.

E' tempo, entretanto, de admirar o barão de Paranapiacaba por outra face não menos brilhante: a de traductor do theatro classico grego e latino, vulgarizador de obras primas da antiguidade.

Sua alma de poeta, extasiado deante das bellezas daquelles fructos do genio, não resistiu ao desejo de as trasladar para a nossa lingua, e, como manejava magistralmente o metro, passou-as para verso portuguez, com annotações eruditas e preciosas.

Já Antonio Castilho, abalizado mestre, dissera:

« O trasladar esmerado e primoroso não só não invalida grandes reputações, se não que, fazendo hombrear o moderno com o antigo, e confundindo-os num mesmo esplendor, reparte por entre ambos a gloria. »

De Plauto traduziu elle a *Marmita*; de Eschylo o *Prometheu acorrentado*; de Euripides a *Alceste*; de Sophocles a *Antigone*, e de Aristophanes *As Nuvens*. Eram as joias do theatro antigo, as mais bellas gemmas daquelle precioso es-

crinio, onde tantos outros engenhos foram beber inspiração mais tarde.

Trabalho de Hercules foi esse, tarefa penosissima aquella, mormente si levarmos em conta que Paranapiacaba, não sendo hellenista, só teve por guias as excellentes versões latinas e um ou outro traductor extrangeiro do theatro classico. Em taes condições era mister um altissimo criterio para accompanhar as bellezas do original, vasa-las no metro portuguez com fidelidade e perfeição. E essa tarefa elle levou ao cabo, polindo com esmero o seu labor, dedicando-lhe toda a pericia do habilissimo artista apaixonado de sua obra, enthusiasta de seus modelos, cultor amantissimo do Bello e do Sublime.

Héllade formosa, gloriosa Héllade, em cujo seio se ouviram os primeiros clangores da tuba epica nos versos admiraveis de Homero, o dedilhar da lyra mimosa de Anacreonte, os vibrantes accentos das odes másculas de Pindaro, as estrophes primorosas da Antigone de Sophocles, as luminosas cogitações philosophicas de Platão e Aristoteles, os conceitos profundos do terso Thucydides; Héllade formosa, berço da grande Poesia que encanta a imaginação, da grave Historia que immortaliza o passado, da profunda Philosophia que doutrina as almas, das Artes sublimes que elevam o espirito ás regiões supernas do ideal; Héllade formosa, que tambem me habituei a amar desde o albôr da minha mocidade, tu foste alvo da justa admiração do nosso illustre patricio, cujos derradeiros dias encheste de luz e de consolação suavissima. Tu, canto glorioso da Europa, onde cada palmo de terra assignala uma victoria da civilização, tu com os prodigios de teu genio fizeste o encanto de sua honrada velhice, nem tiveste outra rival sinão a esposa do poeta, modelar, e amantissima, que á fôrça de carinho e desvelo lhe suavizou as tristes sombras do crepusculo da vida.

Uma e outra recebam o testimunho de nosso reconhecimento e as bençãos de todos os que sabem estimar o que é grande e nobre.

— E tu, Patria muito amada, guarda em teus Annaes a memoria destes filhos illustres, cuja vida acabo de lem-

brar em rapido escorço, e que tanto buscaram engrandecer-te e honrar-te.

Ha poucos dias um poeta eximio, gloria das lettras brasileiras, em arroubos de enthusiasmo deante da mocidade paulistana, concitando-a a levantar-se contra os desfallecimentos e desanimos da hora presente, não achou na sua primorosa palheta sinão a côr mais sombria para desenhar-te o perfil.

Foste qualificado, Brasil augusto, de «*paiz sem nacionalidade, patria em que se não conhece o patriotismo, nação devastada sem guerra e caduca antes da velhice*».

Protesta, nobre Patria minha, contra o pessimismo atroz do poeta illustre. Elle appella para o serviço militar generalizado, afim de corrigir a «desgraça de character», e evitar a «morte moral»; elle convoca a phalange dos ephebos á campanha de revivescencia da Patria, que *os varões incapazes ou indifferentes* abandonaram *sem ideal* e *sem nobreza de alma*.

Dize-lhe, patria de Luiz Rodolfo, de Alfredo Maia e de Paranapiacaba, dize-lhe que a caserna não é o unico baluarte do patriotismo (*palmas*); que na eschola se accende a primeira luz salvadora (*palmas*); que em muitos cenaculos illustres, como este, arde noite e dia uma pyra sacrosancta, deante da qual levitas devotados, encanecidos no serviço público, mas ainda cheios de ardor e de confiança, trabalham pelo brilho de teu nome sem a ganancia do ouro, exquecidos do gôso e das seducções do prazer (*palmas*).

Dize-lhe que a onda do desanimo sempre intibiou a *muitos*, mas não devorou a *todos* os tripolantes desta nave symbolica, que através de syrtes e luctando com os ventos rijos da tempestade, seguirá, mercê de Deus, o rumo do progresso e da ordem.

Animemos, sim, a digna phalange dos moços, que têm de receber a nossa herança e em cuja alma juvenil dominam geralmente sentimentos nobres e patrioticos. E' justo, é justissimo.

Mas a rigorosa justiça manda tambem que se não generalize o labéo de indifferentes, egoïstas, vasios de ideal, falhos de desinteresse e de cohesão a uma geração inteira de ci-

dadãos conspicuos, que nas lettras, nas armas, na religião, nas artes e na politica sustentam com galhardia a honra do nosso nome, protestando pela acção e pela palavra contra a supposta fallencia da alma nacional (*palmas*).

Não. A nacionalidade brasileira não falliu. Patria muito amada! Nas difficuldades e agruras que ensombram esta hora (e as houve mais ou menos em todos os tempos), seja este clamor de protesto um como raio de confôrto e de esperança a illuminar-te o caminho da gloria, que, não está olvidado, que não está perdido». (*Calorosos applausos. A assistencia de pé renova varias vezes os applausos.*)

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) agradece a presença de s. exa. o sr. ministro do Interior, a do representante do exmo. sr. presidente da Republica, tornando extensivo seu agradecimento aos convidados que se dignaram comparecer, e em seguida levanta a sessão ás 22 1|2 horas.

— Os Srs. presidente e secretario perpetuo receberam os telegrammas seguintes:

Do Pará (*The Western Telegraph Company, Limited*) — Conde Affonso Celso — Instituto Historico — Rio — Tenho grande prazer em accompanhar a justa commemoração do septuagesimo septimo anniversario da fundação do Instituto Historico. Na pessoa illustre do seu digno presidente, saúdo a douta e brilhante associação. — *Manoel Barata.*

Urbano — Conde de Affonso Celso — Instituto Historico — Não podendo comparecer, envio ao eminente presidente do Instituto Historico sinceras congratulações pelo 77° anniversario da utilissima instituição, que tão grandes serviços tem prestado ao nosso paiz. — *José Bonifacio.*

Urbano — Max Fleiuss — Instituto Historico e Geographico — Impedido, pela conferencia na Cathedral, não posso comparecer á sessão magna do Instituto. — *Cardeal Arcoverde.*

Urbano — Exmo. conde de Affonso Celso, presidente do Instituto Historico — Congratulações Sociedade Geographia data anniversaria glorioso Instituto Historico. — *José Boiteux,* secretario geral.

— Estiveram presentes á sessão, entre muitos outros, os srs. dr. Helio Lobo, pelo presidente da Republica; Julio

Barbosa, pelo dr. Urbano Santos, vice-presidente da Republica; dr. Carlos Maximiliano, ministro do Interior; Antonio da Silva Couto, dr. João C. da Rocha Cabral, drs. José Arthur Boiteux e Lucas Boiteux, Claudio Salles Gomes, dr. Olympio da Fonseca, representante da Academia de Medicina; capitão Miguel de Castro Ayres, representante do general Olympio Abogar de Oliveira, dr. Lacerda, dr. Francisco de Góes, dr. Luiz Rodolfo Cavalcante de Albuquerque Filho, Adolfo C. de Mendonça, J. Baptista da Costa, director da Eschola de Bellas Artes; Ruben Gonçalves Barata, Paulo de Gardenia, *Gazeta de Noticias*; tenente-coronel João A. da Costa, assistente militar do ministro do Interior; dr. Alfredo Balthazar da Silveira, dr. Sergio Barreto, pelo ministro da Viação; dr. Antonio Pizarro de Moraes, João de Souza Laurindo, *Correio da Manhã*; dr. Gabriel Osorio Mascarenhas, dr. Araujo Vianna, Manuel Coelho Rodrigues, pelo dr. Lauro Müller, ministro do Exterior; 1º tenente C. Taylor, pelo ministro da Marinha; Arinos Pimentel, *Jornal do Brasil*; 1º tenente Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, dr. Mario Bulhão, pelo prefeito do Districto Federal; Victor Vianna.

— Excusaram-se de comparecer, por justos motivos, os socios drs. Homero Baptista, Tavares de Lyra, Edgard Roquette Pinto, Gastão Ruch, commendador Arthur Guimarães e dr. Miguel Calmon.

— Após a sessão, o sr. dr. Carlos Maximiliano, ministro do Interior, percorreu, rapidamente, accompanhado dos senhores presidente e secretario perpetuo, as diversas secções do Instituto, recebendo agradavel impressão e promettendo renovar a visita, mais demorada.

DR. PEDRO SOUTO MAIOR,
Servindo de 2º secretario.

ASSEMBLÉA GERAL EM 15 DE DEZEMBRO DE 1915

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso (presidente) e dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva (1º vice-presidente)

A's 21 horas, presentes os socios: srs. conde de Affonso Celso, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, Max Fleiuss, dr. Edgard Roquette Pinto, dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, dr. Homero Baptista, almirante Arthur Indio do Brasil, dr. Manuel Alvaro de Sousa Sá Vianna, almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, dr. Arthur Pinto da Rocha, dr. Antonio Fernandes Figueira, dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, general dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, dr. Alfredo Rocha, dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, dr. Pedro Souto Maior, dr. Alfredo Valladão, Antonio de Barros Ramalho Ortigão, coronel Jesuino da Silva Mello, conde de Leopoldina e Eduardo Marques Peixoto, abre-se a sessão de assembléa geral.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) diz que o fim da assembléa era o previsto nos Estatutos: — a eleição da directoria e das commissões permanentes para o biennio de 1916 a 1917.

Para escrutinadores nomêa os srs. drs. Alfredo Rocha, Alfredo Valladão e Roquette Pinto. Antes, porém, propõe um voto de pezar pelo fallecimento dos illustres consocios drs. Orville Adalbert Derby e Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho.

Antes tambem de mandar proceder á referida eleição submette á consideração da casa a proposta que pelo numero de assignaturas pode considerar approvada:

— « De conformidade com os Estatutos e em reconhecimento aos relevantes serviços já prestados ao Instituto, temos a honra de propor para presidente honorario do mesmo Instituto o sr. dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes, egregio presidente da Republica.

Rio de Janeiro, sala das sessões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em 15 de Dezembro de 1915. —

Conde de Affonso Celso. — Antonio Ferreira de Sousa Pitanga. — Manuel Cicero Peregrino da Silva. — Pedro Lessa. — Sá Vianna. — Ramalho Ortigão. — Fleiuss. — Miguel J. C. — de Carvalho. — Eduardo Marques Peixoto. — A. do Brasil. — M. Calmon. — Alfredo Valladão. — Jesuino da Silva Mello. — Dr. *Pedro Souto Maior. — Sebastião Galvão. — Thaumaturgo de Azevedo. — Conde de Leopoldina. — Alfredo Rocha. — Homero Baptista. — A. C. Gomes Pereira. — A. Pinto da Rocha. — Roquette Pinto.* »

A' vista de taes assignaturas o Sr. Conde de Affonso Celso proclama presidente honorario do Instituto o Sr. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes.

Em seguida manda recolher as cedulas, observando que nos termos dos Estatutos os votos devem ser manifestados em duas cedulas, uma contendo os nomes dos membros da directoria, outra os das commissões permanentes.

São recolhidas vinte e tres cedulas que apuradas dão o seguinte resultado:

Presidente, conde de Affonso Celso, 22 votos (reeleito); dr. Ramiz Galvão, 1 voto; 1º vice-presidente, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, 22 votos (reeleito); dr. Pedro Lessa, 1 voto; 2º vice-presidente, barão Homem de Mello, 23 votos (reeleito); 3º vice-presidente, desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, 22 votos (reeleito); general dr. Thamaturgo de Azevedo, 1 voto; 2º secretario, dr. Edgard Roquette Pinto, 22 votos (reeleito); dr. Miguel Calmon, 1 voto; thesoureiro, commendador Arthur Ferreira Machado Guimarães, 23 votos (reeleito); orador, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, 23 votos (reeleito).

O Sr. Presidente proclama os eleitos, salientando que todos já servem, ha annos, nos mesmos cargos.

Apuradas as cedulas para as commissões parmanentes são reeleitas todas ellas.

Commissões Permanentes — Fundos e Orçamento — Dr. Clovis Bevilaqua, dr. Enéas Galvão, dr. Alfredo Rocha, coronel Jesuino da Silva Mello e dr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes.

Historia — Dr. Clovis Bevilaqua, dr. Pedro Augusto

Carneiro Lessa, dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro, dr. Luiz Gastão d'Escragnolle Doria e dr. Alfredo Valladão.

Geographia — Barão Homem de Mello, general dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, dr. Americo dos Santos e dr. Gastão Ruch.

Archeologia e Ethnographia — Desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, major dr. Liberato Bittencourt, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, dr. José Pereira Rego Filho e dr. Edgard Roquette Pinto.

Estatutos — Max Fleiuss, dr. Helio Lobo, José Felix Alves Pacheco, dr. Norival Soares de Freitas e dr. Eurico de Góes.

Admissão de Socios — Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, barão de Alencar, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho e dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires.

Pede depois a palavra o SR. DR. ARTHUR PINTO DA ROCHA, que lê a seguinte indicação:

— «Considerando que os precedentes desta Casa estabeleceram a distincção de se conceder a perpetuidade no cargo de presidente e nella investiram, com a maior justiça, os nomes dos seus grandes benemeritos visconde de S. Leopoldo, marquez de Sapucahi e barão do Rio Branco;

considerando que, eleito presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro pelo voto da Assembléa Geral, depois da grande perda nacional do saudoso demarcador do territorio brasileiro, o sr. conde de Affonso Celso ha quatro annos se acha no exercicio do cargo, tendo sido reeleito em 1913, o que demonstra a alevantada estima dos seus consocios e o reconhecimento da proficuidade dos seus serviços;

considerando ainda que, não obstante a relativa exiguidade do prazo decorrido desde o desapparecimento do ultimo presidente perpetuo, o actual presidente desta Casa não tem menor lista de serviços do que os seus illustres antecessores;

considerando que com o elevado criterio que o characteriza, com a energia da sua acção e com a dedicação do seu espirito, o Instituto lhe deve o grau de prosperidade em

que hoje se encontra, respeitado e distinguido como nunca o foi mais;

considerando que já é trabalho de sua administração fecunda a construcção deste predio e a installação do Instituto na séde definitiva;

considerando que á exemplar iniciativa do seu actual presidente deve o Instituto a magnifica organização dos seus serviços, de modo a corresponder seguramente á vastidão dos seus fins;

considerando que a superioridade de sua intelligencia, da sua cultura e do seu amor á Patria se deve a convocação do Primeiro Congresso de Historia do Brasil, serviço de tão grande relevancia que despertou em todo o territorio nacional as mais vivas manifestações de enthusiasmo e permittiu em tôrno do Instituto a reunião dos melhores e dos mais fortes espiritos do Brasil intellectual, além dos incalculaveis resultados para o estudo de muitos problemas da nossa Historia que ficaram definitivamente resolvidos, escoimada essa de erros, lendas, ficções e falsidades que a enfeiavam e prejudicavam;

considerando que ao seu amor pelo Instituto e pela Historia Patria se deve ainda a realização da série brilhante de cursos e conferencias celebradas nestas salas sôbre variados assumptos por homens de comprovada competencia, á excepção apenas daquelle que tem a honra de fallar neste momento;

considerando mais que s. ex. não descansou á sombra dos louros colhidos e, tomando a iniciativa de convocar o grande Congresso de Historia Geral da America a reunir-se em 1922 para solennizar o centenario da Independencia do Brasil, já lhe deu impulso tal, que conseguiu despertar verdadeiro enthusiasmo por toda a parte, sendo já possivel calcular o successo não só moral, litterario e scientifico para o Instituto, mas altamente politico para o Brasil, na accepção elevada deste termo, sob o poncto de vista das relações internacionaes americanas;

considerando ainda que á attitude do seu espirito deve mais o Instituto a iniciativa, rasgadamente liberal e culta, da creação da Eschola de Altos Estudos, cujos trabalhos de

organização foram confiados a um conjuncto de membros desta Casa, sob a presidencia do eminente sr. dr. Ramiz Galvão, idéa promissora, felicissima e nobre que vem dar ao Instituto um brilho novo, levantando ainda mais o conceito que já o enaltece;

considerando tambem que antes de ter sido elevado ao cargo de presidente, que tanto ha illustrado e honrado, s. ex. exerceu com zêlo indiscutivel as funcções de orador, no qual prestou serviços inexqueciveis, com eloquencia fluentissima e attica, ainda hoje lembrada com saudade, felizmente compensada por uma outra palavra de atticismo egualmente encantador;

considerando finalmente que é, não só de conveniencia e utilidade, mas até mesmo necessario não quebrar, antes fortalecer a continuidade de uma acção que vem assim fructificando e alargando a area das conquistas e da benemerencia que formam o patrimonio moral do Instituto Historico, para que elle alcance o centenario da sua fundação, attingindo o apogeu da sua gloria, e tambem que se conserve á sua frente uma das mais bellas figuras representativas do nosso tempo, da nossa sociedade e do nosso meio intellectual, nome integro, character sem jaça, grande coração e talento de forte envergadura, dando aos velhos laureis do Instituto a gloria da sua propria individualidade, e attendendo aos immensos, brilhantes e relevantissimos serviços prestados a esta Casa durante tantos annos consecutivos, quer como orador de primorosa eloquencia, quer como presidente de indiscutivel dedicação:

a Assembléa Geral resolve proclamar presidente perpetuo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o actual presidente effectivo sr. conde de Affonso Celso, a cujo espirito confia os destinos desta instituição.

Sala das Sessões, 15 de Dezembro de 1915. — *Arthur Pinto da Rocha.*»

O Sr. Conde de Affonso Celso agradece penhoradissimo a sua reeleição e, tendo em vista a proposta que acaba de ser apresentada, pede licença para retirar-se do recincto, passando a presidencia ao illustre primeiro vice-presidente, sr. dr. Manuel Cicero.

Assume a presidencia o SR. DR. MANUEL CICERO, que submette á discussão a proposta.

OS SRS. DR. SÁ VIANNA E GENERAL THAUMATURGO DE AZEVEDO pedem a palavra e propõem o encerramento da discussão, suggerindo a idéa de ser a indicação do sr. dr. Pinto da Rocha assignada pelos socios presentes.

A indicação é logo depois assignada pelos srs. A. C. Gomes Pereira, Homero Baptista, Alfredo Rocha, Pedro Souto Maior, Sebastião de Vasconcellos Galvão, Thaumaturgo de Azevedo, C. de Leopoldina, Fernandes Figueira, A. Indio do Brasil, Sá Vianna, Pedro Lessa, A. F. de Sousa Pitanga, E. Marques Peixoto, Miguel de Carvalho, Jesuino da Silva Mello, Alfredo Valladão, M. Calmon, Ramalho Ortigão, Manuel Cicero, Roquette Pinto e Fleiuss.

O SR. DR. MANUEL CICERO (*1º vice-presidente servindo de presidente*) considera approvada a proposta e proclama o sr. conde de Affonso Celso — presidente perpetuo do Instituto, convidando os srs. Pedro Lessa, Thaumaturgo, Indio do Brasil, Alfredo Rocha, Miguel Calmon e Sá Vianna para introduzirem no recincto o sr. conde de Affonso Celso.

(*Dá entrada no recincto, sendo vivamente applaudido, o sr. conde de Affonso Celso.*)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*reassumindo a presidencia*) diz o seguinte:

«E' realmente, meus caros consocios, extraordinaria, inexcedivel, infinita a vossa generosidade para commigo; mas, em compensação, acreditae-me, é tambem illimitado o meu reconhecimento para convosco e irrestricta, absoluta, a minha dedicação ao Instituto. Com todas as veras do coração enternecido, reitero os protestos de minha gratidão e as seguranças de que procurarei corresponder á vossa alta confiança, conscio das immensas responsabilidades que dahi me advêm. Si a perpetuidade no exercicio dos cargos fosse o assignalamento dos meritos e serviços, todos os meus nobres companheiros de Mesa mereceriam essa distincção. O Instituto, porém, costuma observar regras tradicionaes, como, por exemlo, a da antiguidade; e ha membros da Mesa que têm a desvantagem, ou melhor a vantagem, de ser ainda muito moços. Um nome, porém, impõe-se á consideração

especial — o dr. Ramiz Galvão. (*Applausos.*) E' um dos mais antigos consocios, o terceiro, creio, da lista; é um dos raros socios benemeritos; é o zeloso redactor da *Revista*. Ha quatro annos occupa com brilhantissimo relêvo o difficil cargo de orador, que já, dignamente, outr'ora exerceu.

Foi figura primacial do Congresso de Historia; está organizando o destinado a commemorar a Independencia da Patria e elaborando a reconstituição da Eschola de Altos Estudos. Numerosos e excepcionaes são os seus serviços ao Instituto, que o considera um de seus vultos verdadeiramente conspicuos. Si quereis manifestar ainda uma vez a vossa magnanimidade para commigo, e, ao mesmo tempo, practicar um acto de estricta justiça, approvae por acclamação esta proposta — O Instituto nomêa seu orador perpetuo, honraria ainda até hoje a ninguem concedida, o sr. dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão. (*Palmas e applausos prolongados.*)

A' vista das demonstrações da assembléa, o SR. PRESIDENTE declara unanimemente acceita a proposta e proclama orador perpetuo do Instituto o sr. dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão.

Levanta-se em seguida a sessão, ás 10 horas da noite. — FLEIUSS, *1º secretario perpetuo do Instituto.*

BIBLIOGRAPHIA

BIBLIOGRAPHIA

Iniciada esta secção de nossa *Revista* pelo nosso querido e inexquecivel auxiliar sr. Luis Leitão, que, na 2ª parte do tomo LXXII, analysou o valioso trabalho do sr. Oliveira Lima sôbre *D. João VI no Brasil* e o substancioso Relatorio do então capitão de fragata sr. Antonio Coutinho Gomes Pereira sôbre a *Viagem de circumnavegação do navio-eschola «Benjamin Constant» em 1908*, — foi continuada no tomo LXXIII, no qual ainda saíram a lume apreciações sôbre a interessante *Chronica do tempo dos Philippes* do sr. Affonso d'Escragnolle Taunay, sôbre a curiosa monographia, em que o sr. Alipio Gama tractou das *Manifestações vulcanicas no Brasil*, e outras.

Resolvendo a direcção da *Revista* reencetar agora a resenha bibliographica das várias obras offerecidas a este Instituto, não só para manifestar melhor o seu agradecimento a taes gentilezas, como tambem para salientar a justa valia das producções intellectuaes, com que somos frequentemente distinguidos, — cumprimos, entretanto, o dever de prevenir os nossos leitores de que sómente nos occuparemos dos escriptos condizentes com os fins basicos do nosso gremio, isto é, com os que encerrarem materia historica, geographica ou ethnographica.

E esperamos que a secção ora reinstaurada não mais soffra solução de continuidade.

J. P. Calogeras. — *Rio Branco e a politica exterior* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916, 59 págs.).

Não é facil traçar em poucas páginas os contornos moraes e a synthese da acção politica do preclaro homem de Estado, cuja figura gigantesca teve em nossa Historia um predominio singular, projectando-se tambem vigorosa na alta diplomacia do universo cultural.

Não é facil deixar bem nitidos os lineamentos das empresas titanicas de definição dos nossos lindes e de alicerçamento da paz americana, devidas ao excelso Brasileiro, que foi, acima de tudo, um patriota ardente, abnegado, desambicioso e exclarecido, assim como um infatigavel e sapientissimo cultor das nossas tradições.

Pois o sr. Calogeras, na monographia que elaborou em 1913 no remanso bucolico de Caeté e só este anno entregue á lettra de fôrma, logrou superiormente vencer os obstaculos da elevada tarefa, a que se abalançou.

Accentuando embora o quanto o integrador de nossas fronteiras deveu ao influxo do genitor, fôra, todavia, para desejar que o A. não se deslembrasse de dizer que o Brasil teve no visconde do Rio-Branco um dos estadistas mais completos e mais bem orientados, depois do incomparavel patriarcha da Independencia.

Poz, entretanto, em evidencia como o joven Silva Paranhos se educou sob a vigilancia materna, como se preparou na eschola do civismo paterno para a sua futura e grandiosa missão, como enfim, depois de ter tido amplo tirocinio na Politica e no Jornalismo, consagrou seus lazeres, já na funcção de consul, ao farto armazenamento de informações historicas, geographicas e economicas, que tanto lhe serviram para as victorias das Missões e do Amapá e para o admiravel esbôço da Historia do Brasil, só equiparavel ao trabalho congenere do emerito Capistrano de Abreu, na edição do Centro Industrial.

Uma das feições mais interessantes do opusculo do sr. Calogeras é a que diz respeito ao visconde de Cabo-Frio. Até agora ninguem se havia animado a dizer a verdade sôbre a rotineira empolgação, que o velho e respeitavel Joaquim Thomaz do Amaral exercia sôbre todos os titulares da pasta dos Negocios Exteriores. E o A. faz justiça a Carlos de Carvalho e a Rio-Branco, deixando entrever a lucta de ambos, notadamente do grande chanceller, para se desvincilharem das garras retrogradas do venerando ancião.

São curiosissimas as páginas que o sr. Calogeras dedica á apreciação do como Rio-Branco intervinha no periodismo indigena, do como encarava as nossas cousas militares e do como pessoalmente combatia a nossa «illusão graphica», — denominação feliz do phenomeno de deficiencia mental, tão commum no Brasil, onde em geral se acredita solvido um problema, desde que se tornou objecto de um tractado, de um regulamento ou de uma lei.

Ao pôr em fóco quanto o barão do Rio-Branco se distinguiu como conductor de homens, fez-nos opportunas revelações sôbre o methodo de trabalho que peculiarizava o incansavel estadista, a quem deveu a nossa Patria, em dezesete annos, de 1892 a 1909, a solução de «todos os problemas da linha divisoria, que vinham debatidos, a bem dizer, desde as bullas de Alexandre VI e o tractado de Tordesillas, em 1494».

Depois de referir que tambem a assombrosa clarividencia do inexcedivel chanceller nos dotou com vinte e nove pactos de arbitramento celebrados de 1909 a 1911, para o systema de congraçamento americano, que já teve no A. B. C. um dos seus mais primorosos fructos, e depois de recensear, em periodos transudadores de prdfundo e exhaustivo estudo, os resultados da acção efficiente de

Rio-Branco em nossa politica interna e principalmente na politica exterior, o sr. Calogeras assim conclue, muito apropositadamente applicando ao immortal patriota o lindo e conceituoso pensamento de Vauvenargues: — «Em sua edade madura, realizára o seu sonho de mocidade: engrandecer o Brasil».

Dentre os muitos escriptos que têm apparecido sôbre a inclita personalidade do definidor do territorio nacional, não sabemos de nenhum que eguale ao do sr. Calogeras, quanto ao cabal, vigoroso e profundo da analyse, em tão limitado numero de páginas.

E' trabalho que se lê com summo prazer, e não pequeno proveito, o saido agora da mesma penna probidosa e idonea, a cuja lavra pertence o magistral parecer intitulado *As Minas do Brasil e sua legislação*.

O nome de Rio-Branco é muito e mui legitimamente querido neste Instituto, que se ufana de tê-lo tido como presidente, e presidente que nunca se descuidou do posto, donde mais de uma vez se fez ouvir a sua voz, repercutindo energicamente nos mais elevados circulos diplomaticos do mundo.

Assim, foi para nós motivo de sincero regosijo o vêr tão carinhosamente e tão alcandoradamente tractada a figura do excelso patriota pelo hoje titular da pasta da Fazenda, espirito affeito ás indagações do nosso passado e sempre disposto a servir a causa do Brasil.

Rio-Branco e a politica exterior é escripto destinado a abrir sulco em nossa pobre litteratura historico-politica, pois do grande chanceller e de sua acção *extra-muros* da Patria não se póde dizer mais nem melhor do que o fez o sr. Calogeras.

Manuel Barata.— *A antiga producção e exportação do Pará*, estudo historico-economico, prefaciado pelo Dr. Vieira Fazenda (Belém do Pará, typ. da Livraria Gillet, de Torres & Comp., 1915, 47 págs.).

Já o venerando bibliothecario do Instituto, sr. Vieira Fazenda, aquilatou devidamente, com a reconhecida competencia que o distingue, a summa valia deste trabalho do eminente Paraense sr. Manuel Barata, que com tanto brilho representou o seu Estado natal na camara alta da União e é um dos nossos mais illustres consocios e mais devotados ao estudo das tradições patrias.

Pouco, portanto, é o que nos cabe dizer do opusculo ora enquadrado nesta rapida resenha bibliographica.

Alliando admiravelmente os dados historicos e as informações economicas, colhidas nas fontes mais fidedignas, conseguiu o A.,

em curtos, mas substanciosos capitulos, tractar das materias seguintes: — no I, da exportação dos productos paraenses coetaneos (cacau, arroz, café, algodão), desde 1773 até 1818; no II, da cultura do cacau (*caá-caá-úa* dos indios), iniciada em 1678; no III, da fabricação do chocolate, começada em 1687; no IV, do aproveitamento do arroz silvestre ou vermelho (*auatii* dos tupis) e plantação do arroz branco (da Carolina), encetada em 1772; no V, o mais interessante de todos, da introducção do café, em 1727, e do desenvolvimento da lavoura e commercio respectivos; no VI, do algodão (*amaniú* dos indigenas); no VII, da canna de assucar, sendo de notar que já havia engenhos hollandezes no Pará antes de 1616 e que foi montado em 1634, nas circunvizinhanças de Belém, o de Feliciano Coelho, datando de 1797 a vinda da canna de Caiena; no VIII, da canela (*ibirá-petai* dos tupis); no IX, dos valores da exportação dos varios productos acima citados, durante a maior parte do seculo XIX, assignalando que a cultura do café estava de todo extincta em 1870; no X, da industria extractiva da borracha e do influxo desta no abandono de outros generos em exploração; e no XI, finalmente, da pecuaria, observando que o primeiro gado vaccum veio de Cabo-Verde para Belém em 1644, estabelecendo-se em 1680 as primeiras estancias na ilha de Joanes (nome que vem, não do latim, mas dos indios *Iauanas*), hoje Marajó, que é o mais importante centro de creação bovina do Pará.

O sr. Manuel Barata põe por terra a versão, propalada pelo bispo d. fr. João de S. José de Queiroz e repetida por todos os nossos bons historiadores, de que o café, introduzido no Pará em 1727, resultara de algumas sementes offerecidas a Francisco de Mello Palheta pela galante esposa do então governador de Caiena, Claude d'Orvilliers; — prova, documentadamente, que este lançára um bando prohibindo a venda da rubiacea aos Portuguezes, apesar do que logrou Palheta adquirir «mil e tantas fructas e cinco plantas», origem modesta da hoje mais portentosa riqueza do Brasil.

Mas não é só proveitosa licção de Historia o que nos proporciona o inestimavel livrinho do sr. Manuel Barata: — é tambem, e principalmente, elevado doutrinamento economico.

Sobretudo na angustiosa quadra de agora, em que nossa Patria, dantes tão próspera e florescente, anda a debater-se em tremenda crise financeira, achando-se egualmente em precarias condições pecuniarias o outróra tão opulento Estado septentrional, — não devem cair em olvido os sabios conselhos, com que o colendo patriota remata o seu opportuno e criteriosissimo trabalho.

Ei-los:

«Restabeleçamos, melhoremos e desenvolvamos a industria pecuaria. O Pará póde bastar a si mesmo. Do que produzir para o consumo interno, muito lhe sobrará para a exportação e permuta commercial. As suas ferteis terras lavradias podem dar com profusão, como já deram, o café, o assucar, o algodão, o arroz e todos

os mais cereaes, as várias e excellentes fructas, como a laranja, a banana e o ananá; as suas matas opulentas, a materia-prima para as industrias manufactureiras; os seus extensos campos naturaes de criação, a carne verde, o xarque e os lacticinios. Libertemo-nos do fetichismo da borracha. Trabalhemos. Trabalhemos na cultura da terra e na exploração de outras fontes de riqueza, que não nos faltam, e que ahi se estão offerecendo á nossa actividade productora. Levantemos das ruinas a nossa prosperidade.»

Essas palavras, endereçadas especialmente ao Pará, podem, com ligeiras modificações, ser applicadas a todo o Brasil.

A salvação da nossa privilegiada terra está, — não ha quem seriamente o ouse contestar, — no aproveitamento intelligente de sua inexcedivel uberdade e na cata de suas riquezas latentes.

As luzes da Historia demonstram-n-o á saciedade, qual se vê do interessante e opportuno opusculo do sr. Manuel Barata.

Manuel Barata. — *A jornada de Francisco Caldeira de Castello Branco. Fundação da cidade de Belém*, estudo critico-historico. Nova edição (Belém do Pará, typ. da Livraria Gillet, de Torres & Comp., 1916, 60 págs.).

Afim de contribuir para a commemoração do tricentenario da fundação de Belém, aprouve ao preclaro Paraense sr. Manuel Barata refundir um seu antigo escripto, dado á estampa em 1904: — tal é a origem do interessantissimo folheto, ora sujeito á nossa analyse.

Interessantissimo, em verdade, não só pela copiosa documentação que o lardeia, como ainda pelas notas dilucidativas e pelo superior senso critico em todo elle revelado.

Confessa o A., com patente tristeza, que não logrou precisar o dia em que a gente lusitana, enviada de S. Luiz do Maranhão por Alexandre de Moura, pisou as margens da bahia do Guajará; mas acredita, com toda a plausibilidade, que o notavel acontecimento occorreu em fins de Janeiro de 1616. Quanto á partida da esquadrilha, deixa elle plenamente evidenciado que se deu a 25 de Dezembro de 1615, de modo que a esta data foi que se ligou o nome da povoação, primeiro «Presepio» e depois «Belém».

Passa o A. em revista todos os historiadores e chronistas, que tractaram do inicio da capital paraense, apreciando-lhes os relatos com a nitidez de visão e a perspicacia apurada de um profundo competente, que é.

O que ainda mais valoriza o opusculo do sr. Manuel Barata é o não se haver elle exquecido de nenhum dos compartes famosos da célebre expedição de Francisco Caldeira de Castello-Branco. Assim,

além das notas biographicas a este referentes, consagra capitulos especiaes: — ao capitão de infantaria André Pereira Themudo, que morreu depois gloriosamente em Olinda, a 16 de Fevereiro de 1639, combatendo espartanamente contra os soldados de Diederik van Waerdenburch; a Pedro Teixeira, que, fóra outros feitos de bravura, se immortalizou mais tarde, em 1637-1639, renovando a jornada de Orellana em sentido inverso, como tambem descendo o rio-mar; e ao piloto-mór Antonio Vicente Cochado, do qual existe em a nossa Bibliotheca Nacional curiosa *Descripção dos rios Pará, Curupá e Amazonas, descoberto e sondado por mandado de Sua Magestade.*

Pelo que acabamos de expôr, vê-se que esta producção do culto espirito do sr. Manuel Barata em nada desmereceu das outras que se lhe devem, pois veio muito opportunamente trazer novos exclarecimentos á Historia, ainda em estado obscuro, da conquista de nossa terra para a civilização.

João v. Franckenberg. — *Historia do Brasil, por perguntas e respostas* (Selbach & Comp., Porto-Alegre, 1916, 132 págs.).

Como se infere do prefacio, é esta uma obrinha didactica, editada pela primeira vez em 1883 e successivamente modificada, até á adopção final do methodo socratico.

Parece que esse compendiosinho anda muito em voga no Rio Grande do Sul, por mãos de discentes e docentes.

Pois é pena.

Pullulam nelle os erros de Historia em quantidade não inferior aos solecismos e barbarismos.

Logo á pág. 3, o A., que, apesar de *von Franckenberg*, isto é, legitimo fidalgo germanico, mostra ignorar a classificação ethnographica dos fetichistas brasileiros, devida a *von den Steinen*, inclue os Goitacazes e os Guaicurús entre os Tapuias, ao mesmo tempo que grapha «tupimambás» e fala em «moradias» dos indios.

Nada sabe quanto á falsidade da carta de 19 de Julho de 1501, dirigida por d. Manuel I aos seus sógros, sôbre o descobrimento do Brasil (pág. 4), pouco depois de affirmar que os nossos selvicolas usavam «*clave*, feita de pau durissimo e pesado». Não admira, pois, que entre os nossos aborigenes houvesse «musica de pancadaria».

Ainda acceita para «Caramurú», além da inverosimil lenda concomitante, o significado de «homem do trovão», desconhecendo, assim, o parecer do doutissimo Theodoro Sampaio, segundo o qual aquelle agnome tupico equivale a «homem molhado».

A' pág. 8, inquire: — Que sorte *levou* a capitania dos Ilhéus?», empregando o mesmo verbo na pergunta seguinte.

A' pág. 22, ao referir que o Estado do Maranhão fôra creado em 1621, assevera que a metropole addicionou áquella nova circunscripção a capitania do Cabo do Norte, quando esta só teve existencia legal a 14 de Junho de *1637*. E logo adeante (pág. 26) transforma o bravo almirante Oquendo em *Oquende*...

Mas, para não augmentarmos consideravel e fastidiosamente o rol das erronias deste livrinho, — limitamo-nos a encerrar a lista, já não pequena, com os assertos de págs. 36-38. Ahi, não só o A. inventa um bandeirante até hoje desconhecido dos historiadores e dos linhagistas, «Fernando Garcia Rodrigues»; não só admitte um «rio das Traições», até ao presente ignorado dos geographos patrios e alienigenas, como ainda acredita que a denominação de «rio das Mortes» provém da lucta entre Paulistas e «Emboabas» (não em *1708*, como elle diz, mas em Fevereiro de 1709), quando o certo é que aquelle curso de agua já era assim chamado desde 1702 pelo menos; e, para coroar essa série de dislates, assegura que o districto das Minas recebeu «um administrador particular em 1700» (quem? José Vaz Pinto, superintendente geral, só foi nomeado em *1702*), e no anno de *1720* foi elevado a capitania, como si já não o houvesse sido em *1709*, com a denominação official de «Capitania de S. Paulo e Minas do Ouro».

Pelo que acabamos de lealmente expôr, — vê-se que o compendio do sr. João v. Franckenberg, quer quanto á materia historica, quer quanto á correcção da linguagem, está longe do antigo e excellente livrinho de Lacerda.

Para que a puericia sul-riograndense se não vicie no vernaculo e não aprenda mal os factos da evolução patria, — preciso é que se condemne a um inexoravel auto-de-fé a *Historia do Brasil por perguntas e respostas* do sr. João v. Franckenberg.

E' um verdadeiro attentado aos nossos fóros de cultura a adopção de livros de tal jaez nas escholas brasileiras, — sabido como é que a lingua e as tradições constituem os vinculos mais pujantes e mais bellos da nacionalidade, e que o escorreito daquella e a authenticidade destas formam o dever primordial dos povos progressivos, dos povos que desejam viver longa e brilhantemente na Historia.

Affonso Costa. — *As minas de prata de Roberio Dias, á luz da critica moderna* (Bahia, Livraria Economica, 1915, 100 págs.).

Tracta-se de um trabalho apresentado ao 4° Congresso de Geographia, realizado no Recife em 1915.

Não ha nesta «memoria» a menor novidade, quer no ponto de vista historico, quer no ponto de vista geographico.

Com effeito, o A., que se jacta de ter perlustrado os sertões por onde andou oito annos o caçador das minas de prata, não corrigiu as identificações do roteiro feitas pelos historiadores patricios, nem apresentou idéas suas a esse proposito. E, si teve por intuito capital o evidenciar que foi o pae de Roberio Dias, não este, o auctor das façanhas attribuidas pelo gongorico escriptor da *America Portugueza* ao bastardo da india do Gerú, — bastava-lhe tão sómente reproduzir os documentos, que o erudito Capistrano de Abreu pacientemente colhera no *Index de varias noticias pertencentes ao estado do Brasil, e do que n'elle obrou o conde de Sabugoza no tempo do seu governo* (manuscripto existente no archivo deste Instituto, onde tem o n. 346), e publicára na *Revista da Secção da Sociedade de Geographia de Lisboa no Brasil*, numeros de Septembro e Outubro de 1885.

Queremos crer que o sr. Affonso Costa nem se deu ao afã imprescindivel de compulsar os elementos probantes do assumpto escolhido para as suas lucubrações.

Assim é que, á pág. 63, affirma, que no texto, que Melchior Dias Moreya partiu para a côrte hispanhola em *1604*, a impetrar do soberano ajudas e mercês a trôco das jazidas do metal branco, ao passo que admitte, em nota, «supposições *veridicas* de que esta viagem se realizára por *1605*». Entretanto, basta lêr a carta de Melchior ao duque de Lerma, datada de 9 de Julho de 1614, para se saber ao certo quando foi a jornada do sertanista á metropole e quanto tempo por lá se demorou. Si elle proprio diz alli: — «Achandome nessa Corte a Seiz annos em que nella gastey quatro», — a unica illação possivel e plausivel é que o neto do Caramurú esteve em Madrid de 1608 a 1612. Logo não podia tambem estar de retôrno aos penates em 1609, como nos assegura o A., á pág. 65.

Acredita o sr. Affonso Costa que a ultima *entrada* de Melchior, em companhia de d. Luiz de Sousa, se effectuou em *1620*. Mas um documento estampado nesta *Revista* (LXIII, p. 1ª, 9-10) deixa entrever que aquelle facto occorreu em 1618, porquanto a outra cousa não se póde referir o depoimento de Salvador Correia de Sá e Benevides.

Como exemplo de enganos deploraveis da monographia do sr. Affonso Costa, é sufficiente apontarmos o da pág. 38, em que vem Antonio *Carlos* de Barros, em vez de Antonio *Cardoso* de Barros, que não foi só provedor da fazenda no govêrno de Thomé de Sousa, mas figura ainda em nossa Historia como donatario da capitania do Ceará, embora não houvesse dado siquér um passo para lavrar aquellas terras de sol.

Eis um trecho do parecer emittido pela commissão do mencionado Congresso de Geographia sôbre a «memoria» do sr. Affonso Costa: — «A phrase do auctor, tersa e castigada, exalça-se em rebuscamento, de tal modo prolixa, que, muita vez, a quem a deletreia com desejo apressado de attingir ao fim da producção scientifica,

pelo interesse que a curiosidade provoca e alimenta, prende o labyrintho de uma intricada, pomposa e luxuriante linguagem, impropria em documentos desse porte...».

Estamos de accôrdo com esse juizo, excepto quanto á qualificação de *tersa*, mimoseada á linguagem do sr. Affonso Costa. Não merece tal epitheto generoso quem escreve: — «*por* vós de todo *in*cognitas» (pág. 15), «para *se os* transformar» (pág. 19), «*a* lhe cingir» (pág. 20), «lá *por as* terras» (pág. 24), «que o rivalizavam *aos* mais poderosos» (pág. 27), «opiniões dos que *lhes* antecederam na descripção» (pág. 31), «*por Ca*ramurú» (pág. 52), «viagem de annos *se fazendo*» (pág. 60), «os historiadores *tratantes* de Belchior» (pág. 61), «o regresso á *moradia*» (pág. 92); ou quem commette cacographias como estas: — *estractos* de ouro colmavam» (pág. 12), «*detrictos*» (pág. 22), «*matolotagem*» (pág. 50), «*gorpiaras*» (pág. 52).

Agora, como prova do *preciosismo* que characteriza a monographia do sr. Affonso Costa, formemos um pequeno rol dos vocabulos do seu uso, alguns empregados como verdadeiros bordões. Substantivos: *reconquistação, avisinhação, desertão, cantigão* (?), *evitação, premiação, curação* (de *curar*), *forjamento, orgulhecimento, extinguimento, limitamento, acuro, indago, inspiro, accorro, penetra, galaneio, cartairo, jacencia* (por *jazida*), *biblioterio, tenebria, peregrinagem* e *aurifice* (por *ourives*); adjectivos: *nozio, velante, maturoso, intemeroso, inveraz, imigo, pecorico* (por *pecuario*); verbos: *empresar, ambientar, litigiar, desmoçar, sentinellar, transmigar, derrotear, despreciar-se, destribunizar*...

Note-se que ainda puzemos á margem um grande numero de expressões dignas de figurar entre os preciosismos mais berrantes, quaes as seguintes. — «fusionar metaes», «fazer fuga», «embiocado no occultamento»...

Quem redige de tal maneira o nosso formoso idioma, parece que o faz com o intuito deliberado de se não fazer comprehender ou de só ser entendido por algum leitor paciente, que de antemão se muna de um *Elucidario* de Viterbo.

Urge, pois, que o sr. Affonso Costa leia melhor os documentos da nossa evolução e se aveze a escrever de modo mais simples e mais intelligivel, si é que seriamente aspira a mourejar com proveito na fecunda e luminosa seara da Historia.

Afranio Peixoto. — *Minha terra e minha gente* (Rio, Livraria Francisco Alves, 1916, in-8º peq., de 230 págs., est.).

O illustre sr. Afranio Peixoto já deve ter condemnado a pressa com que traçou o seu ultimo livro, recentemente adoptado para uso das escholas primarias da capital da Republica pela Directoria

Geral de Instrucção Publica do Districto Federal, de que é hoje o digno titular.

Talento formosissimo, que fulgura em varias obras scientificas e litterarias, merecidamente applaudidas pelos criticos mais severos, devêra dar-nos o egregio academico um primoroso livro didactico, destinado á educação civica da infancia brasileira. Era licito espera-lo.

Exceptuando-se, porém, a excellencia do methodo e o encanto do estylo, sempre egual, sem rebuscamentos e até por vezes descendo á acceitação de plebeismos excusaveis (como os de págs. 202 e 210), o recente escripto do sr. Afranio Peixoto não é modelar nem pela doutrinação, nem pelo absoluto respeito da verdade historica, nem ainda pela pureza da linguagem.

Não é detrahindo a terra natal, porém sim louvando-a sempre, que se consegue incrustar na alma das gerações em formação o alto sentimento da nacionalidade. Para combater a deliquescencia moral, em que parece presentemente amarasmada a juventude brasileira, antes se lhe prégue o optimismo que o pessimismo, e ha por certo outros remedios mais efficazes que a therapeutica dos amargos.

Por outro lado, resente-se de incoherencias o *Minha terra e minha gente*, como resalta da confrontação dos juizos oppostos sôbre d. Pedro II, a págs. 165 e 169, assim como da apologia de Portugal, feita em toda a primeira parte do livro e destruida á pág. 140.

A' pág. 116, referindo-se á escravidão dos Africanos, limita-se o A. a dizer que foi ella «mal inveterado das antigas civilizações», quando a pudera e devêra qualificar de retrogradação innominavel, de crime ignobil practicado pela culta Europa contra uma raça atrazada e indefesa.

A págs. 120 e 216 affirma que os Africanos «estavam numa evolução social mais adeantada que a dos Indios». E' esta uma asserção de prova sobremaneira difficil. Com effeito, os nossos aborigenes eram já astrolatras, enquanto os filhos do continente negro, aqui introduzidos, não haviam ainda transcendido o Fetichismo puro, sendo alguns francamente dendrolatras; nem pelos artefactos, nem pela cultura dos vegetaes, nem pela domesticação das especies zoologicas, nem pela constituição da familia ou da tribu, nem pelos conhecimentos astronomicos, nem pela creação da linguagem e das lendas, eram os pretos superiores aos nossos selvicolas; e, até quanto á separação dos poderes, espiritual e temporal, da sua rudimentar organização politica, ainda não podem os autochthones do Brasil ser postos em degrau inferior aos filhos da terra adusta de Ham.

Ha na obrinha do sr. Afranio Peixoto affirmações singularmente curiosas, como a de ser «Mahomet *falso* propheta arabe» (pág. 20). Falso porque? O A., catholico fervoroso que se confessa, póde reputar falsa a religião fundada pelo celebre coraichita;

mas dahi a negar que este fosse legitimo propheta da sua gente — vai um abysmo.

Não podemos tambem concordar com o A. no ponto em que diz (á pág. 56) que *Os Lusiadas* constituem «um livro nosso, domestico, nacional», pois isso não exprime a realidade dos factos, sendo rara a pessoa que hoje leia no Brasil, a não ser por obrigação escholar, o immortal poema portuguez, que não é tambem um «compendio de Historia e de *Moral*», tanto que nunca pôde ser adoptado em nossos institutos de ensino sem profundas mutilações. Imagine-se a descripção violentamente sensual da «Ilha dos Amores», posta ante os olhos da juventude feminina das nossas escholas.

Já á pág. 54, no texto e em nota, dissera o A. que «Lusiadas» significa «descendentes de Luso», isto é, o mesmo que *Lusitanos*. Ha nisso equivoco. «Lusiadas» equivale a «feitos dos Lusos». «Eneida» não quer dizer «descendente de «Enéas», nem «Iliada» corresponde a «descendente de Ilion». O suffixo *ada* não é patronymico em grego, porém sim o suffixo *ida*.

Enumeremos agora alguns dos descuidos, especialmente historicos, que escaparam á scintillante penna do sr. Afranio Peixoto, no opusculo que estamos rapidamente apreciando: — á pág. 76, dá Pero Vaz Caminha como «escrivão da armada» de Cabral, quando o certo é que o era da feitoria a installar-se em Calicut; a págs. 96-97, deixa em hiato a fundação da primitiva cidade do Rio de Janeiro por Estacio de Sá, na pequena peninsula entre o morro Cara de Cão e o Pão de Assucar; á pág. 97, data de *1613* a expulsão dos Francezes do Maranhão, quando tal facto occorreu em *1615*; á pág. 108, confunde *entradas* e *bandeiras*, quando aquellas eram em regra de origem official, e estas eram geralmente espontaneas; á pág. 142, olvida-se de Ulrico Schmidel, e, a págs. 145-146, grapha *Stein* e *Cockrane*, em vez de *Steinen* e *Cochrane*; á pág. 155, assevera que o cafeeiro nos veio da Guiana Franceza em *1723*, quando o major Palheta só o trouxe de Caiena para Belém do Pará em *1727*; á pág. 158, assegura que perdêmos a Provincia Cisplatina em *1830*, e, entretanto, o tractado pelo qual reconhecemos a independencia da Banda Oriental do Uruguai é de 27 de Agosto de *1827*; á pág. 162, admitte como tendo *oito* annos em 1831 d. Pedro II, nascido aliás a 2 de Dezembro de *1825*; a págs. 165-166, escreve que «o trafico dos negros, abolido desde 1831, levaria *vinte* annos para ser executado...» (phrase amphibologica), estando averiguado que a cessação definitiva do contrabando negreiro só se deu em *1856*, anno do último desembarque clandestino de pretos em Serinhaem; á pág. 166, diz que «a abertura do Amazonas ao commercio universal... foi protelada até *1874*», quando a verdade é que foi realizada a 7 de Septembro de *1867*; á pág. 175, inclue Theophilo Ottoni entre os republicanos transmiudados em validos do ultimo imperador, quando o excelso liberal mineiro morreu combatendo o poder pessoal do monarcha, a quem não cortejou jamais; e á pág. 197, finalmente, enaltece o possuir o Brasil «*prata* e oiro, em

minas compensadoras», quando até hoje ninguem logrou descobrir as celebres jazidas, phantasiadas por Melchior Dias Moreya...

A' pág. 69, tece o auctor da *Minha terra e minha gente* um verdadeiro panegyrico da lingua portugueza, aprégoando que nos cumpre «respeita-la, preservando a sua pureza, tal como nos ensinaram os bons exemplos da vernaculidade». Muito bem dicto; mas terá o sr. Afranio Peixoto obedecido a esse seu proprio sabio conselho?

Não parece. Acha-se o seu trabalho, hoje entregue á infancia brasileira por ordem official, inçado de sinões que sobremodo afeiam e incompatibilizam com o destino didactico a recente producção do auctor de *Maria Bonita*. Sem falar nos signaes diacriticos, usados incoherentemente; sem falar na pontuação, que é menos correcta, pois ás vezes os sujeitos, simples e incomplexos, estão separados dos respectivos predicados por virgulas absurdas; sem falar em cacographias, como *attricto* e *detricto* (págs. 184 e 198), injustificaveis ante os etymos latinos *attritus* e *detritus*; como *envês* (págs. 14 e 97), em logar de *em vez*, porque nem corresponde ao latim *inversum*, que deu o vernaculo *invés*; como *vezinhos* (págs. 12, 50, 155, 182 e 184); como *iberos* (duas vezes á pág. 24), por *ibêros*, do latim *ibêrus*; como *artemanhas* (pág. 66), *sahir* e *cerimonia* (pág. 73), em vez de *artimanhas*, *sair* e *ceremonia*; como *discrição* (pág. 223), por *discreção*; sem falar na graphia puramente lusitana de *oiro*, *lavoira*, *vindoiro*, inadmissivel no Brasil, onde a pronúncia popular (*usus, quem paenes arbitrium est, et jus et norma loquendi*) e corrente é *ouro*, *lavoura*, *vindouro*; recenseemos tão sómente os lapsos syntacticos, tambem abundantes no livrinho do sr. dr. Afranio Peixoto: — «romanos ou latinos, *natural* de Roma» (pág. 12); «reduzir *nesta* formula» (pág. 14); «por toda *a* parte» (pág. 15); «piedade *a* Deus» (pág. 16); «era a certeza de que a esperança... não *lhe* enganava» (pág. 36); «a *se* descobrir» (pág. 37), vicio de toponymia pronominal repetido eu outros logares; «aspirar *o* monopolio» (pág. 39); «avistaram um monte, *que* chamaram Monte Paschoal» (pág. 75); «aprendeu a lingua dos barbaros, e *lhes* doutrinava nella» (pág. 90); «João Ribeiro chama-*os* o elemento moral» (pág. 91); «em correspondencia *á* França» (pág. 96); «conformado *á* nossa emancipação» (pág. 139); casada com *marido* extrangeiro» (pág. 168); «a independencia se veiu a *fazer*, *feita* e dirigida por elle» (pág. 173); «sem carvão, pretendemos *virar* num país fabril» e «ociosos *viraram* activos» (págs. 202 e 210); «o Brasil de agora e o de amanhã *terá*» (pág. 227).

Temos como certo que o sr. Afranio Peixoto, si houvesse disposto de mais lazer para a elaboração e revisão do seu ultimo livro, não o deixaria vir a público com taes máculas, entre as quaes nem siquér relacionámos alguns cacophatos facilmente evitaveis, como «por calumnias», «por costumes», «por capuchinhos».

Aguardamos anciosos novas e escorreitas producções do eminente scientista e lettrado, que é o sr. Afranio Peixoto, para lhe tributarmos todos os louvores, que, em sã consciencia, não podem ser dados á sua obrinha didactica *Minha terra e minha gente*.

A. G. de Araujo Jorge.— *Ensaios de Historia e Critica* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916, in 8º, de 4 fls. — 258 págs).

Várias monographias, dadas á estampa, em differentes epochas, no *Jornal do Commercio* e na *Revista Americana*, foram ultimamente enfeixadas pelo sr. Araujo Jorge, seu auctor, no volume que teve a amabilidade de offerecer ao Instituto.

A parte referente a Alexandre de Gusmão, «o avó dos diplomatas brasileiros», é sem duvida o trabalho mais completo da nossa litteratura historica sôbre o secretario de d. João V, sôbre o Santista illustre que, no conceito de Camillo Castello-Branco, além de «estadista que nas sciencias politicas foi mais arguto que d. Luiz da Cunha e na sagacidade e lucidez de fino sentir foi o mais avançado espirito de seu seculo», ainda excedeu ao padre Vieira e a d. Francisco Manuel de Mello «na esperteza da observação e na solercia da critica».

Santos, o afortunado berço dos Gusmões e dos Andradas e povoação, cujos fundamentos se devem a Braz Cubas em 1536, era ainda *villa* em 1710, e não *cidade*, como é licito inferir-se da asserção da pág. 4.

Aprecia o A., firmado nos melhores testimunhos, o estado de deliquescencia politica da terra lusitana durante o longo reinado de d. João V e o supremo afã que coube a Alexandre de Gusmão para a incontestavel e gloriosa victoria colhida por Portugal com o tractado de 13 de Fevereiro de 1750, que, ratificando a audaciosa expansão dos bandeirantes paulistas, nos deu com ligeiras modificações o Brasil actual, trez vezes maior que o do «concêrto» de Tordesillas.

A critica do livro de Euclides da Cunha, *A' margem da Historia*, não vale tanto pela succinta analyse dessa producção, como pelo impressivo perfil moral que o sr. Araujo Jorge soube tão bem traçar do immortal escriptor dos *Sertões*, a pags. 54-55. Lamentamos não dispor de espaço bastante para transcrever taes palavras do joven Alagoano, as quaes, a nosso ver, equivalem a uma perfeita photographia psychologica do patricio eminente (e tão inditoso!), a cuja penna fecunda egualmente se devem as páginas lapidares e vigorosas dos *Contrastes e confrontos*.

A proposito de um opusculo do actual director da Bibliotheca Nacional de Buenos-Aires, Paul Groussac, sob o titulo *Les îles*

Malouines, e impresso em 1910, fez o sr. Araujo Jorge, — além da apreciação da personalidade desse Argentino adoptivo, que não vacillou em dizer aos historiadores do Prata as mais duras verdades sôbre o descaso com que ás vezes tractam os documentos do passado de sua terra, — um clarissimo resumo da questão do archipelago do Atlantico austral, tambem conhecido pelo nome de «Ilhas Falkland», e incorporado á fôrça, não *ex vi juris*, á soberania britannica, em 1765.

Ahi, reportando-se a «escribas de compactos volumes, illegiveis, hostis», e falando fortuitamente de J. Toribio Medina, julga-o «diligente formiga, a armazenar inexgottavelmente um celleiro interminavel», o que pensamos deve ser tomado antes em sentido encomiastico do que depreciativo do preclaro Chileno.

Seguindo a corrente geral dos geographos luso-brasileiros, grapha o A. «Malvinas», em logar de «Maloinas» pois a denominação do grupo insular provém de Saint-Malo, — procedencia de Porée, que aportou no sobredicto archipelago em 1708, nada tendo o toponymo que ver com o substantivo proprio «Malvina».

O mais curto, porém um dos melhores capitulos dos *Ensaios* do sr. Araujo Jorge, é o em que este estuda com tanto criterio e superioridade de vistas a *Grandezza e decadenza di Roma*, de Guglielmo Ferrero. Producção de limpido estylo, fartamente exornada de primores da portentosa elaboração greco-romana, falta, contudo, á obra do publicista italiano quer o espirito de synthese, quer a exhibição de algum novo processo historico. Não se encontram alli nem a «fôrça motriz» de que fala Gumplovicz, nem a potencia generalizadora, imprescindivel ao sociologo.

Os quatro restantes artigos do excellente volume do sr. Araujo Jorge formam um verdadeiro conjuncto de «Christianologia». Com effeito, ahi faz elle uma erudita critica dos seguintes trabalhos recentemente apparecidos sôbre a figura historica do rabbino da Galliléa: — *Gesù Cristo non è mai esistito*, de Emilio Bossi; *La Folie de Jésus*, de Binet-Sanglé; *La Vie inconnue de Jésus-Christ*, cuja responsabilidade foi assumida por Nicolas Notovitch; e *La Significación histórica del christianismo*, de Clemente Ricci.

Desde muito que o sr. Araujo Jorge se vem entregando a similhantes investigações, contando já em sua bagagem litteraria um forte opusculo intitulado *Jesus* (ensaios de Psychologia morbida), ora aproveitado na collectanea em apreço, saído a lume em 1912. Assim, não é de admirar que tenha elle podido metter o escalpello, com tanta segurança e tanto brilho, nas obras da primeira decade do presente seculo, consagradas á personalidade do Nazareno.

Não nos deteremos em accompanhar o A. na longa peregrinação aos logares sanctos, onde repontou a doce religião do nosso povo, nem ás fontes em que tanto se tem perquirido sôbre as controversias relativas aos Evangelhos e até á propria existencia do Messias. Restringimo-nos, aqui, a consignar que, antes do «profundo Scherer» (págs. 244-245) attribuir a S. Paulo o ter este dado ao Christianismo

a «categoria de religião universal», já Augusto Comte (vide *Système de politique positive*, (págs. 409-410) havia estabelecido a necessaria distincção entre o «Christianismo», seita puramente regional, e o «Catholicismo», cuja universalidade (o nome o indica) promanou do «dominio universal de Roma», ou de ter sido *civis romanus* o incomparavel Paulo de Tarso, apostolo da gentilidade.

O sr. Araujo Jorge maneja bem o vernaculo, junctando á correcção da phrase certa belleza de fórma, que trae por vezes um verdadeiro artista da palavra. Ha, contudo, em seu livro alguns vocabulos, como *embitesgar* (pág. 5), *frandulas* (pág. 21) e *angulhento* (pág. 95), a que prefeririamos os mais cadimos e etymologicos *embetesgar*, *farandulas* e *engulhento*.

A' pág. 28, notámos o grave êrro typographico, de que resultou *1861*, em vez de *1681*.

O sr. Araujo Jorge é moço, intelligente e trabalhador. Delle é, portanto, natural que as lettras patrias esperem novas lucubrações, eguaes, sinão ainda superiores ás enquadradas no substancioso tomo *Ensaios de Historia e Critica*, cuja leitura nos proporcionou ao mesmo tempo tanto prazer e tanto proveito.

ANNEXO

CADASTRO DOS SOCIOS

DO

Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em 31 de julho de 1916, organizado de inteira conformidade com os Estatutos de 27 de junho de 1912

PRESIDENTES HONORARIOS

ORDEM, NOME, DATA DA ENTRADA NO INSTITUTO, RESIDENCIA

1. Conde d'Eu, 16 de setembro de 1864. Eu (França).

2. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, 30 de agosto de 1896. S. Paulo.

3. Dr. Nilo Peçanha, 27 de novembro de 1909. Nictheroy (Rio de Janeiro).

4. Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, 21 de novembro de 1911. Petropolis (Rio de Janeiro).

5. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, 15 de dezembro de 1915. Rio de Janeiro.

SOCIOS BENEMERITOS (10)

1. Barão Homem de Mello, 3 de junho de 1859. Rio de Janeiro.

2. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, 16 de agosto de 1872. Rio de Janeiro.

3. Barão de Alencar, 13 de setembro de 1889. Rio de Janeiro.

O signal (*) indica que o socio é extrangeiro.

O signal × indica que o socio não tomou posse, tendo porém acceito a eleição.

4. Dr. Conde de Affonso Celso, 2 de dezembro de 1892. Rio de Janeiro.

5 a 10.— Vagos.

SOCIOS HONORARIOS (50)

1. Barão de Teffé, 27 de outubro de 1882. Rio de Janeiro.

2. Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, 7 de dezembro de 1883. S. Paulo.

3. Dr. D. Estanislao S. Zeballos (*) ×, 7 de dezembro de 1883. Buenos Aires.

4. Conselheiro Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, 19 de outubro de 1887. Rio de Janeiro.

5. Professor João Capistrano de Abreu, 19 de outubro de 1887. Rio de Janeiro.

6. Almirante Arthur Indio do Brasil, 31 de agosto de 1888. Rio de Janeiro.

7. D. Pedro Augusto de Saxe Coburgo, 2 de agosto de 1889. Vienna.

8. Commendador Tobias Laureano Figueira de Mello, 12 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro.

9. Dr. Alfredo do Nascimento e Silva, 12 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro.

10. Dr. Barão de Studart, 20 de maio de 1892. Fortaleza (Ceará).

11. D. Carlos Luiz d'Amour ×, 9 de dezembro de 1892. Cuyabá (Matto Grosso).

12. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires, 4 de maio de 1894. Rio de Janeiro.

13. Dr. Manuel de Oliveira Lima, 11 de agosto de 1895. Londres.

14. D. Jeronymo Thomé da Silva, 25 de julho de 1897. Bahia.

15. D. Francisco do Rego Maia, 25 de julho de 1897. Roma.

16. Cardeal D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, 31 de outubro de 1897. Rio de Janeiro.

17. Dr. Amaro Cavalcanti, 6 de dezembro de 1897. Rio de Janeiro.

18. Conselheiro João de Oliveira Sá Camelo Lampreia (*), 15 de maio de 1898. Lisboa.

19. Dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, 12 de dezembro de 1899. Rio de Janeiro.

20. D. Pedro de Orléans e Bragança ×, 22 de junho de 1900. Eu (França).

21. Desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, 3 de agosto de 1900. Rio de Janeiro.

22. Max Fleiuss, 3 de agosto de 1900. Rio de Janeiro.

23. Dr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, 26 de outubro de 1900. Rio de Janeiro.

24. Eduardo Müller (*) ×, 10 de dezembro de 1900. Suissa.

25. Dr. Epitacio da Silva Pessoa, 29 de março de 1901. Rio de Janeiro.

26. Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, 23 de agosto de 1901. Rio de Janeiro.

27. Dr. Sabino Barroso Junior, 2 de maio de 1902. Rio de Janeiro.

28. Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, 24 de outubro de 1902. S. Paulo.

29. Alberto dos Santos Dumont, 11 de setembro de 1903. Paris.

30. D. Luiz de Orléans e Bragança ×, 6 de novembro de 1903. Eu (França).

31. Dr. Manuel de Mello Cardoso Barata, 20 de maio de 1904. Belém (Pará).

32. Barão de Muritiba ×, 12 de agosto de 1904. Paris.

33. Commendador Arthur Ferreira Machado Guimarães, 9 de dezembro de 1904. Rio de Janeiro.

34. Dr. José Joaquim Seabra, 28 de abril de 1905. Rio de Janeiro.

35. Dr. José Leopoldo de Bulhões Jardim, 28 de abril de 1905. Rio de Janeiro.

36. D. João Braga ×, 21 de julho de 1905. Curityba (Paraná).

37. Dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, 21 de julho de 1905. Rio de Janeiro.

38. Dr. Clovis Bevilaqua, 15 de outubro de 1906. Rio de Janeiro.

39. D. Joaquim José Vieira ×, 6 de maio de 1907. S. Paulo.

40. Dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro, 20 de maio de 1907. Rio de Janeiro.

41. Dr. José Carlos Rodrigues, 10 de junho de 1907. Rio de Janeiro.

42. Dr. Augusto Tavares de Lyra, 16 de setembro de 1907. Rio de Janeiro.

43. Dr. Alberto de Seixas Martins Torres, 3 de outubro de 1910. Rio de Janeiro.

44. Dr. Homero Baptista, 26 de agosto de 1911. Rio de Janeiro.

45. Dr. D. Julio Fernandez (*), 4 de maio de 1912. Buenos Aires.

46. Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa ×, 4 de maio de 1912. Rio de Janeiro.

47. Dr. Lauro Severiano Müller ×, 4 de maio de 1912. Rio de Janeiro.

48. Coronel Theodoro Roosevelt (*), 6 de outubro de 1913. Estados Unidos da America.

49. Dr. Urbano Santos da Costa Araujo ×, 31 de julho de 1915. Rio de Janeiro.

50. — Vago.

SOCIOS EFFECTIVOS (60)

1. Almirante José Candido Guillobel, 24 de novembro de 1882. Rio de Janeiro.

2. Dr. Brasilio Augusto Machado de Oliveira, 12 de setembro de 1890. Rio de Janeiro.

3. Dr. Francisco Baptista Marques Pinheiro (*), 11 de agosto de 1895. Rio de Janeiro.

4. Dr. Paulino José Soares de Sousa, 11 de junho de 1898. Rio de Janeiro.

5. Dr. Manuel Alvaro de Sousa Sá Vianna, 17 de outubro de 1899. Rio de Janeiro.

6. General Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, 8 de dezembro de 1899. Rio de Janeiro.

7. Dr. José Americo dos Santos, 12 de dezembro de 1899. Rio de Janeiro.

8. José Francisco da Rocha Pombo, 3 de agosto de 1900. Rio de Janeiro.

9. General Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, 17 de agosto de 1900. Rio de Janeiro.

10. Dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, 26 de outubro de 1900. Rio de Janeiro.

11. Conselheiro Dr. Ruy Barbosa ×, 23 de maio de 1902. Rio de Janeiro.

12. Conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, 13 de junho de 1902. Rio de Janeiro.

13. Monsenhor Vicente Ferreira Lustosa de Lima, 19 de junho de 1903. Rio de Janeiro.

14. Dr. Alberto de Carvalho, 18 de outubro de 1903. Rio de Janeiro.

15. Eduardo Marques Peixoto, 23 de outubro de 1903. Rio de Janeiro.

16. Coronel Jesuino da Silva Mello, 23 de outubro de 1903. Rio de Janeiro.

17. Conselheiro Dr. Candido Luiz Maria de Oliveira, 17 de junho de 1904. Rio de Janeiro.

18. Dr. João Pandiá Calogeras, 18 de setembro de 1905. Rio Janeiro.

19. Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, 4 de dezembro de 1905. Rio de Janeiro.

20. Dr. José Pereira Rego Filho, 25 de junho de 1906. Rio Janeiro.

21. Paulo Barreto ×, 29 de julho de 1907. Rio de Janeiro.

22. Dr. Gastão Ruch Sturzenecker, 29 de julho de 1907. Rio de Janeiro.

23. Antonio Jansen do Paço, 30 de setembro de 1907. Rio de Janeiro.

24. Dr. João Luiz Alves, 30 de setembro de 1907. Rio de Janeiro.

25. General Emygdio Dantas Barreto, 29 de agosto de 1908. Rio de Janeiro.

26. Dr. Alexandre José Barbosa Lima, 29 de agosto de 1908. Rio de Janeiro.

27. Dr. Alfredo Augusto da Rocha, 29 de agosto de 1908. Rio de Janeiro.

28. Dr. Norival Soares de Freitas, 5 de outubro de 1908. Rio de Janeiro.

29. Dr. João Coelho Gomes Ribeiro, 20 de agosto de 1909. Rio de Janeiro.

30. Dr. Antonio Ernesto Lassance Cunha, 12 de outubro de 1909. Rio de Janeiro.

31. José Felix Alves Pacheco, 1 de agosto de 1910. Rio de Janeiro.

32. Vice-almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, 3 de outubro de 1910. Rio de Janeiro.

33. Dr. Eurico de Góes, 3 de outubro de 1910. Rio de Janeiro.

34. Dr. Pedro Souto Maior, 15 de julho de 1911. Rio de Janeiro.

35. Dr. Alipio Gama ×, 15 de julho de 1911. Rio de Janeiro.

36. Dr. Aloysio de Castro ×, 15 de julho de 1911. Rio de Janeiro.

37. Capitão de corveta Francisco Radler de Aquino, 26 de agosto de 1911. Rio de Janeiro.

38. Dr. Carlos Maximiano Pimenta de Laet ×, 16 de outubro de 1911. Rio de Janeiro.

39. Dr. Luiz Gastão de Escragnolle Doria, 4 de maio de 1912. Rio de Janeiro.

40. Major Dr. Liberato Bittencourt, 27 de maio de 1912. Rio de Janeiro.

41. Dr. Helio Lobo, 6 de junho de 1912. Rio de Janeiro.

42. Dr. Alberto Rangel, 6 de junho de 1912. Rio de Janeiro.

43. Desembargador Ataulpho Napoles de Paiva ×, 6 de junho de 1912. Rio de Janeiro.

44. Francisco Agenor de Noronha Santos, 6 de junho de 1912. Rio de Janeiro.

45. Dr. Alfredo Valladão, 19 de julho de 1912. Rio de Janeiro.

46. Capitão de corveta Raul Tavares, 23 de agosto de 1912. Rio de Janeiro.

47. Dr. Edgard Roquette Pinto, 4 de agosto de 1913. Rio de Janeiro.

48. Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, 20 de abril de 1914. Rio de Janeiro.

49. Dr. Enéas Galvão, 12 de maio de 1914. Rio de Janeiro.

50. Dr. João Ribeiro, 12 de maio de 1914. Rio de Janeiro.

51. Marechal José Bernardino Bormann, 20 de abril de 1915. Rio de Janeiro.

52. Dr. Arthur Pinto da Rocha, 28 de junho de 1915. Rio de Janeiro.

53. Dr. Aurelino de Araujo Leal, 28 de junho de 1915. Rio de Janeiro.

54. Antonio de Barros Ramalho Ortigão, 28 de junho de 1915. Rio de Janeiro.

55. Dr. Antonio Fernandes Figueira, 28 de junho de 1915. Rio de Janeiro.

56. Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello ×, 28 de junho de 1915. Rio de Janeiro.

57. Dr. Juliano Moreira ×, 12 de outubro de 1915. Rio de Janeiro.

58. Dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana, 20 de abril de 1916. Rio Janeiro.

59. Dr. Erico Marinho da Gama Coelho, 13 de maio de 1916. Rio de Janeiro.

60. — Vago.

SOCIOS CORRESPONDENTES (80)

1. Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, 9 de dezembro de 1886. Pernambuco

2. Antonio Ribeiro de Macedo ×, 19 de outubro de 1887. Antonina (Paraná).

3. Dr. Virgilio Martins de Mello Franco, 31 de agosto de 1888. Minas Geraes.

4. D. Enrique Moreno (*), 13 de setembro de 1888. Montevidéo.

5. Rodolpho Marcos Theophilo ×, 11 de julho de 1890. Ceará.

6. João Baptista Perdigão de Oliveira ×, 19 de julho de 1891. Ceará.

7. Dr. Antonio Martins de Azevedo Pimentel, 1 de junho de 1894. Campinas (S. Paulo).

8. Dr. Christiano Frederico Seybold (*) ×, 1 de junho de 1894. Allemanha.

9. João Lucio de Azevedo ×, 31 de março de 1895. Lisboa (Portugal).

10. Dr. Cincinato Cesar da Silva Braga, 25 de agosto de 1895. S. Paulo.

11. Coronel Raymundo Cyriaco Alves da Cunha ×, 20 de outubro de 1895. Belém (Pará).

12. Dr. Henrique Americo de Santa Rosa ×, 16 de agosto de 1896. Belém (Pará).

13. Padre Raphael Maria Galanti, S. J. (*), 22 de novembro de 1896. Friburgo (Rio de Janeiro).

14. André Peixoto de Lacerda Vernek, 13 de dezembro de 1896. Rio de Janeiro.

15. D. Joaquim Silverio de Sousa ×, 19 de setembro de 1897 Diamantina (Minas Geraes).

16. Coronel Honorio Lima, 10 de novembro de 1899. Rio de Janeiro.

17. Dr. Antonio Zeferino Candido (*), 24 de novembro de 1899. Lisboa.

18. Dr. Emilio Augusto Goeldi (*) ×, 10 de dezembro de 1900. Berne.

19. Dr. Ermelino Agostinho de Leão ×, 10 de dezembro de 1900. Curityba (Paraná).

20. Dr. D. Manuel B. Otero (*) ×, 24 de maio de 1901. Montevidéo.

21. Dr. D. Susviela Guarch (*), 24 de maio de 1901. Montevidéo.

22. Dr. Antonio Augusto de Lima, 9 de agosto de 1901. Bello Horizonte (Minas Geraes).

23. Dr. João Mendes de Almeida Junior, 23 de agosto de 1901. S. Paulo.

24. Dr. Nelson de Senna, 23 de agosto de 1901. Bello Horizonte (Minas Geraes).

25. Dr. Sebastião Paraná de Sá Sottomayor ×, 23 de agosto de 1901. Curityba (Paraná).

26. Horacio de Carvalho ×, 18 de outubro de 1901. S. Paulo.

27. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, 18 de outubro de 1901. S. Paulo.

28. Dr. Alfredo de Toledo ×, 6 de dezembro de 1901. S. Paulo.

29. D. Carlos Lix Klett (*), 6 de dezembro de 1901. Bueno Aires.

30. Dr. D. Ernesto Quesada (*) ×, 6 de dezembro de 1901. Buenos Aires.

31. Dr. D. Anselmo Hévia Riquelme (*), 8 de agosto de 1902. Chile.

32. Dr. Theodoro Sampaio, 24 de outubro de 1902. Bahia.

33. Dr. Albino Alves Filho, 22 de maio de 1903. Minas Geraes.

34. Dr. José Manuel Cardoso de Oliveira ×, 22 de maio de 1903. Rio de Janeiro.

35. Dr. Augusto de Siqueira Cardoso ×, 25 de junho de 1903. S. Paulo.

36. Dr. José Maria Pereira de Lima (*), × 11 de setembro de 1903. Portugal.

37. Victor Ribeiro (*) ×, 11 de setembro de 1903. Lisboa.

38. José Feliciano de Oliveira ×, 19 de fevereiro de 1904. Paris.

39. Alberto Pimentel (*) ×, 23 de junho de 1905. Lisboa.

40. Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme ×, 21 de julho de 1905. S. Paulo.

41. Dr. Diogo de Vasconcellos ×, 4 de dezembro de 1905. Ouro Preto (Minas Geraes).

42. Dr. Bernardino Machado Guimarães (*) ×, 9 de julho de 1906. Lisboa.

43. Dr. D. Daniel Garcia Acevedo (*) ×, 3 de setembro de 1906. Montevidéo.

44. Dr. Adolpho Augusto Pinto, 20 de maio de 1907. S. Paulo.

45. Dr. Luiz Antonio Ferreira Gualberto, 29 de agosto de 1908. S. Francisco do Sul (Santa Catharina).

46. Fernando A. Georlette ×, 24 de maio de 1909. Antuerpia.

47. D. João Baptista Corrêa Nery, 31 de agosto de 1909. S. Paulo.

48. Dr. D. Ramón J. Cárcano (*), 1 de agosto de 1910. Cordoba (Republica Argentina).

49. Dr. Justo Jansen Ferreira ×, 22 de junho de 1911. S. Luiz (Maranhão).

50. Dr. Braz Hermenegildo do Amaral ×, 22 de junho de 1911. Bahia.

51. Dr. Henry R. Lang (*) ×, 22 de junho de 1911. Cambridge (Estados Unidos).

52. Dr. José Bonifacio de Andrada e Silva, 15 de julho de 1911. Barbacena (Minas Geraes).

53. Dr. Affonso d'Escragnolle Taunay, 23 de setembro de 1911. S. Paulo.

54. Dr. D. José Salgado (*) ×, 10 de outubro de 1911. Montevidéo.

55. Dr. Washington Luis Pereira de Sousa ×, 4 de maio de 1912. S. Paulo.

56. Dr. Afranio de Mello Franco, 27 de maio de 1912. Bello Horizonte (Minas Geraes).

57. Dr. Manuel Emilio Gomes de Carvalho ×, 27 de maio de 1912. Lisboa.

58. Dr. Nicoláo José Debbané, 23 de agosto de 1912. Cairo (Egypto).

59. Dr. John Casper Branner (*), 30 de maio de 1913. California (Estados Unidos).

60. Pedro de Azevedo (*) ×, 30 de maio de 1913. Lisboa.

61. Dr. Eugenio de Andrada Egas, 28 de julho de 1913. S. Paulo.

62. Dr. Gentil de Assis Moura ×, 28 de julho de 1913. S. Paulo.

63. Fidelino de Figueiredo (*) ×, 28 de julho de 1913. Lisboa.

64. Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, 26 de setembro de 1913. Juiz de Fóra (Minas Geraes).

65. Dr. Affonso A. de Freitas ×, 12 de maio de 1914. S. Paulo.

66. Dr. D. Lucas Ayarragaray (*), 23 de maio de 1914. Buenos Aires.

67. Antonio de Portugal de Faria (visconde de Faria) (*) ×, 23 de maio de 1914. Genebra (Suissa).

68. Professor Basilio de Magalhães, 27 de agosto de 1914. S. Paulo.

69. José Ribeiro do Amaral ×, 27 de agosto de 1914. S. Luiz (Maranhão).

70. Dr. Alberto Lamego ×, 28 de julho de 1915. Londres.

71. D. Juan José Biedma (*) ×, 12 de outubro de 1915. Buenos Aires.

72. Dr. Annibal Velloso Rebello ×, 12 de outubro de 1915. Lisboa.

73. José Cervaens y Rodriguez (*) ×, 12 de outubro de 1915. Porto.

74 a 80.— Vagos.

RESUMO

Presidentes honorarios	5
Socios benemeritos	4
Socios honorarios.	49
Socios effectivos	59
Socios correspondentes	73
	190

Secretaria do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 31 de julho de 1916.— FRANCISCO MARTINS GUIMARÃES.— Visto, FLEIUSS.

CADASTRO SOCIAL

DO

Instituto Historico e Geographico Brasileiro, organisado por ordem chronologica

---

ORDEM CHRONOLOGICA, NOMES, DATA DA ENTRADA NO INSTITUTO

1. Barão Homem de Mello, 3 de junho de 1859, benemerito.

2. Conde d'Eu, 16 de setembro de 1864, presidente honorario.

3. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, 16 de agosto de 1872, benemerito.

4. Barão de Teffé, 27 de outubro de 1882, honorario.

5. Almirante José Candido Guillobel, 24 de novembro de 1882, effectivo.

6. Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, 7 de dezembro de 1883, honorario.

7. Dr. D. Estanislao S. Zeballos (*), 7 de dezembro de 1883, honorario.

8. Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, 9 de dezembro de 1886, correspondente.

9. Conselheiro Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, 19 de outubro de 1887, honorario.

10. Professor João Capistrano de Abreu, 19 de outubro de 1887, honorario.

11. Antonio Ribeiro de Macedo, 19 de outubro de 1887, correspondente.

O signal (*) indica que o socio é extrangeiro.

12. Dr. Virgilio Martins de Mello Franco, 31 de agosto de 1888, correspondente.

13. Almirante Arthur Indio do Brasil, 31 de agosto de 1888, honorario.

14. D. Pedro Augusto de Saxe Coburgo, 2 de agosto de 1889, honorario.

15. Barão de Alencar, 13 de setembro de 1889, benemerito.

16. D. Enrique Moreno (*), 13 de setembro de 1889, correspondente.

17. Rodolpho Marcos Theophilo, 11 de julho de 1890, correspondente.

18. Dr. Brasilio Augusto Machado de Oliveira, 12 de setembro de 1890, effectivo.

19. Commendador Tobias Laureano Figueira de Mello, 12 de dezembro de 1890, honorario.

20. Dr. Alfredo do Nascimento e Silva, 12 de dezembro de 1890, honorario.

21. João Baptista Perdigão de Oliveira, 19 de junho de 1891, correspondente.

22. Dr. Barão de Studart, 20 de maio de 1892, honorario.

23. Dr. Conde de Affonso Celso, 2 de dezembro de 1892, benemerito.

24. D. Carlos Luiz d'Amour, 9 de dezembro de 1892, honorario.

25. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires, 4 de maio de 1894, honorario.

26. Dr. Antonio Martins de Azevedo Pimentel, 1 de junho de 1894, correspondente.

27. Dr. Christiano Frederico Seybold (*), 1 de junho de 1894, correspondente.

28. João Lucio de Azevedo, 3 de março de 1895, correspondente.

29. Dr. Manuel de Oliveira Lima, 11 de agosto de 1895, honorario.

30. Dr. Francisco Baptista Marques Pinheiro (*), 11 de agosto de 1895, effectivo.

31. Dr. Cincinato Cezar da Silva Braga, 11 de agosto de 1895, correspondente.

32. Coronel Raymundo Cyriaco Alves da Cunha, 20 de outubro de 1895, correspondente.

33. Dr. Henrique Americo de Santa Rosa, 16 de agosto de 1896, correspondente.

34. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, 30 de agosto de 1896, presidente honorario.

35. Padre Raphael Maria Galanti, S. J. (*), 22 de novembro de 1896, correspondente.

36. André Peixoto de Lacerda Vernek, 13 de dezembro de 1896, correspondente.

37. D. Jeronymo Thomé da Silva, 25 de julho de 1897, honorario.

38. D. Francisco do Rego Maia, 25 de julho de 1897, honorario.

39. D. Joaquim Silverio de Sousa, 19 de setembro de 1897, correspondente.

40. Cardeal D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, 31 de outubro de 1897, honorario.

41. Dr. Amaro Cavalcanti, 6 de dezembro de 1897, honorario.

42. Conselheiro João de Oliveira Sá Camelo Lampreia (*), 15 de maio de 1898, honorario.

43. Dr. Paulino José Soares de Sousa, 10 de junho de 1898, effectivo.

44. Dr. Manuel Alvaro de Sousa Sá Vianna, 12 de outubro de 1899, effectivo.

45. Coronel Honorio Lima, 10 de novembro de 1899, correspondente.

46. Dr. Antonio Zeferino Candido (*), 24 de novembro de 1899, correspondente.

47. General Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, 8 de dezembro de 1899, effectivo.

48. Dr. José Americo dos Santos, 12 de dezembro de 1899, effectivo.

49. Dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, 12 de dezembro de 1899, honorario.

50. D. Pedro de Orléans e Bragança, 22 de junho de 1900, honorario.

51. Desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, 3 de agosto de 1900, honorario.

52. José Francisco da Rocha Pombo, 3 de agosto de 1900, effectivo.

53. Max Fleiuss, 3 de agosto de 1900, honorario.

54. General Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, 17 de agosto de 1900, effectivo.

55. Dr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, 26 de outubro de 1900, honorario.

56. Dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, 26 de outubro de 1900, effectivo.

57. Dr. Emilio Augusto Goeldi (*), 10 de dezembro de 1900, correspondente.

58. Eduardo Müller (*), 10 de dezembro de 1900, honorario.

59. Dr. Ermelino Agostinho de Leão, 10 de dezembro de 1900, correspondente.

60. Dr. Epitacio da Silva Pessoa, 29 de março de 1901, honorario.

61. Dr. D. Manuel B. Otero (*), 24 de maio de 1901, correspondente.

62. Dr. D. Susviela Guarch (*), 24 de maio de 1901, correspondente.

63. Dr. Antonio Augusto de Lima, 9 de agosto de 1901, correspondente.

64. Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, 23 de agosto de 1901, honorario.

65. Dr. João Mendes de Almeida Junior, 23 de agosto de 1901, correspondente.

66. Dr. Nelson de Senna, 23 de agosto de 1901, correspondente.

67. Dr. Sebastião Paranã de Sá Sotomayor, 23 de agosto de 1901, correspondente.

68. Horacio de Carvalho, 18 de outubro de 1901, correspondente.

69. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, 18 de outubro de 1901, correspondente.

70. Dr. Alfredo de Toledo, 6 de dezembro de 1901, correspondente.

71. D. Carlos Lix Klett (*), 6 de dezembro de 1901, correspondente.

72. Dr. D. Ernesto Quesada (*), 6 de dezembro de 1901, correspondente.

73. Dr. Sabino Barroso Junior, 2 de maio de 1902, honorario.

74. Conselheiro Dr. Ruy Barbosa, 23 de maio de 1902, effectivo.

75. Conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, 13 de junho de 1902, effectivo.

76. Dr. D. Anselmo Hévia Riquelme (*), 8 de agosto de 1902, correspondente.

77. Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, 24 de outubro de 1902, correspondente.

78. Dr. Theodoro Sampaio, 24 de outubro de 1902, correspondente.

79. Dr. Albino Alves Filho, 22 de maio de 1903, correspondente.

80. Dr. José Manuel Cardoso de Oliveira, 22 de maio de 1903, correspondente.

81. Monsenhor Vicente Lustosa Ferreira de Lima, 19 de junho de 1903, effectivo.

82. Dr. Augusto Siqueira Cardoso, 25 de junho de 1903, correspondente.

83. Dr. José Maria Pereira de Lima (*), 11 de setembro de 1903, correspondente.

84. Alberto Santos Dumont, 11 de setembro de 1903, honorario.

85. Victor Ribeiro (*), 11 de setembro de 1903, correspondente.

86. Dr. Alberto de Carvalho, 18 de outubro de 1903, effectivo.

87. Eduardo Marques Peixoto, 23 de outubro de 1903, effectivo.

88. Coronel Jesuino da Silva Mello, 23 de outubro de 1903, effectivo.

89. D. Luiz de Orléans e Bragança, 6 de novembro de 1903, honorario.

90. José Feliciano de Oliveira, 19 de fevereiro de 1904, correspondente.

91. Dr. Manuel de Mello Cardoso Barata, 20 de maio de 1904, honorario.

92. Conselheiro Dr. Candido Luiz Maria de Oliveira, 17 de junho de 1904, effectivo.

93. Alberto Pimentel (*), 23 de junho de 1904, correspondente.

94. Barão de Muritiba, 12 de agosto de 1904, honorario.

95. Commendador Arthur Ferreira Machado Guimarães, 9 de dezembro de 1904, honorario.

96. Dr. José Joaquim Seabra, 28 de abril de 1905, honorario.

97. Dr. José Leopoldo de Bulhões Jardim, 28 de abril de 1905, honorario.

98. D. João Braga, 21 de julho de 1905, honorario.

99. Dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, 21 de julho de 1905, honorario.

100. Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme, 21 de julho de 1905, correspondente.

101. Dr. João Pandiá Calogeras, 18 de setembro de 1905, effectivo.

102. Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, 4 de dezembro de 1905, effectivo.

103. Dr. Diogo de Vasconcellos, 4 de dezembro de 1905, correspondente.

104. Dr. José Pereira Rego Filho, 25 de junho de 1906, effectivo.

105. Dr. Bernardino Machado Guimarães (*), 9 de julho de 1906, correspondente.

106. Dr. Clovis Bevilaqua, 15 de outubro de 1906, honorario.

107. D. Joaquim José Vieira, 6 de maio de 1907, honorario.

108. Dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro, 20 de maio de 1907, honorario.

109. Dr. Adolpho Augusto Pinto, 20 de maio de 1907, correspondente.

110. Dr. José Carlos Rodrigues, 10 de junho de 1907, honorario.

111. Dr. Gastão Ruch Sturzenecker, 29 de julho de 1907, effectivo.

112. Paulo Barreto, 29 de julho de 1907, effectivo.

113. Dr. Augusto Tavares de Lyra, 16 de setembro de 1907, honorario.

114. Antonio Jansen do Paço, 30 de setembro de 1907, effectivo.

115. Dr. João Luiz Alves, 30 de setembro de 1907, effectivo.

116. General Emygdio Dantas Barreto, 29 de agosto de 1908, effectivo.

117. Dr. Alexandre José Barbosa Lima, 29 de agosto de 1908, effectivo.

118. Dr. Alfredo Augusto da Rocha, 29 de agosto de 1908, effectivo.

119. Dr. Luiz Antonio Ferreira Gualberto, 29 de agosto de 1908, correspondente.

120. Dr. Norival Soares de Freitas, 5 de outubro de 1908, effectivo.

121. Fernando Augusto Georlette, 24 de maio de 1909, correspondente.

122. Dr. João Coelho Gomes Ribeiro, 20 de agosto de 1909, effectivo.

123. D. João Baptista Corrêa Nery, 31 de agosto de 1909, correspondente.

124. Dr. Ernesto Antonio Lassance Cunha, 12 de outubro de 1909, effectivo.

125. Dr. Nilo Peçanha, 27 de novembro de 1909, presidente honorario.

126. Dr. D. Ramón J. Cárcano (*), 1 de agosto de 1910, correspondente.

127. José Felix Alves Pacheco, 1 de agosto de 1910, effectivo.

128. Dr. Alberto de Seixas Martins Torres, 3 de outubro de de 1910, honorario.

129. Dr. Eurico de Góes, 3 de outubro de 1910, effectivo.

130. Vice-almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, 3 de outubro de 1910, effectivo.

131. Dr. Justo Jansen Ferreira, 22 de junho de 1911, correspondente.

132. Dr. Braz Hermenegildo do Amaral, 22 de junho de 1911, correspondente.

133. Dr. Henry R. Lang (*), 22 de junho de 1911, correspondente.

134. Dr. Pedro Souto Maior, 15 de julho de 1911, effectivo.

135. Dr. José Bonifacio de Andrada e Silva, 15 de julho de 1911, correspondente.

136. Dr. Alipio Gama, 15 de julho de 1911, effectivo.

137. Dr. Aloysio de Castro, 15 de julho de 1911, effectivo.

138. Capitão de corveta Francisco Radler de Aquino, 26 de agosto de 1911, effectivo.

139. Dr. Homero Baptista, 26 de agosto de 1911, honorario.

140. Dr. Affonso d'Escragnolle Taunay, 23 de setembro de 1911, correspondente.

141. Dr. D. José Salgado (*), 10 de outubro de 1911, correspondente.

142. Dr. Carlos Maximiano Pimenta de Laet, 16 de outubro de 1911, effectivo.

143. Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, 21 de novembro de 1911, presidente honorario.

144. Dr. D. Julio Fernandez (*), 4 de maio de 1912, honorario.

145. Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa, 4 de maio de 1912, honorario.

146. Dr. Lauro Severiano Müller, 4 de maio de 1912, honorario.

147. Dr. Luiz Gastão d'Escragnolle Doria, 4 de maio de 1912, effectivo.

148. Dr. Washinton Luis Pereira de Sousa, 4 de maio de 1912, correspondente.

149. Major Dr. Liberato Bittencourt, 27 de maio de 1912, effectivo.

150. Dr. Afranio de Mello Franco, 27 de maio de 1912, correspondente.

151. Dr. Manuel Emilio Gomes de Carvalho, 27 de maio de 1912, correspondente.

152. Dr. Helio Lobo, 6 de junho de 1912, effectivo.

153. Dr. Alberto Rangel, 6 de junho de 1912, effectivo.

154. Desembargador Ataulpho Napoles de Paiva, 6 de junho de 1912, effectivo.

155. Francisco Agenor de Noronha Santos, 6 de junho de 1912, effectivo.

156. Dr. Alfredo Valladão, 19 de julho de 1912, effectivo.

157. Capitão de corveta Raul Tavares, 23 de agosto de 1912, effectivo.

158. Dr. Nicoláo José Debbané, 23 de agosto de 1912, correspondente.

159. Dr. John Casper Branner (*), 30 de maio de 1913, correspondente.

160. Pedro Azevedo (*), 30 de maio de 1913, correspondente.

161. Dr. Eugenio de Andrada Egas, 28 de julho de 1913, correspondente.

162. Dr. Gentil de Assis Moura, 28 de julho de 1913, correspondente.

163. Fidelino de Figueiredo (*), 28 de julho de 1913, correspondente.

164. Dr. Edgard Roquette Pinto, 4 de agosto de 1913, effectivo.

165. Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, 26 de setembro de 1913, correspondente.

166. Coronel Theodoro Roosevelt (*), 6 de outubro de 1913, honorario.

167. Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, 20 de abril de 1914, effectivo.

168. Dr. Enéas Galvão, 12 de maio de 1914, effectivo.

169. Dr. João Ribeiro, 12 de maio de 1914, effectivo.

170. Dr. Affonso A. de Freitas, 12 de maio de 1914, correspondente.

171. Dr. D. Lucas Ayarragaray (*), 23 de maio de 1914, correspondente.

172. Antonio de Portugal de Faria (Visconde de Faria) (*), 23 de maio de 1914, correspondente.

173. Professor Basilio de Magalhães, 27 de agosto de 1914, correspondente.

174. José Ribeiro do Amaral, 22 de agosto de 1914, correspondente.

175. Marechal José Bernardino Bormann, 20 de abril de 1915, effectivo.

176. Dr. Arthur Pinto da Rocha, 28 de junho de 1915, effectivo.

177. Dr. Aurelino de Araujo Leal, 28 de junho de 1915, effectivo.

178. Antonio de Barros Ramalho Ortigão, 28 de junho de 1915, effectivo.

179. Dr. Antonio Fernandes Figueira, 28 de junho de 1915, effectivo.

180. Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello, 28 de junho de 1915, effectivo.

181. Dr. Alberto Lamego, 28 de junho de 1915, correspondente.

182. Dr. Urbano Santos da Costa Araujo, 31 de julho de 1915, honorario.

183. Dr. Juliano Moreira, 12 de outubro de 1915, effectivo.

184. D. Juan José Biedma (*), 12 de outubro de 1915, correspondente.

185. Dr. Annibal Velloso Rebello, 12 de outubro de 1915, correspondente.

186. José Cervaens y Rodriguez (*), 12 de outubro de 1915, correspondente.

187. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, 15 de dezembro de 1915, presidente honorario.

188. Dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana.

189. Dr. Erico Marinho da Gama Coelho.

Secretaria do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 31 de julho de 1916. — FRANCISCO MARTINS GUIMARÃES. — Visto, FLEIUSS.

Socios fallecidos após a sessão magna de 21 de outubro de 1915

Dr. Orville Adalbert Derby, effectivo, eleito em 26 de outubro de 1900, fallecido em 27 de novembro de 1915.

Dr. Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho (*), honorario, eleito em 24 de abril de 1903, fallecido em 13 de dezembro de 1915.

José Verissimo Dias de Mattos, effectivo, eleito em 16 de novembro de 1887, fallecido em 2 de fevereiro de 1916.

Dr. Affonso Arinos de Mello Franco, correspondente, eleito em 6 de dezembro de 1901, fallecido em 19 de fevereiro de 1916.

Dr. Arthur Orlando da Silva, correspondente, eleito em 8 de outubro de 1906, fallecido em 28 de março de 1916.

INDICE

DAS

materias contidas no tomo LXXVIII, parte II da «Revista»

PAGS.

Documentos sobre a vida e a obra de Nicoláo Antonio Taunay (1755-1830) um dos fundadores da Escola Nacional de Bellas-Artes, pelo Dr. Affonso d'Escragnolle Taunay, socio correspondente do Instituto. 5

A circular de Theophilo Ottoni (reproducção do opusculo editado em 1860 e 1861, nesta Capital, com o titulo «Circular dedicada aos srs. eleitores de senadores pela provincia de Minas Geraes no quatriennio actual e especialmente dirigidas aos srs. eleitores de deputados pelo 2º districto eleitoral da mesma provincia para a proxima legislatura pelo ex-deputado Theophilo Benedicto Ottoni» precedida de uma summaria apreciação da vida e feitos do benemerito patriota), por Basilio de Magalhães, socio do Instituto. 141

Entre os boróros (traducção do cap. XVII da obra *Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens* do Dr. Karl von den Steinen), pelo professor Basilio de Magalhães, socio do Instituto. 389

Manoel Marcondes de Oliveira e Mello, 1º barão de Pindamonhangaba (notas biographicas), pelo Dr. João Marcondes de Moura Romeiro 491

Das artes plasticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular (curso em cinco licções professado no Instituto Historico e Geographico Brasileiro), pelo Dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana, professor da Escola Nacional de Bellas-Artes do Rio de Janeiro. 505

Actas das sessões de 1915 609

Bibliographia 833

Annexo — Cadastro 851

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1916